CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

39.ª A 48.ª SESSÕES

AN. SEN. — BRASÍLIA — V. 13 — N.º 4 — P. 1253-1640 18 ABR. A 28 ABR. 1989
SENADO FEDERAL SUBSECRETARIA DE ANAIS

República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — Nº 041 QUARTA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 1989 BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Nelson Carneiro, Presidente, nos termos do art. 52, item 30, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 1989

Adapta o Regimento Interno do Senado Federal às disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, e dá outras providências.

Art. 1º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º O Senado Federal reunir-se-á:

a) anualmente, de 15 de fevereiro a 30 de junho, e de 1º de agosto a 15 de dezembro, durante as sessões legislativas ordinárias, observado o disposto no § 1º do art. 57 da Constituição;

b) quando convocado extraordinariamente o Congresso Nacional.

Parágrafo único. Nos sessenta dias anteriores às eleições gerais, o Senado Federal funcionará de acordo com o disposto no Regimento Comum.

Art. 3º .....

a) iniciar-se-ão com o *quorum* mínimo de um sexto da composição do Senado, em horário fixado pela Presidência, observando-se, nas deliberações, o disposto no art. 322;

b) .....

c) .....

Art. 1º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º O Senado Federal reunir-se-á:

a) anualmente, de 15 de fevereiro a 30 de junho, e de 1º de agosto a 15 de dezembro, durante as sessões legislativas ordinárias, observado o disposto no § 1º do art. 57 da Constituição;

b) quando convocado extraordinariamente o Congresso Nacional.

Parágrafo único. Nos sessenta dias anteriores às eleições gerais, o Senado Federal funcionará de acordo com o disposto no Regimento Comum.

Art. 3º .....

a) iniciar-se-ão com o *quorum* mínimo de um sexto da composição do Senado, em horário fixado pela Presidência, observando-se, nas deliberações, o disposto no art. 322;

b) .....

c) .....

d) .....

e) no início de legislatura, os Senadores eleitos prestarão o compromisso regimental na primeira reunião preparatória; em reunião seguinte, será realizada a eleição do Presidente e, na terceira, a dos demais membros da Mesa;

f) .....

g) .....

Art. 4º .....

§ 1º .....

§ 2º Presente o diplomado, o Presidente designará três Senadores para recebê-lo e introduzi-lo no plenário onde, estando todos de pé, prestará o seguinte compromisso: "prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil".

§ 3º .....

§ 4º Durante o recesso, a posse realizar-se-á perante o Presidente, em solenidade pública em seu Gabinete, observadas a apresentação do diploma e a prestação do compromisso, devendo o fato ocorrido ser noticiado no *Diário do Congresso Nacional*.

§ 5º O Senador deverá tomar posse dentro de noventa dias contados da instalação da sessão legislativa ou, se eleito durante esta, contados da diplomação, podendo o prazo ser prorrogado, por motivo justificado, a requerimento do interessado, por mais trinta dias.

§ 6º Findo o prazo de noventa dias, se o Senador não tomar posse, e nem requerer prorrogação, considera-se haver renunciado ao mandato, sendo convocado o 1º Suplente.

Art. 5º O 1º Suplente, convocado para a substituição do Senador licenciado, terá o prazo de trinta dias improrrogáveis para prestar o compromisso, e, nos casos de vaga ou de afastamento nos termos da alínea *b* do art. 43, de sessenta dias, que poderá ser prorrogado, por motivo justificado, a requerimento do interessado, por mais trinta dias.

§ 1º Se, dentro dos prazos estabelecidos neste artigo, o 1º Suplente não tomar posse e nem requerer prorrogação, considera-se haver renunciado ao mandato, sendo convocado o 2º Suplente, que terá, em qualquer hipótese, trinta dias para prestar o compromisso.

§ 2º O Suplente, por ocasião da primeira convocação, deverá prestar o compromisso na forma do artigo anterior e, nas seguintes, o Presidente comunicará à Casa a sua volta ao exercício do mandato.

Art. 6º Nos casos do § 5º do art. 4º e do § 1º do art. 5º, havendo requerimento e findo o prazo sem ter sido votado, considerar-se-á concedida a prorrogação.

Art. 7º Por ocasião da posse, o Senador ou Suplente convocado comunicará à Mesa, por escrito, o nome parlamentar com que deverá figurar nas publicações e registros da Casa e a sua filiação partidária.

§ 1º .....

§ 2º A alteração do nome parlamentar ou de filiação partidária, deverá ser comunicada, por escrito, à Mesa, vigorando a partir da publicação no *Diário do Congresso Nacional*.

Art. 10. O Senador ou Suplente, por ocasião da posse, inscreverá, em livro específico, de próprio punho, seu nome, o nome parla-

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral ..... NCz$ 9,32
Exemplar Avulso ..... NCz$ 0,06
Tiragem: 2.200-exemplares.

mentar, a respectiva rubrica, filiação partidária, idade, estado civil e outras declarações que julgar conveniente fazer.

Parágrafo único. Suprimido.

CAPÍTULO IV
Da Remuneração

Art. 12. A remuneração do Senador é devida:

I — a partir do início da legislatura, ao diplomado antes da instalação da primeira sessão legislativa;

II — .....

III — .....

Parágrafo único. Na hipótese do art. 43, *b*, o Senador poderá optar pela remuneração do mandato (Const. art. 56, § 3º).

Art. 13. Considera-se ausente o Senador cujo nome não conste das listas de comparecimento, ou que, estando presente na Casa, não compareça às votações, salvo obstrução declarada pelo líder partidário.

Parágrafo único. Não se computará como falta a ausência do Senador a serviço da Casa, em licença autorizada, em desempenho de representação ou comissão externa, integrando delegação a Conferência Interparlamentar, ou por razões de saúde, comprovadas mediante atestado médico.

Art. 14. O Senador que estiver ausente por mais de cinco dias úteis, no período de um mês, terá descontados de sua remuneração, à razão de um trinta avos por dia, todos os dias de ausência.

Parágrafo único. Suprimido.

Art. 15. Suprimido.

Art. 16. O Senador poderá fazer uso da palavra:

I — nos sessenta minutos que antecederem a Ordem do Dia, por vinte minutos;

II — se Líder:

a) por cinco minutos, em qualquer fase da sessão, excepcionalmente, para comunicação urgente de interesse partidário;

b) por vinte minutos, após a Ordem do Dia, com preferência sobre os oradores inscritos;

III — na discussão de qualquer proposição (art. 304), uma só vez, pelo prazo de dez minutos;

IV — na discussão de redação final, uma só vez, pelo prazo de cinco minutos, o relator e um Senador de cada partido;

V — no encaminhamento de votação (arts. 343 e 345), uma só vez, por cinco minutos;

VI — em explicação pessoal, em qualquer fase da sessão, se nominalmente citado na ocasião, para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada, com essa finalidade, a mais de dois oradores na mesma sessão, por cinco minutos;

VII — para comunicação inadiável, manifestação de aplauso ou semelhante, homenagem de pesar, justificar proposição, uma só vez, por cinco minutos;

VIII — em qualquer fase da sessão, por cinco minutos:

a) pela ordem, para indagação sobre andamento dos trabalhos, reclamação quanto à observância do Regimento, indicação de falha ou equívoco em relação à matéria da Ordem do Dia, vedado abordar assunto já resolvido pela Presidência;

b) para suscitar questão de ordem, nos termos do art. 444;

c) para contraditar questão de ordem, limitada a palavra a um só Senador;

IX — após a Ordem do Dia, pelo prazo de cinqüenta minutos, para as considerações que entender (art. 199);

X — para apartear, pelo prazo de dois minutos, obedecidas as seguintes normas:

a) o aparte dependerá de permissão do orador, subordinando-se, em tudo que lhe for aplicável, às disposições referentes aos debates;

b) não serão permitidos apartes:

— ao Presidente;

— a parecer oral;

— a encaminhamento de votação, salvo nos casos de requerimento de homenagem de pesar, de voto de censura, de aplauso ou semelhante;

— a explicação pessoal;

— a questão de ordem;

— a contradita a questão de ordem;

c) a recusa de permissão para apartear será sempre compreendida em caráter geral, ainda que proferida em relação a um só Senador;

d) o aparte proferido sem permissão do orador não será publicado;

e) ao apartear, o Senador conservar-se-á sentado e falará ao microfone;

XI — para interpelar Ministro de Estado, por cinco minutos; e para a réplica, por dois minutos (art. 419, *j*).

§ 1º É vedado ao orador tratar de assunto estranho à finalidade do dispositivo em que se basear a concessão da palavra.

§ 2º Ao representante do partido que não atenda às exigências estabelecidas no art. 64, aplica-se o disposto na alínea *a* do inciso II deste artigo.

Art. 19. Haverá, sobre a mesa, livro especial no qual se inscreverão os Senadores que quiserem usar da palavra, nas diversas fases da sessão, devendo ser rigorosamente observada a ordem de inscrição.

§ 1º O Senador só poderá usar da palavra mais de duas vezes por semana, se não houver outro orador inscrito que pretenda ocupar a tribuna.

§ 2º .....

Art. 20. .....

II — por outro Senador:

a) com o seu consentimento, para aparteá-lo;

b) .....

Parágrafo único. O tempo de interrupção previsto neste artigo será descontado em favor do orador salvo quanto ao disposto na alínea *a* do inciso II.

Art. 21. Ao Senador é vedado:

a) usar de expressões descorteses ou insultuosas;

b) falar contra resultado de deliberação definitiva do plenário, salvo em explicação pessoal.

§ 1º .....

§ 2º .....

Art. 22. Suprimido.

Art. 28. Se algum Senador praticar, dentro do edifício do Senado, ato incompatível com o decoro parlamentar ou com a compostura pessoal, a Mesa dele conhecerá e abrirá inquérito, submetendo-se o caso ao plenário, que deliberará, em sessão secreta, no prazo improrrogável de dez dias.

Art. 31. Suprimido.

Art. 35. A vacância, em qualquer hipótese, será comunicada pelo Presidente ao plenário.

Parágrafo único. Nos casos do artigo anterior, nas vinte e quatro horas que se seguirem à publicação da comunicação de vacância, qualquer Senador dela poderá interpor recurso para o plenário, que deliberará, ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Art. 36. Perde o mandato (Const., art. 55) o Senador:

I — que infringir qualquer das proibições constantes do art. 54 da Constituição;

II — cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III — que deixar de comparecer à terça parte das sessões ordinárias do Senado, em cada sessão legislativa anual, salvo licença ou missão autorizada;

IV — .....

V — quando o decretar a Justiça Eleitoral;

VI — que sofrer condenação criminal em sentença definitiva e irrecorrível.

§ 1º É incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Senador e a percepção de vantagens indevidas (Const., art. 55, § 1º).

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional.

§ 3º Nos casos dos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante provocação de qualquer Senador, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 4º A representação será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que proferirá seu parecer em quinze dias, concluindo:

a) nos casos dos incisos I, II e VI, pela aceitação da representação para exame ou pelo seu arquivamento;

b) .....

§ 5º O parecer da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, lido e publicado no *Diário do Congresso Nacional* e em avulsos, será:

a) nos casos dos incisos I, II e VI, incluído na Ordem do Dia após o interstício regimental;

b) .....

Art. 40. As imunidades dos Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante voto de dois terços dos membros da Casa, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso, que sejam incompatíveis com a execução da medida (Const., art. 53, § 7º).

Art. 42. .....

§ 1º A ausência do Senador em licença, em missão autorizada, ou a serviço do Senado, não será considerada como falta.

§ 2º Para efeito do disposto no art. 55, III, da Constituição, não será considerada a ausência do Senador nos sessenta dias anteriores às eleições gerais.

Art. 43. .....

a) .....

b) assumir cargo de Ministro de Estado, de Governador de Território, de Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou de chefe de missão diplomática temporária (Const., art. 56, I).

Parágrafo único. .....

Art. 44. Mediante deliberação do plenário, o Senador poderá desempenhar missão no País ou no exterior (Const., art. 55, III).

§ 1º .....

a) .....

b) .....

1) .....

2) pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no caso de missão a realizar-se no estrangeiro;

3) pela comissão que tiver maior pertinência, no caso de missão a realizar-se no País;

4) pelo líder do bloco parlamentar ou do partido a que pertença o interessado.

§ 2º .....

§ 3º .....

§ 4º No caso da alínea *a* e item 4 da alínea *b* do § 1º, será ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou a que tiver maior pertinência, sendo o parecer oferecido, por escrito ou oralmente, de acordo com o disposto no art. 381, I.

Art. 46. O Senador afastado do exercício do mandato não poderá ser incumbido de representação da Casa, de comissão, ou de Grupo Parlamentar.

Art. 47. Para os efeitos do disposto no inciso III do art. 55 da Constituição, o Senador poderá:

I — .....

II — solicitar licença para tratar de interesses particulares, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa (Const., art. 56, II).

§ 1º O *quorum* para votação do requerimento previsto no inciso I é de um décimo do total de Senadores.

§ 2º .....

§ 3º É lícito ao Senador desistir a qualquer tempo de licença que lhe tenha sido concedida, salvo se, em decorrência dela, haja sido convocado Suplente, quando a desistência somente poderá ocorrer uma vez decorrido o prazo superior a cento e vinte dias.

Art. 48. Considera-se como licença concedida, para os efeitos do art. 55, inciso III, da Constituição, o não comparecimento às sessões, do Senador temporariamente privado da liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

Art. 49. Dar-se-á a convocação de Suplente nos casos de vaga, de afastamento do exercício do mandato para investidura nos cargos referidos no art. 43, *b*, ou de licença por prazo superior a cento e vinte dias.

Art. 51. A assunção de cargo de Ministro de Estado, de Governador de Território e de Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou de chefe de missão diplomática temporária, implicará renúncia ao cargo que o Senador exerça na Mesa.

Art. 52. Ao Presidente compete:

1) exercer as atribuições previstas nos arts. 57, § 6º, I e II, 66, § 7º e 80 da Constituição;

2) .....

3) .....

4) .....

5) .....

6) .....

7) .....

8) .....

9) .....

10) determinar o destino do expediente lido, e distribuir as matérias às comissões;

11) impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis, ou a este Regimento, ressalvado ao autor recurso para o plenário, que decidirá após audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

12) .....

13) .....

14) .....

15) .....

16) .....

17) comunicar ao Tribunal Superior Eleitoral a ocorrência de vaga de Senador, quando não haja Suplente a convocar e faltarem mais de quinze meses para o término do mandato;

18) suprimido;

19) propor ao plenário a indicação de Senador para desempenhar missão temporária no País ou no exterior;

20) propor ao plenário a constituição de comissão para a representação externa do Senado;

21) .....

22) designar substitutos de membros das comissões e nomear relator em plenário;

23) convidar, se necessário, o Relator ou o Presidente da comissão a explicar as conclusões de seu parecer;

24) .....

25) .....

26) .....

27) .....

28) suprimido;

29) assinar os autógrafos dos projetos e emendas a serem remetidos à Câmara dos Deputados, e dos projetos destinados à sanção;

30) .....

31) .....

32) .....

33) .....

34) avocar a representação do Senado quando se trate de atos públicos de especial relevância, e não seja possível designar comissão ou Senador para esse fim;

35) .....

36) .....

37) exercer a competência fixada no Regulamento Administrativo do Senado Federal;

38 a 41) suprimidos.

Art. 52. Na distribuição das matérias subordinadas, na forma do art. 95-B deste Regimento, à apreciação conclusiva das comissões, o Presidente do Senado, quando a proposição tiver seu mérito vinculado a mais de uma comissão, poderá:

a) definir qual a comissão de maior pertinência que deve decidir sobre a matéria;

b) distribuir as proposições às comissões de mérito e determinar que o estudo do projeto seja feito em reunião conjunta, observado, no que couber, o art. 131 deste Regimento.

Art. 55. Ao 1º Vice-Presidente compete:

a) .....

b) exercer as atribuições estabelecidas no § 7º do art. 66 da Constituição, quando não as tenha exercido o Presidente;

c) suprimido.

Art. 56. .....

a) .....

b) suprimido.

Art. 57. .....

.....

j) suprimido.

k) suprimido.

l) .....

Art. 58. .....

a) .....

b) suprimido.

Art. 59. .....

.....

d) suprimido.

Art. 62. Os membros da Mesa serão eleitos para mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período imediatamente subseqüente.

§ 1º .....

§ 2º .....

Art. 63. A eleição dos membros da Mesa será feita em escrutínio secreto e maioria de votos, presente a maioria da composição do Senado, assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares com atuação no Senado.

§§ 1º a 4º .....

TÍTULO III-A

Dos Blocos Parlamentares

Art. 63-A. As representações partidárias poderão constituir bloco parlamentar.

Parágrafo único. Somente será admitida a formação de bloco parlamentar que represente, no mínimo, um décimo da composição do Senado Federal.

Art. 63-B. O bloco parlamentar terá Líder, a ser indicado dentre os Líderes das representações partidárias que o compõem.

Parágrafo único. Os demais Líderes partidários assumirão, preferencialmente, as funções de Vice-Líderes do bloco parlamentar, na ordem indicada pelo titular da liderança.

Art. 63-C. O bloco parlamentar constituído por representações partidárias que não atendam às exigências do art. 64, *caput*, escolherá o Líder e os Vice-Líderes dentre os seus integrantes.

Art. 63-D. Aplica-se ao Líder do bloco parlamentar o disposto no art. 65.

TÍTULO IV

Dos Líderes

Art. 64. A maioria, a minoria e as representações partidárias com número de membros superior a um vinte avos da composição do Senado Federal terão Líderes e Vice-Líderes.

§ 1º A maioria é integrada por bloco parlamentar ou representação partidária que represente a maioria absoluta da Casa.

§ 2º Formada a maioria, a minoria será aquela integrada pelo maior bloco parlamentar ou representação partidária que se lhe opuser.

§ 3º A constituição da maioria e da minoria será comunicada à Mesa pelos Líderes dos blocos parlamentares ou das representações partidárias que as compõem.

§ 4º O Líder da maioria e o da minoria serão os Líderes dos blocos parlamentares que as compõem e as funções de Vice-Liderança serão exercidas pelos demais Líderes das representações partidárias que integram os respectivos blocos parlamentares.

§ 5º Na hipótese de nenhum bloco parlamentar alcançar a maioria absoluta, assume as funções constitucionais e regimentais da maioria o Líder do bloco parlamentar ou representação partidária que tiver o maior número de representantes, e da minoria, o Líder do bloco parlamentar ou representação partidária que se lhe seguir em número de integrantes.

§ 6º A indicação dos Líderes partidários será feita no início da 1ª e da 3ª sessões legislativas de cada legislatura, e comunicada à Mesa em documento subscrito pela maioria dos membros da respectiva bancada, podendo, pela mesma maioria, ser substituído em qualquer oportunidade.

§ 7º Os Vice-Líderes das representações partidárias serão indicados pelos respectivos Líderes, na proporção de um Vice-Líder para cada grupo de cinco integrantes do bloco parlamentar ou representação partidária, assegurado pelo menos um Vice-Líder e não computada a fração inferior a cinco.

Arts. 66 e 67 Suprimidos.

TÍTULO V

Art. 68. Quando solicitado a se fazer representar em ato ou solenidade de cunho internacional, nacional ou regional, o Senado Federal poderá atender ao convite, mediante proposta da Presidência, aprovada, por qualquer número, pelo plenário.

Art. 69. A representação externa do Senado far-se-á por comissão ou por Senador.

Art. 70. É lícito ao Presidente avocar a representação do Senado quando se trate de ato de excepcional relevo.

Art. 71. Na impossibilidade de haver deliberação do plenário, o Presidente poderá autorizar representação externa para:

1) chegada ou partida de personalidade de destaque na vida pública nacional ou internacional;

2) .....

3) .....

Parágrafo único. O Presidente dará conhecimento da providência adotada ao Senado, na primeira sessão que se realizar.

Art. 72. O Senado terá Comissões Permanentes e Temporárias (Const., art. 58).

Art. 73. Salvo a Comissão Diretora, as Comissões Permanentes são as seguintes:

1) Comissão de Assuntos Econômicos (CAE);

2) Comissão de Assuntos Sociais (CAS);

3) Comissão de Educação (CE);

4) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ);

5) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE); e

6) Comissão de Serviços de Infra-estrutura (CI).

Art. 74. Cabe às Comissões Permanentes, no âmbito de suas respectivas competências, criar subcomissões permanentes ou temporárias, até o máximo de quatro, mediante proposta de qualquer de seus integrantes.

§ 1º No funcionamento das subcomissões aplicar-se-ão, no que couber, as disposições deste regimento relativas ao funcionamento das Comissões Permanentes.

§ 2º Os relatórios proferidos no âmbito das subcomissões, e por elas aprovados, serão submetidos à apreciação do plenário da comissão, sendo a decisão final, para todos os efeitos, proferida em nome desta.

Art. 75. As Comissões Temporárias serão:

a) Internas — as previstas no regimento para finalidade específica;

b) Externas — destinadas a representar o Senado em congressos, solenidades e outros atos públicos;

c) Parlamentares de Inquérito — criadas nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição.

Art. 76. As Comissões Externas serão criadas por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer senador ou comissão, ou por proposta do presidente.

Parágrafo único. O requerimento ou a proposta deverá indicar o objetivo da comissão e o número de seus membros.

Art. 77. As Comissões Temporárias se extinguem:

I — .....

II — .....

III — .....

§ 1º É lícito à comissão que não tenha concluído a sua tarefa, requerer a prorrogação do respectivo prazo:

a) .....

b) .....

§ 2º .....

§ 3º O prazo das Comissões Temporárias é contado a partir da publicação dos atos que as criarem, suspendendo-se nos períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 4º Em qualquer hipótese o prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito não poderá ultrapassar o período da legislatura em que foi criada.

Art. 78. .....

1) Comissão de Assuntos Econômicos, 27;

2) Comissão de Assuntos Sociais, 29;

3) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 23;

4) Comissão de Educação, 27;

5) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 19;

6) Comissão de Serviços de Infra-estrutura, 23.

§ 1º .....

§ 2º Cada senador somente poderá integrar duas comissões como titular e duas como suplente.

Arts. 79 e 80. Suprimidos.

Art. 81. Os membros das comissões serão designados pelo presidente, por indicação escrita dos respectivos líderes, assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou blocos parlamentares com atuação no Senado Federal (Const., art. 58, § 1º).

Arts. 82 e 83. Suprimidos.

Art. 84. No início de cada legislatura, os líderes uma vez indicados, reunir-se-ão para fixar a representação de cada partido ou dos blocos parlamentares nas Comissões Permanentes.

Art. 85. Estabelecida a representação numérica dos partidos ou Blocos parlamentares nas comissões, os líderes entregarão à Mesa, nas quarenta e oito horas subseqüentes, as indicações dos titulares e suplentes.

parágrafo único. .....

Art. 86. O lugar na comissão pertence ao partido ou bloco parlamentar, competindo ao respectivo líder pedir, em documento escrito, a substituição, em qualquer circunstância ou oportunidade, de titular ou suplente por ele indicado.

§ 1º A substituição de membro da comissão que se desligar do partido ao qual pertence o lugar na comissão, não alterará, até o encerramento da sessão legislativa, a proporcionalidade estabelecida no seu início.

§ 2º A substituição, nos termos deste artigo, de senador que exerça a presidência ou a vice-presidência de comissão, salvo em virtude de seu desligamento do partido que ali representar, deverá ser precedida de autorização da maioria da respectiva bancada.

Art. 87. A designação dos membros das Comissões Temporárias será feita:

I — para as Internas, nas oportunidades estabelecidas neste regimento;

II — .....

III — suprimido.

Art. 88. As Comissões Permanentes, exceto a Diretora, terão suplentes em número igual ao de titulares.

Art. 89. .....

a) .....

b) .....

§ 1º A convocação será feita pelo presidente da comissão, obedecida a ordem numérica e a representatividade.

§ 2º .....

1) .....

2) .....

3) .....

§ 3º Nas hipóteses dos itens 2 e 3 do parágrafo anterior, se a representação do bloco parlamentar ou do partido a que pertencer o suplente estiver completa na reunião, o seu voto só será computado em relação à matéria que relatar, deixando de participar da deliberação o suplente convocado por último ou, na inexistência deste, o último dos titulares do bloco parlamentar ou do partido, conforme a lista oficial da comissão publicada no *Diário do Congresso Nacional.*

§ 4º .....

Art. 90. Em caso de impedimento temporário de membro da comissão e não havendo suplente a convocar, o Presidente desta solicitará, à presidência da Mesa, a designação de substituto, devendo a escolha recair em senador do mesmo partido ou bloco parlamentar do substituído, salvo se os demais representantes desse partido ou bloco não puderem ou não quiserem aceitar a designação.

§§ 1º e 2º .....

Art. 93. No início da legislatura, nos cinco dias que se seguirem à designação de seus membros, e na terceira sessão legislativa, nos cinco dias que se seguirem à indicação dos líderes, cada comissão reunir-se-á para instalar seus trabalhos e eleger, em escrutínio secreto, o seu presidente e o vice-presidente.

§ 1º Em caso do não-cumprimento do disposto neste artigo, ficarão investidos nos cargos os dois titulares mais idosos, até que se realize a eleição.

§ 2º .....

§ 3º Na ausência do presidente e do vice-presidente, presidirá a comissão o mais idoso dos titulares.

§ 4º Em caso de vaga dos cargos de presidente ou de vice-presidente, far-se-á o preenchimento por meio de eleição realizada nos cinco dias que se seguirem à vacância, salvo se faltarem menos de sessenta dias para o término dos respectivos mandatos.

§ 5º Aceitar função prevista no art. 43, *b*, importa renúncia ao cargo de Presidente ou de vice-presidente de comissão.

§ 6º .....

Art. 94. Ao Presidente da comissão compete:

a) .....

b) .....

c) designar, na comissão, relatores para as matérias;

d) designar, dentre os componentes da comissão, os membros das subcomissões e fixar a sua composição;

e) resolver as questões de ordem;

f) ser o órgão de comunicação da comissão com a Mesa, com as outras comissões e com os líderes, e com as respectivas subcomissões;

g) convocar as suas reuniões extraordinárias, de ofício ou a requerimento de qualquer de seus membros, aprovado pela comissão;

h) promover a publicação das atas das reuniões no *Diário do Congresso Nacional;*

i) solicitar, em virtude de deliberação da comissão, os serviços de funcionários técnicos para estudo de determinado trabalho, sem prejuízo das suas atividades nas repartições a que pertençam;

j) convidar, para o mesmo fim e na forma da alínea anterior, técnicos ou especialistas particulares e representantes de entidades ou associações científicas;

k) desempatar as votações quando ostensivas;

l) distribuir matérias às subcomissões;

m) assinar o expediente da comissão.

§ 1º Quando o presidente funcionar como relator, passará a presidência ao substituto eventual enquanto discutir ou votar o assunto que relatar.

§ 2º Ao encerrar-se a legislatura, o presidente providenciará a fim de que os seus membros devolvam à secretaria da comissão os processos que lhes tenham sido distribuídos.

Art. 95. Suprimido.

TÍTULO VI
Da Competência

SEÇÃO I
Das Disposições Gerais

Art. 95-A. Às comissões compete:

I — discutir e votar projeto de lei nos termos do art. 95-B;

II — realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III — convocar ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições e ouvi-los quando no exercício da faculdade prevista no § 1º do art. 50 da Constituição;

IV — receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V — solicitar depoimento de qualquer autoridae ou cidadão;

VI — apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setorias de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer (Const., art 58, § 2º);

VII — propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar;

VIII — acompanhar junto ao governo a elaboração da proposta orçametária, bem, como sua execução;

IX — acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas governamentais pertinentes às áreas de sua competência;

X — exercer a fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, quanto às questões relativas à competência privativa do Senado (Const., art. 49, inciso X e art. 52, incisos V a IX);

XI — estudar qualquer assunto compreendido nas atribuições do Senado, propondo as medidas legislativas cabíveis;

XII — opiniar sobre o mérito das proposições submetidas ao seu exame, emitindo parecer conclusivo;

XIII — realizar diligência.

Parágrafo único. Ao depoimento de testemunha e autoridades aplicam-se, no que couber, as disposições do Código de Processo Civil.

Art. 95-B. Às comissões, no âmbito de suas atribuições, cabe, dispensada a competência do plenário, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição, discutir e votar projetos de lei, exceto quanto a:

I — lei complementar;

II — projetos de iniciativas de comissão;

III — projetos de código;

IV — proposições oriundas da Câmara dos Deputados, salvo as de iniciativa parlamentar, que tiverem sido aprovadas, em decisão terminativa, por comissão daquela Casa;

V — proposições em regime de urgência.

§ 1º O presidente do Senado, ouvidas as lideranças, poderá conferir às comissões a competência para apreciar, conclusivamente, dentre outras, as seguintes matérias:

I — tratados ou acordos internacionais;

II — autorização para a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais em terras indígenas;

III — alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares;

IV — indicações e proposições diversas, exceto:

a) projetos de resolução que alterem o Regimento Interno;

b) projetos de resolução a que se referem os artigos 52, V, VI, VII, VIII, IX e X, e 155, §§ 1º, IV e 2º IV e V, da Constituição;

c) proposta de emenda à Constituição.

§ 2º É vedado à comissão apreciar, em caráter de urgência, as matérias a que se refere este artigo, competência essa deferida, exclusivamente, ao plenário do Senado.

§ 3º Encerrada a apreciação conclusiva dos projetos a que se refere este artigo, a decisão da comissão será comunicada ao presidente do Senado para ciência do plenário e publicação no *Diário do Congresso Nacional*.

§ 4º No prazo de setenta e duas horas, contado a partir da publicação referida no parágrafo anterior, poderá ser interposto recurso para discussão e votação da matéria pelo Senado.

§ 5º O recurso, assinado por um décimo dos membros do Senado, será dirigido ao presidente da Casa.

§ 6º Esgotado o prazo previsto no § 3º sem interposição de recurso, o projeto será, conforme o caso, arquivado, promulgado ou remetido à Câmara.

Art. 95-C. Aplicam-se à tramitação dos projetos e demais proposições submetidas à deliberação conclusiva das comissões as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias submetidas à apreciação do plenário do Senado.

Art. 95-D. A audiência pública será realizada pela comissão para:

I — instruir matéria sob sua apreciação;

II — tratar de assunto de interesse público relevante.

§ 1º A audiência pública poderá ser realizada por solicitação de entidade da sociedade civil.

§ 2º a audiência prevista para o disposto no inciso I poderá ser dispensada por deliberação da comissão.

Art. 95-E. Os depoimentos serão prestados por escrito e de forma conclusiva.

§ 1º Na hipótese de haver defensores e opositores, relativamente à matéria objeto de exame, a comissão procederá de forma que possibilite a audiência de todas as partes interessadas.

§ 2º Os membros da comissão poderão, terminada a leitura, interpelar o orador exclusivamente sobre a exposição lida, por prazo nunca superior a três minutos.

§ 3º O orador terá o mesmo prazo para responder a cada senador, sendo-lhe vedado interpelar os membros da comissão.

Art. 95-F. Da reunião de audiência pública far-se-á uma ata, arquivando-se, no âmbito da comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que os acompanharem.

Parágrafo único. Será admitido, a qualquer tempo, a requerimento de senador, o traslado de peças.

Art. 95-G. A comissão receberá petições, reações, representações ou queixas de qualquer pessoa conforme ato ou omissão de autoridade ou entidade pública sobre assunto de sua competência.

§ 1º Os pedidos referidos no *caput* deste artigo serão encaminhados por escrito, com a identificação do relator.

§ 2º Os pedidos serão distribuídos a um relator que os apreciará e apresentará relatório com sugestões às providências a serem tomadas, pela comissão, pela ou pelo Ministério Público.

§ 3º O relatório será discutido e votado na sessão, tomando a forma de projeto de resolução se contiver providência a ser tomada por outra instância que não a da comissão.

Art 97.....

I — exercer a administração interna da Casa, nos termos das atribuições fixadas no Regulamento Administrativo do Senado Federal;

II — .....

III — propor ao Senado projeto de resolução, dispondo sobre sua organização, funcionamento, política, ação, transformação ou extinção de cargos, empregos e fun de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observado os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentária (Const., art. 52, XIII);

IV — emitir, obrigatoriamente, parecer sobre proposições que digam respeito ao serviço e ao pessoal da e as que alterem este regimento, salvo o disposto no art. 442, § 2º, item 2;

V — elaborar a redação final das proposições de iniciativa do Senado e das emendas a projetos da Câmara dos Deputados aprovadas pelo plenário, escoimando-as dos vícios de linguagem, das impropriedades de expressão, defeitos de técnica legislativa, cláusulas de justificação e palavras desnecessárias.

Parágrafo único .....

Art. 98. À Comissão de Assuntos Econômicos compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes assuntos:

I — aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do presidente por deliberação do plenário, ou por consulta de comissão, e, ainda, quando, em virtude desses aspectos, houver recursos de decisão terminativa de comissão para o plenário;

II — direito agrário, planejamento e execução da política agrícola, agricultura, pecuária, organização do ensino agrário, investimento e financiamentos agropecuários, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares, aquisição ou arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira, definição da pequena e da média propriedade rural;

III — problemas econômicos do País, política de crédito, câmbio, seguro e transferência de valores, comércio exterior e interestadual, sistema monetário, bancário e de medidas, títulos e garantia dos metais, sistema de poupança, consórcio e sorteio e propaganda comercial;

IV — tributos, tarifas, empréstimos compulsórios, finanças públicas, normas gerais sobre direito tributário, financeiro e econômico, orçamento, juntas comercias, conflitos de competência em matéria tributária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, dívida pública, fiscalização das instituições financeiras;

V — escolha dos ministros do Tribunal de Contas, presidente e diretores do Banco Central;

VI — matérias a que se referem os arts. 403 e 417;

VII — outros assuntos correlatos.

Art. 99. À Comissão de Assuntos Socias compete opinar sobre proposições que digam respeito a:

I — relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, previdência social, população indígena, assistência social, normas gerais de proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências e proteção à infância e à juventude;

II — proteção e defesa da saúde, condições e requisitos para remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa, tratamento e coleta de sangue humano e seus derivados, produção, controle e fiscalização de medicamentos, saneamento, inspeção e fiscalização de alimentos, competência do sistema único de saúde;

III — normas gerais sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, floresta, caça, pesca, fauna, flora e cursos d'água;

IV — outros assuntos correlatos.

Art. 100. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compete:

I — opinar sobre a constitucionalidade, juricidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do plenário, por despacho da presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando, em virtude desses aspectos, houver recurso de decisão terminativa de comissão para o plenário;

II — ressalvadas as atribuições das demais comissões, emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, especialmente as seguintes: 1) criação de

estados e territórios, incorporação ou desmembramento de áreas a eles pertecentes;

2) estado de defesa, estado de sítio e intervenção federal, requisições civis, anistia;

3) segurança pública, corpo de bombeiros militares, polícia, inclusive marítima, aérea, de fronteiras, rodoviária e ferroviária;

4) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, aeronáutico, espacial, marítimo e penitenciário;

5) uso dos símbolos nacionais, nacionalidade, cidadania e naturalização, extradição e expulsão de estrangeiros, emigração e imigração;

6) órgãos do serviço público civil da União e servidores da administração direta e indireta, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Territórios;

7) normas gerais de licitação e contratação em todas as modalidades, para a administração pública, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas diversas esferas de governo, e empresas sob o seu controle (Const. art. 22, XXVII);

8) perda de mandato de Senador, pedido de licença de incorporação de Senador às Forças Armadas;

9) escolha de Ministro do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e de Governador de Território, escolha e destituição do Procurador-Geral da República;

10) transferência temporária da sede do Governo Federal;

11) registros públicos, organização administrativa e judiciária do Ministério Público e Defensoria Pública da União e dos Territórios, organização judiciária do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

12) limites dos Estados e do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

13) desapropriação e inquilinato;

14) criação, funcionamento e processo de juizado de pequenas causas, assistência jurídica e defensoria pública, custas dos serviços forenses;

15) matéria a que se refere o art. 96, II, da Constituição Federal.

III — propor, por projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal;

IV — opinar, em cumprimento a despacho da Presidência, sobre as emendas apresentadas como de redação, nas condições previstas no parágrafo único do artigo 258;

V — opinar sobre assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente, de ofício, ou por deliberação do Plenário, ou por outra comissão;

VI — opinar sobre recursos interpostos às decisões da Presidência;

VII — opinar sobre os requerimentos de voto de censura, de aplauso ou semelhante, salvo quando o assunto possa interessar às relações exteriores do País.

§ 1º Quando a Comissão emitir parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade de qualquer proposição, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente, por despacho do Presidente do Senado, salvo, não sendo unânime o parecer, recurso interposto nos termos do art. 276.

§ 2º Tratando-se de inconstitucionalidade parcial, a Comissão poderá oferecer emenda corrigindo o vício.

Art. 101. À Comissão de Educação compete opinar sobre proposições que versem sobre:

I) normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desportos, instituições educativas e culturais, diretrizes e bens da educação nacional, salário educação;

II) diversão e espetáculos públicos, criações artísticas, datas comemorativas e homenagens cívicas;

III) formação e aperfeiçoamento de recursos humanos;

IV) comunicação, imprensa, radiofusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiofusão sonora e de sons e imagens;

V) criações científicas e tecnológicas, informática, atividades nucleares de qualquer natureza, transporte e utilização de materiais radioativos, apoio e estímulo à pesquisa e criação de tecnologia;

VI) outros assuntos correlatos.

Art. 102. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional compete emitir parecer sobre:

I) proposições referentes aos atos e relações internacionais e ao Ministério das Relações Exteriores;

II) comércio exterior;

III) indicação de nomes para chefes de missões diplomáticas de caráter permanente junto a governos estrangeiros e das organizações internacionais de que o Brasil faça parte;

IV) requerimentos de votos de censura, de aplauso ou semelhante quando se refiram a acontecimentos ou atos públicos internacionais;

V) Forças Armadas de terra, mar e ar, requisições militares, passagem de forças estrangeiras e sua permanência no território nacional, questões de fronteiras e limites do território nacional, questões de fronteiras e limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo, declaração de guerra e celebração de paz;

VI) assuntos referentes à Organização das Nações Unidas e entidades internacionais de qualquer natureza;

VII) autorização para o Presidente ou vice-Presidente da República se ausentarem do território nacional;

VIII) outros assuntos correlatos.

Parágrafo único. A Comissão integrará, por um de seus membros, as comissões enviadas pelo Senado, ao exterior, em assuntos pertinentes à política externa do País.

Art. 103. À Comissão de Serviços de Infra-estrutura compete opinar sobre matérias pertinentes a:

I) transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos e hídricos e serviços de telecomunicações;

II) outros assuntos correlatos.

Arts. 104 a 116. Suprimidos.

Art. 117. Às Comissões Temporárias compete o desempenho das atribuições que lhes forem expressamente deferidas.

Arts. 118 a 122. Suprimidos.

Art. 123. As comissões reunir-se-ão nas dependências do Senado Federal.

Art. 124. .....

a) se ordinárias, nos dias e horários estabelecidos no início da sessão legislativa ordinária, salvo deliberação em contrário;

b) se extraordinárias, mediante convocação especial para dia, horário e fim indicados, observando-se, no que for aplicável, o disposto neste Regimento sobre a convocação de sessões extraordinárias do Senado.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, a reunião de Comissão Permanente ou Temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões ordinárias do Senado.

Art. 125. As comissões reunir-se-ão com a presença, no mínimo, da maioria de seus membros.

Parágrafo único. A pauta dos trabalhos da comissão será fixada com antecedência mínima de 3 dias úteis, devendo ser distribuída aos titulares e suplentes mediante protocolo, salvo em caso de urgência.

Art. 126. As deliberações terminativas nas comissões serão tomadas pelo processo nominal e maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

Art. 127. Suprimido.

Art. 128. As reuniões serão públicas, salvo os casos expressos neste Regimento ou quando o deliberar a comissão.

Art. 132. As Comissões Permanentes e as Temporárias serão secretariadas por funcionários da Secretaria do Senado e terão assessoramento próprio, constituído de até três assessores, designados pelo respectivo Presidente, ouvida a Assessoria.

Parágrafo único. Ao Secretário da comissão compete, além da redação das atas, a organização da pauta do dia e do protocolo dos trabalhos com o seu andamento.

Art. 134. .....

a) declaração de guerra ou celebração de paz;

b) trânsito ou permanência temporária de forças estrangeiras no território nacional.

§ 1º .....

§ 2º .....

§ 3º .....

Art. 136. Suprimido.

Art. 137. .....

a) vinte dias para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

b) .....

§ 1º Sobre as emendas, o prazo é de quinze dias, correndo em conjunto se tiver que ser ouvida mais de uma comissão.

§ 2º Se a comissão não puder proferir o parecer no prazo, tê-lo-á prorrogado, por igual período, desde que o seu presidente envie à Mesa, antes de seu término, comunicação es-

crita, que será lida no Expediente e publicada no *Diário do Congresso Nacional*. Posterior prorrogação só poderá ser concedida por prazo determinado e mediante deliberação do Senado.

§ 3º O prazo da comissão fica suspenso pelo encerramento da sessão legislativa, continuando a correr na sessão imediata, e renova-se pelo início de nova legislatura ou por designação de novo relator.

§ 4º Será suspenso o prazo da comissão durante o período necessário ao cumprimento das disposições previstas nos itens II, III, V e IX do art. 95-A.

§ 5º O prazo da comissão, em qualquer hipótese, não se suspende nos projetos sujeitos a prazos de tramitação, se faltarem apenas dez dias para o término da tramitação da matéria.

Art. 138. Quando a matéria for despachada a mais de uma comissão e a primeira esgotar o prazo sem sobre ela se manifestar, poderá ser dispensado o seu parecer, por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer senador.

Parágrafo único. .....

Art. 141 .....

I.....

II.....

a) .....

b) aos projetos de iniciativa do Presidente da República com tramitação urgente (Const., art. 64, § 1º).

c) aos projetos referidos no art. 95-B.

§ 1º Nos casos do inciso II, o prazo para a apresentação de emendas contar-se-á a partir da publicação da matéria no *Diário do Congresso Nacional*, sendo de vinte dias para os projetos de Código e de cinco dias para os demais projetos.

§ 2º.....

Art. 143. .....

1) .....

2) .....

3) nos casos da alínea *b* do inciso II, será final o pronunciamento, salvo recurso interposto por um décimo dos membros do Senado no sentido de ser a emenda submetida ao plenário, sem discussão.

4) nos caso da alínea *c* do inciso II, será final o pronunciamento da comissão, salvo recurso interposto para discussão e votação da proposição principal.

Arts. 145 e 146. Suprimidos.

Art. 152. O relatório deverá ser oferecido por escrito.

Art. 153. Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o relator, ele passará a constituir parecer.

§ 1º O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no § 4º deste artigo.

§ 2º .....

a) .....

b) .....

§ 3º Quando se tratar de proposição com prazo determinado, a vista, desde que não atingidos os últimos dez dias de sua tramitação, poderá ser concedida por vinte e quatro horas.

§ 4º .....

§ 5º .....

§ 6º .....

a) .....

b) assiná-lo, uma vez constituído parecer, com restrições ou pelas conclusões ou declarando-se vencidos.

§ 7º .....

§ 8º .....

§ 9º .....

Art. 154.....

a) .....

b) .....

c).....

d) .....

e) .....

1) .....

2) .....

3) .....

4) .....

§ 1º.....

§ 2º .....

§ 3º .....

§ 4º.....

§ 5º.....

§ 6º A comissão, ao se manifestar sobre emendas, deverá reunir a matéria da proposição principal e das emendas com parecer favorável num único texto, com os acréscimos e alterações que visem ao seu aperfeiçoamento.

§ 7º As emendas com parecer contrário das comissões serão submetidas ao plenário, desde que a decisão do órgão técnico não alcance unanimidade de votos, devendo esta circunstância constar expressamente do parecer.

§ 8º Toda vez que a comissão concluir o seu parecer com sugestão ou proposta que envolva matéria de requerimento ou emenda, formalizará a proposição correspondente.

Art. 155. Suprimido.

Art. 158. Uma vez assinados pelo presidente, pelo relator e pelos demais membros da comissão que participaram da deliberação, os pareceres serão enviados à Mesa, juntamente com as emendas relatadas, declarações de votos e votos em separado.

Art. 159. Os pareceres serão lidos em plenário, publicados no *Diário do Congresso Nacional* e distribuídos em avulsos, após manifestação das comissões a que tenha sido despachada a matéria.

Parágrafo único .....

Art. 160. .....

I — será despachado pelo presidente da comissão quando solicitar audiência de outra comissão, reunião conjunta com outra comissão ou diligência interna de qualquer natureza;

II .....

§ 1º No caso de convocação de Ministro de Estado, será feita comunicação ao presidente do Senado, que dela dará conhecimento ao plenário.

§ 2º Se a providência pedida não depender de deliberação do plenário, será tomada independentemente da publicação do parecer.

Art. 162. Os pareceres poderão ser proferidos oralmente, em plenário, por relator designado pelo presidente da Mesa.

a) .....

b) .....

c) .....

§ 1º Se, ao ser chamada a emitir parecer nos casos do inciso I e alíneas *a*, *b*, *c* e *d* do inciso II do art. 195, o relator requerer diligência, sendo esta deferida, o seu pronunciamento dar-se-á em plenário após o cumprimento do requerimento.

§ 2º Para emitir parecer oral em plenário o relator terá o prazo máximo de trinta minutos.

Art. 164. Suprimido.

Art. 167.....

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

e) .....

Parágrafo único. A inobservância do caráter secreto, confidencial ou reservado, de documentos de interesse de qualquer comissão, sujeitará o infrator à pena de responsabilidade, apurada na forma da lei.

Art. 168. A criação de comissão parlamentar de inquérito será feita mediante requerimento de um terço dos membros do Senado Federal.

§ 1º O requerimento de criação da comissão parlamentar de inquérito determinará o fato a ser apurado, o número de membros, o prazo de duração da comissão e o limite das despesas a serem realizadas.

§ 2º recebido o requerimento, o presidente ordenará que seja numerado e publicado.

§ 3º O senador só poderá integrar duas comissões parlamentares de inquérito, uma como titular, outra como suplente.

§ 4º A comissão terá suplentes, em número igual à metade do número dos titulares, mais um, escolhidos no ato da designação destes, observadas as normas constantes do art. 81.

Art. 169. Não se admitirá comissão parlamentar de inquérito sobre matéria pertinente:

a) .....

b) às atribuições do Poder Judiciário;

c) .....

Art. 170. Na hipótese de ausência do relator a qualquer ato do inquérito, poderá o presidente da comissão designar-lhe substituto para a ocasião, mantida a escolha na mesma representação partidária ou bloco parlamentar.

Arts. 171 e 172. Suprimidos.

Art. 173. No exercício das suas atribuições, a comissão parlamentar de inquérito terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, facultada a realização de diligências que julgar necessárias, podendo convocar ministro de Estado, tomar o depoimento de qualquer autoridade, inquirir testemunhas, sob compromissos, ouvir os indiciados, requisitar de órgão público informações ou docu-

mentos de qualquer natureza, bem como requerer ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeções e auditorias que entender necessárias.

§ 1º No dia previamente designado, se não houver número para deliberar, a comissão parlamentar de inquérito poderá tomar depoimento das testemunhas ou autoridades convocadas, desde que estejam presentes o presidente e o relator.

§ 2º Os indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação processual penal, aplicando-se, no que couber, a mesma legislação, na inquirição de testemunhas e autoridades.

Art. 175. Ao término de seus trabalhos, a Comissão Parlamentar de Inquérito enviará à Mesa, para conhecimento do plenário, seu relatório e conclusões.

§ 1º A comissão poderá concluir seu relatório por projeto de resolução se o Senado for competente para deliberar a respeito.

§ 2º Sendo diversos os fatos objeto de inquérito, a comissão dirá, em separado, sobre cada um, podendo fazê-lo antes mesmo de finda a investigação dos demais.

Art. 176. Suprimido.

Art. 177. A Comissão Parlamentar de Inquérito encaminhará suas conclusões, se for o caso, ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 178. O prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito poderá ser prorrogado, automaticamente, a requerimento de um terço dos membros do Senado, enviado à Mesa, lido em plenário e publicado no "Diário do Congresso Nacional", observado o disposto no § 4º do art. 77.

Art. 178-A. Nos atos processuais, aplicar-se-ão, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal.

Art. 179. .....

I — ordinárias, as realizadas de segunda a quinta-feira, às quatorze horas e trinta minutos e às sextas-feiras, às nove horas;

II — extraordinárias, as realizadas em dias ou horários diversos dos prefixados para as ordinárias;

III — especiais, as realizadas para comemoração ou homenagens.

Parágrafo único. .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

Art. 180. A sessão ordinária terá início, de segunda a quinta-feira, às quatorze horas e trinta minutos e, às sextas, às nove horas, pelo relógio do plenário, presentes no recinto pelo menos um vigésimo da composição do Senado, e terá a duração máxima de quatro horas, salvo prorrogação ou no caso do disposto nos arts. 201 e 202.

§ 1º Ao declarar aberta a sessão, o Presidente proferirá as seguintes palavras: "sob a proteção de Deus iniciamos nosso trabalhos."

§ 2º .....

§ 3º .....

§ 4º Em qualquer fase da sessão, estando em plenário menos de um vigésimo da composição da Casa, o Presidente suspenderá a sessão, fazendo acionar as campainhas durante dez minutos, e, se ao fim desse prazo permanecer a inexistência de número, a sessão será encerrada.

§ 5º Do período do tempo da sessão descontar-se-ão as suspensões ocorridas.

Art. 181. A primeira parte da sessão, que terá a duração de uma hora, será destinada à leitura do expediente e os oradores inscritos na forma do disposto no art. 19.

§ 1º .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

§ 2º .....

Art. 183. O tempo de seguir à leitura do expediente será destinado aos oradores da Hora do Expediente, podendo cada um dos inscritos usar da palavra pelo prazo de vinte minutos.

§ 1º .....

§ 2º Se algum Senador, antes do término da Hora do Expediente, solicitar da Mesa inscrição para manifestação de pesar, comemoração ou comunicação inadiável, explicação pessoal ou justificação de proposição a apresentar, o Presidente lhe assegurará a palavra na prorrogação.

§§ 3º a 6º .....

Art. 184. .....

Art. 185. .....

Art. 186. .....

Art. 187. A Ordem do Dia terá início, impreterivelmente, ao término do tempo destinado à Hora do Expediente, salvo prorrogação.

Art. 188. As matérias serão incluídas em Ordem do Dia, a juízo do Presidente, segundo sua antigüidade e importância, observada a seguinte seqüência:

I — matéria urgente de iniciativa do Presidente da República, com prazo de tramitação esgotado (Const., art. 64, § 2º);

II — matéria em regime de urgência do art. 371, *a*;

III — matéria preferencial constante do art. 195, I, isso II, segundo os prazos alí previstos;

IV — matéria em regime de urgência do art. 371, *b*;

V — matéria em regime de urgência do art. 371, *c*;

VI — matéria em tramitação normal.

§ 1º .....

a) .....

b) .....

c) .....

§ 2º .....

§ 3º Nos grupos do incisos III e VI, obedecido o disposto no § 1º deste artigo, observa-se-á a seqüência:

a) .....

1) .....

2) .....

b) .....

1) .....

2) .....

3) suprimido

4) suprimido

c) .....

1) .....

2) .....

3) suprimido

4) suprimido

§ 4º .....

a) .....

b) .....

1) .....

2) .....

3) .....

4) .....

5) .....

§ 5º .....

§ 6º .....

Art. 192. .....

Parágrafo único. Nenhuma matéria poderá ser incluída em Ordem do Dia sem que tenha sido efetivamente publicada no *Diário do Congresso Nacional* e em avulsos com, no mínimo, dez dias de antecedência.

Art. 192-A. Salvo em casos especiais, assim considerados pela Presidência, das Ordens do Dia das sessões ordinárias das segundas e sextas-feira não constarão matérias em fase de votação.

Parágrafo único. O princípio estabelecido neste artigo aplica-se, ainda às matérias que tiverem suas discussões encerradas nas sessões ordinárias das segundas e sextas-feira.

Art. 192-B. Somente poderão ser submetidas à deliberação do Plenário, em cada sessão legislativa, as proposições protocoladas junto à Secretária-Geral da Mesa até a data de trinta de novembro.

Parágrafo único. Ficam ressalvadas do disposto neste artigo, as matérias da competência privada do Senado Federal relacionadas no art. 52 da Constituição e, em casos excepcionais, até três matérias, por decisão da Presidência e consenso das lideranças.

Art. 193. .....

§ 1º .....

§ 2º Nos avulsos da Ordem do Dia deverão constar:

a) os projetos em fase de recebimento de emendas perante a Mesa ou comissão;

b) os projetos em fase de apresentação do recurso a que se refere o § 3º do art. 95-B;

c) as proposições que deverão figurar em Ordem do Dia nas três sessões ordinárias seguintes.

§ 3º Nos dados referidos no parágrafo anterior, haverá indicação expressa dos prazos, número de dias transcorridos e, no caso da alínea *a*, da comissão que deverá receber as emendas.

Art. 195. .....

I .....

II .....

a) .....

b) de projeto de lei ânua ou que tenha por fim prorrogar prazo de lei, se faltarem dez dias, ou menos, para o término de sua vigência ou da sessão legislativa, quando o fato deva ocorrer em período de recesso do Congresso,

ou nos dez dias que se seguirem à instalação da sessão legislativa subseqüente;

c) de projeto de decreto legislativo referente a tratado, convênio ou acordo internacional, se faltarem dez dias, ou menos, para o término do prazo no qual o Brasil deva manifestar-se sobre o ato em apreço;

d) de projetos com prazo se faltarem dez dias para o término da tramitação.

Parágrafo único. Nas hipóteses das alíneas *c* e *d* do inciso II, o projeto emendado voltará à Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subseqüente, salvo se o encerramento da discussão se der no penúltimo dia do prazo ou da sessão legislativa, caso em que a matéria terá a mesma tramitação prevista para o caso do art. 371, *b*.

e) Da Dispensa da Hora do Expediente ou da Ordem do Dia.

Art. 197. Em casos excepcionais, assim considerados pela Mesa, e nos sessenta dias que precedem as eleições gerais, poderão ser dispensados, ouvidas as lideranças, os períodos correspondentes à Hora do Expediente ou à Ordem do Dia.

Art. 199. Esgotada a Ordem do Dia, o tempo que restar para o término da sessão será destinado preferencialmente ao uso da palavra pelas lideranças e, havendo tempo, pelos oradores inscritos na forma do disposto no art. 19.

Art. 201. .....

Parágrafo único. Suprimido.

Art. 210. A sessão extraordinária, convocada de ofício pelo Presidente ou por deliberação do Senado, terá o mesmo rito e duração da ordinária.

Parágrafo único. .....

Art. 211. Em sessão extraordinária, só haverá oradores antes da Ordem do Dia, caso não haja número para as deliberações.

Art. 212. O Presidente prefixará dia, horário e Ordem do Dia para a sessão extraordinária, dando-os a conhecer, previamente, ao Senado, em sessão ou através de qualquer meio de comunicação.

Parágrafo único. .....

Art. 215. .....

Parágrafo único. O Presidente poderá admitir na sessão, a seu juízo, a presença dos servidores que julgue necessários.

Art. 220. .....

I .....

a) .....

b) .....

c) perda de mandato ou suspensão de imunidades de Senador durante o estado de sítio;

d) escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente;

e) requerimento para realização de sessão secreta (art. 214).

II .....

§ 1º .....

§ 2º .....

Art. 224. Será elaborada ata circunstanciada de cada sessão, contendo, entre outros, os incidentes, debates, declarações da Presidência, listas de presença e chamada, texto das matérias lidas ou votadas e os discursos, a qual constará, salvo se secreta, do *Diário do Congresso Nacional*, que será publicado diariamente, durante as sessões legislativas ordinárias e extraordinárias, e eventualmente, nos períodos de recesso, sempre que houver matérias para publicação.

§ 1º .....

§ 2º Quando o discurso, requisitado para revisão, não for restituído à Taquigrafia até as dezoito horas do dia seguinte, deixará de ser incluído na data da sessão respectiva, onde figurará nota explicativa a respeito, no lugar a ele correspondente.

§ 3º .....

Art. 226. É permitido ao senador enviar à Mesa, para publicação no *Diário do Congresso Nacional* e inclusão nos Anais, o discurso que deseje proferir na sessão, dispensada a sua leitura.

Art. 234. .....

I — propostas de emenda à Constituição;

II — projetos;

III — requerimentos;

IV — indicações;

V — preceres;

VI — emendas.

Art. 235. .....

a) projetos de lei, referentes a matéria da competência do Congresso Nacional, com sanção do presidente da República;

b) projetos de decreto legislativo, referentes a matéria da competência exclusiva do Congresso Nacional;

c) .....

Art. 238. .....

I — dependente de decisão da Mesa, requerimento de informação a ministro de Estado (Const., art. 50, § 2º);

II — dependentes de despacho do presidente:

a) de publicação de informações oficiais no *Diário do Congresso Nacional;*

b) de esclarecimento sobre atos da administração interna do Senado;

c) de retirada de indicação ou requerimento;

d) de reconstituição de proposição.

III — dependente de votação com a presença, no mínimo, de um décimo da composição do Senado:

a) de licença para tratamento de saúde;

d) de prorrogação do tempo da sessão;

c) de homenagem de pesar, inclusive levantamento da sessão.

Parágrafo único. Suprimido.

Art. 239. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I — serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II — não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a quem se dirija;

III — lidos no Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

IV — se deferidos, serão solicitadas, ao ministro de Estado competente, as informações requeridas, ficando interrompida a tramitação da matéria que se pretenda esclarecer. Se indeferido, irá ao arquivo, feita comunicação ao plenário.

V — as informações recebidas, quando se detinarem à elucidação de matéria pertinente a proposição em curso no Senado, serão incorporadas ao respectivo processo.

§ 1º Ao fim de trinta dias, quando não hajam sido prestadas as informações, o Senado reunir-se-á, dentro de setenta e duas horas, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição.

§ 2º Aplicam-se, no que couber, as disposições do parágrafo anterior ao caso de fornecimento de informações falsas.

Art. 252. Se houver mais de um parecer, de conclusões discordantes, sobre a mesma matéria, a ser submetido ao plenário, proceder-se-á de acordo com a norma estabelecida no parágrafo único do art. 250.

Art. 253. .....

a) .....

b) em sentido contrário à proposição quando se trate de proposta de emenda à Constituição, projeto de lei ou de resolução;

c) .....

d) que importe aumento da despesa prevista (Const., art. 63):

1) nos projetos de iniciativa do presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, §§ 3º e 4º da Constituição;

2) nos projetos sobre organização dos serviços administrativos do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público (Const., art. 63, II).

Art. 254. Às comissões é admitido oferecer subemendas as quais não poderão conter matéria estranha à das respectivas emendas.

Parágrafo único. Suprimido.

Art. 255. A emenda não adotada pela comissão (art. 143, I), poderá ser renovada em plenário, salvo se unânime o parecer pela rejeição.

Art. 256. Nenhuma emenda será aceita sem que o autor a tenha justificado por escrito ou oralmente.

Parágrafo único. A justificação oral de emenda em plenário deverá ser feita no prazo de que seu autor dispuser para falar no expediente da sessão.

Art. 257. Suprimido.

Art. 258. .....

Parágrafo único. Quando houver dúvidas sobre se a emenda apresentada como de redação atinge a substância da proposição, ouvir-se-á a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Art. 259. .....

I — perante ?comissão, quando se tratar de emenda apresentada de acordo com o disposto no art. 141;

II — perante a Mesa, no prazo de cinco sessões ordinárias, quando se tratar de emenda:

a) a projeto de alteração ou reforma do Regimento Interno;

b) a projeto de decreto legislativo referente a prestação de contas do presidente da República,

c) aos projetos mencionados no art. 95-B, quando houver interposição de recurso;

d) ao projeto, em turno único, que obtiver parecer favorável, quanto ao mérito, das comissões;

e) ao projeto, em turno único, que obtiver parecer contrário, quanto ao mérito, das comissões, desde que admitido recurso para sua tramitação.

III.....

a) .....

1) .....

2) .....

3) .....

4) .....

b) .....

1) requerimento que diga respeito à ordenação das matérias do Ordem do Dia ou a proposição dela constante;

2) emenda a projeto em turno suplementar, ao anunciar-se a sua discussão.

c) .....

1) .....

2) .....

d) .....

1) adiamento de discussão ou votação;

2) encerramento de discussão;

3) dispensa de discussão;

4) votação por determinado processo;

5) votação em globo ou parcelada;

6) destaque de dispositivo ou emenda para aprovação, rejeição, votação em separado ou constituição de proposição autônoma;

7) retirada de proposição constante da Ordem do Dia.

e) .....

1) .....

2) .....

3) Suprimido.

f) .....

Art. 262. As proposições, salvo os requerimentos, devem ser acompanhadas de justificação oral ou escrita, observado o disposto no parágrafo único do art. 256:

a) Suprimido.

b) Suprimido.

Parágrafo único. .....

Art. 264. As matérias constantes de projeto de lei rejeitado somente poderão ser objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros do Senado (Const., art. 67).

Art. 266. O projeto ou requerimento de autoria individual de senador, salvo requerimento de licença e de autorização para a desempenho de missão, só será lido quando presente seu autor.

Art. 267. Considera-se autor da proposição o seu primeiro signatário quando a Constituição ou este regimento não exija, para a sua apresentação, número determinado de subscritores, não se considerando, neste último caso, assinaturas de apoiamento.

Art. 269. .....

Parágrafo único. A proposição de comissão deve ser assinada pelo seu presidente e membros, totalizando, pelo menos, a maioria da sua composição.

Art. 270. .....

I) .....

a) as propostas de emenda à constituição;

b) os projetos de lei da Câmara;

c) os projetos de lei do Senado;

d) os projetos de decreto legislativo, com especificação da Casa de origem;

e) os projetos de resolução;

f) os requerimentos;

g) as indicações;

h) os pareceres.

II) as emendas serão numeradas, em cada turno, pela ordem dos artigos da proposição emendada, guardada a seqüência determinada pela sua natureza, a saber: supressivas, substitutivas, modificativas e aditivas;

III) .....

IV) as emendas da Câmara serão anexadas ao processo do projeto primitivo e tramitarão com o número deste.

§ 1º .....

§ 2º Nas publicações referentes aos projetos em revisão, mencionar-se-á, entre parênteses, o número na Casa de origem, em seguida ao que lhe couber no Senado.

§ 3º Ao número correspondente a cada emenda de comissão acrescentar-se-ão as iniciais desta.

§ 4º A emenda que substituir integralmente o projeto terá, em seguida ao número, entre parênteses, a indicação "substitutivo".

§ 5º Suprimido.

Art. 272. A votação de apoiamento não será encaminhada, salvo se algum senador pedir a palavra para combatê-lo, caso em que o encaminhamento ficará adstrito a um senador de cada partido ou bloco parlamentar.

Parágrafo único. O *quorum* para aprovação do apoiamento é de um décimo da composição do Senado.

Art. 276. .....

1) de decisão da Mesa, no caso do art. 238, I;

2) de decisão do Presidente, nos casos dos arts. 237 e 238, II;

3) de deliberação de comissão, na forma do art. 95-B;

4) de deliberação do Plenário, nos demais casos.

Art. 277. .....

Parágrafo único. Quando se tratar de requerimento, só serão submetidos à apreciação das comissões os seguintes:

1) de voto da censura, de aplauso ou semelhante (art. 245);

2) de sobrestamento do estudo de proposição (art. 370, parágrafo único).

Art. 278. Quando os projetos receberem pareceres contrários, quanto ao mérito, serão tidos como rejeitados e arquivados definitivamente, salvo recurso de um décimo dos membros do Senado no sentido de sua tramitação.

Parágrafo único. A comunicação do arquivamento será feita pelo Presidente, em plenário, podendo o recurso ser apresentado no prazo de quarenta e oito horas contando da comunicação.

Art. 279. A deliberação do Senado será:

I) .....

a) .....

b) .....

c) .....

II) .....

a) projeto;

b) .....

c) .....

1) .....

2) publicação de documento no *Diário do Congresso Nacional* para transcrição nos Anais;

3) inclusão em Ordem do Dia de matéria que não tenha recebido parecer no prazo regimental (art. 195, I);

4) audiência de comissão que não tenha oferecido parecer no prazo regimental (art. 138, parágrafo único);

5) dispensa de parecer da comissão que haja esgotado o prazo a ela destinado (art. 138, *caput*);

6) constituição de Comissão Temporária;

7) voto de censura, de aplauso ou semelhante (art. 245);

8) tramitação em conjunto, de projetos regulando a mesma matéria (art. 282);

9) comparecimento de Ministro de Estado ao plenário;

10) retirada de proposição não constante da Ordem do Dia (art. 280, § 2º, **b**, 2);

11) reabertura da discussão de matéria não constante da Ordem do Dia;

12) sobrestamento do estudo de proposição;

13) suprimido.

III).....

Parárafo único. Ao ser anunciado o requerimento constante do item 3 da alínea *c* do inciso II, será dada a palavra ao Presidente da comissão em que se ache o projeto para se manifestar sobre a providência requerida.

Art. 282. Havendo, em cursos no Senado, dois ou mais projetos regulando a mesma matéria, é lícito promover sua tramitação em conjunto, mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer comissão ou Senador.

Art. 294. As proposições em curso no Senado são subordinadas, em sua apreciação, a um único turno de discussão e votação, salvo proposta de emenda à Constituição.

Parágrafo único. Havendo substitutivo integral, aprovado pelo Plenário no turno único, o projeto será submetido a turno suplementar.

Art. 295. Cada turno é constituído de discussão e votação.

Arts. 296 a 302. Suprimidos.

Art. 304. Anunciada a matéria, será dada a palavra aos oradores para a discussão.

Art. 306. .....

a) .....

b) por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador, quando já houverem falado, pelo menos, três Senadores a favor e três contra.

1) suprimido.

2) suprimido.

Art. 307. .....

Parágrafo único. A dispensa da discussão deverá ser requerida ao ser anunciada a matéria.

SEÇÃO IV
Da Proposição Emendada

Art. 308. Lidos os pareceres das comissões sobre as proposições, em turno único, e distribuídos em avulsos, abrir-se-á o prazo de cinco sessões ordinárias para apresentação de emendas, findo o qual a matéria, se emendada, voltará às comissões para exame.

Parágrafo único. Não sendo emendada, a proposição estará em condições de figurar em Ordem do Dia, obdecido o interstício regimental.

Art. 309. .....

Parágrafo único. Suprimido.

Art. 310 A discussão, salvo nos projetos em regime de urgência, poderá ser adiada, mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador ou comissão, para os seguintes fins:

a) .....
b) .....
c) .....
d) .....
e) .....

§ 1º O adiamento previsto na alínea **"c"** não poderá ser superior a trinta dias, só poderá ser renovado uma vez, por prazo não superior ao primeiro, não podendo, em qualquer hipótese, ultrapassar o período da sessão legislativa.

§ 2º Não se admitirá requerimento de audiência de comissão ou de outro órgão que não tenha competência regimental ou legal para se manifestar sobre a matéria.

§ 3º O requerimento previsto na alínea **"b"** somente poderá ser recebido quando:

a) a superveniência de fato novo possa justificar a alteração do parecer proferido;

b) houver omissão ou engano manifesto no parecer;

c) a própria comissão, pela maioria de seus membros, julgue necessário o reexame.

§ 4º O requerimento previsto nas alíneas *a, b* e *c* será apresentado e votado ao se anunciar a matéria e o das alíneas *d* e *e*, em qualquer fase da discussão.

§ 5º Quando, para a mesma proposição, forem apresentados dois ou mais requerimentos previstos na alínea **c**, será votado, em primeiro lugar, o de prazo mais longo.

§ 6º Não havendo número para votação do requerimento, ficará este prejudicado.

Art. 311. Suprimido.

Art. 312. E de quarenta e oito horas o interstício entre a distribuição de avulsos dos pareceres das comissões e o início da discussão ou votação correspondente.

1) Suprimido.
2) Suprimido.

Arts. 314 e 315. Suprimidos.

Art. 316. Sempre que for aprovado substitutivo integral a projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução em turno único, será ele submetido a turno suplementar.

§ 1º Nos projetos sujeitos a prazo de tramitação, o turno suplementar realizar-se-á quarenta e oito horas após a aprovação do substitutivo, se faltarem oito dias, ou menos, para o término do referido prazo.

§ 2º Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, por ocasião da discussão da matéria, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Art. 322. As deliberações do Senado serão tomadas para maioria de votos, presente a maioria absoluta dos seus membros (Const., art. 47), salvo nos seguintes casos, em que serão:

I — por voto favorável de dois terços da composição da Casa:

a) sentença condenatória nos casos previstos nos incisos I e II do art. 52 da Constituição;

b) fixação de alíquotas máximas nas operações internas, para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados e do Distrito Federal (Const., art. 155, § 2º, V, **b**).

c) suspensão de imunidade de Senadores, durante o estado de sítio (Const., art. 53, § 7º).

II — por voto favorável de três quintos da composição da Casa, proposta de emenda à Constituição (Const., art. 60, § 2º).

III — por voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa:

a) projeto de lei complementar (Const., art 69)

b) exoneração, de ofício, do procurador-geral da República, antes do término de seu mandato (Const., art. 52, XI);

c) perda de mandato de senador, nos casos previstos no art. 55, § 2º, da Constituição;

d) aprovação de nome indicado para ministro do Supremo Tribunal Federal (Const., art. 101, parágrafo único) e para procurador-geral da República (Const., art. 128, § 1º);

e) aprovação de ato do presidente da República que decretar o estado de defesa (Const., art. 136, § 4º);

f) autorização ao presidente da República para decretar o estado de cítio (Const., art. 137, parágrafo único);

g) estabelecimento de alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportações (Const., art. 155, § 2º, IV);

h) estabelecimento de alíquotas mínimas nas operações internas (Const., art. 155, §2º, V, *a*);

i) autorização de operações de crédito que excedem o montante das despesas de capital, mediante créditos suplementares ou especiais específicos (Const., art. 167, III).

IV — por voto favorável de dois quintos da composição da Casa, aprovação da não-renovação de concessão ou permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens (Const., art. 223, § 2º).

V — por maioria de votos, presentes um décimo dos senadores, nos requerimentos compreendidos no inciso II do art. 238.

Parágrafo único. .....

Art. 325. .....

a) .....

1) exoneração, de ofício, do procurador-geral da República, (Const., art. 52, XI);

2) perda de mandato de senador, nos casos previstos no art. 55, § 2º da Constituição;

3) prisão de senador e autorização da formação da culpa, no caso de flagrante de crime inafiançável (Const., art. 53, § 3º);

4) suspensão das imunidades de senador durante o estado de cítio (Const., art. 53, § 7º);

5) escolha de autoridades;

b) .....

c) .....

Parágrafo único. Suprimido.

Art. 327. .....

I. — .....

II — o voto dos líderes representará o de seus liderados presentes, permitida a declaração de voto em documento a ser encaminhado à Mesa para publicação;

III — se for requerida verificação da votação, será ela repetida pelo processo nominal;

IV — o requerimento de verificação de votação só será admissível se apoiado por três senadores;

V — procedida a verificação de votação e constatada a existência de número não será permitida nova verificação antes do decurso de uma hora;

VI — não será admitido requerimento de verificação se a presidência já houver anunciado a matéria seguinte;

VII — antes de anunciado o resultado, será lícito tomar o voto do senador que penetrar no recinto após a votação;

VIII — verificada a falta de *quorum*, o presidente suspenderá a sessão, fazendo acionar as campanhias durante dez minutos, após o que esta será reaberta, procedendo-se nova votação;

IX — confirmada a falta de número, ficará adiada a votação, que será reiniciada ao voltar a matéria à deliberação do plenário;

X — se, ao processar-se a verificação, o requerente não estiver presente ou deixar de votar, considerar-se-á como tendo dela desistido;

XI — considerar-se-á como requerida verificação qualquer dúvida levantada, durante a votação, sobre a existência de *quorum*.

Art. 332. Os votos em branco e as abstenções verificadas nas votações serão computadas para efeito de *quorum*.

Parágrafo único. Suprimido.

Art. 333. Suprimido.

Art. 334. Terminada a apuração, o presidente proclamará o resultado da votação, especificando os votos favoráveis, contrários, em branco, nulos e as abstenções.

Art. 335. A votação realizar-se-á imediatamente após a discussão, se este regimento não dispuser noutro sentido.

1) Suprimido.
2) Suprimido.

Art. 343. Anunciada a votação de qualquer matéria, é lícito ao senador usar da palavra por cinco minutos para encaminhá-la.

Art. 345. .....

— .....
— .....
— .....
— .....
— .....

— de senador, solicitando de órgão estranho ao Senado a remessa de documentos;

— de comissão ou senador, solicitando informações oficiais;

— de comissão ou senador, solicitando a publicação, no *Diário do Congresso Nacional*, de informações oficiais;

— .....

— .....

— de destaque de disposição ou emenda.

Parágrafo único. O encaminhamento de votação de requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada partido ou bloco parlamentar, salvo nas homenagens de pesar.

Art. 350. .....

§ 1º O requerimento deverá ser apresentado e votado como preliminar ao ser anunciada a matéria.

§ 2º Não havendo número para votação, o requerimento ficará sobrestado.

Art. 351. Proclamado o resultado da votação, é lícito ao senador encaminhar à Mesa, para publicação, declaração de voto.

Parágrafo único. Não haverá declaração de voto se a deliberação for secreta, não se completar por falta de número ou se não for suscetível de encaminhamento.

Art. 352. .....

Parágrafo único. A redação dos projetos de lei da Câmara destinados à sanção será dispensada, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir.

Art. 353. É privativo da comissão para o estudo da matéria, redigir o vencido nos casos de:

I — .....

II — proposta da emenda à Constituição;

III — .....

Art. 354. Nos projetos da Câmara emendados pelo Senado, a redação final limitar-se-á às emendas, destacadamente, não as incorporando ao texto da proposição.

Art. 367. Ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado, exceto as originárias da Câmara ou por ela revisadas e as com parecer favorável das comissões.

Art. 368. Serão, ainda, automaticamente arquivadas as proposições que se encontrem em tramitação há duas legislaturas.

Parágrafo único. A proposição arquivada, nos termos deste e do artigo anterior, não poderá ser desarquivada.

Art. 372. A urgência dispensa, durante toda a tramitação da matéria, interstícios, prazos e formalidades regimentais salvo pareceres, *quorum* para deliberação e distribuição de cópias da proposição principal.

Art. 378. No encaminhamento da votação de requerimento de urgência, poderão usar da palavra, pelo prazo de cinco minutos, um dos signatários e um representante de cada partido ou de bloco parlamentar; quando se tratar de requerimento de autoria de comissão, poderão usar da palavra o seu presidnte e o relator da matéria para a qual foi a urgência requerida.

Art. 381. .....

I — imediatamente, nas hipóteses do art. 371, *a* e *b*, podendo o relator solicitar prazo não excedente a duas horas.

II — .....

§ 1º .....

§ 2º O parecer será oral nos casos do art. 371, *a* e *b*, e, por motivo justificado, na hipótese do art. 371, *c*.

§ 3º Suprimido.

Art. 383. .....

I — nos casos do art. 371, *a* e *b*, os pareceres serão proferidos imediatamente, por relator designado pelo presidente, o qual poderá pedir o prazo previsto no art. 381, I;

II — .....

Art. 385. O turno suplementar de matéria em regime de urgência será realizado imediatamente após o aprovação, em turno único, do substitutivo, podendo ser concedido o prazo de vinte e quatro horas para a redação do vencido, quando houver.

Art. 388. São consideradas em regime de urgência, independentemente de requerimento:

I — .....

a) autorizar a presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente (*Const., art. 49, II*);

b) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal; autorizar o estado de sítio ou suspender qualquer dessas medidas (Const., art. 49, IV);

II — com tramitação prevista para o caso do art. 371, *b*, a matéria que objetive autorização para o presidente e o vice-presidente da República se ausentarem do País (Const., art. 49, III).

Parágrafo único. Terão, ainda, a tramitação prevista para o caso do art. 371, *b*, independentemente de requerimento, as proposições sujeitas a prazo, quando faltarem dez dias para o término desse prazo.

TÍTULO XI

Das Proposições Sujeitas a Disposições Especiais

Da Emenda à Constituição

Art. 388-A. Poderão ter iniciada a tramitação no Senado porpostas de emenda à Constituição de iniciativa:

I — de um terço, no mínimo, dos membros do Senado Federal (Const., art. 60, I);

II — de mais da metade das Assembléias Legislativas das Unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros (Const., art. 60, III);

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervanção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio (Const., art. 60, § 1º).

§ 2º A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada, se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos senadores (Const., art. 60, § 2º).

§ 3º Não será objeto de delibaração a proposta de emenda tendente a abolir (Const., art. 60, § 4º, I, II, III e IV):

I — a forma federativa de Estado;

II — o voto direto, secreto, universal e periódico;

III — a separação dos poderes;

IV — os direitos e garantias individuais.

Art. 388-B. A proposta será lida no Expediente, publicada no *Diário do Congresso Nacional* e em avulsos, para distribuição aos Senadores.

Art. 388-C. Nas quarenta e oito horas seguintes à leitura, será, designada pelo presidente da comissão dezesseis membros para emitir parecer sobre a matéria no prazo de trinta dias, improrrogáveis, observado o disposto no art. 81.

Parágrafo único. Integração a comissão pelo menos sete membros titulares da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Art. 388-D. Cinco dias após a publicação do parecer no *Diário do Congresso Nacional* e distribuição em avulsos, a matéria poderá ser incluída em Ordem do Dia.

Art. 388-E. Decorrido o prazo de que trata o art. 388-C sem que a comissão haja proferido seu parecer, ou pedido a prorrogação, a proposta de emenda à Constituição será colocada em Ordem do Dia, a fim de que o plenário delibere se deve ter prosseguimento.

§ 1º Se o pronunciamento do plenário for contrário ao prosseguimento, a proposta será considerada definitivamente rejeitada e recolhida ao arquivo.

§ 2º Aprovado o prosseguimento, a matéria será considerada incluída em Ordem do Dia, em fase de discussão, em primeiro turno, durante cinco sessões ordinárias consecutiva, quando poderão ser oferecidas emendas, assinadas por um terço, no mínimo, dos membros do Senado.

§ 3º Não será recebida emenda que não tenha relação direta e imediata com a matéria tratada na proposta.

Art. 388-F. Encerrada a discussão com a apresentação de emendas, a matéria voltará à comissão, que emitirá parecer no prazo improrrogável de trinta dias.

Art. 388-G. Lido o parecer no expediente, publicado no *Diário do Congresso Nacional* e distribuído em avulsos com a proposta e as emendas, a matéria poderá ser incluída em Ordem do Dia.

Art. 388-H. Esgotado o prazo da comissão, sem parecer, a matéria poderá ser incluída em Ordem do Dia, para votação, em primeiro turno, pelo processo nominal.

Art. 388-I. O interstício entre o primeiro e o segundo turno será de, no mínimo, cinco sessões ordinárias.

Art. 388-J. Incluída a proposta em Ordem do Dia, para o segundo turno, será aberto o prazo de três sessões ordinárias para discussão, quando poderão ser oferecidas emenda que não envolvam o mérito.

Art. 388-K. Encerrada a discussão, em segundo turno, com apresentação de emendas, a matéria voltará à comissão, para parecer em cinco dias improrrogáveis, após o que será incluída em Ordem do Dia, em fase de votação.

Art. 388-L. Aprovada, sem emendas, a proposta será remetida à Câmara dos Deputados. Emendada, será encaminhada à comissão, que terá o prazo de três dias para oferecer a redação final.

Art. 388-M. A redação final, apresentada à Mesa, será votada com qualquer número, independentemente de publicação.

Art. 388-N. Considera-se proposta nova o substitutivo da Câmara a proposta de iniciativa do Senado.

Art. 388-O. Na revisão do Senado, à proposta da Câmara dos Deputados, aplicar-se-ão as normas estabelecidas neste título.

Art. 388-P. Quando ultimada a aprovação da proposta no Senado, será o fato comunicado à Câmara dos Deputados e convocada sessão para promulgação da emenda.

Art. 388-Q. É vedada a tramitação concomitante de mais de cinco propostas de emenda à Constituição.

Art. 388-R. É vedada a apresentação de proposta que objetive alterar dispositivos sem correlação direta entre si.

Art. 388-S. Aplicam-se à tramitação da proposta, no que couber, as normas estabelecidas neste regimento, para as demais proposições.

Art. 388-T. A matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Art. 390. Nos projetos de lei de iniciativa do presidente da República, com prazo determinado (Const., art. 64, § 2º), proceder-se-á da seguinte maneira:

I — o projeto será lido no Expediente e distribuído às comissões competentes, somente podendo receber emendas na primeira comissão constante do despacho e pelo prazo de cinco dias;

II — o projeto será apreciado, simultaneamente, pelas comissões, sendo feitas tantas autuações quantas forem necessárias;

III — as comissões deverão apresentar os pareceres até dez dias antes do término do prazo de tramitação do projeto;

IV — publicado o parecer e distribuído em avulsos, decorrido o interstício regimental, o projeto será incluído em Ordem do Dia;

V — não sendo emitidos os pareceres no prazo fixado no inciso III, aplica-se o disposto no art. 195, II, *d*.

VI — o adiamento da discussão ou de votação nçao poderá ser aceito por prazo superior a vinte e quatro horas;

VII — a redação final das emendas deverá ser apresentada em plenário no prazo máximo de quarenta e oito horas após a votação da matéria;

VIII — esgotado o prazo para tramitação do projeto sem que se tenha concluído a votação, ele deverá ser incluído em Ordem do Dia para que se ultime a votação, sobrestando-se a deliberação sobre os demais assuntos constantes da pauta (Const., art. 64, § 2º).

Arts. 391 a 393. Suprimidos.

Art. 394. O projeto de decreto legislativo referente a atos internacionais terá a seguinte tramitação:

a) .....

b) lido no expediente, será o projeto publicado e distribuído em avulsos, acompanhado dos textos referidos na alínea anterior e despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;

c) perante a Comissão, nos cinco dias subseqüentes à distribuição de avulsos, poderão ser oferecidas emendas. A Comissão terá, para opinar sobre o projeto, o prazo de quinze dias, prorrogável por igual período;

d) publicado o parecer e distribuído em avulsos, decorrido o interstício regimental, a matéria será incluída em Ordem do Dia;

e) não sendo emitido o parecer, conforme estabelece a alínea *c* deste artigo, aplica-se o disposto no art. 195, II, *c;*

Art. 395. Compete privativamente ao Senado Federal (Const., art. 52, I e II):

I — processar e julgar o presidente e o vice-presidente da República, nos crimes de responsabilidade, e os ministros de Estado, nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

II — processar e julgar os ministros do Supremo Tribunal Federal, o procurador-geral da República e o advogado-geral da União, nos crimes de responsabilidade.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o Senado funcionará sob a presidência do presidente do Supremo Tribunal Federal (Const., art. 52, parágrafo único).

Art. 396. Em qualquer hipótese, a sentença condenatória só poderá ser proferida pelo voto de dois terços dos membros do Senado, e a condenação limitar-se-á à perda do cargo com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis (Const., art. 52, parágrafo único).

Art. 400. Para julgamento dos crimes de responsabilidade das autoridades indicadas no art. 395 obedecer-se-ão as seguintes normas:

1) recebida pela Mesa do Senado a autorização da Câmara para instauração do processo, nos casos previstos no item I do art. 395, ou a denúncia do crime, nos demais casos, será o documento lido na Hora do Expediente da sessão seguinte;

2) na mesma sessão em que se fizer a leitura, será eleita uma comissão, constituída por um quarto da composição do Senado, obedecida a proporcionalidade das representações partidárias ou dos blocos parlamentares, que ficará responsável pelo processo;

3) a comissão encerrará seu trabalho com o fornecimento do libelo acusatório, que será anexado ao processo e entregue ao presidente do Senado Federal, para remessa, em original, ao presidente do Supremo Tribunal Federal, com a comunicação do dia designado para o julgamento;

4) O primeiro-secretário enviará ao acusado cópia autenticada de todas as peças do processo, inclusive do libelo, intimando-o do dia e hora em que deverá comparecer ao Senado para o julgamento;

5) estando o acusado ausente do Distrito Federal, a sua intimação será solicitada pelo presidente do Senado ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado em que se encontre;

6) servirá de escrivão um funcionário da secretaria do Senado designado pelo presidente.

Art. 401. Instaurado o processo, o presidente da República ficará suspenso de suas funções (Const., art. 86, § 1º, II).

Parágrafo único. Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente da República, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo (Const., art. 86, § 2º).

Art. 401-A. No processo e julgamento a que se referem os artigos anteriores aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.

Art. 402. Na apreciação do Senado sobre escolha de autoridades observar-se-ão as seguintes normas:

a) a mensagem, que deverá ser acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de seu "curriculum vitae", será lida em plenário e encaminhada à comissão competente;

b) a comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado não inferior a três dias, ouvi-lo em argüição, pública, sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado (Const. art. 52, III);

c) a argüição dos candidatos a chefe de missão diplomática de caráter permanente será feita em reunião secreta (Const., art. 52, IV);

d) além da argüição do candidato e do disposto no art. 95, *c*, a comissão poderá realizar investigação e requisitar, da autoridade competente, informações complementares;

e) .....

1) .....

2) .....

f) será pública a reunião em que se processarem o debate e a decisão da comissão, sendo a votação procedida por escrutínio secreto, vedadas declaração ou justificação de voto, exceto com referência ao aspecto legal;

g) suprimido;

h) o parecer será apreciado pelo plenário em sessão pública, sendo a votação procedida por escrutíneo secreto.

i) a manifestação do Senado será comunicada ao presidente da República, consignando-se o resultado da votação.

Parágrafo único. A manifestação do Senado e das comissões sobre escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente será procedida em sessão e reunião secretas.

Art. 402-A. A eleição dos membros do Conselho da República será feita mediante lista sêxtupla elaborada pela Mesa, ouvidas as lideranças com atuação no Senado.

§ 1º Proceder-se-á à eleição por meio de cédulas uninominais, considerando-se eleito o indicado que obtiver a maioria de votos, presente a maioria absoluta dos membros do Senado.

§ 2º Eleito o primeiro representante do Senado, proceder-se-á à eleição do segundo, dentre os cinco indicados restantes, obedecido o mesmo critério previsto no parágrafo anterior.

§ 3º Se, na primeira apuração, nenhum dos indicados alcançar maioria de votos, proceder-se-á à nova votação, e, se mesmo nesta, aquele *quorum* não for alçançado, a eleição ficará adiada para outra sessão, a ser convocada pela presidência e assim sucessivamente.

§ 4º No processamento da eleição, aplicar-se-ão, no que couber, as normas regimentais que dispuserem sobre escolha de autoridades.

Art. 402-B. A mensagem do presidente da República, solicitando autorização para destituir o procurador-geral da República, uma vez lida em plenário, será distribuída, para apresentação de parecer, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Parágrafo único. Aplicar-se-ão na tramitação da mensagem, no que couber, as normas sobre escolha de autoridade, sendo que a destituição somente se efetivará se aprovada por maioria absoluta dos votos dos membros da Casa (Const., art. 128, § 2º).

Art. 403. O Senado apreciará pedido de autorização para operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios (Const. art. 52, V), encaminhado pelo Poder Executivo interessado, e instruído com:

a) documentos que o habilitem a conhecer, perfeitamente, a operação, os recursos para satisfazer os compromissos respectivos e a sua finalidade;

b) publicação oficial com o texto da autorização do Poder Legislativo competente;

c) parecer do órgão competente do Poder Executivo.

Parágrafo único — É lícito a qualquer senador encaminhar à Mesa documento destinado a completar a instrução ou esclarecimento da matéria.

Art. 404. Na tramitação da matéria de que trata o artigo anterior, obedecer-se-ão as seguintes normas:

a) lida no expediente, a matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de ser formulado o respectivo projeto de resolução, concedendo ou negando a medida pleiteada;

b) a Resolução, uma vez promulgada, será enviada, em todo o seu teor, à entidade interessada e ao órgão a que se refere o art. 403, "c", devendo constar do instrumento da operação;

c) Suprimido.

Art. 406. O disposto nos artigos anteriores aplicar-se-á, ainda, aos casos de aval da União, de estado, do Distrito Federal ou de município, para a contratação de empréstimos externo por entidade autárquica subordinada ao Governo Federal, Estadual ou Municipal.

Arts. 407 a 409. Suprimidos.

CAPÍTULO V

Da suspensão da execução da lei

Art. 410. O Senado conhecerá da declaração, proferida em decisão definitiva pelo Supremo Tribunal Federal, de inconstitucionalidade total ou parcial de lei mediante:

1) .....

2) .....

3) projeto de resolução de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Art. 411. A comunicação, a representação e o projeto a que se referem o artigo anterior deverão ser instruídos com o texto da lei cuja execução se deva suspender, do acórdão do Supremo Tribunal Federal, do parecer do Porcurador-Geral da República e da versão do registro taquigráfico do julgamento.

Art. 412. Lida em Plenário, a comunicação ou a representação será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que formulará o projeto de resolução suspendendo a execução da lei, no todo ou em parte (Const., art. 52, X).

Arts. 413 e 414. Suprimidos.

CAPÍTULO VII

Das atribuições previstas nos artigos 52, VI, VII, VIII, IX e 155, §§ 1º, IV e 2º, IV e V da Constituição.

Art. 415. Ao Senado Federal, no que se refere à competência tributária dos Estados e do Distrito Federal, compete:

I — fixar alíquotas máximas do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos (Const., art. 155, § 1º, IV).

II — estabelecer as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação (Const., art. 155, § 2º, IV);

III — estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas (Const., art. 155, § 2º, V, *a*);

IV — fixar alíquotas máximas nas operações internas para resolver conflitos específicos que envolva interesse de Estados e do Distrito Federal (Const., art. 155, § 2º, V, *b*).

Art. 416. Compete, ainda, ao Senado:

I — fixar limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados,do Distrito Federal e dos Municípios (Const., art. 52, VI);

II — dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal (Const., art. 52, VII);

III — dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operação de crédito externo e interno (Const., art. 52, VIII);

IV — estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Const., art. 52, IX);

Art. 417. As decisões do Senado Federal, quanto ao disposto nos arts. 415 e 416, terão forma de Resolução tomada por iniciativa:

I — da Comissão de Assuntos Econômicos, nos casos do inciso I do art. 415 e dos incisos II, III e IV do art. 416;

II — do Presidente da República ou de um terço dos membros do Senado, no caso do inciso II do art. 415, e aprovação por maioria absoluta de votos;

III — de um terço dos membros do Senado Federal no caso do inciso III do art. 415, e aprovação por maioria absoluta de votos;

IV — da maioria absoluta dos membros do Senado Federal, no caso do inciso IV do art. 415, e aprovação por dois terços da composição da Casa;

V — da Comissão de Assuntos Econômicos, por proposta do Presidente da República, no caso do inciso I do art. 416;

VI — da Comissão de Assuntos Econômicos, nos demais casos.

§ 1º As matérias a que se referem este artigo terão a tramitação regimental prevista para os demais projetos de resolução.

§ 2º O Senado Federal remeterá o texto da Resolução a que se refere este artigo ao Presidente da República, aos Governadores, às Assembléias, à Câmara Legislativa do Distrito Federal e os Prefeitos e Câmaras de Vereadores dos Municípios interessados, com a indicação da sua publicação no *Diário do Congresos Nacional* e no *Diário Oficial* da União.

Art. 418. O Ministro de Estado comparecerá perante o Senado:

I — quando convocado, por deliberação do Plenário, mediante requerimento de qualquer Senador ou comissão, para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

II — quando o solicitar, mediante entendimento com a Mesa, para expor assunto de relevância de seu Ministério (Const., art. 50, § 1º).

§ 1º O Ministro de Estado comparecerá, ainda, perante comissão, quando por ela convocado, ou expontaneamente, para expor assunto de relevância de seu Ministério (Const., art. 50, *caput* e § 1º).

§ 2º Sempre que o Ministro de Estado preparar exposição por escrito, deverá encaminhar o seu texto ao Presidente do Senado, com antecedência mínima de três dias úteis, para prévio conhecimento dos Senadores.

Art. 419. Quando houver comparecímento de Ministro de Estado perante o Senado, adotar-se-ão as seguintes normas:

a) .....

b) nos casos do inciso II, a Presidência comunicará ao Plenário o dia e a hora que marcar para o comparecimento;

c) .....

d) .....

e) a sessão em que comparecer o Ministro de Estado será destinada exclusivamente ao cumprimento dessa finalidade;

f) se, entretanto, o Ministro desejar falar ao Senado no mesmo dia em que o solicitar, ser-lhe-á assegurada a oportunidade após as deliberações da Ordem do Dia;

g) .....

h) .....

i) .....

j) terminada a exposição do Ministro de Estado, que terá a duração de meia hora, abrir-se-á a fase de interpelação, pelos Senadores inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo

o interpelante de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro de Estado o mesmo tempo para a tréplica.

k) a palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido.

l) ao Ministro de Estado é lícito fazer-se acompanhar de assessores, aos quais a Presidência designará lugares próximos ao que ele deva ocupar, não lhes sendo permitido interferir nos debates.

Arts. 422 a 441. Suprimidos.

Art. 442. O Regimento Interno poderá ser modificado ou reformado por projeto de resolução de iniciativa de qualquer Senador, da Comissão Diretora ou de Comissão temporária para esse fim criada, em virtude de deliberação do Senado, e da qual deverá fazer parte um membro da Comissão Diretora.

§ 1º .....

§ 2º .....

1) à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em qualquer caso;

2) à comissão que o houver elaborado para exame das emendas, se as houver recebido;

3) .....

§ 3º .....

§ 4º Aplicam-se, à tramitação do projeto de alteração ou reforma do Regimento, as normas estabelecidas para os demais projetos de resolução.

§ 5º A redação final do projeto de reforma do Regimento Interno compete à Comissão que o houver elaborado e o de autoria individual de Senador, à Comissão Diretora.

Art. 448. Nenhum Senador poderá falar, na mesma sessão, sobre questão de ordem já resolvida pela Presidência.

Art. 449. Havendo recurso para o Plenário, sobre decisão da Mesa em questão de ordem, é lícito ao Presidente solicitar a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando se tratar de interpretação de disposição constitucional.

§ 1º Solicitada a audiência, ficará sobrestada a decisão.

§ 2º O parecer da Comissão deverá ser proferido no prazo de quarenta e oito horas, após o que, com ou sem parecer, será o recurso incluído em Ordem do Dia, para deliberação do Plenário.

§ 3º Quando se tratar de questão de ordem sobre matéria em regime de urgência, nos termos do art. 371, *a* e *b*, ou com prazo de tramitação, o parecer deverá ser proferido imediatamente, podendo o Presidente da comissão ou o Relator solicitar prazo não excedente a duas horas.

Art. 453. Suprimido.

Art. 2º Até que seja adaptado o Regulamento Administrativo do Senado Federal às disposições desta Resolução, permanecerão em vigor as atribuições de caráter administrativo conferidas à Comissão Diretora, ao Presidente e demais membros da Mesa, no Regimento Interno ora alterado e as disposições constantes de seus artigos 423 a 441.

Art. 3º Na atual legislatura, a fixação da proporcionalidade das representações partidárias ou de blocos parlamentares nas comissões, a designação de seus membros e sua instalação, serão efetivamente imediatamente após a promulgação desta Resolução.

Art. 4º Na atual legislatura, as comissões abaixo relacionadas atuarão com o seguinte número de membros:

1) Comissão de Assuntos Econômicos, 25;

2) Comissãode Assuntos Sociais, 25;

3) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 21;

4) Comissão de Educação, 25;

5) Comissão de Relações Exteriores, 21;

6) Comissão de Serviços de Infra-estrutura, 19.

Parágrafo único. O disposto no § 2º do art. 78 do Regimento Interno vigorará a partir da próxima legislatura.

Art. 5º A Comissão de Fiscalização e Controle, que funcionará até o término da presente legislatura, será integrada por dezessete titulares e nove suplentes, cabendo-lhe, sem prejuízo das atribuições das demais comissões, a fiscalização dos atos do Poder Executivo da União e da administração indireta, podendo para esse fim:

I) avaliar a eficácia, eficiência e economicidade dos projetos e programas de governo;

II) opinar sobre a compatibilidade da execução orçamentária com os planos e programas de governo e destes com os objetivos aprovados em lei;

III) convocar Ministro de Estado e dirigentes da administração direta e indireta;

IV) solicitar, por escrito, informações à administração direta e à indireta, sobre matéria sujeita a fiscalização e controle;

V) requisitar documentos públicos necessários à elucidação do fato objeto da fiscalização e controle;

VI) providenciar a efetivação de perícias e diligências;

VII) promover a interação do Senado Federal com os órgãos do Poder Executivo que, pela natureza de suas atividades, possam dispor ou gerar dados que necessitem o exercício de fiscalização e controle;

VIII) propor ao Plenário do Senado Federal as providência cabíveis em relação aos resultados da avaliação.

Art. 6º A redação estabelecida no § 1º do art. 78 do Regimento Interno, salvo quanto ao Presidente, não se aplica aos membros da Mesa no que se refere às Comissões do Distrito Federal e de Fiscalização e Controle.

Art. 7º O disposto no art. 64, "caput", do Regimento Interno não prejudica o reconhecimento, na atual legislatura, para todos os efeitos, dos Líderes dos Partidos Políticos com representação no Senado à data da promulgação desta Resolução.

Parágrafo único. É reconhecida, ainda, até 15 de março de 1990, a Liderança que, à data da promulgação desta Resolução, representa o Governo.

Art. 8º A Mesa, no prazo de até noventa dias, fará a consolidação das modificações feitas no Regimento Interno, podendo, desde que não alterado o mérito, proceder às correções de redação e às recomendadas pela melhor técnica legislativa, corrigir remissões e contradições e alterar a ordenação das matérias.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 18 de abril de 1989. — Senador **Nelson Carneiro,** Presidente.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 39ª SESSÃO, EM 18 DE ABRIL DE 1989

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 6/89 (nº 1.709/89, na Casa de origem), que altera o art. 8º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADORES MAURO BENEVIDES, JUTAHY MAGALHÃES E JOÃO MENEZES — Escolha do candidato do PMDB à Presidência da República.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Fundação Hilton Rocha.

1.2.3 — Requerimentos

— Nº 199/89, de autoria do Senador Leopoldo Peres, solicitando licença para tratamento de saúde, no período de 19 a 26 de abril do corrente ano. *Aprovado.*

— Nº 200/89, de autoria do Senador Roberto Campos, solicitando ao Tribunal de Contas da União informações sobre os ba-

lanços da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro nos últimos 5 anos.

1.3. — ORDEM DO DIA

— Redação final do Projeto de Resolução nº 3/89, de autoria da Comissão Diretora, que adapta o Regimento Interno do Senado Federal às disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, e dá outras providências. *Aprovada* após usarem da palavra os Senadores Jamil Haddad e Odacir Soares. À promulgação.

1.3.1 — Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR LEOPOLDO PERES — A liberdade e expressão.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 40ª SESSÃO, EM 18 DE ABRIL DE 1989

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 80/89, de autoria do Senador Odacir Soares que regulamenta o artigo 54 e parágrafos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

— Projeto de Lei do Senado nº 81/89, de autoria do Senador Carlos Chiarelli que dispõe sobre o salário mínimo, e dá outras providências.

2.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR MARCONDES GADELHA — PFL faz prévia para escolha de candidato à Presidência da República.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Homenagem póstuma ao ex-Deputado Almino Loiola de Alencar.

SENADOR RAIMUNDO LIRA — Inundações na Paraíba.

2.3 — ORDEM DO DIA

Comparecimento do Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

2.3.1 — Ingresso do Sr. Ministro ao Plenário

2.3.2 — Exposição do Sr. Ministro Mailson da Nóbrega

2.3.3 — Interpelações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda

2.3.4 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
— Nº 115, de 1989

4 — ATA DE COMISSÃO

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 39ª Sessão, 18 de abril de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência dos Srs. Nelson Carneiro e Pompeu de Sousa.

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Nabor Júnior — Leolpodo Peres — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Moisés Abrão — Carlos Patrocínio — Antonio Luiz Maya — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Luiz Piauhylino — João Lyra — Divaldo Suruagy — Rubens Vilar — Albano Franco — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Afonso Arinos — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Junior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Louremberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Wilson Martins — Affonso Camargo — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 61 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

Ofício

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado Federal autógrafo do seguinte projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 6, DE 1989
(Nº 1.709/89, na Casa de origem)

(De iniciativa do Senhor Presidente da República)

Altera o art. 8º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, passa a vigorar acrescido de dois incisos a serem numerados como IV e V, e um parágrafo único, na forma abaixo:

"Art. 8º .....

IV — décimo terceiro salário com base na retribuição integral;

V — acréscimo de 1/3 (um terço) da retribuição na remuneração do mês em que gozer de férias.

Parágrafo único — Aplica-se no caso dos incisos IV e V a legislação específica, no Brasil, para o pagamento daqueles valores."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 101, DE 1989

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o anexo projeto de lei que "altera o art. 8º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior."

Brasília, 13 de março de 1989. — *José Sarney.*

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 0324/SC-5, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1989, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

1. Com o advento da nova Constituição, foi assegurado aos servidores públicos civis e militares, dentre outros, o direito ao décimo terceiro salário com base na remuneração integral e gozo de férias remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

2. Tais direitos foram considerados auto-aplicáveis, aos servidores públicos, no País, já estando, inclusive, disciplinadas as formas de seu pagamento, por medidas administrativas.

3. No que se refere aos servidores em serviço no exterior, a Consultoria Geral da República, através do Parecer SR-76/88, reconheceu que aqueles servidores, também, fazem jus à percepção de um terço de férias, mas não ao décimo terceiro salário, por falta de lei autorizadora.

4. Como é do conhecimento de V. Exª, a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição no exterior, através do seu artigo 4º, veda ao pessoal a serviço da União no exterior, qualquer forma de retribuição, remuneração e outras vantagens nela não previstas.

5. O Ministério da Aeronáutica, conforme Aviso nº 001-GM 006/009, de 10 de janeiro de 1989, e Ministério da Marinha através do Aviso nº 018, de 20 de janeiro de 1988, são de opinião que os direitos Constitucionais são aplicáveis inclusive aos servidores em exercício no exterior.

6. Assim, como o objetivo de suprimir a falta na lei específica regulamentando o pagamento de um terço de férias e décimo terceiro salário no exterior, tenho a honra de submeter à consideração de V. Exª o anteprojeto de lei e minuta de mensagem anexos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — Almirante-de-Esquadra *Valbert Lisieux Medeiros de Figueiredo*, Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

LEGISLAÇÃO CITADA
LEI Nº 5.809
DE 10 DE OUTUBRO DE 1972

Dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei regula a retribuição no exterior e dispõe sobre outros direitos dos funcionários públicos e dos militares, em serviço da União no exterior.

§ 1º Para os efeitos dessa lei considera-se servidor público o funcionário ou empregado público e o militar.

§ 2º O disposto nesta lei se aplica:

a) aos servidores da Administração Federal Direta, regidos pela legislação trabalhista, da Administração Federal Indireta e das Fundações sob supervisão ministerial;

b) aos servidores do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União;

c) no que couber, aos servidores do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, bem como as pessoas sem vínculo com o serviço público designados pelo Presidente da República.

§ 3º Os servidores de Empresa Pública e de Sociedade de Economia Mista são excluídos das disposições do § 2º, quando em serviço específico do órgão no exterior.

§ 4º É vedado ao pessoal referido nos parágrafos 1º e 2º deste artigo o pagamento, pelos cofres públicos, por motivo de serviço da União no exterior, de qualquer forma de retribuição, remuneração e outras vantagens ou indenizações não previstas nesta lei.

Art. 2º Considera-se sede no exterior:

I — no caso dos servidores do Ministério das Relações Exteriores, diplomatas ou não, e dos Adidos Militares e seus Adjuntos ou Auxiliares a cidade onde está localizada a sede da missão diplomática ou da repartição consular de sua lotação;

II — nas comissões exercidas a bordo, o navio; e

III — nos demais casos, a cidade, o município ou unidade correspondente da divisão territorial político-administrativa do país em que se a organização para a qual haja sido nomeado ou designado o servidor.

Art. 3º O servidor em serviço no exterior — assim considerado aquele que se encontra em missão fora do País por ter sido nomeado ou designado para o desempenho ou exercício de cargo, função ou atividade no exterior — pode ser enquadrado em uma das seguintes missões ou atividades:

I — quanto ao tipo:

a) missão permanente;

b) missão transitória;

c) missão eventual.

II — quanto à natureza:

a) diplomática;

b) militar; e

c) administrativa.

Art. 4º Considera-se permanente a missão na qual o servidor deve permanecer em serviço, no exterior, por prazo igual ou superior a 2 (dois) anos, em missão diplomática, em repartição consular ou em outra organização, militar ou civil, no desempenho ou exercício de cargo, função ou atividade, considerados permanentes em decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. A designação para o exercício de missão permanente determina:

a) a mudança de sede, do País para o exterior, ou de uma para outra sede no exterior; e

b) para o servidor do Ministério das Relações Exteriores, também a alteração de sua lotação.

Art. 5º Reputa-se transitória a missão na qual o servidor tem de permanecer em serviço no exterior, com ou sem mudança de sede, em uma das seguintes situações:

I — designado para o exercício, em caráter provisório de missão considerada permanente;

II — professor, assessor, instrutor ou monitor, por prazo inferior a 2 (dois) anos, em estabelecimento de ensino ou técnico-científico e, por qualquer prazo, estagiário ou aluno naqueles estabelecimentos ou organizações industriais;

III — participante de viagem ou cruzeiro de instrução;

IV — em missão de representação, de observação ou em organismo ou reuniões internacionais;

V — comandante ou integrante de tripulação, contigente ou força, em missão operativa ou de adestramento, em país estrangeiro; e

VI — em encargos especiais.

§ 1º A missão transitória com mudança de sede, pode ser:

a) igual ou superior a 6 (seis) meses;

b) inferior a 6 (seis) meses e superior ou igual a 3 (três) meses; e

c) inferior a 3 (três) meses;

§ 2º As missões transitórias, sem mudança de sede, têm duração variável e, em princípio, inferior a 1 (um) ano.

Art. 6º É eventual a missão na qual o servidor tem de permanecer em serviço, no exterior, em uma das seguintes situações, por período limitado a 90 (noventa) dias, sem mudança de sede ou alteração de sua lotação, sejam estas em território nacional, no exterior ou em navio:

I — designado para o exterior, em caráter provisório, de missão considerada permanente ou transitória;

II — membro de delegação de comitiva ou de representação oficial;

III — em missão de representação, de observação ou em organismo ou reuniões internacionais;

IV — comandante ou integrante de tripulação, contingente ou força, em missão operativa ou de adestramento em país estrangeiro;

V — em serviço especial de natureza diplomática, administrativa ou militar; e

VI — em encargos especiais.

CAPÍTULO II
Da Retribuição no Exterior

SEÇÃO I
Da Constituição e do Pagamento da Retribuição no Exterior

Art. 7º Considera-se retribuição no Exterior o vencimento de cargo efetivo para o funcionário público ou o soldo para o militar, acrescido da gratificação e das indenizações, previstas nesta lei.

§ 1º No caso de servidor regido pela legislação trabalhista, considera-se retribuição no exterior o salário, acrescido das indenizações e, se for o caso, da gratificação, previstas nesta lei.

§ 2º Salvo os casos previstos nesta lei, a retribuição no exterior;

a) é fixada e paga em moeda estrangeira;

b) elimina o direito do servidor a percepção de vencimento salário ou soldo, e quaisquer indenizações ou vantagens, em moeda nacional, que lhe possam ser devidas no período em que fizer jus aquela retribuição.

Art. 8º A retribuição no exterior é constituída de:

I — Retribuição Básica: vencimento ou salário, no exterior, para o militar;

II — Gratificação: Gratificação no Exterior por Tempo de Serviço;

III — Indenizações:

a) Indenização de Representação no Exterior;

b) Auxílio-Familiar;

c) Ajuda de Custo de Exterior;

d) Diárias no Exterior; e

e) Auxílio-Funeral no Exterior.

Art. 9º A soma dos valores da retribuição básica e da indenização de representação no exterior percebida por qualquer servidor, salvo os Embaixadores Chefes de Missão Diplomática brasileira junto a organismos internacionais, não pode ultrapassar 90% (noventa por cento) da importância que, a igual título, e (ilegível) ao Chefe de Missão Diplomática brasileira acreditado junto ao governo do país em que o servidor estiver em serviço no exterior.

Art. 10. O direito do servidor à retribuição no exterior se inicia na data do embarque para o exterior e cessa na data do desligamento de sua sede no exterior ou da partida da última localidade no exterior, relacionada com sua missão.

§ 1º As datas de partida e de desligamento são determinadas ou aprovadas, conforme o caso, pela autoridade competente.

§ 2º O pagamento da retribuição no exterior não se interrompe:

a) quando se tratar de missão permanente, em virtude de viagem ao Brasil a serviço, em férias, por motivo de núpcias, luto ou de licença para tratamento de saúde até 90 (noventa) dias e, para a funcionária pública, licença para gestante, e

b) quando se tratar de missão transitória, em virtude de viagem ao Brasil a serviço.

Art. 11. O servidor em serviço no exterior, em missão eventual continua a perceber a retribuição ou remuneração a que faz jus, em moeda nacional ou estrangeira, conforme o caso, na organização civil ou militar a que pertence.

Parágrafo único. Cabe, ainda, ao servidor, o direito ao trasporte e a diárias no exterior, na forma desta lei.

Art. 12. Em casos especiais o servidor pode ser designado para missão transitória, sem mudança de sede para o exterior, de duração até 60 (sessenta) dias, sem direito à retribuição no exterior.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o servidor recebe em moeda nacional:

a) retribuição ou remuneração e demais vantagens a que faz jus;

b) indenização diária em valor equivalente ao de uma diária de alimentação devida no País, além da alimentação e pousada que for assegurada pela União;

c) ajuda de custo correspondente a 1 (um) mês de vencimento, salário ou soldo, no País, quando em missão de representação decorrente de compromissos internacionais.

SEÇÃO II
Do Vencimento ou Salário, e do Soldo, no Exterior

Art. 13. Vencimento, Salário ou Soldo, no Exterior é a retribuição básica mensal devida ao servidor em serviço no exterior, em missão permanente, ou transitória, obedecido seu nível ou grau hierárquico.

Parágrafo único. Aplicam-se ao vencimento e ao soldo no exterior as disposições legais e peculiares ao servidor quanto à penhora, sequestro e arresto, suspensão temporária ou cessação de direito previstas para o vencimento ou soldo, no País.

Art. 14. O vencimento ou salário e o soldo, no exterior, são pagos de acordo com as Tabelas de Escalonamento Vertical que acompanham esta lei.

Parágrafo único. O fator de conversão dos índices de retribuição básica é o quantitativo em cruzeiros equivalente a 20 (vinte) unidades da moeda-padrão utilizada nas transações financeiras internacionais do governo brasileiro.

SEÇÃO III
Da Gratificação no Exterior por Tempo de Serviço

Art. 15. Gratificação no Exterior po Tempo de Serviço é o quantitativo devido ao servidor em serviço no exterior, em missão permanente ou transitória, por anos de efetivo serviço prestado já computados na forma da legislação pertinente.

SEÇÃO IV
Da Indenização de Representação no Exterior

Art. 16. Indenização de Representação no Exterior é o quantitativo devido ao servidor em serviço no exterior, em missão permanente ou trasitória, destinado a compensar as despesas inerentes a missão de forma compatível com suas responsabilidades e encargos.

§ 1º O valor dessa indenização é calculado com base em índices e fatores de conversão variáveis, estabelecidos em razão:

a) do grau de representatividade da missão;

b) do tipo e natureza da missão;

c) da correspondência entre cargos, missões e funções;

d) da hierarquia funcional ou militar;

e) do custo de vida local.

f) das condições peculiares de vida da sede no exterior; e

g) do desempenho cumulativo de cargos.

§ 2º Para as missões a bordo de navios ou aeronaves militares, são considerados fatores de conversão regionais, com base nos estabelecimentos para as localidades-sede ou localidades visitadas.

Art. 17. Ocorrendo afastamento igual ou superior a 30 (trinta) dias do Chefe efetivo da Missão Diplomática, de Adido Militar, do Chefe da Repartição consular e do Delegado

o Tesouro Brasileiro no Exterior os respectivos substitutos tem direito a um suplemento mensal equivalente a 30% (trinta por cento) da indenização de representação no exterior atribuída ao titular.

Art. 18. O servidor perde o direito à indenização de representação no exterior quando:

I — passa o cargo ou encerra suas atividades, por término de missão;

II — ultrapassa 30 (trinta) dias afastado do exercício do cargo, função ou atividade, ressalvados os casos previstos no parágrafo 2º do artigo 10;

III — entra em licença especial; e

IV — cessa ou é suspenso seu direito ao vencimento ou ao soldo, nos casos previstos na parte total do parágrafo único do artigo 13.

Art. 19. Os índices da indenização de representação no exterior e seus fatores de conversão serão estabelecidos em tabelas, na regulamentação desta lei.

§ 1º Os fatores de conversão serão expressos em unidades da moeda-padrão utilizada nas transações financeiras internacionais do governo brasileiro.

§ 2º O Poder Executivo, em decreto aplicável a todos os servidores abrangidos por esta lei, modificará as tabelas a que se refere este artigo quando se verificarem alterações dos elementos de fixação dos índices seus fatores de conversão.

SEÇÃO V
Do Auxílio-Familiar

Art. 20. Auxílio-Familiar é o quantitativo mensal devido ao servidor, em serviço no exterior, a título de indenização para atender, em parte, à manutenção e às despesas de educação e assistência, no exterior, a seus dependentes.

Art. 21. O auxílio-familiar é calculado em função da indenização de representação no exterior rebida pelo servidor a razão de:

I — 10% (dez por cento) de seu valor para a esposa; e

II — 5% (cinco por cento) de seu valor, para cada um dos seguites dependentes:

a) filho, menor de 21 (vinte e um) anos ou estudante menor de 24 (vinte e quatro) anos que não receba remuneração ou inválido ou interdito;

b) filha solteira, que não receba remuneração;

c) mãe viúva, que não receba remuneração;

d) enteados, adotivos, tutelados e curatelados, nas mesmas condições das letras anteriores; e

e) a mulher solteira, desquitada ou viúva, que viva, no mínimo há cinco anos, sob a dependência econômica do servidor solteiro, desquitado ou viúvo, e enquanto persistir o impedimento legal de qualquer das partes para se casar.

§ 1º O auxílio-familiar será acrescido de um quantitativo igual a 1/30 (um trinta avos) do maior valor de indenização de representação no exterior atribuído a Chefe de Missão Diplomática quando o servidor tiver de educar, fora do país onde estiver em serviço, os depenentes referidos nas letras *a*, *b* e *d* do item II.

§ 2º O Poder Executivo na regulamentação desta lei, estabelecerá:

a) o limite mínimo por dependente a ser observado no pagamento do auxílio-familiar; e

b) os casos especiais que justifiquem o quantitativo referido no parágrafo 1º e a forma de seu pagamento.

SEÇÃO VI
Da Ajuda de Custo de Exterior

Art. 22. Ajuda de Custo de Exterior é a indenização paga adiantadamente ao servidor para custeio das despesas de viagem, de mudança e da nova instalação.

Art. 23. O servidor tem direito à ajuda de custo de exterior:

I — em missão permanente: quando a remoção ou a movimentação importarem em mudança de sede concomitante ao desligamento da organização onde exerce suas atividades.

II — em missão permanente ou transitória: quando deslocado com a sua organização ao ser essa transferida de sede que não seja em caráter periódico; e

III — em missão transitória: quando a remoção ou a movimentação importarem em mudança desde que:

a) com desligamento de sua organização, por prazo igual ou superior a 6 (seis) meses;

b) com ou sem desligamento de sua organização, por prazo inferior a 6 (seis) meses e superior ou igual a 3 (três) meses; e

c) com ou sem desligamento de sua organização, por prazo inferior a 3 (três) meses.

§ 1º O servidor em serviço no exterior que, por motivo alheio à sua vontade, for afastado definitivamente da missão para a qual foi designado, sem decorrer o prazo previsto de sua duração, tem direito à ajuda de custo de exterior, no valor estabelecido para aquela missão.

§ 2º Os dependentes do servidor falecido em serviço no exterior com direito à ajuda de custo fazem jus a seu recebimento para regresso ao Brasil, nos valores previstos no artigo 25.

Art. 24. A ajuda de custo de exterior em o valor de 2 (duas) vezes a retribuição básica e 2 (duas) vezes o auxílio-familiar, acrescido o total de 1 (uma) indenização de representação no exterior a que o servidor tiver direito na nova sede no exterior, observados os valores em vigor à data determinada para a partida.

Parágrafo único. Na remoção ou movimentação para o Brasil, a ajuda de custo é calculada, na forma deste artigo, com base nos valores relativos à sede no exterior.

Art. 25. A ajuda de custo de exterior é paga:

I — integralmente, nos casos dos itens I, II e letra *a*, do item III, do artigo 23;

II — pela metade de seu valor, no início da missão, e pela quarta parte de seu valor, no término, nos casos:

a) do item I, do artigo 23, quando já tiver recebido ajuda de custo de exterior em seu valor integral há menos de 2 (dois) anos; e

b) da letra b, do item III, do artigo 23;

III — pela quarta parte de seu valor, no início da missão, e pela oitava parte de seu valor, no término, nos casos da letra c, do item III, do artigo 23.

Art. 26. Não tem direito à ajuda de custo de exterior o servidor:

I — removido ou movimentado:

a) a pedido; e

b) de sede no exterior para o Brasil, a fim de entrar em licença, a qualquer título; e

II — desligado de curso ou estabelecimento de ensino, por trancamento voluntário de matrícula.

Art. 27. O servidor restitui, de uma só vez, a ajuda de custo de exterior:

I — integralmente, quando deixar de seguir destino, a pedido;

II — com redução das despesas que comprove já ter realizado, quando deixar de seguir destino por motivo independente de sua vontade; e

III — pela medade do valor recebido, quando, até 6 (seis) meses após ter seguido destino, for, a pedido, dispensado, exonerado, demitido, aposentado ou transferido para a reserva.

Parágrafo único. A ajuda de custo de exterior não é restituída:

a) pelo servidor se, após ter seguido destino for mandado regressar; e

b) pelos herdeiros do servidor, quando ocorrer seu falecimento, após tê-la recebido.

SEÇÃO VII
Do Transporte

Art. 28. O servidor designado para serviço no exterior tem direito a transporte por conta do Estado.

Parágrafo único. O transporte compreende a passagem e, conforme o caso, translação da bagagem do servidor e dos seus dependentes.

Art. 29. O transporte é assegurado na forma e condições que se seguem:

I — passagem via aérea, para o servidor e seus dependentes, e translação da bagagem, quando designado para:

a) fmissão permanente ou missão transitória de duração superior a 6 (seis) meses, com mudança de sede; e

b) missão transitória, com mudança de sede, de duração inferior a 6 (seis) meses e igual ou superior a 3 (três) meses, com dependentes;

II — passagem via aérea para o servidor, sua esposa e dependentes menores quando for designado para o exercício, em caráter provisório, de missão considerada permanente e cuja duração seja superior a 30 (trinta) dias; e

III — passagem via aérea para o servidor, quando designado para:

a) missão transitória, com mudança de sede, de duração inferior a 6 (seis) meses e igual ou superior a 3 (três) meses, sem dependentes;

b) missão transitória, sem mudança de sede e de duração igual ou superior a 3 (três) meses;

c) missão transitória, com ou sem mudança da sede, de duração inferior a 3 (três) meses; e

d) missão eventual.

§ 1° O transporte é assegurado ainda, na forma e condições que se seguem:

a) de acordo com a regulamentação desta eli, para um empregado doméstico, quanod designado o servidor para missão permanente ou transitória com mudança de sede;

b) anualmente, no período mais longo de férias escolares, passagens via aérea que possibilitem aos dependentes reunirem-se à família na sede no exterior onde o serviodr se encontrar em missô permanente ou transitória, quando estiver amparado pelo § 1° do artigo 21;

c) passagem via aérea, para o servidor e seus dependentes, quando:

1) em aréa de condições peculiares, tiver direito, na forma da legislação aplicável, à vinda periódica ao Brasil; e

2) diplomata da calsse final ou semifinal da carreira, vier ao Brasil em gozo de férias extraordinárias;

d) 2 (duas) passagens via aérea, quando a sede no exterior não dispuser de assistência médico-hospitalar apropriada e, comprovadamente, dela necessitar, em caráter urgente, o servidor ou seus dependentes; e

e) passagens via aérea para o servidor, quando chamado a serviço ao Brasil:

§ 2º Caso seja necessário utilizar transporte diferente do aéreo, no todo ou em parte, para alcançar o local de destino, são fornecidas as correspondentes passagens por ferrovia, rodovia ou aquavia.

§ 3º No caso da letra *a*, do item I, o servidor pode optar por outro meio de transporte, desde que o valor das passagens não ultrapasse o das por via aérea.

§ 4° O transporte só é assegurado àqueles que constarem da decraração de dependentes do servidor.

§ 5º Falecendo o servidor, os dependentes a que se refere o parágrafo anterior fazem jus a transporte para regresso ao Brasil, na forma da regulamentação desta lei.

Art. 30. Não tem direito a trasnporte o servidor:

I — removido ou movimentado:

a) a pedido; e

b) de sede no exterior para o Brasil, a fim de entrar de licença, a qualquer título; e

II — copreenddido nos itens III e IV do artigo 5º, e item IV do artigo 6º

Art. 31. O Ministério a quer pertence o servidor designado para missão no exterior providencia as passagens e translação da bagagem:

I — de ida e volta, com pagamento em moeda nacional, se a missão é de duração igual ou inferior a 6 (seis) meses;

II — de ida, com pagamento em moeda nacional, e de volta, em moeda estrangeira, se a missão é de duração superior a 6 (seis) meses;

III — com pagamento em moeda estrangeira, quando já se econtra o servidor em outra missão no exterior.

Art. 32. O Poder Executivo estabelecerá os limites de cubagem e de peso da bagagem do servidor que podem ser compreendidos no transporte.

SEÇÃO VIII

Das Diárias no Exterior

Art. 33. Diária no Exterior é a indenização paga adiantadamente ao servidor para custeio das despesas de laimentação, de pousada e outras decorrentes do afastamento de sua sede, po rmotivo de serviço no exterior.

Parágrafo único. As diárias no exterior são devidas, na forma da regulamentação desta lei, computando-se, também, os dias de partida e de chegada.

Art. 34. O sercidor não tem direito à diária no exterior:

I — quando a alimentação e a pousada forem asseguradas pelo Estado;

II — cumulativamente com a ajuda de custo de exterior.

Parágrafo único. Em Serviço no exterior, percebe o servidor diárias em moeda nacional, na forma da legislação específica, no período em que permanecer no Brasil em objeto de serviço.

Art. 35. O servidor restitui as diárias no exterior:

I — integralmente, quando não ocorrer o afastamento da sede; e

II — correspondentes aos dias:

a) que ultrapassarem o período de afastamento da sede, a serviço, quando este afastamento for menor que o previsto; e

b) em que a alimentação e a pousada forem asseguradas pelo Estado.

Parágrafo único. As diárias no Exterior não são restituídas pelos herdeiros do servidor falecído.

Art. 36. O Poder Executivo fixará o valor das diárias no exterior, em decreto aplicável a todos os servidores abrangidos por esta lei.

SEÇÃO IX

Do Funeral no Exterior

Art. 37. É assegurado sepultamento condigno ao servidor em serviço no exterior.

Páragrafo único. São responsáveis pelas providências para sepultamento, pagamento de auxílio-funeral no exterior e traslado do corpo, conforme o caso e na seqüência a seguir:

a) a organização brasileira em que estava em serviço o servidor;

b) a repartição consular em cuja jurisdição ocorrer o óbito; ou

c) a Missão Diplomática no país, na inexistência das outras duas responsáveis.

Art. 38. O auxílio-funeral no Exterior é o quantitativo destinado a atender às despesas com o funeral do servidor em serviço no exterior, em missão permanente ou transitória.

Art. 39. O auxílio-funeral no exterior tem o avlor da retribuição mensal que o servidor recebia normalmente, no exterior.

Art. 40. O auxílio-funeral no exterior é pago, imediatamente, a quem de direito, mediante simples apresentação do atestado de óbito.

Parágrafo único. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem reclamação do auxilio-funeral no exterior por quem haja custeado o sepultamento do servidor, o auxílio será pago aos beneficiárioas da pensão, mediante requerimento à autoridade competente.

Art. 41. No caso de falecimento de servidor em serviço no exterior, em missão eventual, a União custeia e promove o sepultamento ou traslada o corpo para o Brasil.

Parágrafo único. Transladando-se o corpo apra o Brasil, o auxílio funeral, devido no País, é pago em moeda nacional observadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 42. Em casos especiais, a critério do Poder Executivo, a União pode custear diretamente o sepultamento do servidor falecido em serviço no exterior.

Parágrafo único. Nesta hipótese, não cabe direito a qualquer tipo de auxílio-funeral por parte dos beneficiários do falecido.

Art. 43. Ocorrendo o falecimento do servidor em serviço no exterior, que não esteja acompanhado do cônjuge ou de parente adulto, é assegurado a um membro de sua família o transporte de ida e volta até o local onde se encontra o corpo.

Art. 44. Falecendo, no exterior, dependentes ou empregado doméstico do servidor, cujo transporte haja sido pago pela União, o traslado do corpo para o Brasil é custeado pelo órgão a que está vinculado o servidor.

Art. 45. Os dependentes do servidor, falecido quando em serviço no exterior, têm direito ao mesmo tratamento aduaneiro para desembaraço de bagagem que lhe era assegurado ao término de sua missão.

CAPÍTULO III

Disposições Gerais

Art. 46. Os proventos de asposentadoria do funcionário público e os de inatividadde do militar continuam a ser calculados de acordo com a respectiva legislação específica, baseados unicamente na retribuição ou remuneração no País, neles não devendo ser computadas as somas recebidas a qualquer título, quando em serviço no exterior.

§ 1º As contribuições para benefício de família continuarão a ser calculadas de acordo com a legislação específica,considerando-se, para esse fim, os valores dos descontos efetuados no País.

§ 2º As pensões devidas aos beneficiários dos servidores que prestem ou hajam prestado serviço no exterior são calculadas de acordo com as normas estabelecidas neste artigo.

Art. 47. Os descontos ou consignações, obrigatórios ou facultativos, que incidam sobre a retribuição do servidor em serviço no exterior, em missão permanente ou transitória, são processados na forma estabelecida na regulamentação.

Art. 48. São assegurados, de acordo com a Lei de Remuneração dos Militares:

I — ao militar em serviço no exterior que realizar exercícios ou cumprir missões previstas, no todo ou em parte, nos planos de provas das atividades especiais de vôo em aeronave militar, salto em para-quedas, imersão em submarino ou mergulho com escafandro ou com aparelho o registro e a apreciação, para fins de homologação, de percepção ou de atualização de quotas de indenização de compensação orgânica a serem consideradas para pagamento, em moeda nacional, a partir da data de regresso ao território nacional; e

II — ao militar em campanha no exterior, a remuneração e demais direitos previstos naquela lei.

Art. 49. A retribuição básica dos embaixadores não integrantes da carreira diplomática, dos Ministros para Assuntos Comerciais de primeira e segunda classe e Cônsules Privativos é fixada de acordo com os índices da Tabela de Escalonamento Vertical — Servidores Civis, que acompanha esta lei.

§ 1º A retribuição básica das pessoas sem vínculo com o serviço público, designadas pelo Presidente da República, é fixada, dentro dos índices da Tabela a que se refere este artigo, observando-se os fatores estabelecidos, para a indenização de representação no exterior, nas letras *a, b, c* e *d* do § 1º do art. 16.

§ 2º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior ao funcionário público, cujo cargo não tenha nível de vencimento previsto no atual Sistema de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, bem assim ao empregado público.

Art. 50. É assegurada ao servidor público em serviço no exterior, enquanto permanecer na atual missão, retribuição mensal, no mínimo, igual à retribuição ou remuneração a que tinha direito na data da entrada em vigor desta lei.

Art. 51. A despesa decorrente da aplicação desta lei correrá à conta dos recursos previstos na Lei de Orçamento para 1973.

Art. 52. São revogados os Decretos-Leis nº 7.410, de 23 de março de 1945; nº 995, de 21 de outubro de 1969 e nº 1.227, de 28 de junho de 1972; os §§ 2º e 3º do art. 15 e os arts. 17, 18 e 19 do Decreto-Lei nº 9.202, de 26 de abril de 1946; o art. 43 da Lei nº 488, de 15 de novembro de 1948; o parágrafo único do art. 120 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952; o art. 40 o parágrafo único do art. 41 e o art. 50, da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961; o art. 19 e seus parágrafos, da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963 e o art. 9º e seu parágrafo único do Decreto-Lei nº 310, de 28 de fevereiro de 1967, e demais dispositivos legais que contrariem a matéria regulada nesta lei.

Art. 53. Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 1973.

Brasília, 10 de outubro de 1972; 151º da Independência e 84º da República. — *EMÍLIO G. MÉDICI — Alfredo Buzaid — Adalberto de Barros Nunes — Orlando Geisel — Mário Gibson Barboza — Antônio Delfim Netto — Mário David Andreazza — L. F. Cirne Lima — Jarbas G. Passarinho — Júlio Barata — J. Araripe Macêdo — Walter Joaquim dos Santos — Marcus Vinicius Pratini de Moraes — Antônio Dias Leite Júnior — João Paulo dos Reis Velloso — José Costa Cavalcanti — Hygino C. Corsetti.*

ANEXADA À LEI DE REMUNERAÇÃO NO EXTERIOR

TABELA DE ESCALONAMENTO VERTICAL

(Retribuição básica - Artigo 14)

I - Servidores Civis

Cargo, função ou emprego	Índice
Ministro exercendo o cargo de Embaixador Embaixador não integrante da carreira diplomática	100
Ministro de 1ª Classe e Ministro para Assuntos Comerciais de 1ª Classe	94
Ministro de 2ª Classe e Ministro para Assuntos Comerciais de 2ª Classe Delegado do Tesouro Brasileiro no Exterior Primeiro-Secretário Assistente do Delegado, Chefes de Assessoria, da Contadoria Seccional e da Tesouraria, da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior	88 76
Segundo-Secretário	72
Terceiro-Secretário	64
Cônsul Privativo	46
Nível 22	40
21	37,5
20	35
19	34
18	33
17	32
16	29
15	26
14	24

Cargo, função ou emprego	Índice
13	23
12	21,5
11	21
10	20,5
9	20
8	19,5
7	19
6	18,5
5	18
4	17,5
3	17
2	16,5
1	16

ANEXO À LEI DE REMUNERAÇÃO NO EXTERIOR

TABELA DE ESCALONAMENTO VERTICAL

(Retribuição básica - Artigo 14)

II - Militares

Posto ou Graduação	Índice
Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército, Tenente-Brigadeiro	100
Vice-Almirante, General-de-Divisão, Major-Brigadeiro	94
Contra-Almirante, General-de-Brigada, Brigadeiro	88
Capitão-de-Mar-e-Guerra, Coronel	80
Capitão-de-Fragata, Tenente-Coronel	76
Capitão-de-Corveta, Major	72
Capitão-Tenente, Capitão	64
Primeiro-Tenente	55
Segundo-Tenente	50
Guarda-Marinha, Aspirante-a-Oficial, Suboficial, Subtenente	46
Primeiro-Sargento	43

Posto ou Graduação	Índice
Segundo-Sargento	37
Terceiro-Sargento	34
Taifeiro-Mor	28
Taifeiro de Primeira Classe	26
Taifeiro de Segunda Classe	25
Cabo (Engajado)	24
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval e Soldado de 1ª Classe (especializados, cursados e engajados); Soldado Clarim ou Corneteiro, de 1ª Classe	17
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval e Soldado de 1ª Classe (não especializados)	14
Aspirante e Cadete (Último ano)	13
Soldado Clarim ou Corneteiro, de 2ª Classe	12
Soldado do Exército e Soldado de 2ª Classe (engajados); Soldado Clarim ou Corneteiro, de 3ª Classe	9
Aspirante e Cadete (demais anos), Aluno do Centro de Formação de Pilotos Militares, Aluno de Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva	8
Cabo (não engajado)	7
Aluno de Escola de Formação de Sargentos	6
Aluno de Colégio Naval e Escola Preparatória de Cadetes (Último ano), Grumete	5
Aluno de Colégio Naval e Escola Preparatória de Cadetes (demais anos), Marinheiro-Recruta, Recruta, Soldado-Recruta e Soldado de 2ª Classe (não engajados)	4
Aprendiz-Marinheiro	2

(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O expediente lido vai a publicação.

De acordo com o disposto no Regimento Interno o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1989, que acaba de ser lido, será despachado às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania, podendo receber emendas, na primeira delas, até o dia 27 de corrente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides, para uma breve comunicação.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Para breve comunicação. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, no âmbito das atividades partidárias, precedendo a Convenção Nacional a realizar-se nos dias 29 e 30 do corrente, o PMDB promoverá amanhã o amplo debate entre membros de sua Executiva Nacional, governadores eleitos pela legenda e presidentes regionais dos diretórios de todas as unidades federativas, para a escolha de um nome que possa ser levado à decisão soberana dos convencionais, como candidato à Presidência da República na competição de 15 de novembro de 1989.

Tenho acompanhado as articulações agora comandadas por Jarbas Vasconselos, vice-presidente em exercício da Executiva, registrando-se sempre a preocupação de todos os peemedebistas para que se chegue a uma fórmula de consenso capaz de garantir a unidade de nossas hostes e viabilizar as perspectivas de vitória no próximo pleito presidencial.

Afastando-se da chefia do partido, para cumprir um preceito ético que tanto dignifica, Ulysses Guimarães nivelou-se aos demais postulantes, todos com reais qualidades para pleitear a Suprema Magistratura do País. Após quatro décadas de vida pública, com um acervo imenso de serviço prestados ao povo brasileiro, o representante por São Paulo dispôs-se a aceitar o novo desafio apoiado por seus correligionários de maior e menor hierarquia, já tendo esquematizado, inclusive, um programa de governo com soluções para as questões nacionais da presente conjuntura.

Hoje, os principais órgãos da imprensa brasileira registram, dentre outras manifestações de solidariedade, a sua indicação por parte do Senador Nelson Carneiro e do Deputado Paes de Andrade, que dirigem, desde 15 de fevereiro, respectivamente, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

Antes, numa prévia levada a efeito junto aos presidentes regionais de nossa facção, o nome honrado de Ulysses Guimarães foi favorecido com o maior número de sufrágios, numa antevisão do resultado a que se chegará, na reunião de amanhã, e, a seguir, na Convenção de 29 e 30 de abril.

Recorde-se que, desde 1971, sucedendo a Oscar Passos à frente do pequenino MDB, nos ominosos tempos de anormalidade político-institucional, vem Ulysses conduzindo os destinos partidários, agora no sólido PMDB, fazendo-o com dedicação e desvelo inexcedíveis, ensejando a que nos estruturássemos em todos os 4200 municípios.

Em nenhum momento, mesmo nos mais adversos, teve ele gestos de tibieza ou desânimo; ao contrário, sempre evidenciou altaneria e dinamismo, encorajando-nos a prosseguir na construção da democracia.

Tornou-se, aliás, peça primorosa de antologia política o seu discurso de anticandidato — navegar é preciso, viver não é preciso — sinalizando uma época, 1973, em que o voto

indireto e as escolhas autoritárias predominavam no processo sucessório.

Reportando-se às possibilidades de êxito para a oposição, afirma o presidente:

> A inviabilidade da candidatura oposicionista testemunhará perante a Nação e perante o mundo que o sistema não é democrático, de vez que tanto quanto dure este, a atual situação sempre será governo, perenidade impossível quando o poder e consentido pelo escrutínio direto, universal e secreto, em que a alternatividade de partidos é a regra, consoante ocorre nos países civilizados.
>
> Não é o candidato que vai recorrer o País. E o anticandidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que homizia o AI-5, submete o Legislativo e o Judiciário ao Executivo, possibilita prisões desamparadas pelo *habeas corpus* e condenações sem defesa, profana a indevassabilidade dos lares e das empresas pela escuta clandestina, torna inaudíveis as vozes discordantes, porque ensurdece a Nação pela censura à imprensa, ao rádio, à televisão, ao teatro e ao cinema.

A anticandidatura, Srs. Senadores, representou uma autêntica tomada de posição, conscientizando milhões de brasileiros quanto à necessidade de o País reingressar no estado de direito, o que somente veio a ocorrer a 5 de outubro de 1988, com a promulgação da Carta Magna em vigor. Na elaboração constitucional, a sua figura alteou-se magnificamente pela obstinação revelada em todas as fases do processo, mesmo quando as controvérsias exigiam a sua própria interferência numa tessitura penosa de que redundaram entendimentos proveitosos.

Com uma vitalidade física e mental extraordinária, nunca deixou quebrantar-se a firmeza de suas decisões, adotadas clarividentemente em nome do interesse nacional.

Por tudo isso, há uma expectativa de que o nome de Ulysses Guimarães será consagrado no encontro de amanhã, predispondo-se a ser o candidato do PMDB à primeira magistratura do País. Se outros aspirantes ao elevado posto possuem, igualmente, atributos para desempenhá-la a contento, nenhum, porém, superará o parlamentar por São Paulo, projetado merecidamente como verdadeiro estadista capaz de dirigir a Nação com invulgar competência.

O Sr. Wilson Martins — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. MAURO BENEVIDES — Com imenso prazer, nobre Senador Wilson Martins.

O Sr. Wilson Martins — O brilhante pronunciamento que V. Exª faz procura destacar a figura do nosso eminente Presidente Ulysses Guimarães, cogitado por segmentos ponderáveis do partido para, na convenção, ser sagrado o nosso candidato à Presidência da República. Sou um daqueles, como V. Exª e tantos senadores que aqui se encontram, que se alinham em favor da candidatura do nosso eminente companheiro e destacado prócer político deste País. Creio, nobre Senador Mauro Benevides, que nesta hora o PMDB não pode faltar a Ulysses Guimarães, porque Ulysses Guimarães jamais faltou ao PMDB, em momento algum. Naqueles instantes em que o PMDB era um frágil movimento, era um débil partido, Ulysses levantou sua voz, sua bravura, sua coragem e se colocou em defesa dessa agremiação, percorrendo todos os recantos do Brasil. O partido tornou-se um dos maiores, senão o maior de que a História brasileira nos dá conta, em todos os tempos, no Império, na Velha e Nova República. Em nenhum instante ele faltou ao partido. Sempre sobranceiro, sempre praticando a boa política, filha da moral e da razão, sempre leal aos seus companheiros, jamais deixou de conduzir o PMDB da melhor forma possível, conforme as circunstâncias permitiram ao longo de todo esse período. Nenhum outro candidato, neste instante, tem os serviços de Ulysses ao PMDB. Diria mais a V. Exª, Senador Mauro Benevides, nenhum brasileiro, hoje, neste País, já prestou tantos e tão assinalados serviços como Ulysses Guimarães. Ele não é somente um grande peemedebista; é, sobretudo, um grande patriota. Os trabalhos dele foram coroados, há pouco tempo, com a promulgação da Constituição Federal, Constituição que identifica o Brasil com seu povo, que identifica o nosso partido com a nossa gente. Nas pesquisas que se fizeram durante todo esse período que antecede a campanha eleitoral, nenhum nome dentro do nosso partido sobrepujou o de Ulysses. Há, sem dúvida alguma, uma grande conspiração contra o nome de Ulysses para que ele não tenha o destaque merecido nesta hora e não reponte, desde logo, como o candidato da unidade do Partido. Mas, como bem salienta V. Exª no brilhante pronunciamento que ora faz no Senado, na reunião de amanhã, com os nossos esforços e com a dedicação de todos os seus companheiros, Ulysses Guimarães será apontado por maioria de votos e chegará à convenção como o candidato da unidade do PMDB. São estas as nossas esperanças, não apenas parlamentares, mas são as esperanças de todos os brasileiros em relação a um dos seus mais eminentes filhos. Muito obrigado a V. Exª

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato a V. Exª, nobre Senador Wilson Martins, pelo seu brilhante aparte de solidariedade à indicação do Presidente Ulysses Guimarães como candidato do nosso partido à chefia da Nação, na Convenção que se realizará em 29 e 30 de abril.

V. Exª, com a projeção nacional que merecidamente desfruta, com imenso prestígio no seu estado, o Mato Grosso do Sul, à frente de cujos destinos permaneceu empreendendo uma das mais proficientes administrações e, sobretudo, pela convivência de tantos anos ao lado de Ulysses Guimarães na Câmara dos Deputados, na direção do partido no seu estado, no Senado da República no presente momento, V. Exª oferece ao País uma frase verdadeiramente lapidar: que "nenhum brasileiro" — e isto V. Exª o disse e eu gravei, memorizando muito bem —, "nenhum brasileiro se compara e se nivela a Ulysses Guimarães nos serviços prestados à causa da democracia". Foi um testemunho eloqüentíssimo que, neste instante, deve confortar o Presidente Ulysses Guimarães, para quem prognosticamos amanhã, naquele *forum* de debates que reunirá governadores, presidentes de diretórios regionais e membros da Executiva, uma vitória certa, em reconhecimento à sua atuação, ao seu trabalho, à sua dedicação, não apenas ao MDB, que foi o centro da resistência democrática em todo o País, nem ao grande e consistente PMDB de hoje, mas, sobretudo, à construção da democracia de que S. Exª foi, sem nenhum favor, o artífice-mor.

Concluo, Sr. Presidente.

Como seu companheiro, companheiro de Ulysses Guimarães em tantas lutas, antecipo o meu voto na consulta de amanhã, convicto de que prestarei a homenagem da minha lealdade a um cidadão probo e capaz, em condição de alçar-se à Presidência da República Federativa do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Tem a palavra o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Mauro Benevides acaba de abordar o tema de maior atualidade no momento político nacional. Todos reconhecemos que ninguém, como o Senador Mauro Benevides, é capaz de qualificar tão bem as pessoas. Qualificar o presidente Ulysses Guimarães é fácil, porque realmente S. Exª tem um lugar na história do Brasil, na história do nosso País, que ninguém há de tirar. Todos temos que louvar a cada instante, a cada momento, o seu passado de lutas, o que ele representou nesta caminhada para a restauração da democracia no País.

Mas estamos numa fase de escolha de candidatos, temos que examinar os nomes que estão postos na mesa; nomes também, vários deles, que têm um passado de lutas; nomes também, vários deles, que representam uma parcela do esforço pela restauração da democracia no País.

Pessoalmente, ninguém aqui nesta Casa duvida do meu ponto de vista a respeito do assunto. Considero que, no momento, o candidato ideal para o PMDB seria o governador Waldir Pires. Porque, Sr. Presidente, o nome do candidato não será a única determinante para uma vitória eleitoral; não podemos esquecer de analisar o que representa, hoje, a imagem do PMDB — partido ao qual nós nos agremiamos, que procuramos defender e pelo qual lutamos, a cada dia, aqui, no Senado Federal.

Waldir Pires, para mim, Sr. Presidente, poderá representar o resgate de uma imagem que, infelizmente, e posso mesmo dizer que injusta-

mente, foi sendo desgastada no decorrer destes últimos anos.

Não me cabe, aqui, neste momento, fazer acusações contra os responsáveis por esse desgaste, mas durante muitos anos vim me batendo, a cada instante, para que o PMDB tomasse as medidas necessárias para reverter esse quadro.

Ao PMDB faltou a coragem necessária de afastar-se, há muito tempo, deste governo, para fixar claramente seu posicionamento de oposição ao que aí está. Não somos responsáveis pela administração, mas somos responsabilizados por ela. Não temos, no Governo Federal, a influência para determinar uma linha administrativa de acordo com o programa do partido. No entanto, somos responsáveis, perante a opinião pública, por tudo isso que aí está. Porque, a cada instante que dizemos que não somos responsáveis pelo governo, sempre vem a pergunta: vocês têm quantos ministros, nessa administração? Temos, realmente, filiados ao partido, nessa administração, vários ministros, mas não podemos dizer que temos ministros do partido nessa administração.

Sr. Presidente, amanhã será um dia de decisão do PMDB. É imperiosa a necessidade de fixarmos um candidato que representa a linha de pensamento que foi majoritária na última convenção do partido, uma linha de pensamento que se colocou ao lado da chamada Chapa Compromisso, que foi vitoriosa na convenção. Sr. Presidente, falhar a isso é trair aqueles representantes da base, que vieram a Brasília fixar uma posição majoritária de nossa agremiação. Por isso, temos que buscar a unidade dentro dessa linha de pensamento partidário. Não tem sido fácil, mas chegaremos a ela. Chegaremos pelo compromisso que cada um de nós tem com o partido e, principalmente, com a democracia no País.

Não nos iludamos, entretanto. Mesmo unidos, a nossa luta não será fácil. O partido está desgastado perante a opinião pública. Já não temos aquela sigla que representava, sozinha, o sinal da vitória, bastando ganhar a convenção partidárias para que tivéssemos uma vitória tranqüila nas urnas. Não, hoje, o nosso candidato terá que ganhar a convenção e ir para as ruas batalhar por uma vitória, que não será fácil.

Não há tempo, neste momento em que estamos apenas aguardando o início da Ordem do Dia, para analisar o que representa o passado de nosso partido e a retomada de seus princípios, mas não há dúvida, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que fixar uma campanha em torno, exlcusivamente, de um nome, é um erro. Não podemos aceitar mais, no Brasil, que as eleições se transformem na escolha de um nome, de um nome carismático, de um salvador da pátria. Temos que buscar uma linha de pensamento, um programa partidário, para levarmos ao povo brasileiro, para que o povo julgue esse programa, que lhe será apresentado.

E, no entanto, estamos mais uma vez caminhando para que a escolha se faça em torno de um nome.

Sr. Presidente, e Srs. Senadores, temos visto, temos acompanhado as pesquisas de opinião; e não adiante dizer que não acreditamos em pesquisas, que é muito cedo para elas representarem alguma coisa, nada disso. Pesquisa séria tem uma valor muito grande para raciocinármos, fazermos uma análise das circunstâncias políticas do momento. O que vemos nas pesquisas? Vemos dois candidatos de uma linha de pensamento mais à esquerda numa posição majoritária. E, na última pesquisa, vemos surgir um nome que representa uma força de centro, que, ainda que possamos ter dúvidas quanto à sua possibilidade de manter-se nessa posição, tem, na realidade, significado um fator inesperado nesta eleição. A cada dia — o Senador Jarbas Passarinho me observa atentamente de sua cadeira — fico espantado, Sr. Presidente, com pessoas que, coisa que eu jamais poderia esperar, demonstram que vão votar nesse candidato. Eu vejo essa tendência em vários segmentos da população os quais, sejam empregados, sejam jovens, sejam velhos, parecem estar buscando uma escolha que signifique um voto a favor da moralidade pública. Podem até estar exagerando na escolha, mas, dentro de seus pensamentos estão fixando-se em alguém que está representando aquilo que desejam, que é a volta da moralidade pública.

Existe também o aspecto da renovação. Nós, no partido, teríamos que encontrar alguém que pudesse encarnar esse aspecto, mas estamos com dificuldades para isso. Quando digo, por exemplo, que para mim o candidato ideal, neste momento, seria o Governador Waldir Pires, é porque honestamente julgo, por ter acompanhado sua campanha na Bahia, que S. Exª, no desenrolar de uma campanha, iria defender as causas nas quais acredita, e teria as condições necessárias para levar a opinião pública a uma linha de pensamento que poderia ser facilmente identificada com a linha de pensamento do PMDB antigo. Talvez assim conseguíssemos fazer retomar a esperança; uma esperança que a população brasileira não tem mais. Uma das coisas mais graves para o momento atual é sentirmos essa falta de esperança no nosso povo, que já não acredita em praticamente mais nada; não tem mais fé no futuro; não acredita nos homens, nem nas posições que cada um de nós toma. Outra evidência que resulta das pesquisas de opinião é que a instituição parlamentar é aquela que fica abaixo de todas as demais, na confiança popular. Nós, políticos, não merecemos mais a confiança do povo. Só que nós não podemos entregar a esse povo uma bandeira que foi nossa, para que ele leve a sua esperança para alguém que, imagina, possa transformar-se nessa espécie de "salvador da pátria", e que venha a ser, no futuro, mais uma razão de descrença para esse povo, que ainda deve ter um resto de credibilidade, um resto de esperança.

O Sr. Mauro Benevides — Permite um aparte, nobre Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Pois não, Senador.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Jutahy Magalhães, durante o pronunciamento que fiz há poucos instantes, honrado com o aparte do Senador Wilson Martins, pude sentir que V. Exª, generosamente me escutava no momento em que eu defendia, com muita clareza, a posição que pretendo assumir amanhã, e, a seguir, na convenção de 29 a 30 de abril, em favor da indicação do Presidente Ulysses Guimarães à chefia da Nação. Mas V. Exª ouviu também, porque isso foi dito, enfaticamente, nas palavras que proferi, que todos os aspirantes do PMDB à presidência da República têm condições de ascender ao importante posto. E se V. Exª desenvolveu um raciocínio segundo o qual as nossas atenções deveriam se direcionar para a elaboração de um programa no qual estivessem alinhadas as soluções para os problemas políticos, econômicos e sociais do País, eu lhe diria que a nossa comissão executiva, atendendo a um imperativo da própria convenção, tem trabalhado exaustivamente na elaboração desse programa. Todos nós fomos instados, V. Exª e eu, e todos os outros companheiros, convencionais ou não, de maior ou menor hierarquia, a oferecer ao partido a colaboração para esse programa, na defesa do qual se deve posicionar o candidato que vier a ser chancelado na convenção de 29 e 30 de abril. Portanto, vai a ressalva de que se V. Exª defende neste instante a indicação do eminente governador Waldir Pires, de quem recebi, na manhã de hoje, uma mensagem de companheiro para companheiro, apresentando-se como candidato a essa indicação... Qualquer que seja o escolhido, está feita a ressalva — Ulysses Guimarães, Waldir Pires ou os outros que estão sendo cogitados, todos eles têm condições de, lastreados num programa realista, voltado para o momento político, econômico e social e do País, qualquer um deles, com o apoio das nossas bases e ressonância na opinião pública, terá condições de conduzir o País aos destinos para os quais nós sonhamos, cogitamos e, ardentemente, desejamos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Exª o aparte, nobre Senador Mauro Benevides, e confirmo plenamente essas informações, embora se faça desnecessária essa confirmação. O partido está realmente buscando o seu programa; programa de ação política, programa de ação administrativa visando as próximas eleições, o próximo governo.

Acredito, Sr. Senador, que temos as condições de vitória; acredito que podemos levar à opinião pública uma mensagem que ela venha a aceitar no transcorrer da campanha. Mas, hoje, eu tenho preocupações, tenho grandes preocupações por causa dessa desesperança, desse desencanto que existe na opinião pública. E somos muito responsáveis por esse desencanto.

O PMDB chegou ao poder levando um sonho de transformações, um sonho de mudanças que, infelizmente, não foi implementado pelas razões que todos conhecemos, que a

História, o destino, fez com que perdêssemos essa oportunidade.

Mas, Sr. Senador, o que sentimos?

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — (Fazendo soar a campainha) — Sr. Senador, à Mesa cumpre o dever de alertá-lo que o seu tempo regimental já está esgotado, pedindo a V. Exª que abrevie suas considerações.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com todo o prazer, Sr. Presidente, estou aqui atendendo a um apelo.

Complementando meu pronunciamento, queria dizer que o momento é grave, o momento é sério. A escolha de amanhã representa, talvez, o ponto decisivo do sucesso da futura campanha presidencial. A decisão da eleição depende de uma boa escolha, amanhã.

Por isso, espero que os nossos companheiros do PMDB, os 51 notáveis do Partido, que irão examinar essa questão, coloquem, acima de nomes, essa necessidade que temos de representar novamente a esperança de um povo desiludido. Creio que recuperar esse poder de representar essa esperança é a maior responsabilidade do partido e de seu candidato.

Assim sendo, peço a esses 51 notáveis do Partido — como a imprensa tem apelidado esses 51 representantes do PMDB — que, amanhã, escolham bem nosso candidato, pensando no País e pensando em doar ao PMDB as condições para a vitória, que hoje se nos afigura tão difícil. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Mesa agradece, ao Senador Jutahy Magalhães, a dupla colaboração ao pedir a palavra e, agora, ao encerrar o seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes, para uma breve comunicação.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA. Para uma breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje é um dia importante no Senado, porque estamos tratando de um assunto que interessa muito à população brasileira, que está curiosíssima de ver os rumos que toma a classe política. Todos procuram saber quem vai ser candidato, porque o dia da eleição está se aproximando e, até agora, não temos praticamente nada definido.

Vi, hoje, o meu eminente companheiro e amigo, Senador Mauro Benevides fazer as melhores referências ao Deputado Ulysses Guimarães, com quem tive a honra de ser fundador do MDB naquela época difícil, em que tínhamos de pegar a gancho as pessoas para entrarem para o Partido. E S. Exª dá aqui o seu voto antecipado em favor do Deputado Ulysses na reunião do PMDB que vai ser realizada amanhã.

Para vermos em que situação está o PMDB, logo em seguida vem o Senador Jutahy Magalhães, também, defender um nome da maior importância no Partido, que é o do Governador Waldir Pires, a quem acompanhei até os últimos momentos antes da instalação do período revolucionário, no Palácio do Planalto. Se não me engano, S. Exª era Consultor-Geral da República. Trata-se, também, de um homem brilhante e inteligente.

Dentro do próprio PMDB há outra candidatura que cresce a cada momento: é a do Ministro Iris Rezende. S. Exª está hoje com um potencial enorme dentro do Partido.

O povo continua nessa expectativa da escolha de candidatos. Isto se dá em todos os partidos, inclusive no PFL. O PSB também não tem ninguém, é candidato só de brincadeira.

O que o povo está querendo é um candidato que venha realmente disputar o pleito. Essa que é a realidade. Não conseguiremos nunca que o povo vá se interessar na escolha de um candidato porque acha que ele fala bem, o outro é porque trabalhou 200 anos; o outro porque é bom também; o outro porque é contra o Governo, é da Oposição. Não é isso que o povo quer. Não conseguiremos nunca motivar o eleitorado se formos levar para a campanha esse tipo de disputa, em que um anda com a roupa azul-marinho, o outro com a roupa branca. Não dá mais! Ou nós partimos para uma disputa que tenha por base um fim ideológico ou não conseguiremos despertar a opinião pública.

Temos que despertar ideologicamente o povo. Aí, sim, o povo vai se definir e saberá para o lado que vai, saberá onde vai votar e vai escolher o seu candidato. É a única forma, no nosso entender, de podermos chegar a esse pleito de 15 de novembro e termos realmente uma eleição. Por esta razão é que há mais de 2, 3 ou 4 meses nós, desta tribuna, defendemos o que chamamos "Radicalização Democrática". Quando falamos em "Radicalização Democrática", todos acharam um absurdo. Mas o que quisemos dizer, continuamos a dizer, e achamos necessário, é que temos que fazer essa divisão: colocar de um lado aqueles que defendem a livre iniciativa, aqueles que defendem a família, que defendem a propriedade, que defendem a segurança, que defendem o comércio internacional com todas as partes do mundo, que não enganam a classe operária. Do outro lado você coloca os socialistas que podem ser integralistas, comunistas, anarquistas, invasores de terra, podem, enfim, ser o que quiserem e, aí sim, o pessoal que está em cima do muro vai descer e pular para um lado ou pular para o outro e, então, teremos uma eleição disputada palmo a palmo, porque o povo vai se interessar por ela. Mas enquanto estivermos nesse diálogo de escolha de candidato por pessoa, por indivíduo, não conseguiremos motivar o povo brasileiro.

O que queremos dizer é que na sessão de hoje talvez tenha se iniciado esse trabalho que o povo está querendo, que o povo está desejando; o povo quer votar; o povo não está desinteressado pela política; o povo não está desinteressado dos políticos; o povo está desinteressado do tipo de candidatos; é disso que o povo está desinteressado. O povo quer um candidato que exprima sua idéia, sem receio, e não venha com esse negócio: "não, eu sou contra o Governo, mas continuo ministro do Governo; eu sou contra o Governo, mas tenho milhares de serventuários do Governo". Isso não dá. Isso o povo não quer saber, isso é conversa de comadres, não é isso que o povo quer saber. O povo quer saber em quem vai votar na próxima eleição, que vai ser fundamental para o País, porque será uma eleição ideológica; ou para votar no Lula ou Brizola, de um lado, ou votar no candidato da livre iniciativa, do outro. Se não fizer isso, não despertaremos nunca o interesse público e estará definido o pleito eleitoral com a vitória do Sr. Lula ou com a vitória do meu amigo, o engenheiro Leonel Brizola. Desse dilema não podemos fugir. Portanto, os políticos que estão mergulhados nesse problema pensem um pouco e reflitam que o povo quer votar, o povo quer ir às ruas, a juventude quer votar, os jovens querem votar, mas querem discutir os problemas, e eles só podem discutir, só podem ter interesse se transformarmos essa próxima eleição numa eleição não individual, não de pessoas, mas numa eleição ideológica, que divida as armas para cada um escolher o caminho que quer seguir.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista, para uma breve comunicação.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Para uma breve comunicação) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, por ocasião da última reunião do Conselho de Curadores da Fundação Hilton Rocha, no dia 12 de abril passado, em Belo Horizonte, devo ressaltar a minha satisfação, como um dos integrantes do referido Conselho, pela feliz circunstância da inauguração, na mesma data, da nova sede da Fundação, com instalações definitivas e adequadas ao seu eficiente funcionamento.

Esse auspicioso acontecimento, cuja indiscutível importância ressalto, nos limites deste conciso pronunciamento, resultou dos extraordinários e pacientes esforços do insigne professor Hilton Rocha, fundador e Presidente de Honra dessa benemérita instituição, e de sua excepcional equipe de colaboradores, dentre os quais destaco entre outros, o doutor Christiano Barsante, atual Presidente.

A inauguração da sede própria da Fundação Hilton Rocha (FHR) foi prestigiada pelo Presidente José Sarney, que se fez representar, na solenidade, pelo Ministro de Estado da Saúde, doutor Seigo Tsuzuki, havendo também comparecido a professora Tereza Costa D'Amaral, da Coordenadoria do Deficiente de Brasília.

O Ministro da Saúde participou, ainda, do lançamento do primeiro exemplar da Constituição Federal de 1988 impressa em Braille.

Coincidindo com a inauguração da sua sede (em prédio anexo ao Hospital do Instituto Hilton Rocha), a Fundação realizou o seu I Congresso sobre a "Prevenção da Cegueira" e a "Integração do Deficiente Visual", dos dias 13 a 15 de abril.

Paralelamente ao I Congresso da FHR, realizou-se, também no Minascentro, o V Congres-

so da Associação Médica do Instituto Hilton Rocha — AMIHR, em comemoração aos dez anos desse Instituto, inaugurado em 5 de março de 1979, que versou sobre os tema "Cirurgia da Catarata e Correção da Afasia".

Os dois congressos abordaram temas científicos e técnicos da maior importância e atualidade, com a participação de eminentes especialistas de outros Estados, inclusive de países estrangeiros.

Simultaneamente, os mencionados congressos abordaram problemas vinculados às perspectivas e avanços da imprensa Braille, a evolução da informática e importância do lazer e dos esportes para os deficientes.

A solenidade da inauguração da sede própria da Fundação Hilton Rocha reuniu os ex-Governador e Senador Lomanto Júnior, ex-Prefeito de Belo Horizonte, Celso Mello de Azevedo, hoje Presidente da CEMIG, ex-Secretário de Estado e Presidente do Banco Real, Marcio Garcia Villela, o ex-Deputado Federal Guilherme Machado, representantes do Governador e do Tribunal de Justiça; autoridades civis, militares e eclesiásticas; representantes de Associações Médicas e Científicas, não só de Minas Gerais como de outros Estados; em síntese, representantes de todos os segmentos da sociedade mineira.

Convém assinalar que a sede recém-inaugurada tem uma área construída de cinco mil metros quadrados e se destina a abrigar centros de pesquisa, ensino e assistência oftalmológica à população mais carente.

O custo das obras de construção da Fundação Hilton Rocha, sem contar os equipamentos, ficou em torno de um milhão de dólares.

Segundo o Presidente da Fundação, sua capacidade é de prestar 150 atendimentos diários, e entre as suas áreas de atuação encontram-se a assistência oftalmológica de caráter social, desenvolvimento de pesquisas e levantamentos estatísticos, prevenção, recuperação e reabilitações de cegos, especialização de professores primários visando a educação de deficientes visuais e formação de pessoal paramédico especializado.

Ao ensejo da reunião do Conselho de Curadores foi proposta a criação da Associação dos Amigos de Hilton Rocha, iniciativa aplaudida e aprovada por unanimidade.

O discurso proferido pelo ilustre Ministro da Saúde, Doutor Seigo Tsuzuki, representanto o Presidente José Sarney, delineou e enalteceu a trajetória da Fundação Hilton Rocha, considerada como um dos centros oftalmológicos mais avançados e completos da América Latina, internacionalmente conhecido.

Requeiro, portanto, a sua incorporação ao texto deste meu pronunciamento, como um documento digno de registro especial.

Ao regressar a Brasília, depois de participar da inauguração da nova sede da FHR, não me seria lícito omitir-me, razão pela qual, ao assinalar com este registro sumário o significado e a importância desse magno evento, felicito o Professor Hilton Rocha, o Doutor Christiano Barsante e a insigne equipe integrada pelos médicos, técnicos e servidores da Fundação Hilton Rocha, ao mesmo tempo em que me congratulo com o povo de Minas Gerais pelos magnos resultados, benefícios e perspectivas decorrentes do funcionamento dessa modelar instituição, que atingiu níveis de projeção internacional. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Souza) — A mesa, de acordo com o regimento, dá provimento ao requerimento de V. Exª.

Documento a que se refere o Sr. Lourival Baptista em seu discurso:

Sinto-me extremamente honrado em representar neste ato solene o Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Este é um momento de especial importância, porque o setor saúde caminha para uma completa reestruturação.

Objetivou-se assim, garantir à população, o acesso aos serviços de saúde em todos os níveis, dos mais simples ao mais complexo.

A simplicidade do atendimento não deve estar relacionada com a pobreza mas, sim, com a possibilidade de ver os problemas mais comuns do povo brasileiro.

Sendo a visão importante veículo de integração entre o indivíduo e o meio ambiente, a sua perda prejudica o natural desenvolvimento das aptidões intelectuais, escolares, profissionais e sociais, constituindo-se num elevado ônus social, já que interfere na integração e participação comunitária das pessoas afetadas e representa, também, uma limitação da produtividade e capacidade de trabalho.

Estudos feitos pela organização mundial de saúde indicam que cerca de 75% dos casos de cegueira poderiam ter sido evitados, aplicando-se os conhecimentos e técnicas já existentes, e, hoje encontradas no Instituto Hilton Rocha, que desde 1973, começou uma luta histórica para a construção do Instituto de olhos.

Liderados pelo professor Hilton Rocha, um grupo de oculistas, concebeu a realização de um centro de assistência oftalmológica de alto padrão, que pudesse proporcionar um atendimento acessível a todos níveis sociais, contribuisse para o desenvolvimento da pesquisa e estruturasse atividades docentes na área da saúde ocular.

Com o apoio do Governo do Estado, que em momentos difíceis e decisivos não mediu esforços para dar prosseguimento à obra de tal magnitude, até certo ponto ambiciosa, vejo hoje realizado este desafio.

O Instituto Hilton Rocha antecipou-se ao seu objetivo maior que era a criação da Fundação Hilton Rocha, tornando-se conhecido internacionalmente e destacando-se como um dos centros oftalmológicos mais avançados e completos da América Latina.

O processo altamente participativo, Democrático e representativo que permeou esta longa caminhada, culminou em 1977, quando esta entidade foi declarada de utilidade pública.

O Ministério da Saúde, através do Programa Nacional de Saúde Ocular e Prevenção da Cegueira, tendo entre seus participantes esta instituição, vem desenvolvendo um extenso programas de debates, onde estão sendo discutidas formas para promover, proteger e recuperar a saúde ocular do povo brasileiro, nos seus diferentes níveis, prevenir a integração das entidades participantes deste trabalho.

Acompanhado ativamente todo o processo, o Ministro da Saúde assinou portaria que cria o dia — 7 de maio — como o "Dia Nacional da Saúde Ocular", quando entre outros eventos, será lançado o "Manual de Informações Básicas", destinado aos técnicos da área de oftalmologia.

Desejo consolidar a integração do Ministério da Saúde a essa entidade filantrópica, cujos objetivos são a pesquisa, ensino e assistência, para permitir o acesso das classes menos favorecidas e engrandecer o setor saúde.

Formulo, neste momento, em nome do Presidente da República, uma homenagem ao Dr. Hilton Rocha, professor, cientista, mas acima de tudo — grande benemérito — com o mais profundo reconhecimento, respeito e admiração.

A aqueles que compreendem o alcance desta iniciativa e a ela dedicaram todo o seu entusiasmo e apoio, nossos parabéns. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Sen. Lourival Baptista o Sr. Sen. Pompeu de Souza deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Sen. Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — a Presidência lembra aos Srs. Senadores que a sessão da tarde de hoje será destinada à exposição do Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e as interpelações dos Srs. Senadores.

As inscrições já estão abertas, podendo ser feitas no livro próprio na Secreteria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não havendo mais oradores inscritos para o Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 199, DE 1989

Exmº Sr.
Senador Nelson Carneiro
DD. Presidente do Senado Federal
Nesta

Nos termos do art. 47, item I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico anexo, no período de 19 a 26 de abril do corrente ano.

Brasília, 18 de abril de 1989. — Senador *Leopoldo Peres.*

"Atesto para os devidos fins, que o Sr. Leopoldo Peres Sobrinho está incapacitado de tra-

balhar do dia 19-4-89 à 26-4-89. — *Milton B. do A. Trindade Filho* — Dermatologia — CRM-DF 3714 — CPF 101970011/49. — 14-4-89."

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 200 DE 1989.

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma regimental, que sejam solicitadas ao Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União informações sobre os Balanços da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro (Lloydbrás) nos últimos 5 (cinco) anos, acompanhadas dos respectivos pareceres das auditorias que os examinaram.

Justificação

Tendo em vista a recente deliberação do Senado, sustando os efeitos do art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 97.455, de 15 de janeiro de 1989, através da aprovação do Decreto Legislativo nº 2 de 1989, de autoria do Senador Maurício Corrêa, decisão essa tomada num clima de forte emoção, considero de bom alvitre que esta Casa e a nossa congênere Câmara dos Deputados deveriam conhecer as razões da ordem econômica e financeira que levaram o Governo Federal e decretar a sua extinção.

Para tanto, nada melhor do que os Balanços daquela empresa, devidamente analisados pelo colendo TCU, para instrumentar os senhores Congressistas a respeito de assuntos de tal magnitude.

Sala das Sessões, 18 de abril de 1989. — Senador *Roberto Campos.*

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) O requerimento lido será incluído na Ordem do Dia, nos termos do art. 71, VII, da Constituição Federal, e 279, II, c, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão Diretora *em seu Parecer nº 3, de 1989), do Projeto* de Resolução nº 3, de autoria da Comissão Diretora, que adapta o Regimento Interno do Senaodo Federal às disposições da Constituição da República Federativa do Brasil e dá outras providências.

* **O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Em discussão a redação final.

Com a palavra o nobre Senador Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Para discutir) — Sr. Presidente, o art. 3º diz o seguinte:

"Iniciar-se-ão com o *quorum* mínimo de 1/6 da composição do Senado Federal, em horário a ser fixado pela Presidência, observando-se o disposto no art. 322."

Sr. Presidente, hoje a composição do Senado Federal é de 75 membros. O Senado hoje tem 75 Senadores, 1/6 corresponde a doze e meio Senadores.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Estou colocando o problema porque o disposto no art. 322, item I diz o seguinte:

"Art. 322. As deliberações do Senado serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria dos seus membros (Const., art.31), salvo nos seguintes casos, em que serão:

I — por voto favorável de 2/3 (dois terços) da composição da Casa:"

O que acontece é que há de ser deliberado, há de ser discutido, há de ser aprovado, se será para baixo, a aproximação, ou para cima. Na realidade, dá doze e meio. Faço esta indagação à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Espero que V. Exª faça todas as suas considerações para depois prestar os esclarecimentos.

O SR. JAMIL HADDAD — Muito bem!

Sr. Presidente, estamos aqui na realidade, diante do projeto de resolução que modifica artigos do atual Regimento e mantém outros artigos. Estaremos aprovando hoje uma modificação parcial do Regimento do Senado Federal. Haverá de ser montado o novo Regimento com essas modificações que estão sendo neste momento colocadas para discussão e votação.

Sr. Presidente, peço a V. Exª — e aí faço uma pergunta à Mesa, e V. Exª poderá responder — para verificar se não existem artigos aqui aprovados que se conflitam com dispositivos mantidos no Regimento ainda em vigor, já que não foi aprovado o novo Regimento.

São estas preocupações que temos, para evitar conflito de atribuições dentro do Regimento. Existem matérias aqui que, provavelmente, terão que ser colocadas como disposições transitórias dentro da redação final da adaptação do Regimento definitivo, porque o que discutimos aqui — e após um acordo de cavalheiros ficou acertado — está no art. 7º, que diz:

"O disposto no art. 64, *caput* do Regimento Interno, não prejudica o reconhecimento, na atual legislação, para todos os efeitos, dos Líderes dos partidos políticos com representação no Senado à data da promulgação desta Resolução.

Parágrafo único. É reconhecida ainda, até 15 de março de 1990, a Liderança que à data da promulgação desta Resolução representa o Governo".

Está aí, Sr. Presidente, ela tinha que ser uma disposição transitória...

O Sr. Odacir Soares — Senador Jamil Haddad, V. Exª permite um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Ouço o aparte do nobre Senador Odacir Soares.

O Sr. Odacir Soares — Desejo apenas acrescentar o seguinte: V. Exª levanta uma questão que, se bem entendi, determinados artigos dessa adaptação que aprovamos, seriam espacialmente colocados aqui ou ali. Parece-me que não seria dessa forma que a adaptação se faria. Parece-me — e, aliás, não tenho dúvida alguma, que os artigos aqui já aprovados referem-se, especialmente, aos artigos do Regimento que estamos adaptando, isto é, o artigo 1º especifica, a partir dele, os artigos que sofreram modificações ou que foram suprimidos. Cada artigo daquilo que aprovamos refere-se a um artigo ou a um dispositivo do Regimento em vigor. Então nós não poderemos, na consolidação do Regimento Interno do Senado, a partir da aprovação desta redação final, desta adaptação, colocar esse ou aquele artigo em qualquer lugar; ele tem um lugar definido no Regimento em vigor. Parece-me que, do ponto de vista da hermenêutica, seria dessa forma.

O SR. JAMIL HADDAD Nobre Senador Odacir Soares, verifique V. Exª que em parte V. Exª tem razão, porque diz assim: artigo 453, suprimido; artigo tal, suprimido. E aí está § 1º. Então, é mantida, tem o pontilhado, é mantida a redação anterior. Mas, parece-me que há um erro, porque logo no início:

"Art. 1º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com as *seguintes alterações:*

Art. 2º O Senado Federal reunir-se-á: etc, etc...

Art. 3º Quando chega no final, à página 73, verifica V. Exª o seguinte: Art.2º...

Há um erro aqui, há um erro flagrante porque poderíamos entender que o art. 1º tivesse, na realidade, uma série de itens, subitens, parágrafos, no artigo 1º E que o art. 2º, então, seria só a parte final, seria na página 73.

O Sr. Odacir Soares — Seria uma espécie de disposição transitória.

O SR. JAMIL HADDAD — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª permite-me V. Exª?

O SR. JAMIL HADDAD — Quero justamente que V. Exª, Sr. Presidente, me esclareça, porque creio que houve um erro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Eu esclareço: não houve erro. Inicialmente, essa votação refere-se, não a todo o Regimento, mas às alterações ao Regimento. Por isso, o art. 1º diz: "O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com as seguintes alterações" (página 3 do avulso). Na página 73 do mesmo avulso observa-se: "art. 2º... — é uma disposição nova. O art. 1º começa na página 3 e acaba na página 73, porque

estão enumeradas todas as alterações do Regimento. No art. 2º, vem uma alteração nova; é o que seria uma disposição transitória, não sendo, entretanto, porque é um projeto, uma alteração. Quando se fizer a consolidação, na forma do art. 8º, que está página 75, V. Exª terá os arts. 2º e seguintes incluídos sob o título "Disposições transitórias". Estamos votando os arts. 1º e 2º: o art. 1º são todas as modificações feitas no atual Regimento: o art. 2º são as modificações feitas àquilo que na consolidação passará a ser "disposições transitórias".

Quanto ao *quorum* referido no art. 3º, letra "a", a que V. Exª se referiu, diz respeito às sessões preparatórias do Senado, sendo preciso que estejam presentes 1/6 da composição. Para os dias normais de funcionamento do Senado, em suas sessões ordinárias, o *quorum* para votação está disposto no art. 180, que manda que seja 1/20 da composição do Senado, portanto, 4 srs. senadores e não os que V. Exª pensa que estão incluídos no art. 3º letra *a*. As sessões ordinárias estão reguladas pelo art. 180.

Estes são os esclarecimentos que devo dar a V. Exª.

O SR. JAMIL HADDAD — Sr. Presidente, admitamos que o *quorum* para apenas as sessões preparatórias seja um *quorum* mínimo de 1/6 da composição do Senado — de 1/6. Nós temos 75 senadores, divididos por 6, daria 12,5. Aí faço a pergunta a V. Exª: 12,5 puxa para cima ou puxa para baixo? É a pergunta que faço. Porque, quando é 12.6, 12.7, pode puxar para cima. Mas 12,5 está no meio. Não há uma definição se é para baixo ou se é para cima. Então, acho que aí, Sr. Presidente, é que há uma necessidade de esclarecimento.

O nobre Senador Antonio Luiz Maya está rindo da minha proposição. Mas, o que eu digo é o seguinte: quero saber, Sr. Presidente, com que *quorum* se pode abrir a sessão preparatória. Por que 1/6 da composição do senado corresponde a 12,5. Nós não podemos partir o Senador ao meio.

De modo que quero saber se vai para 13 ou se vai para 12. É uma pergunta concreta que faço, neste momento, à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A solução é fácil; V. Exª é médico! Se é que não podemos dividir um senador pelo meio...

O SR. JAMIL HADDAD — Não sou Salomão; sou Jamil!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É.

O SR. JAMIL HADDAD — Não sou Salomão; sou Jamil.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Já que não se pode dividir um senador pelo meio e, se diminuir para 12, não se estará fazendo os 12,5 a que V. Exª assinala, a solução é só abrir a sessão preparatória com a presença de 13 senadores.

O SR. JAMIL HADDAD — Então, justamente que fique claro, que, no caso, será com 13 senadores.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Mas, aí, como o Senado vai sofrer modificações...

O SR. JAMIL HADDAD — Não. Estou dizendo, nesse caso. Nós sabemos que na próxima legislatura entrarão mais seis senadores, os do Amapá e os de Roraima. De modo que entrarão mais seis. Então, fica estipulado que serão treze, com essa redação, para que haja abertura de sessão.

Sr. Presidente apesar da explicação de V. Exª, peço que quando houver a montagem da redação final do Regimento Interno que é o Regimento anterior com essas modificações — que haja a renumeração desses artigos, porque vamos ter: "Art. 1º O Regimento Interno do Senado passa a vigorar com as seguintes alterações..." Aí vem: "Art. 2º — O Senado Fedeal reunir-se-á:...". Nas Disposições Transitórias não temos art. 1º; entramos no art. 2º, porque o art. 1º seria toda essa parte até a página 73. E o art. 2º seria, na realidade, o que vem da página 73, posteriormente — art. 3º, art. 4º, art. 5º até o art. 8º, e assim por diante.

Parece-me, Sr. Presidente, que poderia haver aí uma confusão, visto que teremos dois artigos segundos — um dizendo uma coisa e outro dizendo outra. Não parece a V. Exª que há uma ambiguidade aqui?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Fique V. Exª tranqüilo. O art. 8º, na última página, diz que:

> Art. 8º — A Mesa, no prazo de até noventa dias, fará a consolidação das modificações feitas no Regimento Interno, podendo, desde que não alterado o mérito, proceder — as correções de redação e às recomendadas pela melhor técnica legislativa, corrigir remissões e contradições e alterar a ordenação das matérias."

De modo que aí está a ressalva para que a Mesa possa oferecer a exame um texto consolidado.

O SR. JAMIL HADDAD — Este era o alerta que estava fazendo para evitar que haja contradições entre dois artigos com a mesma numeração, em partes diferentes, criando, na realidade, possíveis incoerências e interpretações dúbias.

Sr. Presidente, na realidade, não há o que contestar nessa parte do Regimento. Eu estava procurando e não estou achando o problema do pedido de verificação de votação, que passou para uma hora, após a primeira solicitação.

Passei rapidamente a vista e não consegui localizar o artigo para o pedido de verificação. A segunda verificação só poderá ocorrer uma hora após o primeiro pedido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Veja V. Exª na página 56, item V.

O SR. JAMIL HADDAD — Sr. Presidente, esse critério parece-me o adotado pela Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Exatamente.

O SR. JAMIL HADDAD — Parece-me que não seria um critério a ser adotado na Câmara por equanimidade, porque é natural que a Câmara, com 480 Srs. deputados, tenha a impossibilidade de pedir verificação ininterruptamente, mas me parece que aqui com uma composição praticamente sete vezes menor do que a da Câmara, uma hora me parece um período um pouco longo, retirando claramente a possibilidade, que existe em todas as Casas Legislativas, da obstrução parlamentar.

Concordo que não deva continuar da maneira atual, reconheço que a atual facilita a um só senador obstruir a matéria durante tempo indefinido, sendo que eu sou um dos que têm usado esse expediente várias vezes nesta Casa. Mas parece-me que uma hora é realmente um prazo muito alentado, por isso eu gostaria de ouvir das demais Lideranças algo a respeito deste assunto.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Com a maior satisfação.

O Sr. Jutahy Magalhães — A idéia desse prazo é fazer com que primeiro, no mínimo, três senadores tenham que requerer a verificação de *quorum*, porque se impede aquilo a que no Senado, no decorrer dos últimos dez anos, temos assistido constantemente, ou seja, fazer com que as matérias não possam ser votadas pela ação individual de um senador. Então, se três senadores requererem a verificação de *quorum*, salvo nos casos de urgência votada, nós teremos condições de discutir a matéria pelos prazos estabelecidos pelo próprio regimento, no tempo necessário para se fazer essa diferença de uma hora da última verificação de *quorum*. Três senadores poderiam exercer os seus direitos de obstrução e, com certa facilidade, utilizar o tempo e fazer uma nova chamada depois de uma hora. O regimento permite isto, desde que haja realmente aquela iniciativa parlamentar de obstrução, em que três senadores queiram fazer a obstrução dentro de um ato normal de qualquer parlamento. Mas aí seria necessário uma ação conjunta e não uma ação individual.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador Jutahy Magalhães, o critério da Câmara, que tem 480 deputados, é idêntico ao do Senado, que tem sete vezes menos parlamentares. Parece-me que a isonomia não deve ser por aí.

Para o Senado, concordo que se modifique esse tempo: que fosse meia hora ou alguma coisa desse tipo; mas uma hora, na verdade, parece-me um período muito largo.

Temos de admitir que, nas Casas legislativas, o direito de obstrução vem, na realidade, desde os primórdios do Poder Legislativo.

Eu gostaria de saber dos demais Líderes se S. Exªs concordam com esse prazo de 1 hora. Na realidade, me parece ser muito difícil, hoje, alguém pedir uma verificação em termos de obstrução, fazendo dois pedidos durante a discussão de uma matéria.

Quero fazer um apleo às demais Lideranças da Casa. Estamos na Redação Final e não cabe emenda, mas como está decidido que dentro de três meses haverá um reestudo de alguns artigos, verificaremos como funcionará esse Regimento. Há também um acordo de cavalheiros para, no prazo de 90 dias, procurar-se fazer modificações dentro do Regimento, para verificar-se o que não esteja funcionando bem. Então, deixo no ar essa sugestão no sentido de que possamos, dentro das modificações que serão impostas ao Regimento, dentro do acordo, modificar de uma hora para meia hora o segundo pedido de verificação por intermédio de três Senadores.

Era só isso que, neste momento, eu queria colocar, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Senador Jamil Haddad o Sr. Senador Nelson Carneiro deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Senador Pompeu de Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Como V. Exª mesmo acaba de reconhecer, este é um assunto que só poderá ser objeto posterior ao Projeto de Resolução. No mérito, é matéria vencida e só cabe agora qualquer observação com relação à vernaculidade do texto.

O Sr. Odacir Soares — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares, pela ordem.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores é óbvio que, nesta discussão, não cabe nenhuma modificação ao texto já aprovado em sessão enterior. Entretanto, observando aqui o que dispõe a parte que adapta o novo Regimento, verifico que, salvo engano, relativamente à realização de sessões do Senado e de sessões das Comissões Técnicas ou das Comissões Parlamentares de Inquérito, pela omissão da adaptação, continua prevalecendo o disposto no Regimento em vigor.

Então, aproveitando-me desta oportunidade em que discutimos a redação final desta parte que vai ser acrescentada ao novo Regimento do Senado, eu desejava fazer um apelo à Mesa do Senado para que baixasse, na conformidade das normas regimentais, instruções que se aplicariam à própria Mesa do Senado, às Comissões Permanentes e as Comissões Parlamentares de Inquérito.

Veja bem V. Exª, Sr. Presidente, que, nesta manhã, estamos realizando esta sessão extraordinária do Senado e, concomitantemente, realizamos também uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que trata de problemas amazônicos. Sou membro daquela Comissão bem como o Senador Jarbas Passarinho, que é o seu Relator, e — parece-me poucos Senadores compareceram àquela reunião, na qual se ouviria o depoiamento do Ministro do Interior, Ministério esse incumbido e encarregado, no âmbito do Governo Federal, de realizar ações no sentido de desenvolver a região amazônica.

Então, está se tornando lugar comum, nesta Casa, a realização concomitante, simultânea, de sessões do Senado Federal com a realização de sessões das Comissões Permanentes e das Comissões Temporárias.

De modo que eu queria, aproveitantado esta discussão, fazer esta colocação, para que a Mesa do Senado deixasse de convocar sessões extraordinárias no momento em que se realizam sessões das Comissões Permanentes ou das Comissões Temporárias da Casa, do mesmo modo que deveriam ser, as Presidências dessas Comissões, advertidas também para o fato de que o Regimento proíbe a realização de reuniões das Comissões Permanentes ou das Comissões Temporárias quando o plenário desta Casa funciona.

Era esta a colocação que eu desejava fazer, neste momento em que se discutem as novas normas que serão acrescidas ao Regimento Interno em vigor.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ODACIR SOARES — Pois não. Ouço com muito prazer o aparte de V. Exª

O Sr. Jutahy Magalhães — Nobre Senador Odacir Soares, essa questão de realização de sessões de plenário e trabalho de comissões concomitantes tem se repetido a cada instante. Agora, vamos fazer aqui o *mea culpa*. Por que isto? Porque nós resolvemos que só teríamos condições de fazer reuniões das Comissões às terças-feiras, às quartas-feiras e às quintas-feiras, como também só temos condições de fazer as sessões do plenário às terças-feiras, às quartas-feiras e às quintas-feiras. Temos que assumir a responsabilidade desse fato. Por que não utilizamos as segundas-feiras e as sextas-feiras? Porque temos que reconhecer a realidade de que é difícil conseguir número. O ideal seria que as comissões, pelo menos, fossem realizadas às segundas-feiras e às sextas-feiras, e o pelnário, com as votações, às terças-feiras, quartas-feiras. Poderíamos então compatibilizar bem esta questão de horário. É preciso, no entanto, estabelecer a norma, para não ficarmos a cada instante modificando nas comissões, como é o caso da própria Comissão de Constituição e Justiça, que retificou uma posição anterior que não permitia a realização das reuniões da Comissão concomitante com sessões do Senado ou do Congresso. Novamente, por uma razão de momento, modificou-se, permitindo a realização concomitante com as sessões do Congresso. Então, não é possível ficar a cada instante mudando de acordo com o depoente que está presente. Deve-se estabelecer uma norma a ser cumprida: é proibido fazer sessões de Comissões juntamente com sessões plenárias. Pronto! Fica estabelecido isso e não se modifica mais, como tem sido feito.

O SR. ODACIR SOARES — Parece-me que essa norma continua, não foi alterada pelas modificações que estamos introduzindo no novo Regimento. Penso que, na realidade, essa questão resultou de uma interpretação errada da Constituição. A Constituição, quando se refere à sessão legislativa, a meu ver, do ponto de vista jurídico, não se refere à sessão plenária do Senado, mas às reuniões oficiais que se praticam dentro do Senado Federal, inclusive relativamente ao funcionamento das Comissões. Deu-se, entretanto, a esse dispositivo constitucional, uma interpretação restritiva, através da qual entende-se que a sessão legislativa é especificamente a reunião plenária do Senado Federal. O dispositivo existe.

Com a nova constituição, abre-se um leque muito grande de constituições de Comissões Parlamentares de Inquérito. Temos hoje várias delas já funcionando. Tenho a preocupação da valorização da nossa atividade, porque, se não tivermos cuidado, daqui a pouco teremos todas essas Comissões Parlamentares de Inquérito e as próprias Comissões Permanentes com as suas atividades completamente esvaziadas, como já está ocorrendo.

A Assessoria específica do Senado Federal que trata do funcionamento das Comissões sabe — e, por extensão, deve também saber o Sr. Presidente desta Casa — das dificuldades para a instalação das Comissões. Estamos instalando as Comissões Parlamentares de Inquérito e as Comissões Permanentes com grandes dificuldades.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ODACIR SOARES — Ouço com prazer o aparte de V. Exª

O Sr. Jarbas Passarinho — A impressão que me fica de tudo isso é, em primeiro lugar, resultante de impedir-se que as Comissões funcionassem nas horas reservadas ao funcionamento do Plenário da Casa. Daí essa legislação proibitiva. Conseqüentemente, desde que vim ao Senado Federal pela primeira vez, as Comissões se reuniam pela manhã, porque raramente as manhãs eram ocupadas por sessões plenárias do Senado da República. Então, a questão era, fundamentalmente, ligada a impedir que, durante o Plenário funcionando, tivéssemos também Comissões funcionando. Mas a prática mostrou aqui, ao longo dos tempos em que tenho estado no Senado Federal, que até isso era tolerado no passado; tínhamos, no local onde agora se encontra o computador, uma sala e, muitas vezes, as Comissões se reuniam rapidamente ali para dar decisões necessárias ao prosseguimento da sessão legislativa. Veja V. Exª como coloca bem a questão: hoje, por exemplo, tínhamos uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito ligada à Amazônia, marcada para a manhã.

Marcamos, sempre, entre as manhãs de terças e de sextas-feiras. Subitamente, há uma resolução do Senado e as sessões de sexta-feira passaram para o período da manhã. Já houve o conflito! Hoje, aparece uma sessão extraordinária em que vem um Ministro de Estado, convidado previamente, com largo prazo de antecipação para chegar aqui. Na hora em que S. Exª chega, não posso fazer a reunião porque a sessão do Plenário está iniciada. Isso complica muito as coisas, a menos que tivéssemos flexibilidade para impedir que essa medida primitiva fosse tão ao pé da letra entendida e interpretada.

O SR. ODACIR SOARES — Ou, então, que se estendesse a interpretação da presença também nas Comissões Técnicas ou nas Comissões Parlamentares de Inquéritos.

O Sr. Jarbas Passarinho — As Comissões, Senador Odacir Soares, podem estar funcionando e, no momento de haver votação do plenário interrompe-se a reunião da Comissão e se vem para o plenário. Basta que haja um aviso dos líderes nas matérias correspondentes. Paralelamente, V. Exª toca em um ponto que durante a Constituinte me agrediu muito: houve verdadeiro menosprezo, mais do que menosprezo, repulsa a tudo o que era parte constitutiva da Constituição anterior; tudo tinha de ser rejeitado porque era um entulho. Daí, verifica V. Exª por exemplo, essa questão relacionada com o problema das Comissões Parlamentares de Inquéritos. Eu achava sábia a decisão anterior de não permitir o funcionamento de mais do que cinco CPIs. Excepcionalmente, poderia haver uma Comissão a mais. Hoje, temos "n" CPIs funcionando, mais as Comissões Especiais, mais as Comissões Permanentes e, evidentemente, o trabalho vai provar, ao longo deste ano legislativo, que isto é praticamente inexequível. Por quê? Porque se pretendeu eliminar tudo aquilo que constava e que era correto, mas desde que constasse da Constituição anterior deveria ser repudiado. Por exemplo, abandonou-se a palavra "segurança" na expressão "segurança nacional". Não há mais "segurança" nacional, é só defesa nacional, que no fim é a mesma coisa; mas de qualquer maneira se impede a palavra anterior, porque ela apareceu como um estigma em relação ao passado. Era decreto-lei e agora é medida provisória, que saiu pior ainda. De maneira que no Senado, provavelmente, vamos necessitar de parte da Mesa, de parte da Presidência, de uma flexibilidade maior no entendimento desses trabalhos.

O SR. ODACIR SOARES — O fato é que já dentro desse entendimento, a Presidência — eu desejo louvar essa decisão — já se houve muito bem ao fixar as noites de terça e quarta-feiras para a realização das sessões do Congresso Nacional, o que tem dado ótimos resultados, porque conseguimos desobstruir a pauta com matérias importantes que estavam pendentes.

Sr. Presidente, o Regimento dispõe sobre a proibição da realização de reuniões simultâneas, e a experiência desses últimos dias tem demonstrado que esse dispositivo não vem sendo cumprido, não vem sendo executado pela Mesa, pela Presidência e também pelas próprias Comissões que se estão constituindo, se instalando, pelas Comissões Temporárias e Permanentes. O que eu desejava fixar era que a Mesa, sempre ciosa da execução do Regimento Interno, pudesse baixar instruções complementares no sentido de que diminuíssemos esse conflito, porque na realidade a realização simultânea de reuniões do plenário com as Comissões vêm causando prejuízos à Casa, porque nem conseguimos colocar Senadores aqui em número suficiente, nem conseguimos fazer funcionar as Comissões.

Eram estas as colocações que eu desejava fazer sobre esse tema, neste momento, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Sen. Odacir Soares o Sr. Sen. Pompeu de Sousa deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Sen. Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Cumpro o dever de prestar a V. Exª alguns esclarecimentos.

O art. 124, votado pelo Plenário, em seu parágrafo único, diz:

"Em qualquer hipótese, a reunião de Comissão Permanente ou Temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões ordinárias do Senado."

Portanto, as Comissões podem-se reunir e, como lembra a experiência do eminente Senador Jarbas Passarinho, suspender seu funcionamento durante o tempo em que algumas matérias de maior urgência são votadas pelo Plenário e que coincidem com o tempo destinado à reunião das Comissões Permanentes.

Quanto à criação, à multiplicação e à proliferação de Comissões Parlamentares de Inquérito, infelizmente, não há como detê-las, nem sequer são como outrora, depois da quinta, submetidas ao voto da Maioria.

A Mesa apenas acolhe e dá seguimento, ainda que muitas e várias — já temos constatado isto — não cheguem sequer a oferecer um simples relatório. Em todo caso, o novo Regimento já diz, no art. 168, § 3º, que "O Senador só poderá integrar duas Comissões Parlamentares de Inquérito, uma como titular, outra como suplente." É uma tentativa de evitar que os Senadores fiquem ocupados em várias Comissões Parlamentares de Inquérito.

Quanto ao fato de o Plenário do Senado se reunir extraordinariamente, nesta manhã, a razão é clara: à tarde comparecerá ao Senado Federal o Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. Pelo Regimento, se não promulgássemos hoje, pela manhã, essas alterações, teríamos aquele velho espetáculo em que o Ministro pode falar uma hora cansando o Plenário e, depois, os Senadores não teriam tempo de interpelá-lo.

Presto, neste momento, homenagem à memória do Senador Milton Campos: quando Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados integrei, com o Senador Milton Campos, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, uma Comissão que peregrinou, por sugestão e determinação do então Presidente do Congresso Nacional Auro de Moura Andrade, por sete países democráticos: Alemanha Ocidental, Itália, França, Inglaterra, Estados Unidos, México e Peru. Oferecemos um relatório que está amplamente divulgado. E uma das observações finais, da lavra do Senador Milton Campos, foi que se devia tirar aquela solenidade da presença dos Ministros, porque acabava esvaziando o objetivo das convocações.

Daí, então, a necessidade de aprovarmos esta redação final nesta manhã para que, na sessão da tarde, o Ministro tenha apenas meia hora para sua exposição e cada Senador cinco minutos para interpelar, cinco minutos para a resposta, dois minutos para a réplica e dois minutos para a tréplica. E, assim, tiramos aquela solenidade que impedia o Senado de colher as informações necessárias à apreciação dos atos do Governo.

Isso explica a razão desta sessão extraordinária nesta manhã de terça-feira, já que não foi possível realizá-la ontem, por ter sido feriado.

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a redação final é considerada definitivamente aprovada nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte redação final aprovada.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1989.

Adapta o Regimento Interno do Senado Federal às disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, e dá outras providências.

Art. 1º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º O Senado Federal reunir-se-á:

a) anualmente, de 15 de fevereiro a 30 de junho, e de 1º de agosto a 15 de dezembro, durante as sessões legislativas ordinárias, observado o disposto no § 1º do art. 57 da Constituição;

b) quando convocado extraordinariamente o Congresso Nacional.

Parágrafo único. Nos sessenta dias anteriores às eleições gerais, o Senado Federal funcionará de acordo com o disposto no Regimento Comum.

Art. 3º .....

a) iniciar-se-ão com o **quorum** mínimo de um sexto da composição do Senado, em horário fixado pela Presidência, observando-se, nas deliberações, o disposto no art. 322;

b) .....

c) .....

d) .....

e) no início de legislatura, os Senadores eleitos prestarão o compromisso regimental na primeira reunião preparatória; em reunião

seguinte, será realizada a eleição do Presidente e, na terceira, a dos demais membros da Mesa;

f) .....

g) .....

Art. 4º .....

§ 1º .....

§ 2º Presente o diplomado, o Presidente designará três Senadores para recebê-lo e introduzi-lo no plenário onde, estando todos de pé, prestará o seguinte compromisso: "Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

§ 3º .....

§ 4º Durante o recesso, a posse realizar-se-á perante o Presidente, em solenidade pública em seu Gabinete, observadas a apresentação do diploma e a prestação do compromisso, devendo o fato ocorrido ser noticiado no *Diário do Congresso Nacional*.

§ 5º O Senador deverá tomar posse dentro de noventa dias contados da instalação da sessão legislativa ou, se eleito durante esta, contados da diplomação, podendo o prazo ser prorrogado, por motivo justificado, a requerimento do interessado, por mais trinta dias.

§ 6º Findo o prazo de noventa dias, se o Senador não tomar posse, e nem requerer prorrogação, considera-se haver renunciado ao mandato, sendo convocado o 1º Suplente.

Art. 5º O 1º Suplente, convocado para a substituição do Senador licenciado, terá o prazo de trinta dias improrrogáveis para prestar o compromisso, e, nos casos de vaga ou de afastamento nos termos da alínea "b" do art.43, de sessenta dias, que poderá ser prorrogado, por motivo justificado, a requerimento do interessado, por mais trinta dias.

§ 1º Se, dentro dos prazos estabelecidos neste artigo, o 1º Suplente não tomar posse e nem requerer prorrogação, considera-se haver renunciado ao mandato, sendo convocado o 2º Suplente, que terá, em qualquer hipótese, trinta dias para prestar o compromisso.

§ 2º O Suplente, por ocasião da primeira convocação, deverá prestar o compromisso na forma do artigo anterior e, nas seguintes, o Presidente comunicará à Casa a sua volta ao exercício do mandato.

Art. 6º Nos casos do § 5º do art. 4º e do § 1º do art. 5º, havendo requerimento e findo o prazo sem ter sido votado, considerar-se-á concedida a prorrogação.

Art. 7º Por ocasião da posse, o Senador ou Suplente convocado comunicará à Mesa, por escrito, o nome parlamentar com que deverá figurar nas publicações e registros da Casa e a sua filiação partidária.

§ 1º .....

§ 2º A alteração do nome parlamentar ou de filiação partidária, deverá ser comunicada, por escrito, à Mesa, vigorando a partir da publicação no *Diário do Congresso Nacional*.

Art. 10. O Senador ou Suplente, por ocasião da posse, inscreverá, em livro específico, de próprio punho, seu nome, o nome parlamentar, a respectiva rubrica, filiação partidária, idade, estado civil e outras declarações que julgar conveniente fazer.

Parágrafo único. Suprimido.

CAPÍTULO IV

Da Remuneração

Art. 12. A remuneração do Senador é devida:

I — a partir do início da legislatura, ao diplomado antes da instalação da primeira sessão legislativa;

II — .....

III — .....

Parágrafo único. Na hipótese do art. 43, "b", o Senador poderá optar pela remuneração do mandato (Const. art. 56, § 3º).

Art. 13. Considera-se ausente o Senador cujo nome não conste das listas de comparecimento, ou que, estando presente na Casa, não compareça às votações, salvo obstrução declarada pelo líder partidário.

Parágrafo único. Não se computará como falta a ausência do Senador a serviço da Casa, em licença autorizada, em desempenho de representação ou comissão externa, integrando delegação a Conferência Interparlamentar, ou por razões de saúde, comprovadas mediante atestado médico.

Art. 14. O Senador que estiver ausente por mais de cinco dias úteis, no período de um mês, terá descontados de sua remuneração, à razão de um trinta avos por dia, todos os dias de ausência.

Parágrafo único. Suprimido.

Art. 15. Suprimido.

Art. 16. O Senador poderá fazer uso da palavra:

I — nos sessenta minutos que antecederem a Ordem do Dia, por vinte minutos;

II — se Líder:

a) por cinco minutos, em qualquer fase da sessão, excepcionalmente, para comunicação urgente de interesse partidário;

b) por vinte minutos, após a Ordem do Dia, com preferência sobre os oradores inscritos;

III — na discussão de qualquer proposição (art. 304), uma só vez, pelo prazo de dez minutos;

IV — na discussão de redação final, uma só vez, pelo prazo de cinco minutos, o relator e um Senador de cada partido.

V — no encaminhamento de votação (arts. 343 e 345), uma só vez, por cinco minutos;

VI — em explicação pessoal, em qualquer fase da sessão, se nominalmente citada na ocasião, para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada, com essa finalidade, a mais de dois oradores na mesma sessão, por cinco minutos;

VII — para comunicação inadiável, manifestação de aplauso ou semelhante, homenagem de pesar, justificar proposição, uma só vez, por cinco minutos;

a) pela ordem, para indagação sobre andamento dos trabalhos, reclamação quanto à observância do Regimento, indicação de falha ou equívoco em relação à matéria da Ordem do Dia, vedado abordar assunto já resolvido pela Presidência;

b) para suscitar questão de ordem, nos termos do art. 444;

c) para contraditar questão de ordem, limitada a palavra a um só Senador;

IX — após a Ordem do Dia, pelo prazo de cinqüenta minutos, para as considerações que entender (art. 199);

X — para apartear, pelo prazo de dois minutos, obedecidas as seguintes normas:

a) o aparte dependerá de permissão do orador, subordinando-se, em tudo que lhe for aplicável, às disposições referentes aos debates;

b) não serão permitidos apartes:

— ao Presidente;

— a parecer oral;

— a encaminhamento de votação, salvo nos casos de requerimento de homenagem de pesar, de voto de censura, de aplauso ou semelhante;

— a explicação pessoal;

— a questão de ordem;

— a contradita a questão de ordem;

c) a recusa de permissão para apartear será sempre compreendida em caráter geral, ainda que proferida em relação a um só Senador;

d) o aparte proferido sem permissão do orador não será publicado;

e) ao apartear, o Senador conservar-se-á sentado e falará ao microfone;

XI — para interpelar Ministro de Estado, por cinco minutos; e para a réplica, por dois minutos(art. 419; J).

§ 1º É vedado ao orador tratar de assunto estranho à finalidade do dispositivo em que se basear a concessão da palavra.

§ 2º Ao representante do Partido que não atenda às exigência estabelecidas no art. 64, aplica-se o disposto na alínea "a" do inciso II deste artigo.

Art. 19. Haverá, sobre a mesa, livro especial no qual se inscreverão os Senadores que quiserem usar da palavra, nas diversas fases da sessão, devendo ser rigorosamente observada a ordem de inscrição.

§ 1º O Senador só poderá usar da palavra mais de duas vezes por semana, se não houver outro orador inscrito que pretenda ocupar a Tribuna.

§ 2º .....

Art. 20. .....

II — por outro Senador:

a) com o seu consentimento, para aparteá-lo;

b) .....

Parágrafo único. O tempo de interrupção previsto neste artigo será descontado em favor do orador salvo quanto ao disposto na alínea "a" do inciso II.

Art. 21. Ao Senador é vedado:

a) usar de expressão descorteses ou insultuosas;

b) falar contra resultado de deliberação definitiva do Plenário, salvo em explicação pessoal.

§ 1º .....

§ 2º .....

Art. 22. Suprimido.

Art. 28. Se algum Senador praticar, dentro do edifício do Senado, ato incompatível

com o decoro parlamentar ou com a compostura pessoal, a Mesa dele conhecerá e abrirá inquérito, submetendo-se o caso no Plenário, que deliberará, em sessão secreta, no prazo improrrogável de dez dias.

Art. 31. Suprimido.

Art. 35. A vacância, em qualquer hipótese, será comunicada pelo Presidente ao Plenário.

Parágrafo único. Nos casos do artigo anterior, nas vinte quatro horas que se seguirem à publicação da comunicação de vacância, qualquer Senador dela poderá interpor recurso para o Plenário, que deliberará, ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Art. 36. Perde o mandato (Const., art. 55) o Senador;

I — que infringir qualquer das proibições constantes do art. 54 da Constituição;

II — cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III — que deixar de comparecer à terça parte das sessões ordinárias do Senado, em cada sessão legislativa anual, salvo licença ou missão autorizada;

IV — .....

V — quando o decretar a Justiça Eleitoral;

VI — que sofrer condenação criminal em setença definitiva e irrecorrível.

§ 1º É incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Senador e a percepção de vantagens indevidas (Const., art. 55 § 1º).

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional.

§ 3º Nos casos dos inciso III a V, a perda será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante provocação de qualquer Senador, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 4º A representação será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que proferirá seu parecer em quinze dias, concluindo:

a) nos casos dos incisos I, II e VI, pela aceitação da representação para exame ou pelo seu arquivamento;

b) .....

§ 5º O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lido e publicado no *Diário do Congresso Nacional* e em avulsos, será:

a) nos casos dos inciso I, II e VI, incluído na Ordem do Dia após o interstício regimental;

b) .....

Art. 40. As imunidades dos Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante voto de dois terços dos membros da Casa, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso, que sejam incompatíveis com a execução da medida (Const., art. 53, § 7º).

Art. 42. .....

§ 1º A ausência do Senador em licença, em missão autorizada, ou a serviço do Senado, não será considerada como falta.

§ 2º Para efeito do disposto no art. 55, II, da Constituição, não será considerada a ausência do Senador nos sessenta dias anteriores às eleições gerais.

Art. 43. .....

a) .....

b) assumir cargo de Ministro de Estado, de Governador de Território, de Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou de chefe de missão diplomática temporária (Const., art. 56, I).

Parágrafo único. .....

Art. 44. Mediante deliberação do Plenário, o Senador poderá desempenhar missão no País ou no exterior (Const., art. 55, III).

§ 1º .....

a) .....

b) .....

1) .....

2) pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no caso de missão a realizar-se no estrangeiro;

3) pela comissão que tiver maior pertinência, no caso de missão a realizar-se no País;

4) pelo Líder do Bloco Parlamentar ou do Partido a que pertença o interessado.

§ 2º .....

§ 3º .....

§ 4º No caso da alínea "a" e item 4 da alínea "b" do § 1º, será ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou a que tiver maior pertinência, sendo o parecer oferecido, por escrito ou oralmente, de acordo com o disposto no art. 381, I.

Art. 46. O Senador afastado do exercício do mandato não poderá ser incumbido de representação da Casa, de comissão, ou de Grupo Parlamentar.

Art. 47. Para os efeitos do disposto no inciso III do art. 55 da Constituição, o Senador poderá:

I — .....

II — solicitar licença para tratar de interesses particulares, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa (Const., art. 56, II).

§ 1º O **quorum** para votação do requerimento previsto no inciso I é de um décimo do total de Senadores.

§ 2º .....

§ 3º É lícito ao Senador desistir a qualquer tempo de licença que lhe tenha sido concedida, salvo se, em decorrência dela, haja sido convocado Suplente, quando a desistência somente poderá ocorrer uma vez decorrido o prazo superior a cento e vinte dias.

Art. 48. Considera-se como licença concedida, para os efeitos do art. 55, inciso III, da Constituição, o não comparecimento às sessões, do Senador temporariamente privado da liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

Art. 49. Dar-se-á a convocação de Suplente nos casos de vaga, de afastamento do exercício do mandato para investidura nos cargos referidos no art. 43, "b", ou de licença por prazo superior a cento e vinte dias.

Art. 51. A assunção de cargo de Ministro de Estado, de Governador de Território e de Secretária de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou de chefe de missão diplomática temporária, implicará renúncia ao cargo que o Senador exerça na Mesa.

Art. 52. Ao Presidente compete:

1) exercer as atribuições previstas nos arts. 57, § 6º, I e II, 66, § 7º e 80 da Constituição;

2) .....

3) .....

4) .....

5) .....

6) .....

7) .....

8) .....

9) .....

10) determinar o destino do expediente lido, e distribuir as matérias às comissões:

11) impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis, ou a este Regimento, ressalvado ao autor recurso para o Plenário, que decidirá após audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

12) .....

13) .....

14) .....

15) .....

16) .....

17) comunicar ao Tribunal Supeior Eleitoral a ocorrência de vaga de Senador, quando não haja Suplente a convocar e faltarem mais de quinze meses para o término do mandato;

18) suprimido.

19) propor ao Plenário a indicação de Senador para desempenhar missão temporária no País ou no exterior;

20) propor ao Plenário a constituição de comissão para a representação externa do Senado;

21) .....

22) designar substitutos de membros das comissões e nomear relator em plenário;

23) convidar, se necessário, o Relator ou o Presidente da comissão a explicar as conclusões de seu parecer;

24) .....

25) .....

26) .....

27) .....

28). suprimido

29). assinar os autógrafos dos projetos e emendas a serem remetidos à Câmara dos Deputados, e dos projetos destinados à sanção;

30) .....

31) .....

32) .....

33) .....

34) avocar a representação do Senado quando se trata de atos públicos de especial relevância, e não seja possível designar comissão ou Senador para esse fim;

35) .....

36) .....

37) exercer a competência fixada no Regulamento Administrativo do Senado Federal;

38 a 41 suprimidos.

Art. 52-A. Na distribuição das matérias subordinadas, na forma do art. 95-B deste Regimento, à apreciação conclusiva das comissões, o Presidente do Senado, quando a proposição tiver seu mérito vinculado a mais de uma comissão, poderá:

a) definir qual a comissão de maior pertinência que deve decidir sobre a matéria;

b) distribuir as proposições às comissões de mérito e determinar que o estudo do projeto seja feito em reunião conjunta, observado, no que couber, o art. 131 deste Regimento.

Art. 55. Ao 1° vice-Presidente compete:

a) .....

b) exercer as atribuições estabelecidas no § 7° do art. 66 da Constituição, quando não as tenha exercido o Presidente;

c) suprimido.

Art. 56. .....

a) .....

b) suprimido.

Art. 57. .....

.....

j) suprimido

k) suprimido.

l) .....

Art. 58. .....

a) .....

b) suprimido.

Art. 59. .....

.....

d) suprimido.

Art. 62. Os membros da Mesa serão eleitos para mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período imediatamente subsqüente.

§ 1° .....

§ 2° .....

Art. 63. A eleição dos membros da Mesa será feita em escrutínio secreto e maioria de votos, presente a maioria da composição do Senado, assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou dos Blocos Parlamentares com atuação no Senado.

§§ 1° a 4° .....

TÍTULO III-A

Dos Blocos Parlamentares

Art. 63-A. As Representações Partidárias poderão constituir Bloco Parlamentar.

Parágrafo único. Somente será admitido a formação de Bloco Parlamentar que represente, no mínimo, um décimo da composição do Senado Federal.

Art. 63-B. O Bloco Parlamentar terá Líder, a ser indicado dentre os Líderes das Representações Partidárias que o compõem.

Parágrafo único. Os demais Líderes partidários assumirão, preferencialmente, as funções de vice-Líderes do Bloco Parlamentar, na ordem indicada pelo Titular da liderança.

Art. 63-C. O Bloco Parlamentar constituído por Representações Partidárias que não atender às exigências do art. 64, *caput*, escolherá o Líder e os vice-Líderes dentre os seus integrantes.

Art. 63-D. Aplica-se ao Líder do Bloco Parlamentar o disposto no art. 65.

TÍTULO IV

Dos Líderes

Art. 64. A Maioria, a Minoria e as Representações Partidárias com número de membros superior a um vinte avos da composição do Senado Federal terão Líderes e vice-Líderes.

§ 1° A Maioria é integrada por Bloco Parlamentar ou Representação Partidária que represente a maioria absoluta da Casa.

§ 2° Formada a Maioria, a Minoria será aquela integrada pelo maior Bloco Parlamentar ou Representação Partidária que se lhe opuser.

§ 3° A constituição da Maioria e da Minoria será comunicada à Mesa pelos Líderes dos Blocos Parlamentares ou das Representações Partidárias que as compõem.

§ 4° O Líder da Maioria e o da Minoria serão os Líderes dos Blocos Parlamentares que as compõem e as funções de vice-Liderança serão exercidas pelos demais Líderes das Representações Partidárias que integram os respectivos Blocos Parlamentares.

§ 5° Na hipótese de nenhum Bloco Parlamentar alcançar a maioria absoluta, assume as funções constitucionais e regimentais da Maioria o Líder do Bloco Parlamentar ou Representação Partidária que tiver o maior número de representantes, e da Minoria, o Líder do Bloco Parlamentar ou Representação Partidária que se lhe seguir em número de integrantes.

§ 6° A indicação dos Líderes Partidários feita no início da 1ª e da 3ª sessões legislativas de cada legislatura, e comunicada à Mesa em documento subscrito pela maioria dos membros da respectiva bancada, podendo, pela mesma Maioria, ser substituído em qualquer oportunidade.

§ 7° Os vice-Líderes das Representações Partidárias serão indicados pelos respectivos Líderes, na proporção de um vice-Líder para cada grupo de cinco integrantes do Bloco Parlamentar ou Representação Partidária, assegurado pelo menos um vice-Líder e não computada a fração inferior a cinco.

Art. 66 e 67. Suprimidos.

TÍTULO V

Art. 68. Quando solicitado a se fazer representar em ato ou solenidade de cunho internacional, nacional ou regional, o Senado Federal poderá atender ao convite, mediante proposta da Presidência, aprovada, por qualquer número, pelo Plenário.

Art. 69. A representação externa do Senado far-se-á por comissão ou por Senador.

Art. 70. É lícito ao Presidente avocar a representação do Senado quando se trate de ato de excepcional relevo.

Art. 71. Na impossibilidade de haver deliberação do Plenário, o Presidente poderá autorizar representação externa para:

1) chegada ou partida de personalidades de destaque na vida pública nacional ou internacional;

2) .....

3) .....

Parágrafo único. O Presidente dará conhecimento da providência adotada ao Senado, na primeira sessão que se realizar.

Art. 72. O senado terá Comissão Permanentes e Temporárias (Const., art.58).

Art. 73. Salvo a Comissão Diretora, as Comissões Permanentes são as seguintes:

1) Comissão de Assuntos Econômicos (CAE);

2) Comissão de Assuntos Sociais (CAS);

3) Comissão de Educação (CE);

4) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ);

5) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE); e

6) Comissão de Serviços de Infra-estrutura (CI).

Art. 74. Cabe às Comissões Permanentes, no âmbito de suas respectivas competências, criar subcomissões permanentes ou temporárias, até o máximo de quatro, mediante proposta de qualquer de seus integrantes.

§ 1° No funcionamento das subcomissões aplica-se-ão, no que couber, as disposições deste Regimento relativas ao funcionamento das Comissões Permanentes.

§ 2° Os relatórios proferidos no âmbito das subcomissões, e por elas aprovados, serão submetidos à apreciação do Plenário da comissão, sendo decisão final, para todos os efeitos, proferida em nome desta.

Art. 75. As Comissões Temporárias serão:

a) Internas — as previstas no Regimento para finalidade específica;

b) Externas — destinadas a representar o Senado em congressos, solenidades e outros atos públicos;

c) Parlamentares de Inquérito — criadas nos termos do § 3° do art. 58 da Constituição.

Art. 76. As Comissões Externas serão criadas por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador ou comissão, ou por proposta do Presidente.

Parágrafo único. O requerimento ou a proposta deverá indicar o objetivo da comissão e o número de seus membros.

Art. 77. As Comissões Temporárias se extinguem:

I — .....

II — .....

III — .....

§ 1° É lícito à comissão que não tenha concluído a sua tarefa, requere a prorrogação do respectivo prazo.

a) .....

b) .....

§ 2° .....

§ 3° O prazo das Comissões Temporárias é contado a partir da publicação dos que as criarem, suspendendo-se nos períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 4° Em qualquer hipótese o prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito não poderá ultrapassar o período da legislatura em que foi criada.

Art. 78. .....

1) Comissão de assuntos Econômicos, 27;

2) Comissão de Assuntos Sociais, 29;

3) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 23;

4) Comissão de Educação, 27;

5) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 19;

6) Comissão de serviços de Infra-estrutura, 23.

§ 1º .....

§ 2º Cada Senador somente poderá integrar duas comissões como titular e duas como suplente.

Arts. 79 e 80. Suprimidos.

Art. 81. Os membros das comissões serão designados pelo Presidente, por indicação escrita dos respectivos Líderes, assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das Representações Partidárias ou Blocos Parlamentares com atuação no Senado Federal (Const., art. 58, § 1º).

Arts. 82 e 83. Suprimidos.

Art. 84. No início de cada legislatura, os Líderes uma vez indicados, reunir-se-ão para fixar a representação de cada Partido ou dos Blocos Parlamentares nas Comissões Permanentes.

Art. 85. Estabelecida a representação numérica dos Partidos ou Blocos Parlamentares nas comissões, os Líderes entregarão à Mesa, nas quarenta e oito horas subseqüentes, as indicações dos titulares e suplentes.

Parágrafo único. .....

Art. 86. O lugar na comissão pertence ao Partido ou Bloco Parlamentar, competindo ao respectivo Líder pedir, em documento escrito, a substituição, em qualquer circunstância ou oportunidade, de titular ou suplente por ele indicado.

§ 1º A substituição de membro da comissão que se desligar do Partido ao qual pertence o lugar na comissão, não alterará, até o encerramento da sessão legislativa, a proporcionalidade estabelecida no seu início.

§ 2º A subtituição, nos termos deste artigo, de Senador que exerça a Presidência ou a vice-Presidência de comissão, salvo em virtude de seu desligamento do Partido que ali representar, deverá ser precedida de autorização da maioria da respectiva bancada.

Art. 87. A designação dos membros das Comissões Temporárias será feita:

I — para as Internas, nas oportunidades estabelecidas neste Regimento;

II — .....

III — suprimido.

Art. 88. As Comissões Permanentes, exceto a Diretora, terão suplentes em número igual ao de titulares.

Art. 89. .....

a) .....

b) .....

§ 1º A convocação será feita pelo Presidente da Comissão, obedecida a ordem numérica e a representatividade.

§ 2º .....

1) .....

2) .....

3) .....

§ 3º Nas hipóteses dos itens 2 e 3 do parágrafo anterior, se a representação do Bloco Parlamentar ou do partido a que pertence o Suplente estiver completa na reunião, o seu voto só será computado em relação à matéria que relatar, deixando de participar da deliberação o Suplente convocado por último ou, na inexistência deste, o último dos titulares do Bloco Parlamentar ou do Partido, conforme a lista oficial da comissão publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

§ 4º .....

Art. 90. Em caso de impedimento temporário de membro da comissão e não havendo suplente a convocar, o Presidente desta solicitará, à Presidência da Mesa, a designação de substituto, devendo a escolha recair em Senador do mesmo Partido ou Bloco Parlamentar do substituído, salvo se os demais representantes desse Partido ou Bloco não puderem ou não quiserem aceitar a designação.

§§ 1º e 2º .....

Art. 93. No início da legislatura, nos cinco dias que se seguiram à designação de seus membros, e na terceria sessão legislativa, nos cinco dias que se seguirem à indicação dos Líderes, cada comissão reunir-se-á para instalar seus trabalhos e eleger, em escrutínio secreto, o seu Presidente e o vice-Presidente.

§ 1º Em caso do não-cumprimento do disposto neste artigo, ficarão investidos nos cargos os dois titulares mais idosos, até que se realize a eleição.

§ 2º .....

§ 3º Na ausência do Presidente e do vice-Presidente, presidirá a comissão o mais idoso dos titulares.

§ 4º Em caso de vaga dos cargos de Presidente ou de vice-Presidente, far-se-á o preenchimento por meio de eleição realizada nos cinco dias que se sequirem à vacância, salvo se faltarem nemos de sessenta dias para o término dos respectivos mandatos.

§ 5º Aceitar função prevista no art. 43, "b", importa renúncia ao cargo de Presidente ou de vice-Presidente de comissão.

§ 6º .....

Art. 94. Ao presidente da comissão compete:

a) .....

b) .....

c) designar, na comissão, relatores para as matérias;

d) designar, dentre os componentes da comissão, os membros das subcomissões e fixar a sua composição;

e) resolver as questões de ordem;

f) ser o órgão de comunicação da comissão com a Mesa, com as outras comissões e com os lídere, e com as respectivas subcomissões;

g) convocar as suas reuniões extraordinárias, de ofício ou requerimento de qualquer de seus membros, aprovado pela comissão;

h) promover a publicação das atas das reuniões no *Diário do Congresso Nacional*;

i) solicitar, em virtude de deliberação da comissão, os serviços de funcionários técnicos para estudo de determinado trabalho, sem prejuízo das suas atividades nas repartições a que pertençam;

j) convidar, para o mesmo fim e na forma da alínea anterior, técnicos ou especialistas particulares e representantes de entidades ou associações científicas;

k) desempatar as votações quando ostensivas;

l) distribuir matérias às subcomissões;

m) assinar o expediente da comissão.

§ 1º Quando o presidente funcionar como relator, passará a Presidência ao substituto eventual enquanto discutir ou votar o assunto que relatar.

§ 2º Ao encerrar-se a legislatura, o presidente providenciará a fim de que os seus membros devolvam à secretaria da comissão os processos que lhes tenham sido distribuídos.

Art. 95. Suprimido.

TÍTULO VI
Da Competência

SEÇÃO I
Das Disposições Gerais

Art. 95-A. Às comissões compete:

I — discutir e votar projeto de lei nos termos do art. 95-B;

II — realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III — convocar ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições e ouvi-los quando no exercício da faculdade prevista no § 1º do art. 50 da Constituição;

IV — receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V — solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI — apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer (Const., art. 58, § 2º);

VII — propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar;

VIII — acompanhar junto ao governo a elaboração da proposta orçamentária, bem como sua execução;

IX — acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas governamentais pertinentes às áreas de sua competência;

X — exercer a fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, quanto às questões relativas à competência privativa do Senado (Const., art. 49, inciso X e art. 52, incisos V a IX);

XI — estudar qualquer assunto compreendido nas atribuições do Senado, propondo as medidas legislativas cabíveis;

XII — opinar sobre o mérito das proposições submetidas ao seu exame, emitindo parecer conclusivo;

XIII — realizar diligência.

Parágrafo único. Ao depoimento de testemunhas e autoridades aplicam-se, no que couber, as disposições do Código de Processo Civil.

Art. 95-B. Às comissões, no âmbito de suas atribuições, cabe, dispensada a competência do plenário, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição, discutir e votar projetos de lei, exceto quanto a:

I — lei complementar;

II — projetos de iniciativa de comissão;

III — projetos de Código;

IV — proposições oriundas da Câmara dos Deputados, salvo as de iniciativa parlamentar, que tiverem sido aprovadas, em decisão terminativa, por comissão daquela Casa;

V — proposições em regime de urgência.

§ 1º O presidente do Senado, ouvidas as lideranças, poderá conferir às comissões a competência para apreciar, conclusivamente, dentre outras, as seguintes matérias:

I — tratados ou acordos internacionais;

II — autorização para a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais em terras indígenas;

III — alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares;

IV — indicações e proposições diversas, exceto:

a) projetos de resolução que alterem o Regimento Interno;

b) projetos de resolução a que se referem os artigos 52, V, VI, VII, VIII, IX, e X, e 155, §§ 1º, IV e 2º, IV e V, da Constituição;

c) proposta de emenda à Constituição.

§ 2º É vedado à comissão apreciar, em caráter de urgência, as matérias a que se refere este artigo, competência essa deferida, exclusivamente, ao plenário do Senado.

§ 3º Encerrada a apreciação conclusiva dos projetos a que se refere este artigo, a decisão da comissão será comunicada ao presidente do Senado para ciência do plenário e publicação no *Diário do Congresso Nacional*.

§ 4º No prazo de setenta e duas horas, contado a partir da publicação referida no parágrafo anterior, poderá ser interposto recurso para discussão e votação da matéria pelo Senado.

§ 5º O recurso, assinado por um décimo dos membros do Senado, será dirigido ao presidente da Casa.

§ 6º Esgotado o prazo previsto no § 3º sem interposição de recurso, o projeto será, conforme o caso, arquivado, promulgado ou remetido à Câmara.

Art. 95-C. Aplicam-se à tramitação dos projetos e demais proposições submetidos à deliberação conclusiva das comissões as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias submetidas à apreciação do plenário do Senado.

Art. 95-D. A audiência pública será realizada pela comissão para:

I — instruir matéria sob sua apreciação;

II — tratar de assunto de interesse público relevante.

§ 1º A audiência pública poderá ser realizada por solicitação de entidade da sociedade civil.

§ 2º A audiência prevista para o disposto no inciso I poderá ser dispensada por deliberação da comissão.

Art. 95-E. Os depoimentos serão prestados por escrito e de forma conclusiva.

§ 1º Na hipótese de haver defensores e opositores, relativamente à matéria objeto de exame, a comissão procederá de forma que possibilite a audiência de todas as partes interessadas.

§ 2º Os Membros da comissão poderão, terminada a leitura, interpelar o orador exclusivamente sobre a exposição lida, por prazo nunca superior a três minutos.

§ 3º O orador terá o mesmo prazo para responder a cada senador, sendo-lhe vedado interpelar os membros da comissão.

Art. 95-F. Da reunião de audiência pública lavrar-se-á uma ata, arquivando-se, no âmbito da comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que os acompanharem.

Parágrafo único. Será admitido, a qualquer tempo, a requerimento de senador, o traslado de peças.

Art. 95-G. A comissão receberá petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública sobre assunto de sua competência.

§ 1º Os pedidos referidos no *caput* deste artigo serão encaminhados por escrito, com a identificação do autor.

§ 2º Os pedidos serão distribuídos a um relator que os apreciará e apresentará relatório com sugestões quanto às providências a serem tomadas, pela comissão, pela Mesa ou pelo Ministério Público.

§ 3º O relatório será discutido e votado na comissão, tomando a forma de projeto de resolução se contiver providência a ser tomada por outra instância que não a da própria comissão.

Art. 97. .....

I — exercer a administração interna da Casa, nos termos das atribuições fixadas no Regulamento Administrativo do Senado Federal;

II — .....

III — propor ao Senado projeto de resolução dispondo sobre sua organização, funcionamento, política, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e função de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias (Const., art. 52, XIII);

IV — emitir, obrigatoriamente, parecer sobre as proposições que digam respeito ao serviço e ao pessoal da Secretaria e as que alterem este Regimento, salvo o disposto no art. 442, § 2º, item 2;

V — elaborar a redação final das proposições de iniciativa do Senado e das emendas a projetos da Câmara dos Deputados aprovadas pelo Plenário, escoimando-as dos vícios de linguagem, das impropriedades de expressão, defeitos de técnica legislativa, cláusulas de justificação e palavras desnecessárias.

Parágrafo único. .....

Art. 98. À Comissão de Assuntos Econômicos compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes assuntos:

I — aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do presidente, por deliberação do plenário, ou por consulta de comissão, e, ainda quando, em virtude desses aspectos, houver recurso de decisão terminativa de comissão para o plenário;

II — direito agrário, planejamento e execução da política agrícola, agricultura, pecuária, organização do ensino agrário, investimentos e financiamentos agropecuários, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares, aquisição ou arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira, definição da pequena e da média propriedade rural;

III — problemas econômicos do País, política de crédito, câmbio, seguro e transferência de valores, comércio exterior e interestadual, sistema monetário, bancário e de medidas, títulos e garantia dos metais, sistema de poupança, consórcio e sorteio e propaganda comercial;

IV — tributos, tarifas, empréstimos compulsórios, finanças públicas, normas gerais sobre direito tributário, financeiro e econômico, orçamentos, juntas comerciais, conflitos de competência em matéria tributária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, dívida pública, fiscalização das instituições financeiras;

V — escolha dos ministros do Tribunal de Contas, presidente e diretores do Banco Central;

VI — matérias a que se referem os arts. 403 e 417;

VII — outros assuntos correlatos.

Art. 99. À Comissão de Assuntos Sociais compete opinar sobre proposições que digam respeito a:

I — relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, previdência social, população indígena, assistência social, normas gerais de proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências e proteção à infância e à juventude;

II — proteção e defesa da saúde, condições e requisitos para remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa, tratamento e coleta de sangue humano e seus derivados, produção, controle e fiscalização de medicamentos, saneamento, inspeção e fiscalização de alimentos, competência do sistema único de saúde;

III — normas gerais sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, floresta, caça, pesca, fauna, flora e cursos d'água;

IV — outros assuntos correlatos.

Art. 100. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compete:

I — opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe

forem submetidas por deliberação do plenário, por despacho da presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando, em virtude desses aspectos, houver recurso de decisão terminativa de comissão para o plenário;

II — ressalvadas as atribuições das demais comissões, emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, especialmente as seguintes:

1) criação de estado e territórios, incorporação ou desmembramento de áreas a eles pertencentes;

2) estado de defesa, estado de sítio e intervenção federal, requisições civis, anistia;

3) segurança pública, corpos de bombeiros militares, polícia, inclusive marítima, aérea, de fronteiras, rodoviária e ferroviária;

4) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, aeronáutico, espacial, marítimo e penitenciário;

5) uso dos símbolos nacionais, nacionalidade, cidadania e naturalização, extradição e expulsão de estrangeiros, emigração e imigração;

6) órgãos do serviço público civil da União e servidores da administração direta e indireta, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Territórios;

7) normas gerais de licitação e contratação em todas as modalidades, para a administração pública, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas diversas esferas de governo, e empresas sob o seu controle (Const., art. 22, XXVII);

8) perda de mandato de senador, pedido de licença de incorporação de senador às Forças Armadas;

9) escolha de ministro do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e de governador de Território, escolha e destinação do procurador-geral da República;

10) transferência temporária da sede do Governo Federal;

11) registros públicos, organização administrativa e judiciária do Ministério Público e Defensoria Pública da União e dos Territórios, organização judiciária do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

12) limites dos Estados e do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

13) desapropriação e inquilinato;

14) criação, funcionamento e processo de juizado de pequenas causas, assistência jurídica e defensoria pública, custas dos serviços forenses;

15) matéria a que se refere o art. 96, II, da Constituição Federal.

III — propor, por projeto de resolução, a suspensão, no todo em parte, de leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal;

IV — opinar, em cumprimento a despacho da Presidência, sobre as emendas apresentadas como de redação, nas condições previstas no parágrafo único do artigo 258;

V — opinar sobre assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente, de ofício, ou por deliberação do Plenário, ou por outra comissão;

VI — opinar sobre recursos interpostos às decisões da Presidência;

VII — opinar sobre os requerimentos de voto de censura, de aplauso ou semelhante, salvo quando o assunto possa interessar às relações exteriores do País.

§ 1º Quando a Comissão emitir parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade de qualquer proposição, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente, por despacho do Presidente do Senado, salvo, não sendo unânime o parecer, recurso interposto nos termos do art. 276.

§ 2º Tratando-se de inconstitucionalidade parcial, a Comissão poderá oferecer emenda corrigindo o vício.

Art. 101. À Comissão de Educação compete opinar sobre proposições que versem sobre:

I) normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desportos, instituições educativas e culturais, diretrizes e bens da educação nacional, salário-educação;

II) diversão e espetáculos públicos, criações artísticas, datas comemorativas e homenagens cívicas;

III) formação e aperfeiçoamento de recursos humanos;

IV) comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

V) criações científicas e tecnológicas, informática, atividades nucleares de qualquer natureza, transporte e utilização de materiais radioativos, apoio e estímulo à pesquisa e criação de tecnologia;

VI) outros assuntos correlatos.

Art. 102. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional compete emitir parecer sobre:

I) proposições referentes aos atos e relações internacionais e ao Ministério das Relações Exteriores;

II) comércio exterior;

III) indicação de nomes para chefes de missões diplomáticas de caráter permanente junto a governos estrangeiros e das organizações internacionais de que o Brasil faça parte;

IV) requerimentos de votos de censura, de aplauso ou semelhante quando se refiram a acontecimentos ou atos públicos internacionais;

V) Forças Armadas de terra, mar e ar, requisições militares, passagem de forças estrangeiras e sua permanência no território nacional, questões de fronteiras e limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo, declaração de guerra e celebração de paz;

VI) assuntos referentes à Organização das Nações Unidas e entidades internacionais de qualquer natureza;

VII) autorização para o Presidente ou Vice-Presidente da República se ausentarem do território nacional;

VIII) outros assuntos correlatos.

Parágrafo único. A Comissão integrará, por um de seus membros, as comissões enviadas pelo Senado, ao exterior, em assuntos pertinentes à política externa do País.

Art. 103. À Comissão de Serviços de Infra-estrutura compete opinar sobre matérias pertinentes a:

I) transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos e hídricos e serviços de telecomunicações;

II) outros assuntos correlatos.

Arts. 104 a 116. Suprimidos.

Art. 117. Às Comissões Temporárias compete o desempenho das atribuições que lhes forem expressamente deferidas.

Arts. 118 a 122. Suprimidos.

Art. 123. As comissões reunir-se-ão nas dependências do edifício do Senado Federal.

Art. 124. .....

a) se ordinárias, nos dias e horários estabelecidos no início da sessão legislativa ordinária, salvo deliberação em contrário;

b) se extraordinárias, mediante convocação especial para dia, horário e fim indicados, observando-se, no que for aplicável, o disposto neste Regimento sobre a convocação de sessões extraordinárias do Senado.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, a reunião de Comissão Permanente ou Temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões ordinárias do Senado.

Art. 125. As comissões reunir-se-ão com a presença, no mínimo, da maioria de seus membros.

Parágrafo único. A pauta dos trabalhos da comissão será fixada com antecedência mínima de 3 dias úteis, devendo ser distribuída aos titulares e suplentes mediante protocolo, salvo em caso de urgência.

Art. 126. As deliberações terminativas nas comissões serão tomadas pelo processo nominal e maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

Art. 127. Suprimindo.

Art. 128. As reuniões públicas, salvo os casos expressos neste Regimento ou quando o deliberar a comissão.

Art. 132. As Comissões Permanentes e as Temporárias serão secretariadas por funcionários da Secretaria do Senado e terão assessoramento próprio, constituído de até três assessores, designados pelo respectivo Presidente, ouvida a Assessoria.

Parágrafo único. Ao Secretário da comissão compete, além da redação das atas, a organização da pauta do dia e do protocolo dos trabalhos com o seu andamento.

Art. 134. .....

a) declaração de guerra ou celebração de paz;

b) trânsito ou permanência temporária de forças estrangeiras no território nacional.

§ 1º .....

§ 2º .....

§ 3º .....

Art. 136. Suprimido.

Art. 137. .....

a) vinte dias para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

b) .....

§ 1º Sobre as emendas, o prazo é de quinze dias, correndo em conjunto se tiver que ser ouvida mais de uma comissão.

§ 2º Se a comissão não puder proferir o parecer no prazo, tê-lo-á prorrogado, por igual período, desde que o seu Presidente envie à Mesa, antes de seu término, comunicação escrita, que será lida no Expediente e publicada no *Diário do Congresso Nacional*. Posterior prorrogação só poderá ser concedida no prazo determinado e mediante deliberação do Senado.

§ 3º O prazo da comissão fica suspenso pelo encerramento da sessão legislativa, continuando a correr na sessão imediata, e renova-se pelo início de nova legislatura ou por designação de novo relator.

§ 4º Será suspenso o prazo da comissão durante o período necessário ao cumprimento das disposições previstas nos itens II, III, V e IX do art. 95-A.

§ 5º O prazo da comissão, em qualquer hipótese, não se suspende nos projetos sujeitos a prazos de tramitação, se faltarem apenas dez dias para o término da tramitação da matéria.

Art. 138. Quando a matéria for despachada a mais de uma comissão e a primeira esgotar o prazo sem sobre ela se manifestar, poderá ser dispensado o seu parecer, por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador.

Parágrafo único. .....

Art. 141. .....

I .....

II .....

a) .....

b) aos projetos de iniciativa do Presidente da República com tramitação urgente (Const., art. 64, § 1º).

c) aos projetos referidos no art. 95-B.

§ 1º Nos casos do inciso II, o prazo para a apresentação de emendas contar-se-á a partir da publicação da matéria no *Diário do Congresso Nacional*, sendo de vinte dias para os projetos de Código e de cinco dias para os demais projetos.

§ 2º .....

Art. 143. .....

1) .....

2) .....

3) nos casos da alínea "b" do inciso II, será final o pronunciamento, salvo recurso interposto por um décimo dos membros do Senado no sentido de ser a emenda submetida ao plenário, sem discussão.

4) no caso da alínea "c" do inciso II, será final o pronunciamento da Comissão, salvo recurso interposto para discussão e votação da proposição principal.

Arts. 145 e 146. Suprimidos.

Art. 152. O relatório deverá ser oferecido por escrito.

Art. 153. Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o relator, ele passará a constituir parecer.

§ 1º O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no § 4º deste artigo.

§ 2º .....

a) .....

b) .....

§ 3º Quando se tratar de proposição com prazo determinado, a vista, desde que não atingidos os últimos dez dias de sua tramitação, poderá ser concedida por vinte e quatro horas.

§ 4º .....

§ 5º .....

§ 6º .....

a) .....

b) assiná-lo, uma vez constituído parecer, com restrições ou pelas conclusões ou declarando-se vencidos.

§ 7º .....

§ 8º .....

§ 9º .....

Art. 154 .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

e) .....

1) .....

2) .....

3) .....

4) .....

§ 1º .....

§ 2º .....

§ 3º .....

§ 4º .....

§ 5º .....

§ 6º A comissão, ao se manifestar sobre emendas, deverá reunir a matéria da proposição principal e das emendas com parecer favorável num único texto, com os acréscimos e alterações que visem ao seu aperfeiçoamento.

§ 7º As emendas com parecer contrário das comissões serão submetidas ao plenário, desde que a decisão do órgão técnico não alcance unanimidade de votos, devendo esta circunstância constar expressamente do parecer.

§ 8º Toda vez que a comissão concluir o seu parecer com sugestão ou proposta que envolva matéria de requerimento ou emenda, formalizará a proposição correspondente.

Art. 155. Suprimido.

Art. 158. Uma vez assinados pelo presidente, pelo relator e pelos demais membros da comissão que participaram da deliberação, os pareceres serão enviados à Mesa, juntamente com as emendas relatadas, declarações de votos e votos em separado.

Art. 159. Os pareceres serão lidos em plenário, publicados no *Diário do Congresso Nacional* e distribuídos em avulsos, após manifestação das comissões a que tenha sido despachada a matéria.

Parágrafo único. .....

Art. 160. .....

I — será despachado pelo presidente da comissão quando solicitar audiência de outra comissão, reunião conjunta com outra comissão ou diligência interna de qualquer natureza;

II .....

§ 1º No caso de convocação de ministro de Estado, será feita comunicação ao presidente do Senado, que dela dará conhecimento ao plenário.

§ 2º Se a providência pedida não depender de deliberação do Plenário, será tomada independentemente da publicação do parecer.

Art. 162. Os pareceres poderão ser proferidos oralmente, em plenário, por relator designado pelo presidente da Mesa:

a) .....

b) .....

c) .....

§ 1º Se, ao ser chamada a emitir parecer nos casos do inciso I e alíneas: *a, b, c* e *d* do inciso II do art. 195, o relator requerer diligência, sendo esta deferida, o seu pronunciamento dar-se-á em plenário após o cumprimento do requerido.

§ 2º Para emitir parecer oral em plenário o relator terá o prazo máximo de trinta minutos.

Art. 164. Suprimido.

Art. 167 .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

e) .....

Parágrafo único. A inobservância do caráter secreto, confidencial ou reservado, de documentos de interesse de qualquer comissão, sujeitará o infrator à pena de responsabilidade, apurada na forma da lei.

Art. 168. A criação de Comissão Parlamentar de Inquérito será feita mediante requerimento de um terço dos membros do Senado Federal.

§ 1º O requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito determinará o fato a ser apurado, o número de membros, o prazo de duração da comissão e o limite das despesas a serem realizadas.

§ 2º Recebido o requerimento, o presidente ordenará que seja numerado e publicado.

§ 3º O senador só poderá integrar duas Comissões Parlamentares de Inquérito, uma como titular, outra como suplente.

§ 4º A Comissão terá suplentes, em número igual à metade do número dos titulares, mais um, escolhidos no ato da designação destes, observadas as normas constantes do art. 81.

Art. 169. Não se admitirá Comissão Parlamentar de Inquérito sobre matéria pertinente:

a) .....

b) às atribuições do Poder Judiciário;

c) .....

Art. 170. Na hipótese de ausência do relator a qualquer ato do inquérito, poderá o presidente da comissão designar-lhe substituto para a ocasião, mantida a escolha na mesma representação partidária ou Bloco parlamentar.

Arts. 171 e 172. Suprimidos.

Art. 173. No exercício das suas atribuições, a Comissão Parlamentar de Inquérito terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, facultada a realização de diligências que julgar necessárias, podendo convocar ministro de Estado, tomar o depoimento de qualquer autoridade, inquirir testemunhas, sob compromisso, ouvir os indiciados, requisitar de órgão público informações ou documentos de qualquer natureza, bem como requerer ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeções e auditorias que entender necessárias.

§ 1º No dia previamente designado, se não houver número para deliberar, a Comissão Parlamentar de Inquérito poderá tomar depoimento das testemunhas ou autoridades convocadas, desde que estejam presentes o presidente e o relator.

§ 2º Os indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação processual penal, aplicando-se, no que couber, a mesma legislação, na inquirição de testemunhas e autoridades.

Art. 175. Ao término de seus trabalhos, a Comissão Parlamentar de Inquérito enviará à Mesa, para conhecimento do plenário, seu relatório e conclusões.

§ 1º A comissão poderá concluir seu relatório por projeto de resolução se o Senado for competente para deliberar a respeito.

§ 2º Sendo diversos os fatos objeto de inquérito, a Comissão dirá, em separado, sobre cada um, podendo fazê-lo antes mesmo de finda a investigação dos demais.

Art. 176. Suprimido.

Art. 177. A Comissão Parlamentar de Inquérito encaminhará suas conclusões, se for o caso, ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 178. O prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito poderá ser prorrogado, automaticamente, a requerimento de um terço dos membros do Senado, enviado à Mesa, lido em plenário e publicado no *Diário do Congresso Nacional*, observado o disposto no § 4º do art. 77.

Art. 178-A. Nos atos processuais, aplicar-se-ão, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal.

Art. 179. .....

I — ordinárias, as realizadas de segunda a quinta-feira, às quatorze horas e trinta minutos e às sextas-feira, às nove horas;

II — extraordinárias, as realizadas em dia ou horário diversos dos prefixados para as ordinárias;

III — especiais, as realizadas para comemoração ou homenagens.

Parágrafo único. .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

Art. 180. A sessão ordinária terá início, de segunda a quinta-feira, às quatorze horas e trinta minutos e, às sextas, às nove horas, pelo relógio do plenário, presentes no recinto pelo menos um vigésimo da composição do Senado, e terá a duração máxima de quatro horas, salvo prorrogação ou no caso do disposto nos arts. 201 e 202.

§ 1º Ao declarar aberta a sessão, o presidente proferirá as seguintes palavras: "sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos".

§ 2º .....

§ 3º .....

§ 4º Em qualquer fase da sessão, estando em plenário menos de um vigésimo da composição da Casa, o presidente suspenderá a sessão, fazendo acionar as campainhas durante dez minutos, e, se ao fim desse prazo permanecer a inexistência de número, a sessão será encerrada.

§ 5º Do período do tempo da sessão descontar-se-ão as suspensões ocorridas.

Art. 181. A primeira parte da sessão, que terá a duração de uma hora, será destinda à leitura do expediente e aos oradores inscritos na forma do disposto no art. 19.

§ 1º .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

§ 2º .....

Art. 183. O tempo que seguir à leitura do expediente será destinado aos oradores da Hora do Expediente, podendo cada um dos inscritos usar da palavra pelo prazo de vinte minutos.

§ 1º .....

§ 2º Se algum senador, antes do término da Hora do Expediente, solicitar da Mesa inscrição para manifestação de pesar, comemoração ou comunicação inadiável, explicação pessoal ou justificação de proposição a apresentar, o presidente lhe assegurará a palavra na prorrogação.

§§ 3º a 6º .....

Art. 184. .....

Art. 185. .....

Art. 186. .....

Art. 187. A Ordem do Dia terá início, impreterivelemnte, ao término do tempo destinado à Hora do Expediente, salvo prorrogação.

Art. 188. As matérias serão incluídas em Ordem do Dia, a juízo do presidente, segundo sua antigüidade e importância, observada a seguinte seqüência:

I — matéria urgente de iniciativa do Presidente da República, com prazo de tramitação esgotado (Const., art. 64, § 2º);

II — matéria em regime de urgência do art. 371, "a";

III — matéria preferencial constante do art. 195, inciso II, segundo os prazos ali previstos;

IV — matéria em regime de urgência do art. 371, "b";

V — matéria em regime de urgência do art. 371, "c";

VI — matéria em tramitação normal.

§ 1º .....

a) .....

b) .....

c) .....

§ 2º .....

§ 3º Nos grupos dos incisos III e VI, obedecido o disposto no § 1º deste artigo, observa-se-á a seguinte seqüência:

a) .....

1) .....

2) .....

b) .....

1) .....

2) .....

3) — Suprimido

4) — Suprimido

c) .....

1) .....

2) .....

3) Suprimido

4) Suprimido

§ 4º .....

a) .....

b) .....

1) .....

2) .....

3) .....

4) .....

5) .....

§ 5º .....

§ 6º .....

Art. 192. .....

Parágrafo único. Nenhuma matéria poderá ser incluída em Ordem do Dia sem que tenha sido efetivamente publicada no *Diário do Congresso Nacional* e em avulsos com, no mínimo, dez dias de antecedência.

Art. 192-A. Salvo em casos especiais, assim considerados pela Presidência, das Ordens do Dia das sessões ordinárias das segundas e sextas-feira não constarão matérias em fase de votação.

Parágrafo único. O princípio estabelecido neste artigo aplica-se, ainda, às matérias que tiverem sua discussão encerrada nas sessões ordinárias das segundas e sextas-feira.

Art. 192-B. Somente poderá ser submetidas à deliberação do plenário, em cada sessão legislativa, as proposições protocoladas junto à Secretaria Geral da Mesa até a data de trinta de novembro.

Parágrafo único. Ficam ressalvadas do disposto neste artigo, as matérias da competência privativa do Senado Federal relacionadas no art. 52 da Constituição e, em casos excepcioanis, até três matérias, por decisão da Presidência e consenso das lideranças.

Art. 193. .....

§ 1º .....

§ 2º Nos avulsos da Ordem do Dia deverão constar:

a) os projetos em fase de recebimento de emendas perante a Mesa ou comissão;

b) os projetos em fase de apresentação do recurso a que se refere o § 3º do art. 95-B;

c) as proposições que deverão figurar em Ordem do Dia nas três sessões ordinárias seguintes.

§ 3º Nos dados referidos no parágrafo anterior, haverá indicação expressa dos prazos, número de dias transcorridos e, no caso da

alínea **a**, da comissão que deverá receber as emendas.

Art. 195. .....

I — .....

II — .....

a) .....

b) de projeto de lei ânua ou que tenha por fim prorrogar prazo de lei, se faltarem dez dias, ou menos, para o término de sua vigência ou da sessão legislativa, quando o fato deva ocorrer em período de recesso do Congresso, ou nos dez dias que se seguirem à instalação da sessão legislativa subseqüente;

c) de projeto de decreto legislativo referente a tratado, convênio ou acordo internacional, se faltarem dez dias, ou menos, para o término do prazo no qual o Brasil deva manifestar-se sobre o ato em apreço;

d) de projetos com prazo se faltarem dez dias para o término da tramitação.

Parágrafo único. Nas hipóteses das alíneas "c" e "d" do inciso II, o projeto emendado voltará à Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subseqüente, salvo se o encerramento da discussão se der no penúltimo dia do prazo ou da sessão legislativa, caso em que a matéria terá a mesma tramitação prevista para o caso do art. 371, "b".

c) da dispensa da Hora do Expediente ou da Ordem do Dia.

Art. 197. Em casos excepcionais, assim considerados pela Mesa, e nos sessenta dias que precedem as eleições gerais, poderão ser dispensados, ouvidas as lideranças, os períodos correspondentes à Hora do Expediente ou à Ordem do Dia.

Art. 199. Esgotada a Ordem do Dia, o tempo que restar para o término da sessão será destinado preferencialmente ao uso da palavra pelas lideranças e, havendo tempo, pelos oradores inscritos, na forma do disposto no art. 19.

Art. 201 .....

Parágrafo único. Suprimido.

Art. 210. A sessão extraordinária, convocada de ofício pelo Presidente ou por deliberação do Senado, terá o mesmo rito e duração da ordinária

Parágrafo único. .....

Art. 211. Em sessão extraordinária, só haverá oradores antes da Ordem do Dia, caso não haja número para as deliberações.

Art. 212. O Presidente Prefixará dia, horário e Ordem do Dia para a sessão extraordinária, dando-os a conhecer, previamente, ao Senado, em sessão ou através de qualquer meio de comunicação.

Parágrafo único. .....

Art. 215. .....

Parágrafo único. O Presidente poderá admitir na sessão, a seu juízo, a presença dos servidores que julgue necessários.

Art. 220 .....

I .....

a) .....

b) .....

c) perda de mandato ou suspensão de imunidades de Senador durante o estado de sítio;

d) escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente;

e) requerimento para realização de sessão secreta (art. 214).

II .....

§ 1º .....

§ 2º .....

Art. 224. Será elaborada ata circunstanciada de cada sessão, contendo, entre outros, os incidentes, debates, declarações da Presidência, listas de presença e chamada, texto das matérias lidas ou votadas e os discursos, a qual constará, salvo se secreta, do *Diário do Congresso Nacional*, que será publicado diariamente, durante as sessões legislativas ordinárias e extraordinárias, e eventualmente, nos períodos de recesso, sempre que houver matéria para publicação.

§ 1º .....

§ 2º Quando o discurso, requisitado para revisão, não for restituído à Taquigrafia até às dezoito horas do dia seguinte, deixará de ser incluído na ata da sessão respectiva, onde figurará nota explicativa a respeito, no lugar a ele correspondente.

§ 3º .....

Art. 226. É permitido ao Senador enviar à Mesa, para publicação no *Diário do Congresso Nacional* e inclusão nos Anais, o discurso que deseje proferir na sessão, dispensada a sua leitura.

Art. 234 .....

I — Propostas de emenda à Constituição;

II — Projetos;

III — Requerimentos;

IV — Indicações;

V — Pareceres;

VI — Emendas.

Art. 235 .....

a) projetos de lei, referentes a matéria da competência do Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República;

b) projetos de decreto legislativo, referentes a matéria da competência exclusiva do Congresso Nacional;

c) .....

Art. 238 .....

I — dependentes de decisão da Mesa, requerimento de informação a Ministro de Estado (Const., art. 50, § 2º);

II — dependentes de despacho do Presidente:

a) de publicação de informações oficiais no *Diário do Congresso Nacional;*

b) de esclarecimento sobre atos da administração interna do Senado;

c) de retirada de indicação ou requerimento;

d) de reconstituição de proposição.

III — dependentes de votação com a presença, no mínimo, de um décimo da composição do Senado:

a) de licença para tratamento de saúde;

b) de prorrogação do tempo da sessão;

c) de homenagem de pesar, inclusive levantamento da sessão.

Parágrafo único. Suprimido.

Art. 239. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I — serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II — não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a quem se dirija;

III — lidos no Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

IV — se deferidos, serão solicitadas, ao Ministro de Estado competente, as informações requeridas, ficando interrompida a tramitação da matéria que se pretenda esclarecer. Se indeferido, irá ao Arquivo, feita comunicação ao Plenário.

V — as informações recebidas, quando se distinarem à elucidação de matéria pertinente à proposição em curso no Senado, serão incorporadas ao respectivo processo.

§ 1º Ao fim de trinta dias, quando não hajam sido prestadas as informações, o Senado reunir-se-á, dentro de setenta e duas horas, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição.

§ 2º Aplicam-se, no que couber, as disposições do parágrafo anterior ao caso de fornecimento de informações falsas.

Art. 252. Se houver mais de um parecer, de conclusões discordantes, sobre a mesma matéria, a ser submetido ao Plenário, proceder-se-á de acordo com a norma estabelecida no parágrafo único do art. 250.

Art.253 .....

a) .....

b) em sentido contrário à proposição quando se trate de proposta de emenda à Constituição, projeto de lei ou de resolução;

c) .....

d) que importe aumento da despesa prevista (Const., art. 63):

1) nos projetos de iniciativa do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, §§ 3º e 4º da Constituição;

2) nos projetos sobre organização dos serviços administrativos do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público (Const., art. 63, II).

Art. 254. Às comissões é admitido oferecer submendas as quais não poderão conter matéria estranha à das respectivas emendas.

Parágrafo único. Suprimido.

Art. 255. A emenda não adotada pela comissão (art. 243, I), poderá ser renovada em plenário, salvo se unânime o parecer pela rejeição.

Art. 256. Nenhuma emenda será aceita sem que o autor a tenha justificado por escrito ou oralmente.

Parágrafo único. A justificação oral de emenda em plenário deverá ser feita no prazo de que seu autor dispuser para falar no Expediente da sessão.

Art. 257. Suprimido.

Art. 258 .....

Parágrafo único. Quando houver dúvidas sobre se a emenda apresentada como de re-

dação atinge a substância da proposição, ouvir-se-á a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Art. 259 .....

I — *perante a comissão, quando se tratar* de emenda apresentada de acordo com o disposto no art. 141;

II — perante a Mesa, no prazo de cinco sessões ordinárias, quando se tratar de emenda:

a) a projeto de alteração ou reforma do Regimento Interno;

b) a projeto de decreto legislativo referente a prestação de contas do Presidente da República;

c) aos projetos mencionados no art. 95-B, quando houver interposição de recurso;

d) ao projeto, em turno único, que obtiver parecer favorável, quanto ao mérito, das comissões;

e) ao projeto, em turno único, que obtiver parecer contrário, quanto ao mérito, das comissões, desde que admitido recurso para sua tramitação.

III .....

a) .....

1).....

2).....

3).....

4).....

b) .....

1) requerimento que diga respeito à ordenação das matérias da Ordem do Dia ou a proposição dela constante;

2) emenda a projeto em turno suplementar, ao anunciar-se a sua discussão.

c) .....

1).....

2).....

d) .....

1) adiamento de discussão ou votação;

2) encerramento de discussão;

3) dispensa de discussão;

4) votação por determinado processo;

5) votação em globo ou parcelada;

6) destaque de dispositivo ou emenda para aprovação, rejeição, votação em separado ou constituição de proposição autônoma;

7) retirada de proposição constante da Ordem do Dia.

e) .....

1).....

2).....

3) Suprimido.

f).....

Art. 262. As proposições, salvo os requerimentos, devem ser acompanhadas de justificação oral ou escrita, observado o disposto no parágrafo único do art. 256.

a) Suprimido.

b) Suprimido.

Parágrafo único. .....

Art. 264. As matérias constantes de projeto de lei rejeitado somente poderão ser objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros do Senado (Const., art. 67).

Art. 266. O projeto ou requerimento de autoria individual de Senador, salvo requerimento de licença e de autorização para o desempenho de missão, só será lido quando presente seu autor.

Art. 267. Considera-se autor da proposição o seu primeiro signatário quando a Constituição ou este Regimento não exija, para a sua apresentação, número determinado de subscritores, não se considerando, neste último caso, assinaturas de apoiamento.

Art. 269. .....

Parágrafo único. A proposição de comissão deve ser assinada pelo seu Presidente e membros, totalizando, pelo menos, a maioria da sua composição.

Art. 270. .....

I).....

.....

a) as Propostas de Emenda à Constituição;

b) os Projetos de Lei da Câmara;

c) os Projetos de Lei do Senado;

d) os Projetos de Decreto legislativo, com especificação da Casa de origem;

e) os Projetos de Resolução;

f) os Requerimentos;

g) as Indicações;

h) os Pareceres.

II) as emendas serão numeradas, em cada turno, pela ordem dos artigos da proposição emendada, guardada a seqüência determinada pela sua natureza, a saber: supressivas, substitutivas, modificativas e aditivas;

III).....

IV) as emendas da Câmara serão anexadas ao processo do projeto primitivo e tramitarão com o número deste.

§ 1º .....

§ 2º Nas publicações referentes aos projetos em revisão, mencionar-se-á, entre parênteses, o número na Casa de origem, em seguida ao que lhe couber no Senado.

§ 3º Ao número correspondente a cada emenda de comissão acrescentar-se-ão as iniciais desta.

§ 4º A emenda que substituir integralmente o projeto terá, em seguida ao número, entre parênteses, a indicação "substitutivo."

§ 5º Suprimido.

Art. 272. A votação de apoiamento não será encaminhada, salvo se algum Senador pedir a palavra para combatê-lo, caso em que o encaminhamento ficará adstrito a um Senador de cada Partido ou Bloco Parlamentar.

Parágrafo único. O *quorum* para aprovação do apoiamento é de um décimo da composição do Senado.

Art. 276. .....

1) de decisão da Mesa, no caso do art. 238, I;

2) de decisão do Presidente, nos casos dos arts. 237 e 238, II;

3) de deliberação de comissão, na forma do art. 95-B;

4) de deliberação do Plenário, nos demais casos.

Art. 277. .....

Parágrafo único. Quando se tratar de requerimento, só serão submetidos à apreciação das Comissões os seguintes:

1) de voto da censura, de aplauso ou semelhante (art. 245);

2) de sobrestamento do estudo de proposição (art. 370, parágrafo único).

Art. 278. Quando os projetos receberem pareceres contrários, quanto ao mérito, serão tidos como rejeitados e arquivados definitivamente, salvo recurso de um décimo dos membros do Senado no sentido de sua tramitação.

Parágrafo único. A comunicação do arquivamento será feita pelo Presidente, em plenário, podendo o recurso ser apresentado no prazo de quarenta e oito horas contado da comunicação.

Art. 279. A deliberação do Senado será:

I).....

a) .....

b) .....

c) .....

II).....

a) projeto;

b) .....

1) .....

2) publicação de documento no "Diário do Congresso Nacional" para transcrição nos Anais;

3) inclusão em Ordem do Dia de matéria que não tenha recebido parecer no prazo regimental (art. 195, I);

4) audiência de comissão que não tenha oferecido parecer no prazo regimental (art. 138, parágrafo único);

5) dispensa de parecer da comissão que haja esgotado o prazo a ela destinado (art. 138, *caput*);

6) constituição de Comissão Temporária;

7) voto de censura, de aplauso ou semelhante (art. 245);

8) tramitação em conjunto, de projetos regulando a mesma matéria (art. 282);

9) comparecimento de Ministro de Estado ao Plenário;

10) retirada de proposição não constante da Ordem do Dia (art. 280, § 2º, "b", 2);

11) reabertura da discussão de matéria não constante da Ordem do Dia;

12) sobrestamento do estudo de proposição;

13) suprimido.

III) .....

Parágrafo único. Ao ser anunciado o requerimento constante do item 3 da alínea "c" do inciso II, será dada a palavra ao Presidente da comissão em que se ache o projeto para se manifestar sobre a providência requerida.

Art. 282. Havendo, em curso no Senado, dois ou mais projetos regulando a mesma matéria, é lícito promover sua tramitação em conjunto, mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer comissão ou Senador.

Art. 294. As proposições em curso no Senado são subordinadas, em sua apreciação, a um único turno de discussão e votação, salvo proposta de emenda à Constituição.

Parágrafo único. Havendo substitutivo integral, aprovado pelo Plenário no turno único, o projeto será submetido a turno suplementar.

Art. 295. Cada turno é constituído de discussão e votação.

Arts. 296 a 302. Suprimidos.

Art. 304. Anunciada a matéria, será dada a palavra aos oradores para a discussão.

Art. 306. .....

a) .....

b) por deliberação do plenário, a requerimento de qualquer senador, quando já houverem falado, pelo menos, três senadores a favor e três contra.

1) Suprimido.

2) Suprimido.

Art. 307. .....

Parágrafo único. A dispensa da discussão deverá ser requerida ao ser anunciada a matéria.

SEÇÃO IV

Da Proposição Emendada

Art. 308. Lidos os pareceres das comissões sobre as proposições, em turno único, e distribuídos em avulsos, abrir-se-á o prazo de cinco sessões ordinárias para apresentação de emendas, findo o qual a matéria, se emendada, voltará às comissões para exame.

Parágrafo único. Não sendo emendada, a proposição estará em condições de figurar em Ordem do Dia, obedecido o interstício regimental.

Art. 309. .....

Parágrafo único. Suprimido.

Art. 310. A discussão, salvo nos projetos em regime de urgência, poderá ser adiada, mediante deliberação do plenário, a requerimento de qualquer senador ou comissão para os seguintes fins:

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

e) .....

§ 1º O adiamento previsto na alínea **c** não poderá ser superior a trinta dias, só poderá ser renovado uma vez, por prazo não superior ao primeiro, não podendo, em qualquer hipótese, ultrapassar o período da sessão legislativa.

§ 2º Não se admitirá requerimento de audiência de comissão ou de outro órgão que não tenha competência regimental ou legal para se manifestar sobre a matéria.

§ 3º O requerimento previsto na alínea **b** somente poderá ser recebido quando:

a) a superveniência de fato novo possa justificar a alteração do parecer proferido;

b) houver omissão ou engano manifesto no parecer;

c) a própria comissão, pela maioria de seus membros, jogue necessário o reexame;

§ 4º O requerimento previsto nas alíneas **a, b** e **c** será apresentado e votado ao se anunciar a matéria e o das alíneas **d** e **e**, em qualquer fase da discussão.

§ 5º Quando, para a mesma proposição, forem apresentados dois ou mais requerimentos previstos na alínea **c**, será votado, em primeiro lugar, o de prazo mais longo.

§ 6º Não havendo número para votação do requerimento, ficará este prejudicado.

Art. 311. Suprimido.

Art. 312. É de quarenta e oito horas o interstício entre a distribuição de avulsos dos pareceres das comissões e o início da discussão ou votação correspondente.

1) Suprimido.

2) Suprimido.

Arts. 314 e 315. Suprimidos.

Art. 316. Sempre que for aprovado substitutivo integral a projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução em turno único, será ele submetido a turno suplementar.

§ 1º Nos projetos sujeitos a prazo de tramitação, o turno suplementar realizar-se-á quarenta e oito horas após a aprovação do substitutivo, se faltarem oito dias, ou menos, para o término do referido prazo.

§ 2º Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, por ocasião da discussão da matéria, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Art. 322. As deliberações do Senado serão tomadas para maioria de votos, presente a maioria absoluta dos seus membros (Const., art. 47), salvo nos seguintes casos, em que serão:

I — por voto favorável de dois terços da composição da Casa:

a) sentença condenatória nos casos previstos nos incisos I e II do art. 52 da Constituição;

b) fixação de alíquotas máximas nas operações internas, para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados e do Distrito Federal (Const., art. 155, § 2º, V, **b**);

c) suspensão de imunidade de Senadores, durante o estado de sítio (Const., art. 53, § 7º);

II — por voto favorável de três quintos da composição da Casa, proposta de emenda à Constituição (Const., art. 60, § 2º);

III — por voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa:

a) projeto de lei complementar (Const., art. 69);

b) exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República, antes do término de seu mandato (Const., art. 52, XI);

c) perda de mandato de senador, nos casos previstos no art. 55, § 2º, da Constituição;

d) aprovação de nome indicado para ministro do Supremo Tribunal Federal (Const., art. 101, parágrafo único) e para Procurador-Geral da República (Const., art. 128, § 1º);

e) aprovação de ato do presidente da República que decretar o estado de defesa (Const., art 136, § 4º);

f) autorização ao presidente da República para decretar o estado de sítio (Const., art. 137, parágrafo único);

g) estabelecimento de alíquotas mínimas às operações e prestações interestaduais e de exportações (Const., art. 155, § 2º, IV);

g) estabelecimento de alíquotas mínimas nas operações internas (Const. art. 155, § 2º, V, 3);

i) autorização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, mediante créditos suplementares ou especiais específicos (Const., art. 167, III);

IV — por voto favorável de dois quintos da composição da Casa, aprovação da não-renovação da concessão ou permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens (Const., art. 223, § 2º).

V — por maioria de votos, presentes um décimo dos senadores, nos requerimentos compreendidos no inciso II do art. 238.

Parágrafo único. .....

Art. 325. .....

a) .....

1) exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República (Const., art. 52, XI)

2) perda de mandato de senador, nos casos previstos no art. 55, § 2º, da Constituição;

3) prisão de senador e autorização da formação da culpa, no caso de flagrante de crime inafiançável (Const., art. 53, § 3º);

4) suspensão das imunidades de senador durante o estado de sítio (Const., art. 53, § 7º);

5) escolha de autoridades;

b) .....

c) .....

Parágrafo único. Suprimido.

Art. 327. .....

I .....

II — o voto dos líderes representará o de seus liderados presentes, permitida a declaração de voto em documento escrito a ser encaminhado à Mesa para publicação;

III — se for requerida verificação da votação, será ela repetida pelo processo nominal;

IV — o requerimento de verificação de votação só será admissível se apoiado por três senadores;

V — procedida a verificação de votação e constatada a existência de número não será permitida nova verificação antes do decurso de uma hora;

VI — não será admitido requerimento de verificação se a Presidência já houver anunciado a matéria seguinte;

VII — antes de anunciado o resultado, será lícito tomar o voto do senador que penetrar no recinto após a votação;

VIII — verificada a falta de *quorum*, o Presidente suspenderá a sessão, fazendo acionar as campainhas durante dez minutos, após o que esta será reaberta, procedendo-se nova votação;

IX — confirmada a falta de número, ficará adiada a votação, que será reiniciada ao voltar a matéria à deliberação do plenário;

X — se, ao processar-se a verificação, o requerente não estiver presente ou deixar de votar, considerar-se-á como tendo dela desistido;

XI — considerar-se-á como requerida verificação qualquer dúvida levantada, durante a votação, sobre a existência de *quorum*.

Art. 332. Os votos em branco e as abstenções verificadas nas votações serão computados para efeito de *quorum*.

Parágrafo único. Suprimido.

Art. 333. Suprimido.

Art. 334. Terminada a apuração, o presidente proclamará o resultado da votação, especificando os votos favoráveis, contrários, em branco, nulos e as abstenções.

Art. 335. A votação realizar-se-á imediatamente após a discussão, se este regimento não dispuser noutro sentido.

1) suprimido
2) suprimido

Art. 343. Anunciada a votação de qualquer matéria, é lícito ao senador usar da palavra por cinco minutos para encaminhá-la.

Art. 345. .....

—.

— .....

— .....

— .....

— .....

— de senador, solicitando de órgão estranho ao Senado a remessa de documentos;

— de comissão ou Senador, solicitando informações oficiais;

— de comissão ou Senador, solicitando a publicação, no *Diário do Congresso Nacional*, de informações oficiais;

— .....

— .....

— de destaque de disposição ou emenda.

Parágrafo único. O encaminhamento de votação de requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada partido ou bloco parlamentar, salvo nas homenagens de pesar.

Art. 350. .....

§ 1º O requerimento deverá ser apresentado e votado como preliminar ao ser anunciada a matéria.

§ 2º Não havendo número para a votação, o requerimento ficará sobrestado.

Art. 351. Proclamado o resultado da votação, é lícito ao senador encaminhar à Mesa, para publicação, declaração de voto.

Parágrafo único. Não haverá declaração de voto se a deliberação for secreta, não se completar por falta de número ou se não for suscetível de encaminhamento.

Art. 352. .....

Parágrafo único. A redação dos projetos de lei da Câmara destinados à sanção será dispensada, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir.

Art. 353. É privativo da comissão para o estudo da matéria, redigir o vencido nos casos de:

I — .....

II — proposta da emenda à Constituição;

III — .....

Art. 354. Nos projetos da Câmara emendados pelo Senado, a redação final limitar-se-á às emendas, destacadamente, não as incorporando ao texto da proposição.

Art. 367. Ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado, exceto as originárias da Câmara ou por ela revisadas e as com parecer favorável das comissões.

Art. 368. Serão, ainda, automaticamente arquivadas as proposições que se encontrem em tramitação há duas legislaturas.

Parágrafo único. A proposição arquivada, nos termos deste e do artigo anterior, não poderá ser desarquivada.

Art. 372. A urgência dispensa, durante toda a tramitação da matéria, interstícios, prazos e formalidades regimentais salvo pareceres, *quorum* para deliberação e distribuição de cópias da proposição principal.

Art. 378. No encaminhamento da votação de requerimento de urgência, poderão usar da palavra, pelo prazo de cinco minutos, um dos signatários e um representante de cada partido ou de bloco parlamentar; quando se tratar de requerimento de autoria de comissão, poderão usar da palavra o seu presidente e o relator da matéria para a qual foi a urgência requerida.

Art. 381. .....

I — imediatamente, nas hipóteses do art. 371, **a** e **b**, podendo o relator solicitar prazo não excedente a duas horas.

II — .....

§ 1º .....

§ 2º O parecer será oral nos casos do art. 371, **a** e **b**, e, por motivo justificado, na hipótese do art. 371, **c**.

§ 3º Suprimido.

Art. 383. .....

I — nos casos do art. 371, **a** e **b**, os pareceres serão proferidos imediatamente, por relator designado pelo presidente, o qual poderá pedir o prazo previsto no art. 381, I;

II — .....

Art. 385. O turno suplementar de matéria em regime de urgência será realizado imediatamente após a aprovação, em turno único, do substitutivo, podendo ser concedido o prazo de vinte e quatro horas para a redação do vencido, quando houver.

Art. 388. São consideradas em regime de urgência, independentemente de requerimento:

I — .....

a) autorizar o presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente (Const., art. 49, II);

b) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal; autorizar o estado de sítio ou suspender qualquer dessas medidas (Const., art. 49, IV);

II — com tramitação prevista para o caso do art. 371, **b**, a matéria que objetive autorização para o presidente e o vice-presidente da República se ausentarem do País (Const., art. 49, III).

Parágrafo único. Terão, ainda, a tramitação prevista para o caso do art. 371, **b**, independentemente de requerimento, as proposições sujeitas a prazo, quando faltarem dez dias para o término desse prazo.

TÍTULO XI
Das Proposições Sujeitas a Disposições Especiais

Da Emenda à Constituição

Art. 388-A. Poderão ter iniciada a tramitação no Senado propostas de emenda à Constituição de iniciativa:

I — de um terço, no mínimo, dos membros do Senado Federal (Const., art. 60, I);

II — de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros (Const., art. 60, III);

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio (Const., art. 60, § 1º).

§ 2º A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada, se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos senadores (Const., art. 60, § 2º).

§ 3º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir (Const., art. 60, § 4º, I, II, III e IV):

I — a forma federativa de estado;

II — o voto direto, secreto, universal e periódico;

III — a separação dos poderes;

IV — os direitos e garantias individuais.

Art. 388-B. A proposta será lida no expediente, publicada no *Diário do Congresso Nacional* e em avulsos, para distribuição aos senadores.

Art. 388-C. Nas quarenta e oito horas seguintes à leitura, será designada pelo presidente comissão de dezesseis membros para emitir parecer sobre a matéria no prazo de trinta dias, improrrogáveis, observado o disposto no art. 81.

Parágrafo único. Integrarão a comissão pelo menos sete membros titulares da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Art. 388-D. Cinco dias após a publicação do parecer no *Diário do Congresso Nacional* e distribuição em avulsos, a matéria poderá ser incluída em Ordem do Dia.

Art. 388-E Decorrido o prazo de que trata o art. 388-C sem que a comissão haja proferido seu parecer, ou pedido a prorrogação, a proposta de emenda à Constituição será colocada em Ordem do Dia, a fim de que o Plenário delibere se deve ter prosseguimento.

§ 1º Se o pronunciamento do Plenário for contrário ao prosseguimento, a proposta será considerada definitivamente rejeitada e recolhida ao arquivo.

§ 2º Aprovado o prosseguimento, a matéria será considerada incluída em Ordem do Dia, em fase de discussão, em primeiro turno, durante cinco sessões ordinárias consecutivas, quando poderão ser oferecidas emendas, assinadas por um terço, no mínimo, dos membros do Senado.

§ 3º Não será recebida emenda que não tenha relação direta e imediata com a matéria tratada na proposta.

Art. 388-F Encerrada a discussão com a apresentação de emendas, a matéria voltará à comissão, que emitirá parecer no prazo improrrogável de trinta dias.

Art. 388-G. Lido o parecer no Expediente, publicado no *Diário do Congresso Nacional* e distribuído em avulsos com a proposta e as emendas, a matéria poderá ser incluída em Ordem do Dia.

Art. 388-H. Esgotado o prazo da comissão, sem parecer, a matéria poderá ser incluída em Ordem do Dia, para votação, em primeiro turno, pelo processo nominal.

Art. 388-I. O interstício entre o primeiro e o segundo turno será de, no mínimo, cinco sessões ordinárias.

Art. 388-J. Incluída a proposta em Ordem do Dia, para o segundo turno, será aberto o prazo de três sessões ordinárias para discussão, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Art. 388-K. Encerrada a discussão, em segundo turno, com apresentação de emendas, a matéria voltará à comissão, para parecer em cinco dias improrrogáveis, após o que será incluída em Ordem do Dia, em fase de votação.

Art. 388-L. Aprovada, sem emendas, a proposta será remetida à Câmara dos Deputados. Emendada, será encaminhada à comissão, que terá o prazo de três dias para oferecer a redação final.

Art. 388-M. A redação final, apresentada à Mesa, será votada com qualquer número, independentemente de publicação.

Art. 388-N. Considera-se proposta nova o substitutivo da Câmara a proposta de iniciativa do Senado.

Art. 388-O. Na revisão do Senado, à proposta da Câmara dos Deputados, aplicar-se-ão as normas estabelecidas neste Título.

Art. 388-P. Quando ultimada a aprovação da proposta no Senado, será o fato comunicado à Câmara dos Deputados e convocada sessão para promulgação da emenda.

Art. 388-Q. É vedada a tramitação concomitante de mais de cinco propostas de emenda à Constituição.

Art. 388-R. É vedada a apresentação de proposta que objetive alterar dispositivos sem correlação direta entre si.

Art. 388-S. Aplicam-se à tramitação da proposta, no que couber, as normas estabelecidas neste Regimento, para as demais proposições.

Art. 388-T. A matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Art. 390. Nos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, com prazo determinado (Const., art. 64, § 2º), proceder-se-á da seguinte maneira:

I — o projeto será lido no Expediente e distribuído às comissões competentes, somente podendo receber emendas na primeira comissão constante do despacho e pelo prazo de cinco dias;

II — o projeto será apreciado, simultaneamente, pelas comissões, sendo feitas tantas atuações quantas forem necessárias;

III — as comissões deverão apresentar os pareceres até dez dias antes do término do prazo de tramitação do projeto;

IV — publicado o parecer e distribuído em avulsos, decorrido o interstício regimental, o projeto será incluído em Ordem do Dia;

V — não sendo emitidos os pareceres no prazo fixado no inciso III aplica-se o disposto no art. 195, II, d.

VI — o adiamento de discussão ou de votação não poderá ser aceito por prazo superior a vinte e quatro horas;

VII — a redação final das emendas deverá ser apresentada em plenário no prazo máximo de quarenta e oito horas após a votação da matéria;

VIII — esgotado o prazo para tramitação do projeto sem que se tenha concluído a votação, ele deverá ser incluído em Ordem do Dia para que se ultime a votação, sobrestando-se a deliberação sobre os demais assuntos constantes da pauta (Const. art. 64, § 2º).

Arts. 391 e 393. Suprimidos.

Art. 394. O projeto de decreto legislativo referente a atos internacionais terá a seguinte tramitação:

a) .....

b) lido no Expediente, será o projeto publicado e distribuído em avulsos, acompanhados dos textos referidos na alínea anterior e despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;

c) perante a Comissão, nos cinco dias subseqüentes à distribuição de avulsos, poderão ser oferecidas emendas. A Comissão terá, para opinar sobre o projeto, o prazo de quinze dias, prorrogável por igual período;

d) publicado o parecer e distribuído em avulsos, decorrido o interstício regimental, a matéria será incluída em Ordem do Dia;

e) não sendo emitido o parecer, conforme estabelece a alínea "c" deste artigo, aplica-se o disposto no art. 195, II, "c";

Art. 395. Compete privativamente ao Senado Federal (Const., art. 52, I e II):

I — processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, e os ministros de Estado, nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

II — processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União, nos crimes de responsabilidade.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o Senado funcionará sob a presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal (Const., art. 52, parágrafo único).

Art. 396. Em qualquer hipótese, a sentença condenatória só poderá ser proferida pelo voto de dois terços dos membros do Senado, e a condenação limitar-se-á à perda do cargo com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis (Const., art. 52, parágrafo único).

Art. 400. Para julgamento dos crimes de responsabilidade das autoridades indicadas no art. 395 obedecer-se-ão as seguintes normas:

1) recebida pela Mesa do Senado a autorização da Câmara para instauração do processo, nos casos previstos no item I do art. 395, ou a denúncia do crime, nos demais casos, será o documento lido na Hora do Expediente da sessão seguinte;

2) na mesma sessão em que se fizer a leitura, será eleita uma comissão, constituída por um quarto da composição do Senado, obedecida a proporcionalidade das Representações Partidárias ou dos Blocos Parlamentares, que ficará responsável pelo processo;

3) a comissão encerrará seu trabalho com o fornecimento do libelo acusatório, que será anexado ao processo e entregue ao Presidente do Senado Federal, para remessa, em original, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, com a comunicação do dia designado para o julgamento;

4) o Primeiro Secretário enviará ao acusado cópia autenticada de todas as peças do processo, inclusive do libelo, intimando-o do dia e hora em que deverá comparecer ao Senado para o julgamento;

5) estando o acusado ausente do Distrito Federal, a sua intimação será solicitada pelo Presidente do Senado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado em que se encontre;

6) servirá de escrivão um funcionário da Secretaria do Senado designado pelo Presidente.

Art. 401. Instaurado o processo, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções (Const., art. 86, § 1º, II).

Parágrafo único. Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente da República, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo (Const., art. 86, § 2º).

Art. 401-A. No processo e julgamento a que se referem os artigos anteriores aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei nº 1.079, de 10
de abril de 1950.

Art. 402. Na apreciação do Senado sobre escolha de autoridades observar-se-ão as seguintes normas:

a) a mensagem, que deverá ser acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de seu *curriculum vitae*, será lida em plenário e encaminhada à comissão competente;

b) a comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado não inferior a três dias, ouví-lo em argüição pública, sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado (Const., art. 52, III);

c) a argüição dos candidatos a chefe de missão diplomática de caráter permanente será feita em reunião secreta (Const., art. 52, IV);

d) além da argüição do candidato e do disposto no art. 95, "c", a comissão poderá realizar investigação e requisitar, da autoridade competente, informações complementares;

e) .....

1) .....

2) .....

f) será pública a reunião em que se processarem o debate e a decisão da comissão, sendo a votação procedida por escrutínio secreto, vedadas declaração ou justificação de voto, exceto com referência ao aspecto legal;

g) Suprimido.

h) o parecer será apreciado pelo Plenário em sessão pública, sendo a votação procedida por escrutínio secreto.

i) a manifestação do Senado será comunicada ao Presidente da República, consignando-se o resultado da votação.

Parágrafo único. A manifestação do Senado e das comissões sobre escolha de chefe

de missão diplomática de caráter permanente será procedida em sessão e reunião secretas.

Art. 402-A. A eleição dos membros do Conselho da República será feita mediante lista sêxtupal elaborada pela Mesa, ouvidas as lideranças com atuação no Senado.

§ 1º Proceder-se-á à eleição por meio de cédulas uninominais, considerando-se eleito o indicado que obtiver a maioria de votos, presente a maioria absoluta dos membros do Senado.

§ 2º Eleito o primeiro representante do Senado, proceder-se-á à eleição do segundo, dentre os cinco indicados restantes, obedecido o mesmo critério previsto no parágrafo anterior.

§ 3º Se, na primeira apuração, nenhum dos indicados alcançar maioria de votos, proceder-se-á à nova votação, e, se mesmo nesta, aquele *quorum* não for alcançado, a eleição ficará adiada para outra sessão, a ser convocada pela presidência e assim sucessivamente.

§ 4º No processamento da eleição, aplicar-se-ão, no que couber, as normas regimentais que dispuserem sobre escolha de autoridades.

Art. 402-B. A mensagem do Presidente da República solicitando autorização para destituir o procurador-geral da República, uma vez lida em plenário, será distribuída, para apresentação de parecer, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Parágrafo único. Aplicar-se-ão na tramitação da mensagem, no que couber, as normas sobre escolha de autoridade, sendo que a destituição somente se efetivará se aprovada por maioria absoluta dos votos dos membros da Casa (Const. art. 128, § 2º).

Art. 403. O Senado apreciará pedido de autorização para operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios (Const. art. 52, V), encaminhado pelo Poder Executivo interessado, e instruído com:

a) documentos que o habilitem a conhecer, perfeitamente, a operação, os recursos para satisfazer os compromissos respectivos e a sua finalidade;

b) publicação oficial com o texto da autorização do Poder Legislativo competente;

c) parecer do órgão competente do Poder Executivo.

Parágrafo único. É lícito a qualquer senador encaminhar à Mesa documento destinado a completar a instrução ou esclarecimento da matéria.

Art. 404. Na tramitação da matéria de que trata o artigo anterior, obedecer-se-ão as seguintes normas:

a) lida no Expediente, a matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de ser formulado o respectivo projeto de resolução, concedendo ou negando a medida pleiteada;

b) a resolução, uma vez promulgada, será enviada, em todo o seu teor, à entidade interessada e ao órgão a que se refere o art. 403, "c", devendo constar do instrumento da operação.

c) suprimido.

Art. 406. O disposto nos artigos anteriores aplicar-se-á, ainda, aos casos de aval da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município, para a contratação de empréstimo externo por entidade autárquica subordinada ao Governo Federal, Estadual ou Municipal.

Arts. 407 a 409. Suprimidos.

CAPÍTULO V

Da Suspensão da Execução da Lei

Art. 410. O Senado conhecerá da declaração, proferida em decisão definitiva pelo Supremo Tribunal Federal, de inconstitucionalidade total ou parcial de lei mediante:

1) .....

2) .....

3) projeto de resolução de iniciativa da Comissão de Constituição, justiça e Cidadania.

Art. 411. A comunicação, a respresentação e o projeto a que se refere o artigo anterior deverão ser instruídos com o texto da lei cuja execução se deva suspender, do acórdão do Supremo Tribunal Federal, do parecer do Procurador-Geral da República e da versão do registro taquigráfico do julgamento.

Art. 412. Lida em Plenário, a comunicação ou a representação será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que formulará o projeto de resolução suspendendo a execução da lei, no todo ou em parte (Const., art. 52, X).

Arts. 413 e 414. Suprimidos.

CAPÍTULO VII

Das Atribuições Previstas nos Artigos 52, VI, VII, VIII, IX e 155, §§ 1º, IV e 2º, IV e V da Constituição

Art. 415. Ao Senado Federal, no que se refere à competência tributária dos Estados e do Distrito Federal, compete:

I — fixar alíquotas máximas do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos (Const., 155, § 1º, IV).

II — estabelecer as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação (Const., art. 155, § 2º, IV);

III — estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas (Const., 155, § 2º, V, "a");

IV — fixar alíquotas máximas nas operações internas para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados e do Distrito Federal (Const., art. 155, § 2º, V, "b").

Art. 416. Compete, ainda, ao Senado:

I — fixar limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Const., art. 52, VI);

II — dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal (Const., art. 52, VII);

III — dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno (Const., art. 52, VIII);

IV — estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Const., art. 52, IX);

Art. 417. As decisões do Senado Federal, quanto ao disposto nos arts. 415 e 416, terão forma de Resolução tomada por iniciativa:

I — da Comissão de Assuntos Econômicos, nos casos do inciso I do art. 415 e dos incisos II, III e IV do Art. 416;

II — do Presidente da República ou de um terço dos membros do Senado, no caso do inciso II do art. 415, e aprovação por maioria absoluta de votos;

III — de um terço dos membros do Senado Federal no caso do inciso III do art. 415, e aprovação por maioria absoluta de votos;

IV — da maioria absoluta dos membros do Senado Federal, no caso do inciso IV do art. 415, e aprovação por dois terços da composição da Casa;

V — da Comissão de Assuntos Econômicos, por proposta do Presidente da República, no caso do inciso I do art. 416;

VI — da Comissão de Assuntos Econômicos, nos demais casos.

§ 1º As matérias a que se referem este artigo terão a tramitação regimental prevista para os demais projetos de resolução.

§ 2º O Senado Federal remeterá o texto da Resolução a que se refere este artigo ao Presidente da República, aos Governadores, às Assembléias, à Câmara Legislativa do Distrito Federal e aos Prefeitos e Câmaras de Vereadores dos Municípios interessados, com a indicação da sua publicação no *Diário do Congresso Nacional* e no *Diário Oficial* da União.

Art. 418. O Ministro de Estado comparecerá perante o Senado:

I — quando convocado, por deliberação do plenário, mediante requerimento de qualquer Senador ou comissão, para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

II — quando o solicitar, mediante entendimentos com a Mesa, para expor assuntos de relevância de seu Ministério (Const., art. 50, § 1º).

§ 1º O Ministro de Estado comparecerá, ainda perante comissão, quando por ela convocado, ou expontaneamente, para expor assunto de relevância de seu Ministério (Const., art. 50, *caput* e § 1º).

§ 2º Sempre que o Ministro de Estado preparar exposição por escrito, deverá encaminhar o seu texto ao Presidente do Senado, com antecedência mínimo de três dias úteis, para prévia conhecimento dos Senadores.

Art. 419. Quando houver comparecimento de Ministro de Estado perante o Senado, adotar-se-ão as seguintes normas:

a) .....

b) nos casos do inciso II, a Prsidência comunicará ao plenário o dia e a hora que marcar para o comparecimento;

c) .....
d) .....
e) a sessão em que comparecer o ministro de Estado será destinada exclusivamente ao cumprimento dessa finalidade;
f) se, entretanto, o ministro desejar falar ao Senado no mesmo dia em que o solicitar, ser-lhe-á assegurada a oportunidade após as deliberações da Ordem do Dia;
g) .....
h) .....
i) .....
j) terminada a exposição do ministro de Estado, que terá a duração de meia hora, abrir-se-á a fase de interpelação, pelos Senadores inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao ministro de Estado o mesmo tempo para a tréplica.
k) a palavra aos senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.
I — ao ministro de Estado é lícito fazer-se acompanhar de assessores, aos quais a presidência designará lugares próximos ao que ele deve ocupar, não lhes sendo permitido interferir nos debates.
Arts. 422 a 441. Suprimidos.
Art. 442. O Regimento Interno poderá ser modificado ou reformado por projeto de resolução de iniciativa de qualquer senador, da Comissão Diretora ou de comissão temporária para esse fim criada, em virtude de deliberação do Senado, e da qual deverá fazer parte um membro da Comissão Diretora.
§ 1º .....
§ 2º .....
1) à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, em qualquer caso;
2) à Comissão que houver elaborado para exame das emendas, se as houver recebido;
3) .....
§ 3º .....
§ 4º Aplicam-se, à tramitação do projeto de alteração ou reforma do Regimento, as normas estabelecidas para os demais projetos de resolução.
§ 5º A redação final do projeto de reforma do Regimento Interno compete à comissão que o houver elaborado e o de autoria individual de senador, à Comissão Diretora.
Art. 448. Nenhum senador poderá falar, na mesma sessão, sobre questão de ordem já resolvida pela presidência.
Art. 449. Havendo recurso para o plenário, sobre decisão da Mesa em questão de ordem, é lícito ao presidente solicitar a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando se tratar de interpretação de disposição constitucional.
§ 1º Solicita, a audiência, ficará sobrestada a decisão.
§ 2º O parecer da comissão deverá ser proferido no prazo de quarenta e oito horas, após o que, com ou sem parecer, será o recurso incluído em Ordem do Dia, para deliberação do plenário.
§ 3º Quando se tratar de questão de ordem sobre matéria em regime de urgência, nos termos do art. 371, "a" e ", ou com prazo de tramitação, o parecer deverá ser proferido imediatamente, podendo o presidente da comissão ou o relator solicitar prazo não excedente a duas horas.
Art. 453. Suprimido.
Art. 2º Até que seja adaptado o Regulamento Administrativo do Senado Federal às disposições desta resolução, permanecerão em vigor as atribuições de caráter administrativo conferidas à Comissão Diretora, ao presidente e demais membros da Mesa, no Regimento Interno ora alterado e as disposições constantes de seus art. 423 a 441.
Art. 3º Na atual legislatura, a fixação da proporcionalidade das representações partidárias ou de blocos parlamentares nas comissões, a designação de seus membros e sua instalação, serão efetivadas imediatamente após a promulgação desta resolução.
Art. 4º Na atual legislatura, as comissões abaixo relacionadas atuação com o seguinte número de membros:
1) Comissão de Assuntos Econômicos, 25;
2) Comissão de Assuntos Sociais, 25;
3) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 21;
4) Comissão de Educação, 25;
5) Comissão de Relações Exteriores, 21;
6) Comissão de Serviços de Infra-estrutura, 19.
Parágrafo único. O disposto no § 2º do art. 78 do Regimento Interno vigorará a partir da próxima legislatura.
Art. 5º A Comissão de Fiscalização e Controle, que funcionará até o término da presente legislatura, será integrada por dezessete titulares e nove suplentes, cabendo-lhe, sem prejuízo das atribuições das demais comissões, a fiscalização dos atos do Poder Executivo da União e da administração indireta, podendo para esse fim:
I) avaliar a eficácia, eficiência e economicidade dos projetos e programas de governo;
II) opinar sobre a compatibilidade da execução orçamentária com os planos e programas de governo e destes com os objetivos aprovados em lei;
III) convocar ministro de Estado e dirigentes da administração direta e indireta;
IV — solicitar, por escrito, informações à administração direta e à indireta, sobre matéria sujeita a fiscalização e controle;
V) requisitar documentos públicos necessários à elucidação do fato objeto da fiscalização e controle;
VI) providenciar a efetivação de perícias e diligências;
VII) promover a integração do Senado Federal com os órgãos do Poder Executivo que, pela natureza de suas atividades, possam dispor ou gerar dados que necessitem o exercício de fiscalização e controle;
VIII) propor ao Plenário do Senado Federal as providências cabíveis em relação aos resultados da avaliação.
Art. 6º A redação estabelecida no § 1º do art. 78 do Regimento Interno, salvo quanto ao Presidente, não se aplica aos membros da Mesa no que se refere às Comissões do Distrito Federal e de Fiscalização e Controle.
Art. 7º O disposto no art. 64, *caput*, do Regimento Interno não prejudica o reconhecimento, na atual legislatura, para todos os efeitos, dos líderes dos partidos políticos com representação no Senado à data da promulgação desta Resolução.
Parágrafo único. É reconhecida, ainda, até 15 de março de 1990, a liderança que, à data da promulgação desta resolução, representa o Governo.
Art. 8º A Mesa, no prazo de até noventa dias, fará a consolidação das modificações feitas no Regimento Interno, podendo, desde que não alterado o mérito, proceder às correções de redação e às recomendadas pela melhor técnica legislativa, corrigir remissões e contradições e alterar a ordenação das matérias.
Art. 9º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.
Senado Federal, em 18 de abril de 1989. — Senador *Nelson Carneiro*, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Há oradores inscritos.
Concedo a palavra ao nobre Senador Leopoldo Peres.

O SR. LEOPOLDO PERES (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, á época em que Caxton se tornava o primeiro editor inglês, com o auxílio e a proteção do Conde de Riveres, Lord Woodville, na França Ettiene Dollet era entrege à fogueira, por usar uma impressora, sob a acusação da prática de feitiçaria.
A história da imprensa, ao longo dos tempos e em todas as latitudes, tem sido a história da luta contra a intolerância, contra o preconceito e contra os instrumentos de força dos eventuais detentores do poder. Todas as constituições modernas, a partir da Revolução Francesa, consagram a liberdade de expressão e a livre manifestação do pensamento. Não obstante, com exceção da Inglaterra e dos Estados Unidos da América, e de poucas outras nações menores, a grande maioria dos países tem assistido a repetidas tentativas dos poderosos de sufocar a liberdade de pensamento e a sua livre divulgação. A Itália, de Mussoline; a Alemanha, de Hitler; a França, de Laval; a URSS, de Stalin, para não falar de Franco, Salazar e dos mais ou menos ridículos ditadores dos países latino-americanos; quase todos os Estados neste século conheceram a brutalidade daqueles que confundem a dominação do poder com o domínio da verdade.
Os tiranos não aceitam contestação porque a tirania não encontra justificação moral e a corrupção de costumes, que lhe é inerente, não pode confrontar-se com a opinião de homens livres.

Ainda agora, nos últimos anos do Século XX, paira sobre a liberdade de expressão a ameaça solerte, sub-repticia, mas nem por isso menos temível do monopólio ideológico, imposto por aqueles que se presumem donatários finais de verdades definitivas, que procuram excluir dos vídeos, afastar dos microfones e banir das páginas dos jornais o pensamento dos que não aceitam os dogmas predominantes. Inútil e tola conspirata, por paradoxal que pareça, esse dogmatismo ideológico acabará por desaguar, mais dia menos dia, na plena liberdade de idéias, porque hoje e amanhã, como ontem, o espírito jamais se deixará espartilhar em camisa-de-força.

Estas desprentenciosas observações, Sr. Presidente, Srs. Senadores, vêm a propósito do quadragésimo aniversário do jornal *A Crítica*, um dos mais importantes veículos de comunicação social do Norte do Brasil. Esse órgão, em oito lustros de existência, sempre soube colocar-se como livre tribuna, acessível a todas as correntes, a todos os partidos, sem permitir-se o engajamento em favor dos circulos de poder ou deixar de ceder espaço aos que se opõe a governantes eventuais.

A Crítica soube preservar ciosamente o destino de independência que lhe traçaram seus fundadores — Umberto Calderaro, e Umberto Calderaro Filho — colocando-se acima de facciosismos e abrigando ao longo do tempo em sua redação um arco-íris ideológico, que tem sabido transmitir ao povo amazonense, como um todo, a síntese dos conflitos e antinomias que o regime democrático ajuda a harmonizar e permite que coexistam, de forma civilizada, na sociedade contemporânea.

Aqui temino, Sr. Presidente. E para que os nobres Senadores não me tomem por elogiasta inconvincente, nem me acusem de chavonar banalidades retóricas, ao homenagear A Crítica valho-me de uma frase do Professor Bloom, para dizer que esse modelar jornal reflete "a verdadeira comunidade humana, no meio de todos os simulacros mutualmente contraditórios de comunidade, a daqueles que procuram a verdade, a dos sábios virtuais, quer dizer, em princípio de todos os homens na medida em que tenham o desejo de saber".

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de hoje a seguinte

ORDEM DO DIA

Comparecimento do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Doutor Maílson da Nóbrega, convocado nos termos do Requerimento nº 3, de 1989, de autoria do Senhor Senador Marcondes Gadelha.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 58 minutos.)

Ata da 40ª Sessão, em 18 de abril de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nelson Carneiro, Iram Saraiva e Pompeu de Sousa

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Áureo Mello — Odacir Soares — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Antonio Luiz Maya — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — Chagas Rodrigues — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Marco Maciel — Mansueto de Lavor — Luiz Pinuhylino — João Lyra — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Afonso Arinos — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Ronan Tito — Fernando Henrique Cardoso — Mauro Borges — Iran Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Meira Filho — Louremberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Wilson Martins — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

— Carlos De'Carli — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — Moisés Abrão — Carlos Patrocínio — João Castelo — Hugo Napoleão — Lavoisier Maia — Raimundo Lira — Ney Maranhão — Divaldo Suruagy — Albano Franco — Luiz Viana — Itamar Franco — Severo Gomes — Mário Covas — Maurício Corrêa — Roberto Campos — Affonso Camargo — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A lista de presença acusa o comparecimento de 41 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa projetos que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 80, de 1989

Regulamenta o artigo 54 e parágrafos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica garantida pensão mensal vitalícia, nos termos do artigo 54 e parágrafos do Ato da Disposições Constitucionais Transitórias, aos seringueiros recrutados nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, e amparados pelo Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946.

Art. 2º Na falta de documentos originais comprovantes das condições exigidas pelo artigo 1º, cabe ao representante local do Ministério Público, por solicitação do interessado, promover a justificação judicial.

§ 1º O solicitante fica isendo de quaisquer custas judiciais e outras despesas.

§ 2º O prazo para julgamento da justificação é de 30 (trinta) dias.

§ 3º A sentença judicial é documento hábil para inscrição no órgão previdenciário encarregado do pagamento dos benefícios.

Art. 3º O Poder Executivo proverá, dos fundos da seguridade social, os recursos necessários ao pagamento dos benefícios.

Art. 4º O pagamento dos benefícios será feito em qualquer unidade da Federação, por órgão público federal, estadual ou municipal.

Art. 5º O valor do benefício é de dois pisos nacionais de salários e não é passível de descontos.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Assembléia Nacional Constituinte quis reparar, embora tardiamente, a imensa dívida da sociedade brasileira para com os heróis da produção da borracha, durante a Segunda Guerra Mundial. Para tanto, inscreveu no texto

constitucional um instrumento legal, suficientemente hábil para lograr os objetivos de justiça a que se propunha.

Mas, é já decorrido, desde o dia 5 de março último, o prazo de 150 dias, dado pela Constituição, para que o Poder Executivo regulamentasse a concessão dos benefícios aos chamados soldados da borracha. Não tendo sido observado o que manda a Constituição, cabe agora uma medida saneadora por parte do Poder Legislativo, através de projeto de lei.

Há quase meio século, milhares de jovens brasileiros, sobretudo nordestinos e nortistas, atendeu à convocação nacional para o esforço de guerra destinado a triplicar a produção da borracha, largaram suas famílias para trás e embrenharam-se nos seringais do vale do Amazonas. Era, então, a borracha matéria-prima estratégica, necessária à indústria bélica, que, por sua vez, decidia a sorte dos povos democráticos nos campos de batalha da Europa e do Extremo Oriente.

Terminado o conflito mundial e não mais necessário o esforço de produção da borracha, o governo os abandonou nas brenhas da floresta amazônica. Restou nas selvas um exército de miseráveis, batidos pelas doenças tropicais, sobretudo pela malária e a lepra, pela fome e pela exploração do trabalho escravo feita por seringalistas inescrupulosos.

Não há números precisos de quantos foram. Calcula-se que entre 60 e 100 mil.

Poucos foram os que conseguiram juntar recursos suficientes para a passagem de volta às suas terras de origem. Regressaram mais pobres do que quanto partiram, e consumidos pelas doenças.

Muitos desapareceram na floresta sem deixar notícias para seus familiares distantes.

Os, hoje, sobreviventes estão entre 65 e 80 anos. Apesar da idade avançada e de terem perdido a saúde nos chavascais, sobrevivem em subempregos nas periferias das cidades ou em pequenas lavouras de subsistência, já que a pequena aposentadoria da Previdência Social não é suficiente para lhes garantir uma velhice tranqüila.

Há 46 anos que os clamores por justiça desses heróis humildes e sem nomes ressoam em vão pelos corredores, gabinetes e assembléias do Congresso Nacional.

A Constituição respondeu, embora tardiamente, a esses clamores. Está garantida para eles uma pensão mensal vitalícia no valor de dois pisos nacionais de salários. Resta, agora, que o texto constitucional seja regulamentado. É este, pois, o objetivo do projeto de lei que apresentamos à apreciação benevolente desta Casa. É preciso que façamos, urgentemente, justiça a esses heróis da Pátria, antes que morra o último deles e não tenhamos mais ninguém a quem saldar a nossa dívida.

Sala das Sessões, 18 de abril de 1989. — Senador *Odacir Soares* — (PFL — RO).

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, de 1989

Dispõe sobre o salário mínimo, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta.

Art. 1º Todo trabalhador tem direito a um salário mínimo, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família.

Parágrafo único. São necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, para os efeitos desta lei, a moradia, a alimentação, a educação, a saúde, o lazer, o vestuário, a higiene, o transporte e a previdência social.

Art. 2º A cada um dos fatores componentes do salário mínimo correspondem, provisoriamente, os seguintes percentuais: moradia, 15% (quinze por cento); alimentação, 28% (vinte e oito por cento); educação, 11% (onze por cento); saúde, 14% (quatorze por cento); lazer, 6,5% (seis e meio por cento); vestuário, 8% (oito por cento); higiene, 3% (três por cento); transporte, 6% (seis por cento); e previdência social, 8,5% (oito e meio por cento.)

Art. 3º O valor do salário mínimo, a partir de 1º de abril de 1989, passa a ser de NCz$ 125,00 (cento e vinte e cinco cruzados novos), reajustado, mensalmente, pelo índice de desvalorização monetária aplicável à caderneta de poupança, ou na falta deste, por outro fator equivalente, a ser fixado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

§ 1º Ao salário mínimo, de que trata este artigo, será acrescido, a cada mês, durante 6 (seis) meses, 2,5% (dois e meio por cento), a título de aumento real.

§ 2º O Poder Executivo, através de decreto do presidente da República, respeitado o disposto neste artigo, fixará, mensalmente, o valor do salário mínimo referente à semana, ao dia e à hora, em cruzados.

Art. 4º É vedada a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, ressalvado o disposto no **caput** do art. 58 das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Art. 5º É instituída a Comissão Nacional do Salário Mínimo, que terá a função de assessorar o Congresso Nacional:

I — na coleta de subsídios para a elaboração de uma legislação atualizada;

II — no oferecimento de dados e sugestões para a preservação do valor real do poder aquisitivo do salário mínimo, em caráter permanente.

III — na coordenação de análise das informações coletadas referentes aos componentes básicos do custo de vida, para a fixação atualizadora dos fatores relacionados no art. 2º desta lei.

Art. 6º A Comissão Nacional do Salário Mínimo compor-se-á de:

I — 4 (quatro) representantes do estado, sendo 2 (dois) do Poder Executivo e 2 (dois) do Poder Legislativo;

II — 2 (dois) representantes dos empregadores;

III — 2 (dois) representantes dos trabalhadores;

§ 1º Dos 4 (quatro) representantes do estado, 2 (dois) serão designados pelo Poder Executivo e 2 (dois) serão escolhidos pelas respectivas Casas Legislativas, sendo 1 (um) deputado e 1 (um) senador.

§ 2º Os representantes dos empregadores e dos trabalhadores serão escolhidos por um colégio eleitoral, composto de delegados-eleitores das confederações nacionais e centrais sindicais, cabendo a cada entidade um voto, sendo os eleitos nomeados pelo presidente da República, para um mandato de três anos, admitindo-se a reeleição.

§ 3º Caberá à Comissão Nacional do Salário Mínimo escolher seu Presidente.

§ 4º Os membros da Comissão Nacional do Salário Mínimo terão suplentes, que, no caso dos classistas, serão eleitos com os efetivos.

Art. 7º A Comissão Nacional do Salário Mínimo, para cumprir as funções relacionadas no art. 5º desta lei e outros afins, poderá requisitar técnicos especializados oriundos dos Três Poderes da República e, especialmente, valer-se de dados e pesquisas levantados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE.)

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A fixação de critérios e do valor do salário mínimo é prerrogativa do Congresso Nacional, consoante determina o inciso IV do art. 7º da Constituição Federal. Por isso, o atual salário mínimo não mais tem amparo em nossa Lei Maior, sendo de absoluta urgência a adoção de medidas válidas e adequadas, visando à aprovação de lei que discipline, com justiça e eqüidade, o piso salarial mínimo a ser cumprido em relação a todos os brasileiros em atividade assalariada.

O atual salário mínimo é inconstitucional, porque em seu valor global não estão computados os valores relativos aos quatro fatores novos, a saber: educação, saúde, lazer e previdência social, adotados pela Constituição Federal.

Cumpre lembrar que a Constituição Federal deu ao Congresso Nacional poderes exclusivos para dispor sobre o salário mínimo, através de lei ordinária, sendo, por isso, a fixação por decreto desamparada de qualquer disposição constitucional.

Retomou o texto da Carta Magna a clássica definição de salário mínimo, fazendo-o de forma extensiva, com a pretensão de cobrir as necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, consubstanciadas em moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

Deve ser ressaltado que buscamos coadunar o projeto com as disposições da Convenção nº 131, da Organização Internacional do

Trabalho, não apenas no que diz respeito à necessidade de existência da comissão tripartite (arts. 6º e 7º), mas também quanto a consultas, que, de resto, praticamos junto a entidades sindicais de empregadores e de trabalhadores, cujos subsídios foram levados em devida conta para a elaboração deste projeto.

Ressalte-se, desde logo, que não tem a proposição a pretensão de ser permanente, visto que a matéria requer, para ser disciplinada com justiça e transparência, estudos demorados, tendo, pela dinamicidade do quadro sócio-econômico brasileiro, permanentes alterações. Entretanto, sem embargo, cabe ao Congresso Nacional e com urgência, adotar as medidas cabíveis, visando ao estabelecimento do salário mínimo, para vigorar já a partir de 1º de abril de 1989.

É em obediência ao imperativo constitucional que estamos submetendo ao veredito do Senado Federal a proposição em exame, salientando que, ao sugerirmos a adoção de percentuais para cada um dos fatores, inclusive para os quatro novos (educação, saúde, lazer e previdência social), bem como o acréscimo mensal de 2,5%, propomos que a vigência será de apenas seis meses, a partir de quando, esperamos, já haver condições de, feita uma recuperação básica, gradual, ainda que limitada, mas valiosa do salário mínimo, após exame de reflexos conjunturais, adote-se um novo projeto, tendente a uma maior permanência.

Se nossa intenção é dar executoriedade do texto constitucional com a celeridade que a matéria requer, isso não deve ser obstáculo para adotarmos outras medidas de caráter permanente, como por exemplo, a criação da Comissão Nacional do Salário Mínimo, com representação paritária, para cumprir o mandamento contido na já citada Convenção nº 131 da OIT. Tal comissão haverá de ser canal de consulta e instrumento de avaliação para que, com segurança e realismo, se chegue a percentuais mais próximos da realidade vivenciada pela massa trabalhadora, sofrida por ter seus ganhos solapados pela inclemência de índices inflacionários galopantes. Com o salário mínimo ínfimo, sofre o trabalhador, perde o empresário, porque não tem um consumidor habilitado, prejudica-se o Tesouro, porque reduzido o consumo e a produção, cai a arrecadação. Enfim, há danos sociais e econômicos para o País como um todo, para as pessoas e para o governo.

Desta forma, com a Comissão Nacional do Salário Mínimo paritariamente constituída, dentro dos parâmetros das normas internacionais, esperamos que, no prazo de seis meses, se possa trabalhar sobre dados reais e válidos, assegurando-se aos empregadores e trabalhadores meios para opinar sobre a complexidade de um pagamento justo, em contrapartida de mão-de-obra que melhor se qualificará ante a perspectiva de um justo pagamento de um piso mínimo salarial. De momento, já são feitas essas necessárias e parciais correções.

Cumpre lembrar, por fim, que o valor do salário mínimo, proposto na base de NCz$ 125,00 (cento e vinte e cinco cruzados novos), representa apenas a atualização do Projeto de Lei nº 63, de 1988, aprovado pelas duas Casas Legislativas e vetado, em seu todo, pelo presidente da República, tendo sido mantido o veto pelo Congresso Nacional. De igual modo, representa esse valor a atualização monetária, com base nos índices oficiais, de nosso Projeto de Lei nº 86, de 1988, aprovado pelo Senado Federal na primeira quinzena de dezembro de 1988, tendo sido encaminhado à Câmara dos Deputados, onde está ainda em tramitação.

O que se busca, portanto, mais uma vez, é fazer com que o Congresso Nacional desempenhe seu papel de disciplinador do salário mínimo, segundo os precisos termos do inciso IV, do art. 7º, da Constituição Federal.

Sala das Sessões, 18 de abril de 1989. — Senador *Carlos Chiarelli.*

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA (PFL — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, o PFL decidiu, em sua última Convenção do dia 9 de abril, realizar prévia eleitoral entre os seus filiados, com vistas à indicação do candidato do partido à Presidência da República.

Ao que eu saiba, Sr. Presidente, esta é a primeira vez que um partido político se dispõe, pelo menos, em nível nacional, a fazer uma ampla consulta às suas bases, para que o seu indicado saia fruto de um verdadeiro consenso e não apenas uma unção de cima para baixo.

Os antecedentes são poucos, Sr. Presidente. Que eu me recorde, temos apenas uma situação semelhante a essa, realizada em termos locais, no Estado do Rio Grande do Sul, e por este mesmo partido, o Partido da Frente Liberal.

Tem sido uso e costume, neste País, fazer apelo demagógico às bases. Tem sido um ritual freqüente, neste País, fazer uma referência para indicar legitimidade de origem; fazer uma referência às bases partidárias.

Efetivamente, Sr. Presidente, a praxe é exatamente o inverso: os partidos, sistematicamente, tomam decisões que poderiámos chamar de aristocráticas, uma vez que partida apenas de um seleto grupo de dirigentes partidários, inteiramente à revelia da grande massa de militantes e, principalmente, da população que assiste a tudo inerme, sem ter em nenhum instante a graça da participação.

O Partido da Frente Liberal é pioneiro nesse sentido, inaugura um novo estilo. Sr. Presidente, e podemos dizer pioneiro e único nessa atitude. É o único partido deste País que efetivamente vai ouvir as bases da sociedade, vai ouvir a sua militância para proceder à escolha final do seu candidato.

Toda a Nação será envolvida num debate onde a transparência será exigida de cada postulante; cada um tem que dizer previamente ao que vem; cada um tem que estabelecer uma relação de identidade entre a sua proposta nos palanques e a efetiva realização de seu governo. Para isso foi convocada a prévia de 21 de maio. Serão ouvidos pelo menos 500 mil filiados ao Partido da Frente Liberal, desde as grandes metrópoles ao mais perdido rincão, à mais longínqua cidade do sertão ou desse interior imenso do Brasil para que, ao final, depois de passar por essa etapa preliminar, um segundo crivo, ou seja, a Convenção Nacional do Partido venha a dar caráter e sanção definitiva à candidatura pelo nosso partido.

O Sr. Edison Lobão — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MARCONDES GADELHA — Ouço V. Exª

O Sr. Edison Lobão — Senador Marcondes Gadelha, todos os nossos partidos políticos se dizem democráticos, inclusive os partidos comunistas e já não temos um na ilegalidade, temos dois na legalidade. Esses partidos se declaram democráticos, porém o único que até hoje, como acentua V. Exª, se dispôs a praticar a democracia interna foi o PFL, e, diga-se mais, a decisão foi tomada por unanimidade. Até mesmo o candidato Aureliano Chaves. Em relação ao qual não há dúvida alguma será escolhido na Convenção — que já havia sido indicado unanimente pela Comissão Executiva Nacional —, até mesmo S. Exª colaborou para que a prévia se realizasse; com ela concordou, manifestou-se favoravelmente à sua realização. Temos, portanto, aí a demonstração como de fato se pratica a democracia e estamos vivendo um momento nimiamente democrático. O PFL, portanto, partido que nasceu para o fortalecimento do regime democrático, pratica por inteiro este regime. Obrigado a V. Exª

O SR. MARCONDES GADELHA — Obrigado a V. Exª pelo seu aparte, nobre Senador Edison Lobão. Acrescento ainda que a introdução do método de escolha, das prévias eleitorais, não é apenas uma mudança na prática política do País, já é o início do processo de modernização a que se propõe o nosso candidato, pois, que quando se fala em modernização administrativa; quando se fala em modernização social, não podemos esquecer que tudo isso passa por uma modernização no processo político. Não teremos avanço econômico confiável; não teremos desenvolvimento social com estabilidade se não mudarmos substancialmente a nossa prática política, a metodologia de escolha daqueles que se dispõem a liderar a coisa pública, neste País.

Ora, entendemos que um processo que começa na base passa por um mecanismo de purificação muito mais eficiente; passa por vá-

rias etapas. Encontra-se, portanto, um mecanismo lídimo para uma escolha verdadeiramente representativa dentro das aspirações populares.

V. Exª, nobre Senador Edison Lobão, citou, com muita propriedade, a disponibilidade em que se colocou o nosso candidato Aureliano Chaves de Mendonça, o espírito democrático com que acolheu a decisão da Convenção do Partido da Frente Liberal e a determinação com que agora se aplica a percorrer o País inteiro, à busca de apoio para essa votação, que será decisiva, fundamental na modificação da fisionomia do partido e do nosso próprio processo político.

Esperamos, um dia, que as prévias sejam tratadas como matéria jurídica e incorporadas à constelação de métodos legais que disciplinam o processo eleitoral neste País.

Dizia eu, nobre senador, as prévias foram acolhidas pelo candidato Aureliano Chaves de Mendonça com absoluto respeito e isenção. Agora, S. Exª sai humildemente, mas com firmeza, na busca do convencimento e da persuação dos filiados do Partido da Frente Liberal, porque sabem que ele tem uma proposta definida de governo; porque sabem que ele tem um perfil onde o eleitorado pode identificar as suas mais vivas e sentidas aspirações neste momento.

Fizemos pesquisas de motivação eleitoral, Sr. Presidente, e verificamos que 80% da população incluem como elemento decisivo nas suas intenções de voto os valores éticos do candidato; a austeridade, a honestidade e a probidade. Todos os candidatos afirmam, evidentemente, que dispõem dessas qualidades, mas Aureliano Chaves além disso tudo tem passado. Tem mecanismos probatórios sobre a sua absoluta isenção quando ocupou virtualmente todas as instâncias da vida pública neste País. Mais ainda, Aureliano se dispõe a implantar um processo de modernização que supõe uma reforma ampla do aparelho administrativo neste País.

A ninguém é dado desconhecer que grande parte da estagnação por que passa o Brasil, secularmente, deve-se à estatolatria que, ao longo de todos esses anos, empolgou as mentes dos administradores no Brasil.

No momento em que verificamos pelo mundo afora primaveras ideológicas, reformas administrativas profundas, mesmo em países onde o Estado é o meio e o fim da ação política, administrativa e econômica, quando encontramos essas reformas em pleno curso pelo mundo afora, Sr. Presidente, nós achamos extremamente oportuno que aqui neste País, também, alguém tenha a audácia de assumir clara e objetivamente a sua disposição de enxugar a máquina do Estado, reduzindo o seu corpo administrativo, retirando os seus excessos, as suas gorduras, para dar mais leveza, mais agilidade ao aparelho governamental. Tudo isso sem abrir mão da determinação de manter eficiente a empresa pública efetiva, aquela que não consome energias do Tesouro; aquela que não vai buscar os seus suprimentos nas burras do Estado e, mais ainda, dar também eficiência, competitividade, leveza administrativa à empresa privada nacional.

Sr. Presidente, o conjunto de propostas do Ministro Aureliano Chaves será explicitado ao longo dessa campanha inicial, dessa primária verdadeira que acontecerá no Brasil no dia 21 de maio.

O que esperamos, Sr. Presidente, é uma resposta, é a acústica da população brasileira; há reclamos que são seus e que agora vêm de ser veiculados por um candidato de passado incontrastável, de reputação ilibada e, sobretudo, de confiança, otimismo, fé e determinação quanto aos destinos neste País. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores faleceu, domingo último, em Fortaleza, o ex-deputado Almino Loiola de Alencar, que integrou, por três legislaturas, a Assembléia Estadual, cumprindo sucessivos mandatos, sempre com a maior dignidade e correção.

Nascido no município de Araripe, exerceu na região do Cariri uma liderança autêntica, juntamente com a sua família, transferindo-a para um de seus filhos — Marconi Alencar — o prestígio que ali sempre desfrutou, mercê de uma desvelada atenção aos seus conterrâneos.

Pertencendo aos quadros do Partido Social Progressista, dirigido pelo saudoso senador Olavo Oliveira, Almino Loiola foi um dos esteios da agremiação, defendendo ardorosamente os seus princípios programáticos.

Passando a compor o Conselho de Contas dos Municípios, o extinto ali atuou com seriedade e dinamismo, orientando as comunas na aplicação dos recursos públicos.

De sua dedicada esposa, Elza Figueiredo de Alencar recebeu permanente estímulo para batalhar em prol do interesse coletivo, bem assim de seus quatro filhos — todos entregues a variadas atividades, inspirados no exemplo de probidade do inesquecível genitor.

Tendo sido colega de Almino Loiola no Poder Legislativo cearense, pude aferir, durante a nossa longa convivência, as suas qualidades pessoais, entre as quais avultavam a honradez, a lealdade e o desejo de servir à comunidade.

Presto-lhe, pois, desta tribuna, a minha homenagem à sua memória imperecível, levando a minha solidariedade a sua família e ao município de Araripe — terra natal do pranteado líder político.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Condedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores. chuvas torrenciais e interminentes estão penalizando, com severidade, o município de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba.

É de domínio público a calamidde que assola seus habitantes, colocando ao relento infinidade de famílias, matando, diariamente, considerável número de pessoas.

Em razão desses tristes e dramáticos acontecimentos, trago, a Plenário, minha solidariedade aos pessoenses e passo a registrar aos nobres pares mensagens por mim enviadas a esse respeito aos Exmos Srs. Presidente da República, Doutor José Sarney e Ministro de Estado do Interior Doutor João Alves Filho, bem como ao Prefeito Wilson Braga, ao Líder do PMDB na Câmara Municipal de João Pessoa e ao Presidente daquela Casa Legislativa, Vereador Carlos Gláuucio S. de Farias, conforme o que se segue:

"Exº Sr. Doutor José Sarney — DD. Presidente da República Federativa do Brasil — Palácio do Planalto — Pça. dos três Poderes — Brasília — DF NR 140/89 de 17-4-89 — É com Pesar, Sr. Presidente, que me reporto aos dramáticos episódios que têm assolado o Estado da Paraíba, especialmente sua capital, onde violentas chuvas vitimam centenas de pessoas, levando-as ao desabrigo, à morte, ao desespero, compondo um quadro que todo o País lamenta. Tendo em vista essa tragédia, encareço o especial apoio de Vossa Excelência para que recursos sejam repassados àquela administração municipal, ensejando reparo à tamanha comoção de que é vítima a população de João Pessoa, notadamente atingidos os segmentos mais pobres e mais humildes. Na certeza de que estará o nobre presidente atento a esse impasse, aguardam os paraibanos substancial ajuda do Estado para os graves problemas que ora vivenciam. Atenciosamente, Senador Raimundo Lira Vice-Líder do PMDB.

Exmº Sr. Dr. João Alves Filho — DD. Ministro de Estado do Interior — Ministéro do Interior — Brasília — DF.

NR. 141/89 de 17-4-89 — Tendo em vista a tragédia que vem assolando os paraibanos, quando chuvas intermitentes e torrenciais flagelam a cidade de João Pessoa, causando centenas de mortes e desabriagados infinidade de famílias, peticiono a Vossa Excelência substancial e decisivo apoio desse Ministério àquela administração municipal, para que recursos lhe sejam repassados, a fim de que, com maior desenvoltura, possa superar o aflitivo e dramático impasse por que passa aquela capital, onde os mais atingidos foram os segmentos mais humildes e necessitados daquela sociedade. A situação afigura-se como uma grande calamidade, e, objetivando repará-la, aguardam os pessoenses o imprescindível respaldo desse Ministério. Com antecipados agradecimentos e reiterados protestos de apreço, subscrevo-me, atenciosamente. Senador Raimundo Lira — Vice-Líder do PMDB.

Ao Exmº Sr. Prefeito Wilson Braga — Prefeitura Municipal de João Pessoa — João pessoa — PB

NR 138/89 de 14-4-89 — Expresso à população de João Pessoa, através de Vossa Excelência, meus sentimentos de solidariedade pelos trágicos e dramáticos episódios que têm assolado nossa capital, desabrigando grande número de famílias, ceifando vidas, compondo um quadro desolador que todo o País lamenta. Ao ensejo, passo a irmanar-me com Vossa Excelência esse momento difícil por que trilha sua administração, colocando-me ao seu inteiro dispor no Congresso Nacional. Com atenciosos cumprimentos e reiterados protestos de apreço, Senador Raimundo Lira — Vice-Líder do PMDB.

Exmº Sr. Vereador Carlos Gláucio S. de Farias DD. Presidente da Câmara Municipal de João Pessoa — Câmara Municipal — João Pessoa — PB

NR 137/89 de 14-4-89 — Transmito a essa Câmara Municipal, na pessoa de V. Exª seu presidente, minha profunda consternação, trágico, episódios que vêm penalizando a população de João Pessoa, ceifando vidas, desabrigando famílias, em conseqüência violentas chuvas afligem nossa capital. Tendo em vista catastróficos acontecimentos, manifesto aos pessoenses minha solidariedade e a essa casa legislativa, minha firme disposição envidar esforços conjuntamente essa edilidade, para que se busquem soluções visem a prevenir tragédias similares, em prejuízo segurança e bem-estar habitantes João Pessoa. Atenciosamente, Senador Raimundo Lira — Vice-Líder do PMDB.

Exmº Sr. Vereador Francisco Barreto — DD. Líder do PMDB na Câmara Municipal de João Pessoa — Câmara Municipal — João Pessoa — PB.

NR 139/89 de 14-4-89 — Nesse momento de grandes dificuldades por que passa João Pessoa, assolada pelas chuvas, desabrigo e mortes, venho manifestar, através de V. Exª, líder do PMDB nessa casa legislativa, meu profundo pesar ocorrência esses episódios que estão a vitimar grande número famílias nossa capital. Manifestando-me solidário, coloco-me, no Senado Federal, inteiro dispor liderança PMDB. Atenciosamente, Senador Raimundo Lira — Vice-Líder do PMDB."

Na expectativa cívica de que, em futuro, quiçá próximo, detenham os municípios brasileiros a infra-estrutura e os recursos necessários para que se evitem e se previnam comoções tais, em que a mais fustigada e atingida é sempre a população mais humilde, passo a agradecer aos eminentes Senadores a distinta atenção de que fui alvo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Não havendo mais oradores inscritos, suspendo a sessão por 10 minutos, aguardando a presença de S. Exª o Sr. Ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 14 horas e 55 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 2 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está reaberta a sessão.

Em atendimento à convocação feita, através do Requerimento nº 3, de 1989, comparece a esta Casa o Sr. Ministro de Estado da Fazenda Dr. Maílson da Nóbrega.

Para introduzir S. Exª em plenário, a Presidência designa Comissão formada pelos Srs. Senadores Raimundo Lira, pelo PMDB; Marcondes Gadelha, pelo PFL, e Ney Maranhão, pelo PMB. (Pausa.)

(Acompanhado da Comissão designada, tem ingresso no plenário o Sr. Ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega.)

(O Sr. Iram Saraiva, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Senador Nelson Carneiro, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Acha-se em Plenário S. Exª o Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Maílson da Nóbrega.

Nos termos regimentais, o Sr. Ministro disporá de 30 minutos para a sua exposição. Para as interpelações a S. Exª, serão chamados os Srs. Senadores inscritos, que disporão de 5 minutos cada um, sendo assegurado ao Sr. Ministro igual tempo para as respostas. Para contraditar o Sr. Ministro, os Srs. Senadores poderão usar de dois minutos, concedendo o Sr. Ministro igual tempo para a tréplica.

Tem, portanto, a palavra o Sr. Ministro Maílson da Nobrega.

EXPOSIÇÃO DO SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA E RESPOSTA ÀS INTERPELAÇÕES DOS SRS. SENADORES QUE, ENTREGUES À REVISÃO DO ORADOR, SERÃO PUBLICADAS POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Lembro aos Senhores Parlamentares que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta, solene, a realizar-se no dia 19 do corrente, às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a homenagear Davi Kopenawa Yanomami, pelo recebimento do "Prêmio Global 500", do programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Presidência lembra, ainda aos, Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje às 18 horas e 30 minutos no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte.

ORDEM DO DIA

1
Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 5, DE 1988

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos conselheiros, auditores e membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parte vetada: art. 4º

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos)

ATO DO PRESIDENTE
Nº 115, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004997/89-1, resolve aposentar, por invalidez, Sebastião Florêncio Cavalcante, Adjunto Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-19, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 428, inciso III, § 2º, 429, inciso III, e 414, § 4º, da Resolução nº 58, de 1972; artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985; artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987; artigo 5º da Resolução SF nº 155, de 1988, e artigo 1º da Lei nº 1.050, de 1950, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 18 de abril de 1989. — Senador *Nelson Carneiro,* Presidente.

ATA DE COMISSÃO
2
COMISSÃO DIRETORA

8ª Reunião ordinária, realizada em 11 de abril de 1989

Às dez horas e trinta minutos do dia onze de abril de hum mil novicentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões da Presidência, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Senadores NELSON CARNEIRO, Presidente, IRAM SARAIVA, Primeiro-Vice-Presidente, ALEXANDRE COSTA, Segundo-Vice-Presidente, MENDES CANALE, Primeiro-Secretário, DIVALDO SURUAGY, Segundo-Secretário, POMPEU DE SOUSA, Terceiro-Secretário, LOUREMBERG NUNES ROCHA, Quarto-Se-

cretário, NABOR JUNIOR, ANTÔNIO LUIS MAIA e LAVOISIER MAIA, Suplentes.

O Senhor Presidente, após declarar iniciada a reunião, dá ciência à Comissão Diretora do expediente do Senador Mário Maia, Líder do PDT, comunicando a necessidade do veículo destinado àquela liderença. A seguir, submete à apreciação dos presidentes os seguintes assuntos:

a) Requerimento nº 28/89, apresentado pelo Senador Ronan Tito, com base nos arts. 50, § 2º, da Constituição, e 238 a 240 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitando ao Poder Executivo (Ministério da Fazenda) esclarecimentos sobre a autorização concedida ao Grupo Silvio Santos para operar, no País, o chamado "Baú da Felicidade", bem como informações sobre a fiscalização governamental das operações de referido grupo empresarial.

Após examinada pelos presentes, a matéria é aprovada e encaminhada à Secretária Geral da Mesa para as devidas providências.

b) Requerimento nº 59, de 1989, apresentado pelo Senador Roberto Campos, com base nos arts. 50, § 2º, da Constituição, e 238 a 240, do Regimento Interno do Senado Federal, solicitando ao Poder Executivo (Gabinete Civil da Presidência da República) informações e remessa de documentos sobre assuntos ligados à Política Nacional de Informática.

Após examinada pelos presentes, a matéria é aprovada e encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

c) Requerimento nº 67, de 1989, apresentado pelo Senador Nelson Wedekin, com base nos arts. 50, § 2º, da Constituição, e 238, a 240 do Regimento Interno do Senado Federal, requerendo ao Poder Executivo (Ministério da Fazenda) informações atinentes à intervenção do Banco Central do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul — BRDE.

Após examinada pelos presentes, a matéria é aprovada e encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

d) Requerimento nº 190, de 1989, apresentado pelo Senador Ney Maranhão, com base nos arts. 50, § 2º, da Constituição, e 238 a 240 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitando ao Poder Executivo (Ministério da Agricultura) esclarecimentos relativos à COBAL.

Após examinada pelos presentes, a matéria é aprovada e encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

e) Expedientes do Diretor-Geral, encaminhando Relatório da Subsecretaria de Serviços Gerais a respeito de episódios ocorridos na Comissão do Distrito Federal, em sua reunião de 6 de abril de 1989, e do Senador Meira Filho, também sobre o ocorrido.

Depois de analisado o referido incidente, em todos os seus aspectos, a Comissão Diretoria resolve:

1) transformar a Comissão de Sindicância, instaurada pelo Diretor-Geral, em Comissão de Inquérito, na forma regulamentar;

2) proibir o acesso às dependências do Senado Federal das pessoas estranhas aos quadros desta Casa relacionadas no Relatório da Subsecretaria de Serviços Gerais;

3) comunicar o incidente à Câmara dos Deputados informando o nome das pessoas mencionadas no item 2; e

4) suspender preventivamente, nos termos do art. 480, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, os servidores Antonio Raimundo dos Santos Correa, matrícula nº 2567, e Carlos Alberto Branquinho, matricula nº 2297.

Em seqüência, o Senhor Presidente concede a palavra ao Diretor-Geral, que submete à deliberação da Mesa os seguintes assuntos:

a) Proposta de Ato da Comissão Diretora alterando a o Ato nº 54/88, que "fixa normas para a concessão, aplicação e prestação de contas de subvenções sociais e auxílios financeiros no âmbito do Senado Federal". (Processo nº 015850/88-9).

A matéria é discutida e aprovada, assinando os presentes o respectivo Ato, que vai à publicação.

b) Prestação de Contas do Instituto Tancredo Neves, relativa à subvenção recebida no exercício de 1988, com parecer da Auditoria.

É designado o Senador Nabor Júnior, para Relator.

c) Proposta de Ato da Comissão Diretora alterando a lotação ideal da Assessoria (Processos nºs 011758/88-0 e 011338/87-3).

A matéria é discutida e aprovada, assinando os presentes o respectivo Ato, que vai à publicação.

d) Requerimento da servidora Maria Inês Bastos solicitando que o Senado Federal assuma as despesas com o transporte do excesso de sua bagagem para Londres.

A matéria é discutida e indeferida tendo em vista a insuficiência de recursos orçamentários específicos.

e) Proposta de Ato da Comissão Diretora regulamentando o critério de remuneração de servidores do Senado Federal colocados à disposição de outros órgãos de Poder Público.

A matéria é discutida e rejeitada em face do aumento de despesas dela decorrente.

f) Processo nº 004162/89-7, em que a servidora Angelina Silva Gomes Costa solicita licença para trato de interesses particulares.

Após discutida a matéria, a Mesa concede a licença pleiteada.

Em prosseguimento dos trabalhos da reunião, o Senhor Presidente franqueia a palavra ao Senhor Senador Nabor Júnior que apresenta Parecer preliminar ao Processo nº 002186/89-6, que trata da prestação de contas da ANDAL, relativa ao exercício de 1988, para que seja cumprida diligência pelo Diretor-Geral junto àquela entidade.

O parecer é aprovado, após discutido.

A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Terceiro Secretário, que apresenta parecer aos processos nºs 018479/87-1, 004250/88-3 e 008717/88-5 concluindo pela rescisão, por justa causa, do contratao de trabalho do servidor Edvaldo Lima de Albuquerque.

O parecer, após examinado, é aprovado pelos presentes.

Em continuação, o senhor Presidente concede a palavra ao senhor Primeiro Vice-Presidente que apresenta parecer pela aprovação da Prestação de Contas do FUNSER, relativa ao quarto trimestre de 1988 (Processo nº 000644/88-7).

O parecer, após discutido, é aprovado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, às treze horas, pelo que eu, José Passso Pôrto, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 11 de abril de 1989. — Senador *Nelson Carneiro,* Presidente

República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — Nº 042 QUINTA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 1989 BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 41ª SESSÃO, EM 19 DE ABRIL DE 1989

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres

— Nº 4"89, da Comissão Diretora, apresentando a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1988 (nº 206/87, na casa de origem), que dispõe sobre a concessão de bolsa-auxílio ao atleta amador e dá outras providências.

— Nº 5/89, da Comissão Diretora, apresentando a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1988 (nº 7.135/86, na casa de origem), que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências.

1.2.2 — Leitura de Projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 82/89, de autoria do Senador Itamar Franco, que dispõe sobre a comemoração do feriado de 21 de abril; Dia do Tiradentes.

— Projeto de Lei do Senado nº 83/89, de autoria do Senador Antônio Luiz Maya, que acrescenta parágrafo ao art. 7º da Lei nº 6.696, de 8 de outubro de 1979, e dá outras providências.

— Projeto de Resolução nº 19/89, de autoria do Senador Ronan Tito e outros Senadores, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Recebimento do Senhor Presidente da República, de Mensagens Presidenciais encaminhando o projeto de lei de diretrizes orçamentárias para o ano de 1990 e as contas do Governo Federal relativas ao exercício de 1988.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Cacauicultura brasileira.

SENADOR ITAMAR FRANCO — 200 anos da Inconfidência Mineira.

SENADOR DIVALDO SURUAGY, como líder do PFL — Homenagem à Aurélio Buarque de Holanda.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº 5-7-89 (nº 69/89, na origem) do Governador do Estado do Tocantins, solicitando autorização para que aquele Estado possa contratar operação de crédito externo no valor de US$ 450,000,000.00, para os fins que especifica.

1.2.6 — Requerimento

— Nº 201/89, de autoria do Senador Lourival Baptista, solicitando que não seja realizada sessão do Senado no dia 21 do corrente nem haja expediente em sua Secretaria. *Aprovado*; após usar da palavra o Sr. Senador Jutahy Magalhães.

1.2.7 — Comunicações

— Do Senador Dirceu Carneiro, comunicando o seu desligamento da bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, e passando a integrar a bancada do Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB.

— Da Liderança do PMDB, referente à designação de Senadores para comporem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos conselheiros, auditores e membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Votação adiada por falta de **quorum.**

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES, pela ordem — Organização da Ordem do Dia.

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO, pela ordem — medidas tomadas pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

SENADOR MARCONDES GADELHA — Fusão nuclear a frio.

SENADOR OLAVO PIRES — Críticas ao Senado Federal.

SR. PRESIDENTE — Presta esclarecimentos ao Senador Olavo Pires.

SENADOR OLAVO PIRES em explicação pessoal — Críticas ao Senado Federal.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Funcionamento do Senado Federal.

SENADOR NEY MARANHÃO — Greve dos médicos em Recife.

SENADOR JOÃO LOBO — Intervenção no Banco do Estado do Piauí.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Proteção ao meio ambiente.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — EXPOSIÇÃO DO SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA E RESPOSTAS ÀS INTERPELAÇÕES DOS SRS. SENADORES, FEITA NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE ABRIL DE 1989.

3 — ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL — Nº 116, de 1989.

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral ..... NCz$ 9,32
Exemplar Avulso ..... NCz$ 0,06
Tiragem: 2.200 exemplares.

Ata da 41ª Sessão, em 19 de abril de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nelson Carneiro, Iram Saraiva, Pompeu de Sousa e Antonio Luiz Maya

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Nabor Júnior — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Carlos Patrocínio — Antonio Luiz Maya — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — Gerson Camata — Afonso Arinos — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Roberto Campos — Louremberg Nunes Rocha — Mendes Canale — Wilson Martins — Affonso Camargo — José Richa — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli.

O SR. PRESIDNETE (Pompeu de Sousa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 49 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura do Expediente

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

Pareceres

PARECER Nº 4, DE 1989

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1988 (nº 206/87, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1988 (nº 206/87, na Casa de origem), que dispõe sobre a concessão de bolsa-auxílio ao atleta amador e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, em 19 de abril de 1989. — Senador *Nelson Carneiro*, Presidente — Senador *Pompeu de Sousa* — Senador *Antonio Luiz Maya*, Relator — Senador *Áureo Mello*.

ANEXO AO PARECER
Nº 4, DE 1989

Redação final da emenda no Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1988 (nº 206/87, na Casa de origem), dispõe sobre a concessão de bolsa-auxílio ao atleta amador e dá outras providências.

EMENDA nº 1
(Corresponde à emenda nº 1, de Plenário)

Dê-se ao *caput* do art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º Para poder receber bolsa-auxílio o atleta deverá freqüentar regularmente curso oficial ou reconhecido de primeiro grau, segundo grau, técnico profissionalizante ou de nível superior."

PARECER Nº 5, DE 1989

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1988 (nº 7.135/86, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1988 (nº 7.135/86, na Casa de origem), que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, em 19 de abril de 1989. — Senador *Nelson Carneiro*, Presidente — Senador *Pompeu de Sousa* — Senador *Antonio Luiz Maya*, Relator — Senador *Áureo Mello*.

ANEXO AO PARECER
Nº 5, DE 1989

Redação final das emendas no Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1988 (nº 7.135/87, na Casa de origem), dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol, e dá outras providências.

EMENDA nº 1
(Corresponde à emenda nº 1, de Plenário)

Dê-se à introdução do *caput* do art. 3º a seguinte redação, acrescentando-se a palavra "preferencialmente":

"Art. 3º O exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol ficará assegurado preferencialmente:

I — .....

....."

EMENDA Nº 2
(Corresponde à emenda nº 2, de Plenário

No item II do *caput* do art. 3º, onde se lê: "por prazo não inferior a 2 (dois) anos..." Substitua-se por: "... por prazo não inferior a 6 (seis) meses..."

EMENDA Nº 3
(Corresponde à emenda nº 3, de Plenário)

Suprima-se o item II do *caput* do art. 3º.

EMENDA Nº 4
(Corresponde à emenda nº 4, de Plenário)

No item II do *caput* do art. 4º, onde se lê: "apoio e assistência moral, material e econômica...", substitua-se por: "apoio e assistência moral e material..."

EMENDA Nº 5
(Corresponde à emenda nº 5, de Plenário)

Dê-se ao item I do *caput* do art. 6º a seguinte redação:

"Art. 6º .....

I — O prazo de vigência, em nenhuma hipótese, poderá ser superior a 2 (dois) anos;

.....

EMENDA Nº 6
(Corresponde à emenda nº 6, de Plenário)

Suprima-se o art. 7º e seu parágrafo único, renumerando-se os artigos subseqüentes.

EMENDA Nº 7
(Corresponde à emenda nº 7, de Plenário)

Suprima-se o art. 8º, renumerando-se os subseqüentes.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa projetos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, de 1989

Dispõe sobre a comemoração do feriado de 21 de abril — Dia de Tiradentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O feriado de 21 de abril, consagrado a reverenciar a memória de Tiradentes, mártir da Independência Nacional, será comemorado na própria data, não se lhe aplicando a antecipação prevista na Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º São revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A oportunidade e conveniência recomendaram, no passado próximo, a aprovação de dispositivo legal determinando a antecipação da comemoração de todos os feriados nacionais para as segundas-feiras das respectivas semanas, ressalvados os seguintes:

— 1º de janeiro (Confraternização Universal);

— 7 de setembro (Independência);

— 25 de dezembro (Natal); e

— Sexta-Feira Santa.

As razões que levaram o legislador ordinário a estabelecer as enunciados exceções à regra geral prendem-se à relevâncias das datas mencionadas, seja em decorrência da universalidade do evento, seja em função da importância do fato histórico para a nacionalidade, seja em respeito ao espírito cristão do povo brasileiro.

No ano seguinte à publicação da Lei nº 7.320/85, foi aprovada a Lei nº 7.466/86 acrescentando ao rol dos eventos que deveriam ser comemorados na própria data o "Dia do Trabalho" (1º de maio). São óbvias as razões que levaram o Congresso Nacional a retificar a omissão inicial. A importância histórica do dia consagrado ao trabalhador, universalmente reconhecida, era rigorosamente incompatível com a medida de ordem prática consubstanciada no diploma de 1985.

Entendemos que o vulto histórico de Tiradentes, por tudo que significa em termos de luta pela afirmação da nacionalidade, está a merecer idêntico tratamento. Julgamos rigorosamente inadmissível que a data consagrada a reverenciar aquele que sagrificou a própria vida em prol da soberania e da liberdade do povo brasileiro venha a ser tutelada de forma idêntica a qualquer outra.

Nunca é demais lembrar que estamos a comemorar que há 200 anos Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes — e seus companheiros assim fizeram — quando seu povo comprimido pelos escorcantes impostos, soterrado pelo sistema financeiro usado, combalido pela decadência das minas já exauridas, asfixiado cultural e politicamente, marginalizado do processo sócio-econômico imperante, impregnado pelas idéias libertárias a cerca da soberania popular de uma grande comunidade de vizinhos.

Foi a partir da Inconfidência que os mineiros começaram a possuir uma consciência clara da comunidade da terra e não da estirpe, fazendo madrugar neste País a moderna noção de nacionalidade, que redundou no primeiro movimento pela Independência do Brasil.

A presente iniciativa tem por escopo raparar um grave erro cometido quando da aprovação do texto da Lei nº 7.320/85, na sua versão original, dignificando a personalidade de Joaquim José da Silva Xavier com a posição que merece no contexto histórico do nosso País.

Sala das Sessões, 19 de abril de 1989. — Senador *Itamar Franco.*

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.320,
DE 11 DE JUNHO DE 1985

Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriado e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Serão comemorados por antecipação, nas segundas-feiras, os feriados que caírem nos demais dias da semana, com exceção dos que ocorrerem nos sábados e domingos e dos dias 1º de janeiro (Confraternização Universal, 7 de setembro (Independência), 25 de dezembro (Natal) e Sexta-Feira Santa.

Parágrafo único. Existindo mais de um feriado na mesma semana, serão eles comemorados a partir da segunda-feira subseqüente.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 1985; 164º da Independência e 97º da República. — *JOSÉ SARNEY — Fernando Lyra.*

LEI Nº 7.466,
DE 23 DE ABRIL DE 1986

Dispõe sobre a comemoração do feriado de 1º de Maio — Dia do Trabalho.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O feriado de 1º de Maio, consagrado como "Dia do Trabalho", será comemorado na própria data, não se lhe aplicando a antecipação prevista na Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1986; 165º da Independência e 98º da República. — *JOSÉ SARNEY — Paulo Brossard.*

DECRETO Nº 91.604,
DE 2 DE SETEMBRO DE 1985

Regulamenta a Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985, que dispõe sobre antecipação de comemoração de feriado, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o item III, do art. 81 da Constituição, e tendo em vista o art. 2º da Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985, decreta:

Art. 1º Será comemorado por antecipação, nas segundas-feiras, o feriado que cair nos dias da semana, com exceção dos que ocorrerem nos sábados e domingos e os dos dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), 7 de setembro (Independência), 25 de dezembro (Natal) e Sexta-Feira Santa.

Art. 2º Não será antecipado a comemoração do feriado que coincidir com o dia em que se realizarem eleições, nos termos dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.266, de 8 de dezembro de 1950.

Art. 3º Existindo mais de um feriado na mesma semana, serão eles comemorados a partir da segunda-feira da semana subseqüente.

Parágrafo único. Se na referida semana subseqüente houver outro feriado sujeito a antecipação, será ele comemorado na segunda-feira, passando os da semana anterior a serem comemorados a partir da terça-feira.

Art. 4º Salvo disposições em contrário, os prazos em geral, que se vencerem nos dias de comemoração antecipada de feriados civis e religiosos, ficam prorrogados para o primeiro dia útil subseqüente.

Art. 5º Eete decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1985; 164º da Independência e 97º da República. — *JOSÉ SARNEY — Eros Antonio de Almeida.*

(À Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania,)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, de 1989

Acrescenta parágrafo ao art. 7º da Lei nº 6.696, de 8 de outubro de 1979, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescido ao art. 7º da Lei nº 6.696, de 8 de outubro de 1979, o seguinte parágrafo, renumerado o seu parágrafo único:

"§ 1º A computação do tempo de serviço anterior, de que fala o **caput** do artigo, para os membros e ex-membros do clero diocesano, é feita a partir do início dos estudos filosóficos, comprovado mediante apresentação, em qualquer tempo, de documento passado por autoridade religiosa competente."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Lei nº 6.696, de 8 de outubro de 1979, ao equiparar aos trabalhadores autônomos os ministros e ex-ministros de confissão religiosa ou membros e ex-membros de institutos da vida consagrada, congregação ou ordem religiosa, veio colocar sob o amparo da Previdência Social muitos cidadãos brasileiros até então desamparados.

A sociedade brasileira é testemunha dos relevantes serviços, nos campos da assistência espiritual, social e educacional, prestados pelos religiosos, quer sejam católicos ou não. É também testemunha de que, depois de longos anos de serviço à comunidade, muitos deles, sem o direito de uma aposentadoria digna, chegaram a uma velhice cheia de privações e necessidades. Se esta não é a sorte que queremos para nenhum trabalhador brasileiro, muito menos para aqueles que consagraram sua vida ao serviço dos outros, sobretudo dos mais pobres e mais humildes.

Mas, na interpretação e regulamentação da lei, os membros e ex-membros do clero diocesano ficaram prejudicados na contagem do tempo de serviço anterior.

Para os membros e ex-membros das congregações e ordens religiosas, a contagem do tempo é feita a partir do dia da emissão dos votos temporários. Este momento, de modo geral, coincide com o fim dos então chamados estudos secundários, quando o jovem religioso estava numa faixa etária entre dezoito e vinte anos.

Já para os membros e ex-membros do clero diocesano, que não emitem votos religiosos, segundo interpretação do Direito Canônico, o momento da consagração religiosa é a recepção da tonsura, no início dos estudos teológicos, quando o jovem seminarista estava numa faixa etária entre 23 e 25 anos, ou mais.

Ora, a pura e simples aplicação de uma norma do Direito Canônico na interpretação e aplicação de uma lei civil está ferindo o preceito constitucional da isonomia.

Pondo-se de lado a norma do Direito Canônico e aplicando-se o princípio constitucional da isonomia, é possível uma interpretação menos restritiva da lei, no caso dos membros e ex-membros do clero diocesano. Para estes, como para os membros e ex-membros das congregações e ordens religiosas, o início do engajamento na vida eclesiástica coincide com o fim dos estudos secundários, equiparados aos do ensino oficial. Estes preparavam o jovem seminarista tanto para a vida eclesiástica como para qualquer carreira civil. Mas, iniciados os estudos filosóficos, específicos para a vida religiosa fixava-se um marco de maior engajamento no serviço religioso e o jovem direcionava sua vida para a carreira eclesiástica. Daí para a frente era ele um consagrado e o seu retorno à vida civil tornava-se mais difícil. Dessa forma, nada mais justo que início dos estudos filósoficos seja tomado como marco para a contagem do tempo de serviço anterior prestado a sua instituição religiosa, como define a lei.

Em vista disso, visando a corrigir falha na interpretação da lei e garantir direitos líquidos e certos, apresentamos este projeto de lei à apreciação dos nobres colegas desta Casa. — Senador *Antônio Luiz Maya,* PDC — TO.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.696,
DE 8 DE OUTUBRO DE 1979.

Equipara, no tocante a previdência social urbana, os ministros de confissão religiosa e os membros de institutos de vida consagrada, congregação ou ordem religiosa aos trabalhadores autônomos, e dá outras providências.

.....

Art. 7º Fica assegurado aos ministros e ex-ministros de confissão religiosa ou aos membros e ex-membros de institutos de vida consagrada, congregação ou ordem religiosa, de que trata o item II do § 1º do artigo 5º da Lei nº 3.807, se o requererem no prazo de 180 dias da vigência desta lei, o direito de computar o tempo de serviço anterior, prestado às respectivas instituições religiosas, para efeito da Previdência Social, mediante indenização ao órgão previdenciário das contribuições não recolhidas no período correspondente, na forma já estabelecida em regulamento, dispensada a multa automática.

Parágrafo único. O segurado facultativo, atendido o disposto no artigo 2º desta lei, ministro de confissão religiosa ou membro de instituto de vida consagrada, congregação ou ordem religiosa, ficará obrigado a indenizar a Previdência Social pelo tempo de serviço averbado e sobre o qual não tenha contribuído.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 1989

Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas Operações e Prestações Interestaduais.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas Operações e Prestações Interestaduais, será de 12 (doze por cento).

Parágrafo único. Nas operações e prestações realizadas nas regiões Sul e Sudeste destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Estado do Espírito Santo, as alíquotas serão:

I — em 1989, 8% (oito por cento);

II — a partir de 1990, 7% (sete por cento).

Art. 2º A alíquota do imposto de que trata o Art. 1º, nas operações de exportação para o exterior, será de 13% (treze por cento).

Art. 3º. Este projeto de resolução entra vigor em 1º de maio de 1989.

Justificação

Tendo em vista o disposto no artigo 155, § 2º, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil, temos a honra de submeter à consideração do Senado Federal o presente projeto de resolução, fixando as alíquotas interestaduais aplicáveis ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal (ICMS), a que se refere o artigo 155, inciso I, letra "b", da Carta Magna.

O projeto em tela retrata decisão unânime dos secretários de Fazenda e Finanças dos estados, do Distrito Federal e dos territórios e cuja apreciação em caráter de urgência é de suma importância, considerando a vigência do imposto para este mês de março.

Sala das Sessões, 19 de abril de 1989. — Sen. *Ronan Tito* — PMDB/MG — Sen. *Saldanha Derzi,* PMDB/MS — Sen. *Marcondes Gadelha* — Sen. *Jarbas Passarinho* — *Ney Maranhão,* PMB — *Mário Maia,* PDT — *Jamil Haddad,* PSB — *Leopoldo Peres,* PMDB — *Fernando Henrique Cardoso,* PSDB — *Nabor Júnior* — *Áureo Mello* — *Edison Lobão* — *Mauro Benevides* — *Carlos De'Carli* — *Marcio Lacer-*

da — Humberto Lucena — Carlos Patrocínio — Ronaldo Aragão — Pompeu de Sousa — Olavo Pires — Jutahy Magalhães — José Ignácio Ferreira — *Ruy Bacelar — Maurício Corrêa — Louremberg Nunes Rocha — Meira Filho.*

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O AUTOR DO PROJETO EM SUA JUSTIFICAÇÃO:

Excelentíssimo Senhor Senador Nelson Carneiro

Digníssimo Presidente do Senado Federal

Nesta

Tendo em vista o disposto no artigo 155, § 2º, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil, temos a honra de submeter à consideração superior de Vossa Excelência a anexa sugestão de resolução, fixando as alíquotas máximas interestaduais aplicáveis ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais — ICMS, a que se refere o artigo 155, inciso I, letra "b", da Carta Magna.

Trata-se de decisão unânime dos secretários de Fazenda e Finanças dos estados, do Distrito Federal e dos territórios e cuja apreciação em caráter de urgência é de suma importância, considerando a vigência do imposto para o próximo mês de março.

Confiantes na atenção que Vossa Excelência dará a esta proposta, aproveitamos o ensejo para apresentar-lhe protestos de elevada consideração.

Brasília, 27 de fevereiro de 1989 — *Carlos Oscar Abrantes Nogueira Guedes* (AC) — *Luís Dantas Lima* (AL) — *Alfredo Pereira do Nascimento* (AM) — *Sérgio Maurício Brito Gaudenzi* (BA) — *Francisco José Lima Matos* (CE) — *Marco Aurélio Martins Araújo* (DF) — *José Teófilo Oliveira* (ES) — *Nylson Teixeira* (GO) — *Pedro Novais Lima* (MA) — *Fausto de Souza Faria* (MT) — *Flávio Augusto Coelho Derzi* (MS) - *Luiz Fernando Gusmão Wellisch* (MG) — *Frederico Aníbal da Costa Monteiro* (PA) — *Joseride Silveira de Lucena* (PB) — *Luiz Carlos Hauly* (PR) — *Tânia Bacelar de Araújo* (PE) — *Romildo Rodrigues Nogueira* (PI) — *Jorge Hilário Gouvêa Vieira* (RJ) — *Francisco de Assis Miranda Pinheiro* (RN) — *José Ernesto Azzolin Pasquotto* (RS) — *Adailton Barros Bittencourt* (RO) — *Paulo Afonso Evangelista Vieira* (SC) — *José Machado de Campos Filho* (SP) — *André Mesquita Medeiros* (SE) — *René Pompeu de Pina* (TO).

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 155, § 2º, inciso IV, da Constituição, e eu, Nelson Carneiro, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1989

Estabelece alíquotas máximas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas Operações e Prestações Interestaduais.

Art. 1º A alíquota máxima do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas Operações e Prestações Interestaduais, será de 12% (doze por cento).

Parágrafo único. Nas operações e prestações realizadas nas regiões Sul e Sudeste destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e Estado do Espírito Santo, as alíquotas serão:

I — em 1989, 8% (oito por cento);

II — a partir de 1990, 7% (sete por cento).

Art. 2º A alíquota do imposto de que trata o art. 1º nas operações de exportação para o exterior será de 13% (treze por cento).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de abril de 1989.

Senado Federal, 27 de fevereiro de 1989 — Senador *Nelson Carneiro,* Presidente.

LEGISLAÇÃO CITADA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO IV
Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal

Art. 155. Compete aos estados e ao Distrito Federal instituir:

I — impostos sobre:

a) trasmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos;

b) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

c) propriedade de veículos automotores;

II — adicional de até cinco por cento do que for pago à União por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas nos respectivos territórios, a título do imposto previsto no art. 153, III, incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital.

§ 1º O imposto previsto no inciso I, a:

I — relativamente a bens imóveis e respectivos dereitos, compete ao estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal;

II — relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;

III — terá a competência para sua instituição regulada por lei complementar;

a) se o doador tiver domicílio ou residência no exterior;

b) se o *de cujus* possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;

IV — terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

§ 2º O imposto previsto no inciso I, *b*, atenderá ao seguinte:

I — será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro estado ou pelo Distrito Federal;

II — a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

III — poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

IV — resolução do Senado Federal, de iniciativa do presidente da República ou de um terço dos senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;

V — é facultado ao Senado Federal:

a) estabecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados.

À Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — a Presidência recebeu do senhor Presidente da República mensagens presidenciais encaminhando o projeto de lei de diretrizes orçamentárias para o ano de 1990 e as contas do Governo federal relativas ao exercício de 1988.

Em virtude de não haver ainda normas que regulem a tramitação da matéria, a Presidência irá tomar as devidas providências para a elaboração dessas normas, que vigorarão, provisoriamente, até sua implantação definitiva no Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Há oradores incritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O que me traz à tribuna hoje é um pronunciamento referente à questão do cacau em nosso País.

O chocolate, principal derivado do cacau, é considerado "o alimento mais bem balanceado que existe, gostoso e nutritivo, uma mistura bem equilibrada de cacau, leite e açucar", elementos ricos para o organismo, a vida e o desenvolvimento humano. O Brasil é o segundo maior produtor de cacau, fruto do cacaueiro, uma árvore amazônica, brasileira. Nosso País é também o primeiro na industrialização do cacau e um dos dez maiores produtores de chocolate, sob todas as formas. No entanto, razões de ordem econômica, política, social e uma forte resistência cultural, que inclui tabus e crendices, fazem com que o nosso País, rico e miseravél, grande e subnutrido, "a terra do cacau", apresente um baixíssimo consumo desse notável alimento, de ótima digestibilidade e rápida metabolização pelo

organismo humano. Temos matéria-prima de qualidade e em abundância; dominamos tecnologias, do plantio da árvore até a fabricação do produto final, o chocolate; e curiosamente, cada brasileiro não consome mais de 800 gramas de chocolate por ano.

Não irei discorrer, nem discutir sobre as causas do baixo consumo nacional do produto, pois assunto já foi objeto de longos pronunciamentos deste Senador nesta Casa, e do Deputado Jutahy Júnior na Câmara Federal. Estudiosos têm publicado trabalhos a respeito e a Imprensa divulgado nossa considerações.

Há décadas, produtores e industriais e o próprio Governo, através da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira — CEPLAC — órgão responsável pela condução da política de produção do cacau no País, constataram que a merenda escolar é instrumento e território adequado não só para aumentar o consumo interno e elevar o nível nutricional de milhões de crianças, como também, e principalmente, para a formação do hábito alimentar de gerações. Avanços e recuos foram dados nesta direção, por parte dos órgãos públicos, da indústria, dos produtores. Em 1984, um passo efetivo foi dado: a assinatura de um protocolo entre a CEPLAC, a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços — SEAP, a Fundação de Assistência ao Estudante — FAE, o Comitê de Expansão do Consumo do Chocolate — COMEC, o Conselho Nacional dos Produtores de Cacau — CNPC, a Associação Brasileira das Indústrias de Cacau — ABIC, o Sindicato da Indústria de Produtos de Cacau e Balas do Estado de São Paulo — SICAB, e a Associação Brasileira da Indústria Nacional de Nutrição. O objetivo do protocolo era unir esforços para promover, entre os educandos amparados pelos programas de alimentação escolar, o hábito de consumo do cacau em pó na preparação do chocolate a nível de escola e sob a forma de matéria-prima nas formulações industriais, enriquecendo, assim, a dieta alimentar das crianças brasileiras e fortalecendo a indústria de alimentos. Em síntese, o objetivo era introduzir o cacau em pó na merenda escolar. Pretendia-se, numa primeira fase, atingir dez Estados brasileiros do Norte e Nordeste, a partir da Bahia, com o consumo imediato de 200 toneladas do cacau em pó. Somente nos meses de novembro e dezembro de 1984, os técnicos da SEAP esperavam uma demanda naqueles Estados da ordem de 1.983 toneladas de cacau em pó. Tudo isto esteve nas intenções do protocolo e nos projetos dos seus executores. Pelo número de signatários, o Acordo, imitando a ineficácia das grandes comissões que já fazem parte da nossa tradição institucional e do nosso humor político, foi transformado em muitas fotocópias e poucos resultados. Arrastando-se entre enganos e asneiras da burocracia, recebendo críticas estimulantes, aqui e ali, inclusive minhas, as intenções do protocolo foram transformadas em algumas ações, ora tímidas e retardadas, ora transviadas, por parte da Fundação de Assistência ao Estudante, órgão do Ministério da Educação encarregado de viabilizar o Programa Nacional de Merenda Escolar, que assiste hoje a cerca de 30 milhões de crianças do pré-escolar e do primeiro grau.

Sr. Presidente, antes, porém, de comentar tais desvios que estão ocorrendo em relação ao chocolate na merenda escolar, convém lembrar ao Plenário dois cometimentos do Congresso Nacional em favor da alimentação dos brasileiros, especialmente das nossas crianças em idade escolar e da maioria da população carente, de baixa renda, ora subnutrida, ora faminta. Em 1985, o Deputado Jutahy Júnior apresentou projeto de lei que incluía o cacau em pó nos programas da merenda escolar. A proposta, amplamente aplaudida por todos os segmentos da economia do cacau e setores do Governo, também mereceu calorosos elogios da imprensa. Infelizmente, esgotando-se a sessão legislativa, o projeto, depois de aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, teve de ser arquivado por força regimental. Em abril do ano passado, ampliei os objetivos do projeto, aperfeiçoei os seus objetivos e sua forma, e reapresentei a proposta. Dessa vez, além dos contingentes atendidos pela merenda escolar, o cacau em pó, produzido segundo as normas e padrões em vigor, para ser misturado ao leite e ao açúcar na preparação do chocolate líquido, deverá ser obrigatoriamente "alimento básico constante dos cardápios das unidades militares e dos programas sociais da União dirigidos às populações carentes do País". O projeto condiciona o apoio financeiro da União aos programas de alimentação e nutrição dos Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades privadas à obrigatoriedade da inclusão do cacau em pó nas receitas e dietas. A preparação do chocolate nas escolas irá ser feita conforme o clima e a cultura de cada região do País. Além dos indiscutíveis benefícios sociais que a nova lei trará para milhões de brasileiros, estimativas modestas indicam que a adoção do cacau em pó nos programas sociais e rações militares aumentará o consumo interno em, no mínimo, 80 mil toneladas —, hoje o consumo está em torno de 15 mil toneladas — reduzindo a oferta brasileira ao mercado internacional, atualmente superabastecido e com grandes estoques. Além da indústria de cacau, os agricultores e, indiretamente, os exportadores de amêndoa, os Estados e Municípios, todos lucrarão com a demanda, além da geração de novos empregos, aumento da produção, da renda, do consumo, dos serviços etc. Os trabalhos constituintes interromperam a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1988.

Sr. Presidente, retornando à atividade da FAE, é lamentável verificar que o Governo vem descumprindo sistematicamente o Protocolo de 1984. O cacau em pó, que é a torta pulverizada, o cacau puro, sem alcalóides ou outros elementos adicionais próprios do chocolate em pó, não vem sendo adquirido da indústria de cacau, segmento que não pode ser confundido com a indústria chocolateira. Além desse desvio, Sr. Presidente, e aqui peço a atenção dos Srs. Senadores presentes, a FAE vem adquirindo, de uma única indústria, um produto denominado "Brown Cow" (Vaquinha Marronn), totalmente artificial, vendido como "chocolate cremoso instantâneo — complemento nutricional para crianças de 6 a 48 meses, gestantes e nutrizes". Na verdade, o "Brown Cow" não é cacau em pó para ser usado na preparação do chocolate líquido, nem é chocolate em pó para ser misturado ao leite ou água e açúcar. Totalmente artificial, o produto é fabricado por uma única firma no Brasil, sem concorrentes, de nome L. H. Industrial, ligada à multinacional Hershey Internacional Ltda. e distribuído pela Petybon Indústrias Alimentícias Ltda. Trata-se de um produto com sabor de chocolate, apenas aromatizado com cacau, com corantes que tentam reforçar a pseudopresença do cacau, e com outros aditivos químicos. As indústrias que vinham fornecendo, regularmente, chocolate em pó ou achocolatados para a FAE, através de processo legal de concorrência pública, suspeitam de que a "Vaquinha Marronn" não deve ser recomendada à alimentação infantil compreendida na faixa etária de 6 a 48 meses, nem tampouco seria capaz de dar perfeita nutrição às gestantes e nutrizes, já que não observa as especificações oficiais que regulamentam o produto adequado para a merenda escolar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vejam a que ponto chegamos. Quando, finalmente, após tantos anos de conjecturas e apelos, demonstrada por estudiosos e técnicos, a necessidade, avalizada por todos os segmentos da economia do cacau, de se incluir definitivamente o cacau em pó na preparação do chocolate na merenda escolar, o cumprimento de um acordo oficial entre a União e os setores econômicos é publicamente burlado. E, no dever político de representante da Bahia nesta Casa, sou obrigado a denunciar esse erro injustificável das nossas autoridades. Ao invés do cacau em pó, produto natural, alternativa viável, uma solução brasileira, inteligente e barata para se oferecer o alimento chocolate, fonte de energia e saúde, a milhões de crianças em idade escolar, o Governo Federal, fraudulentamente, compra de uma única indústria um produto artificial, aromatizado, importado, e que, por não ser saudável e estar fora das especificações legais, coloca em risco a saúde da população infantil escolar.

Sem dúvida, trata-se de um crime continuado de irresponsabilidade e incúria administrativa. Da Associação Brasileira dos Cacauicultores — ABC — entidade civil e autônoma, representativa dos produtores de cacau do Brasil, recebi essa grave denúncia, acompanhada de robusto dossiê, que comprova tal irregularidade no Programa de Merenda Escolar, relativamente à compra e consumo do cacau em pó para a preparação do chocolate.

Denunciamos ao Sr. Ministro da Educação, Dr. Carlos Sant'Anna, essa grave irregularidade, solicitando providências urgentes, a fim de que os objetivos escritos no Protocolo de 1984 e as diretrizes que vinham sendo claudicantemente percorridas pela FAE, até há pouco tempo, sejam recuperados.

Oportunamente, renovo à colenda Mesa desta Casa os meus apelos no sentido de dar tramitação ao Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1988, que inclui o cacau em pó na merenda escolar, nas unidades militares e nos programas sociais da União, o qual ora se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, aguardando designações de relator, para sua discussão e votação. O projeto, transformado em lei, irá institucionalizar definitivamente a inclusão do cacau em pó na alimentação dos brasileiros. Dos meus ilustres pares já recebi inúmeras manifestações de apoio ao projeto, assim como de todos os segmentos da economia, sem exceção, dos Estados produtores, das autoridades governamentais e da imprensa de todo o País.

Eram essas as considerações que eu queria fazer, Sr. Presidente, a respeito deste assunto, porque vejo com preocupação que temos hoje uma superoferta de cacau no mercado internacional e não temos sabido aumentar o consumo interno. Pelo contrário, o que temos visto é que a produção de cacau a nível nacional, em parte, e principalmente a nível internacional, aumenta geometricamente, enquanto que o consumo aumenta aritimeticamente.

Por isso, peço a atenção do Senado Federal para esse projeto que apresentei e confio que em breve possamos aprová-lo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Assim confiamos igualmente, Sr. Senador.

Concedo a palavra ao nobre Senador Olavo Pires. (Pausa)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

INCONFIDÊNCIA MINEIRA
200 ANOS

"Só quer o essencial: o mineiro não usurpa — ele espia, escuta, indaga, perrengueia, sorri, matuta, se prepara e se fecha. Mas, sendo a vez, sendo a hora, Minas entende, atende, toma tento, avança, peleja e faz."

Sempre foi assim e assim será: é a mineiridade.

(De Guimarães Rosa "de Minas").

Há 200 anos, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, e seus companheiros assim fizeram, quando seu povo, comprimido pelos escorchantes impostos, soterrado pelo sistema financeiro usado, combalido pela decadência das minas já exauridas, asfixiado cultural e politicamente, marginalizado do processo sócio-econômico imperante, impregnado pelas idéias libertárias acerca da soberania popular de uma grande comunidade de vizinhos, os americanos do norte, que romperam a tutela espoliativa dos europeus, pelas novas normas do "contrato social", pelo direito de rebelião e por governos representativos, escreveram, com sangue e lágrima, uma das páginas mais significativas de nossa história política.

Foi a partir da Inconfidência que os mineiros começaram a possuir uma consciência clara da comunidade da terra e não da estirpe, fazendo madrugar neste País a moderna noção de nacionalidade, que redundou no primeiro movimento pela independência do Brasil.

E assim se fez mais tarde, no Império e na República, sob a liderança de mineiros da têmpera e da vocação democrática, mineiros que consumiram suas vidas no decurso de lutas memoráveis abolicionistas, dos republicanos, dos idealistas da aliança liberal e das demais inúmeras e incessantes arremetidas "contra a personificação do Poder, sempre conducentes aos desequilíbrios e paralisias do unitarismo e às restrições das liberdades públicas e privadas; como inseria na história o "manifesto dos mineiros".

É bem de ver-se que esse povo, feito de aço e benquerança, sempre ao longo destes dois séculos sedimentados nas tradições de liberdade, de cultura cívica e da altivez que ornam a personalidade dos dignos filhos da terra de Tiradentes, se alista na primeira linha do bom combate em prol dos princípios, das idéias e das aspirações que nos legaram a república e a federação, como "iniludíveis imposições de forças históricas profundas".

É minas com sua força telúrica.

E assim se fez, quando se arregimentou em torno da bandeira de resistência à ilegalidade, derrotando nas urnas os postulados retrógrados e arbitrários da Revolução de 1964.

Minas sabe, porque o passado lhe ensinou, que desunida se enfraquece. Isto lhe aconteceu, por vezes, nas acirradas lutas entre conservadores e liberais, mas, em momentos graves, "a plasticidade de seu gênio político superava as divergências de formação e de interesse", coexistindo as duas minas de então — a mineradora e a agrária.

Foi e vem surgindo, porém, um componente novo, bem delineado e melhor conscientizado, com a ampliação do parque industrial, com a implantação da grande siderurgia — A Minas obreira. Ao lado das imensas concentrações operárias dos anos 70 alinham-se técnicas nacionais e estrangeiras de especialidades várias, mão-de-obra egressa do norte e das zonas rurais, profissionais especializados de outros centros saturados, compondo todo o conjunto, uma forte corrente progressista, ativa, monolítica e socialmente reivindicante.

Essa poderosa corrente observa o ilustrado mineiro Afonso Arinos de Melo Franco, começa, por outro lado, a transformar rapidamente a mentalidade dos trabalhadores rurais. A prova disso, afirmou-nos, "é a ampliação irreversível do fenômeno da sindicalização rural em todo o território do Estado, sabido como é que, mais que o partido político, o sindicato profissional representa, no seio dos nossos trabalhadores, a prova da consciência política e o instrumento de ação dessa mesma consciência.

O Sr. Divaldo Suruagy — Sendor Itamar Franco, V. Exª me permite um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, nobre Senador Divaldo Suruagy.

O Sr. Divaldo Suruagyu — Congratulo-me com V. Exª quando homenageia a figura ímpar de Tiradentes e, ao mesmo tempo, destaca a importância de Minas no contexto da formação da nacionalidade brasileira. O Estado que V. Exª dignifica com a sua representação na Câmara Alta do País é, na minha opinião, o Estado síntese, tendo fronteiras, praticamente, com todas as regiões brasileiras, tendo regiões tão ricas quanto as mais ricas do Brasil, e regiões tão pobres quanto as mais carentes do Nordeste; Minas é a síntese da sociedade brasileira, não apenas na sua formação geográfica, não apenas na riqueza do seu subsolo, mas, principalmente e acima de tudo, na concepção de política superior que o Estado de Minas oferece exemplos magníficos na História do nosso País. Congratulo-me com V. Exª quando homenageia um dos símbolos da nacionalidade brasileira, mas congratulo-me principalmente com V. Exª por representar Minas no Senado da República. Muito obrigado.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Divaldo Suruagy, deixando de lado os elogios que V. Exª faz da minha atuação no Senado Federal, como representante de Minas, quero agradecer a V. Exª esta intervenção. Não apenas a intervenção do Senador Divaldo Suruagy, mas do intelectual, do homem sensível ao que Minas significa não só agora, mas, particularmente, o que significou no passado.

Dizia eu, há pouco, que Minas fez madrugar no País a moderna noção da nacionalidade. V. Exª concorda conosco quando disse que Minas é a síntese dessa sociedade, é há de concordar também com a expressão que usamos agora — no momento em que o Partido de V. Exª tem um mineiro candidato à Presidência da Repúblaica — de que uma Minas desunida é uma Minas enfraquecida.

Muito obrigado a V. Exª pela intervenção.

Continuo, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

Esse novo e crescente segmento encontrou em Minas, conflito sociais mais agudos por suas características e formação sócio-econômica. A década de 70, com a funesta política desnacionalizante do Governo imposta ao País para atender ao interesse internacional, trouxe, ademais, dentre outras consequências, como a corrosão do poder aquisitivo, a proletarização da classe média, o fortalecimento das ampliadas forças progressitas e socialmente carentes dos "não possuidores" que se defrontam hoje, em termos de sobrevivência, com as falanges retrógadas e espoliativas.

Minas, nestes 200 anos de sua Inconfidência, penou e muito aprendeu, daí o posicionamento na linha de frente dos movimentos político-sociais, como herdou seu povo e registrou sua história de lutas e glórias.

A sofrida experiência de Tirandentes e seus Heráldicos descendentes ensinou a Minas que o sucesso de suas grandes campanhas libertárias estará sempre condicionado à união das forças de vanguarda.

Minas sabe — pelas Escolas de Vila Rica — que o fracionamento de suas potenciali-

dades de luta conduz a consequências macabras, às noites do obscurantismo.

Minas sabe — pelo que sofreu na própria carne — que tem que se unir para melhor se defender contra aqueles predadores de suas riquezas naturais, contra as aves de rapina de sua econômia, contra os sanguessugas da energia de seu trabalho.

Minas sabe — pela voz de seus historiadores e poetas — que a sua grande família não pode mais se iludir com as falsas promessas e planos demagógicos dos algozes de sua liberdade e da falácia das felpudas raposas que a atrai e invariavelmente a trai na consecução de seus legítimos propósitos.

Minas sabe — pelo seu passado dignificante — que só pode confiar nos que sentem seus mais profundos anselos e buscam suas soluções, por suas prerrogativas violadas e por uma justiça social mais humana.

Minas sabe — pelo que vivida e madura — que a solução de seu aflitivo problema econômico e social está, enfim, na sua conduta política.

Chegamos, agora, com a comemoração cívica destes 200 anos de inconfidência mineira, no alvorecer de um novo tempo que será descortinado pelas eleições à presidência da República, em 15 de novembro próximo. Essa etapa que buscamos, a duras penas, ao longo de quase três décadas, represnta um passo decisivo para a restauração democrática de nosso país, para a nossa emancipação econômica, para as conquistas sociais e políticas de nosso marginalizado povo.

Daí é que se torna imprescindível mobilizarmos todas as potencialidades políticas, culturais e históricas daquela minas de ontem e dessa gerais de hoje, ambas com suas mutações sócio-econômicas, seus esplendores e glórias, para se formar uma união inquebrantável dessa nova força e sua grande família, em torno de idéias e líderes, legítimos e autênticos que nos conduzam sem farsas e eongodos, à redenção do nosso brasil, pois "sendo a vez, sendo a hora, Minas entende, atende, peleja e faz."

Sr. Presidente, ao encerrar este pronunciamento, estou encaminhando à Mesa, neste instante, projeto de lei dispondo sobre as comemorações do feriado de 21 de abril, Dia de Tiradentes, e que diz:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O feriado de 21 de abril, consagrado a reverenciar a memória de "Tiradentes", mártir da Independência Nacional, será comemorado na própria data, não se lhe aplicando a antecipação prevista na Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985.

Com isso, Sr. Presidente, entendemos que o 21 de abril deve ser comemorado exatamente nessa data, e não de acordo com a Lei nº 7.320.

É este o projeto, Sr. Presidente, que estou encaminhando à deliberação da Casa, na expectativa da sua aprovação.

Muito obrigado!

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ITAMAR FRANCO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº de 1989.

Dispõe sobre à comemoração do feriado de 21 de abril — Dia de Tiradentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O feriado de 21 de abril, consagrado a reverenciar a memória de "Tiradentes", mártir da Independência Nacional, será comemorado na própria data, não se lhe aplicando a antecipação prevista na Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º São revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A oportunidade e conveniência recomendaram, no passado próximo, a aprovação de dispositivo legal determinando a antecipação da comemoração de todos os feriados nacionais para as segundas-feiras das respectivas semanas, ressalvados os seguintes:

— 1º de janeiro (Confraternizão Universal);

— 7º de setembro (Independência);

— 25 de dezembro (Natal); e

— Sexta-Feira Santa.

As razões que levaram o legislador ordinário a estabelecer as enunciadas exceções à regra geral prendem-se à relevância das datas mencionadas, seja em decorrência da universalidade do evento, seja em função da importância do fato histórico para a nacionalidade, seja em respeito ao espírito cristão do povo brasileiro.

No ano seguinte à publicação da Lei nº 7.320/85, foi aprovada a Lei nº 7.466/86 acrescentando ao rol dos eventos que deveriam ser comemorados na própria data o "Dia do Trabalho" (1º de maio). São obvias as razões que levaram o Congresso Nacional a retificar a omissão inicial. A importância histórica do dia consagrado ao trabalhador, universalmente reconhecida, era rigorosamente incompatível com a medida de ordem prática consubstanciada no diploma de 1985.

Entendemos que o vulto histórico de "Tiradentes", por tudo que significa em termos de luta pela afirmação da nacionalidade, está a merecer idêntico tratamento. Julgamos rigorosamente inadmissível) que a data consagrada a reverenciar aquele que sacrificou a própria vida em prol da soberania e da liberdade do povo brasileiro venha a ser tutelada de forma idêntica a qualquer outra.

Nunca é demais lembrar que estamos a comemorar que há 200 anos, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes e seus companheiros assim fizeram, — quando seu povo comprimido pelos excorchantes impostos, soterrado pelo sistema financeiro usado, combalido pela decadência das minas já exauridas, asfixiado cultural e politicamente, marginalizado do processo sócio-econômico imperantes, impregnado pelas idéias libertárias a cerca da soberania popular de uma grande comunidade de vizinhos.

Foi a partir da Inconfidência que os mineiros começaram a possuír uma consciência clara da comunidade da terra e não da estirpe, fazendo madrugar neste País a moderna noção de nacionalidade, que redundou no primeiro movimento pela Independência do Brasil.

A presente iniciativa tem por escopo reparar um grave erro cometido quando da aprovação do texto da Lei nº 7.320/85, na sua versão original, dignificando a personalidade de Joaquim José da Silva Xavier com a posição que merecer no contexto histórico do nosso País.

Sala das Sessões, 19 de abril de 1989. — Senador *Itamar Franco.*

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.320,
DE 11 DE JUNHO DE 1985

Dispõe sobre antecipação de comemoração de feriados e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Serão comemorados por antecipação, nas segundas-feiras, os feriados que caírem nos demais dias da semana, com exceção dos que ocorrerem nos sábados e domingos e dos dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), 7 de setembro (Independência), 25 de dezembro (Natal) e Sexta-Feira Santa.

Parágrafo único. Existindo mais de um feriado na mesma semana, serão eles comemorados a partir da segunda-feira subseqüente.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 1985; 164º da Independência e 97º da República. — *JOSÉ SARNEY — Fernando Lyra.*

LEI Nº 7.466,
DE 23 DE ABRIL DE 1986

Dispõe sobre a comemoração do feriado de 1º de Maio — Dia do Trabalho.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O feriado de 1º de Maio, consagrado como "Dia do Trabalho", será comemorado na própria data, não se lhe aplicando a antecipação prevista na Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1986; 165º da Independência e 98º da República. — *JOSÉ SARNEY — Paulo Brossard.*

DECRETO Nº 91.604,
DE 2 DE SETEMBRO DE 1985

Regulamenta a Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985, que dispõe sobre antecipação de comemoração de feriados, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o item III, do artigo 81 da Constituição, e tendo em vista o artigo 2º da Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985, decreta:

Art. 1º Será comemorado por antecipação, nas segundas-feiras, o feriado que cair nos dias da semana, com exceção dos que ocorrerem nos sábados e domingos e os dos dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), 7 de setembro (Independência), 25 de dezembro (Natal) e Sexta-Feira Santa.

Art. 2º Não será antecipada a comemoração do feriado que coincidir com o dia em que se realizarem eleições, nos termos dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.266, de 8 de dezembro de 1950.

Art. 3º Existindo mais de um feriado na mesma semana, serão eles comemorados a partir de segunda-feira da semana subseqüente.

Parágrafo único. Se na referida semana subseqüente houver outro feriado sujeito a antecipação, será ele comemorado na segunda-feira, passando os da semana anterior a serem comemorados a partir da terça-feira.

Art. 4º Salvo disposições em contrário, os prazos em geral, que se vencerem nos dias de comemoração antecipada de feriados civis e religiosos, ficam prorrogados para o primeiro dia útil subseqüente.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1985; 164º da Independência e 97º da República. — *JOSÉ SARNEY — Eros Antonio de Almeida.*

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Divaldo Suruagy. S. Exª falará como Líder do PFL.

O SR. DIVALDO SURUAGY (PFL — AL. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Alagoas, através de minha voz, pretende prestar uma homenagem a um dos seus maiores filhos, a um dos maiores intelectuais do Brasil que, sem sombra de dúvidas, foi Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

Alagoano de Passo de Camaragibe, zona norte do Estado, Município privilegiado pela inteligência de renomados juristas, oradores, políticos, poetas e prosadores, como Pontes de Miranda, Fernandes Lima, Guedes de Miranda, Mendonça Braga e tantos outros, Mestre Aurélio era uma figura singular: estatura média, forte sem ser gordo, cabeleira branca esvoaçante, andar lépido e sempre afeito a mesuras no cumprimento, sem exageros, afetações ou hipocrisias, pele rosada, parecia bem um holandês.

Compreende-se, desde logo, que ele tenha nascido perto do velho Porto Calvo, onde imperaram os holandeses e, ainda hoje, perdura a incógnita do Calabar, herói ou traidor.

Em seu discurso de posse na Academis Brasileira de Letras, onde Mestre Aurélio se torna exuberante na estilística:

> "Quase o mesmo: às minhas paisagens faltam solares, eiras e moinhos. De luares, porém, estão elas alagadas: daqueles luares de outra poesia nobriana que revestem de cal as moradas humildes:
>
> "Casa dos pobres, que o luar, à noite, caia..."
>
> "Não lhes falta, também, a prata liquefeita e viajante dos rios — os rios do Porto Calvo da minha gente materna."

A iniciação intelectual do jovem Aurélio se deu em Maceió, quando perdeu o emprego de comerciário e com nove mil réis, dinheiro do ordenado, comprou a gramática de Maxmino Maciel e as "Memórias Póstumas de Brás Cubas". Magnífica intuição, começar por onde muita gente não consegue terminar: Machado de Assis.

Em 1926, Aurélio dá o primeiro passo no Magistério e começa a ensinar o Português a um antigo colega de Porto de Pedras, a quatrocentos réis a aula.

Desse primeiro aluno, passou a ensinar no Curso Primário do Ginásio de Maceió, ingressando, depois, no Orfanato São Domingos.

A vocação de mestre, de professor, firmou-se no Liceu Alagoano, indo, em seguida, para o Rio de Janeiro, lecionando no Instituto de Educação, no Instituto Rio Branco (Itamaraty), na Universidade Autônoma do México e em outras dos Estados Unidos, Cuba, Guatemala e Venezuela.

Não muito bem-sucedido na então Capital da República, volta à terra natal, sendo nomeado Secretário-Geral da Prefeitura de Maceió.

Retornando ao Rio, é professor contratado do Colégio Pedro II, em 1940, quando teve a oportunidade de colaborar no Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.

Nesse momento augusto de contato maior e mais íntimo com a palavra, é que reponta o escritor, em 1942, com o livro de contos "Dois Mundos".

Escrevia ele em seu discurso de posse na Academia:

> "Ora, as operações mentais, por mais silenciosas, têm, por substância, a palavra: com palavras pensamos e em palavras."
>
> "...A palavra, pois, não é tão-só o veículo do pensamento, senão também a própria matéria dele. Desse prazer de interrogar o mistério e da ânsia de esclarecê-lo me há de ter vindo o interesse por um novo mundo — o mundo vocabular. Entrei a amar as palavras, ferramenta do ofício das idéias e perene chave de enigmas. Daí viria a desabotoar, com o volver dos anos, o aprendiz de lexicografia, o interessado pelo exame dos textos, o estudante e curioso da Língua."

Em "Dois Mundos" avulta, de maneira impressionante, o conto "O Chapéu de meu Pai". É, em verdade, obra-prima:

> "Do porta-chapéus, a um canto da parede, pende um chapéu, como coisa abandonada. É o chapéu de meu pai. É um pedaço daquele que se encontra ali perto, estendido, morto, as largas mãos cruzadas sobre o peito, e o rosto, em vida tão vermelho, agora de uma brancura macilenta. É alguma coisa dele, que a morte não destruiu."
>
> "...Pendente do gancho, ali, abandonadamente inútil, o chapéu me recorda um despojo de guerreiro vencido. Serve-me de ponto de referência para a reconstituição, sem ordem cronológica, de um passado inteiro. O pranto me devolve à realidade do momento, e agora o chapéu me oferece de meu Pai uma imagem muito próxima — a do velho tirando-o quando entrava na casa de saúde, para nunca mais o usar. Estava pálido, então. O chapéu, acompanhando-o inseparável:"

Lexicógrafo, polígrafo, escritor, ficcionista, crítico literário, filólogo, dicionarista exímio, antologista, tradutor e poeta, um verdadeiro homem de letras, Mestre Aurélio sabia transitar, com desenvoltura ímpar, entre a palavra fria do dicionário e a linguagem escorreita e eloqüentemente pitoresca de um "conversador".

A esse respeito, escreveu o filólogo Paulo Rónai:

> "A conversação, considerada pelos antigos, com justiça, como uma arte, essa nobre prática está saindo de nossos costumes de gente apressada, sentada horas a fio ao volante de um automóvel ou absorvida pela assistência à televisão. Aurélio pratica-a com um prazer físico, que lhe faz esquecer o tempo, assim como a seus ouvintes. Seu senso de humor, sua orgânica afabilidade, sua grande capacidade de mímica sonora, sua dicção perfeita fazem dele um centro de atenções em qualquer companhia amiga".

Era um homem que possuia a verve do contador de "estórias", de casos e de "causos", por onde, aos quandos, permeavam a veia lírica de seus poemas e a memória invejável de um declamador de poesias, clássicas e modernas.

Noctívago, por natureza, por trabalho e por vivência, sabia romper as madrugadas, sem que isso, necessariamente, lhe deixasse o amargor e o arrependimento das ressacas alcoólicas, onde, quase sempre, está presente uma ressaca moral.

Adorava a noite pela noite. Todo ano costumava passar suas férias em Maceió, onde, ao lado de Teotônio Vilela, Carlos Moliterno, Humberto Cavalcante, Arnoldo Jambo, reunidos em mesas de cabarés, discutiam o tudo e o nada. Amanheciam no Mercado Público, tomando café com pão doce e tapioca. Era um apaixonado pelas mulheres e pela arte de viver.

O Sr. Pompeu de Sousa — Permite V. Exª um aparte?

O SR. DIVALDO SURUAGY — É uma honra muito grande para mim ser aparteado pelo Senador Pompeu de Sousa.

O Sr. Pompeu de Sousa — Senador Divaldo Suruagy, eu não poderia deixar de vir aqui ao plenário para apartear o belo discurso que V. Exª está pronunciando; discurso digno, aliás, do próprio homenageado, pela substância e pela circunstância, pelo conteúdo e o continente, o fundo e a forma. Porque, na verdade, cultor também do idioma, professor de português, desde os 18 anos, ao mestre Aurélio me ligavam laços profundíssimos de amizade e de identificação, companheirismo e de temperamento. Esse trabalhador infatigável, esse boêmio trabalhador infatigável — o que parece uma contradição e, na verdade, é uma realidade —, esse amoroso do vernáculo, mas não como um simples catador de migalhas e de regras gramaticais, mas do bom vernáculo para a boa língua e para a boa forma literária, esse inesquecível alagoano, esse inesquecível brasileiro, esse inesquecível criador da Língua Portuguesa, realmente é para mim uma saudade permanente. O apartamento de Aurélio, num velho prédio, no início da praia de Botafogo, que ao mesmo tempo era um laboratório da língua, onde se pesquisavam as palavras, onde se pesquisavam as etimologias, onde se pesquisavam as raízes da língua, mas também a realidade atual da língua, porque ele não era um arqueólogo da língua, pelo contrário, era um renovador permanente — o velho apartamento de Aurélio era um dos momentos agradáveis da nossa vida de então, no Rio de Janeiro. Conviver com Aurélio, nas noitadas boêmias, não era menos agradável, pelo contrário. Aliás, por falar no apartamento de Aurélio, lembro-me de algo dramático que agora me veio à lembrança, que é a morte de Anísio Teixeira. Anísio Teixeira, então nosso companheiro de fundação da Universidade de Brasília, mestre meu e de todos os educadores brasileiros; meu mestre desde a ABE — Associação Brasileira de Educação —, onde se plantaram os alicerces, as raízes da escola ativa e da escola única do Brasil, a denominada Escola Nova; escola única que, infelizmente, jamais conseguimos implantar, porque os comerciantes do ensino apossaram-se das escolas no Brasil, e cada vez delas se apossam mais. Anísio Teixeira, logo depois do golpe militar de 64, foi destituído da reitoria da Universidade de Brasília. Há um contra-aparte extra-microfone do Senador e ilustre ex-Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, que não estou ouvindo, pois não tenho boas oiças, tal aliás, como Anísio, que não as tinha também; lembro-me de que, um dia, ele passou a usar um aparelho para melhor ouvir e ficou deslumbrado, exclamando: "Pompeu, ouvir bem é outra coisa. A música é música mesmo! Você ouve uma orquestra sinfônica e diferencia cada instrumento em vez de ouvir apenas aquela pasta sonora". Desculpe-me, nobre Senador Suruagy, tudo isto vai entre parênteses, em razão do silencioso aparte do nobre Senador Jarbas Passarinho, o qual, aliás, já agora me informa, através do nobre Senador Jutahy Magalhães, como intérprete mais próximo e de melhores oiças, que, quando Ministro de Educação, condecorou, muito justamente, e *post mortem*, Anísio Teixeira. Nessa época, logo depois da chamada revolução — que eu me recuso a chamar de revolução, chamo de contra-revolução, porque foi um golpe militar — contra-revolução — e agora é o Senador Jarbas Passarinho, aqui ao lado, quem endossa a denominação de contra-revolução, de forma que daqui por diante passaremos a chamar oficialmente de contra-revolução, porque se trata de um dos participantes do movimento; e com a sua autoridade... Este meu aparte, nobre Senador Suruagy, está virando um discurso paralelo, e está ficando caótico, porque os parênteses se sucedem e com tantos parênteses está difícil, porque já formam uma chave, um colchete. Dizia eu que Mestre Anísio foi à casa de Aurélio, porque era ele então candidato à Academia Brasileira de Letras — todos os outros candidatos já haviam desistido, ele estava tranqüilamente eleito — e com aquela minúcia que o caracterizava, com aquela educação, ele foi à casa de Aurélio para pedir o seu voto, voto que praticamente já estava assegurado. O edifício onde Aurélio morava era desses antigos, no qual o primeiro algarismo do número não é a indicação do andar; mestre Anísio subiu no elevador, desceu no quarto andar, se não me trai a memória, pois supunha fosse no quarto andar o apartamento a visitar, e verificou que estava enganado; voltou, abriu a porta do elevador e caiu no poço; pois pensava que o elevador ali ainda estivesse, mas em realidade ele havia subido. E por alguns dias chegamos a pensar que Mestre Anísio havia "desaparecido" como tanta gente desapareceu na contra-revolução de 1964. Segundo outro contra-aparte do Senador Jarbas Passarinho, os que desapareceram foram também do lado de lá; esses não desapareceram, morreram mesmo; os "desaparecidos" foram os do lado de cá, não foram os do lado de lá. Mas, enfim, parênteses à parte, eu não poderia deixar de trazer o meu apoio e, mais que isto, o meu entusiasmo, Senador Suruagy, pela comemoração que V. Exª traz hoje desse magnífico alagoano. E já que falo em Alagoas, manifesto também, desde já, a minha inconformidade com o voto presidencial — comunicado e lido no expediente da sessão de ontem do Congresso Nacional — ao projeto de lei determinando que a União desaproprie, para transformar em museu, como casa do culto à inteligência e às belas-letras deste País, a casa onde nasceu Graciliano Ramos. Aproveito a oportunidade para exortar V. Exª, como alagoano, assim como os brasileiros de todos os quadrantes que, neste Senado, são Senadores e, neste Congresso, são Congressistas, a que derrubemos esse veto, em nome da inteligência brasileira. Muito obrigado a V. Exª

O SR. DIVALDO SURUAGY — Agradecendo ao Senador Pompeu de Sousa o aparte, que tanto ilustra o nosso discurso, gostaria de dizer a V. Exª que, a exemplo do que aconteceu com Mestre Aurélio e com Anísio Teixeira, V. Exª também é um homem sem fronteiras, um homem-oceano.

Homens, sumamente ilustres, já mergulharam no olvido, pela própria contingência da sucessão dos fatos.

Imagino que, se Aurélio tivesse mergulhado no exercício da vida política, seria, mais uma vez, um mestre, pois, em política, um sinônimo bem empregado pode ter a misteriosa virtude de mudar o curso das conversações, para que se entre no mundo das articulações, grande arte que exige a palavra certa na hora exata.

Mestre Aurélio continua um excelente símbolo de amor às letras e às belas-letras.

Amor às letras, através da análise lexicográfica da palavra com toda a sua potencialidade de viver ou matar, de criar monumentos imperecíveis diante do tempo ou de sepultar figuras que deveriam encontrar-se nos pedestais da História.

O Sr. Afonso Arinos — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. DIVALDO SURUAGY — E por falar em pedestais da História, concedo o aparte ao Senador Afonso Arinos de Melo Franco, aquele que, sem sombra de dúvidas, já está no pedestal da História brasileira.

O Sr. Afonso Arinos — Queria apenas relembrar um fato que ocorreu comigo no fim da vida de Anísio Teixeira e que, de certa maneira, pode influir um pouco no julgamento da sua posição espiritual no tempo da sua vida. Fui visitado por ele, quando se tratava exatamente de examinar a sua candidatura à Academia Brasileira de Letras — claro que eu estava, como muitos dos nossos companheiros de Casa, inteiramente favorável a ela —, conversamos longamente, mas no momento de me despedir de Anísio Teixeira, por quem tinha grande admiração, ocorreu-me fazer uma quase brincadeira com ele, e disse: "— Professor, o que nos separa um pouco é que eu, como católico, acho que V. Exª, às vezes, fala um pouco mal de Nossa Senhora." E ele não disse nada. E o acompanhei até o elevador. No momento de ele entrar no elevador, voltou-se para mim e me disse o seguinte: "— Professor, saiba de uma coisa: já não falo tão mal de Nossa Senhora". Muito obrigado a V. Exª pelo aparte.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Professor Afonso Arinos, uma interferência de V. Exª, através de um aparte, a qualquer orador desta Casa enriquece consideravelmente as palavras que estejam sendo proferidas na tribuna.

Continuo, Sr. Presidente.

Amor às belas-letras, à essencialidade da palavra, que mergulha conosco na emoção mais profunda e desperta no horizonte do tempo, que possui uma acentuada semelhança com os umbrais da eternidade.

A palavra, nas mãos do escritor ou do aprendiz, tem a inocência dos primeiros passos de uma criança, como pode ter a beleza e a malícia de uma dançarina cigana ou o impetuoso e terno amor pela mulher amada.

Mestre Aurélio perlustrou todos esses caminhos que, às vezes, se encurtam nas veredas e, outras tantas, se encontram perdidos nas encruzilhadas traiçoeiras, onde Deus e o diabo parecem digladiar-se na ambivalência do mundo.

Os duendes e os fantasmas; as verdades e as mentiras; as idéias e os ideais; as realidades e os sonhos se entrecruzam na vida de Mestre Aurélio, até que ele abraçasse a palavra que, por maior que seja a influência da semântica, ela possui uma estrutura, uma morfologia. Palavras aglutinadas, fraseológicas, enveredam pelo mundo da análise sintática, da análise estilística e da análise literária onde, então, elas assumem uma dimensão que desborda na indecifrável e inefável emoção poética.

A palavra, com todos os seus místeres e os seus mistérios, ainda é, no dizer de alguém "a roupagem pobre de uma idéia rica".

A confusão da Torre de Babel foi exatamente por causa da palavra, da linguagem.

Na vida política se multiplicam as torres de Babel, porque bem poucos querem ter a seriedade e a humildade de falar uma linguagem única, sem arrepios e sem arremedos, sem ódio e sem receios; sem oportunismos e sem casuísmos; sem traições e subserviências, com o mínimo respeito à palavra empenhada.

Tudo isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, vem à colocação da saudade de uma homenagem póstuma a um homem que mereceu a glória em vida.

Através de uma metonímia, Aurélio é um Dicionário.

Ninguém mais fala: "Consulte o dicionário". Todo mundo diz: "Veja o Aurélio", "Consulte o Aurélio".

Sem querer ser gênio, pois "eu não sou importante", como costumava dizer, transformou-se no próprio gênio e, enquanto língua viva for o Português, com todas as possíveis agressões ao vernáculo, Mestre Aurélio continua majestosamente vivo, para orgulho do Brasil e para o registro mais eloqüente na História das Alagoas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Senador Divaldo Suruagy o Sr. Senador Pompeu de Sousa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Senador Antônio Luiz Maya.

Durante o discurso do Sr. Senador Divaldo Suruagy o Sr. Senador Antônio Luiz Maya deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Senador Iram Saraiva.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

— Moisés Abrão — Mauro Benevides — Raimundo Lira — Divaldo Suruagy — Albano Franco — Meira Filho — Márcio Lacerda — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência recebeu, do Governador do Estado do Tocantins, o Ofício nº S/7, de 1989 (nº 69/89, na origem), solicitando, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição, autorização para que aquele Estado possa contratar operação de crédito externo no valor de US$ 450,000,000.00 (quatrocentos e cinqüenta milhões de dólares americanos), para os fins que especifica.

Nos termos da Resolução nº 18, de 1989, o expediente será despachado à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 201, DE 1989

Nos termos regimentais, requeiro que não seja realizada sessão do Senado no dia 21 do corrente, nem haja expediente em sua Secretaria; tendo em vista a comemoração, nessa data, do aniversário de inauguração da cidade.

Sala das Sessões, 19 de abril de 1989. — Senador *Lourival Baptista.*

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação o requerimento.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães, para encaminhar a votação.

O SR. JUTAHAY MAGALHÃES (PMDB — BA. Para encaminhar. — Sr. Presidente, hoje, o nobre Senador Itamar Franco encaminhou um projeto para que nós comemorássemos o dia 21 de abril na data própria — o "Dia de Tiradentes". Falo não em nome do Partido mas em meu nome. Se o Governo do Distrito Federal considerar feriado a data de 21 de abril, como parece que vai ocorrer, eu aprovaria essa idéia. Porém, se não for feriado, mas apenas ponto facultativo do Governo do Distrito Federal, não vejo razão para o Senado e qualquer repartição pública do Distrito Federal fechar suas portas por mais um dia de feriado, na mesma semana, por uma mesma data a ser comemorada: 21 de abril. Nesse sentido, eu pediria a V. Exª que, em nome da Mesa, primeiro se informasse se o Governo do Distrito Federal, vai ou não considerar feriado o dia 21 de abril. Se não for feriado o dia 21 de abril, promulgado pelo Governo do Distrito Federal em comemoração à data de aniversário do Distrito Federal, eu pessoalmente, votarei contra esta proposição.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência esclarece a V. Exª que inclusive a Câmara dos Deputados apreciou requerimento de idêntico teor. Segundo o entendimento da Mesa daquela Casa ficaríamos em dificuldades, pois a Câmara dos Deputados não vai funcionar e, assim sendo, se o Senado funcionar realmente criaria uma situação de dificuldade para o Congresso Nacional.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Mas é ou não feriado?

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A informação que a Mesa tem é a de que será feriado. Informo, ainda, ao nobre Senador Jutahy Magalhães que a Mesa, em reunião às 11 horas da manhã, decidiu que o melhor procedimento seria o de não termos sessão no dia 21 nem atividades nas secretarias.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Vou curvar-me a uma decisão antecipada da Mesa e da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Estou apenas informando a V. Exª

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Vou aceitar esta proposta, em razão dessas afirmativas de V. Exª, em nome da Mesa. Agora considero, Sr. Presidente, um absurdo, um País como o nosso comemorar, na mesma semana, por duas vezes, uma mesma data. Permito-me manifestar contra esta idéia, embora votando a favor, em nome da Liderança, para evitar problemas.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

De acordo com a deliberação do Plenário, não haverá sessão do Senado nem expediente em suas Secretárias.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes:

Excelentíssimo Senhor
Presidente do Senado Federal:

Comunico a V. Exª que a partir desta data estou me desligando da bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, e passando a integrar a bancada do Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB.

Brasília—DF, 19 de abril de 1989. — Senador *Dirceu Carneiro.*

Brasília (DF), 19 de abril de 1989

Exmº Sr.
Senador Nelson Carneiro
DD. Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais informo a V. Exª que designei os Senadores abaixo relacionados, integrantes da bancada do PMDB, para comporem a "Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Titulares

PMDB

Albano Franco
Humberto Lucena
Irapuan Costa Júnior
Leite Chaves
Luiz Viana
Nelson Wedekin
Saldanha Derzi
Severo Gomes
Aluísio Bezerra

Suplentes

Almir Gabriel
Leopoldo Peres
Jutahy Magalhães
Nabor Júnior
Alfredo Campos

Na oportunidade, reitero a V. Exª minhas expressões de elevado apreço e distinta consideração. — *Ronan Tito*, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — As comunicações lidas vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está esgotado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF

Nº 5, DE 1988

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos conselheiros, auditores e membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parte vetada: art.4º

A discussão da matéria foi encerrada em sessão ordinária anterior.

Passa-se à votação do veto.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães, pela ordem.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, levando em consideração a ausência clara no plenário de número para votação dessa matéria e, também levando em consideração o fato de termos adiado a votação deste veto por razões por demais conhecidas, em diversas sessões, pediria a V. Exª que, novamente, adiasse essa matéria para posterior deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — É visível falta de *quorum* para deliberação.

A Presidência acolhe a solicitação de V. Exª

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães, pela ordem.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, pediria à Mesa para providenciar o entendimento com as diversas lideranças da Casa para podermos estabelecer quais as matérias que deverão ser colocadas na Ordem do Dia. Estamos com alguma dificuldade, porque eu procurei saber da assistência da Mesa quais as matérias prontas para inclusão na Ordem do Dia e soube que todos os projetos que entraram nesta Casa antes de 5 de outubro retornaram para a Comissão de Constituição e Justiça, para verificar da sua constitucionalidade ou não, levando em consideração a nova Carta constitucional.

Fui informado ontem de que cerca de 1.500 projetos estariam nessas condições e que a assessoria da Casa teria de se debruçar por vários dias sobre eles para poder atender a essa demanda. Outros projetos, também, foram devolvidos às Comissões e alguns estão em situação de não poder haver deliberação, porque as Comissões ainda não foram instaladas. Então, pediria que tivéssemos um entendimento para estabelecermos as prioridades de matérias para serem incluídas na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Mesa acolhe a proposta de V. Exª Na próxima reunião da Mesa Diretora tomaremos providências nesse sentido.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, pela ordem.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, sobre esse mesmo assunto trazido à baila pelo Senador Jutahy Magalhães, devo informar que o Regimento da Casa há a competência definida para as Comissões arquivarem aquelas matérias que sejam consideradas prejudicadas, como é o caso da colidência constitucional.

Na Comissão de Constituição e Justiça estamos com centenas e centenas de projetos que para ali foram remetidos. Então, vamos adotar, primeiramente, a providência de dividir esses processos por assuntos, cada um projeto considerado como um processso à parte, vamos dividó-los por temas e, depois, vamos verificar com a Assessoria do Senado Federal as colidências com a Constituição. Nos casos de colidências, os projetos serão arquivados e comunicados aos seus autores, para que tomem as providências regimentais que, por acaso, venham a caber. E, nos demais, apressaremos o exame na Comissão de Constituição e Justiça, como, por exemplo, amanhã, já teremos uma reunião para análise de projetos importantes. Pretende a Comissão na próxima semana já abordar o direito de greve, trabalhar sobre o direito de greve, em face dos projetos que ali existem. Queríamos, assim, diminuir ao máximo a carga de trabalho da Comissão de Constituição e Justiça, para tê-la inteiramente à disposição da Casa e do Congresso Nacional para a legislação complementar e as leis ordinárias relativas à nova Constituição.

Era a comunicação que eu deveria fazer, pela ordem, para que conste dos Anais, e prestando informações ao Senador Jutahy Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência agradece a colaboração de V. Exª porque nos ajuda a esclarecer a questão suscitada pelo nobre Senador Jutahy Magalhães.

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Senador Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA (PFL — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, cientistas da Universidade de São Paulo e do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares do Brasil conseguiram repetir experiência realizada na Universidade de Utah, nos Estados Unidos, obtendo o que parece ser, Sr. Presidente, a fusão nuclear a frio.

Ao congratular-me com esses abnegados estudiosos, quero chamar a atenção do Congresso Nacional para a significação e importância desse evento. A fusão nuclear a frio vem ocupando, com justa razão, há algumas semanas, páginas e páginas de jornais e magazines pelo mundo afora. É que a fusão nuclear a frio, Sr. Presidente, é uma espécie de pedra filosofal intentada pelos alquimistas na Idade Média e, agora, conseguida graças ao instrumental moderno da ciência e da técnica, a novas habilidades e a novas metodologias nos procedimentos científicos.

O alcance deste fato ninguém pode, neste exato momento, mensurar. A fusão nuclear a frio pode ter uma repercussão sobre a sociedade, sobre a vida do cidadão, pode ter uma repercussão maior do que muitas das revoluções políticas já havidas na História Universal. É a grande oportunidade que se tem para proporcionar ao mundo energia barata, abundante e não poluente, em condição de operar uma revolução econômica e social em condição de resolver os graves problemas de desníveis de renda social no mundo inteiro. Sabemos, hoje, que 3/4 da humanidade vivem em estado de penúria ou abaixo da linha de pobreza. E, dentro das circunstâncias atuais, por processos físicos ou por mágicas econométricas, não há meio de se resolver esse problema, simplesmente porque o balanço energético do mundo não tem condições para propiciar solução eficiente e duradoura para esse problema.

Fusão energética a frio, Sr. Presidente, seria a condição necessária e suficiente para aumentarmos o rendimento dos processos, para termos incrementos impensáveis de produti-

vidade. E, afinal de contas, propiciar a este *habitat* do ser humano o equilíbrio que sempre foi perseguido e desejado desde os albores da civilização.

No momento em que o Brasil, Sr. Presidente, menos de um mês depois de realizada a experiência nos Estados Unidos, no momento em que o Brasil consegue repetir essa experiência em primeiro lugar no Hemifério Sul, nós temos que trazer uma palavra de regozijo, uma palavra de congratulação àqueles que, no silêncio dos laboratórios, mostram que as forças do espírito ainda não morreram neste País.

Dir-se-ia, Sr. Presidente, que a experiência é simples; dir-se-ia que a experiência é singela, pois toda a grande idéia, quando concebida e colocada em prática, assume as características do óbvio, assume as características do "ovo de Colombo". Uma experiência aparentemente singela, Sr. Presidente, mas pela qual a Física do mundo inteiro aguardou séculos e até hoje não tem uma apreensão conceitual exata do fenômeno. Experiência elementar. Uma bateria ligada a dois eletrodos, um de platina outro de paladium, imersos em água pesada, uma corrente elétrica passando forçaria átomos de deutério a atravessar as malhas intersticiais do cristal de paladium, desta forma forçando a fusão nuclear com a formação de gás hélio e a liberação abundante e coplosa de energia barata a preço irrisório, insisto, e sobretudo não poluente.

No entanto, para se conseguir esse evento sobre cuja natureza, insisto, ainda pairam dúvidas, cientistas do mundo inteiro, utilizando recursos extraordinários para pesquisas, consumiram noites e dias até que, por uma espécie desses milagres que acontecem, um desses estalos que ocorrem aos gênios, um americano e um inglês conseguiram executar essa experiência.

Ora, Sr. Presidente, o Brasil mostra que, pelo menos, apesar de todo esse tempo de estagnação econômica, apesar de todo esse tempo em que não tivemos o crescimento do Produto Interno Bruto, apesar desse tempo em que não houve recursos para investimentos, sequer no setor produtivo, quanto mais na pesquisa, nós não nos deixamos atrasar o passo e acompanhamos com uma defasagem pequena o que vem acontecendo no mundo afora. Tem sido assim no campo da Informática, onde já conseguimos fincar pé e estabelecer não apenas um conhecimento conceitual, mas um negócio efetivamente funcionante. Tem sido assim no campo da biotecnologia, onde experiências vêm-se processando com resultados extraordinários. Tem sido assim no campo da tecnologia de novos materiais, onde já conseguimos produzir fibrocarbono, fibras óticas, material supercondutor. Tem sido assim na genética aplicada, que aumentou extraordinariamente a produção nos campos; tem sido assim na tecnologia aeroespacial.

Este evento nos dá sobrada razão para, sem ufanismo, sem patriotada vazia, sem entusiasmo balofo, mostrar que há razões sérias para se acreditar no futuro deste País; há razões sérias para acreditar que podemos entrar num processo de modernização, de todo o nosso aparelho produtivo e encontrar, afinal de contas, o destino que vem sendo prometido pela natureza exuberante deste País, desde a sua descoberta.

Este País, Sr. Presidente, está em falta com a sua população, porque a densidade de tecnologia colocada nos processos ainda é elementar e rudimentar. Mas sempre tivemos uma confiança, sempre tivemos uma esperança em tudo isso, de que a acumulação de conhecimentos científico e tecnológico se opera de maneira descontínua. Isso quer dizer que não temos que atravessar, etapa por etapa, tudo aquilo que os outros países já fizeram, para, de repente, nos situarmos ao pé e ao passo das melhores conquistas da civilização. Neste momento, situamos-nos no campo das energias alternativas no melhor patamar, sem termos necessidade de passar por outras experiências anteriores no domínio da Física atômica. Esta consciência é que nos dá a obrigação de mantermos o esforço no campo da ciência e da tecnologia, de selecionarmos alguns pontos específicos. Não temos que dominar toda a área científica que já é de domínio e apropriação dos países mais ricos. Mais existem uns 5 ou 6 campos específicos do conhecimento científico-tecnológico onde é possível competir, onde é possível estar no nível dos melhores, onde é possível encontrar um grau de excelência onde é possível apresentar a inovação e onde é possível apresentar um aproveitamento comercial imediato. Neste campo específico da fusão nuclear a frio, não se vislumbra, a curto prazo, uma aplicação comercial do processo, não se vislumbra sequer uma utilização imediata do procedimento. Mas, num horizonte não muito distante, de 10 ou 20 anos, a utilização desse método de produção de energia se tornará corrente e tornará obsoletos todos os outros processos dos quais somos penosamente dependentes neste momento, dependemos do petróleo, dependemos da produção de álcool, dependemos da produção de carvão, dependemos da utilização de energia solar, em todos esses campos nós não conseguimos auto-suficiência. Mas, de repente, esse instrumental, ainda rudimentar, utilizado na Universidade de São Paulo e no INPE, poderá ser a salvação da lavoura e a garantia de estabilidade no futuro deste País.

Por isso, Sr. Presidente, toda a palavra será vã, todo o elogio será pouco para ressaltar o extraordinário evento realizado na Universidade de São Paulo.

Daqui do Congresso Nacional, desejo que aqueles homens que se debruçam sobre um balcão de laboratório, aqueles homens que manipulam uma proveta, um bico de Busnsen, aqueles homens que utilizam tubos de ensaio, aqueles que estão calculando num quadro negro ou debruçados numa prancheta, saibam que daqui, deste Congresso, temos o mais profundo respeito pelos seus trabalhos, pelos seus empenhos, pelas suas dedicações, pelas horas que se estão consumindo para garantir, para assegurar o futuro deste País.

Durante o discurso do Sr. Senador Marcondes Gadelha, o Sr. Senador Iram Saraiva deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Senador Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Olavo Pires.

O SR. OLAVO PIRES (PTB — RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desta vez, ao ocupar a tribuna desta Casa, não vou comentar o desastre moral que se abateu sobre Rondônia com a ascensão do atual Governo do nosso Estado. Não vou comentar a crise moral, o mar de corrupções, o mar de lama que hoje corre em todo o Estado que aqui represento.

Hoje, estou aqui, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para fazer um comentário sobre a nossa Casa, sobre o Senado — a que com muita honra e orgulho passei a pertencer, a partir das eleições passadas, na condição de representante do povo do Estado de Rondônia — que me causou e tem-me causado, para ser bem claro e objetivo, profundas decepções.

Primeiramente o descontentamento que existe em meio aos senadores é quase geral, não podemos continuar aceitando esta situação de "avilte", de desrespeito, de agressão a todos nós. Somos representantes do povo brasileiro e na condição de representantes desse povo temos que falar alto em seu nome.

A primeira experiência negativa que tive no Senado foi quanto submeti à Mesa Diretora anterior uma sugestão para que melhorasse, a custos econômicos, módicos, as nossas tão acanhadas acomodações dos gabinetes parlamentares.

Fui até à engenharia do Senado e apresentei-lhe a minha sugestão. Esta, foi transportada para um anteprojeto, submetido à Mesa Diretora anterior, que pura e simplesmente não o aprovou sob várias alegações, inclusive a de que esta Casa é um projeto de Oscar Niemeyer e é, por conseguinte, intocável.

Disse, na época, e repito: gostaria de conhecer o escritório ou o gabinete de despacho do arquiteto Oscar Niemeyer para estabelecer um paralelo comparativo entre o seu local de trabalho e as acomodações absurdas que se destinam aos senadores. Isto é um "avilte", um desrespeito à nossa condição de senadores da República.

Depois, veio uma série de providências, que visavam pura e simplesmente, no meu modo de entender, aviltar a imagem e a pessoa do Senador. Com um destaque: só senadores integrantes da Mesa Diretora da Casa sempre gozaram dos melhores gabinetes, de quotas expressivas junto à Gráfica e daí por diante.

A nossa condição de senadores é igualitária. O Senador do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Paraíba, de Rondônia, do Acre, de Pernambuco é o mesmo Senador. E o Senador que ocupa eventualmente um cargo na Mesa Diretora do Senado, ocupa, também, por uma questão eventual, um mandato de dois anos.

Nós não podemos aceitar que o simples fato de um Senador pertencer à Mesa Diretora — e se pertence à Mesa Diretora foi, inclusive, com o nosso voto — passe a se considerar um semideus aqui na Casa.

Quero adiantar a V. Exªs, sem nenhum intuito de tumultuar esta Casa a que pertencemos, que eu, como Senador, não aceito, em hipótese alguma, e usarei a tribuna, quantas vezes for necessário, para combater e repudiar esse tratamento desprezível que existe por tradição aqui no Senado.

Não concordo, também, com o posicionamento de determinados senadores, principalmente os componentes da Mesa, que distribuem notas, informações, colocações e posicionamentos à imprensa, o que representa nada mais nada menos que um "avilte" à instituição a que pertencemos. Não vou dizer que seja com o objetivo de se autopromoverem, mas o resultado acaba sendo este.

Esta Casa precisa, sim, se moralizada, precisa ser endireitada, mas não às custas do sacrifício e da moral dos senadores. Temos que começar pelos funcionários da Casa: os bons precisam e devem ser premiados e valorizados; quanto aos "fantasmas", é preciso que a Mesa Diretora tenha coragem — seja ele afilhado de A, B, C ou D — para afastar esse elemento da Casa, seja jornalista deste ou daquele jornal, deste ou daquele órgão de imprensa, afilhado deste ou daquele figurão; a Mesa Diretora precisa ter a iniciativa e a coragem de tomar essa decisão. Ficam, por exemplo, fazendo colocações, com relação aos senadores, como se nós fôssemos assalariados; como se tivéssemos obrigação de cumprir horário na Casa. O trabalho do Senador — como todos nós sabemos — não se resume, única e exclusivamente, ao plenário; o horizonte, a sua abrangência é muito maior; temos atividades nas nossas bases políticas, nos nossos estados, que, muitas vezes, nos prendem às nossas bases de origem; nós temos as nossas atividades aqui, em Brasília, nessa peregrinação humilhante que fazemos junto aos Ministérios, junto às empresas do Governo, solicitando sejamos atendidos, no tocante às medidas e aos interesses do Estado que representamos e, muitas vezes, somos até subestimados por esse ou aquele funcionário desse ou daquele Ministério.

Agora, o Senador é lembrado na hora em que o Governo precisa do voto dele; aí, sim, o Senador é lembrado, é solicitado e é valorizado.

Há dias, Sr. Presidente e Srs. Senadores, tivemos, aqui, o episódio da votação da Presidência e da Vice-Presidência da Comissão Permanente do Distrito Federal. Ora, uma votação é um ato democrático que o povo brasileiro tanto reclamou e tanto teve ansiedade para que viesse a acontecer neste País. E se é um ato democrático, se é uma prática democrática, deve ser exercida na plenitude da democracia e não sob coação.

Se vamos para uma Comissão eleger a Presidência e a Vice-Presidência desta, estamos ali para escolher, de acordo com o nosso livre arbítrio, este ou aquele nome, independente de qualquer pressão. A eleição de Presidente e de Vice-Presidente da Comissão do Distrito Federal foi revestida de achaques, de agressões, de insubordinações, de molecagens. E nós, Senadores, ficamos a mercê de uma centena de vândalos, de anarquistas, de baderneiros, sem termos condição alguma de nos defender. Eu, por exemplo, recebi uma das grandes agressões do dia, destrataram-me, xingaram-me. Quando passei por um "corredor polonês", vi aquele espetáculo deprimente de Senadores da República, homens honestos, probos, sérios, que aqui estão, muitas vezes, em detrimento dos seus interesses particulares, porque passaram a pertencer à vida pública brasileira, serem tachados de ladrões, corruptos, safados — isto não é maneira de se receber e tratar um Senador.

Aqui é a Casa do povo ordeiro, não é Casa do povo bademeiro; aqui não é Casa de anarquistas. E não estamos aqui, Sr. Presidente, para sofrer agressões como aquelas.

A Segurança do Senado mostrou-se impotente — não que eu queira, com isto, jogar pedra na Segurança do Senado. Havia apenas três ou quatro pessoas, de constituição física inclusive frágil para enfrentar cinqüenta, sessenta, oitenta, cem anarquistas predispostos a promover espetáculo dantesco de agressão a nós, Senadores. Vieram sugerir-nos que saíssemos pelo fundo. Tem cabimento uma situação dessa?

Em Rondônia, no meu Estado, viro o Estado de ponta a ponta, dada a minha posição de conhecimento, de liderança e pelo trabalho político que lá exerço, e digo com toda a sinceridade: faço todo esse trabalho sem nenhuma segurança pessoal e sem portar um canivete sequer! Porém, aqui dentro do Congresso Nacional, do Senado, estamos sendo obrigados a contratar seguranças particulares ou, talvez, a reviver o velho oeste americano — andar aqui portando revólveres na cinta para evitar que sejamos esbofeteados, esmurrados, espancados por anarquistas, por moleques, por baderneiros que têm acesso a esta Casa com a facilidade que desentendo!

O Senador Maurício Correa, meu amigo pessoal, é um dos Senadores que com muita dignidade representa o seu povo. Acredito piamente que não teve nenhuma participação no episódio. Mas, não me conformo com a sua postura — e gostaria que S. Exª aqui estivesse — depois de ter, com a sua interferência, permitido a participação daqueles baderneiros, daqueles anarquistas, no recinto da Comissão do Distrito Federal, e S. Exª saiu, depois, tranqüilamente, sendo aplaudido, a nos deixar entregues à sanha daqueles irresponsáveis.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. OLAVO PIRES — Ouço, com prazer, o aparte de V. Exª

O Sr. Jutahy Magalhães — Nobre Senador Olavo Pires, essa questão de assistência dos nossos trabalhos, por parte da população, é um fato que vem se repetindo há muitos e muitos anos. Quando fui eleito deputado federal em 1974, uma das minhas primeiras preocupações foi exatamente esta. E, por várias vezes, apresentei opiniões e propostas impopulares, porque considero que a presença do público pode trazer problemas, como aconteceu naquele dia. É permitida a entrada de pessoas no recinto do prédio do Congresso Nacional, para assistirem às sessões normalmente, em qualquer país, por mais democrático que seja — e eu citaria aqui a Inglaterra e os Estado Unidos, que são exemplos de democracia. Tive a oportunidade, antes de ser parlamentar, ainda jovem, quando morei nos Estados Unidos por algum tempo, de assistir a algumas sessões no Congresso americano. Eu ficava sentado, era proibido fumar ou dar qualquer opinião para o vizinho, não se podia nem cochichar com o vizinho, porque logo vinha o segurança para pedir a retirada da pessoa. Isto no Congresso americano, que é o exemplo de democracia em qualquer canto do mundo! Aqui, temos essas preocupações. Em cada votação polêmica temos sempre problemas com atitudes, às vezes, desagradáveis. Esse episódio de que V. Exª fala, ocorrido na Comissão do Distrito Federal, a Mesa já está tomando as devidas providências para punir os responsáveis. Tive a oportunidade de, no exercício da Liderança do PMDB, pedir também essas providências, porque acho que é inconcebível, inadimissível. Mas pedi o aparte para dizer que a minha grande preocupação, Sr. Senador, é a de que eu tenho visto, tenho lido manifestações em meios de comunicações, até certo ponto, incentivando atitudes como esta de pressão sobre parlamentares. É bem verdade que, na maioria das vezes, de Câmaras de Vereadores do interior, mas incentivando essa atitude de pressão e até de ameaças físicas aos parlamentares. A participação popular é necessária e desejável...

O SR. OLAVO PIRES — Ordeira, não é Senador?

O Sr. Jutahy Magalhães ....ordeiramente com respeito àqueles que tiveram pensamentos diferentes. Por isso é que quando leio essas notícias, fico preocupado, porque vejo que esses mesmos órgãos, quando há pressão não contra o parlamentar, mas em favor de determinado tipo de votação, esses mesmos órgãos fazem editoriais para condenar a participação popular. São dois pesos e duas medidas. Então Sr. Senador, acho que não podemos, realmente, permitir esse tipo de interferência nos trabalhos legislativos. Nosso Regimento tem medidas, mas, infelizmente, não são tomadas e, muitas vezes, por culpa nossa. Recordo-me que quando participei de uma das Mesas, no Senado, tive uma preocupação a respeito da segurança lá no Congresso Nacional, em tomar medidas para evitar determinados abusos que estavam sendo cometidos, quando um deputado chegava a dizer que estavam jogando até canivete, lá de cima das galerias.

O SR. OLAVO PIRES — Canivete, moedas, fichas de telefone.

O Sr. Jutahy Magalhães — Lembro-me de que, nessa época, procurei tomar algumas providências e eram os próprios deputados que iam evitar que as providências fossem tomadas, e às vezes senadores também. Então, não podemos fazer com que a Mesa fique impotente, porquanto companheiros nossos são responsáveis por essas atitudes. Agora, que nós temos de tomar algum tipo de providência isso é inevitável. Temos que tomar providências para evitarmos que no futuro cheguemos a dizer: bom, os fatos estão piorando, as pressões estão aumentando, esse tipo de participação indesejável e antidemocrática está ocorrendo a cada instante; os incentivos a isso também estão se repetindo. Então, para não chegarmos ao futuro dizendo que poderíamos ter evitado e não o fizemos, acho que é o momento de se pensar numa solução para que fatos como esses não se repitam aqui no Senado e, principalmente, no Congresso Nacional.

O SR. OLAVO PIRES — Muito obrigado, nobre Senador Jutahy Magalhães. Conforme V. Exª frisou há pouco, realmente temos sido alvos de agressões físicas, inclusive, na Assembléia Nacional Constituinte, por exemplo: quando se votaram determinadas matérias, choviam das galerias moedas, fichas de telefone e saquinhos de plásticos com alguma coisa dentro.

Quero adiantar aos Srs. Senadores que estou na política por uma questão de idealismo. Não preciso ser senador, não preciso ser deputado federal, não vivo deste salário que ganhamos aqui, sobre o qual vivem fazendo jogo para a platéia. Sou um político que gasta, pago para ser político.

Mantenho, no meu estado, uma obra beneficente, a chamada Fundação "Olavo Pires". Em cada cidade de Rondônia há uma unidade da fundação, com médicos, dentistas e medicamentos, que são dados de graça ao povo carente. Além disso, estamos instalando, em Rondônia, dez "vacas" mecânicas e dez padarias para dar pão e leite ao povo carente, porque aquele governo, lá, está matando o povo à míngua.

Então, o trabalho que faço é este. E o homem que trabalha dessa maneira não está aqui para ser chamado de ladrão, de corrupto, disso ou daquilo.

Quero sugerir à Mesa Diretora e solicitar que não só tome as medidas cabíveis, com todo o rigor possível, doa a quem doer, mas também reforce a segurança do Senado, adapte essa segurança com homens fortes, com pessoas de físico avantajado que possam realmente vir a nos dar segurança. Quero adiantar que não sou nenhum covarde e nem estou com medo não.

A imprensa divulgou, proposital e descabidamente: "Senador leva tapas e é chamado de ladrão". Chamado de ladrão fui mesmo. Quanto a tapas, graças a Deus não foi dessa vez ainda que os levei. E já passou da hora, porque não estou aqui para apanhar de ninguém.

Fui eleito, como disse no início, para trabalhar pelo povo. E esse trabalho, tenho consciência de fazê-lo com muita dedicação, com muito carinho, com muito apego. Não fui eleito para ser agredido pelo povo, principalmente pelo povo desordeiro, pelo povo bademeiro, pelo povo anarquista.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. OLAVO PIRES — Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Olavo Pires, quero solidarizar-me com V. Exª nesse lamentável episódio da eleição da Comissão do Distrito Federal, episódio esse que — acredito — não vá mais se repetir, porque quem faz um cesto faz um cento. Sei o que V. Exª passou.

O SR. OLAVO PIRES — O que nós passamos, não é Senador?

O Sr. Ney Maranhão — Eu ia completar. O que V. Exª passou, todos nós Senadores passamos. Estou solidário com V. Exª, mas muito bem disse o Senador Jutahy Magalhães. A nossa Casa, o Senado Federal, é um Poder moderador; o Congresso é o pulmão do povo, da democracia. Eu, como Deputado que fui por 16 anos, acompanhei vários episódios, desde 1954 até 1969, quando os militares cassaram o meu mandato. Vi muitos episódios. A imprensa falada, escrita, televisionada — é verdade — tem que olhar, dizer, divulgar as coisas que se passam dentro do Poder Legislativo, mas — repito — o que o Senador Jutahy Magalhães disse é uma verdade. Problemas de importância, debates importantes e fundamentais para a vida do país, muitas vezes merecem apenas duas linhas. Entretanto, quando se trata de escândalos, eles fazem uma tempestade em um copo d'água, e aquilo vem em manchetes, o que vai contra eles próprios, porque na hora em que esta Casa não tiver condições de falar e de dizer aquilo que realmente está se passando junto ao povo brasileiro, os principais prejudicados serão eles — a imprensa. V. Exª vê a manchete que deram referente a V. Exª Todos os jornais do Brasil publicaram. Mas não disseram do trabalho que V. Exª faz em sua Fundação, em seu Estado. Eles não disseram isso. Então, Senador Olavo Pires, é um problema que temos que ver com muito carinho. E digo mais uma coisa, como nordestino: nordestino tem um adágio popular que diz que quem muito se baixa o fundo aparece. Acho que o Senador Nelson Carneiro, conhecedor profundo do Poder Legislativo, também não tem medo de cara feia. Conheço o Senador desde a época em que comecei como Deputado Federal, no Rio de Janeiro. Ele já era Deputado. Eram famosos os debates sobre divórcio do Senador Nelson Carneiro com um dos Deputados Federais de maior conhecimento e famoso em Pernambuco, o Deputado Monsenhor Arruda Câmara. Tenho a certeza de que, com esse episódio da Comissão do Distrito Federal em que V. Exª foi agredido, agressão essa que redundou em uma ofensa ao Senado da República, o Senador Nelson Carneiro irá tomar providências enérgicas para que isso não se repita. Solidarizo-me com V. Exª e tenho a certeza de que toda a Casa está solidária com V. Exª

O SR. OLAVO PIRES — Obrigado, Senador Ney Maranhão.

Quero fazer alguns reparos. A agressão havida nesse dia não foi dirigida ao Senador Olavo Pires; foi dirigida a todos os Senadores indistintamente, aleatoriamente, abusivamente, independente de em quem o Senador votou. Agrediram inclusive Senadores que votarem em Maurício Corrêa.

Como eu disse anteriormente, sugeriram, inclusive, a alguns senadores que saíssem pela porta dos fundos.

São colocações, são posições deprimentes e que minimizam, que aviltam não só a figura daqueles senadores que estavam na comissão, mas que aviltam a figura inclusive de S. Exª o Sr. Presidente do Senado; aviltam a figura de todos nós, senadores, e aviltam a figura da instituição que representamos.

Temos realmente que nos posicionar contrários a isso, para evitar que daqui a alguns dias se repitam outros fatos parecidos e, talvez, com conseqüências mais graves.

Colocado foi, pelo Senador Ney Maranhão, a problemática da imprensa. A imprensa, de que tanto precisamos, que é tão importante na divulgação dos absurdos que acontecem nesta Nação, tinha que ter o cuidado de divulgar as coisas com precisão, se não ela, por si mesma, vai-se desmoralizando ao publicar matérias que não representam a realidade. Depois, ao lermos uma outra matéria, admitimos que ela também pode não ter a credibilidade da anterior.

Concluindo, Sr. Presidente, quero solicitar de V. Exª e da Mesa Diretora, as providências aqui já pedidas: que apurem as responsabilidades, que sejam punidos os responsáveis. Já foram bater no meu gabinete, pedindo por favor para que eu viesse a interceder por esse ou aquele, que nem conheço, alegando que não estava presente. Não sei quem estava presente. O espetáculo foi tão chocante, tão agressivo, que não deu para gravar a fisionomia de ninguém. Agora, solicito as providências e, também, que seja remodelado, reforçado, ampliado o nosso quadro de segurança, por que seria deprimente nós termos que passar a transitar aqui pelos corredores, e vir para este plenário com revólver na cinta, para nos autodefendermos das agressões dos vândalos, dos anarquistas e dos banderneiros. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa sente-se no dever de dar algumas explicações para que constem dos Anais, diante das considerações que acabam de ser formuladas pelo nobre Senador Olavo Pires.

Inicialmente, a intervenção de S. Exª fortalece um pensamento da Mesa, o de convocar uma sessão secreta do Senado Federal, para que possamos discutir os nossos problemas

e encontrar as soluções. A Mesa sugerirá algumas medidas e os Srs. senadores outras. De qualquer forma, o objetivo será sempre o mesmo, o de resguardar o funcionamento e a dignidade desta Casa.

Cumpre-me, porém, resumir algumas notas e prestar informações ao nobre Senador Olavo Pires.

Quanto ao problema das acomodações nos gabinetes, como S. Exª afirmou, é um problema que vem da Mesa anterior e, certamente, não foi resolvido por falta de recursos. A Mesa tinha um projeto até de criar um outro edifício, um anexo, e por falta de oportunidade não se realizou. Se tivesse sido possível construí-lo naquela ocasião, com certeza, os Srs. senadores estariam melhor acomodados.

Quero dizer que a Mesa atual luta, ao contrário do que pensa o nobre Senador, com dificuldades. Os 2º, 3º e 4º Secretários não têm gabinetes, eles despacham em seus gabinetes de apoio, porque o Senado não os tem em número suficiente para lhes dar essas acomodações que, regimentalmente, lhes são devidas.

Quanto às cotas e outras vantagens que possuem os membros da Mesa, quero esclarecer ao nobre Senador que elas são tradicionais, tanto na Câmara como no Senado, mas a Mesa estuda e vai submeter a exame dos seus pares novas restrições, como algumas que já foram aceitas e já estão em vigor. Cada Senador que ocupa lugar na Mesa tinha direito, além de um carro para o seu transporte, a um outro para seu gabinete, o mesmo acontecendo com as vice-presidências. Os atuais titulares da Mesa abriram mão dessa segunda viatura e fizeram apelo aos Srs. Líderes para que também agissem assim.

Infelizmente, nem todos o puderam atender, mas os membros da atual Mesa, já se despojaram desse segundo veículo, o que mostra que essa decisão vem em apoio ao que acaba de sugerir o nobre Senador Olavo Pires.

A Mesa não tem divulgado notas que prejudiquem os Srs. Senadores. A única nota oficial que a Mesa divulgou foi exatamente em respeito aos representantes do Poder Legislativo federal.

Quando, pelo país inteiro, foram divulgadas notícias de subsídios maiores de vereadores e deputados, atribuindo isso a uma possível correlação com o que ganham os deputados e senadores, a Mesa sentiu-se no dever de esclarecer que, desde a vigência da atual Constituição, não há qualquer vinculação entre os subsídios dos parlamentares federais, os estaduais e os municipais, como existia na Carta constitucional anterior.

Quanto aos bons funcionários, que precisam ser prestigiados, é o que visa a atual Mesa, como certamente as anteriores visavam. Mas o difícil é, numa Casa de tantos e vários milhares de funcionários, descobrir-se aqueles que são os melhores e os que são apenas bons, para que sejam premiados os primeiros. Mas, de qualquer forma, isso só poderá ser concluído após o término do levantamento que está sendo elaborado pela 1ª Secretaria, cujos resultados estão sendo apurados. Só depois de se fazer o levantamento total do funcionalismo da Casa poder-se-á localizar os funcionários "fantasmas", aqueles que recebem sem participar dos trabalhos legislativos.

Quero dizer aqui, mais para esclarecimento do público do que para nós, senadores, que há duas classes de funcionários: há os que são do Senado Federal — e esses, na forma da Constituição, devem morar em Brasília, ou no Rio, quando destinados para a representação ali sediada, e são poucos relativamente — e aqueles que são assessores técnicos e secretários parlamentares. Estes não têm vínculo com o Senado e podem estar onde os Senadores mandarem que estejam. Isso cria uma grande confusão, poque esses secretários ou assessores técnicos, porque estão em seus Estados ou fora de Brasília, levam à fácil conclusão de que também esses devem ficar em Brasília.

A Mesa não tem nenhuma reserva em acentuar que está, nesse momento, estudando uma circular para enviar a todos os Srs. Senadores, para que denunciem esses funcionários "fantasmas", funcionários estatutários, funcionários celetistas, funcionários de obra, que acaso figurem em seus gabinetes e a eles não comparecem, embora tenham que residir em Brasília. A Mesa tem notícias, e já está examinando a situação de funcionários que não residem, sequer, em Brasília.

De modo que a Mesa não pode agir sozinha; tem de contar e esperar contar com a colaboração dos Srs. Senadores.

O Sr. Olavo Pires — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Peço licença a V. Exª para concluir e depois darei a palavra para que V. Exª faça suas considerações. A Mesa não pode aceitar o diálogo, por força regimental. Mas concederei, depois, a palavra a V. Exª

O plenário determinou que o ponto fosse assinado no próprio gabinete dos Srs. Senadores, ao contrário do que acontece na Câmara dos Deputados.

Quanto à Comissão do Distrito Federal, estava eu na presidência, quando me chegaram as primeiras notícias de que havia possibilidade de tumulto e determinei que fosse maior o número de seguranças para reforçar o serviço dos que ali se encontravam. E foi com base no relatório dos seguranças que a Mesa tomou as seguintes providências: primeiramente proibiu a entrada, no recinto do Senado Federal, de cidadãos estranhos à Casa e que teriam participado desses acontecimentos; e se entende com a Mesa da Câmara para que, oportunamente, tome igual providência. E também determinou, de logo, a instauração de inquérito e não de simples sindicância, como a princípio foi sugerido pela Diretoria-Geral, para apurar as responsabilidades dos funcionários apontados como participantes daqueles lamentáveis acontecimentos.

E esta presidência, desta tribuna, desta Mesa, fez um apelo aos Srs. Senadores que não condescendessem e colaborassem, identificando os funcionários apontados como responsáveis. Esses servidores estão suspensos, está nomeada uma comissão de 3 membros, presidida pelo nobre Senador Divaldo Suruagy, para que conclua com as sanções que julgar necessárias e oportunas.

Quanto aos seguranças do Senado, se são frágeis ou não, a Mesa não pode modificar-lhe o físico porque não foram selecionados pela sua compleição atlética, mas pela indicação dos antigos senadores, dos que aqui estavam antes dessa legislatura, já que na anterior e nesta, nenhum funcionário foi admitido, e já eram antigos funcionários da Casa. O grande defeito é que muitos desses seguranças, e são numerosos, estão desviados de função e a Mesa está fazendo um apelo a todos os Srs. Senadores para que devolvam à Segurança aqueles elementos que porventura se encontram em seus gabinetes.

Quanto ao que tem ocorrido no plenário do Congresso Nacional, devo dizer que, sob a nossa presidência, ainda não aconteceu nenhum fato lamentável. Houve dias em que a Mesa do Congresso admitiu a presença de 800 pessoas. Mas não permitiu a qualquer delas manifestação a favor ou contrária. Quando, num dos últimos dias, 200 presentes vaiaram, na saída, ao despedir-se o plenário, porque se recusou a continuar a votação, no dia seguinte a Mesa não permitiu se aumentasse mesmo de um só os 200 presentes, apesar dos numerosos apelos dos parlamentares para que se ampliasse a presença do público nas galerias.

Finalmente, assim, durante a vigência da atual presidência, não houve nem canivetes, nem moedas, nem fichas de telefones jogadas da galeria sobre os Srs. Parlamentares.

Realmente, é preciso reforçar a segurança, mas não é necessário nomear mais seguranças; é mister que os Srs. Senadores abram mão dos seguranças que por acaso estejam nos seus gabinetes, de acordo com orientação anterior, e possam fazer a segurança, não de cada um de nós, mas de todos nós. Isto é indispensável.

Quanto à colaboração dos Srs. Senadores, essa é imprescindível, tornando realidade o ponto em seus gabinetes, para que os funcionários que devem residir em Brasília, residam aqui e compareçam ao serviço durante as horas que estão fixadas pela decisão do próprio Senado Federal. E que não concordem com o desvio de funções. A Mesa está lutando para acabar com o desvio de funções. Quem entrou no Senado pela porta das obras, para ser vigia, vai ser vigia; quem entrou para ser pedreiro, vai ser pedreiro. O que não pode, por exemplo, é vigias se transformarem em agentes administrativos, ou funcionários de gabinete. Continuarão sendo o que sempre foram, a menos que passem pelo serviço do Cedesen, que é o aprimoramento do funcionário, para que seja melhor aproveitado no serviço público.

Finalmente, quanto aos debates da imprensa, quanto ao que diz a imprensa, nada a Mesa pode fazer. A Mesa e todos os Srs. Senadores são partidários da liberdade de imprensa, e ela, justa ou injustamente, julga os senadores, os deputados, os homens públicos. Estamos

exatamente "na chuva para nos molhar" e, geralmente, somos "molhados" injustamente. Mas não há como impedir que a imprensa faça isso.

Quero dizer que também o Serviço de Divulgação do Senado Federal está fazendo uma convocação a todos os funcionários subordinados àquela Secretaria para que deixem de integrar os gabinetes dos Srs. Senadores. Os jornalistas devem funcionar para o todo, para a comunhão, que é o Senado Federal. A Mesa vai determinar que todos voltem aos seus afazeres, que haja nas Comissões Técnicas jornalistas, funcionários da Comunicação Social, que acompanhem e divulguem os trabalhos das Comissões Técnicas e, obrigatoriamente, distribuam pelos jornais os resultados dos referidos trabalhos, para que sejam ou não publicados, dependendo da orientação de cada jornal. Neste particular, a Mesa está certa de contar com a colaboração de todos os Srs. Senadores. Todos são responsáveis pelo bom nome da Casa, pelo êxito dos nossos trabalhos, e confia a Mesa que todos darão sua contribuição para que sejam mais fáceis nossas atividades e mais fácil o trânsito nesta Casa.

Posso, ainda, concluir, lembrando que, neste momento, a Mesa estuda, através da 1ª Secretaria, um meio de só admitir a entrada no Senado Federal de quem se identifique. E posso, aqui, dar um depoimento pessoal: Senador da República, fui ao Senado italiano, onde tinha um grande e saudoso amigo, o Senador Luiggi Fortuna, que lutou pelo divórcio, afinal, vitorioso naquele País, e com quem mantive sempre as melhores relações, inclusive, ele veio ao Brasil e eu fui à Itália, quando ambos lutávamos pela mesma tese.

Cheguei ao Palácio, onde se reúne o Senado italiano, e um porteiro muito amável, de casaca, fez-me sentar numa daquelas poltronas do salão de espera e perguntou-me quem eu era. Identifiquei-me. Dei-lhe todos os documentos que comprovavam que eu era um senador do Brasil. Ele me pediu licença e mandou um oficial seu ao Gabinete do Senador Luiggi Fortuna, e somente quando S. Exª soube quem eu era autorizou um seu auxiliar de gabinete apanhar-me na portaria. E só então entrei no edifício do Senado Federal.

Aqui, não! Aqui, todas as portas estão abertas e chama-se a isto democracia. É preciso, portanto, que pensemos que democracia não é somente isto; democracia é a presença do povo nas galerias, é a presença do povo, quando convocado, nas comissões, é a presença do povo julgando senadores e deputados.

Mas não pode ser esse "mercado persa" que caracteriza os nossos corredores, quando podemos ser assaltados a qualquer momento, pelos que pedem dinheiro para viajar e até para jogar na Loteria Esportiva.

De modo que, sem a colaboração dos Srs. Senadores, a Mesa não poderá fazer coisa alguma. E este ensejo que V. Exª me abre me é muito grato, porque dele me valho para solicitar que todos os Srs. Senadores, e cada um, colaborem, como espero, com a Mesa, nesta tarefa que é ingrata e que não traz alegria à Mesa, desejosa de cumpri-la religiosamente até o fim.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Olavo Pires.

O SR. OLAVO PIRES (PTB — RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, após ouvir as suas experientes e sábias colocações, sinto-me sobremaneira tranqüilo ao ficar constatado que V. Exª realmente conhece as minúcias, as peculiaridades, as inconveniências que estão residindo nesta Casa.

Mas quero dizer mais a V. Exª: esta Mesa Diretora divulgou há pouco tempo, através da Imprensa, inclusive, que iria controlar a presença e a frequência dos Senadores no Senado Federal. Tive oportunidade, por várias vezes, de entrar e sair do Senado e não encontrar no seu posto de trabalho — que é ali próximo ao elevador — o funcionário encarregado de anotar a presença dos Senadores, chegou um dia em que liguei para a Secretaria e cobrei um posicionamento com relação a isso.

Então, temos que começar a moralizar a Casa em seus mínimos detalhes; começar a consertar esta Casa nos seus mínimos detalhes.

A presença do povo aqui nesta Casa é, por todos nós, motivo de alegria e satisfação, é inclusive um convívio que nos traz o prazer de podermos mostrar ao vivo, *in loco*, uma parte de nosso trabalho. Queremos aqui a presença do povo ordeiro, presença do povo respeitador, a presença do povo que vem aqui para nos ajudar a construir um Brasil melhor, e não a presença de um povo composto por anarquistas, por baderneiros, por elementos que, talvez, tenham vindo aqui até subvencionado por esse ou aquele esquema para causar e divulgar, difundir mais ainda a desmoralização da Instituição a que pertencemos.

Muito obrigado!

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães, pela ordem.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desculpe-me V. Exª por solicitar a palavra neste momento, mas eu gostaria de fazer alguns comentários a respeito da fala de V. Exª, e do que aqui foi discutido, porque acho que muitas vezes somos criticados por dizermos aquilo que é preciso, por falarmos, de público, o que, muitas vezes, querem que digamos em particular. Acho que V. Exª fez muito bem em trazer a público o que colocou agora há pouco.

É preciso que todos tomem conhecimento de falhas nossas, de obrigações que temos de tentar corrigir, da responsabilidade que todos nós, Senadores, temos na correção desses problemas. V. Exª disse bem, por exemplo: a questão dos seguranças. Se V. Exª for se queixar da Segurança por não ter havido uma presença maior, naquele dia, na Comissão do Distrito Federal, vai ouvir o reclamo da chefia dos seguranças que os mesmos estão nos gabinetes dos senadores, porque eles não dispõem de número suficiente para atender às necessidades que temos num prédio com tantas entradas, com tantas dificuldades de se preparar um esquema real de segurança, mas nós temos número suficiente para atender às nossas necessidades, mas é preciso que eles estejam funcionando como segurança, e na realidade não estão.

Quando V. Exª fala de físico — V. Exª esqueceu, conhece isso muito melhor que eu — quase todos os seguranças eram ex-motoristas, quase todos têm problemas renais, não podem ficar muito tempo em pé, isso é uma falha nossa, chama-se desvio de função.

Nós falamos, V. Exª também; o Senador Olavo Pires queixou-se também com relação à presença dos senadores. Acho que temos que tratar disso. Nossas obrigações com as bases são grandes, mas fomos eleitos para exercer o papel de parlamentar, também aqui. Mas o Senado chegou a um meio termo e permitiu as visitas às bases num período de um terço do mês; quem quiser organizar bem sua vida pode passar fora do Senado 9 dias seguidos, sem problemas de faltas computadas. Temos direito de irmos às bases, mas é preciso ter uma freqüência média de Senadores aqui, costumeiramente presentes, para não darmos espetáculos como têm acontecido constantemente.

Quando criticamos aqueles que aqui vêm para fazer baderna, precisamos fazer a nossa autocrítica, porque temos de reconhecer que estamos em uma situação de descrédito total perante a opinião pública. Quando reclamo, e o fiz aqui em alto e bom som, que a Imprensa infelizmente, e para preocupação minha, muitas vezes, está incentivando, não sei se propositadamente ou não — pode até estar querendo fazer uma crítica — mas na realidade está incentivando, pela repetição constante desta crítica, que se invada a Câmara de Vereadores do interior dos nossos Estados para evitar aumentos de subsídios. Quando entendo que a crítica é justa, ela deve ser feita constantemente para evitar-se os abusos; mas há o abuso contrário à invasão do prédio da Câmara dos Vereadores para, através de uma ação física, muitas vezes, evitar que se processe uma determinada votação. Entendo que a crítica também pode ser feita àqueles que fazem esse tipo de incentivo.

Quando mencionei o problema do canivete, é porque aconteceu realmente. Quando eu era 4º Secretário aqui no Senado, na Mesa presidida pelo Senador Jarbas Passarinho, houve uma queixa — não vi o canivete, mas os deputados lá na hora disseram que ele tinha sido jogado, que haveria caído perto da cadeira onde estava sentado um deputado que não me lembro agora qual era. Vi pedaços de poltrona, moedas, várias coisas que foram atiradas das galerias em cima dos deputados e senadores quando estão no recinto do Congresso. Isso tem de ser evitado.

V. Exª disse que, na sua Presidência, isso não ocorreu. Realmente tenho visto a preocupação de V. Exª, e para supresa minha, com

estava acontecendo. No dia seguinte, suspendem os próprios trens.

Essas demonstrações de fraqueza ou pusilanimidade só conseguirão agravar as coisas. A democracia só é o melhor regime porque combina a idéia da autoridade com a liberdade. Mas justamente porque a liberdade subside dentro da autoridade democrática, esta não pode abrir mão de uma polegada da dignidade que é intrínseca ao exercício do poder.

Os reis antigos cobriam-se de púrpura e ouro para expressar, da maneira mais visível, a tremenda responsabilidade que é o exercício do poder. Essas demonstrações hoje, tornaram-se de mau gosto: mas ai da autoridade que permitir a banalização da sua natureza.

Num clima social conturbado pelo entendimento do que seja a democracia, fala-se em *repressão* a cada vez que as forças de segurança são chamadas a cumprir o seu papel. No exercício de sua missão, elas podem, eventualmente, mostrar-se despreparadas, desacostumadas ao que têm de enfrentar. Mas vá alguém assistir ao modo como a polícia atua, nos países mais civilizados, quando está em questão a idéia de autoridade.

É exatamente na democracia que essa idéia não pode ser posta em questão, pois a democracia é a autoridade legitimada. Mas, no Brasil de hoje, parece estar havendo um complô para desmoralizar a idéia de autoridade — o que atinge em profundidade a noção de democracia.

A democracia e o caos são excludentes. O Brasil está vivendo um momento em que os valores, sejam eles quais forem, estão postos em causa — sendo um deles justamente o da idéia de autoridade. Por causa disso, os riscos que estamos correndo não podem ser subestimados. Ou se faz valer a autoridade, com toda a energia necessária, ou se prepara o clima para a liquidação da democracia.

Como a natureza tem horror ao vácuo — nisto incluída a natureza humana — logo aparecerá então, quem se ofereça como salvador do regime que não foi capaz de manter-se em suas próprias pernas. E os dias da experiência democrática estarão contados. Não foi para isto que o Brasil chegou tão perto das decisões finais sobre a sua vida institucional. E os que, por irresponsabilidade ou omissão, contribuírem para o agravamento deste quadro serão chamados em seguinda a prestar contas à opinião pública nacional.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, acontecimentos como estes que trago à tribuna do Senado são fatos sobre os quais precisamos meditar.

Eu, de minha parte, me preocupo. Fui Deputado Federal, como repeti em aparte ao Senador Olavo Pires, nos idos de 1954. Acompanhei neste País várias crises institucionais, desde a de 11 de novembro, quando tentaram impedir o Sr. Juscelino Kubitschek de assumir a Presidência da República, até o golpe militar de 1964.

Sabemos perfeitamente que o regime democrático, este regime que muitos pensam que seja ruim, mas que até hoje não encontraram um melhor, tem que ser consolidado. Essa consolidação, Sr. Presidente e Srs. Senadores, tem que ser feita através da liberdade, através do voto, através da conscientização do povo brasileiro.

Mas não vamos confundir liberdade com liberalidade. É o recado que dou ao PT, principalmente; é o recado que dou à CUT.

Vamos-nos lembrar, os mais velhos, como Leonel Brizola, como eu e tantos outros democratas; de que, com certeza, os avanços sociais têm que ser através do voto. Posso estar enganado, mas existem "cabos Anselmos" hoje, infiltrados no meio dos sindicalistas, do povo brasileiro que deseja ver a democracia consolidada, num regime de tréguas, depois de 25 anos, ocasião em que tivemos cassações, e fui também cassado, portanto, falo com autoridade. Fui preso e os militares inventaram 12 processos contra mim, inclusive me deram oito dias, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para provar a origem dos meus bens sob pena de serem seqüestrados. Isso está documentado. Quem quiser ver, eu posso mostrar. Preocupo-me. Tenho certeza absoluta de que estão infiltrados no meio dos sindicatos, da CUT e da CGT, os "cabos Anselmos" da vida, aquele mesmo cabo Anselmo que ficou na minha retina do qual nunca me esqueço. Os Senadores e Deputados que vivenciaram o Golpe Militar, viram-no insuflar os marinheiros, e sabemos o que aconteceu. Estamos vendo essa gente investida como líderes encapuzados nas fábricas, com barras de ferro nas mãos. Em Pernambuco, temos um Governador que foi uma das bandeiras, naquela época, da democracia. Foi cassado, foi desterrado, voltou nos braços do povo e hoje está sendo também massacrado pela infiltração dos "cabos Anselmos" da vida, para desestabilizar o Governo de Pernambuco porque é um governador que tem o apoio das massas, do povo mais desfavorecido do meu Estado.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, temos que alertar esses representantes dos trabalhadores porque os "cabos Anselmos" da vida, "o grupo dos Onze", da época antes do golpe militar, estão eles fazendo neste momento o seu papel. Vamos separar o joio do trigo. O Sr. Luiz Inácio, que é candidato a Presidência da República, tem que pensar, e pensar muito no que está acontecendo neste País; tem ele uma grande responsabilidade no regime democrático que estamos hoje vivendo. O povo brasileiro, daqui para o dia 15 de novembro, irá escolher o seu candidato a Presidente da República e há muita gente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que não quer essa eleição. Agora mesmo estão comentando sobre o parlamentarismo. Agora, pensam até em "virar a mesa" e sou contra; o parlamentarismo poderá vir depois das eleições, com a consulta ao povo, mas antes de mais nada temos que colocar ordem na Casa, e a responsabilidade principal dessa ordem é dos candidatos a Presidente da República. É o Sr. Leonel Brizola, que conhece muito bem o que aconteceu em 1964. É o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, junto à CUT e aos trabalhadores, principalmente este órgão cujo Presidente é o Sr. Jair Meneghelli.

Cuidado com esses marinheiros, que não são marinheiros, esses "cabos Anselmos" que desejam somente a morte da democracia.

Muito obrigado. (Muito bem!)

Durante o discurso o Sr. Se. Ney Maranhão o Sr. Sen. Nelson Carneiro deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Sen. Pompeu de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Lobo.

O SR. JOÃO LOBO (PFL — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o *Jornal do Brasil* publicou, na sua primeira página, do dia 14 de abril, a seguinte matéria:

BANCO DO PIAUÍ
PEDE SOCORRO DE
NCz$ 20 MILHÕES

O Banco do Estado do Piauí, em dificuldades de caixa, está pedindo NCz$ 20 milhões ao Ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, para cobrir seu rombo e salvar-se da liquidação. Os problemas começaram no dia 16 de novembro do ano passado, quando a liquidação do Banco do Estado de Alagoas decandeou uma corrida em Teresina, com as instituições detentoras de CDI (Certificados de Depósitos Interbancários) exigindo do bamnco estadual resgate imediato de seus papéis. O pedido de socorro a Maílson foi encaminhado pelo governador Alberto Silva. (Página 14.)

O Sr. Presidente, hoje, a Bancada do Estado do Piauí esteve no Ministério da Fazenda para tratar com o Sr. Ministro e com o Secretário-Geral e com o Secretário daquele Ministério sobre esse problema que aflige o Estado do Piauí.

O Banco do Estado do Piauí não foi propriamente pegado de surpresa porque no fim de março o Banco Central, depois de uma fiscalização que estava realizando em todos os bancos estaduais do País, havia feito um relatório avisando à diretoria da situação instável em que se encontrava aquele banco. Situação essa que atingia também, a quase todos os bancos estaduais deste País, com exceção de quatro bancos: o Banco do Estado de São Paulo, o Banco do Estado do Paraná, o Banco do Estado do Espírito Santo e o Banco do Estado de Santa Catarina. Os demais bancos estaduais encontravam-se em situação vexatória, precária, falimentar.

O Banco Central avisou à diretoria do Banco do Estado do Piauí e esta, que hoje tem como seu Presidente o Dr. Antônio de Pádua Ramos, ilustre piauiense, ilustre economista, que foi durante muitos meses do ano passado interventor do Banco do Estado do Ceará e é um técnico da área bancária, tentou por todos os meios e modos evitar que isso que está acontecendo, agora, tivesse o seu desfecho. O Go-

a colaboração da própria galeria de evitar qualquer manifestação favorável ou não. Tenho visto muitas manifestações de mãos dadas, mas silentes; silenciosas ficam para ali poderem ficar. Mas, sei, também, da dificuldade que V. Exª, como Presidente da Mesa, terá, se um dia houver a balbúrdia de querer que a nossa segurança evacue aquele recinto, o que vai ser muito difícil de acontecer.

Mas quero parabenizar V. Exª e os seus companheiros de Mesa. V. Exªs estão conseguindo realizar o muito que eu gostaria de ter alcançado e acho que só tenho razões para felicitá-los. Quero dizer, também, dos problemas que nós senadores poderíamos prever que ocorreriam se o ponto fosse estendido também aos gabinetes dos senadores, mas infelizmente não o foi. Quanto a esse aspecto, V. Exª com o tempo, com os companheiros que tem na Mesa que estão solidários com esse problema, com este seu pensamento, V. Exª conseguirá atingir os objetivos que todos desejamos que atinja.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — *Muito obrigado a V. Exª*

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PMB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho em mãos um ofício do Governo de Pernambuco que vou passar a ler e depois comentar.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

GABINETE DO GOVERNADOR

Recife, 6 de abril de 1989.

Senhor Senador:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, para prestar as informações que se seguem, com o objetivo de permitir o acompanhamento, por esta conceituada instituição, das ações do Governo do Estado relacionadas com o movimento grevista no setor de Saúde.

Conforme noticiado amplamente pela Imprensa local, três pessoas já faleceram por omissão de socorro médico, nas emergências dos hospitais públicos paralisados por piquetes grevistas: José Ailton dos Santos, de 11 anos, Elizete Maria da Silva, de 17 anos, e Anísia Soares da Silva, de 61 anos.

No Hospital da Restauração foram constatados casos de depredação de equipamentos médicos durante a greve, com danos graves no micrótomo do Setor de Patologia e na rede elétrica. O micrótomo foi propositadamente ligado por tempo indeterminado, quebrando por superaquecimento. Houve cortes de fios e retirada dos interruptores dos compressores do sistema de vácuo e roubo dos quadros de força de vários setores do hospital.

As responsabilidades, nos casos de omissão de socorro e nas depredações, estão sendo apuradas através de inquéritos administrativos e policiais.

Ações desse tipo confirmaram que o motivo grevista, conduzido por uma minoria, vem tomando rumos sem precedentes na história política do Estado, chegando até a uma tentativa de invasão do Palácio Campo das Princesas na noite de quinta-feira passada.

Ao longo de dois anos, o Governo do Estado vem mantendo uma relação de respeito mútuo com as instituições sindicais e as lideranças trabalhistas de Pernambuco, inclusive as que representam o funcionalismo público. Mas não pode admitir que uma opção pelo confronto, assumida por setores reacionários e minoritários envolvidos na greve, evolua até criar um clima de intranqüilidade no Estado, com o comprometimento dos serviços públicos e a morte de homens e mulheres do povo.

A decisão de demitir os que se omitem de seus deveres profissionais e contratar substitutos para garantir os serviços essenciais à população se inscreve nesse contexto. O Governo do Estado não abdicará de suas responsabilidades. E tem a certeza de contar com a compreensão de todos conscientes da gravidade do quadro nacional e dispostos a consolidar forças para que avance o processo democrático.

Cordialmente, — **Fernando Pessoa,** Secretário para Assuntos da Casa Civil

Aproveitando, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para complementar essa denúncia grave da Chefia do Gabinete Civil de Pernambuco, no Governo de Miguel Arraes, vou complementar com um artigo de fundo do *Jornal do Brasil* com respeito às greves instaladas em estados de importância da Federação:

PARAR PARA PENSAR

Os fatos que ocorrem desde anteontem na Central do Brasil constituem a mais recente e alarmante demonstração de que a temperatura social no país — e no Rio de Janeiro de modo especial — está chegando a um ponto de ebulição em que, de repente, pode não haver mais retorno.

Um fato pode ser grave em si mesmo — mas tornar-se bem mais grave pela acumulação de fatos anteriores. É o que está acontecendo na Central. Um maquinista resolve parar, por sua conta, um trem de passageiros no horário crucial das 17h 30m. Afastado do serviço, sofre uma punição leve. Em represália, páram os outros maquinistas, configurando um estado de greve decretada sem aviso, atingindo cem mil pessoas num momento em que não lhes restava opção de transporte.

Em si mesmo, já seria grave; mas é muito mais grave porque acontece num momento em que o homem comum vai perdendo a paciência — como ficou demonstrado pela reação popular. As greves emendam uma na outra; e não há a menor relação entre o que elas pretendem obter e o direito do cidadão de viver a sua vida com um mínimo de normalidade. Fecha-se um túnel para fazer greve. No dia seguinte, um funcionário público pára o seu carro no meio da pista para brincar de greve.

É abusar da paciência geral. Em Minas, grevistas encapuzados ocupam uma siderúrgica com barras de ferro, prometendo destruir os equipamentos se não forem atendidos. Em Pernambuco, o ciclo do grevismo chega ao seu ponto culminante quando médicos formados e diplomados ameaçam paralisar o atendimento de emergência, e até um centro de hemodiálise, se o governador do estado não desistir de medidas enérgicas que, com toda razão, foi levado a adotar, ante a falta de consciência no protesto.

Ultrapassa-se intencionalmente a fronteira do possível e do admissível. Os maquinistas que decidem, sem mais nem menos, parar os trens da Central em plena hora de *rush* estão afetados pelo mesmo autismo corporativista que faz com que os vereadores aumentem irresponsavelmente os seus próprios salários. Nos dois casos, olha-se apenas a realidade da categoria: a outra realidade que vá para o diabo.

É grave; e os responsáveis por tudo isso não são só grevistas. Vive-se um sistema meio parlamentar e meio presidencialista. Os senhores parlamentares votaram a Constituição mas esqueceram-se de completá-la: simplesmente foram para casa, ou vão cuidar dos seus interesses. Desta forma, o amplo direito de greve reconhecido pela Constituição não está regulamentado; e deixa de haver uma fronteira que o separe do libertarismo anárquico.

Mais embaixo, começa a tomar forma o que se assemelha a um plano organizado para jogar o país na ingovernabilidade. A tática do "quanto pior melhor" porventura será o caminho escolhido por um partido como o PT para levar adiante o seu modo peculiar de entender a política? A CUT, que parece estar engolindo o PT, pode manifestar sonoro desprezo por um vereador que aumenta o seu próprio salário, mas não acha nada demais que os médicos de Pernambuco transformem em reféns todos os doentes graves de Recife.

Desse jeito, não vamos a parte alguma. É um engano lamentável estabelecer qualquer confusão entre prática democrática e frouxidão dos administradores. Os diretores da Central do Brasil suspenderam o maquinista que deu início ao tumulto. Depois, ao que se informa, suspenderam a suspensão, por medo do que

verno do Estado foi advertido para que tomasse as providências necessárias, mínimas, aumentasse o nível de capitalização.

Mas, infelizmente, esse Governo, que está instalado no Piauí está dispersando, desbaratando, jogando fora, em projetos que não têm nada de viável, em projetos absurdos, os parcos recursos do meu estado. Deveria ser chamado à responsabilidade o autor das obras que estão sendo tocadas pelo Governo do Estado do Piauí.

O Governador do Estado tinha a obrigação de saber que essas obras eram inviáveis, que há um elenco enorme de prioridades para o Estado.

O Piauí é um Estado pobre, pequeno, que deve selecionar cuidadosamente os investimentos, sob pena de chegar a este ponto a que chegou o Banco do Estado.

Temos, Sr. Presidente, relatórios do Banco Central do princípio de 1986, quando o Sr. Governador José Raimundo Bona Medeiros entregou o Governo ao atual Governador Alberto Silva, considerando boa a situação do Banco do Estado do Piauí. De lá para cá foi que a coisa desandou no Estado do Piauí. Empréstimos foram autorizados sem o devido cuidado, com juros altamente subsidiados; enfim, a situação do Banco se tornou insustentável. E diga-se de passagem, Sr. Presidente, que o Banco do Estado do Piauí tem uma grande estrutura no Estado, tem agência em todos os municípios piauienses. Prestou uma assistência verdadeiramente notável para uma instituição bancária daquele porte. Nós temos orgulho da sua atuação, dos seus funcionários, do modo correto com que esse banco vinha sendo dirigido e presidido no Governo do Sr. Hugo Napoleão. De repente, fomos surpreendidos por essa advertência do Banco Central. O Governo do Estado não tomou nenhuma providência quando foi advertido pelo Banco Central, no fim de março, da situação que estava se avizinhando, que estava ameaçando o Banco do Estado do Piauí.

O Sr. Odacir Soares — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOÃO LOBO — Concedo o aparte ao nobre Senador Odacir Soares.

O Sr. Odacir Soares — Eu vi a preocupação de V. Exª com essa questão da falta de liquidez de quase todos os bancos estaduais, exceto aqueles que V. Exª já mencionou, e essa mesma preocupação tive em relação ao Banco do Estado de Rondônia, já à época em que o Banco Central, elaborando um estudo técnico sobre essa questão da falta de capitalização dos bancos estaduais, encaminhava esse mesmo estudo ao Ministério da Fazenda. A grande imprensa brasileira à época publicou matérias sobre esse assunto, e alguns governadores estaduais, como é o caso do Governador de Rondônia — e verifico, agora, também, que o fato se repete no Piauí — não deram a mínima importância à advertência e ao estudo que o Banco Central fez e que encaminhou ao Ministro da Fazenda, que teve como conseqüência a extinção de uma linha de crédito que vinha invariavelmente socorrendo os bancos estaduais quando esses tinham problemas de caixa. Então, esse documento do Banco Central procurava, inclusive, prevenir as instituições bancárias estaduais oficiais do risco que elas passavam a ter, na medida em que qualquer abalo no mercado financeiro pudesse levar a clientela desses bancos aos seus caixas, com receio de que viessem a falir. No caso de Rondônia, eu adverti. O Governo não deu importância. O banco continua ilíquido, continua sem liquidez, continua não capitalizado adequadamente e vejo que o mesmo fenômeno se repete agora no Piauí. Não tenho dúvida de que esse fato vai ter repercussão negativa em outros bancos estaduais oficiais porque apenas quatro bancos oficiais tem nível de capitalização adequada — V. Exª já disse que são os bancos do Estado de São Paulo, Banco do Estado do Paraná, Banco do Estado de Santa Catarina e Banco do Estado do Espírito Santo —, os demais bancos, segundo esse documento do Banco Central, não tinha à época, isto é, há 30 dias, nível de capitalização adequado para socorrer-se numa emergência, numa iminência de uma grande corrida aos seus caixas. Lamento que esse fato esteja ocorrendo no seu Estado porque repercutirá negativamente em todos os Estados brasileiros, principalmente nos Estados pequenos, como os estados da Amazônia, alguns estados nordestinos, onde parte da clientela desses bancos é constituída por funcionários públicos. Parte considerável da clientela do Banco do Estado de Rondônia é constituída por funcionários públicos federais e de funcionários públicos estaduais, que mantêm as suas contas no banco oficial do eEstado, até para permitir que melhore o nível de capitalização desse banco. Nos caso de Rondônia e Piauí verifico que os Governos não deram importância, não melhoraram o perfil econômico financeiro dessas instituições, o que agora vem se comprovar, inclusive com esse receio que V. Exª manifesta procedentemente e que decorre de uma imprevidência, diria até criminosa, do Governo do Estado do Piauí, de não socorrer o seu banco, em face da iminência de uma crise como essa que está acontecendo.

O SR. JOÃO LOBO — Agradeço a intervenção do Senador Odacir Soares, muito valiosa para o meu discurso.

Sr. Presidente, o problema é realmente quase geral, porque apenas se excetuam quatro bancos oficiais estaduais. Tudo isso é lamentável. É lamentável que governos deixem que instituições bem plantadas, bem dirigidas, bem estruturadas, como é o Banco do Estado do Piauí, que tem um corpo funcional digno de todo respeito, eis que selecionado, quase todo, através de concurso, um corpo de funcioários dedicados, chegue a esse ponto e seus funcionários sejam ameaçados de ficarem sem emprego sem meios de sobrevivência, pois o Estado do Piauí é um estado pequeno, pobre, que não oferece mercado de trabalho. Quase dois mil funcionários do Banco do Estado do Piauí estão ameaçados de perderem o seu sustento, o seu meio de sobrevivência, sem nehuma culpa, pois sempre dedicaram toda a sua vida aos cargos que exercem nessa instituição. O principal responsável, o Governo do Estado, deveria sofrer as penalidades, não os funcionários do Banco. Por isso, Sr. Presidente, nós da bancada federal do Piauí, independente de cor partidária, mesmo porque o Sr. Governador do Estado não tem nenhum representante do seu partido na bancada federal, unidos, fomos ao Sr. Ministro da Fazenda. Pedimos que S. Exª desse ao Piauí o mesmo tratamento que havia dado a outros bancos estaduais. Recentemente, o Ministério da Fazenda socorreu o Banco Meridional, que atingia os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e de Santa Catarina, em quase 700 milhões de dólares. O pleito do Estado do Piauí é muito mais modesto e insignificante. São apenas 20 milhões de cruzados novos para que o banco possa refazer a sua caixa. Mas encontramos resistência inabalável, do Ministério da Fazenda, não era possível atender o pedido. O Sr.Ministro e o Sr. Secretário-Geral não aceitam discutir, nem levar em consideração o problema social, o problema humano que poderá advir com o fechamento daquela instituição. Disseram-nos que podíamos procurar, fazer uma privatização daquele banco.

Ora, Srs. Senadores, privatizar um banco às portas da falência é uma autêntica piada. Ninguém, empresa nenhuma, vai comprar, adquirir, um banco já às portas da falência. Mas o Probuban, em Alagoas também foi socorrido, e apesar de decretada a sua liquidação extrajudicial essa não foi feita, e nem o será. Muitos outras instituições foram atendidas neste País. Muitas outros bancos estaduais foram socorridos. Não há razão para que o Piauí seja tão duramente discriminado por este Ministério da Fazenda ou por este Governo.

E nós vamos levar, ainda, o problema ao Senhor Presidente da República. A Bancada do Estado Piauí está tentando uma audiência com o Senhor Presidente da República, inconformada com esse tratamento, tendo em vista uma quantia tão inexpressiva, em relação ao que tem sido gasto com outras instituições bancárias.

O Sr. Jamil Haddad — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. JOÃO LOBO — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Jamil Haddad — Nobre Senador João Lobo, V. Exª defende com muita propriedade o funcionalismo do Banco do Estado do Piauí. Há tempos, também defendi, veementemente, a situação do Banerj, do Estado do Rio de Janeiro. Lá, tivemos a felicidade de encontrar um *modus faciendi* para que o banco não fosse privatizado. À época senti claramente o intuito da privatização desses bancos estaduais. O que quero dizer a V. Exª é que ontem o Ministro da Fazenda esteve aqui, e sentimos claramente a insensibilidade relacionada com o problema social neste País. São frios nos números, "82% já estão alocados para pessoal, dívida externa, Fundo de

Garantia, dívida interna, só sobra 8%. Infelizmente não podemos agir mais no campo social..." E, no entanto, a publicidade do Governo é tudo pelo social. Há uma contradição flagrante. Não quero neste momento colocar-me como oposicionista ferrenho ao Governo Federal. Quero solidarizar-me com V. Exª que defende, com muita propriedade e veemência, a situação do funcionalismo do Banco no Estado do Piauí, estado que sabemos carente para a colocação de mão-de-obra. E como V. Exª disse são dois mil desempregados com o somatório das suas famílias. É um problema social grave, como V. Exª está colocando, que existirá dentro do Piauí, caso não haja uma providência governamental. Esperamos, sinceramente, que V. Exªs consigam junto ao Presidente da República a concessão desse numerário para que aquelas famílias possam ter tranqüilidade novamente.

O SR. JOÃO LOBO — Agradeço o aparte do Senador Jamil Haddad que ilustra o meu modesto pronunciamento desta tarde.

Sr. Presidente, como dizia antes, é insignificante o que o Piauí pleiteia deste Governo, apenas 20 milhões para um reforço de caixa do seu banco estadual.

Isso, Sr. Presidente, irá atender a toda uma estrutura montada em 114 municípios do Estado do Piauí.

Nós, piauienses, temos muito orgulho de nosso Banco do Estado ou tínhamos muito orgulho, pelos relevantes serviços que ele tem prestado à nossa terra. E temos, também, orgulho dos funcionários daquele banco, que sempre se portaram com muita dedicação, com muito espírito público. Os funcionários do Banco do Estado do Piauí são selecionados cuidadosamente. Lembro-me que na apuração das eleições é uma tranqüilidade quando sabemos que farão parte das juntas apuradoras funcionários do Banco do Estado, porque sabemos que se trata de pessoas criteriosas, honradas e honestas.

Sr. Presidente, como se diz, "o diabo tem seus momentos de lucidez, por uma lucidez, que a um determinado momento acudiu o Sr. Governador do Estado, S. Exª convidou para presidente do banco um homem acima de toda suspeita, para dirigi-lo, para ver se o tirava da beira desse buraco em que ele estava quase despencando. Foi convidado para presidente do Banco do Estado do Piauí, com muita insistência, o Sr. Dr. Antônio de Pádua Franco Ramos. Antônio de Paádua é, como disse no início do meu discurso, um economista renomado no Brasil, funcionário já aposentado do Banco do Nordeste, foi interventor do Banco do Estado do Ceará; foi ele que conseguiu dar um certo equilíbrio ao Banco do Estado do Ceará, quando assumiu a sua presidência.

Diz o Sr. Dr. Antônio de Pádua:

> Pelos seus cálculos, o socorro financeiro não seria "anormal", pois o Banco Central já ajudou outras instituições controladas por governos estaduais. "A ajuda é uma questão simples", calcula. Antônio de Pádua, que já foi interventor do BC no Banco do Estado do Ceará, garante que o problema financeiro foi causado apenas pela corrida à instituição e que se houver a ajuda do governo federal os problemas de caixa serão totalmente resolvidos.

Bastava que o governo estendesse a sua poderosa mão e com poucos dedos sustentasse a situação, talves com o dedo mínimo. Apenas um ligeiro arrimo para aquela instituição traria a sua salvação, a sua continuidade.

Sr. Presidente, nós da Bancada do Estado do Piauí, estamos aguardando que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República nos receba para levarmos este pleito a Sua Exelência, uma vez que a insensibilidade da equipe econômica deste governo deixa a todos nós atônitos; por isso se surpreendeu o Senador Jamil Haddad. Ele não pode conceder a frieza dos números com que o Sr. Ministro da Fazenda trata os problemas humanos; tudo é uma quetão de percentual, de um a mais, de um a menos. Fico chocado também com isso. Não posso admitir essa idéia, e a considero fascista, Sr. Presidente, tentar massacrar o povo para servir ao governo, ao invés de o governo se esforçar para servir ao povo. Acho que o correto é o governo ajudar o seu povo, atender, acudir, dar assitência. O contrário é uma idéia fascista que não soa bem no meu íntimo, no meu sentimento.

Trago essa palavras nesta tarde, Sr. Presidente, apenas para que elas tenham a repercussão devida, que sejam capazes de gerar boa vontade na cúpula econômica deste governo.

Espero que o Banco do Estado do Piauí continue funcionando, que os seus funcionários não fiquem jogados na rua da amargura, sem a possibilidade de sobrevivência, a não ser que assim saiam do Piauí, porque o meu estado está inteiramente desbaratado economicamente, não há mercado de trabalho para abrigar mais de 2.000 funcionários que de nível mais ou menos alto para o Piauí no seu padrão de vida.

O Sr. Odacir Soares — V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOÃO LOBO — Antes de encerrar as minhas palavras, concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Odacir Soares — O meu receio é que há eventualidade do Governo federal aportar esses recursos para o Banco do Estado do Piauí, o governador queira aplicar esse dinheiro no rio Parnaíba, na sua empresa de navegação que ele quer fazer funcionar naquele rio de tantas tradições e que o banco continue no mesmo problema.

O SR. JOÃO LOBO — Senador Odacir Soares, não queria criticar as obras nas quais o governo tem desbaratado o dinheiro do meu estado. Vou me reservar para outra ocasião fazer uma crítica detalhada e minunciosa dos projetos selecionados pelo governo do Estado do Piauí e nos quais ele está gastando os parcos recursos estaduais.

Neste momento, eu gostaria apenas de trazer essas palavras e esperar que elas sensibilizem a cúpula econômica deste País. Nós vamos tentar sensibilizar o presidente da República, levando à sua Excelência esse problema do Piauí.

(Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao último Orador inscrito, o nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Estado de São Paulo publicou, em sua edição de 6 de abril passado, uma longa entrevista, densa de conteúdo informativo, em que o General Rubens Bayma Denis, Ministro-Chefe do Gabinete Militar do Presidente José Sarney, e Secretário da Secretaria Especial de Defesa Nacional (Saden), órgão que substituiu o antigo Conselho de Segurança Nacional, esclareceu aspectos básicos da recém-elaborada política oficial para o meio ambiente do País, destacando o programa "Nossa Natureza", que, sob a coordenação da Saden, deverá ser progressivamente implantado pelo Ministério do Interior, superiormente dirigido pelo Ministro João Alves Filho, que muito tem contribuído para o equacionamento de solução de problemas vinculados à ecologia, conservação dos recursos naturais e luta contra os fatores responsáveis pela poluição ambiental, através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

De início, o Programa "Nossa Natureza" absorverá recursos da ordem de 178 milhões de cruzados novos, e tem como objetivos básicos, no elenco das suas responsabilidades preponderantes, a execução de previdências visando harmonizar o desenvolvimento com a conservação do meio ambiente e ecossistemas, através da regulamentação das atividades de ocupação e exploração territorial. Além dos mencionados recursos, transitam no Congresso Nacional propostas de crédito especial, no montante de 38 milhões de cruzados novos para a instalação e atendimento das atividades do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.

Convém esclarecer, a propósito desses complexos problemas que, ultimamente, são objeto de intensos debates no cenário internacional, que o posicionamento brasileiro já foi enunciado com energia, na Conferência de Haia, cujas repercussões foram objeto de protestos do Itamaraty.

Nessa reunião o Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima foi claro ao estabelecer os três pontos que, corretamente tratados, permitiriam resolver a questão ecológica mundial sem demagogia e sem quebra da soberania: *a) mecanismos financeiros* para ajudar os países do sul a estabelecer programas de prevenção da *poluição atmosférica; b)* livre transferência de tecnologia, *sem retribuição comercial,* para proteção ambiental; c) redução, pelos países industrializados, dos atuais níveis de emissão

de poluentes da atmosfera e causadores do "efeito estufa".

A entrevista do General Bayma Denis, em face de sua inegável oportunidade e importância intrínseca é um documento que merece ampla reflexão, porquanto independentemente dos problemas que abordou, com autoridade e proficiência, corresponde à impostergável necessidade de conscientizar toda a Nação brasileira acerca das dimensões e perspectivas do programa "Nossa Natureza".

São estas as razões que me levam a requerer a sua incorporação ao texto deste sucinto registro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

O Estado de S. Paulo — 6 de abril de 1989

MINISTRO EXPLICA PLANO PARA ECOLOGIA

Bayma Denis, Chefe do Gabinete Militar:

"A Amazônia é um espaço nacional e será ocupado quando a Nação necessitar dele"

Rodrigo Lara Mesquita da Agência Estado

O principal assessor militar do governo para a área de meio ambiente garante: acabou a era das improvisações na Amazônia. Ele é o General Bayma Denis, ministro-chefe do Gabinete Militar e secretário da Secretaria Especial de Defesa Nacional (Saden), órgão que substituiu o antigo Conselho de Segurança Nacional. Nessa condição, o general é um dos principais responsáveis pelo Programa Nossa Natureza, uma série de medidas que o Presidente Sarney deve anunciar hoje e que muda, por completo, a política oficial para o meio ambiente no País.

Numa entrevista especial à *Agência Estado*, Bayma Denis diz que mudanças são essas, reconhece que a falta de planejamento causou muitos prejuízos à Amazônia nos últimos anos e garante que o Programa Nossa Natureza existe justamente para consertar esses erros. "Agora, há preocupação de planejar a ocupação da Amazônia", assegura o general. "Os brasileiros estão capacitados a realizar essa tarefa", acrescenta. A seguir, os trechos principais da entrevista:

"VAMOS PLANEJAR A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA"

Pergunta — Em apenas 30 anos, o governo abriu várias estradas, construiu Brasília e atraí cerca de 30 milhões de brasileiros para a região Centro-Oeste do País e para a Amazônia. Como o sr. avalia esse processo de ocupação e qual o significado do Programa Nossa Natureza em relação a ele?

Resposta: A construção de estradas na Amazônia visou retirar do isolamento as Unidades da Federação da região Norte e Centro-Oeste. Isso foi um processo iniciado no governo de Getúlio Vargas e impulsionado no governo JK. Nos anos 70, outras rodovias foram implantadas, facilitando a comunicação, a colonização e aumento da produção agrícola. Isso possibilitou a idealização econômica de uma nova fronteira agrícola, apoiada pelos organismos oficiais de desenvolvimento regional.

O que isso significou para os cinco milhões de quilômetros quadrados, 5,5 milhões para ser exato? Eu diria que os dados que nós possuímos é de que este processo de ocupação da Amazônia, principalmente da área Sul, não afetou além dos 5% da cobertura florística de toda a Amazônia legal. Esses dados são precisos e vão ser anunciados oficialmente pelo Presidente Sarney.

Eu destacaria ainda que todo esse processo foi desenvolvido, inicialmente, através de programas setoriais tais como o plano de metas de JK e o planejamento rodoviário dos anos 70, com aquelas várias rodovias amazônicas. A ausência inicial de um planejamento global levou às reconhecidas dificuldades de integração dos planos setoriais, quase autônomos, e, por conseqüência, à ocupação pouco ordenada, talvez até bastante desordenada em algumas áreas, provocando os danos ambientais que nós já conhecemos.

O Programa Nossa Natureza responde àquela última parte da sua pergunta: Estamos entrando numa terceira etapa de ocupação? Eu diria: é uma terceira etapa. Agora, há preocupação de planejar a ocupação da Amazônia. Eu diria que seria mais uma integração sócio-econômica, procurando um desenvolvimento sustentado da região e harmonia com o meio ambiente.

É possível uma comparação entre a Calha Sul da Amazônia e a calha Norte?

Eu diria que a diferença está na densidade demográfica, nas vias de fomentação e colonização e nas fronteiras que constituem, entre outros, aspectos distintos.

E a densidade demográfica?

É muito pequena na região Norte. Nós temos pouca densidade e praticamente restrita ao longo dos rios Negro e Branco. Enfim, ao longo dos rios. E na Calha Sul, não. Lá, ela se faz através das penetrantes, das transversais e várias rodovias. Além disso, só na Calha Sul existe a seringueira e só ela passou pela fase da borracha, pelo extrativismo. A Calha Norte não possui a seringueira e, por isso, não passou pela fase do extrativismo. Só foi ocupada no início da conquista da Amazônia pelos portugueses.

Qual a preocupação das Forças Armadas com a Calha Norte? Que mitos e objetivos estão sendo estabelecidos em relação a essa região ainda em fase inicial de ocupação?

Eu diria que o Projeto Calha Norte é um projeto governamental interministerial e de ação integrada, cuja a ação militar é um dos componentes. Esse vetor militar surge, fundamentalmente, para marcar a presença brasileira na linha de fronteira e, ao mesmo tempo, agir como instrumento de suporte logístico aos demais órgãos federais e estaduais, para que possam se fazer presentes nas áreas mais longínquas e assim cumprir suas atribuições funcionais. Eu diria que a presença de militar dá condições para a criação de pequenos núcleos populacionais, melhor assistidos pelo governo estadual e federal. É sobre esta filosofia que tem sido montada a conquista do território brasileiro.

E em termos de estradas, está planejado alguma coisa?

O Calha Norte, em estradas, é insignificante. É somente a estrada para atingir alguns núcleos que não possam ser atingidos por rio. Enquanto ele puder ser atingido por rio navegável, não se abrem estradas. Só onde o rio não é navegável e onde o apoio só é viável por via aérea, é que estamos começando a pensar em levar àquela fração uma estrada para dar continuidade ao apoio logístico.

E os garimpeiros na Calha Norte?

A presença dos garimpeiros em áreas indígenas é um assunto da Funai e do Ministério do Interior. Agora, as áreas dos índios Ianomanis foram demarcadas e a floresta nacional incluída em torno dessas áreas indígenas, nas quais só é permitida a entrada da atividade dos brancos com a permissão da Funai e a permissão do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis. Assim, no que se refere às atividades garimpeiras no Pico da Neblina e nas áreas indígenas e mesmo na floresta nacional, em torno dessas áreas indígenas, já foi motivo de solicitação do ministro do Interior ao ministro da Justiça um pedido de apoio das Forças Armadas do Brasil, cuja ação neste sentido foi explicitada na Constituição. O governo deverá e vai agir.

O Pará, a área de ocupação mais antiga, foi beneficiada pelos subsídios da Sudam. Rondônia, mais recente, foi caracterizada por pequenos proprietários. É possível uma comparação entre os dois?

Os ensinamentos de ambas serão lucrativos para nós. Trarão proveito para a Ordenação Territorial e as medidas que vamos ter que adotar. Dessa terceira fase, como eu disse no início. Agora estamos na terceira fase.

Cerca de 45% dos recursos energéticos do Brasil estão na Amazônia. O Programa 2010, que prevê hidrelétricas para a Amazônia, não deveria ser mais divulgado e discutido com a sociedade civil?

Eu diria que a resposta é, a princípio, da esfera do Ministério de Minas e Energia, no programa Nossa Natureza ele não está vago. Isso para que haja uma integração entre o estudo desses projetos e o Ministério do Interior e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente.

Se eu perguntasse para o senhor sobre, por exemplo, a recente afirmação do professor Goldemberg, num artigo publicado no Estado, de que nós estamos exportando energia com a alumina dos projetos do Norte e com o minério de ferro de Carajás?

Isso tem sido muito discutido. Pelo que eu tenho ouvido, é motivo de preocupação, de discussão, de avaliação, mas na área deles. São eles que podem avaliar bem, inclusive com a área econômica. É o Ministério de Minas e Energia que pode avaliar.

O programa "Nossa Natureza" deveria estar com o Ministério do Planejamento ou com a própria Saden. Por que a sua elaboração

não contou, desde o início, com a participação mais aberta da comunidade científica?

A Saden é um órgão de assessoramento do Presidente da República, tão próximo quanto a Seplan. Talvez, o presidente tenha preferido dar a coordenação à Saden por estar aqui mais perto dele e por estar menos empenhada no plano econômico do que a Seplan. Mas, de qualquer forma, estamos trabalhando todos juntos. A Seplan está muito empenhada nesse programa. Quanto à implantação do programa estará a cargo principalmente do Ministério do Interior (a partir do dia seis), através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. À medida que ele vai sendo implantado a Saden vai saindo. Mas vai manter uma comissão executiva examinando mais profundamente medidas complementares que foram sugeridas pelos grupos de trabalho interministeriais, mas que ainda não puderam ser transformadas em instrumentos legais. Leis, projetos de lei serão remetidos ao Congresso e deverão ser regulamentados. E essa comissão executiva, como assessora do Presidente Sarney, vai agilizar esse prazo, assegurar a implantação desse projeto; não nascer e depois cair fora.

A comunidade científica foi e está sendo ouvida em diferentes fases de elaboração do programa, particularmente pelo grupo que estudou a pesquisa voltada para a região amazônica, à sua grande reserva, e que teve a coordenação do Ministério de Ciências e Tecnologia e contou com a participação de cientistas dos mais renomados órgãos do País, inclusive o presidente do Inpa.

Estão previstos recursos para a sua aplicação?

Sim, nós estimamos para a implantação inicial do programa, ainda esse ano, recursos no valor de 178 milhões de cruzados novos. Pelo menos para as atividades principais que assegurem a implantação do programa esse ano e vamos procurar assegurar a continuidade do programa.

Existe a possibilidade de internacionalização da Amazônia?

Aí eu diria que o excelentíssimo Presidente da República e várias autoridades brasileiras já se manifestaram, em diversas ocasiões, sobre o tema.

O programa "Nossa Natureza" considera as florestas não abatidas e o aproveitamento futuro dos seus produtos ou essa alternativa não existe? A única exploração possível da Amazônia, além da energia e minério, é através da agricultura e pecuária?

Eu diria que o programa "Nossa Natureza" não considera o aproveitamento futuro dos subprodutos. Considera a utilização atual dos produtos, como já vem sendo feito, em defesa do extrativismo em áreas onde essa atividade é mais adequada. Na Amazônia estão presentes recursos que possibilitam todas as alternativas de exploração. É uma questão de racionalização das ações implementadas.

Como o senhor vê o extrativismo tradicional na Amazônia.

O extrativismo tradicional tem sentido econômico desde que agregue tecnologias modernas de pesquisas e exploração e que se racionalize a produção e que só se promova em áreas em que se caracterizem essa vocação natural. O problema não é de preços. A questão é facilitar a exportação dessa mercadoria através dos rios da Amazônia, alfandegando os portos da Amazônia para que eles adquiram preços mais perto da origem, preço melhor e mais perto da origem. Quanto à forma mais adequada de exploração de uma área ou de qual forma vai se sobrepor a uma outra, depende das peculiaridades de cada área e das aspirações de vida dos que nela trabalham e residem. o ordenamento territorial para essas áreas prevê, inclusive, a economicidade das atividades.

O programa "Nossa Natureza" contempla um centro de monitoramento territorial da Amazônia ou algo semelhante? Qual seria a função de um órgão como esse no trabalho de planejamento de ocupação territorial?

É aqui que entraria a nossa grande satisfação de dizer que estamos com um centro de monitoramento; centro ainda não, organismos voltados para o monitoramento, muito capacitados, em excelentes condições, com equipamentos e recursos humanos à altura dos melhores do mundo para poder fazer o monitoramente. Nessas condições o centro de monitoramento territorial foi contemplado no programa como um dos instrumentos indispensáveis à gestão ambiental e sua implantação constará de projeto de lei, que será encaminhado ao Congresso Nacional no novo texto para a política nacional do meio ambiente. Tal centro reunirá os principais fornecedores de informações e estabelecerá a unidade indispensável para o controle via sensoriamento remoto, constituindo, inclusive, precioso instrumento de trabalho para a ordenação territorial prevista na Constituição federal e de responsabilidade da União.

Das bandeiras do início da colonização à Amazônia hoje, acumulamos alguma experiência que nos permite imaginar não repetir os mesmos erros em relação aos recursos naturais renováveis? Chegamos à época do manejo, da administração possível destes recursos? Ou ainda estamos na fase do simples esgotamento, como ocorreu em quase toda a província Atlântica?

Eu poderia dizer que ninguém conhece melhor a Amazônia brasileira que os brasileiros. Estamos plenamente capacitados nessa terceira fase de ocupação a adotar soluções que permitam administrar essa nobre porção territorial nacional sem cometer os erros de ocupação da faixa litorânea, os quais remotam ao século XVI.

As soluções desenvolvimentistas importadas têm inexoravelmente sido condenadas ao fracasso, haja vista a aventura de Ford e outras.

Em que medida o Brasil precisa da Amazônia para se desenvolver?

Na medida em que todos os países necessitam da qualidade de seus respectivos recursos. Desconhece-se no mundo país que haja recusado se servir de dois terços do seu território. Ocorre justamente o inverso: há vários exemplos de países desenvolvidos lançando-se à conquista de espaços adicionais, uma vez ocupados seus territórios. A Amazônia é um espaço nacional e ele será ocupado na medida em que a Nação dele necessitar para o seu desenvolvimento e essa é uma decisão da Nação brasileira, fruto de uma dinâmica própria acima da vontade de seus governos. Imaginar quadros utópicos relativos ao passado não é papel do governo; ao governo cabe valer-se das realidades do passado, fundamentar-se no presente e buscar resultados que assegurem à Nação um futuro real, concreto, em todo o território nacional.

O senhor teme as críticas de que o governo estaria militarizando a Amazônia?

Eu procurei responder aqui as razões por que a Saden foi responsabilizada pela coordenação do programa "Nossa Natureza" e procurei responder as razões que inspiraram a presença militar brasileira no projeto Calha Norte. Não estou vendo uma militarização, nós estamos trabalhando junto com a sociedade civil, com os governos estaduais e todos os setores de atividade. Nosso propósito é a presença do governo nas áreas da Amazônia, aumentar a presença do estado e da União, assistir as populações carentes e sobretudo integrar essa região a sua economia e a sua sociedade, à sociedade brasileira como um todo, mas de forma harmônica com a conservação do meio ambiente.

E a esperança de vocês é de que ao chegar no Congresso o programa seja discutido e melhorado e não simplesmente rejeitado?

Eu tenho a impressão que o Congresso acolherá bem. Nós tivemos uma participação muito grande de parlamentares que demonstraram muita aceitação ao programa "Nossa Natureza" e louvaram muitas das iniciativas do programa e também fizeram sugestões. Eu acredito que a participação do Congresso só trará melhoria à iniciativa do governo executivo, do poder público em geral, porque contamos já com o respaldo dos governos estaduais da Amazônia para esse programa. Já debatemos isso em simpósios e já tivemos as sugestões desses governos, que estão trabalhando em conjunto. Se o programa ainda não teve oportunidade de ser debatido amplamente, isso vai ocorrer agora.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e Membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parte vetada: art. 4º

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 2, DE 1989
(Art. 64, § 2º, da Constituição e
art. 195, **d**, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989 (nº 1.516/89, na origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário (dependendo de parecer).

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 42 minutos.)

EXPOSIÇÃO E RESPOSTAS DO SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA, E INTERPELAÇÕES DOS SRS. SENADORES NA SESSÃO DE 18-4-89 E QUE, ENTREGUES À REVISÃO DOS ORADORES, SERIAM PUBLICADAS POSTERIORMENTE.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Excelentíssimo Sr. Senador Nelson Carneiro, digníssimo Presidente do Senado Federal; Senador Pompeu de Sousa e demais Senadores, meus amigos da Imprensa, minhas Srªs e meus Srs.:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer da satisfação com que compareço, pela segunda vez, ao Plenário do Senado Federal, para interpelações sobre temas de interesse nacional, especialmente da economia brasileira.

Era minha intenção, conforme conversei um pouco antes com o Presidente Nelson Carneiro, ceder o meu tempo à disposição, para que os Srs. Senadores pudessem usá-lo com um número maior de interpelações, mas chegamos à conclusão de que seria conveniente, até pelo rígido tempo estabelecido pelo Regimento para perguntas e respostas, que fizéssemos uma breve introdução a respeito dos objetivos, instrumentos e resultados do chamado Plano Verão.

O Plano Verão teve e tem dois grandes objetivos:

O primeiro, o de evitar a hiperinfalção que se avizinhava. Todos se recordam de que a inflação começara a mudar rapidamente de patamar no segundo semestre de 1988; chegou a vinte, no princípio do semestre, alcançou 24%, em meados do semestre, foi a 28%, ao final do ano, e caminhava rapidamente para mudar de patamar, novamente para 30%, ou mesmo acima destes, no primeiro semestre de 1989.

Tudo indicava, portanto, que estávamos em marcha ascendente que poderia se tornar incontrolável, na medida em que essa mudança de patamar ocorria, em primeiro lugar, mais rapidamente, e em segundo lugar, a níveis cada vez mais elevados.

O Plano, portanto, tinha esse objetivo, e o alcançou plenamente; a inflação caiu de aproximadamente 35% medido pelo INPC no mês de janeiro para 3,6%, medidos pelo IPC com o vetor no mês de fevereiro.

Mas, mesmo que usemos o INPC, que não contém o vetor, há claros sinais de uma desaceleração da inflação; a situação cai 35% em janeiro, para 16% em fevereiro e para 5,9% em março.

O segundo objetivo do Plano é o de manter a inflação a níveis relativamente baixos. Relativamente baixos subentendem-se níveis que o Brasil e outros países da América Latina enfrentaram, no limiar da crise da dívida externa ou logo após o setembro negro de 1982, quando toda a América Latina ingressou num período difícil de sua história econômica, com a elevação dos desequilíbrios e um reflexo imediato disso, em termos de aumento de preços, salvo alguns casos muito isolados. Tivemos, inclusive, nesse perído, um país que efetivamente entrou em hiperinflação, que foi a Bolívia.

Tivemos o cuidado de anunciar à opinião pública, desde o início, que o Plano não possuía nenhum objetivo de zerar a inflação. Isso porque temos plena consciência de que a inflação reflete os fortes desequilíbrios por que passa a economia brasileira: desequilíbrios de destruição de renda, desequilíbrios de desenvolvimento regional, desequilíbrios, sobretudo, no setor público. O setor público é, sem dúvida alguma, o setor mais desequilibrado da economia brasileira e enfrenta, certamente, o maior nível de desequilíbrio da história recente do País. É o de um virtual colapso das finanças públicas, que tem implicações muito sérias no nível da atividade econômica, nas expectativas dos agentes econômicos e nas taxas de inflação.

Sem resolver todos esses problemas estruturais que requerem tempo, determinação, obstinação até, dificilmente, vamos ter no Brasil níveis de inflação semelhantes aos observados em países industrializados. É uma grande tarefa que a sociedade brasileira tem pela frente — a de atuar nos problemas estruturais da economia brasileira, incluindo, sobretudo, os do setor público.

O Plano contou com alguns instrumentos. O instrumento chamado heterodoxo, em oposição aos ortodoxos, que foi o congelamento geral de preços, por um período limitado de tempo, e para os salários, o fim dos reajustes mensais pela URP. No campo ortodoxo, o Plano se apoiou em dois pilares: uma política fiscal que, nas circunstâncias, era o que o Governo poderia fazer da melhor, e que trazia uma novidade, a de que o Governo não gastaria mais do que arrecadasse, e só emitiria títulos públicos para a cobertura dos juros da dívida e para rolagem do principal. Essa regra é lei aprovada pelo Congresso Nacional, a Lei nº 7.730.

Um outro foi a política monetária, que se baseou em taxas de juros fortemente elevadas, durante um período com o objetivo, em primeiro lugar, de quebrar a expectativa dos agentes econômicos sobre o caminhar do programa e, em segundo lugar, de evitar a especulação com ativos reais e com estoques. Certamente grande parte desses objetivos foi atingida.

Ao lado disso houve uma decisão, que foi nova em programas de estabilização no Brasil: a da extinção da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional. Essa extinção era necessária naquele momento, não pelo título em si, mas pelo que ele representava em termos de mecanismo de indexação oficial da economia, ou seja, a OTN funcionava como uma moeda, uma unidade de conta largamente utilizada pelos agentes econômicos; estava entranhada na política fiscal, na legislação tributária, nos contratos. Imaginávamos que poderíamos manter a economia menos indexada — quem se der ao trabalho de ler a Lei nº 7.730 verificará, inclusive, que a expressão correção monetária continua em alguns dos seus dispositivos. Portanto, o Governo não desindexou totalmente a economia. Acho que seria até ingenuidade imaginar que, com a memória inflacionária ainda presente na sociedade brasileira, com os problemas estruturais ainda não resolvidos, com o potencial de inflação evidente, pudéssemos deixar a economia totalmente desindexada. Um dos nossos objetivos foi o de retirar do Governo o monopólio do instrumento central de indexação da economia brasileira. A nossa idéia era a de que numa economia amadurecida, os agentes econômicos encontrariam os seus próprios mecanismos de indexação permanente: os salários, o mercado financeiro, os contratos, encontrariam seus indexadores. Enfim, imaginávamos que a economia brasileira partiria para esse estágio, pois estava madura para isso. A verdade é que essa expectativa não se confirmou. O costume de ter o Governo como sinalizador, como balizador do processo de indexação era muito mais arraigado do que se imaginava. Costumamos dizer que mesmo os segmentos mais sofisticados da economia brasileira sentiram-se órfãos da presença do Governo como elemento de indexação.

Quais os resultados do Plano? Como eu disse antes, o primeiro resultado, indiscutível, é que ele deteve o processo ascendente de inflação e, portanto, afastou a possibilidade de ingresso rápido numa hiperinflação.

Os números de inflação que foram apresentados à sociedade brasileira — 3,6%, em fevereiro; 6,09% em março — e o número de 6,09% não estava nas previsões nem do Governo, nem do mercado — não podem indicar um processo de volta rápida aos números anteriores de inflação, tanto assim que as três primeiras semanas do IPC de abril, a menos que haja alguma surpresa de última hora, indicam uma estabilidade ao nível em torno de 6%.

Ultimamente tem-se discutido muito dois tópicos que têm a ver com o lado do Plano Verão. O primeiro é a questão da taxa de juros, aliás, objeto de minha convocação — falar também sobre a política da taxa de juros. Tem-se apregoado que o Governo fez uma política de taxa de juros — alguns exageram — suicida; outros que dizem que provocou um estrago tremendo na política fiscal, incluindo dificuldades adicionais para o manejo da política fiscal e do déficit público.

O segundo tópico, que repercute mais do lado dos empresários e de alguns consultores, é o de que o Governo passou ao largo do problema fiscal e deixou ao Plano a alternativa exclusiva de taxa de juros como mecanismo de controle da demanda.

Gostaria de fazer alguns comentários sobre isto. Em primeiro lugar, quanto à dívida pública. Um jornal de Brasília publicou, um dia desses, que a dívida pública interna teria chegado a 40% do PIB. Apresentei dados exatamente contrários na Câmara Federal, mas o jornal insistiu, dizendo que eu havia mandado o Banco Central mudar os dados. Isto é um negócio muito sério! O Banco Central não pode mudar dados da economia dessa forma. Assim, trago agora, ao Plenário do Senado, esses números.

Em primeiro lugar, o custo da política de taxa de juros para a dívida imobiliária interna: se tomarmos o primeiro trimestre de 1989, e fizermos uma comparação entre taxa de juros nominal praticada pelo Banco Central no mercado aberto e o deflator que permite o cálculo do juro real, verificaremos o seguinte: no primeiro trimestre, o rendimento nominal efetivo das Letras Financeiras do Tesouro Nacional alcançou 76,13%. No mesmo período, o INPC alcançou 66,93%; o Índice de Preço ao Consumidor, o IPC, 87,15%. Isso significa que se tomarmos o IPC como deflator, o custo da política monetária, no período em que ela foi mais intensa, isto é, no primeiro trimestre 89, o juro real pago pelo Tesouro foi de 5,51%. Se tomarmos como deflator o IPC, o que inclusive do ponto de vista técnico é mais correto, esse custo é negativo — menos 5,89%.

Vejamos a questão da dívida pública. A dívida pública mobiliária da União, em poder do público, que é a dívida que conta, era, ao final de 1988, de 11,2% do PIB. Esta é a cifra correta.

Acontece que alguns estão cometendo uma confusão metodológica. As pessoas estão tomando a dívida pública ao final do ano e comparando-a com o PIB. Só que o PIB é uma média. Ao comparar um saldo de fim de ano com uma média, comete-se um grave equívoco aritmético. Média se compara com média. Essa é a técnica universal de se medir a dívida pública como proporção do PIB. O correto, portanto, é utilizar dívida média no ano sobre PIB, que é uma média. A dívida mobiliária em poder do público é, como disse aqui, 11,2% do PIB.

Se considerarmos os títulos que estão na carteira do Banco Central — embora em nenhum país se considere essa dívida como medição do endividamento público — a relação seria de 19,4%. Ainda assim, muito abaixo do que se observa em outros países.

Tenho usado muito um artigo escrito pelo Deputado Federal César Maia, que usa uma revista insuspeita, a *DER SPIEGEL*, para fazer comparações sobre a participação da dívida pública como porcentagem do PIB em outros países. Por exemplo: na França é de 39,9%, na Alemanha, 44,4%, na Grã-Betanha, 50%, nos Estados Unidos, 52,2%; no Japão, 68,8%; na Holanda, 83,1%; na Itália, 112, 7%; na Bélgica, 128,5%. Ele não menciona aqui, mas há um outro país digno de menção nessa matéria, que é Israel, onde a dívida pública é de 150% do PIB. Em termos relativos, é mais de 10 vezes, proporcionalmente, à dívida interna brasileira.

O problema da dívida interna não é tanto o seu volume mas o seu financiamento. Nesse ponto, há de se reconhecer, a dívida interna brasileira difere da dívida interna de outros países, sobretudo os aqui mencionados. O perfil da dívida interna brasileira é que preocupa, porque ela é basicamente girada no dia a dia, nas operações de *overnight*.

Não há nenhuma evidência de que a política de taxas de juros praticada nas semanas iniciais do Plano Verão tenha trazido a dívida pública brasileira para uma situação de agravamento. Calcula-se que, ao final do ano, mantida a tendência que começamos em princípios de abril, de redução gradual da taxa de juros, o encargo da dívida deve ficar ao redor de 3,5 a 4% do PIB, que, comparado ao período anterior — 1988 — indica um crescimento de 1 a 1,5% do PIB. Isso, no conceito de competência; no concelto de caixa, seria ainda menor. Considerando que o custo da dívida aumentaria de qualquer forma, mesmo sem o Plano Verão, pode-se raciocionar que se o preço para evitar a hiperinflação, for um aumento na dívida pública da ordem de 1 a 1,5% do PIB, mesmo 2% do PIB, na minha avaliação, é um preço que compensa. Pior do que isso seria a desorganização econômica e, por consequência, social, que decorreria de um processo de hiperinflação.

Análises apressadas tem levado, inclusive, alguns economistas a estimar que o déficit público, este ano, será de pelo menos 10% do PIB, em termos operacionais. É um número que, esperamos, a prática venha a desmentir, porque baseado em mero sentimento, em cálculos feitos por esses economistas sem a adequada consideração dos números efetivos do Tesouro Nacional.

Como temos anunciado, estamos entrando agora numa fase de ajustes do Plano Verão. Duas das medidas dessa fase já foram divulgadas. A primeira, o início de um processo de desvalorização cambial. Sempre declaramos que a taxa de câmbio não estaria congelada, porque, se assim o fosse, iríamos utilizar a taxa de câmbio como mecanismo de combate à inflação, prática essa que trouxe, em outros países, resultados desastrosos, porque inviabiliza o comércio exterior, dificulta as exportações, estimula as importações e pode levar rapidamente o País a uma crise cambial. Sexta-feira, como se sabe, fizemos a primeira desvalorização do câmbio, de 15 de janeiro para cá, de 3,2%. A idéia é de, doravante, a intervalos incertos, continuar o processo de ajustamento de câmbio às necessidades do comércio exterior do País. Provavelmente, nos próximos dias, deveremos estar indicando ao mercado uma regra que será seguida pelo câmbio para eliminar incertezas na realização de negócios de comércio exterior e, também, evitar que essas incertezas alimentem a especulação no mercado paralelo do dólar.

Uma segunda medida foi um alinhamento de preços, o segundo já feito dentro do Plano Verão, que teve o objetivo de atacar os casos mais críticos, que apresentavam defasagem e, com isso, evitar problemas de abastecimento, que tantos transtornos causam à população.

Estamos examinando algumas medidas adicionais, entre elas a definição de uma regra mais clara de reajustes de preços para a economia. Ainda não concluímos todos os estudos mas, deveremos fazê-lo até o final da semana. Já os submetemos ao Presidente da República e S. Exª deverá submeter ao Congresso Nacional, como medida provisória, uma reposição de perdas salariais com o objetivo de manter os salários ao nível da média de 1988. Isto deve implicar um reajuste de 13,13% e, dependendo da data base, um pouquinho menos. Por exemplo: os que têm data-base em janeiro e seguiram estritamente a legislação salarial, devem ter um reajuste de 11,74%, se não me engano.

Deveremos continuar fazendo os ajustes necessários. Estamos prestes a concluir os estudos sobre a reintrodução da indexação oficial para alguns contratos e transações no mercado financeiro. A constatação é de que, ao contrário do que esperávamos, o mercado não encontrou o seu mecanismo próprio de indexação, segundo os interesses de cada grupo da economia. Não pode assim o Governo deixar que essa indefinição, que essa orfandade — digamos assim — se transforme em uma aceleração indesejável do processo de dolarização da economia brasileira. A economia brasileira, dentre as que experimentam processos inflacionários crônicos, é a de menor grau de dolarização. E não devemos permitir que esse grau se amplie, porque tem implicações sérias do ponto de vista das expectativas, do ponto de vista do controle da inflação.

Estamos optando pela reintrodução de um título público que tenha mecanismos de indexação associados a um determinado índice de preços, provavelmente o IPC, como era o caso da OTN.

As perspectivas são de que, com os ajustes que estão sendo introduzidos, possamos reduzir o grau de nervosismo que se apoderou do mercado nos últimos 15 dias. Como tive ocasião de dizer em São Paulo, a indefinição neste momento pode ser mortal.

É claro que o ideal seria, como reclamam alguns segmentos da opinião pública brasileira, um grande esforço adicional no campo fiscal. O grande esforço que está sendo feito é de o Governo gastar só o que arrecada. É preciso, por outro lado, deixar claro, como já temos feito de maneira pública, e o faço aqui novamente, que são estreitas, e se estreitaram ainda mais nos últimos anos, às margens de manobra da política fiscal.

Hoje, 1989, segundo o Orçamento Geral da União, o Governo dispõe de margem de manobra de apenas 8% da receita pública. Isto é, 92% da receita pública, fora operações de crédito, estão automática e inexoravelmente comprometidos e devem ser gastos também automática e inexoravelmente. São gas-

tos com pessoal, transferências constitucionais a estados e municípios, custo da dívida pública e as chamadas outras vinculações constitucionais, como, por exemplo, o Pis/Pasep e o Finsocial, que em muitos casos estão vinculados a aplicações específicas determinadas pelo Congresso Nacional. Portanto, eu diria que é até injusto afirmar que o Governo Federal não fez a sua parte no processo de ajustamento fiscal. Fez. O Plano Verão implicou cortes de aproximadamente 50% dos itens sobre os quais o Governo tem domínio.

É claro que, para que a política fiscal se torne menos inflexível, devemos exigir, no futuro, revisões profundas, estruturais, no setor público. Como eu disse no início da minha exposição, isso vai demandar tempo, muita determinação, muita negociação.

A perspectiva é que com esses ajustes mantenhamos a inflação em nível relativamente baixos, comparáveis aos níveis do fim da década de 70, princípio da década de 80, e, certamente, longe das condições para que ela volte, novamente, e possa provocar um processo de desorganização social, econômica e política, que certamente adviria se uma hiperinflação instaurar-se na economia nacional.

Das anotações, Senador, feitas desde o nosso encontro em seu Gabinete, essas são as informações que pude trazer à consideração de V. Exª e dos demais Membros do Senado Federal.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado a V. Exª.

Concedo a palavra, inicialmente, ao nobre Senador Marcondes Gadelha, não só por ter sido o autor do requerimento de convocação mas também em razão de permuta com o nobre Senador Ronan Tito, primeiro inscrito para interpelar o Sr. Ministro.

O SR. MARCONDES GADELHA (PFL — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Maílson da Nóbrega quero cumprimentar V. Exª pela clareza da sua exposição e por alguns resultados efetivamente obtidos com o chamado Plano Verão, basicamente no que diz respeito ao fato de evitar-se o ingresso da hiperinflação neste País.

A razão da convocação de V. Exª foi exatamente essa análise do Plano Verão, mas, sobretudo, a política de juros atualmente posta em prática no País. Preocupamo-nos, Sr. Ministro Maílson da Nóbrega, com essa política desde o primeiro instante em que foi lançada. V. Exª há de convir que era um fato inteiramente inusitado em política econômica no Brasil. Eu, pelo menos, não conheço antecedentes de taxas tão altas. As justificações de inibir o consumo, de certa forma, foram atendidas; outras, nem tanto, como, por exemplo, de evitar-se a especulação com moeda forte, o que evidentemente não aconteceu. Estamos com um ágio, hoje, de 114%, e mesmo assim são discutíveis as interações dessa política de juros com a política fiscal. V. Exª lembrou bem o que foi dito semana passada pelo Prof. Carlos Alberto Lonyo, de que vamos para um déficit público de 10%, até o fim do ano. O Sr. João Manoel Cardoso de Mello afirma que já estaríamos entre 4% e 6% . Prefiro acreditar em V. Exª, mas ainda assim, Sr. Ministro, existiria uma dúvida quanto à oportunidade, sobretudo da intensidade desta política de juros, porque ela tira ou tiraria o essencial do Plano Verão, que é a busca de credibilidade.

Na cabeça da população, inflação é igual a custo do dinheiro. Essa associação é difícil de aluirmos, é extremamente difícil separar a noção de custo da dinheiro; o povo, a população, no mínimo, fica com a impressão de que temos um gulso no mercado financeiro pronto a se abrir mais adiante quando se relaxarem os controles sociais sobre preços, salários, etc. Esse é um aspecto.

O outro é o problema da recessão, a inibição de investimentos. O Produto Interno Bruto deste País, há muito tempo, não cresce, de uma forma conspícua. Não é visível o seu crescimento. Temos a convicção de que estão entesourados no mercado financeiro algo como o equivalente a 50 bilhões de dólares. Isso, num País carente de investimentos, num País onde há muito tempo não entra um centavo de dólar externo, algo significativo, num País onde a poupança interna se encontra dessa maneira. No mercado financeiro nós esperávamos que se encontrasse uma forma de transferência controlada desses recursos para o setor produtivo, para o aumento da produção. Essa era a expectativa da Nação. Ao contrário, o que se viu foi a queda de produção no setor industrial de até cerca de 9%, como está nos jornais, ultimamente.

A minha pergunta, Sr. Ministro: o que vai acontecer daqui por diante com os juros reais? (O Sr. Presidente aciona as campainhas.)

Já encerro, Sr. Presidente.

Nós estamos numa fase de reajuste do Plano Verão. Foi introduzido um novo indexador e o que importa é saber o que vai acontecer daqui por diante com os juros reais.

Esta é a minha primeira pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o Sr. Ministro Maílson da Nóbrega.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Em primeiro lugar, Senador, o objetivo principal da taxa de juros elevada não foi o de evitar especulação no mercado paralelo do dólar; foi evitar especulação com estoque de mercadorias. A especulação no mercado do dólar se procede por vários outros estímulos, impulsos. Em primeiro lugar, é um mercado reduzido. Uma grande conhecedora do mercado, professora da Fundação "Getúlio Vargas", a Srª Pechman, disse outro dia, na televisão que o mercado paralelo de dólar no Brasil deve negociar diariamente algo como vinte milhões de dólares. Portanto, seria um mercado da ordem de quatro a cinco bilhões de dólares — sendo que já foi muito menos do que isso, dois bilhões e meio, três bilhões de dólares — o que se compara, por exemplo, com transações com o exterior de bens apenas, importações e exportações de mercadorias da ordem de cinqüenta bilhões de dólares. Se considerarmos as outras transações financeiras do País com o exterior, esse mercado não representaria senão algo como 5% a 10% do total das transações de câmbio no Brasil. Portanto, é um mercado altamente susceptível à especulação, mesmo com taxas de juros elevadas. A noção de que a inflação é igual ao custo do dinheiro é, realmente, uma percepção que está arraigada numa parcela da população, sobretudo, do empresariado brasileiro. Mas, devemos verificar se essa taxa de juros elevada produziu algum resultado, se o custo que ela trouxe para o Tesouro, que não é tão elevado quanto se falou, resultou em algo. E resultou. Por exemplo, foi a taxa de juros elevada que permitiu uma rápida negociação entre indústria e varejo no início do período de congelamento. Não é sem outra razão, por exemplo, que mais de noventa dias depois da implementação do plano são relativamente pequenos os casos de desabastecimento do mercado, comparativamente ao Plano Cruzado, que já na sua segunda semana enfrentou sérios problemas de abastecimento.

Um outro resultado que se extrai da política de taxa de juros: a antecipação do fechamento dos contratos de câmbio, que, se por um lado, criou dificuldades adicionais à execução da política monetária por que é um mecanismo de expansão de liquidez, por outro lado, trouxe, no período de transição, uma tranquilidade ao País em termos de reservas internacionais. Funcionou como um empréstimo-ponte.

Só para V. Exªs terem uma idéia, as reservas internacionais do País cresceram, aproximadamente, 3 bilhões de dólares nos dois primeiros meses do Plano Verão. Evidentemente, isso é uma antecipação; isso vai voltar ao seu ritmo normal, esse ritmo de acúmulo adicional de reservas não se sustenta por longo tempo.

Então, existem vantagens. Programas desse tipo correm, normalmente, o risco de provocar uma crise cambial pelo aumento das importações e pela redução das exportações que decorrem do aumento de demanda interna. Sobre a recessão, nós teríamos margem para um grande debate — mas, na verdade, eu só queria fazer uma observação sobre o que disse V. Exª.

V. Exª repete o que diz grande parcela da sociedade brasileira, grande parte da opinião pública: nós vimos — V. Exª não usou esta expressão — numa ciranda financeira...

O SR. MARCONDES GADELHA — Exato!

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — ... que seria aquela situação em que é melhor investir no mercado financeiro do que na produção. Isso é resultado de quê? É resultado único e exclusivo de um processo inadequado de endividamento público.

Quer dizer, não há saída para este problema, sem que se faça uma grande reestruturação no setor público, que leve, de um lado, o déficit público a níveis suportáveis pela economia e, de outro, à redução de incertezas que permitam ao Tesouro e ao Banco Central mudar o perfil de financiamento da dívida interna.

Existe uma solução irresponsável que alguns, que não conhecem as conseqüências

disso, têm apregoado, que é o puro e simples calote da dívida interna. Alguns dizem isso com outras palavras: reestruturação da dívida interna, enfrentar o problema financeiro da dívida interna, mas, no fundo, estão falando a mesma coisa. Seria uma loucura, levar um País, como o Brasil, que necessita do instrumento de endividamento público, a liquidar, de uma vez por todas, o crédito público.

Respondendo, finalmente, a sua pergunta: Qual vai ser a trajetória da política de taxa de juros? Será certamente uma trajetória diferente dessa que ocorreu até agora. Dissemos isso desde o início. Não posso dizer a V. Exª quais seriam as taxas de juros que o Banco Central praticará no futuro. Na realidade, ninguém pode prever isso. Vai depender, primeiro do acompanhamento conjuntural que fazem o Ministério da Fazenda, a Seplan e o Banco Central, e, segundo, das necessidades de regulamentagem da liquidez, através da política monetária. Certamente, não serão as taxas de juros que praticamos nos três primeiros meses do Plano.

V. Exª deve recordar-se — eu disse aqui — que a taxa de juros nominal, no mês de fevereiro foi de 18,95%, no mês de março foi de 20,41%, e no mês de abril, até hoje, a taxa aponta para uma média de 11,8%, 11,9%.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª quer usar o direito de réplica?

O SR. MARCONDES GADELHA — Quero usar os meus dois minutos, não para réplica, mas para uma pergunta muito rápida.

Senhor ministro, sabemos, e disso fomos informados, que o Governo não pretende envolver-se com a política salarial de agora em diante, mas que estaria inclinado a adotar uma das propostas que estão em tramitação no Congresso Nacional. Existe uma proposta, que é particularmente simpática à maioria dos Congressistas, e que parece dotado de uma boa dose da racionalidade, que é a proposta do Deputado Osmundo Rebouças. V. Exª dela já deve ter ouvido falar. Basicamente, refere-se a um reajuste mensal sempre que a variação da inflação ultrapassar 5%, e o reajuste trimestral, da parte que não tenha sido reajustada a cada mês, nesta hipótese.

Gostaria de saber a opinião de V. Exª sobre essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o Ministro Maílson da Nóbrega. A Presidência lembra que V. Exª dispõe de apenas dois minutos para responder.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — tentarei fazê-lo neste período, Sr. Presidente.

A posição do Governo tem sido a de que a melhor política salarial seria aquela que permitisse uma livre negociação entre trabalhadores e empresários, o Governo garantindo, no mínimo, o salário mínimo ou alguma regra para as categorias de menor poder de barganha.

O que temos dito é que das propostas salariais, sob apreciação do Congresso Nacional, a que menor problema causaria aos objetivos de estabilização seria apresentada pelo Deputado Osmundo Rebouças. Não quero dizer com isto que existia, por parte do Governo, algum interesse em patrociná-la. Ainda há muita coisa a definir na proposta do Deputado Osmundo Rebouças: temos várias dúvidas operacionais, como por exemplo, como se pratica a trimestralidade, a partir de que data, como fica a data-base. Ela tem um inconveniente, neste momento, que é a existência de um gatilho, o gatilho, que funcionou na economia brasileira, é de triste memória, eu diria, tanto para os assalariados quanto para o resto da economia.

Em resumo, o Governo é favorável a que se caminhe para uma livre negociação. Achamos que a organização sindical, no Brasil de hoje, é diferente daquela que existia na época das primeira políticas salariais em 1964. A maturidade do setor empresarial também é muito maior. Portanto, já é hora de o Governo começar a sair de cena e deixar que o mercado se ajuste por si mesmo em questões salariais. É evidente que o Governo vai ter que ter algum mecanismo de controle dos oligopólios, já que não temos a competição externa para contrabalançar a capacidade de transmitir aos preços os aumentos salariais, que é característica de alguns setores da indústria brasileira; se não há competição externa, há que existir a presença do Governo no controle de preços em monopólios e oligopólios, na hipótese de uma liberdade de negociação salarial.

O SR. MARCONDES GADELHA — Muito obrigado a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad que terá cinco minutos para a interpelação.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Sem revisão do orador.) — Ministro Maílson, eu pediria a V. Exª que nos informasse o montante de pagamento de serviço da dívida externa, a partir da edição do Plano Verão, e o montante de dinheiro novo que ingresosu no País.

Esta é a primeira pergunta.

A segunda pergunta diz respeito a uma contradição. Toda a publicidade do Governo federal está calcada em cima da frase "Tudo pelo social". Infelizmente, V. Exª acaba de informar à Casa que nada sobra, e apenas 8% do orçamento não está, na realidade, já comprometido no pagamento de pessoal, transferências a estados e municípios, custos da dívida pública, PIS, Pasep, etc.

V. Exª declarou — não sei se entendi bem — que qualquer alvo pelo social está estagnado neste momento. Nada poderá ser feito porque não há como fazê-lo dentro do orçamento, já completamente comprometido com essas especificações que coloquei inicialmente.

Quando diz que há um risco no "gatilho". V. Exª também interpreta como "gatilho" os realinhamentos dos preços? Porque a verdade é que nós já tivemos dois realinhamentos de preços — é para se evitar dizer que é um reajuste de preços, fala-se em realinhamento. Quanto aos salários, que já tinham sido congelados no pico mínimo e os preços no pico máximo, verificamo na prática, que há uma defasagem violenta dos salários, levando a uma recessão. A prova é que cada vez mais o Fundo de Participa dos Municípios é menor, porque o ICM tem caído em todos os estados. Isto é uma prova de que se compra menos, porque não há como poder comprar por falta de dinheiro.

Queria colocar mais uma pergunta a V. Exª, que é a seguinte: falou-se, decantou-se que o superávit da balança comercial do ano passado foi de 19 bilhões de dólares. No entanto, pelo que se sabe, nada restou para entrar no Tesouro, tudo ficou para pagamento de juro de dívida e outros compromissos externos. Queria que V. Exª desse à Casa uma explicação mais detalhada a respeito desses 19 bilhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) —Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Com relação à primeira pergunta realmente não disponho, aqui, de informação alguma. O Senador há de imaginar que o Ministro da Fazenda não poderia ter de cor todos os números da economia nacional, mas me comprometo a encaminhar a V. Exª, tão logo tenha às mãos, os dados de pagamentos de juros no primeiro semestre.

Eu gostaria de saber que tipo de pagamento de juros, todos? Bancos, Banco Mundial,...

O SR. JAMIL HADDAD — O que nós pagamos de juros da dívida, o serviço da dívida externa do País.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Também teremos que fazer o levantamento de quanto entrou...

O SR. JAMIL HADDAD — Quero saber se entrou dinheiro novo, porque tenho uma informação que desejo que V. Exª a confirme: num determinado dia nós pagamos 1 bilhão e 300 milhões de dólares aos credores e teriam, entrado, 2 dias antes ou 2 dias depois, 600 milhões de dólares.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Esta questão eu posso responder.

O SR. JAMIL HADDAD — Desejo a confirmação de V. Exª porque isso foi publicado nos jornais, e, se possível, uma explicação.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Essa foi a informação publicada pelo jornal *O Globo* e é uma informação destituída de fundamento. O jornal utilizou os pagamentos do principal que o País fez de maneira simbólica, uma vez que não se remete principal para o exterior; isso gera um depósito automático no Banco Central. Àquela época da publicação do jornal *O Globo*, nós tínhamos pago 200 milhões de dólares de juros e não 1 bilhão e 300 milhões de dólares. Portanto, o restante

foram amortizações que não são remetidas ao exterior. O Brasil não paga o principal de sua dívida externa desde 1982. Se era essa a informação de que V. Exª precisava...

O SR. JAMIL HADDAD — Quero dizer que me causa espécie V. Exª nos dar a satisfação e a honra de vir a este plenário prestar esclarecimentos e não ter podido trazer dados referentes ao problema da dívida externa, que seria o enfoque natural colocado neste momento na presença de V. Exª

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Eu tenho, Sr. Senador — eu não tenho são informações de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro. Fazendo soar a campainha.) — Eu pediria ao nobre Senador Jamil Haddad que esperasse a conclusão do Sr. Ministro porque, depois, V. Exª terá 2 minutos para fazer as observações.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Mas, como estava dizendo Sr. Senador, eu tenho dados sobre a dívida externa. Eu não tenho são os dados do pagamento de ontem ou até ontem da dívida externa. Prometo encaminhá-los a V. Exª o mais rápido possível.

A questão do "tudo pelo social" é o orçamento. Quando informei ao plenário que o governo tem 92% da receita fiscal, automaticamente comprometidos, o que fiz foi uma constatação. São despesas das quais o Poder Executivo não pode fugir. São despesas com pessoal; são despesas com transferências constitucionais aos estados e municípios; são despesas com o serviço da dívida interna e as vinculações constitucionais e, aí, cabe um esclarecimento, Sr. Senador: a Constituição tomou, adotou, uma medida de profunda repercussão nas finanças públicas, a de transferir para os estados e municípios nada menos do que 1/4 das receitas da União. Isso acentuou um processo de empobrecimento da União que já se observava nos últimos 10 anos — não quero discutir a conveniência ou não, é uma nítida decisão no sentido da descentralização. Para V. Exª ter uma idéia, a União detinha, no princípio da década de 70, cerca de 50% da receita total tributária do País. Com a nova configuração estabelecida pela Constituição, a União vai deter algo como 30% apenas de toda a receita tributária do País. Na minha visão, o que a Constituição adotou foi um nítido processo de descentralização, em que à União não cabe mais exercer e executar todas as funções que lhe eram atribuídas quando detinha metade da receita tributária do País. E nesse ponto se inclui a questão dos gastos sociais. É evidente que o processo de descentralização atribuirá, por definição, uma responsabilidade maior aos estados em questões como saúde, educação e outros itens da área social.

Por outro lado, fizemos questão, na Lei nº 7.730, em que se transformou a Medida Provisória nº 32, de estabelecer que, diante da gravidade do quadro fiscal, a regra de gastar só o que arrecadar deveria afetar o mínimo da área social. Se V. Exª se recorda, o dispostivo que determina o cumprimento desta regra estabelece várias prioridades, dentre elas, a área social e o pagamento de pessoal dos três poderes.

Outra questão: a do gatilho e o realinhamento. Continuo achando que o "gatilho" é um mal para a economia, é um mal para o trabalhador. Sei que V. Exª discorda. Os países que usaram o mecanismo de gatilho se convenceram de sua ineficácia para proteger o salário dos trabalhadores e acabaram por extingui-lo.

Com relação ao ICM, as informações de que disponho são um pouco diferentes das de V. Exª É de que a perspectiva do ICM para 1989 é de uma arrecadação substancialmente maior do que a de 1988, até porque vários impostos que eram da competência da União — impostos únicos — passaram a integrar a base da cálculo do ICM. A União perdeu a capacidade de estabelcer a isenção de ICM; passou-se a tributar integralmente as inportações de bens de capital e passou-se a tributar, por decisão da Constituinte, recentemente implementada pelo Confaz, a exportação de alguns produtos semi-elaborados. Portanto, a julgar por essas informações e por outras quantitativas de que disponho, no governo e nos próprios estados, não há nenhuma perspectiva de queda do ICM.

Ficou uma questão sem resposta.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Se o ilustre Senador quiser insistir na pergunta, V. Exª poderá responder.

O eminente senador, dispõe, ainda, de dois minutos.

O SR. JAMIL HADDAD — Queria apenas dizer que li — e não vi serem refutadas — declarações do ministro do Planejamento no sentido de que um dos fatores que aumentaram a inflação teria sido o aumento das mensalidades dos clubes, fato que, na realidade, muito me deixou preocupado, porque não posso nem acreditar que essa colocação tenha sido real. E, quando V. Exª fala que temos que gastar — e concordo — o que é arrecadado, causou-me uma grande espécie porque quando a Autolatina, quando a indústria pediu aumento de preço dos automóveis o governo não concedeu, mas, em contrapartida, diminuiu o IPI e, com isso, reduziu a arrecadação no Imposto de Produtos Industrializados, que dizer, um prejuízo total para a população brasileira.

Quero deixar, neste momento, a minha estranheza com a fato de ter diminuído a areacadação do IPI para facilitar que os carros não tivessem um preço maior, como se os carros fossem artigos de primeira necessidade para a classe menos favorecida.

Eram essas as colocações que eu queria deixar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o Sr. Ministro Maílson da Nóbrega.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Em primeiro lugar, a redução do IPI já constava do programa do Governo. Todos se recordam de que a alíquota do IPI sobre o automóvel foi brutalmente elevada em outubro/novembro de 1986 no contexto do chamado Plano Cruzado II. E era intenção do Governo, dita na ocasião e reiterada também pelo Ministro Bresser e por mim, de que nós caminharíamos para restabelecer níveis anteriores de tributação dos veículos com IPI, que é de 28% para automóveis a álcool e, se não me engano, 30%, ou 32% para os automóveis a gasolina.

Por outro lado, a perda de receita decorrente da redução do IPI é relativamente pequena; a perda líquida para a União é da ordem de 116 milhões de cruzados, em torno de 1% da arrecadação total do IPI. Prejuízo maior poderia haver para o País se prosseguíssemos num processo de impasse que geraria paralisação das fábricas por problemas de peças, poderia gerar queda da arrecadação do IPI pela falta de faturamento e, provavelmente, queda de emprego.

Mas, deixe-me aproveitar a ocasião para tentar responder uma questão do Senador, que é a respeito do superávit comercial.

O superávit comercial apenas de bens e mercadorias foi de 19,89 bilhões de dólares. Desse total temos 4,4 bilhões de dólares que são os pagamentos de serviços, exceto juros. Temos aí serviços de frete, seguro, turismo, remessa de lucros e dividendos, e assim por diante. Temos ainda as amortizações nas agências multilaterais. O Brasil, a exemplo de outros países da América Latina, está tendo um fluxo negativo de recursos por parte do Banco Mundial e do BID.

No caso do BIRD, o fluxo negativo no ano passado foi de aproximadamente 700 milhões de dólares.

De juros, nós pagamos cerca de 15 bilhões de dólares, dos quais pouco mais de 10 bilhões referentes ao exercício de 88. É preciso lembrar que foi em 88 que pagamos o acumulado da moratória de 87 e os juros normais de 88. O restante se explica por um movimento de capitais: investimento direto, amortizações e desembolsos das agências financeiras multilaterais, e de parte dos banco comerciais tivemos, em 1988, recursos novos da ordem de 4 bilhões de dólares.

O SR. JAMIL HADDAD — Sr. Presidente, peço apenas a S. Exª, o nobre Ministro da Fazenda, que o mais prontamente possível possa me remeter os dados referentes à remessa e à entrada de apartes.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Sem dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — S. Exª já assumiu esse compromisso publicamente; de certo, não faltará a ele.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores: dado que o Ministro Mailson da Nóbrega apresentou um quadro otimista do Plano Verão e que o Líder do PFL, Marcondes Gadelha, fez aqui uma argüição de Oposição, sinto-me

espicaçado e na obrigação também, de pedir mais detalhes ao ministro — só que fazendo uma pequena traição a S. Exª, porque pedi ajuda da própria assessora do ministério — para atender melhor o porquê desse otimismo: se S. Exª tem base, e o porquê das nossas aflições.

V. Exª, Sr. Ministro, disse, e com razão, citando dados da *Der Spiegel*, que o montante global da dívida brasileira, com relação ao PIB, parece não assustar, mas diz, também — é verdade que mais de passagem — que a questão fundamental não é do montante da dívida, é do seu perfil e este não é dos mais bonitos.

Recentemente estive verificando os mesmos dados e espantei-me com os da Itália: aquele país ganha de longe do Brasil em matéria de endividamento público, porém o perfil da dívida é confortador; há de dois, cinco e dez anos, enquanto a taxa de juros é mais confortadora ainda.

De modo que, a partir dessa verificação que V. Exª mesmo faz, não creio se possa considerar com tranqüilidade que 10% do PIB, de endividamento, seja alguma coisa que não assusta; dez por cento do PIB corresponderão hoje acerca de de — não sei em dólares — provavelmente, 35 a 38 bilhões de dólares. O Orçamento do Brasil é de 59.8 bilhões de cruzados, o que deve corresponder, a grosso modo, nesta nova taxa de câmbio, a cerca de 55 bilhões de dólares. Então, na verdade o montante da dívida em comparação não com o PIB, mas com o orçamento é bem alto.

É mais ainda, a mobilidade que tem o ministro, ou que tem o orçamento — aqui olho para o relator do orçamento, que sabe melhor do que nós — é pequena porque, de pessoal e encargos, 28% são consumidos; 27.2, é o serviço da dívida; transferências a estados e municípios é um quinto e não um quarto, mas 19.4%, outras vinculações, 17.5, e sobram 7.9%, quer dizer, a margem de manobra é muito restrita.

Creio que a perspectiva otimista de V. Exª, quando se detalha um pouco mais não é tão otimista assim. Vê-se que esse perfil da dívida é angustiante e o mesmo montante é angustiante.

Quando diz V. Exª, com respeito aos encargos financeiros, que 1% ou 2% do PIB não seja de assustar, 2% do PIB vai dar hoje cerca de 7 bilhões de dólares, se não estou equivocado; para quem já está na situação que estamos parece-me assustador que esses encargos financeiros aumentem ainda mais, porque não vejo como tornar o orçemento equilibrado com essa pressão, vendo aqui o dado que 27% do orçamento já vão por conta do serviço da dívida. Então, isso adiciona a esse encargo alguma coisa que é muita pesada, realmente, e que dificulta o País sair desse túnel em que está.

Digo a V. Exª que faço essas considerações sem nenhuma satisfação. Eu até preferiria ficar fazendo considerações mais de acordo com a linha otimista de V. Exª, porque vamos discutir daqui a pouco tempo a lei de salários. Se V. Exª tem razão no seu otimismo quanto ao controle que o Plano Verão propiciou à economia brasileira, mais razão terão aqueles que vão batalhar por uma situação salarial diferente da atual. Se conseguirmos controlar agora os fatores que nos afligiram e que levariam à hiperinflação fica muito difícil para o Congresso, que votará a lei salarial, não tomar uma atitude firme que corrija os desníveis salariais.

Nesse aspecto, embora tenhamos tido — o meu partido mesmo tem tido uma atitude quase que de prudência nessa matéria — eu creio que chegou o momento em que essa prudência tem que dar margem a uma consideração mais enérgica no que diz respeito à questão salarial.

Eu verifiquei recentemente alguns dados relativos à distribuição funcional entre capital e trabalho na renda nacional, e a verdade é que se os dados que eu vi são corretos, nós baixamos a participação do capital para trinta e oito por cento.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Salário?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Salário.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — V. Exª falou capital.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Perdão, salário!

Em comparação com os Estados Unidos que são 75%, na Inglaterra que são 70%, a situação é dramática. Então, eu gostaria de perguntar a V. Exª o seguinte: primeiro, se as minhas observações mais críticas, quanto ao seu otimismo, procedem, tendo em vista os dados de que o próprio governo dispõe. Segundo, se elas não procedem, se já não estaremos na hora de fazermos uma revisão salarial mais a fundo, visto que com relação a todos os outros fatores já fizemos o sacrifício necessário para controlá-los.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o Sr. Ministro Maílson da Nóbrega.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Eu acrescentaria mais um detalhe à comparação que o senador fez com o caso italiano; eles têm mais uma vantagem que é a possibilidade de financiar a sua dívida num contexto de poupança financeira muito mais confortável que a brasileira que é a colocação de títulos no exterior, em mercados de capitais muito mais amplos do que aquele a que a economia brasileira, que a dívida pública brasileira tem acesso. Aliás, a dívida pública brasileira não tem acesso há muito tempo aos mercados internacionais de capital. Creio que V. Exª não entendeu corretamente o que falei sobre a dívida pública. O que disse é que a dívida pública brasileira não atinge o nível de quarenta por cento publicado num jornal de Brasília; ela é apenas de 11,2%. Mas mencionei também, como V. Exª reconhece, o ato de que a diferença que separa a dívida pública brasileira de outros países, é o seu perfil. O fato de ela girar praticamente, todo o dia, no *overnight*, não nos faz, em função dessa constatação, absolutamente otimista.

Creio, que não há solução para os problemas estruturais de que padece o País, que extravasa em problemas sociais sérios, sem que resolvamos o intricado problema do setor público. É um desequilíbrio brutal, jamais visto na história recente do País.

Quando V. Exª menciona todos esses dados e como está inflexível o orçamento brasileiro, isso no traz, sem dúvida alguma, níveis adicionais de preocupação, o que mostra que este e os próximos governos enfrentarão sérios problemas de manejo da política econômica, se não fizermos esse grande esforço de mudança estrutural.

Com relação a salário, V. Exª tem razão, eu não tenho os dados exatamente aqui. Mas houve uma deterioração da participação dos salários na distribuição funcional da renda nacional. Isso é insofismável, é uma constatação da qual não se pode fugir.

O que se pode comentar em relação a esse fato, senador, é que, primeiro, isso é causa da exacerbação do conflito distributivo no Brasil que, por seu turno, é causa importante de inflação recente. Isso me leva também à reflexão de que um desordenado esforço ou um esforço para uma desordenada recuperação dessa parcela, da noite para o dia, poderá criar maiores problemas do que soluções.

Não tenho dúvidas, já debatemos isso em outras ocasiões, de que há uma diferença básica entre o que pensa o governo e o que pensam os trabalhadores, no tocante à reposição salarial, na recuperação de sua parcela, de sua fatia, na renda nacional. Os trabalhadores lutam pela reposição pelo pico e o governo acha, com base em experiências do passado, com base em estudos, que a recuperação terá que ser pela média. A economia encontra mecanismos, e nesse ponto ela é perversa, de fazer com que aumentos de salários pelo pico se transformem em inflação, que reduzem esses salários para a média.

Não quer dizer que isso deva dar margem a uma posição conformista, nem por parte da classe política, nem por parte dos trabalhadores e nem por parte do governo. Acho que há que se fazer um esforço para, primeiro, evitar que continue a deterioração dessa participação dos trabalhadores na renda nacional; segundo, criar as condições para que haja uma recuperação por um processo ordenado de crescimento da economia. Não estou defendendo que primeiro tem que aumentar o "bolo" para poder dividir. Não é isso.

A experiência mostra que os períodos de maior deterioração dos salários reais e, portanto, de sua participação na renda nacional, são aqueles em que há inflação elevada. Se olharmos, por exemplo, o período de 85/89, verificaremos que o período que maior recuperação de salário produziu foi aquele do Plano Cruzado em que a inflação estava a níveis baixíssimos, menos de 1%.

Portanto, a primeira tarefa terá que ser a de encontrar os mecanismos, inclusive com reformas estruturais, que dêem cobro definitivo à questão das pressões inflacionárias no

País. Por conseqüência, criar as bases para um processo de recuperação da atividade econômica, pelo menos aos níveis próximos do que obtivemos no passado e que se transfira ao trabalhador, por um processo de nogociação, os ganhos crescentes que o processo de recuperação da atividade econômica produzirá. Foi assim em outros países e terá que ser assim no nosso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, V. Exª terá dois minutos, se desejar fazer alguma réplica.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Sr. Ministro, V. Exª concorda comigo na questão — são os dados —, temos concordado com os dados obviamente da distribuição funcional de renda e concordará também com o fato de que do Orçamento da União 27,2% é serviço da dívida e 28% é pessoal, quer dizer, o peso do serviço da dívida é muito elevado, inclusive no gasto público.

Portanto, creio que V. Exª concordará também que chegou o momento de revermos, passado o choque inicial, revermos essa equação entre juros e salários. Podemos até entender, e fomos daqueles que entenderam quando V. Exª baixou o Plano Verão, que dado o risco da hiperinflação, algumas medidas deveriam ser tomadas, mas acho que agora outras medidas deverão ser tomadas. Passado o risco, e V. Exª reafirmou que passou esse risco, as medidas que serão tomadas agora parece-me que vão na outra direção, na direção oposta. Então, eu perguntaria a V. Exª — sem estrarmos na discussão — se os reajustes serão feitos pelo pico, ou pela média, que esse será um diálogo eterno entre empresários, governo e trabalhadores — se é ou não o momento de começarmos uma reversão nesse processo perverso de distribuição da renda?

Em segundo lugar: se V. Exª concorda que realmente a questão da política de juros, e embora V. Exª tenha apresentado alguns dados a respeito dos juros reais, eu não os captei bem, mas acredito que V. Exª disse que estiveram na ordem de cinco por cento no primeiro trimestre, se V. Exª concorda também que essa matéria sofre um encaminhamento muito mais decidido, sinalizando-se realmente que existe uma tendência a evitar esse juros tão elevados, porque já passou o perigo maior, inclusive, de corrida para ativos financeiros e outra natureza.

Eu perguntaria a V. Exª se concorda com isso.

Por fim, V. Exª falou de medidas estruturais, e entre elas não inclui também V. Exª algumas medidas de natureza tributária, posto que não vejo como saírmos dessa entaladela — perdoe-me a expressão — que os números mostram, sem que haja realmente uma recuperação do poder tributário do Estado. Enfim, das receitas tributárias do estado, tendo em vista que é real que haverá transferências maciças de rendimento da União para os estados e acho que isso é correto. V. Exª interpretou bem, é a descentralização, os estados e municípios arcarão com uma parte das despesas sociais, é verdade, mas ainda assim acho que os dados são tão aflitivos que não vejo como governar sem aumentar impostos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Primeiro, um esclarecimento: quando falamos nessa participação de 27% no orçamento público, estamos incluindo o endividamento da União pela dívida mobiliária interna, mas também o endividamento com Bancos no País e no exterior. É um número elevado, embora inferior ao que se observa em outros países. A comparação que se faz entre juros da dívida e custo de pessoal do Governo central vai variar de país para país, dependendo do volume da dívida interna. Por exemplo, para mencionar novamente Israel, só na dívida mobiliária interna, o País consome 40% do orçamento público. E não há solução para isso a não ser uma recuperação da carga tributária, que não necessariamente terá que ser feita através do aumento de impostos, mas da redução de incertezas e da reativação da atividade econômica, porque a dívida em si não é má. O problema é se ela pode ser financiada e se ela guarda uma relação adequada com o PIB, e com a receita pública total.

Mas, e a pergunta específica que V. Exª fez?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Uma era essa, como V. Exª encararia; a outra, o salário e os juros.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — A questão dos juros. Evidentemente, nós sustentamos durante todo o período de implantação da fase inicial do plano, que taxas de juros elevadas se justificavam durante um lapso momentâneo em que se precisava quebrar expectativas e atingir outros objetivos, como mencionei aqui. Certamente não pode ser a política permanente do Governo. Seria insensato prosseguir numa política de taxas de juros reais de 10% a 15% ao mês.

Isso se justificou apenas numa fase inicial do plano. Agora, iniciamos uma outra em que a taxa de juros ainda poderá ser um elemento importante de controle da liquidez, mas não aos níveis que prevaleceram durante os meses iniciais do plano.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE) — Sr. Presidente do Senado, Sr. Ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, Srs. Senadores, tenho algumas perplexidades a respeito do momento atual, no que concerne à Pasta da Fazenda, e uma delas refere-se exatamente ao salário do trabalhador, que fica como que subjugado pelas outras condições econômicas vigentes no Brasil, neste momento.

Objetivamente, gostaria de perguntar a V. Exª se necessariamente entende-se que o aumento do salário gera inflação; ou se são os fatos antecedentes, como aumento de preços, que obrigam a subida de salários, se é esse fato antecedente que gera a inflação; se os dois geram a inflação; ou se sempre teremos de confrontar as necessidades do trabalhador brasileiro com a inflação nacional?

Esta é uma explicação que eu preciso obter de V. Exª

No mesmo momento, louvo a segurança com que o Ministro da Fazenda se porta, aqui, perante o Senado Federal, e quero dizer que a sua presença tem sido de uma importância muito grande, para ilustrar aquilo de que necessitamos conhecer a respeito da realidade nacional.

Outra indagação é, exatamente, sobre o Senado Federal. Sabe V. Exª que a Constituição ampliou as prerrogativas desta Casa, deste Poder, no campo da autorização de operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios. Igualmente cabe ao Senado, pela nova Carta, dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno dessas Unidades da Federação. Tais prerrogativas, no entanto, estão previstas no art. 52, itens 5 e 9, da Constituição em vigor. Há, inclusive, a fixação dos limites globais para o montante da dívida consolidada daqueles entes federativos. Mas tudo isso, Sr. Ministro, é matéria que necessita da iniciativa do Poder Executivo.

Pergunto a V. Exª se o Ministério da Fazenda não poderia dar início a esse trabalho para que a Constituição seja vivenciada nesse campo, nesse aspecto tão importante e tão fundamental para o entrelaçamento dos Poderes, com um controle de um Poder pelo outro, para a harmonia entre os Poderes, porque essa é uma das partes mais sábias, mais importantes da atual Constituição.

Por fim, Sr. Ministro, gostaria somente de entender um detalhe sobre a dívida externa: no momento em que não estamos pagando o principal, mas honrando as despesas financeiras com a dívida externa, o que, objetivamente, fora esse fato que agora aponta V. Exª e que declarou nessa tribuna, tem acrescido e tornado mais grave essa dívida externa, quais as necessidades do Brasil que têm levado a esse crescimento estarrecedor da dívida externa? Tem o Ministério de V. Exª papel preponderante no controle dessa dívida? Somente isso, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o Sr. Ministro Maílson da Nóbrega.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Muito obrigado

Em primeiro lugar, na questão sobre se o aumento do salário é inflacionário, precisaríamos de longa discussão e um grande espaço de tempo para discorrer sobre a matéria.

Acho que é equivocado dizer que salário gera inflação. Na verdade, a inflação é um fenômeno complexo que envolve o problema do desequilíbrio fiscal; é um problema de como se processou, no caso brasileiro, a industrialização, é um problema de eficiência da

economia; é um problema de como se comercializam as safras, se podemos ou não fazer estoques reguladores; é um problema de dívida externa e seu efeito na dívida interna; é um problema de expectativa pessimista da sociedade em relação ao futuro da economia; é um problema de controle do Governo sobre oligopólios e monopólios; é um problema também salarial.

Quer dizer, mencionei apenas alguns dos fatores que interferem nesse complexo mecanismo de forças que impulsionam os preços numa economia como a brasileira. O salário não é inflacionário; o que é inflacionário é o seu aumento incompatível com as possibilidades da economia. A experiência internacional mostra que, através de um processo de negociação, de um processo de reivindicação, de um processo de luta, o salário ganhou participação na renda nacional em todos os países. Isso se processou por um mecanismo de transferência, aos trabalhadores, dos ganhos crescentes de produtividade, que foram obter na economia mundial, por força da tecnologia, por força de uma série de fatores e, aí voltamos àquela discussão que tive há pouco com o Senador Fernando Henrique Cardoso, de que essa questão do pico e da média tem muito a ver com a idéia de que é ou não inflacionário o salário. Não é o salário, mas o seu aumento inadequado além das possibilidades da economia.

Com relação ao Senado Federal, o art. 52, mencionado por V. Exª, dá competência privativa ao Senado Federal para decidir em questões de endividamento externo.

Não era o nosso entendimento, Senador, de que caberia ao Poder Executivo a iniciativa de propor a regulamentação dessa matéria; o nosso entendimento tem sido o de que a partir da promulgação da Constituição não pode a União endividar-se no exterior sem prévia autorização do Senado Federal. E, temos feito isso habitualmente, nas ocasiões em que isso foi necessário. V. Exª deve estar lembrado de que um dos acordos da dívida externa, antes de sua celebração com o Clube de Paris, foi submetido à consideração do Senado Federal e aprovado por ampla maioria. Temos encaminhado, habitualmente, operações de crédito da União, especialmente aquelas realizadas com organismos financeiros multilaterais. Mas se é esse o entendimento, pode ficar certo V. Exª que nós, do Ministério da Fazenda, iniciaremos desde já um processo, um exame da questão, para que se submeta o mais rápido ao Congresso Nacional, ao Senado Federal, a regulamentação definitiva deste assunto. A regulamentação definitva, sabe V. Exª, vai depender da aprovação final da lei complementar sobre finanças públicas, que vai regulamentar de uma maneira ampla a questão do endividamento interno, a questão tributária, a questão fiscal; isso vai levar algum tempo. Essa lei de finanças públicas vai cuidar, inclusive, pela primeira vez, de questões ligadas ao sistema financeiro público.

Sobre a questão da dívida externa, na verdade, essa dívida caiu nos últimos 2 anos, em lugar de se ter elevado. Por exemplo, a dívida externa total, em 1987, era de 121 bilhões de dólares; em 1988, era de 112 bilhões de dólares. Se olharmos a dívida externa de médio e longo prazos, a chamada dívida externa registrada, ela caiu de 107 bilhões de dólares para 102 bilhões de dólares, não obstante ter o País obtido adiconalmente 4 bilhões de dólares dos bancos comerciais.

Essa queda substancial em 1988 foi propiciada pelos mecanismos de conversão de dívida externa e, também, por realinhamento de paridades de câmbio entre o dólar e outras modas. Porém, um dado mais importante para analisar a evolução da dívida externa é a sua relação com a economia brasileira. A dívida externa total registrada, em 1984, era de 50% do PIB, e hoje, em 1988, ela foi de 40% e deve ser de 37,6% em 1989. O Brasil apresenta, trago uma informação adicional para V. Exª, dentro da América Latina, uma das relações Dívida/PIB mais baixas da região. Também, pelo fato de as exportações terem crescidos e a dívida ter estagnado, e até caído, melhoraram também as relações entre dívida externa e exportações — ou exportação e dívida externa. Para V. Exª ter uma idéia, a dívida externa chegou, em 1986, a representar 5 vezes as exportaçoes totais do País. Em 1988, a relação foi 3,3 vezes, podendo ficar em 1989 no mesmo nível, dependendo principalmente de como se comportem as exportações.

Quanto à pergunta final, o Ministério da Fazenda tem uma responsabilidade de coordenar não só as ações que o Banco Central exerce no campo do registro, controle e fiscalização da dívida externa, mas também da negociação que se processa nos vários fóruns internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª deseja usar o direito de réplica?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Vou utilizar, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª dispõe de 2 minutos.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE) — Sr. Ministro, eu ouvi, com muita atenção, as explicações de V. Exª, que a mim satisfazem plenamente. Louvo a exposição de V. Exª, porque me deixa otimista com relação à dívida externa brasileira. Já é uma grande coisa, no dia de hoje, podermos aplicar um pouco de otimismo à sua alma, a nossa alma.

Devo dizer a V. Exª que essa parte relativa ao Senado é fato. Tudo tem sido submetido ao Senado, mas com aquilo que nós chamamos de legislação de adesão, quer dizer, aquelas leis que não colidiram com a Constituição e que, por isso, podem ser aplicadas em harmonia com ela, mas sem serem propriamente a legislação ideal para a Constituição. Espero que V. Exª, realmente, cumpra essa preocupação e determine esse estudo, para que logo tenhamos uma proposta governamental, em exame, nesta Casa, que será da maior valia.

Muito obrigado a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o Sr. Ministro Maílson da Nóbrega.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — É só para concordar com o ilustre Senador de que, de fato, o Ministério da Fazenda está-se utilizando, para a submissão ao Senado Federal, desses casos da legislação que a nova Constituição recebeu pelo processo de recepção, assim dizem os juristas, que é o Decreto-Lei nº 1.312. Mas eu posso prometer a V. Exª que iniciaremos, de imediato, estudos no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com vistas à proposição de regras novas, adaptadas à nova Constituição, para efeito do controle, pelo Senado Federal, do endividamento público da União, dos estados e dos municípios.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado a V. Exª

Com a palavra o nobre Senador Iram Saraiva.

O SR. IRAM SARAIVA (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Sr. Presidente, permita-me quebrar a solenidade dos debates e argüir daqui mesmo.

Ministro Maílson da Nóbrega, infelizmente, não tive a felicidade de ser economista. E pago caro por isso. Principalmente, nos finais dos meses, quando vou tentar compatibilizar a minha receita com as despesas, num País de perplexidades, de indagações. Mas a presença de V. Exª, hoje, me enseja a oportunidade de aprender um pouco mais, inclusive buscar encontrar soluções para determinados problemas que, eu diria, até mesmo, pessoais. Se pessoais, eles atingem, diretamente, a todo cidadão brasileiro.

Vou desdobrar a minha indagação a V. Exª em três momentos fundamentais.

Esta política claramente recessiva, praticada pelo Governo, com taxas de crescimento negativas — os níveis de desemprego mostram isso — não está criando uma situação de ingovernabilidade para o próximo Governo? Logicamente, me preocupo — exatamente por desconhecer a Economia — com o que possa advir, no futuro.

A outra questão, Ministro, também preocupante, é que esse atual Governo já chegou a ser considerado o Governo da esperança. Está chegando a seu final, melancolicamente fadado a passar para a história, analiso eu, como o mais execrável e impopular, por uma série de passagens que assistimos em todo o território nacional.

V. Exª é o quarto Ministro a ocupar a Pasta da Fazenda e a economia nacional continua a viver uma das piores crises. Citaria os contrastes: supersafras convivendo com a fome; superávits comerciais insistindo em viver com a pobreza e com baixos salários. Tudo nos leva a crer que a economia brasileira obtém bons índices — V. Exª inclusive expôs sobre isso e o povo brasileiro vai mal. E a isto cabe uma indagação. A que V. Exª atribui isso? À dívida externa? À má administração? E perguntaria ainda mais ao Ministro Maílson da Nóbrega: O que amarra o Brasil? Seriam as imposições das entidades financeiras ou dos nossos chamados credores internacionais?

Finalmente, Ministro, há muito que os títulos da dívida brasileira vêm sendo negociados no exterior por 30, 40% do seu valor nominal, segundo informações que colhi. V. Exª poderia explicar-me por que o Brasil continua pagando o serviço da dívida pelo valor integral?

Estas são as indagações iniciais que faço a V. Exª

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Não sei se é infelicidade ou felicidade do Senador Iram Saraiva não ter sido um economista porque, como não é economista, pode discorrer livremente sobre os mais variados assuntos dessa complexa ciência sem o risco de dizer impropriedades ou, pelo menos, assumindo o risco de não dizer uma impropriedade, como se costuma dizer, é como o técnico de futebol. Todos nós somos um pouquinho de técnico e podemos gostosamente dar opiniões sobre a formação do time, porque não temos a responsabilidade de dirigi-los nos embates no campo de futebol.

Vou comentar especificamente — não sei se vai dar tempo — eu precisaria de uns 10 minutos, pelo menos, para comentar todas essas questões.

A primeira é a de que sou o quarto ministro da Fazenda do atual governo e a economia continua com problemas, o que me leva ao seguinte comentário: V. Exª, como grande parcela da sociedade brasileira, imagina que há no ministro da Fazenda a capacidade mágica de, por um toque, por uma ação, por um conjunto de medidas, resolver da noite para o dia as questões nacionais. Esse é um cacoete que criamos ao longo do tempo e dele não conseguimos nos livrar.

Na verdade, a responsabilidade pela crise, pela condução da crise ou pela busca de soluções da crise não pode ser de uma pessoa, nem mesmo de uma equipe, nem mesmo de um conjunto de ministros. É responsabilidade de um Governo, e Governo não é só Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário. É uma responsabilidade que deve ser solidária de toda a sociedade brasileira, e não solitária de um grupo de pessoas no Governo. Não estou com isso buscando justificativa para eventuais falhas que tenha a equipe econômica do Governo, basicamente Ministério da Fazenda e Seplan, na condução dos assuntos da economia, no momento mais grave por que passa o País em sua história recente.

Agora, o que causa esses problemas? Pergunta V. Exª: é a dívida externa? São os juros? É a imposição das entidades financeiras internacionais? Acho que é um conjunto muito grande de causas que envolvem posicionamentos da área política, do Poder Executivo, dos empresários, dos trabalhadores. É claro que a dívida externa é um problema, não é o maior, mas é um problema. A dívida interna é uma grande bandeira política, embora não seja o grande problema nacional, mas é um problema, também. De modo que é uma superposição de causas que não são privilégios do Brasil.

Como V. Exª é um homem que se dá ao interesse de obter informações, as mais variadas, inclusive do que ocorre com os deságios da dívida externa brasileira no mercado secundário em Nova Iorque. V. Exª, se fizer análise do que acontece na América Latina, vai verificar que a crise é uma característica em, praticamente, todos os países da região, especialmente a apartir de 82.

A questão da imposição das entidades financeiras internacionais é muito sensível, emocional até, sobretudo em países da América Latina e que tem levado a uma percepção não muito clara de qual é o papel dessas instituições no auxílio, no apoio ou mesmo nas imposições — como diz V. Exª-em países endividados ou em países em desenvolvimento.

Eu gostaria de invocar um recente testemunho do presidente da Venezuela. Algumas pessoas na América Latina chegaram a declarar que as mortes havidas, infelizmente, em Caracas, tinham sido uma decorrência direta do FMI. Lembro-me de uma manchete de jornal brasileiro que dizia: "FMI mata 25 em Caracas". Ele errou duas vezes: primeiro, o número foi muito maior e, segundo, não me consta que o FMI tenha ido lá de metralhadora matar pessoas. Não estou aqui defendendo o Fundo Monetário Internacional, porque ele também, como qualquer instituição, erra. O que há, senador, é um exagero do papel que as instituições têm ou venham a ter na condução da política econômica dos países.

Nenhum país é obrigado a aceitar programa imposto por uma instituição financeira multilateral, e isso foi reconhecido pelo presidente da Venezuela em carta que foi amplamente divulgada pela imprensa venezuelana, em que ele comentava as negociações com o Fundo — que mal tinham começado — o desastre social havido na Venezuela, na verdade, conseqüência de uma deterioração econômica que tem na dívida externa um dos seus fatores.

Como eu já sei que meu tempo está terminando, eu gostaria de comentar a questão do deságio. Essa é uma questão que se presta às mais variadas leituras e, por assim dizer, manipulações. Há quem diga — e V. EXª repetiu — que o Brasil deveria pagar pela sua dívida externa apenas o que está nos mercados secundários. Se este raciocínio tão simplista fosse verdadeiro, a dívida externa brasileira acabou de subir, porque ela estava sendo cotada a 28% e, com as notícias do Plano Brady, o deságio foi para 34%. Então, teríamos uma deterioração das condições do País em relação à dívida externa — um absurdo, o que mostra, só por este fato, que esta comparação é muito simplista.

Há quem diga que o Governo deveria chegar nos bancos e dizer: "Eu só vou pagar 34%, que é o que vale hoje, ou 28%, que valia há um mês". Tenho citado um exemplo que me deu um jornalista, outro dia, de alguém que deve algo em uma mercearia — 200 cruzados — e chega lá e diz: "Não posso pagar. Será que você aceitaria que eu pagasse só 100?" E o dono da mercearia, vendo que não havia perspectiva disse: "Aceito". Ele, então disse: "A partir deste momento, só lhe devo 100. E fico devendo "pendurado" do mesmo jeito". Então, não é assim. Não há dúvida de que há um crescente esforço internacional, fruto de pressões dos países endividados, fruto de uma percepção por parte dos países credores, das conseqüências sociais e políticas do aprofundamento de uma crise provocada pela dívida externa. Há movimentos claros, no sentido de encontrar uma solução que não será obtida senão por um processo de redução do estoque da dívida, ou do seu serviço, ou pela combinação dos dois.

Tenho mais um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª, infelizmente, já esgotou até os 6 minutos, teve mais um minuto, e terá oportunidade, com certeza, na tréplica, de concluir o seu pensamento.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — É porque o tema é emocionante.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Iram Saraiva, para a réplica.

O SR. IRAM SARAIVA (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Ministro Maílson da Nóbrega, V. Exª me enseja a dizer que eu já não sou mais um homem infeliz, porque não sou nem economista e nem um técnico de futebol. Adorei isso. Vou usar um termo até anti-regimental: estamos em "um rabo de foguete". Entendo, perfeitamente, o que é estrutura de Governo, dentro do composto institucional com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário mas, sobretudo no Brasil, é o Executivo, porque não temos um regime parlamentarista. Vamos pagar o ônus disso. Mas eu perguntaria a V. Exª: será que não sairíamos melhor dessa dificuldade e desses problemas todos — acho que a dívida externa é a grande espinha dorsal da questão brasileira — se formássemos um cartel de devedores, principalmente na ponta sul da América, para, com coragem, com obstinação e até mesmo com o sentido de brasilidade, dar condições ao próximo Governo de assumir, realmente, e não me deixar perplexo e com medo de viver e conviver como estou vivendo hoje? Será que se formássemos um cartel de devedores e fôssemos com mais firmeza não conseguiríamos êxito?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA — Creio que não, Sr. Senador. O que temos que fazer na América Latina é nos unirmos em torno de pontos comuns. É o que estamos fazendo. Há um grupo de ministros da Fazenda que se reúnem habitualmente. Já realizamos, nos últimos doze meses, algo em torno de 5 a 6 reuniões. Temos trocado informações, temos abastecido uns aos outros com informações sobre as nossas próprias dificuldades, processos de negociação das nossas dívidas, e nos convencemos de que o cartel é inviável, pelo menos nas condições atuais.

Cada país tem sua especificidade, cada país tem o seu problema interno, e é impossível imaginar que num assunto que envolve interesses distintos, situações diferentes, posturas distintas também, pudéssemos obter um tal

grau de coesão que partíssemos todos unidos para uma frente de confrontação, primeiro, pelas dificuldades que falei a V. Exª, segundo, porque todos nós — esses 8 ministros da Fazenda que têm se reunido freqüentemente — nos convencemos de que a via da confrontação, a julgar pelos exemplos de outros países devedores, não é seguramente a forma de resolver, mas é a via da cooperação e uma atitude firme, decidida, como países que estão obtendo resultados, seguem no sentido de proteger os seus interesses.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado a V. Exª

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Carneiro.

O SR. DIRCEU CARNEIRO (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, Srs. Senadores.

Sr. Ministro, encaminhamos o nosso questionamento em relação ao déficit público e para isto fazemos referência à reunião do Conselho Monetário Nacional do dia 12 de abril, que fez a programação monetária para o semestre.

A imprensa publicou que constatou para este primeiro semestre que teremos 8,3 bilhões de cruzados novos de déficit público e que, desses 8,3 bilhões, 6,6 seriam atribuídos aos juros do *over-night*, portanto, de rolagem da dívida interna. Isto significa praticamente — se os números são corretos — que 80% desse déficit publico, publicado na última reunião do Conselho, é devido a juros.

Levanto isto a propósito de algumas declarações publicadas pela imprensa no Brasil, atribuídas a V. Exª, de que quando negociava com os nossos credores externos, principalmente perante o Fundo Monetário Internacional, justificava que o Plano de Estabilização não tinha alcançado o sucesso devido porque o Congresso Nacional não havia cooperado, isto é, havia ressuscitado empresas que o Governo não considerava interessantes nem úteis, portanto, o Governo havia proposto a extinção e o Congresso Nacional as havia restabelecido.

Gostaríamos de cotizar essas duas observações, utilizando apenas duas empresas daquelas que foram ressuscitadas pelo Congresso Nacional: a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — EBTU — e a Embrater. Essas empresas têm um papel na sociedade brasileira, particularmente no caso da EBTU, que trata de acumular informaçoes e tecnologia na área de transporte urbano, uma área, em nosso País, típica de serviço público e que, portanto, não vemos possibilidade alguma de a iniciativa privada tomar essa responsabilidade de acumular informaçoes sobre o assunto pesquisa, tecnologia etc. para atender a um serviço público, de obrigação do poder público, exercido pela iniciativa privada apenas quando concedido. Por outro lado, estendendo ainda um pouco mais esta questão do déficit público, além destas duas que levantamos, também questionamos o conceito contábil do FMI, que considera os investimentos também como componentes do déficit público.

Interessa ao nosso País contabilizar dessa forma?

Não temos alternativas para formular outros conceitos sobre essa questão do déficit público relativo a investimentos ou componentes que, por sinal, são muito discutíveis, inclusive?

Inicialmente, são estas questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Ministro Maílson da Nóbrega.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — A primeira questão: Críticas ao Congresso Nacional. Já tive ocasião de esclarecer o assunto na Câmara dos Deputados.

Em primeiro lugar, não fiz declarações enquanto negociava com qualquer tipo de credor, nem fiz declarações perante uma assembléia do Fundo Monetário Internacional, fiz declarações à imprensa brasileira, que, por conveniência dos repórteres que estavam em Washington, preferiram utilizar uma sala do prédio do Fundo Monetário Internacional a indagar-me, a inquirir-me na embaixada brasileira porque havia o problema de tempo. Era um domingo e aqui as edições fechavam às 17 horas, 15 horas em Washington.

Este é o primeiro esclarecimento. O segundo, pretendo invocar, nobre Senador, o fato de ser um dos burocratas do Governo que mais se batem pela devolução ao Congresso Nacional do seu poder na política fiscal e tributária. Liderei um grupo de mais de cem técnicos do Governo que, durante todo o ano de 1984, não fez outra coisa senão propor ações que propiciassem a unificação do Orçamento da União e o maior controle pelo Congresso Nacional. Paguei caro por isso, inclusive fui considerado inimigo número 1 do Banco do Brasil porque lutei — e não me arrependo disso — pela extinção de um mecanismo espúrio, ilegal, chamado Conta de Movimento.

Portanto, não seria eu, que lutei por tudo isso, que viria fazer críticas à instituição Congresso Nacional. Mas fiz, sim, não nego, como cidadão, como homem público e como ministro, e vou continuar fazendo críticas de decisões específicas do Congresso Nacional sobre assuntos que, no meu juízo, não são do interesse nacional, não representam o que esperava do Governo parcela significativa da sociedade brasileira. Fazendo essa crítica, não estou diminuindo, não estou criticando a instituição Congresso Nacional, sem a qual não existe democracia. Refiro-me e vou fazê-la novamente — ao restabelecimento de instituições como a EBTU e a Embrater. Continuo achando que são totalmente dispensáveis e custam desnecessariamente ao bolso do contribuinte. E por que, Sr. Senador? Porque este mesmo Congresso Nacional tomou uma decisão histórica de propiciar uma descentralização da ação pública em direção aos Estados e Municípios. O Congresso sinalizou no sentido da redução da atuação da União no contexto da Federação e no contexto das atividades econômicas no País. É incoerente pretender que a União transfira um quarto de suas receitas para os Estados e Municípios e continue fazendo as mesmas coisas, inclusive aquelas que podem ser realizadas pela iniciativa privada. É incoerente imaginar que a União pode transferir para os Estados e Municípios uma parcela significativa do Imposto de Renda e do IPI e admitir que mantenha a Embrater, que funciona exatamente para repassar aos Estados e Municípios verbas orçamentárias da União.

Portanto, continuo entendendo que não foi uma decisão adequada. Curvo-me a ela como funcionário do Governo, curvo-me a ela como ministro de Estado, mas lamento que assim tenha sido.

Finalmente, V. Exª me dá uma grande oportunidade de esclarecer o conceito de déficit público. A informação de que V. Exª dispõe não é correta. O conceito de déficit público, que não é do Fundo Monetário Internacional, é um conceito internacional, não é um conceito que coloca investimento como déficit, porque seria uma sandice se assim fosse. O déficit público mede aquilo que o Governo se endivida; por definição, isso é um conceito simples de déficit público; são as necessidades de financiamento do setor público. Em outras palavras, naquilo que o Governo gasta, além do que arrecada, só tem um jeito: ele se endivida. Isso que é déficit público, não é o fato de investir ou não. Agora, se o Governo investe, tomando dinheiro emprestado, o déficit público não é o investimento mas, sim, o que ele tomou emprestado, porque poderia fazê-lo reduzindo outras despesas ou aumentando a eficiência ou reajustando a tarifa, quando se tratar de investimento realizados por concessionárias do Serviço público.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sr. Ministro, V. Exª poderá enviar sempre informações complementares aos Srs. Senadores.

Senador Dirceu Carneiro, se V. Exª deseja usar o direito de réplica, tem a palavra por dois minutos.

O SR. DIRCEU CARNEIRO (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sim, até para restabelecer o principal, que foram os 6,6 bilhões de déficit público do primeiro semestre debitados como juros do *overnight*. E se isto corresponde aos números reais, significa que 80% do déficit público aí apontado pelo Conselho Monetário Nacional é responsabilidade da dívida interna, e que apenas 20% seriam responsáveis por todas as outras, inclusive pelas empresas públicas de cujo restabelecimento V. Exª discorda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Desculpe-me, não é!

O déficit público, no conceito internacional, que o Brasil segue, é "o conjunto das necessidades de financiamento da União Federal, dos Estados, dos Municípios, da Previdência Social, das agências descentralizadas e das empresas estatais". É o conjunto dessa constelação de gastadores, por assim dizer.

A referência que V. Exª faz é a programação monetária para o segundo trimestre de 1989, que se refere especificamente às operações do Tesouro Nacional com a dívida pública, com a execução orçamentária e as operações do Banco Central no mercado aberto.

Não tenho lembrança se os números são exatamente esses.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Foi o que a imprensa publicou.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Na verdade, cumprida a determinação da Lei nº 7.730, aprovada pelo Congresso Nacional, o déficit público de uma parcela do total, que é a União, em 1989, será 100% dívida pública, porque a União só pode se endividar, de acordo com a regra aprovada pelo Congresso Nacional, para pagar juros da dívida interna.

Portanto, salvo a questão do juro da dívida interna, que está na carteira do Banco Central, o déficit operacional da União será 100% juros da dívida interna — poderá ser um pouquinho menos, porque temos as amortizações e um saldo de caixa de 1988, que está sendo utilizado no Orçamento de 1989.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Afonso Sancho.

O SR. AFONSO SANCHO (PDS — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Ministro Maílson da Nóbrega, Srs. Senadores, entendo, como senador de oposição, que não temos obrigação de apoiar medidas do Governo. Por outro lado, entendo que temos o dever de apoiar tudo aquilo que for certo e razoável. Por isto é que ressalto, sem desejar agradar à área econômica, nem ao próprio Presidente da República, que o Plano Verão foi uma medida salutar, porque depois da frustação de dois planos e, naquela primeira quinzena de janeiro, quando escureciam as coisas com uma inflação de 30% e com perspectiva de subir mais, sem limite, o Plano Verão foi uma solução. Erro, existe no Plano, ninguém pode negar.

Devo confessar a V. Exª que a única decepção que tive foi aquele salto de inflação de 3 para 6%, que não estava dentro das perspectivas anunciadas e, apenas, justificou-se — vamos dizer — não muito agradável, como um incidente de percurso.

Feito este rápido preâmbulo, vou fazer algumas indagações. Primeiro, se V. Exª pensa como o nosso ex-Ministro Octávio Gouveia de Bulhões, quanto às taxas de juros, num plano desses de combate à inflação? Segundo, se o plano vai ter essa mesma batida de segurança, mesmo com as críticas que ocorrem diariamente? Terceiro, qual o percentual da dívida que pode ser adquirida no exterior com esse deságio relativamente grande, de mais de 60%? Quarto, se houve alguma mudança no mecanismo da distribuição das cotas para os municípios, em face de inúmeras reclamações nesse sentido, diariamente recebidas nos gabinetes dos Srs. Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA — A posição do ex-Ministro Octávio Gouveia de Bulhões, que foi reiterada num recente artigo, deve ser entendida num contexto correto. E devo dizer que nesse contexto concordo inteiramente com S. Exª o ex-Ministro Bulhões, o de que se o Governo tivesse uma âncora fiscal satisfatória, adequada aos objetivos de estabilização, ele não precisaria de uma política monetária com taxas de juros tão altas quanto se operou nos 60 dias do Plano Verão. O que o professor Bulhões tem pregado é a conveniência de que o Governo gaste só o que arrecada, inclusive juros. Discuti com ele, recentemente, esse assunto. O que o professor Bulhões provavelmente não se deu conta é que, por preceitos constitucionais, por decisões da Justiça, por uma série de fatores, há uma inflexibilidade muito grande na política fiscal do Governo.

Como disse aqui, 92% estão automaticamente comprometidas. Portanto, a existência de uma taxa de juro elevada reflete, de alguma maneira, a impossibilidade de fazer uma política fiscal mais adequada aos objetivos de estabilização, por conta dessas inflexibilidades aqui mencionadas.

A condição do plano deverá ser feita no sentido de fazer os ajustes que ele requerer, dentro do objetivo de manter a inflação sob controle. Posso dizer que não estamos buscando inflação zero, mas algo compatível com a redução de incertezas, a tranqüilidade social e a criação de um ambiente propício ou menos nervoso, por assim dizer, para a realização das eleições presidenciais em novembro.

O percentual da dívida externa, que pode ser adquirido no exterior! Ora, isso vai depender de uma série de fatores. Se tivéssemos recursos, o ideal seria toda a dívida externa à vista. É só nessa hipótese que se confirmam as teses de algumas pessoas, que têm dito que o Governo só devia pagar a dívida externa. Vale! . Ele só devia pagar, se ele tivesse dinheiro para resgatar a parte restante.

Existe um moderado otimismo na América Latina, de que se iniciou, efetivamente, uma nova estratégia, que vai redundar numa redução substancial da dívida externa. Instituições como Banco Mundial, o Tesouro Americano, calculam que é possível, utilizando recursos do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Governo japonês e a garantia para lançamentos de papéis que pudessem ser trocados por dívida antiga, é possível que a dívida desses países se reduzam a um ritmo de cerca de 15,20% ao ano. O que significaria dizer, no caso brasileiro, reduzir a dívida com os bancos, num período de 3 anos, à metade, o que reduziria, por seu turno, fortemente, o encargo da dívida e aliviaria, também, de forma importante, o fardo representado pela remessa de recursos reais ao exterior. Mas é claro que isso vai depender de uma série de circunstâncias, inclusive, da existência de um programa econômico coerente, que reduza incertezas, que volte a atrair investimentos domésticos e externos para que o País retome o seu nível de desenvolvimento e assim por diante.

Finalmente, a questão das cotas do fundo de participação. Essa é uma questão levantada, por V. Exª e também, por outros parlamentares. Houve, efetivamente, um problema nos meses de janeiro e fevereiro. Segundo levantamentos feitos pela Receita Federal, a mudança do padrão monetário, a mudança provocada pelo "Plano Verão" levou a que muitos contribuintes cometessem erros no preenchimento dos seus DARFs, no recolhimento dos impostos. O que dificultou? Ora porque o valor estava errado, grafado na moeda anterior, ora porque houve problemas de cálculo, houve grandes dificuldades de processamento eletrônico pelo Serpro, desses papéis, portanto, da classificação na arrecadação de Imposto de Renda e IPI, que são a base para as transferências aos Estados e Municípios. Isso provocou alguns erros importantes que acarretaram um valor ao Fundo de Participação abaixo do que alguns Estados e Municípios estavam esperando. É claro que, nesse período, há uma natural queda dos recursos que vão para esse Fundo, por força de uma sazonalidade. Nesse período de janeiro e fevereiro, a receita cai. O que posso garantir a V. Exª é que nós estamos reprocessando todos esses valores e, de maneira alguma, poder-se-á, subtrair recursos aos Estados e Municípios. Nós imaginamos que, por volta do mês de maio, a situação voltará, plenamente, à normalidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª deseja fazer uma réplica?

O SR. AFONSO SANCHO — Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra V. Exª

O SR. AFONSO SANCHO (PDS — CE. Sem revisão do orador.) — Gostaria ainda de esclarecer, Sr. Ministro, o caso da nossa dívida externa.

Parece-me que li uma entrevista de V. Exª, certa vez, criticando até um governador de um grande Estado, de que essa dívida, que poderia sofrer o deságio, seria apenas representada por 6% da dívida. Então, eu queria esse esclarecimento. É exato isso, ou a dívida toda está sujeita a um deságio?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª pode responder, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Aqui, cabem dois esclarecimentos. O que disse é que o mercado secundário de títulos da dívida pública, de títulos da dívida externa brasileira representa de 3 a 6% do total, isto é, as pessoas que comparecem ao mercado secundário, oferecendo papéis com desconto, no total, isso representa de 3 a 6%. Portanto, não se pode generalizar, porque generalizar, além de tudo, seria imaginar que o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial es-

tariam indo ao mercado oferecendo a sua dívida com desconto. Quem diz isso é porque não conhece o mínimo de funcionamento ou da estrutura da dívida externa brasileira. O desconto é oferecido hoje apenas para a dívida com os bancos.

Em segundo lugar, cabe outro esclarecimento: na margem, nem todos os Bancos estão dispostos a vender a sua dívida por 28%. Existem Bancos que estão dispostos a permanecer no País, ainda por dezenas e dezenas de anos. Eles podem esperar.

Digamos a 28%. Fizemos uma pesquisa no mercado, e perguntamos: a 28%, quanto se compra de dívida externa? A resposta de muitos operadores no mercado é de 50 a 100 milhões de dólares. E, se eu quiser comprar 1 bilhão de dólares de dívida externa-desconto, encontro, vendendo por 28? Não! Na média, segundo cálculos efetuados pelo Banco Mundial e por outras instituições, se juntássemos toda a dívida externa para a troca, ela poderia dar um deságio entre 30 a 35% e não de 72%, generalizadamente, como as pessoas aqui imaginaram e muito menos sobre toda a dívida, mas apenas sobre a dívida bancária.

O SR. AFONSO SANCHO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Nelson Carneiro; Sr. Ministro da Fazenda; Dr. Maílson da Nóbrega; Srs. Senadores, sem dúvida o Plano Verão conseguiu tirar totalmente a possibilidade, no momento, de uma hiperinflação. Isso trouxe uma tranqüilidade para a economia brasileira. Mas existe hoje, Sr. Ministro, um fato de extrema importância, que poderá comprometer todo o sucesso da economia nacional e, inclusive, impossibilitar um crescimento positivo no ato de 1989. Vamos falar aqui dos efeitos da greve geral e da chamada greve seletiva.

Foi publicado, tanto pela Fiesp, como por outros órgãos de representação, que o prejuízo da última greve geral ficou em torno de 1,6 a 1,8 bilhões de dólares, o que representa aproximadamente de 0,4 a 0,5 do PIB. As conseqüências econômicas desse prejuízo que todos conhecemos, é a queda da massa salarial, ou do salário real, ou a queda do número de assalariados, considerando ainda que acarreta o desabastecimento e o ágio, trazendo ainda, em conseqüência, com a continuação da corrente, a crise econômica, o desinvestimento, a recessão econômica e, em último estágio, o próprio caos econômico. E esse caos econômico traria também, sem dúvida alguma, porque isso vem acontecendo em todos os países onde isto ocorre, a desestabilização ou a destruição das próprias instituições políticas.

Falei aqui, inicialmente, Sr. Ministro, em greve seletiva. A greve seletiva é aquela em que a central sindical escolhe uma mpresa de componentes onde normalmente só existe aquela que vai parar várias linhas de montagem do produto final. Assim, para que não chame a atenção da opinião pública nacional para, vamos supor, uma indústria automobilística, então, eles fazem opção por uma greve seletiva. Param uma fábrica de eixo e, em conseqüência, reduz-se a produção de automóveis, levando ao desabastecimento e ao ágio, sem levar em consideração também a queda do recolhimento dos impostos, ICM, IPI, prejudicando também os estados, os municípios e a União.

A nossa pergunta é a seguinte, Ministro: Qual o motivo da demora do Governo em definir a política salarial e, com mais urgência ainda, a recuperação das perdas salariais?

As Centrais Sindicais, especialmente a CUT, estão radicalizando suas posições com o objetivo de dificultar ou inviabilizar a negociação? Esta é a pergunta baseada nesta pequena retrospectiva que fiz aqui, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o Sr. Ministro Maílson da Nóbrega.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Não há dúvida de que têm sido difíceis as negociações entre o Governo, os representantes dos trabalhadores, basicamente das Centrais Sindicais, e os empresários, em torno não apenas da política salarial — nem começamos a discutir isso ainda — mas da chamada reposição, em que as posições passaram para extremos muito grandes. Os empresários ofereciam uma reposição salarial em torno de 7% e os trabalhadores, especialmente a CUT, falavam em reposição de até 90%, o que saira alegrar os trabalhadores de um lado e desagradá-los de outro porque a economia reagiria inapelavelmente e acabaria, pelo processo perverso da inflação, por reduzir o que seria uma conquista.

A demora na definição dessa posição, decorreu da expectativa que o Governo tinha de que era possível convergir numa discussão entre empresários e trabalhadores para um número que fosse razoável com um mecanismo de reposição salarial e compatível com o momento que a economia brasileira atravessa. Infelizmente isso não foi possível e o Governo não tem outra alternativa senão exercer sua função que é governar.

Nós estamos concluindo, trabalhamos esse fim-de-semana e entregamos hoje ao Presidente da República algumas medidas no campo de ajuste do plano, incluindo a reposição salarial. Deveremos ter uma reunião final com o Senhor Presidente da República, amanhã, às 9:30hs da manhã e é provável que amanhã anunciemos não apenas a decisão em relação à reposição salarial como os demais aspectos de ajuste do Plano Verão.

Ainda um esclarecimento: não começamos a discutir a questão salarial , mas eu apenas queria reiterar o que informei, aqui numa das reiterações anteriores, que prevalece no Governo o consenso de que devamos caminhar firmemente para um processo de negociação livre no campo salarial entre empresários e trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Deseja V. Exª replicar?

O SR. RAIMUNDO LIRA — Sim!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou apenas complementar este assunto que considero de extrema importância.

Entendo, Sr. Ministro, que, talvez através do Ministério do Trabalho, deveria haver um esclarecimento, não sei de que forma, à classe trabalhadora de modo geral e mostrar que, à medida em que a produção nacional é reduzida em função das greves, logicamente os maiores perdedores são os próprios trabalhadores. Entendo que este esclarecimento deveria ser feito.

Por outro lado, o Governo deveria ser muito mais ágil, porque estamos praticamente há 45 dias discutindo este assunto da reposição salarial. Para a maioria da opinião pública, o próprio Governo é tido como menos atuante nesta área. Logicamente, o governo tem dito, sistematicamente, que o ideal é que haja uma negociação direta entre trabalhadores e empresários, mas temos toda uma cultura de que é o Governo quem traça a política salarial do País. Então, entendo que o Governo tinha a obrigação de, com maior rapidez possível, resolver este problema da reposição salarial e, a partir daí, procurar traçar uma política de médio e longo prazos onde nós chegássemos a atingir esse nível de entendimento entre trabalhadores e empresários.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Ilustre Senador Raimundo Lira, creio que a percepção de que a greve é um direito inalienável do trabalhador, é um instrumento de barganha que, historicamente, serviu para ampliar, de forma ordenada e adequada, a participação do trabalhador na renda nacional, pode ser um instrumento contra ele, se utilizado de maneira contrária aos interesses da economia do País, e dos próprios trabalhadores.

Eu não sei se deve caber ao Ministério do Trabalho a tarefa de prestar esclarecimento, acho que isto vai decorrer de um processo de amadurecimento. Isso ocorreu em todos os países e, certamente, acontecerá conosco, em que a greve tende a ser restrita a um instrumento de defesa dos interesses dos trabalhadores e não instrumento político de grupos que têm como objetivo assumir o poder. Creio também que é chegado o momento de apressarmos os estudos, por parte do Poder Executivo e por parte do Poder Legislativo, no sentido de regulamentar o mais rapidamente possível a legislação sobre greves. Na minha avaliação, essa é uma decisão que não pode tardar.

Em resumo, a percepção dos benefícios, dos malefícios da utilização adequada ou ina-

dequada do sistema de greves tem que caber a toda a sociedade brasileira, tem que ser um processo de aprendizado. Estamos convivendo com isso agora, há cerca de 5, 6, 10 anos. O processo tem recrudescido nos últimos anos por força da exacerbação do conflito distributivo. Há uma sensação de perda nos trabalhadores, há uma sensação de perda nos empresários, há uma sensação de perda na sociedade que decorre de um processo de estagnação. Todos almejam ao desenvolvimento. Como ele não se processa, por razões que já comentamos anteriormente, há essa sensação de perda que amplia os conflitos sociais e dá margem a utilização inadequada de um instrumento que é crucial para que o trabalhador mantenha e amplie a sua participação na renda nacional.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o nobre Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT.) — Sr. Presdiente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, em primeiro lugar, e antes de colocar algumas questões sobre o Plano Verão, gostaria de cumprimentar o Ministro por três atitudes realistas.

Primeiro, a atitude realista em relação à dívida externa. S. Exª não sucumbiu à cultura da moratória que nos feriu mortalmente desde o Plano Cruzado e que significa, na realidade, uma perda do sentido ético da responsabilidade contratual. Ele tem preferido o caminho da negociação que é melhor que o da conrontação, como demonstraram exemplos recentes do Brasil, no Plano Cruzado, e do Peru, no Plano INTI. Com a confrontação não se resolveram problemas, criaram-se outros mais graves.

A rigor, realisticamente, eu acharia que o problema da dívida externa é apenas a quinta prioridade de tratamento. Eu colocaria à frente o problema da inflação, o da desregulamentação, o da privatização, o da dívida interna (não porque ela seja elevada em relação ao PIB, mas porque ele tem que ser rolada diariamente) e, finalmente, o da dívida externa.

A segunda atitude realista é a da identificação do problema central da sociedade brasileira, que é a falência do Estado. Infelizmente essa percepção da falência do Estado não encontra a solidariedade em outros ramos do Executivo que não o financeiro. Essa percepção não existe no Judiciário, que agora reivindicou polpudos aumentos reais de salários como se o Estado não estivesse falido. Não é visível, infelizmente, também no Congresso Nacidonal, que acaba de derrubar vetos relacionados a medidas que, ou reduzem receitas ou aumentam despesas, revelando, assim, também, incompreensão do problema da falência do Estado. Há que fazer *mea culpa*.

A terceira atitude realista do Minstro é seu endosso à tese da livre negociação salarial. Nada me parece mais exótico do que ouvir reclamos de que o Governo formule uma política salarial. Ter uma política salarial globalmente aplicável é como calçar todas as empresas com um sapato só. Há um mercado de salários onde rege a lei da oferta e da procura, que não pode ser alterada por editos governamentais.

O que vou dizer é óbvio, mas só os gênios enxergam o óbvio. De duas, uma: ou a fórmula salarial do Governo é realista e ele não precisa formulá-la, porque o mercado se encarregará de praticá-la, ou a fórmula é irrealista e uma das quatro coisas podem acontecer. Temporariamente, as empresas reduzem o seu lucro, o que parece útil no curto prazo, mas a médio e a longo prazo significará diminuição de investimentos e de empregos; ou as empresas procuram repassar o reajuste salarial aos preços — e se o conseguirem anulam, na realidade, o aumento real de salários —; ou as empresas desempregam gente e então, alguns ficam com o salário aumentado e outros com o salário zero do desemprego; ou, o que é mais freqüente, as empresas emigram para a economia informal, onde só rege a lei da oferta e da procura.

Voltando agora à questão do Plano Verão, Sr. Ministro, minha leitura da experiência internacional é que só tiveram êxito aqueles países que enfocaram a inflação sob um quádruplo aspecto simultaneamente: austeridade monetária e fiscal, privatizaçaão de empresas, desregulamentação da economia e liberalização comercial.

No Plano Verão, debruçou-se V. Exª sobre o primeiro dos aspectos: — a austeridade monetária e fiscal. Procurou manipular os instrumentos de política monetária, infelizmente embotados entre nós, porque sendo o Governo o maior devedor, e, precisamente, é quem tem que pagar juros. Em segundo lugar, a política monetária está, entre nós, debilitada, porque praticamente desapareceram os depósitos à vista, de modo que a exisgência acrescida de depósitos compulsórios tem pouco efeito sobre a expansão monetária.

Tentou V. Exª praticar a austeridade fiscal. O programa cogitado é bastante severo. Infelizmente ele sofreu a corrosão do administrativo e o impacto negativo do corporatismo.

Temos que reconhecer, ainda neste aspecto, que o Congresso não cooperou. Por exemplo, o projeto relativo a demissões de funcionários, assim como o relativo à privatização de empresas, não foram aprovados. Mas, a rigor, tratava-se de uma responsabilidade fundamental do Executivo. Não havia restrições legais a demissões de funcionários, e querer partilhar com o Congresso essa responsabilidade é expor-se a um grave risco, principalmente num ano eleitoral.

Também a privatização das empresas podia ser realizada nos termos do art. 178 do Decreto-Lei 200, sendo desnecessária a participação legislativa.

Todos sabemos que os parlamentos são particularmente expostos a pressões regionais e corporatistas. Assim, o programa fiscal de V. Exª infelizmente está inconcluso e esse é um motivo de inquietação, porque a inflação pode ressurgir.

Dois outros aspectos não foram de maneira alguma aborados no Plano Verão: um é a desregulamentação, e o outro a liberalização comercial. Pelo contrário, o Plano Cruzado, imitado neste aspecto pelo Plano Verão, instituiu a suprema regulamentação, pois que invocou, como instrumento, o congelamento de salários e preços, técnica, há muitos séculos, provada inviável.

Desaponta-me, aliás, que V. Exª tenha várias vezes corretamente dito que jamais faria o congelamento de preços, por se tratar de uma mágica, de uma pirotecnia. E acabou caindo na fatal tentação. O controle de preços, assim, como ouras formas de regulamentação, elevam custos, desencorajam a oferta, e diminuem a flexibilidade da economia.

O quarto ponto que também não foi abordado é a liberalização comercial.

Sr. Presidente, talvez V. Exª me permitisse formular logo três ou quatro perguntas, dando, assim, tempo ao Ministro para enunciar o seu pensamento mais claramente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Se V. Exª deseja somar os seus 5 minutos aos outros 2, dispõe ainda de 2 minutos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Primeiro, qual é a percentagem do déficit das estatais em relação ao PIB nos dois anos passados e, por estimativa, neste ano?

Segundo, qual é o superávit comercial esperado para este ano?

Terceiro, qual é o déficit esperado da Previdência Social? E, finalmente, o que pretende o Governo fazer em relação à liberalização comercial?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sr. Ministro, V. Exª tem 7 minutos, os 5 iniciais e os 2 da tréplica, para formular sua resposta.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Queria fazer, em primeiro lugar, um comentário geral. De fato, não há possibilidade de combate à inflação, combate duradouro, sem que resolvamos essas questões aqui trazidas pelo Senador Roberto Campos e, de mais ou menos intensidade, dependerá das preferências do formulador, de suas convicções liberais, ou de sua compreensão do estágio cultural, político, social e econômco por que passa a economia brasileira.

É difícil imaginar que numa economia com o grau de indexação da brasileira seja possível promover uma queda substancial da inflação, e a sua sustentação a níveis baixos, num segundo momento, pela mera utilização dos instrumentos clássicos; teoricamente, é evidente que funcionaria. A literatura econômica, que tem sido pródiga nos últimos anos no exame das questões da inflação, na América Latina, mostra casos em que a utilização persistente de políticas fiscais ortodoxas acaba por produzir uma queda de inflação. O exemplo melhor que nós temos na América Latina é o do Chile.

Acabo de ler um trabalho produzido por economistas do Banco Mundial, que mostram, no entanto, que o Chile levou 10 anos de aplicação persistente de políticas ortodoxas para obter resultados satisfatórios, o que seria

difícil de imaginar numa situação de economia operando em um regime político aberto.

Gostaria de dar, também, um exmeplo de que há casos de experiências bem sucedidas com utilização da medida heterodoxa do congelamento de preços no combate duradouro à inflação: é o caso israelense, que evidentemente se fez acompanhar de um forte programa fiscal. Deve-se recordar que Israel chegou a cortar, só em defesa, no orçamento o equivalente a 2% do PIB, o que mostra, em um país que tem que dar grande ênfase, grande valor aos gastos com defesa, o que foi o esforço realizado pelo Governo do Primeiro Ministro de então, Shimon Peres. É claro que podemos realizar, pelo menos a níveis modestos e em algumas áreas, ações na área da privatização. E nesse ponto eu gostaria de comentar que não basta a utilização do art. 178 do Decreto-Lei nº 200, porque ele cuida da extinção. Mesmo assim, o Governo usou esse dispositivo para a extinção de empresas como a Embrater, o Geipot e a EBTU e outro foi o entendimento do Congresso Nacional, que nem isso poderia o Poder Executivo utilizar para reduzir o seu tamanho.

O entendimento dentro do Governo, em algumas áreas do Congresso Nacional, é de que, salvo aqueles casos onde já está expressamente autorizada a privatização, como é a hipótese das indústrias do setor siderúrgico estatal, a decisão terá que ser aprovada pelo Congresso Nacional. Não se pode privatizar, portanto vender ao público, ações de uma empresa, sem aprovação do Congresso Nacional.

Poderia comentar que estamos fazendo um grande esforço de liberalização comercial. Aliás, isso está nas perguntas de V. Exª

Primeira pegunta: quanto por cento do déficit público é representado pelo déficil das estatais?

As empresas estatais, no conceito de déficit, que é a necessidade de financiamento do setor público, são superavitárias. Isto é, no ano de 1988, as empresas estatais financiaram seus investimentos com utilização basicamente de geração interna de recursos e terminaram por reduzir o seu endividamento global, se não estou enganado, algo como 2 a 2 e meio por cento do PIB de superávit, em termos operacionais, isto é, descontada a inflação e a variação cambial.

Isto se deu, sobretudo, por um esforço que o governo realizou, em 1988, de ajuste das tarifas públicas de forma corajosa. Pagamos um preço alto com a aceleração da inflação, mas tivemos esse resultado. Melhorou consideravelmente a estrutura de capital das empresas estatais no ano de 1988.

Esperamos que, no ano de 1989, esse desempenho, se não for igual, pelo menos se aproxime disso. Mas a nossa expectativa é que, também em 1989, as empresas estatais serão superavitárias em termos de necessidade de financiamento de suas atividades.

O superávit comercial para 1989 é estimado em 16 bilhões de dólares, o que nos leva a admitir que esse crescimento que houve no primeiro trimestre não deverá se repetir no restante do ano, o que vai ser importante do ponto de vista da redução das pressões por expansão monetária, causadas pelo superávit comercial. Não pelo superávit em si, mas pela compra das divisas pelo Banco Central no mercado de câmbio.

Previdência Social: o déficit estimado para 1988 — se não me engano — foi da ordem de 0,3 a 0,4% do PIB; para 1989, diante dos novos encargos trazidos à Previdência Social, mesmo com a aprovação da lei que cria contribuição social, o déficit da Previdência Social poderá girar em torno de 1 e meio a 2% do PIB, ainda não temos números definitivos. As últimas estimativas seriam da ordem de 1,4%, mas este é um trabalho que ainda está sendo conduzido pelo Ministério da Previdência Social.

E, finalmente, liberalização comercial. Isso nós temos feito de diversas formas. Bastaria lembrar aqui uma série de medidas que foram adotadas em 1988. Primeiro uma revisão da tarifa, do sistema tarifário brasileiro, que não se fazia desde 1967. Não é o ideal, ainda temos tarifas das mais altas do mundo. Sabe V. Exª, que para importar um equipamento, em alguns casos, paga-se 70% de impostos e, se esse equipamento tiver um componente eletrônico isso pode chegar a 100%. É inviável, do ponto de vista do futuro da economia, promover a industrialização com um nível tal de gravame na importação de bens de capital. Fizemos uma redução da lista de produtos com importação suspensa, reduzimos as exigências para aprovação dos programas de importação, ampliamos as possibilidades de aprovação desses programas, automaticamente na base de 120 a 130% do que foi importado no ano anterior e reduzimos também, de forma substancial, as exigências para financiamento das importações. Tudo isso está resultando numa ampliação das compras externas, o que explica a previsão de redução do superávit comercial. Se tomarmos em conta os 3 meses iniciais deste ano, verificaremos que as guias de importação estão crescendo a um nível superior a 40% em relação ao mesmo período de 1988, o que mostra os primeiros efeitos dessa política de liberalização.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Nobre senador, V. Exª somou os 5 minutos e os 2 minutos, de modo que assim também o ministro teve um prazo maior, de 7 minutos. Acredito que todas as indagações de V. Exª tenham sido respondidas.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o nobre Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO (PTB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, srs. senadores, sr. ministro, enquanto eu assistia aos debates de hoje, foi colocada na minha bancada, por um funcionário que não identifiquei, uma mensagem que me pareceu important,e assim como um ato de representatividade democrática. Uma estenógrafa gostaria de saber o seguinte:

"Ministro, como é que vai ficar a situação dos preços de imóveis para venda. Uma casa na Avenida W3-Sul, que vale pouco mais de dez mil cruzados novos, está sendo vendida por duzentos e cinqüenta a trezentos mil cruzados novos. O que fazer para mudar essa política desumana"

É evidente que isto aqui é uma afirmação de desesperança de alguém que está perdendo o seu poder de compra. Faço só esse registro para dizer, em seguida, que V. Exª sabe que sou um político que não jogo, nunca joguei no "quanto pior, melhor". Inclusive quando fomos convidados para estar no ministério, para discutir alguns pontos do Plano Verão, lá estivemos e discutimos com V. Exª

Registro, também, que acredito ter sido um erro técnico, trabalhar-se com os juros reais que foram praticados em fevereiro e março. Mas esse é um assunto sobre o qual não adianta eu dizer o que penso. V. Exª naturalmente está convencido do contrário, e só o tempo vai dizer se foi ou não um erro técnico. Deixando de lado o problema da técnica financeira, não tenho dúvida alguma em afirmar que esses juros praticados em fevereiro e março foram, indiscutivelmente, uma forma de injustiça social, de injustiça distributiva. Ao se aplicar preços congelados, salários congelados e juros reais de 13%, 14% e 15%, evidentemente, se fez uma transferência injusta para aqueles que detêm haveres financeiros, sob o aspecto de justiça distributiva; mas esse é um assunto de justiça.

A minha pergunta não se refere nem a problema de técnica financeira, nem de injustiça social. Seria mais com relação ao problema de credibilidade. V. Exª sabe que hoje nós vivemos um momento de quase uma letargia nacional, uma desesperança; as pessoas não acreditam nas lideranças, não acreditam no Governo, não acreditam no Congresso, há um momento de desacreditar. Parece-me que esse clima se cria exatamente porque muitas coisas que são afirmadas acabam não acontecendo. Recordo-me que na implantação do Plano Verão foi dito, textualmente, pelas autoridades do Governo, que o mencionado Plano não iria gerar perdas salariais, não haveria perda do chamado poder de compra. Hoje, nós discutimos, com a maior tranqüilidade, a reposição salarial entre Governo, empresários, trabalhadores, o que demonstra, claramente, que houve perdas, porque se não houvesse perda do poder de compra nós não estaríamos discutindo reposição salarial. Esses problemas, me parece, dificultam o relacionamento opinião pública e Governo — colo nisso aí tudo, os poderes públicos.

Agora ater-me-ia a uma pergunta sobre salário mínimo. Nós estamos discutindo reposição salarial; os jornalistas discutem, permanentemente, reposição salarial e não estamos discutindo salário mínimo, como se a um salário menor correspondesse um estômago menor e uma fome menor, ou para um salário mínimo corresponderia um estômago mínimo e uma fome mínima. Porque esse salário

de 63 cruzados novos e 90 centavos ficou congelado durante os meses de fevereiro, março e abril, quando o próprio Governo registrou uma inflação.

É essa a preocupação que eu tenho.

Senhor. minstro, li nos jornais que é uma intenção do Governo, projeto do Governo, de, até o final de seu mandato, elevar o salário mínimo a 100 dólares, me parece que foi uma declaração do Presidente da República. Pergunto: se, efetivamente, o Governo vai cumprir essa promessa, essa meta, esse objetivo, porque, efetivamente, é impossível, todos nós sabemos, pessoas viverem com esse salário mínimo que está sendo praticado hoje. Esta é a pergunta que faço.

Durante o discurso do Sr. Senador Affonso Camargo, o Sr. Senador Nelson Carneiro deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Senador Pompeu de Sousa.

Retorna à presidência o Sr. Senador Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — *Com a palavra o Sr. Ministro.*

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou responder à pergunta da Estenógrafa.

Na verdade, o que existe, o que fazer? Na verdade, o aumento de preços de imóveis reflete, em primeiro lugar, um problema de desequilíbrio entre a oferta e a demanda de imóveis. Certamente, poderá refletir um problema de incerteza que as pessoas tendem a sair das aplicações financeiras para ativos reais. Espero que não seja isso. O que há, realmente. é que, com a redução das possibilidades de investimento no País, decorrente da crise econômica, decorrente da redução do nível de poupança do Governo, das pessoas, reduziu-se, também a construção de casas, tanto as casas populares quanto as casas de classe média. E o fenômeno se instala na economia: uma valorização de imóveis. O que fazer? Não há solução mágica para isso.

Não há como imaginar uma solução para esse tipo de problema que não seja a do restabelecimento das condições para que a economia nacional volte a investir, como investiu o ano passado, não a níveis brilhantes como há 15 anos, mas a um nível razoável para mover novamente a expansão dos negócios que gerariam o aumento da oferta de casas e a redução dos seus preços reais ou pelo menos não continuariam a subir tal como agora.

Com relação aos juros que V. Exª diz ter sido um erro técnico ou uma injustiça distributiva, esta discussão, em relação a taxa de juros, existirá em qualquer lugar, aqui e alhures. Todas as vezes em que qualquer Governo fez uma política monetária ativa, no sentido de servir como instrumento auxiliar do processo de combate à inflação ela provoca injustiças.

A questão é saber se essas injustiças seriam maiores se a política monetária não fosse praticada. Qual é a maior injustiça? É a de uma desorganização final da economia por um processo hiperinflacionário ou uma injustiça decorrente de uma prática temporária de juros elevados? Não tenho dúvida em afirmar que seria a provocada pela hiperinflação.

Temos reunido no Ministério da Fazenda economistas de todas as tendências: progressistas, conservadores, do centro, do lado, da direita, da esquerda e em qualquer das tendências não haverá consenso sobre se a prática de taxas de juros foi correta ou não. Portanto, como diz V. Exª, somente o futuro julgará.

Mas gostaria de falar de uma experiência interessante que nos foi mostrada por empresários que foram a Israel. Estamos citando muito o exemplo de Israel, porque é um exemplo muito bem sucedido de combate heterodoxo e ortodoxo à inflação. Alguém perguntou ao Presidente do Banco Central, Sr. Michael Bruno, o que ele achava da taxa de juros que ele praticou, que foi de 15% reais ao mês. Ele disse assim: "Eu acho que foi um erro". A pessoa disse assim: "E se o Senhor tivesse que tomar novamente essa decisão agora"? Ele respondeu: "Eu tomaria de novo a mesma direção, porque é preferível errar por excesso nessa área do que por escassez".

A promessa que teria feito o Governo de que não haveria perda salarial continua de pé. O que nós dissemos é que não é objetivo do Plano inflingir qualquer perda salarial em relação à média de 1988. O que houve foi uma aceleração de inflação no mês de janeiro, acima do que se previa, quando se fez a Medida Provisória nº 32, que é do dia 15, e a inflação só foi conhecida em meados de fevereiro. O que houve foi uma acelaração maior do que a prevista na inflação nos meses posteriores ao Plano Verão. E é por isso que o Governo está propondo — deverá vir ao Congresso Nacional — uma reposição para que aquela promessa seja cumprida. Isto é, não se pretende, não se deseja combater a inflação, reduzindo salário real do trabalhador em 1989 em relação ao que era em 1988.

Finalmente, a questão do salário mínimo. Ninguém vai discordar, Senador, de que o salário mínimo de NCr$ 63,90 seja um nível insatisfatório. Ninguém vai discodar do fato de que o salário mínimo caiu em termos reais nos últimos anos. Caiu, inclusive, neste Governo, por força da aceleração inflacionária. O que há é um desejo de evitar que ele caia, em primeiro lugar, em segundo, é de promover algum tipo de recuperação. Estamos trabalhando nisso. Provavelmente, existirá uma proposta para o salário mínimo de maio, que implicaria um certo nível de recuperação, o que não nos autoriza, porém, a imaginar que por um ato de única vontade política promovêssemos uma recuperação substancial do salário mínimo, justa, necessária, tecnicamente embasada, sem danos à economia nacional, inclusive ao trabalhador de salário mínimo.

Sei que V. Exª tem uma proposta de projeto de lei que fixa o salário mínimo em NCr$ 120,00 a partir de 1º de maio. Tenderia a dizer para V. Exª que, segundo os cálculos do governo, embora esse seja um nível adequado, isso poderia voltar, como disse em outra ocasião, como um bumerangue sobre o trabalhador, porque isso poderia criar problema muito sério nos Estados, municípios, especialmente nas regiões menos favorecidas, que agravariam terrivelmente suas finanças e na agricultura. (O Sr. Presidente, faz acionar as campainhas.)

Em resumo, achamos que deva existir um grau de recuperação do salário mínimo, mas de forma tal que não venha contra o próprio assalariado que percebe o salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — *Muito obrigado a V. Exª*

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Senador Affonso Camargo, V. Exª quer replicar?

O SR. AFFONSO CAMARGO — *Sim, Sr. Presidente.*

O SR. AFFONSO CAMARGO (PTB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Ministro Maílson da Nóbrega, gostaria apenas de dizer a V. Exª que estou me atendo a um compromisso do Governo, de que o salário mínimo atingiria até o final do mandato do Governo algo equivalente a 100 dólares, e a minha pergunta é esta: o Governo pretende cumprir o compromisso que assumiu publicamente ou não? Inclusive eu recebi agora uma informação de que em São Paulo, uma família de dois adultos e duas crianças, comendo carne, uma ração de uma pessoa, só, quer dizer, quatro comendo uma ração de uma pessoa só, está hoje calculada em NCz$ 56,45, só a parte de alimentação. O que realmente é um problema sério.

Mas queria aproveitar e lhe fazer uma outra pergunta completamente diferente: com relação a esse acordo, celebrado no passado, com os bancos credores, da renegociação da dívida, em decorrência desse acordo, houve contratos com os bancos credores individualmente considerados? Quer dizer, esses acordos foram celebrados desde quando? Como ficou esse problema do acordo e dos contratos?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª pode responder, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA— Em relação ao salário mínimo, o Governo pretende seguir a meta de recuperação paulatina e se possível chegar ao nível mencionado por V. Exª

Se eu entendi bem, a sua questão com relação à dívida externa, é que não há acordos individuais com os bancos, o contrato é um único contrato, negociado com o cometê de 14 bancos e a ele aderem todos os demais credores do País. Esse contrato foi assinado no dia 22/9/88 e cópia dele encaminhado à Presidência do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado a V. Exª!

Com a palavra o nobre Líder Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG) — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores,

antes de entrar nas perguntas, quero fazer uma confissão pública muito diferente do Senador Iram Saraiva: não tenho nenhuma inveja e nenhuma frustração de não ser economista, mesmo porque a economia chamada Ciências Econômicas tem se mostrado, ao longo do tempo, exata na análise do que passou e sempre duvidosa quando projeta qualquer coisa. E esse descrédito nos veio de um homem que, quando visitou o Brasil, antecedeu a sua forma de inteligência, do maior QI do mundo, Herman Kahn, e toda a sua futurologia e toda a sua projeção, na realidade, ficou desmoralizada em questão de meses, além do lago, imenso lago.

Preconizo, Sr. Ministro, há muito tempo e publicamente, e quero repetir agora diante de V. Exª, que o cargo de Ministro deve ser do político. Em nenhum momento desvalorizo o trabalho dos técnicos, o seu conhecimento e os cientistas econômicos, mas acho que o estudo da economia pertence aos cientistas, mas as opções são políticas. E até defendo a tese do mais competente Ministro que alcancei, que foi o José Maria Alkimin, que acompanhou todas as loucuras de Juscelino Kubitschek e terminou o Governo com uma dívida inferior a 2 bilhões de dólares externa e uma inflação de 20 e poucos por cento. Mas, na última vez que V. Exª esteve aqui no Senado anunciou para nós, e com uma euforia, principalmente da Bancada governista, que havia terminado com este negócio de moratória, que tinha uma negociação, e deu euforia. Eu fiquei muito reticente, porque fui empresário e eu fazia fluxo de caixa, que os economistas falavam *cash-full*, e eu achei que ia estourar no meio do ano. Eu errei também — não são só os economistas que erram — estourou antes, e tivemos uma exportação tão extraordinária, um diferencial da balança, que foi o terceiro do mundo, e o que foi feito das nossas reservas? Outra coisa também que eu tenho, há muito tempo, me batido é o seguinte: a culpa da inflação brasileira é o déficit. Mas como eu tenho escutado isto daí. Agora a Itália terminou o ano passado com um déficit de 14% sobre o PIB e com uma inflação em redor de 13%. E nós agora, segundo declarações do Ministro Maílson da Nóbrega, e acredito, não estou fazendo nenhuma ironia, durante três meses só pagamos quando arrecadávamos, portanto, ficamos com zero de déficit e mesmo assim tivemos uma inflação de 6%. Mas é claro que a culpa recaiu sobre contribuições de clubes esportivos, etc. Mas, já no ano passado o chuchu levou fama, e também não é novidade isto para nós. Então, Sr. Ministro, para mim os dogmas do "economês", com sinceridade, sabe Sr. Ministro, "não colam."

Comentava eu agora com o Senador Jarbas Passarinho, quando V. Exª usou o termo "economistas progressistas". Não conheço, meu progressistas, nem retrógrados, conheço economistas. Porque, nas discussões e nos debates da Constituinte, todos, sem exceção, economistas do PDT, como os economistas do PSB e como os economistas do PDS concordavam em tudo, plenamente. Então, não sei onde está a diferença, ainda não consegui perceber a diferença. Aqui no Brasil, ainda não. Há alguns economistas, aí, do dito terceiro Mundo que às vezes apresentam teses um pouquinho diferentes.

Mas vamos às perguntas — são indagações de valores, só para estarmos atualizados; não quero fazer nenhum questionamento de ordem a V. Exª ter razão ou não ter razão.

Só queria saber o seguinte: quanto à transferência de recursos do setor produtivo para o setor financeiro, nos últimos 4 anos, de quanto foi, mais ou menos? Se V. Exª não tiver, não tem importância, se puder me remeter, ficarei muito satisfeito. E no Plano Verão, quanto se deu de transferência do setor produtivo para o setor? Uns dizem especulativo, outros dizem financeiro.

Em quanto foi aumentada a dívida interna do Brasil, desde que V. Exª assumiu o Ministério da Fazenda? Qual o total do débito interno do Brasil? Qual o valor total da nossa dívida externa e seu serviço? Aqui tenho uma pequena dúvida: acho que estamos brigando pelo valor da dívida e estamos sendo pegos pelo serviço da dívida. Já não me preocupa o valor da dívida, porque acho que ela é de todo impagável, mas o serviço da dívida. Acho que caímos no fatalismo mercadológico. Uma tonelada de minério de ferro só vale 14 dólares e os juros que toda vida, nos últimos 300 anos, eram de 3 a 4 por cento ao ano agora é 10%, 11%, 22%, mas é o fatalismo mercadológico, e nós como negociadores da dívida aceitamos isso como um fatalismo mercadológico.

Mas eu gostaria de saber se nós podemos ter algum alento e se o Ministro se propõe a negociar o serviço da dívida, em termos, não de fatalismo mercadológico, mas em termos de coisas razoáveis até dentro da tradição?

A questão agrícola e dos juros, isso agora é uma questão "menor" aqui, menor entre aspas, em que os juros pela nossa Medida Provisória nº 39, foram congelados, porque estão congelados os produtos agrícolas, os bancos tiveram que tomar o dinheiro no mercado e estão apresentando um débito. Estou muito preocupado com o Banco do Brasil e V. Exª deve estar também, porque é oriundo daquela Casa, porque já se falou que haverá uma transferência do Tesouro ou uma compensação através do Imposto de Renda, para que se possa liberar isso aí para sabermos como ficarão os débitos dos agricultores. Eu estou preocupado mesmo é com os agricultores, porque algumas agências do interior estão dizendo para os agricultores que eles têm que pagar de acordo com a captação.

Finalmente, quero apenas dizer para V. Exª que quando não se levou em conta a demissão em massa proposta pelo governo foi porque fizemos uma continha pequena de aritimética, multiplicamos 90 mil funcionários, por 300 mil, por 13, por 2, e chegamos a um número perto de 700 bilhões e pegamos a dívida interna do Brasil, juros de 25% do *overnight* um dia e meio e deu mais. Então achamos, como diriam os advogados, despiciendo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro Maílson da Nóbrega.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Bom, primeiro com relação a "economista". O senador se sente feliz em não sê-lo; acho que ele padece de uma visão distorcida que existe na economia brasileira, se me permite, senador. Em primeiro lugar, a idéia que criamos, e que é uma mentira, no Brasil, de que a solução dos problemas brasileiros se daria pelo lado da economia. Como "economia" parece com "economista", é por aí que a gente vai, mas na verdade não é assim. A solução dos problemas brasileiros não é tarefa nem dos economistas, nem dos advogados, nem dos políticos como V. Exª, que por não ser economista sabe — eu não sei — usar a retórica em benefício de suas teses.

Na verdade, é uma tarefa comum de todos nós. Não é o economista que vai resolver o problema, nem é V. Exª, isoladamente, com suas teses, das quais discordo como V. Exª discorda das minhas. É um processo de debate, de participação, de sacrifício e solidariedade. E não apenas um processo de crítica, às vezes procedente, às vezes destrutiva, às vezes gozativa.

Se V. Exª fosse economista, por exemplo, não faria a confusão que fez com relação a déficit público de Brasil e Itália; para isto serve economista, para assessorar políticos como V. Exª, e tenho o maior prazer em fazê-lo neste momento, como economista em cargo público.

O SR. RONAN TITO — Agradeço muito a V. Exª

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Comparar o déficit público da Itália com o Brasil não é privilégio de V. Exª, mas de uma grande quantidade de brasileiros. Um sujeito me disse, um dia desses, que a Itália tem um déficit de nove por cento, o Brasil tem de quatro; a Itália não tem inflação, o Brasil tem. Mas nós estamos comparando laranja com banana. Não há compatibilização possível nesse tipo de comparação.

Em primeiro lugar, como bem reconheceu o Senador Affonso Camargo, a dívida pública italiana tem outro perfil.

Em segundo lugar, o nível de poupança interna da Itália é diferente do nosso; é maior.

Em terceiro lugar, a Itália consegue vender seus papéis, não apenas no mercado interno, mas em Londres, Nova Iorque, Japão, etc. Portanto, comparar a dívida brasileira com a italiana, e daí extrair a conclusão de que não é o déficit que causa a inflação, não é correto, segundo a minha visão. O déficit é mau ou ruim, não pelo déficit em si. O déficit público não é ruim, desde que possa ser adequadamente financiado pelas forças do País. Porque ele pode gerar mais investimentos, ele pode gerar mais infra-estrutura, e tudo isto ajuda a desenvolver o País.

Então, esta confusão não pode existir. Entendo que deva ser uma tarefa ingente dos economistas fazer pelo menos isto, mostrar

que essas comparações são, no mínimo, equivocadas.

Pede-me V. Exª, aqui, duas informações que suspeito não existirem nas estatísticas brasileiras, mas vou fazer um esforço e ver se as encaminho a V. Exª: qual é a transferência do setor produtivo para o setor financeiro?

Na verdade, não existe. Até o ponto em que sei, não existe esta estatística. V. Exª poderia dizer que é a quantidade dos juros. Mas as pessoas poupam, e o juro é uma remuneração para quem poupa. Não estou justificando juros exagerados nem extorsivos, mas o juro é a compensação pela renúncia que alguém faz hoje do consumo para guardar para o futuro e deve ser remunerado por isso. Quem condenava isso era a Igreja na Idade Média. Não o faz mais. Era pecado naquela época cobrar juros. Hoje, a Igreja tem até banco!

Com relação ao serviço da dívida, me permito mais uma vez discordar de V. Exª Primeiro, ele não foi anunciado com euforia. Vou mandar um documento a V. Exª de quando anunciamos o serviço da dívida externa.

O SR. RONAN TITO — Eu disse: recebido pela bancada do Governo com euforia!

O SR. MAÍLSON DA NÓBREGA — Dissemos que a negociação não soluciona os problemas da dívida externa. Ela é um passo apenas. O que o Brasil não poderia era ficar se distanciando da comunidade internacional por um processo que não o levaria a nada, como não levou outros que usaram o mesmo expediente.

Nós estamos trabalhando é para reduzir, não apenas a dívida, mas o serviço da dívida também. E temos condições de fazê-lo, se formos capazes de realizar um programa econômico coerente com os objetivos de estabilização.

Agora, mais uma pergunta de V. Exª sobre a dívida externa, se bem que também não considero adequado comparar a gestão do Ministro da Fazenda por um ano pelo que a dívida externa ou interna aumentou.

O SR. RONAN TITO — Não estou comparando, só quero saber.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Ela é função de coisas do passado. Mas, se isso é importante para V. Exª, diria, a dívida externa, na atual gestão do Ministério da Fazenda, teve reduzindo o seu tamanho. A dívida registrada passou do total de 107 para 102,3 bilhões de dólares. A dívida total, incluindo as operações de curto prazo, caiu ainda mais, caiu de 121,2 bilhões de dólares para 112,3 bilhões de dólares. A dívida interna junto ao público, não tenho números aqui, mas tenho valores relativos, passou de 9,4 por cento do PIB para 11,2 por cento. Finalmente, a questão dos juros agrícolas. Está sob a apreciação do Congresso Nacional uma medida provisória que resolve definitivamente o assunto, isto é, os agricultores vão pagar, nas operações com as instituições oficiais, que captaram depósitos em cadernetas de poupança rural, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, Banco Nacional de Crédito Cooperativo tão-somente a variação do IPC mais os juros normais do crédito agrícola que variam 7, 8, 9, 10, 11 e 12 e em alguns casos, dependendo do tipo de operação em que está localizado o devedor. Isso se fará por um processo do qual, repetindo experiência do BNDES, o Banco do Brasil vai receber a diferença por um período de 5 a 6 anos, por um encontro de contas com o seu Imposto de Renda. Mas os agricultores podem ficar tranqüilos que não vão pagar o custo da caderneta de poupança nas suas operações de crédito rural.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª quer replicar?

O SR. RONAN TITO — Talvez replicar não seja bem o caso, mas usar do meu tempo para recolocar algumas coisas. Quando fiz as perguntas não foi para julgar o Ministro. Quem vai julgá-lo é a História, não sou eu. Fiz as perguntas para me informar. Não sabia que isso traria qualquer resistência por parte do Ministro.

Agradeço as informações prestadas. Não fiz nenhum jogo de palavras, mas houve um político, há quase 100 anos, que fez um jogo de palavras. V. Exª fala em retórica. Benjamin Disraeli disse, certa vez "que existem muitas maneiras de tapear os homens e uma é mentir descaradamente e a outra é citando estatísticas". Quem disse isto foi Disraeli, um homem por nós todos, políticos, admirado.

De maneira que um admira, às vezes, a retórica do outro, e cada um usa o que pode. Eu, a minha retórica, V. Exª os números. Mas Sr. Ministro, devo dizer a V. Exª que quando disse que não invejava ser economista é, principalmente, por enfrentar o que V. Exª tem que enfrentar. Mas acho que desde o momento em que foi desmembrada a Sociologia da Economia e a economia da Sociologia nos estudos brasileiros, os nossos economistas ficaram um pouco pedantes e os nossos sociólogos um pouco filósofos.

Gostaria de rever a economia casada com a sociolgia, para que os números fossem pensados e encarados nas pessoas humanas.

Agradeço a V. Exª a aula tão generosa que acaba de dar e que, para mim, foi de grande proveito.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª deseja treplicar?

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Gostaria de prestar uma informação ao Senador, que entendeu de forma errada. Não tenho nenhuma resistência. Apenas imaginei que V. Exª quisesse julgar a atuação pelo incremento da dívida como não foi o caso, também não vale a pressuposição.

Apesar de ser economista, não defendo intransigentemente — nem devo fazê-lo — o papel do economista na solução dos problemas brasileiros.

A economia, como tal, é uma ciência. Não acredito que a solução do problema seja misturá-la com a sociologia. O que temos que fazer, através do político — nisso concordo inteiramente com V. Exª, é a síntese de todas as idéias e de todas as ciências para governar bem o País. Muito obrigado.

O SR. RONAN TITO — Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vou conceder a palavra ao último orador, que é o nobre Senador João Menezes. A sessão deve encerrar às 18 horas e 41 minutos porque há uma sessão, depois desta, no plenário da Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, com uma larga pauta para ser votada.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, quando V. Exª foi convocado pelo Plenário do Senado Federal, fui uma "andorinha" que votou contra. Entendia que V. Exª não precisava comparecer ao Senado. E, para usar, assim, até um termo "gorbacheviano", V. Exª tem uma ação completamente transparente no seu Ministério porque, todo dia, os microfones estão em quantidade diante de V. Exª, que também está no vídeo todas as horas; os jornais o estão noticiando todas as horas — todos os seus passos são conhecidos pela população brasileira.

De maneira que achava que não traria maior conhecimento à Casa a sua presença. Mas V. Exª declarou que aqui veio para falar sobre o Plano Verão.

Quero congratular-me em nome do Governo, com V. Exª e prestar solidariedade a toda ação à frente desse Ministério e às medidas que tem tomado. V. Exª disse que, com o Plano Verão, tinha dois objetivos fundamentais: o primeiro, evitar a hiperinflação e o segundo seria manter a inflação em planos razoáveis, o que seria uma grande medida e da maior importância. Mas V. Exª luta com dificuldades maiores porque os problemas que o assoberbam são de toda ordem. Por exemplo, os problemas sociais: greves, que teriam a ação da produção e diminuem os recursos do País; greves diárias desorganizam as nossas atividades. Posso dizer a V. Exª que, no ano de 1986, tivemos 32.183.679 dias/homens paralisados; em 1987, tivemos 58.966.510 dias/homens paralisados; em 1988, tivemos 63.496.190 dias/homens paralisados. O número de greves também aumentou de ano para ano: em 1986, foi de 1.494; em 1987, de 2.289 e em 1988, de 1.914.

Vê V. Exª que é muito difícil governar um país, economicamente, nesta situação conturbada, cada dia. A par disso, as reclamações são de toda ordem. Escutamos o Senador Affonso Camargo falar que o preço do aluguel de um apartamento, na Ceilândia, custava dez cruzados e, agora, custa duzentos. Recebo notícia do meu Estado do Pará, de um cidadão que tem um apartamento alugado por dios cruzados novos por mês. Então, vê V. Exª que os problemas são complexos, que V. Exª não pode atender a todo mundo. V. Exª tem feito o máximo, tem usado toda a sua capacidade, toda a sua ciência e todo o seu conhecimento, para enfrentar esses problemas nacionais e internacionais que surgem a toda hora.

Quero fazer perguntas a V. Exª, não de alta técnica, mas perguntas, digamos assim, popu-

lares, para que eu tenha um esclarecimento ou se dê algum esclarecimento à população. Uma delas é sobre a dívida interna das estatais: qual o percentual da dívida interna das estatais em relação ao total da dívida externa do País? Esta seria uma pergunta.

A segunda, o que V. Exª acha que será melhor: continuar essa política, no sentido de fomentar, cada vez mais, as exportações, ou que pudéssemos mudar um pouco o rumo da política econômica no sentido de dar à população mais pobre, menos abastada, melhores condições a fim de poder consumir produtos dos Estados mais ricos ou mais desenvolvidos?

E a terceira questão, bem popular: V. Exª sabe que, hoje, se chegarmos à praia, em qualquer lugar, em qualquer boteco, para comprar um pastel, não encontramos mais nada de vinte centavos porque já custa dois cruzados novos. Vinte centavos, o cidadão tem até vergonha de dar o preço. Esses vinte centavos, entretanto, há pouco tempo, representavam duzentos cruzados!

Então, pergunto a V. Exª, se essa mudança do cruzado antigo para o cruzado novo não tem sido um fator para afetar a inflação.

Como vê V. Exª, são perguntas simples; apenas aqui estou para solidarizar-me com V. Exª em nome do Governo e dizer: continue na sua luta, que é difícil, mas nós estaremos alertas para fazer tudo o que for possível, para o bem do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Ministro Maílson da Nobrega.

V. Exª vê que, ao termo desta longa sessão, não são tão graves as críticas e terminam sempre amenas, na palavra do Senador João Menezes.

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Aproveitarei a oportunidade para discordar de uma afirmação feita pelo Senador João Menezes, já que estamos polemizando. É útil a presença do Ministro numa sessão desta, ainda que não diariamente, tanto o Ministro da Fazenda, como seus assessores, comparecerem à imprensa para prestar informações amplas e transparentes sobre o que passa na economia brasileira. A imprensa consegue até obter diálogos de discussões fechadas do Governo. É, realmente, uma imprensa muito competente.

Mas é sempre com satisfação que compareço a esta Casa do Congresso Nacional. E o Senador João Menezes me faz três perguntas. A primeira, sobre a dívida externa, nobre Senador, eu troxe todas as informações e nenhuma ou quase nenhuma, das que me foram feitas, versaram sobre isso. A primeira foi do Senador Jamil Haddad e, agora, de V. Exª Tenho sobre dívida externa tudo, menos dívidas por estatais, Estados e Municípios. Prometo enviar à V. Exª, brevemente, informações sobre a participação das empresas estatais no total da dívida externa brasileira. Sei apenas que o setor público, como um todo — aí incluídos os Estados e Municípios, a União e as empresas estatais, as três esferas do Governo — está em algo como 80% do total.

A mudança do cruzeiro para cruzado e, agora, a perda de 3 zeros, foi feita no sentido de reduzir custos das empresas e das pessoas, na manipulação de números gigantescos de zeros, que decorrem de um processo inflacionário crônico e acelerado em que vivemos nos últimos anos. Mas reconheço que, em alguns casos, isso pode ter criado alguns problemas. Procuramos evitar que isso ocorresse, mas o arredondamento pode ter causado um aumento maior de preço, em produtos que não são importantes no total. Há casos curiosos: eu soube, um dia desses, que um trabalhador rural escreveu ao Governo, protestando pela retirada dos 3 zeros, porque ele tinha, pela primeira vez, começado a ganhar em contos de réis, que era um negócio que só os ricos possuiam. Como retiraram três zeros, ele voltou a ganhar abaixo de mil cruzados.

A outra questão de V. Exª é sobre consumo? Posso pedir para V. Exª repetir? Eu não entendi bem.

O SR. JOÃO MENEZES — V. Exª não acha que, ao invés dessa política de se aumentar cada vez mais as condições para a exportação, seria melhor que se pudessem criar melhores condições para as classes menos favorecidas consumirem mais os produtos que produzimos nos grandes estados?

O SR. MINISTRO MAÍLSON DA NÓBREGA — Ora, Senador, as duas coisas não são incompatíveis. Muitos países cresceram arrastados por um processo de exportação. O exemplo mais recente são os países asiáticos, nos quais acabou-se por beneficiar o consumo interno. V. Exª tem um exemplo claro, no Brasil recente, que é o da indústria de frangos. A exportação de frangos em quantidades expressivas, inegavelmente, trouxe um benefício para o consumidor interno, porque isso exigiu um aprimoramento, um aumento da competitividade da indústria nacional de frangos, que se traduziu em menores custos para o consumidor e uma qualidade também melhor para aqueles que compram frangos no comércio, nos supermercados, nas pequenas mercearias e assim por diante.

Entendo que o que se tem de fazer é balancear adequadamente o que vai para o exterior de forma competitiva e aquilo que fica no País e nunca permitir que um aumento excepcional e imprevisto das exportações se faça em detrimento do abastecimento do mercado interno. É ruim intervir no mercado de exportação, mas o Governo o tem feito em várias ocasiões. Naqueles momentos em que a exportação acaba por gerar tensões internas, aumento de custo e desabastecimento ao consumidor nacional, o Governo não tem hesitado em agir.

Fizemos isso recentemente no caso das exportações de carne, e em outras ocasiões em exportações dos produtos agrícolas ou de matérias-primas.

O SR. JOÃO MENEZES — Sr. Ministro, gostaríamos que V. Exª nos enviasse a relação da dívida das estatais concernente à dívida externa geral porque estamos elaborando um projeto de lei nesse sentido. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sr. Ministro, a Mesa agradece a V. Exª pelo seu comparecimento e pelo fato de haver atendido, dentro da escassez do tempo, às interpretações que lhe foram feitas.

Lamento apenas que os nobres Senadores Albano Franco, Carlos Chiarelli e Almir Gabriel, por estar findo o tempo da sessão, não tenham podido fazer as suas interpelações. Mas encaminharei a V. Exª as indagações desses três ilustres parlamentares, uma das quais já tenho em mãos: a do nobre Senador Albano Franco.

São as seguintes as indagações do Senador Albano Franco.

ATO DO PRESIDENTE Nº 116, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve nomear Nísio Edmundo Tostes Ribeiro, Técnico Legislativo, Classe Especial, Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, para exercer, em substituição, o cargo de Diretor da Secretaria de Serviços Especiais, código SF-DAS-101.5, do Quadro Permanente do Senado Federal, a partir de 18 de abril de 1989, durante o impedimento do titular.

Senado Federal, 18 de abril de 1989. — Senador *Nelson Carneiro*, Presidente do Senado Federal.

República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — Nº 043 SEXTA-FEIRA, 21 DE ABRIL DE 1989 BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 42ª SESSÃO, EM 20 DE ABRIL DE 1989

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Governador do Distrito Federal

— Nº 25/89—DF (nº 16/89, na origem), restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.

1.2.2 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 84/89, de autoria do Senador Aureo Mello, que disciplina a aplicação dos recursos financeiros de que trata o artigo 159, I, "c", da Constituição, institui Fundos Constitucionais de Financiamento Regional e dá outras providências.

— Projeto de Lei do Senado nº 85/89, de autoria dos Senadores Divaldo Suruagy e Marcondes Gadelha, que dispõe sobre o tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO — Exercício do direito de greve.

SENADOR JOÃO MENEZES — Direito de greve.

SENADOR MARCO MACIEL — Falecimento do gramático Celso Cunha.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Ineficiência da ação governamental na liberação de recursos e no cumprimento de regras contratuais junto ao Banco Mundial.

SENADOR NABOR JÚNIOR — Conclusão das obras da rodovia BR-364.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Exposição do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

SENADOR ALFREDO CAMPOS — Inconfidência Mineira.

1.2.4 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 86/89, de autoria do Senador Itamar Franco, que dá nova redação ao inciso V do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

— Projeto de Lei do Senado nº 87/89, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dá competência ao Senado Federal para aprovação prévia à escolha dos titulares dos cargos que especifica.

— Projeto de Lei do Senado nº 88/89—Complementar, de autoria do Senador João Menezes, que regula o direito de greve dos Servidores Públicos Civis e dá outras providências.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

— Transferência para o dia 3 de maio próximo da comemoração do Dia Nacional da Mulher.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989 (nº 1.516/89, na origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário. *Discussão encerrada*, ficando a votação adiada por falta de *quorum*, após parecer favorável sobre o projeto e contrário às emendas, proferido pelo Senador Edison Lobão, tendo usado da palavra os Senhores Cid Sabóia de Carvalho, João Menezes, Roberto Campos, Itamar Franco, Chagas Rodrigues, Edison Lobão e Mansueto de Lavor.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e Membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal. *Votação adiada* por falta de *quorum*.

1.3.1 — Comunicação da Presidência

— Transferência do horário da sessão conjunta convocada para o dia 25 do corrente, às 14 horas e 30 minutos, para às 18 horas e 30 minutos.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Aureo Mello, proferido na sessão de 13-4-89.

3 — ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

— Nº 117, de 1989.

4 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

— Ata da reunião do Conselho Deliberativo.

— Atos do Presidente.

5 — ATA DE COMISSÃO

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral ..... NCz$ 9,32
Exemplar Avulso ..... NCz$ 0,06
Tiragem: 2.200 exemplares.

Ata da 42ª sessão, em 20 de abril de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nelson Carneiro, Alexandre Costa e Pompeu de Sousa

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Nabor Júnior — Odacir Soares — Olavo Pires — João Menezes — Jarbas Passarinho — Carlos Patrocínio — Antonio Luiz Maya — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — João Lyra — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — Gerson Camata — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Ronan Tito — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Junior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Louremberg Nunes Rocha — Mendes Canale — Wilson Martins — Affonso Camargo — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A lista de presença acusa o comparecimento de 46 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

Mensagem
DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 25/89-DF (nº 16/89, na origem), de 20 do corrente, relativa ao Projeto de Lei do DF nº 3, de 1989, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de NCz$ 402.898.269,00 (quatrocentos e dois milhões, novecentos e oitenta e nove mil, duzentos e sessenta e nove cruzados novos) e dá outras providências.

(Projeto que se transformou na Lei nº 16, de 11 de abril de 1989).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 1989

Disciplina a aplicação dos recursos financeiros de que trata o artigo 159, I, "c", da Constituição, institui Fundos Constitucionais de Financiamento Regional e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Para a aplicação dos recursos financeiros de que trata o artigo 159, I, "c", da Constituição, ficam instituídos os seguintes Fundos Constitucionais de Financiamento Regional:

I — Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (Fune), operado pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB);

II — Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (Funo), operado pelo Banco da Amazônia S/A (Basa);

III — Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (Fuceo), operado pelo Banco do Brasil S/A.

Parágrafo único. A partir de sua instalação e funcionamento, o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, criado pelo artigo 34, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, passará a operar o Fuceo em substituição ao Banco do Brasil S/A., o qual a ele transferirá a totalidade do patrimônio desse fundo.

Art. 2º Os Fundos Constitucionais de Financiamento Regional têm por objetivo a promoção do desenvolvimento sócio-econômico das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento aprovados pelas Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco), respectivamente, e nos termos da presente lei.

Art. 3º Entende-se, para os efeitos desta lei, por:

I — Nordeste, a região formada pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e ainda pela área do Estado de Minas Gerais compreendida no Polígono das Secas;

II — Norte, a região formada pelos Estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá e Tocantins;

III — Centro-Oeste, a região formada pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e ainda pelo Distrito Federal.

Parágrafo único. Até a instalação dos Estados de Roraima e Amapá, nos termos do artigo 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, continuarão formando a região Norte, para os efeitos desta lei, os Territórios Federais de Roraima e Amapá.

Art. 4º Comporão os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento Regional:

I — 3% (três por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados;

II — os retornos e resultados, de qualquer natureza, das operações que realizarem;

III — contribuições, doações, financiamentos, repasses e outros recursos financeiros que lhes forem concedidos;

IV — dotações orçamentárias que lhes forem destinadas e outros recursos previstos em lei.

Art. 5º Os recursos financeiros de que trata o inciso I do artigo anterior terão a seguinte distribuição:

I — 50% (cinqüenta por cento) para o Fine;

II — 28% (vinte e oito por cento) para o Funo;

III — 22% (vinte e dois por cento) para o Fuceo.

Art. 6º São beneficiários dos recursos dos fundos pessoas físicas e jurídicas, inclusive cooperativas de produção, que desenvolvam atividades produtivas privadas nos setores rural, mineral, industrial, agroindustrial, comercial e de prestação de serviços das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Art. 7º A aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento Regional obedecerá às seguintes diretrizes básicas:

I — os financiamentos somente serão concedidos a setores produtivos privados, em geral, das regiões beneficiadas;

II — serão priorizados os empreendimentos considerados de relevante interesse social e econômico, com destaque aos executados por micro e pequenos produtores, aos que exibam uso intensivo de mão-de-obra e aos que incorporem significativo aprimoramento tecnológico;

III — os juros e encargos financeiros, bem como os prazos serão fixados diferenciadamente, em função da pressão social, econômica e tecnológica de cada empreendimento, assim como de sua localização;

IV — criterioso uso dos recursos, com observância da boa técnica bancária, de forma a assegurar racionalidade e eficiência às aplicações;

V — as garantias prestadas pelos beneficiários deverão ser compatíveis com a realidade econômica do setor produtivo envolvido pelos financiamentos, porém assecuratórias da integral amortização dos mesmos;

VI — a distribuição espacial dos financiamentos será feita de forma a atender, o mais eqüitativamente possível, em razão de suas condições sociais e econômicas, os Estados integrantes de uma mesma região;

VII — a vedação de aplicações a fundo perdido;

VIII — a orçamentação semestral das aplicações;

IX — a conjugação de crédito com a assistência técnica, no caso de setores produtivos tecnologicamente carentes;

X — a proteção ao meio ambiente, nos termos das políticas adotadas pelos governos federal e estaduais.

§ 1º Metade dos recursos a que se refere o inciso I do artigo 5º será pelo Fune aplicada na região semi-árida do Nordeste, delimitada pela Sudene.

§ 2º Poderão os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento Regional ser repassados pelos bancos operadores, mediante convênios, a bancos oficiais dos Estados situados nas regiões abrangidas, bem como a cooperativas nestas localizadas, desde que exibam capacidade técnica e estrutura operacional e administrativa que os habilitem a realizar os financiamentos de que trata esta lei.

Art. 8º Respeitado o disposto no artigo anterior, aos Conselhos Deliberativos da Sudene, Sudam e Sudeco compete, quanto à aplicação, nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, respectivamente, dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento Regional:

I — definir, com base nos planos regionais de desenvolvimento aprovados por essas agências, prioridades e políticas de financiamento;

II — aprovar, com base em proposta enviada pelos respectivos bancos operadores, normas, procedimentos e condições operacionais e de administração, inclusive quanto a juros, prazos e garantias;

III — aprovar os orçamentos e as prestações de contas semestrais enviadas pelos respectivos bancos operadores;

IV — aprovar, por proposta dos respectivos bancos operadores, a indicação de bancos oficiais estaduais e cooperativas, para o repasse dos recursos dos respectivos fundos;

V — fixar, com base em proposta dos respectivos bancos operadores e com duração semestral, o percentual correspondente aos recursos a serem aplicados em cada Estado;

VI — decidir, quando solicitado pelos respectivos bancos operadores, sobre casos omissos relacionados com matérias relevantes concernentes à aplicação desta lei;

VII — avaliar e controlar os resultados obtidos por cada fundo.

Parágrafo único. Até a criação e funcionamento do Conselho Deliberativo da Sudeco, a competência a ele atribuída neste artigo será exercida pelo titular dessa agência de desenvolvimento regional, pelo presidente do banco operador do Fuceo e por representante do Banco Central do Brasil, indicado pelo presidente desta instituição financeira.

Art. 9º São atribuições dos bancos operadores dos Fundos Constitucionais de Financiamento Regional:

I — a gestão dos respectivos recursos;

II — a elaboração e apresentação aos Conselhos Deliberativos das respectivas agências de desenvolvimento regional, de propostas sobre normas, procedimentos e condições operacionais, inclusive quanto a juros, prazos e garantias; dos orçamentos e prestações de contas semestrais, estas acompanhadas de relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos; e da participação semestral de cada Estado quanto à distribuição dos recursos dos respectivos fundos;

III — a indicação de bancos oficiais e cooperativas para o repasse de recursos, submetendo-a, previamente, à aprovação dos Conselhos Deliberativos das respectivas agências de desenvolvimento regional;

IV — o deferimento de créditos e a celebração de contratos e convênios;

V — a prestação, aos Conselhos Deliberativos das respectivas agências de desenvolvimento regional, de informações e esclarecimentos por eles por escrito solicitados quanto aos fundos;

VI — a adoção de outras medidas administrativas, bem como de procedimentos judiciais, em defesa dos fundos.

Art. 10. As liberações dos recursos para os Fundos Constitucionais de Financiamento Regional serão feitas diretamente pela Secretaria do Tesouro Nacional aos respectivos bancos operadores, respeitados os percentuais estabelecidos no artigo 5º, bem como obedecidas as mesmas datas e, no que couber, a sistemática legal adotada para a transferência dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios.

Parágrafo único. A Receita Federal informará, até o último dia útil de cada mês, aos bancos operadores dos Fundos Constitucionais de Financiamento Regional, o volume total dos tributos mencionados neste artigo que tiverem sido arrecadados no mês imediatamente anterior.

Art. 11. Cada banco operador receberá, por sua atividade administrativa, remuneração correspondente a 2% (dois por cento) ao ano, calculada sobre o ativo total do fundo que operar, paga mensalmente.

Art. 12. As operações feitas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento Regional, bem como os resultados delas obtidos pelos bancos operadores, são isentos de tributos federais, bem como de contribuições, de qualquer natureza.

Art. 13. Terão os Fundos Constitucionais de Financiamento Regional contabilidade própria, de acordo com o sistema contábil adotado pelos bancos operadores.

Parágrafo único. Os bancos operadores farão semestralmente publicar os balanços dos respectivos fundos, acompanhados de certificados emitidos por empresas de auditoria externa.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Uma das maiores preocupações da Assembléia Nacional Constituinte foi a de inscrever, na Carta Maior, princípios e diretrizes para a redução dos desníveis sócio-econômicos entre regiões do País.

É o que está substanciado no art. 43 da Constituição.

E como louvável desdobramento dessa política, foi determinado o abandonamento de três por cento da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, para "aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições fi-

nanceiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento" (art. 159, I, **c**, da CF).

Mais: no art. 34, § 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ficou estabelecido que, enquanto não entrasse em vigor a legislação relativa à aplicação dos recursos abandados como acima descrito, o que não poderia deixar de ser feito até 31 de dezembro de 1989, a divisão entre as regiões beneficiadas proceder-se-ia da seguinte maneira: 0,6% para a Região Norte, através do Banco da Amazônia S.A.; 1,8% para a Região Nordeste, através do Banco do Nordeste do Brasil S.A.; e 0,6% para a Região Centro-Oeste, através do Banco do Brasil S.A.

O presente projeto de lei, que vem ao encontro da citada exigência constitucional, foi elaborado com raiz nas observações pessoais do Autor, quanto às especiais características do processo desenvolvimento das três regiões abrangidas, em especial a do Norte, bem como tomando sob consideração trabalhos que, sobre o tema, foram elaborados por órgãos federais e projetos que tramitam na Câmara Federal.

Inicialmente, para a aplicação dos recursos financeiros de que trata o artigo 159, I, "c", da Constituição, são instituídos três Fundos Constitucionais de Financiamento Regional:

— o Fune (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), operado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB);

— o Funo (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte), operado pelo Banco do Brasil S.A.; e

— o Fuceo (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste), operado pelo Banco do Brasil S.A., qual será substituído pelo Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, criado pelo artigo 34, § 1º), do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, logo seja instalado e funcione.

Quanto às regiões envolvidas, é clarificado, neste projeto de lei, que:

— Nordeste é a região formada pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e ainda pela área do Estado de Minas Gerais compreendida no Polígono das Secas. É o território atualmente sob a jurisdição da Sudene;

— Norte a região formada pelos Estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Tocantins. Sua extensão é, assim, inferior à da Amazônia Legal, sob a jurisdição da Sudam, já que inabrange o Estado de Mato Grosso e parte da área norte-ocidental do Estado do Maranhão. O recém-criado Estado do Tocantins a ela se incorpora por estipulação constitucional (art. 13, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Outrossim, é regrado que até a instalação de Roraima e Amapá, em 1990, como consta do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão beneficiados pelo Funo as áreas dos atuais Territórios Federais de Roraima e Amapá;

— Centro-Oeste é a região formada pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e ainda pelo Distrito Federal.

A distribuição dos aludidos recursos constitucionais (3% da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI) obedecerá aos seguintes percentuais:

— 50% (ou seja, 1,5% daquelas receitas tributárias) para o Nordeste (Fune);

— 28% (ou seja, 0,84% daquelas receitas tributárias) para o Norte (Funo);

— 22% (ou seja, 0,66% daquelas receitas tributárias) para o Centro-Oeste (Fuceo).

Mostra-se óbvio que ao Nordeste deverão ser deferidos recursos mais substanciais do que para as duas demais regiões. A grave realidade sócio-econômica daquela área torna prescindíveis delongamentos justificativos. Entretanto, acredita o Autor que, embora compreensível a preocupação do Constituinte, ao regular provisoriamente a matéria, direcionar 60% dos mesmos recursos ao Nordeste mostra-se questionável. O mesmo pode ser dito quanto à divisão do saldo (1,2%) em partes iguais para as regiões Norte e Centro-Oeste, sem consideração às diversidades econômicas e sociais que estas caracterizam. Dessa forma, neste projeto de lei, é disposto que a *metade* (50%) dos referidos recursos, ou seja, 1,5% dos mesmos, seja destinado ao Nordeste, 0,84% (28%) ao Norte e 0,66% (22%) ao Centro-Oeste. O diferenciamento entre as duas últimas regiões mostra-se evidente, já que toda a extensão da Região Norte, é sub-desenvolvida, enquanto que somente parte da Região Centro-Oeste, ou seja, o Estado de Mato Grosso, pode exibir essa condição, o mesmo não podendo ser dito dos Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, nem tampouco do Distrito Federal.

É atribuído aos *Conselhos Deliberativos* da Sudene (quanto à Região Nordeste) e da Sudam (quanto à Região Norte) a competência de, especialmente:

— definir, com base nos planos regionais de desenvolvimento aprovados por essas agências, prioridades e políticas de financiamento;

— aprovar, com base em proposta enviada pelos respectivos bancos operadores, normas, procedimentos e condições operacionais e de administração, inclusive quanto a juros, prazos e garantias;

— aprovar os orçamentos e as prestações de contas semestrais enviadas pelos respectivos bancos operadores;

— fixar, com base em proposta dos respectivos bancos operadores e com duração semestral, o percentual correspondente aos recursos a serem aplicados em cada Estado;

— aprovar, por proposta dos respectivos bancos operadores, a indicação de bancos oficiais estaduais e cooperativas, para o repasse dos recursos dos respectivos fundos;

— avaliar e controlar os resultados obtidos por cada fundo.

Cometeu o Autor tal competência aos Conselhos Deliberativos das agências de desenvolvimento regional, ao invés de criar novos órgãos para esse efeito, por considerar que aqueles já existem e atuam adequadamente, constituindo-se o principal foro de debates e de estabelecimento de diretrizes básicas de políticas desenvolvimentistas, deles participando, além de representantes de Ministérios, os Presidentes dos bancos operadores (BNB e Basa), representantes dos empresários (3 da Sudene e 4 na Sudam) e dos trabalhadores (3), e, o que merece destacar, os Governadores dos Estados (e dos Territórios Federais) abrangidos por cada região. Não há, assim, razão para o deslocamento dessas expressivas atribuições para órgão de composição restritiva, quase gabinetal, em matérias que exigem, pela sua relevância econômica e social, amplo debate de nível regional. Assim, como consta do projeto de lei ora apresentado:

— os Conselhos Deliberativos das agências de desenvolvimento regional traçarão as diretrizes básicas para o funcionamento dos Fundos Constitucionais de Financiamento Regional;

— os bancos operadores, por sua Diretoria e à luz das referidas diretrizes básicas, estudarão os pleitos de financiamento que lhes forem apresentados e os deferirão ou não, conforme cada caso, celebrando, na primeira hipótese, contratos de financiamento com os interessados. Serão os *gestores* dos Fundos Constitucionais de Financiamento Regional.

Deve ser ressaltado, também, que:

— enquanto a Sudeco não dispor de Conselho Deliberativo, o que deverá decorrer de sua estruturação geral, a decisão sobre as diretrizes básicas relacionadas ao respectivo fundo regional (Fuceo) caberá a Conselho formado pelo Presidente do banco operador (Banco do Brasil e, após, Banco do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste), pelo Superintendente da Sudeco e por representantes do Banco Central do Brasil;

— metade dos recursos destinados ao Nordeste será aplicada na região semi-árida da região, delimitada pela Sudene;

— será vedada a aplicação a fundo perdido;

— serão priorizados os empreendimentos considerados de relevante interesse social e econômico, com destaque aos executados por micro e pequenos produtores, aos que exibam uso intensivo de mão-de-obra e aos que incorporem significativo aprimoramento técnico;

— serão beneficiários dos recursos dos fundos pessoas físicas e jurídicas, inclusive cooperativas de produção, que desenvolvam atividades produtivas privadas nos setores rural, mineral, industrial, agroindustrial, comercial e de prestação de serviços, quanto a empreendimentos localizados nas regiões abrangidas.

Finalmente, o presente projeto de lei determina:

— a forma de liberação, de forma direta, dos recursos constitucionais a cada fundo, pela Secretaria do Tesouro Nacional, nas mesmas datas e, no que couber, conforme a sistemática legal adotada para a transferência de recursos do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios;

— a isenção dos fundos quanto a tributos federais e contribuições, de qualquer natureza;

— a publicação semestral dos balanços dos fundos, acompanhadas de certificados emitidos por empresa de auditoria externa.

Acredita o Autor que, com este projeto de lei, está contribuindo, de forma apropriada, para o processo, determinado pelo Constituinte, de contínua e incessante redução dos desequilíbrios econômicos e sociais que separam, deploravelmente, regiões do Brasil.

Sala das Sessões, 20 de abril de 1989. — *Aureo Mello.*

(A Comissão de Assuntos Econômicos)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, DE 1989

Dispõe sobre o tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A União, em cumprimento ao disposto nos artigos 170, IX, e 179, da Constituição, proporcionará às microempresas e empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

Art. 2º Para cumprimento do disposto no artigo anterior, o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa — Cebrae, como órgão da supervisão e coordenação dos serviços de apoio e fomento às microempresas e empresas de pequeno porte, com vistas ao desenvolvimento de suas atividades, terá os seguintes recursos:

a) Quantia equivalente a 3% (três por cento) das contribuições das empresas para as entidades a que se refere o artigo 1º do Decreto-Lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986;

b) contribuições e doações;

c) receita proveniente de prestação de serviços a empresas não abrangidas por esta lei ou a órgãos públicos e privados.

Art. 3º A quantia referida na alínea **a** do artigo anterior será cobrada, e mensalmente repassada, pelo órgão competente da Previdência e Assistência Social, ao Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa-Cebrae.

Art. 4º O Cebrae poderá utilizar, para custeio de suas atividades 20% (vinte por cento) do montante arrecadado na forma prevista no artigo 2º O restante será aplicado exclusivamente através dos Centros Estaduais de Apoio à Micro, Pequenas e Médias Empresas-CEAG no cumprimento de seus objetivos relativos à execução da política de apoio e fomento às micro e pequenas empresas.

Art. 5º Fica incluída entre as atribuições do sistema Cebrae/CEAG a de incentivar e orientar os trabalhadores no sentido da organização de microempresas ou de empresas de pequeno porte, proporcionando-lhes a formação profissional e econômica adequada.

Art. 6º No Conselho Deliberativo do Cebrae fica assegurada a participação de:

a) um representante do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio;

b) um representante dos Centros Estaduais de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas-CEAG;

c) um representante das microempresas da área da indústria;

d) um representante das microempresas da área do comércio e prestação de serviços;

e) um representante das empresas de pequeno porte da área da indústria;

f) um representante das empresas de pequeno porte da área do comércio e prestação de serviços.

Parágrafo único. Os representantes referidos neste artigo terão mandato por 2 (dois) anos e serão designados pelo Ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, pela Associação Brasileira dos CEAG (Asbace) e pelos Presidentes da Confederação Nacional da Indústria — CNI e da Confederação Nacional do Comércio — CNC, conforme o caso, obedecido o disposto nos respectivos estatutos.

Art. 7º O Cebrae tomará as providências necessárias para, no prazo de 90 (noventa) dias, adaptar seu estatuto e regimento ao disposto na presente lei.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O presente Projeto de Lei objetiva o cumprimento do disposto nos artigos 170, IX, e 179 da Constituição Federal, que determinou, respectivamente, tratamento favorecido e tratamento jurídico diferenciado às micro e pequenas empresas.

Não é possível, sob qualquer enfoque, ainda que pessimista, olvidar a importância das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento da economia nacional, seja por sua elevada participação no sistema produtivo, seja pela ocupação de mão-de-obra, seja, enfim, pela distribuição mais eqüitativa da renda.

Todavia, a política industrial seguida pelo Governo pouca atenção tem dado a esse segmento da atividade econômica, preferindo concentrar os incentivos fiscais e a assistência creditícia nas empresas de grande porte, as quais, além de serem concentradoras de renda e pouco absorvedoras de mão-de-obra pouco têm contribuído para aumentar o nível de competição da economia.

Os efeitos negativos de uma política industrial dessa natureza são visíveis a olho nu. Não obstante o sistema industrial brasileiro figurar entre os dez maiores do mundo, o processo de industrialização verificado nos últimos 30 anos pouco contribuiu para modernizar o País e melhorar a vida dos brasileiros.

Por outro lado, o processo substitutivo de importações, que no Brasil teve como pedra angular a empresa de grande porte, está completamente esgotado, fazendo-se necessário, pois, adotar um novo modelo de desenvolvimento que possa gerar mais empregos, proporcionar melhor distribuição da renda, utilizar mais intensa e eficientemente os nossos recursos naturais, tornando o nosso crescimento mais equilibrado e justo do ponto de vista social.

Em outras palavras, precisamos dar à empresa de pequeno porte as condições para que ela, a exemplo do que ocorreu na Itália, Japão, Estados Unidos, Alemanha e outros países, possa operar as transformações de que necessita a economia brasileira.

Infelizmente, com a extinção do Conselho da Micro, Pequena e Média Empresa — Compeme, o sistema Cebrae-CEAG, montado pelo Governo para apoiar e fomentar o desenvolvimento das empresas de pequeno porte, corre o risco de esfacelar-se à falta de uma fonte permanente de recursos que permita a execução de seus programas sem solução de continuidade.

Não fora a pronta ação adotada pelo Congresso Nacional, dotando o sistema Cebrae/CEAG de dotação na Lei de meios para 1989, estaríamos assistindo a um lamentável retrocesso institucional, já que, evidentemente, o programa de apoio e fomento das empresas de pequeno porte, pelas suas características, é tarefa típica de Governo não se inscrevendo, pois, entre as atividades privatizáveis.

Não é sem razão, portanto, que na maior economia capitalista do mundo, no caso os Estados Unidos, há uma agência especial de apoio aos pequenos negócios, Small Business Administration, subordinada diretamente à Presidência da República. No Japão há idêntico órgão ligado ao gabinete do primeiro Ministro e na Bélgica há um Ministério que trata especificamente das empresas de pequeno porte. Em todos os países em desenvolvimento, Índia, México, Equador, Colômbia e outros, há entidades e programas oficiais de apoio ao segmento.

Ora, seria estranhável que, no Brasil, pelas razões anteriormente expostas, liquidássemos o sistema existente montado com enormes sacrifícios ao longo de mais de vinte anos. Tal medida estaria na contramão da modernidade e mais cedo ou mais tarde teríamos que recriar o sistema só que a custos elevados em termos financeiros e sociais.

Assim sendo, urge que se encontre soluções para autonomizar financeiramente o sistema Cebrae/CEAG, atentando-se, contudo, para o fato de que ele deve ter a menor dependência possível dos recursos do Tesouro.

Para tanto, o presente Projeto de Lei institui como fonte de custeio 3% (três por cento) das contribuições das empresas para as entidades a que se refere o artigo 1º do Decreto-Lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986, para execução de uma política de apoio às micro e pequenas empresas que permita:

a) o eficiente desempenho das mais variadas atividades de produção, comercialização e prestação de serviços;

b) uma integração mais equilibrada e compensadora com as empresas de maior porte,

de modo que seja possível aumentar a produção e reduzir custos, facilitando, inclusive, uma maior participação dos produtos brasileiros nos mercados externos;

c) o acesso mais fácil às fontes de crédito e tecnologia, bem como ao mercado;

d) uma maior participação do empresariado de pequeno porte nos frutos do desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, dos milhões de assalariados que dependem direta ou indiretamente dessas empresas.

A presente proposição, além de não criar uma nova fonte de recursos, tem a vantagem de não prejudicar o Senai, Senac, Sesi e Sesc, quer pelo diminuto efeito que terá na arrecadação desses órgãos (três por cento), quer por sua repercussão altamente positiva do ponto de vista econômico-social, pois permitirá que a mão-de-obra treinada por aqueles órgãos possam encontrar promissor mercado de trabalho.

Desse modo, o apoio governamental estender-se-ia à formação de mão-de-obra e às micro e pequenas empresas dentro de um sistema de complementaridade entre a ação exercida pelo Senai/Senac e a desenvolvida pelo Cebrae/CEAG, permitindo-se uma maior integração do treinamento com as necessidades das empresas e, conseqüentemente, uma maior eficiência trabalhador/empresa.

Sala das Sessões, 20 de abril de 1989. — *Divaldo Suruagy — Marcondes Gadelha.*

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Passa-se à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Para discutir.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, compareceu ao Senado Federal, há poucos dias, S. Exª o Ministro da Fazenda, Dr. Maílson da Nóbrega, e aqui, com muita propriedade e com muito conhecimento de sua Pasta, fez interessante dissertação sobre os planos governamentais, os planos que agora são conhecidos como metas do Governo Federal. Fui um daqueles que devidamente inscritos fizeram indagações àquela autoridade. E um dos pontos que enfoquei, então, dizia respeito ao salário do trabalhador.

Queria eu explicitar, de modo claro, o pensamento do Ministro, uma vez que S. Exª dissera, naquela outra tribuna, que o aumento de salário gerava inflação. E, como aquilo me causasse estranheza, queria forçar, como forcei, o esclarecimento do titular da Pasta da Fazenda. Resultou, então, muito clara, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a afirmativa de que os salários propriamente não inflacionam quando se acresce, mas inflacionam quando são acrescidos sem uma correspondência com a realidade. Temia eu que se criasse um critério de desestímulo ao trabalho, de desestímulo ao trabalhador, de desestímulo ao crescimento salarial.

Mas, ficou bem claro, pela fala do Sr. Ministro, que os salários são resultados, isto sim, de uma inflação. Sobem vários itens nacionais relativos às necessidades do homem e, claro, terão que subir proporcionalmente os salários. Nessa hipótese o salário é uma conseqüência da inflação quanto ao seu aumento.

Conversei com o Senador Roberto Campos, que é uma autoridade inquestionável em economia, e S. Exª me deu explicações satisfatórias, mostrando que o salário inflaciona quando a produção de quem trabalha é inferior ao salário que recebe; é mais ou menos essa a lição do ilustre Parlamentar, nosso companheiro no Senado Federal. Digo isso porque tudo me pareceu da maior importância, para acabar com essa história de que sempre que se aumenta o salário está ocorrendo um fator inflacionário; isso não é verdade.

Mas, vejam os Senhores, no exato momento em que falo, os jornais se dão a publicar um calendário de greves. As greves estão aí deflagradas ou programadas e a serem deflagradas. A Constituição Federal garantiu o direito de greve, e nesta Constituição Federal, que resultou dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, muitos foram os Parlamentares, inclusive o que vos fala, que se entregaram a uma luta para a preservação desse direito absolutamente necessário. Não se pode nem conceber que a greve tenha limitações outras, que eram costumeiras no Brasil e são costumeiras em outro país, limitações capazes de aniquilar a defesa do trabalhador. A greve é, acima de tudo, o instrumento de defesa do trabalhador. Por isso mesmo não deve ele ser utilizado indevidamente. Sempre que a utilização for indevida, o trabalhador estará sendo ofendido numa hora gravíssima para a Nação. Isto é, quando as greves preocupam até o Ministro do Exército, que não fala de segurança, mas fala de economia, no momento exato em que a Câmara e o Senado se preparam para produzir a lei complementar que regulamenta o direito de greve. Estamos em um ano eleitoral, e Deus livre este País de que essas greves devam ser utilizadas como instrumento dos Partidos Políticos envolvidos com sindicatos e visando criar um estado, uma situação favorável a esse ou aquele pleiteante à Presidência da República.

É muito grave a situação nacional e inexoravelmente importante o direito de greve. Hoje esse direito está sendo rudemente atacado, barbaramente atacado, porque o instrumento está sendo usado indevidamente, com funções políticas e não com a função de defender o trabalhador.

O Sr. Afonso Sancho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Com muito prazer, nobre Senador Afonso Sancho.

O Sr. Afonso Sancho — Sinto-me muito satisfeito quando vejo um Senador como V. Exª, que tem tido uma atuação brilhante nesta Casa, insurgir-se contra o excesso da greve, contra o uso indevido daquilo que a Constituição proporcionou. Realmente, Senador Cid Sabóia de Carvalho, não entendo onde esses senhores promotores de greve desejam chegar. Até parece uma conspiração para tumultuar o País. E dentro disso pode vir um "estado de sítio", e talvez não se saiba como irá continuar a situação. Anteontem, o Deputado Adolfo Oliveira, num brilhante discurso na Câmara dos Deputados, falou do ensaio revolucionário. Realmente, até parece um ensaio revolucionário, porque o operário, o trabalhador tem o direito de fazer a sua greve de reivindicação assegurado na Constituição, e deve fazê-lo. Mas abusar desse direito, invadindo fábricas, encapuzados, o que demonstra o mau caráter ou o mau caratismo da ação, o que é profundamente perigoso num momento como este em que estamos procurando fazer essa transição dentro da ordem e da lei. Dessa forma, Senador Cid Sabóia de Carvalho, tem V. Exª muita razão quando afirma que estão usando o direito de greve indevidamente. E hoje, quando se liga a televisão ou o rádio, fica-se apavorado: é greve para todos os lados; ninguém quer também compreender que estamos atravessando uma crise muito séria e que todos têm que dar a sua participação, porque do contrário nunca poderemos contornar tal situação. Se isto continuar do jeito que está, tenho muito receio, e um receio maior — o da força de segurança se ver tão desmoralizada pelos seus chefes civis e querer tratar a greve, quando ela vem com essa violência, sem uma reação à altura. Portanto, tenho receio de que amanhã essa força de segurança se alie, também, à greve, como uma demonstração de que não adianta eles cumprirem a sua missão de manterem a ordem. Há horas, vimos aí na televisão, em São Paulo, até deputado federal, que deveria se valorizar e estar na sua função para respeitar a lei e a ordem, brigando com policiais, recebendo empurrões, o que é profundamente humilhante para um Parlamentar. Isso vai continuar dessa maneira, se é que esses homens que estão comandando essas greves tenham a intenção de tumultuar o País, de ver até onde este Governo, que tem sido muito complacente, vai agir. Espero que as palavras do Ministro do Exército tenham, pelo menos, uma ressonância no seu espírito, porque não pode continuar desse jeito, pois a economia do País está profundamente prejudicada e as reivindicações são inteiramente fora dos limites do que pode ser atendido neste momento. Assim sendo, Senador Cid Sabóia de Carvalho, quero dar os parabéns a V. Exª por levantar um problema tão importante como esse que está ocorrendo agora no País.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Preocupo-me com a greve, em relação a dois aspectos fundamentais: a Constituição Federal, que deve ser defendida naquilo que ela fez, naquilo que é o seu espírito, naquilo que foi o desejo da Assembléia Nacional Constituinte; e também defender o trabalhador, porque ele restará, sem o seu instrumento de defesa, destruído pela sua má utilização. A sua má utilização inviabilizará o texto constitucio-

nal e, logicamente, o direito do trabalhador na utilização da greve como instrumento básico, necessário e indispensável à sua luta e à sua reivindicação.

Se a greve tem uma destinação política, se uma determinada greve procura produzir um efeito para eleição presidencial, essa greve não está correta. Se a greve não cabe no que delimita a Constituição, ela não tem o amparo da Constituição. A Constituição ampara o trabalhador no direito de defender-se para dar força à sua reivindicação.

Nesse exato momento em que falamos, quem pode negar o esmagamento salarial de tantas e tantas categorias profissionais? É inegável o esmagamento. A greve deve ser utilizada para elevar o salário para sua realidade, elevar o salário para que tenha, na sua expressão, o valor financeiro indispensável à vida digna de quem trabalha e de quem produz.

Quando a greve não tem essa preocupação, quando a greve é um ensaio de guerrilha, quando a greve é um ensaio cinematográfico, porque nós temos visto pela televisão, notadamente, acontecimentos de natureza cinematográfica, pessoas que aparecem espalhafatosamente, criando uma situação absolutamente anômala para o País, esse não é o direito de greve.

O direito de greve, inclusive para ser vivenciado, exercido e realizado, necessita com urgência da definição dos serviços essenciais. Aqui mesmo, nesta Casa, há Senadores que defendem, por exemplo, que a educação é serviço essencial; outros se preocupam mais com o aspecto "hospital", com os serviços de limpeza pública, com os serviços funerários. Vamos, nesses próximos dias, trabalhar para a definição, no âmbito do Senado, desses serviços essenciais.

A Comissão de Constituição e Justiça, que eu presido, dispõe de dois projetos de lei, um de minha autoria, que foi o primeiro, um outro de autoria do Líder do PDS, Senador Jarbas Passarinho. Ambos se encontram na Comissão de Constituição e Justiça. E eu designei, no âmbito dessa Comissão, o Senador Leite Chaves, de raro saber jurídico para estudar, a um só tempo, esses dois projetos e produzir um substitutivo, por certo com inovações que levem ao aperfeiçoamento dessa matéria. Mas é preciso dizer que no projeto que apresentei a esse respeito segui, e em muitos aspectos, a sugestão que chegou ao meu gabinete, endereçada pela Ordem dos Advogados do Brasil. Devo dizer aos Senhores que a preocupação que expresso hoje, nesta tribuna, não é a preocupação isolada de um Parlamentar, é, por certo, a preocupação unânime de um poder e, mais ainda, a preocupação de entidades como, por exemplo, a Ordem dos Advogados do Brasil.

A Ordem dos Advogados do Brasil sempre se antecipou nesses assuntos. Lembro-me de quando era Conselheiro da Ordem, no Estado do Ceará, quando estudamos um Projeto de Constituição elaborado pela Ordem dos Advogados do Brasil, secção do Paraná, a Ordem dos Advogados do Brasil antecipou-se em matéria processual penal, antecipou-se em matéria processual civil nesses assuntos de maior urgência e foi da maior importância, até mesmo para a Comissão Afonso Arinos de Estudos Constitucionais, quando o ideário da Ordem foi conduzido e defendido naquela Comissão por muitos dos seus representantes.

E não há negar que, na Assembléia Nacional Constituinte, o chamado Projeto Afonso Arinos teve uma larga aplicação. Foi uma verdadeira bíblia em cada um dos nossos gabinetes, e muitos se guiaram, para as suas propostas e emendas, na sapiência que foi muito bem expressa no chamado Projeto Afonso Arinos.

Significa dizer que a Ordem dos Advogados do Brasil, por essa via, inseriu-se na Constituinte, afora o fato de ter muitos advogados compondo o Plenário e de terem muitos Parlamentares apresentado emendas sugeridas por essa autarquia federal, que é a Ordem dos Advogados do Brasil — primorosa autarquia federal!

Hoje, no assunto greve, ninguém pense que os advogados do Brasil, por exemplo, estão distantes desse direito, da necessidade de defesa desse direito. A maior defesa do direito de greve é o seu exercício exemplar. Desvirtuar a utilização é ferir a Constituição, é desmoralizar a Carta brasileira recentemente feita e inviabilizar o direito do trabalhador.

Daqui a pouco não saberemos quando a greve se destina a uma legítima reivindicação, e como tal deve ser apoiada por Parlamentares conscientes, como eu, ou quando a greve é um instrumento eleitoreiro, até preparatório de aspirações presidenciais; a greve como instrumento capaz de conduzir em hora imprópria a propaganda que não pode ser feita, porque, ainda, proibida pela Justiça Eleitoral.

Chamo a atenção disso. Porque, hoje, o Brasil vive um momento estranho, inclusive, de separação das pessoas, como se nós pudéssemos dividir os cidadãos somente pelos estamentos a que pertencem e não pelo ideário. O ideário seria uma conseqüência da profissão. O ideário de um homem seria conseqüente de uma profissão. Se é advogado, tem tal ideário político e filosófico; se é trabalhador metalúrgico, tem um determinado ideário; se é sapateiro, tem outro ideário. E não sei, ainda, como se consegue no Brasil ter determinados conceitos de trabalhador. Porque um conceito que hoje se eleva no País quanto a isto, procura, por exemplo, considerar o funcionário público como uma pessoa à parte, como não trabalhador. Quando na verdade o espírito do trabalho se encarna com perfeição e realidade através desse estamento básico para a vida da Nação, que é o servidor público, seja estadual, seja federal, seja municipal. E se vamos distinguir quem é trabalhador porque espoliado — não há razão de ser espoliado ou explorado — eu diria que ninguém é mais explorado neste País do que o funcionário público. O que há é que se engana a Nação, inclusive com essa história de "marajá" — "marajá" aqui, "marajá", ali, fulano é "marajá", fulano ganha excessivamente. Mesmo se considerando esses excessos, estaríamos indicando uma minoria para macular a maioria e estaríamos fazendo esquecer, através de privilegiados, os grandes espoliados da Nação, os explorados no seu dia, porque há extensos expedientes e quase que, invariavelmente, ganham muito mal — são pessimamente pagos. Mas, esses, não são trabalhadores, não têm direito à proteção sindical. Por que, quando entram em greve, são tão malvistos e tão combatidos? Estamos diante de uma complexidade nacional que se arrasta pelos mais diversos problemas e verdadeiros atentados que, hoje, são feitos sem nenhum pejo, sem nenhum receio, como, por exemplo, a campanha que se ergue contra o Congresso Nacional. Isto se faz com um fascismo indisfarçável, no momento em que Hitler completa o seu centenário e em São Paulo, preocupam, hoje, neste dia 20, as comemorações do maior assassino da humanidade. Na Áustria, onde nasceu, na cidade em que nasceu, a polícia teve que intervir contra as comemorações hitleristas, nazi-fascistas, que consistiam em atentados, atentados, notadamente, feitos aos estrangeiros ali residentes, modo adequado de se comemorar o centenário do pior dos ditadores e dos mais sanguinários dirigentes de um país já nascidos e de que a história dá notícia. Tudo isso compõe um quadro que vem ao Brasil. Os jornais indicam, por exemplo, em fotografias nazi-fascistas que despem as máscaras e aparecem às claras, defendendo, inclusive, os morticínios dos judeus promovidos pela Alemanha nazista e pelos países que lhe foram adeptos em dramático momento da humanidade.

Somem tudo isso num quadro só, verifiquem que os poderes estão sendo corroídos numa campanha que se faz e se repete sem nenhum pejo, sem nenhum cuidado, sem nenhum receio, nem de se encobrir os desígnios das pessoas que atacam. Enquanto isso, as greves são utilizadas de modo a inviabilizar a reivindicação do trabalhador. Os salários, diziam, inflacionam, e isso dificultava um trato, um trato muito sério, um trato razoável desse item importante da nossa existência, que é o salário digno para o trabalhador.

Conseguimos formar um ambiente dúbio, que é também um ambiente pré-eleitoral. Tudo isso preocupa. Daí por que é da maior importância que, neste momento, meditemos profundamente na necessidade que há do preparo das leis complementares e leis ordinárias que viabilizarão a aplicação da Constituição Federal por fim. Acho que a Constituição de 5 de outubro de 1988 é esse instrumento moderador, posto que, em vigor, ainda está faltando para a realidade nacional. A Constituição não pode ser vivida totalmente ainda e até agora, porque muitos dos seus direitos revelados independem de regulamentação e até exageram nessa tese da regulamentação como modo de atacar o universo constitucional brasileiro. Mas a verdade é que, nos assuntos básicos, principalmente nas criações mais recentes, a Constituição não pode ser aplicada, porque não existe a nova legislação e não poderia existir a chamada legislação de adesão,

isto é, as leis preexistentes que são aproveitadas, porque não colidem com o novo texto constitucional.

Ao final do discurso, um apelo: vamos trabalhar com urgência na lei regulamentadora do direito de greve. Com coragem, zelo, patriotismo e, com o trabalhador sendo defendido, vamos definir quais são os serviços essenciais. Vamos criar a responsabilidade sindical para a deflagração de uma greve, porque, no momento atual, todas as greves desaguam, com seus prejuízos, na própria sociedade. Hoje, por exemplo, mais se apena o cliente dos bancos do que propriamente os banqueiros, porque os grandes prejudicados são aqueles que não podem dispor da rede bancária nacional. Não entro no mérito dessa greve. Entre elas, devem existir greves justas, necessárias, irretocáveis, mas, lamentavelmente, sente-se que esse instrumento vem sendo usado em demasia com aquele propósito de desmoralizar a Carta, por ter conferido o direito, e para inviabilizar o trabalhador na demonstração de que não sabe utilizar-se do seu direito maior, do seu direito fundamental, que é, exatamente, o poder parar, para pressionar e defender-se. Muito obrigado, Sr. Presidente, desculpe-me por ter-me alongado demais. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Senador Cid Sabóia de Carvalho o Sr. Senador Nelson Carneiro, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Senador Pompeu de Sousa, Terceiro Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes, como Líder.

O SR. JOÃO MENEZES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Brasil perdeu no dia 15 de abril último um de seus mais brilhantes filhos: perdemos Celso Cunha.

Emérito educador, intelectual de estro, o gramático da palavra final, opinativo, atuante, seu falecimento é perda irreparável e que a todos, que nos identificamos na brasilidade, subtrai.

Desde a publicação de seu primeiro livro, *Em torno dos Conceitos de Glória e Calão*, em 1941, foi o Professor Celso Cunha emérito batalhador pela causa nem sempre grata de defesa do vernáculo, labor que o transformou muitas vezes em lutador incompreendido, porém sempre respeitado e tido no rol das poucas instituições nacionais incontestes: não foi sem porquê o aparecimento da expressão "procurar no Celso Cunha", como sinônimo de "elucidar questão gramatical", metonímia consagrada e que bem sintetiza a importância de sua obra.

Assim é que a sua *Gramática do Português Contemporâneo*, com que nos brindou em 1985, é obra definitiva, fadada à consagração do todo e sempre.

Com este seu traço irrefragável, a paixão pela Língua Portuguesa, como, aliás, a comunidade acadêmica internacional o conheceu, pois ensinou a "língua de Camões" pelo mundo afora, da Universidade de Lisboa à Sorbonne, é que o conheci, quando convidei-o a auxiliar-me no MEC, em 1985. Como Ministro da Educação, tive o prazer de contar com sua valiosa atuação na Comissão de Aperfeiçoamento do Ensino da Língua Portuguesa, ocasião em que aprendi a admirá-lo também como amigo leal.

Proponho, Sr. Presidente, Srs. Senadores que se faça constar nos anais desta Casa voto de pesar à viúva D. Cenira Cunha, aos filhos e demais parentes, dentre os quais os Deputados Aécio Cunha, pai e filho.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na recente viagem do Presidente José Sarney ao Japão, por ocasião dos Funerais do Imperador Hiroito, a imprensa do país deu grande destaque ao contencioso do Brasil com o Banco Mundial. Tomamos conhecimento, por vez primeira, do conjunto de projetos que se encontram nesta instituição de financiamento, como também de algumas peculiaridades que os cercam. Espantou-nos, sobretudo, constatar que, apesar do alto nível técnico do planejamento governamental, o país não venha conseguindo cumprir algumas formalidades relativas a elaboração de projetos e confecção de relatórios de acompanhamento.

A informação é do Banco Mundial: o Brasil paga anualmente US$ 30 milhões a título de multa por empréstimos contraídos e não sacados.

Ora, isto é um absurdo!

Outra informação do BIRD: o Brasil está ameaçado de não poder sacar nada além dos 34 milhões de dólares já liberados de um pacote de US$ 1,2 bilhão autorizados para o ano fiscal de 1989, em virtude de falta de cumprimento de cláusulas contratuais!

Pior ainda: segundo o Banco Mundial, US$ 4,8 bilhões estavam "dormindo" no seu caixa à disposição relativa do Brasil, sem que nós providenciássemos sua liberação.

Diante dessas informações, indiscutivelmente fidedignas, é de se perguntar: — O que está ocorrendo com o Governo, que alega e seguramente vive uma de suas mais graves crises financeiras e ao mesmo tempo omite-se de providências para lançar mão de uma das principais fontes internacionais de financiamento?

Ainda, segundo o Banco Mundial, descobrimos que os recursos não são liberados por várias razões, alguns compreensíveis. O Banco Mundial, por exemplo, tem dúvidas quanto ao programa energético apresentado pela Eletrobrás e sobre o qual tenho, aliás, feito desta tribuna inúmeros comentários. Há a questão ambiental. Há a inclusão do Programa Nuclear. Mas em outros casos é inexplicável a omissão do Governo. Aparentemente, as próprias autoridades do Banco Mundial reconhecem uma certa apatia do Governo em tomar providências relativamente aos projetos financiados, quando não uma recusa ou incapacidade do Governo em apontar recursos próprios em complementação aos recursos externos já comprometidos. Ora, o Banco Mundial, como qualquer instituição financeira, não é nem instituição filantrópica, nem muito menos organismo lotérico que sorteia recursos. Os recursos do Banco Mundial são captados a nível internacional no mercado de capitais, segundo as regras deste mercado. São alocados segundo um rígido critério de distribuição para o financiamento do desenvolvimento a longo prazo, obedecendo a normas internas pelas quais o Brasil é corresponsável. Não pode, pois, o Banco "sortear" seus recursos. No caso brasileiro, todos os projetos obedecem às prioridades do Banco, e foram contemplados com o financiamento externo na condição de que o Governo brasileiro e agentes contratantes obedecessem a certas normas e compromissos, entre os quais a alocação de recursos próprios num montante equivalente aos recursos externos. Não há qualquer novidade nisto e é até elogiável que tenhamos construído uma *instituição* que opera à base de critérios.

Como, então, o Governo brasileiro contrata esses empréstimos e depois não cumpre as regras contratuais? Como não se prepara tecnicamente para cumprir formalidades técnicas do projeto? Como sonega recursos de contrapartida? Como não acompanha vigilante e diligentemente o andamento dos vários processos de liberação e a execução dos vários projetos? Como não define prioridades internas para o financiamento externo de projetos públicos e para a absorção de cooperação técnica internacional? Dentro de poucos dias chegará ao Brasil uma missão de cooperação técnica do Governo alemão. Pois bem, como se preparou o Governo para receber esta missão, que espera o Governo em termos de cooperação do Governo da República Federal Alemã? Como absorverá esta colaboração externa para o desenvolvimento? Como procura compatibilizar neste processo as demandas da União, dos estados e dos municípios? Qual o papel da Agência Brasileira de Cooperação, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, na definição de prioridades tecnológicas cujo conhecimento e avaliação lhe escapam pelo mero fato de que tal seleção constitui um problema essencialmente político e não de "relações exteriores"...

A verdade é que está havendo muita confusão na área governamental e que esta confusão está se projetando internacionalmente. É bom que se isente o Banco Mundial deste ridículo papael de bode expiatório que o Governo Federal pretendeu reduzi-lo. É bem verdade que os países em desenvolvimento deve-

riam ter um tratamento mais brando quanto às multas e taxas por não liberação dos recursos do Banco Mundial. Mas o Governo deveria se prover de meios técnicos mais competentes que fossem capazes de hierarquizar suas prioridades, de forma a cumprir efetivamente com os compromissos contratuais assumidos na captação da ajuda externa para o desenvolvimento. Mais uma vez o Governo federal atua com ineficiência, gerando desperdícios e comprometendo a imagem do país no exterior. É uma notória falta de visão encaminhar projetos a rodo para o Banco Mundial, sem que os mesmos estejam tecnicamente adequados e sem que o Governo sobre os mesmos assegure efetivamente sua contrapartida. É falta de discernimento administrativo encaminhar para exame e aprovação do Banco Mundial, com a conseqüente liberação de recursos para futuros desembolsos, idéias vagas e soltas de efetivo empenho de recursos nacionais

O resultado aí está: quase 5 bilhões de dólares aguardam ações do Governo para sua aplicação em projetos que poderiam contribuir para retomar o nível da atividade econômica do país e reduzir parte dos problemas a que se destinam. Sobre estes recursos jogamos fora preciosas divisas num valor correspondente a 0,75% do total. Enquanto isto, a crise energética se agrava, a pobreza explode nos centros urbanos em inominável crise institucional, 7 milhões de menores se encontram abandonados à sua própria sorte, 4 milhões estão fora das salas de aula, a crise econômica e social, enfim, chega a limites insuportáveis pela população.

A tudo isto parece olhar com indiferença o Governo da República, mergulhado que está no rateio das últimas prebendas entre seus áulicos mais próximos.

Até quando? (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a luta em prol do desenvolvimento do Brasil continua sofrendo embaraços decorrentes da ação conjunta do estranho binômio desinformação/má-fé.

De um lado, aqueles que — mesmo bem-intencionados — agitam bandeiras que mal conhecem, discursando sobre assuntos que não podem receber abordagens superficiais, como as que hoje vemos. De outra parte, potências e elementos deliberadamente empenhados em sufocar a nação brasileira, cônscios e temerosos dos imensos potenciais prestes a emergir, nesta virada de século.

A questão do asfaltamento e da conclusão das obras da rodovia BR-364 e da abertura de um caminho brasileiro para o Oceano Pacífico está, novamente, em foco, como um projeto de reportagem da TV-Globo — o que garante ênfase aos legítimos interesses nacionais, motivação que sempre impulsiona as produções jornalísticas da Rede Globo de Televisão.

Estou lendo neste momento, na coluna da jornalista Tetê Nahaz, na edição de hoje de *O Globo*, a informação de que a repórter Glória Maria segue esta semana para a região amazônica, devendo percorrer "toda a trilha da estrada que ligará o Brasil ao Pacífico".

É uma pauta que merece todo o apoio para seu desenvolvimento, pois garantirá, inclusive, a intenção patriótica de, como ali se diz, "descobrir argumentos contra a oposição cerrada das grandes potências".

É só isso que a Amazônia e o Brasil exigem, acima de tudo: seriedade e compreensão do que é legítimo.

Não se pode, em sã consciência, defender qualquer proposta ou posição que implique em prejuízo real para a causa indígena, que provoque devastação irresponsável da floresta. Confundir intencionalmente esses crimes ecológicos e humanos com as necessidades racionais de progressos é algo que, sem dúvida alguma, merece a mais veemente condenação nacional.

Estou certo de que a equipe da Rede Globo encontrará — e Glória Maria refletirá, com a competência e brilho habituais — estou certo, repito, de que a verdade surgirá com mais força do que nunca: o asfaltamento e a conclusão das obras da BR-364, do corredor para o Pacífico, é uma das urgências mais prementes do País.

Através dessa rodovia, chegaremos à fronteira com o Peru; da fronteira, atingiremos as praias do outro oceano, cobrindo com nossos produtos toda a costa oeste das Américas, além de ganharmos a melhor, mais viável e mais econômica das rotas para o Extremo Oriente e os fabulosos polos de progresso industrial ali instalados nas últimas décadas.

Essas rodovias já existem e são usadas há muito tempo, ao contrário do que insinuam ou mesmo afirmam os inimigos da Pátria. Trata-se, tão-somente, de torná-las viáveis e confiáveis ao longo de todos os meses — e não apenas durante o curto semestre do chamado "verão" amazônico, quando as chuvas diminuem sua intensidade.

O Brasil, Sr. Presidente, Srs. Senadores, está prestes a se descobrir.

A sensibilidade profissional da repórter Glória Maria, dentro do padrão global de competência, atentará também para outros aspectos importantes da Amazônia.

Ao invés dos delírios e dos desconhecimentos românticos, dezenas de milhões de telespectadores receberão as imagens e as informações realistas; saberão onde está a verdade, quem está trabalhando a favor e quem está contra o País; conhecerão as belíssimas, emocionantes, honrosas passagens da colonização e da integração ao Território brasileiro daquelas vastas regiões.

E entre os pontos que certamente vão merecer a atenta consideração deve estar a situação atual e a obra ciclópica dos chamados "Soldados da Borracha", homens e mulheres das mais variadas idades, que atravessaram um continente e trocaram as caatingas nordestinas pela mata amazônica; verdadeiros heróis que arrancaram, da floresta virgem, o látex vital ao mundo livre em seu esforço de guerra para derrotar o nazi-fascismo, nos anos quarenta.

Os "Soldados da Borracha" remanescentes são, hoje, muito poucos. A eles e seus descendentes, todavia, a nova Constituição, acolhendo emenda de minha autoria, garantiu uma renda mensal vitalícia — restrita, entretanto, àqueles "reconhecidamento carentes".

Falta, agora, a regulamentação de tal dispositivo, que deveria ter sido proposta pelo Poder Executivo até o último mês de março, nos termos do § 3º do art. 54 das Disposições Transitórias. Já existe um texto-base pronto, encaminhado pelo Ministro da Previdência Social à Presidência da República. Estou em gestões, junto à chefia do Gabinete Civil, para que se defina com urgência qual será a fonte pagadora, último ponto ainda pendente para a efetivação do benefício.

Até a realização da reportagem da Rede Globo, acredito, a questão estará definitivamente encaminhada. E a justa alegria daqueles desbravadores da fronteira Noroeste poderá ser um espelho fiel das verdadeiras potencialidades do povo brasileiro, nos momentos em que é chamado a trabalhar dura e seriamente em favor do progresso nacional.

Ao cumprimentar a rede Globo pela iniciativa de retratar a realidade, mostrando a verdadeira face dos interesses do Brasil na Amazônia, faço mais um apelo para que também os aspectos humanos e históricos de seus momentos mais marcantes, como foi a Epopéia da Borracha, mereçam o reconhecimento material há tanto devido.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima compareceu, no dia 12 de abril passado, perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados com a finalidade de expor a posição do Governo brasileiro sobre os problemas do meio ambiente correlacionados com a Amazônia, sobretudo, no que tange às pressões de ingerência externa e às perspectivas de criação de entidades supranacionais incumbidas de zelar pela preservação ambiental dessa região.

O Embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima evidenciou, no decorrer da exposição que proferiu, um excepcional domínio dos temas abordados, com inexcedível competência, objetividade e clareza.

A presença do secretário-geral do Itamaraty para um fecundo e positivo debate sobre essas complexas questões, as quais vêm polarizando, dentro e fora do País, sérias apreensões, foi uma feliz iniciativa dos Deputados Maurílio Ferreira Lima e Bernardo Cabral.

Como era de se esperar, o Embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima, com a sua desassombrada e aplaudida exposição, transformou a reunião da Comissão de Relações Exteriores

da Câmara dos Deputados em um acontecimento de suma importância, menos pelas suas repercussões do que pela oportunidade, valor intrínseco e transcendental significado dos aludidos problemas, tanto no cenário mundial como dentro das nossas fronteiras, — em virtude das atuais circunstâncias políticas e sócio-econômicas da vida brasileira, às quais se devem acrescentar os impactos sobre a opinião pública decorrentes da essencialidade das questões ecológicas.

Estas razões levam-me a requerer a incorporação ao texto deste sucinto pronunciamento da referida exposição, documento de valor permanente que merece ser levado ao conhecimento e à reflexão dos Srs. Senadores, bem como de todos os segmentos da sociedade brasileira, em virtude das informações e graves advertências nele contidas.

Depois de delinear a trajetória das questões ambientais, num conciso retrospecto do tratamento internacional do assunto a partir de 1960, o embaixador destacou a Conferência de Estocolmo, primeira do seu gênero na história, quando representantes de 113 países, inclusive o Brasil, se reuniram, de 5 a 17 de junho de 1972, e assumiram o compromisso coletivo de Estocolmo consubstanciado no lema "Uma Só Terra", fato que assinalou a inserção definitiva dos problemas ecológicos no contexto político internacional.

O Brasil participou dessa Conferência, plenamente consciente de que a natureza e os ecossistemas do Planeta se encontram severamente atingidos por agressões de todos os tipos oriundas dos desperdícios, dos apetites desenfreados e vorazes do excessivo consumo, nos países industrializados, das matérias-primas, recursos florestais, minerais e agropecuários, contribuindo para exaustão a médio prazo desses recursos, geralmente provenientes dos países subdesenvolvidos, onde são adquiridos a preço vil.

Em 1972 foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) destinado a ampliar e concretizar as recomendações da Conferência de Estocolmo.

Seria desnecessário reproduzi-las aqui mas vale a pena relembrar alguns, dos seus princípios:... 1) O homem é ao mesmo tempo obra e artífice do meio que o rodeia, o qual lhe dá o sustento material e lhe oferece a oportunidade de desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente... 2) graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem tem adquirido o poder de transformar, de inumeráveis maneiras e em escala sem precedentes, tudo quanto o rodeia... 3)... O homem, deve... continuar descobrindo, inventando, criando e progredindo. Hoje em dia, a capacidade do homem de transformar o que o rodeia, utilizada com discernimento, pode levar a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e oferecer-lhe a oportunidade de enobrecer sua existência. Aplicado errônea ou imprudentemente, o mesmo poder pode causar danos incalculáveis ao ser humano e a seu meio. A nosso redor vemos multiplicarem-se as provas dos danos causados: — níveis perigosos de contaminação das águas, do ar, das terras e dos seres vivos, destruição e esgotamento de recursos insubstituíveis e graves deficiências, nocivas à saúde física, mental e social... 4) temos chegado a um momento da história em que devemos orientar nossos atos em todo o mundo... Por ignorância ou indiferença, podemos causar danos imensos e irreparáveis ao meio terráqueo, do qual dependem nossas vidas e nosso bem-estar. A defesa e o melhoramento do meio humano para as gerações presentes e futuras se tem convertido em meta imperiosa da humanidade".

Em 1987 surgiram o Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, e a "Perspectiva Ambiental para o Ano 2000 e Além", resultado de intensas negociações intergovernamentais.

São documentos básicos que apontam diretrizes para a política ambiental nas próximas décadas, baseadas no conceito de "desenvolvimento sustentável".

Nos últimos anos deste século, cuja agonia, no entanto, se aproxima célere, e já se vislumbra, no horizonte próximo, o advento do século XXI, explodiram, por assim dizer, no cenário internacional, fenômenos, acontecimentos e tendências sumamente graves, do ponto de vista dos seus efeitos, até recentemente ignorados, perturbadores e imprevisíveis.

Mencionaríamos, de passagem, as "chuvas ácidas" nos países industrializados, principalmente nos Estados Unidos e Canadá; o perigoso avanço do processo de desertificação detectado em vários países, e sobretudo no Brasil, pelo professor Vasconcelos Sobrinho, nos seus estudos sobre o assunto, a partir do inominável desmatamento das cabeceiras do rio São Francisco e dos seus afluentes gerando transformações climáticas adversas, tais como secas ou inundações, de proporções até então desconhecidas; a liquidação dos últimos remanescentes das nossas florestas da orla atlântica; a devastação de vastas áreas das florestas tropicais amazônicas, principalmente em Rondônia e no Pará; os fenômenos verificados na camada de ozônio, ocasionados pela industrialização intensiva e poluidora dos países mais desenvolvidos, provocando o aparecimento do *efeito-estufa;* a terrível poluição ambiental causada pelos acidentes com as Usinas Termonucleares de Three Miles Islands nos Estados Unidos e Chernobil, na União Soviética; os efeitos a nível planetário, das explosões nucleares e das alucinantes corridas armamentistas devoradoras de minérios e recursos naturais de toda ordem, em detrimento do consumo razoável e do bem-estar das populações; a exaustão de recursos e insumos básicos — fenômenos que estão provocando o pânico nos setores mais conscientes e esclarecidos dos mencionados países que deles necessitam desesperadamente.

Decorre dessa situação o recrudescimento generalizado, em escala mundial, das preocupações com a ecologia, a conservação e defesa dos recursos naturais e o reconhecimento da essencialidade de uma urgente implantação de políticas de defesa do meio ambiente e de luta contra a poluição, sob quaisquer das modalidades em que ela se apresente, principalmente nas grandes metrópoles e aglomerações demográficas.

Conseqüências imediatas já se podem verificar principalmente na Europa Ocidental, no Japão, nos Estados Unidos e no Canadá; o crescimento dos partidos ecológicos; a disseminação de uma espécie de consciência "Verde" de proteção às florestas, à flora, à fauna e à natureza, em geral.

É impressionante o avanço dessa "consciência verde" através da criação de partidos e organizações ecológicos não governamentais dispondo de milhões de membros e simpatizantes, além de recursos financeiros de vulto, atuando como grupos de pressão, exigindo providências da sociedade e dos governos em todos os planos e setores que envolvem os problemas do meio ambiente.

Felizmente, também no Brasil, apesar da notória indiferença e insensibilidade da administração, dos partidos e dos políticos — vereadores, prefeitos, governadores e parlamentares, com algumas raras exceções que são do conhecimento de todos — percebe-se o despertar de uma pujante *consciência ecológica,* conforme se poderá verificar nas Universidades e nos editoriais, artigos, e no farto noticiário divulgado pelos principais órgãos da imprensa, rádio-emissoras e redes de TV.

Aí estão, para comprovar a auspiciosa emergência das preocupações com a ecologia, os episódios vinculados ao assassinato de Chico Mendes, no Acre; os recentes atos do Poder Executivo, tais como os decretos, medidas provisórias e mensagens do Presidente José Sarney enviadas ao Congresso Nacional criando o Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recuros Renováveis, o programa "Nossa Natureza", além de uma série de medidas visando estancar os desmatamentos, a criação de parques nacionais, estações ecológicas e a melhoria das condições de vida dos nossos índios — iniciativas que demonstram a sensibilidade, o patriotismo e a visão de estadista do Presidente José Sarney.

Quanto às ameaças, explícitas ou veladas, contra a nossa soberania política, não precisamos alongar-nos a respeito: os brasileiros conhecem a epopéia da incorporação do Acre ao nosso território, quando os bravos cearenses ali radicados como seringueiros, sob o comando de Plácido de Castro reagiram contra o "Bolivian Syndicate" que, a pretexto da exploração da borracha, na verdade se transformaram numa grave ameaça à integridade territorial do Brasil.

Contudo, naquela época o Brasil teve a felicidade de ter como Ministro das Relações Exteriores, a personalidade inolvidável do Barão do Rio Branco, que soube controlar a situação e evitar guerra fratricida, e pelo Tratado de Petrópolis, em 1902, resolveu em termos jurídicos, pacífica e definitivamente, aqueles graves problemas.

Passaram-se os anos quando novamente se tramou nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, com a discreta simpatia da Unesco,

a famosa proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica — proposta malograda diante da enérgica repulsa do povo brasileiro.

Posteriormente, o Hudson Institute tentou concretizar o projeto megalomaníaco do futurólogo e economista Herman Khan destinado a construir um gigantesco lago na Amazônia com a finalidade de gerar um fabuloso potencial energético, para o que seriam inundados dezenas de milhares de hectares da floresta amazônica: ou seja, a maior obra jamais construída pelos seres humanos, superior às pirâmides, aos canais de Suez e do Panamá, e à Grande Muralha da China.

Todavia, a reação fulminante da opinião pública brasileira anulou a possibilidade de ser consumada essa investida delirante patrocinada pelo Hudson Institute.

Como se vê, semelhantes tentativas, teriam de ser forçosamente repudiadas pelo povo brasileiro que tem na Amazônia o seu patrimônio maior — base e plataforma da transformação do Brasil, no prazo de 1 ou 2 gerações, em potência mundial, à serviço da paz e do bem-estar de toda a humanidade.

O panorama tornou-se ultimamente ameaçador em face de uma vasta mobilização internacional envolvendo governos, instituições culturais, organizações científicas e personalidades em evidência, dos países mais ricos e desenvolvidos do mundo que, a pretexto da defesa ecológica se dizem preocupados com a desertificação, o desmatamento, a exaustão dos recursos naturais, a rápida extinção de espécies vegetais e animais, a deterioração ambiental e o desaparecimento das florestas tropicais amazônicas.

Ora, a Amazônia brasileira em face das suas vastas proporções geográficas e incalculável disponibilidade de recursos naturais, colocou o Brasil no centro das pressões internacionais, transformado num alvo predileto de acusações e críticas de toda ordem, alegando-se naqueles países a incapacidade e a inépcia do Governo brasileiro em protegê-la.

Observa-se, no momento, o desenrolar de uma campanha maliciosa em relação aos problemas de ocupação e exploração da Amazônia, propalando-se e ressaltando-se as deficiências do Brasil para resolver os problemas ecológicos e a proteção do meio ambiente da região.

Daí as pressões intoleráveis, as críticas e os ataques ao Brasil, que se pressupõe ser um país periférico e vulnerável, em razão de seu excessivo endividamento, da omissão e despreparo de suas lideranças políticas, da ineficiência e da falta de operacionalidade de uma administração hipertrofiada, burocratizada e emperrada.

O Embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima enumerou textos de algumas daquelas críticas e ataques divulgadas nos artigos e editorais dos principais jornais e publicações internacionais, onde se afirma, por exemplo:

"O que está queimando no Brasil? O Brasil queima o Futuro", "Um holocausto ambiental está varrendo a floresta tropical da Amazônia"; "O mundo quer que o Brasil pare de destruir irresponsavelmente a floresta amazônica"; "O Brasil, que está estuprando a floresta amazônica em nome do progresso econômico, é o pior agressor"; "O vergonhoso estupro da Amazônia pelo Brasil"; ...e assim por diante.

Exemplo concreto do emocionalismo, do exagero, da desinformação e da virulência da conspiração desfechada contra o Brasil — informou o Embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima em sua exposição perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados — é o da Carta do Grupo do Cem, subscrita por importantes nomes da intelectualidade latino-americana, endereçada ao Presidente José Sarney e entregue à Embaixada do Brasil no México. Entre outras denúncias e veementes acusações essa carta declarava ser "desonesto e pueril" invocar a soberania nacional para justificar a "destruição" da Amazônia, e propunha que um tribunal internacional julgasse o governo brasileiro por alegados crimes de *ecocídio e etnocídio.*

Diante da agressividade, falta de respeito e da improcedência dos termos insultuosos desse documento, o Governo brasileiro decidiu devolver a Carta ao Grupo dos Cem.

Ocorre que a Amazônia além de ser uma das últimas áreas inexploradas do Planeta é, simultaneamente um imenso vazio demográfico, exercendo desde a época de sua abertura à livre navegação no século XIX, até o presente, imensa e justificada fascinação, e sempre despertou o interesse dos Estados Unidos, e dos países europeus.

A esse respeito, o insigne historiador Artur Cesar Ferreira Reis, 1º Superintendente da Valorização Econômica da Amazônia, Diretor do Instituto de Pesquisa da Amazônia, ex-Governador, eleito pela Assembléia do Estado do Amazonas e ex-Presidente do Conselho Federal de Cultura, escreveu, entre vários trabalhos de extrema importância, dois livros básicos, cuja re-edição se impõe: em 1940, *Lobo D'Almada, um Estadista Colonial,* e, em 1960 *A Amazônia e a Cobiça Universal* — Obra imperecível que nenhum brasileiro deveria ignorar.

O Embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima concluiu a sua exposição citando a autorizada opinião do eminente escritor, acadêmico, Barbosa Lima Sobrinho, ex-Governador de Pernambuco, ex-Deputado Federal, e atual Presidente da Associação Brasileira de Imprensa:

> "...A ecologia impõe deveres, que o Brasil não ignora e sabe muito bem o que significam. Pior seria que este vocábulo viesse a servir de máscara a reivindicações imperialistas, como instrumento da cobiça estrangeira"...

O Brasil não se deixará intimidar pela insidiosa conspiração de pessoas, organizações ou grupos estrangeiros que pretendem, sem quaisquer possibilidades de êxito, obstaculizar o seu desenvolvimento incoercível e auto-sustentado.

Apoiado nas bases indestrutíveis de suas potencialidades geodemográficas, econômicas, políticas e sócio-culturais o Brasil se apresenta, no mundo contemporâneo, como o único país que consagrou todo um capítulo de sua recém-promulgada Constituição, aos problemas do meio ambiente.

Refiro-me ao Art. 225 cujos dispositivos, a seguir transcritos demonstram a sua capacidade para executar uma política ecológica avançada, e definem os compromissos supremos da Nação brasileira no concernente ao patrimônio nacional, à preservação do meio ambiente e ao uso adequado dos recursos naturais.

"Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I — preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II — preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III — definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV — exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V — controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI — promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII — proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem

a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas."

"Os arsenais nucleares das grandes potências e o aquecimento da atmosfera, por causa dos progressos dos países desenvolvidos, que atinge diretamente a camada de ozônio, geram muito mais danos ao meio ambiente do que o desmatamento das florestas tropicais dos países pobres" — afirmou o Presidente José Sarney a 25 de fevereiro de 1989 em Tóquio, logo após ser recebido em audiência pelo Presidente dos Estados Unidos.

No encontro realizado na sede da embaixada americana estava presente o Secretário de Estado, James Baker.

Asseverou ainda o Presidente José Sarney nesse encontro que as acusações que o Brasil vem recebendo na área de preservação do meio ambiente, se devem à desinformação. Ele lembrou, então, que da área total da Amazônia brasileira, cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados, "somente 3,5 por cento foram tocados" o que significa que não há nenhum comprometimento com a preservação ecológica. Além disso — acentuou o Presidente José Sarney — "dez por cento do território brasileiro são de reservas indígenas", fato que demonstra a preocupação do Governo com o meio ambiente.

Durante a entrevista, em Tóquio, o Presidente José Sarney assinalou, com energia, "que nenhum país aceita qualquer interferência em seus problemas internos por parte de outro país. Os Estados Unidos têm uma posição que também é a nossa em matéria de meio ambiente. Nós achamos que este problema deve ser uma preocupação do mundo inteiro, pois ele diz respeito à sobrevivência do homem na terra e não é exclusividade dos países pobres".

Encerrando estas observações à margem da exposição do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima em *defesa de interesses vitais* do Brasil, vinculados à sua própria sobrevivência como Nação soberana, protagonista e senhora do seu destino, cumpro o dever de felicitar o Presidente José Sarney pela lucidez, coragem e patriotismo no que tange à solução desse complexo elenco de problemas.

O povo brasileiro se regozija com as decisões do Chefe da Nação e aplaude a política ecológica por ele traçada, pela originalidade, arrojo e realismo que a caracterizam como modelar e decisiva, no sentido da transformação do Brasil em potência mundial ainda nesta última década do século XX.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

"EXPOSIÇÃO DO EMBAIXADOR PAULO TARSO FLECHA DE LIMA À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Tenho grande prazer em comparecer hoje a este auditório para tratar de questões relacionadas com a posição do Governo brasileiro sobre meio ambiente, especialmente no que se refere à dimensão internacional desse assunto. É para mim uma honra participar desta iniciativa, que deve sua origem a inspirada idéia do Deputado Maurílio Ferreira Lima, e sua realização ao meu prezado amigo Deputado *Bernardo Cabral*.

A título de introdução, creio que valeria a pena fazer um breve retrospecto do tratamento internacional do tema. No final da década de 1960, a questão ambiental aparecia no cenário internacional em virtude da preocupação de alguns países com os efeitos transfronteriços da poluição industrial. Antes disso, registravam-se apenas rápidas aparições, motivadas por interesses tópicos ou preocupações incidentais. O assunto representava pouco mais do que uma excentricidade de alguns, ainda escassos, ecologistas.

A Assembléia Geral das Nações Unidas, pela Resolução nº 2.398 (XXIII), de 1968, decidiu pela convocação de uma Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente Humano. Reunidos em Estocolmo, de 5 a 17 junho de 1972, representantes de 113 países legitimaram a inclusão do tema na agenda internacional. Primeira de seu gênero na história, a Conferência de Estocolmo viria a constituir um marco. O compromisso coletivo de Estocolmo, consubstanciado no lema "Uma só Terra", abriria as portas para a inserção definitiva do tema no contexto político internacional. Tomava-se consciência, de forma ainda tímida se pensarmos em termos atuais, de que a natureza do Planeta, severamente atingida por padrões desenfreados e vorazes de consumo, merecia maior atenção da comunidade internacional.

A partir daí, impulsionaram-se sobremaneira os estudos e o conhecimento de questões ambientais, e estabeleceu-se um importante arcabouço institucional para o tratamento do assunto, tanto no plano interno, em muitos países, como no plano internacional. Neste último caso capitaneado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), *criado ainda em 1972*.

O legado maior de Estocolmo, entretanto, talvez esteja na consolidação do próprio conceito de meio ambiente, que passou a incorporar fatores econômicos e sociais em sua definição e deixou assim de ser entendido apenas como o conjunto de elementos físicos e biológicos que afetam uma determinada área.

Dezessete anos depois, vale lembrar alguns dos princípios acordados em Estocolmo:

— "O desenvolvimento econômico e social é essencial para garantir ao Homem um meio ambiente favorável à vida e ao trabalho, e para criar, na Terra, condições necessárias ao aperfeiçoamento da qualidade de vida";

— "Os Estados têm, respeitado a Carta da Nações Unidas e os princípios de Direito Internacional, o direito soberano de explorar seus próprios recursos de acordo com suas próprias políticas ambientais, e a responsabilidade de assegurar que atividades levadas a cabo dentro de sua jurisdição ou controle não venham a causar prejuízo ao meio ambiente de outros Estados ou de área além dos limites da jurisdição nacional";

—"O Homem e seu meio ambiente devem ser poupados dos efeitos de armas nucleares e de outros meios de destruição em massa. Os Estados devem procurar entrar em rápido acordo, no âmbito dos organismos internacionais relevantes, sobre a eliminação e completa destruição dessas armas".

A crise econômica generalizada e a latente confrontação entre as super potências, esta última insuficientemente camuflada por uma "détente" armada, não permitiram, no decorrer dos anos de 1970, que a questão ambiental ocupasse posição de destaque na agenda internacional, pelo menos não no nível que se poderia esperar depois do impulso proporcionado pela Conferência de Estocolmo. Há que se notar, no entanto, alguns importantes avanços no campo dos tratados multilaterais, como a adoção da Convenção de Washington sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção — CITES (1973) e do própiro Tratado de Cooperação Amazônica (1978), que encontra em sua origem a preocupação dos Países signatários em proteger o meio ambiente amazônico em seus respectivos territórios.

Na presente década, a conjugação de diversos fatores contribuiu para dotar a questão ambiental de uma proeminência até então insuspeitada na agenda internacional.

Em primeiro lugar, assinale-se um aumento de diversos fenômenos que revelam "perturbações" no ambiente. A chuva ácida, que leva a verdadeiras disputas diplomáticas entre os EUA e o Canadá, a gravidade do avanço da desertificação, maiores evidências científicas da destruição da camada de ozônio, provocada pela ação do homem, surgimento da tese do efeito estufa, etc... São todos fenômenos que exigem, de uma forma ou outra, medidas de cooperação internacional para que sejam bem encaminhados.

Um segundo elemento a considerar, para entender a posição proeminente da ecologia na agenda internacional, é o de que existe uma atmosfera propícia para a concentração da atenção de setores chave da comunidade internacional em questões ambientais. A substituição da "détente" armada pela atual "détente" ideológica gorbachoviana — aparentemente mais confiável — além de atenuar a confrontação entre as super-potências possibilitou a solução, ou ao menos o encaminha-

mento em direção a soluções, de alguns dos conflitos regionais com os quais o mundo se deparava na virada da década, e deu margem a significativos avanços em termos de desarmamento bilateral. A situação tornava-se favorável a uma inversão de prioridades na pauta de discussões políticas internacionais.

No plano político-partidário, há que se mencionar dois aspectos, visíveis sobretudo nos países da Europa Ocidental: o crescimento dos partidos genuinamente ecológicos e, mais recentemene, a "apropriação" da bandeira ambiental por praticamente todos os grandes partidos e figuras políticas de relevância.

O notável crescimento da atuação das organizações ecológicas não-governamentais constitui outro elemento crucial. Contando com milhões de membros e simpatizantes, considerável disponibilidade de verbas, crescente margem de ação e ramificações muitas vezes internacionais, essas organizações atuam com cada vez maior eficácia junto a governos nacionais, enquanto grupo de pressão, além de agir muitas vezes diretamente em questões que envolvam o meio ambiente.

Em 1987, dois importantes documentos vieram estimular ainda mais os debates internacionais sobre o tema: o relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ("Relatório Brundtland") e a Perspectiva Ambiental para o Ano 2000 e Além. Tanto o primeiro, fruto do notável trabalho de especialistas atuando em caráter pessoal — inclusive do Doutor Paulo Nogueira Neto, ilustre brasileiro com toda uma vida dedicada ao meio ambiente —, como o segundo, resultado de intensas negociações intergovernamentais no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, pretendem apontar diretrizes para a política ambiental nas próximas décadas, baseados no conceito de "desenvolvimento sustentável".

Esse novo quadro internacional está marcado por uma inusitada "disponibilidade" das grandes potências para lidar com a questão ambiental. O Presidente Bush prometeu em sua campanha ser o "mais verde" dos Presidentes da História norte-americana, e o "novo modo de pensar" da diplomacia soviética tem assumido um discurso com tones ambientalistas até então exclusivos de certos países nórdicos. Completam o novo quadro internacional uma tenaz atuação de entidades ecológicas não-governamentais, um impressionante multiplicar de encontros, conferências, negociações multilaterais e discussões científicas e técnicas acerca do meio ambiente, e uma crescente passionalização do tema na grande imprensa internacional.

O inestimável patrimônio natural da Amazônia brasileira coloca o País no centro das pressões. Do garoto inglês, alemão ou canadense, que escreve uma carta à Embaixada do Brasil, a Chefes de Estado e de Governo dos países mais ricos do mundo, todos se dizem preocupados com o futuro da Amazônia e com a alegada inépcia do Governo brasileiro em protegê-la, tão propalada pela mídia internacional.

Observa-se atualmente, como é sabido, uma grande mobilização internacional em relação à questão amazônica, no bojo da qual se procura ressaltar as deficiências do Brasil para lidar com os problemas ligados à proteção do meio ambiente da região.

Essa mobilização traduz-se muitas vezes em pressões externas sobre o Governo brasileiro, afetando de forma negativa a imagem internacional do Brasil e dificultando o acesso a fontes externas de financiamento.

Em alguns casos, as pressões incluem um chamamento à ingerência externa no tratamento dos problemas ambientais da Amazônia brasileira, sugerindo-se que o Brasil abra mão de "parte" de sua soberania e avalize a criação de uma entidade supranacional para zelar pela preservação ambiental da região.

A escolha do Brasil como foco das críticas internacionais não pode ser considerada gratuita. País de vasta extensão, representativo, com presença crescente no cenário internacional e, por outro lado, vulnerável a campanhas desse tipo por sua relativa dependência externa, o Brasil surge como alvo ideal. Adicionalmente, o apego do povo brasileiro a valores acidentais amplifica a repercussão interna dessas críticas.

Além disso, ataques ao Brasil e a suas deficiências em lidar com a questão ambiental rendem bons dividendos políticos no exterior, pois proporcionam ampla cobertura na mídia e considerável impacto eleitoral, sem os custos que implicam necessariamente medidas de âmbito interno.

O interesse mundial pela região amazônica não é novidade. Desde a campanha pela livre navegação na bacia amazônica, levada a cabo em meados do século XIX, até as atuais teses científicas, algumas delas carecendo ainda de evidência concreeta, com que se relacionam fenômenos da região ao efeito estufa, à manutenção do regime hídrico mundial e à conservação da diversidade biológica, a Amazônia sempre atraiu a atenção de outros países.

Acrescente-se a isso um forte componente mítico, explicado pelo fascínio dessa que é uma das últimas áreas inexploradas do Planeta, um grande vazio demográfico em que mesmo a presença de um poder nacional é por vezes de difícil percepção, e se terá uma explicação para a intensidade da "preocupação" global com o futuro da região. Pode-se entender o porque da insistência com que setores menos informados voltam ao que o Professor Barbosa Lima Sobrinho, em magistral artigo recentemente publicado, chamou de "a falácia do pulmão do mundo". As evidências científicas, que comprovam sobejamente a falsidade dessa tese, sucumbem à força da imagem retórica.

A título meramente exemplificativo, citaria algumas das formas sob as quais essas pressões se têm manifestado:

a) Meios de Comunicação:

A imprensa internacional tem dedicado, nos últimos meses, amplos espaços ao tema, muitas vezes em artigos eivados de emocionalismo, visões apocalípticas, dados inverídicos ou não comprovados e inverdades científicas.

A seguir, leio alguns textos que exemplificam esta atitude da mídia internacional:

i — Série de editoriais do *The New York Times*, sob os títulos "O que está queimando no Brasil", "O Brasil queima o Futuro" e "A Dívida do Brasil pode salvar a Amazônia".

Nessa série encontram-se afirmações como:

— "O Brasil carece menos de políticas do que da disposição para executá-las";

— "Um holocausto ambiental está varrendo a floresta tropical da Amazônia";

— "O Senhor Mendes não será chorado apenas por brasileiros. Na acepção real do termo, ele estava defendendo o próprio ar que o mundo respira";

— "O mundo quer que o Brasil pare de destruir irresponsavelmente a floresta amazônica";

— "A idéia do Senhor Sarney, de estrangeiros tomando posse da Amazônia, constitui um receio infundado, estimulado por seus assessores militares";

ii — Editorial do *Houston Post*, de 22-3-89, onde se afirma que "As florestas tropicais são chamadas de pulmão da terra" e "O Brasil, que está estuprando a floresta amazônica em nome do progresso econômico, é o pior agressor";

iii — Campanha levada a cabo pelo semanário italiano *L'Espresso*, conjuntamente com a seção italiana do WWF, para que seus leitores pressionassem o Governo a suspender investimentos no Brasil que possam afetar o meio ambiente amazônico;

iv — Numerosos artigos críticos à atuação do Brasil têm aparecido também nas mais importantes publicações de outros países da Europa Ocidental e da América do Norte;

v — Esse tipo de "excitação" começa a atingir a imprensa de países em desenvolvimento. Exemplo disso é o editoral do *Bangkok Post* do dia 10-3-89 que, sob o título sugestivo de "O Vergonhoso Estupro da Amazônia pelo Brasil", compara a política brasileira em relação à Amazônia ao *apartheid* sul-africano, afirmando: "Na Amazônia há abusos contra valiosos recursos naturais, uma questão que transcende fronteiras nacionais. Os brasileiros e os estados amazônicos não podem exigir o direito à privacidade nesta questão, assim como Pretória não pode alegar que a injustiça do *apartheid* é uma mera questão doméstica".

b) Organizações não-governamentais

Exemplo recente de pressão exercida por organização não-governamental é o da carta do Grupo dos Cem endereçada ao Senhor Presidente da República e entregue à Embaixada do Brasil no México. Entre outras idéias, ela declarava ser "desonesto e pueril" invocar a soberania nacional para justificar a "destrui-

ção" da Amazônia, e propunha que um tribunal internacional julgasse o Governo brasileiro por alegados crimes de *ecocídio* e *etnocídio*. Diante dos termos insultosos em que era redigida, o Governo brasileiro decidiu devolver a carta ao Grupo dos Cem, que conta com a participação de importantes nomes da intelectualidade latino-americana.

É importante notar, no entanto, que o escritor Mário Vargas Llosa, um dos mencionados como signatário dessa carta, em entrevista concedida à jornalista Marília Gabriela, havia declarado, sobre o assunto, que "não é aceitável que os países desenvolvidos decidam, eles que já alcançaram a prosperidade, que a Amazônia deve permanecer intocada, que a Amazônia não pode ser utilizados pelos países amazônicos para seu desenvolvimento".

c) Oficiais:

Além de algumas manifestações de autoridades estrangeiras bem conhecidas de Vossas Excelências, caberia mencionar as seguintes:

i — Congressistas norte-americanos em visita ao Brasil. A primeira delegação, composta pelos Senadores Tim Wirth, Albert Gore, John Heinz e Richard Shelby, e pelos Deputados John Bryant e Gerry Sikorski, chegou a formular uma proposta de criação de uma "Fundação para a Conservação Brasileira", cujo órgão diretor deveria incluir "algumas figuras internacionais". Após a visita, membros da delegação tomaram atitudes prejudiciais ao Brasil junto ao Banco Mundial e ao Governo Japonês.

A Segunda delegação, da qual tomaram parte os Senadores John Chafee, Dale Bumpers, Arlen Specter e Steve Symms, adotou no Brasil uma postura mais positiva e construtiva, o que não evitou que sofresse severos ataques por parte da imprensa de Rondônia, dos Governadores amazônicos e mesmo de alguns parlamentares brasileiros;

ii — Iniciativa do Primeiro-Ministro da França, Michel Rocard, de convocar uma Conferência Internacional de Chefes de Estado e de Governo para discutir aspectos ligados à proteção da atmosfera. A idéia evoluiu para a realização da Conferência da Haia;

O texto inicial de "Declaração da Haia" incluía idéia inaceitáveis para o Brasil, como as que previam a criação de uma entidade supranacional e a adoção de sanções, inclusive econômicas, contra países que apresentassem "má conduta" em matéria de proteção ambiental. A atuação do Brasil, e de outros países com pontos de vista semelhantes, determinou que no texto final desaparecessem tais elementos;

Ao final da Conferência, o presidente François Mitterand declarou que "alguns países" deveriam abrir mão de parte de sua soberania em favor de interesses globais.

Conforme estipulado na Haia, os principais jornais francesses publicaram, no último dia 3, a íntegra da "Declaração da Haia". O texto, no entanto, era precedido de uma chamada em que se afirmava que os países signatários estavam dispostos a estabelecer uma autoridade global e a "delegar parte de sua soberania". O fato gerou uma reação oficial do Governo brasileiro.

iii — O Parlamento Europeu adotou, no dia 16-3-89, resolução sobre a floresta amazônica, na qual se afirma, entre outros pontos, que "os esforços e a necessidade de proteger urgentemente a floresta tropical, em nível mundial, constituem um todo uno e indivisível, necessário e imprescindível onde ainda houver floresta tropical". A resolução pede, ainda, equivocadamente, que a CEE suspenda sua "ajuda" ao projeto Grande Carajás, e prega a interferência junto ao Banco Mundial, ao FMI e ao PNUMA. O Representante Permanente do Brasil junto à CEE encaminhou carta de protesto ao Presidente do Parlamento Europeu;

iv — Projeto de Lei apresentado pelo Senador Albert Gore Jr., intitulado "Lei de Política Ambiental Mundial de 1989", que qualifica, em sua apresentação, a floresta amazônica como um tesouro científico e econômico, "em processo de ser saqueado";

v — No ato religioso realizado em memória de Chico Mendes, em Washington, no dia 25-1-89, o Senador Robert Kasten incluiu em seu pronunciamento a seguinte frase: "A floresta tropical não é brasileira apenas, é também nossa, que dela necessitamos para respirar";

vi — O ministro do Tesouro da Itália, Giuliano Amato, em entrevista coletiva conjunta com membros da Associação Amigos da Terra, declarou que o governo italiano está disposto a colaborar para a "salvação" da Amazônia, pois "trata-se de um bem supranacional, sem pôr em discussão a soberania do Brasil" (SIC).

d) De organismos financeiros multilaterais:

Ierais:

Sob constante pressão da opinião pública, de organizações não-governamentais e mesmo de governos, o Banco Mundial e o BID passaram a adotar novas condicionalidades, de caráter ambiental, para a aprovação de novos créditos a países em desenvolvimento. Fala-se que alguns bancos privados poderão vir a adotar entraves semelhantes.

e) De organismos governamentais multilaterais

Na recentemente encerrada VI Reunião Ministerial sobre Meio Ambiente na América Latina e Caribe, realizada em Brasília, foi lido discurso do Diretor Executivo do PNUMA, Dr. Mostafa Tolba, repleto de referências descorteses ao Brasil.

Em reunião organizada pelo PNUMA em novembro, em Genebra, sobre a questão da diversidade biológica, ficou patente a intenção do secretariado daquele programa de apoiar a idéia, defendida por vários países na ocasião, inclusive os Estados Unidos, de que a biodiversidade, da qual se diz que entre 50 e 70% se encontram na floresta amazônica, constituiria "patrimônio comum da humanidade".

Atitude do governo brasileiro:

a) Evolução sensível nos últimos anos:

Quando da Conferência de Estocolmo, em 1972, o Brasil defendeu a tese de que os problemas ambientais constituíam assunto exclusivamente de política interna. Hoje, sem abrir mão da noção de responsabilidade exclusiva, entendemos que alguns fenômenos que ocorrem em nosso território possam afetar outros países e reconhecemos que alguns problemas revestem-se de caráter global. A cooperação internacional é bem vinda, desde que em termos que não impliquem ingerências indevidas ou afetem o direito soberano do País de explorar seus recursos naturais.

Procuramos adotar uma postura mais atuante, com atitudes mais agressivas em relação a problemas ambientais globais.

b) Medidas adotadas:

i — Tem-se procurado dar ampla divulgação, inclusive por intermédio das embaixadas no exterior, dos esforços empreendidos pelo foverno para a proteção do meio ambiente amazônico (Constituição, Programa Nossa Natureza, criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, etc.);

ii — Estabeleceu-se no Itamaraty, em decorrência de Portaria assinada pelo Senhor Ministro de Estado, a Divisão de Assuntos Humanitários e do Meio Ambiente (DHM);

iii — no âmbito multilateral:

— participação na III Reunião de Chanceleres do Tratado de Cooperação Amazônica, que culminou com a adoção da Declaração de São Francisco de Quito, notável exemplo de solidariedade regional;

— participação na Conferência de Haia, que adotou declaração final mais afinada com os interesses do Brasil que os projetos inicialmente apresentados pelos idealizadores do encontro (Holanda, Noruega e França);

— participação nos esforços globais para salvar a camada de ozônio, que se traduziram na adoção da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, de 1985, e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, de 1987. Após análise pelos diferentes órgãos nacionais com interesse no assunto, o Itamaraty submeteu à Presidência da República Exposição de Motivos, recomendando a adesão do Brasil a ambos os instrumentos. O assunto encontra-se pendente de decisão do Congresso Nacional;

— o Brasil participou ativamente das discussões sobre a adoção de uma convenção global sobre o controle de movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e seu depósito, onde se defrontou com forte oposição de alguns países desenvolvidos, aparentemente mais preo-

cupados com os aspectos econômicos e comerciais da questão do que com possíveis repercussões negativas sobre o meio ambiente derivadas de tal prática. A Convenção de Basiléia, finalmente adotada em março último, será objeto, no Brasil, de análise e consultas;

— o Brasil ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que contém importantes dispositivos ligados à proteção do meio ambiente;

— resultado favorável da VI Reunião Ministerial sobre Meio Ambiente na América Latina e Caribe, com a adoção da Declaração de Brasília e a presença de 15 ministros da região;

— có-patrocínio da resolução da XLIII AGNU referente à convocação da segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente. Oferecimento para sediar a conferência, já endossado pelo GRULAC na VI Reunião Ministerial;

— participação no Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC), que deverá incrementar-se ainda mais, em coordenação com os diversos setores nacionais envolvidos;

— resultados positivos da Reunião de Estados da Zona de Paz e de cooperação do Atlântico Sul, realizada no Rio de Janeiro, em julho passado, na qual a questão ambiental foi tratada como tema prioritário.

iv — no plano bilateral:

Diversas iniciativas, entre as quais registram-se os seguintes projetos:

com a República Federal da Alemanha: avaliação do impacto ambiental provocado por grandes barragens; controle ambiental no Estado do Rio de Janeiro; viabilização da melhoria da qualidade ambiental no Estado do Rio Grande do Sul; e apoio institucional ao órgão de proteção ambiental no Estado de Alagoas. Os dois primeiros encontram-se em fase de execução enquanto que os dois últimos estão em negociação. Os recursos externos previstos montam a DM 19,8 milhões. No contexto de cooperação oferecida pela agência alemã KWF, estão sendo elaborados estudos para projeto de recuperação de parte da Mata Atlântica e de pesquisa sobre ecossistemas tropicais da bacia do Alto Paraguai.

com o Japão:

centro de treinamento para o controle da poluição; controle da poluição atmosférica em Araucária; pesquisa florestais no Estado de São Paulo; restauração da Serra do Mar; monitoramento contínuo da poluição em Cubatão. Tais projetos encontram-se em fase de negociação, e envolvem recursos externos da ordem de US$ 12 milhões.

com a França:

disposição final de resíduos sólidos urbanos; utilização do lodo de esgoto; erosão; poluição das águas; unidades de educação ambiental; gerenciamento de recursos hídricos; estudos de impactos ambientais na Amazônia; desenvolvimento tecnológico em sistema de tratamento de água de pequeno e médio porte; utilização de dados de sensores remotos para o conhecimento da dinâmica da bacia do rio Paraguai; e Parque Natural do Pantanal. A maior parte desses projetos está em negociação. Os recursos externos previstos são da ordem de 15,6 milhões de francos.

com a Itália:

sistema de controle da poluição costeira no Espírito Santo e gestão integrada do lixo sólido urbano e resíduos perigosos. Tais projetos, o primeiro dos quais em fase de execução e o segundo em negociação, envolvem recursos da ordem de US$ 3,7 milhões.

com o Reino Unido:

revitalização do rio Capibaribe e saneamento a baixo custo em Olinda. Ambos os projetos estão em fase de execução.

Além dos projetos acima mencionados, estão sendo consideradas outras iniciativas de cooperação, particularmente com o Canadá (silvicultura, técnicas de sensoreamento remoto aplicadas à proteção florestal e preservação de ecossistemas) e França (pesquisa e tratamento de resíduos sólidos industriais e domésticos, metodologia para avaliação de impactos ambientais e sistema de taxação para utilização de recursos naturais).

O discurso firme em defesa da soberania nacional que o governo brasileiro tem adotado em resposta às críticas internacionais deve ser acompanhado no plano interno de ação executiva consistente. Disso constitui exemplo o recente lançamento pelo Senhor Presidente da República do programa "Nossa Natureza".

A defesa da soberania nacional não implica desconsideração pela cooperação internacional, que entendemos estar no fundamento do tratamento adequado da questão ambiental. Essa cooperação, no entanto, deve adequar-se aos interesses nacionais e reforçar as ações internas em busca de solução para os sérios problemas ambientais enfrentados pelo Brasil. A cooperação internacional não se sobrepõe, nem muito menos substitui, a responsabilidade de cada estado no que se refere à utilização de seus recursos naturais e à proteção de seu meio ambiente.

A importância de congregar as forças vivas da Nação em apoio dessa posição pressupõe a continuidade da participação ativa do Congresso Nacional. O respaldo que a ação do Executivo continue merecendo da representação popular, de que é depositária esta Casa, assegura a incorporação de todos os segmentos da sociedade brasileira à tarefa comum de buscar soluções para os nossos problemas, de acordo com as mais caras tradições de soberania e independência em que se forjou o caráter nacional.

Reporto-me novamente ao artigo do Professor Barbosa Lima Sobrinho: "A ecologia impõe deveres, que o Brasil não ignora e sabe muito bem o que significam. Pior seria que este vocábulo viesse a servir de máscara a reivindicações imperialistas, como instrumento da cobiça estrangeira (...)."

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alfredo Campos.

O SR. ALFREDO CAMPOS (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, transformada em data móvel, por dispositivo legal, a execução de Tiradentes continua a ser relembrada, no entanto, a cada 21 de abril, como marco da intransigente defesa do povo mineiro pelos ideais de sua gente contra o jugo, contra a tirania, contra a opressão, pela liberdade.

Em comunhão com esse sentimento tão arraigado, não posso permitir-me o deslize de conceber outra data que não seja o 21 de abril para reverenciar, em seu representante maior Joaquim José da Silva Xavier — a busca de meus coestaduanos pela evocação e pala reafirmação de sua soberania perante o Brasil e perante o mundo.

Faço-o hoje neste Senado Federal, nesta Câmara dos Estados, nesta Casa onde se harmonizam os interesses de todas as Unidades da Federação, sem precedência de qualquer espécie, seja populacional, geográfica ou eleitoral. Faço-o aqui, onde impera o princípio da eqüipolência, buscando refletir a imagem mineira que Tiradentes e os demais Inconfidentes conseguiram perpetuar com seu sacrifício, com seu desprendimento, com sua devoção pelo País e por Minas Gerais.

Tiradentes lutou por um Brasil e por Minas Gerais desatrelados dos laços coloniais que limitavam seu poderio. Por isso, Tiradentes lutou pela prevalência do sentido mais puro de nacionalismo, sem interfências estranhas e sem cópia de modelos.

Vale uma breve comparação.

A História da Arte nos impõe uma realidade incontestável: o Barroco mineiro, pela introjeção provocada em seus arquitetos, presos entre montanhas seculares, restritos a uma imagem meramente acústica daquele Estilo, sem paradigma que servisse como referencial, deu vazão a um Barroco *sui generis*, personalíssimo, desvinculado dos padrões estéticos europeus da época, com sua rigidez cerceadora da emotividade. O Barroco mineiro é tão barroco quanto mineiro, e é tão arte quanto a mais sublime das artes barrocas. Nem por isso deixa de ser *sui generis*.

O mesmo se pode dizer do sentido libertário do povo mineiro, em especial dos Inconfidentes, que nos idos do século XVI se insurgiram contra a espoliação estrangeira.

Para Tiradentes, o Brasil não era muito mais que a terra mineira. Viajante bissexto, conhecedor precário do entorno do seu Estado, era mais um cultor da mineiridade, que um afoito desbravador de novas paragens. O Rio de Janeiro era apenas um ponto de referência.

Tiradentes tinha mais de mineiro que de brasileiro; e quanto mais mineiro era, mais se apegava nele um sentimento nacionalista raramente experimentado por tão brasileiro

quanto ele. Era, enfim, um brasileiro fechado nas montanhas de Minas, e que fazia delas o seu cerco e o seu País.

Desconfio de que não pode haver sentimento nacionalista mais autêntico e mais descomprometido como aquele que deu forças a Tiradentes para mostrar ao mundo até onde alcança o desejo de liberdade.

Minas reverencia, desse modo, não Minas, mas a Nação brasileira, nesse 21 de abril, data magna e fixa no calendário do patriotismo mineiro e nacional.

A História nos conta acerca dos meandros que eclodiram na derrocada do Movimento. A infância mineira vem marcada, desde os bancos escolares, pelo mais veemente repúdio a Joaquim Silvério dos Reis, por haver levado adiante a missão de rebelar-se contra os anseios da nossa gente, já àquela época vivendo em solo mutilado pela extração do ouro sem que se auferisse qualquer vantagem dessa riqueza-prima.

Passados os anos, em plena época das mais significativas transformações sociais, quando se pretende congregar esforços em prol do progresso integrado da Nação e da sociedade, uma nova espécie de traição renasce contra Minas e contra o Brasil. Trata-se da chamada "traição de resultados", adjetivação expropriada da terminologia de uma das áreas sindicais em atuação no País.

A "traição de resultados" — de origem mineira — se insurge contra o meu Estado já desde a época dos trabalhos constitucionais e se identifica com a busca de resultados eleitorais, pela insensatez de querer ver mutilado o território mineiro, e de sua vassalagem aos interesses de outras Unidades da Federação.

Derrotada, sem muito esforço pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, renasce agora, sob a forma de um projeto de lei astuto, que preconiza a vileza e a mesma insensatez. Sua proposta não é apenas a de reduzir Minas Gerais a insignificantes proporções territoriais, mas principalmente anular toda a pujança de um dos mais expressivos Estados, conquistada ao longo dos séculos pelo valor e pela vontade de toda sua gente, sem discriminação regional, racial ou social.

A traição de resultados não vê além do seu próprio interesse imediatista, representado por toda uma ideologia populista à busca de votos, de forma inescrupulosa e inconseqüente.

O Senado Federal, a Câmara dos Estados, saberá dar um basta a essa intentona que vilipendia os mais altos interesses nacionais.

Minas é um Estado colocado como contraforte das diferenças regionais. Por sua posição estratégica, harmoniza os interesses do Sul com as necessidades principalmente do Nordeste, impedindo que bolsões conflitantes se entrechoquem de modo abrupto.

Por isso, o mineiro tem de ser como é: maneiroso, cauteloso, desconfiado, mas firme em suas decisões. Ele não pode dar o exemplo da afoiteza, sob pena de descumprir sua missão geográfica voltada para a união dos opostos em harmonia e cordialidade. Nesse aspecto, sua grandeza territorial se coaduna com sua gigantesca destinação histórica. E disso os demais Estados têm consciência e plena convicção. Não se desarruma Minas Gerais, sob pena de se desarrumar toda a estrutura harmônica que dá equilíbrio às diferenciações regionais da nação brasileira. E disso o Senado Federal está consciente e convicto.

São essas, em linhas gerais, as grandes razões que me trouxeram hoje a esta Tribuna. Reverenciar a Inconfidência Mineira e os mártires de minha terra, sem esperar que outros traidores ressurjam como surgiu Joaquim Silvério dos Reis, hoje retratado com outra fisionomia, com nova identidade, mas com a estultice e a covardia de sempre.

Os verdadeiros mineiros, por tradição, competência política, seriedade e orgulho têm sido o verdadeiro trunfo com que o Estado conta para se manter em projeção no cenário da vida nacional.

E serão eles os primeiros a reconhecer nos traidores de resultados a antiga e desusada tática de fomentar movimentações desordenadas, a bem de seu bem-estar fisiológico e eleitoral, sem que com isso venham contar com a grande força representada pelos homens de bem do nosso Estado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 1989

Dá nova redação ao inciso V do artigo 4º, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso V do artigo 4, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"V — baixar instruções para a execução da política financeira, monetária e cambial, inclusive compra e venda de ouro e quaisquer operações em moeda estrangeira, *observadas as diretrizes estabelecidas em lei.*"

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º São revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O texto constitucional, promulgado em outubro de 1988, reservou ao Congresso Nacional competência genérica para dispor sobre todas as matérias afetas à União e, notadamente, aquelas que dizem respeito ao campo financeiro, cambial e monetário (art. 48, inciso XIII, da Constituição).

A atual lei tutelar do sistema financeiro nacional (Lei nº 4.595/64), editada sob a égide do Ato Institucional de 1964, transfere para órgão do Poder Executivo, a saber o Conselho Monetário Nacional, função nitidamente legislativa ao dispor:

"Art. 4º Compete privativamente ao Conselho Monetário Nacional:

.....

V — Fixar as diretrizes e normas de política cambial, inclusive compra e venda de ouro e quaisquer operações em moeda estrangeira."

Nos termos em que se encontra redigida a norma, é extreme de dúvida que a entidade executiva está investida de poderes para criar direito novo e não apenas regulamentar os preceitos adotados em nível de lei ordinária. Com efeito, quem "fixa diretrizes e normas" estabelece o ordenamento jurídico primário, não se limitando a um mero desempenho de funções tipicamente executivas.

No preciso momento em que o País enceta a reconstrução da ordem democrática, urge elinar da legislação remanescente todos os preceitos que violentam ou, pelo menos, são incompatíveis com o princípio da reparação das funções estatais (art. 2º da Constituição).

A fixação dos princípios, normas e regras fundamentais tutelares das finanças, câmbio e moeda é missão por demais relvante para o futuro do País, não sendo admissível relegá-la ao mero plano da regulamentação executiva.

Nestas condições, o projeto ora apresentado tem por finalidade não só adequar o ordenamento aos novos comandos constitucionais, mas, sobretudo, preservar uma competência indelegável do parlamento.

Sala das Sessões, 20 de abril de 1989. — *Itamar Franco.*

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.595,
DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

.....

Art. 4º Compete privativamente ao Conselho Monetário Nacional:

I — autorizar as emissões de papel-moeda (vetado) as quais ficarão na prévia dependência de autorização legislativa, quando se destinarem ao financiamento direto pelo Banco Central da República do Brasil, das operações de crédito com o Tesouro Nacional, nos termos do artigo 49 desta lei.

O Conselho Monetário Nacional pode, ainda autorizar o Banco Central da República do Brasil a emitir, anualmente, até o limite de 10% (dez por cento) dos meios de pagamentos existentes a 31 de dezembro do ano anterior, para atender as exigências das atividades produtivas e da circulação da riqueza do País, devendo, porém, solicitar autorização do Poder Legislativo, mediante Mensagem do Presidente da República, para as emissões que, justificadamente se tornarem necessárias além daquele limite.

Quando necessidades urgente e imprevistas para o financiamento dessas atividades o determinarem, pode o Conselho Monetário Nacional autorizar as emissões que se fizerem indispensáveis, solicitando imediatamente, através de Mensagem do Presidente da República homologação do Poder Legislativo para as emissões assim realizadas;

II — estabelecer condições para que o Banco Central da República do Brasil emita moeda-papel (vetado) de curso forçado, nos termos e limites decorrentes desta lei, bem como as normas reguladoras do meio circulante;

III — aprovar os orçamentos monetários, preparados pelo Banco Central da República do Brasil, por meio dos quais se estimarão as necessidades globais de moeda e crédito;

IV — determinar as características gerais, (vetado) das cédulas e das moedas;

V — fixar as diretrizes e normas (vetado) da política cambial, inclusive compra e venda de ouro e quaisquer operações em moeda estrangeira;

VI — disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas, inclusive aceites, avais e prestações de qualsquer garantias por parte das instituições financeiras;

VII — coordenar a política de que trata o art. 3º desta lei com a de investimentos do Governo Federal;

VIII — regular a constituição, funcionamento e fiscalização dos que exercerem atividades subordinadas a esta lei, bem como a aplicação das penalidades previstas;

IX — limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos, comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, inclusive os prestados pelo Banco Central da República do Brasil, assegurando taxas favorecidas aos financiamentos que se destinem a promover:

— recuperação e fertilização do solo;

— reflorestamento;

— combate a epizootias e pragas, nas atividades rurais;

— eletrificação rural;

— mecanização;

— irrigação;

— investimentos indispensáveis às atividades agropecuárias;

X — determinar a percentagem máxima dos recursos que as instituições financeiras poderão emprestar a um mesmo cliente ou grupo de empresas;

XI — estipular índices e outras condições técnicas sobre encaixes, imobilizações e outras relações patrimoniais, a serem observadas pelas instituições financeiras;

XII — expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras;

XIII — delimitar, com periodicidade não inferior a dois anos o capital mínimo das instituições financeiras privadas, levando em conta sua natureza, bem como a localização de suas sedes e agências ou filiais;

XIV — determinar recolhimento (vetado) de até 25% (vinte e cinco por cento) do total dos depósitos das instituições financeiras, seja na forma de subscrição de letras ou obrigações do Tesouro Nacional ou compra de títulos da Dívida Pública Federal, até 50% do montante global devido, seja através de recolhimento em espécie, em ambos os casos entregues ao Banco Central da República do Brasil, na forma e condições que o Conselho Monetário Nacional determinar, podendo este:

a) adotar percentagens diferentes em função:

— das regiões geoeconômicas;

— das prioridades que atribuir às aplicações;

— da natureza das instituições financeiras;

b) (vetado);

c) determinar percentuais que não serão recolhidos, desde que tenham sido reaplicados em financiamentos à agricultura, sob juros favorecidos e outras condições fixadas pelo Conselho Monetário Nacional;

XV — estabelecer para as instituições financeiras públicas, a dedução dos depósitos de pessoas jurídicas de direito público que lhes detenham o controle acionário, bem como das respectivas autarquias e sociedades de economia mista, no cálculo a que se refere o inciso anterior;

XVI — enviar obrigatoriamente ao Congresso Nacional, até o último dia do mês subseqüente, relatório e mapas demonstrativos da aplicação dos recolhimentos compulsórios, (vetado);

XVII — regulamentar, fixando, limites, prazos e outras condições, as operações de redesconto e de empréstimo, efetuadas com quaisquer instituições financeiras públicas e privadas de natureza bancária;

XVIII — outorgar ao Banco Central da República do Brasil o monopólio das operações de câmbio quando ocorrer grave desequilíbrio no balanço de pagamentos ou houver sérias razões para prever a iminência de tal situação;

XIX — estabelecer normas a serem observadas pelo Banco Central da República do Brasil em suas transações com títulos públicos e de entidades de que participe o estado;

XX — autorizar o Banco Central da República do Brasil e as instituições financeiras públicas federais a efetuar a subscrição, compra e venda de ações e outros papéis emitidos ou de responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas do estado;

XXI — disciplinar as atividades das Bolsas de Valores e dos corretores de fundos públicos;

XXII — estatuir normas para as operações das instituições financeiras públicas, para preservar sua solidez e adequar seu funcionamento aos objetivos desta lei;

XXIII — fixar, até 15 (quinze) vezes a soma do capital realizado a reservas livres, o limite além do qual os excedentes dos depósitos das instituições financeiras serão recolhidos no Banco Central da República do Brasil ou aplicados de acordo com as normas que o Conselho estabelecer;

XXIV — decidir de sua própria organização, elaborando seu regimento interno no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

XXV — decidir da estrutura técnica e administrativa do Banco Central da República do Brasil e fixar seu quadro de pessoal, bem como estabelecer os vencimentos e vantagens de seus funcionários, servidores e diretores, cabendo ao presidente deste apresentar as respectivas propostas;

XXVI — conhecer dos recursos de decisões do Banco Central da República do Brasil;

XXVII — aprovar o regimento interno e as contas do Banco Central da República do Brasil, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

XXVIII — aplicar aos bancos estrangeiros que funcionam no País as mesmas vedações ou restrições equivalentes, que vigorem, nas praças de suas matrizes, em relação a bancos brasileiros ali instalados ou que nelas desejem estabelecer-se;

XXIX — colaborar com o Senado Federal, na instrução dos processos de empréstimos externos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para cumprimento do disposto no art. 63, nº II, da Constituição Federal;

XXX — expedir normas e regulamentação para as designações e demais efeitos do art. 7º desta lei;

XXXI — baixar normas que regulem as operações de câmbio, inclusive *swaps*, fixando limites, taxas, prazos e outras condições.

§ 1º O Conselho Monetário Nacional, no exercício das atribuições previstas no inciso VIII deste artigo, poderá determinar que o Banco Central da República do Brasil recuse autorização para o funcionamento de novas instituições financeiras, em função de conveniências da ordem geral.

§ 2º Competirá ao Banco Central da República do Brasil acompanhar a execução dos orçamentos monetários e relatar a matéria ao Conselho Monetário Nacional, apresentando as sugestões que considerar convenientes.

§ 3º As emissões de moeda metálica serão feitas sempre contra recolhimento (vetado) de igual montante em cédulas.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional poderá convidar autoridades, pessoas ou entidades para prestar esclarecimentos considerados necessários.

§ 5º Nas hipóteses do art. 4º, inciso I, e do § 6º do art. 49, desta lei, se o Congresso Nacional negar homologação à emissão extraordinária efetuada, às autoridades responsáveis serão responsabilizadas nos termos da Lei nº 1.059, de 10 de abril de 1950.

.....

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87, DE 1989

Dá competência ao Senado Federal para aprovação prévia à escolha dos titulares dos cargos que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É da competência privativa do Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha dos presidentes: do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; do Banco do Brasil; e da Caixa Econômica Federal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Pretende-se com este projeto de lei que a escolha dos titulares dos cargos de presidente

do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, do Banco do Brasil, e da Caixa Econômica Federal seja previamente aprovada pelo Senado Federal.

A necessidade de aprovação prévia pelo Senado Federal reveste-se da maior importância, pois as entidades referidas são instrumentos fundamentais para o processo de desenvolvimento econômico e social do País. Seus titulares, portanto, não podem ficar à mercê de meros interesses regionais ou partidários. Suas nomeações terão que ser previamente aprovadas pelos representantes dos estados no Congresso Nacional e destes receber o apoio político necessário para o desempenho de suas relevantes funções.

Esta proposição encontra substância no artigo 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição Federal e no artigo 84, inciso XIV da mesma Carta Magna.

Sala das Sessões, 20 de abril de 1989 — *Jutahy Magalhães.*

LEGISLAÇÃO CITADA
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

.....

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I — processar e julgar o presidente e o vice-presidente da República nos crimes de responsabilidade e os ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

II — processar e julgar os ministros do Supremo Tribunal Federal, o procurador geral da República e o advogado geral da União nos crimes de responsabilidade;

III — aprovar, previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha de:

a) magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo presidente da República;

c) governador de território;

d) presidente e diretores do Banco Central;

e) procurador geral da República;

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV — aprovar, previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V — autorizar operações externas de natureza financeira, interesse da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios;

VI — fixar, por proposta do presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, de estados, do Distrito Federal e dos municípios;

VII — dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal;

VIII — dispor sobre limites e condições para a concessária de garantia da União em operações de créditos externo e interno;

IX — estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

X — suspender a execução, no todo ou em parte, dele declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI — aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto a exoneração, de ofício, do procurador geral da República antes do término de seu mandato;

XII — elaborar seu regimento interno;

XIII — dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia e criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

XIV — eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

.....

Art. 84. Compete privativamente ao presidente da República:

I — nomear e exonerar os ministros de Estado;

II — exercer, com o auxílio dos ministros de Estado, a direção superior da administração federal;

III — iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

IV — sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V — vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

VI — dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, na forma da lei;

VII — manter relações com estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII — celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

IX — decretar o estado de defesa e o estado de sítio;

X — decretar e executar a intervenção federal;

XI — remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

XII — conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

XIII — exercer o comando supremo das Forças Armadas, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos;

XIV — nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os governadores de territórios, o procurador geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei;

XV — nomear, observado o disposto no art. 73, os ministros do Tribunal de Contas da União;

XVI — nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o advogado geral da União;

XVII — nomear membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;

XVIII — convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

XIX — declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente a mobilização nacional;

XX — celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

XXI — conferir condecorações e distinções honoríficas;

XXII — permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

XXIII — enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;

XXIV — prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

XXV — prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

XXVI — editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62;

XXVII — exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

Parágrafo único. O presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos ministros de Estado, ao procurador geral da República ou ao advogado geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

.....

(A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 1989 (Complementar)

Regula o direito de greve dos Servidores Públicos Civis e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O direito de greve, assegurado aos Servidores Públicos Civis pela Constituição Federal, será exercitado nos termos da presente lei.

Art. 2º Considera-se legítimo exercício do direito de greve a suspensão coletiva, tempo-

rária e pacífica, total ou parcial da prestação de serviços com o fim de obter a manutenção ou a melhoria das condições de trabalho.

Art. 3º O exercício do direito de greve fica condicionado à prévia e expressa autorização da assembléia geral extraordinária, convocada na forma estabelecida pelos estatutos do sindicato.

Art. 4º Cabe ao sindicato dos servidores, ao optar pela suspensão do trabalho, comunicar, por escrito e com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, ao dirigente responsável do órgão público, as razões que os levaram à decisão de deflagrar a greve, os pontos divergentes nas negociações, e, ainda, a data a partir da qual ocorrerá a paralisação do trabalho.

Parágrafo único. A comunicação de paralisação e a greve não interrompem obrigatoriamente o andamento das negociações.

Art. 5º Consideram-se essenciais, para os efeitos desta lei, as atividades estritamente indispensáveis ao atendimento da população em suas necessidades básicas, relativas aos serviços de:

I — captação, tratamento e distribuição de água;

II — produção e distribuição de energia elétrica e gás;

III — captação e tratamento de esgoto e lixo doméstico ou industrial;

IV — serviços funerários;

V — telefonia, telégrafo, correios e telecomunicações;

VI — compensação bancária;

VII — transportes urbanos e suburbanos de passageiros;

VIII — produção, transporte e distribuição de combustíveis, de produtos perigosos, perecíveis, inflamáveis e explosivos;

IX — hospitais, ambulatórios, maternidades e prontos-socorros;

X — segurança pública; e

XI — escola pública.

Parágrafo único. Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos e os trabalhadores ficam obrigados a garantir, no decorrer da paralisação, a prestação de serviços indispensáveis ao atendimento de necessidades da comunidade.

Art. 6º Constituem violação do direito de greve, autorizando a interrupção das negociações e a imediata instauração do dissídio coletivo:

I — ocupação do local de trabalho e apreensão de bens pertencentes à entidade afetada a fim de evitar o funcionamento desta por meios que não sejam a simples paralisação do trabalho dos grevistas;

II — danos aos imóveis, instalações, equipamentos e demais bens pertencentes:

a) ao patrimônio da União, dos Estados e Municípios;

b) de servidores que não aderiram à greve;

c) de pessoas não envolvidas no movimento grevista.

III — Lesões corporais em:

a) dirigentes da área atingida pela greve e seus prepostos;

b) servidores da área que não participem da greve;

c) pessoas enviadas para garantir a ordem durante o movimento grevista;

d) pessoas não envolvidas na greve.

IV — Violação de qualquer direito garantido pelo artigo 5º da Constituição Federal;

V — interrupção do acesso às necessidades vitais da coletividade.

Art. 7º É vedado aos grevistas o bloqueio ou interrupção de acesso ao local de trabalho aos servidores não participantes do movimento.

Art. 8º A infringência dos casos constantes nos artigos 6º e 7º importará:

I — Para os sindicatos promotores da greve:

a) nos casos do art. 6º, incisos I e II: indenização aos danos materiais e lesões corporais;

b) nos casos do art. 6º, incisos III e IV: o pagamento de multas aos atingidos segundo tabelas fixadas pelo Poder Executivo;

c) nos casos previstos no art. 7º, o enquadramento nas penalidades previstas nas alíneas *a* e *c* do art. 553 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

II — Para os servidores diretamente responsáveis pela violação do direito de greve: apenas configuradas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, podendo, em função de gravidade da falta, ou da reincidência, culminar na perda do cargo, através de processo administrativo, individual ou coletivo, assegurada ampla defesa, conforme o art. 41, parágrafo 1º, da Constituição Federal.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A apresentação deste projeto de lei complementar visa a regulamentar o art. 37, inciso VII, da Constituição, referente ao exercício do direito de greve do servidor público, tornando-se indispensável para evitar abusos, inclusive nos serviços essenciais, acarretando com isso prejuízos de toda ordem advindos dessas paralisações. Para esclarecer a necessidade desta regulamentação, citamos as greves dos servidores públicos nos anos de 1986 e 1987, conforme vemos abaixo:

a) Em 1986, tivemos 117 homens por dia parados, perfazendo um total de 17 milhões, 647 mil;

b) Em 1987, tivemos 749 homens por dia parados, totalizando 30 milhões, 239 mil; isso só no serviço público — todos os contingentes em greve — dando um percentual de mais de 50% (cinqüenta por cento) de paralisação da classe.

Sala das Sessões, 20 de abril de 1989. *João Menezes.*

(À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Por deliberação anterior do plenário o tempo destinado aos oradores do expediente da sessão do próximo dia 2 de maio seria dedicado a comemorar o Dia Nacional da Mulher, instituído pela Lei nº 6.791, de 9 de junho de 1980.

Por solicitação do requerente, Senador João Menezes, a referida homenagem fica transferida para o dia seguinte, 3 de maio.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Carlos De'Carli — Aureo Melo — Ronaldo Aragão — Almir Gabriel — João Castelo — Cid Sabóia de Carvalho — Divaldo Suruagy — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Roberto Campos — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 202, DE 1989

Nos termos do art. 198, alínea *d*, do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 2 seja submetida ao Plenário em 1º lugar.

Sala das Sessões, 20 de abril de 1989. — Senador *Edison Lobão.*

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Aprovado o requerimento, será feita a inversão da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — **Item 2:**

> Discussão em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989 (nº 1.516/89, na origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário (dependendo de parecer.)

Como a matéria se encontra em urgência, designo o eminente Senador Edison Lobão para emitir parecer.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)

> Parecer de Plenário, sobre o Projeto de Lei nº 2, de 1989 (Projeto de Lei nº 1.516-B, de 1989, na Câmara dos Deputados), que "dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário".

O Projeto de Lei em epígrafe veio a esta Casa, para apreciação, depois de ter ido a Plenário da Câmara dos Deputados, onde obteve aprovação. Dispõe sobre o tratamento tributário dispensado ao ouro enquanto ativo finan-

ceiro, vale dizer, quando destinado ao mercado financeiro ou à execução da política cambial, em operações realizadas com a interveniência de instituições do Sistema Financeiro Nacional e em negociações efetuadas nos pregões das bolsas de valores, de mercadorias, de futuro ou assemelhados, ou no mercado de balcão. Sujeita-se exclusivamente à incidência do Imposto Sobre Operações de Crédito, Cambio e Seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários, de que trata o artigo 153, V, da Constituição Federal.

Permite, ainda o Projeto de Lei que as cooperativas ou associações de garimpeiros sejam autorizadas pelo Banco Central a operarem com o ouro, restringindo-se as operações à sua compra na origem e à venda ao Banco Central do Brasil ou a instituições por ele autorizadas.

O artigo 4º fixa a alíquota em 1%. O artigo 5º, por sua vez, atribuiu competência ao Banco Central para considerar como financeiras, para efeito de tributação, aquelas operações praticadas com ouro até a vigência da lei, cujo projeto ora se submete à apreciação do Senado.

O artigo 6º considera como município e estado de origem, para fins de distribuição do produto da arrecadação do imposto, o de ingresso no País, quando se tratar de ouro procedente do exterior.

O fato gerador do imposto, por força do disposto no artigo 8º, é a primeira aquisição do ouro, efetuada por instituição financeira, ou o seu desembaraço aduaneiro.

O artigo 9º trata da base de cálculo, e o artigo 10 define o contribuinte do imposto como sendo a instituição autorizada que efeturar a primeira aquisição do ouro como ativo financeiro.

O artigo 13 dispõe que os rendimentos e ganhos de capital decorrentes das operações do metal enquenta ativo financeiro sujeitam-se às mesmas normas de incidência do Imposto de Renda aplicáveis aos demais rendimentos e ganhos de capital resultantes de aplicações no mercado financeiro.

O Projeto de lei sob exame está respaldado no § 5º do artigo 153 da Constituição Federal e tem o mérito de incentivar aplicações no mercado financeiro de parte do produto das atividades auríferas no País, as quais tiveram grande surto nos últimos anos com a descoberta de inúmeras jazidas, principalmente na Amazônia.

Sem a lei, o ouro seria considerado exclusivamente como mercadoria, sujeitando-se à incidência do IGMS, com alíquotas elevadas, o que dificultaria as aplicações no mercado pela redução do lucro do investidor, além, evidentemente, de incentivar a evasão.

A lei, cujo projeto ora se examina, fixa a alíquota do imposto em 1% e assegura a transferência do produto da arrecadação em 30% para o estado, o Distrito Federal ou o Território, e em 70% para o município de origem, nos termos do artigo 153, § 5º, da Constituição Federal.

O projeto de lei, ao definir o ouro como ativo financeiro, tem o mérito, entre outros, de tornar transparentes e atrativas a exploração e a comercialização do metal, contribuindo para a redução dos índices de evasão, hoje sabidamente alarmantes.

Adiantamo-nos também a justificar a presença dos artigos 8º, 9º e 10 no projeto, pois que, à primeira vista, poderia pensar-se que a definição do fato gerador, da base de cálculo e do contribuinte deve constar sempre, originariamente, de lei complemantar e não de lei ordinária, tendo em vista o disposto no artigo 146, III, **a**, da Constituição Federal. Ocorre, porém, que sem a especificação do fato gerador, da base de cálculo e do contribuinte, a lei tributária é inexequível. Daí a necessidade das definições constantes dos artigos 8º, 9º e 10, os quais, evidentemente, terão de adptar-se às normas gerais da lei complementar prevista na Constituição, no caso de não se ajustarem a estas.

O projeto de lei em referência é constitucional e jurídico e encontra-se vasado em boa técnica legislativa.

À vista do exposto, manifestamo-nos favoráveis à sua aprovação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Passa-se à discussão da matéria.

Sobre a mesa, emendas que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

O Sr. Roberto Campos — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, as emendas serão lidas antes da discussão?

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A discussão será depois do parecer sobre as emendas.

Serão feitas, primeiro, as leituras das emendas e dos pareceres sobre as emendas; depois será a discussão global sobre as matérias.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, quero inscrever-me para discutir pelo PMDB.

O Sr. Roberto Campos — Eu também, Sr. Presidente, quero inscrever-me.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — V. Exªs estão inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Sobre a mesa, emendas que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

EMENDAS DE (PLENÁRIO) OFERECIDAS AO PROJETO DE LEI Nº 2, DE 1989 (Nº 1.516/89, NA ORIGEM), DE INICIATIVA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, QUE DISPÕE SOBRE O OURO, ATIVO FINANCEIRO, E SOBRE SEU TRATAMENTO TRIBUTÁRIO:

— Nº 1 —

Dê-se ao artigo 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989, que "dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário", a seguinte redação:

"Art. 1º O ouro em qualquer estado de pureza, em bruto ou refinado, será, desde a extração, considerado ativo financeiro ou instrumento cambial, quando destinado ao mercado financeiro ou à execução da política cambial do País, em operações realizadas exclusivamente com a interveniência do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, na forma e condições autorizadas pelo Banco Central do Brasil."

Justificação

A emenda proposta restringe as operações com o ouro, enquanto ativo financeiro, ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, garantindo-lhes exclusividade.

Dada a relevância das operações, tanto de natureza financeira quanto cambial, relativamente ao ouro e considerando ser de interesse para a economia do País que o volume do ouro, produzido no território nacional ou nele introduzido, seja conhecido pelas autoridades, é recomendável que as negociações desta natureza sejam realizadas por instituições financeiras oficiais, como o Banco do Brasil, empresa de economia mista, maior agente financeiro do Governo Federal e a Caixa Econômica Federal, empresa pública com jurisdição em todo território nacional e larga experiência na compra do ouro, produzido nas regiões garimpeiras.

A exclusividade que se propõe, seja concedida às duas instituições financeiras oficiais, facilitará o controle, desde a extração, da destinação do ouro adquirido para fins de aplicação financeira e cambial, possibilitando, ainda, a transparência pretendida pelo projeto de lei naquelas operações.

Nem se diga que a proposta privilegiaria as duas instituições financeiras oficiais com uma reserva de mercado indevida, em prejuízo das instituições financeiras privadas. O ouro que não se destinar às operações financeiras contempladas no projeto de lei é considerado simples mercadoria e, como tal, permanecerá sendo objeto de negociações dos setores privados interessados, que terão larga margem de atuação no mercado.

Por fim, a emenda proposta sugere nova redação do artigo 1º, por entendermos que a ordem direta de sujeito, predicado e adjuntos adverbiais prima pela clareza mais do que a ordem indireta da redação original do projeto, ora apreciado.

Sala das Sessões, 20 de abril de 1989. — Senador *João Menezes.*

— Nº 2 —

Substitua-se no artigo 1º, *caput*, a seguinte expressão: "... na forma e condições autorizadas pelo Banco Central do Brasil"..., pela seguinte:

"na forma e condições estabelecidas em lei."

Justificação

O projeto, na forma apresentada, padece de insanável vício de inconstitucionalidade pois inexiste preceito na Lei Maior outorgando

ao Banco Central do Brasil a faculdade de regulamentar lei, nem, particularmente, a política cambial do País.

Sala das Sessões, 20 de abril de 1989. — Senador *Itamar Franco.*

— Nº 3 —

Dê-se ao parágrafo único do artigo 4º a seguinte redação:

"Parágrafo único. A alíquota desse imposto será de 10% (dez por cento), assegurada a transferência do montante arrecadado nos termos do artigo 153, § 5º, incisos I e II, da Constituição."

Justificação

Alega-se na Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem Presidencial estar o ouro, quando não considerado ativo financeiro, sujeito ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias "... cuja alíquota, por ser muito elevada, inviabilizaria as operações que tivessem como objetivo o referido metal...".

Destarte, pretende-se, em atendimento ao comando constitucional inscrito no § 5º do artigo 153, disciplinar, a nível de lei ordinária, o tratamento fiscal mais benéfico preconizado pela Lei Maior.

Entendemos, entretanto, que o estímulo que se pretende criar às inversões financeiras em ouro não deve ir ao ponto de coibir, excessivamente, as fontes de recursos orçamentários oriundos deste tributo. Com efeito, se o contribuinte deixa de ficar obrigado ao recolhimento de um imposto, cuja alíquota se situa pouco abaixo de 20% (vinte por cento), não nos parece razoável reduzir o percentual correspondente para apenas 1% (um por cento), como preconiza o projeto. É verdade que o § 5º do artigo 153 da Lei Maior prevê, como alíquota mínima, o percentual de 1% (um por cento). Não obstante, está o legislador infraconstitucional absolutamente livre para estabelecer o montante que julgar mais conveniente em função da conjuntura nacional.

Ora, no momento em que é alardeada a necessidade de reduzir o déficit público, em que são adotadas medidas tendentes a aumentar a receita e, finalmente, quando os salários e vencimentos são violentamente contidos com o propósito de sanar a economia nacional, parece-nos despropositado promover uma tão drástica redução dos recursos que o erário aufere.

A presente emenda sugere seja a alíquota fixada em 10% (dez por cento), percentual que, pelo menos no presente contexto, parece mais razoável e pertinente à realidade.

Sala das Sessões, 20 de abril de 1989. — Senador *Itamar Franco.*

— Nº 4 —

Suprima-se o artigo 5º reenumerando-se os subseqüentes.

Justificação

É absolutamente inadmissível, quer do ponto de vista ético-político, quer do ponto de vista constitucional, pretender-se formular norma jurídica com efeitos retroativos, notadamente quando esta visa a dar nova qualificação legal a fatos pretéritos. Ademais, o artigo cuja supressão ora é sugerida confere ao Banco Central do Brasil um poder absolutamente arbitrário de considerar como operações financeiras sujeitas ao regime do projeto aqueles negócios ou atos que assim entender devam sê-lo.

Sala das Sessões, 20 de abril de 1989. — Senador *Itamar Franco.*

— Nº 5 —

Suprima-se o artigo 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989, que "dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário".

Justificação

Ao atribuir competência ao Banco Central para considerar como operações financeiras, para efeito de incidência do IOF, aquelas operações praticadas com ouro anteriormente à vigência da lei, o artigo 5º do PLC nº 2/89 fere frontalmente dispositivo constitucional, haja vista o disposto no artigo 150, inciso I, alínea **a**, da Constituição Federal.

É que a Constituição Federal proíbe a cobrança do imposto relativamente a fato gerador, ocorrido antes da vigência da lei que o institui e, no caso, o artigo 5º prevê que o Banco Central possa exigir o Imposto sobre Operações com Ouro, realizadas antes da lei, cujo projeto ora se discute.

Sobre as operações com ouro, realizadas antes da vigência da lei, poderiam incidir o Imposto Único sobre Minerais, até 1º de março, ou os impostos estaduais, porventura já instituídos, mas nunca o IOF, por falta de previsão legal.

Sala das Sessões, 20 de abril de 1989. — Senador *João Meneses.*

— Nº 6 —

Dê-se ao parágrfo único do artigo 11 a seguinte redação:

"Parágrafo único. A entidade arrecadadora repassará ao Estado, Distrito Federal ou Território e ao Município correspondente, conforme a origem do ouro, o produto da arrecadação, na proporção do estabelecido nº § 5 do art. 153 da Constituição Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhando uma cópia dos documentos de arrecadação ao Departamento Nacional de Produção Mineral."

Justificação

A Carta Magna determina expressamente que o produto da arrecadação seja distribuído ao Estado, Distrito Federal ou Território e Município de origem. O texto emendado não só omite o vocábulo território como emprega, equivocadamente, a conjunção alternativa "ou" ao invés da palavra "e", indicativa de que o montante arrecadado deverá ser repartido entre a unidade federada e a administração local (município).

Sala das Sessões, 20 de abril de 1989. — Senador *Itamar Franco.*

— Nº 7 —

Dê-se a seguinte redação ao artigo 14 do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989, que "Dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário":

"Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, cabendo ao Poder Executivo regulamentá-la no prazo de 30 dias."

Justificação

O Projeto de Lei, submetido à apreciação desta Casa, muda, substancialmente, o processo de comercialização do ouro, especialmente o produzido nas regiões garimpeiras, quando introduz as instituições financeiras nas relações de compra e venda do ouro, desde a sua extração. O Projeto contém dispositivos que carecem de regulamentação, mormente quanto aos aspectos operacionais e aos seus objetivos sociais.

A emenda propõe que a lei passe a vigorar na data de sua publicação e que a sua regulamentação esteja pronta, definida e publicada num prazo razoável de 30 dias, tempo suficiente para que tanto as instituições financeiras quanto as cooperativas e associações de garimpeiros, bem como os órgãos de administração pública, possam adaptar-se aos novos dispositivos legais, facilitando a operacionalidade das transações, o controle da produção e a arrecadação do imposto. Evita-se, com isto, que dispositivos legais, de grande alcance social, deixem de ser aplicados por falta de regulamentação, o que infelizmente tem sido freqüente em nosso País.

Sala das Sessões, 20 de abril de 1989. — Senador *João Menezes.*

— Nº 8 —

Acrescente onde couber:

"Artigo As instituições financeiras adquirentes de ouro de garimpo são obrigadas a participar, juntamente com as cooperativas ou associações de garimpeiros regularmente contituídas, de programas de assistência aos garimpeiros e de recuperação do meio ambiente, na forma a ser estabecida em regulamento.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da participação de que trata este artigo são consideradas operacionais, para fins da legislação do Imposto de Renda, nos limites e condições a serem fixados em regulamento."

Justificação

O título VII da Constituição Federal trata da Ordem Econômica e Financeira e consagra como princípios gerais da atividade econômica, entre outros, a função social da propriedade, a redução das desigualdades regionais e sociais, a busca do pleno emprego e a defesa do meio ambiente (artigo 170 da CF).

Ao permitir às instituições financeiras o acesso direto aos garimpos, o Projeto de Lei em tramitação abre a elas enormes possibilidades de lucro nas operações envolvendo

o ouro como investimento, sujeitando-as à incidência do IOF, à alíquota de apenas 1% sobre o preço da primeira aquisição do ouro.

A emenda procura resgatar uma dívida que todos neste País têm contraído com os milhares de trabalhadores que extraem o metal do solo nas piores condições e que sobrevivem num "mundo cão, sujo dos pés à cabeça, malcheirosos, enlameado, enfermo de todas as doenças do corpo e da alma, da malária à desinteria, das doenças venéreas à simples gripe, da ameba a todas as espécies de parasitas, um mundo perdido na floresta amazônica, pulmão do mundo em agonia", e em outras regiões do País.

A proposta possibilita a transferência de recursos das instituições financeiras para as regiões garimpeiras. Com a aprovação do projeto de lei, as instituições financeiras tornar-se-ão as primeiras beneficiárias do trabalho humilde e árduo dos garimpeiros. Nada mais justo que elas sejam chamadas a colaborarem efetivamente em programas que visem à melhoria da qualidade de vida, das condições de trabalho, saúde e educação nos garimpos e à recuperação do meio ambiente, em consonância com os princípios consagrados no citado título VII da Constituição Federal.

Sala das Sessões, 20 de abril de 1989. — Senador *João Menezes*.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Solicito do nobre Senador Edison Lobão o parecer sobre as emendas.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Emenda: nº 1

Autor: Senador João Menezes

Objeto: nova redação ao artigo nº 1 do PLC nº 2/89 para encadear, de outra forma, as idéias contidas no Projeto, tanto quanto estabelecer que somente ao Banco do Brasil S.A e à Caixa Econômica Federal caberá realizar as operações com ouro financeiro.

Parecer

A emenda proposta restringe as operações com o ouro enquanto ativo financeiro, única e exclusivamente ao Banco Central do Brasil e à Caixa Econômica Federal.

Sob esse aspecto a emenda contraria norma constitucional, consagrada nos incisos II e IV do artigo 170, que estabelece, que a ordem econômica, fundada na livre iniciativa, observará, a Propriedade Privada e a Livre concorrência.

A emenda proposta colocaria por terra todo o esforço até então desenvolvido pela atividade privada, bem como aniquilaria o mercado de ouro no País, pois as entidades referidas teriam força suficiente para comercializar o ouro, possibilitando a evasão para países limítrofes ao Brasil.

O Parecer é pela rejeição da Emenda.

Emenda nº 2

Autor: Senador Itamar Franco

Objeto: substituir a expressão "...na forma e condições autorizadas pelo Banco Central do Brasil..." pela expressão "...na forma e condições estabelecidas em lei".

Parecer

A emenda proposta simplesmente acarretará a *vacatio legis* que hoje já se verifica no que diz respeito à definição do ouro como ativo financeiro e de sua regulamentação, gerando incerteza e insegurança na negociação com o ouro, bem como incentivando o descaminho e contrabando do metal, vez que o mercado respectivo não terá condições de se regularizar até a edição de outra lei.

Ora o presente projeto de lei ora analisado deve pretender solucionar os problemas existentes e não postergar suas soluções para outra lei igualmente.

Da mesma forma pretende a proposta de emenda, retirar do Banco Central do Brasil tarefa que lhe é peculiar e específica consagrada na Constituição Federal, através de seu artigo 21, inciso VIII, que atribui competência à União através de seus órgãos para exercer funções privativas no que concerne às operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização. Tais funções são tipicamente exercidas pelo Banco Central do Brasil e assim deve permanecer.

O Parecer é pela rejeição da Emenda.

Emenda nº 3

Autor: Senador Itamar Franco

Objeto: Alteração do parágrafo único do artigo 4º do Projeto para aumentar o nível de tributação do ouro para 10%.

Parecer

É sabido e as estatísticas têm demonstrado que o ouro não suporta taxação elevada como é a proposta da emenda, ocasionando a evasão do ouro ilegalmente, incentivando o descaminho e o contrabando.

Veja-se que no passado aos minerais se estabeleceu incidências a níveis reduzidos e mesmo assim ocorria o contrabando para países limítrofes ao Brasil.

Verificou-se que o ouro desde quando passou a ter o tratamento de ativo financeiro, o que ocorreu no terceiro trimestre de 1987, duas foram as conseqüências: a primeira foi o aumento da produção, consumo e negociação em bolsas brasileiras e a segunda o declínio das exportações do Uruguai.

A imposição de taxação inadequada para o ouro financeiro acarretará, o retorno ao fenômeno anterior citado, isto é, o declínio da produção nacional e o aumento da exportação do Uruguai, que não é produtor de ouro.

O Parecer é pela rejeição da Emenda.

Emenda nºs 4 e 5

Autores: Sendor Itamar Franco e João Menezes, respectivamente

Objeto: Supressão do artigo 5º do Projeto.

Parecer

Tendo em vista a necessidade de edição de uma lei definindo o que é ouro ativo financeiro ou instrumento de política cambial, necessário se faz que fique assegurado que o ouro assim considerado sofra a incidência, única e exclusivamente, o imposto sobre crédito, seguro, câmbio e operações relativas a títulos e valores mobiliários, mesmo no período em que se verificou **vacatio legis**, pois caso contrário estaríamos dando tratamento diferenciado a uma mesma realidade jurídica. O ouro será considerado ativo financeiro ou instrumento cambial tendo em vista a sua destinação neste projeto de lei analisado, não podendo apresentar outras características que não as definidas pelo Banco Central do Brasil, na medida em que haveria um conflito manifesto.

O Parecer é pela rejeição da Emenda.

Emenda nº 6

Autor: Senador Itamar Franco

Objeto: Alterar a redação do parágrafo único do artigo 11 para dar-lhe melhor redação e acrescentar o vocábulo Territórios.

Parecer

No que concerne aos Territórios, em primeiro lugar, são eles unidades administrativas da União Federal e não unidades autônomas da Federação, razão pela qual não é cabível que a União Federal, ao arrecadar um imposto federal, receba da lei uma determinação de destinação da arrecadação para si própria.

Tal realidade se verifica, vez que a própria Constituição Federal, ao dispor sobre a Repartição das Receitas Tributárias, nos artigos 157, 159, I, "a", II § 1º e 162, jamais mencionou os Territórios. O direito dos territórios estão totalmente assegurado através do artigo 147 da Carta Magna que estabelece que cabe à União os impostos estaduais nos territórios sendo redundante a utilização do vocábulo territórios em face ao que determina o texto constitucional.

Por fim, cabe verificar que o artigo 14 do Ato das Disposições transitórias extingiu os dois únicos territórios da nossa Federação.

O Parecer é pela rejeição da Emenda.

Emenda nº 7

Autor: Senador João Menezes

Objeto: Acrescentar que caberá ao Poder Executivo regulamentar a lei no prazo de 30 dias, no artigo 14.

Parecer

O poder regulamentar das leis é outorgado ao Presidente da República, como Chefe do Poder Executivo, pelo disposto no inciso IV do artigo 84 da Constituição Federal, não cabendo portanto, à lei estabelecer limites ao poder regulamentar do Poder Executivo, o que a tornaria inconstitucional.

A estipulação de prazos para regulamentação da lei, poderia gerar sérias discussões a nível doutrinário bem como gerar, quiça, discussões judiciais acerca da aplicabilidade da lei, o que não corresponde aos bons princípios do direito e da justiça.

O Parecer é pela rejeição da Emenda.

Emenda nº 8

Autor: Senador João Menezes

Objeto: acrescentar um artigo, onde couber, criando obrigações para as instituições financeiras adquirentes de ouro de garimpo, juntamente com as cooperativas ou associações de garimpeiros, de manterem programas

de assistência aos garimpeiros e recuperação do meio ambiente e determinando que as despesas assim incorridas serão consideradas operacionais, para fins de imposto de renda.

Parecer

A matéria que trata a emenda extrapola os limites estabelecidos no § 5º do artigo 153 da Constituição Federal, na medida em que não diz respeito à definição de ouro como ativo financeiro.

Além disso, as cooperativas de garimpeiros não estão ainda regulamentadas e as obrigações de preservar o meio ambiente já constam dos dispositivos próprios da Constituição, não sendo cabível acrescentar a emenda proposta.

O Parecer é pela rejeição da Emenda.

São esses os Pareceres, Sr. Presidente.

O Sr. Itamar Franco — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, pela ordem.

O SR. ITAMAR FRANCO. (MG. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, desejo fazer duas indagações a V. Exª: a primeira é se o novo Regimento já foi publicado oficialmente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Foi promulgado e está sendo providenciada a sua publicação.

O SR. ITAMAR FRANCO — Evidentemente, entendo eu, Sr. Presidente, que não tendo sido publicado, estamos sendo regidos pelo antigo Regimento, nesta sessão, pelo menos. Por que, é claro, se ele foi apenas promulgado, não houve essa publicação oficial...

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Mesa lamenta discordar de V. Exª, nobre Senador, de vez que a promulgação resultou da aprovação deste Plenário.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, é o próprio Regimento que diz que deve ser estabelecido como lei interna depois de publicado. Apesar do Dr. Nerione estar falando com V. Exª, acho que seria um absurdo, não tendo sido publicado oficialmente como é que vamos estabelecer uma lei interna, se ela não está publicada oficialmente?

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Devo lembrar a V. Exª que, inclusive, já iniciamos a sessão de hoje sob os auspícios do novo Regimento, porque havia apenas 4 senadores no Plenário.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Exª resolveu, por critério da Mesa, entender que a sessão poderia ser iniciada. Veja V. Exª que uma afirmativa desta, neste momento, invalidaria qualquer ação de continuidade da sessão do Senado. Mas, quero insistir com V. Exª — e V. Exª é um homem inteligente, um homem de grande experiência parlamentar, muito mais do que eu, preside com isenção a Casa — mas V. Exª há de entender, prezado Presidente, que este Regimento precisa estar devidamente não apenas promulgado, mas publicado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Mesa, antes que V. Exª pedisse a palavra, ia justamente dizer o seguinte: o parecer é contrário às emendas apresentadas. Completada a instrução da matéria, passa-se a sua apreciação. E iria anunciar a relação dos oradores inscritos. É aí que V. Exª gostaria justamente de intervir para reivindicar 20 minutos e não 10 minutos, como manda o novo Regimento.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não é apenas isso, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Supõe a Mesa.

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu não quero nem discutir com V. Exª e nem devo. Do jeito que as coisas vão, eu não duvido que um dia se vá proibir de o Senador entrar em plenário, porque está-se reduzindo o prazo de discussão, está-se obrigando a ter 3 senadores para verificação de *quorum*, está-se limitando toda a ação daquilo que se julga mais importante no Parlamento, que é o plenário. A primeira vez que pisei aqui me ensinaram isso. A Comissão é importante, sim, mas eu, por exemplo, posso fazer parte da Comissão de Relações Exteriores, e não sendo advgado não faço parte da Comissão de Constituição e Justiça. Então, há que se examinar em plenário, mas quero dizer a V. Exª que o que foi promulgado, tenho certeza de que, daqui a pouco, vai ser modificado, porque os próprios Senadores do PMDB — hoje, são maioria, eu já assistir aqui a maioria da Arena, hoje, assisto a maioria do PMDB — fizeram o Regimento que interessa ao PMDB; amanhã, se não for o PMDB, se for o PFL, o PRN, quem for a maioria, torna a mudar o Regimento. Então, realmente, é um jogo — o chamado jogo democrático.

Mas, insisto com V. Exª, com todo o respeito: acho que, nesta sessão, devemos estar regidos pelo Regimento que, até então, serve de balizamento aos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Nobre Senador Itamar Franco, a quem, pessoalmente, muito admiro pela combatividade, devo reconhecer a inexistência da formalidade da publicação, mas V. Exª, como todos os presentes, conhece o novo Regimento, aprovou a sua Redação Final e isso não resulta de uma decisão da Mesa, resulta da decisão soberana do Plenário. Essas limitações horárias resultam da decisão do Plenário, que é soberano, como V. Exª e todos nós sabemos. Portanto, vamos passar à discussão e a mesa, compromete-se a adotar, em relação ao tempo, uma atitude mais generosa do que o Regimento ainda não publicado.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não é apenas o problema do tempo, é a questão da formalidade legal. O Regimento só pode entrar em vigor com a sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Nobre Senador, devo lembrar a V. Exª que, inclusive, a sessão de ontem, para interpelação ao Sr. Ministro da Fazenda, toda ela foi conduzida sob o novo Regimento.

O SR. ITAMAR FRANCO — O que não significa que seja certo, Excelência! Insisto com V. Exª nesta questão de ordem. V. Exª pode até senti-la diferentemente. É um direito que assiste a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Não se trata de uma decisão minha pessoal, nobre Senador.

Na verdade, quando V. Exª se refere às maiorias eventuais etc., referindo-se ao PMDB, quero lembrá-lo de que hoje o PMDB está até em minoria, aqui no plenário, de vez que está recolhido, vamos dizer, em retiro espiritual no Instituto João Pinheiro.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Está com a palavra ainda o Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Vou aguardar a decisão de V. Exª porque, em seguida, tenho outra questão de ordem para encaminhar, mas só posso saber como vou encaminhá-la, em função da decisão de V. Exª.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, antes que V. Exª decida.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Há mais dois pedidos para falar pela ordem, sobre o mesmo assunto: o do nobre Senador Carlos Chiarelli, o do nobre Senador Jutahy Magalhães e de V. Exª, nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

Nessa ordem de inscrição, tem a palavra o nobre Senador Carlos Chiarelli.

O SR. CARLOS CHIARELLI (PFL — RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, eu não consegui entender o raciocínio da Presidência, com o maior apreço que tenho por V. Exª além do respeito intelectual e pessoal, mas não entendi. Pelo que chegou até o meu entendimento, estamos sendo regidos por um Regimento que não está publicado, mas que está vigorando.

Sr. Presidente, isso é uma heresia jurídica, é um desapreço por qualquer fundamento do princípio da publicidade da norma. O fato de nós termos aprovado não importa em querer que a norma sobre nós se aplique, antes da publicação. É como querer que uma lei que o Congresso aprovou, antes de sair no *Diário Oficial* sobre o Congresso, venha a ser aprovada porque foi o Congresso que deliberou. Trata-se de uma das espécies de normas, que é o Regimento aplicável nesta Casa, mas com conseqüências sobre a sociedade — é bom que se lembre isso — o Regimento, ao regular e disciplinar as discussões e os procedimentos do Senado, interfere na deliberação e na elaboração da própria lei, porque é a disciplina

que serve de fundamento para que se chegue à votação. Portanto, não é de interesse corporativo, é de interesse público o Regimento do Congresso, é de interesse público o Regimento da Câmara, é de interesse público o Regimento do Senado. Se não estiver complementado pelo princípio da publicidade, evidentemente que não pode estar em vigência.

Se começamos a sessão com base no Regimento que não está publicado, *data venia*, Sr. Presidente, a sessão é nula, e qualquer deliberação que nela se tome pode estar depois eivada desse princípio.

Quero alertar V. Exª, quero levantar a questão, com base na ponderada judiciosa e oportuna ponderação do Senador Itamar Franco. A questão não é de forma, é processual mas, que vale substancialmente, fere a essência da decisão: ou o Regimento está publicado e vale, ou o Regimento não está publicado e ele é um direito a ser.

Dar-lhe-ei um exemplo, Sr. Presidente: no dia 6 de setembro, a Assembléia Nacional Constituinte terminou de votar a Constituição e a votou na plenitude. O acordo internacional de renegociação da dívida — chamo a atenção de V. Exª — foi assinado pelo Governo brasileiro no dia 22 de setembro, mas como não tínhamos ainda formalizado o ato constitucional de vigência efetiva — aí está o acordo sem passar pelo Congresso. É a mesma situação, votado mas não completado o ciclo, conseqüentemente — e chamo a atenção de V. Exª — o Regimento não publicado é Regimento sem eficácia. Isso é de um princípio elementar de qualquer norma jurídica que se tenha por tal.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Com a palavra o nobre Senador Jutahy Magalhães, para uma questão de ordem.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, lamentavelmente, vou ter que concordar com a questão de ordem levantada pelo Senador Itamar Franco, com subsídio jurídico do Senador Carlos Chiarelli. Digo, lamentavelmente, porque já deveríamos estar sendo regidos pelo novo Regimento. Repito, lamentavelmente. Como o Regimento não foi publicado, acho que não poderemos continuar mantendo um equívoco em que todos estávamos certos — não só a Presidência da Mesa — de que o Regimento já teria sido publico no *Diário do Congresso*. Todos estávamos certos disso, porque sabemos da eficiência da Gráfica do Senado e não sabíamos que por qualquer razão superior teria havido essa demora na publicação do *Diário do Congresso*.

Sr. Presidente, *a latere*, desejo também fazer um comentário às palavras do Senador Itamar Franco, o Regimento não decorre de uma vontade do PMDB ou de uma vontade majoritária, principalmente porque o PMDB não tem a maioria da Casa para poder aprovar o Regimento de acordo com seus interesses.

O Relator da matéria que teve uma grande influência na redação final, foi o Senador Fernando Henrique Cardoso, que não é do PMDB, embora já tenha sido nosso Líder e continue merecendo o nosso respeito.

Aqui, peço a atenção dos meus colegas. Este item 2 da pauta entra hoje na Ordem do Dia, porque hoje é o último dia para o seu exame, devido ser uma matéria em regime de urgência a mensagem do Governo Federal. Se não for aprovada, pelo novo Regimento, a matéria ficará sobrestada e haverá a votação pelos dias subseqüentes, quando houver o número necessário para a sua aprovação ou para sua rejeição ou para que esse projeto seja emendado.

Esse assunto merece de todos nós a devida consideração, para chegarmos a uma solução. Desde o início, venho solicitando para que entremos aqui num entendimento entre as partes conflitantes, para andar mais rapidamente. Mas, infelizmente, não está havendo esse entendimento.

Por isso, Sr. Presidente, quanto à questão de ordem, considero que, realmente, não tendo sido publicado, nós teremos que ainda estar regidos pelo Regimento anterior. E eu perguntaria, então, concluindo a minha questão de ordem, fazendo uma indagação à Mesa: pelo novo Regimento, esta matéria estaria sobrestada, se não fosse aprovada hoje? Porque são os 45 dias do prazo da urgência, para tramitação da matéria de mensagem governamental. Pelo antigo Regimento, como ficará a situação desta matéria, se não for examinada hoje e, por qualquer motivo, não tivermos número para votação, qual a situação em que ficará esse item 2 da pauta para o futuro?

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, que está inscrito para falar sobre o mesmo assunto.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a questão de ordem do Senador Itamar Franco é da maior seriedade e da maior relevância e não pode ser desprezada em nenhuma hipótese.

O Código Civil Brasileiro proíbe, numa norma muito clara, que se alegue, em qualquer hipótese e qualquer circunstância, o desconhecimento da lei. E não se pode alegar o desconhecimento da lei em face do princípio da publicidade dela, do qual falou com muita propriedade o Senador Carlos Chiarelli. Significa dizer: lei só é lei, para constituir o direito, depois de sua publicação, quando entra em vigor. Lei ainda não publicada é uma lei meramente em expectativa e não uma lei existente para compor o direito positivo.

Na verdade, ninguém pode alegar que nós, como senadores, conhecemos o Regimento. Maior do que essa alegativa é o princípio do Direito de que necessariamente toda lei deve ser publicada, principalmente um Regimento, que é uma lei complementar. O Regimento é, na verdade, uma lei complementar de âmbito restrito, é uma lei especial, quer dizer, ela se cumpre num determinado espaço legal, em determinadas oportunidades, não é uma lei de caráter ordinário, de caráter amplo, de ampla aplicação. A aplicação é restrita a um determinado setor. No caso, é uma lei restrita especialmente ao Senado da República.

Sr. Presidente, no entanto, estamos diante de um caso muito grave. O Senador Jutahy Magalhães já fez algumas alegativas, o Senador Itamar Franco brilhantemente abriu essa questão. Mas o fato é que tantas e tantas são as indagações desta lei, desta futura lei, deste projeto de lei, não sei se realmente será uma futura lei, estou dizendo de modo otimista e talvez até atrevido. Mas o fato, Sr. Presidente, é que estamos vivendo hoje uma dúvida regimental, estamos numa transição regimental.

Gostaria de sugerir a V. Exª que, em face dessa dubiedade, suspendesse o exame desta matéria. Não há condições de se examinar isso de modo sadio, correto ante tantas dúvidas e nesse estado transicional.

Acho que pelas altas indagações que aqui existem sobre ativos financeiros como, por exemplo, considerar o ouro sobre ativo financeiro, é quase que emitir moeda, é emitir dinheiro, é produzir dinheiro, porque ativo financeiro é dinheiro. Se o ouro é ativo financeiro, dinheiro é, quando nós estamos acostumados com o ouro que seja lastro, lastro somente lastro do Tesouro Nacional.

É da maior prudência para V. Exª acolher este meu aconselhamento: que suspendamos isto, tiremos isto, por acordo de Liderança, tiremos de pauta e vamos dar um trato mais adequado a esta lei na próxima semana, não mais sob o regime em que ela se encontra, mas numa tramitação natural, inclusive com a audiência da Comissão de Constituição e Justiça, porque, na pior das hipóteses, o Senador Itamar Franco está coberto de razão na sua questão de ordem e mais razão terá em outras que pdoerá erguer diante de V. Exª na insistência do exame dessa matéria.

Este, o meu ponto de vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Mesa vai resolver a questão de ordem.

Começa por este eventual Presidente confessando que ignorava o fato de não ter ainda sido publicado o novo Regimento. Supunha que tivesse sido publicado e daí ter passado diretamente a presidir a sessão sob o domínio do Regimento ainda não em vigor, de vez que o próprio Regimento diz que ele entra em vigor na data da sua publicação, e, não tendo sido publicado, não está em vigor.

De forma que reconhece a procedência da questão de ordem do nobre Senador Itamar Franco, brilhantemente defendida na área jurídica pelo nobre Senador Carlos Chiarelli e na área regimentalista pelo nobre Senador Jutahy Magalhães, que é um mestre na matéria.

Na verdade, a discussão está iniciada. De acordo com o Regimento, cada orador falará uma só vez, pelo prazo de meia hora.

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, eu estava com a palavra. V. Exª me permite continuar para outra indagação a V. Exª?

Fiz a primeira indagação acerca do Regimento, e V. Exª já respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — É mais uma questão de ordem de V. Exª?

O Sr. Itamar Franco — sim, para uma interpretação regimental.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Pois não!

O SR. ITAMAR FRANCO — Evidentemente, o Senador Edison Lobão leu de plenário o seu parecer. Consultaria V. Exª sobre o seguinte: S. Exª fala em nome da Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Na Ordem do Dia, a matéria foi dada como dependendo de parecer da Comissão de Constituição e Justiça. De forma que ainda não está investido dessa condição o nobre Senador Edison Lobão.

O SR. ITAMAR FRANCO — Quer dizer que ainda não há o parecer da Comissão de Constituição e Justiça?

O Sr. Edison Lobão — Perdão, Excelência! Se V. Exª me permite, eu darei um esclarecimento. Fui indicado pelo Presidente do Senado para dar o parecer de plenário definitivo sobre a matéria, portanto, em nome também da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, V. Exª me permite continuar?

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O parecer de plenário foi instituído em função da situação anômala de vivermos sob o império de um Regimento baseado numa Constituição já extinta — mais do que revogada, extinta.

De forma que se criou esse direito costumeiro nesta Casa: embora não se trate expressamente dessa Comissão, pelas normas provisórias nas quais se baseou o funcionamento desta Casa, o parecer do nobre Senador Edison Lobão reveste-se desta qualidade, implicitamente.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, V. Exª educadamente me cortou a palavra, e também o Senador Edison Lobão, e não pude complementar o meu pensamento.

Se não me falha a memória, o Senador Edison Lobão deu seu parecer, já havia lido aqui, inclusive, quando a matéria foi colocada em regime de urgência. Não é o caso, agora, a matéria está tendo o seu rito normal de tramitação. Então a razão pela qual eu indaguei a V. Exª Porque, evidentemente, se V. Exª vai seguir o art. 195, inciso II, **d**, do Regimento, e nós temos que ir ao Regimento antigo, por isso que fiz a indagação a V. Exª: fala o Senador Edison Lobão?

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Mesa apenas repete o que disse anteriormente: todo esse processamento tem sido feito desta maneira; quer dizer, ao arrepio do Regimento anterior ainda em vigor, baseado numa Constituição "defunta". É esta a situação em que nós temos que funcionar e temos que reconhecer isto.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não seria lógico retirar esse Projeto, Sr. Presidente?

O SR. PRESDIENTE (Pompeu de Sousa) — O novo Regimento que vem sanar isto, infelizmente, não foi publicado ainda. De modo que me parece que a solução mais sensata é a proposta do nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho — de que esta matéria fique sobrestada para que seja apreciada quando estiver em pleno vigor o novo Regimento, o que deverá acontecer amanhã.

O SR. ITAMAR FRANCO — Tudo bem, Sr. Presidente!

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Tem a palavra o nobre Senador Jutahy Magalhães, pela ordem.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é sobre esta questão do Relator no plenário. Nós tivemos, durante o período da Constituinte, uma Resolução votada pelo problema de que estávamos sem as Comissões funcionando. Depois, quando do término da Constituinte, houve, também, uma decisão de que continuaríamos agindo de acordo com aquela norma da Resolução anterior enquanto não fossem instaladas as Comissões Permanentes da Casa. Então, nós seríamos regidos pela norma prevista na Resolução. Então, eu perguntaria, antes: o nosso Constitucionalsita vai falar?

O Sr. Cid Sabóla de Carvlaho — Sr. Presidente, eu não quis ofender o nobre Senador Jutahy Magalhães. Apenas falei aqui, baixinho, sussurrante — eu disse: "Não é não" — porque, na verdade, eu estou me referindo ao fato de estarmos no *vacatio legis*, isto é, aquele período que o Direito prevê e que está entre a lei revogada e a publicçaão da nova lei; não há Regimento, isso se chama *vacatio legis*.

Aqui, há vários juristas, V. Exªs terão todo o direito de falar sobre o *vacatio legis*. Nós estamos diante do *vacatio legis*. Há um Regimento revogado e um Regimento que ainda não entrou em vigor, porque ainda não foi publicado.

O SR. PRESDIENTE (Pompeu de Sousa) — Está com a palavra o nobre Senador Jutahy Magalhães, de forma que eu peço a V. Exª que faça as suas considerações.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Eu não sou jurista, por isso eu pedi a ajuda do nosso constitucionalsita. Mas, eu não entendi esse *vacatio legis*, talvez por não ser jurista, porque se não existe um Regimento, etá prevalecendo um outro. Não há essa questão de *vacatio legis*. Eu me permito, mesmo não sendo jurista, discutir essa questão. Eu acho que se não etá prevalecendo a norma regimental que nós imaginávamos que já estivesse prevalecendo, porque imaginávamos, também, que já tivesse sido publicada, então, tem que prevalecer o Regimento anterior. Nós temos que ser regidos pelo Regimento anterior que vinha regendo os trabalhos daqui do Senado até agora. Eu consdiero assim, posso estar totalmente errado, mas a Mesa é que vai decidir.

O Sr. Mansueto de Lavor — Totalmente certo. O Regimento em vigor é o antigo. Não ha *vocatio legis*.

O Sr. Edison Lobão — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a sessão de ontem e a sessão do dia anterior já foram regidas pelo novo regimento. Então, como é que se pretende, agora, suspender a vigência do regimento, já tendo o Senado realizado duas sessões sob o império do novo regimento. Não consigo entender uma situação desta natureza! Se isto acontecer, tudo quanto se fez ontem e anteontem está invalidado. Segundo, este projeto de lei, abstraído do regimento atual ou do anterior, mais do que qualquer regimento interno este projeto agora tem o seu curso regido pelo art. 64 da Constituição da República Federativa do Brasil, que é maior do que qualquer regimento. A partir de hoje ele se encontra na Ordem do Dia em regime de urgência, terá que ser votado portanto.

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, S. Exª que acabou de dar o parecer está se esquecendo do que diz o § 2º

O SR. EDISON LOBÃO — V. Exª poderia então ler o mencionado texto?

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Mesa gostaria de poder ouvir o nobre Senador que está com a palavra, de forma que pede ao plenário que faça um mínimo de silêncio para que a Mesa possa escutá-lo. Chamo a atenção da Casa para o orador que está com a palavra.

A Mesa chama a atenção do nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, Senador Mansueto de Lavor. Há um orador com a palavra.

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, quero voltar a insistir com V. Exª que deveria retirar esse projeto da Ordem do Dia de hoje. Mas, o art. 64 — lembro ao Senador Edison Lobão da Constituição Federal, promulgada a 5 de outubro de 1988, é bastante clara, em seu § 2º do art. 64. Quem sou eu para dar lição de Direito Constitucional a V. Exª Tenho que receber lições de Direito Constitucional de V. Exª De qualquer forma, uma leitura posso fazer.

O § 2º, Sr. Presidente, e aí o Senador Edison Lobão se esqueceu, falou só no art. 64, é necessário referir-se ao § 2º também — diz:

> "§ 1º O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua inciativa.
>
> § 2º Se, no caso do parágrafo anterior, a Câmara dos Deputados e o Sena-

dor Federal não se manifestarem, cada qual, sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobre a proposição, será esta incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação."

Então, é a própria Constituição que ensina a metodologia a ser adotada quanto a isso. Portanto, se for retirado da Ordem do Dia — falou muito bem o Senador Cid Sabóia de Carvalho — não teremos lei interna. Levantei a questão de ser ou não o regimento Interno, ao que S. Exª demorou a responder que seria o regimento Interno anterior. Portanto, se a matéria for retirada hoje — não pode ser retirada — será colocada, quando tivermos lei interna, quando essa lei interna for publicada na Ordem do Dia para rito normal até que o Senado venha deliberar sobre ela.

Se V. Exª me permite — V. Exª foi o relator, é um homem educado também — estamos insistindo, Sr. Presidente, em que é preciso deixar bem claro qual é o nosso pensamento.

É a própria exposição de motivos, Sr. Presidente, que está a nos ensinar. Ninguém é contra que o País tenha uma legislação sobre o ouro. Ao contrário, nós queremos que ele a tenha, mas não um projeto inconstitucional, que é contrário ao interesse nacional. É isso que se está pedindo ao Senado, que reexamine a matéria, que hoje há uma douta Comissão de Constituição e Justiça. Que ela examine os seus aspectos constitucionais e, evidentemente, a Comissão da Ordem Econômica.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso apelo para que V. Exª retire da Ordem do Dia de hoje essa matéria.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a Mesa que decida se temos ou não Regimento; se é o atual ou se é o anterior, ou se não é nenhum dos dois. Acredito que Direito é, também, uma coisa chamada bom senso e que não é possível se fazer aqui e dizer: Bom, não podemos ter sessão no Senado durante muito tempo, porque não temos Regimento publicado. Então, acho que isso aí seria um equívoco muito grande. Mas a Mesa é quem tem de decidir: se temos ou não temos Regimento. Qual o Regimento que vai reger esta sessão, esta votação? Segundo, se a mensagem encerra hoje o seu prazo de 45 dias. Então, se essa mensagem tem ou não tem de entrar na Ordem do Dia hoje.

Esta é a questão de ordem que levanto, pedindo que a Mesa decida para acabarmos com esta discussão, porque com a decisão da Mesa não vamos ter mais que discutir essa matéria.

(Durante o discurso do Sr. Senador Jutahy Magalhães o Sr. Senador Pompeu de Sousa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Senador Alexandre Costa, 2º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A Mesa vai responder a questão de ordem do Senador Jutahy Magalhães.

Até que o novo Regimento seja publicado, prevalecerá na Mesa o Regimento anterior.

A matéria terá que constar da Ordem do Dia por imposição da Constituição Federal. É o art. 64 § 2º que diz:

> Art. 64. § 2º "Se, no caso do parágrafo anterior, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, cada qual, sucessivamente, em até quarenta e cinco dias — que é o caso — sobre proposição, será esta incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação."

Nada poderá tirá-la da Ordem do Dia senão aprová-la ou rejeitá-la.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Teria mais uma pergunta para uma decisão da Mesa:o Relator, que proferiu o seu parecer, está legitimamente utilizando o poder que lhe foi concedido pela Mesa de relatar, ou a Mesa errou na sua decisão anterior?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Um erro não justifica outro, nobre Senador. Se a Mesa, ontem, funcionou sob a égide do Regimento novo, sem que ele tenha sido publicado, continuar errando hoje é que seria injusto.

A Mesa cumpre o que está na lei.

O Regimento só entrará em vigor com a sua publicação.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, gostaria que me concedesse a palavra para uma explicação pessoal e aditiva à solução de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — É uma questão de ordem, nobre Senador?

O Sr. Edison Lobão — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Exatamente! É uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra V. Exª

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Para uma questão de ordem.) — Sr. Presidente, é o seguinte: há realmente a imposição constitucional de que fala V. Exª Isso é indiscutível, sua deliberação está absolutamente correta. Mas, há um aspecto que a Mesa tem que levar em consideração. E faço isso até a título de explicar a minha posição, que sempre é muito consciente.

O intervalo que vai da promulgação de uma lei até a sua publicação é chamado universalmente — não somente no Brasil — em todos os países do mundo, porque em todo o canto há o direito, isto é chamado de *vacatio legis*. Quer agrade quer não, é *vacatio legis*. *Vatacio legis* é o período que vai, exatamente, da promulgação da lei e sua publicação. Esta Casa aprovou a redação final do novo Regimento Interno. Administrativamente e internamente, do nosso conhecimento, o velho Regimento foi substituído, aguardando-se, no entanto, a publicação do novo.

É evidente que fica um aspecto estranho que possam ser cumpridos princípios colidentes com o novo Regimento durante o período de *vacatio legis*. Tudo isso é estudado profusamente em Direito: Clóvis Bevilácqua, Pontes de Miranda, Orlando Gomes, Lafayette, Rui Barbosa, e, no exterior, Planiol Savigny, D'Guit, todos que se dedicaram ao Direito. Isso é primário em Direito. Estranha-me profundamente que, no Senado Federal, incomode o debate — não sei por que pode incomodar o debate — e que o Senado, com perplexidade, ouça a expressão *vacatio legis*. Isso me deixa absolutamente surpreso numa Casa do Legislativo brasileiro.

V. Exª poderá cumprir o velho Regimento, poderá fazê-lo durante o período de *vacatio legis*, mas em tudo aquilo que colidir com o novo Regimento, logo após a sua entrada em vigor, pela publicação, dará lugar a intermináveis questões de ordem.

Daí por que pareceu-me prudente fosse suspensa a reunião para um acordo de Lideranças para encontrar-se uma solução mais viável e não se resolver uma lei desse aspecto, uma lei com essa complexidade, onde transformamos o ouro em ativo financeiro, o que significa dizer, vamos emitir moedas e valer — ouro será moeda e não mais lastro dela — uma violência, inclusive, sobre Ciências das Finanças. É algo de muito grave.

E este art. 5º da lei também que tem mil complexidades, porque manda considerar o que não é como sendo.

Então, tudo isso é de uma grande dificuldade.

Chamo a atenção da Mesa. Não vou me apegar a criar problema. Apenas faço esta questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Qual é a questão de ordem de V. Exª?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — A questão de ordem que formulo a V. Exª é que deixe clara à Mesa que os dispositivos que poderão ser aplicados hoje são os não colidentes com o novo Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A Mesa responde a V. Exª que o Regimento novo apenas foi adaptado à nova Constituição; ele não foi revogado. E, não tendo sido revogado, não pode absolutamente ser aplicado o que V. Exª alegou, em *vacatio legis*. Como não foi publicado o Regimento novo, e o último artigo diz que entrará em vigor na data de sua publicação, e essa publicação não foi feita até o dia de hoje prevalecerá, no todo, o Regimento anterior. É o que tinha a informar a V. Exª De forma que a Mesa continuará aplicando daqui para a frente o Regimento anterior.

O Sr. Edison Lobão — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exª acaba de ler o § 2º do art. 64, através do qual verifica-se que esta matéria, que acaba de ser lida por V. Exª, a partir de hoje ela estará, até ser votada, na Ordem do Dia. Porém, entendo eu, e é o que gostaria de ouvir de V. Exª, que não apenas estará na Ordem do Dia, todas as demais matérias estarão sobrestadas, até que esta seja definitivamente votada. Está correto o meu entendimento?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Está correto, como diz o art. 64 da Constituição Federal. Continua em discussão a matéria.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Para discutir.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, fui Presidente da Subcomissão do Sistema Financeiro na Assembléia Nacional Constituinte e está escrito, com muita clareza, na Constituição Federal, que lei complementar regulará o sistema financeiro nacional. Isso está bem claro na Constituição. Mas estamos examinando, no entanto, um projeto de lei ordinária, onde há disposições sobre o sistema financeiro. Não há, portanto, uma lei complementar; há uma lei ordinária que investe por sobre o universo do sistema financeiro nacional. Esse é o art. 5º do presente projeto de lei.

Sabe V. Exª que esse art. 5º dá uma competência inesperada ao Banco Central de considerar o que não é, como sendo, exatamente, para efeito de imposto. Então, vamos ter aqui uma determinação que, além de afetar o sistema financeiro nacional, ingressa também no sistema tributário, sem os devidos resguardos constitucionais.

No meu modo de entender, o art. 5º só pode ser tolerado, como eu já dissera em outra oportunidade, aqui no Senado, pela característica de disposição transitória que nele ocorre, porque é um artigo de cumprimento imediato. Transformado em lei esse projeto, essa lei entrando em vigor, esse dispositivo se aplica e se esvai. Não é um dispositivo que permanece na legislação nacional porque logo o seu objetivo é alcançado, logo se cumpre, logo ocorre, logo o Banco Central adota essa providência e o assunto estará inteiramente esgotado.

Diz o art. 5º:

> "É o Banco Central do Brasil competente para considerar como operações financeiras, sujeitas única e exclusivamente ao imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários, as operações com ouro, praticadas até a vigência desta lei, vedada qualquer tipo de restituição."

É, portanto, um dispositivo de muito alcance.

Informo a V. Exª que conversei com alguns deputados, aos quais critiquei pela inclusão disto, na Câmara Federal, inviabilizando o exame da matéria no Senado Federal. Conversei mesmo com o Deputado Francisco Domelles, que foi o relator, e S. Exª me disse, com muita clareza, que isso era de interesse da Companhia Vale do Rio Doce, que S. Exª havia relutado e que, somente depois de muita insistência, foi que incluiu este art. 5º Isto mostra que o relator, na Câmara Federal, não tem convicções defensivas daquilo que consta neste art. 5º de que tratamos neste exato momento.

Mas, Sr. Presidente, não é só isto. Esta lei tem outros aspectos da maior gravidade, que é exatamente considerar o ouro como ativo financeiro.

Dizem que esta é a única solução para evitar o contrabando do ouro. Há um aspecto pragmático da maior profundidade e da maior importância, no qual, não posso penetrar, por desconhecimento prático de como ocorre esse fato no Brasil: o problema da entrada e saída indevidas do ouro, o contrabando nos dois sentidos que a legislação nacional permite, a importação indevida, a exportação, também, indevida. Não sei exatamente as conseqüências disso na prática, no que concerne ao ouro. O que sei, Sr. Presidente, é que o ouro brasileiro está todo na Inglaterra e em Portugal, levado do Brasil, como contam os historiadores, do modo mais miserável, na época do Brasil-Colônia, na época de Borba Gato, na época dos Bandeirantes.

O ouro de Cuiabá, segundo Paulo Setúbal, de saudosa memória, foi todo levado indevidamente pela Coroa Portuguesa, de lá, para o Vaticano; de lá, para a Inglaterra, em comercialização nunca explicadas às claras para o mundo de então e, muito menos, para o mundo dde agora.

Hoje, sabemos de tudo que de miséria ocorre a respeito do ouro, mas sabemos do total descontrole.

É claro que necessitamos de uma lei. Mas sigo eu temeroso, quando encontro, na lei, um dispositivo que considera o ouro já como moeda, porque ativo financeiro é dinheiro; o ativo financeiro é moeda. Então, vamos permitir que todos que tenham ouro tenham moeda e o lastro financeiro, o que significa aumentar a emissão do dinheiro neste País, sem uma base, pelo menos, aceita na legislação de até então. As regras que regem o Tesouro Nacional, as barras de ouro existentes, para possibilitar a emissão do dinheiro ou as divisas que existem ao lado das barras de ouro, para que o dinheiro seja produzido, sem que seja de modo irregular, sem uma correspondência no Tesouro Nacional, como já aconteceu tantas vezes no Brasil, em tremendas irresponsabilidades de governantes, então, o ouro passa a ser ativo financeiro; o ouro passa a ser dinheiro. Então, o ouro é uma nova moeda nacional. É isso que nós vamos resolver? O outro é uma nova moeda nacional? Já não basta o cruzado que sofre a concorrência do dólar abertamente? Ou dos preços que são fixados, não mais na nossa moeda, mas por outros mecanismos como tantas OTN, como antigamente, íamos até nas lojas e perguntávamos quanto custa este carro? Tantas OTN. Quanto custa isso? Tantos dólares. Quanto vale este apartamento? Tantos dólares. Sessenta mil dólares, 300 mil dólares, é o valor do apartamento. Daqui há pouco, eu vou dizer: o apartamento vale tantas barras de ouro, tantas gramas de ouro.

Então, eu tenho os meus cuidados com esta lei. Não pretendo, aqui, ter um papel que venha a criar obstáculos ao Senado para resolver isso. Apenas, espanta-me, que possamos, com muita facilidade, passar por sobre mil conveniências, algumas de ordem jurídica, outras de ordem econômica, outras de ordem financeira e, por que não dizer, conveniências até dos costumes nacionais.

Por isso, Sr. Presidente, ao discutir esta matéria, deixo essas indagações aos meus companheiros de Senado, neste momento, em que nós discutimos tudo, neste intervalo entre o Regimento velho e o Regimento devidamente reformado, adaptado, mas, ainda, não em vigor, com o risco de muitas colidências: colidências internas regimentais, colidências com o mercado-ouro, colidências com o sistema financeiro, colidências com o sistema legal do País, colidências morais com o povo deste País, o que não é mais tolerável, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas)

O Sr. João Menezes — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. Roberto Campos — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Durante o discruso do Sr. Senador Roberto Campos o Sr. Senador Alexandre Costa, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Senador Pompeu de Sousa, 3º Secretário.)

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, para discutir.

O SR. ITAMAR FRANCO (MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de começar a análise desta matéria não respondendo diretamente ao Senador Roberto Campos. Quando S. Exª diz assim: "Há quarenta e cinco dias

esse projeto está aqui" — evidentemente considerando o período que tramitou na Câmara dos Deputados — "e o Senado não o aprovou".

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, temos insistentemente pedido à Casa um exame mais aprofundado da matéira; que o Senado, neste instante, a Câmara revisora desse projeto, procedesse uma modificação substantiva adequada aos interesses nacionais.

Quando o Senador Roberto Campos diz: são 45 dias, que diria eu, então, Sr. Presidente, que tramitando na Casa, já arquivado, desde 1982, — desde 1982, Sr. Presidente, não são 45 dias, não! — um projeto sobre a venda das reservas de ouro do País? Aí, ninguém estranha! Ninguém fala nada! No entanto, esse projeto foi apresentado em 1982.

Já estou deixando o Senado da República e o projeto sequer foi analisado pela Câmara Alta.

Estranhar a demora de 45 dias, tudo bem, mas deveríamos estranhar é que o Senado não queira ser a Câmara revisora desse projeto, já dito aqui pleo, hoje, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, não pelo senador que lhes fala, que eventualmente é engenheiro, mas pelo jurista da Casa, presidente, hoje, da Comissão de Constituição e Justiça que é inconstitucional.

Se o Senador Roberto Campos também não quer adentrar no campo da constitucionalidade, arrisco a dizer também que o art. 5º é inconstitucional; já agora, com o apoio do próprio presidente da Comissão de Constituição e Justiça; já não é mais o senador eventualmente formado em Engenharia Civil e Engenharia Elétrica que fala em aspecto constitucional, se bem que tenha até o direito de o debater. Aqui, não somos médicos, não somos engenheiros, não somos advogados, não somos sociólogos, não somos economistas; aqui, pelo menos, dentro do Plenário; somos senadores, que têm o direito de avançar e analisar as matérias submetidas ao Plenário.

Então, Sr. Presidente, será possível que a Câmara Alta, a Câmara revisora — repito — vá permitir a aprovação de um projeto inconstitucional? E o que é mais grave, que não diz aos interesses nacionais?

Veja, Sr. Preisdente, que aqui também não se falou nisso. É na própria exposição de motivos do Ministro da Fazenda, brasileiro, Maílson Ferreira da Nóbrega, hoje Ministro com poderes excepcionais perante a República, é S. Exª que diz, Sr. Presidente, Srs. Senadores, e vou ler para mostrar que o Senado poderia melhorar e adequar esse projeto aos interesses brasileiros.

> "Ademais, é de relevante interesse para a economia do País, notadamente no que se refere à política cambial, que o volume de ouro produzido no Território Nacional ou trazido de outros países seja conhecido pelas autoridades da área econômica."

É o óbvio. Não poderíamos esperar outra assertiva do Ministro da Fazenda.

Seguindo, S. Exª diz: "para tanto é necessário um mínimo de controle..."

Não sou eu que estou dizendo, Sr. Presidente, mas o todo poderoso Ministro da Fazenda, que é preciso um mínimo de controle. O Senado pode aumentar esse mínimo de controle. É nossa obrigação até fazê-lo.

S. Exª diz: "... um mínimo de controle sobre as operações, de modo a torná-las o mais possível... vejam Srs. Senadores "transparentes, mas sem inibir a sua realização".

Correto. Não queremos inibir a realização, queremos que ela seja transparente, de acordo com o interesse brasileiro, mas que haja uma medida adequada, Sr. Presidente; Não o entesouramento. No momento em que o País atravessa uma crise econômica difícil, nós vamos proceder ao entesouramento, beneficiar essa gente? E basta ler o art. 5º, Sr. Presidente, e coloco esse art. 5º sob suspeição. Qual foi o interesse de se estabelecer o art. 5º, nesse projeto, Sr. Presidente? Será para a limpeza de ouro daqueles que têm entesourado esse ouro e querem colocá-lo, de repente, a salvo do fisco, sob uma alíquota baixa? É claro que a Constituição diz que o mínimo numa alíquota deve ser de 1%. Mas eu me recordo que antes de 64, no período de 64, a alíquota era de 8%. Querem estabelecer uma alíquota mínima e nós discordamos. E aí, Sr. Presidente, esse art. 5º é dirigido a alguém, é dirigido a alguma empresa, àqueles que comercializam com o ouro. Não é possível que o Senado da República possa aprovar esse projeto flagrantemente inconstitucional. Aqui se diz, e eu ouvi, que de repente no mercado abre-se um buraco negro, Sr. Presidente? O que aconteceu neste País, nesses 45 dias, com o mercado de ouro? Houve mais contrabando? Não sei. As autoridades brasileiras responsáveis é que podem dizer.

O que sabemos, Sr. Presidente, é que o Brasil, em 1981, produziu 16 toneladas de ouro e para 1990, acredito, deverá atingir 34,8 toneladas. Morro Velho ainda continuando na liderança, com cerca de 12 toneladas. A Vale do Rio Doce, e aqui também se diz que é para beneficiar a Vale do Rio Doce; daqui a pouco, Sr. Presidente, vou mostrar que não é apenas a Vale do Rio Doce, são as empresas multinacionais que se utilizam da Amazônia legal, lá, com as suas minas, que vão ser beneficiadas por esse projeto. A Vale do Rio Doce, hoje, Sr. Presidente, com 4,2 toneladas, Paracatu, Mineração, aqui perto, com cerca de 3,5 toneladas e outras com menor produção.

Para 1992 o Brasil espera, segundo estimativas, particularmente em Minas Gerais, aumentar essa produção. Qual a oferta quantificada, perguntaríamos? E sabemos, Srs. Senadores, que o ouro possui características de dupla função, e é preciso também que o Senado atente para isso. Quais são elas? Fins industriais e fins monetários. Chamamos a atenção para o problema dos fins monetários. Como bem industrial, o preço do ouro é variável como outro metal qualquer; aumenta o declínio da produção, do consumo e do estoque. Como valor monetário, o seu preço é dependente das medidas tomadas pelas autoridades monetárias mundiais, variando também com a demanda provocada pelos investidores, entesouradores e especuladores que aí estão. Quem são eles? Não sou autoridade para informar, mas o Governo pode informar, porque deve conhecê-los.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite o nobre Senador um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com prazer, Senador.

O Sr. Jarbas Passarinho — É inteiramente dispensável afirmar o que todos nós sabemos a respeito da personalidade de V. Exª, que é um homem probo, correto, naturalmente apaixonado pelos seus pontos de vista e, mais, é um homem que procura sempre praticar a justiça. Queria, exatamente a esse homem, que é o meu amigo, Senador Itamar Franco, dar um testemunho. Fui procurado, no meu Gabinete, por todos os interessados no processo, esses mesmos a que o Senador Roberto Campos se referiu ainda há pouco: os garimpeiros, os comerciantes, as empresas mineradoras, etc. E, surpreendentemente para mim, todos estavam de acordo com a aprovação do projeto. Os garimpeiros me afirmaram, na mesma ocasião, que pela primeira vez, estavam até de acordo com aquela outra gente, que, de um modo geral, era considerada conflitante com o ponto de vista dos garimpeiros. V. Exª perguntou o que aconteceu nesses dias. Um desses garimpeiros era exatamente de Itaituna, no Pará, no rio Tapajós. Como o Governador do Estado do Pará fixou uma alíquota de 7% e o Governador do Amazonas fixou o mínimo de 1%, o descaminho do ouro é clarissimamente feito do Estado do Pará para o Estado do Amazonas, para, de lá, tomar o caminho que deve tomar. A informação que tivemos, e tive a oportunidade de comunciar a V. Exª em caráter particular, é que realmente o mercado passou a sofrer aquilo que o Senador Roberto Campos citou; o mercado passou a ser atingido. Alguma coisa de anormalidade está aí feita. V. Exª tem inteira razão quando reclama que determinados projetos nossos ficam aqui à mercê do trabalho burocrático do próprio Senado. Mas dando-lhe esse testemunho, eu lhe perguntaria apenas uma coisa Senador, V. Exª é engenheiro e eu nem isso chego a ser, fui apenas um tocador de tambor durante 28 anos — a Comissão de Constituição e Justiça do Senado declarou inconstitucional esse projeto?

O SR. ITAMAR FRANCO — Aí é um ponto importante.

Ouvi o Senador Edison Lobão, por quem tenho o maior respeito, falar e perguntei — foi a primeira indagação que fiz à Mesa, não sei se V. Exª estava presente nesse momento — se ele falava pela Comissão de Constituição e Justiça. Até agora ficou uma dúvida se falava ou não; procurei, inclusive, saber do Senador Edison Lobão, e S. Exª disse-me que era suplente da comissão e, evidentemente, como suplente, a mim cabe respeitar, porque um senador que é suplente de uma comissão faz parte dessa comissão.

Mas, o que ouvi aqui hoje, e é por isso que resolvi melhorar a minha argumentação, ela está aí, consta dos Anais — foi o atual Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, Senador Cid Sabóia de Carvalho afirmar a inconstitucionalidade do projeto.

O Sr. Jarbas Passarinho — Mas é uma afirmação singular, não é plural. Em que pese o alto respeito que tenho pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ITAMAR FRANCO — A verdade, Senador Jarbas Passarinho, é que V. Exª fez uma indagação e eu só queria respondê-la.

O Sr. Jarbas Passarinho — Com a anuência de V. Exª, desculpe-me!

O SR. ITAMAR FRANCO — Quer dizer, isso é que foi lastimável, porque esse projeto — e aí errou a Mesa, no meu entendimento, salvo melhor juízo — estava antes em regime de urgência esse regime de urgência deixou de existir. Hoje estamos há 45 dias desse projeto, que tem um rito normal. Então, se ele entraria em rito normal, seria muito melhor que se ouvisse a Comissão de Constituição e Justiça, porque ela poderia inclusive aclarar as dúvidas que temos, nós, leigos e nós, Senadores, que debatemos em plenário quando não fazemos parte da Comissão de Constituição e Justiça. Isso não foi feito. A Mesa teimou e aqui não vai nenhum problema de ordem pessoal com o Senador, tenho o maior respeito pela sua integridade, pela sua inteligência, o seu debate sempre presente, do Senador Edison Lobão — mas a Comissão de Constituição e Justiça não estudou o assunto, manteve-se. E aqui recordo, e creio que V. Exª há também de examinar esse aspecto, o Senador Edison Lobão, em determinado, momento deu o seu parecer que, hoje, leu, em plenário. E, S. Exª, por decorrência de missão do Senado, se afastou do Plenário, mas isso foi mantido. É um ritual estranho da Mesa, não estranho em relação ao Senador. Temos hoje o quê? O parecer do Senador Edison Lobão. Apenas de S. Exª agora, S. Exª fala pela Comissão de Constituição e Justiça? Não sei. Eu tenho que respeitar porque S. Exª é um suplente da Comissão.

O Sr. Jarbas Passarinho Nós, como veteranos da Casa, V. Exª e eu, sabemos tanto quanto aquele que aqui chega pelo primeiro dia, que quando um projeto desse vem da Câmara, passou pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Já é uma suspeição da desqualificação daquela Casa, se não pode ver uma flagrante irregularidade de natureza constitucional, quando um engenheiro pode ver ou um tocar de tambor pode ver. De qualquer maneira, houve tempo aqui em que trabalhamos — se não estou equivocado — quando a matéria chegava da Câmara, examinada pela Comissão de Constituição e Justiça, novamente a Comissão de Constituição e Justiça do Senado até se reservava o direito de não apreciar a matéria. Em muitos casos, houve isso. Então, a colocação de V. Exª tem dois aspectos: um é a questão constitucional, que me parece que nós podíamos, inclusive, pedir uma reunião da Mesa com as Lideranças, com a presença de V. Exª e chegarmos á uma conclusão, para não ficar isso eternamente aqui. O outro é o ponto importante de V. Exª que são emendas que podem favorecer o projeto, podem melhorar o projeto. Por que não fazemos o acordo de Lideranças, não trabalhamos com isso, já que está falhando o trabalho normal de Plenário? É uma sugestão que eu faço a V. Exª

O Sr. Edison Lobão — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Exato, Senador Jarbas Passarinho. Eu apresentei 3, 4 ou 5 emendas, dentro do ponto de vista que pude estudar. O que se está pedindo ao Senado da República? Que não se dê ao Governo a legislação adequada? Sim. Nós queremos a legislação. Mas já que somos Câmara revisora, o que impede que o Senado, através de uma Comissão, das Lideranças, da assessoria do Senado, do próprio Governo, examine esse projeto e faça uma adequação no interesse nacional, no interesse do mercado, no interesse dos garimpeiros? É o que nós estamos pedindo e isso pode ser feito de uma maneira rápida, em 48 ou 72 horas. Entretanto vem a desculpa, Senador Jarbas Passarinho, de que o projeto tem que voltar à Câmara. É aquela desculpa de sempre. Então o Senador tem que aprovar tudo que vem da Câmara? Não é possível!

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Terminando o meu pensamento, darei o aparte ao Senador Edison Lobão e, em seguida, a V. Exª Veja, Senador Jarbas Passarinho: Se o Governo tem interesse, se as Lideranças da Casa têm interesse, o projeto é enviado à Câmara dos Deputados. Havendo interesse do Governo e das Lideranças, o projeto pode ser aprovado rapidamente. Nós não podemos é ficar sempre com a "espada de Dâmocles", só porque a Câmara aprovou, temos que aprovar. Não é possível. Então não precisa de Câmara revisora. Ficaremos naquela argumentação de alguns Deputados que entendem que não precisa haver Senado. Concordo plenamente com V. Exª, não sou contra. Acho que é preciso melhorar o projeto, é isso que se está pedindo, é isso que se está querendo nessa tentativa de obstrução, mas de chamar a atenção da Casa.

Obrigado pelo aparte de V. Exª Concedo o aparte ao Senador Edison Lobão:

O Sr. Edison Lobão — Senador Itamar Franco, fui indicado Relator, o que me parece uma prática normal nesta casa, pelo Presidente do Senado Federal, não pedi para sê-lo. V. Exª mesmo acaba de declarar que o projeto estava em regime de urgência, nesse caso, tem sido uma prática aqui, o parecer em plenário. Algum Senador precisa dar o parecer, e eu fui indicado. Esta é a razão pela qual eu sou Relator. Quanto à constitucionalidade, ou não — e V. Exª se refere ao Senador Cid Sabóia de Carvalho logo após o discurso de V. Exª, espero que o Presidente me conceda a palavra, pois gostaria de tecer, *data vênia* dos conhecimentos e da competência que reconheço naquele Parlamentar, quero tecer também comentários a respeito da constitucionalidade do projeto, negando, portanto, a inconstitucionalidade levantada por S. Exª Mas a Câmara — eu iria aduzir isto, o Senador Jarbas Passarinho já o fez oportunamente — a Câmara já examinou, pelo que soube, perguntei ao Deputado Francisco Dornelles, exaustivamente a questão da constitucionalidade do Projeto. E também é prática nesta Casa — e acentuou o Senador Passarinho — que, uma vez examinada a constitucionalidade naquela Casa legislativa, não precisa ser reexaminada aqui. Mas ainda assim o foi por mim, é claro que não com as luzes do Senador Cid Sabóia de Carvalho. Mas sobre isso falarei, em seguida, no discurso que pretendo fazer. Muito obrigado!

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer ouço V. Exª, Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Itamar Franco, V. Exª sabe o interesse que tenho nesta matéria; tenho acompanhado todas as discussões de modo que o meu ponto de vista é coincidente com o de V. Exª na matéria. Por várias vezes, tive a oportunidade de me manifestar, principalmente contrariamente a esse art. 5º, porque acho que é uma anistia concedida indevidamente a fatos ocorridos no passado. Entretanto, na questão do regimento — V. Exª que é um regimentalista com o qual eu aprendo muita aqui no Senado — V. Exª sabe que o nosso regimento fala que temos que opinar, obrigatoriamente, aqui no Senado sobre a constitucionalidade, juridicidade de qualquer proposição sujeita ao exame do Senado, exceto as seguintes — aqui tem uma relação, que diz: Das iniciadas na Câmara dos Deputados, já apreciadas pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa de origem. Obrigatoriamente, não deve ser levada ao Senado. Houve erro na tramitação dessa matéria, porque desde o início foram levantadas questões contra o texto do projeto vindo da Câmara. Também, ouvimos o argumento de não podermos emendar porque a matéria retornaria à Câmara. Dizia eu na época, inclusive aqui de público no plenário, que se lá a matéria foi votada simbolicamente por acordo de Lideranças, portanto com a aprovação de todos, por que nós não podemos aperfeiçoar uma matéria que, segundo todos aqueles que defendiam no início da tramitação, tinha erros, equívocos no projeto; por que nós não poderíamos, aqui, fazer a emenda necessária, como casa revisora, para aperfeiçoar o projeto e o projeto retornaria, de imediato, à Câmara, e a Câmara também — se houve aquele acordo antecipado — poderia, novamente, por uma acordo de lideranças, fazer a votação simbólica, e o projeto, que está aqui há 45 dias, se isso ocorreu, já teria sido votado há muito

tempo. Se fosse atendido o apelo que eu fiz naquele momento, de acordo com o interesse daqueles que estavam lutando contra a tramitação em regime de urgência urgentíssima. Fico satisfeito porquanto percebo que o pensamento do Senador Jarbas Passarinho, neste assunto, também é coincidente com o meu. Eu sempre aprendo muito, aqui, com o nosso Presidente, meu e de V. Exª Sabemos que já havíamos feito uma proposta para que tivéssemos uma reunião dos Líderes com aqueles que desejavam modificar o projeto, para ver se na terça-feira chegaríamos a um entendimento para um substitutivo — porque terça-feira não haverá sessão do Senado Federal, e sim uma sessão do Congresso Nacional no horário da sessão do Senado. E se não chegássemos a isso, as Lideranças procurassem trazer ao plenário um número suficiente para votarmos na quarta-feira, esta matéria. Se houvesse um entendimento, votaríamos um substitutivo. Se não votássemos, então, poderíamos democraticamente, verificar qual a vontade majoritária do Senado Federal. Agora, o que não é possível é que esta questão fique sem uma legislação. Nós não podemos protelar uma decisão a respeito desta matéria. Aí é que vem a única divergência de ponto de vista quando eu acho, conscientemente, no meu entendimento, que não podemos protelar, em hipótese alguma, a votação desta matéria. Temos que votar. Vamos buscar um entendimento para o substitutivo; caso não seja encontrado, vamos votar de acordo com a vontade da maioria, e encontrar a vontade majoritária do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Mesa cumpre o dever de alertar o nobre Senador Itamar Franco que, pelo antigo Regimento ainda em vigor por falha de fabricação do novo, Regimento modificado pela Resolução nº 49, S. Exª já ultrapassa o seu tempo em 3 minutos. Gostaria de alertá-lo para isso e pedir que abrevie as suas conclusões, de vez que ainda há dois oradores inscritos: o nobre Senador Chagas Rodrigues e o nobre Senador Edison Lobão.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, eu teria mais algumas coisas a acrescentar, mas V. Exª me chama à ordem, e eu vou ser obediente. Creio que terei oportunidade de voltar à tribuna para debater um pouco mais o assunto, pois espero que nesta sessão este projeto não seja aprovado.

Sr. Presidente, para encerrar, eu diria ao Senador Jutahy Magalhães, e também ao Senador Jarbas Passarinho — nem pedirei o apoiamento aqui, na parte da inconstitucionalidade, do Senador Cid Sabóia, porque não há mais tempo: Senador Jarbas Passarinho, o bom senso de V. Exª, a sua experiência parlamentar, a sua inteligência e o seu exercício, quando Presidente da Casa, revelam exatamente aquilo que nós queremos aqui. Este projeto é importante para o País? — Sim. Porque não nos debruçarmos e apresentarmos substitutivos; por que não as lideranças, através da assessoria, chamar o próprio Governo para uma participação. Isso é que nós não entendemos Senador Jutahy Magalhães, ninguém aqui está querendo impedir. Está-se pedindo porque o projeto tem uma série de incorreções, inclusive na sua constitucionalidade — e apresentei algumas emendas neste sentido, inclusive apresentei um projeto, tentando modificar, Sr. Presidente, o art. 4º da Lei nº 4.595, que hoje fere a Constituição, quando ela dá ao Conselho Monetário Nacional o seguinte:

> "Compete privativamente ao Conselho Monetário Nacional fixar as diretrizes e *normas da política cambial, inclusive* compra e venda de ouro e quaisquer operações em moeda estrangeira".

Isto não é mais possível, Srs. Senadores! Agora tem que se observar aquilo que vai ser estabelecido em lei, porque é a Constituição que diz. O Conselho Monetário Nacional não pode ter essa amplitude.

Sr. Presidente, baseado no texto constitucional, que reservou ao Congresso Nacional competência genérica para dispor sobre todas as matérias afetas à União e notadamente àquelas que dizem respeito ao campo financeiro, cambial e monetário, apresentei este projeto, tirando do Conselho Monetário Nacional esse campo vastíssimo da sua ação.

Sr. Presidente, encerro, na esperança de que já não a finha fala, mas a do Senador Jarbas Passarinho, em seu aparte, possa ser considerada pela Casa, para que possamos melhorar esse projeto, adequá-lo aos interesses nacionais, voltando ele à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989, que dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário, está causando um grande debate nesta Casa.

Esse debate evidencia que a matéria não está suficientemente estudada. Há dúvidas, há interrogações, e muitas vezes os conceitos emitidos são contraditórios.

Ora, Sr. Presidente, o projeto foi combatido, sobretudo, pela redação de seu art. 5º Mas me permito pedir a atenção dos Srs. Senadores para o que se contém no art. 1º da proposição.

> Art. 1º "O ouro, em qualquer estado de pureza, em bruto ou refinado, quando destinado ao mercado financeiro ou à execução da política cambial do País, em operações realizadas com a interveniência de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, na forma e condições autorizadas pelo Banco Central do *Brasil, será, desde a extração, inclusive,* considerado ativo financeiro ou instrumento cambial."

Ora, Sr. Presidente, aqui se discutiu se a matéria deve ser diciplinada por lei complementar ou por lei ordinária.

O art. 192 da Constituição, no *caput*, diz o seguinte:

> "O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos *interesses da coletividade, será regulado* em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:" ...

Então, exige lei complementar. Entretanto, lemos, Sr. Presidente, no § 5º, do art. 153, o seguinte:

> "O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial,..."

Partindo do pressuposto de que a lei, a ordenação não contém contradições e o intérprete *deve ter presente sempre também* uma interpretação sistemática, diríamos que o Sistema Financeiro exige lei complementar, mas a definição do ouro pode ser feita por lei ordinária: *"O outro, quando definido em lei,* como ativo financeiro ou instrumento cambial..."

Entretanto, Sr. Presidente, qualquer que seja a interpretação adotada, mesmo exigindo para *a disciplina da matéria como um todo a lei* complementar, ou se contentarmo-nos com a definição por meio de lei ordinária, qualquer que seja, portanto, o pensamento que prevaleça, *não há dúvida nenhuma que o art.* 1º do projeto não guarda consonância com o preceito constitucional.

O que diz o art. 1º? Diz o seguinte, e eu *repito:*

> "O ouro, em qualquer estado de pureza, em bruto ou refinado, quando destinado ao mercado financeiro ou à execução da política cambial do País, em operações realizadas com a interveniência de instituições integrantes do sistema financeiro nacional."...

— Aqui é que vem, Sr. Presidente, a inconstitucionalidade —

> "... na forma e condições autorizadas pelo Banco Central do Brasil."

Nós iríamos delegar ao Banco Central do Brasil aquilo que o texto constitucional, na interpretação mais liberal, exige que seja por meio de lei.

O § 5º diz:

> "O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial..."

Entretanto o projeto atribui essa definição ao próprio Banco Central do Brail.

Ora, Sr. Presidente, bastaria isso para termos o projeto como inconstitucional. Mas há outras extravagâncias, como o art. 5º aqui já mencionado, e criticado exaustivamente:

> "É o Banco Central do Brasil competente para considerar como operações financeiras sujeitas única e exclusivamente ao imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativos a títulos ou valores mobiliários, as operações com ouro, praticadas até a vigência desta lei, vedada qualquer tipo de restituição"...

Assim, o que a Constituição exige seja definido em lei, o projeto sem definir, considera, indevidamente, operações financeiras todas aquelas realizadas com o ouro. Então, é evidente, Sr. Presidente, que este projeto, que possui aspectos positivos, tal como redigido, é, entretanto, inconstitucional, e não consulta os interesses nacionais.

Sr. Presidente, quero, neste momento, pedir a transcrição nos Anais de um trabalho sobre este projeto, vindo da Frente Parlamentar Nacionalista. Desde os meus velhos tempos de Deputado Federal, no Rio de Janeiro, quando a nossa Frente tinha como Presidente o saudoso Presidente da Câmara Ranieri Mazzilli, desde então, sempre fiz parte da Frente Parlamentar Nacionalista e integro até seu Conselho Fiscal. Assim, eu me permito mencionar os nomes dos eminentes brasileiros que integram o Conselho Consultivo:

Sr. Abguar Bastos — Professor Alexandre Barbosa Lima Sobrinho — Dr. Almino Afonso — General Antônio de Andrada Serpa — Professor Ariano Suassuna — Professor Armando Temperani Pereira — Dr. Arthur Virgílio Neto — Sr. Aurélio Peres — Professor Carlos Lessa — Dr. Celso Brandt — Dr. Celso Gabriel de Resende Passos — Dr. Clidenor Freitas — Dr. Clóvis Ferro Costa — Dr. Dante de Oliveira — Dr. Djalma Falcão — Sr. Elquisson Soares — Dr. Euzébio Rocha — Sr. Evandro Paranaguá — Dr. Fernando Coutinho Jorge — Dr. Flávio Flores Bierrenbach — Sr. Hermano Alves — Dr. Jarbas Vasconcelos — Professor João Gilberto L. Coelho — Dr. Jorge Medauar — Dr. José Alencar Furtado — Sr. José Francisco da Silva — Dr. José Frejat — Dr. José Joffily — Sr. José Neiva Moreira — Professor José Walter Bautista Vidal — Sr. Luiz Guedes — Professor Luiz Pinto Ferreira — Sr. Marcelo Gato — Dr. Mário Frota — Sr. Nadyr Rosseti — Professor Nelson Omegna — General Nelson Werneck Sodré — Sr. Odilon Salmória — Sr. Orestes Muniz — Dr. Osny Duarte Pereira — Dr. Raimundo Wall Ferraz — Professor Randolpho Bittencourt — Professor Roland Corbisier — Coronel Rui Moreira Lima — Dr. Sebastião Simões — Dr. Sérgio Cruz — Dr. Sérgio Magalhães — Dr. Ulisses Riedel de Resende — Dr. Waldir Francisco Pires de Souza — Dr. Wilson Fadul.

Pois bem, Sr. Presidente, foi-me enviado esse trabalho, que não vou ler porque é um pouco longo, mas pediria fosse transcrito nos Anais, intitulado: "O Ouro e o Sistema Financeiro Nacional ante o Projeto de Comercialização Maílson-Dornelles." (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. CHAGAS RODRIGUES EM SEU DISCURSO:

"O OURO E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL ANTE O PROJETO DE COMERCIALIZAÇÃO MAÍLSON — DORNELLES

SUMÁRIO

— A origem da moeda;

— Dólar-eurodólar-padrão ouro;

— A política monetária soberana adotada na Constituição brasileira;

— A extração do ouro e seu controle constitucional;

— As funções econômicas e políticas do ouro;

— O ouro como ativo financeiro e a inconstitucionalidade do projeto Maílson-Dornelles;

— Conclusão.

O OURO E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

A origem da moeda

A vida em sociedade gera o aparecimento da moeda. Desde que o indivíduo não se encontre em condições de satisfazer por si mesmo a necessidade de bens, é obrigado a recorrer à troca de mercadorias. A complicação de trocar sugere a instituição de moeda que proporcione oportunidade de obter a variedade dos bens de consumo. A moeda deve ter aceitação pelos demais produtores de bens e deve ser de fácil conservação, prelúdio da poupança.

Assim, apareceu a moeda metálica e logo compreendeu-se que aquele cidadão ocupado em cunhar moedas, dispunha de uma fonte de riqueza e daí o poder. Logo o direito de cunhar moeda agregou-se ao poder político.

Sobre esta matéria, Jean Sadrin editou um pequeno e preciso livrinho: Monnaie et Politique Monetaire, no qual explica, para leigos, todo o processo universal da formação do dinheiro, seu comércio e vantagens, obstáculos e efeitos. Jean Sadrin é Conselheiro de Estado na França, ocupou pastas ministeriais e em dezembro de 1968 passou a integrar o Comité dos Sábios, a mais alta distinção honorífica.

Nesse livrinho, recolhemos os elementos para esta breve digressão sobre o papel do ouro no sistema financeiro de qualquer país.

Acrescenta Sadrin: "A emissão da moeda metálica ou em papel tornou-se o símbolo do poder público e, portanto, político".

O Banco de França similar de nosso Banco Central

Surgiram os bancos que na França, apresentam uma diferença muito importante: o banco de depósitos (alguns privados e outros nacionalizados (BNP, Societé Générale, Crédit Lyonnais), os quais só emprestam a prazos curtos e não podem aplicar em negócios industriais ou financeiros) e os bancos de investimentos (Paribas, Worms, Suez e Union Parasienne) que só recebem depósitos com prazos de dois anos, emprestam a longo prazo e seus Conselhos de Administração contam, obrigatoriamente, com um comissário do governo. Essas duas categorias tiveram abrandadas sua separação, pelas leis de 1º de janeiro de 1966 e de 1º de setembro de 1967.

Os bancos comerciam, portanto, a moeda que, inicialmente, era emitida pelo Tesouro Nacional, operação para garantir suas funções de financiador da despesa pública. Posteriormente, o privilégio de emitir passou ao Instituto de Emissão, órgão incumbido de controlar o volume de moeda e, consequentemente, produzir e reduzir a inflação. O Tesouro funciona também como estabelecimento bancário para recolher recursos e de diversas maneiras. Recebe depósitos de certos organismos oficiais ou toma empréstimos deles. O Instituto de Emissão, desde a lei de 3 de janeiro de 1973, é o Banco de França, o único com o poder de emitir materialmente a moeda metálica ou de papel, naquele país.

Entretanto, para emitir moeda metálica, supõe a existência prévia da matéria-prima (ouro ou prata) que permitirá cunhá-la. O Instituto de emissão deve, pois adquirir essa matéria-prima como qualquer ente privado, porém, no que concerne ao ouro, sob a base de um curso oficial. Com o tempo, a cunhagem de moeda em ouro foi abandonada e o papel-moeda passou a representar o ouro armazenado em lingotes. Ouro que representa a garantia de autenticidade do efetivo valor do papel-moeda.

Dólar-Eurodolar-Padrão Ouro

Aconteceu que as duas guerras mundiais empobreceram as nações e concentrando-se no Tesouro dos Estados Unidos o ouro antes disperso, o dólar assumiu o papel de padrão de trocas internacionais e as moedas nacionais valiam pelo seu reflexo no poder aquisitivo do dólar. A criação do Fundo Monetário Internacional visou a estabilizar o valor das moedas e, através de financiamentos, garantir a todos os países um poder de trocas confiável a todos. Todavia, os Estados Unidos abandonaram a convertibilidade do dólar ao ouro e as nações encontram-se a mercê de dólar papel, sujeito às intempéries da administração unilateral da moeda pelo governo norte-americano que poderá ser sensato ou aventureiro.

Essa subordinação ao dólar papel afeta o poder aquisitivo das moedas dos diferentes países e coloca em risco suas economias. Há, portanto, um esforço mundial para restabelecer o padrão ouro. Para atenuar os efeitos negativos do dólar papel, a comunidade européia criou o eurodólar constituído por uma cesta de moedas, onde os países participantes asseguram um estágio intermediário entre o dólar papel e o padrão ouro pretendido. A nação que conseguir basear suas emissões de papel em estoques de ouro livra-se dos riscos e torna seu desenvolvimento coberto das perdas que a flutuação do dólar ou do eurodólar possam gerar.

Por isto, todas as nações empenham-se em ampliar suas reservas em ouro. O ouro continua, como se afirmou no início, controlado pelo Estado, a ser o mais importante apoio à soberania nacional.

O controle do ouro, constitui, juntamente com o curso forçado da moeda nacional e a interdição do curso de diversas firmas estrangeiras no território nacional, a política monetária das nações que zelam pela segurança de seu desenvolvimento econômico.

A Política monetária soberana na Constituição Brasileira

Esta política monetária adotada na França, na Inglaterra nos Estados Unidos e em qualquer nação soberana, está assegurada também aqui, na Constituição de 5 de outubro de 1988. A circunstância da União ser proprie-

tária do subsolo e e este abrigar valiosíssimas jazidas de ouro enseja ao Brasil privilegiada situação na comunidade internacional para dispor de moeda forte e proporcionar um futuro radioso a seu povo.

Enquanto as nações européias necessitam comprar de outros países o ouro destinado a garantir o poder de compra de suas moedas, o Brasil pode, pelos instrumentos instituídos em sua Carta Política, incorporar o ouro de suas minas ao Banco Central, remunerando os mineradores com o custo da extração e excluir a especulação predatória.

Assinala Jean Sadrin, o sábio francês, que certos países, para melhor assegurar o controle sobre o ouro, proíbem a detenção e mesmo a compra, por particulares. A França, quando detinha colônias produtoras de ouro, estabelecia restrições ao comércio. Hoje, não proíbe mais a posse, mas exige a declaração dos estoques e respeita o mercado livre do ouro. Isto porque, não sendo mais produtor, o comércio do metal, oriundo de outras nações, em nada afeta a economia nacional. O ouro, nessas condições, asume o papel de mercadoria de consumo corrente. Desapareceu o risco do ouro estrangeiro influir no *controle estatal da emissão da moeda, estabelecido* no art. 34 da atual Constituição Francesa.

No Brasil também existe o monopólio estatal da emissão da moeda, desde a Constituição de 1824 (art. 15, alínea 17).

A atual Constituição, no art. 21, *VII* e art. 164, atribui à União emitir moeda, competência exercida pelo Banco Central e as disponibilidades de caixa da União serão, pelo § 3º do art. 164, depositadas no mesmo Banco Central. Além disto, o art. 48, II atribui ao Congresso Nacional dispor sobre a emissão de curso forçado, isto é, a moeda única oficial. Ainda ao Banco Central é que incumbe regular *a oferta de moeda e estabelecer a taxa de* juros, através de emissão de títulos do Tesouro Nacional (art. 164, § 2º) e, pelos arts. 22 inciso *VI e 48, XIII e XIV, compete ainda à União* legislar sobre o sistema monetário, títulos e garantias dos metais, matéria financeira, moeda, seus limites de emissão e, finalmente, no art. 192, determinara que o sistema Financeiro Nacional se regulasse através de lei complementar, incluída no inciso IV, a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central e demais instituições financeiras públicas e privadas.

A Extração do Ouro e seu controle Constitucional

O art. 20 da Constituição atribuiu a União a propriedade dos recursos minerais, inclusive os do subsolo e no art. 176, embora assegure ao concessionário a propriedade do produto da lavra, compartilhado com proprietário do solo (art. 176, § 2º), dá direito temporário da exploração, impede transferências, sem anuência do poder concedente e reserva as concessões, sempre no interesse nacional e a empresa de capital nacional. Nas Disposições Transitórias, art. 44, manteve concessões à empresas estrangeiras por mais quatro anos, isto é, até 5 de outubro de 1992.

Mais ainda:

Como ocorre nas constituições dos demais países livres, a nossa, no art. 173, assegura "a exploração direta de atividade econômica pelo estado quando necessária aos imperativos de segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei" e no art. 91, a Constituição atribui ao Conselho de Defesa Nacional propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança nacional e "opinar sobre seu efetivo uso nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo".

As funções Econômicas e Políticas do Ouro

O ouro é mineral, como vimos, de dupla função. Além de sua condição de metal necessário à elabroação de jóias, aparelhos odontológicos, formações de ligas e outras aplicações industriais, exerce a função política de moeda.

Nestas condições, o ouro recebe em duplo tratamento fiscal. O art. 153, § 5º, da Constituição, ocupou-se em estabelecer a tributação quando o ouro vier a definir-se como ativo financeiro ou instrumento cambial. Nesse caso, o imposto seria igual ao de operações de crédito, câmbio seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários e com uma alíquota que não poderá ser inferior ao mínimo de um por cento. Nada impede, portanto, que seja mais elevado. Esse imposto distribuir-se-á, um terço para o Estado e dois terços para os municípios de origem.

Esta tributação possibilita à prefelturas exercer fiscalização na boca das minas e cooperar no controle do ouro que terá de ser encaminhado ao Banco Central, como previsto no § 3º do art. 164 da Constituição.

O Ouro como ativo financeiro e a Inconstitucionalidade do Projeto Maílson — Dornelles

Antecipando-se à Lei Complementar sobre o Sistema Financeiro, o Ministro Maílson Ferreira da Nóbrega enviou, em 17-2-89, o projeto de lei dispondo sobre o ouro, ativo financeiro, e seu tratamento tributário. Designado relator o Deputado Francisco Dornelles, este conseguiu vir a ser aprovado, a toque-de-caixa, sem que sequer estivesse em vigor o Regimento Interno que determinará o procedimento de elaboração das leis, em face à nova Constituição.

A exposição retro mostra que a definição de ouro como ativo financeiro e seu tratamento é matéria da Lei Complementar instituída no art. 192 da Constituição. Basta considerar que, na Lei do Sistema Financeiro do regime Constitucional anterior, a compra e venda do ouro estava incluída em seu art. 4º, inciso V e como atribuição do Conselho Monetário Nacional (Lei nº 4.595, de 31-12-64).

O Deputado Dornelles, em seu parecer, limita-se a afirmar dogmaticamente:

> "Não vejo motivo para que se possa concluir que matéria relacionada com a definição do ouro como ativo financeiro devesse ser tratada por lei complementar. Por essas razões (quais?), quero dizer que o ouro como ativo financeiro deve ser definido por lei odinária e não por lei complementar."

Essa colocação autoritária de assunto relacionado com a própria soberania, como é a emissão da moeda, não pode ser disciplinada atropeladamente e abrindo portas ainda maiores à onipotência dos bancos, notadamente estrangeiros e afastando, ainda mais, do Poder Público, a competência para conter a inflação como se verá em seguida.

A definição de ouro destinado ao mercado financeiro, da no artigo primeiro do Projeto, parágrafo único, toma o metal mercadoria igual a soja, algodão ou qualquer outro bem de consumo, pois permite a venda em pregões de bolsas de valores, de mercadorias, de futuros ou assemelhados ou no mercado de balcão, sem qualquer controle do Banco Central, como previsto na Constituição para a emissão de moeda.

O único documento exigido para o comércio do ouro será a nota fiscal ou documento que identifique a operação (art. 2º).

Ouro destinado a aplicações industriais e ouro destinado a ativos financeiros, ao contrário da separação estabelecido no art. 153, § 5º da Constituição, confundem-se no Projeto de Lei nº 1.516-A dos Senhores Maílson e Dornelles.

Quando se sabe que a British Petroleum, associada ao Banco Brascan (antiga Light and Power) e ainda Anglo-American, a maior empresa mineradora do mundo, sediada na África do Sul, associada ao Banco Bozzano Simonsen, ambos detêm as maiores áreas de mineração do ouro, na Amazônia e Morro Velho (ver "Quem é Quem no subsolo Brasileiro", de Francisco Chaves Fernandes, editado pelo MCT-CNPq, Brasília, 1987) pode-se imaginar o privilégio que o Projeto de Lei nº 1.516-A irá conceder a essas empresas.

Conclusão

Permitindo-se a essas empresas incorporar ao ativo financeiro de seus respectivos bancos, Brascan e Bozzano Simonsen, o ouro retirado de suas minas, instalam-se bancos emissores, paralelos ao Banco Central, com o decorrente poder político que esse privilégio envolve e descrito no livrinho de Jean Sadrin a que, inicialmente, nos referimos.

Irão por águas abaixo todas as precauções de controle estatal da moeda que o Brasil, desde a Constituição de 1824, imitando as nações soberanas, pretendeu reservar, como exteriorização de sua soberania.

Caminharemos aceleradamente de volta a uma situação semelhante à Namíbia, onde a Anglo American controla toda a mineração do ouro e esmaga o povo na mais revoltante miséria. O ouro e os diamantes em poder do governo local tornariam os nabíbios um dos povos mais ricos do mundo.

A inflação é o clima propício à prosperidade dos bancos privados. Quanto mais alta, maiores seus lucros, maior a estagnação dos setores produtivos e maior a miséria do povo e o empobrecimento dos que vivem de salários.

Injetando moeda própria no mercado do dinheiro, em conseqüência do comando exclusivo de sua mineração, o processo inflacionário passa a controle dessas mineradoras.

Se esse Projeto vier a ser aprovado no Senado, essa Casa assume a responsabilidade histórica por mais esse ato de abdicação da soberania nacional. O projeto passou na Câmara dos Deputados por cochilo e inadvertência, mas, agora, avisados, os Senadores certamente cumprirão seu dever de representantes do povo brasileiro e guardiões da soberania nacional."

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — V. Exª será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou pessoalmente convencido de que este projeto serve aos melhores interesses nacionais. Estou, por igual, convencido de que este projeto é perfeitamente constitucional.

Em terceiro lugar, convenci-me da urgência de que se reveste a votação do mesmo. Por isto, aceitei ser o seu Relator e, por isto, defendo as posições aqui expostas.

Sr. Presidente, este projeto encontra-se no Senado da República há 45 dias. Não são 45 dias no Congresso Nacional; são 45 dias no Senado da República. Não sei o tempo que ele esteve na Câmara dos Deputados; seguramente, menos de 45 dias, e foi enviado ao Congresso Nacional, ao exame do Poder Legislativo, com base no art. 64 da Constituição, que prevê uma tramitação referencial para este tipo de matéria.

O Senhor Presidente da República acatou mensagem do Sr. Ministro da Fazenda, em que este declara que o ouro, não ativo financeiro, é considerado mercadoria e, portanto, sujeita-se à incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, cuja alíquota, por ser muito elevada, inviabilizaria as operações que tivessem, como objeto, o referido metal, efetuadas no mercado financeiro.

Temos falado seguidamente sobre a evasão de ouro das nossas reservas. Eu, se pudesse, pediria a atenção do nobre Senador Jarbas Passarinho, que é do Pará e que, tanto quanto os demais brasileiros, tem todo o interesse na solução desse problema. Mas eu chamaria a atenção de S. Exª, porque o Pará é um dos maiores produtores de ouro e de onde se projeta a maior evasão, seguramente.

Li, numa publicação que se chama Relatório Reservado, do dia 10 ao dia 16 de abril, isto para o qual peço a transcrição:

> "Durante o mês de março, 80% do ouro produzido na Amazônia Legal não foram registrados por falta da legislação complementar, segundo informações do Presidente da União dos Sindicatos e Associações dos Garimpeiros da Amazônia Legal, Sr. Ivo Londrina de Castro."

Quem o declara é, portanto, o Presidente da Associação dos Sindicatos. S. Sª disse ao Relatório Reservado que o destino desse ouro pode ter sido o incremento do tráfico de cocaína no País.

Mais adiante, vamos ler o seguinte:

Desvios

> "Com a entrada em vigor do novo regime tributário, em 1º de março, sem legislação complementar, definindo o ouro como ativo financeiro, o metal ficou sujeito ao pagamento de ICMS aos Estados. A confusão foi de tal ordem no setor, afirma o sindicalista Londrina, que uma parte da produção do Pará, onde o ICMS é de 12%, foi desviada para o Amazonas, onde o imposto foi fixado em apenas 1%."

Então, verifica-se, por aqui, por esta parte, que o imposto alto provoca a evasão do ouro, primeiro interestadual, para, depois, produzir aquele efeito mais danoso, deletério mesmo, que é o da evasão para outros países.

Mas esse é um fato do qual, todos nós temos notícia. Alguns o conhecem melhor do que outros, porém, a todos nós ele tem surgido a cada momento.

Sr. Presidente, a situação dos garimpeiros aqui foi reclamada pelo meu eminente amigo e colega Senador João Menezes. Penso que muitos Senadores podem falar a respeito dos garimpeiros, porque se interessam por eles. O Senador João Menezes é um deles e o Senador Jarbas Passarinho é outro. Porém, poucos, penso eu, têm a autoridade que eu tenho, para falar em nome dos garimpeiros. Por que o digo? Porque, durante anos a fio, na Câmara dos Deputados e aqui no Senado da República, postei-me como um defensor dos garimpeiros. Os Anais do Congresso Nacional registram isso. Fui à Serra Pelada defender os interesses dos garimpeiros mais de 10 vezes. Não sei quantos Congressistas atuais ou pretéritos terão feito por igual. Lá estive, com o Senador Jarbas Passarinho, defendendo os garimpeiros; algumas vezes, a Serra Pelada esteve para ser fechada. Fui ao Presidente da República, acompanhando os garimpeiros, pedindo a Sua Excelência que não fechasse a Serra Pelada e que a entregasse aos garimpeiros. Mais tarde, veio a esta Casa uma mensagem do Governo, pela qual, também trabalhei, junto com Sebastião Curió e outros parlamentares, entre os quais, alguns de esquerda, notadamente de esquerda. Aqui, defendi essa mensagem que transformava os garimpeiros da Serra Pelada numa cooperativa, para que eles pudessem defender melhor os seus interesses. Quero, com isso, dizer que, ao lado dos garimpeiros, me encontro. Eu não ficaria, em nenhum momento, contra os garimpeiros do meu País. Lutei por eles também na Constituinte, para que tivessem suas posições definitivamente defendidas. Mas, Sr. Presidente, se não bastasse o que aqui digo a respeito do interesse dos garimpeiros, aqui está um documento ainda assinado pelo Presidente da União dos Sindicatos dos Garimpeiros da Amazônia Legal e por outros representantes de entidades. O que ele diz?

OURO FINANCEIRO
INDEFINIÇÃO LEGAL

Senhores Senadores,

Em 24-2-89, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Ouro Ativo Financeiro, com 6 emendas, sendo 4 de autoria do Deputado Gabriel Guerreiro — PMDB do Pará —, tendo sido relator o Deputado Francisco Dornelles — PFL do Rio de Janeiro. Após, o projeto foi remetido ao Senado Federal, em 3-3-89, estando em fase de tramitação para sua votação.

Decorridos 30 dias, a indefinição legal do ouro ativo financeiro tem causado inúmeros problemas para o mercado organizado, que funciona apenas no Estado de São Paulo, graças ao Decreto assinado pelo Governador Orestes Quércia, postergando a incidência do ICMS sobre as operações com ouro ativo financeiro.

Essa indefinição legal está favorecendo as operações ilegais com o ouro, — quem o declara é o Presidente da União dos Sindicatos dos Garimpeiros da Amazônia Legal —, levando-o para o descaminho e prejudicando diretamente os Estados e Municípios produtores e os milhões de garimpeiros que vivem dessa atividade e, indiretamente, o mercado organizado.

Assim, os Estados e Municípios produtores serão prejudicados, pois deixarão de arrecadar receita tributária de IUM sobre o ouro produzido, prática que está ocorrendo desde 1º-3-89. Quanto aos garimpeiros, o efeito da não aprovação do projeto de lei está levando-os para a economia informal da comercialização do ouro. — *Antonio Dias Leite Neto,* Associação Brasileira das Mineradoras de Ouro — *Marcos de Aguiar Jacobsen,* Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto — *Paulo Cesar de M. Sarmento,* Associação Nacional do Ouro — *Eduardo Roscoe Bicalho* — Bolsa Brasileira de Futuros — *Gabriel Nunes Pires Neto,* Bolsa de Mercadorias do Paraná — *Carlos Roberto Corá,* Bolsa de Mercadorias do Rio Grande do Sul — *Ney Castro Alves,* Bolsa de Mercadorias de São Paulo — *Luiz Masagão Ribeiro,* Bolsa Mercantil & de Futuros — *Geraldo Correa Filho,* Bolsa Mercantil de Minas — *Jorge Franke Geyer,* Instituto Brasileiro de Gemas e Metais — *João Sérgio Marinho Nunes,* Instituto Brasileiro de Mineração — *Ivo Londrina de Castro,* União dos Sindicatos dos Garimpeiros da Amazônia Legal.

Então, o testemunho que temos dos garimpeiros e de entidades outras é o de que a demora, o retardamento, a postergação na votação deste projeto causa os mais sérios danos

a eles próprios, mas, sobretudo, à Nação brasileira.

Sr. Presidente, vem agora o ponto mais questionado do projeto. Aqui, peço a atenção do Senador Cid Sabóia, do Senador Chagas Rodrigues, do Senador Itamar Franco e de todos quantos imaginam que este projeto é inconstitucional no seu art. 5º

O que diz a Constituição a respeito da matéria?

Está aqui no art. 153, V:

> "À União Federal compete disciplinar operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários."

Pois muito bem! O que diz o projeto nesta parte? O projeto repete até as vírgulas o que está na Constituição. Se esse projeto é, portanto, inconstitucional, a Constituição há de ser, ela própria, inconstitucional dentro desse entendimento.

O projeto diz, no seu art. 5º: "Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários".

Mas, antes disto, questiona-se a capacidade legal do Banco Central de regular a matéria.

Diz o art. 5º: "É o Banco Central do Brasil competente para considerar como operações financeiras, sujeitas, única e exclusivamente, ao Imposto Sobre Operações etc.

Então, questiona-se: o Banco Central não é competente. Pois muito bem!

> "O Banco Central do Brasil é o órgão da União Federal, competente para atuar em tudo aquilo que concerne à moeda crédito e câmbio."

É o que está no art. 164 da Constituição, daí, Senador Cid Sabóia de Carvalho, estabelecer-se no Projeto de Lei da Câmara nº 2, que a este banco cabe fiscalizar o ouro financeiro. É da Constituição isto. Portanto, as duas proposições primeiras, contidas no art. 5º do projeto estão rigorosamente inscritas na própria Constituição.

Mas, vem a parte seguinte, do próprio art. 5º, também aqui questionada.

Leio o artigo inteiro, para chegar à última parte:

> "É o Banco Central do Brasil competente para considerar como operações financeiras, sujeitas única e exclusivamente ao imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativos à títulos ou valores mobiliários as operações com ouro, praticadas até à vigência desta lei, vedada a qualquer tipo de restituição.

Repito esta parte: "as operações com ouro, praticadas até à vigência desta lei".

Achou-se isto, aqui, uma incoerência, uma incongruência. É um dispositivo que retroage, é um dispositivo que perdoa.

Vejamos o que diz a lei, a lei complementar que dizem não existir e existe, sim, é o Código Tributário Nacional, em pleno vigor. Até que o Código Tributário seja revogado, ele é uma lei complementar assim considerado.

Portanto, a lei complementar, que tanto se questiona, existe por inteiro, Senador Itamar Franco.

Muito bem! O que diz o Código Tributário Nacional, no seu art. 105?

"A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros — está dito ali — e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início, mas não esteja completada nos termos do art. 116."

Então, nada há de irregular ou de inconstitucional no art. 5º do projeto em causa, o que há é uma falta de entendimento quanto essa matéria, que é de fundamental importância para toda a Nação brasileira e não especificamente para o banco "a" ou para o banco c.

Agora, quero dizer mais, repetindo aquilo que disse da vez anterior e que foi contestado pelo Senador Itamar Franco: este dispositivo foi solicitado pelo Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, que realizou operações na Bolsa de Valores, com ouro que não tinha para entregar, ouro que a Companhia Vale do Rio Doce não possuía, e não cometeu nenhuma ilegalidade porque isso se chama mercado futuro, que todo brasileiro deve conhecer. Está nos jornais todos os dias: as operações da Bolsa, mercado futuro. E quem me declarou isso foi o próprio Presidente da Companhia Vale do Rio Doce; vendeu aproximadamente 15 toneladas de ouro, que não tem para entregar. Portanto, esse dispositivo vem exatamente equacionar as dificuldades em que se encontra a Companhia Vale do Rio Doce.

Mas, não satisfeito com isso, procurei o Presidente do Banco Central. E perguntei a S. Sª se tinha conhecimento dessa matéria relacionada com a Companhia Vale do Rio Doce.

E o Presidente do Banco Central me respondeu diretamente — e ele está vivo aí, ambos estão vivos, podem ser questionados. Disse-me que ele próprio havia autorizado a Companhia Vale do Rio Doce a realizar aquela operação futuro, para suprir o seu caixa, e que considerava uma alteração absolutamente lega, tanto assim que a havia autorizado. E mais, que esse projeto, era do mais total e absoluto interesse do Governo brasileiro, no entendimento dele, Presidente do Banco Central.

Aí está, Sr. Presidente, como uma matéria desta importância vem sendo assim, de alguma maneira procrastinada. Nós não temos o dever, é fato, é verdade, de votar no dia em que chega da Câmara um projeto do Governo. Mas pela importância com que ele se reveste, creio que este dever, pelo menos a mim, ocorre. Eu estudei a matéria, sobre ela meditei, debrucei-me sobre os artigos todos do projeto, que foi exaustivamente examinado na Câmara, por quem? Pelos Deputados que tiveram como relator o Deputado Francisco Dornelles. O Deputado Francisco Dornelles é um dos mais conceituados tributaristas deste País. Foi Secretário da Receita Federal durante tantos e tantos anos. Ele não produziria esse substitutivo, que ganhou 6 emendas na Câmara, algumas das quais de representantes da esquerda, ele não produziria esse substitutivo que foi aprovado na Câmara, se não estivesse convencido da sua legalidade, da sua constitucionalidade, sobretudo, da sua justeza e do seu interesse para o País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, afinal, chegamos pelo menos ao debate conclusivo dessa matéria, mas, agora, vamos ter que votá-la. E eu não me oponho àquilo que alguns eminentes Senadores, entre os quais o Senador Jarbas Passarinho, creio que o Senador Jutahy Magalhães, o eminente Senador Itamar Franco, pretendem, como tese, melhorar a matéria. No debate anterior que tivemos aqui nesta Casa, o Senador Ronan Tito, Líder do PMDB, que é ardoroso defensor deste projeto, declarou que, no seu entendimento, lei perfeita, só a de Deus. É claro que essa lei há de ter, e eu próprio disse isto da vez anterior, alguma defeito. Mas o defeito que, por ventura, venha a ter não invalida o seu conteúdo atual. Estou de acordo em que se reveja essa matéria, não agora, ou melhor, não quanto a essa votação. A proposta que faço aqui neste plenário às lideranças é no sentido de que aprovemos o projeto tal qual está e, imediatamente, Senador Itamar Franco, até por acordo de liderança — e estou pronto a participar deste acordo — elaboraríamos novo projeto, corrigindo as eventuais deficiências deste, os eventuais defeitos, e o colocaríamos, como Líderes, em regime de urgência. Ao tempo em que podemos fazer isto, este projeto que estamos examinando já estaria sendo praticado pelo Governo, com a urgência que é requerida, porque de outro modo não estaremos, penso eu — e não sou dono da verdade — servindo às necessidades do momento quanto a essa parte tributária.

Sr. Presidente, creio que com o pouco conhecimento que tenho de Direito, que não se assemelha jamais aos do meu eminente amigo e companheiro Itamar Franco, nem aos do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Cid Sabóia de Carvalho, demonstrei a legalidade e a contitucionalidade do Projeto, sobretudo do art. 5º, que é quase uma repetição literal da própria Constituição e da lei complementar, de que tanto se fala, que é o Código Tributário. Eu pediria, portanto, aos Srs. Senadores que apóiam esse projeto que, no meu entender, repito, é do maior, mais total e absoluto interesse da Nação brasileira. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Com a palavra, para discutir a matéria, o nobre Senador Mansueto de Lavor.

O SR. MANSUETO DE LAVOR (PMDB — PE. Para discutir. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores. Fiz inscrição para uma breve comunicação, que faço neste momento. Mas, antes, não posso furta-me de uma manifestação acerca do debate sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 2/89.

Este Projeto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tem naturalmente urgência ímpar, uma vez que há verdadeiro tumulto no mercado de ouro nacional. E se temos crise econômico-financeira e temos um produto que é basilar, que é lastro, tanto da moeda como da riqueza

nacional, e esse produto está sofrendo um tumulto institucional, legal, como é, atualmente, a fase do ouro, estamos jogando fora uma oportunidade de equacionar, em grande parte, essa situação econômico-financeira.

Não vou estender-me, Sr. Presidente, porque diversos companheiros que vivem esse assunto, até porque são diários, onde existe intensa atividade de garimpo e de extração, também industrial, do ouro, já se pronunciaram com toda a autoridade, mas eu quero dizer que, surpreendentemente, a região que constitui a minha base política no Estado de Pernambuco, de um momento para outro se transformou, também, em área de garimpo. Atualmente, em municípios como Salgueiro, Serrita, Cedro, Terra Nova, Itapetim no sertão de Pernambuco, a atividade principal é a extração do ouro. Nós temos, naquela região, de um ano para cá, 10.000 homens ocupados na atividade de garimpagem. Sinto-me muito contente com isso, até porque, daquela região, ninguém mais contata com este Senador pedindo emprego. É um pleno emprego. Ou se está na atividade agrícola ou se está na atividade de extração do ouro, inclusive com iniciativas de organização dos garimpeiros através da constituição de cooperativas para breve.

O que reclamam esses produtores? Exatamente o disciplinamento que é feito por este projeto de lei. Se é imperfeito, se tem realmente falhas, inclusive as apontadas falhas constitucionais, temos a obrigação de saná-las de imediato. Uma semana a mais não custará nada.

Não sou daqueles que aceitam que se deva votar hoje um projeto com vícios de raiz, para amanhã se ter de consertá-lo, porque isto demonstraria até leviandade num trabalho tão sério e a que tantos se dedicam com entusiasmo e devotamento.

Por isto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a minha posição a respeito desta discussão do projeto em tela é a de que, na realidade, se dedique a ele mais uma semana. Não é por causa dessa semana que vamos agravar sensivelmente esse problema.

Ao lado disto, ouvi do eminente Senador Edison Lobão, além da sua brilhante defesa do projeto como está, para que se regularize uma situação da maior importância para a economia e as finanças do País, ouvi de S. Exª a grave denúncia de que, realmente, por falta de uma legislação desse tipo, o outro está sendo destinado a atividades ilegais e escusas, e isto é da maior gravidade.

Temos, ainda, outra denúncia aqui: a de que o produto está sendo aviltado por órgãos que deveriam, inclusive pelo seu papel, regularizar e valorizar esse indiscutível produto nacional — o ouro.

Temos denúncias de garimpeiros da área de Serra Pelada feitas em nosso gabinete, em que os próprios agentes da Caixa Econômica estão aviltando o ouro através do alto índice de quebra do produto, de impurezas que não existem. Portanto, desvalorizando, para que haja aviltamento do preço e assim o próprio ouro fuja da venda legal, via Caixa Econômica, para os atravessadores e especuladores que promovem a sua exportação ilegal e até os investimentos, conforme denunciou o Senador, em outras atividades ilegais.

O Sr. Edison Lobão — Permite-me V. Exª uma ligeira intervenção?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Concederei o aparte a V. Exª, apenas quero terminar o meu raciocínio.

Era preciso que se examinasse a atuação da Caixa Econômica na área de Serra Pelada, inclusive com a notícia de que já existem pessoas e agentes da Caixa Econômica indiciados e processados por essas atividades ilegais.

Isso não pode ocorrer, e aí se dá razão a que, como foi a posição do eminente Senador Roberto Campos, se abra o mercado, desde que esse controle estatal, se é para favorecer a esse tipo de atividade e de corrupção, é preferível que seja um mercado aberto, com o controle e a vigilância do Governo, mas sem o próprio Governo assumir esse mercado, para não dar lugar a esse tipo de atividades ilegais e até viciadas.

Concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Edison Lobão — Apenas para corroborar o que V. Exª está dizendo. Durante as inúmeras vezes que estive em Serra Pelada, ouvi, de fato, várias reclamações de garimpeiros...

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Contra a Caixa Econômica, que aumenta a quebra do ouro para desvalorizar o produto e o seu preço.

O Sr. Edison Lobão — Isso. Exatamente isso.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Portanto, estimulando o desvio do produto para outros canais.

O Sr. Edison Lobão — Aí é que há a divergência. A primeira parte está perfeita. A Caixa Econômica é extremamente exigente, ou era até àquela época, no sentido de examinar o ouro, havia uma querela excessiva, pagava pouco ao garimpeiro. Mas a notícia que se tinha é que aquilo era um excesso de zelo dos funcionários, esse ouro ficava com a Caixa Econômica. Depois, ouvi essa outra parte, segunda denúncia, a verdade. Era freqüente ouvir-se dos garimpeiros que a Caixa Econômica ficava com mais do que devia e podia pela exigência exagerada na hora de examinar o ouro levado pelo garimpeiro para ser adquirido por ela. Tem toda razão V. Exª

O SR. MANSUETO DE LAVOR — V. Exª considera que há fundamento, que há alguma coisa?

O Sr. Edison Lobão — Claro, sim.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Agora, o que se estranha é que, por exemplo, a Caixa, às vezes, cota o produto do garimpeiro com uma quebra de 15 a 20%. Vem uma empresa particular e compra o mesmo produto com uma quebra de apenas 8 a 10%. Chega-se, pelo menos, estranhar esse rigor da Caixa Econômica, quando grupos privados não têm esse rigor excessivo, eles que buscam, nessa atividade, unicamente o lucro, enquanto a Caixa Econômica é o órgão que atualmente está exclusivamente autorizado a fazer esse acordo. As cooperativas estão propondo, com toda justiça, que elas tenham esse direito de comprar o produto e negociá-lo com vigilância. Acho muito importante.

Sr. Presidente, entrei nessa discussão, simplesmente até louvando e, inclusive, foi uma tarde que recebi lições importantes sobre isso. Essa matéria precisa ser aprofundada, mas ao mesmo tempo, precisa ser votada com urgência. Sou daqueles que acham que não se deve protelar por mais de uma semana a sua votação. Inclusive tinha algumas emendas a oferecer, não vou fazê-lo por questão de brevidade da votação a fim de colaborar com a tramitação urgente, a votação e a promulgação dessa legislação.

Sr. Presidente, no início disse que pretendia fazer uma breve comunicação e a farei no final deste pronunciamento.

O jornal *O Globo* de sexta-feira, 18 de abril do corrente, publicou uma matéria sob o título "Mérito ao Incomum". Vou lê-la, para que fique registrada nos anais desta Casa:

Jornal *O Globo* —
Terça-feira, 18 de abril de 1989

MÉRITO AO INCOMUM

Num País onde infelizmente a tradição em certas áreas dos Três Poderes da República não é a de plena eficiência, ganha projeção nacional o caso do Juiz pernambucano Petrúcio Ferreira que, em boa hora, vem de ser designado pelo Presidente José Sarney para integrar o Tribunal Regional Federal para o Nordeste.

O Juiz Petrúcio Ferreira teve seu nome focalizado por uma distinção absolutamente incomum, que o tornou uma exemplaridade para o alto funcionalismo do País, em todos os setores da administração.

Ele se fez merecedor de elogios públicos do Tribunal Federal de Recursos por haver sido o único juiz do País que conseguiu julgar todos os processos que lhe foram submetidos em 1988. E foram 700 os processos.

Sabemos que, felizmente, como o Juiz Petrúcio Ferreira, há outros magistrados também de extraordinária dedicação à tarefa de distribuir justiça com presteza e alto zelo.

Entretanto, a distinção conferida ao juiz pernambucano merece registro e destaque pelo seu alto significado do exemplo, a ser seguido, e de mérito justamente reconhecido.

Até aí, a matéria do jornal *O Globo.*

Eu queria aditar a essa matéria dois pontos: primeiro, o voto de louvor pela instalação do Tribunal Regional em Pernambuco, dias atrás, segundo, esse juiz que, por sinal, foi meu colega de turma no velho Seminário de Olinda, foi quem presidiu todos os inquéritos do ru-

moroso e lamentavelmente célebre "caso da mandioca". O procurador federal que trabalhava junto com o juiz foi trucidado barbaramente em uma das ruas de Olinda. Mas nem por isso o Juiz Petrúcio se intimidou — apesar de todas as ameaças, prosseguiu dirigindo o processo e condenou todos os que mereciam ser condenados no processo do "escândalo da mandioca".

Isso significa que o juiz teve de mandar sua família para ficar aqui em Brasília a fim de não ser seqüestrada, porque durante aquele período as ameaças eram diárias, vinha visitar sua família nos fins de semana e voltava para presidir o inquérito nos dias úteis, em Pernambuco. É esse juiz que, agora, é honrado não só com um cargo no Tribunal Federal Regional, mas também com este editorial de *O Globo*, que merece aqui destaque por se referir a um juiz que, ao lado de tantos outros, que cumprem o seu dever, guindado ao Tribunal Federal Regional, despacha e profere sentença em todos os processos que lhe chegam às mãos. Em um País caracterizado por uma Justiça injusta, principalmente por ser lenta, isso é um destaque que merece registro, porque, como costuma dizer o Senador Luiz Antonio Maya, no seu novel Estado de Tocantins, "também isto aqui faz história".

Muito obrigado! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Não há mais oradores inscritos. Está encerrada a discussão.

Pela notória ausência de *quorum*, a votação fica adiada para a próxima sessão.

Fica, igualmente, adiada a votação da matéria constante do item 1 da pauta, que é o seguinte

1

Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF Nº 5, DE 1988

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e Membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parte vetada: art. 4º

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Presidência após entendimentos com a Câmara dos Deputados, transfere o horário da sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se na terça-feira próxima, dia 25 de abril, das 14 horas e 30 minutos, para as 18 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária da segunda-feira, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e Membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parte vetada: art. 4º

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
nº 2, de 1989

(Art. 64, § 2º, da Constituição e art. 195, II, **d**, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989 (nº 1.516/89, na origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário, tendo

PARECERES, proferidos em plenário, favorável ao projeto e contrário às Emendas de nºs 1 a 8.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. AUREO MELLO NA SESSÃO DE 13-4-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. AUREO MELLO (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, neste encerrar de luzes, em que a qualidade, inclusive, dos tribunos supera e condena a deficiência das presenças ou da freqüência neste Plenário, quero apenas fazer um breve registro, embora também doloroso tanto quanto o que foi feito pelo Senador Ney Maranhão. Refiro-me ao passamento em Manaus, há dias atrás, da Desembargadora Naíde Rejane de Vasconcelos, que foi, sem dúvida, uma das mais altas expressões do mundo jurídico do meu Estado, qualificando-se também, na sua qualidade de pessoa humana, como uma das mais sensíveis e comunicantes com que, porventura, já tivemos ensejo de conviver.

Naíde de Vasconcelos foi minha colega no Tribunal de Justiça do Amazonas, onde começamos como escreventes e depois fomos escrivães em exercício e, ao longo de sua curta vida, tive sempre oportunidade de tributar-lhe a admiração daqueles que contemplam, como que no meio da noite, o rutilante caminhar de um cometa ou de um astro, apreciando-lhe o destemor, a bravura, a coragem e, ao mesmo tempo, o respingar de luminuras daquele coração tão fúlgido e ao mesmo tempo tão cristalino, que, sem dúvida, era para mim modelo de crença e motivo de inspiração na grandeza do ser humano e na veracidade do futuro das pessoas e da própria humanidade.

Naíde de Vasconcelos era estudiosa, era retilínea, era justa, era uma mulher singular e especial, uma mulher, realmente, de comunicação absolutamente linear para com todos nós e o que ela dizia era sempre impregnado de justeza, de justiça, não somente emoldurada pelo Direito, mas possuindo no coração aquela intenção de dar amor à sociedade e, dando amor, fazer com que a vida caminhasse nos seus parâmetros, nos seus desígnios, no seu equilíbrio, no seu roteiro universal.

O seu passamento foi realmente uma surpresa, porque ela era tão jovem ainda e, ao mesmo tempo, teve uma trajetória tão bonita, tão eficiente, tão profícua, tão proveitosa e tão altruísta.

Neste ensejo em que aqui estamos representando aquele Estado, o Estado do Amazonas, onde o fato de um cidadão ali residir — como aliás em toda a grande faixa equatorial da Amazônia — já é uma prova, uma demonstração de heroísmo e de estoicismo espartano, não poderia eu deixar de tributar a essa que hoje perlustra os supermundos, esta admiração e este preito de saudade, sentindo a falta daquele convívio de uma mulher singular e excepcional que lutou com uma coragem extraordinaria, desde os seus instantes de jovem, de mocidade, até à plenitude e a fecundidade do seu grande saber.

Portanto, em nome do Estado do Amazonas, quero manifestar a grande tristeza decorrente da sua ausência, e a admiração que é esculpida na memória de quantos conheceram a desembargadora Naíde de Vasconcelos, marco extraordinário e destacado das letras jurídicas do Amazonas e da própria expressão humana daquela convivência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ATO DO PRESIDENTE
Nº 117, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2 de 1973, revigorada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1983, de acordo com o disposto na Resolução nº 130, de 1980, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.059/89—4.

Resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, da senhora MARIA RODRIGUES SARAIVA para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 23 e fevereiro de 1989, com lotação e exercício no Gabinete do Quarto Secretário, Senador Louremberg Nunes Rocha.

Senado Federal, 19 de abril de 1989. — Senador *Nelson Carneiro, Presidente.*

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

1ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril e 1989

Aos treze dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, às dez horas, reuniu-se o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas, recém-eleito, sob a presidência do Senhor Senador Ruy Bacelar, com a presença dos Conse-

lheiros Senador Chagas Rodrigues, Deputados Carlos Benevides, Domingos Juvenil, Cid Carvalho, Álvaro Valle, Simão Sessim e Doutores Jorge Odilon dos Anjos e Henrique Lima Santos. Havendo número regimental, foram abertos os trabalhos e procedida a leitura da Ata de Posse e Transmissão de Cargos, tendo sido aprovada. O item 1 da pauta constituiu-se na indicação e nomeação dos Senhores Tesoureiros da gestão 1989/1991 e o Senhor Presidente apresentou os seguintes nomes: para Tesoureiro Titular o Senhor Senador Nabor Júnior e para Suplentes os Senhores Senadores José Ronaldo Aragão e Deputado Aécio de Borba, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Senhor Presidente distribuiu pastas contendo a legislação do IPC, anexando a estas o Demonstrativo da Receita e Despesa, Balancetes de janeiro, fevereiro e março do corrente ano, designando os senhores Conselheiros Senador Chagas Rodrigues para emitir parecer no Balancete referente ao mês de janeiro, e os Deputados Domingos Juvenil e Simão Sessim para emitirem parecer nos Balancetes referentes aos meses de fevereiro e março, respectivamente. Prosseguindo, o Presidente, fez uma sucinta esplanação da situação financeira atual do IPC, levando ao conhecimento do Conselho as providências que estão sendo adotadas dentre elas um levantamento econômico-financeiro sob a coordenação dos Doutores Sebastião Vicente e Edson Pedrosa, auditores chefes do Senado e da Câmara dos Deputados respectivamente, decorrente a este levantamento já nos foi apresentado um relatório preliminar, cujas cópias foram fornecidas para todos os senhores Conselheiros. Continuando, o Presidente coloca em discussão proposta para que toda movimentação financeira do IPC no que concerne a aplicações sejam feitas prioritariamente, no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, o que foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo o Presidente declarou que a participação do Conselho Deliberativo nesta atual administração será de vital importância para a plenitude do trabalho ao qual todos se propuseram. Que a transparência e a austeridade serão impressões das quais não se distanciará. Continuando, os senhores Deputados Simão Sessim, Domingos Juvenil e o Dr. Henrique iança e a disposição em contribuirem com o Presidente nesta missão, no que foram referendados por todos os senhores Conselheiros presentes. Nada mais havendo a tratar, é encerrada a reunião às doze e trinta horas. E para constar, eu Pedro Alves de Freitas, secretário, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

As.: Senador *Ruy Bacelar,* Presidente.

O Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas, no uso de suas atribuições,

Resolve designar o funcionário PEDRO ALVES DE FREITAS, Técnico Legislativo do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados, ponto nº 2.416, à disposição do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), para exercer a função de Diretor Executivo, a partir desta data.

Brasília, 4 de abril de 1989 — Senador *Ruy Bacelar,* Presidente.

Ciente. *Pedro Alves de Freitas.*

O Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas, no uso de suas atribuições,

Resolve designar o Dr. RAYMUNDO URBANO, advogado, para exercer, a partir desta data, a função de Consultor Jurídico do IPC.

Brasília, 4 de abril de 1989. — Senador *Ruy Bacelar,* Presidente.

Ciente: *Raymundo Urbano.*

MESA DIRETORA

9ª Reunião Ordinária da Comissão Diretora realizada em 19 de abril de 1989

Às dez horas e trinta minutos do dia dezenove de abril de hum mil novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões da Presidência, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Senadores Nelson Carneiro, Presidente, Iram Saraiva, Primeiro Vice-Presidente, Alexandre Costa, Segundo Vice-Presidente, Pompeu de Sousa, Terceiro Secretário, Louremberg Nunes Rocha, Quarto-Secretário, Antônio Luiz Maia e Aureo Mello, Suplentes. Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Excelentíssimos Senhores Senadores Mendes Canale, Primeiro Secretário, e Divaldo Suruagy, Segundo-Secretário.

O Senhor Presidente declara iniciada a reunião e submete aos presentes os seguintes assuntos:

a) Parecer da Mesa do Senado Federal ao Projeto de Resolução nº 1/89-Congresso Nacional, que "estabelece normas para o exame e votação de Medidas Provisórias". O Senhor Primeiro Vice-Presidente, Senador Iram Saraiva, Relator da matéria, concluiu pela apresentação de Substitutivo.

Após examinado e debatido, o Parecer é aprovado com alterações no Substitutivo proposto. Depois de subscrito pelos presentes, a matéria é encaminhada à Secretaria Geral da Mesa.

b) Ofício nº P-80/89, da Deputada Irma Passoni, Presidente da Comissão de Serviço Público da Câmara dos Deputados, solicitando autorização para impressão, pelo Cegraf, de cartazes de divulgação do 2º Congresso Nacional dos Servidores Públicos Federais.

Os presentes, após discutirem a matéria, condicionam a autorização à concordância da Mesa da Câmara dos Deputados em assumir as respectivas despesas de impressão e encaminham o expediente ao Diretor-Executivo do Cegraf para que mantenha entendimentos com a Deputada.

c) Ofício do Senador Marcondes Gadelha, Presidente do Parlamento Latino-Americano — Grupo Brasileiro, solicitando autorização para confecção, pelo Cegraf, de material destinado ao Seminário "Perspectivas de Integração da América Latina: Problemas e Soluções". A Mesa decide encaminhar o pedido ao Cegraf para elaboração de Orçamento destinado a subsidiar posterior decisão.

d) Requerimento nº 198, de 1989, apresentado pelo Senador Roberto Campos, solicitando ao Poder Executivo (Ministério dos Transportes), através do Gabinete Civil da Presidência da República, informações sobre a Companhia de Navegação Lloyde Brasileiro.

Após examinada pelos presentes, a matéria é aprovada e encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

e) Proposta de Convênio entre o Senado Federal e o IPEA para impressão, pelo Cegraf, de publicações daquele Instituto.

A matéria é distribuída ao Senhor Primeiro Vice-Presidente para relatar.

f) Expediente do Presidente da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia propondo a manutenção de convênio existente entre aquela Instituição e o Senado Federal para publicação, pelo Cegraf, dos Boletins daquela Sociedade e da Neurocirurgia Contemporânea Brasileira.

A matéria é distribuída ao Senhor Segundo Vice-Presidente para relatar.

A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Antonio Luiz Maia que apresenta Parecer favorável à Prestação de Contas da Assefe — Associação dos Servidores do Senado Federal, relativa ao quarto trimestre de 1988 (Processo nº 000080/89-6.)

Os presentes, após discutirem a matéria, aprovam o Parecer.

Em continuação, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Diretor-Geral que traz ao conhecimento e deliberação da Mesa os seguintes assuntos:

a) Parecer do Senhor Segundo Secretário favorável à Prestação de Contas do Funsen — Fundo Especial do Senado Federal, relativa ao terceiro trimestre de 1988. O Parecer, após discutido pelos presentes, é aprovado.

b) Processos nºs 000774/89-8 e 012762/88-1, em que o servidor Afonso José Coelho César, aposentado, requer revisão de sua aposentadoria.

A matéria é distribuída ao Senhor Primeiro-Secretário para relatar.

Nada mais havendo a tratar, às doze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos, pelo que eu, José Passos Porto, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de assinada pelo Senhor Presidente vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 19 de abril de 1980. — Senador *Nelson Carneiro,* Presidente.

República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — Nº 044 TERÇA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 1989 BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 43ª SESSÃO, EM 24 DE ABRIL DE 1989

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Requerimentos

— Nº 203, de 1989, de autoria do Senador Cid Sabóia de Carvalho, requerendo tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 27/89 e 102/88.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR RUY BACELAR — Regulamentação do cooperativismo no País.

SENADOR AUREO MELLO — Homenagem a Umberto Calderaro Filho, ao ensejo do transcurso dos 40 anos do jornal *A Crítica*, de Manaus.

SENADOR HUMBERTO LUCENA — Plano de emergência para assistir às populações do Nordeste e, em particular, da Paraíba, atingidas pelas recentes inundações.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Encaminhando à Mesa o Requerimento nº 204/89, solicitando informações ao Poder Executivo sobre operações de venda de ouro no mercado futuro pela CVRD — Companhia Vale do Rio Doce.

SENADOR EDISON LOBÃO — Assistência às populações atingidas pelas chuvas prolongadas no Estado do Maranhão.

SENADOR AFFONSO CAMARGO — 4º aniversário do falecimento de Tancredo Neves.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Depoimento do Ministro João Alves Filho perante a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as denúncias sobre a devastação da "Hiléia Amazônica".

1.2.3 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 89/89, de autoria do Senador Carlos Chiarelli, que dispõe sobre o Aviso Prévio e dá outras providências.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e Membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal. *Votação adiada* por falta de *quorum*.

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989 (nº 1.516/89, na origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário, *Votação adiada* por falta de *quorum*.

1.3.1 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATAS DE COMISSÃO

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral ..... NCz$ 9,32
Exemplar Avulso ..... NCz$ 0,06

Tiragem: 2.200 exemplares.

Ata da 43ª Sessão, em 24 de abril de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nelson Carneiro e Aureo Mello

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Almir Gabriel — Alexandre Costa — Edison Lobão — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Humberto Lucena — Marco Maciel — Mansueto de Lavor — Albano Franco — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — João Calmon — Nelson Carneiro — Mauro Borges — Pompeu de Sousa — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Aureo Mello) — A lista de presença acusa o comparecimento de 24 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 203, DE 1989

Requeiro, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado números 27/89 e 102/88.

Sala das Sessões, 24 de abril de 1989. — *Cid Sabóia de Carvalho.*

O Sr. Senador Aureo Mello, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Senador Nelson Carneiro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacelar.

O SR. RUY BACELAR (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, chegou à Câmara dos Deputados, por iniciativa do ilustre Deputado Ivo Vanderlinde, projeto de lei que regulamenta a criação e o funcionamento de sociedades cooperativas. Embora o projeto deva chegar, no seu devido tempo, à apreciação desta Casa, desejo manifestar, desde já, meu apoio integral à iniciativa.

Cumpre ressaltar, em primeiro lugar, a legitimidade de seu conteúdo. O projeto incorpora, no seu todo, proposta elaborada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), resultante de prolongado processo de discussão, no decorrer do qual tiveram oportunidade de manifestar-se todas as instâncias do cooperativismo, das bases à direção nacional. Sem dúvida, esse processo atingiu seu ponto culminante no X Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em março de 1988. Ali, cerca de 790 delegados enviados por 370 cooperativas de todos os segmentos do sistema e de todas as regiões do País discutiram as questões centrais do movimento — organização e gestão cooperativas, educação cooperativista, autonomia financeira do sistema e política de crédito própria, relações intercooperativas, relações do sistema com o Estado e a sociedade civil, a estrutura dos órgãos de representação do cooperativismo — e posicionaram-se a seu respeito.

No que se refere às relações cooperativistas-Estado, a Assembléia Nacional Constituinte reconheceu a justiça e a relevância da reivindicação central do cooperativismo — a autonomia — tornando-a norma constitucional. Diz o inciso XVIII do art. 5º da Carta Magna: "A criação de associações e, na forma da lei, a de coopertivas, independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento". Estabeleceu-se, portanto, o preceito geral, a par da incumbência do Congresso Nacional de regulamentá-lo em lei.

Em segundo lugar, desejo ressaltar a importância atual e potencial, do cooperativismo para nosso desenvolvimento econômico e social. Pude constatá-la na prática, na condição de cooperado e dirigente de cooperativa que fui. Essa experiência fez de mim observador atento do desenvolvimento do cooperativismo no País e, na medida de minhas possibilidades, representante dos anseios e reivindicações do sistema, anseios cuja evidente justiça fundamenta-se na convergência entre os interesses das populações cooperadas e aqueles da coletividades maiores em que se inserem as cooperativas.

Pois, em sua essência, o cooperativismo nada mais é que a produção coletiva de serviços necessários à atividade econômica dos associados.

A unidade econômica formada com esse fim — a cooperativa — não visa, portanto, ao lucro, como qualquer empresa privada, mas à satisfação da necessidade para que foi criada com o menor custo possível para seus usuários. Seu êxito tem origem na união, na soma das ações, antes dispersas, dos cooperados. Assim, a venda em comum liberta o produtor agrícola da dependência de intermediários e permite à produção chegar mais rapidamente, e a custo menor, ao consumidor final. A compra conjunta de bens multiplica o poder de barganha do cooperado no mercado e possibilita, em conseqüência, a obtenção de preços mais vantagosos que os correntes para compradores individuais.

O Sr. Edison Lobão — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Com prazer, nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão — Quero associar-me, Senador Ruy Bacelar, ao discurso de V. Exª em apoio ao projeto da Câmara que diz respeito às cooperativas em nosso País. Em verdade, esta é uma feliz iniciativa. Os nossos produtores rurais lutam com toda a dificuldade de que se tem notícia, e nem sempre o fruto de seu trabalho consegue chegar às grandes cidades em condição de reverter em benefício àquele que produz. No interior do meu Estado, e penso que no interior do seu Estado também, ocorre isto: muitas vezes, um saco de arroz vale menos do que um quilo de café. Isto, pelas dificuldades que se erguem diante do pobre produtor rural. Mas, na medida em que as cooperativas se organizam — e a experiência tem — nos demonstrado — o interesse legítimo do produtor rural é bastante defendido. A iniciativa do Deputado Ivo Vanderlinde, que tem agora o apoio de V. Exª e também o meu, poderá resultar num grande avanço em matéria de benefício para o nosso pequeno produtor rural. Muito obrigado a V. Exª

O SR. RUY BACELAR— Agradeço a V. Exª pelo aparte, que incorporo, com muita satisfação, ao meu discurso. Ele vem juntar-se ao nosso posicionamento em favor da regulamentação do cooperativismo no Brasil. Não tenha dúvida de que o cooperativismo vai ajudar sobremodo o pequeno agricultor do seu, do meu Estado e de todo o País.

V. Exª tem muita razão quando diz que um saco de arroz, às vezes por falta de transporte, mas sobretudo por falta de comercialização, custa quase nada em face de que se gasta para produzi-lo, dificultando, assim, o produtor rural e, conseqüentemente também o consumidor.

Não tenha dúvida V. Exª de que, através do cooperativismo, da venda em comum, ou seja, da comercialização, vão ganhar o cooperado, o produtor, o associado, mas sobretudo o consumidor brasileiro, com o extermínio do intermediário. É por isto que incorporo, com muito agrado, o aparte de V. Exª ao nosso pronunciamento.

Mas, dando prosseguimento, Sr. Presidente, quero dizer a V. Exª e aos Exmºs Srs. Senadores que, pelas mesmas razões dos cooperados ou das cooperativas de vendas em comum ou compras em comum, os cooperados podem obter créditos a juros inferiores às taxas de mercado e colocar seus serviços à venda por preços mais compensadores. Em síntese, portanto, cooperativas podem prestar serviços a custos menores que os de uma empresa normal, porque reúnem as vantagens da economia de escala com a inexistência de margens de lucro próprias. Atuam no sentido de diminuir ou eliminar a margem de lucro das empresas com que concorrem, em benefício de produtores e consumidores, mediante substituição completa ou acirramento da concorrência no setor.

Com tudo o desenvolvimento do sistema cooperativista esbarrou, há tempo, nas limitações da legislação vigente. A Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, consagra a tutela estatal sobre o cooperativismo brasileiro, tutela semelhante à exercida, até a promulgação da nova Constituição, sobre o movimento sindical.

Conforme a legislação ainda em vigor, o funcionamento de cooperativas depende de autorização de órgão fiscalizador competente, ou seja, agências estatais são incumbidas de autorizar a função de cooperativas, ditar normas de funcionamento, fiscalizar suas atividades e, ainda, detêm o poder de intervenção sobre elas. O segmento que, talvez, tenha sofrido as maiores conseqüências dessa tutela é o cooperativismo de crédito, cuja viabilidade foi severamente restringida pela normatização específica imposta pelo Banco Central.

Os entraves da lei, Sr. Presidente, contudo, retardaram mas não impediram o intenso crescimento que o cooperativismo experimentou, nas últimas décadas, no País. Os anos de pioneirismo já estão longe e há, hoje, cooperativas trabalhando com êxito nos setores de eletrificação rural, ensino, trabalho, construção de moradias, crédito, consumo, transporte de cargas e de passageiros e prestação de serviços de saúde, entre muitos outros. Mesmo no setor tradicionalmente mais desenvolvido, o agropecuário, cresce a participação das cooperativas na comercialização de grãos, hortigranjeiros, leite e derivados, cacau e algodão, para citar apenas alguns produtos de maior relevância econômica.

Paralela à expansão do sistema, incrementou-se a consciência das bases cooperadas. A vivência, o acúmulo de experiências e a criação de canais de discussão, debate e a circulação de idéias por parte das direções do sistema redundaram, sem dúvida, numa consciência mais precisa, e mais disseminada, do cooperado a respeito de sua atividade, das perspectivas que se lhe apresentam e dos diversos obstáculos a enfrentar.

No entanto, o próprio crescimento do sistema o torna mais sensível aos entraves da legislação. As cooperativas, por intermédio de seus órgãos de representação, vêm há muito denunciando a tutela estatal e reivindicando a autonomia plena do sistema. Entendem ser incumbência do Estado apenas ações de incentivo, fomento e apoio, jamais a tutela e a interferência. Reivindicam, em suma, o mesmo grau de autonomia de que gozam as demais empresas brasileiras.

Assegurada a autonomia na Constituição, resta a elaboração da lei regulamentadora. Sob esse aspecto, a proposta apresentada pela Organização das Cooperativas Brasileiras constitui, a meu ver, subsídio inestimável. Define, com a precisão necessária, os traços distintivos de uma sociedade cooperativa, bem como seus campos de ação e tipos diferentes; estabelece os procedimentos de sua constituição e os dispositivos mínimos que devem cotar de seus estatutos; assegura os direitos dos associados e relaciona suas obrigações; garante a gestão democrática da sociedade, regulando minimamente a realização das assembléias gerais e das eleições; prevê a estruturação dos órgãos de administração e as normas aplicáveis ao funcionamento operacional da cooperativa, inclusive nos casos de insolvência e, finalmente, detém-se, pormenorizadamente, na forma de representação do sistema cooperativista.

É importante assinalar que a retirada do poder de fiscalização do Estado não deixa, na proposta, as cooperativas libertas de qualquer responsabilidade por suas ações. As cooperativas permanecem, obviamente, sujeitas às determinações da lei e a fiscalização de seu cumprimento passa a ser tarefa dos órgãos de representação do sistema. Ou seja, caberá às Organizações Estaduais de Cooperativas e, numa instância superior, à Organização das Cooperativas Brasileiras, conceder autorização de funcionamento e fiscalizar o cumprimento das disposições legais por parte das sociedades cooperativas.

A aprovação de uma lei cooperativista com essas características constituirá, inegavelmente, um momento importante da reordenação legal de que necessita o sistema. No entanto, a iniciativa legiferante não deve deter-se nesse ponto. Há ainda, a elaborar, as normas que regularão as ações de apoio, incentivo e fomento por parte do Estado. É premente a definição em lei, também prevista na Constituição, do tratamento tributário adequado ao ato cooperativo, matéria esta objeto de projeto de lei apresentado por mim, recentemente a esta Casa. Somente dessa forma o cooperativismo brasileiro contará com um arcabouço legal abrangente para orientar sua atividade.

Para finalizar, Sr. Presidente, desejo manifestar minha convicção de que a autonomia do cooperativismo representará um fator poderoso para a expansão futura do sistema. Creio, firmemente, que a pujança atual do cooperativismo constitui apenas parte reduzida do potencial de crescimento que se realizará nos próximos anos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há poucos dias, ao apartear o Senador Marcondes Gadelha, lembrei que a natureza tem sido bastante desigual ao Nordeste que ora está sujeito, sobretudo, na sua zona semi-árida, aos efeitos das secas periódicas, ora aos efeitos da chamada "seca verde", decorrente da irregularidade das chuvas, ora aos efeitos das enchentes, como aca-

ba de ocorrer naquela sofrida região. E o meu Estado, a Paraíba, foi sem dúvida, talvez o mais prejudicado nesses últimos dias, pelas chuvas copiosas que caíram na sua zona litorânea, como sói acontecer toda vez que o inverno se concentra em precipitações bem acima do normal.

A Capital paraibana, a pacata, verde e progressista cidade de João Pessoa, foi atingida por uma verdadeira tromba-d'água, que levou à morte mais de trinta pessoas em apenas uma semana. Além disto, destruiu cerca de mil casas da população de baixa renda na periferia da Capital, deixando desabrigadas mais de cinco mil pessoas, segundo relatório, cuja cópia tenho em mãos, do Governo do Estado da Paraíba, assinado pelo Secretário de Transportes, responsável pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

O Governo do Estado, a braços com uma das maiores crises, de caráter econômico-financeiro, com uma folha de pessoal cuja despesa, mensalmente, se equipara à receita própria do Estado, da ordem de 20 milhões de cruzados novos, com um endividamento externo e interno dos maiores, sem condições de resgate em dia, recorrendo, como ocorre com os demais Estados da Federação, a uma rolagem permanente junto ao Governo Federal, dispõe de poucos recursos para o enfrentamento da situação, que se criou, com as chuvas que caíram em João Pessoa e cidades vizinhas.

Apesar disso, o Governador Tarcísio Burity fez um atendimento de urgência, socorrendo as populações desabrigadas, procurando situá-las em albergues do Governo do Estado, alimentando-as, assistindo-as através da Secretaria de Saúde do Estado. Mas, o mais importante, que é sem dúvida a reconstrução das casas das populações de baixa renda, que foram destruídas, em cerca de mil, exige recursos que, evidentemente, o Governo do Estado não dispõe.

Portanto, a minha presença na tribuna, na tarde de hoje, Sr. Presidente, é para, ao tempo em que peço a V. Exª que considere como lido esse relatório, para que seja publicado como parte deste pronunciamento — dirigir um apelo veemente às autoridades competentes do Governo Federal, aos Srs. Ministros do Interior, do Planejamento, da Previdência e da Saúde para que somem os seus esforços e procurem, o mais rápido possível, aprovar um plano de emergência para socorrer as populações, que foram atingidas por essas enchentes no Nordeste brasileiro, particularmente na Paraíba, através do convênio com os Governos dos Estados.

O Sr. Albano Franco — Permite-me V. Exª um aparte?

O Sr. Humberto Lucena — Ouço V. Exª com atenção.

O Sr. Albano Franco — Nobre Senador Humberto Lucena, estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Exª, em que solicita, por parte do Governo federal, principalmente nas áreas dos Ministérios do interior, da Saúde e da Previdência, ajuda às vítimas das inundações das enchentes no Estado de V. Exª E, por uma dessas coincidências infelizes, ontem à noite, hoje, no meu Estado, três municípios, um deles dirigidos por meu irmão, que é o prefeito municipal, sofre deste mesmo tipo de problema que está ocorrendo na Paraíba, somente hoje, no Município de Laranjeiras; em Sergipe, às 9 horas da manhã já havia mais de 60 famílias desabrigadas. Atingidos também no meu estado, os Municípios de Mauim e de São Cristovão que estão, também com centenas de famílias desabrigadas. E nesta mesma solicitação que V.Exª faz hoje, nós também aproveitamos este aparte, não só para nos solidarizarmos com as palavras de V. Exª, mas para dizer que Sergipe e os municípios ora afetados, principalmente, espero, não só os que necessitam, como, por exemplo, Laranjeiras, da continuidade das obras de saneamento, iniciadas em outubro do ano passado, antes das eleições municipais, mas que, infelizmente, depois das eleições, foram suspensas e, teriam evitado a repetição das enchentes, como as que têm ocorrido no Município de Laranjeiras. Quero, desde já, solidarizar-me com o Estado da Paraíba neste problema e pedir a atenção destas autoridades, no mesmo sentido, para estes três municípios, que sofrem com as enchentes do Estado de Sergipe.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Agradeço as palavras de V. Exª e diria que, por isso mesmo, nobre Senador Albano Franco, ao iniciar pronunciamento, eu me referia não apenas ao meu estado — que citei apenas como exemplo — mas a toda a região nordestina, sobre tudo àqueles municípios situados na área litorânea.

V.Exª tem toda a razão. Esse socorro do Governo federal deve ser para todos os estados do Nordeste que foram prejudicados por essas inundações.

O Sr. Afonso Sancho — Permite V. Exª uma aparte, nobre Senador?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Afonso Sancho — Realmente, Senador Humberto Lucena, parece-nos que o Nordeste tem qualquer coisa de diferente das outras regiões do Brasil. Porque, como V. Exª bem disse, temos a seca, temos a seca verde — que é aquela que só dá mato, às vezes dá para criar pecuária — e temos as enchentes que, pelo que se lê, o último que se leu foi o caso do estado do nosso companheiro, Senador Albano Franco. Então, a situação é muito grave. No ceará, temos as enchentes do rio Jaguaribe, que antigamente era o maior rio seco do mundo, hoje é um rio perene, com 50 mil pessoas desabrigadas. Entendo que o Governo poderia agir com mais precisão, poderia lançar mão do Fundo criado, de 3%, para o Nordeste, porque a alegação, a essa altura, seria de que não existe erro. Mas, existe este Fundo; então, que se liberassem certos valores desse Fundo para atender a essas populações desabrigadas, porque se formos depender da boa-vontade somente dos ministros sem dinheiro, tenho a impressão de que nunca chegará nada ao Nordeste, pelo menos neste momento. De forma que, em face de V.Exª ter solicitado ao presidente para trasmitir este apelo aos ministros, já estou mostrando o caminho, que poderá encontrar alguma dificuldade, mas é o caminho certo, é o caminho que tem dinheiro, é o caminho do dinheiro do Fundo — 3%, dos quais, até agora, ao que eu sei, só foram entregues cerca de 200 milhões de cruzaados, quando poderia ter sido entregue muito mais. Mas temos dois projetos de lei, regulamentando o assunto; um, aqui no Senado Federal, de autoria do Senador Divaldo Suruagy, e outro, na Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Firmo de Castro, os quais estão solicitando urgência, para que sejam aprovados o mais breve possível, a fim de que esse dinheiro seja aplicado e, especialmente nestes momentos de crise, que o nosso povo está sofrendo, por causa do excesso de chuva. Muito obrigado, Senador.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Nobre Senador Afonso Sancho, além desses recursos a que V. Exª se reporta, que, se não me engano, são recursos que deverão ser transferidos ao Banco do Nordeste do Brasil, temos também no orçamento da União a chamada Reserva de Contingência, que é justamente utilizada para fazer face a essas calamidades públicas que, em geral, acontecem, de uma hora para outra, e o Governo federal precisa estar preparado para enfrentá-las.

Esses recursos terão que ser gastos, a fundo perdido, porque não há retorno para uma aplicação dessa natureza. São investimentos na área social que representam um verdadeiro pronto-socorro às populações de baixa renda que hoje estão inchando as periferias das grandes cidades brasileiras.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, deixo, assim, este veemente apelo aos Srs. Ministros, esperando que também a sensibilidade de nordestino do Senhor Presidente da República, contribua neste instante, para que aquela região seja atendida, através do socorro a essas populações flageladas pelas enchentes, a fim de se evitar o pior que seria o alastramento de uma epidemia generalizada.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. HUMBERTO LUCENA EM SEU DISCURSO:

"GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

Secretaria dos Transportes e Obras
Coordenadoria Estadual de Defesa Civil

Relatório sobre ocorrências desastrosas e atendimento aos flagelados

ABRIL/89

SUMÁRIO

1 — Considerações Gerais
2 — Casas condenadas
3 — População atingida
4 — Atendimento aos flagelados

5 — Entidades envolvidas
6 — Ação governamental
7 — Custo de operação
8 — Conclusão
9 — Anexos

1 — CONSIDERAÇÕES GERAIS

As fortes chuvas que caíram sobre a cidade de João Pessoa, no período compreendido entre os dia 7-4-89 a 12-4-89, deixaram em seus rastros muitos mortos e milhares de pessoas sem teto, com a agravante de que estamos, apenas, entrando na estação chuvosa.

E como não poderia deixar de acontecer, a Cedec — Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, vinculada à Secretaria dos Transportes e Obras do Estado da Paraíba, que tem como objetivo principal resguardar a comunidade contra eventos desastrosos, desde o mês de fevereiro último, que já havia expedido para as prefeituras em cujos municípios costumam acontecer fatos desta natureza, e João Pessoa, se inclui entre as mais problemáticas, devido a má ocupação do solo, correspondência solicitando para que fossem realizados trabalhos de prevenção, ou seja, desobstrução de galerias, proteção de encostas, a fim de que, com a chegada do inverno, a população não viesse a sofrer tragédias tão nefastas como a dos últimos acontecimentos.

Como o nosso alerta não surtiu o efeito esperado, e aconteceram inundações e desabamentos de encostas em locais de grande concentração populacional, o Governo do Estado, através da Cedec, colocou todos os seus recursos, disponíveis, materias e humanos, numa penosa ação de socorro aos flagelados, abrigando-os, e fornecendo-lhes alimentação, colchões e assistência médica.

Outro aspecto importante, que convém registrar, é que a Defesa Civil constatou que mais de 900 casas e barracos foram construídos em encostas ou no sopé de barreiras completamente fissuradas e sem nenhuma estabilidade, o que obriga a evacuação definitiva das áreas e conseqüentemente a relocação de aproximadamente 900 famílias, em casas a serem construídas pelo poder público, e esta intenção já foi manifestada pelo Governo do Estado, uma vez que as pessoas atingidas não dispõem de recursos para tal.

2 — CASAS CONDENADAS

Bairro São José	420
Favela Saturnino de Brito	156
Barreira Cabo Branco	102
Favela Timbó	106
Favela Riacho	60
Favela Tito Silva	62
Favela Taipa	08
Favela Renascer	17
Favela Gauchinha	17
Favela Boa Esperança	15
Favela Bola na Rede	09
TOTAL	972 unidades

3 — POPULAÇÃO ATINGIDA

A catástrofe que se abateu sobre a cidade atingiu, praticamente, pessoas de baixa renda, sem quaisquer condições de se refazerem com seus próprios recursos.

O número de desabrigados se aproxima dos 5.000, de conformidade com o cadastramento realizado pela Cedec, enquanto que 30 morreram soterrados.

4 — ATENDIMENTO AOS FLAGELADOS

Poucas foram as famílias desabrigadas que buscaram abrigo em casas de amigos ou parentes, optando em sua totalidade pelos abrigos improvisados pela Cedec.

Inicialmente, já foram distribuídos 18 toneladas de alimentos, o suficiente para ser consumido durante 7 (sete) dias, sendo, também, fornecidos, colchões e cobertores além de uma permanente assistência médica.

5 — ENTIDADES ENVOLVIDAS

Convém registrar a valiosa ajuda que a Cedec recebeu dos diversos órgãos públicos que se aliaram no socorro aos flagelados, destacadamente do Corpo de Bombeiros, Secretaria de Serviço Social, Suplan, Saelpa, Secretaria da Saúde e também da Guarnição Federal do Exército brasileiro instalado nesta capital.

6 — AÇÃO GOVERNAMENTAL

Para atingir o efetivo apoio à população flagelada, o Governo Estadual, terá que prosseguir em sua ação já iniciada, e que ao concluí-la, terá realizado as seguintes tarefas:

6.1 — Atendimento aos flagelados logo após os trágicos acontecimentos, como seja, remoção, abrigo, alimentação e atendimento médico e mantê-las até sua relocação definitiva, que é estimada em 120 dias, quando da construção de novas moradias, se as construções forem iniciadas dentro de 15 (quinze) dias.

6.2 — Construção de 972 casas, tipo embrião, conforme projeto anexo, em local seguro a ser adquirido (ou determinado).

6.3 — Procurar influir junto à Prefeitura Municipal, para que as diversas áreas atingidas pela catástrofe, e outras que venham a ser detectadas, recebam uma atenção constante, impedindo-as de serem novamente ocupadas, até que lhes sejam dadas destinações compatíveis.

6.4 — Fazer remanejamento de abrigos, procurando a desocupação dos Estabelecimentos de Ensino, para que os estudantes não sejam também prejudicados.

7 — CUSTO DE OPERAÇÃO

7.1 — Alimentação durante 120 dias, 17.496 cestas básicas, padrão Sudene	524.880,00
7.2 — Construção de moradias	
7.2.1 — Aquisição de terrenos	600.000,00
7.2.2 — Construção de 972 casas	5.832.000,00
7.2.3 — Infra-estrutura (50%)	3.216.000,00
7.3 — Diversos — distribuição de cobertores, colchões, medicamentos e outros atendimentos	400.000,00
Custo Total	10.572.880,00

8 — CONCLUSÃO

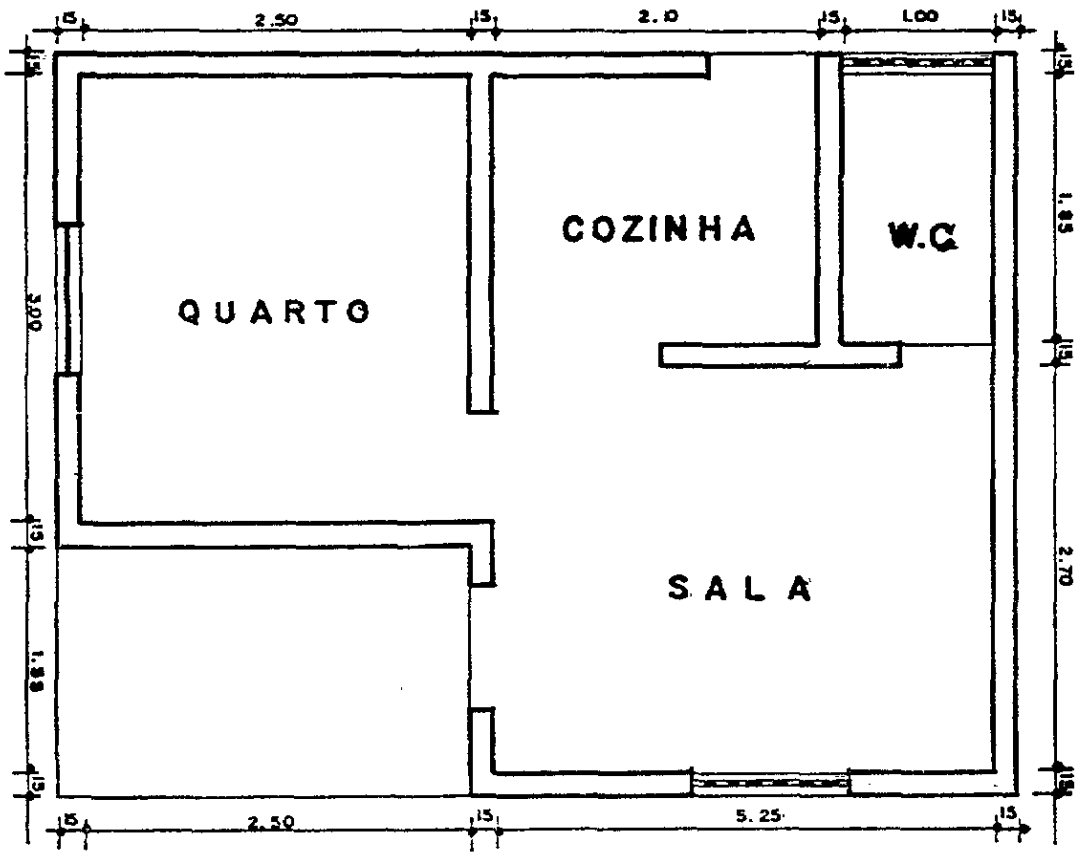
Como o Estado da Paraíba não dispõe dos recursos necessários para arcar com os custos da ação de socorro e relocação das famílias atingidas, se torna imprescindível a ajuda do Governo Federal, dentro da urgência que a situação requer, para que a população atingida sinta que não está abandonada.

9 — ANEXOS

9.1 — Projeto de residência, tipo embrião, composto de planta baixa, locação e fachadas.

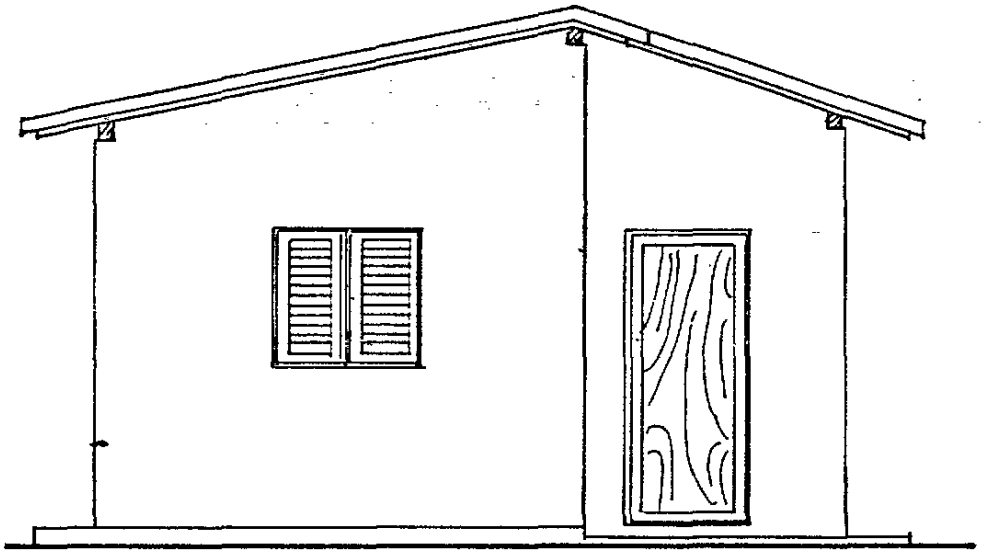
9.2 — Fotografias de situações diversas.

Engº *Hélio Paredes Cunha Lima* Secretário dos Transportes e Obras e Presidente da Cedec."



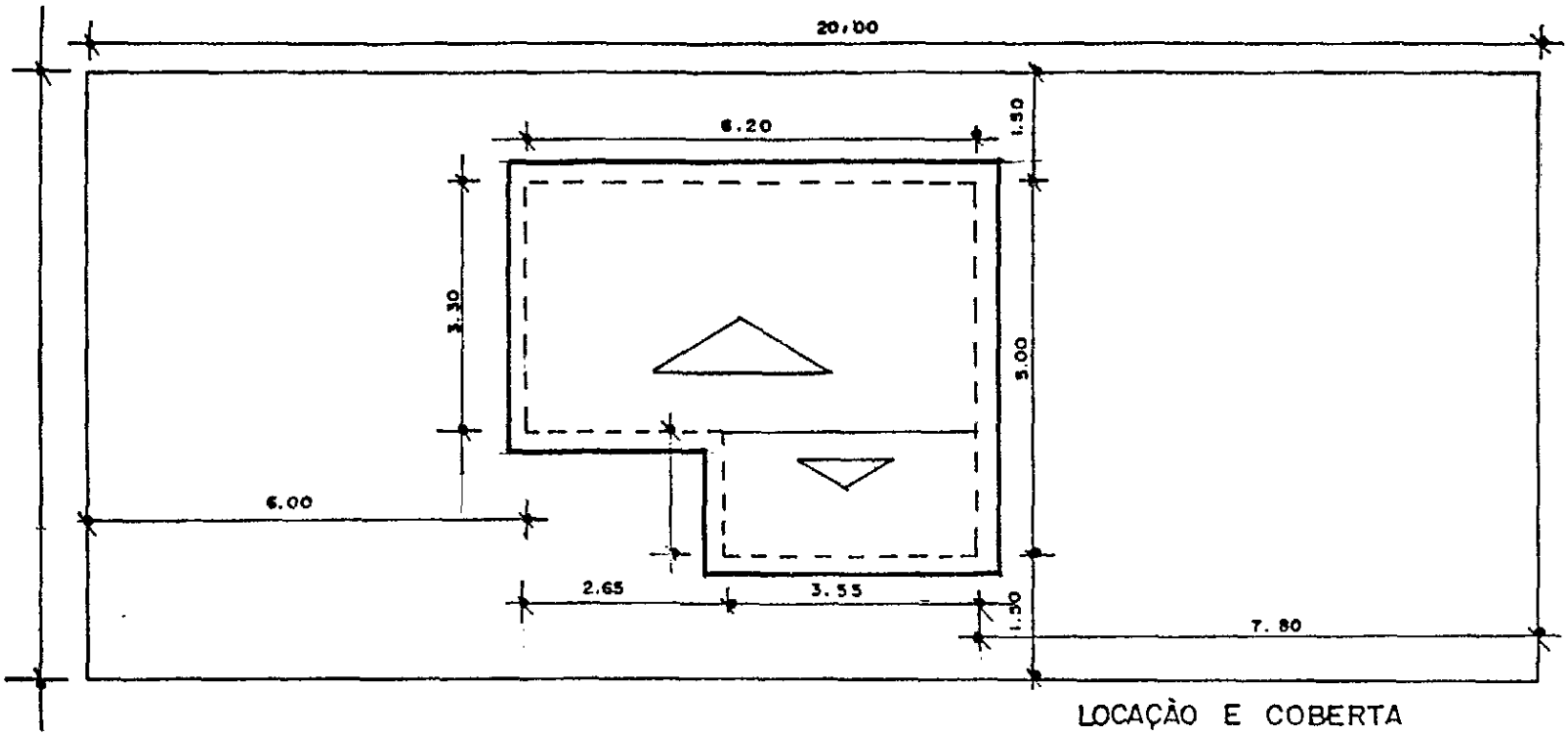
PLANTA BAIXA

GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS — S.T.O.
COORD. ESTADUAL DE DEFESA CIVIL — C.E.D.F.C.



FACHADA

GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA	
SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS - S.T.O.	
COORD. ESTADUAL DE DEFESA CIVIL - C.E.D.E.C.	
F A C H A D A	AREA



LOCAÇÃO E COBERTA

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA	
SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS - S.T.O.	
COORD. ESTADUAL DE DEFESA CIVIL - C. E.D.E.C.	
LOCAÇÃO E COBERTA	ÁREA DO TERRENO 160,00 m²
ESCALA: 1/ 100	DESENHO

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa defere o pedido de V. Exª e fará incluir no seu discurso o relatório a que se referiu.

Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Lira. (Pausa)

S. Exª não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, pedi a palavra apenas para encaminhar à Mesa um requerimento de informações, em face de uma declaração do Senador Edison Lobão, quando defendia um projeto em exame pelo Senado.

Na sessão realizada no dia 20 do corrente, quando a matéria foi colocada em Ordem do Dia — matéria que se refere ao problema do ouro — o relator, o nobre Senador Edison Lobão assim se pronunciou a respeito do tema:

> "Este dispositivo foi solicitado pelo presidente da Companhia Vale do Rio Doce, que realizou operações na Bolsa de Valores com ouro que não tinha para entregar, ouro que a Companhia Vale do Rio Doce não possuía, e não cometeu nenhuma ilegalidade, por isso se chama mercado futuro".

E continua o nobre Senador:

> "E quem me declarou isto foi o próprio presidente da Companhia Vale do Rio Doce: vendeu, aproximadamente, 15 toneladas de ouro que não tem para entregar. Portanto, esse dispositivo vem exatamente equacionar a dificuldade em que se encontra a Companhia Vale do Rio Doce."

Sr. Presidente, tudo isso se refere ao art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989, que nós estamos combatendo aqui na Casa, razão pela qual estou encaminhando a V. Exª, em face às declarações do nobre relator, e requerimento com as seguintes indagações:

1) Quando, e em que condições, foram realizdas as operações de vendas futuras de ouro pela Companhia Vale do Rio Doce num montante global de 15 (quinze) toneladas?

2) Quais os valores de venda e os prazos previstos de entrega do metal? Explicitar, ainda, as sanções a que se sujeita a empresa estatal no caso de inadimplência.

3) Quais os estudos técnicos realizados previamente que recomendaram a questionada operação de venda no mercado futuro?

4) Pretende a Vale do Rio Doce quitar sua obrigação adquirindo metal na praça ou recorrendo a estoques oriundos de jazidas em exploração?;

5) À época da (s) operação (ões) encontrava-se a empresa com dificuldades de caixa? Caso afirmativo, por que razão e qual o volume do déficit a ser suprido emergencialmente?

6) O presidente do Banco Central efetivamente aprovou o pedido da Vale do Rio Doce para efetuar a venda de cerca de 15 (quinze) toneladas de ouro no mercado futuro? Caso afirmativo, com que base e em que dispositivo legal e quais foram os adquirentes?

7) Está a Companhia Vale do Rio Doce autorizada a operar regularmente no mercado de futuro?

São essas as informações que estou pedindo a V. Exª e que estão devidamente justificadas no requerimento que ora encaminho à Mesa Diretora.

Muito obrigado a V. Exª.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ITAMAR FRANCO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

REQUERIMENTO Nº 204, DE 1989

Senhor Presidente,

O Chefe do Poder Executivo encaminhou recentemente ao Congresso Nacional, na forma do que faculta o parágrafo 1º do artigo 64 da Constituição, Projeto de Lei destinado a regulamentar as hipóteses em que o ouro será considerado ativo financeiro e, por conseguinte, nos termos do artigo 153, § 5º da Carta Magna, ficará sujeito, exclusivamente, ao imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro nas condições que vierem a ser estatuídas pelo legislador ordinário.

Como é do conhecimento geral, a proposição em pauta causando intensa polêmica no seio da Câmara Alta, não só pelas notórias deficiências que apresenta no plano da técnica legislativa, mas sobretudo pelo caráter ambíguo e pouco explícito de inúmeras normas. Enquadra-se nesta hipótese o questinado artigo 5º, de efeitos nitidamente retroativos, a facultar ao Banco Central do Brasil considerar, para efeitos tributários, sujeitos à nova disciplina as operações até aqui realizadas com o metal.

Como a exposição de motivos é absolutamente omissa a respeito do assunto e não tendo sido possível esclarecer no curso da tramitação da matéria, no âmbito da Câmara dos Deputados, as razões justificadoras da medida excepcional, diversos senadores passaram a cobrar da Liderança do Governo nesta Casa uma explicação para o pretendido favor fiscal.

Na sessão realizada em 20-4-89, quando a matéria foi equivocadamente colocada na ordem do dia, o Relator, Senador Edison Lobão, assim se pronunciou a respeito do tema:

"Esse dispositivo foi solicitado pelo presidente da Companhia Vale do Rio Doce, que realizou operações na Bolsa de Valores, com ouro que não tinha para entregar, ouro que a Companhia Vale do Rio Doce não possuía, e não cometeu nenhuma ilegalidade, porque isso se chama mercado futuro..."

"E quem me declarou isto foi o próprio presidente da Companhia Vale do Rio Doce. Vendeu aproximadamente 15 toneladas de ouro, que não tem para entregar. Portanto, esse dispositivo vem exatamente equacionar as dificuldades em que se encontra a Cia. Vale do Rio Doce."

Ninguém ignora a existência no País e em todos os mercados financeiros avançados da chamada Bolsa de Futuros, onde se compra e vende, respectivamente, para entrega em data posterior. Ocorre que tais operações obedecem a regras previamente definidas, não sendo de se presumir que uma determinada empresa, pelo simples fato de ter recorrido a tal expediente comercial, venha a se encontrar em "dificuldades", como qualifica o Senador Lobão a atual posição da Cia. Vale do Rio Doce.

É pois necessário que se esclareça devidamente em que condições tais operações comerciais foram realizadas, que razões levaram a empresa estatal a vender num mercado futuro presumivelmente em alta, quais os estudos prévios levados a efeito que recomendaram a medida e, enfim, especificamente, quais as "dificuldades" atualmente enfrentadas pela sociedade de economia mista.

Ademais, afirmou o ilustre representante do Maranhão que o presidente do Banco Central "... havia autorizado à Cia. Vale do Rio Doce a realizar aquela operação — futuro, para suprir o caixa da Companhia Vale do Rio Doce". É ainda o nobre Relator da matéria que, após ouvir aquela autoridade, diz ter-lhe sido assegurado tratar-se de uma operação "... absolutamente legal, tanto assim que a havia autorizado".

Tais declarações, ao invés de espancar dúvidas, aumentam, no espírito dos congressistas, inquietações sobre o real significado dos negócios.

Em primeiro lugar, porque não nos parece existir norma alguma outorgando ao presidente do Banco Central a faculdade de autorizar ou vetar, isoladamente, operação no mercado futuro. Cabe à autarquia, isto sim, disciplinar, de forma genérica e impessoal, as transações, evitando distorções e indesejáveis especulações no trato deste tipo de negócio. Quanto à Vale do Rio Doce, ou bem estava ela autorizada a operar, e neste caso não necessitava de prévia consulta ao presidente do Banco Central, ou então encontra-se inabilitada a realizar tais contratos, não sendo dado ao órgão fiscalizador abrir exceção.

Em segundo lugar, que razões excepcionais terão ensejado a propalada dificuldade de caixa de tão sólida empresa estatal? Não haveriam outros meios para suprir a deficiência a não ser o ingresso no sempre incerto mercado de futuros?

Vê-se que à medida que os debates em torno da matéria avançam, mais dúvidas surgem, agora colocando em questão a própria estabilidade econômico-financeira de uma das mais importantes sociedades de economia mista do País.

Por todas estas razões, Sr. Presidente, é o presente requerimento de informações para que o Poder Executivo, por intermédio dos Ministérios aos quais se encontram vinculados o Banco Central do Brasil e a Cia. Vale do Rio doce, respondam às seguintes indagações:

1) Quando, e em que condições, foram realizadas as operações de venda futura de ouro pela Companhia Vale do Rio doce num montante global de 15 (quinze) toneladas?

2) Quais os valores de venda e os prazos previstos de entrega do metal? Explicitar, ainda, as sanções a que se sujeita a empresa estatal no caso de inadimplência.

3) Quais os estudos técnicos realizados previamente que recomendaram a questionada operação de venda no mercado futuro?

4) Pretende a Vale do Rio Doce quitar sua obrigação adquirindo o metal na praça ou recorrendo a estoques oriundos de jazidas em exploração?

5) À época da(s) operação(ões) encontrava-se a empresa com dificuldades de caixa? Caso afirmativo, por que razão e qual o volume do déficit a ser suprido emergencialmente.

6) O Presidente do Banco Central efetivamente aprovou o pedido da Vale do Rio Doce para efetuar a venda de cerca de 15 (quinze) toneladas de ouro no mercado futuro? Caso afirmativo, com que base e em que dispositivo legal e quais foram os adquirentes?

7) Está a Companhia Vale do Rio Doce autorizada a operar regularmente no mercado de futuro?

Sala das Sessões, 24 de abril de 1989. — Senador *Itamar Franco.*

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa recebe o pedido de informações de V. Exª e o submeterá, amanhã, na forma regimental, ao exame da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tanto quanto o Estado do eminente Senador Humberto Lucena, o meu, o Maranhão, passa por momentos de extrema dificuldade. Aei, também, as chuvas têm causado sérios problemas a inúmeras de nossas cidades. A grande Rodovia Belém-Brasília, que serve de veia de alimentação de toda a economia do Estado, foi por duas vezes interrompida à altura da cidade de Açailândia e do povoado de Itinga, em razão das chuvas torrenciais que ali caem. Centenas e centenas de caminhões de carga têm permanecido dias e dias à margem desta rodovia, pela impossibilidade de prosseguir a sua jornada.

A BR-226, que liga Porto Franco a Presidente Dutra, servindo aos Municípios de Sítio Novo, de Amarante do Maranhão, de Porto Franco, Montes Altos, Grajaú, Barra do Corda, tornou-se intransitável. É uma rodovia que não está totalmente asfaltada e na parte em que não está asfaltada, em razão das chuvas, por ali, nenhum caminhão trafega mais a esta altura.

Pior do que isso, Sr. Presidente, os Municípios de Pedreiras e Bacabal estão sendo submetidos, já há algum tempo, também, às chuvas intensas. E o que ocorre, ali? Epidemias, dificuldades de saúde de toda sorte, para não mencionar outras dificuldades. Sem que os hospitais locais tenham condições sequer de ampliar o seu atendimento, em virtude da política de compressão de despesas da Previdência Social. Sr. Presidente, o apelo que faço desta tribuna, em nome dos maranhenses sofridos, que estão agora sendo castigados pela infelicidade desses problemas que surgiram, é aos Ministros da Previdência Social, dos Transporte e até ao Governo do Estado do Maranhão, para que assistam às populações com tais dificuldades, notadamente das cidades de Bacabal e Pedreiras, que estão sofrendo mais neste instante.

O Senador Humberto Lucena lembrava, ainda há pouco, que existe no Orçamento a Reserva de Contingência, bastante alentada, e tais recursos servem basicamente para os momentos de acidente como esse em que vivem vários Estados, sobretudo do Norte e Nordeste do País. O Governo poderá valer-se da Reserva de Contigência para que com tais recursos procure resolver o problema das rodovias e, sobretudo, os problemas hospitalares surgidos nas últimas semanas.

Este, o apelo que deixo aqui, ao Governo Federal e ao Governo do meu Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO (PTB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, dia 21 de abril, ao mesmo tempo em que se comemorava a lembrança da morte de Tiradentes, completavam também 4 anos da morte do Presidente Tancredo Neves.

País estranho, o nosso País. Parece que, à medida em que vamos perdendo as esperanças, também vamos perdendo a memória. A não ser pelo que percebi num especial na televisão — por sinal muito bem feito, com relação a vida de S. Exª — em matéria de jornais, pouco ou nada se registrou sobre Tancredo Neves.

Estamos com os partidos moribundos. Acho que ninguém tem dúvida com relação a isso. Não se faz democracia forte sem partidos fortes. Foi [illegible]nte nesta caminhada da construção democrática, tão difícil de ser realizada, e por causa desta caminhada, que morreu Tancredo Neves.

Sabe V. Exª, como amigo fraterno que era de S. Exª, que esforço brutal não terá ele feito para renunciar ao Governo de Minas Gerais, porque os mineiros, tradicionalmente, colocam Minas como sua preocupação número um. Podemos, portanto, imaginar o esforço de S. Exª para ter a coragem de renunciar ao Governo do seu Estado, na hora em que a sua vitória não tinha nenhuma garantia.

Enganam-se aqueles que pensam que Tancredo renunciou ao Governo de Minas certo de que ganharia no Colégio Eleitoral. Naquele momento, a candidatura Paulo Maluf era amplamente majoritária no Colégio. Até hoje, ninguém conseguiu registrar o momento em que ele decidiu renunciar ao Governo de Minas. Provavelmente foi uma decisão solitária, como ele costumava fazer. Certamente, porém, foi uma decisão pela democracia brasileira.

Tivemos toda aquela fase do uso do Colégio Eleitoral para acabar com o Colégio Eleitoral. Recordo-me da única dúvida que Tancredo tinha antes de renunciar ao Governo de Minas Gerais: "— será que o povo voltará à praça pública?" Tinha ele consciência de que a sua eleição no Colégio Eleitoral dependeria de uma ratificação em praça pública; sabia que o povo na praça seria a legitimação daquela sua caminhada pelo Colégio Eleitoral. Tancredo renunciou e o povo voltou à praça. A cada comício que se fazia, mais votos ele conseguia no Colégio Eleitoral. Enganam-se aqueles que acreditam que os políticos trabalham divorciados da opinião pública; o político volta sempre preocupado com o seu eleitorado, preocupado com o seu eleitor, preocupado com a praça pública.

Tancredo foi eleito pelo Colégio e, no dia 14 de março, no dia anterior, portanto, à sua posse, recordo-me daquela missa na Igreja Dom Bosco, em que certamente já sentia muitas dores, porque ficou ali e, convidado para ler a Epístola, subiu a escadaria da Igreja, ajoelhou-se e depois, retornou, permanecendo durante uma hora a receber cumprimentos. Saí de lá praticamente às 19 horas e 30 minutos e, às 21 horas, já recebia recado de que estava no hospital.

Pergunto-me: por que ele escondeu tanto aquela doença? Porque praticamente ninguém sabia que ele sentia dores no abdômen. Ele postergou, protelou, praticamente ocasionou a sua morte, se como qualquer ser humano, com medo da doença, tivesse aproveitado, inclusive, os momentos de dores na Europa, os momentos de dores nos Estados Unidos para fazer a operação, certamente não teria morrido. Mas Tancredo, tendo vivido todos os dramas, a partir daquele da morte de Getúlio, todas as crises institucionais brasileiras, tinha uma convicção errada, na minha opinião, de que, na hora em que ele fosse internado num hospital, o processo democrático correria grande risco. Ele não acreditava que tinha respaldo militar e imaginava que, na hora em que cedesse às dores, na hora em que se preocupasse mais com a sua vida pessoal, comprometeria a democracia brasileira.

Não tenho dúvida em afirmar, e quero fazer este registro, que Tancredo foi uma das lideranças brasileiras que efetivamente morreu pelo País. Poderia, hoje, estar vivo, mas pela democracia, pela transição democrática, pelo seu ideal, morreu pelo Brasil! E eu não queria que o seu quarto ano de morte deixasse de ficar registrado nos Anais do Senado.

Sr. Presidente, era o que eu desejava dizer. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa acredita traduzir o pensamento de todo o Senado, ao subscrever as palavras do nobre Senador Affonso Camargo em homenagem à memória de Tancredo Neves.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as denúncias sobre a devastação da hiléia amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias (a CPI da Amazônia), o Ministro do Interior João Alves Filho formulou, a 19 de abril passado, longa exposição, densa de conteúdo informativo, consubstanciada num documento de 70 páginas, no qual reconstituiu as manobras, agressões, tentativas de invasões e ocupação da Amazônia pelos franceses, ingleses, holandeses e, posteriormente, pelos norte-americanos, a partir de 1616.

Recordando que a posse legal da Amazônia só foi alcançada em 1750, pelo Tratado de Madrid, o Ministro João Alves Filho delineou a sucessão das investidas estrangeiras, culminando com a ocupação do Amapá pelos franceses.

Em 1905, depois da arbitragem do Governo da Suíça, favorável ao Brasil, voltou o Amapá a ser território nacional, após 65 anos de ocupação francesa.

Aliás os franceses chegaram ao ponto de propor à Inglaterra, em 1855, uma ação conjunta na área, estendendo ambas as nações as fronteiras das suas colônias guianenses até a margem norte do rio Amazonas.

O Governo inglês já havia anteriormente proposto a independência da Amazônia como um todo, mas não teve a colaboração das autoridades e populações locais.

As tentativas estrangeiras foram-se malogrando porque a Inglaterra, a França, a Alemanha se digladiaram numa frenética e desenfreada corrida visando apoderar-se do Continente africano, da Índia e do sudeste asiático, cada um daqueles países conseguindo abocanhar vastas porções de territórios transformados em colônias.

Até a Itália, posteriormente, participou dessa corrida, quando invadiu e tentou conquistar a Etiópia, numa agressão covarde e vergonhosa, que levou o Imperador Salassié à Tribuna da Liga das Nações.

O período abrangendo todo o Século XIX, até as três primeiras décadas do século XX, se caracterizou, aliás, pela exacerbação imperialista e colonialista, cujo apogeu pode ter sido a famosa Conferência Internacional de Berlim, transcorrida em 1880, quando toda a África foi dividida entre países europeus, havendo Portugal perdido parte de suas colônias africanas porque não dispunha de condições para mantê-las.

O Ministro João Alves Filho, depois de abordar os antecedentes históricos e a situação atual das ameaças internacionais, passou a examinar, na sua exposição, aspectos básicos da política do meio ambiente, os problemas dos índios e da borracha, e o desenvolvimento do Centro Oeste (Alternativa para diminuir a pressão sobre a Amazônia), enumerando, em seguida, nas considerações finais, algumas conclusões básicas.

Na autorizada opinião do Ministro João Alves Filho, "enfrentamos agora uma guerra econômica, disfarçada pela nobreza da defesa ecológica, com raízes muito antigas e objetivas definidas... As nações que, no passado, invadiram, ocuparam ou ameaçaram invadir e tomar a Amazônia dos brasileiros, para explorá-la em nome do "bem da humanidade", hoje dizem que o Brasil deve prescindir de sua soberania naquela área, para que a mesma seja preservada como numa espécie de "Jardim do Eden". advertiu o Ministro do Interior que classificou de "hipócrita" a atitude dos países desenvolvidos, instigando a opinião pública mundial e criando verdadeiro cerco ao Brasil e aos produtos brasileiros.

Em recentíssimo editorial, um dos mais importantes jornais do mundo, o *The New York Times* (20-4-89) voltou a insistir na tese de que o Brasil, em virtude de sua dívida externa de 115 bilhões de dólares necessitaria de ajuda especial dos países industrializados que poderiam "salvar da destruição" a Região Amazônica brasileira. *o New York Times* afirmou que a tarefa seria fazer com que o Brasil se sinta parte de uma solução global, para problemas globais e "uma solução seria a chamada fórmula de trocar a dívida externa pela conservação do meio ambiente". Os países industriais poderiam também anunciar sua disposição de oferecer ajuda cada vez que o Brasil pareça genuinamente disposto a salvar a Amazônia. Mas asseverou o *o New York Times...*" o plano que o Presidente Sarney oferece, de orientar o desenvolvimento da selva, é muito vago e está dirigido mais a acalmar a ira internacional do que a salvar a Amazônia."

Novamente, avoluma-se no plano internacional uma onda de críticas e acusações contra o Brasil, voltando a Amazônia a ser considerada como "terra de ninguém", "espaço vazio", "área desocupada" e assim por diante.

Uma das mais sérias ameaças consistiu na diabólica proposta do embaixador norte-americano escravagista, General James Watson Webb, que apresentou ao Imperador Dom Pedro II, por escrito, o referido plano segundo o qual... "os negros norte-americanos recém-liberados, depois da Guerra de Secessão, poderiam colonizar a Amazônia, que deveria ser ocupada, de qualquer forma, por um povo dinâmico, já que os brasileiros se revelavam incompetentes ou incapazes"...

Até o Rei Leopoldo II, da Bélgica, antes da sua aventura africana no Congo, pretendia criar uma colônia belga em Mato Grosso — seria um Brasil-belga, separado do outro Brasil, tendo, no entanto, o Barão do Rio Branco aconselhado ao Rei Leopoldo, conseguindo demovê-lo dessa pretensão mirabolante...

Na verdade, as Nações que mais pressão estão fazendo no sentido de que o Brasil deixe de explorar a Amazônia são exatamente aquelas que possuem os mais sofisticados satélites artificiais, capazes de detectar qualquer tipo de riquezas naturais do solo e do subsolo.

Elas já conhecem as fantásticas possibilidades da Amazônia e, portanto, não se conformam com a realidade de que todo este imenso patrimônio pertence, de direito e de fato, ao Brasil.

Sendo a maior reserva florestal, biológica e mineral do planeta, cujo aproveitamento nacional transformará o Brasil em uma potência mundial a curto prazo, avaliando-se em números astronômicos de trilhões de dólares — apenas no tocante aos recursos minerais — os países atualmente industrializados e mais ricos pretendem "internacionalizar" a Amazônia, para o que tentam desmoralizar o Governo e o povo brasileiro, como incompetentes e incapazes de "proteger" ou "aproveitar" para o "bem da humanidade" as potencialidades colossais das florestas tropicais amazônicas, em termos de recursos de flora, fauna, minérios, pesca e produção agropecuária.

O Senador americano Kasten afirmou, recentemente, "ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles (brasileiros), mas de todos", e a revista *The New Yorker* e o *Wall Street Journal* ironizam o que chamam de a "ambição brasileira" de ser dona da Amazônia, como se a mesma fosse território estrangeiro, que ambicionamos invadir ou possuir.

Não se deva jamais esquecer que a Amazônia abrange cerca de cinco milhões de quilômetros quadrados correspondentes ao Estado do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, oeste do Maranhão, norte do Mato Grosso e do Tocantins, ou seja, 57% do território brasileiro correspondendo a 65% da Amazônia continental, à qual se inclui, em ordem decrescente, a boliviana, colombiana, peruana, guianense, venezuelana, surinamense, equatoriana e franco-guianense.

No espaço físico da Amazônia "legal", vivem 12.900.000 habitantes, fato que configura, efetivamente, um imenso vazio demográfico, quando se considera a superfície do território amazônico, com fronteiras internacionais de cerca de 11.248 km lineares, isto é, a última grande reserva ecológica de todo o mundo.

A preocupação mundial com relação à Amazônia, no que tange à exploração incontrolada dos recursos naturais, quase sempre incentivada por órgãos públicos, já produziu danos irreparáveis ao meio ambiente em certas zonas da Região, principalmente o nordeste do Pará e as áreas de colonização de Rondônia.

Nesses casos, urge impedir a expansão desses danos e recuperar, no todo ou em parte, a área da floresta "hileiana" nos projetos incentivados que se tomaram inviáveis.

É imperioso introduzir mecanismos capazes de identificar e dimensionar tendências de ampliação das devastações, inclusive implementar na enérgica legislação destinada a coibir a extração de minerais e a exploração agropecuária, sem a posterior recomposição do solo.

Isto significa *suprimir* incentivos a projetos agropecuários localizados em áreas das florestas equatoriais; a criação de grandes reservas florestais e a efetiva demarcação das reservas indígenas, a interdição de grandes áreas habitadas por indígenas, aguardando melhor definição de seu aproveitamento racional, como as terras dos Yanomanis.

Não é esta a primeira vez que o Senado Federal, atento às suas responsabilidades, cuidou de examinar o assunto, na multiplicidade de seus aspectos.

Pela Resolução nº 3, de 1979, foi instituída uma Comissão Parlamentar de inquérito para "apurar a devastação da floresta amazônica e suas implicações".

A Resolução nº 164, de 1982, aprovou as recomendações do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 3, de 1979, presidida pelo então Senador Evandro Carreira, da qual foi Relator o Senador Aloysio Chaves.

Essa Comissão elaborou valioso relatório sobre a *Devastação Florestal da Amazônia,* que, a partir de depoimentos e pesquisas e rigoroso exame estatístico dos dados disponíveis, elaborou conclusões e fez as seguintes recomendações:

1) "que seja dada a mais alta prioridade, na elaboração e execução de planos e programas de pesquisa científica e tecnológica, ao aprofundamento e à produção de conhecimentos sobre os ecossistemas amazônicos, seu funcionamento, suas interrelações e suas reações à mudança, bem como sobre as técnicas e métodos de exploração racional dos recursos naturais que permitam sua preservação e conservação;

2) que, a partir do conhecimento científico já acumulado, seja estatuído com força de lei, um *zoneamento ecológico-econômico da Amazônia,* que estabeleça normas para o uso do espaço amazônico, definindo as áreas adequadas destináveis à preservação e conservação de ecossistemas; a florestas nacionais de exploração econômica; a ocupação rural e urbana, a atividades agrícolas, pecuárias, de mineração, de energia elétrica de origem hídrica, a abertura de eixos viários e às populações indígenas;

3) que, ou através da criação de órgãos federais especificamente para esse fim, ou pela delegação expressa a órgão federal já existente, seja estabelecido e posto a funcionar, de forma eficaz, um amplo sistema de fiscalização das normas legais de preservação ambiental da Região, incluídas aquelas que vierem a ser estabelecidas pelo zoneamento ecológico."

Estas foram as conclusões do Relatório daquela Comissão Parlamentar de Inquérito, presidida pelo amazonólogo Senador Evandro Carreira, e cujo Relator foi o ilustre Senador Aloysio Chaves, a 1º de dezembro de 1982.

A Amazônia deve ser considerada como um *ecossistema múltiplo,* que inclui no seu bojo, sistematicamente, uma infinidade de ecossistemas menores, locais, entrelaçados entre si.

Neste sentido, o Doutor Paulo Nogueira Neto, ex-Secretário Especial do Meio Ambiente esclareceu definitivamente o assunto, no seguinte trecho do seu notável depoimento:

..."A definição de ecossistema é bastante ampla. O ecossistema é uma unidade funcional constituída pelas comunidades animais e vegetais que vivem num determinado meio físico. Ela é uma unidade funcional, porque aqueles animais, aquelas plantas interagem entre si, umas necessitando de outras, formando tudo um organismo vivo, vivendo num determinado meio físico. Assim, por exemplo, quando vamos andando pelo campo, e vemos um brejo, um pântano, nós temos animais e plantas que só vivem ali, naquele meio impregnado de água. Ao lado, nós vemos uma floresta, onde também temos comunidades animais e vegetais vivendo integradamente, constituindo, junto com o meio físico, que é o tipo de solo que suporta floresta, o clima da região etc., uma unidade funcional, vivendo como se fossem um organismo vivo. *Essa é a definição de ecossistema."*

O conjunto amazônico pode ser considerado como um ecossistema. Mas, na realidade, se aprofundarmos o exame, verificaremos que na Amazônia temos vários tipos de ecossistemas.

Temos, por exemplo, os campos de Roraima, que constituem um ecossistema com comunidades vegetais e animais diferentes das comunidades que encontramos nas florestas vizinhas.

Encontramos nos campos de Marajó, que constituem outro ecossistema diferente; encontramos, na região do Cachimbo, um tipo de floresta de baixo porte, com um tipo de vegetação arbrotiva, constituem uma outra espécie de ecossistema.

E nós encontramos os cerrados, que seriam um outro ecossistema, e as florestas de alto porte, que dominam a Amazônia, também são um ecossistema que pode ser subdividido em florestas de terra firme e florestas de várzeas. Podemos, resumidamente, verificar que na Amazônia existem vários ecossistemas, mas esse conjunto de ecossistemas pode ser considerado também como um ecossistema global, mais amplo".

A medida em que se alastra e intensifica, nos países ricos e desenvolvidos, a onda de acusações, denúncias e críticas contra o Brasil, parece-me imprescindível, — independentemente do fortalecimento de uma consciência ecológica generalizada, a imediata execução de uma ofensiva contra as ameaças oriundas daqueles países, começando pela mobilização nacional de talentos e capacidades para o estudo técnico e científico da Amazônia na multiplicidade de seus aspectos.

A partir desse verdadeiro redescobrimento da Amazônia, deve o Governo brasileiro executar uma política realista de ocupação racional, desenvolvimento e preservação ecológica dos seus múltiplos ecossistemas nos parâmetros delineados pelo Ministro do Interior João Alves Filho no Capítulo VI, do seu depoimento perante a CPI da Amazônia: o desenvolvimento do Centro-Oeste, cerca de 1/4 do território nacional, com aproximadamente 10,4 milhões de brasileiros, 7,2% do Brasil.

Sendo a maior fronteira agrícola do mundo, depois de tecnicamente vendido o desafio dos cerrados, multiplicaram-se em escala sem precedentes as potencialidades da região para a produção agropecuária.

O desenvolvimento do Centro-Oeste, segundo o Ministro João Alves Filho, deveria funcionar como anteparo alternativo válido para diminuir ou anular as pressões sobre a Amazônia.

Esclareceu o Ministro João Alves Filho, em sua exposição perante a CPI da Amazônia ..."após a conclusão das eclusas de Tucuruí, os rios Araguaia e Tocantins tornam-se navegáveis, possibilitando a formação de um corredor de transporte intermodal com a malha rodoviária, já existente e estruturada a partir da Belém-Brasília, com o sistema ferroviário, a ser implantado a partir da construção da Ferrovia Norte-Sul, ligando Luziânia a Açailândia no Maranhão e daí até o porto de Itaqui em São Luís, já com 170 km construídos, e a possibilidade de uma ferrovia ligando Vilhena, em Rondônia, a Anápolis, Goiás, passando por Cuiabá.

As propostas do Ministro João Alves Filho, no que tange à aceleração do processo de desenvolvimento global do Centro-Oeste, como preliminar básica à exploração da Amazônia, contribuiria para tornar irreversível e definitiva a defesa ecológica e a preservação dos recursos naturais dessa imensa região, o desenvolvimento auto-sustentado e o bem-estar de suas populações.

Diante da ofensiva desencadeada no exterior contra o Brasil, camuflada pelas preocupações farisaicas de defesa ecológica, proteção ambiental e devastação da Amazônia, as torpes acusações de ecocídio e etnocídio que estariam sendo perpetradas pelo Governo brasileiro, urge mobilizar todos os segmentos da sociedade e as forças vivas da nacionalidade no sentido de uma repulsa imediata, enérgica e decisiva.

Essa batalha pela sobrevivência nacional, defesa do nosso patrimônio maior e pelo futuro do País, deve ser iniciada, desde já, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) que é um *forum* verdadeiramente planetário.

Quando a ONU surgiu, a 24 de outubro de 1945, data do seu aniversário, contava com apenas 51 membros; hoje, conta com 159 dos quais cerca de 100 países novos localizados na África, na Ásia Meridional, no Caribe e em outras regiões do mundo, emergiram das antigas colônias dos países imperialistas, tornando-se independentes.

Libertados do jugo colonial, pela ONU, esses países integram-se no contexto dos chamados "países subdesenvolvidos" e na sua totalidade apoiarão, politicamente, as teses e posições brasileiras ao ensejo dos grandes debates que, sem sombra de dúvida, serão travados nos organismos internacionais e no plenário da Assembléia Geral das Nações Unidas, a propósito da Amazônia, da ecologia, da conservação dos recursos naturais do planeta e da erradicação da pobreza da maioria esmagadora dos países, para mencionar apenas alguns dos principais a serem enfrentados numa conjuntura internacional ameaçadoramente perturbada pelas tensões sociais, conflitos e sombrias perspectivas de um apocalipse cujas matrizes geradoras se encontram na corrida armamentista e nos arsenais nu-

cleares dos países mais industrializados e ricos.

Vamos, porém, concluir estas considerações à margem da exposição do insigne Ministro João Alves Filho, documento de valor permanente que requeiro seja incorporado ao texto deste pronunciamento, como inestimável e oportuno serviço prestado à Amazônia e ao povo brasileiro.

Desta tribuna, já fizemos alguns pronunciamentos, manifestando o nosso apoio à política ecológica e de preservação dos recursos naturais da Amazônia, parecendo-me justo ressaltar a firmeza do Presidente José Sarney, na defesa do prestígio internacional do Brasil e de seus interesses vitais. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO: EXPOSIÇÃO MINISTRO JOÃO ALVES FILHO

"DISCURSO DO MINISTRO DO INTERIOR NA CPI DA AMAZÔNIA — 19-4-89

Exmo. Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Leopoldo Peres;
Exmo. Sr. Vice-Presidente, Senador Edison Lobão;
Exmo. Sr. Relator, Senador Jarbas Passarinho;
Exmos. Srs. Membros da Comissão;
Exmos. Srs. Parlamentares, minhas Senhoras e meus Senhores.

É com o maior respeito por esta excelsa Casa, que compareço à presença de Vossas Excelências, atendendo ao honroso convite do Senhor Presidente desta Comissão Parlamentar, eminente Senador Leopoldo Peres, para trazer esclarecimentos sobre a política ambiental brasileira, especialmente voltada para a Amazônia, nos aspectos que, particularmente, se enquadram no conjunto de responsabilidades do Ministério do Interior que possam ser úteis aos objetivos dessas comissão parlamentar.

Inicialmente desejamos destacar esta iniciativa do Congresso Nacional, que revela a grande sensibilidade dos seus ilustres membros para com os problemas da região amazônica neste momento em que se encontra ameaçada por denúncias daqui e de fora sobre a sua devastação.

É portanto, uma grande satisfação, postar-me diante de vossas excelências, para prestar a minha modesta colaboração aos trabalhos que ora são desenvolvidos por vossas excelências, com elevado espírito patriótico, nessa Comissão Parlamentar.

Senhores Senadores, não tenho a pretensão de analisar a Amazônia, que nas entranhas de sua grandiosidade guarda os seus próprios mistérios e segredos. É que, por isso mesmo tentar perscrutá-la e desvendar seus enigmas, tem sido um desafio para as gerações que passaram, para a geração atual e certamente para as que deverão nos suceder.

A "Hiléia Amazônica", como denominou Von Humboldt - por sua riqueza florestal, com seu extenso e valioso patrimônio Botânico, de variadas espécies, a sua vasta bacia hidrográfica e considerando o perfil dos habitantes que vivem em seu cenário de múltiplas matizes, constitui, com toda a certeza, um dos capítulos mais fascinantes da Geografia Política Brasileira.

Desejamos destacar apenas alguns aspectos, com intenção informativa, da Política do Governo nessa região, especialmente quanto ao que se refere à proteção, conservação e preservação do meio ambiente.

Sabemos que muitos desses aspectos já são do conehcimento de Vossas Excelências, alguns pelo privilégio da condição de amazônidas e, portanto, testemunhas de sua própria realidade regional e, outros pelo dever de ofício, que lhes impõem a condição de parlamentares, estudiosos dos problemas nacionais - por isso, solicitamos a melhor boa vontade de vossas excelências para os assuntos porventura óbvios ou repetitivos.

I — INTRODUÇÃO

Ilustres Parlamentares:

A Amazônia legal abrange cerca de cinco milhões de quilômetros quadrados, compreendendo os Estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, oeste do Maranhão, norte do Mato Grosso e do Tocantins.

Consitui 57% do território brasileiro e corresponde a 65% da Amazônia continental, à qual se inclui em ordem decrescente, a boliviana, colombiana, peruana, guianense, venezuelana, surinamense, equatoriana e franco-guianense.

Na imensa área da Amazônia legal estão situados apenas 342 municípios, alguns com dimensão maior que muitos Estados brasileiros e de países europeus. Só para ilustrar, se dividirmos a área total da Amazônia legal pelo número de municípios, teríamos 14.592 km² por município. O Estado de Sergipe tem apenas 21.994 km².

As suas unidades de relevo e o seu solo são extremamente diferenciados, tanto em sua aparência geofísica como pelos solos, onde predominam as planícies e os baixos platôs, juntamente com depressões; chapadões e até maciços rochosos.

Estes contrastes têm seus extremos no monte Roraima (2.875m) e o pico da neblina (3.014m), o mais alto do Brasil e nas terras baixas do chamado várzeas e igarapés, que alcançam apenas de 8 a 10 metros acima do nível do mar.

Os solos da Amazônia, segundo a natureza geofísica, até então conhecidos, são os de terra firme e as várzeas. e Ambos os tipos são solos sujeitos à lavagem de suas substâncias nutritivas (lixiviação), com dificuldades para a retenção de nutrientes, que são capturados e mantidos através do constante ciclo biológico.

A população da Amazônia legal, compreendendo 12.900.000 habitantes apresenta, tendo em vista o seu território, um vazio demográfico, outras regiões comparativamente além média brasileira cuja relação é da ordem de 2 habitantes por km². Tal situação vem impondo a necessidade de uma política de incremento populacional, a ser observada pelos esforços da ocupação territorial da região.

A região conta com um patrimônio de fronteiras internacionais que compreende cerca de *11.248 Km lineares*, o que levou o governo a preocupar-se com sua ocupação, a necessidade de sua demarcação definitiva e a solução dos problemas de ordem ecológica, econômica e social. A área de fronteiras se caracteriza por um espaço vazio, habitado praticamente por índios, pequenos núcleos habitacionais de garimpeiros e extrativistas e onde se observa também a presença estrangeira, com suspeitas de atividades narcotráficas e de contrabando.

Para dar solução aos problemas da região situada ao norte das calhas dos rios Amazonas e Solimões, foi instituído pelo Governo o projeto "Calha Norte" que realizará ações ao longo dos 6.771 km, da referida área de fronteiras.

O Projeto abrange uma área de 150 km de largura, limitando com os países da Amazônia Continental, com 1.221.000 km², representando 14% do território nacional e 24% da Amazônia legal, abrigando uma população de aproximadamente 1,7 milhão de habitantes, incluindo 40.000 índios, correspondente a 1,2% da população nacional. Distante dos centros de poder e desenvolvimento do País, essa extensa área conta com apenas um grande pólo de desenvolvimento político-sócio-econômico, localizado em Manaus, e outros dois menores em Macapá e Boa Vista.

A imensa área da floresta Amazônica, principalmente em razão de dificuldades de acesso e das condições desfavoráveis à facilidade de exploração das áreas mais acessíveis deste imenso País, vinha sendo natural e espontaneamente preservada. Pode-se dizer que a bacia Amazônica é, hoje, a última grande reserva ecológica de todo o mundo. E que, por isso mesmo, deve ser, a todo custo, preservada.

II — CONSIDERAÇÕES POLÍTICAS — AMEAÇA INTERNACIONAL

a) Antecedentes Históricos

Seria uma ficção falar-se de uma ameaça internacional à Amazônia? O povo brasileiro, sempre acusado de ter memória curta, e coração excessivamente generoso, pode até esquecer as ameaças e agressões sofridas pela Amazônia desde seu descobrimento. O Governo brasileiro, no entanto, tem a obrigação precípua de jamais olvidá-las e de julgar tudo o que se propõe sobre a Amazônia, não apenas pelos seus méritos aparentes mas, também, à luz da sua história, que tem refletido a cobiça internacional desde os dias da descoberta do novo mundo, quando o conquistador espanhol espalhou as estórias do *El dorado*.

Para os que estudam a história da Amazônia, esta foi uma região conquistada com grande dificuldade pelos colonizadores portugueses e, mais tarde, pelos próprios brasileiros. Foram ingleses, holandeses, irlandeses e franceses, que no século XVI, se intrometeram naquela área, a partir do Maranhão. Do Maranhão passaram ao Amapá e aos rios interioranos, tendo estes "intrusos" chegado a se apoderar de áreas no Tocantins, Xingu, e até mesmo no rio Negro. Tais invasores foram

expulsos a duras penas, já dissemos, e só foram mantidos fora da Amazônia pelo zelo, por alguns dito excessivo, dos portugueses, que fecharam a área como se esta fosse uma velha China ou uma Rússia imperial, onde o estrangeiro não era recebido.

A expulsão do estrangeiro custara quase meio século de lutas, a partir de 1616. Pedro da Costa Favela, Bento Maciel Parente, Pedro Teixeira, Jácome Raimundo de Noronha, Luiz de Aranha Vasconcelos, Manoel Araújo de Sá, Feliciano Coelho e vários outros, nomes estes geralmente ignorados pela maioria dos brasileiros, denodadamente lutaram para expulsar os invasores, que, afinal de tudo, ainda permaneceram nas Guianas — Inglesa, Holandesa e Francesa.

O período seguinte foi de exploração do território, e da ação missionária que consolidou a posse da terra. Franciscanos da província de Santo Antônio, Carmelitas Mercedários, Jesuítas, Capuchos da Ordem de São José e Capuchos da Conceição da Beira e Minho instalaram-se na região a partir dde 1616, tendo estes últimos lá chegado somente em 1706.

Este foi um período de extrativismo intensivo, no qual o português dedicou-se a retirar da Amazônia apenas as chamadas "Drogas do Sertão", ou seja, o cacau, a salsaparrilha, o urucu, o cravo, a canela, o anil, as sementes oleaganosas, as raízes aromáticas, o pixuri, a baunilha e as madeiras de lei. A região, no entanto, mantinha a fama de ser o possível *el dorado,* que atraía os estrangeiros desde o século XVI.

A posse portuguesa de toda a região amazônica fora também garantida pela construção de 40 fortes, que levaram dois séculos para terminar. Controlavam as entradas do rio Amazonas, como o "Canal Norte" (Macapá), o "Canal Sul" (Belém e adjacências), subiam pelos rios Amazonas, Tocantins, Turué, Branco, Solimões e Guaporé, formando um círculo de proteção, controlando todas as possíveis vias de penetração — um sistema de proteção militar que ainda hoje impressiona os visitantes daquela região. Afirma-se que mesmo à luz das modernas estratégias, os pontos escolhidos pelos portugueses foram impecáveis. Impressiona é como fossem possíveis suas construções, com as imensas dificuldades da época, especialmente as distâncias e obstáculos das vias de acesso: demonstram inequivocamente a competência e fibra do soldado português.

A posse legal da Amazônia, no entanto, só foi obtida pelo tratado de Madri, de 1750, negociado sob o conceito do *uti possidetis* ("cada parte há de ficar com o que atualmente possui") que se aplicava a toda a fronteira das terras de Espanha e Portugal no novo mundo, e não apenas à Amazônia.

Logo após a assinatura do Tratado de Madri, sobe ao trono de Portugal D. José I. Coube então ao seu secretário de assuntos estrangeiros e de guerra, o Marquês de Pombal, mandar fazer, em 1752, a primeira viagem portuguesa de exploração científica ao Amazonas. Tal exploração se fazia necessária para subsidiar a comissão de demarcação de fronteiras. Mais ainda, porque, em 1745, fora publicado um mapa delineado pelo sábio francês Charles Marie de La Condamine, que modificava os mapas portugues e dava aos franceses de Caiena uma extensa área de terra do território que hoje é o estado do Amapá. O sábio francês, enviado pela Academia Francesa de Ciências para estabelecer cientificamente a linha do Equador, fizera também o serviço de seu rei, estabelecendo em mapa, erroneamente delineado, as pretensões francesas a terras portuguesas, mapa este que serviria de pretexto para a invasão francesa do Amapá, anos mais tarde.

A demarcação, no entanto, foi protelada pelos espanhóis, que pretendiam ocupar tanto território quando possível antes que a mesma ocorresse. Isto resultou em uma correria de ocupação de territórios, na qual os portugueses levaram vantagem. Deste modo, em 1777, quando da assinatura do tratado de Santo Ildefonso, as fronteiras homologadas foram praticamente as mesmas que tinham sido delineadas no Tratado de Madri, em 1750.

O surto de desenvolvimento da Amazônia, na era pombalina, foi seguido por um período de declínio, resultante da exaustão dos recursos naturais, das chamadas "drogas do sertão". Um renascimento econômico, no entanto, ocorreria no século XIX, já no começo do segundo Império Brasileiro, em decorrência do patenteamento, em 1845, do método de vulcanização da borracha, que impulsionou a demanda daquele produto para fins industriais. Essa demanda de borracha foi incrementada a partir da década de 1850 e tornou-se fonte de imensa riqueza para a região, durante o chamado "ciclo da borracha".

Entretanto, muito antes que o "ciclo da borracha" ocorresse, o interesse estrangeiro pela Amazônia já fora novamente aguçado. Com o advento da abertura dos portos brasileiros por D. João VI, em pouco tempo comerciantes ingleses, franceses e americanos já se tinham estabelecido na área, especialmente no Pará e no Maranhão.

Mas ainda, em 1828, o Tenente da Marinha inglesa, Henry Lister Maw, sem permissão do Governo brasileiro, desceu de Lima no Peru e, seguindo a rota do rio Maranon, entrou pelo Brasil afora, pelos rios Solimões e Amazonas, chegando até Belém do Pará.

A presença britânica nesta região foi novamente registrada, em 1834, pela visita de outro oficial da Marinha inglesa, o Capitão W. Smith, que tomando a mesma rota de seu predecessor, tentou localizar uma pretença passagem do pacífico ao Atlântico através da selva amazônica. Seu livro descrevendo esta viagem, publicado em 1836, símile ao do Tenente Maw, causou grande interesse na Inglaterra.

O interesse do estrangeiro pela Amazônia assim se manifestava, nos primórdios da nossa independência. Em 1832, formava-se em Londres, com capital de 500.000 libras esterlinas, uma chamada "companhia comercial brasileira de colonização, agricultura, criação de gado, fabricação de sal, e minerais" (SIC), que atuaria no extremo Norte do Brasil. Tal companhia pretendia colonizar a região com ingleses, escoceses e irlandeses. Houve reação brasileira local contra este plano. Portanto, não é de admirar que já, em 1836, os Ingleses propusessem a separação da Amazônia do Império brasileiro, após haverem formulado uma série de ameaças ao Governo Revolucionário Cabano do Pará. Esta seria apenas uma das agressões que a região sofreria da parte de estrangeiros, naquele período.

A primeira agressão, no entanto, fora dos franceses que, a partir de Caiena, e sob a pretensão de "manter a paz" na região, no começo da Guerra dos Cabanos, em 1835, ocuparam o território do Amapá, dito francês e já delineado como tal no mapa de La Condamine. Essa área permaneceria em litígio até 1905, quando uma comissão de arbitragem internacional a devolveu ao Brasil.

Em seguida, uma frota francesa aportou em Belém do Pará e seu comandante, entre outras coisas, propôs ao governador revolucionário cabano, Eduardo Nogueira Angelim, que o mesmo separasse o Pará do Brasil, sob a proteção da França, no que foi rechaçado pelo chefe revolucionário. Este fato foi relatado a Lord Palmesrston, Secretário de Relações Exteriores Britânico, pelo Cônsul Inglês em Belém, o comerciante John Hesketh.

Os franceses foram um pouco mais além de uma simples ocupação do Amapá e da proposta de uma separação do Pará. Naquele mesmo ano de 1836, o General Bernard, ajudante de campo do Rei Louis Felipe, publicou artigo no jornal *Moniteur,* sugerindo a incorporação do Pará (que então compreendia Pará e Amazonas). Mas ainda, o próprio Louis Felipe manteve estrevista com o embaixador brasileiro em Paris, dizendo que tinha notícias de que o Pará estava a ponto de se desligar do Império, e que o Império não deveria sentir sua perda, pois que aquela região nenhuma falta lhe faria.

A ocupação francesa do Amapá foi longa e cheia de incidentes, alguns burlescos e outros bem trágicos. Tal presença, não podia continuar sem protesto do Brasil, o que foi efetuado por meios diplomáticos e através de um boicote ao comércio francês. Porém, apenas a ameaça de uma interferência inglesa, garantida pelo Tratado de Utrecht, fez a França ceder e abandonar o posto de Macapá, em 1840. Mesmo assim retirou-se apenas a uma pequena distância, permanecendo suas tropas em Maracá, que fica a poucos quilômetros a sudoeste de Macapá.

Em 1855, aproveitando a onda de pressões feitas contra o Brasil pelos americanos, ou talvez com medo de que estes de fato se apossassem de toda Amazônia, os franceses consultaram a Inglaterra sobre a possibilidade de uma ação cojunta: ambas nações estenderiam as fronteiras de suas Colônias Guianenses até a margem norte do rio Amazonas. Desta maneira, toda a Amazônia ao norte do rio seria dividda entre as duas. A proposta por alguma razão, não foi aceita pelos ingleses.

Em 1885, um grupo de aventureiros vindos de Caiena, estabeleceu-se na pequena Vila de

Cunani, na Costa Norte do Amapá. Lá estes aventureiros proclamaram a independência do Amapá sob a denominação de "República de Cunani". Elegeram presidente da mesma o romancista francês Jules Gros, que estabeleceu seu Palácio e Gabinete em Paris. O assunto tornou-se tão ridículo, que o Governo da França decidiu intervir e dissolver a pretensa "República". A ameaça inglesa nunca chegara a tanto.

A ameaça inglesa ocorrera também em 1836, o próprio Cônsul inglês, John Hesketh, "em nome dos comerciantes ingleses no Pará", já se comunicara com o comandante da frota inglesa do Atlântico, sediada na Ilha de Barbados, solicitando que a mesma se deslocasse para Belém, a fim de "defender as vidas e propriedades dos ingleses no Pará". Isso foi feito, logo após o Navio Britânico "Clio" ter sido saqueado pelos Cabanos na Costa de Salina. O Cônsul Hesketh, temendo uma ocupação de toda Amazônia pelos franceses, escrevia, também, a Lord Palmerston, Ministro das Relações Exteriores Britânico, sugerindo que os ingleses invadissem o Amazonas e dele se apoderassem, antes que os franceses tomassem a iniciativa, conforme se pode constatar na correspondência Consular Inglesa de Belém, no arquivo do *Public Record Office*, em Londres.

Neste mesmo jogo separatista entraram os americanos, em 1836, por ocasião da visita da esquadra inglesa a Belém. Em face das ameaças formuladas pelo comandante inglês ao Governo Cabano, o Consul americano ofereceu a Eduardo Angelim "recursos militares para proclamar a independência da Amazônia", no que também foi rechaçado pelo patriota Chefe Revolucionário.

Desta maneira, dentro de um curto período de tempo, três Governos estrangeiros propunham separar a Amazônia do Brasil, sob o pretexto de "protegê-la". O Presidente Revolucionário Eduardo Angelim, assim nos informa Arthur Cezar Ferreira Reis, chegou a escrever um livro sobre estas interferências estrangeiras, livro este intitulado Memórias Históricas, que infelizmente, em meio à guerra, foi perdido.

Não obstante a falta de cooperação dos rebeldes "Cabanos", os estrangeiros continuaram interessados no assunto Amazônia. Dentre todos eles se destacaram os americanos do norte que, com o passar do tempo, mostraram-se cada vez mais interessados.

Entre os americanos havia um cavalheiro chamado Matthew Fontaine Maury, Chefe do Observatório Naval em Washington, e membro da *American Geographic Society*. Natural da Virgínia, Maury era escravagista convicto e fogoso defensor da teoria do "Destino Manifesto".

Quanto à Amazônia, a teoria de Maury, expressa em artigo publicado na prestigiosa *De Bow's Review*, de dezembro de 1849, era de que a Amazônia e o Golfo do México faziam parte de um só complexo geográfico. Desta maneira, ponderava, o Amazonas poderia ser considerado como uma "Uma Extensão Natural do Mississippi". Esta sua teoria era "Comprovada" pela famosa carta das correntes e ventos marítimos que o genial cientista delineara para a Marinha Americana.

Fundamentado na teoria acima, Maury propôs ao Governo Americano enviar uma expedição ao Amazonas. Em outubro de 1850, o Secretário da Marinha William A. Graham, autorizou a dita expedição e indicou o cunhado de Maury, o Tenente William Lewis Herndon, como Chefe da Mesa. Em carta secreta, endereçada ao cunhado, recentemente trazida à luz pelo historiador uruguaio Ernésio A. Ruiz, professor da Universidade de Santa Catarina, Maury deu-lhe instruções secretas e discorreu sobre sua visão geopolítica.

A política brasileira de manter o rio Amazonas fechado à navegação, dizia Maury na sua missiva, impedia a colonização da Amazônia pelos americanos, bem como de todo e qualquer comércio direto com aquela região.

Portanto, explicava Maury ao cunhado: "A mim pouco importa o que motivou o Governo a mandá-lo para lá. Sua ida vai ser o primeiro elo da grande cadeia que terminará na formação da República Amazônica". Aconselhava-o, ainda, de manter em segredo o verdadeiro motivo de sua viagem, para não levantar suspeitas e resistências ao mesmo.

O resultado da expedição, entre outros, foi um livro publicado, em 1852, pelos dois oficiais que dela participaram, William Lewis Herdon e Lardener Gibbon, intitulado *Exploration of the Valley of the Amazon*. Nele os autores atacavam a política brasileira de manter a navegação do rio fechada aos estrangeiros, e predicavam que a mesma fosse mudada, ainda que à força.

A publicação do livro de Herdon e Gibbon, e de inúmeros artigos de Maury na imprensa americana, resultou na formação de um grande número de expedições "Flibusteiras" que pretendiam invadir o Amazonas e declará-lo território americano — algumas, sem dúvida, patrocinadas pelo próprio Maury. Aparentemente apenas uma delas chegou a se concretizar. Uma pequena expedição de americanos, vindos do Peru, com a bandeira americana asteada, trocou fogo com a guarnição brasileira em Tabatinga, resultando na morte de todos os pretensos invasores.

O ímpeto de Maury teve sua contrapartida na ação da diplomacia americana do Rio de Janeiro, especialmente do Embaixador General William Trousdale, cuja diplomacia foi chamada de diplomacia "Macaco em Loja de Louça", tais foram as loucuras que praticou objetivando obter resultados em suas exigências de que o Brasil abrisse o Amazonas ao comércio americano.

O Governo brasileiro finalmente cedeu às pressões externas e internas e, em 1866, abriu o rio Amazonas à navegação de todas as nações. A guerra civil e a derrota do escravagismo nos Estados Unidos, curiosamente aumentaram o interesse do Amazonas, não apenas da parte dos confederados vencidos e humilhados, que por lá aportaram procurando abrigo, mas também do Embaixador "Yankee" na corte brasileira.

O Embaixador "Yankee", General James Watson Webb, montou um esquema estudado pela historiadora Nicia Vilela Luz, em seu trabalho de 1968, intitulado *A Amazônia para os Negros Americanos*.

O Embaixador Webb argumentava, porque não trazer para o Brasil todos os negros americanos, recém-liberados, e com eles colonizar a Amazônia? Webb, com um grupo de amigos capitalistas, criou uma companhia para administrar o projeto e financiar o "Lobby" junto ao Governo americano. No Brasil, o próprio embaixador americano apresentou o plano por escrito ao Governo brasileiro. O Imperador D. Pedro II teve o bom senso de ignorá-lo, limitando-se a anotar à margem do mesmo que era um "Plano Curioso".

Se bem que o esquema de Webb, fosse apenas uma fantástica operação montada por um grupo de aventureiros, este plano demonstrava a atitude prevalecente no mundo inteiro, no que diz respeito à Amazônia: de que esta era uma área "Vazia", "Desocupada", e que deveria ser utilizada, de uma maneira ou de outra, por um povo dinâmico, já que os brasileiros não demonstravam capacidade para tanto.

A atitude, acima descrita, foi a mesma tomada pelo famoso professor Louis Agassiz, da Universidade de Harverd, que chefiou a chamada "Expedição Thayer", vinda ao Brasil a convite do próprio imperador, em 1865. Isso fica bem claro ao lermos o diário da expedição, mantido pela esposa do cientista, Madame Elizabeth Agassiz, diário este publicado em forma de livro, em 1869, assinado por Louis e Elizabeth Agassiz, intitulado a *A Journey in Brasil*.

Como hóspede do imperador, a co-autora do trabalho foi muito mais discreta do que Herdon e Gibbon, no entanto, descrevendo a situação do Amazonas, Madame Agassiz expressou a idéia de que havia grande necessidade de se incrementar a população daquela região. Uma melhor raça de gente, argumentava distinta senhora, era urgentemente necessária ao Amazonas. Esta melhor raça, alegava ainda, era a anglo-saxônica.

O Professor e a Madame Agassiz tinham um grande admirador na pessoa do Deputado Aureliano Cândido Tavares Bastos. Este não se limitou a abrir-lhes as portas da Amazônia, mas com embevecimento debateu com os membros da expedição, conforme anotou a Madame Agassiz, a possibilidade de um dia "estarem as margens do Amazonas fervilhando com uma população mais ativa e vigorosa do que jamais fora vista até então — quando todas as nações civilizadas compartilharão de suas riquezas, quando os continentes gêmeos apertarão as mãos e os americanos do norte virão ajudar os americanos do sul a explorar seus recursos naturais..."

A atitude de que as riquezas do Amazonas estavam aí para ser compartilhadas com todos os povos do mundo persistiu.

Informam-nos os historiadores da área diplomática que em fins da década de 1860,

o Amapá correu o perigo de se tornar americano, quando o Imperador Napoleão III da França, necessitando de verbas com urgência, ofereceu vender Caiena e aquela região ao Governo Americano por oito milhões de dólares. O Governo Americano não aceitou a generosa oferta do Imperador Francês, pelo fato de estarem os Estados Unidos ainda em severas dificuldades financeiras, em conseqüência da guerra civil.

A Amazônia continuava sendo considerada como "terra de ninguém". Na ótica imperialista do século XIX, tal coisa não podia acontecer. Ou seja, todo espaço "vazio" tinha que ser ocupado. Esta ideologia foi sacramentada, em 1880, na Conferência Internacional de Berlim, quando toda a África foi dividida entre os países europeus. Como resutlado desta partilha Portugal perdeu parte de suas colonias africanas, entre elas o Territórios do Machambombos, por não poder provar aos ingleses que realmente o tinha ocupado. A Rainha Vitória assinou então tratado de proteção com o "Rei dos Machambombos" e a Inglaterra assumiu esta área, tradicionalmente portuguesa.

O mesmo já ocorrera na Amércia Central, tendo como protagonista o Embaixador inglês William Dougal Christie, o mesmo famigerado "Mr. Christie", que tanto trabalho deu à diplomacia brasileira na década de 1860. O Embaixador Christie, em nome da rainha, assinou tratado de proteção com o "Rei" dos índios misquitos, e criou assim a Honduras Britânica. O *Modus operandi*, era sempre o mesmo: criava-se um "Rei" fictício com o qual a potência européia assinava tratado fictício de "proteção" e, em nome desta proteção, assumia-se a direção da área e colonizava-se a mesma. Não seria esta mesma a intenção daqueles que produziram a criação de uma "Nação Yanomani", que poderia mais tarde solicitar e receber auxílio de nações estrangeiras, inclusive com o envio de tropas que alegariam ser para a "proteção" dos mesmos, em pleno território brasileiro? Se isto foi feito no passado, na América Central e África, poderíamos esperar tratamento diferente hoje?

Sabemos hoje, se bem que nenhum estudo sobre o assunto tenha aparecido ainda em português, que o Rei Leopoldo II d Bélgica, antes de entrar em sua aventura no Congo, tinha em mente criar uma colônia Belga no Brasil, em Mato Grosso. Para tanto teria sondado a diplomacia brasileira. Seus planos eram os mesmos que foram postos em execução na África: criar uma colônia Belga com administração própria, com direito a extraterritorialidade e tudo mais que os poderes imperialistas exigiam dos países subdesenvolvidos e que, afinal de contas, redundaria no aparecimento de um Brasil Belga, separado do outro Brasil, na área Amazônica. Sabe-se apenas que o Barão do Rio Branco teria aconselhado o bom Rei a não mais insistir no assunto, e a questão morrera aí.

O mesmo porém não teria acontecido com as pretensões do chamado *Bolivian Syndicate*, criado em Nova Iorque, na década de 1890, que negociara um contrato com o Governo da Bolívia para ocupar a região que é hoje o Estado do Acre. Esta região estava em litígio, entre o Brasil e Bolívia, desde 1867.

A área a ser entregue ao mencionado *Bolivian Syndicate* seria exatamente o território em disputa, rico em seringueiras, onde este grupo americano montaria uma administração quase que independente do Governo da Bolívia, com direito de extraterritorialidade, de criar sua própria aduana, de manter sua própria marinha e tudo mais que um país independente poderia possuir. Não fôra a ação patriótica de Plácido de Castro e seus seringueiros, que se rebelaram contra o contrato, que lhes tomaria o controle da terra que já haviam ocupado, o *Bolivian Syndicate* teria montado ali o seu Governo, com resutlados imprevisíveis, tanto para o Brasil quanto para a própria Bolívia. O Sindicato tinha entre seus acionistas um filho do próprio Theodore Roosevelt, que mais tarde seria Presidente dos Estados Unidos da América.

Símile ao que ocorreria no Acre, a questão do Amapá foi também resolvida pela atuação dos brasileiros — neste caso garimpeiros, que tinham invadido o Amapá e já chagavam a dez mil em número. Em 1894 esses brasileiros se revoltaram e depuseram o francês Eugene Voisien, administrador da região e criaram um triunvirato, composto de brasileiros, para administrar o Amapá. Em represália, o Governo do Caine, em 1895, mandou uma expedição militar a Macapá, a fim de restaurar o Governo Francês. Contra a expedidção lutaram apenas 14 homens, mas cuja ação de tal maneira irritou os franceses que estes montaram um massacre contra a população indefesa da pequena Vila de Macapá, incendiando as casas e matando a baionetas trinta e oito moradores, entre velhos mulheres e crianças. A região já estava sob arbitragem, confiada por ambas as partes ao Governo da Suiça, de modo que, em 1900, este deu ganho de causa ao Brasil, voltando o Amapá ser território nacional após 65 anos de ocupação francesa.

Em pleno seculo XX, com a queda do preço da borracha, toda a região amazônica entrou em depressão econômica e disso se aproveitaram os estrangeiros a fim de obter concessões que antes lhe eram negadas. Este foi o período das concessões gigantescas, se bem que as mesmas já tivessem começado bem antes do colapso do mercao, pois, em 1911, o Governo do Pará já fizera concessões de 60.000 km² à *Amazon Development Company*, do Americano Percival Farquhart, concessão esta que cobria 1/4 da área do Amapá. Farquhart, após a queda do mercado da borracha, abandonou esta concessão, do que mais tarde muito se arrependeria.

Em 1927, o Governo do Amazonas fez concessão de 10.000 km² ao(...) com o fim da guerra, a produção da borracha voltou a declinar, mas não o interesse dos estrangeiros na amazônia. Aprece então o projeto do "Instituto Internacional da Hiléia Amazônica".

Muito tem sido comentado sobre o proejto da "Hiléia Amazônica", mas poucos sabem, em detalhe, os seus antecedentes. É difícil mesmo levantar este assunto sem que se faça uma analogia entre os que propuseram este projeto e os ingênuos liberais do século XIX, que propunham que o Brsil fosse "generoso" e dividisse as riquezas da amazônia com todos os povos da terra sem compreender as intenções, por exemplo, dos americanos do Norte, que eram de colonizar a amazônia e dela se apoderar, como já tinham feito com enormes territórios do vizinho mexicano.

O projeto do "Instituto Internacional da Hiléia Amazônica" foi proposto por brasileiros, a começar pelo professor Paulo Berredo Carneiro, representante do Brasil na Unesco, que imaginou poder trazer para a pátria, todo o conhecimento acumulado pelos organismos ligados àquela entidade, tendo como meta desenvolver o Amazonas, para o bem do Brasil e da humanidade. Em 1945, o professor Berredo Carneiro apresentou seu projeto ao Governo brasileiro, e, em seguida, a uma comissão da Unesco, que se reunia em Londres. Ao seu lado, e dando total apoio ao mencionado plano, estavam pssoas de grande saber e autoridade, como os professores Miguel Osório de Almeida, Olímpio da Fonseca e Carlos Chagas Filho, delegados do Brasil naquela reunião, conforme nos informa Ferreira Reis.

O Plano já passava pelo crivo do Instituto Brasileiro de Educação e Cultura e pala comissão parlamentar de valorização da Amazônia. Era um plano grandioso e bem traçado, com 22 pontos específicos de estudos científicos e tecnológicos, apresentado na segunda conferência geral da Unesco, reunida no México, em 1947. Mas contra o mesmo levantou-se a palavra prestigiosa e supernacionalista do Deputado Artur Bernardes, Ex-Presidente da República, que via nele um perigo para o Brasil, por não ser o instituto organismo brasileiro mas internacional e, porque não dizer, supracional, que atuaria com todo o poder, inclusive através das fronteiras, que seriam ignoradas.

Em face das objeções criadas pelo Deputado Arthur Bernardes, a Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados solicitou parecer do Estado Maior das Forças Armadas. O Estado Maior deu parecer favorável ao mencionado Plano, sem que com isso tivesse feito calar o crítico maior do Projeto e Ex-Presidente da República, o Deputado Arthur Bernardes, os defensores do Plano fizeram o máximo para esclarecer que tudo não passava de um engano de interpretação da parte do Deputado, mas em face da tremenda luta do Ex-Presidente, que sofrera na carne, por assim dizer, as exigências que eram feitas pelas potências estrangeiras quanto ao Amazônas, nos dias em que fora Presidente da República, a Câmara decidiu sustar qualquer decisão sobre o assunto e o projeto foi engavetado.

"Com quem a razão", pergunta o eminente Historiador e Ex-Governador do Amazonas Arthur Cesar Ferreira Reis, ele mesmo pretende demonstrar que havia algo por trás do Plano, como delineado pelos orientadores internacionais, quando cita um longo parágrafo do autor inglês RobertBritan, publicado em espanhol, em Barcelona, em 1957, no qual trans-

parece claramente que a intenção dos mencionados asesores era mesmo de romper com as fronteiras e criar um organismo supranacional, com poderes suficientes para afetar a soberania das Nações convenentes, de aparência nada havia de mal no Projeto. Mas as intenções dos estrangeiros com ele comprometidos eram, sem dúvida, bem diferentes do que aparentavam ser. Que teria dito o bom Deputado se estivesse a par do fato (e talvez estivesse) de que a Amazônia bem recentemente, durante a segunda guerra, chegara a ser considerada como local ideal para a criação do novo Estado de Israel, mas que tal proposta fora posta de lado pelos próprios Líderes Zionistas, por não admitirem Israel localizado em nenhum outro lugar que a própria Palestina? A Amazônia continuava "vazia", "Despovoada", e como tal "Disponível" a todos que necessitassem de espaço para o excedente de suas populações. Tanto assim que logo que foi anunciado Plano da "Hiléia Amazônica", as autoridades brasileiras, no exterior, começaram a receber inquirições sobre as áreas das quais as Nações interessadas poderiam dispor, para "exploração comercial e colonização". Se o Plano era puramente científico, assim não entendiam as Nações estrangeiras interessadas no mesmo, nem tampouco o Deputado Arthur Bernardes.

Nos fins da década de 60 e começo de 70, uma entidade privada, mas que atuava como assessora privilegiada do Governo Americano, através do fascinante e robusto futurólogo — àquela época a futurologia assumia indevidamente fóros de ciência — Herma Kahn, preconizava "*o Labo Amazônico* (que no Ante-Projeto parecia com o nome de "Lago Hudson"), este lago gigantesco, cobriria uma área de 60.000 Km² (com 600Km de comprimento e 480km de largura), foi concebido por um especialista em engenharia elétrica, chamado Robert Panero, conforme informou a imprensa o próprio Sr. Kahn, esta proposta de tal maneira empolgou alguns nossos patrícios ingênuos que, de acordo com informação do instituto Hudson, 1.500 brasileiros trabalharam, sem receber nenhuma remuneração, no planejamento do mesmo, os danos à ecologia eram reconhecidos pelo planejador Herman Kahn, mas por ser o maior projeto já realizado pelo homem, valeria a pena, dizia ele, continuar os estudos para a implantação do mencionado lago este monstruoso lago inundaria uma área 15 vezes maior do que toda a área prevista por todas as hidroelétricas a srem construídas pelo Governo brasileiro, até o ano 2010 é interessante notar que, à época, o Plano não recebia nenhum protesto dos ecologistas internacionais.

b) Aspectos da Situação Atual

Hoje nos deparamos com novos e mirabolantes Planos de Nações que no passado invadiram, ocuparam ou ameaçaram de invadir e tomar a Amazônia dos brasileiros, em nome do "bem da humanidade", do "Progresso" e argumentos tais. Hoje fala-se o reverso. Para o "Bem da Humanidade", fala-se que o Brasil deve prescendir de sua Soberania naquela área para que a mesma seja preservada como espécie de "Jardim do Edem" Intocado. Será que os lobos de ontem de fato mudaram não apenas a pele mas as suas próprias naturezas e se transformaram em mansos e inofensivos corderinhos? Sabemos que só as riquezas minerais da Amazônia, se devidamente exploradas, são estimadas em trilhões de dólares, sabemos, também, que as Nações que mais pressão estão fazendo contra o Brasil, para que deixe de lado a exploração da Amazônia, são exatamente as Nações que possuem satélites artificiais dos mais sofisticados, capazes de detectar todo tipo de mineral e de riquezas naturais. Então porque este empenho em forçar o Brasil a por de lado sua Soberania sobre a Amazônia? Não é por pouco que imaginamos e reagimos como o Ex-Presidente do Brasil, o inatacável patrióta que foi o Deputado Arthur Bernardes, quando imaginava que por trás de todos aqueles Planos formulados para o "Bem da Amazônia" E da "Humanidade", havia interesses inconfessaveis, sem dúvida que podemos dizer, baseados na nossa longa História de intervenções e tentativas de intervenções estrangeiras na Amazônia, de que há algo no ar que só pode ser explicado como mais uma tentativa de intervenção estrangeira em assuntos que não lhes competem, por serem única e exclusivamente brasileiros. Até porque nas próprias colônias por eles mantidas, sua atuação ecológica foi devastadora, além de nos seus próprios Países sua atuação na fase da expansão das suas fronteiras agrícolas nada tem de modelar, muito ao contrário, o modelo adotado foi eminentemente dilapidador.

Frente a tantas e transparentes provas que nos traz a História, é justo que o povo brasileiro tem o direito e mais que isso o dever de levantar suas suspeitas sobre essas estórias que circulam nos meios de comunicação, de que a internacionalização da Amazônia é assunto saído dos Gabinetes Militares. A quem interessa desacreditar à atitude patrióta dos brasileiros, que suspeitam haver más intenções por trás da orquestração internacional contra o Brasil?

Aqui conviria ilustrar alguns exemplos da "Orquestração" — aliás a maior pressão já recebida pelo País no exterior neste século, segundo constatação do Embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima.

a) Nos Estados Unidos da América são repetidas atualmente inúmeras vezes seguidas nas suas poderosas redes de TV, filmes em estilo dos nossos comerciais (quem sabe, a finalidade não será mesma?) onde se mostra — A morte de Chico Mendes; induzindo os telespectadores a crer que a lamentável morte do seringueiro teve a anuência do governo brasileiro. Pior do que isso, a indiferença do nosso povo. Isto é, pretende-se transformar a morte promovida por um incidente de terra em estado de fronteira — idêntico a milhões que os Estados Unidos tiveram ao longo de sua história — num libelo contra o Brasil. Em proporção infinitamente mais grave, o Primeiro Ministro da Suécia, Olof Palme, país protótipo da mais refinada civilização, foi morto a tiros na principal rua de Estocolmo e até hoje se desconhece seu assassino, ou as causas que moveram. Terá sido terrorismo internacional, movimento de minorias internas, disputas simplesmente partidárias, ou jogo de grandes interesses de multinacionais suécas? tudo é lícito especular.

E os Estados Unidos, cuja história tem sido marcada pelos assassinatos de seus próprios presidentes? Recentemente mataram o mais famoso deles, nesses últimos 40 anos: John Fitzgeral Kennedy. Não satisfeitos, no melhor estilo dos "Westerns", onde aliás assistíamos os famosos e bravos mocinhos massacrarem "índios selvagens", mataram também o assassino e, para completar, mataram o irmão do presidente que ousara se candidatar. Sem falar que o presidente Reagan foi também baleado ante a Câmara das TV e cercado dos seus melhores e mais hábeis agentes secretos. Será que, em face a esses acontecimentos, vamos deduzir que o povo sueco ou americano e mesmo a sua cúpula política foram culpados por esses assassinatos? Não! A nossa posição tem sido de solidariedade a seus povos enlutados. Em contrapartida, o povo e sobre tudo o governo brasileiro são acusados de forma impiedosa e injusta, pela morte promovida por luta de terra — cujos assassinos, aliás, já foram presos — e mais recentemente a estória, mostrada a seu modo, se transforma em super produção de Hollywood, transformada em peça acusatória.

b) Na refinada França, cuja impiedosa luta colonial, por sinal é bem recente, seu presidente Mitterand prega o conceito de "soberania limida" para a Amazônia. Para materializar sua solidariedade, recebe *Raoni*, quase que com honras de chefe de estado — afinal, não foi da Europa que veio o conceito de nação indígena, para os nossos índios, conceito que alguns defenderam para constar de nossa própria Constituição?

c) O próprio *Raoni*, tem sido pobre vítima inconsciente do festejado roqueiro "Sting", que o exibe em shows pelo mundo afora, tal como se fosse uma criatura exótica, para aumentar seus milionário cachês. O respeitado cientista Guilherme de La Penha, diretor do Museu Goeldi, em visita recente aos Estados Unidos da América, assistiu a apresentação do "roqueiro" e ficou indignado com as calúnias ofensivas, assacadas contra o Brasil, de forma despudorada, pelo mencionado cantor, e sem nenhum compromisso com a verdade.

d) O próprio Secretário Geral do Minter, José Carlos Mello assistiu a um documentário da TV inglesa há duas semanas, de uma hora de duração, cujo teor agredia a mais elementar verdade.

e) Uma famosa revista italiana, *Il Expresso*, com tiragens de 500.000 exemplares, em duas tiragens seguidas (de 19-2-89 e 26-2-89) incluia encarte, dirigido ao primeiro ministro italiano, exigindo a suspensão de crédito do mercado comum europeu para carajás e suspensão de importação dos minérios de ferro do Brasil, alegando-se que ele estaria destruin-

do o pulmão do mundo. Publicava, também, 11 páginas sobre Chico Mendes, nas quais o Governo Brasileiro é acusado de responsável pela morte do mesmo. Por trás se esconde, sem dúvida, os interesses escusos dos nossos concorrentes do disputado mercado do ferro.

f) No mesmo tom, um filmete está sendo divulgado na Europa, onde em forma dramática são apresentadas cenas superpostas, nas quais em seqüências são vistas:

— Uma vista de belíssima floresta amazônica;

— A seguir tratores aparecem derrubando-a;

— Novas máquinas seguem-lhes, misturando calcáreo com a terra;

Seguindo-as agricultores plantando soja;

— Enfim, a conclusão: Não comprem óleo de soja brasileiro porque assim estarão ajudando a destruir o ar que respiramos.

g) Recentemente, senador americano Cahamdo Kasten, pos em dúvida nossa soberania e direito à Amazônia dizendo em público: "ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles (brasileiros) mais de todos". Isso dito por pessoa que deveria ter um mínimo de responsabilidade.

h) Coincidindo com isso, somos invadidos por comitiva de piedosos senadores americanos, que vêm testemunhar *in loco* a devastação da nossa (oj "sua"?) Selva Amazônica. Figuras notórias, como Pierre Trudeau, ex-Primeiro Ministro do Canadá, jornalistas eminentes, artistas em busca de promoção e já se anuncia a vinda de Carter e Dukakis, para com suas presenças intimidarem os incautos brasileiros em sua saga destrutiva.

i) E agora noticiam os jornais que foi suspensa a visita do Primeiro Ministro Italiano, por pressão dos "verdes".

j) Não adianta lhes falar que eles não foram bons professores em seus Países, que primoraram por uma conquista predatória, arrasando suas florestas e aniquilando seus índios.

Alegam que àquela época não tinham "consciência ecológica" a bem da verdade, tal "consciência" só foi despertada após destruirem as florestas do hemistério norte, para combustível de sua revolução industrial e para abrirem espaço para a expansão gigantesca de suas fronteiras agrícolas e, ainda hoje, diga-se de passagem, continuam derrubando as gigantescas sequoias, aquelas árvores milenares da Califórnia, que são tão valiosas quanto as mais raras espécies da Amazônia; quando não mais restavam áreas a serem inundadas para sua hidrelétricas, já que todo o seu potencial havia se exaurido; quando a maioria dos índios havia simplesmente desaparecido ou fora devidamente isolado em "guetos", "reservas" criadas de terras em geral inférteis, que nenhum homem branco desejava possuir; quando já haviam poluido seus rios; quando suas fábricas, fornos elétricos e número excessivo de carros agrediram a natureza de forma quase irremediável, lembravam-se da necessidade de defender a ecologia.

Quando lhes afirmamos serem eles, os ricos, exatamente os grandes poluidores da natureza e que bastava um pouco de controle no corte de postas das suas "gorduras" — diminuindo, por exemplo, o número de automóveis por família - para avaliar a natureza de agressões em grau infinitamente maior que todas as queimadas da amazônia brasileira, que só contribui com 5% de todo o gás carbônico emitido na atmosfera mundial, alegam a dificuldade de seus povos abrirem mão de um mínimo do conforto a que estão acostumados.

Recentemente, um grande movimento internacional, apoiado por alguns setores ambientalistas nacionais, em nome da defesa do meio ambiente, de forma orquestrada, fato que torna suspeitosa a sua organização — se insurge contra o Brasil.

Declarações de ecologistas, políticos e autoridades sobre as agressões à floresta amazônica, assassinatos de índios e ecologistas, invasões de posseiros etc. Tribunais simulados, respaldados por entidades representativas de vários segmentos sociais, se instituem a título de falaciosos julgamentos, somente para condenar autoridades do governo, explorando eventos criminosos, distorcendo suas causas para transformá-las em acontecimentos políticos. Há toda uma série de acusações, as quais por suas características, conformam um quadro de pressões, não incidentes sobre o governo, mas que, sobretudo por sua amplitude — vem atingir frontalmente à sociedade brasileira, os brios do nosso povo e a nossa própria soberania.

Trata-se de uma campanha infamante porque decorre certamente de interesses inconfessáveis, e covarde, porque se abriga na nobre causa da defesa da ecologia.

É triste constatar que alguns brasileiros cada vez menos número é verdade, por ingenuidade ou por idealismo, e tantos outros representando interesses de grupos ou por razões pessoais, estejam enganjados em tal movimento.

Tudo isso é tanto mais grave, quando nos querem impedir na construção de uma estrada que diminuiria no frete ao Japão e a Ásia, em 9.000 km. Mais grave, a título de razões ecológicas querem impedir a "integração latino-americana".

Na verdade, estamos ante uma guerra econômica, disfarçada pela nobreza do ecológico.

Reconhece-se que, não é possível deixar de assinalar os erros que o País incorreu na ocupação da Amazônia e no afã do desenvolvimento que caracterizou as últimas décadas, que reconhecidamente, ocorreram disfunções nesse processo — por falta, certamente, de planejamento adequado, inexistência de um fluxo permanente de recursos, incúria administrativa, desconhecimento da área por falta de pesquisas científicas e tecnológicas e outras razões tais.

Não escondemos os erros do pioneirismo em uma região para a qual ninguém tinha nem tem tecnologia. Como exemplo disto aí está a hidrelétrica de *Balbina*, com um custo/benefício indevido. Hoje seria impossível ocorrer uma outra Balbina, pela existência da obrigatoriedade do relatório do impacto ambiental (rima), decretado em 1986.

Além do mais, a eletrobrás tem hoje uma das melhores estruturas de proteção ecológica dentre as empresas do mundo. Tem, por exemplo, um conselho especial, composto por personalidade independente de notório saber — indigenistas, antropólogos, sociólogos e outros mais — reconhecido e aplaudido pelo próprio Bird.

A hidrelétrica de *Balbina* inundou uma área de 2.400 Km² para produzir apenas 250 Mw. A hidrelétrica proposta de *Kararaô*, inundará apenas 1.200 para produzir 11.000 Mw e deslocará apenas 320 pessoas.

Erros foram cometidos certamente, mas acertos maiores. Imperdoável mesmo seria deixar a área resumida a um imenso vazio sob o alvo incessante da cobiça internacional.

Quem detinha ou detém hoje a tecnologia da agricultura em florestas tropicíais ou úmidas?

É melhor aprender errando do que a omissão cômoda daqueles que não tentaram. Esses mais do que erram, porque nada fazem.

Pagamos um preço pela ocupação correta e inadiável no seu conjunto, e também incorrendo em ocasionais erros, que hoje procuramos corrigir e com todo o empenho. Seria melhor deixar a Amazônia num redoma, como ocorreu até a década de 60? Esses sim, seria um erro imperdoável para os brasileiros que precisam se desenvolver não por uma questão de opção, mas de sobrevivência, além de imperdoável sob o aspecto estratégico, ante a ambição mundial, demonstrado em tantos exemplos no passado.

Um dos temas desa polêmica, foi centrado nos financiamentos para a construção da unisa de *Kararaó*, hoje *Belo Monte*, que produziu grande celeuma, como das demais previstas no plano nacional de energia elétrica 1987-2010 — denominado simplesmente de plano 2010 — este plano, contém linhas de uma política de defesa de meio ambiente, demonstrando a preocupação dos técnicos brasileiros com as repercussões e conseqüências negativas para a ecologia, estudos inteligentes das usinas previstas.

Essa polêmica foi trazida ao nosso próprio quintal, no caso de *Altamira*, quando ecologistas autênticos e fictícios, jornalistas, roqueiros aproveitadores, e toda outra espécie de aproveitadores se reuniram para explorar a ingenuidade de índios que nada entendem das necessidades do Brasil, ou das necessidades de um mundo moderno. Centenas de pessoas foram enviadas para lá, a custos astronômicos. Quem pagou por tudo aquilo? Que interesses econômicos estavam por trás de tudo aquilo? A quem interessa impedir o desenvolvimento do Brasil?

Nas bases para o planejamento da execução do sistema de energia elétrica, com seu capítulo do "meio ambiente e inserção regional dos empreendimentos" — se observa que o assunto mereceu, nos seus estudos, o devido cuidado quanto à necessidade de buscar-se soluções adequadas, nas quais estejam

compatibilizadas as exigências de um programa de expansão energética com os requerimentos de preservação, conservação e proteção ambientais. Daí as pesquisas sobre as fontes alternativas de energia, não convencionais — como a da irradiação solar, força dos ventos (energia aeólica), xisto betuminoso, resíduos orgânicos, variação de nível das marés (aproveitamento maremotriz).

A capacidade enérgetica hidráulica da bacia Amazônica é imensa, o maior potencial do mundo, pelo plano 2010 da eletrobrás/eletronorte, estima-se em 48 milhões de Kw/h, mais que dobrando a produção nacional de energia, que é da ordem de 40 milhões de DW/h instalado e funcionando na Amazônia já produz mais de 4,5 milhões de Kw/h de energia hidráulica, com imensos benefícios para a região e para todo o Brasil, permitindo a operação de Carajás, da Alunorte, do Parque Industrial de Manaus e de tantos outros empreendimentos. Toda a área inundada pelas hidroelétricas, previstas no plano 2010, não seria maior que 0,113% da Amazônia.

Os efeitos econômicos/sociais com a implantação desse parque hidroelétrico, trará um desenvolvimento jamais visto ou imaginado para o Brasil. Hoje toda construção de qualquer baragem é precedida de estudo de controle ambiental, com elaboração do relatório de impacto ambiental — Rima, e, seus efeitos, minimizados e equacionados pela grandiosidade da obra. As comunidades limítrofes à barragem recebem tratamento especial, transferidas e indenizadas, reordenadas, oferecendo-se assistência médica, dentária e educação. As comunidades indígenas, além de benefícios, recebem grandes somas de dinheiro como forma de indenizações. Os animais são monitorados e realocados; os peixes estudados e os lagos repovoados.

O deflorestamento das áreas inundadas, necessário para evitar o apodrecimento das águas e suas consequências, tem sido o grande desafio para o meio ambiente. Estudos pioneiros nesse campo são desenvolvidos para minimizar seus efeitos. O que transparece nos ataques a estes projetos, é uma cobiça internacional nessa região e no desenvolvimento do Brasil.

A polêmica envolve, ainda, o problema das queimadas e dos desmatamentos; particularmente no que se refere aos índices de afetação e de comprometimento das matas e florestas relativamente à sua devastação. Isto é, seria como se a cada 1.000 M^2 da Amazônia inundássemos apenas 1,99 M^2, percentual irrisório sobre todos os prismas de análise.

Hoje inclusive existem processos extremamente simples e econômicos — desenvolvidos inclusive por técnicos locais — de retirar as árvores nos lagos inundados. Diferentemente do que se propagava, que as árvores inundadas apodreceriam, emitiriam gases (sulfídrico), além de danificarem a médio prazo as próprias turbinas, as árvores de fato permanecem perfeitas, segundo alguns ecologistas mais exaltados, promotores à época de passeatas e protestos, a população de Manaus teria que usar máscaras quando a hidrelétrica de Balbina estivesse concluída, pela queima dos gases poluentes do apodrecimento das árvores submersas pelo seu lago. (1)Segundo nos afiança a Eletronorte, a técnica de retirada das árvores que já está sendo usada largamente no lago da Hidroelétrica de Tucuruí é extremamente prática e ainda mais econômica do que o desmatamento convencional. 4 homens com 2 pequenos barcos, retiraram até 10 árvores (40 m^3) por dia e colocam no embarcadouro.

(1) como se vê, a realidade é bem diferente da previsão.

Levantamentos disponíveis, feitos pelo INPE, cobrindo o período de 1975-1988, com a utilização de satélites, fornecem informações quanto às queimadas. O que encontramos no relatório daquele instituto; "avaliação da floresta Amazônica", recém-publicado, é que os desmatamentos neste período para a região norte e Amazônia legal, foram os seguintes:

— Acre, 3,6% do estado
— Amapá, 0,59% do estado
— Amazonas, 0,8% do estado
— Pará, 7,1% do estado
— Rondônia, 12,6% do estado
— Roraima, 0,97% do estado
— AML — Tocantins-Goiás, 7,5% do estado
— AML — Maranhão, 9,13% do estado
— AML — Mato Grosso, 8,4% do estado.

Pelo acima podemos constatar que apenas 3,92% da região norte, área de floresta pesada, e que 5,12% da Amazônia legal área esta que inclui capões e cerrados, foram desmatados até 1988, estando, portanto, bem abaixo daquilo que a imprensa internacional e os ecologistas internacionais, por ignorância ou má fé, vêm alardeando.

A Amazônia legal inclui áreas de vegetação tipo cerrado, campos, campos cerrados ("savanas"), cerradão, floresta tropical úmida, rios, cidades, etc. Estudos recentes do INPE, dão conta de que somente 5.12% da floresta tropical úmida da Amazônia foram desmatados, portanto, muito menor do que os índices divulgados pelos alarmistas da imprensa internacional, da ordem de 20/25%. Em consequência, os efeitos de poluição da atmosfera com gases nocivos é bem menor do que indicam as pressões internacionais. Os 5% de desmatamento representam uma área de 251.429 Km^2.

Esses dados recentes, contudo, não nos devem a levar indiferença do gravíssimo problema do desmatamento, que não se deve só as queimadas, mas a um processo de colonização irracional. (Como é o caso básico de Rondônia).

Atualmente nas várzeas do baixo Amazonas são desenvolvidas algumas atividades agropecuárias como juta, pimenta do reino e gado, e no seu estuário gado, arroz e cana de açúcar, não comprometendo a floresta virgem, resguardada em sua grande extensão.

Há atividades agropecuárias de sobrevivência ao longo dos núcleos populacionais mais desenvolvidos, em geral à margem da Belém-Brasília e da Transamazônica. Não são mais do que 50 (cinqüenta) micro-regiões, com cerca de 30 mil habitantes cada. Também ao longo da estrada de ferro Carajás estão se formando núcleos habitacionais.

Foram detectadas na região, até 1987, 23 (vinte e três) madeireiras, das quais 9 (nove) estavam legalmente constituídas, fiscalizadas e controladas pelo governo. As restantes se encontram em situação de clandestinidade.

A Amazônia é uma imensa área onde a presença mineral se manifesta em quase todos os lugares. As reservas já identificadas são de incalculável volume e valor, mas há quem as calcule em 30 trilhões de dólares. O projeto Radam descobriu 14 espécies diferentes de minerais: ferro, nióbio, ouro, bauxita, cobre, caulim, salgema, linhito, manganês, cassiterita, titânio, cromita, níquel, gipsita, diamante, minerais radioativos, etc., gerando uma cobiça desenfreada de outras nações, querendo tornar a região inexplorada, favorecendo assim seus interesses econômicos.

Temem queda do preço de minerais sob controle de oligopólios na bolsa: por exemplo, a cassiterita da caemi.

Operam na Amazônia até 1986, 12 empresas mineradoras, e uma infinidade de garimpos e garimpeiros indenpendentes, dedicados na sua maior parte à extração de ouro. O departamento de produção mineral do ministério das minas e energia havia constatado 27 áreas sujeitas à ação dos garimpos controlados e dezenas de garimpos clandesitnos.

Além das agressões ao meio ambiente, provocado pela operação desordenada desses garimpos, o uso indiscriminado do mercúrio, que teve sua regulamentação recentemente aprovada, é importante destacar os desvios do ouro, inclusive dos produzidos nos garimpos controlados. Tais desvios decorrem de uma série de causas, entre as quais o contrabando, a grande quantidade de garimpeiros, cerca de 200 mil, dispersos pela região, inclusive em áreas de difícil acesso, os baixos níveis de instrução e a participação de intermediários e aproveitadores, entre os quais estrangeiros.

Um gravíssimo especulador das bolsas, segundo se alega, está por trás do movimento garimpeiro na área Yanomani. Na Amazônia tem sido utilizado sofisticadíssimos equipamentos, transferidos até de helicópteros usados na guerra do Vietnã, que nem a aeronáutica possui. A figura do garimpeiro romântico, ousado, independente e que pode ficar rico de um dia para a noite, praticamente inexiste.

Urge a mudança do código dos garimpeiros, que são vítimas de magnatas insensíveis que ganham fortunas ilícitas, sobretudo através de contrabando. O País perde de inúmeros modos: saúde de garimpeiro, disseminação de doenças indígenas, desvio de leis sociais, agressão ecológica, incentivo ao contrabando e perda tributária.

Para exemplificar a febre do ouro na região de Rondônia, dão conta que de 190 a 200 vôos diários saem do aeroporto de Porto Velho, ficando em 2º lugar em número de vôos.

Um exemplo típico dos problemas da exploração desordenada dos garimpeiros é Serra Pelada, por onde passaram mais de 100.000 garimpeiros. Hoje, em situação decadente, além de agredir o meio ambiente com alto

índice de mercúrio lançado na bacia do rio Itacaiúnas, afluente do Tocantis, perdeu, certamente, mais de 30% do ouro removido pela utilização de equipamentos rudimentares, o que representa grandes perdas para a economia nacional.

Este assunto pode ser considerado de extrema gravidade, bastando citar, entre outros prejuízos, o desperdício, acima mencionado, de cerca de 1/3 do minério extraído, e a venda ilegal de pelo menos metade da produção, especialmente através da exportação clandestina (contrabando).

Entre o desperdício e os descaminhos do ouro, a sua perda em 12 anos (1972/1983), significou cerca de 403 toneladas, no valor aproximado de US$ 5,4 bilhões de dólares, ao preço de US$ 423.68 — OZTROY.

III — DA POLÍTICA AMBIENTALISTA

Os ciclos alternativos da economia brasileira, desde o início da colonização portuguesa, provocaram danos aos recursos naturais e ao meio ambiente, seguindo, aliás, processo semelhante ao ocorrido nos países desenvolvidos e que, por sua vez também de reverter esta situação.

O primeiro exemplo da atividade predatória em nosso País foi a devastação da Mata Atlântica. Restam do exuberante ecossistema encontrado pelos descobridores portugueses apenas os preciosos remanescentes contínuos preservados nos Estados do Espírito Santo, Rio, Bahia e Rio Grande do Sul. Ainda na esteira do progresso e da civilização, inicialmente concentrados no litoral Atlântico, ficaram comprometidos os sistemas ecológicos característicos dessa região, principalmente no tocante às dunas e aos manguezais.

A integração da fronteira Oeste expôs a cobertura florestal dos Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul às transformações determinadas pela implantação e a expansão da pecuária e da agricultura. O Pantanal Matogrossense, santuário ecológico ainda em parte preservado, sofreu também a ação da garimpagem e do uso indiscriminado de agrotóxicos e produtos químicos poluentes.

No sistema ecológico da baixada maranhense, os grandes projetos agrícolas e os desmatamentos e queimadas provocaram um processo de depredação ambiental.

A marcha da colonização e da integração de novas áreas à economia das nações leva consigo, como inexorável companheira de viagem, a devastação da flora e fauna e a poluição ambiental. A História tem demonstrado que este é um fenômeno mundial, ligado ao desenvolvimento e ao progresso da humanidade.

Tal fenômeno não é próprio dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, uma vez que modelaram seus métodos e estratégias nos utilizados pelas nações ricas e desenvolvidas, as quais em sua ânsia de exploração se comportaram em todo o mundo como pioneiras na aplicação da tecnologia predatória.

Historicamente a ocupação da amazônia se vincula a uma economia baseada no fornecimento de matérias primas, principalmente de origem florestal, para os mercados interno e externo.

No final do século XIX e início do século XX, ocorreu um surto significativo de povoamento da região, durante o ciclo da borracha, provocado pela grande demanda internacional de borracha natural nessa época.

Os ricos seringais do norte atraíram levas de migrantes nordestinos que, fugindo da seca, se fixaram principalmente no Acre onde se dedicaram à extração e processamento rudimentar do látex.

O extrativismo migratório (Borracha, Castanha, Madeiras, Gomas Não-Elásticas) foi incapaz de proporcionar a efetiva ocupação do território Amazônico.

Nos últimos 20 anos a colonização da área passou a ser uma das prioridades do Governo Federal que implementou, neste período, vários planos oficiais de ocupação e desenvolvimento regional, que priviligiam o assentamento de frentes pioneiras agropecuárias ao longo dos eixos rodoviários recentemente abertos: transzamazônica, Manaus-Porto Velho, Belém-Brasília; Cuiabá-Porto Velho.

Outros empreendimentos agropecuários de grande vulto, pertencentes a grupos econômicos do Centro-Sul do País, são desenvolvidos na Amazônia, em função de incentivos e créditos oficiais propiciados pelo Governo Federal. (Grupos Estrangeiros)

Entre 1970 — 1985 houve um crescimento de 91% no número de propriedades rurais da região; de 93% na área das propriedades; de 227% das áreas de lavoura e de 214% do rebanho bovino.

Estes números — extraídos do censo agropecuário do IBGE/1985 — comprovam a intensidade do esforço de ocupação e colonização realizado na Amazônia.

A extração de madeiras deixou de constituir uma das atividades econômicas de maior relevância para a economia regional, considerando que a exploração mineral tomou parte maior na economia da mesma. A exploração ganhara impulso, a partir de 1980 com a exaustão das florestas do Suldo País, daí, resultando na transferência das indústriais madeireiras, principalmente para a região das ilhas e Sul do Pará.

De acordo com estudos do projeto radambrasil, apenas 30% das terras Amazônicas se prestam a atividades agropecuárias, em razão das características físicas dos seus solos.

Anterior a toda "Orquestração" internacional feita contra o Brasil, o País já tomara providências para proteção do meio ambiete amazônico, com a exigência do *rima* (Relatório impacto ambiental) para todos os novos projetos; foi começado um zoneamento Agro-Ecológico da Amazônia legal, sendo que os dos estados de Rondônia e Mato Grosso já estão completos e o restante encontra-se em fase de elaboração; foram criados parques nacionais, reservas ecológicas, áreas de proteção ambiental, bem como delimitação de áreas indígenas, algumas das quais maiores do que muitos países Europeus.

O Sistema Nacional de meio ambiente — Sisnama, tem como fundamento principal da sua existência a formação das normas de política do Meio Ambiente, cuja concretização está a cargo do Conselho Nacional do Meio Ambiente — CONAMA, o CONAMA, face à sua abrangência democrática e à valorização que empresta ao meio ambiente, não possui similar no mundo. É, pois um órgão da maior importância de que dispõe o Governo, para a solução da problemática do meio ambiente.

Instrumento da maior importância é o relatório de impacto ambiental — RIMA, instituído em 1986 pelo Governo, através do Conama que se exige na implantação de quaisquer obra ou projeto que se pretenda instalar e que possa implicar em riscos para o ecossistema circundante.

Com o intuito de assegurar o controle racional da exploração dos recursos das variadas áreas, o Governo promoveu o zoneamento agro-ecológico nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, estando em conclusão os dos Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, e em fase inicial o de toda a Amazônia Legal, com apoio da FAO.

Acreditamos que a implantação total do zoneamento agro-ecológico se transformará em instrumento de suma valia e servirá de referência para a lógica ocupação da Amazônia Legal, com a vantagem de minimizar os danos à ecologia.

Paralelamente, a Sudam, com o apoio da OEA, executa o estudo dos vales Amazônicos — Acará, Mojú, Araguaia, Trombetas, Branco, Madeira e Baixo Tocantins — que tem por marco o fato de que, na Amazônia, o rio determina o espaço econômico, as vias de comércio e de comunicação e os critérios de assentamentos das populações e de estabelecimento das cidades.

O Brasil está consciente de sua problemática ambiental, dispondo de rico arcabouço legal referente à matéria relacionada com o meio ambiente e seus recursos naturais renováveis. O código florestal, o código da pesca, a lei de proteção à fauna, a lei que cria o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e os recursos naturais renováveis — IBMARNR — o código Nacional de Gerenciamento costeiro. Há ainda uma série de decretos: o que cria o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal, portarias e instruções normativas que se constituem em valiosa instrumentação Legislatriva de Proteção do Meio Ambiente e ao Desenvolvimento sustentado. Fundamentado todo esse acervo legal, a Constituição brasileira configura de forma concreta a vontade política do povo brasileiro em buscar soluções para a problemática do Meio Ambiente. Recentemente, com o lançamento do Programa "Nossa Natureza", foram editados 17 (dezessete) decretos, e enviados 7 (sete) projetos de lei ao Congresso Nacional, uma portaria interministerial e 3 (três) portarias ministeriais, todos voltados para a problemática ecológica, principalmente na região Amazônica.

Quanto à infra-estrutura atual, denodados esforços estão sendo dedicados para o seu

contínuo aperfeiçoamento e fortalecimento, consubstanciados no programa nossa natureza, com objetivos de conter a ação predatória do Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis; de estruturar o sistema de proteção ambiental; de promover a educação ambiental; de regenerar o complexo de ecossistemas afetados pela ação do homem; de aumentar a proteção às comunidades indígenas e às populações dedicadas ao extrativismo na região Amazônica.

Embora reconheçamos erros advindos da ocupação descordenada da Amazônia, é mister que se aceite a atenuante de que a quase totalidade de sua superfície está preservada. Vejamos, por exemplo o fato de que em toda a margem esquerda do Rio Amazônas, com mais de 1,2 Milhões de Km^2, há uma densidade demográfica de apenas 0,4 por Km^2.

Todavia, junto da experiência adquirida, estamos enviando esforços para que, no futuro, o processo de ocupação daquela região seja corrigido, a fim de concluir o desenvolvimento econômico com a necessária preservação ecológica.

O programa "Nossa Natureza" criou o Conselho Superior de Meio Ambiente — CSMA, presidido pelo Presidente da República que congregará à política superior do Meio Ambiente. É portanto, o órgão político por excelência.

Outros programas voltados para o controle do Meio Ambiente: Programa de Controle da poluição do ar por veículos automotores — Proconve; o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar — Pronar e o Programa Nacional de Controle da Poluição Industrial — Pronacoop.

Outro Projeto é o de prevenção, controle e combate à Poluição Marinha na Costa Brasileira, em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD, a Organização Marítima Internacional — CMI, contando ainda com a participação dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul, através de seus Órgãos de Meio Ambiente, bem como da Petrobrás.

O Brasil possui, até nossos dias, quarenta e duas estações ecológicas, entre elas dezenove na Amazônia, somando-se a essas áreas de proteção ambiental, vinte e nove Parques Nacionais e quinze Reservas Biológicas.

Nosso Governo, profundamente sensibilizado com o fatos que vem afetando os ecossistemas brasileiros, principalmente a floresta Amazônica, e outros, com conseqüências danosas para os seus recursos florísticos, hídricos e climáticos, volta toda a sua atenção na busca das melhores soluções para evitar e reverter toda a situação que possa implicar em prejuízo ecológico com suas conseqüências para o comportamento e modo de vida da população brasileira.

Em face da preponderante preocupação estar ungida à Amazônia, providências emergenciais foram determinadas, entre outras, a suspensão temporário dos incentivos fiscais e créditos oficiais para empreendimentos na região, coberta por florestas tropicais até que se concluam estudos sobre novos critérios.

O Minter, através do pacto Amazônico, em estreita ligação com o Ministério das Relações Exteriores, Ministérios setoriais e Governos dos Estados e com respaldo da organização dos Estados americanos — OEA, executa ações com os países vizinhos da região, por meio de programas bilaterais de recuperação e desenvolvimento de áreas marginalizadas de fronteiras.

O nosso esforço não se esgota aqui, com as medidas já tomadas, pelo contrário, a responsabilidade de homens públicos nos conclamam a prosseguir na busca de soluções que possibilitem a elaboração e implementação de uma política ambiental programática e que corresponda a obrigação que nos cabe perante às gerações futuras de lhes passar um mundo convenientemente desenvolvido, conciliado com a necessária e indispensável preservação ambiental e com uma estrutura social. Quiçá mais justa.

Na declaração de Brasília, os Ministros de Estado encarregados do controle ambiental. E os representantes dos países partipantes, (América do Sul, Central e Caribe), acordaram concluir seus trabalhos com uma "Declaração de Brasília", a saber:

Os países da América Latina e do Caribe reconhecem que a urgente necessidade de encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento sócio-econômico e a proteção do meio ambiente, através de um controle adequado dos recursos naturais e um controle dos impactos ambientais, é uma preocupação comum da mais alta prioridade para os países da região. Este reconhecimento expressa a indissolúvel relação que existe entre os assuntos ambientais e o desenvolvimento sócio-econômico, bem como a obrigação de assegurar o aproveitamento sócio-econômico, bem como a obrigação de assegurar o aproveitamento racial dos recursos, em benefício das gerações presentes e vindouras.

Os Ministros reafirmaram o princípio de que cada Estado tem o direito soberano de administrar livremente seus recursos naturais. Não obstante, isto não exclui, antes pelo contrário reforça, a necessidade da cooperação internacional a nível sub-regional, regional e global. Os Ministros enfatizam também que a solução do problema da dívida externa e o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional justa e eqüitativa, são condições indispensáveis para garantir o processo democrático na América Latina e no Caribe, a promoção da segurança e da paz na região e o desenvolvimento econômico e social continuado, que é a única alternativa possível para o aproveitamento racional dos nossos recursos naturais para satisfazer as necessidades de nossos povos.

A dívida não pode ser paga nas condições atuais, ainda que aumentando a fome e a miséria de nossos povos, nem com mais subdesenvolvimento e a conseqüente degradação de nosso meio ambiente.

Órgãos financeiros internacionais devem assegurar, por meio de facilidades institucionais específicas, a disponibilidade de recursos adicionais suficientes, em termos concessionais, para a realização de projetos de proteção ambiental nos países em desenvolvimento. Mais ainda, a cooperação internacional para a proteção do meio ambiente deve incluir o livre acesso à informação científica e a transferência sem fins lucrativos aos países em desenvolvimento, das tecnologias não contaminantes e aquelas destinadas à preservação do meio ambiente.

Os países que possuem armamentos atômicos e de outras espécies para destruição em massa devem cessar imediatamente com todas as provas e experiências com estas armadas e promover ativamente a sua eliminação portanto, os ministros dos países latino-americanos e do Caribe. Estão convencidos de que a solução para nosso planeta ameaçado, faz necessária uma cooperação de nível sem precedentes entre os países industrializados e os países em desenvolvimento, em benefício das gerações vindouras.

Além disso, os Ministros aprovaram a seguinte noção:

"Todos os países Latino-Americanos e do Caribe aportaram o seu apoio e solidariedade ao Governo do Brasil pelos ataques injustos, que vem recebendo pelo exercício de sua soberania da legítima utilização dos seus recursos naturais". Lamentamos apenas, que tais fatos importantes, não tenham alcançado a mínima divulgação.

Não se pode dissociar problemas ecológicos no 3º mundo com problemas da pobreza, do qual a dívida externa é um poderoso agravante.

O Discurso do Brasil que é acusado por ingênuos de *nacionalista* ou *sob influência militar*, é absolutamente idêntico, ao de todos os Países da América Latina, especialmente os amazônidas.

IV — DA POLÍTICA INDÍGENISTA

Ao Ministério do Interior cabe a responsabilidade de assistir às comunidades indígenas brasileiras, sendo o objetivo desta política a orientação da valorização cultural, impedindo sua desarticulação, a degradação de suas economias e autonomias tribais, dando-lhes como segurança os mecanismos de preservação, delimitação e demarcação de terras.

Dificuldades de ordem técnicas se apresentam bem como as administrativas, como resultado da dispersão dos grupos indígenas, das enormes distâncias do território nacional, sobretudo na Amazônia com suas dimensões continentais e, ainda, pela excassez dos meios de que se dispõem para a concretização das metas e propósitos de assistência permanente de que tanto necessita aquela região e os que nela vivem.

Somente a partir de 1910, com a criação do SPI — Serviço de Proteção ao Índio — a questão começou a ser tratada com mais respeito.

Com a expansão da fronteira econômica, direcionada à Amazônia e ao Centro-Oeste do País, tornou-se imperativa, em 1967, a criação da Funai.

Hoje esta população alcança a marca dos 220.000 índios, distribuídos em 200 grupos étnicos diferentes falando 170 idomas e dialetos. Na época da colonização do Brasil, estimava-se em 2 milhões a população indígena.

Temos no País 467 reservas indígenas sendo 226 já demarcada ou em fase de demarcação e outras 240 aguardando procedimentos legais.

No curto espaço de 4 anos do Governo do Presidente José Sarney já foram demarcados mais de 31 milhões de hectares enquanto de 1910 até 1985, somente 12 milhões de hectares foram demarcados. Uma área, equivalente a 10% do território brasileiro, foi destinada aos índios, ou seja, 82 milhões de hectares. Nesta área, comportariam 13 países, Portugal, Albânia, Áustria, Bulgaria, Cuba, Holanda, Israel, Líbano, Nicarágua, Bélgica, Dinamarca, Hungria e Suiça ou os Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina cabendo a cada índio o equivalente a 400 hectares, enquanto que, em países ditos preocupados com a preservação das comunidades indígenas, como é o caso dos Estados Unidos, da América, esta equivalência cai para 20 hectares/índio.

Para que toda esta estrutura funcione a contento, a Funai conta com 340 postos avançados, prestando assistência médica, educacional, produtiva. Mantendo as tradições e Línguas Mater.

O Brasil é, sem sombra de dúvida, o País que mais investe na valorização, preservação e respeito às questões indígenas em todo o Hemisfério Sul.

Mais uma vez não se pode dispensar de mencionar que o problema indígena, embora sendo uma questão a qual o Brasil conscientemente atribui relevância, não pode ser dissociado do elenco das nossas grandes prioridades de País ainda pobre. A população indígena brasileira, de 220 mil índios, representa apenas a metade da população da favela "Rocinha", no Rio de Janeiro.

O Brasil é um País sem similar quando se fala em integração racial, não há discriminação de côr, crença, raça, etc., nas escolas, escolas de fronteiras, clubes, empresas, etc. exemplo disso é a existência de governadores, ex-governadores, ministros, parlamentares, descendentes de sangue indígena.

Não podemos deixar de citar os 1,5 milhões de cablocos vítimas do aviltamento dos preços, hiprocrisía dos ricos contra os seringueiros que foram abandonados na Amazônia.

V — DA POLÍTICA DA BORRACHA

A comercialização e a produção da borracha no Brasil foram conduzidas e estruturadas pela extinta Superintendência da Borracha — Sudhevea, hoje integrada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, órgão hoje vinculado ao Ministério do Interior. A cargo da mesma ficava a comercialização, concessão de crédito para custeio, arrecadações de taxas, exames e análises dos pedidos de importação de elastômeros e registros de faturas.

Hoje, através de convênios com instituições estaduais e municipais, incentiva-se a manutenção de projetos de formação de seringais de cultivo, ampliou-se a assistência técnica aos produtores de borracha e incrementou-se a produção de mudas de seringueira.

A área de pesquisa registrou um grande e significativo desenvolvimento, hoje existindo cooperação técnica e científica, a nível internacional, com países produtores e consumidores, estando em fase de conclusão os estudos visando a melhoria da qualidade de nossa borracha bem como a qualidade de nossa mão-de-obra qualificada.

Foi também merecedora de atenção especial o processo de organização de seringueiros autonômos.

Na última década inaugurou-se na Amazônia 15 centros de treinamento visando melhoras no padrão de qualidade do extrativismo.

Não foi esquecida também a assistência médica, odontológica e sanitária aos seringueiros e suas famílias, através de unidades móveis e minipostos de saúde.

A Assistência Educacional, mediante contratos com secretarias estaduais tornou possível a realização do sonho do saber ler e escrever daquelas pessoas carentes.

Nos últimos 20 anos o quadro da política da borracha revelou uma sensível melhora em sua situação e apesar de sabermos ser impossível reverter totalmente o quadro do êxodo dos seringueiros das suas respectivas áreas de extrativismo, os que lá ficaram estariam sendo devidamente reconpemsados não fossem os baixos preços da borracha, impostos pelas nações ricas importadoras desse produto.

Conta hoje o Brasil com mais de 100.000 hectares de seringais, fora da Amazônia úmida, que brevemente estarão em franca produção, valendo registrar o fato de que a Bahia deverá manter a posição de maior produtor brasileiro.

VI — DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

Alternativas para diminuir a pressão econômica sobre a Amazônia.

A Região Centro-Oeste, com seus quase 1/4 do território nacional, abrigando mais de 10,4 milhões de brasileiros, ou seja, cerca de 7,2% do Brasil, teve seu desenvolvimento registrado a partir da década de 1940, quando o então Presidente Getúlio Vargas lançou a "marcha para o Centro-Oeste", criando-se as colônias *de Ceres e Rialma e a região de Dourados*. A partir daí foi a região que mais cresceu no País, de 1949 a 1980, da ordem de 10% a.a.

O maior fator de desenvolvimento foi a criação de Brasília na década de 60, auxiliada por fatores; tais como: desenvolvimento de técnicas agrícolas pela Embrapa, incentivos fiscais, programas, etc. Hoje, a região corresponde com cerca de 20/25% da produção de grãos e possui o 2º rebanho bovino.

Fato mais relevante da agricultura brasileira: é a maior fronteira agrícola do mundo, que tem servido de anteparo à Amazônia. Outro fator importante a se destacar diz respeito à reforma agrária, que, por ser a região de maior fronteira agrícola ainda não explora, devem ser reserva das áreas da mesma para assentamento da reforma agrária.

A região Centro-Oeste, com os Estados que integram também a Amazônia, ocupa quase 1/4 do território, abrigando mais de 10,4 milhões de brasileiros, ou seja, cerca de 7,2% do total. A região responde por aproximadamente 3,7% do Produto Interno Bruto.

A taxa média de crescimento da população é de 4,0% a.a. quase o dobro da média nacional. Na década de 70 a região recebeu mais de 1.200.000 migrantes.

Não podemos nem devemos ignorar que nosso País dispõe, no Centro-Oeste e na Amazônia, das maiores reservas de terras agricultáveis do mundo, ainda não utilizadas, como também do maior potencial de energia didroelétrica, exatamente a menos poluente e indiscutivelmente a mais econômica, fatores que determinam, com o seu uso adequado, forte poder de competição que gera preocupações a muitos países, sem falar nas nossas incomensuráveis reservas minerais ali localizadas. Tudo isso se constitui num imenso e inalienável patrimônio dos brasileiros e, no seu conjunto, fatores indispensáveis para consecução de um pleno desenvolvimento econômico-social da nossa gente. Impõe-se-nos, contudo, o dever intransferível de viabilizarmos um modelo, que concilie os primados da economia, com rígidos princípios da conservação ecológica.

Vencido tecnicamente o desafio dos cerrados, essa grande revolução que está em marcha na agricultura brasileira, multiplicaram-se em escala sem precedentes as potencialidades da região para a produção agropecuária.

O Centro-Oeste detém 121,8 milhões de hectares, cerca de 60% dos 203 milhões de hectares de cerrados existentes no País e já se destaca em produtos essenciais como arroz, milho, soja e carne bovina.

A produção de arroz, com mais de três milhões de toneladas, na safra de 86/87, representa 30% do total nacional. A soja, com quase seis milhões de toneladas, já atinge 35,8% da produção nacional, enquanto o milho responde por 16%. O efetivo do rebanho bovino, com cerca de 40 milhões de cabeças, representa um terço do rebanho nacional.

A participação da região na produção brasileira de grãos é superior a 22%, mais de 14 milhões de toneladas. Mais ainda, no total de 128 milhões de hectares aproveitáveis para lavouras, apenas 10 milhões de hectares estão sendo utilizados.

Mas não se esgotam nas atividades de base agrícola as potencialidades regionais do Centro-Oeste.

O setor mineral também revela o Centro-Oeste como detentor de grande participação no total das reservas brasileiras de amianto (99%), cobre (23%), níquel(86%), manganês (5%) e estanho (61%). A produção de fosfato na região já apresenta 26% do total nacional; a de ouro cerca de 28%; a de nióbio 49%; a de cassiterita 54% e a de calcário 11%. As perspectivas para investimentos minero-industriais são enormes.

Integrada pelos Estados de Rondônia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, abrangendo 409 municípios, a região entretanto, ainda apresenta nível de renda inferiores às médias nacionais, requerendo, portanto, grande esforço de desenvolvimento.

Do ponto de vista operacional, expressivo elenco de programas especiais encontra-se em fase de execução ou formulação no âmbito do Minter, sob coordenação da Sudeco, envolvendo compromissos já assumidos com estados, municípios e, inclusive, organismos internacionais de fomento, dentre esses se destacam o Programa de Desenvolvimento da Amazônia e o Inventário Municipal com Aplicações Integradas (Impai).

Tais projetos e programas estão sendo objeto de avaliação e redirecionamento, para ajustamento ao contexto das novas políticas propostas, reconhecendo-se, entretanto, que os mesmos podem continuar a exercer papel de destaque na condução da questão regional.

Esta é uma região que responde bem às decisões de investimento.

Ao final da década de 70, em apenas três anos foram incorporados na região mais de dois milhões de hectares ao processo produtivo. A presença competente, cada vez maior, do empresariado privado, investindo na agricultura, produziu retornos compensadores.

Erro histórico foi reduzir os investimentos públicos, ficando a região a depender apenas dos investimentos privados. Não fosse isso, o Centro-Oeste seria hoje o maior celeiro do Brasil. Temos uma grande crença no empresariado que atua no Centro-Oeste.

Após a conclusão das eclusas de Tucuruí, os rios Araguaia e Tocantins tornam-se navegáveis, possibilitando a formação de um corredor de transporte intermodal com a malha rodoviária já existente e estruturada a partir da Belém-Brasília, com o sistema ferroviário, a ser implantado a partir da construção da norte-sul, ligando Luziânia a Açailândia, no Maranhão, e daí até o porto do Itaqui em São Luís, já com 107 Km construídos, e a possibilidade de implantação de uma ferrovia ligando Vilhena, em Rondônia, a Anápolis, Goiás, passando por Cuiabá.

Estará então criado o corredor de exportação tão justamente reclamado pelo Centro-Oeste, que lhe viabilizará a integração de mercado com o Nordeste e o Sul/Sudeste, e o exterior, pelo acesso de seus estados aos portos de exportação de Itaqui, em São Luís/MA e Tubarão, em Vitória/ES, e Belém e Vila Conde/Pará.

As possibilidades de aproveitamento econômico do pantanal com adequada proteção ambiental, são expressivas: área irregável de 240 mil hectares; potencial hidráulico de 1.280 MW; 250 milhões de m^3 de madeira aproveitável; presença de manganês, ferro e calcário.

VII — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, Senhores parlamentares, foi-nos deixada de herança uma imensa região cobiçada pelas grandes potências, antes mesmo de saberem o que nela encontrariam. E hoje, que a Amazônia começa a revelar seus segredos, graças aos satélites espiões que a cada minuto passam por sobre nosso continente; graças, ainda, aos estudos de dedicados e *autênticos* ecologistas (biólogos, químicos, meteorologistas, botânicos, engenheiros e profissionais especialistas em assuntos do meio ambiente) tanto brasileiros quanto estrangeiros, subitamente mais uma vez, aguça-se a cobiça do mundo em relação à Amazônia e, como conseqüência, sofremos todo tipo de agressões por causa da mesma.

Valeria recapitular aqui os fatos referentes à Amazônia:

— É a maior reserva florestal do mundo, com 90% de sua reserva original não apenas intacta mas também *virgem*, nunca pisada pelos pés humanos, nem mesmo pelos índios, que não chegam a 160 mil, na área amazônica; (97% da floresta densa).

— É a maior reserva biológica do mundo, em todos os seus aspectos, preservada quase que intacta até esta data.

— É, provavelmente a maior reserva mineral do mundo, contendo inclusive minérios raros, como nióbio e paládio, este hoje da maior importância, em face do novo método de fusão nuclear que utiliza água pesada e requer um bastão de cobre e outro de paládio para seu processo de eletrólise. Só a reserva de hematita da serra dos Carajás é estimada em 18 bilhões de toneladas, cujo aproveitamento levará 500 anos para concluir. Toda esta reserva de minérios, já foi avaliada em *trilhões* de dólares.

O Brasil precisa sensibilizar para o problema da exploração mineral, adaptando-a ante a revolução tecnológica. Há uma grande diferença entre recursos minerais e riqueza proveniente dos recursos minerais. Exemplo: a *cerâmica* substituindo o *aço*, em motores. Fatos já noticiados, dão conta de que o Japão estará produzindo motores cerâmicos daqui a 3 anos. Isto quer dizer que o aço, pelo menos da indústria de motores, se tornará obsoleto.

— Possui, juntamente com o Centro-Oeste brasileiro, as últimas reservas de terras agricultáveis do mundo, estimadas em 1.470.000Km^2 na Amazônia e 128.000Km^2 no Centro-Oeste, perfazendo um total de 1.603.000Km^2.

Como foi tudo isso preservado? Já vimos que tudo isso foi salvo da destruição pela política de "Porta Fechada" e de secretismo, praticada pelos colonizadores portugueses, e levada adiante por muito tempo pelo Governo brasileiro, que só recentemente começou a exploração da mesma, em larga escala, por dois grandes motivos: *primeiro*, o medo da ganância e cobiça internacionais, tão claramente demonstradas através da nossa história, bem como de atos recentes, que levaram-nos ao programa de "ocupar para não entregar"; *segundo*, pela necessidade de se levantar divisas a fim de pagar os juros de uma dívida que já foi na verdade paga, mas que os agiotas internacionais, travestidos de banqueiros, continuam cobrando e nos ameaçando por ela.

Essa ocupação correu com pontos negativos e positivos, que temos de confessar:

— No afã de ocupar os espaços "vazios" e cobiçados pelo mundo, houve, sem dúvida, pouco planejamento, ou planejamento errôneo, na escolha das áreas para colonização, como no caso da Rondônia — onde até agora, diga-se de passagem, apenas 12,6% foi desmatado, uma situação considerada completamente reversível — tendo sido utilizados o métodos tradicionais de corte e queima da mata, que não são adequados à preservação do meio ambiente, mas difíceis de coibir, por não haver outras alternativas disponíveis aos agricultores.

Sob pressão econômica-social, permitimos a garimpagem de áreas que deviam ser mineradas industrial e racionalmente, para maior.

— Sob pressão econômico-social, permitimos a garimpagem de áreas que deviam ser mineradas industrial e racionalmente, para maior aproveitamento dos minérios, como o ouro, com o conseqüente desperdício do mesmo e a agressão ao ambiente nas áreas de garimpo, pelo uso desenfreado do mercúrio, que, convém lembrar, já foi proibido por resolução dos órgãos competentes;

— No afã de obtermos divisas para pagar os dividendos cobrados pelos agiotas internacionais, permitimos que madeireiras exportassem, em toras, milhões de metros cúbicos de madeiras preciosas para o mercado exterior; comércio este ora proibido pelos órgãos competentes;

— Pela mesma razão acima, permitimos que agências de financiamento do governo financiassem projetos agropecuários em área imprópria, causando devastação de trechos da mata, inclusive por firmas multinacionais, como veremos abaixo;

— Na ânsia da busca do ouro, da cassiterita e da madeira, garimpeiros e colonos invadiram áreas ocupadas por índios, com conseqüente violência física e cultural ocorrendo em área de fronteira, onde o braço da lei chega tardio e com grande dificuldade; situação esta ora remediada pela criação de gigantescas reservas indígenas e de florestas nacionais;

— Mais uma vez, pressionados para desenvolver internamente e angariar divisas, construímos hidrelétricas em regiões inadequadas, situação esta hoje remediada pela exigência de estudos de impacto ambiental para todos os novos projetos deste tipo;

Pontos Positivos:

Ao detectarmos os problemas ambientais, através do trabalho de nossos próprios cientistas do Inpa, Inpe, Museu Goeldi e das Universidades da Amazônia e de fora da Amazônia, como nação, tomamos medidas corretivas:

— Criamos o projeto "Nossa Natureza", de proteção ao meio ambiente não apenas da Amazônia, mas de todo o País;

— Criamos órgãos de proteção ao meio ambiente, como o Conselho Superior do Meio Ambiente (CSMA), o Cisnama, o Conama, o Proconve, o Pronar e o Projeto de controle e Combate à Poluição Marinha na costa brasileira, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

e dos Recursos Naturais Renováveis — IBMARNR;

— Criamos reservas biológicas, 19 delas na Amazônia, florestas nacionais (11.550Km²) e reservas indígenas (82.000Km²), maiores do que várias nações européias somadas;

— Proibimos a exportação de madeira em toras;

— Proibimos a utilização do mercúrio nos garimpos, não só da Amazônia mas de todo o Brasil;

— Paramos todos os financiamentos de projetos agropecuários em áreas de floresta tropical densa.

Agressão Estrangeira:

— Não obstante o acima, somos agredidos diariamente, não penas pela imprensa internacional mas até por governos estrangeiros; por membros dos parlamentos estrangeiros; por organismos internacionais aos quais nós mesmos pertencemos; e até fisicamente por *malucos*, como ocorreu recentemente ao *stand* da Embratur, na Feira de Turismo de Milão, que foi coberto de *areia, sangue e lama*, por um grupo de "verdes" fanáticos alemães.

— Nossa soberania e direito sobre a Amazônia é posta em dúvida por pessoas que deveriam ter um mínimo de responsabilidade, como o Senador Americano Kasten, que afirmou em público (textualmente)"ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles (brasileiros) mas de todos", e a revista *The New Yorker* e o Jornal *Wall Street Journal*, ironizam o que chamam de "ambição brasileira" de ser dona da Amazônia, como se a mesma fosse território estrangeiro que ambicionamos possuir e invadir.

— Criou-se o mito insustentável de que a amazônia é o "Pulmão do Mundo", que o Brasil estaria ameaçando, fato este hoje contestado pelos maiores cientistas internacionais do meio ambiente, como o Dr. Chilean Prance, curador do *Kew Garden* de Londres, uma das mais respeitadas instituições científicas do mundo, que chama isso de uma das "muitas falácias que têm sido ditas sobre a Amazônia".

— Criou-se o mito de que os brasileiros estão depredando e arrazando a Amazônia (Conforme o jornal *Il Popolo*, de Roma). Como é isso possível se 90% da floresta amazônica *ainda está intacta, virgem?*

Tal é o nível de desinformação espalhada pelos jornais italianos que um deles, recentemente, denunciou que 500.000 índios estavam sendo removidos para a construção de hidrelétrica, quando toda a população brasileira indígena mal chega a 200.000 pessoas.

— Criou-se o mito de que as derrubadas da Amazônia já atingiram 20% da floresta e que no ano 2020 não mais haveria floresta amazônica, quando na verdade está comprovado, através de estudos de fotos dos satélites americanos, feitos pelo Inpe, que os desmatamentos atingem em torno de 5% da amazônia legal e que muitas das queimadas registradas ocorreram nos capões e cerrados da periferia, fora da área florestal, acrescentando-se o fato que a pior delas, que ocorreu na floresta, foi levada a cabo pela multinacional Volkswagen, que utilizando desfolhantes, em 1974, destruiu e queimou 10.000Km² de floresta, apesar de ter assinado acordo, em conformidade com a lei nacional, de que preservaria 50% da área como reserva florestal, o que levou o já mencionado Dr. Prance a escrever que, "se as companhias americanas continuarem a suprir os desfolhantes em quantidades como as usadas pelo projeto da Volkswagen, a floresta amazônica rapidamente desaparecerá". O cientista inglês corretamente apontou o dedo para os verdadeiros criminosos responsáveis por esta ação nefasta: os americanos que produzem e vendem os desfolhantes e os alemães que os utilizaram, em total desafio às leis brasileiras. E esse são os povos que hoje nos apontam como "destruidores da floresta". Esta pecha não aceitamos, pois nossos acusadores são, eles mesmos, responsáveis pelas maiores agressões ao meio ambiente, no mundo.

O mau exemplo do primeiro mundo:

O chamado primeiro mundo consome 95% do combustível fóssil produzido. É neste mundo industrial onde, paradoxalmente, o desperdício é a principal causa da poluição. Inúmeros relatórios indicam que pela redução mínima dos padrões de vida, através de uma política mais dinâmica de transportes públicos, poderia cortar dramaticamente uma das causas da poluição ambiental, que é a queima do cumbustível fóssil.

A Amazônia brasileira participa apenas com 5% do global do CO_2 emitido. A maioria esmagadora provém dos países desenvolvidos, pela mencionada queima dos combustíveis fósseis, especialmente pelo excesso do uso de automóveis de famílias abastadas, que hoje não se conformam com um só carro e passam para o segundo e até o terceiro. Até nisso o Brasil tem adotado uma postura exemplar pois grande parte dos nossos automóveis consomem álcool, combustível não poluente.

O primeiro mundo também consome 99,5% do urânio e explode 100% das bombas nucleares, que tanta radiação têm espalhado pela face da terra. A isso temos de acrescentar os arsenais atômicos, a nos ameaçar permanentemente com o holocausto nuclear. Apenas a União Soviética e os Estados Unidos da América acumulam em seus arsenais o equivalente a 5 toneladas de TNT para cada habitante vivo da terra, segundo analistas, o suficiente para destruí-la 30 vezes. Os males ecológicos provocados pelos seus lixos atômicos são em proporção inimagináveis, cujo dimensionamento não pode ser feito de modo claro pelo segredo que os envolvem.

Enquanto boa parte da população do mundo em desenvolvimento vive em habitações miseráveis sem água, sem luz elétrica e sem refrigeração, a República Federal Alemã, para dar um só exemplo, iniciou recentemente um programa de recolhimento de refrigeradores deixados nas ruas por seus proprietários, com o objetivo que o gás de freon das unidades refrigeradoras não venha atacar a já combalida camada de ozônio da atmosfera. Quanto a este "furo" da camada de ozônio atribuído ao CFC, clorofluorcarbono, decorre ele do excessivo uso dos "sprays", refrigeração, etc, **84% dos quais gerados nos países ricos.**

Soluções Possíveis:

Qual a solução para o problema da exploração racional da Amazônia? Como diz o já mencionado Dr. Prance, "não é (ainda) conhecida a madeira de se explorar a floresta úmida amazônica de uma maneira ecológica e economicamente correta" (Prance 1978), com o que concordamos. Sabemos ainda que não há qualquer instituição internacional realmente especializada e com experiência nesta área. A problemática global amazônica é conhecida *mesmo por instituições brasileiras, e são estas* as que eventualmente encontrarão as soluções *possíveis para a mesma.*

A maior solução que encontramos foi a promoção do Centro-Oeste como zona de contenção e *de absorção da corrente migratória*, que tenderia a se movimentar para a Amazônia. Em seguida tomamos medidas para sustar *todos os projetos na Amazônia, que possam* agredir seu meio ambiente. E, finalmente, criamos o projeto "Nossa Natureza", que en*globa uma série de medidas normativas* e de entidades que estudarão a melhor maneira de se ocupar a Amazônia com um mínimo de desgaste para o meio ambiente.

Conclusões:

1. Evidentemente o Brasil (governo e sociedade), agora mais do que no passado, pode e deve tomar providências efetivas de curto, médio e longo prazos que a *questão amazônica* reclama, não apenas para satisfazer a *opinião pública*, interna e externa (embora a *externa* pareça mais uma encenação ou um biombo para ocultar outros propósitos, tais como os da década dos 50), mas sobretudo porque é do nosso *interesse e conveniência.*

2. *Além da ação efetiva* dos ministérios adequados e dos respectivos estados amazônicos envolvidos, o Governo conta hoje com *técnicos e instituições brasileiros capacitados* a estudar, reformular, planejar e executar tarefas e ações específicas nesse sentido, tais como: IBMARNR, Basa, Inpe, Sudam, DNPM, Ipea, CPRM, CVDR, Suframa, NAEA da UFPa, Instituto de Pesquisas da Amazônia, Instituto Emílio GÖeldi, Petrobrás, Eletrobrás, Docegel, Embrapa, IBGE, Hidroservice, Grupo Caemi e outros mais.

3. É evidente também que o Brasil deverá acolher toda real contribuição que vier do exterior para esse objetivo, particularmente as de natureza técnico-científica e financeira. Mas, certamente, não vai aceitar a "proposta oficial" da Associação Mundial de Ecologia e de 10 outros países para o "tombamento da floresta amazônica, em território brasileiro" (Cf. *O Globo*, 4-3-89, pág. 9). Isto seria o tombamento de mais da metade do Brasil. Será isto ingenuidade, utopia, desconhecimento ou ousadia?

4. O grande desafio que nos deve impulsionar: conciliar economia e ecologia.

5. É preciso que a União, os estados e os municípios (esta é uma tarefa comum, de responsabilidade indivisível), através de seus órgãos e instituições encarregados **ex-officio**

do assunto, apliquem com rigor e presteza os dispositivos pertinentes da nossa Constituição e das leis já existentes, possivelmente complementados por novos estatutos, diretrizes e planos.

6. Tornava-se indispensável disciplinar, ora disciplinado, as atividades florestais e mineradoras da Amazônia, em particular as madeireiras, serrarias, fornos de carvão vegetal e os garimpos, e até mesmo a caça e a pesca. Aliás, à garimpagem deveriam tocar áreas especiais e adequadas a essa atividade complementar, onde custos e outras dificuldades (por exemplo, implantação de maquinaria pesada) não justificariam os empreendimentos industrializados que, por sua vez, devem ser condicionados, controlados e responsabilizados por suas transgressões, com a criação de decreto alterando o Código Florestal, junto ao programa "Nossa Natureza".

7. Diferentemente do que ocorria há duas ou três décadas, pelos efeitos da comunicação difusa que hoje se processa no Brasil, a consciência ecológica, que já permeia inclusive nossa juventude, contagiou parte ponderável da sociedade brasileira. Respalda-se ela agora não apenas em sua organização institucional (Título VIII, Capítulo VI da Constituição da República Federativa do Brasil), mas ainda em sua representação política e nas leis complementares pertinentes, garantindo assim melhores definições de princípios e de práticas, e exigindo sua observância no setor, sob pena de ilegalidade.

8. Ainda que o objetivo dessa "polêmica amazônica" seja aparentemente justo e aceitável, de preservar a floresta amazônica contra as agressões que este ecossistema vem sofrendo, essa é uma responsabilidade e tarefa brasileiras, dispensando-se a "tutela externa" ou "condicionalidades políticas", inaceitáveis a qualquer nação soberana.

Tal como no regime nacional, na organização do Estado ou nas características de sua sociedade, também na administração de seus recursos não cabe ingerência externa.

Mas o Brasil aceitará, com responsabilidade e sabedoria, a contribuição da comunidade técnico-científica internacional que, por sua competência, possa ajudá-lo a evitar erros de outras nações e sanar os aqui cometidos.

A ajuda financeira tão falada, até agora está restrita à retórica, poesia, ingenuidade e no máximo insinuações inaceitáveis.

9. Devemos prosseguir com zoneamento agroecológico até que toda a Amazônia tenha sido claramente delineada em suas áreas que não se prestam à ocupação humana e aquelas que podem, com os devidos cuidados, ser aproveitadas.

10. Devemos reexaminar a política de minérios, dando à mesma a flexibilidade que os tempos modernos requerem, e incentivando a utilização de métodos e equipamentos de última geração.

11. A "história" é velha, como já mencionado em 1946, surgiu na Unesco a idéia de fundar um instituto internacional da hiléia Amazônica; em 1948, assinou-se nesse sentido a convenção de Iquitos (Peru), de que se absteve o Brasil, temendo fosse iniciativa de "trustes" desgastados pela guerra. O assunto cresceu no mundo. E depois morreu, mantendo-se apenas o princípio de que cada pessoa tem uma opinião, antes mesmo de ter um convicção. E agora retorna o tema que, entre outras facetas, apresenta duas novas bandeiras: o da defesa do meio ambiente e a da sobrevivência dos índios. Soberana, porém esperemos continue apenas a Bandeira Nacional.

Como subestimamos a preocupação ecológica do mundo, em troca o mundo substimou nossa sensibilidade política.

12. É preciso evitar os dois extremos: o dos ecologistas ingênuos, que desejariam fosse a Amazônia apenas uma reserva extrativista ou, pior ainda, uma região incólume e condenada ao imobilismo, e a dos "xenófobos", que não admitem sequer opiniões sensatas do exterior.

Na verdade, os ingênuos cometem três equívocos:

a) Esquecer que a História da Humanidade se confunde com a tentativa de controle e uso das forças e virtudes da natureza;

b) Admitir que, sem ação predatória do homem, as espécies se conservariam, o que culparia o homem pelo desaparecimento dos dinossauros e de outras espécies pré-históricas;

c) Esquecer os mecanismos naturais de renegeração ecológica, que tornam a natureza mais resistente do que se imagina.

13. A proposta do "Lago Amazônico", de 1966, do Hudson Institute Americano, deixaria hoje perplexos os "verdes" do hemisfério norte; uma idéia, aliás, que contou inclusive com simpatias de organismos internacionais que, hoje estremecem diante de qualquer modesto projeto hidroelétrico na área.

Na realidade, o que mais nos deve preocupar é que a ocupação da Amazônia é objeto de fantástica ignorância internacional: é transmitida à opinião pública externa como notícia "quente" por meia dúzia de correspondentes jornalísticos de "especializada" em assuntos de natureza técnico-científica, ou de colhidos em fontes dedicadas a impedir o desenvolvimento econômico do Brasil.

14. A população da Amazônia Legal (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, oeste do Maranhão, norte do Mato Grosso e norte do Tocantins: cerca de 12.900.000 habitantes) pode ficar tranqüila. Não será largada à sua sorte, não será marginalizada nem condenada ao ostracismo ou ao imobilismo. A Amazônia não é "museu", "laboratório" ou uma *Chasse gardée* da Humanidade. É, antes de tudo, uma terra promissora, sobretudo de seu próprio povo!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 1989

Dispõe sobre aviso prévio e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta.

Art. 1º O aviso prévio, de que trata o Capítulo VI, do Título IV, da Consolidação das Leis do Trabalho, será concedido na proporção de trinta dias aos empregados que contem até um ano de serviço na mesma empresa.

Parágrafo único. Ao aviso prévio previsto neste artigo, serão acrescidos três dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de sessenta, perfazendo um total de até noventa dias.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Pretende-se com o projeto de lei sob exame, oferecer regulamentação ao disposto no inciso XXI, do art. 7º, da Constituição Federal, que assegura aos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias. Como se vê, deve a lei regulamentadora da norma constitucional ater-se a duas condicionantes básicas: observância de um período mínimo de trinta dias, independente do tempo de serviço prestado pelo empregado à mesma empresa; e fixação de uma proporcionalidade, em face do tempo de serviço contado, em razão do mesmo contrato de trabalho.

É em atenção a essas duas condições exigidas pela Carta Política de 1988 que estamos propondo a concessão do aviso prévio igual a trinta dias para os empregados que tenham até um ano de casa e, a cada ano trabalhado, sendo adicionado três dias, até um máximo de sessenta. Isso significa que um empregado, com mais de vinte anos de serviço prestado na mesma empresa, terá direito a noventa dias de aviso prévio, pois, serão contados os trinta do primeiro ano, aos quais, serão acrescidos os sessenta do período posterior, correspondente aos demais anos trabalhados.

A matéria não oferece maiores dificuldades de entendimento ou de conveniência, visto que, segundo pensamos, é bastante parcimoniosa a proporcionalidade de três dias, fixada como acréscimo a cada ano de serviço prestado pelo empregado, limitado ao máximo de vinte anos, com o que se terá, potencialmente, o aviso prévio podendo chegar aos noventa dias.

Sala das Sessões, 24 de abril de 1989. — Senador *Carlos Chiarelli.*

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não há *quorum* para deliberação. As maté-

rias constantes da pauta de hoje, todas em fase de votação, ficam adiadas.

São as seguinte as matérias que têm votação adiada

1

Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF Nº 5, DE 1988

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parte vetada: art. 4º

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 1989

(Art. 64, § 2º, da Constituição e art. 195, II, *d*, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989 (nº 1.516/89, na origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário, tendo

PARECERES, proferidos em plenário, favorável ao projeto e contrário às Emendas de nºs 1 a 8.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

— Aureo Mello — Ronaldo Aragão — Jarbas Passarinho — João Castelo — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Divaldo Suruagy — Itamar Franco — Maurício Corrêa — Meira Filho — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte.

ORDEM DO DIA

1

Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF Nº 5, DE 1988

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e Membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parte vetada: art. 4º

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 1989

(Art. 64, § 2º, da Constituição e art. 195, II, *d*, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989 (nº 1.516/89, na origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário, tendo

PARECERES, proferidos em plenário, favorável ao projeto e contrário às Emendas de nºs 1 a 8.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas.)

ATAS DE COMISSÃO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 22, DE 1988, DESTINADA A INVESTIGAR EM PROFUNDIDADE AS DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES, INCLUSIVE CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ULTIMAMENTE TORNADAS TÃO NOTÓRIAS PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

29ª Reunião, realizada em 16 de maio de 1988

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às dez horas e vinte minutos, na Sala da Comissão de Finanças, presentes os Senhores Itamar Franco (Vice-Presidente, no exercício da Presidência), Carlos Chiarelli (Relator), Chagas Rodrigues, Maurício Corrêa, Mendes Canale e José Paulo Bisol, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar em profundidade as denúncias de irregularidades, inclusive corrupção na Administração Pública, ultimamente tornadas tão notórias pelos meios de comunicação.

Presentes, ainda, os Senhores Senadores Alexandre Costa e Aureo Mello. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Ignácio Ferreira, Severo Gomes, Jutahy Magalhães, José Agripino Maia, Mansueto de Lavor e Affonso Camargo.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão e solicita seja dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada.

A seguir, convida o Dr. Alcioni Serafim de Santana, Delegado do Departamento de Polícia Federal, para tomar assento à Mesa. Após o juramento de praxe, inicia seu depoimento esclarecendo que no final de janeiro do corrente ano, foi convocado pelo Dr. Romeu Tuma, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, para presidir o inquérito pertinente à intermediação de verbas públicas, o qual tomou o nº 04/88, posteriormente desdobrado do "inquérito mãe", o Caso Valença, tendo hoje a Polícia Federal, cinco inquéritos a respeito do assunto. Informa, ainda, que no inquérito de Valença, forma indiciadas oito pessoas, além dos empreiteiros, em razão de terem participado de fraudes verificada na concorrência pública para realização de obras na cidade de Valença — RJ.

Prosseguindo, passa-se à fase interpelatória, quando usam da palavra, pela ordem, os Senhores Senadores Carlos Chiarelli, José Paulo Bisol, Chagas Rodrigues, Maurício Corrêa, Mendes Canale e Alexandre Costa.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença do Dr. Alcioni e encerra os trabalhos da Comissão às doze horas e quarenta minutos e, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 22, DE 1988, DESTINADA A INVESTIGAR EM PROFUNDIDADE AS DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES, INCLUSIVE CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ULTIMAMENTE TORNADAS TÃO NOTÓRIAS PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO DR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA, DELEGADO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO:

Presidente: Senador *José Ignácio Ferreira*
Relator: Senador *Carlos Chiarelli*

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Dr. Alcioni, V. Sª sabe que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado da República que trabalha subsidiariamente ao Código Penal. (Pausa)

Os depoimentos de V. Sª serão prestados sob juramento. Eu lhe perguntaria se o prestará jurando dizer só a verdade?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Somente a verdade, juro.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Agora vou proceder só as indentificações de praxe.

O nome completo de V. Sª?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Alcioni Serafim de Santana.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Idade?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Trinta e um anos.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Local onde trabalha?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — No Departamento de Polícia Federal, Divisão de Polícia Federal, em Foz de Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Antes de passar a palavra aos Srs. Senadores, eu gostaria de saber de V. Sª se gostaria de proceder à alguma explanação?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Acho que eu poderia fazer rapidamente, tentar demonstrar o meu desempenho nesse caso da Seplan.

No fim do mês de janeiro eu me encontrava de férias e fui convocado pelo Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Romeu Tuma, para presidir esse inquérito. Foram interrompidas as minhas férias. Passei cerca de dois meses e meio intensamente voltado à apuração desse inquérito que se denominou o caso da Seplan.

Ao longo desse inquérito houve um desmembramento, o inquérito tomou nº 04/88, foi desmembrando no caso Valença, especificamente. E o inquérito tomou nº 018, do qual eu baseando-me em provas colhidas ao longo do inquérito policial, entendi que havia a participação de pessoas e eu os indiciei no inquérito policial. Isso singelamente, foi a participação.

Houve um momento que se entendeu, assim eu, como autoridade policial, de que a apuração havia se estendido demasiadamente e havia a necessidade de se desmembrar esse inquérito em tantos casos quanto vislumbrasse, sinteticamente, qualquer tipo de ilícito penal, e isso foi o que ocorreu.

Hoje, a Polícia Federal detem em torno de 5 inquéritos policiais já instaurados e com projeção futura de instauração de outros inquéritos policiais.

Esse é o meu breve depoimento sobre o cas do qual eu participei.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Nobre Senador Carlos Chiarelli, V. Exª tem a palavra.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sr. Depoente, o seu prenome qual é?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Alcioni, a imprensa grafa Alcione, mas é Alcioni o correto.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Bem, Dr. Alcioni a conclusão a que chegou o inquérito presidido por V. Sª foi a prposta de que fossem indiciadas as 8 pessoas. Certo?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sim.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quem são essas 8 pessoas?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Eu indiciei, pela ordem: primeiro o Sr. Sergio Menin Teixeira de Souza, que é o primo do Ministro; indiciei, posteriormente, os empreiteiros envolvidos na fraude da concorrência; de cabeça eu não tenho condições, mas se V. Exª me permitir, posso olhar nos meus papéis.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Pode; pode usar os elementos.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Bom, foram indiciados o Sr. Aníbal Teixeira de Souza, Lúcio Veríssimo Machado de souza, Sergio Menin teixeira de Souza, Mário Siguarelli Pinheiro, Alencar Guimarães de Carvalho, Alexandre Machado Vilela, Marcos Alberto Cabaleiro Fernandes e Nelson Valadares Portela.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Estas últimas pessoas, eu creio que 5: o Sr. Vilela, o Sr. Cabaleiro, o Sr. Portela, o Sr. Siguarelli e um anterior cujo nome não exatamente aqui — o que antecede o Siguarelli, qual é o nome?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sérgio Menin Teixeira de Souza.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Aníbal, Sérgio, Lúcio Veríssimo. E depois?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sérgio Menin, Mário, Alencar, Alexandre, Marcos e Nelson.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Bem, os empreiteiros, esses 5, exceção feita ao Sr. Lúcio Veríssimo, exceção feita ao Sr. Aníbal Teixeira, exceção feita ao Sr. Sérgio Menin, as demais pessoas são pessoas indiciadas — porque eu vou perguntar sobre as outras — são indiciadas em função de quê?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Em função da fraude na concorrência pública realizada na cidade de Valença.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Fraude na concorrência pública, concorrência que se destinava a quê, Dr. Alcioni?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — A construção de obras na cidade de Valença, em 3 bairros específicos.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Essas pessoas, e eu gostaria que V. Sª as caracterizasse, são o quê? Titulares donos de empresas, sócios?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Certo! O Mário Siguarelli Pinheiro é um dos proprietários da Hidrossistemas, Engenharia de Recursos Hídricos Ltda. A participação dele teria sido vinculada em co-autoria com o seu sócio, Sérgio Menin Teixeira de Souza. O Alencar Guimarães de Carvalho seria o intermediário, o homem que fez o meio de campo entre a locação de recursos e a obra pretendida pela Prefeitura de Valença. Alexandre Machado Vilela é o proprietário da MCM Engenharia Ltda., empresa que venceu a licitação para a construção da obra. Marcos Alberto Cabaleiro Fernandes é proprietário da construtora Cabaleiro Ltda., participou apenas para compor um número de empresas necessárias para dar uma fachada de legalidade. Nelson Valadares Portella é proprietário da SONEP, empresa que faz parte da *Holding* Uniter, que também era sócia da empresa Hidrossistemas.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A SONEP atua sob a coordenação e comando da Uniter: A Uniter é a empresa *Holding?*

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Uniter é empresa *Holding.* A Sonep é o braço operacional da Uniter.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A Sonep opera, sobretudo, em que setor? Braço operacional na área de quê?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Máquinas pesadas; seria especificante nessa área.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Obras que exijam máquinas pesadas? Ela vende máquinas pesadas?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Obras grandes com a participação de máquinas pesadas; grandes obras.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Obras públicas com máquinas pesadas?

Qual é a outra empresa — evidentemente, se a Uniter é *Holding,* prevê-se que além da Sonep é provável que haja uma outra empresa também por ela administrada.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sim; tem várias empresas. Existe uma empresa chamada Tupi e outras empresas que eu apurei. Infelizmente, aqui, eu não tenho condições de declinar os nomes agora, mas o inquérito policial compõe todo esse grupo que forma a Uniter.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A MCM é da família empresarial?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não; eu não comprovei isso.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A MCM é do Sr. Vilela? Que relações de amizade mantinha com alguns desses partícipes?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Do Sr. Vilela.

Todos os homens que compõem o grupo de iniciação, o das empreiteiras, todos eles se conhecem, e muito intimamente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O Cabaleiro é da construtora Cabaleiro. A Construtora Cabaleiro qual foi o seu papel, exato, nesse contexto, à luz da sua investigação?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — A Construtora Cabaleiro participou 2 vezes, em 2 licitações diferentes, para a execução do projeto, da qual a Hidrossistema foi vencedora; e participou para a execução da obra, em 2 momentos. E nas 2 vezes ela não foi a empresa vencedora.

O depoimento da Sonep, do Sr. Nelson Valadares, ele, textualmente, declara que deu poderes para que representasse a Sonep, o Sr. Marcos Alberto Cabaleiro, com a condição de, se vencedora, fazer a obra e ter a vantagem da construção, se vencedora.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quer dizer que o Sr. Cabaleiro, dono de uma empresa representou a sua, dele própria, e mais a Sonep?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Exatamente!

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quer dizer, ele jogava pelo time dele e pelo adversário?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Pelos 2 times.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E estavam concorrendo, formalmente?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Formalmente, sim.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Na concorrência, segundo a sua investigação, foi dois meses e meio o seu trabalho de elaboração desse inquérito, não foi isso?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não. A primeira fase do inquérito, aquilo que se denominou de inquérito-mãe, foi em torno de 2 meses, 20 dias, especificamente, eu fiz o caso Valença; desde o momento da instauração até a conclusão final. E a entrega do inquérito à Procuradoria Geral da República foi em torno de 20 dias.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A deflagração do processo de inquérito até chegar à Procuradoria foram dois meses e vinte dias?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não; eu separo. O inquérito-mãe seria para apurar corrupção *lato sensu*, mas o inquérito de Valença especificamente do qual saíram as iniciações foram de 20 dias apenas.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Ao final ou foi no início?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Da instauração à conclusão. O total, dois meses e meio, aproximadamente, a apuração.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E Valença foi apurado no meio, no início ou no fim?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Da minha participação, no meio.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Iniciou o inquérito genérico, houve um módulo, um capítulo específico para Valença, que durou 20 dias e que destacou os fatos referentes e depois voltou-se ao inquérito-mãe?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sim. Iniciei uma apuração genérica, especializei a apuração em Valença, pelos indícios do crime e depois retornei ao inquérito-mãe.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Os indiciados, 8, essas empresas etc., todos o são pelo episódio Valença?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sim. Especificamente Valença.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª disse que houve um desmembramento decorrente das averiguações iniciais e que me parece continuam?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sim. A Polícia Federal continua apurando.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A Polícia Federal continua investigando?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Continua investigando. Hoje nós temos já inquérito policial instaurado em São Paulo; há a proposição de Minas Gerais e outros Estados da Federação.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Muito bem. A Polícia Fedral, então, continua investigando e alargou o leque com inquéritos em São Paulo, em Minas Gerais e com possibilidade de chegar a inquéritos autônomos, mas interligados em outros Estados. É isso?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Exatamente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O tema seria o mesmo?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sim, corrupção.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Corrupção na Administração Pública.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Corrupção, intermediação de verba pública, evidentemente, porque só a intermediação não se constitui crime.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Dentro desse contexto, os senhores estão trabalhando, V. Sª falou em 5 processos, talvez tenha sido a primeira geração.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Primeira geração nós temos hoje, em torno de 5 inquéritos, salvo engano.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Esses inquéritos estão correndo onde, em Belo Horizonte?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Dê o mapa, onde há inquérito.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Existe uma coordenação de nossa divisão de Polícia Fazendária, em Brasília, razão pela qual eu fui designado e instaurei o inquérito em Brasília. Então, o inquérito-mãe foi instaraudo em Brasília, o segundo inquérito o caso Valença também foi instaurado em Brasília; existe um terceiro inquérito que foi, me parece o Deputado Mendes Ribeiro provocou, que já foi instaurado também; existe um inquérito instaurado no Ceará. Hoje haverá uma especialização por Estado ou por assunto, dependendo da situação e os indícios do crime.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Aquele inquérito que foi desdobrado fisicamente em Belo Horizonte, em que eu verificava que é a tomada dos depoimentos, ocorreu em Belo Horizonte. Foi uma locação operacional?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — É por coincidência, porque o elenco e personagens, todos eles eram de Belo Horizonte.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Para não trazer as pessoas aqui, o inquérito se deslocou para lá; os executantes do inquérito.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Porque a norma do Código de Processo Penal determina essa medida, razão pela qual eu fui a Belo Horizonte, porque ali estava, digamos, o número maior de participação no inquérito de Valença como fui a Valença.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, o capítulo Valença está concluído. Abre-se estradas no sentido de inquérito sobre corrupção e intermediação ilícita em diferentes Estados que a Polícia Federal está realizando, e há outros inquéritos específicos, como o caso da gravação e foi trazido aqui pelo Deputado Mendes Ribeiro, mandado pela CPI e Polícia Federal, como também outras operações, como essa do Ceará; a que V. Sª se referiu. Não é isso?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Exatamente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Havia, evidentemente, provas, havia indícios, havia suspeitas fortes, com relação a essas pessoas, dirigentes da Hidrossistema. O que o levou a indiciar os Srs. Siguarelli e Sérgio Menin Teixeira?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Diante do que foi apurado na cidade de Valença e diante do que foi coligido em termos de documentos, levou-me à cidade de Belo Horizonte — local — onde as empresas que participavam da licitação possuíam sede.

E dentro dessa apuração policial, após uma exaustiva tomada de depoimentos, troca de informações dentro do próprio inquérito policial e diligências, convenci-me, baseado nas provas, da participação dessas pessoas, razão pela qual as indiciei no inquérito policial.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Mas V. Sª, falou nas concorrências, aliás, nas licitações. Houve uma referente a quem fazia o planejamento e outra sobre quem fazia a obra. Certo?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Exato.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Em ambas, a seu critério, a seu juízo, pelas provas colhidas e recolhidas, caracterizou-se a ocorrência presumível da fraude, da irregularidade?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Entendi que, nos dois processos de licitação, houve, a fraude caracterizada, razão pela qual indiciei os partícipes no art. 335 do Código Penal. Este foi o entendimento da autoridade policial baseada nas provas dos autos.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª foi designado por ato do Superintendente, o Dr. Romeu Tuma?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Pelo Diretor-Geral, Dr. Romeu Tuma, sim.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Foi ele quem o designou?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Ele me designou através da Portaria 125/88.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não era a sua área geográfica específica de atribuição, a região do Estado do Rio de Janeiro onde está Valença, ou a região de Minas Gerais, pelo que me parece?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª é o titular da Delegacia de Foz do Iguaçu?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Foz do Iguaçu, Divisão de Foz do Iguaçu.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Foz do Iguaçu. Era antes da Portaria e continua sendo?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Era e continuo sendo Diretor, em Foz do Iguaçu.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Está certo. Então, V. Sª foi chamado, convocado para esta missão.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Somente para esta missão.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Realmente, o Dr. Tuma lhe fez referências elogiosas previamente aqui, seguramente merecidas, e que lhe estava dando esta tarefa porque era um jovem dinâmico e capaz. E ele lhe deu essa tarefa com absoluta autonomia, naturalmente.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Total autonomia, absoluta, não só sob o ponto de vista moral, mas sob o ponto de vista legal da própria autonomia que decorre do Código de Processo Penal.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim. Além daquela que é uma decorrência legal, funcional, que orientação lhe deu o Dr. Romeu Tuma? Porque, evidentemente, ele é o Diretor-Geral do Departamento, tem experiência etc., e seguramente deve ter conversado com o seu pupilo para...

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — A orientação é que se apurasse profundamente e me permitiu todos os meios necessários para essa apuração.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Certo. Diga-me uma coisa, Dr. Alcioni, V. Sª estava bem equipado — não vou levantar aqui a questão interna da estrutura material da Polícia Federal, e não se preocupe em fazer qualquer comentário, porque o próprio Dr. Tuma foi da mais absoluta franqueza sobre as carências etc... O Sr. se sentia bem equipado tecnicamente, bem assessorado, para poder, digamos, atuar na investigação de uma área que tem os seus meandros e as suas peculiaridades: concorrência, obra pública, aspecto técnico do custo operacional; enfim, desde o planejamento à execução da obra, as relações jurídicas entre as empresas, os vínculos econômicos? V. Sª se sentia equipado? Não vai aqui nenhum questionamento sobre formação pessoal, qualificação pessoal, gabarito. Estou dizendo no sentido de assessoramento, porque nós, aqui, estamos fazendo essa investigação com um número apreciável de assessores. Então, ao he perguntar, não vai nenhuma idéia...

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sentia-me, em primeiro lugar, porque o inquérito policial exige a individualidade da própria presidência do inquérito, embora tudo que necessitei como Presidente dos autos, para completa ilustração dos fatos sempre tive toda a Polícia Federal ao meu dispor. Sentia-me realmente bastante assessorado sob este ponto de vista, sob o ponto de vista técnico, infelizmente, sempre será uma decisão da autoridade policial por melhor ou pior que ela seja sempre será individualizada.

Tudo que necessitei da Polícia Federal com as limitações que ela tem, e é conhecida do público em geral, tive da Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Em síntese não se lhe pode dizer que faltava retaguarda. No limite do que tem a Administração Pública brasileira lhe foi dado o que era preciso ou lhe era colocado à disposição. Se precisasse alguma coisa que tinha na Polícia Federal podia usar?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Tenho certeza que sim. E aonde fui sempre encontrei apoio total das Superintendências Regionais.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª foi a Valença?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Fui pessoalmente a Valença. O Prefeito de Valença foi ouvido duaz vezes. Numa primeira oportunidade, por uma autoridade do Rio de Janeiro e numa segunda oportunidade quando estava a instaurar o inquérito de Valença fui lá pessoalmente, fiz uma reinquirição e obtive dados muito valiosos para o inquérito policial.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª foi a Valença, V. Sª viu o estado e o estágio das obras?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não. Realmente não, porque existe, sob este ponto de vista, um corpo técnico da Polícia Federal que se chama perícia. Se houvesse essa necessidade, naturalmente recorreria a nossa perícia.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Nas duas licitações a sua idéia é que houve situações irregulares?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Entendi que sim.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim. Qual foi o papel, no seu entendimento, do Dr. Sérgio Menin, nesse quadro, nesse processo?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — O Dr. Sérgio Menin era funcionário da Seplan, ocupava uma Assessoria no Gabinete do Ministro e também é proprietário da Empresa Hidrossistemas que foi a vencedora para a execução do projeto, das obras a serem realizadas na Cidade de Valença.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E...

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Posso completar. Só por isso ele não teria nenhuma participação. Dentro do contexto apuratório houve um contato inicial com o Prefeito de Valença que seria o Sr. Alencar Guimarães e este apontou a grande influência que ele tinha junto aos Ministérios *lato sensu*. Evidentemente que, posteriormente, nos próprios depoimentos e tomada de provas o Sr. Sérgio Menin diretamente, objetivamente, conclui, confirma, não só ser o proprietário da empresa que foi vencedora do projeto como pediu expressamente ao Ministro para que ele facilitasse a alocação de recursos à cidade de Valença. A sua participação está neste contexto — considerando os outros elementos de prova da qual o próprio oferecimento de 50% da verba a ser alocada pelo Alencar Guimarães — entendi que houve uma participação direta do intermediário e o servidor público no caso era o primo do Ministro.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O Dr. Menin no depoimento prestado no inquérito presidido por V. Sª ele anuiu com a idéia de que ele, efetivamente, tinha feito gestão no interesse da sua firma de que ele tivesse trabalhado nesse sentido. Em que termos ele se colocou?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não; ele confirma que diretamente apesar de que, ele entende que isso não é intermediação. Ele pediu ao Ministro para que esses recursos fossem alocados como de fato foi atendido. Na questão da empresa ele alega que o interesse surgiu depois da verba estar sendo processada dentro da Seplan o que é bastante estranho.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E a participação do Sr. Alencar Guimarães?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Ele é o intermediário por excelência. Fez toda a ponta-de-lança da Prefeitura com a Seplan. Ele foi o homem que visitou o Prefeito, que insistiu, que assediou, que se ofereceu para obter a verba, que levou o requerimento para a assinatura, no Estado do Rio de Janeiro, que procurou o Prefeito e fez o oferecimento dos 50%, com a finalidade de obtenção de comissão.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª tem a comprovação nos autos do encontro do Sr. Alencar Guimarães com o Prefeito no Rio de Janeiro?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sim. Eu tenho depoimentos de pessoas que avistaram várias vezes o Sr. Alencar Guimarães na cidade de Valença e tenho a própria confissão do Sr. Alencar Guimarães; e tenho um depoimento prestado no Rio de Janeiro, onde foi entregue o requerimento para alocação de recursos. Essas são as provas que vinculam a participação do Sr. Alencar na cidade de Valença.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Mas havia uma dúvida que eu lhe pediria para ver

se recorda. O Prefeito de Valença disse e reiterou que, depois de uma primeira visita que teria sido feita a Valença pelo Sr. Alencar Guimarães, onde lhe falara da possibilidade de gestionar, para obtenção de verba junto à Seplan via Sérgio Menin Teixeira, primo e Assessor do Ministro, depois dessa conversa que fora propiciada por um irmão do Sr. Alencar Guimarães que mora em Valença, teria ocorrido o encontro operacional — digamos assim —, onde o requerimento pedindo a verba, pedindo os 16 milhões, fora instrumentalizado no seu circuito, passara do Prefeito para o Sr. Alencar Guimarães, deste, enfim, seguira o itinerário para chegar ao Ministro. Neste particular havia, no início, uma dúvida onde o Sr. Alencar Guimarães insistia em dizer que nunca estivera no Rio de Janeiro, pelo menos na época anunciada, que era julho de 1987, e que, muito menos, estivera no local indicado pelo Prefeito e com o Prefeito. No seu trabalho, evidentemente, que deve ter sido dada uma ênfase para caracterizar esse fato. V. Sª se recorda desse episódio e poderia nos esclarecer se esse fato foi elucidado no decurso da investigação.?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não houve dúvida, razão pela qual até dispensei, por entender que era desnecessário, porque o próprio Sr. Alencar confirma que foi várias vezes ao Rio de Janeiro, ele nunca levantou dúvidas quanto a sua ida. Se houvesse necessidade, eu faria investigação nos hotéis. Eu as dispensei, porque obtive documentos, inclusive uma procuração em que ele representava uma das empresas na licitação, comprovando que ele esteve na cidade de Valença. Portanto, nunca houve dúvidas, nenhum inquérito especial.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Qual era o papel do Sr. Lúcio Veríssimo nessa estória?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — O Sr. Lúcio Veríssimo era o chefe de gabinete, o chamado todo-poderoso chefe de gabinete, pelos depoimentos que tomei. Ele foi a pessoa que recebeu, a mando do Ministro, o pedido de Valença, e que o processou dentro de uma urgência urgentíssima, como ele denominou. Essa seria a primeira etapa. Na segunda etapa, naquilo que eu denominei o processo de despistamento, ele foi incumbido de buscar as pastas do Sr. Sérgio Menin, no Departamento de Pessoal e teria sido a pessoa que sonegou ou destruiu a pasta que comprovava a vinculação do Sr. Sérgio Menin com a Seplan, e ela sumiu nessa participação do Sr. Lúcio Veríssimo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A participação dele, nesse particular foi extremamente importante do *inter crimines*.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Eu considero bastante importante.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Esse episódio, a seu juízo, ocorrido com Valença "pleito intermediário, a verba liberada urgência urgentíssima etc", foi um fato absolutamente isolado?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não. Pelos depoimentos, não.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª pode nos ajudar nessa elucidação?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Pelas próprias palavras do Lúcio Veríssimo, que é uma peça importante no entendimento dessa trama, desse caso, ele alega que era quase que corriqueiro ese "urgente" e "urgentíssimo" dentro das necessidades políticas do próprio Ministério; seria dentro desse contexto, dentro das intenções ou atenções do próprio Ministério.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E dentro desse processo, digamos, onde havia terceiros com interesses pessoais no processo?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Pessoas, políticos, enfim...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim; mas com interesse de intermediação lucrativa?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não; não considero a intermediação lucrativa; a que considerei o caso de Valença, especificamente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim; nos outros casos havia essa gestão apressada, acelerada, atendendo pessoas.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Por qualquer razão, por qualquer motivo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª não entrou no detalhe de qual a razão?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não; não pude entrar, porque o inquérito, na sua extensão, procurará chegar a esse resultado.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Isso é matéria desses outros inquéritos que estão em desdobramento, ou que estão sendo gerados agora em inquéritos de segundo grau?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — O segundo grau, como V. Exª está denominando, tem a pretensão de chegar, especificamente, a casos conhecidos que há, pelo menos, indícios de crime. Então, esta é a razão pela qual está se especializando, como Valença, outros inquéritos policiais, com a pretensão de se chegar a uma posição mais rápida, mais célere, a um resultado mais positivo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quando V. Sª fala na finalidade dos inquéritos de segundo grau, digamos, os desmembrados, é para chegar à identificação, à elucidação sobre a existência de crime. Qual é o crime?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Pode haver a intermediação, sem a participação de funcionário público; essa intermediação pode ser lícita ou ilícita. Esse é o primeiro ponto de vista.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Como seria?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Vamos imaginar que alguém constitua uma empresa e cobre determinado valor para obter um recurso; somente por essa participação, modestamente, entendo que pode não haver o crime, em tese. Agora, se uma mesma empresa se propõe a obter um determinado recurso, sob o pretexto de influir em funcionário público haverá um crime, que é o de fumaça — conhecido pelos romanos que é a venda de fumaça — e poderá haver o crime de corrupção ou qualquer um outro delito, se houver ou não participação de funcionários públicos.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Esta é a busca desses ingredientes, dessas tipificações, em casos outros, que não o de Valença, mas que lhe são assemelhados que é, digamos, agora, o objeto dos novos?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — É a busca da Polícia Federal, para provar eventuais delitos ou outros delitos.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª falou que já há cinco inquéritos em desdobramento, inclusive citou aquele da gravação, etc., e que há também essa operacionalização com relação a São Paulo, Minas Gerais. V. Sª tem uma idéia, à primeira vista e sem o compromisso da exatidão, mas apenas da estimativa, nesse momento, sobre o eventual número de municípios a que se poderia chegar ou a que se chegaria, não com a segurança prévia da ocorrência do delito, mas com, pelo menos, uma exigência técnico-operacional de que se investigue, porque há algum aspecto exigente.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Isso é um pouco temerário, mas se pode fazer uma estimativa pelos próprios dados colhidos nos depoimentos. Houve em torno de 4 mil pedidos na gestão Aníbal Teixeira, que é a razão do inquérito; em torno de 10 a 15% foram atendidos. Dentro desse percentual de 400 pedidos, pode-se imaginar que, em torno de 40 municípios, possivelmente, tenha, pelo menos, a ação de intermediários. Estou colocando muito modestamente, e é o máximo que posso fazer, porque realmente não se tem um dado real e concreto, para se afirmar esse tipo de percentual de estimativa.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sem ser uma afirmação, V. Sª faz uma espécie de avaliação por estimativa, dentro dos percentuais de atendimento; 40 municípios sob um montante de 400. Isso seria, modestamente?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Modestamente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O Dr. Sérgio era assessor, era primo, era dono da Hidrossistema?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — É o que foi comprovado nos autos.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O Dr. Lúcio Veríssimo era chefe de gabinete?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Era chefe de gabinete.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E teria participado no processo de desaparecimento dos vestígios funcionais do Dr. Sérgio?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Em duas fases: a celeridade do atendimento no Processo Valença e o desaparecimento da pasta funcional de Sérgio Menin Teixeira de Souza.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) Parece-me que neste prazo, V. Sª nos disse anteriormente que em vinte dias praticamente teve condições de fazer o ciclo Valença.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Certo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Este prazo lhe pareceu realmente satisfatório para poder colher um conjunto de provas robustas com relação a caminhar e a deliberar o indiciamento?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sim, porque havia passos anteriores tomados no inquérito-mãe. Então, o que fiz foi desmembrar peças ou partes desse trabalho anterior e, somando com uma investigação que fiz nesse lapso de vinte dias na cidade de Valença e em Belo Horizonte, tive a convicção, baseada em provas — sempre falo isso, não é subjetiva da autoridade policial — de que havia indícios necessários ou suficientes para formalizar esse ato processual.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, parece-me de extrema valia essa sua informação. Quer dizer, além daquele juízo subjetivo que qualquer julgador ou qualquer apreciador de qualquer fato tem que ter — porque se ele não tem juízo subjetivo, não chega a emitir uma opinião — V. Sª nos diz, de maneira muito cabal, que não apenas por esse juízo subjetivo, mas por uma convicção técnica e profissional caminhou para as conclusões que propôs.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sob o ponto de vista da apuração policial, posso falar e sou muito peremptório de que realmente é o meu convencimento, baseado nas provas colhidas nos autos.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Certo. Lembra V. Sª se ficou comprovada a participação da Hidrossistema na licitação da Copasa, em Belo Horizonte? A Hidrossistema do Dr. Aníbal?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Do Dr. Aníbal não, perdão, desculpe-me. Do Dr. Sérgio.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não. Realmente muita coisa foi divulgada, mas o contexto da apuração é muito grande. Realmente é muito grande esse inquérito; então houve uma especialização dentro daquilo que me parecia necessário.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Isso não foi matéria a qual se chegou...?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não foi objeto, sequer de investigação.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Essa questão da firma Cifra de Belo Horizonte — vou lhe perguntar previamente, isto foi matéria, a investigação presidida por V. Sª, não sei se preciso lhe recordar. É aquela questão que a imprensa fez divulgar de que a Polícia Federal teria ou estaria investigando um caso de intermediação, que teria como protagonista a firma Cifra Combustível, de Belo Horizonte, que estaria envolvida, por acusação de Prefeitos do sul de Minas, como intermediadora junto à Seplan?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Logo que tomei conhecimento — posso especificar: foi a *Folha de S. Paulo* quem divulgou — emiti um rádio a Belo Horizonte, pedindo que investigasse esse problema. Realmente, hoje é objeto da própria superintendência de Belo Horizonte, é o problema da Cifra. Está sendo investigado. Não posso lhe dizer o grau da investigação, porque me afastei dela.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A Cifra — V. Sª nos dá, talvez nos permite corroborar ou retificar a nossa informação — teria atuado — e é isso que se investiga — como intermediadora junto a Municípios no sul de Minas?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — É, nos Municípios de Minas Gerais. Relmente não me recordo da região, se é do sul ou do norte.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Seria mais amplo.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Mas foi mandado um radiograma para que fossem inquiridos esses Prefeitos e enfim, se fizesse a investigação. E eu, pessoalmente, quando estive numa dessas vezes em Belo Horizonte, mandei pedir o contrato social dessa empresa e remeti-o à autoridade policial que estava presidindo essa investigação.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli)— Quem é a autoridade policial?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Luís Carlos da Silva, lotado em Belo Horizonte.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — É seu colega? Ligado à Polícia Federal?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — É meu colega. (Inaudível)

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Ele está presidindo este inquérito?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Esta investigação.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Por que lhe pareceu interessante remeter-lhe, como brinde, esse contrato?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Porque no inquérito houve acusações de toda a natureza, de toda a ordem, e de várias regiões do País. Dentro da necessidade de dinamizar a própria investigação, pedi uma série de diligências no Estado de Minas Gerais, da qual foi designado o Dr. Luiz Carlos, não tendo sido especificamente o caso da Cifra. Houve várias outras acusações de intermediações e, então, como ele já estava voltado para essa apuração, remeti diretamente ao Dr. Luiz Carlos, para que desse complemento ao que já iniciava anteriormente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Havia qualquer coisa peculiar no contrato da Cifra?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Nada me chamou a atenção.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Essa questão de Minas Gerais a que V. Sª se refere, ou seja, em Minas, Hidrossistema em Minas, enfim, uma série de questões, lhe parecia ou lhe parece ou V. Sª constatou que essa ação de intermediação teria maior repercussão, maior abrangência ou maior profundidade em algum Estado brasileiro ou, particularmente, no eixo Minas e São Paulo?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Isso fica claramente evidenciado com a simples análise dos autos e do tipo de recurso que foi alocado pela Seplan, que realmente ficou centrado no Estado de Minas Gerais. Uma simples análise do que a Seplan me ofereceu se verifica essa situação.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Minas era — digamos — a destinatária-mor dos recursos, prevalente ou significativa?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Significativa.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª teria alguma idéia de por que ocorreria essa significância expressiva de Minas?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não me cabe.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não é o que V. Sª está pensando e não tem obrigação de dizer V. Sª acha que pode dizer, se é que tem alguma conclusão? Só constatou?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — E eu sempre fiz questão de esclarecer a participação da Polícia Federal, que é simplesmente na busca do delito e de seus autores.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Só constatou esse fato?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Eu até prefiro me abster de dar opinião sobre isso.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Está certo. Em São Paulo, nessas investigações, V. Sª chegou a evidenciar que São Paulo tinha presença também significativa ou escapou da sua área de atuação, porque estaria sob égide de algum outro inquérito, de alguma outra investigação?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não. Com São Paulo aconteceu uma peculiaridade: houve a designação também de uma autoridade policial para proceder a uma inves-

tigação, dentro do inquérito que eu presidia. Então, foram ouvidas dezenas de prefeitos e, por absoluta falta de tempo, não pude fazer uma análise detalhada sobre o problema São Paulo. Como eu disse, o universo é muito vasto e eu realmente tinha que me preocupar com o que me parecia mais importante e mais emergencial para a apuração do inquérito.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — De São Paulo, V. Sª sabe que está sendo investigado mas não tem o dado, estava com outro?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Eu tenho tudo o que foi produzido no inquérito, porque a Presidência do inquérito era minha. Tudo o que era produzido em outros Estados vinha às minhas mãos. Realmente não pude fazer uma análise detalhada de São Paulo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Todo o material levantado, mesmo nos outros Estados, veio para o bojo desse inquérito-mãe e dele, agora, é que volta, por cissiparidade se divide e cria novos inquéritos?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Exatamente. Se centralizou, se concentrou, para se ter uma noção exata da problemática do inquérito que se apurava. Hoje, para dinamizar a própria investigação dentro de um plano racional de investigação, vão-se especializar essas investigações.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quer dizer que V. Sª chegou a determinadas conclusões específicas sobre Valença e sobre as pessoas que entendeu adequado e pertinente indicar e que, ademais da profunda apreciação do episódio Valença, V. Sª tinha à sua frente um espectro muito amplo de informações referentes inclusive a outras verbas, o que lhe dava uma origem de conhecimento e uma largura de informções muito maior?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Bem grande. Tudo vinha às minhas mãos.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Esse material todo chegou ao conhecimento da Procuradoria Geral? Foi encaminhado à Procuradoria Geral?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sim. Dentro dos prazos que o Código determina, 30 dias para a conclusão do inquérito. Tão logo foi concluída essa fase, remeti o inquérito à Justiça Federal. O desmembramento e a especialização são um esforço muito grande da Polícia Federal, porque nós trabalhamos em cima da cópia do inquérito policial e, em cima dessa cópia, em razão da especialização, fui a Valença e a Belo Horizonte, como V. Exª bem sabe.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quer dizer que a Polícia Federal fez uma verdadeira *tour de force*, um esforço muito grande para conseguir concluir, em prazo adequado, primeiro, e para poder oferecer os subsídios à Procuradoria?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — O primeiro não foi concluído; foi remetido à Justiça Federal, com um pedido de prazo. Inclusive, não chegou às mãos da autoridade o inquérito original, segundo, dentro de uma praxe da própria apuração policial, é regra aguardar-se que esse inquérito retorne. Nesse caso específico nós não aguardamos. Mesmo com a cópia, continuei diligenciando e investigando essa investigação que redundou o inquérito de Valência.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quer dizer, que mesmo trabalhando com a cópia deu para concluir e deu para chegar a convicções efetivas?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sob o ponto de vista da autoridade policial, sim.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E esse trabalho, esse inquérito, com essas conclusões com as convicções e definições de proposta de indiciamento da autoridade policial é que foram à Procuradoria?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Exatamente. Esse inquérito foi concluído dentro de 20 dias, como eu já lhe falei. Concluí-o e, num feriado da Procuradoria, também mudando um pouco a praxe não enecaminhei à Justiça Federal, mas encaminhei-o diretamente à Procuradoria. Quero esclarecer que esse trabalho nosso sempre foi acompanhado por um Procurador da República especialmente designado pela Procuradoria Geral da República, e que foi acordado entre autoridade policial e o Procurador designado que esse inquérito seria remetido diretamente à Procuradoria Geral da República, para que fugindo à burocracia jurisdicional tivesse uma resposta positiva mais rápida.

O RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quem é o Procurador que acompanhou?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — O Dr. Cláudio Fonteles foi o Subprocurador-Geral da República designado para o caso de intermediações.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Foi designado por quem?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Pelo Procurador-Geral da República.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quem é o Procurador Geral da República?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — O Dr. Sepúlveda Pertence

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, o Dr. Sepúlveda Pertence, que é o Procurador-Geral da República, designou o Dr. Cláudio Fonteles, Subprocurador-Geral para acompanhar desde o início o processo, o inquérito que estava sendo presidido por V. Sª É isso?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Exatamente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E ele realmente acompanhou?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não houve um acompanhamento a nível de Brasília, e nos Estados ele tinha poderes para subdelegar. Houve esse acompanhamento de procuradores dos Estados.

Eu, pelo menos tive a oportunidade de em Minas Gerais, ter o acompnhamento direto de um procurador.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O Dr. Sepúlveda Pertence designou o Dr. Claúdio Fonteles, Subprocurador-Geral, que por sua vez, tinha poderes de delegar o que foi delegado a nível dos procuradores estaduais, quer dizer, procuradores federais sediados nos Estados.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Exato.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — No caso específico do inquérito do módulo de Valência, havia a presença de um procurador lotado em Belo Horizonte?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sim, o Dr. Victor Muzzi ou Mussi.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Esse Procurador acompanhou o seu trabalho?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sim. Todos os atos praticados em Belo Horizonte foram acompanhados por esse Procurador.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª recorda, lhe foi dito, tem conhecimento por documentos, por informação, dentro da estrutura da Polícia Federal ou coisa que o valha, de quem deu início e por quem começou essa apuração sobre intermediação?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Posso dizer que sim. Foi de ofício, pela própria Polícia Federal, no mês de setembro. Posso até dar um testemunho maior. No mês de maio, eu já era lotado em Foz do Iguaçu...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Maio de que ano?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Maio de 1987. Aproximadamente no mês de maio, eu recebi a visita de um Prefeito da cidade de Itajaí, porque anteriormente eu fora lotado lá. Esse Prefeito me procurou e me relatou um tipo de intermediação em que ele fora considerado vítima, dando nomes. Imediatamente comuniquei à Direção Geral. Independentemente disso, a coisa se avolumou muito a nível de Brasil. Esse foi um caso específico que estou relatando, do qual sou testemunha direta.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Ele o procurou porque o conhecia, mas também porque V. Sª era delegado da Polícia Federal, evidentemente.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Ele me conhecia porque eu fora chefe em Itajaí. Ele me procurou na cidade de Foz do Iguaçu e me relatou o fato, que foi comunicado à Direção Geral.

Mas, além desse ralato — digamos — individualizado, a nível de Polícia Federal a coisa começou a chegar. E o nosso Diretor de Polí-

cia Fazendária, Dr. Edmo Salvatori, determinou, por ordem do Diretor-Geral, que fosse feita uma investigação a nível nacional — isso foi no mês de setembro — a partir do momento em que se passou a divulgar e nós tomarmos conhecimento desses fatos.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Só um momentinho. Só gostaria que V. Sª nos desse uma visão bem sumária do sistema de funcionamento da Polícia Federal. Na Polícia Federal há um Diretor Superintendente?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Existe um Diretor-Geral.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Agora é o Delagado Tuma?

O SR. ALCIONI SARAFIM DE SANTANA — É o Dr. Tuma. Existe também órgãos centrais que possuem diretores, naturalmente que não diretores gerais mais diretores de divisão. Isso a nível de órgão central.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª falou no Delegado Edmo Salvatori. É esse o nome?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Isso.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Seria Diretor...

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Divisão de Polícia Fazendária. É um órgão central que cuida de todas essas atividades de crimes contra a União.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Esses diretores de divisão são os que vêm num patamar abaixo do Diretor-Geral?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Exatamente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quantos são?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Temos quatro diretores.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E de que diretoria são eles?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Diretor de Polícia Fazendária, que são os chamados crimes fazendários, bem amplo; Diretor de Repressão a Entorpecentes; Diretor de Ordem Política e Social; e um Diretor de Polícia Marítima a Áreas de Fronteiras, que cuida da parte de entrada e saída de estrangeiros e brasileiros.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, são quatro divisões operativas?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — São quatro grandes divisões técnicas.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Deve haver um Diretor Administrativo, não é?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Depois, nas descentralizadas, a nível de Estado, temos as superintendências, que são os órgãos operativos.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, o Dr. Edmo Salvatori, a quem o Delegado Tuma designou para realizar um trabalho geral de investigação pelo avolumar-se das denúncias, é um ddretor responsável pelo setor no âmbito nacional?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — No âmbito nacional.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quer dizer que Itajaí leva o assunto ao seu conhecimento em maio; V. Sª leva o assunto ao conhecimento da Direção Geral?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sim.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Em setembro há uma iniciativa da Polícia Federal internamente, através da sua divisão própria, porque se avolumavam denúncias nesse sentido?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Denúncias, sim.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Essas denúncias — digamos — pipocavam em diferentes Estados, ou eram mais específicas na região de Foz do Iguaçú?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Só a V. Sª levaram denúncias?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não, há várias denúncias não somente dos Estados do Sul. Houve outros tipos de denúncia, inclusive na própria imprensa, que também é um trabalho da Polícia Federal. Então, não é um caso específico e nem eu provoquei a investigação.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim. E elas eram mais circunscritas a um ministério especificamente ou à Seplan, ou coisa que valha, ou eram genéricas?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Inicialmente elas era genéricas; posteriormente, com a própria investigação, especializou-se a questão na Seplan.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sempre nessa linha da intermediação, da cobrança de percentuais para a obtenção de verbas públicas?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Isso, são as chamadas comissões, *lobbies*, enfim.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E passando pelos escritórios ou, às vezes, diretamente da fábrica ao consumidor?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não. As notícias realmente eram de escritórios especializados nesse tipo de ação.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Operando nessa intermediação?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Exatamente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Como é que V. Sª recebeu essa informação de que há carência de provas, de elementos para a denúncia, segundo a posição da Procuradoria?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Oficialmente nós não recebemos nada. A única coisa que eu soube, através de um comunicado de um diretor, foi que *O Globo* teria publicado essa matéria. E, claro, preocupei-me em buscar esse jornal e todos os jornais dos grandes centros. Então, vejo isso com naturalidade.

Parece-me no entanto que são fontes, fontes e fontes. Não sei o que são fontes. Realmente não tenho a exata noção do que sejam fontes.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Até agora a Procuradoria-Geral da República não fez ao Departamento de Polícia Federal — digamos — uma comunicação no sentido disso que está sendo anunciado na imprensa, ou seja, de que há carência de provas.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Nenhuma comunicação. A única comunicação de que se tem notícia é através do noticiário do dia 11 de maio do jornal *O Globo*.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — No seu ponto de vista, seria com naturalidade que receberia, se a Procuradoria achasse insatisfatório o material probatório? Seria um pouco assim?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não, em absoluto. Vejo com muita naturalidade, porque são fases distintas de atribuições, ou seja, cabe à Polícia, como um primeiro momento da **persecutio criminais**, procurar essas provas.

Se o Ministério Público entender que elas são completas, poderá oferecer a denúncia, se entender que não, poderá requerer novas diligências, e se entender que não há indício de crime, poderá até pedir o arquivamento, mas existe sempre uma fase distinta.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O direito...

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Realmente, encaro isso com naturalidade, com a minha experiência de autoridade.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quanto ao direito de autoria da Procuradoria, não tenho dúvida. Estou perguntando se isso não é um pouco surpreendente.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não. Encaro com naturalidade e não abala minhas convicções como autoridade policial.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E o Dr. Aníbal Teixeira?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — O que tem o Dr. Aníbal?

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Fiz um hiato, aqui, apenas porque estávamos examinando as pessoas indiciadas e quase me olvido do Sr. Aníbal Teixeira, o que seria uma

discriminação quase odiosa. Então, volto à relação. Perguntei a V. Sª como é que viu a figura do Sérgio Menin, do Lúcio Veríssimo, etc. Quando fui tentar compor, com as suas valiosas informações, todo o quadro dessa investigação, vi que deixei de lado o Dr. Aníbal Teixeira. Mas volto para resgatar a informação de que eu carecia. Como foi o seu enfoque, o que o levou a indiciá-lo, enfim, qual é a parcela de participação dele no processo?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — O Dr. Aníbal Teixeira, dentro desse quadro de apuração, primeiramente, era o funcionário maior da instituição, da Secretaria da qual a Polícia Federal estava investigando os indícios de ter havido corrupção ou outros delitos. Dentro desse andamento normal da investigação, afinal, entendi que ele teve alguma participação que, em tese, caracterizava crime. Indiciei-o pelo crime de corrupção indireta.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O que é esse crime?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA - É o servidor que permite, tendo autoridade — digamos — com um desvio de função, que se pratique qualquer ato. Há um desvio de função. É o art. 317, § 2º Não sei se V. Exª quer que eu o leia.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não. Basta citar o artigo.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — É o art. 317, § 2º. Eu o indiciei no crime de supressão de documento público, porque entendi que ele participou também do desaparecimento da pasta do Sérgio Menin Teixeira de Souza. Como ele era servidor, inegavelmente, do Ministério, da Secretaria, teve conhecimento de que o seu primo praticou ato irregular, mesmo na órbita administrativa, e nada fez. Também entendi que ele praticou o crime de condescendência criminosa, que é deixar de proceder à apuração quem tem essa autoridade. Basicamente foram os três delitos em que enquadrei o ex-Ministro Aníbal Teixeira. Apliquei todos em cúmulo material, em concurso material, e entendi que havia uma causa especial de aumento de pena, a do art. 327, § 2º. Em razão de ele ser dirigente há um aumento de pena. Naturalmente, não será a autoridade policial quem irá decidir, mas, em tese previamente, fiz esse enquadramento penal, com possibilidade de mudanças, naturalmente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quando do desdobramento do processo — qualquer ato dinâmico é um processo — dessa investigação, recordo-me de que foi anunciado — não sei se foi uma notícia precoce, uma tendência que depois sofreu uma complementação, ou uma decisão que depois — reformada — que seriam indiciados, no final da atividade policial, com relação a Valença, os Srs. Sérgio Menin, Lúcio Veríssimo, Alencar Guimarães e outros empresários, como o Sr. Cicarelli, Sr. Vilela, Sr. Cabalero, Sr. Portela, o que daria sete pessoas. Então, houve um intervalo — eu me recordo que o Sr. Aníbal Teixeira, inclusive, já havia prestado seu depoimento — e seguramente V. Sª estava examinando o conjunto de provas. Recordo-me que tinha viajado e retornou a Belo Horizonte e, aí, foi chamado o Sr. Aníbal Teixeira, não sei se para um segundo depoimento — creio que não — e foi incluído no rol dos indiciados. Houve realmente essa situação ou foi um engano de imprensa? Ou houve essa primeira, digamos, tendência a indiciar sete pessoas, e não fazê-lo com relação a Aníbal Teixeira, porque talvez se entendesse na primeira apreciação que não era o caso, e depois, num reexame da situação se tivesse incluído o ex-ministro no rol dos indiciados. Houve esse fato ou, desde o início, concluídos os trabalhos, V. Sª tinha decidido indiciar os oito, e apenas não liberaram, não deixaram vazar para a imprensa a possibilidade de ser indiciado o ex-ministro?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Desde o início dos trabalhos, a partir do momento em que obtive qualquer prova ou indício de prova da participação de todos os elementos do grupo, estabeleci uma estratégia na própria investigação. A primeira pessoa de peso que ouvi foi o próprio ex-ministro. Em seguida, com os elementos de convicção indiciei o seu primo Sérgio Menin Teixeira. Deixei para colher os depoimentos dos demais elementos para retornar afinal ao próprio ex-ministro.

Essa foi uma das razões pela qual afirmei para a imprensa que ele estava naquilo que denominei de "zona cinzenta" e, por isso recebi até algum tipo de crítica. Porque "zona cinzenta"? Porque naquele momento ele não era uma simples testemunha, nem o indiciado, sob o ponto de vista formal, apesar de eu já ter esse convencimento. Faltava-me algumas pontas na própria investigação. De fato, afirmei na imprensa que aquele seria o rol de indiciados. Retornei a Brasília, complementei as diligências faltantes e tive a plena convicção de que chegara o momento de fazer essa indiciação, numa primeira fase da investigação. Posso esclarecer que essa indiciação não significa que outros atos ou outros fatos não tenham ainda repercussão na órbita do Direito Penal. Entendi que chegara o momento da indiciação no caso Valença e retornei como uma estratégia natural e normal da própria investigação. Naquele momento, não poderia fazer a afirmação à imprensa de que o ex-Ministro Aníbal Teixeira já era indiciado, porque a indiciação só se confirma depois de formalizado esse ato.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, de qualquer maneira V. Sª confirma que num primeiro momento tinha convicção plena sobre os sete primeiros indiciados e tinha o ex-Ministro na "zona gris". Depois de vir a Brasília é que V. Sª colheu elementos de prova que o levaram a transferi-lo da "zona gris" paa o "buraco negro".

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Pode ser.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quais foram as provas colhidas aqui em Brasília? Ou foi uma visão global do processo?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — A primeira inquirição do caso Valença foi com o próprio Ministro Aníbal Teixeira, além do prefeito. Continuei ouvindo outras pessoas em Belo Horizonte, das quais os próprios indiciados: vim a Brasília ouvir parte do pessoal da Seplan, onde confirmei o desaparecimento de pasta, formalmente falando. Num contexto bem sintético, parece-me teriam sido esses elementos faltantes para a indiciação, apesar de que havia algum indício, algo que me levava a essa convicção. Mas faltavam, realmente, esses depoimentos e essas provas que obtive em Brasília, inclusive o próprio processo do Sérgio Menin Teixeira. Se ele não fosse realmente servidor da Seplan, a coisa teria outro rumo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª tem no corpo dessa investigação alguma lembrança da posição do Coronel Walter Félix, da DSI? S. Sª participou dessas investigações? Porque S. Sª tentou levantar questões e, depois, num contato com o Ministro Aníbal Teixeira, parece que ele próprio alude ser difícil de conseguir, pois o Ministro titular da Pasta, à qual ele servia na Seplan, era o Sr. Aníbal Teixeira? S. Sª acabou designado para fazer um estudo, um levantamento da firma Coimpro, ou das atividades relativas à firma Coimpro, em São Paulo. A DSI, em particular a Seplan, e o SNI, como um todo, deram algum auxílio nessas investigações, quer no decurso do inquérito presidido por V. Sª, quer anteriormente na coleta de dados, no período que mediou entre setembro e janeiro?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — De fato, existem duas fases na investigação, na própria Polícia Federal: existe uma investigação reservada, não transformada em auto formal; e existe um inquérito policial. Evidentemente que a minha parte, neste contexto, é a da investigação formal.

Então, tudo aquilo que foi possível transformar em auto, eu o fiz. Agora, a Polícia Federal trabalhou, e sempre teve a colaboração, não somente do SNI, que não foi substancial, posso afirmar, mas nós tivemos a colaboração da própria CPI do Senado, da própria imprensa, que acompanhou diariamente, e nos serviu de lastro para investigações. Enfim, acho que todos fizemos parte de um contexto de investigação, e não somente o SNI e a Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A pergunta que lhe faço é a seguinte: dentro da Seplan, como de resto nos demais Ministérios, há a DSI. A DSI da Seplan estava sob a chefia ou alrida está, não me lembro, de um Coronel que se chama Walter Félix, que inclusive depôs aqui, nesta Comissão, na época que pensavam que ela era constitucional, eu acho. Pois bem, nesta ocasião, a DSI veio aqui, entregou documentos sigilosos, e tal. Depois é que houve uma recaída na área jurídica governa-

mental. Pois bem, nesta ocasião, ele nos trouxe algumas informações, inclusive, sobre a ação da DSI na rota da investigação dos problemas da intermediação. Eu lhe pergunto o seguinte: como Presidente desta segunda etapa, onde não houve, digamos assim, uma ação muito direta nem muito específica do SNI, nesse período anterior, quando a Polícia Federal estava fazendo esse levantamento de dados e investigação de maneira tão ampla, nessa etapa, a DSI da Seplan e o SNI chegaram a participar? V. Sª tem essa informação, ou V. Sª nessa etapa não...

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não, não tenho. Realmente, não tenho. Infelizmente, só posso falar do inquérito policial, e, nessa segunda fase, sequer conversei com o Coronel Félix. Havia a pretensão de ouvi-lo, formalmente, no inquérito policial, dentro de um desdobramento natural do inquérito policial, assim com ele vários funcionários da própria Seplan, na época. Mas não tive nenhum contato.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sobre essa primeira investigação, que inclusive nos trouxe aqui uma informação colidente, já que o Dr. Aníbal Teixeira insistiu aqui, por duas dezes, que foi por iniciativa exclusiva dele que começou a ser feita qualquer investigação a respeito, que ele até cobrou, pessoalmente, da Polícia Federal e do seu Direito-Geral que investigassem, porque ele estava ficando preocupado com a possibilidade de haver intermediação. Pois bem, nós tivemos, primeiro, a informação de seu Diretor-Geral e a sua, agora; além disso, os documentos que dão idéia de que poderia ter iniciado pela Polícia Federal. Nessa fase, nessa etapa prévia a esse inquérito, da qual V. Sª já nos disse que não participou, digamos assim, com esta função, nem de coordenador, nem de presidente de trabalhos, etc..mas como de resto, V. Sª é um delegado atuante, que, inclusive, se não foi quem precipitou o início desse trabalho, foi pelo menos, um dos que recebeu o tipo de inquietação de um Prefeito, V. Sª tem alguma informação sobre essa etapa anterior, sobre o quadro que dela decorreu, o que foi possível, nessa ocasião, levantar, ou V. Sª...

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não, eu tenho, porque a parte ostensiva estava inserida no próprio inquérito, fez parte do próprio inquérito. Temos um radiograma em setembro, onde o nosso Diretor de Fazendária pede essa invetigação. E dentro do inquérito policial nós temos 2 IPP — Investigação Policial preliminar. Isso é uma criação da própria Polícia Federal, que antecede o próprio inquérito, quando se busca verificar se há, pelo menos, indícios do crime. Então, nós temos duas IPP: uma realizada no Estado de São Paulo; e temos uma realizada no Estado de Goiás. O Estado de Goiás entende que não há crime nessa intermediação — entendeu-se, não é? E em São Paulo vislumbra-se a possibilidade do delito. Tudo isso faz parte do próprio inquérito policial, hoje formalizado.

Então, tudo isso está formalizado, demonstrando que a Polícia Federal, desde o início, agiu de ofício, a partir de setembro, sem a participação ou sem a interveniência ou pedidos de quaisquer Ministros. Não se afasta a possibilidade de ter realmente havido esse pedido, mas parece-me que isso é um pouco irrevelante, sob o ponto de vista da própria apuração. Eu, pelo menos, nunca me preocupei com esse detalhe, para mim isso é um mero detalhe.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim, mas o que fica claro, e acho importante, é que a Polícia Federal, estimulada pelas queixas dos interessados, — V. Sª até trouxe em questão, — pelas manifestações da imprensa, tomou a iniciativa de investigar.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Isso posso afirmar categoricamente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E depois, inclusive, com elementos até colhidos da própria CPI, mas aí no decurso. Por enquanto estou satisfeito, não sei se os Srs. Senadores querem perguntar, também quero dar uma olhada em certos documentos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — V. Exª tem a palavra, Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Pergunto ao Dr. Alcioni se está com o relatório que deve ter produzido, suponho que tenha produzido, ao final das investigações.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Tenho.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Sei que é um pouco exaustivo, mas gostaria que V. Sª se fixasse nas partes desse relatório em que V. Sª descreve o comportamento delituoso dos cinco ou oito nomes que mencionou. Consultando o relatório que está em suas mãos, eu gostaria que V. Sª me fizesse essa descrição.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Posso fazer mas vai ser um pouco desgastante, porque são quase 20 laudas.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Refiro-me à individualização dos comportamentos, acho, *data venia*, de alta relevância, Sr. Presidente. Gostaria que V. Sª resumisse, com vistas ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador José Paulo Bisol, ele deixará à Comissão, mas ele poderá fazer o resumo, se V. Exª assim o desejar.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — E inclusive teremos perguntas a formular em cima do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — V. Exª tem razão em pedir ao Dr. Delegado que faça isso.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Vou tentar sintetizar ao máximo aqui. Vou dar o en quadramento e, verbalmente, procurar explicar participação de cada um, dentro daquilo que faz parte do espírito do relatório.

O Dr. Aníbal Teixeira de Souza eu enquadrei no art. 317, § 2º; arts. 314 e 320 combinado com o 327, § 2º, do Código Penal. O art. 317, § 2º seria a corrupção indireta, por dever de ofício, ele teria facilitado que verbas fossem indevidamente alocadas. O art. 314 é a supressão de documento público, onde ele pediu e teria desaparecido a pasta que vincularia Sérgio Menin à Seplan. O art. 320...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — V. Sª conseguiu provas convincentes de que Sérgio Menin trabalhou ou estava lotado na Seplan?

O SR. ALCIONI SARAFIM DE SANTANA — Posso lhe dizer que tive alguns tipos de prova. Primeiramente, a própria declaração da Seplan de que ele fora servidor, mas não era suficiente. Além disso busquei os depoimentos das pessoas que trabalhavam no Departamento de Pessoal, que confirmaram essa vinculação. Se não bastassem esses dois elementos de prova, ainda obtive a pasta de nomeação, a pasta da participação dele como servidor da Seplan. E fui mais além. Fui à Cetec — Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais — onde me informaram que ele havia ficado até dezembro de 1987 à disposição da Seplan.

Então, foram só quatro tipos de prova dentro do inquérito.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Perfeito.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Art. 327, § 2º, porque ele era o dirigente e existe a causa especial de aumento de pena.

Lúcio Veríssimo — Reprisando, enquadrei-o na co-autoria, art. 317, § 2º, que trata da corrupção indireta; art. 314, que é a supressão de documento público, e 327, § 2º, porque ele também era ocupante de cargo de confiança.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Isso na co-autoria?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Co-autoria. Há exceção de condescendência criminosa, porque ele não era um superior de Sérgio Menin Teixeira de Souza. Este eu enquadrei no art. 317, *caput*, que é a corrupção direta, combinado com o 335. No art. 317, porque ele era servidor, e pelos depoimentos, pelos elementos probatórios entendi que ele realmente participou. Teria participação na proposta de solicitação, de 50%, a título de comissão, através de terceiros.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Corrupção passiva...

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Passiva direta, *caput*. Art. 335, porque, além da corrupção, entendi que houve a fraude na licitação, da qual a sua empresa foi vencedora para a execução do projeto.

Mário Cicarelli Pinheiro — art. 335, então, como co-autoria.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Aí, trata-se de crimes praticados por quem não é funcionário público contra a administração. Ele entra como co-autor do sócio dele, é isso?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Exatamente; coloquei-o como co-autor de crimes específicos formando uma teia maior no contexto.

O Mário Cicarelli Pinheiro, que eu coloquei nos mesmos artigos do Sérgio Menin, na corrupção direta, em concurso com a fraude na concorrência. Mário Cicarelli Pinheiro, sócio de Sérgio Menin Teixeira de Souza.

Alencar Guimarães de Carvalho — um intermediário por excelência, enquadrei-o no art. 317, *caput*, corrupção passiva direta, em concurso com o art. 335, também.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Esse Mário, o que ele fez?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Alencar Guimarães. Esse é o intermediário?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — O que iniciou as conversações?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Tudo.

Alexandre Machado Vilella — Proprietário da MCM Engenharia Ltda, a empresa que foi vencedora da licitação para a execução da obra. Enquadrei-o somente no crime de fraude na concorrência.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Como é que V. Sª descreve mais ou menos essa fraude na concorrência?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Aí há muitas evidências.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Não, indago como é que está descrito no Relatório.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — A participação fraudelenta, porque aí entro em detalhes de todo o contexto. Então há indícios suficientes para esse convencimento. Por quê? Porque desde o início sabia-se quem seriam os vencedores. A partir do momento que houve a proposta para a alocação de recursos, houve uma proposta em seguida, quando se tinha certeza que esses recursos seriam alocados para a execução do projeto. A empresa já sabia — previamente — que essa empresa ganharia, que era a Hidrossistemas. E as outras participam, e através dos interrogatórios se chega à conclusão, pelo menos aos indícios do elo que liga todos esses empresários, o conhecimento que todos tinham pelo tipo de obra que seria executada. Então, esse é que é o meu convencimento e é o que passo para o meu relatório, tento passar pelo menos, essa fraude prévia, esse conhecimento prévio de vencedores de uma licitação que desde o nascedouro já estava fadada com vício irremediável.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Só uma pergunta: é possível esse delito, isto é, esse comportamento delituoso é possível sem a concorrência de um funcionário público, na singularidade desse acontecimento?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — É plenamente possível, só que nesta apuração entendi que havia uma conexão entre todos os elementos que compunham o grupo, mas é plenamente possível, realmente, existir a fraude na concorrência sem a participação de servidor público.

Todas as demais empreiteiras foram dentro desse contexto. Então há uma série de evidências dentro dos autos. Por exemplo, chamei muito a atenção para que, por si só não é prova, mas demonstra até a falta de cuidado e a certeza de impunidade: — que, no projeto da Hidrossistemas, coincidentemente, há fotografia dessa empresa em que aparecem dois outros sócios de empresas diferentes, fotografados dentro do projeto, inclusive um veículo que pertencia a Marcos Alberto Cavaleiro Fernandes. Isso eu comprovei através do Detran. E o Alexandre Machado Vilela, coincidentemente, aparece nesta fotografia sendo que é um projeto prévio para uma futura execução de obra. Mas, a coisa estava tão acertada que eles não tiveram nem a preocupação de, pelo menos omitir nas fotografias. E, depois, existe a própria tomada de depoimento, as contradições e as explicações que cada um dá. Chega ao absurdo de um chegar a afirmar que leu no *Diário Oficial* da União a licitação.

Então, realmente, cada um dá uma versão porque é o fator surpresa do inquisitório. Pelo menos no interrogatório, na inquirição, em que as pessoas se perdiam porque havia detalhes, que dificilmente, porque há uma história central de todos eles, há uma coerência de história, mas, os detalhes domonstram a formação de, pelo menos, um fato verídico.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — V. Sª deu todos, já?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Eu parei no Alexandre, mas os demais estão dentro da fraude.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Os mesmos comportamentos?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Os mesmos comportamentos.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Ficou claro nesse inquérito que o projeto da Hidrossistemas, lá no caso de Valença, era desnecessário?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Eu nem questionei no inquérito inicial. Realmente, eu tive oportunidade de participar certa feita aqui, onde o Sérgio Menin estava sendo interrogado. Eu vim para conversar com o Senador José Ignácio Ferreira, então participei 10 minutos e vi esse questionamento. Justamente na apuração policial eu entendi desnecessário se procurar saber se o projeto era adequado, se realmente o valor da obra estava dentro do que se projetou, porque o projeto é fraudulento. Ele foi entregue posteriormente, quando os fatos foram noticiados. Então ele perde a eficácia, ele perde o valor por outros elementos que o próprio inquérito traz. Razão pela qual eu deixei, eu achei desnecessário se fazer uma perícia, para comprovar se o projeto era adequado ao tipo de obra. Porque tudo sem uma simulação foi uma contrafação. A produção dele foi posterior à própria sistemática, à própria estrutura de pedido da verba e da sua publicação.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Nesse caso de Valença, aí se fala, em algum momento, na "turma do Ministro", quer dizer, eles estariam ligados a esses procedimentos. O inquérito consegue deduzir quais os que participam dessa "turma do Ministro"?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA. Realmente, a "turma do Ministro" é uma denominação do José Graciosa, que teria ouvido do Alencar Guimarães, que é intermediário, de que desses recursos 50% seriam destinados à "turma do Ministro". Mas, o inquérito, realmente, se abstém de verificar essa questão de "turma de Ministro" ou não. O que eu posso dizer é que foi indiciado um grupo, mas eu não denomino "turma de Ministro", nesse caso específico. Um grupo de pessoas, o Senhor sabe que são 8 pessoas.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Ficou provado, claro, no inquérito, que a comissão pedida foi de 50%?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — O crime de corrupção é muito difícil de provar. É o trato e a palavra entre duas pessoas. O que eu entendi, como autoridade policial, é o depoimento do Sr. José Graciosa, que foi um depoimento idôneo. Baseando-me em outros elementos do inquérito, eu entendi que ele estava com a razão, estava falando a verdade. Razão pela qual eu indiciei o restante das pessoas. E não é somente a palavra, existe o testemunho de pessoas que presenciaram quando estava assistindo o requerimento. Na Secretaria de Educação, no Estado do Rio de Janeiro há todo um projeto, falsamente produzido, enfim, há todo um inquérito policial.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Em algum momento de suas investigações, aparece alguma coisa contrária a servidores que operam no Planalto?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA. Não, nenhum. Inclusive, eu tive essa preocupação e posso até explicar a razão pela qual o Ministro foi a primeira pessoa a ser ouvida do grupo. É que havia um interesse muito grande da Polícia Federal em procurar saber se esse leque de implicações restrigia-se somente às acusações pela imprensa, que seria a Seplan, ou se era um pouco maior. E eu fiz questão, nos momentos em que me via à frente com essas pessoas, de procurar saber, dar oportunidade de elas ampliarem no meu conhecimento, com provas robustas ou com elementos que eu pudesse buscar essas provas. Então, eu ouvi o Ministro, preliminarmente, e fiz questão de fazer essa pergunta sobre a expressão "dar nome aos bois", que foi muito cunhada pela imprensa. E de fato ele disse que o nome aos bois era a esperança que ele tinha, está consignado nos autos, de que a Polícia Federal fornecesse tais nomes. Também ouvi o Lúcio Veríssimo, posteriormente, e, de fato, ele não ampliou, ficou restrito exatamente a essas pessoas que o inquérito aponta.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Nas nossas atividades, aqui, temos alguns dados no sentido de que o Ministro Aníbal Teixeira encaminhava "n" exposições de motivos ao Presidente da República, sem que esse tomasse conhecimento da existência de um indispensável saldo de verbas no orçamento, para atender, é claro, às alocações a fundo perdido. Esse inquérito contém dados sobre esse comportamento do Ministro?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não temos algum tipo de afirmativa, mas, também, são considerados pela autoridade, irrelevantes, porque havia todo um procedimento, do qual o Ministro era o encarregado maior. Era um problema de verba a fundo perdido. E o Presidente, segundo os próprios depoimentos, apenas dava o "aprove-se" já, previamente formulado pelos seus órgãos técnicos, entre os quais dentro desse processo, o próprio Ministro participava diretamente. Então, era irrelevante ou é irrelavante, sob o ponto de vista penal, se o "Aprove-se" era dado sem termo suficiente ou as provisões de verbas, que, posteriormente, era feito um processo dentro da própria República, que não diz respeito à apuração policial.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Essa questão de Valença é um caso paradigma. A hipótese que se tinha é que Valença era um caso paradigma. Porque nós não podemos agitar o mundo inteiro a respeito de corrupção e, de repente, circunscrever essas corrupções a um fato. Então, parece-me que o importante para o Brasil do futuro, importante para os seus filhos, para os meus netos, é que se averigúe se esse procedimento é apenas um caso paradigma de um procedimento que se institucionalizou, apesar de corrupto. A pergunta que eu faço é esta: o Sr. mencionou esses outros inquéritos, as conexões estão sendo estabelecidas pela Polícia Federal? Quais são os novos nomes? em que Ministérios estão acontecendo essas coisas?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Especificamente na apuração, não aparece somente a Seplan. Evidentemente que não é a corrupção da Seplan e nem corrupção do ministério, esse ou aquele. Eventualmente são servidores ou intermediários agindo nesses ministérios. Mas aparecem as intermediações específicas na Seplan, no antigo Ministério de Desenvolvimento Urbano, no MEC e na EBTU. Isso, eu já falei, não significa que haja participação de servidores mas pelo menos já se detectou a participação de intermediários nesses órgãos públicos. Então, a pretensão da Polícia Federal, efetivamente, não é apenas tornar o "caso Valença" como a demonstração da corrupção existente no Brasil. Valença foi retirada, foi especializado, digamos, pela sua situação individualizada e com provas robustas para esse encaminhamento do inquérito. Agora, a Polícia Federal tem pretensões muito maiores, e não estou falando em nome de diretor-geral, estou falando como cidadão. Nós queremos chegar muito mais longe, e hoje existem propostas...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — V. Sª falou, mencionou cinco desmembramentos iniciais.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Já existentes.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — V. Sª poderia me dar uma idéia de cada um deles?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Posso.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Valença, um.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Valença, um. Existe um inquérito-mãe, que é bem amplo. Existe o caso do Dourado, que é aquele que o Deputado Mendes Ribeiro denunciou, existe um caso em Minas Gerais referente ao MEC, existe um caso, me parece que da Seplan, ou envolvendo o nome da Seplan, no Estado do Ceará. Esses são os cinco casos específicos. Há uma proposição da autoridade, já acatada pela direção geral, de especializar vários inquéritos policiais, também não com paradigma, mas onde há indícios de participação delituosa. Posso especificar, já que falei em Itajaí, dentro desse elenco, eu propus um inquérito policial para Itajaí.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — V. Sª poderia dar em detalhes, não minuciosamente, é claro, o que aconteceu com o Prefeito de Itajaí?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Posso, porque, além de tê-lo ouvido informalmente na área reservada da Polícia Federal, depois eu formalizei isso em depoimento, que faz parte do inquérito. Na cidade de Itajaí, o Prefeito foi procurado por um intermediário — prefiro não declinar o nome, para não estragar até a própria investigação — ele se apresentou em nome de servidores públicos para obter essas verbas. De fato, o prefeito aceitou, fez identicamente como Valença, também aceitou para verificar até onde iam esses tipos de intermediação, e de fato, as verbas foram alocadas. Foram pedidos — salvo engano — vinte por cento sobre o valor total, não me recordo desses valores, hoje. Foram divididos em cinco parcelas, e a primeira parcela foi para a intermediação. O Prefeito chegou a pagar, existem cheques, estamos buscando essas provas. Existe cheque na Caixa Econômica Federal; foi pago pessoalmente pelo Prefeito. O Prefeito fez essa jogada e, num segundo momento, negaceou a continuidade e houve dificuldades posteriores para o restante dos recursos, o que vem comprovar, pelo menos em tese, que há um braço muito forte dentro desses Ministérios, que consegue manipular de qualquer forma. Estou dando especificamente o caso de Itajaí, inclusive há filmagens disso, há uma gravação, mas é claro que está dentro do próprio inquérito e da investigação, que nunca veio a público, mas que nos interessa aprofundar e nós estamos aprofundando.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Esse cuidado é absolutamente indispensável, porque, pelo menos na minha experiência pessoal de Juiz, nos casos, de grandes delitos, questão de contrabando de drogas, de furto de automóveis, quando os comportamentos são múltiplos, os delitos são múltiplos, também, conexos e continuados, a coisa se desdobra por territórios de competências jurisdicionais e policiais diferentes, torna-se praticamente impossível diagnosticar o fato na sua totalidade. Então, condena-se um ali, absolve-se outro lá, e, na verdade, o processo criminoso continua, o mal, o cancro da sociedade continua. Parece-me, acima de qualquer relevância que tenha nossa luta contra a corrupção, precisamente pegá-la como uma totalidade, ou não vamos fazer nada em favor de nossos filhos e netos, isto é, não vamos aprimorar essa democracia no Brasil. É esse o cuidado que a Polícia Federal está tendo e que precisamos ter, no sentido de apanhar o procedimento institucionalizado como um todo. Eu receio muito que se denuncei Aníbal Teixeira, por exemplo, nesse caso de Valença e a coisa se dilua por aí. Então, perdeu completamente o sentido. Entendem o que quero dizer? Não, quero saber como é que é nos outros, por que é que ocorre. Não é o que ocorre na EBTU, etc. etc. Precisamos apanhar essa tessitura institucionalizada. E pelo que estou vendo até agora, talvez seja falha de informação da minha parte, há uma zona *gris*, há uma região cinzenta em tudo isso que não está sendo iluminada, porque é impossível essa institucionalização sem a advocacia administrativa, ou seja, a participação dos servidores públicos. Como é que essas firmas vão se alimentar se eles não têm uma medicação com o servidor público, se têm a cunha? Será que estamos com medo de esclarecer isso ou está sendo difícil? A Polícia Federal tem algum dado a respeito?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Realmente é muito difícil, mas a pretensão é chegar no foco central. Dentro da investigação, posso lhe afirmar que estabeleci três metas: o primeiro momento é colher todos os elementos de acusação, qualquer que fosse a origem, prefeitos, parlamentares — cheguei a ouvir alguns parlamentares — pessoas do povo, enfim, qualquer um que pudesse ajudar, a própria Imprensa como veículo muito forte de informação, isto na 1ª fase; o segundo momento é atacar o problema da intermediação em si, porque temos hoje um quadro muito vasto, e aí o Sr. poderia perguntar-me quantas empresas servem como assessorias ou intermediárias, e eu respondo: milhares. Mas a nossa preocupação são aquelas que realmente têm esse braço misterioso dentro dos órgãos públicos. E hoje já temos um quadro, em uma segunda fase, desses intermediários, das empresas que intermediam. A terceira fase, a mais importante, seria chegar nos Ministérios, onde existe o problema central de toda a questão da intermediação.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Realmente é central. Isso precisa ser diagnosticado por uma razão muito simples: para que a intermediação se torne necessária é indispensável que o procedimento burocrático não se desenvolva normalmente. Então, é indispensável que, no mínimo, por desídia, o servidor não opere.

Mas não é só desídia, há um momento em que o processo burocrático pára, estaciona. Alguém é responsável por isso. E aí começa a advocacia administrativa. Então, entendo que esta região desta conexão de delitos continuados precisa ser elucidada, porque a nossa intenção é mudar, é eliminar a institucionalidade disso aí, é criar um novo sistema, tornar a nossa burocracia saudável, como ocorre em alguns países.

Era o que tinha a dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Chagas Rodrigues, V. Exª tem a palavra.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Dr. Alcioni, *terei apenas três perguntas a formular a V. Sª* Sei que V. Sª é inteligente e, apesar de jovem, tem experiência. Por isto, irá responder também assim com muita concisão.

Em suas atividades, sentiu ou presentiu, em algum momento, alguma interferência ou tentativa de interferência de alguém do Legislativo, do Executivo ou do Judiciário, no sentido de que suas atividades tivessem um ritmo menor ou fossem desviadas, enfim qualquer tentativa de interferência? V. Sª pressentiu isto?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não, acredito que havia sempre um desejo de que a coisa andasse bem rápido, jamais percebi qualquer interferência.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Quanto à Hidrossistema e o Sr. Alencar Guimarães, nas suas atividades ou extraprocesso, o Sr. tem informação também de que eles teriam participado de outros casos?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não consegui buscar nenhuma prova nesse sentido.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — O inquérito, a que V. Sª presidiu, se bem entendi, foi acompanhado por uma alta autoridade da Procuradoria, o Dr. Subprocurador, por isso, foi encaminhado diretamente à Procuradoria Geral, não precisou passar, como é comum, pelo Diretor-Geral da Polícia Federal, não é isso? V. Sª encaminhou diretamente o processo?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não, não precisou passar pela justiça. Abreviei o caminho, porque o inquérito serve como base para uma ação penal. O caminho normal, a praxe, é encaminharmos à Justiça que, por sua vez, encaminha ao Ministério Público. Nós apenas abreviamos o caminho.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Mandou diretamente para o Dr. Procurador-Geral?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Para o Dr. Procurador-Geral, Sr. Lauro Fonteles.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — E até o dia de hoje, quais informações que tem? Foram pedidas novas diligências, foi ajuizada alguma ação? O Sr. não tem nenhum conhecimento?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Estaria parado o processo?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não sei se parado, acredito que não, mas não tive nenhum resultado.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — *Se não solicitaram* novas investigações, se não foi ajuizada a ação, então, estaria sendo, pelo menos, examinado na Procuradoria. Estaria na Procuradoria?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Possivelmente, sim.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Há quanto tempo o processo se encontra na Procuradoria?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Deve fazer em torno de um mês e quinze dias que o encaminhei.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Tem a palavra o Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Delegado, falou-se muito a respeito da existência de uma fábrica de alambiques do irmão do Ministro. V. Sª chegou a apurar algo de concreto nessa direção, ou houve apenas um vazio no que *tange a essa informação?*

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não, este assunto foi bastante veiculado pela imprensa e faz parte da preocupação da Polícia Federal. E dentro desse inquérito que está sendo encaminhado, que está sendo instaurado por Minas Gerais, será objeto da apuração específica dentro de um universo maior em Minas Gerais, mas há a preocupação com o problema do alambique.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Não se chegou a nenhuma conclusão?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não, por absoluta falta de tempo confesso. Mas há a preocupação e será objeto de um inquérito policial.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Ou seja, existe, portanto, essa preocupação do Sr. em dar curso a esse propósito. V. Sª falou aí, mais à guisa de informação, sobre a existência de um inquérito aberto em decorrência daquele depoimento do Deputado Mendes Ribeiro. V. Sª poderia nos adiantar alguma providência ou conclusão que se tenha chegado a respeito desse inquérito?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Infelizmente, não sou a autoridade que preside o feito, mas posso lhe assegurar, por ouvir dizer, dentro do universo onde trabalho, a Polícia Federal, que o inquérito está tendo desdobramentos. Uma autoridade nossa se deslocou para o Rio Grande do Sul, fez investigações, tomou depoimentos, enfim, o inquérito está tendo o andamento normal. Acredito eu — e aí eu estaria me antecipando — que dentro do quadro de convicção da própria autoridade, haverá indiciações, possivelmente. Agora, realmente, estou me antecipando ao convencimento da autoridade que preside isso aí.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — V. Sª falou que a Polícia Federal continua as suas diligências pelo Brasil afora. Não sei se estou enganado, V. Sª me corrija, por gentileza, parece-me que V. Sª esteve em Viana, no Maranhão, em diligência?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — *Estive.*

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — V. Sª chegou a alguma conclusão lá a respeito de intermediação ou de algum fato delituoso?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Cheguei. Convenci-me de que houve delito e explico para o Sr. que só não pratiquei o ato de indiciação por falta de tempo, mas deixei tudo encaminhado. Foi pedida perícia formal — eu me fiz acompanhar de um perito da Polícia Federal — tomei depoimentos na cidade de Viana, comprovei, *in loco*, a inexistência da obra pública, enfim, tem todo um quadro preparado, mas será, também, ou está sendo, objeto de um inquérito específico. Ao menos estou propondo esse inquérito.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Ele não foi instaurado ainda?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Acredito que não.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Embora com a existência de graves indícios, como V. Sª acaba de salientar?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Estou dando o meu depoimento como autoridade que esteve no local. É o meu convencimento.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — V. Sª também esteve em Pinheiro, ou ainda não esteve em Pinheiro?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sobre Pinheiro fiz investigações. Não cheguei a me deslocar até a cidade de Pinheiro, *mas também já ouvi pessoas e também é propósito* meu, como autoridade policial, que seja objeto de um inquérito policial, nem que seja para se apurar que nada houve.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Qual foi o tipo de investigação que V. Sª fez em torno de Pinheiro até este momento?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Obtive a documentação que compôs o processo de licitação. Não cheguei até lá, mas *conversei com o nosso pessoal que esteve* na área, inclusive, com órgãos irmãos, que também tiveram algum tipo de participação. Enfim, há um quadro montado do problema de Pinheiro. Tenho todos os processos de Pinheiro que foram pedidos à Seplan, tudo que foi solicitado na gestão Aníbal Teixeira.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — V. Sª já tem, na sua programação, o dia, a data de quando pretende se deslocar para Pinheiro?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE OLIVEIRA — Não. Eu hoje me afastei na apuração de mérito do inquérito porque há uma necessidade de dinamizar a investigação. Então, eu concluí uma etapa do inquérito, estou propondo à Direção Geral, que sejam instaurados alguns inquéritos policiais, porque a função também é para verificar se existe o crime, não para verificar a indiciação, ou a indicação de autoria.

Então, dentro deste quadro, eu não posso lhe falar, porque vai depender da programação da Polícia Federal.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Estranhava que, realmente, o volume dos recursos destinados a Pinheiro é muito grande. Então, quer-me parecer que uma das primeiras providências da Polícia Federal deveria ter sido essa, de deslocar-se até Pinheiro, na medida, inclusive, de que já há um certo rumor no sentido da existência, vamos dizer, de irregularidades, pelo menos na jurisdição da concorrência.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — É simplesmente uma questão de prioridade, de ótica, da autoridade policial.

Realmente, na ocasião, bem mais, a cidade de Pinheiro, mas, não a cidade de Valença, razão pela qual me especializei em Valença. Mas, isto não significa que não será objeto de apuração.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Dr. Delegado, V. Sª poderia detalhar para nós aqui, rapidamente, como é que funcionava, na sua visão, dentro do resultado da sua apuração, esse processo de intermediação dentro da SEPLAN?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — O Sr. quer dizer, genericamente?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Genericamente.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Há várias maneiras. Um intermediário, uma empresa, ou intermediário, representando uma empresa, buscava os Prefeitos, oferecia serviços e se embutia um pseudo-trabalho de facilitação, se vendia a facilitação.

Eventualmente, os próprios Prefeitos eram chamados para ter essa vantagem e, naturalmente, que dentro deste quadro se acertava as empresas que fariam essas obras. Sintetizando, um procedimento seria dessa maneira. Nem todos os Prefeitos aceitavam. Alguns se viam obrigados a aceitar a ação do intermediário sob pena de não ver os recursos pleiteados para a sua cidade. Mas, o processo simplificado seria esse. Dentro deste quadro, um detalhe importante, digamos que a verba necessária para construção de determinada obra fosse de 10 milhões de cruzados teria que se embutir um percentual já do intermediário, digamos 20%. Então, a obra passaria a um valor de 12 milhões de cruzados. Se o Prefeito quisesse os 20% passaria a 14 e mais a própria empresa construtora se eventualmente participasse desse processo. Finalmente era um processo fraudulento, também teria seus 20%. Quer dizer, uma obra de 10 e depois se faz um jogo contábil, um jogo de provas falsificadas e, naturalmente que dentro deste contexto haveria, diante de um quadro formal, um ato lícito e perfeito.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Uma outra pergunta que eu gostaria de fazer a V. Sª é relativa aos dois grupos existentes na Seplan, porque nós sabemos que existia o grupo do Ministro, quer dizer, da confiança do Ministro, com a participação do Dr. Lúcio Veríssimo e de outras pessoas, e o outro grupo que seria o do Secretário-Geral do Ministério, pessoa de confiança do Dr. Jorge Murad, como ficou provado aqui, e eu apenas indagaria de V. Sª se passou pelo lado do Secretário-Geral também alguma solicitação, a algum empenho, algo que lhe pareceu estranho no que tange ao encaminhamento dessas intermediações.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Eu lhe confesso categoricamente que não, sob o pondo de vista da apuração criminal, puramente, criminal e não entro no mérito da questão administrativa e nem da questão política. Realmente não veio nenhuma evidência e não me trouxeram nenhum dado que me permitisse, sequer, perseguir esta hipótese. Agora quanto àquilo que o Senhor chamou "o grupo do Ministro" ou as pessoas que compunham e trabalhavam para o Ministro, efetivamente se materializou e existe o inquérito policial hoje, agora eu ouvi o Ministro, ouvi o Lúcio Veríssimo e a acusação, e foi objeto de uma pergunta que eu fiz que é sobre o problema dessa autoridade, ou essa autonomia que havia na Secretaria Geral. O próprio Ministro afirmou de que ele, quando assumiu a Secretaria, já havia essa delegação ao Secretário-Geral, e nada fez para modificar. Está dentro da legalidade. O Secretário-Geral poderia alocar um determinado tipo de verba que, realmente, agora eu não me recordo. Então, não há nenhum tipo de irregularidade, e nem o Ministro, que tinha essa autoridade, nada fez para modificar essa situação, e não me compete julgar as razões ou os motivos.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — No que tange ao desaparecimento daquelas pastas, que foram requisitadas ao Diretor, as pastas não, a pasta do Dr. Sérgio Menin, especificamente. O Senhor chegou à evidência probatória, à tranqüila segurança de que foi por intermédio do Dr. Lúcio Veríssimo o desaparecimento dessas pastas?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — É difícil verificar o ato de desaparecimento, de rasgamento, enfim, de distruição. Mas o que eu tenho provas é de que ele pediu essas pastas. Ele pessoalmente esteve no Departamento de Pessoal, foi assistido por funcionários, afora o próprio Diretor de Pessoal. Eu tenho a prova de que ele levou esses documentos, eu tenho a prova de que esses documentos voltaram com exceção desta pasta. Esta é a prova, e eu tenho o testemunho dele, confirmando essa versão. Naturalmente que ele nega que tenha destruído o documento.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Perfeito.

E quanto a Santa Quitéria no Ceará, já há alguma providência, alguma pespectiva ou alguma proposta?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — No Ceará tem um inquérito policial.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — É o especificamente sobre Santa Quitéria ou genericamente sobre o Estado?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Eu não tenho condições de lhe dizer. Infelizmente eu não tenho essa condição. Porque há uma coordenação nacional, e eu presidia um inquérito. Então, a minha preocupação era muito voltada a esse inquérito. No Ceará eu realmente tive as notícias de instauração de inquérito policial. Agora, não posso lhe dizer, sei que é, relativa à Seplan, me parece também. Eu não tenho condições de afirmar.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Quem é o encarregado desse inquérito?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — É um Delegado designado pela Superintendência do próprio Ceará.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Não sabe o nome?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não sei o nome.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Era só. Sr. Delegado, agradeço a sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Mendes Canale, V. Exª com a palavra.

O SR. MENDES CANALE — Sr. presidente, eu gostaria de uma informação do ilustre depoente, em relação às investigações. (Pausa.)

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Eu posso responder sua pergunta?

O SR. MENDES CANALE — Sim, pode.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — O delegado Vinhas foi por requisição da Procuradoria da República, lá no Ceará.

O SR. MENDES CANALE — o Delegado lotado no Ceará.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Delegado Federal lotado no Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Continua com a palavra o Senador Mendes Canale.

O SR. MENDES CANALE — Eu gostaria de uma informação do ilustre depoente, a respeito das investigações realizadas pela Polícia Federal, se houve algum inquérito, alguma investigação relacionada com os Municípios de Rio Claro e São José dos Campos em São Paulo?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Em São Paulo, nós temos inúmeras denúncias e já existe um inquérito policial instaurado no Estado de São Paulo para apurar todas as irregularidades e todas as acusações.

O SR. MENDES CANALE — Mais específica em relação aos Municípios de Rio Claro e São José dos Campos, não?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — De cabeça eu não tenho, mas Rio Claro me parece que está dentro desse elenco de busca.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Alexandre Costa, V. Exª com a palavra.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Quero tirar aqui apenas pequenas dúvidas, e não desejo, absolutamente, fazer o papel de promotor.

V. Sª indiciou o Prefeito de Valença?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Achou que era inocente?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Eu não só achei que ele era inocente, como eu entendo que ele foi talvez o grande homem, pela sua coragem, que nos permitiu chegar a estes resutados em sua situação paradigma para a própria sociedade brasileira.

O SR. ALEXANDRE COSTA — E a carta que ele escreveu ao Ministro, inocentando o Sr. Alencar Guimarães?

Não significa indução ao crime? Aliás eu estou perguntando justamente porque desconheço, não estou criticando.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Dentro da própria apuração surgiram duas cartas: uma primeira carta em que foi toda ela projetada, inocentando um grande número de pessoas que não condiziam com a verdade; e uma segunda que o próprio prefeito, por não concordar com a primeira, ele mesmo produziu, e aquilo ali é realmente o retrato da verdade. Porque os veículos de comunicação divulgaram, no Brasil, dizendo que havia um conhecimento com o próprio Sérgio Menin Teixeira de Souza e que não era verdade e o José Graciosa, Prefeito de Valença, fez questão de esclarecer que na verdade o único contrato que ele teve foi com Alencar Guimarães.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Os dois eram aparentados?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — O Menin e o Alencar?

O SR. ALEXANDRE COSTA — Sim.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Íntimos amigos. Isso pelos próprios depoimentos deles.

O SR. ALEXANDRE COSTA — E aparentados só o Alencar?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não há parentesco nenhum.

O Alencar com três nomes diferentes, só para o senhor ter uma idéia. Inicialmente ele aparece como representante do clã Pentanha Guimarães; depois ele dá um outro nome para, finamente, descobrir a verdadeira identidade dele. Então ele aparece com três nomes, inclusive num desmentido a demontrar que ele, pelo menos, falsamente, se aprentou como outra pessoa, ou com outro nome, o próprio desmentido na carta aparece como Alencar Pentanha Guimarães. O Ministro, no seu depoimento, faz essa afirmativa, a demonstrar, realmente, que Pentanha foi o primeiro nome que surgiu dando a versão de que ele era o representante do clã, Pentanha Guimarães. Quando, na verdade, sequer conhecia a cidade de Valença.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Nas investigações que V. Sa. fez, o que levou o prefeito a fazer a denúncia?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — O prefeito recebeu, inicialmente, o assédio do Alencar. Como havia essa necessidade, e ele ficou em dúvida pelo tipo de facilitação, procurou os seus correligionários e foi aconselhado do que era possível fazer; além disso, ele procurou dois parlamentares, porque já havia no ar a possibilidade da Comissão. Então nós temos num próprio inquérito policial o depoimento do Senador Nelson Carneiro e o do Deputado Ronaldo Cesar Coelho, que confirma essa procura, a preocupação do prefeito antes da própria alocação de recursos, quando os dois parlamentares sugerem que ele prossiga com a trama e, afinal, surge todo o processo de licitação, atendendo ao próprio interesse da sua comunidade. Isso tudo faz parte do inquérito policial.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Porque o prefeito não procurou a Polícia Federal, quando da proposta?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Talvez por não acreditar, naquela ocasião, na Polícia Federal. É possível.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Preferia, primeiro, receber o dinheiro para depois fazer a denúncia?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — É possível.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Não acha que agindo assim, o prefeito colaborou para o crime?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Eu entendo que não, porque no crime de corrupção a simples solicitação já caracteriza o crime, a simples solicitação, me parece que houve no caso presente, e ele não concordou e ele não continuou com toda essa trama; ele negociou e nem pagou ao servidor público. Quer dizer, a participação dele, dentro do contexto administrativo, foi lícito, ele fez um pedido.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Nem mesmo condescendência criminosa, no qual foi indiciado outro?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não, na condescendência criminosa existe um grau de hierarquia, entre subordinado e superior; é um crime específico do funcionário público, por isso que não se pode alegar particular. É diferente, sob o ponto de vista, puramente, penal.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Carlos Chiarelli, perguntaria a V. Exª se teria mais alguma complementação a fazer, antes de encerrarmos.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Dr. Alcioni, o Dr. Aníbal Teixeira de Souza é primo do Dr. Sérgio Menin Teixeira de Souza. Ambos são ou não são parentes? Não sei se V. Sª, tem essa informação, Sr. Lúcio Veríssimo de Souza?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não. Não são parentes. É apenas coincidência o sobrenome.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Há algum elemento de informativo, no corpo do inquérito da Polícia Federal a respeito da situação das relações da Associação Brasileira de Municípios com a Seplam em face daquele projeto que ao final viabilizou a captação de um determinado auxílio a fundo perdido mediante convênio de cooperação técnica, na faixa dos fornecimentos e equipamentos ou programa SOFT, etc?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Há investigação e também será objeto de inquérito.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Houve uma investigação e da investigação decorreu o quê?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Será instaurado o inquérito de Minas Gerais dentro desse contexto, desse universo de Minas Gerais.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Por força de que restaram suspeitas?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Pelo menos há elementos suficientes que jsutifiquem o inquérito policial.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quais são esses elementos, V. Sª se lembra?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Lembro. A grande coincidência... Primeiro existe uma acusação formal de um determinado prefeito ou prefeitos e existe uma grande coincidência no parentesco e na própria alocação de recursos entre o chefe de gabinete da Seplan e a pessoa que era encarregada e que ganhou a licitação, que é o seu filho, pelo menos seu filho, Lúcio Veríssimo dele.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A empresa Sistrom, não é?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sistrom. Isso já foi conseguido os contratos sociais. Já está demonstrada essa relação.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Abre-se uma investigação com inquérito nesse particular.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Com inquérito policial.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) Há uma afirmativa que fala no Dr. Lúcio Veríssimo, no seu depoiemtno, às fls. 93, que diz o seguinte:

"O Sr. Aníbal Teixeira era bode expiatório..."

Pergunto, em primeiro lugar, evidentemente, se esse tipo, ou coisa similar, em matéria, ele a fez também na defesa do seu ex-superior e hierárquico em face do volume de críticas, acusações, indícios, suspeitas, etc., desde a Imprensa até as investigações parlamentares e policiais que ocorreram com relação ao Dr. Aníbal Teixeira, na defesa, ele disse que ele, Aníbal Teixeira, era bode expiatório. Esse tipo de manifestação ou similar, ele também a referiu na invstigação feita pela Polícia Federal?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não, em absoluto. Em nenhum momento ele afirmou isso.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Nem o Lúcio Veríssimo, em defesa do Aníbal, nem o próprio Dr. Aníbal Teixeira, digamos, atribuíram as acusações ao fato de que ele teria mexido com grandes interesses privados na sua atuação como ministro?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não. Até fiz questão de perguntar de a possibilidade da participação de outros servidores de nível bem maior que a deles e eles excluíram categoricamente qualquer participação nesse sentido.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não estou falando em servidores acima dele. Estou falando que ele alegou que teria sido criticado, ou estaria sendo denunciado ou estaria sob suspeita, enquanto que outras pessoas que talvez tivessem mais delitos estariam liberados porque ele teria agido como minsitro, ao contrário do que alguns dizem e que algumas suspeitas existem, ele teria sido um padrão de austeridade, moralidade e combate à corrupção e, nesse caso, atingira interesses corporativos, em presariais, de grande porte e, por isso, ele seria um bode expiatório. Por isso caberia persegui-lo para não atacar os *verdadeiros responsáveis.*

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — O Lúcio não fez qualquer afirmativa nesse sentido. Nem de bode expiatório, nem de vítima, nem de grandes grupos. O minsitro alegou que ele, pela sua conduta irrepreensível frente à Seac e a própria Seplan, teria sido atacado pelo próprio grupo de intermediários, já que a sua gestão foi muito voltada ao combate da comissão da intermediação. Isso ele fez afirmação e foi consignado nos autos.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Ele reconheceu que existiu intermediário?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Ele reconheceu e ficou me devendo, me prometeu uma listagem daquilo que seria os intermediários e até hoje, infelizmente, não concedeu à Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Claro. Mas reconheceu a existência que teria sido vítima dos intermediários?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não. Ele vai mais longe. Disse que fez uma investigação pessoal e teria detectado em torno de sessenta e poucos escritórios que atuariam em Brasília, nesse tipo de ação, e se comprometeu a encaminhar, à Polícia Federal, para o auxílio da própria investigação. Mas até hoje não foi encaminhado.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Eu lhe fizera anteriormente uma pequena indagação, com alguma analogia, mas vou ser mais explícito porque, inclusive, vou lhe citar a fonte. O Dr. Aníbal Teixeira, no seu depoimento à fl. 301 diz o seguinte: "A Polícia Federal não cumpriu a tarefa nem o prazo que lhe pedi da investigação." E depois diz o seguinte: que o SNI também por ele estimulado ou cobrado nunca ajudou na investigação". Então, gostaria que V. Sª, sobretudo, com relação ao órgão a que pertence, fizesse alguma referência, porque há uma, acusação frontal de ação, que não foi feita, aidna que cobrada, e de prazo que foi absolutamente desconsiderado.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Eu realmente desconheço. Se houve, foi a nível de direção geral. Mas me parece, e aí eu faço uma defesa da Corporação, de que a Polícia Federal sempre esteve preocupada, e sempre esteve voltada na sua apuração. Agora, o problema de prazo realmente é muito difícil em se tratando de corrupção. É realmente impossível se estabelecer prazo. Seria muito fácil à autoridade, com uma varinha de condão fazer apuração por passe de mágica.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E de qualquer maneira com relação à iniciativa a tomada de posição V. Exª reitera ou não a função anterior? Quer dizer, porque aqui esta informação está no corpo de uma afirmativa anterior, de que ele tomou a iniciativa, de que ele buscou o Diretor-Geral, o Dr. Romeu Tuma, até numa visita pessoal, e insistiu em que a Polilia Federal não investigou.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª que investigou essas questões de liberação de verba e refatou particularmente à Seplan, evidentemente que aprofundou um pouco a sua análise sobre o funcionamento e tipo de verba da Seplan.

Além das verbas especificamente centradas ou centralizadas nas deliberações do minsitro — as verbas a fundo perdido de apoio e auxílio aos municípios — há uma informação de que havia outras verbas que eram liberadas mediante convêncio. V. Sª está a par?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Eu tomei conhecimento, mas não me preocupei na investigação policial.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Isso que ia lhe perguntar.

Esses convênios são chamados convênios de cooperação técnica?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Que estavam a cargo da Secretaria-Geral. Tomei conhecimento, mas realmente nada fiz em termos de apuração policial. Não vislumbrei qualquer irregularidade, nem foi apontada qualquer irregularidade.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª não examinou essa questão, porque não lhe pareceu pertinente?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Por não parecer pertinente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Apenas eu gostaria de lhe chamar a atenção, porque o convênio da associação brasileira dos municípios é exatamente um convênio de cooperação técnica. Esse que motivou da sua parte a sugestão de abertura de inquérito.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Aí, a situação é um pouco diferenciada, porque há a acusação na participação de parentes do Chefe de Gabinete e acusações de que houve a intermediação. É um caso específico.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, V. Sª investigou aqueles casos os quais havia a denúncia?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Algum tipo de denúncia que pudesse vislumbrar pelo menos a justificativa da apuração policial.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E ao *fazer esse exame, por exemplo, no caso da* ABM e outros casos dessas verbas, há uma afirmativa do Dr. Michal Gartenkraut, Secretário-Geral, que diz que o ritmo de trabalho da Seplan era frenético. Os processos eram autorizados sem parecer técnico, sem conferência da cobertura orçamentária, com centralização e personalização absoluta do titular. E admite que só citaria a irregularidade administrativa e até mesmo corrupção. Admite.

V. Sª, ao examinar o procedimento que, inclusive, em última análise, é o procedimento de Valença — telefone, avisa, etc., urgência, urgentíssima e tal — V. Sª sabia qual era o órgão que informava da cobertura orçamentária?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Bom, eu tomei depoimento da própria Sarem, Secretaria de Articulação dos Estados e Municípios, onde me foi transmitida a informação, até pelo seu próprio titular, de que a Sarem, ao invés de ser um órgão técnico, e até opinativo, se transformou na gestão Aníbal Teixeira, num órgão meramente operativo. Por que operativo? Porque ela não tinha poder de decisão ou poder sequer opinativo, poder de opinião. Então, isso são dados que existem no próprio inquérito policial. Agora não me cabe fazer análise.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não, mas V. Sª levantou esse fato também. Eu estou lhe perguntando não é para que V. Sª emita qualquer opinião política, porque o problema não é político, o problema é que no depoimento do próprio Secretário-Geral mostra esse tipo de procedimento administrativo, desviando-se da preliminar do órgão técnico existente, historicamente, para fizer se cabe ou se não cabe, se tem ou não crédito, e esse mecanismo implicou em uma aceleração, uma audiência urgentíssima, na deliberação de um dia para o outro, e implicou na liberação sem cobertura orçamentária; essa é a aquestão. Aí entra um outro detalhe; V. Sª detectou

o atrito, choque entre o Ministro e o Secretário-Geral?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não. Realmente procurei afastar qualquer vinculação, até administrativa, porque realmente a minha preocupação é com o aspecto puramente penal, e sempre tenho repisado neste ponto.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim, mas ao levantar a questão ouviu o Dr. Veríssimo, o Dr. Menim?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Foi indagado e realmente não me apresentaram nenhum dado relevante.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não lhe disseram que havia...

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Em absoluto. Não me foi colocada essa questão.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª ouviu o Dr. Gartenkraut?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não cheguei a ouví-lo.

O SR. RELATOR (Carlos Chirelli) — E o Dr. Lúcio Veríssimo disse que a coisa era coesa e harmônica.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não, nem falou que sim e nem que não.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Mas não foi perguntado?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Também não foi perguntado.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Eu pensei que V. Sª tivesse perguntado.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Realmente não perguntei, e essa questão, digamos, de qualquer área de atrito administrativo dentro da própria Seplan.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª sabia ou soube que houve a redução dos poderes do secretário-geral e com isso a concentração em mãos dos ministros, que com isso pode liberar muito mais recursos, através da Portaria e nº 229?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não. Também não entrou no mérito. V. Sª foi interrogado pelo Senador Maurício Corrêa sobre o episódio de Viana, e disse que foi feito um estudo e que vai ser aberto um inquérito, certo?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Certo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Para quem foi mandado esse material levantado, esse conjunto de elementos?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Encontra-se hoje na nossa divisão Polícia Fazendária em Brasília, que é o órgão que está coordenado todo esse trabalho.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª recorda o valor dos recursos que para lá foram destinados?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — São exatamente 12 milhões de cruzados.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª deu uma informação preliminar e ainda disse que não poderia concluí-la, porque era meramente por estimativa, mas que aquela investigação referente àquela fita gravada de pessoas que propunham uma intermediação, e que foram motivo de um trabalho de coleta de provas gravadas pelo Deputado Mendes Ribeiro, aquilo ali está em vias de conclusão por parte da Polícia Federal?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sim.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quem é o delegado que está respondendo por aquilo.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Eu conheço apenas pelo primeiro nome, Dr. Perpétuo, lotado na nossa divisão de Polícia Fazendária aqui em Brasília.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E está praticamente concluída.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Praticamente concluída. Estou falando de uma coisa que eu realmente não tenho acesso.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Segundo informação. E o resultado qual é? Eles vão ser indiciados, não vão ser?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Realmente fiz uma antecipação até prematura e perigosa, porque não sou autoridade principal.

O SR. — V. Sª disse que havia encaminhado ao delegado do Lago Sul, não é?

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Ele deu uma informação.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — O Dr. Slavatore me informou que o inquérito hoje está na justiça com pedido de baixa, porque tenho 30 dias para a conclusão e foi solicitado um novo prazo à Justiça Federal sôbre esse episódio.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Um prazo para complementar. Não sabe qual é esse prazo?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não porque é a Justiça quem concede esse prazo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª se referiu a algumas outras áreas, não sei se foi respondendo as argüições do Senador Bisol, do Senador Chargas ou do Senador Maurício, não me lembro onde também haveria essas aparências, suspeitas ou indícios de intermediação e citou o MEC, a Seplan e o IPTU; em todas essas áreas há previsão de abertura de inquérito específico?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sim, pelo menos eu propus.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Tudo isso Dr. Alcioni, enfim, desde Viana, ABM, intermediações na EBTU, na habitação, no MEC, todos esses fatos que o levam a fazer proposituras de aberturas de novos inquéritos; tudo isso é uma decorrência da sua condição de presidente do inquérito realizado inicialmente com vistas à Seplan e que teve dentro do seu bojo Valença?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Exatamente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quer dizer, tudo isso surgiu em razão desse fato?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Posso fazer um pequeno esclarecimento?

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim, para se entender exatamente, porque o fato fica tão adstrito a V. Sª.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Existe um presidente do inquérito, que foi designado pelo Diretor-Geral para apurar, digamos corrupção *lato sensu*, na maior amplitude. Todas as denúncias que tivemos no Brasil inteiro, tratando-se de intermediação de empresas de *lobby*, tudo isso veio aos autos e eu persegui, busquei isso em cada um desses Estados em que havia essas notícias, e em alguns deles com a participação de outros delegados. Tudo isso se concentrou nesse inquérito policial. Agora, o que estamos tentando fazer é desconcentrar para agilizar a própria apuração policial, especializando em cada um desses Estados, para que a autoridade policial tenha um universo muito maior da apuração, um facilitação da própria apuração. V. Exª citou a ABM, que seria Minas Gerais, talvez a Assistron e outras empresas que eventualmente vão aparecendo; também no Maranhão, um, dois, três inquéritos, mas, especificamente é sugerido dentro dessa apuração maior que eu fiz que há, pelo menos, indícios que justifiquem o inquérito policial, isso não significa indiciações.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Podem levar ou não, levam a inquérito.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Dependendo do convencimento de cada uma das autoridades que serão especialmente designadas para isso.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Agora lhe pergunto o seguinte, mostrada a gênese da questão, agora o desdobramento: essas suas propostas estão todas contidas no relatório final.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Elas são feitas de que maneira? Individualizadamente? V. Sª faz um expediente ao Diretor-Geral?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Há um gênero, que é o inquérito maior

e há uma especialização no caso Valença, e dentro desse gênero que se encontra hoje na Justiça Federal, que continuamos a investigar, ao final dessa minha participação, eu propus através de memorando ao Diretor da Polícia Fazendária, calcado nas provas que obtive ao longo dos autos, que esse inquérito fosse desmembrado em 11 outros inquéritos, inicialmente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Esse memorando, que é um documento complementar do inquérito, não é do inquérito, mas é complementar do inquérito...

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Faz parte do inquérito, apesar de não estar nele ainda.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — É um documento seu, como Presidente? Dirigido ao Diretor da divisão de polícia fazendária?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Exatamente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Esse expediente foi feito simultaneamente com a conclusão do inquérito? No dia seguinte ou 10 dias depois; como foi?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Tempos depois em torno de uma ou duas semanas.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Foi alguns dias depois. Então, esse documento já deve estar há um mês com o Diretor da polícia Fazendária?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA— Está sendo analisado, porque temos hoje quilos de documentos, não é mais nem em número de volume, são vinte quilos de documentos.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E esse memorando porpõe onze inquéritos?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANBA — Sim.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O memorando está aí?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não, infelizmente eu não o trouxe, só me preocupei em trazer o caso Valença.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não, é que aí poderíamos saber, sem necessidade de fazer um exercício fatigante com a sua memória, que não é justo, quais são os onze?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Vou tentar me recordar? E mais o Estado de São Paulo, Minas Gerais, Itajaí-SC. Esse aí tinha que fazer parte, existe uma prova forte, Maranhão eu propus Viana, Pinheiro, mas eu inclui textualmente, um caso do EBTU, um caso do Ceac, uma situação do MEC; quantos temos aí?

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Oito, se é que Viana e Pinheiro são separados e são?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sim.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então tem oito.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Realmente só me recordo desses oito.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O MDU tem também, ou é EBTU?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — MDU e EBTU, separados.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não, porque EBTU faz parte do MDU, não faz?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — É uma empresa de economia mista, mas sem autonomia própria.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª tem o caso específico do MDU?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Do MDU e um caso do EBTU, e mais dois que não me recordo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Isso aí fica devendo.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — E tem o Ceará, realmente eu ia me esquecendo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Há a ABN, não é?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não, aí eu coloquei todo o elenco em Minas Gerais, agora há probabilidade, há possibilidade de em cada desses Estados haver um subdesmembramento.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Só uma pergunta final. V. Sª não sei se tem de memória, talvez a tenha, a data em que foi remetida por V. Sª, como presidente do inquérito, à Procuradoria Geral o inquérito?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Isso posso fazer com datas precisas, porque tenho aqui os elementos. O inquérito policial mãe foi remetido no dia 4 de março de 1988; está na Justiça Federal, acredito que esteja lá; e o inquérito de Valença, especificamente Valença, aqui pelo relatório provavelmente no dia 30 de março, porque relatei no dia 29 deve ter ido no dia 30 de março, em torno de um mês e 15 dias. Em 30 de março foi remetido à Procuradoria Geral.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª nos disse agora que a única informação que chegou a V. Sª foi essa que tomou conhecimento por meio da imprensa.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Dia 11 de março através do jornal *O Globo*.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª não tem essa informação, porque talvez está envolvido hoje na atividade que lhe é prioritária lá na jurisdição?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Não, mesmo porque eu sou o presidente ainda daquele inquérito, e se tiver que fazer qualquer diligência ou qualquer análise do inquérito eu deverei fazê-lo pessoalmente; ainda sou o presidente do inquérito, já concluído, à Procuradoria.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Foi dirigido à Procuradoria no dia 30 de março, o inquérito que foi acompanhado pelo procurador, e agora, apesar de ter saído no jornal, no dia 11, a necessidade de novos elementos, ao presidente do inquérito não chegou nada.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Nada, absolutamente nada.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Surpreendente.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Era exatamente a pergunta que a Presidência ia fazer a V. Sª, porque no início notou-se que o Sr. Cláudio Fontele acompanhou o processo; e na área de procuradores federais, no caso de Minas, foi o Dr. Victor Musse. Perguntaria a V. Sª o que o nobre Relator acabou de perguntar se não era estranho que V. Sª sendo o presidente do inquérito fosse tomar conhecimento pelos jornais da decisão da Procuradoria?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Realmente, não posso emitir qualquer opinião, porque são critérios de cada um dos órgãos autorizados.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Não lhe parece estranho que V. Sª ainda sendo o presidente do inquérito, tendo encaminhado um processo dia 4-3-88, outro no dia 30-3, e que a Procuradoria Geral da República não desse pelo menos conhecimento ao Dr. Cláudio ou ao Dr. Victor das novas diligências que ela está solicitando? E apenas os jornais estão publicando!

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Eu acredito que, dentro do procedimento normal, essa comunicação virá à Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Não acha que veio primeiro aos jornais antes de ir à Polícia?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Talvez fosse melhor que fosse o inverso, mas não me compete aqui julgar.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Veja V. Sª que esse era um ponto importante aqui da Comissão Parlamentar de Inquérito. V. Sª, salvo melhor juízo também de nossa parte — e aí eu perguntaria — está convencido na apuração policial de que há corrupção de intermediação de verbas públicas, não está?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Sob o ponto de vista policial, é o meu convencimento objetivo, baseando-me, claro, que só subjetivo não basta, baseado num motivo colhido ao longo do inquérito policial, esse o meu convencimento e vou ter sempre esse convencimento.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Exatamente o que notei, que não é um convencimento subjetivo V. Sª foi bastante claro e bastante correto nas suas interpretações, perante a comissão. Está convencido?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Estou convencido de que há corrupção de intermediação, falo como autoridade policial.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Fala como autoridade policial. Isso é importante frisar e ficar bem claro perante a comissão.

O que é estranho, exatamente, é que — e aí nós não estamos fazendo nenhum juízo de valor em relação à pessoa de V. Sª nem da Polícia Federal, que tem se mostrado competente nos aspectos, estão percebendo — é de que o Procurador-Geral da República não tenha enviado, a quem de direito, no caso o próprio Diretor da Polícia Federal, o próprio Ministro da Justiça ou o próprio Dr. Procurador Cláudio, as decisões dele.

A nós pelo menos nos parece bastante estranhíssimo que os jornais apenas tenham noticiado.

E a última pergunta, Dr. Alcioni; o Dr. Bresser disse, aqui, em corrupção, ele já foi ouvido pela Polícia Federal?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Pelo que sei não, pelo menos até o momento em que eu estive à frente do inquérito, não.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — E o problema de Itajaí, apenas para reforço da nossa Taquigrafia, dos nossos trabalhos porque a data é muito importante, V. Sª foi procurado pelo prefeito em maio de 1987.

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Em maio de 1987.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Sobre intermediação de verbas?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Intermediação e afirmativas de que realmente ela houve, na cidade de Itajaí, Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Eu antes de encerrar a reunião, perguntaria aos Srs. Senadores se têm mais alguma pergunta a fazer ao Dr. Alcioni, e ao relator, e deixaria, Dr. Alcioni, a critério de V. Sª, se quer fazer mais alguma explanação ou complementação da sua fala?

O SR. ALCIONI SERAFIM DE SANTANA — Acho que não só gostaria de agradecer a oportunidade, pelo convite, e dizer que a Polícia Federal está muito preocupada, assim como o Senado Federal em desvendar. Parece-me que a coisa, como o nosso nobre Senador falou, no âmbito geral da questão, realmente demanda bastante tempo, mas nós haveremos de chegar lá. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Eu é que agradeço, em nome da Comissão, Dr. Alcioni, a V. Sª, e esse é o desejo também desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que não visa, como parece ao menos desavisados, atacar quem quer que seja, mas exatamente mostrar que é preciso haver a transparência na administração pública federal, municipal e estadual. E o depoimento de V. Sª, não tenho dúvida, foi um depoimento importantíssimo, não só para análise do nobre Relator Carlos Chiarelli, mas de todos nós Senadores. Eu agradeço sua presença aqui.

Convoco outra reunião para amanhã, Srs. Senadores, e pediria a atenção do Senador Maurício Correia, de que V. Exª amanhã deverá apresentar, às 10:00 hs, o relatório do caso de Pinheiro, da Cidade de Pinheiro. Então, V. Exª está já convocado, inclusive os Srs. Senadores.

Está encerrada a nossa reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 40 minutos.)

32ª Reunião, realizada em 24 de maio de 1988

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às nove horas e vinte minutos, na Sala da Comissão de Finanças, presentes os Senhores Senadores José Ignácio Ferreira (Presidente), Carlos Chiarelli (Relator), Itamar Franco, Chagas Rodrigues, Maurício Correa e Jutahy Magalhães, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar em profundidade as denúncias de irregularidades, inclusive corrupção na Administração Pública ultimamente tornadas tão notórias pelos meios de comunicação.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Mendes Canale, Severo Gomes, José Agripino Maia, Affonso Camargo e Mansueto de Lavor.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão e solicita seja dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada apavorada.

A seguir, o Sr. Presidente reitera comunicação feita anteriormente à CPI e ao Senado, a respeito de sua viagem ao exterior, esclarecendo que não recebeu passagens, diárias ou ajuda de custo, sendo a mesma, realizada a serviço do Governo do Estado do Espírito Santo, em caráter particular. Repudia, ainda, as declarações do Senhor Ministro Antônio Carlos Magalhães, tochando-as de irresponsáveis e indígenas do cargo ocupado por Sua Excelência.

Prosseguindo, convida o Dr. Cláudio Lemos Fonteles, Procurador da República, para tomar assento à Mesa. Após o juramento de praxe, passa-se à fase interpelatória, quando usa da palavra, pela ordem, os Senhores Senadores Carlos Chiarelli, Chagas Rodrigues, Maurício Correa, José Paulo Bisol e Itamar Franco.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença do Dr. Cláudio Fonteles e encerra os trabalhos da Comissão às dez horas e vinte minutos e, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 32ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 22, DE 1988, DESTINADA A INVESTIGAR EM PROFUNDIDADE AS DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES, INCLUSIVE CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ULTIMAMENTE TORNADAS TÃO NOTÓRIAS PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO DR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES, PROCURADOR DA REPÚBLICA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador *José Ignácio Ferreira*
Relator: Senador *Carlos Chiarelli*

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Declaro abertos os trabalhos da presente reunião e indago dos Srs. Senadores se querem ouvir a leitura da Ata ou se a dispensam. (Pausa.)

Dispensada a leitura da Ata.

Srs. Senadores, esta Presidência, rapidamente, noticia o fato de que retornou de uma viagem que fez, da qual deu conhecimento a esta CPI e ao Plenário do Senado, pelo expediente que foi aprovado no plenário através do qual deixou claro que faria essa viagem. Tomou conhecimento de declarações de um Ministro de Estado, vai respondê-las ainda hoje, com a ênfase e com a firmeza que se fazem necessárias, mesmo porque fez uma viagem a serviço do seu Estado, embora em caráter absolutamente particular; viagem que, repito, dei conhecimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito em reunião regular, normal, e também dei conhecimento ao Plenário do Senado Federal, que aprovou o expediente nosso, em sessão normal, dando conta de que a fizemos em caráter particular, viagem para a qual não recebemos um ceitil, sequer dos cofres do Senado a título de passagem, a título de diárias, a qualquer título; e não recebemos também um ceitil sequer do meu Estado, o Espírito Santo a cujo serviço me encontrava.

De maneira que considero absolutamente despropositadas, levianas mesmo, as afirmações feitas por um Ministro de Estado, o Sr. Antônio Carlos Magalhães, usando do prestígio do seu cargo, através de uma emissora de TV, de projeção nacional, e com a expressão daquele meio de comunicação. Acredito que era preciso e será preciso que façamos uma manifestação de repulsa com a maior ênfase, porque por trás dessas tiradas irresponsáveis está um Ministro leviano, que não se mostra à altura do cargo que ocupa; ministro de um Governo que bem o merece, de um Governo que não tem o afeto da sociedade e que também dela está perdendo inclusive o respeito, por causa de atitudes desse tipo.

É profundamente lamentável que isso ocorra. O Sr. Ministro de Estado sabe quem sou, porque tem à sua disposição os órgãos de segurança, desde que sempre foi, notoriamente, um homem vinculado a surtos golpistas

neste País; homem sem voto que foge das eleições, que há vinte e dois anos não disputa um mandato, sabe que está no ocaso da sua vida política, sabe bem quem somos e sabe que não temos "rabo". Não temos o que temer diante das incursões levianas de um homem que não está à altura de seu cargo.

Coloco essas questões sem pretender tomar tempo desta Comissão. Vamos iniciar os nossos trabalhos, mesmo porque, no plenário do Senado direi isso com a ênfase necessária à defesa da minha imagem pública, agredida tão levianamente por esse Ministro Irresponsável.

V. Exª tem a palavra, Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, queremos apenas registrar nossa satisfação com o retorno de V. Exª Nós nos congratulamos, a Comissão está de parabéns. Quero dizer a V. Exª que nesse breve interregno de sua ausência o nosso Vice-Presidente, Senador Itamar Franco, esteve inteiramente à altura do cargo, dirigindo, o que não surpreende ninguém, com dignidade e eficiência, os nossos trabalhos.

De modo que é uma satisfação para nós revermos, termos V. Exª aqui conosco.

Quanto ao que alguns jornais divulgaram, palavras atribuídas a determinados políticos, V. Exª não deve se preocupar absolutamente com isso, porque a Nação toda conhece e respeita a dignidade de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Muito obrigado a V. Exª

A Presidência vai agradecendo também, desde logo, a atuação do eminente Senador Itamar Franco.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — V. Exª tem a palavra, eminente Senador.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sr. Presidente, acho que não poderíamos perder a tranqüilidade nesse processo.

Em primeiro lugar, fico satisfeito em vê-lo de volta. Evidentemente, que V. Exª não precisava de qualquer maneira fazer todas aquelas considerações que fez, na santa ira das pessoas que têm a razão. Nós sabíamos quando V. Exª foi, por quê foi, todas as circustâncias. Portando, evidentemente, V. Exª não tem nenhuma razão de se preocupar com esse fato.

Estamos muito satisfeitos com seu retorno; queremos registrar que foram momentos importantes ocorridos com a Comissão, durante esse espaço de tempo, e, seguramente, a presença de V. Exª será extremamente estimulante, elemento da maior valia na continuidade do processo, do qual V. Exª tem tido a Presidência, com muita lucidez e idoneidade. E que o Senador Itamar Franco foi um substituto absolutamente identificado com a sua postura, com a maior idoneidade, com a maior competência. De qualquer maneira, fico muito satisfeito com o seu retorno com certa presteza, porque se demorasse um pouco mais, não sei se V. Exª me encontraria nesse cargo, porque com a rapidez com que estão tentando me destituir de tudo.

Na verdade, fico satisfeito pelo retorno de V. Exª também por isso, de poder saudá-lo nessa condição.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Muito obrigado a V. Exª Senador Carlos Chiarelli.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Sr. Presidente, apenas para acrescentar que faço minhas as palavras dos nobres Senadores que se manifestaram a respeito de seu retorno, que nos deixa muito feliz, e a respeito da competência com que foi substituído pelo Senador Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Aliás, V. Exª sabe, e todos sabemos, da notoriedade deste fato, o eminente Senador Itamar Franco é um padrão de competência pessoal, de patriotismo, de dignidade e que nos estimula, nos instiga nesta luta que estamos desenvolvendo nesta Comissão, em favor das instituições do País, perseguindo objetivos dos mais altos.

O eminente depoente de hoje, Dr. Cláudio Fonteles, encontra-se presente, e a Presidência solicita o seu comparecimento, para a tomada do seu juramento.

Dr. Claúdio Fonteles, o Código Penal dispõe sobre as penas de falso testemunho, e o Código de Processo Penal nos respalda na tomada do seu juramento.

V. Sª jura dizer a verdade, do que souber e lhe for perguntado?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Eu juro.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — V. Sª pode tomar assento.

Doutor Cláudio, V. Sª conhece o Código de Processo Penal, e ele nos obriga a algumas indagações, antes da tomada do seu depoimento. O art. 203 nos respalda nesse comportamento. Eu pediria a V. Sª que declarasse o seu nome completo e a sua idade.

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Cláudio Lemos Fonteles 41 anos.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Seu estado civil e a sua residência?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Casado, domiciliado no Setor de Habitações Individuais Norte, QI-12, Conj.3, Casa 9 Lago Norte, Brasília.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — A sua atividade funcional?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Procurador da República.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Muito bem. A Presidência passa a palavra ao eminente Senador Carlos Chiarelli, para as indagações que desejar formular. Antes, a Presidência indaga de V. Sª se deseja fazer exposição, ou alguma abertura inicial, do seu depoimento, pelo tempo que considere necessário ou se realmente deseja desde logo, ser inquirido?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Acho que e partir das indagações poderiamos desenvolver...

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Perfeitamente.

Com a palavra o eminente Senador Carlos Chiarelli.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Senhor depoente, segundo consta à esta CPI, foi o depoente subprocurador designado pelo procurador-geral para ter uma tarefa com relação ao inquérito da Polícia Federal.

Gostaria, em primeiro lugar, de ter ou não confirmação com relação a essa designação. Saber, em caso afirmativo, quando ela teria sido feita. E, em terceiro lugar, saber, evidentemente, também em caso afirmativo, qual a amplitude, a abrangência e as atribuições dela decorrente?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Pois não. O momento da Portaria não me recordo a data. Mas tão logo a imprensa fez a cobertura do trabalho desta CPI da Corrupção, o Dr. Sepúlveda Pertence me convocou ao seu gabinente e me solicitou que assumisse a orientação do inquérito policial, que naquela ocasião era feito pelo Delegado Alcione Serafim, e que cuidava — inclusive chamou até de inquérito-mater — da análise do envolvimento de prefeituras localizadas no sul do País. Pois bem, então convoquei o Delegado Serafim ao meu gabinente e mantivemos um diálogo, quando ele me apresentou um cronograma de trabalhos; e ele realmente se dispunha a fazer todo um levantamento da apuração daqueles eventos, envolvendo até intermediários na obtenção de verbas na Seplan, compreendendo toda a Região Sul.

De momento, me preocupei um pouco, porque temo muito as apurações gigantescas, que a experiência tem mostrado não conduzem a nada. Mas, como ele já tinha um cronograma preparado, então eu disse-lhe muito bem, Dr. Serafim, o Senhor irá... e orientei-o no sentido de algumas perguntas serem postas, porque no fundo cabe a nós, membros do Ministério Público, postularmos em juízo a pretenção punitiva, e como há um inquérito de fundamento a esse trabalho nosso, então me parece que nada mais justo, nada mais coerente do que nós, do Ministério Público, orientarmos realmente os delegados para procederem de tal ou qual forma. Então, tracei algumas diretrizes de conduta de indagação para ele, e ele apresentou-nos o seu cronograma. Eu disse-lhe: muito bem, vamos fazer assim.

Quando ele encerrou a primeira etapa de investigações na Região Sul, envolvendo Santa Catarina, Paraná e São Paulo, surgiu o chamado caso de Valença. Então, fiz nova convocação do Dr. Serafim ao meu gabinente e disse a ele o seguinte: a imprensa traz fatos extremamente concretos a respeito de um episódio igualmente concreto. Então, como o senhor acabou de me dizer que vem de encerrar o seu trabalho investigatório na Região Sul do País, eu lhe pediria — e isso vai à Justiça,

como foi á Justiça Federal em Brasília — para depois abrir vista para nós do Ministério Público. O senhor, agora, tem uma folga nas suas apurações. Então, eu lhe disse: vamos agora concetrar neste ponto aqui, que me parece há farto material, até documental e testemunhal, e o senhor poderá colher. Fizemos nova reunião e ele se pôs em campo. Foi quando, então o tempo é um pouco difícil, talvez em uns quinze dias ele tenha feito isso — ele me entregou o inquérito do chamado "caso Valença",composto de dois volumes e um anexo — se eu me recordei bem, foi na quarta-feira da Semana Santa.

Aproveitei, então, esses dias de inexistência do trabalho forense e fiz o exame da questão e entreguei, posteriormente, ao Dr. Procurador-Geral da República.

O inquérito, chamado inquérito-mater, que cuidava ainda da averiguação dos eventos ocasionados na Região Sul do País, já com 4 volumes e dois apensos, veio da Justiça Federal depois de concluído — na perspectiva do "caso Valença" e aberta a vista para nós. Eu me pronunciei numa cota singela nos autos, lembrando a necessidade do delegado, e, tal qual fizera no "caso Valença", tanto quanto possível, agrupar aqueles eventos para melhor apuração, porque eu insisto em dizer isto: um dos problemas muito sérios que enfrentam, na condução e postulação criminais, é evitar a dispersão, que casos desse jaez podem propiciar a abertura exagerada de um leque apuratório, que geralmente conduz a muito pouca coisa. Então, por filosofia minha de trabalho no campo criminal procuro sempre concentrar as investigações para propiciar, realmente, um juízo de propositura mais adquado.

Era o que eu tinha a lhe informar, eminente Senador.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A orientação a que se refere o Sr. Subprocurador, no inquérito policial, é uma orientação geral ao trabalho do delegado ou uma orientação específica, a fim de que ele pudesse traduzir na sua investigação, digamos, alguns aspectos que a Procuradoria tinha especial interesse?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Não, não. É simplesmente de técnica acusatória. Veja bem, vamos supor: o evento é este, assim noticiado e assim apresentado. Então, esse evento pode conduzir a tal tipificação, à luz do Código Penal. Ora, se vamos buscar tal ou qual ou tal tipificação, as perguntas a serem colocadas, quer para as testemunhas, quer para os indiciados, devem ser propostas nesse caminho. Acho essa troca de idéias fundamental e dái, realmente, enaltecer a Constituinte nesse aspecto, no momento em que dá atribuições ao Ministério Público de supervisionar o inquérito policial. O que não significa que vamos interferir correcionalmente no inquérito policial, mas vamos trabalhar juntos nas grandes questões, isso é fundamental. Hoje, os eminentes Senadores, que cultuam o campo criminal, sabem que esse divórcio entre Ministério Público e autoridade policial, na apuração do fato delituoso, traz sérios problemas, porque não trabalhamos unidos, imagine, nós, que vamos deduzir em juízo da posição punitiva, não temos o menor acesso do tipo de investigação que está sendo feito. Para justamente, evitar isso é que sempre me conduzi e tenho sempre me conduzido, trabalho no campo criminal praticamente desde 1968 e, graças à possibilidade que tive de dar aula na Academia Nacional de Polícia, onde contatei com vários delegados, até por essa amizade que surge normalmente entre professor e aluno, eles me procuram e eu sempre trabalho dessa maneira, apenas no sentido de conduzir às investigações, para aquela proposta acusatória que deduzimos em juízo, evitando o divórcio apuratório entre quem tem que apurar e quem tem que acusar.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O inquérito inicial a que V. Sª se refere terá sido sobre a Região Sul?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Exato. Ele me falou que foram algumas prefeituras, especificamente — parece — uma de Santa Catarina. Não me recordo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A pergunta que lhe faço é a seguinte: a iniciativa desse inquérito foi da Polícia Federal?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Foi da Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não foi a Procuradoria que solicitou?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Não. O ato formal e processualmente previsto em requisição da Procuradoria...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Fora o aspecto formal, não houve nenhuma sugestão da Procuradoria? A Polícia Federal iniciou?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Iniciou.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E depois que iniciou, estava em andamento essa investigação, esse inquérito, por parte da Polícia Federal, quando o Subprocurador recebeu a designação de acompanhar, e aí houve esse contato com o delegado, ou foi bem no início?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Iniciado esse inquérito maior é que recebi a designação do Procurador-Geral para fazer o acompanhamento.

Depois que o noticiário estampou o caso Valença, interferi nesse ponto. Pedi ao Delegado, então, que cuidasse desse caso.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Foram os dois contatos que V. Sª manteve com o delegado?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Dois contatos.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E quando terminou o inquérito de Valença em que ele foi entregar, ou que encaminhou, houve novo contato?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Não. Ele foi me entregar exatamente nessa quarta-feira, eu recebi e levei para exame, para estudo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Houve um contato no início do inquérito-mãe. Houve um segundo contato, no momento em que vai ser aberto o capítulo Valença, correto?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Correto.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E há um terceiro momento em que o delegado faz chegar às suas mãos, às mãos da procuradoria, o resultado da investigação sobre Valença. No primeiro e no segundo encontro, há um relato sumário daquilo que foi motivo do diálogo entre ambos. No terceiro encontro, salvo qualquer impedimento, houve a informação por parte do delegado, ele lhe relatou o que tinha visto, houve de sua parte alguma recomendação a ele, ou foi simplesmente "olha está aqui conclui o meu serviço, àquilo a que me propus, o que cabe está escrito aí".

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Vou dizer a V. Exª O terceiro foi uma entrega formal. Ele chegou com os autos, recebi os autos do inquérito policial. Entre o segundo e o terceiro encontro — chamo assim, porque teria havido um que seria o terceiro encontro, não esse encontro terceiro como final — o delegado esteve comigo, dando conta das investigações que fizera no caso Valença.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Entre o segundo e o terceiro?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — O terceiro. Passaríamos até a chamar de terceiro e o quarto seria o encontro final. Então, indaguei: mas como é que está a situação desse inquérito? Ele me fez um rápido apanhado. Eu disse: "Em relação ao ex-Ministro Aníbal Teixeira, há base para o seu indiciamento"? Ele me informou o seguinte: "Estou numa zona de fronteira, aí eu não sei se cabe ou não." Eu lhe perguntei o seguinte: Dr. Alcioni, o Senhor vê alguma fumaça do envolvimento do então ex-Ministro nos eventos? Ele falou: a meu juízo há respondi se a seu juízo há, Dr. Alcioni, então o Sr. indicie todos aqueles que o Senhor entenda que há fumaça do bom direito para ulterior denúncia do Ministério Público. Por que eu entendo eminente Senador, que em regimes democráticos plenos não há qualquer cidadão acima de qualquer suspeita, quer seja um Ministro de Estado, quer seja um chefe de seção, quer seja um operário, todos têm a ver uma fumaça de bom direito do ilícito que surja devem ser indiciados. Essa foi a minha colocação para o Delegado Alcioni. Então ele foi a Belo Horizonte, na presença de um colega meu, Dr. Carlos Victor Musi que acompanhou o interrogatório do ex-Ministro Aníbal Teixeira, após ter feito o interrogatório do ex-Ministro Aníbal Teixeira, e no dia anterior me parece, do seu chefe de gabinete o Sr. Lúcio Veríssimo e ele procedeu ao indiciamento de ambos. Não que eu tenha direcionado ou imposto isso, não cabe ao Ministério Público, eu não tenho o chamado delírio persecutório, não é isso, não existe da nossa parte. O que há é o seguinte, é evitarmos um preconceito. Não é que uma pessoa pertença a um quadro de elite que ela fica imune, como qual-

quer outro cidadão, ao dever que tem de prestar esclarecimentos, e se a sua situação já se demonstra grave há a responsabilidade de ver-se indiciada e futuramente acusada.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Dr. Cláudio, nesse terceiro diálogo, o delegado chegou a trocar algumas idéias com o Sub-Procurador, que era, digamos assim, a representação do Ministério Público da Procuradoria Geral, sobre o que ele havia já colhido e o material que ele tinha coletado no inquérito ou apenas o diálogo ficou nesses conceitos gerais, digamos assim?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Não, realmente não, porque já que deram dois volumes e mais um apenso ele me fez um traçado de linhas gerais. Houve só essa discussão sobre o problema do indiciamento, um debate sobre isso, e depois eu peguei os autos e logo após ele voltou de Belo Horizonte — é o quarto encontro vamos chamar — aí ele me entregou formalmente os autos do inquérito e eu levei para exame meu, próprio. Aí eu realmente teria que conduzir a coisa para tal ou qual destino, fazendo o exame daqueles volumes todos, se eu não me engano são 1.100 páginas.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Ato de V. Sª ou ato do Procurador-Geral, credenciou um Procurador em Belo Horizonte para dar um acompanhamento permanente?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Não, no ato do Procurador-Geral coube-me a delegação de designar colegas nos vários estados do País para acompanhar as inquirições, porque temos um quadro muito curto, e realmente o meu deslocamento ficaria muito difícil, eu faço sessões no Tribunal, então há colegas em cada estado que acompanham as apurações, sai uma designação por Telex de minha parte e eles acompanham.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Houve um especificamente designado no acompanhamento desse caso de Valença, em Belo Horizonte?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — O Dr. Carlos Vitor Musi.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Ele lhe reportou permanentemente ou fez-lhe um relatório final, ou ele deu-lhe conta continuadamente do que acontecia no inquérito, e da normalidade ou atipicidade do processo?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Não, ele compareceu ao ato de inquirição do ex-Ministro Aníbal Teixeira e do seu Chefe de Gabinete no intuito de saber se seria necessária uma indagação dele para a condução das diligências, ou não. Foi essa a missão dele e ele não fez nenhuma indagação; as indagações feitas pelo Delegado, no entender dele, eram satisfatórias.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Aproveitando a idéia de V. Exª nessa parte relativa à indagação, eu gostaria de submeter uma pergunta ao Dr. Cláudio Fonteles. Mas antes quero mencionar aqui que o Dr. Cláudio Fonteles foi Conselheiro na Ordem dos Advogados, é filho de um ex-Procurador-Geral da República e depois se tornou Ministro do Tribunal Federal de Recursos, de uma formação moral extraordinária, de um caráter raro, por isso tenho certeza que S.Sª, inclusive como cristão que é, não deixará em hipótese alguma de dizer a verdade.

Indagaria a S. Sª se teria sugerido alguma minuta de denúncia ao Pocurador-Geral da República, especificamente, do Ministro Aníbal Teixeira.

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Eminente Senador, o meu trabalho, e V. Exª sabe bem disso, é um trabalho feito para o Procurador-Geral da República. Este ato não é meu. O ato é dele. Pelo Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal quem denuncia originariamente perante aquela Corte é o Procurador-Geral da República. Eu fiz efetivamente um trabalho, uma avaliação daquele quadro que tinha em mãos após a leitura dos autos. E entreguei ao Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence. Não posso dizer o conteúdo desse meu ato porque o ato é dele. No mundo jurídico esse ato não existe. Ele é quem decidirá sobre o conteúdo daquilo que eu fiz, concordando ou não. Se ele não concordar, aquilo não existiu nunca. Se concordar ele ratificará, e aí sim, se tornará público aquele ato e todos terão acesso.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Dr. Cláudio Fonteles V. Sª está depondo para a Comissão Parlamentar de Inquérito a respeito dos atos discricionados do Procurador-Geral da República, tem a liberdade de entender se deve ou não denunciar. O que nos interessa saber é se V. Exª — é o tratamento que lhe concedo nesse momento — se V. Exª sugeriu ao Procurador-Geral da República a denúncia do Ministro Aníbal Teixeira. Essa, concretamente, a indagação que faço. Quero saber qual é a opinião de V. Exª

O SR. CLÁUDIO FONTELES — A minha opinião pessoal, que não tem nenhum valor jurídico, é no sentido de que há base para uma denúncia não só contra o ex-Ministro Aníbal Teixeira, mas contra o seu Chefe de Gabinete e as pessoas indiciadas. Esta é a minha opinião pessoal.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Perfeito. E os autos baixaram em diligência?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Os autos baixaram em diligência.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — O Procurador-Geral preferiu que os autos baixassem para complementar alguma diligência que ele queria que fosse examinada na origem...

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Para caracterizar que, realmente, esse ponto é fato, esse ponto não está claro, para caracterizar se o valor da obra atingiam 16 milhões de cruzados ou não. É uma diligência que ele propõe dentro do plano da materialidade do ilícito.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — V. Sª é Professor do Direito Penal, conheço a sua atuação como Advogado, membro do Ministério Público, sei que seu juízo jurídico é muito acurado, muito sério. Portanto, dou-me por satisfeito pela sua resposta e devolvo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Por óbvias razões faria uma pergunta a mais, dada a qualidade e o conhecimento técnico do depoente e a idoneidade pessoal que ressaltam. V. Sª não tem como ato inexistente no mundo jurídico as sugestões que tenha feito ao Procurador porque tem a competência dele, a critério dele e das atribuições qualquer encaminhamento formal, dar vida e vitalidade a esse posicionamento. Mas a pergunta que lhe faço, aí sim, é na esfera da sua atribuição dentro desse feito. Formalmente V. Sª acompanhou o inquérito, supervisionou e teve oportunidade de ter dois ou três, quatro diálogos com o delegado e depois teve os autos em mãos, analisou-os etc. Eles estão regulares, foram feitos adequadamente, seguiram aquilo que se requereria em matéria de técnica aplicável ao inquérito? Eles não apresentam nenhum fato que lhe tenha chamado atenção em termos de irregularidade, de anomalia. Não estou perguntando se iria denunciar ou indiciar. Estou perguntando se o trabalho feito pelo delegado ou pela Polícia Federal, que chegou a determinadas conclusões, — e essas conclusões, quem as trouxe aqui, foi o próprio delegado, se V. Sª, como supervisor deste trabalho, entende que ele preencheu todos os requisitos formais adequados, se foi bem-feito.

O SR. CLÁUDIO FONTELES — No plano formal, a meu juízo, não há qualquer crítica ao trabalho do inquérito policial. Cabe, realmente, ao Ministério Público, aí, sim, não há dúvida quanto à valoração. Mas no plano formal, não.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Foi feito o que devia ser feito?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Foi feito o que devia ser feito. No plano formal está perfeito, acredito eu que não haveria nenhum sucesso para impugnar, via *habeas corpus*, vamos supor, um vício formal do inquérito policial.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sr. Presidente, da minha parte acho que não há por que tomar mais tempo do Sr. depoente.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Eminente Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Dr. Cláudio Fonteles, eu quero expressar a minha satisfação por vê-lo aqui, e render minhas homenagens à sua inteligência e à sua erudição.

Li algumas notícias contraditórias, nos jornais. De modo que pediria, se possível, que nos esclarecesse, o seguinte: esse processo já chegou ao Tribunal?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — O inquérito policial?

O SR. CHAGAS RODRIGUES — O inquérito policial.

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Foi remetido ao Supremo Tribunal Federal, com um pedido de diligência do Procurador-Geral da República, para que se esclarecesse esse problema que vem ocorrendo ao eminente Senador Maurício Corrêa, para que se clareasse em torno da materialidade do evento, saber se, realmente, o preço da obra que haveria de ser feita pelo grupo orçaria em 16 milhões ou não. O Procurador-Geral entendeu de pedir essa diligência para o seu melhor convencimento acusatório.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Estou satisfeito. A diligência não foi feita na área apenas do Poder Executivo, ou da Procuradoria. O processo, o inquérito foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal com este pedido.

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Com o pedido de diligência, que já foi deferido pelo eminente Relator, que é o Ministro José Neri.

O SR. CARLOS RODRIGUES — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Dou a palavra ao eminente Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sei que V. S^{a}, inclusive, pela confiança do Procurador-Geral da República no seu trabalho, na sua capacidade, na sua cultura, tem-me cometido algumas responsabilidades no plano federal. Embora a matéria seja um tanto quanto alheia ao fim específico desta CPI, mas é meu dever indagar a V. S^{a} se aquelas conclusões relativas à Coroa-Brastel passaram por suas mãos.

O SR. CLÁUDIO FONTELES — O inquérito da Coroa-Brastel passou por minhas mãos.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — E V. S^{a} teria, também, sugerido a denúncia dos envolvidos?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — O inquérito Coroa-Brastel é um inquérito imenso, são cerca de 20 volumes, que, recentemente, entreguei ao Procurador-Geral da República. Na avaliação que faço, eu entendo positivada a realidade de ilícitos criminais, também.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — É estranho que o Procurador-Geral da República, com estas conclusões de uma pessoa tão séria, tão acurada, no exame das questões jurídicas, não tenha tomado as providências que lhe compete. V. S^{a} poderia nos dizer alguma coisa, sobre se houve alguma interferência com o Procurador, no campo do Poder Executivo, diretamente a ele, no caso específico do Ministro Aníbal Teixeira?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Não, assim como tenho pautado toda essa afirmação pela verdade, o Dr. Sepúlveda Pertence não é uma pessoa para se deixar influenciar por quem quer que seja. É um homem, que V. Ex^{a} conhece muito bem, que medita muito nas suas decisões. Esses inquéritos como sobre a Coroa—Brastel, por exemplo, é um inquérito extremamente longo, realmente. Deve estar por mais de 20 volumes, talvez. Então, quero crer que S. Ex^{a}, com a prudência, que não significa fragilidade, mas que vê certeza nos seus pronunciamentos, medite. É um direito que ele tem para concluir de tal ou qual maneira. Este é o meu ponto de vista em relação a sua pergunta.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Eu indagaria de V. S^{a}, por outro lado, se se recorda qual foi o enquadramento do ex-Ministro Aníbal Teixeira no seu exame, na sua minuta, no seu parecer, endereçado ao Procurador-Geral da República. Quais seriam os crimes praticados por ele?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Na minha proposta, seria o delito de prevaricação e o delito de supressão de documento.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Eminente Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Colocaria ao Procurador da República que está depondo uma questão mais genérica que me preocupa muito.

Lutei muito, na Constituinte, pela criação do *ombudsman* e estou sentindo que a minha inquietação tinha razão de ser. No depoimento de V. S^{a}, como jurista que é, caracteriza que a sua atividade está em individualizar os comportamentos ilícitos para sugerir, no caso, ao Procurador a persecução processual. Na medida em que eu não consiga ter uma idéia atomizada, analítica do fato, eu não tenho pressupostos para a perseguição processual, isto está na dimensão penal dos fatos. Mas, o que estou sentindo aqui, nesta CPI, é algo muito mais importante do que um ilícito individualizado, e acho que este País não vai sair, nem em 500 anos, de seus problemas estruturais se não nos demos conta disso. Poderemos colocar no fundo das cadeias 500, 1.000, milhares de corruptos e a corrupção continuará, neste País, na medida em que as estruturas que produzem a corrupção permaneçam idênticas a si mesmas.

No caso do inquérito que V. S^{a} apreciou, preliminarmente, a autoridade policial se fixou num fato paradigma, isto é, o fato paradigmatizava uma sequência ou uma multiplicidade de fatos semelhantes ou da mesma natureza. Aqui há uma estrutura que produz fatos irregulares, que é, no caso, a intermediação, é uma estrutura que produz escritórios cuja corretagem tem como mercadoria um ato de administração pública.

V. Ex^{a} há de convir comigo que é muito mais importante elimintar esta estrutura do que colocar alguém na cadeia em razão disso, embora, isto também seja necessário. Minha pergunta é se não está nas atribuições da Procuradoria da República em casos semelhantes, verificar que não se trata de um fato criminoso, trata-se de um fato criminoso paradigma e isso significa que ele é apenas o exemplo de uma multiplicidade de fatos criminosos e que essa multiplicidade está sendo multiplicada por geração espontânea dentro da estrutura administrativa; aqui é que está a gravidade, nós somos inocentes.

A teoria tradicionalista da corrupção era a teoria da corrupção individualizada. Santo Agostinho colocava o pecado em relação com a *voluntas*; mas São Tomaz de Aquino, no fim da Idade Média, já contestava isso — precursor da sociologia, já dizia: "Não, não se trata de uma relação entre o pecado e a *voluntas*, trata-se de uma relação entre o pecado generalizado e multiplicizado e um hábito, isto é, uma estrutura social que gera o equívoco, que gera o pecado, que gera o crime, que gera o ilícito."

Pergunto a V. S^{a} se não está nas atribuições da Procuradoria-Geral da República levantar esta questão, muitas vezes mais relevante que qualquer questão de denunciar A, B ou C; V. S^{a} sabe que o Direito Penal é uma instituição falida no mundo inteiro.

Agora, nós precisamos restaurar a saúde das estruturas administrativas deste País, e quero saber quem é responsável por isso, quem deve fazer isso, porque nós, aqui, ao contrário do que acontece numa delegacia de polícia, não estamos muito interessados no indivíduo corrupto; sinceramente, seria muito pequeno isto para nós. Estamos, isto sim, interessados em denunciar, porque este País não tem como modificar, não tem como modificar se deixarem intactas essas estruturas que produzem essas corrupções. No caso da intermediação é sensível; um escritório de intermediação ou corretagem, que tem como mercadoria o ato de administração pública, só é possível na medida em que esse ato de administração pública não é naturalmente realizado.

Quem é? É a Procuradoria-Geral da República que deveria fazer o levantamento desse desastre? Porque nos, aqui neste País, temos estruras administrativas que funcionam ao revés, pelo menos indiciariamente percebi isso no depoimento de ontem. Quer dizer, colocam-se pessoas dentro da administração para desmanchar a administração. Por exemplo, se há um objetivo de privatizar algo que está estatizado, coloca-se gente dentro da estrutura estatal para desmanchar a estrutura, quando seria muito mais claro fazer um ato dizendo que não existe mais, que acabou. Não, primeiro se desmoraliza para, depois, se privatizar. São fenômenos profundos, impressionantes, perseguir um "Aníbalzinho" é coisa muito pequena num País onde as estruturas estão fantasticamente irregularizadas, desregularizadas; há uma desregularização progressiva e sistemática neste País em determinada dimensão da administração. Quem vai ver isso? Não é função, não está entre as atribuições da Procuradoria-Geral da República, do Ministério Público? Nós não temos quem possa fazer isso?

É a pergunta.

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Senador, acho que o fundamental, a meu juízo, dentro de uma Constituição democrática, que é eterna, repousa no fortalecimento das instituições. Acho que essa é a grande tarefa — só como opinião de alguém do povo — acho que essa é a grande tarefa que temos que enfrentar

neste País, neste momento histórico, fortalecer todas as suas instituições, o Legislativo, o Judiciário, o próprio Executivo, o Ministério Público, enfim, porque Constituições fortalecidas, pouco importa a pessoa que no momento histórico condicionado lidere aquela voz daquela instituição, porque ela será forte bastante para não se deixar corroer por esses vermes todos que V. Exª fala.

No plano de controle da administração, pela própria administração, o Ministério Público não tem atribuições, sabe bem V. Exª O Ministério Público tem a sua atuação limitada ao campo judicial.

Agora, viajei pela Espanha, e sem querer imitar nada, mas simplesmente para um ponto de reflexão, acho perfeitamente possível passar realmente por um plano de discussão séria, quem sabe a instituição da figura do Defensor *del pueblo*, que é indicado, lá que era uma figura de extremo relevo, extrema isenção, porque indicado, fruto de um acordo entre todos os partidos políticos desde a extrema esquerda à extrema direita. Então esse era um homem do Legislativo, para ouvir o povo contra os atos da propria administração pública, serem questionados diante dela própria, com um mandato a ser cumprido parece-me que essa experiência da Espanha democrática mereceria a nossa reflexão.

Acho que, aí, não é atuação do Ministério Público, o controle da administração pública *interna corporis*. Nós teríamos a atuação no aspecto judicial, na persecução criminal, na preservação do campo judiciário, de todas as condições de convivência sadia e passamos pela defesa das minorias, do meio ambiente, do consumidor, do patrimônio histórico, porque este País não tem memória — meu Deus, um país que não tem memória está fadado ao insucesso. Então, acho que a grande missão do Ministério Público e estou me lançando nela de corpo e alma — é começar a mostrar para a sociedade brasileira tendo em mente que ela tem voz no campo judicial, e somos nós; daí por que advogo, e a Constituinte também colocou claramente isso, eu estou me lançando nela de corpo e alma, é começar a mostrar, para a sociedade brasileira, tendo em mente que ela tem voz. No campo judicial, somos nós. Daí por que advogo, e a Constituinte colocou claramente isso, a designação pelo Procurador-Geral da República, com plena independência, com a fiscalização do Senado. Não é apresentação de currículo aqui, não; é sabatina mesmo, para que ele seja Procurador-Geral da República. Não é com mandato certo e com a destituição só por *impeachment*. Esse é o meu primeiro ponto de vista.

Agora, o segundo ponto diz respeito ao sentido da percepção criminal. Veja V. Exª — eu disse antes — não tenho, embora alguns Promotores e mesmo alguns Procuradores da República o tenham, mas eu não tenho o chamado "delito percecutório". Agora, eu quero lembrar aqui uma frase do saudoso Heleno Cláudio Fragoso, que também exige uma meditação. Dizia, com inteira propriedade, Professor Heleno Cláudio Fragoso: "O Direito Penal deste País vai continuar sendo o Direito Penal dos pobres, dos pretos, das prostitutas". Com esse País, quando se apresente um evento ilícito, cujo responsável é alguém da sua elite, vai mostrar ao povo brasileiro que quem é da elite também responde a um delito. Não é uma situação singela, se não estaríamos pegando uma pessoa ou outra, não é isso. Nós só queremos mostrar à sociedade brasileira que o Ministério Público, ao acusar, não vê cara e nem vê cor. O ato de acusar, se é um ato doloroso, e é sem dúvida alguma um ato doloroso, mas é um ato importante, não só para a paz social, mas também — e acho isso muito importante — para o efeito didático. Porque justiça é convivência entre as pessoas. Como é que nós poderemos falar numa convivência sadia entre as pessoas? Só aquelas que estão na ralé da sociedade é que têm "contra si a justiça"? Então, mais de uma acusação pela acusação é também uma demonstração à sociedade brasileira que a lei há de atingir a todos, como eu disse antes. Só num regime arbitrário é que alguém, que é detentor do Poder, se intitulará acima de qualquer suspeita. Mas, num regime autenticamente democrático, os Srs., eu, todos nós, que de uma forma ou de outra, estamos comprometidos com a causa pública, temos que ser efetivamente fiscalizados, e não estamos acima de qualquer suspeita.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Essa era a única pergunta que eu tinha a fazer. Aproveito o ensejo para uma colocação, em caráter de sugestão. Sensivelmente, nós não dispomos de nenhum mecanismo, na estrutura jurídica e administrativa do País, para um combate à corrupção sistêmica, porque todos os órgãos, cuja atividade envolvem a análise, a investigação, a prova, a denúncia, e o julgamento da corrupção são órgãos que, funcionalmente, estão obrigados a individualizar, a atomizar os comportamentos. Então, fica aqui esta sugestão, no sentido de que, como nós somos de Comissão Parlamentar de Inquérito e temos a condição de investigar, analisar, e opinar a respeito, talvez não exista nada mais importante, na história desta Comissão, do que chegarmos ao diagnóstico desta ausência de um mecanismo fundamental, para manter as estruturas do País em condições de não gerar corrupção sistemática. Era o registro que eu queria fazer.

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu concordo plenamente com que o Senador José Paulo Bisol acaba de falar, mas, como nós ainda não temos esse mecanismo de combate à corrupção sistêmica, eu vou, infelizmente, individualizar uma pergunta à V. Sr. O Ministro Bresser Pereira disse a esta Comissão que há corruptos bem próximo do Governo. A Procuradoria da República tomou alguma providência em relação ao ministro?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Da minha parte, eu não sei de nada. Essa pergunta seria em que sentido?

O SR. ITAMAR FRANCO — Nós temos lido de que haveria, por parte do Procurador-Geral da República, evidentemente, não estou dizendo que são informes, de que a Procuradoria teria tomado providências para saber das declarações do ministro nesta CPI?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Não; isso aí não foi comentado, só sei pela imprensa.

O SR. ITAMAR FRANCO — Isso é importante, porque a imprensa tem divulgado que a Procuradoria teria tomado, em relação ao ministério, em face das suas declarações a esta CPI, que haveria um processo crime.

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Isso eu li também, mas o Procurador-Geral não comentou esse assunto comigo.

O SR. ITAMAR FRANCO — Até o momento, V. Sª pode dizer que a Procuradoria não tomou conhecimento dele?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — É do meu desconhecimento.

O SR. ITAMAR FRANCO — Seria desconhecimento, também, do Dr. Procurador-Geral?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Não sei. Aí cabe a ele responder.

O SR. ITAMAR FRANCO — Era o que gostaria de saber.

Sr. Presidente, de minha parte, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Sr. Cláudio Fonteles, quero fazer minhas as palavras do ilustre Senador José Paulo Bisol e, em especial, no que toca ao Dr. Procurador-Geral da República, eu, pessoalmente, o considero um homem honrado, e, portanto, as nossas referências aqui são muito mais em termos de estrutura.

V. Sª acabou de dizer, em resposta a uma pergunta do eminente Senador Maurício Corrêa, que seu ponto de vista pessoal era no sentido de que os elementos de convicção recolhidos pela peça inquisitorial lhe dariam condições, como órgão do Ministério Público, de formalizar a peça acusatória, a denúncia. Pediria, a V. Sª, Dr. Cláudio, tendo em vista também uma resposta que V. Sª deu a uma outra indagação, que considerava que seriam dois os ilícitos tipificados, prevaricação e supressão de documentos, então, pediria o seguinte: o Sr. considera que é perfeitamente possível fazer a precisa descrição de fatos pretendidamente delituosos, em denúncia, ou seja, é perfeitamente possível fazer-se uma descrição desses fatos pretensamente delituosos numa denúncia?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — V. Sª considera também perfeitamente possível à determinação precisa da autoria desses ilícitos pretendidamente ocorridos?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Sim. A meu juízo, entendo que, sem dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — V. Sª também considera perfeitamente possível configurar a co-autoria, no caso?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Em alguns aspectos, sim.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — É evidente que a tipificação que V. Sª considera é a de prevaricação e supressão de documentos. Pediria a V. Sª que informasse em que fato estaria, naturalmente, descrito numa denúncia, se fosse oferecida por V. Sª? V. Sª viu prevaricação, por exemplo? Qual ou em quais eventos V. Sª entendeu haver ocorrido o comportamento típico de prevaricação, de retardar ou deixar de praticar ato de ofício, por interesse pessoal?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Senador, na medida em que considerei o que me foi posto para analisar, presente a supressão de documento, como para ocultar que um primo-irmão não fazia parte do Serviço Público, por que a pessoa então fez ocultar esse documento? Por que? Se essa pessoa fosse, efetivamente, servidor público, como, a meu juízo era e, diante dos fatos apresentados pela Imprensa, competiria a abertura de um inquérito administrativo para apuração desta falta grave.

Ora, se a pessoa não é membro do Serviço Público, não havia por que o administrador público abrir inquérito administrativo. Em assim fazendo, o autor foi ditado pelo quê? Para proteger o seu primo-irmão, por um capricho pessoal? Porque realmente não há nos autos, em relação ao ex-Ministro Aníbal Teixeira, nenhuma evidência concreta de que S. Exª tenha solicitado ou recebido numerário, o que aí, sim, deslocaria para a corrupção passiva. Mas, a meu juízo, há nos autos essa evidência de que aconteceu uma supressão de documentos, para evitar-se um processo investigatório em torno de uma pessoa a ele ligada por parentesco, aí o tipo penal do sentimento pessoal da prevaricação.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Aí V. Sª se refere à questão da prevaricação e supressão de documentos como dois ilícitos desonestos.

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Em concurso formal, são condições autônomas que convergem.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Perfeitamente. Quer dizer que V. Sª só entendeu a existência, como fato típico, de ilícito aí neste ponto. Pergunto o seguinte: foram vários os eventos objetos de apuração na esfera policial envolvendo o ex-Ministro Aníbal Teixeira e outras figuras do Governo. A pergunta é a seguinte: V. Sª só detectou a ocorrência de ilícito para efeito de oferecimento da denúncia, nesse aspecto da supressão do documento e da prevaricação em que nele estava...

O SR. CLÁUDIO FONTELES — No caso Valência, sim, em relação à conduta do ex-Ministro. Agora, há condutas de outras pessoas envolvidas; são oito indiciados se não me falha a memória.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Quer dizer, V. Sª entendeu que outros também tiveram condutas passíveis de ensejar uma denúncia? Quais?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Os empresários que se propuseram a participar de uma concorrência fraudulenta, obviamente eu caracterizei como concorrência fraudulenta. O assessor do ministro que é seu primo-irmão, seu sócio e o intermediário, eu entendi, aí sim, caracterizada a corrupção passiva com a concorrência fraudulenta.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Perfeitamente, estou satisfeito. Há mais alguma indagação a ser formulada? (Pausa.)

V. Sª deseja fazer alguma consideração?

O SR. CLÁUDIO FONTELES — Não, nenhuma, a não ser agradecer o tratamento que me foi dispensado pela Comissão em me por sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — A Presidência também encarece e se vê obrigada a encerrar a presente reunião tendo em vista a sessão do Senado, neste momento, e agradece muito o comparecimento de V. Sª e as valiosas informações que prestou a esta Comissão. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

33ª Reunião, realizada em 31 de maio de 1988

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às dez horas e cinco minutos, na Sala da Comissão de Finanças, presentes os Senhores Senadores José Ignácio Ferreira (Presidente), Carlos Chiarelli (Relator), Itamar Franco, Chagas Rodrigues, Maurício Corrêa, Jutahy Magalhães, Mendes Canale, José Agripino Maia, José Paulo Bisol e Severo Gomes, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar em profundidade as denúncias de irregularidades, inclusive corrupção na Administração Pública ultimamente tornadas tão notórias pelos meios de comunicação.

Presentes, ainda, os Senhores Senadores Alexandre Costa, Edson Lobão e Aureo Melo. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Affonso Camargo e Mansueto de Lavor.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão e solicita seja dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada.

Com a palavra, o Senhor Senador Itamar Franco, solicita a transcrição, nos Anais do Senado Federal, interpelação feita pelos Membros da CPI ao Senhor Presidente da República, através do Dr. Raimundo Faoro. Solicita, ainda, que a Presidência oficie ao Ministro José Reinaldo Tavares e ao Tribunal de Contas da União para saber se o Dr. Emanuel Raimundo Coimbra Tabosa, Procurador do DNER, elaborou algum Relatório sobre a Sunamam, apontando irregularidades ocorridas naquela Superintendência. As solicitações são deferidas pela Presidência.

Com a palavra, o Senhor Senador Maurício Corrêa, declara que ouviu entrevista do Ministro Antônio Carlos Magalhães, na qual Sua Excelência confirma ter um dossiê contra os Membros da CPI. Por essa razão, entende que a Comissão deve tomar providências no sentido de convocar o Ministro para depor perante o Plenário do Senado Federal.

O Senhor Presidente, sugere que o assunto seja discutido em uma reunião informal.

A seguir, convida o Dr. Richard Klien, Diretor Financeiro da Transroll, para tomar assento à Mesa. Após o juramento de praxe, inicia seu depoimento focalizando a criação da Transroll; suas atividades; a compra da Kommar (navio Karisma); os Projetos apresentados pela empresa ao BNDES; a Resolução nº 9.101, da Sunamam; Navios Estrangeiros e Navios Brasileiros; Desdolarização; Destinação do AFRMM e a entrada da Transroll na Conferência Brasil—Europa—Brasil.

Prosseguindo, passa-se à fase interpelatória, quando usam da palavra, pela ordem, os Senhores Senadores Carlos Chiarelli, José Paulo Bisol, Maurício Corrêa, José Ignácio Ferreira e Chagas Rodrigues.

Com a palavra, o Senhor Senador Carlos Chiarelli, solicita que a Presidência requisite cópia autenticada do processo movido pela Kommar contra a União. Em face ao adiantado da hora e abertura dos trabalhos da Constituinte, o Senhor Presidente suspende os trabalhos da Comissão propondo a continuidade, amanhã, às nove horas e trinta minutos.

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e oito, na Sala da Comissão de Finanças, o Senhor Presidente reabre os trabalhos da Comissão e dando seqüência à fase interpelatória, usam da palavra, ainda, os Senhores Senadores Carlos Chiarelli, José Ignácio Ferreira, Alexandre Costa, Maurício Corrêa, José Paulo Bisol e Chagas Rodrigues.

O Senhor Presidente suspende os trabalhos da Comissão até o término dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Reabertos os trabalhos da Comissão, assume a Presidência o Senhor Senador Itamar Franco e comunica que, em face da reunião da Assembléia Nacional Constituinte, a realizar-se às dezoito horas e trinta minutos, irá encerrar a reunião, convocando o Dr. Richard Klien, para reunião no próximo dia treze do corrente mês.

Com a palavra, o Senhor Senador José Paulo Bisol, solicita que seja convocado um Diretor da Hipermodal, para prestar depoimento perante a CPI.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos da Comissão às dezessete horas e quarenta minutos e, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 33ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 22, DE 1989, DESTINADA A INVESTIGAR EM PROFUNDIDADE AS DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES INCLUSIVE CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ULTIMAMENTE TORNADAS TÃO NOTÓRIAS PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO DR. RICHARD KLIEN, DIRETOR FINANCEIRO DA TRANSROLL, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador *José Ignácio Ferreira*
Relator: Senador *Carlos Chiarelli*

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Está aberta a reunião.

Indago aos Srs. Senadores se desejam ouvir a leitura da Ata da reunião anterior ou se a mesma pode ser dispensada. (Pausa.) Dispensada a leitura da Ata.

A Presidência concede a palavra ao eminente Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO - Sr. Presidente, primeiro, gostaria de solicitar a V. Exª que consulte Comissão para a transcrição nos Anais do Senado de nossos trabalhos, da interpelação, não da CPI, mas da que fizemos a Sua Exelência o Senhor Presidente da República, através do Dr. Raymundo Faoro. É a minha primeira questão para V. Exª. A segunda, gostaria que V. Exª oficiasse ao Ministro José Reinaldo e ao Tribunal de Contas da União para indagar o seguinte: se o Dr. Emanoel Raimundo Coimbra Tabosa, Procurador do DNER, fez algum relatório sobre a Sunamam, e se esse relatório está de posse do ministro ou se já está de posse, já, do Tribunal de Contas da União. Porque, segundo informações chegadas a mim, o Dr. Tabosa concluiu por certas irregularidades em relação à Sunamam. E esse inquérito, então, precisamos saber se foi presidido por ele, se se encontra em poder do Ministério dos Transportes, porque foi feito na gestão do Ministro José Reinaldo, ou se já se encontra de posse do Tribunal de Contas da União.

Então, V. Exª poderia oficiar não só ao Tribunal de Contas, mas ao próprio ministro solicitando essas informações, caso elas sejam realmente verdadeiras.

O nome do Procurador do DNER é Dr. Emanoel Raimundo Coimbra Tabosa.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — A Presidência determina à secretaria a adoção das providências que foram solicitadas, caso o Plenário não faça nenhuma objeção. E também determina a transcrição nos Anais dos trabalhos desta CPI quanto à notificação a que se referiu o nobre Senador Itamar Franco.

Concedo a palavra ao eminente Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, para uma observação rápida. Na sexta-feira passada presenciamos aí os estrépitos da entrevista dada pelo Sr. Antônio Carlos Magalhães, a respeito de sua insistência com relação, a dossiê com relação aos membros desta CPI. Quero dizer a V. Exª, concitá-lo, inclusive, e a todos os outros Srs. Senadore que integram esta CPI, que nós temos que tomar uma providência. S. Exª o Sr. Ministro alega que quer depor perante a CPI, que deseja depor perante o Senado, e espera que uma interpelação nossa para oferecer essas denúncias, diz existir contra nós, perante o Poder Judiciário, e que se não conseguir concretizar nenhuma dessas alternativas que ele convocará uma entrevista com toda a imprensa para dizer o que tem contra nós.

Ora, Sr. Presidente, acho que chegou o momento de examinarmos isso com mais nitidez, com mais tranqüilidade e convocar o Sr. Antônio Carlos Magalhães para depor. Não diria à CPI, porque está com os seus trabalhos restritos aos problemas da intermediação, mas ao próprio Senado da República. Gostaria de dizer a V. Exª que gostaria de ter a presença do Dr. Antônio Carlos Magalhães no plenário do Senado, para expor ao Brasil o que ele tem contra nós. Dir-se-á que ele tem grande parte das emissoras de rádio e de televisão e que sairia uma meia verdade e, evidentemente, que a parte relativa ao contraditório, ou posição que decorrer dos nossos questionamentos não seria divulgado.

Mas, Sr. Presidente, eu me sinto inteiramente constrangido perante a opinião pública brasileira, perante os meus amigos e perante até os meus familiares, se não tomarmos uma medida concreta com relação à vinda do Sr. Antônio Carlos Magalhães. Creio que ninguém aqui teme a sua presença, mas temos que encarar isso com seriedade e admitirmos que o mais correto, o mais prudente, o mais certo será a sua presença no Senado para prestar esses esclarecimentos à Nação brasileira. Era o que tinha a dizer.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — V. Exª tem a palavra, eminente Senador Carlos Chiarelli.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sr. Presidente, em primeiro lugar, acho que deveríamos, neste momento, tomar o depoimento que está atrazado. Mas já que o ilustre Senador Maurício Corrêia levantou esta outra questão, volto a afirmar aquilo que tenho defendido pertinente e continuadamente. Em primeiro lugar, esta história de dossiê é a mais deslavada e absoluta chantagem desmoralizada pelo patrão do Ministro. Falamos com a matriz ao invés de falar com a filial, e por meio do Poder Judiciário, através de uma interpelação do Supremo Tribunal Federal, inquirimos o Presidente da República, como Presidente da República, como Titular do Governo se havia ou não dossiê. Sua Execelência não confirmou e não apresentou nada. O que está falando agora está, apenas e tão-somente, exercendo um cargo de confiança. Mas se ele tem e não entregou para o seu Chefe, feriu um princípio de hierarquia e, aliás, mentiu, porque todos os órgãos de imprensa tinham entrevistas suas de que ele havia entregue o tal do dossiê.

Agora, o que não concordo é que nós nos limitemos a fazer o jogo que interessa a essa pessoa que tem o objetivo claro, primeiro, fazer o que nós estamos fazendo aqui, ao invés de darmos continuidade à investigação de irregularidade no Governo, ficarmos preocuperados com as suas "tentativas" de denúncias, tirando-nos do caminho.

Em segundo lugar, levar-nos a discutir naquele campo que lhe interessa, dentro da CPI ou dentro do plenário do Senado. Estou de pleno acordo que se convoque, aliás, assinei o requerimento à época que era Líder, para dar urgência à vinda dele ao Plenário. Acho que em matéria de CPI, ele tem que vir à de concessão de rádio e televisão, presidida pelo atual Líder do PFL, e que está paralizado há oito meses, sem atividade. Lá é que ele tem que vir depor. Ele tem muita coisa para explicar. Quer dizer, ele tem uma CPI específica para explicar. Tenho um requerimento no Plenário, não tenho nenhuma objeção. Mas, agora, há uma coisa, e gostaria de dizer ao Senador Maurício Correa; acho que só se pode aprovar no Plenário e marcar a data no momento em que S. Exª o Sr. Ministro das Comunicações, com o poder que tem e com o uso indevido que faz das cadeias de televisão no Brasil, der um horário por requisição. Ele não está nos desafiando? Ele não quer que o povo conheça o dossiê? Pois, então, que ele requisite uma cadeia de televisão por uma hora e nós vamos discutir. Ele pode escolher um, qualquer um dos onze, ele escolhe, e nós vamos discutir. E aí nós vamos poder dizer ao povo brasileiro coisas que não estão saindo na televisão, porque ele não deixa sair. É este o problema, não podemos ser ingênuos. Está havendo uma enorme estrutura de pressão publicitária, há contras publicitárias do Governo que estão sendo cortadas dos canais que estão dando combertura à CPI, não se está permitindo que a televisão oficial divulgue os trabalhos da CPI, duvido que os Srs. encontrem notícia ou entrevista, e as paraoficiais também.

Então, acho ingênuo, não vamos discutir perante o Senado, vamos discutir perante a Nação. Ele vai mostrar, então, se tem ou não dossiê, e nós vamos contar o outro lado da história, as coisas que aconteceram aqui dentro e que não se deixa sair. Daí fica ótimo. Acho que esta é a minha proposta à CPI, que aprove uma nota e divulgue para todos os meios de comunicação e desafie o Ministro da Comunicações. Ele é todo poderoso, ele usa, ele, afinal das contas, concede, administra, ele requisita, ele dá entrevistas, ele não quer falar? Mas para falar para 70 Senadores, ele fala para 140 milhões de brasileiro. É muito melhor, é muito mais transparente. E pronto, ele escolhe, somos doze aqui, ele escolhe qualquer um de nós, vai lá e debate com ele, que mostra o que tem, mas vamos mostrar o que sabemos. E vai ficar desmoralizada essa

basófia toda aí. Ele quer brincar de valente, fazendo essas denúncias vazias, não vai nos induzir a jogar no campo dele com a torcida dele, com juiz dele e com o bandeireinha dele. Essa é a questão, vamos jogar em campo neutro.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Respeito a opinião de V. Exª, se me permite, mas o Ministro está dizendo que tem um dossiê contra nós.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — É ele que tem o poder de requisitar uma cadeia de televisão, que ele faça isso.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - É verdade que houve uma interpelação ao Senhor Presidente da República, que negou. Mas o ministro insiste em querer vir depor, ou perante a CPI ou perante o Senado. Acho *data venia* da argumentação de V. Exª, que o ministro tem o direito de vir aqui ao Senado expor e dizer o que tem contra nós. Ele não está dizendo que tem? Eu quero saber o que ele tem contra mim, por exemplo, o que tem contra V. Exª. Não há nenhum receio. Agora, o que não pode haver é essa dúvida que está existindo, de que ele tem um dossiê e nós estamos nos acovardando em não querermos recebê-lo ou na CPI ou no Senado. Acho que ele tem que vir aqui para uma questão inclusive de isenção, melhor, uma questão de colocar as coisas a limpo. Estou sentindo que, na medida em que ficamos calados e não aceitamos isso, estamos nos comprometendo perante a opinião pública brasileira. Ele disse que tem um dossiê contra nós, agora, porque ele tem um rádio e uma televisão na mão vamos ficar calados? Não. Então, no dia em que ele vier aqui, vamos fazer essa proposta para ele: V. Exª detém o controle das rádios e televisões, mas tem que facultar o contraditório que está sendo travado aqui, que poderá ser estendido numa rede nacional de rádio e televisão. O que não podemos é silenciar. Acho que o ministério deverá vir aqui, é um ministro de Estado, diz que o Presidente não tem nada a ver com isso e que ele tem um dossiê. Então, ele deverá dizer aqui qual foi o tipo de crime que praticamos. Acho que é um direito que temos, aliás, é um direito que o eleitor brasileiro, o cidadão brasileiro tem de saber o que existe contra nós. O ministro diz que tem, toda hora afirma isso, pode ser por uma questão publicitária dele, mas nós temos o direito de saber dele, do Senado, o que existe contra nós.

Eu discordo de V. Exª.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Exª não está discordando, V. Exª está limitando a abrangência da proposta. Estou dizendo que assinei a urgência e por mim ele pode vir amanhã, acho ótimo que ele venha, só não concordo é que quando terminar o debate na televisão, à noite, vai sair a versão dele e não a nossa. Então, não podemos ser ingênuos e inocentes.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Senador Carlos Chiarelli, podemos propor isso ao Senado, discutir isso claramente, a imprensa estará presente, verificará o que vai acontecer. Temos o direito de que as nossas oposições, o nosso contraditório apareça para a opinião pública também, por que é que não?

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Qual é o incoveniente, que medo nós temos de fazê-lo perante a opinião pública nacional inteira?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Mas nada prejudica que façamos isso, mas que ele venha aqui no Senado e deponha, uma coisa não prejudica a outra.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Ele pode vir todos os dias, agora o debate...

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Vamos aqui, publicamente, no Senado, fazer desafio a ele.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Mas, senador, não adianta nada fazer a sessão no Senado porque não vai ser divulgada Sr. Senador.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sim, o que não pode é continuar do jeito que está.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Se não fizer ao vivo, na hora vai ser cortado. Será que não vamos entender esse fato concreto? Então, vamos fazer ao vivo, na hora, e faz outra aqui no Senado, no mesmo dia, não tem problema algum, amanhã, se se quiser fazer. Agora, vamos fazer um debate para que o povo veja, que não seja précondicionado, que não seja dependente, que não seja editado.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Mas, Senador Chiarelli, as televisões estarão aqui no plenário, as rádios, os jornais estarão aqui e poderão, exatamente...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Os jornalistas ficarão assistindo, vão querer divulgar, agora, quero saber se vai sair.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Eu sei, Senador.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Tem saído tudo da CPI, Senador?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Claro que não. Mas aí não é só o Ministro das Comunicações, o que eu acho é que por causa disso nós não podemos nos omitir, é um dever que temos de chamá-lo aqui para denunciar à opinião pública o que existe contra nós.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Mas, Senador Maurício Corrêa, ouça bem, vemos aprovar e dizer o seguinte, duas hipóteses: no dia do debate, à noite, há uma cadeia de televisão para debater, o que ele transmite ao debate, são condicionantes para realizar o debate, ele transmite o debate no Senado, não tem problema nenhum.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — O que eu acho, Senador Chiarelli, é que enquanto V. Exª pede, suplica ao Ministro das Comunicações que forme essa rede de rádio e televisão para o debate, isso nunca vai ocorrer.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Por quê?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Porque até hoje ele não consentiu, evidentemente. Então, vamos trazê-lo aqui no Plenário do Senado.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então ele é fujão, é isso. É esse o problema, é isso que tem que ficar claro. Que não passa de basófia, bravata, que essa coragem é falsa, que esses dossiês não existem.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Mas, em nome da potestividade que ele exerce como detentor dos meios de comunicação, não podemos nos prejudicar, sem que ele venha aqui para dizer o que existe.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — A Presidência pondera aos eminentes Senadores que essa controvérsia poderia ser dirimida por nós mesmos em um contato particular que tivéssemos.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Foi o que eu propus aqui antes, V. Exª deve ter examinado bem o que eu disse.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Para que pudéssemos ouvir o depoente, se é que V. Exªs não se opõem, a Presidência passa a palavra ao eminente Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Estou de acordo com V. Exª e acho que o Senador Maurício propôs isso, e ele tem razão. Temos três caminhos, não vamos discutir, porque V. Exª já determinou, é a convocação na CPI e no Senado, Senador, e não acho vantagem, porque, evidentemente, o Ministro fala e só temos 10 minutos para interpelá-lo. Mas o Presidente do Congresso, que é o Senador Humberto Lucena, tem o direito e o dever de convocar uma rede de rádio e televisão. Isso é que é importante. Se a imprensa não puder dar, por esse ou aquele motivo, Senador Chiarelli, vamos pedir ao Presidente do Congresso que faça a convocação, exatamente o que queremos. Então, como o Presidente já deliberou que vamos estudar, e proponho, Sr. Presidente, que na primeira reunião interna, ainda esta semana, ainda hoje, se for o caso, examinemos o caso do Ministro das Comunicações. E o Presidente do Congresso tem a obrigação e o dever, nesse instante em que Senadores são acusados, através de um dossiê, S. Exª deve convocar e solicitar ao Ministro que diga o que sabe e esperar as nossas respostas, já que V. Exª já propôs que seja discutida uma reunião interna, acho que nós podemos passar a ouvir o depoente.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Muito bem, já que está presente o Sr. Richard Klien, Diretor Financeiro da Empresa Transroll, a Presidência solicita o seu comparecimento perante a Mesa para tomar o seu juramento e subseqüente prestação do depoimento.

Sr. Richard Klien, o Código Penal dispõe no art. 342, sob as penas do falso testemunho. V. Sª jura dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.

O SR. RICHARD KLIEN — Juro.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Por favor, tome assento.

V. Sª poderia me dizer o seu nome completo.

O SR. DEPOENTE — Richard Klien.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — A sua idade e o seu estado civil?

O SR. RICHARD KLIEN — Tenho 38 anos e sou divorciado.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — A sua residência?

O SR. RICHARD KLIEN — Rua Engenheiro Pires do Rio, 370, Itanhagá, Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — E a sua atividade profissional e local onde a exerce?

O SR. RICHARD KLIEN — Sou economista e trabalho na Transroll Navegação S.A., Avenida Almirante Barroso, 139, 2º andar.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Qual o seu cargo lá?

O SR. RICHARD KLIEN — Diretor financeiro.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Sr. Richard, V. Sª, inclusive pela imprensa, instou junto a esta Comissão, de público, no sentido de que viesse a prestar este depoimento. V. Sª certamente está bem ciente dos fatos que inclusive motivaram os apelos de V. Sª a esta Comissão e que foram prontamente atendidos em virtude da importância do seu depoimento.

Diante destes fatos, certamente se torna dispensável maiores depoimentos acerca do depoimento precedente que deve ser do seu inteiro conhecimento. A Presidência indaga de V. Sª se deseja fazer preliminarmente uma exposição, para, subseqüentemente, ser ouvido ou se dispensa essa exposição e passa de logo a ser ouvido.

O SR. RICHARD KLIEN — Eu elaborei durante esse fim de semana uma exposição que, acredito, muito importante ser ouvida pelos Exmºs Senadores.

O SR. MENDES CANALE — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Tem a palavra o nobre Senador Mendes Canale.

O SR. MENDES CANALE — Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª, em decorrência das perguntas inicialmente feitas, perguntasse ao depoente sobre a composição da empresa, dessa companhia Transroll, porque ele como diretor financeiro deve ter conhecimento de toda a empresa com os nomes dos diretores e...

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — V. Exª deseja fazer essa pergunta logo antes da exposição?

O SR. MENDES CANALE — Exato, para colocar exatamente dentro da pergunta inicial que V. Exª fez quando estava procurando qualificar o depoente.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Então V. Exª tem a palavra para esse esclarecimento inicial e, depois, para a sua exposição.

O SR. RICHARD KLIEN — Na minha exposição eu trato desse assunto, mas eu vou me antecipar então.

A Transroll é uma empresa que tem como acionista a transportes FINK S.A, que é uma empresa que foi fundada pelo meu avô, tem o meu sócio, o comandante de Mar e Guerra reformado Washington Barbento de Vasconcelos, tem a Transtermar S.A. e tem a Transportes S.A. e tem a minha pessoa como sócio.

Se V. Exª permitisse eu voltarei à minha apresentação.

Exmº Sr. Presidente desta Comissão, Senador José Ignácio Ferreira, Exmº Sr. Senador Itamar Franco, digníssimo Vice-Presidente; Exmº Sr. Senador Mendes Canale; Exmº Sr. Senador Agripino Maia; Exmº Sr. Senador Maurício Corrêa; Exmº Sr. Senador Chagas Rodrigues; e Exmº Sr. Deputado Mauro Campos; Exº Sr. Senador Alexandre Costa; Exmº Sr. Senador Edison Lobão, prezados srs. prezadas srªs.

Quero, inicialmente, agradecer a V. Exªs a oportunidade que me foi concedida de comparecer a esta Comissão para restabelecer a verdade dos fatos, tão agredida pelo Sr. Maurício Santana no depoimento que aqui prestou.

Sempre trabalhei na área dos transportes. Comecei minha vida trabalhando na empresa fundada por meu avô em 1924, a Transportes Fink, e depois na Transroll Navegação, que ajudei a fundar em 1977.

Tenho orgulho dessas realizações, que são o fruto de trabalho sério e honrado.

Tenho orgulho de prestar um bom serviço aos meus clientes, pois é assim que se constroi uma empresa. E é através da livre iniciativa de trabalhar e empreender que estamos todos nós brasileiros construindo a grande nação que é o Brasil.

A Transroll começou de um sonho de modernizar o transporte marítimo de carga geral no Brasil e é hoje uma saudável realidade, elogiada por todos aqueles a quem presta serviços.

É também uma empresa conhecida e respeitada internacionalmente no setor em que opera. Estarei dia 7 de junho próximo na Suécia pronunciando palestra sobre o futuro do transporte intermodal no Brasil, na Conferência RO/RO 88, ao lado dos principais armadores especializados dos Estados Unidos e da Europa.

Senti-me profundamente atingido pelas declarações feitas nesta CPI pelo Sr. Maurício Santana, pois atingem o meu maior patimônio, o meu nome, e o maior patrimônio da Transroll, a sua boa reputação.

Não deveria me importar com esses ataques, pois sei que são falsos e infundados. sei que partem apenas de um concorrente comercial, a empresa de navegação Aliança, da qual o Sr. Murício Santana é empregado.

Não deveria me importar porque são evidentes no depoimento do Sr. Maurício Santana a parcialidade e a intenção caluniosa. A pretexto de defender os marítimos brasileiros, escolheu a minha empresa entre mais de quarenta armadores brasileiros para responsabilizar por todos os males que afligem a classe.

"Leading International Owners to open The RoRo debate

Dr. Guido Grimaldi will join the previously announced panel of leading shipowners, when he addresses the RoRo Conference on June 7 in Gothenburg. His distinguished contemporaries on the platform will be the senior executives of Crowley Maritime Corporation, National Shipping Company of Saudi Arabia, ACL Canada Inc., and Transroll Navegação.

Much interest will be centred on the words of Dr. Grimaldi whose Mediterranean-based Group's main assets are 14 RoRo vessels, including four new buildings which are arguably the most innovative PCC's ever designed, with exceptional ability to carry multi-mondal cargoes such as containers and even passengers.

Innovation is endemic in the thinking of the Crowley Maritime Corporation, CMC, the largest privately-owned United States shipping company, pioneered the operation of the world's largest RoRo barges, and has continued to developists services to Latin America in the 1980's It has now expanded cargo ship operations to Northern Europe, the UK and the Azores, the entire Caribbean, both coasts of South America, and to the Far East. Units aequired or formed during this period include Crowley Caribbean Transport (CCT) and American Transport Lines (Am Trans).

The Am Trans units were placed in a new Atlantic Division last year which now also includes the Caribbean Division. It is against this rapidly expanding scenario that Leo L. Collar, CMC's President, will give his thoughts on the future.

The National Shipping Company of Saudi Arabia's fleet of large deepsea RoRo's are well known to regular attendees of the RoRo Conferences who had an opportunity to see the ships during construcion in 1983. Now, five years on, their future role in deepsea movements will be explained by the company's Chief Executive, Dr. Saad A. Alghamdi.

Again no stranger to the RoRo Conference platform is ACL, but currently the Atlantic Trades are enjoying full capacity — albeit with new contenders entering the market, so Gerhard Hasse"s contribution will be particuarly timely.

Completing the opening panel will be Richard Klien who heads Transroll Navegacao. Brazil's leading vehicle transporter which took over Kommar Companhia Maritima last year and now has ambitious projects for new tonnage totalling US$ 187 million if four ships plus two options all come through in the next three years."

"CPI Corrupção

Escolheu a Transroll, talvez a única empresa brasileira cujos marítimos tiveram suas reivindicações atendidas sem necessidade de aderir à greve geral de 1987.

Escolheu a Transroll, a empresa privada que mais se empenha em construir navios brasileiros para gerar empregos para marítimos brasileiros.

Escolheu a Transroll, uma das poucas empresas brasileiras totalmente adimplentes para com o Fundo da Marinha Mercante.

E por que a escolha da Transroll? A resposta parece-nos simples e curta: porque a Transroll é a única empresa brasileira que compete com o seu empregador, a empresa Aliança, obrigando-o a também trabalhar duro e ser também ágil, eficiente para manter o seu lugar.

A Transroll começou a sua vida em 1977, e começou inovando, projetando um navio moderno, o "Pioneiro" que até hoje é extremamente competitivo e eficiente.

O navio "Pioneiro" foi entregue em 1979 e opera comercialmente desde então. Para fazer um paralelo, a Aliança na mesma época encomendou sete navios SD-14, entregues entre 1979 e 1983, dos quais se desfez de três, aliás, em circunstâncias bastante singulares, paralisou três, e mantém apenas um em operação.

O navio "Pioneiro" foi construído na Espanha. Quando ficou pronto foi proibido de trazer qualquer carga da Europa para o Brasil. Teria que fazer a viagem em lastro, pois havia o monopólio de uma única empresa privada nesse tráfego, a mesma Aliança.

Em 1984 a Transroll venceu uma concorrência internacional para transporte no navio "Pioneiro" de um gigantesco guindaste, diretamente do antigo estaleiro Verolme, Em Botlek, na Holanda, para o estaleiro da Verolme do Brasil, em Jacuacanga. Nenhum outro navio brasileiro poderia fazer esse transporte, dado o tamanho e o peso das peças, e dado a ter que operar fora do cais dos portos.

O monopólio da Aliança mais uma vez se fez valer. Para efetuar o tmasporte a Transroll teve que pagar à Aliança, para emitir uma simples folha de papel, a importância de cem mil dólares.

Permito-me passar aqui aos Exmos Senadores um folheto com fotografias que apenas ilustra este transporte. É muito difícil falar sobre este assunto. Então, preferi, enquanto fizesse a minha exposição, mostrar este folheto

A Transroll não esmoreceu e continuou a lutar pelos seus direitos constitucionais de igualdade de tratamento. A Transroll não se conformava que um navio brasileiro, de empresa brasileira, tripulado por brasileiros, tivesse que retornar vazio da Europa, uma viagem de quinze dias, apenas para preservar esse monopólio de uma única empresa privada brasileira.

Em 1986 foi finalmente reconhecido à Transroll o direito de transportar cargas de retorno no navio "Pioneiro", o que ele vem fazendo desde então. Demonstrando competência e seriedade a Transroll conseguiu angariar para o "Pioneiro" o apoio de diversos clientes brasileiros, que saudaram com entusiasmo a abertura dessa alternativa.

Em março de 1988, seguindo a política de democratização dos tráfegos marítimos instaurada pela Nova República, a Transroll passou a ter direitos plenos no tráfego Brasil—Europa, direitos apenas idênticos aos já conferidos à empresa Aliança desde 1967.

Passaram a coexistir então três empresas brasileiras, Lloyde, Aliança e Transroll, dividindo tráfego com as seguintes empresas estrangeiras:

Empresas Conferenciadas
— Baltic Shipping Company
— Blue Star Line Ltd.
— Cia. Argentina de Transportes Marítimos S/A(Ciamar)
— Cia de Navegação Lloyd Brasileiro
— Cie. Portuguesa de Transportes Marítimos
— Cie. de Navigation D'Orbigny
— Cie. General Maritime
— Cie. Maritime Belge S/A (Lloyd Royal)/Armement Deppe S/A
— Den Norske Sydamerika Linje
— D.F.D.S. A/S
— Empresa de Navegação Aliança S/A
— Empresa Lineas Maritimas Argentinas S/A (ELMA)
— Oy Finncarriers AB
— Hamburg Sudamerikanische D.G.
— Havenlijn BV
— Houlder Brothers & Co. Ltd.
— Lamport & Holt Line Ltd.
— Nedlloyd Lijnen BV (Nedlloyd Lines)
— Polish Ocean Lines
— Johnson Line AB
— Rotterdam Zuid Amerika Lijn (Van Nievelt Goudriaan & Co. BV)
— Royal Mail Lines Ltd.
— VEB Deutfracht Seereederei
— Ybarra y Cia. S.A.

Conferência de Fretes
Escritório em São Paulo
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 680 — 6º andar
— conjunto 61 — Tel.: (011) 285-3956 —
— Telex: (011) 31776 — São Paulo — SP
Adjunto Secretário
Sr. Levi do Amaral Ferreira
Seções, Áreas e Portos Principais:
Seção "1" — Área Nórdica
Embarque para os seguintes portos: Dinamarca,
Noruega, Suécia, Islândia e Finlândia.
Portos principais: Copenhague, Aarhus, Bergen,
Oslo, Gotemburgo, Helsinborg, Malmo, Estocolmo, Reykjavik, Karlshamm*, Turki (Abo)**, Helsinki (Helsingfors), Kotka**.
Seção "2" — Área do Báltico
Embarque para portos da República Democrática
da Alemanha, Polônia e U.R.S.S., situados no Mar Báltico.
Portos principais: Rostock, Wismar, Gdynia/Gdansk, Szezecin (Stettin), Klaipeda, Riga, Talinn,
Leningrado, Viborg e Ventipils.
Seção "3" — Área Central
Embarque de e para portos da República Federal
da Alemanha, Holanda, Bélgica e França (Mar do
Norte e Oceano Atlântico).
Portos principais: Bordeaux, Dunkirk, Havre, Rouen, Antvérpia, Amsterdam Rotterdam Bre."

Srs. Senadores: são 24 empresas estrangeiras. Os fretes são divididos 50% para duas empresas brasileiras, e 50% para as 24 empresas estrangeiras. A relação dessas empresas foi compilada pela Sunamam — Superintendência Nacional da Marinha Mercante, do Ministério dos Transportes.

A primeira participação da Transroll nessa nova fase deu-se numa licitação pública para transporte de 30.000 toneladas de perfilados da Polônia para o Brasil.

Em novembro de 1987 a Aliança havia informado à Rede Ferroviária Federal o frete de US$ 4,3 milhões, ofertando um frete espcial de US$ 3,4 milhões.

Em 21 de março de 1988 foi publicada a Resolução nº 9.943, autorizando a Transroll a operar no transporte de carga geral na área abrangida pela Conferência Brasil Europa Brasil, área esta que inclui a Polônia, conforme demonstramos a V. Exª pelo "Informação aos Exportadores" publicado pela Sunamam.

Aqui diz: seções, áreas e portos principais, seção 2 — Área do Báltico, embarque para a República Democrática da Alemanha, Polônia, Rússia, etc.

O destinatário da carga, a Rede Ferroviária Federal, em obediência ao Decreto-Lei nº 2.300, realizou em 12 de abril licitação pública para a contratação deste transporte, da qual participaram, entre outros, a Aliança e a Transroll.

Abertas as propostas verificou-se que a Aliança havia reduzido seu frete para US$ 2,1 milhões.

Lembro aos Srs. que o primeiro frete era 4.3 milhões de dólares, o frete especial era 3.4 milhões de dólares e o frete na licitação pública era 2.1 milhões de dólares e que a proposta da Transroll fora a vencedora, com um frete de US$ 1,9 milhões. Ocorreu aí uma economia de US$ 2,4 milhões para o Governo Brasileiro, vale dizer, para o contribuinte brasileiro, em relação ao frete da tabela. Uma economia, Exª, de US$ 1,5 milhões em relação ao "frete especial" da Aliança, uma economia de 45%!

O navio brasileiro "Graziela Ferraz" está hoje no porto de Gdynia, Polônia, embarcando esses perfilados e a Aliança deixou de embolsar US$ 1,5 milhões do contribuinte brasileiro.

Aqui um parêntese. Pelo valor desta concorrência ela não ultrapassa nem a 1% do total dos fretes gerados no âmbito desse tráfego, para o Srs. terem uma idéia, é uma concorrência muito pequena, não é uma concorrência grande.

Coincidentemente ou não, reiniciou-se, nessa época, uma campanha milionária e solerte para destruir a Transroll, trazendo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito uma série de acusações impossíveis de serem provadas, pois não correspondem à verdade.

Eu disse "reiniciou-se uma campanha" porque já fomos vítimas de outras campanhas no passado. Voltarei a este assunto dentro em pouco.

Tenho aqui, inclusive, um contrato celebrado com a Rede Ferroviária Federal que demonstra estes valores.

A Transroll não surgiu repentinamente nos meios marítimos brasileiros como se quer fazer crer. A Transroll tem realmente uma história de sucesso, construída pouco a pouco, com muito trabalho, enfrentando os muitos obstáculos postos em seu caminho por um cartel que controlava, e ainda controla em grande parte, os tráfegos brasileiros de carga geral.

Suas licenças de tráfego, que lhe dão uma pequena participação nos tráfegos americanos foram obtidas pelo seu esforço e pelos seus méritos, com o apoio firme e decidido dos seus clientes. Esse apoio foi dado individualmente e através dos seus órgãos de classe, tais como a Associação dos Exportadores Brasileiros e a Associação Nacional dos Fabricantes de Auto-Veículos, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Federação das Câmaras de Comércio Exterior e Federação Nacional das Associações Comerciais do Brasil.

Esse apoio foi reconhecido por alguns homens públicos notáveis, que desafiaram o cartel do transporte marítimo, entre os quais não podemos deixar de citar Sua Excelência o Sr. Presidente Ernesto Geisel, que reconheceu o interesse nacional dos nossos ideiais iniciais e em cujo governo recebemos a primeira licença de tráfego.

Foi também durante o governo do Pres. Geisel que foram incluídos no II Plano de Construção Naval dois navios Roll-on Roll-off.

Roll-on e roll-off é um návio que efetua o carregamento das cargas numa rampa sobre rodas. A carga entra rolando e sai rolando, diferentes dos navios convencionais que efetuam esse carregamento através de guindastes ou paus de carga.

Foi também durante o governo do Pres. Geisel que foram incluídas no II Plano de Construção Naval dois navios RO/RO, navios estes destinados a atender ao pedido de financiamento da transroll. Sentindo-se ameaçados com a autorização de funcionamento para a Transroll, alguns armadores se reuniram e fundaram da noite para o dia uma empresa concorrente, a Comodal — Cia. de Transportes Intermodal, e se apressaram em solicitar para si um dos dois navios que eram destinados para a Transroll.

Não nos parece que a intenção desses armadores de enfraquecer a Transroll, retirando-lhe o segundo navio, tenha surtido o efeito desejado. Ao contrário, a nossa empresa face às inúmeras dificuldades que enfrentava, reuniu um corpo de executivos e marítimos que se dedicaram com afinco a comprovar que mesmo com um só navio seria possível modernizar os transportes marítimos no nosso Páis.

Em contraposição à Transroll está a Comodal, que recebendo um navio gêmeo do nosso navio "Pioneiro", o "Comodal I", esse sim I primeiro e único, até hoje não conseguiu saldar os seus compromissos de financiamento do navio para com o Fundo de Marinha Mercante. E já se vão lá nove anos desde que o "Comodal I" foi entregue, no ano de 1979.

Voltando à história da Transroll, iniciamos a operação no tráfego Brasil/Argentina.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Em que ano foi?

O SR. RICHARD KLIEN — No memo ano. O PIONEIRO foi entregue um mês depois

Voltando à história da Transroll, iniciamos a operação no tráfego Brasil/Argentina — tráfego que até hoje servimos — e, onde, sem a proteção de cotas cartelizantes, mas empunhando a bandeira de fretes mais competitivos e o do melhor serviço, inviusive transporte porta a porta, efetuamos atualmente uma significativa parcela dos transportes sob bandeira brasileira.

É importante ressaltar, Excelentíssimos Senadores, que, quando iniciamos no tráfego da Argentina, o transporte era feito quase que exclusivamente por via terrestre. O frete de um *containers* — *Containers* são aqueles cofres de carga, de aço, de aproximadamente 6m de comprimento por 2,20m de largura e 2,40m de altura. O frete de um *containers* de São Paulo para Buenos Aires foi reduzido de aproximadamente 2.200 dólares americanos, em 1980, quando nós ingressamos, para 1.050 dólares no dia de hoje. Esse frete é para o percurso São Paulo/Buenos Aires, é um transporte porta a porta.

Eu diria que todos os exportadores que vedem os seus produtos para a Argentina poderiam prestar este depoimento a V. Exª

Lembro-me que em 1980 apresentamos à General Motors do Brasil uma cotação para o transporte porto a porto de uma fábrica inteira de Buenos Aires para São Caetano do Sul. Essa fábrica era do carro J, como era conhecido na época, em segredo, que hoje em dia é conhecido como o Monza. O preço por nós solicitado, com uma margem razoável de lucro, era da ordem de 550 mil dólares. Senadores me perdoem por estar falando em dólares, mas se eu falase em cruzados ficaria muito difícil nós trazermos o refencial.

Fui procurar o Dr. André Beer, que já labutava na General Motors do Brasil naquela época, para lhe solicitar que nos fosse dada uma chance para demonstrar a nossa capacidade técnica e operacional. O Dr. André Beer conhecia bem os serviços da Transporte Fink que, como já mencionei, foi fundada pelo meu avô há muito anos. Mas, navegação era outra coisa. A Transroll estava iniciando as suas atividades no setor marítmo e a transferência da fábrica que deveria fabricar o primeiro carro mundial da América do Sul, o carro J, como já disse, o atual Monza, era um assunto da maior importância.

Fui informado na época, pelo Dr. Beer, que a nossa cotação não parecia séria, pois, para a minha surpresa, o nosso preço era da ordem de 1/3 dos fretes oferecidos pelos nossos competidores. Senhores uma redução da ordem de 2/3, Excelência. E, conforme o Dr. Beer, nós iríamos empregar um navio brasileiro, recém-construído.

Somente quando lhe assegurei que a própria Fink poderia ser a empresa contratante é que ele aceitou a nossa oferta. Mesmo assim, após examinar minuciosamente todos os aspectos do projeto técnico apresentado. O resto é história.

Passo à Mesa um álbum desse transporte e peço vênia para ler o telex enviado pela General Motors do Brasil à Sunamam:

"1123909GMBR BP.
114137GMBRA BR/0951 SCSUL 11 JUNHO 80

SUNAMAM
TELEX 021-21652
RIO DE JANEIRO — RJ
CÓPIAS SRS. AMADO, A F
GUASTELLA, M (Avenida Paulista)
CATAFAY, T

Comunicamos à essa Superintendência que às 9 horas do dia 9 de junho de 1980, foi concluída a descarga das máquinas e equipamentos importados da Argentina pela GMB, os quais foram transportados pelo Návio "Pioneiro" que opera no sistema Roll-On/Roll-Off, a operação total foi realizada em prazo mais curto que o previsto, e o navio utilizado permitiu o manusêio de cargas de dimensões e pesos especiais (Até 115 T), com velocidade e eficiência satisfatórias, apesar das condições adversas no Porto de Bueno Aires.

Congratulamo-nos com a Sunamam, pela visão dessa superintendência em criar condições para a operação no trade de navio de bandeira brasileira, especializado e versátil, o que permite que operações desta natureza possam ser realizadas com eficiência e significativa econômia de custo de tempo. — *André Beer,* Diretor Executivo no Exercício da Presidência General Motors do Brasil S/A — SCSUL."

Quando em 1981 expandia-se a exportação de veículos brasileiros para o Chile e o Peru, rota que não contava com um serviço RO/RO, fomos procurados pela indústria automobilística brasileira, e firmamos contratos de transporte de veículos para aqueles mercados.

Submetendo esses contratos às autoridades marítimas brasileiras, e com o apoio decisivo da indústria automobilística junto aos órgãos governamentais, fomos autorizados a operar para aqueles mercados, tráfegos que continuamos a servir, e onde temos também uma participação expressiva na bandeira brasileira. Sempre através dos mecanismos de mercado dos fretes justos e competitivos e do melhor serviço, efetuamos, hoje, o transporte da quase totalidade das exportações de veículos montados para a costa oeste da América do Sul.

Numa manhã recebo um telefonema de um gerente da Fiat Automóveis, perguntando se "a Transroll gostaria de efetuar uma oferta competitiva para transportar os veículos Fiats", exportados para a Itália e a França?" Tomei na mesma hora um avião para Belo Horizonte, e fiz a primeira visita à fabrica da Fiat, o que, aliás, viria a fazer centenas e centenas de vezes durante estes oito anos em que

prestamos serviços de transporte àquela empresa.

Iniciamos nessa época, em 1981, o transporte dos automóveis Fiats para a Europa, contrato conseguido em licitação internacional, e que vem sendo sucessivamente renovado desde então, também, através de licitações internacionais o frete que era de US$ 560 por automóvel, antes da entrada da Transroll, sofreu sucessivas reduções até atingir os US$ 180 que vigem atualmente.

Gosto muito de provar as minhas afirmações, e por isso peço vênia mais uma vez para a rápida leitura de uma declaração que nos foi fornecida pela Fiat, solicitada quando de nossa participação em outra concorrência.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Dr. Klien, eu é que peço vênia a V. Sª para fazer-lhe uma ponderação e ao plenário da Comissão: enquanto V. Sª falava, fiz um levantamente das peças que ainda deveria ler, sem as peças que haverão de entremear a sua exposição. V. Sª tem 31 folhas ainda por ler, só do seu depoimento, sem os documentos que certamente vai ler também. São 31 folhas, V. Sª está levando 5 minutos por folha, o que significa que teremos, pela frente, se não for lido nenhum documento, 150 minutos só para a leitura do seu texto, na voz pausada com que V. Sª lê. Cento e cinqüenta minutos são 2 horas e meia. É evidente que tenho uma preocupação, e certamente a Comissão também, de dar a V. Sª a oportunidade de se pronunciar. Mas, se isso for feito com a amplitude que V. Sª deseja, simplesmente será inviabilizada a tomada do seu depoimento, as inquirições a serem feitas pelos Srs. Senadores.

Diante desta exposição que acabo de fazer, indago do plenário da Comissão, e, sobretudo, do Sr. Relator, se deveremos continuar nessa exposição — é evidente que temos de levar em conta a necessidade do depoente também fazer as suas colocações aqui — ou se deveríamos solicitar ao depoente que todo esse texto nos fosse entregue e fizéssemos, então, as inquirições que a Comissão deseja e, para as quais, já dispõe de texto, inclusive, para o auxílio nesse trabalho.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — V. Exª tem a palavra.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir, e submeto ao nobre Vice-Presidente, ao nobre Relator e demais companheiros, o seguinte: o depoente faria uma síntese, dizendo justamente aquilo que considera mais importante, não só em face de acusações que teriam sido levantadas pela imprensa ou por outras pessoas, como também quanto à natureza de sua empresa e às grandes realizações, aos grandes êxitos alcançados.

Nós ficaríamos cada um com uma cópia, se fosse o caso, o nobre depoente voltaria depois, porque, como V. Exª mostrou, não temos tempo. Gostaríamos de ouví-lo — S. Sª também não ignora isso — mas, aqui, no Senado, quando vem um ministro, ele tem um prazo máximo de uma hora — que já estamos prevendo reduzir para meia hora — justamente para dar margem a que haja perguntas e esclarecimentos.

Então, essa seria minha sugestão: ouvirmos uma síntese do ilustre depoente, cada um de nós receberia uma cópia e passaríamos às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Por outro lado, também não tenho a certeza de que o depoente tem condições de fazer essa síntese. Vejam, V. Exªs, em que situação nos encontramos. Tem a palavra V. Exª, nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, escutei as ponderações de V. Exª e do Senador Chagas Rodrigues. Eu, sinceramente, acho que o depoente tem o direito de falar pelo tempo que ele achar necessário. Ainda hoje, estamos vendo, nos jornais, o nobre Líder do Partido da Frente Liberal dizer que esta Comissão está se recusando a atender e a chamar determinadas pessoas. Se o depoente entende que deva fazer essa explanação, que ele leve 10. 15 horas. Não importa.

Evidentemente, se, na hora em que ele terminar, entendermos que deveremos suspender a sessão, para examinarmos ao acalentado pronunciamento que ele traz, teremos que fazer, necessariamente, porque temos conhecimento do que ele traz hoje. Não sei se o nobre Relator vai ter oportunidade de inquiri-lo.

Acho que devemos deixar à sua vontade. É minha opinião sincera que ele fale pelo tempo que achar necessário. A Comissão poderá, se entender, suspender os trabalhos, examinar o pronunciamento dele, convocá-lo em seguida, hoje, ainda, ou amanhã, se for o caso, mas sinceramente, que estamos querendo cercear. Não é o nosso caso, aqui dentro, mas é a ponderação que eu faria a V. Exª

E já está visto, desde o princípio, que vamos ter que fazer um acareação. Tudo que já foi dito aqui pelo nobre Depoente vai exigir uma acareação com o presidente da Federação dos Marítimos. Isso está perfeitamente delineado já, creio eu. Se o nobre Relator concluir por isso, vamos fazer essa proposta. Mas acho, Sr. Presidente que se deva dar liberdade ao depoente de usar até 15 horas, se ele quiser.

Temos tempo até as 13 horas. Temos que combinar isso. Suspendemos para a Assembléia Nacional Constituinte e, após os trabalhos da Constituinte, voltaremos. Se for o caso, convocaremos o depoente para amanhã. Creio que não se deva cerceá-lo. A não ser que ele queira parar. Mas essa liberdade deve ser dada a ele, para evitar que esta Comissão, sobretudo num assunto de tamanha importância e para o qual vamos precisar, realmente, de especialistas para nos ajudarem, que o depoente se veja, de repente, impedido de continuar aquilo que ele diz que levou horas para fazer.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, peço a palavra só para um esclarecimento. A minha sugestão foi, evidentemente, condicionada à concordância do ilustre depoente. Mas, se desejar ler, estamos aqui para ouví-lo.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — É evidente que nós também não definimos o tempo pelo qual ele poderia fazer essa exposição e não poderíamos fazê-lo aqui hoje. Deveríamos tê-lo feito por escrito. Diríamos a ele que teria o prazo que assinássemos e ele, então, se balizaria dentro desse prazo. Essas ponderações a Presidência, entretanto, se viu necessitada de fazer, em função das ponderações que teve com o eminente Relator, preocupado com a elasticidade desse depimento.

Tem a palavra o eminente Senador Alexandre Costa.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Sr. Presidente, concordo inteiramente com o que falou o Senador Itamar Franco. Veja V. Exª que as acusações foram feitas aqui por um concorrente. Nessas acusações não contam dados importantíssimos como estamos vendo nesse depoimento que está prestando o convocado. Veja só: de 4,3 milhões de dólares para conduzir perfilado para a Rede Ferroviária Federal; apresentou, depois, 3,4 milhões; passou para a concorrência à base de 2,1, e, na concorrência, ganha a *Transroll*, com 1,9. Se fôssemos nos ater apenas às acareações, não teríamos um dado dessa importânica. Não saberíamos, por exqmplo, Sr. Presidente, dos transportes horizontal e vertical do novo navio que é o Pioneiro, é o *roll on, roll off* de que fala. Não saberíamos, por exemplo, do número de automóveis que transporta em cargas horizontais e muitas outras coisas que somente os concorrentes, que se acusam, poderão nos dizer, para que se possa aqui traçar um juízo sobre o que realmente vem acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — tem a palavra o eminente Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, também sou inteiramente favorável a que o depoente continue a prestar o seu depoimento escrito, como o trouxe, para assegurar-lhe o direito ao contraditório, na medida em que o Sr. Maurício Santana veio aqui e fez aquelas acusações. Como questão de absoluta igualdade e paridade de tratamento, ele deve terminar o seu depoimento. Só pedir-lhe-ei que suprima algum trecho, que ele achar que deva, em benefício da economia processual, e junte depois. As peças serão juntas nos Anais da Comissão. Por outro lado, indago de V. Exª se não há, para amanhã, alguém para depor. No caso de não haver, ele já poderia ser convidado a depor amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Perfeitamente. Tem a palavra o emínente Senador Agripino Maia.

O SR. AGRIPINO MAIA — Sr. Presidente, quando resolvemos tratar desse assunto, ficou logo claro que esse era um assunto complicado, que remontava, há alguns anos, o período de investigação, porque existe uma origem deste caso que não é recente. A meu ver —

devo me manifestar, logo, no primeiro momento — o depoimento que o Dr. Richard Klein preparou — e parece que o fez minuciosamente — deve ser todo colocado, até para que se possa estabelecer corretamente o contraditório, até porque pesam sobre esta CPI acusações de parcialidade e de intenção de incriminação de nome de pessoas ou entidades. Todos nós sabemos que não é esse o nosso objetivo. Então, vai ficar aqui, mais uma vez, demonstrado que não é esse o nosso objetivo, na medida em que, respondendo à ponderão de V. Exª, praticamente a unanimidade dos membros se manifesta espontaneamente pela audiência completa do Dr. Richard, demonstrando que o que queremos aqui é honestamente apurar fatos. Devemos dar oportunidade ao Dr. Richard Klein de preparar o de expor tudo o que ele preparou e, em seguida, vermos o contraditório na acareação entre acusado e acusador. Essa é a minha opinião.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Eu gostaria de lembrar apenas alguns detalhes. Em primeiro lugar, depoimento não é palestra, nem conferência; em segundo lugar, louvo o depoente, pela preocupação que teve em preparar tão minuciosamente esse material. Mas acho que em nome da racionalização do serviço, da produtividade, que, aliás, ele refere tão seguidamente, no seu depoiemnto, ele deveria ter entregue isso na sexta-feira, à Comissão, porque, até o presente momento, impediu que nós tomássemos conhecimento se assim houvessem acontecido a Secretaria da Comissão nos teria distribuído. O que está acontecendo até agora, e nós já lá vamos com 40 minutos de depoimento, é a leitura pura e simples do texto que está à nossa frente. Ele lê, em voz alta, o que nós estamos lendo em voz baixa. Em matéria de baixa produtividade, é das mais lamentáveis. Não diria que é culpa do depoente, diria que o procedimento não está adequado. Nós, simplesmente, não podemos parar. Se ele continuar nesse ritmo, Sr. Presidente, de apenas nos ler o que está escrito, nós podemos todos encerrar o depoimento, dar um espaço, cada um ler e aí tomamos o depoimento, porque o que está acontecendo aqui é rigorosamente isso. Nada de novo foi apresentado; ele apenas vira-se, lê, com voz pausada, está lendo corretamente, vira-se e traz um material anexo, entrega à Presidência e nós continuamos. Até o momento, não houve nenhum fato novo no curso do depoimento, porque, de resto, é uma exposição já escrita, que está sendo lida para a Comissão, e que V. Exª fez o cálculo — nos levará até 20 para as duas da tarde. Então, se a idéia é ouvi-lo, reproduzir fielmente o que já escreveu, é um tipo de maneira de passarmos o tempo. Se ele vai ficar rigosoramente no texto escrito, acho que podemos simplesmente cada um ler o depoimento. Não vamos perguntar, não vai inovar. Então, vamos ver a hora em que vai haver realmente o depoimento, que é o que interessa fundamentalmente, que é argüir sobre o que está sendo dito, se é essa a exposição. Se ele tem coisas novas para dizer, que não estão no texto, essas é que ele deve dizer agora. É para isso que se abre esse espaço. Quer dizer, o que está escrito, está escrito, está entregue. À Comissão cabe examinar e aproveitar para argüi-lo sobre isso e ele dizer aquilo que é novo. A não ser que a nossa idéia, aqui, seja ouvir a leitura. Eu não tenho nenhuma objeção, só acho, eminentemente, pouco prático, seja no caso dele, seja no caso de quem for. Não estou estabelecendo nenhum critério discriminatório, mas para qualquer um que vier aqui e trouxer um documento de três horas. Até agora, não apareceu ninguém com essa longevidade. Alguns já leram textos longos, mas não tão longos. Quem er apenas ler um texto que já está pronto, eu acho que realmente nós podemos cada um ler tranqüilamente, anotar, fazer as perguntas, que é muito mais prático. Hoje de noite, amahã de manhã, acho que rende muito mais. Senão, ficamos todos sentados aqui e ele fica lendo o que já está escrito. Na verdade, qual é a vantagem da reunião, se não há pergunta, se não há contraditório, se não há argüição, se não há oferecimento de fatos novos? Essa é a única questão. Não me oponho, apenas ressalto que não há produção, produtividade e racionalização, se ele não vai dizer nada de novo, além do que está escrito. Se vai dizer, peço apenas ao Presidente que pondere ao depoente que dê ênfase ao que é novo e que não está no texto, adicione, com ênfase, o que não está no texto. O que está no texto, faça uma mera referência *en passat*, porque é só dizer. Abrir um comentário aqui para dizer o que é contaiver, eu acho que, rigorosamente, não é o caso neste momento. Para explicar o que é *rollon-roll off*, também não é o caso. Então, ou há fatos novos, ou não há fatos novos. Se os há, esses sejam enfatizados.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, eu pediria a palavra, então, para uma simples ponderação. O texto foi nos entregue agora, e ninguém leu isto. Estamos acompanhando a leitura do depoente. Então, dentro do pensamento do nobre Relator, nós poderemos ter um meio-termo. Se o depoente quer complementar alguma coisa que não está escrito aqui, correto! Mas, nós teremos que suspender os nossos trabalhos e examinarmos o material que nos entregou. É evidente! Ninguém vai aqui, em dois minutos, examinar o que ele vai levar três horas para ler. Eu iria, inclusive, após a leitura dele, propor a suspensão dos nossos trabalhos. Então, é melhor perguntar ao depoente, se V. Exª permite, com a concordância da Comissão, se ele quer acrescentar algo que não está escrito aqui. Não querendo acrescentar, nós suspenderemos os nossos trabalhos e, aí, V. Exª determinará o tempo para que cada um dos Srs. Senadores tome conhecimento do que o depoente traz à Comissão. Tanto faz ouvir como não, mas apenas perguntar...

O SR. ALEXANDRE COSTA — Senador Itamar, a questão é que se priva o público de ouvir, porque o público ouviu todas as acusações.

O SR. ITAMAR FRANCO — Bom, estou de acordo com V. Exª, mas o próprio público poderá também, se quiser, ter distribuição, porque não é material sigiloso, poderá também tomar conhecimento de tudo isso. Acho que nós ganharíamos tempo.

O SR. PRESIDENTE — Sr. depoente, há alguma coisa a acrescentar, aqui, ao que V. Sª trouxe, por escrito? Não. Então, vamos suspender nossos trabalhos, vamos examinar o material, o Relator examina, com a acuidade de sempre, como tem feito, e vamos iniciar o debate, hoje ou amanhã, como for o caso. E distribuír, já que os Senadores já leram às pessoas que estão presentes o depoimento do nobre depoente.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, V. Exª limitaria a duração desta reunião até uma hora da tarde. Ele teria liberdade de acrescentar algo que não esteja no seu depoimento.

O SR. ITAMAR FRANCO — É o que nós dissemos. O Presidente perguntaria a ele: "V. Sª quer acrescentar algo, aqui?" "Não". Se não quer, vamos suspender e passaríamos a um novo depoimento.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — De qualquer maneira, nós teríamos, num outro dia, a presença dele, aqui, porque nós teríamos tempo, para ler o que ele escreveu.

O SR. ITAMAR FRANCO — Exatamente. E, se for o caso, trazer, já para acareação. É a proposta que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — A Presidência quer deixar claro aos Srs. Senadores, ao depoente e aos presentes, que tem extrema sensibilidade para esta questão de contraditório. Fui e sou advogado, ao longo de muitos anos. E é evidente que qualquer coisa, que possa prejudicar esse contraditório, a Presidência se opõe, claramente. O que, entretanto, cabe à Presidência é orientar, disciplinar o funcionamento da reunião e o andamento do trabalho. A Presidência quer indagar do depoente se qualquer alteração, no rumo de seus esclarecimentos, qualquer amputação dessa sua exposição, que está sendo feita, agora, lhe causa um dano, lhe causa um prejuízo, e causa um prejuízo ao contraditório que V. Sª quer estabelecer. Então, é necessário que V. Sª diga isso, porque, se disser que causa, a Presidência vai manter o seu depoimento até o final, dure o tempo que durar, porque, na verdade, de nossa parte, teria que ter existido um prazo fixado por nós, para que, se ele quisesse, durante esse prazo, fizesse a exposição. Como não o fizemos, ele tem o prazo de que necessitar, pelo menos neste episódio. No futuro, nós haveremos de disciplinar isto.

De maneira que a Presidência indaga do depoente: V. Sª precisa fazer esta exposição?

O SR. RICHARD KLIEN — Excelência, eu não entreguei o depoimento antes, porque ficou pronto, ontem, às duas da manhã. Eu venho trabalhando, ininterruptamente, nisto, desde 5ª feira, quando recebi a convocação.

Eu preciso falar. Desculpem-me, mas eu preciso falar.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — V. Sª continua com a palavra.

O SR. RICHARD KLIEN — Eu vou tentar ser mais rápido, e vou tentar resumir os anexos.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) Mas isso, sem prejudicar o conteúdo e a densidade da sua exposição. V. Sª, apenas, fica alertado para o fato de que, nós teremos até as 13 horas, e o seu depoimento, naturalmente, poderá terminar, até lá. Se não terminar, nós suspenderemos a sessão e aprazaremos uma outra, para amanhã, pela manhã, quando não temos depoimento marcado.

V. Sª continua com a palavra.

O SR. RICHARD KLIEN — Muito obrigado, Excelência. Eu vou ler, então, só um parágrafo desta carta, datada de 16 de junho:

"Desejamos informar, a quem possa interessar, que nossa firma Fiat Automóveis S.A., sediada em Betim — Minas Gerais, confiou à Companhia de Navegação Transroll do Rio de Janeiro, desde março 1981, as atividades de exportação marítima dos carros produzidos no Brasil e destinados à Europa, bem como aos demais países da América do Sul.

O contrato foi renovado em março de 1983 com a Transroll, mediante importante concorrência internacional, pelas qualidades de seriedade, profissionalismo e confiança que sempre encontramos no desenvolvimento das tarefas do nosso armador.

Betim, 16 de Junho de 1983. —*C. Mazzara,* Diretor de Compras."

Eu tenho, aqui, dez outras cartas, que, inclusive, eu não ia ler, mas, de diversas outras empresas. Dabayer, Da Volvo, da Volkswagen, da Cutia, que é a maior *trading* privada brasileira, outra da General Motors, Casas Pernambucanas, Fundação de Assistência ao Estudante, Pepsi-Cola, Philips, e poderia trazer uma centena.

No caso da Fiat, contribuímos, dessa maneira, para o monumental incremento das exportações, que eram da ordem de 10 mil unidades, em 1980 e, que, no ano passado, foram 120 mil unidades. De 10 mil, em 1980, para 120 mil unidades.

Eu considero um privilégio da minha profissão conhecer pessoas nos mais altos cargos das empresas e no Governo, pois os assuntos de navegação lidam com quantias enormes, e, por isso, são acompanhadas, de perto, a nível de diretoria e presidência nas empresas.

Tenho certeza de que o Presidente da Fiat, o engenheiro Silvano Valentino, não se arrependeu do apoio dado, em 1980, à Transroll. É perfeitamente conhecida a determinação da Transroll de construir novos navios, navios brasileiros, a serem tripulados por marítimos brasileiros, para substituir os navios estrangeiros que afretavam. Inicialmente, face à ocupação plena dos estaleiros brasileiros, estamos instruídos a negociar com os estaleiros espanhóis. Concluímos as negociações com o estaleiro *Union Naval del Levante,* de Valência, mas os entendimentos, a nível de governo, se frustraram.

Posteriormente fomos instados a negociar com estaleiros ingleses, o que fizemos à exaustão com o estaleiro Smith's Dock. Essas negociações também se frustraram, desta vez por causa do sobrepreço exagerado exigido por esse estaleiro, que inviabilizava economicamente a operação comercial dos navios.

Apresentamos também ao BNDES, em 1984, os proejtos para a construção, no Brasil, de dois navios e para a jumborização do navio "Pioneiro". O projeto de construção dos dois navios foi, por nós, retirado, em 1986, face à verificação da sua inviabilidade econômica, dedicado que era exclusivamente ao tráfego Brasil-Argentina. V. Exªs recordam-se, sem dúvida, que o intercâmbio comercial Brasil-Argentina apresentou uma queda da ordem de 50%, motivando os posteriores acordos de cooperação econômica firmados entre dois países.

A jumborização parcial do navio "Pioneiro", para a qual também solicitamos financiamento do BNDS, foi executada com recursos próprios. Eu trouxe um folheto antigo do navio para explicar a obra que realizamos, num esforço de sermos competitivos com os armadores internacionais, que vinham, gradativamente, aumentando o tamanho de seus navios, beneficiando-se das economias de escala tão presentes na navegação.

No mesmo mês em que juborizamos o "Pioneiro", setembro de 1984, realizava-se, no auditório do Senado Federal, o VII Encontro Nacional de Exportadores 7º Enaex. A AEB, — Associação de expressivas autoridades da área econômica do País, objetivando o seu Presidente, o prezado Dr. Laerte Setubal Filho, uma reorganização do comércio exterior brasileiro para conferir maior autoridades, destacando-se o Exmo. Senador Albano Franco, na época, Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

(Ver "Exportador Brasileiro" de setembro de 1984, e relação dos membros inscritos — inclusive Transroll Navegação. Manusear relação de clientes...)

Com 700 exportadores inscritos no VII Enaex, apresentava-se uma ótima oportunidade para contatos comerciais e, portanto, elaboramos um pequeno folheto sobre a empresa, que, eu, pessoalmente, colcoquei sobre todas as cadeiras do auditório, antes do início dos trabalhos. Não era exatamente o melhor folheto do mundo, mas difundiu a nossa política que "o produto não exportado é frete perdido".

Dizia ainda o folheto que a Transroll era 6ª empresa, no setor em faturamento, de acordo com a publicação "Balanço Anual", da *Gazeta Mercantil.* Posso também uma cópia do folheto.

Distribuir o Folheto Azul

Permito-me ler as recomendações que os 700 exportadores, reunidos em plenário, aprovaram, por unanimidade, em resolução que foi encaminhada ao Ministério dos Transportes, através de ofício nº 430, setembro pelo Presidente da AEB, Dr. Laerte Setubal Filho.

"Exportador Brasileiro

Rio de Janeiro, setembro de 1984

VII ENCONTRO NACIONAL
DE EXPORTADORES — ENAEX
EXAMINA PRIORIDADES
DO SETOR EXPORTADOR

1. Comissão de Honra

Ministro Antonio Delfim Neto — Ministro Emane Galvêas — Ministro Murilo Badaró — Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro — Ministro Gloraldino Severo — Carlos Viacava, Diretor da Carteira de Comércio Exterior — CACEX — Marcus Vinícius Pratini de Moraes, Presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior — Funcex — Senador Albano Franco, Presidente da Confederação Nacional da Indústria — Antonio Oliveira Santos — Presidente da Cofederação Nacional do Comércio — Giulite Coutinho, Presidente de Honra da Associação de Exportadores Brasieliros.

RECOMENDAÇÕES GERAIS
OU DE CARÁTER GERAL

Os exportadores recomendam as seguintes medidas a serem implementadas nos instrumentos da atual política de navegação internacional do Brasil para adequá-la as exigências vigentes do comércio exterior brasileiro:

a) Conferência de Frete

I — Estabelecer o tráfego de empresas independentes da bandeira brasileira, paralelamente ao serviço conferenciado, tal como já é facultado aos armadores estrangeiros independentes a fim de que o exportador tenha opção na escolha que o transporte mais conveniente e adequado à sua mercadoria.

II — Ampliar a pauta de cargas excluídas do escopo das conferências abrangendo todas as cargas a granel qualquer que seja a quantidade e as cargas *neo-bulk.* ou seja as cargas a granel que não os tradicionais granéis, amarrados ou não (veículos, produtos siderúgicos ou de madeira (semi-manufaturados, granéis ensacados. etc.) possibilitando que essas cargas sejam transportadas por quaisquer empresas brasileiras dotadas de navios adequados ao transporte dessas cargas.

III — Autorizar que as cargas excluídas do escopo das conferências de frete pela Sunamam ou pelas próprias conferências possam ser transportadas por quaisquer empresas autorizadas no longo curso.

b) Acordos bilaterais de transporte marítimo.

I — Revisão de todos os acordos bilaterais de transporte visando a uma maior agilização do comércio externo brasileiro para as áreas envolvidas por esses acordos.

Nos acordos bilaterais de transporte existem os seguintes óbices à exportação:

a) excessivo período para libertação de carga *(waiver)*

b) o escopo dos acordos englobam todas as cargas com poucas exclusões; e

c) os altos fretes dos acordos impedem que o Brasil entre em concorrência pública dos países com que mantem aqueles acordos bilaterais.

Para a adequadação à conjuntura atual, recomendamos no que se refere aos acordos bilaterais, as seguintes medidas:

(a) acordos bilaterares sem conflito de legislação:

(I) — aplicação da resolução 134 do Concex sobre a sistemática de liberação de carga (*waiver*).

(II) — ampliação da pauta de cargas excluídas do escopo do acordo, principalmente todos os granéis e as *neo-bulk* ou sejam cargas a granel que não os tradicionais granéis amarrados ou não (veículos, produtos de madeira e produtos siderúgicos semimanufaturados etc.), possibilitando que essas cargas possam ser transportadas por quaisquer empresas brasileiras dotadas de navios adequados ao transporte dessas cargas.

(III) — autorização de que todas as cargas excluídas do escopo dos acordos possam ser transportadas por quaisquer empresas brasileiras autorizadas no longo curso.

(IV) — inclusão de uma cláusula no acordo prevendo o caso de concorrência internacional em países dentro do escopo dos acordos com previsão de aplicação de fretes especiais (de mercado) para essas concorrências."

"Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1985
Exmo. Sr.
Afonso Alves de Camargo Neto
DD. Ministro de Estado dos Transportes
Ministério dos Transportes
Brasília — DF

Sr. Ministro:

A Associação de Exportadores Brasileiros deliberou encaminhar a V. Exª as preocupações e reivindicações da classe exportadora no que diz respeito ao desempenho e atual situação do transporte marítimo de longo curso, levando em consideração o significado e a importância do apoio desse segmento do nosso comércio exterior para o incremento e diversificação das exportações brasileiras.

Uma premissa básica, Sr. Ministro, cumprenos mais uma vez registrar, a qual foi sempre preconizada e defendida pela classe exportadora: é necessário o desenvolvimento e fortalecimento cada vez maior da armação nacional, da frota mercante de bandeira brasileira. Uma construção naval sólida e classe armatorial eficiente, além de se constituírem em setores significativamente importantes do ponto de vista social em face da geração de grande volume de empregos diretos e indiretos, é estrategicamente da maior importância para a segurança de nossas exportações e garantia de cumprimento dos compromissos assumidos com nossos compradores no exterior.

A frota mercante de navios brasileiros tem que voltar a ocupar os espaços atualmente preenchidos por armadores estrangeiros, e reverter a tendência altamente negativa que verificamos através dos dados fornecidos pela própria Sunamam (em anexo) — aonde verificamos que, na totalidade do transporte, durante o transcorrer do ano de 1984, os navios próprios de bandeira brasileira participaram, em tonelagem e frete de nossas exportações, respectivamente, com os números irrisórios de 8,9% e 13,2%.

O avanço progressivo da bandeira estrangeira, quer por afretados de empresas nacionais, que diretamente, verificado a cada ano, é prejudicial à segurança de nossas exportações e demonstra a necessidade de medidas, por parte, de nossas autoridades, com o objetivo de fortalecer a armação nacional, tornando o setor mais eficiente e competitivo.

É necessário atualizar, adequar a política de marinha mercante, de forma a possibilitar o fortalecimento do setor como um todo, como segmento importante de nossa economia, amadurecido, competente e sobretudo desmistificado de seu caráter eminentemente protecionista de favorecimento a determinados grupos.

O Sistema Conferenciado de Transportes, reconhecido pelos seus méritos e prestigiado pelos exportadores, usuários, no entanto por ser o único e exclusivo autorizado a operar em carga geral, transformou em cartéis nossas rotas de comércio. A proibição, por parte de nossas autoridades, da constituição de empresas independentes, ou mesmo errantes, de bandeira brasileira, não deixa nenhuma opção ao exportador brasileiro, a não ser a utilização dos serviços de navios estrangeiros. Escapa à nossa compreensão o fato de ser admitido, autorizado a estrangeiros, a realização de serviços que é vedado ao brasileiro, ao empresário nacional.

O exportador brasileiro tem absoluta necessidade de poder escolher a melhor modalidade de transporte de sua mercadoria de carga geral dentro da bandeira brasileira, julgando as conveniências dos diversos tipos de serviços oferecidos, e não estar confinado ao serviço das conferências restando-lhe, como única opção, a bandeira estrangeira.

O VII Encontro Nacional de Exportadores (Enaex), realizado em Brasília (DF), no ano passado, aprovou, em plenário, com a presença de mais de 500 exportadores, um elenco de sugestões e medidas do maior interesse e importância para a classe exportadora no âmbito do transporte marítimo de longo curso. Em anexo encaminhamos a Vossa Excelência cópia das referidas proposições, solicitando urgente solução daquelas que se enquadrarem dentro das atividades do Ministério chefiado pelo ilustre Ministro.

Certo da atenção e boa vontade de V. Exª, principalmente levando em consideração a importância e urgência da implementação das medidas, renovamos os nossos protestos da mais alta estima e distinta consideração. — *Laerte Setubal Filho,* Presidente."

E aqui eu leio uma proposição ao Ministério dos Transportes proposta.

"PROPOSIÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE EXPORTADORES BRASILEIROS NA COMISSÃO DE TRANSPORTES DO VII ENAEX

Ao Ministério dos Transportes

Proposta

Para que o exportador tenha opção na escolha do transporte mais conveniente e adequado à sua mercadoria, estabelecer o tráfego de empresas independentes de Bandeira Brasileira, Paralelamente ao serviço conferenciado, tal como já é facultado aos armadores estrangeiros independentes."

Trouxe os meus originais, mas acho que V. Exª já têm cópia

"Justificação e efeitos

Dessa, forma, completa-se o sistema de navegação, brasileira, porquanto todos os sistemas internacionals abrangem os transportes: conferencionados, *Out siders* (independentes) e *Tramps* (Errantes).

O usuário (exportador) necessita da atuação dos Armadores Independentes para, através dos mecanismos de mercado, limitar o poder cartelizado das conferências de frete.

Atualmente são autorizados a funcionar no Brasil os armadores independentes estrangeiros, sendo essa prática vedada, inexplicavelmente, aos armadores independentes brasileiros.

Amplia-se a participação da bandeira brasileira, estendendo-a, também às cargas transportadoras por armadores independentes.

Sempre desenvolvemos uma série de operações de transporte, principalmente envolvendo cargas especiais e de difícil execução, antes usualmente cativas de grandes operadores estrangeiros. Podemos destacar o transporte do gigantesco guindaste da Verolme da Holanda para o Brasil, de vagões ferroviários da Romênia para o Brasil, de uma usina de açúcar do Brasil para a Nicarágua, o caso de General Motors e muitos outros.

À proporção que a empresa amadurecia, apurávamos também a nossa estrutura técnica e administrativa; introduzindo novos sistemas e incorporando novos e valiosos elementos à nossa equipe gerencial, que é hoje composta por alguns dos profissionais mais competentes do Brasil.

Em 1985, em outra licitação internacional, conseguimos obter o contrato para transporte dos caminhões Ford do Brasil para os Estados Unidos, que foi renovado em 1987 e continua em plena execução.

Diversas entidades representativas do comércio exterior brasileiro, entre as quais, a Associação dos Exportadores Brasileiros, manifestaram-se junto à Sunamam e ao Ministério dos Transportes, pedindo a ampliação da participação de empresas brasileiras nos nossos tráfegos internacionais.

Em 1986, com a Resolução nº 9.101 da Sunamam, todas as empresas especializadas RO/RO, e não apenas a Transroll, foram autorizadas a operar em navios próprios de bandeira brasileira e apenas em navios próprios de bandeira, nas viagens de exportação de veículos, trazer cargas de retorno para o Brasil.

A promulgação dessa Resolução recebeu a irada reação da aliança, que desabridamente proclamou, através da imprensa: "O Ministro não entende do setor"

Repercussão similar foi ouvida do Sr. Maurício Santana, que estranhamente, se opunha à uma medida que visava exclusivamente o emprego de navios brasileiros, tripulados por marítimos brasileiros. Eis a notícia veiculada

em 20 de junho de 1986, no "Correio Braziliense:"

"Diário Oficial — Seção I
Quinta-feira, 15 de maio de 1986

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DA MARINHA MERCANTE

Resolução nº 9.101/86

(Of. nº 59/86)

Navegação de longo curso — Autoriza a complementação de carga para as empresas "Roll-on/Roll-off" de longo curso, em navio próprio.

A Superintência Nacional da Marinha Mercante, usando das atribuições que lhe confere o Decreto nº 88.420, de 21 de junho de 1983;

Considerando a necessidade de disciplinar a operação dos navios "roll-on/roll-off" próprios de bandeira brasileira, resolve:

1 — autorizar, em caráter provisório, as empresas Companhia de Transportes Intermodal (Comodal), Kommar Companhia Marítima e Transroll Navegação S.A., já operando na Navegação de Longo Curso no transporte de veículos sobre rodas sem carga, a complementar a carga de veículos de exportação, embarcados em navios "roll-on/roll-off" próprios, com veículos nas modalidades CBU, CKD e SKD, com partes e peças de veículos e com cargas excluídas dos "pools" das Conferências de Fretes. Essa complementação de carga fica autorizada somente quando o navio transportar veículos sobre rodas em mais de 50% de sua capacidade.

2 — cumprida a condição do item anterior, fica autorizado, na viagem de regresso, o transporte de carga geral, obedecendo, no caso de movimentação de cargas incluídas em Acordos de Rateio de Cargas e Fretes, as seguintes condições:

a) a receita de frete será apropriada na cota da bandeira brasileira em cada Acordo de Rateio, até o limite global de 5%;

b) quando o transporte exceder ao limite estabelecido na alínea *a*, a empresa "ro/ro" indenizará as empresas brasileiras conferenciadas, de acordo com as normas do Acordo de Rateio respectivo;

c) as empresas "ro/ro" deverão cumprir as tarifas de fretes e, no que for aplicável, às demais regras das Conferências referentes ao tráfego em que operarem;

d) em cada Conferência de frete, ou em cada Seção específica, não poderá operar, simultaneamente, mais do que uma das empresas "ro/ro" citadas no item 1.

3 — Nos tráfegos regidos por Acordos Governamentais Bilaterais com divisão de carga e exclusividade de transporte, a Sunamam poderá promover a inclusão entre os armadores brasileiros de uma das empresas mencionadas no item 1, desde que isso seja do interesse do intercâmbio comercial coberto pelo Acordo.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no *Diário Oficial* da União e complementará as Resoluções nºs 7.698/83, 8.799/85 e 8.861/85.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1986. — *Murillo Rubens Habbema de Maia*, Superintendente."

"Gazeta Mercantil Em 15 de maio de 1986

TAVARES REAFIRMA DECISÃO DE ALTERAR POLÍTICA DE LONGO CURSO

O governo está disposto a alterar substancialmente a atual política de navegação marítima. O Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, garantiu, na sexta-feira em Angra dos Reis, que em agosto enviará ao Congresso Nacional sua proposta de modificação da atual política de transportes marítimos.

Ele disse que buscará o aumento da competitividade para composição de custos mais reduzidos dos produtos de exportação brasileiros. Tavares afirmou que, no atual sistema, cinco empresas conferenciadas operam como se fossem estatais e apresentam ineficiência.

"Essas empresas vêm sendo superprotegidas, não pagam seus navios, e operam com fretes sustentados pelo próprio governo. Apesar disso, seu frete pesa muito na composição dos custos de nossos produtos de exportação", afirmou, referindo-se à Companhia de Navegação Marítima Netumar, à Companhia Paulista de Comércio Marítimo, à Frota Oceânica Brasileira e à Empresa de Navegação Aliança, que, juntamente com a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, exploram as linhas de longo curso e operam nas conferências de fretes e nos acordos bilaterais assinados pelo País.

Além delas, existem ainda as empresas estatais de navegação, especializadas no transporte de granéis secos e líquidos — a Doce-nave, ligada à Vale do Rio Doce, e a Fronape, ligada à Petrobrás.

Desnacionalização

A determinação do governo em alterar regras estabelecidas a partir de 1967, quando o País denunciou o sistema de conferências de fretes em vigor para garantir 40% das cargas à bandeira brasileira se o tráfego não estivesse coberto por acordo bilateral com outros países, tem provocado reações por parte dos armadores conferenciados, que acusam a equipe governamental de promover a desnacionalização do setor de navegação brasileira.

"Essas empresas começaram a operar nas conferências em 1967, quando o País tinha um comércio exterior de US$ 4 bilhões. Hoje a corrente comercial atinge US$ 40 bilhões e elas continuam operando dentro dos mesmos padrões e levando as mesmas cargas. Conferências são organismos abertos em todo o mundo. Não queremos retirar ninguém do mercado, mas temos de buscar o aumento da competitividade", disse. No entender de Tavares, o País deve buscar ocupar espaço dentro dos 20% que a atual estrutura das conferências reserva para as terceiras bandeiras.

As conferências de fretes são acordos de caráter internacional, que representam os armadores de determinada área de operação. Elas regulamentam o tráfego, estabelecendo portos principais e secundários, rotas, regularidades das viagens, ficam as tarifas para cada mercadoria e seus complementos, além de dividir a carga.

No caso brasileiro, a divisão de cargas está fixada em 40% para a bandeira brasileira, 40% para a bandeira do país importador e 20% para as terceiras bandeiras ("lramps" e "out-siders", que são os armadores não vinculados às conferências). Tavares considerou que o País poderá pedir reciprocidade com outros países e avançar na fatia dos 20%, hoje definida como uma faixa dos não confereciados.

"Ministro não entende do setor"

O presidente do grupo Aliança, que controla 23 empresas, incluindo a Empresa e Navegação Aliança, Carl Fischer, advertiu, na sexta-feira, que o "governo poderá promover a falência das empresas de navegação brasileira, que operam nas conferências de fretes, se implantar uma política de navegação como a que o Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, vem anunciando".

"O ministro não entende de navegação, porque as empresas brasileiras estão bem equipadas e oferecem um navio, de cinco em cinco dias, para a Europa. Isso não existe em outros países", disse Fischer. Observou que os armadores brasileiros não podem ser acusados de operar um "cartel", porque investiram para compor sua frota atual. "Empatamos capital para ter a instrumentação que hoje está à disposição do País. Se o governo retirar ainda mais carga de nossos navios para entregar aos "out-siders", vamos à falência. O ministro não entende de navegação e está dando ouvidos a seus auxiliares", acusou.

A Empresa de Navegação Aliança opera o transporte de carga geral, de granéis líquidos e sólidos, de produtos químicos e utiliza conteineres em grande escala, nas rotas do norte do Brasil, central do Brasil, sul do Brasil ,Escandinávia e Inglaterra."

"Correio Braziliense
Brasília, sexta-feira, 20 de junho de 1986

FEDERAÇÃO ACUSA COMPLÔ EM PORTARIA DA SUNAMAM

O presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais, Maurício Monteiro Santana, afirmou ontem que a Resolução nº 9.101 da Sunamam — que concedeu 5 por cento do frete conferenciado de longo curso a empresas roll-on e roll-off (de transporte de veículos) — não passa de "uma ação combinada das multinacionais para estrangular o Brasil, que é o único país onde ainda existe uma Marinha Mercante". Ele fez a afirmação depois de ouvir mais de cinco horas de depoimentos e debates que envolveram dezenas de parlamentares, empresários, sindicalistas e o superintendente da Sunamam, comandante Murilo Rubens Habbema Maia, em mesa-redonda promovida pela Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados para debater a atual conjuntura da Marinha Mercante brasileira.

A resolução da Superintendência Nacional de Marinha Mercante beneficiou três empresas, com apenas um navio cada, sendo que uma delas, a Transroll, está afretando navios estrangeiros para cargas de retorno e as outras duas, Kommar e a Comodal, não têm permissão para curso internacional e usam os seus navios na cabotagem.

Maurício Santana disse que essa e outras resoluções vão levar "à exclusão os trabalhadores nacionais". Lembrou que as pressões para beneficiar empresas estrangeiras no transporte marítimo brasileiro não são novas, como comprovam notícias veiculadas há 50 anos. No dia 16 de junho de 1936, os jornais noticiaram que o senador Ribeiro Gonçalves denunciava manobras asfixiantes do truste norte-americano contra a navegação marítima brasileira. Exatamente no dia 16 de junho de 1986, foi publicada a informação de que os Estados Unidos não pretendem renovar os acordos bilaterais que garantem ao Brasil a participação de navios de bandeira nacional no transporte de 50 por cento da carga oriunda daquele país.

Maurício Monteiro Santana defendeu a necessidade de se aprofundarem os debates em torno da questão no Congresso Nacional, e pediu a revogação da Resolução nº 9.101, sob pena de agravamento da situação que já levou 6 mil marítimos ao desemprego. Segundo ele, só os sete navios estrangeiros afretados por uma das empresas beneficiadas com a Resolução nº 9.101 — a Transrool — e mais 30 parados representam 1 mil e 50 marítimos desempregados, ao que se acresce a fuga de dólares e diminuição de contribuição para a Previdência Social.

Risco

O presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais de Náutica e Práticos dos Portos da Marinha Mercante, comandante Rômulo Augustus Pereira de Souza, também manifestou sua preocupação com o efeito multiplicador da Resolução nº 9.101 que coloca em risco a nacionalização da Marinha Mercante brasileira e o mercado de trabalho que abriga hoje cerca de 100 mil metalúrgicos da construção naval. Ele aliou ao efeito negativo da Resolução da Sunamam o Relatório Kirney, elaborado em Londres, em 1982, "exatamente pelos transportadores que não vendem nem compram, só transportam, preconizando a extinção dos acordos bilaterais". Para o comandante Rômulo, o objetivo dessas manobras é a cobiça das empresas multinacionais pelo faturamento de US$ 4 bilhões anuais que o mercado brasileiro de transporte marítimo de longo curso proporciona.

O comandante Rômulo advertiu que marítimos, portuários, estivadores e metalúrgicos da construção naval não estão aceitando a situação de insegurança gerada pela Resolução nº 9.101, e garantiu que eles "vão resistir e lutar".

Mas a navegação existe para servir o comércio exterior brasileiro. Entre os exportadores e importadores brasileiros, a repercussão foi de total a incondicional apoio. Permitimo-nos citar algumas dessas manifestações:

"Mais armadores na exportação" — *Gazeta Mercantil*, 14 de maio de 1986.

"Nova política ajuda a exportação" — *Jornal do Comércio*, 22 de maio de 1986.

"Decisão por uma empresa agradável" para a indústria automobilística. *Gazeta Mercantil*, 15-5-86."

Tenho, aqui, diversos telex de apoio à medida, assinados pelo Presidente da Comissão de Transportes do 7º Enaex; do Presidente em exercício da Federação das Indústrias de São Paulo; do Vice-Presidente da Câmara de Usuários da Sunamam; do Presidente da Associação de Bancos do Estado do Rio de Janeiro; do Presidente, em exercício, da Federação das Câmaras de Comércio Exterior; do Dr. Artur João Donato, Presidente das Indústrias Caneco; da Confederação das Associações Comerciais do Brasil.

"Excelentíssimo Senhor:

Doutor José Reinaldo Carneiro Tavares

DD. Ministro de Estado dos Transportes

Senhor Ministro:

O último Encontro Nacional dos Exportadores (Enaex), promovido pela então Associação de Exportadores Brasileiros (AEB), realizado em Brasília no ano de 1984 contou com a presença de mais de 500 empresas brasileiras exportadoras que representavam a grande maioria, quase a totalidade do setor.

Reunidos em plenário, esses exportadores aprovaram, por unanimidade, a adoção de um elenco de medidas para o incremento, desenvolvimento, e sobretudo a democratização do comércio exterior brasileiro, medidas essas para as quais foram solicitadas implementação por parte das autoridades competentes naquela época.

É com a maior satisfação, Senhor Ministro, que constatamos agora a implementação da mais importante daquelas proposições, isto é, a democratização do setor de transporte marítimo internacional, permitindo a operação de empresas brasileiras além daquelas pertencentes ao clube fechado das conferências, possibilitando assim ao exportador brasileiro maiores opções de transporte dentro de sua própria bandeira.

Além de corrigir, embora, parcialmente, a distorção inconstitucional que existia através à manutenção de um monopólio desnecessário e ilegal dentro de uma atividade comercial, à Vossa Excelência não só criou instrumento significativo de consolidação e incremento das exportações brasileiras como também, e principalmente, firmou o princípio básico de apoio à bandeira brasileira, ao transporte marítimo internacional levado a efeito por empresas nacionais, cujo desenvolvimento e fortificação são imprescindíveis ao aumento e segurança do nosso comércio exterior.

Creio, portanto, Senhor Ministro, que em nome daquelas 500 empresas exportadoras brasileiras, as quais aprovaram e solicitaram às autoridades a implementação de medidas como esta que Vossa Excelência vem de autorizar posso enviar os sinceros parabéns e agradecimentos, porquanto o fortalecimento e engrandecimento da Bandeira brasileira no transporte marítimo internacional (e não o beneficiamento de cartéis) é vital para a atividade exportadora brasileira e, temos certeza, uma das principais metas de sua gestão à frente do Ministro dos Transportes.

Atenciosamente, *João Augusto de Souza Lima*, Presidente da Comissão de Transporte do VII Enaex — Associação de Exportadores Brasileiros (AEB)."

"Gazenta Mercantil

Quinta-feira, 15 de maio de 1986

DECISÃO FOI

"UMA SUPRESA AGRADÁVEL"

PARA A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

A indústria automobilística foi surpreendida pela decisão do Governo federal, na terça-feira, de tornar mais flexível a atuação das empresas de navegação que operam com navios ro-ro, que são as que fazem o transporte da maior parte dos veículos exportados. "Foi uma surpresa agradável", definiu, ontem, Jacy Mendonça, presidente em exercício da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a entidade que congrega as montadoras.

As empresas ainda não tiveram tempo de fazer uma análise mais detalhada dos efeitos concretos que a decisão governamental terá sobre as vendas externas do setor. "Mas parece evidente que os reflexos serão favoráveis, na medida em que é previsível uma redução nos custos dos fretes", disse Mendonça.

O presidente em exercício da Anfavea — que também é diretor da Volkswagen, uma montadora que está próxima de iniciar a exportação de automóveis e caminhões em grandes quantidades para os Estados Unidos — não acredita, em princípio, que esta redução dos fretes poderá ajudar a resolver o problema de rentabilidade no qual se encontram as montadoras desde que os preços foram congelados, no final de fevereiro. Ele considera, porém, que, com gastos menores da área de transportes, as empresas poderão melhorar sua competitividade no exterior e, com isso, aumentar as exportações.

Mendonça recordou que o setor enfrentou grandes dificuldades, há alguns anos, quando começou: a utilizar, quase que à força, navios ro-ro não pertencentes às conferências de frete para realizar suas exportações. "Mas valeu a pena, disse: "Não fosse isso e, hoje, não teríamos nem como pensar em exportar para os EUA e a Europa.

RESOLUÇÃO DA SUNAMAM SERÁ AVALIADA EM JULHO

Em julho, o Governo deverá elaborar as diretrizes da política nacional de navegação e marinha mercante. O ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, diz que, apesar de considerar que o setor tem muitas controvérsias e pontos de vista diferentes, a filosofia que deverá nortear a nova orientação é a de o Governo intervir menos e permitir maior competitividade entre os setores.

Tavares considerou que o encontro sobre política de navegação e marinha mercante, encerrado ontem, foi uma mostra do debate que deverá acontecer em julho, quando esta-

rão reunidos representantes de todos os setores ligados à armação e da indústria de navegação.

Segundo o ministro, a Superintendência Nacional da Marinha Mercante (Sunamam) não vem analisando outras tentativas de abertura do frete conferenciado antes da formulação final da nova política que orientará o setor. Ele explicou que a Resolução nº 9.101/86 autorizando as empresas Companhia de Transportes Intermodal (Comodal), Kommar — Companhia Marítima e Transroll Navegação S.A., a participarem de 5% do mercado de frete conferenciado na viagem de regresso ao Brasil, tem caráter temporário, mas poderá ser suspensa ou consolidada no seminário de julho."

E a Sunamam reagiu com veemência, quando acusada de prejudicar a navegação brasileira, ao autorizar o transporte em navios próprios, de bandeira brasileira.

"Sunamam acusa armadores de querer manter o cartel" — *Jornal do Brasil*, 20 de junho de 1986.

Disse o Superintendente da Sunaman: "Os armadores conferenciados estão reclamando porque o Governo quer acabar com a cartelização nesse setor, dominado por apenas cinco empresas.

Outro artigo:

"Sunamam diz que não há ameaça à Marinha" *Jornal de Brasília*, 26 de junho de 1986.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sr. Presidente, eu gostaria de saber: esse *Jornal do Brasil*, que foi citado no penúltimo parágrafo, fala no Comandante Washington Barbeito, como Presidente da Transbrasil, está errado?

O SR. RICHARD KLEIN — Ele é Diretor Superintendente. Não existe Presidente na empresa.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — É que V. Sª está citando esse texto como documento valioso aqui, logo, há um erro nesse documento.

O SR. RICHARD KLEIN — Quanto ao cargo há um erro pois, não existe esse cargo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Era bom retificar, para podermos trabalhar com segurança.

O Exmº Sr. Ministro dos Transportes foi incisivo ao declarar a *O Globo*, em sua edição de 26 de junho de 1986, que o tráfego de carga das conferências de frete pertence ao Brasil, e não a um grupo de armadores. E isso é que está causando confusão na atividade, com armadores reclamando da Resolução nº 9.101.

"Jornal do Brasil

Sexta-feira, 20 de junho de 1986

SUNAMAM ACUSA ARMADORES DE QUERER MANTER CARTEL

Brasília — O superintendente da Superintendência Nacional da Marinha Mercante (Sunamam), comandante Habbema de Maia, assegurou, ontem, à Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados que a Resolusão nº 9.101/86 — que permite a participação das empresas Comodal, Kommar e Transroll, em 5% das cargas de importação — não vai trazer prejuízos ou dificuldades à marinha mercante brasileira. A decisão da Sunamam está sendo contestada pelos armadores de longo curso associados às conferências de frete, sob a alegação de que as empresas autorizadas não têm navios suficientes e por isso terão de contratar barcos estrangeiros para fazer esse transporte.

Em mais de cinco horas de duração da "mesa-redonda", promovida pela Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados para analisar a nova política de marinha mercante, a abertura da carga de importação para as empresas de navegação que utilizam o sistema roll-on, roll-off foi o centro das discussões. Chegou a haver troca de acusações entre armadores conferenciados e armadores de ro-ro. Ao final dos trabalhos, o comandante Habbema de Maia foi taxativo. Os armadores conferenciados estão reclamando porque o Governo quer acabar com a cartelização nesse setor, dominado por apenas cinco empresas.

A Resolução nº 9.101, de maio passado, segundo o superintendente da Sunamam, tem o objetivo de permitir e dar condições às empresas que utilizam o sistema ro-ro de utilizarem melhor os seus navios, trazendo, para isso, apenas 5% por ano da carga total de importação como frete de retorno. Ressaltou, porém, que esse transporte de carga de importação só poderá ser realizado por navio de bandeira brasileira e, assim, a resolução da Sunamam não provoca a contratação de nenhum navio estrangeiro.

Os armadores conferenciados contaram, ainda, em sua contestação à participação das empresas ro-ro no transporte de carga importada, com o apoio dos presidentes do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Marítimos, comandante Rômulo Augustus Pereira de Souza, e da Federação Nacional dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais, Maurício Santana. Os dois dirigentes sindicais afirmaram que a Resolução da Sunamam, permitindo a entrada das empresas de ro-ro na carga de importação é desnacionalizante, porque vai provocar a contratação de navios estrangeiros e, com isso, o desemprego de marítimos brasileiros.

Para Rômulo Augustus essa resolução é uma clara intenção de desnacionalizar a marinha mercante brasileira, "um negócio de 4 bilhões de dólares anuais". Ressaltou que o Governo precisa decidir se quer ter uma marinha mercante própria ou se vai continuar dependendo de navios estrangeiros.

O presidente da Transroll, comandante Washington Barbeito, considerou a Resolução nº 9.101 — que permitiu à sua empresa e outras do setor entrar no transporte de carga de importação - uma medida "tímida" para corrigir "uma distorção" e "uma injustiça". Ressaltou que a Transroll utiliza o ro-ro como opção e que já solicitou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiamentos para a construção de quatro navios.

Ele recusou as empresas conferenciadas tradicionais de discriminar as empresas de ro-ro no transporte de carga. E afirmou que essa discussão é uma "cortina de fumaça" dos armadores interessados em encobrir os seus débitos de 700 milhões de dólares para com o Fundo da Marinha Mercante. O comandante Barbeito acusou, ainda, essas empresas de enviarem documentos à Sunamam solicitando restrições nas atividades das empresas de roll-on roll-off, que operam navios porta-veículos."

"Jornal do Brasil

Quinta-feira, 26 de junho de 1986

SUNAMAM DIZ QUE NÃO HÁ AMEAÇA À MARINHA

"Não existe nenhuma ameaça de desnacionalização da Marinha Mercante brasileira e os próprios armadores de longo curso sabem disso. O que realmente existe é a decisão do Ministério dos Transportes de defender os interesses da sociedade brasileira e não os de um grupo que há 20 anos vem sendo subsidiado permanentemente com dinheiro do povo, que está cansado de dar subsídio", declarou ontem o Superintendente da Sunamam, Murillo Habbema.

Ele concedeu entrevista à imprensa a propósito da reação dos armadores de longo curso à Portaria da Sunamam que permitiu a participação dos navios "roll-on e roll-off" em 5 por cento das cargas de importação. Habbema reafirmou que a Portaria nº 9.101 foi assinada a título experimental, mas admitiu que a medida se tomará permanente, se os resultados apurados assim o determinarem.

"A portaria poderá se tomar uma medida definitiva, se chegarmos à conclusão de que é muito melhor para a Marinha Mercante brasileira a abertura da Conferência de Fretes para armadores capazes que queiram trabalhar e produzir", enfatizou.

"O que nós precisamos ter, realmente, é honestidade de propósito, gente que seja realmente brasileira, que não esteja visando apenas seus interesses pessoais em detrimento do povo brasileiro, que há vinte anos vem dando seu dinheiro para se fazer uma Marinha Mercante", acrescentou o superintendente da Sunamam. Indagado a respeito de um possível "lobby" dos armadores de longo curso para pressionar o Governo a rever a medida da Sunamam, Habbema respondeu que "o lobby é válido: para isso eles têm muito dinheiro, podem perfeitamente defender seus interesses".

Advertiu, no entanto, que está preocupado com o fato de que, sendo a Sunamam integrante do Fundo de Marinha Mercante, "não recebeu até o presente momento nenhum pedido sequer de construção de novos navios por parte desses armadores que estão aí dizendo que estamos querendo acabar com a Marinha Mercante".

Frota obsoleta

Um dos problemas de nossa navegação, segundo Habbema, "é que ela recebeu benes-

ses muito grandes, que permitiram a esses armadores obterem navios praticamente às custas do Governo". Afirmou que o Brasil está hoje com uma frota mercante obsoleta operacionalmente, embora seja relativamente nova, pois sua idade média é de 8 ou 9 anos.

Apontou como exemplo o consumo de combustível de nossos navios, muito mais elevado que os de nova geração, e o fato de que em sua maioria são do tipo "liner", próprio para ensacados, quando os mais modernos e econômicos utilizam "conteiners". Segundo Habbema, os armadores não se preocuparam em fazer navios avançados, "pois não tinham que investir um tostão, em tudo entrava o Governo".

O superintendente da Sunamam declarou que a modernização da frota brasileira é um dos objetivos da nova política de navegação e marinha mercante."

"O Globo

Quinta-feira, 26 de junho de 1986

GOVERNO AMPLIARÁ CONCORRÊNCIA NA MARINHA MERCANTE

Brasília — A polêmica criada pela Resolução nº 9.101 da Superintendência Nacional de Marinha Mercante (Sunamam) que permitiu a três empresas de navegação (Transroll, Comodal e Kommar) a participação em cinco por cento do frete conferenciado, poderá se acirrar: o Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, anunciou ontem que pretende ampliar a participação de outras empresas nas conferências de fretes, dentro da nova política da Marinha Mercante, em elaboração pelo Governo.

Segundo o Ministro, o documento Política Nacional de Navegação e Marinha Mercante (PNM), que servirá de base para as discussões entre os dirigentes da área, no fim do próximo mês, conterá a sugestão de ampliar a participação de empresas brasileiras no frete conferenciado. essa participação será admitida na parcela destinada aos armadores brasileiros.

Atualmente, o frete conferenciado está dividido da seguinte forma: 20 por cento da carga são entregues a armadores de outros países; 40 por cento são transportados por armadores do país exportador; e os restantes 40 por cento são transportados por armadores brasileiros (apenas cinco empresas nacionais, número que deverá ser ampliado).

Com a abertura da parcela destinada aos armadores brasileiros, José Reinaldo pretende tornar o frete conferenciado mais competitivo, além de influenciar o preço das outras empresas.

— Nós vamos permitir que novos empresários, com mais espírito empresarial, possam competir dentro dessa faixa, dando ao exportador brasileiro fretes mais baixos — disse o Ministro.

De acordo com o Ministro dos Transportes, "o Governo não pode mais proteger uma conferência de frete tão fechada". Ele assinalou que com as novas regras, será permitida a entrada e a saída dos armadores brasileiros na conferência conforme seus interesses. Para José Reinaldo "o tráfego de carga da conferência de frete pertence ao Brasil e não a um grupo de armadores e isso é que está causando confusão na atividade, com armadores reclamando da Resolução nº 9.101".

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES SUGERE A EMPRESÁRIOS ABERTURA DE CAPITAL

O Ministro dos Transportes está estudando a inclusão na Política Nacional de Navegação e Marinha Mercante (PNM), para discussão com os empresários, da abertura do capital das empresas de navegação. A intenção da proposta é permitir a capitalização das empresas para financiar parte das novas embarcações. Pelos estudos do Ministério dos Transportes, as empresas poderão lançar ações no mercado e, com os recursos obtidos, financiar uma parcela de novos navios."

Vislumbramos, então, qual seria a operação otimizada nos tráfegos de comércio exterior brasileiro. Existem grandes volumes de exportações de veículos, que precisam ser transportados sob cobertas, no porões dos navios RO/RO, complementados com volume significativo de carga geral movimentada em *containers*, embarcada mais economicamente nos conveses dos navios. Existem também cargas de projeto de importação combinadas com alguns *containers* e carga geral.

Idealizamos um navio que seria capaz de combinar todas essas cargas, atingindo a máxima ocupação e reduzindo assim o custo unitário de cada unidade transportada. Isto resulta obviamente numa maior competitividade dos fretes a serem cobrados de nossos clientes.

Apresentamos, nesse ano, ao BNDES um novo projeto, visando construção de dois navios, em substituição aos projetos anteriores, atendendo integralmente aos rigorosos critérios técnicos do BNDES, inclusive, submetendo-se, desde então, a auditoria pela *Price Waterhouse*, auditores do próprio BNDES. O projeto foi aprovado e esses dois navios, o "Independente" e o "Intrépido", foram contratados em junho de 1987 e estão em plena construção no estaleiro Caneco, com entrega programada para junho e dezembro de 1989. Eu passo à Comissão uma carta do estaleiro Caneco, atestando os eventos e a data da entrega.

Finalmente, em 1988, foi a Transroll excluída dos benefícios da Resolução nº 9.101, e alocada ao tráfego Brasil-Europa, aí sim, competindo diretamente com a Aliança e gerando a reação já conhecida.

É necessário lembrar que, ao mesmo tempo, seguindo a política de dispensar tratamento igual a todos os armadores, a SUNAMAM promulgou a Resolução nº 9.942, que autoriza todas as empresas, inclusive a Aliança, a competir livremente no transporte de veículos, em todo o mundo. Ou seja, competir livremente com a Transroll.

Anteriormente, cada empresa competia no seu setor. A Aliança competia no Norte da Europa, a outra empresa competia nos Estados Unidos, e assim por diante. Agora, não: todos os armadores de longo curso podem operar, no mundo inteiro, navios *rool-on, roll-off.*

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1988.

S70000.8.04401
À
Transroll Navegação S.A.
AV. Almte. Barroso, 139 - grupos 201/202
Rio de Janeiro - RJ
At.: Dr. Richard Klein
Prezados Senhores,

Atendendo à sua solicitação desta data vimos informar a V. Sas. o Cronograma da realização dos principais eventos da construção dos N/M Intrépido e N/M Independente (Cascos EC-314 e EC-315) ora em andamento neste Estaleiro.

	N/M Intrépido EC-314	N/M Independente EC-315
Assinatura do Contrato	19.06.87	19.06.87
Encomenda do Motor Principal	04.08.87	04.08.87
Encomenda dos Geradores	11.01.88	11.01.88
Encomenda das tampas de escotilha e rampas de carga	15.09.87	17.09.87
Encomenda dos Fundidos	14.01.88	14.01.88
Encomenda do Hélice	20.01.88	20.01.88
Encomenda dos Guindastes	22.01.88	12.01.88
Encomenda dos Motores Auxil.	10.02.88	10.02.88
Encomenda dos Purificadores	16.02.88	16.02.88
Encomenda das Bombas	29.02.88	29.02.88
Encomenda dos Compressores	17.03.88	17.03.88
Encomenda dos Molinetes	31.03.88	31.03.88
Batimento de Quilha	10.06.88	01.02.89
Instalação das Tampas de escotilha	05.01.89	28.01.89
Instalação dos Motores Auxil.	31.01.89	29.06.89
Instalação dos Geradores	31.01.89	29.06.89
Edificação da Superestrutura	09.02.89	02.08.89
Lançamento ao mar	06.02.89	30.07.89
Instalação da Máquina do Leme	12.02.89	14.08.89
Instalação dos Guindastes	28.02.89	30.08.89
Prova de Cais	11.05.89	28.12.89
Entrega	30.06.89	28.12.89
Aço encomendado	5000 TON	
Aço recebido	2500 TON	
Aço processado	500 TON	

Desta forma, confirmamos que o cronograma contratual encontrar-se em vigor e as obras se processam dentro do previsto.

No próximo dia 10 de junho, com o batimento de quilha, daremos início efetivo a montagem dos blocos estruturais.

Atenciosamente, Indústrias Reunidas Caneco S.A. — *Ildefonso Marques Porto Côrtes*, Diretor Comercial.

"Diário Oficial

Segunda-feira, 21 de março de 1988

Ministério dos Transportes

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DA MARINHA MERCANTE

RESOLUÇÃO Nº 9.942/88

(Of. nº 124/88)

Navegação de Longo Curso — extensão de autorização para operar no transporte de veículos.

A Superintendência Nacional da Marinha Mercante, usando das atribuições que lhe confere o Decreto nº 88.420, de 21 de junho de 1983,

Considerando a necessidade de proporcionar maiores facilidades de transporte no tráfego marítimo resultante do comércio exterior brasileiro;

Considerando a conveniência de proporcionar igualdade de condições a todas as empresas de Carga Geral no Longo Curso; Resolve:

Autorizar as empresas privadas que possuem concessão para operar com Carga Geral, no Longo Curso, a atuarem nos termos da Resolução nº 7.275, de 9 de fevereiro de 1982, para qualquer destino, exceto para os tráfegos regidos por acordos governamentais bilaterais com divisão de carga e exclusividade de transporte.

A presente resolução trará em vigor na data de sua publicação no *Diário Oficial da União* e complementa as demais resoluções de autorização das empresas enquadradas no parágrafo anterior.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1988. — *Murillo Rubens Habbema de Maia*, Superintendente.

RESOLUÇÃO Nº 9.943/88

Navegação de Longo Curso — autorização para operação.

A Superintendência Nacional da Marinha Mercante, usando das atribuições que lhe confere o Decreto nº 88.420 de 21 de junho de 1983; resolve;

1 — autorizar a empresa Transroll Navegação S.A. a operar no Longo Curso, com navios próprios ou afretados, no transporte de carga geral na área abrangida pela Conferência Marítima de Fretes Brasil/Europa/Brasil, tendo em vista sua solicitação para filiar-se à dita Conferência, como empresas — membro, dentro da Bandeira brasileira.

2 — a empresa ora autorizada terá idênticos direitos e deveres aos das demais empresas brasileiras já filiadas, devendo sua cota de participação ser decidida, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta resolução no *Diário Oficial* da União, de comum acordo com aquelas empresas.

3 — a operação em desacordo com os termos da presente autorização implicará no seu imediato cancelamento.

A presente resolução cancela a autorização para a empresa Trasnroll Navegação S.A. contida na Resolução nº 9.101/86, exceto nos efeitos gerados durante sua vigência até 31 de dezembro de 1987 e entrará em vigor na data de sua publicação no *Diário Oficial* da União, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 1988.

Rio de Janeiro de 1988. — *Murillo Rubens Habbema de Maia*, Superintendente."

Não é novidade, para a transroll, a oposição de armadores tradicionais. Já em 1982, um grupo desses armadores, entre os quais, a Aliança, encaminhou documento conjunto a Sunaman, propugnando uma série de medidas extremamente restritivas para a empresa: proibição da construção de novos navios, proibição do afretamento de navios e cassação de licenças de tráfego.

Esse documento se constitui num concreto corpo de delito, à luz da Lei nº 4.137, que regula a repressão ao abuso do poder econômico, a Lei do Cade.

Acreditávamos que esses armadores houvessem se conscientizado da injustiça, e até mesmo de legalidade, daquela iniciativa, mas vemos que tal não ocorreu em relação à Aliança.

Superintendente da Sunamam

Senhor Superintendente

Ref. Aide memoire de 7-1-82 — Transporte de Carga Geral.

A propósito dos assuntos examinados em audiência de 7-1-82, e de acordo com o que V. Sª recomendou, temos a satisfação de oferecer, em anexo, sugestões que se nos afiguram apropriadas para equacionar os problemas com que se defronta, no momento, a Marinha Mercante Brasileira, no que concerne ao Transporte de Carga Geral.

Atenciosamente, Cia. Brasileira de Transportes de Granéis, *Wilfred Penha Borges*. — Cia. de Navegação Netumar, *José Carlos Leal*. — Empresa de Navegação Aliança, *Arsenio Carlos Nobrega* — Empresa de Navegação Mercantil, *Paulo Ferraz*.

Esse documento, concluem os armadores, que na área do longo curso — estou citando — em futuro próximo — o documento é de 1982 exatamente — diziam os armadores:

1) Em futuro próximo, a carga especializada — veículo sobre rodas, como item da pauta de exportação brasileira, tende a perder sua expressão.

Eu lembro aos Srs.: de 80 a 86 a 87, os automóveis, só da FIAT, passaram de 100 a 120 mil.

Em futuro próximo, o veículo sobre rodas será substituído pela exportação de componentes e partes — que constitui típica carga geral de transporte convencional, mesmo quando embalada unitilizadamente.

O navio Ro-Ro, car-carrier deixará de ter sua justificação econômica e de adequação técnica para o atendimento das exportações.

4) o navio Ro-Ro, de múltipla aplicação, somente será valido e como componente de frota de operador brasileiro de tráfego internacional, utilizado por este em conjunto com seus demais navios e transportando, que na importação como na exportação, volumes de cargas que integrem quota de participação, na Conferência ou no tráfego bilateral, das empresas brasileiras de navegação já autorizadas.

Em razão das conclusões acima, indica-se como necessária a revisão de maneira objetiva e prática das autorizações de tráfego de longo curso concedidas a empresas brasileiras de navegação para operarem no longo curso, com navios especializados tipo Ro-Ro, de forma a:

a) limitar-se, no caso da Comodal e Transroll, sua atuação à aréa de tráfegos para as quais estão atualmente autorizadas a operar (Resoluções 6.887, 6.888 e 7.092);

b) limitar-se, no caso da Comodal, Transroll e Lloyd Brasileiro suas frotas de navios tipo Ro-Ro — car-carrier — às unidades de bandeira brasileira já em operação;

c) limitar-se a autorização de aquisição de quaisquer novos navios para o longo curso, desde que de múltipla aplicação e sempre quando se destinem a integrar a frota da empresa já com participação no tráfego diferenciado ou bilateral, com a tonelagem transportada compondo a quota de participação individual de cada empresa no tráfego em referência. Lloyd Brasileiro passará a utilizar seus navios Ro-Ro existentes no âmbito de suas áreas de transporte já autorizadas.

d) para a Kommar, empresa com autorização na Cabotagem e no longo curso, sem navios próprios ou por contratar, sua licença de tráfego se revista e mantido apenas o entitulamento para operação na cabotagem. No caso de Comodal e Transroll, a manutenção da licença de longo curso limitar-se-ia, respectivamente, aos navios Comodal I e Pioneiro.

e) as empresas titulares das autorizações de transporte nas áreas de Conferência ou bilateral dariam prioridade no afretamento dos navios Comodal I e Pioneiro, sempre que o volume e a natureza de cargas, saliente-se que esses dois navios têm características de Ro-Ro de múltipla aplicação e, são capazes, se necessário, de transportarem veículos sobre rodas acima de 1.000 unidades;

f) rever as Resoluções 6.152 e 7.249.

Na cabotagem, as empresas entituladas a operarem com o uso de navios Ro-Ro, sejam eles car-carriers ou de múltipla aplicação, teriam mantidas suas autorizações e aprovada a aquisição de novos navios sempre que os estudos de viabilidade assim o justifiquem. Tal linha de ação se fundamenta na necessidade de integração do sistema rodoviário ao marítimo e de introduzir-se novos conceitos operacionais.

Companhia de Navegação Netumar. — *José Carlos Leal*. —Companhia Paulista de Comércio Marítimo, *Wilfred Penha Borges*. — Empresa de Navegação Aliança, *Arsenio Carlos Nobrega*. — Empresa de Navegação Mercantil, *Paulo Ferraz*.

O documento é assinado e foi encaminhado à Sunaman.

Embora não envolvendo diretamente a Transroll, mas por ter sido mencionado pelo Sr. Maurício Santana como envolvendo a Transroll, gostaria de expor a V. Exª a situação da empresa Kommar e do seu navio Karisma.

A Kommar é uma empresa especializada ro-ro competidora da Transroll, organizada em setembro de 1980. Em abril de 1982, essa empresa contratou a construção do navio Karisma com o estaleiro inglês Smith's Dock dentro das chamadas operações "casadas", pela qual novos financiamentos eram concedidos a órgãos governamentais em troca de compras no exterior.

Essa empresa recebeu, em 1984, o navio Karisma e operava normalmente e em direta concorrência com a Transroll, não existindo qualquer vinculação entre as duas. Ao contrário, existiu sempre uma acirrada concorrência entre as empresas.

Em junho de 1987, cinco anos após a contratação do navio e três anos após a sua entrada em tráfego, adquiri, juntamente com meu colega Washington Barbeito, a totalidade das ações que formavam o capital da Kommar, ocasião em que nos tornamos seus Diretores.

A empresa passava, na época, por sérias dificuldades financeiras, porém era detentora de bons contratos de transporte de veículos, uma área que meu sócio e eu conhecemos bastante e que acreditávamos poder gerenciar corretamente, recuperando-a.

Foi uma decisão difícil, pois tínhamos conhecimento dos problemas da empresa, inclusive a complexa questão do navio Karisma, porém confiávamos que, com trabalho e dedicação, nós poderíamos soerguer a empresa.

Ao assumir a direção da empresa, verificamos que a situação desse navio era mais difícil do que imaginávamos, pois não havia, nos livros da empresa, qualquer contrato para financiamento do navio e seu título de propriedade dava-o como propriedade livre e desembaraçada da empresa.

Imediatamente, iniciamos gestões, por via administrativa, para sanar essa situação, que não nos parecia correta, e nos propúnhamos a pagar um valor justo pelo navio, através de avaliação idônea e independente.

Paralelamente, iniciamos a completa recuperação do navio, que se encontrava em mau estado. Foi uma reforma extensa e de custo elevado, mas que deixou o navio dentro dos melhores padrões internacionais.

Ao constatarmos não ser possível encontrar uma solução por via administrativa, e estando por iniciar-se a utilização comercial do navio, dirigimo-nos, por iniciativa própria, ao Poder Judiciário, promovendo ação judicial para esclarecer definitivamente a matéria e livrar-nos, empresários sérios e corretos que somos, de qualquer dúvida quanto à probidade de nossas ações. O caso está atualmente "sub-judice" na 11ª Vara da Justiça Federal, Seção do Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sr. Presidente, gostaria que fosse esclarecida essa ação judicial: quando entrou, contra quem é, qual o seu fundamento e em que situação se encontra, porque se diz que se ingressou com uma ação judicial para provar que somos sérios e corretos, mas me parece que se discute um problema referente a situação de um navio.

Gostaria que ficasse elucidado, porque é uma frase que é um pouco solta, mais retórica do que propriamente fática.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Solicitaria ao depoente que...

O SR. RICHARD KLIEN — Farei chegar às mãos da Comissão uma cópia do processo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Mas, eu gostaria que V. Sª nos informasse agora. V. Sª veio aqui como titular da empresa, empresa que não tem presidente, apesar do *Jornal do Brasil* que V. Sª junta como documento hábil. Vem um presidente, faz uma longa exposição sobre a vida da empresa e diz que essa ação é para provar que são pessoas idôneas. Quero saber como foi, quando foi, que tipo de ação é essa, por que tem que entrar na Justiça...

O SR. RICHARD KLIEN — Teve que entrar na Justiça porque, quando adquirimos as ações da empresa, verificamos que o navio não estava corretamente registrado, não havia o registro da dívida na empresa.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O registro, onde?

O SR. RICHARD KLIEN — O registro na contabilidade. Não havia um contrato de financiamento, não havia uma dívida registrada em nome da empresa para com o navio. A empresa era possuidora do navio, mas não havia o registro da dívida desse navio.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A contabilidade da empresa, portanto, tinha falhas essenciais. Quantos navios tinha essa empresa que os Srs. compraram?

O SR. RICHARD KLIEN — Essa empresa só tem um navio, que é o Karisma.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Ela só tinha um navio e esse navio não constava na contabilidade?

O SR. RICHARD KLIEN — Correto.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E que outras atividades tinha a empresa, além de explorar os serviços desse navio?

O SR. RICHARD KLIEN — A principal atividade dela era explorar esse navio.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Seria mais ou menos como um armazém que vende feijão com arroz e não dizer que o feijão e o arroz estão contabilizados no seu patrimônio, nem dizer o movimento de venda do produto ao comprar, os Srs. fizeram uma auditoria prévia, uma verificação, ou compraram algo sem saber exatamente do que se tratava, este seu depoimento, que tanto V. Sª quanto seu sócio são pessoas muito experientes no setor e, apesar de serem empresários tradicionais, compraram sem fazer uma revisão, mínima na contabilidade, isto é, ver se o único bem que a empresa tinha para realizr a sua única atividade estava registrado na contabilidade? Foi um engano, um ato de descuido, foi a confiança de que disso poderiam decorrer vantagens muito grandes *a posteriori*?

O SR. RICHARD KLIEN — Nós sabíamos que a empresa tinha dificuldades com o seu navio. Quando a compramos acordamos em realidade nela uma auditoria no prazo de noventa dias. Essa auditoria foi realizada e levantaram-se esses fatos.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O que V. Sª quer dizer com dificuldades com o navio? A máquina estava estragada, ou tinha dificuldades jurídicas? Qual sua origem e a sua situação legal? O navio comprado estava pago? Alguém estava pagando as prestações ou nada foi pago? Quem tinha a responsabilidade perante terceiros por esse navio? Era o Governo brasileiro? Isso é referido apenas de passagem. Há uma série de recortes de jornais, há documentos, mas não consta a inicial da ação. Contra quem é essa ação?

O SR. RICHARD KLIEN — É contra a União.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Contra o Governo brasileiro.

O SR. RICHARD KLIEN — Contra a União.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Por que é contra a União?

O SR. RICHARD KLIEN — No caso, eu teria que consultar o meu advogado para me ajudar. V. Exª me daria licença de saber do meu advogado por que a ação é contra a União?

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª pode perguntar. Se o advogado quizer se sentar ao lado do Sr. Richard Klein poderá fazê-lo. V. Sª poderá assessorá-lo.

Sr. Presidente, é preciso saber se o advogado vai informar ao depoente, porque depoente que transmite a informação esta sob juramento. Talvez o advogado informe e o depoente, que nos poderá transmitir as informações.

O SR. RICHARD KLIEN — O que não está registrado é o débito em relação ao navio, na contabilidade da empresa. O navio esta corretamente registrado em nome da empresa no Tribunal Marítimo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Em nome da Kommar. O Karisma está registrado em nome da Kommar no Tribunal Marítimo?

O SR. RICHARD KLIEN — Exatamente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O que não estava registrado na contabilidade da Kommar era a existência de um débito na aquisição do navio?

O SR. RICHARD KLIEN — Correto.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A informação subseqüente é a repetição da pergunta antecedente. Gostaria de dizer que esse assunto voltará a ser detalhado, mas, agora, é preciso que se situe o problema. Diz aqui: "Promovendo a ação judicial para esclarecer definitivamente a matéria e livrar-nos, empresários sérios e corretos que somos, de qualquer dúvida quanto à probidade de nossas ações." Isso nos dá idéia de uma ação típica de delito contra a honra ou coisa dessa natureza, pela sua redação, pelo seu teor. Gostaria de saber por que esse tipo de ação, referente ao problema legal de um navio que não estava com o valor do seu débito contabilizado, leva a uma ação contra a União, e essa ação é capaz de ser elemento para provar a idoneidade, a probidade dos seus autores. Quem são os autores?

O SR. RICHARDO KLIEN — A autora da ação é a Kommar.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — É pessoa jurídica?

O SR. RICHARD KLIEN — Sim, Exª

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A Kommar entra com uma ação contra a União. Que tipo de ação?

O SR. RICHARD KLIEN — Volto a esclarecer a questão de datas, que é muito importante. Esse navio foi negociado, comprado, incorporado à empresa pelos antigos sócios da Kommar. Esse é o primeiro fato.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Em que ano?

O SR. RICHARD KLIEN — Consta da minha exposição.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim Mas V. Exª é depoente e responde o que lhe for perguntado. Senão, precisaria estar lendo.

O SR. RICHARD KLIEN — Em abril de 1982, ela contratou o navio e o recebeu em 1984.

Segundo ponto, Exª: a Kommar não firmou nenhum compromisso quanto ao pagamento do navio, repito, a antiga Kommar.

Terceiro ponto: ao adquirirmos as ações da empresa, nós nos achamos ética e comercialmente obrigados a pagar pelo navio. Na nossa opinião, a União é credora de um valor, mas não havia um acordo, um consenso sobre o quanto deveria ser pago por esse navio. Repito, mais uma vez, Exª, que nós não contribuímos de nenhuma maneira para esses problemas, mas estamos tentando saná-los. Ao contrário, quando nós fomos instigados pela Sunamam a negociar com estaleiros ingleses, na época em que a Kommar comprou o navio, nós nos recusamos a comprar pela transroll o navio na Inglaterra, porque achávamos que o sobrepreço do navio inviabilizava a sua operação pelo preço que nos foi solicitado.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Mas os Senhores sabiam que o navio não estava pago, isto é, que o navio estava incorporado ao patrimônio da Kommar apenas formalmente, pelo registro junto aos órgãos de Marinha Mercante, mas que havia uma dívida em aberto, ou não sabiam?

O SR. RICHARD KLIEN — Nós sabíamos que havia uma dívida em aberto e, por isso, procuramos uma solução para esse problema.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A União é responsável a qualquer título na operação de compra desse navio, quando ela foi celebrada pela Kommar?

O SR. RICHARD KLIEN — A União, através da Sunamam, fez a operação casada a que eu me referi, com o estaleiro inglês; nós tínhamos que nos dirigir a alguém e, então, nós nos dirigimos à União.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Mas na operação casada, traduzida nesse caso objetivamente, a União assumia a cooresponsabilidade, digamos, como se avalista fosse da operação?

O SR. RICHARD KLIEN — Informa o meu advogado que perante o banco financiador, ela assumia essa obrigação.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Integrava, portanto, o contexto da dívida externa brasileira, esse montante, com o aval da União? É isso? Qual é o Banco financiador internacional?

O SR. RICHARD KLIEN — Eu não me recordo, Exª

O SR. RELATOR KLEIN (Carlos Chiarelli) — Qual foi a operação casada realizada? De um lado, a vinda do navio e, do outro lado, qual foi a conseqüência, a contrapartida?

O SR. RICHARD KLIEN — Essas operações casadas eram realizadas — ao que eu conheço pela imprensa, porque obviamente não tenho conhecimento como foram feitas a nível de Governo — pelo que eu sei pela imprensa, é que os governos estrangeiros emprestavam dinheiro ao Brasil numa operação casada na qual o Brasil adquiria bens no exterior.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª não sabe qual foi o banco, mas sabe o montante da operação?

O SR. RICHARD KLIEN — De cabeça, não sei não, V. Exª me perdoa, mas não sei.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Dr. Richard, a Kommar tem um navio, entendo que ainda tem. A Kommar ainda tem um navio?

O SR. RICHARD KLIEN — A Kommar é proprietária do navio Karisma.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Ainda é proprietária desse návio.

O SR. RICHARD KLIEN — Correto.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Muito bem! V. Sª e o seu sócio ainda são os detentores do controle do capital dessa empresa?

O SR. RICHARD KLIEN — Sim, Exª

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Certo. Hoje, a outra empresa de V. Sª, a Transroll, possui quantos navios em atividade efetiva, que estão no patrimônio, que estão registrados sob propriedade dela?

O SR. RICHARD KLIEN — Possui o Pioneiro e mais dois navios em contrução, o Intrépido e o Independente, que estão registrados em sua contabilidade.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim, então ela tem um navio operando e duas encomendas com vistas a tê-los amanhã, quando terminar essa operação?

Não lhe parece um pouco estranho que sendo V. Sª o titular, o homem que representa a empresa, que assina notas no jornal, que pede, quase que exige para depor sobre toda a problemática da Marinha Mercante, sendo o titular de duas emrpesas e cada uma delas tendo um navio, que se faça a pergunta mais elementar possível, isto é, qual é a situação de um dos navios que é o único de uma empresa da qual V. Sª é titular e V. Sª, na verdade, deu uma demonstração cabal que não tem nenhuma idéia da situação, sequer de quanto valeu, qual o banco que financiou, em que condições foi a operação e contra quem é a ação?

Eu realmente fico muito surpreso, Sr. Presidente, e, por força dessa circunstância, reservo-me para perguntas ulteriores depois de já evidenciado, porque parece que o depoente realmente — é aquele do aluno que se alfabetizou num livro só — só sabe ler no livro dele.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Tem a palavra o eminente Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Gostaria de perguntar ao depoente se ele é que assina pela Transroll, se representa juridicamente a Transroll?

O SR. RICHARD KLIEN — Juridicamente a empresa é representada pelo Diretor-Superintendente e pelo Diretor-Financeiro, em conjunto.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Quer dizer que quem outorgou a procuração ao seu advogado foi o seu sócio e não V. Sª?

O SR. RICHARD KLIEN — V. Sª agora está falando da Transroll?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sim, estou falando da Transroll e da Koumar, também.

O SR. RICHARD KLIEN — A mesma coisa vale para Koumar — nós assinamos em conjunto.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — E V. Sª assinou a procuração para o advogado e nunca se inteirou do que estava se passando com essa ação, o desenvolvimento dela, quando é uma ação da maior importância? V. Sª confiou — claro — pois outorgou a procuração, mas não se interessou absolutamente pelo desenvolvimento dessa demanda, com o que estava ocorrendo?

O SR. RICHARD KLIEN — Senador, eu gostaria de explicar o seguinte: sou uma pessoa voltada para o lado comercial da empresa.

Além disso, tenho responsabilidade pela atividade financeira. Não fui eu pessoalmente quem lidou com esse problema dentro da empresa, foi o meu sócio, Comandante Washington Barbeito, por isso trouxe o meu advogado, uma vez que ele está viajando pelo exterior.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — V. Sª não sabia esses fatos da maior importância, V. Sª desconhecia isso?

O SR. RICHARD KLIEN — Acho que respondi a todas as perguntas e quanto à pergunta do valor do navio, que é realmente...

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — O que estou estranhando é que V. Sª sempre indagou do advogado; evidentemente ele está assistindo o seu depoimento, mas estou achando estranho V. Sª não saber esse fato.

O SR. RICHARD KLIEN — Eu jurei só falar a verdade, e acho que...

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Estou achando estranho exatamente isso.

O SR. RICHARD KLIEN — V. Exª me perdoe, mas fui informado de que eu podia ser assessorado. Estou procurando ser rigorosamente preciso no que eu falo. Eu gosto muito do meu advogado, ele me ajuda, é como se fosse um membro da empresa. V. Exª me perdoe se eu preciso me valer dele, mas não tenho memória muito boa para números.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Não, V. Sª tem todo o direito de trazer seu assessor, no caso, o advogado. Eu, inclusive, sou advogado e aqui existem muitos. O que eu particularmente estou achando estranho é que uma matéria da maior importância como essa, um assunto — penso eu — relevante para a empresa, o diretor-financeiro não saber o que aconteceu, o que existe, e tenha que se valer aqui, no seu depoimento, da assessoria do advogado.

Não é o direito que V. Sª tem; não estou questionando o direito que V. Sª tem de trazer o advogado; estou apenas, vamos dizer, perplexo diante do seu deconhecimento do que aconteceu em matéria tão importante.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — O Senador José Paulo Bisol tem a palavra.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Eu indagaria do depoente se no momento em que ele e o seu sócio, Washington Barbeito, adquiriram as ações da Kommar — e isso está implicado no que foi dito até agora — examinaram as condições contábeis da Kommar?

O SR. RICHARD KLIEN — Ao adquirir as ações da Kommar, fizemos um acordo de que a empresa seria auditada, como já disse, num prazo que creio de 90 dias — e assim foi feito.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — O que essa auditoria revelou a respeito desse navio Karisma?

O SR. RICHARD KLIEN — Revelou justamente esses fatos que eu mencionei, que o navio não tinha um débito registrado em sua contabilidade, correspondente ao navio que estava registrado no Tribunal Marítimo, livre e desembaraçado.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Constava o navio como livre e desembaraçado?

O SR. RICHARD KLIEN — Sim, Exª

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — E por que os Senhores se preocuparam? Qual era a questão? Não havia problema, estava livre e desembaraçado. Qual é a preocupação que está por detrás de algo que oficialmente é livre e desembaraçado? Essa é a questão. Tanto V. Sª quanto o seu sócio, ficaram inquietos. Daí emergiu uma preocupação e pergunto por quê? Está lá registrada. A auditoria mostrou estar livre e desembaraçado.

O SR. RICHARD KLIEN — O navio realmente está livre e desembaraçado na contabilidade da empresa. Não há qualquer gravame sobre navio e, no Tribunal, da empresa.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Mesmo assim, V. Sª eo seu sócio se preocupam. Pergunto se os Senhores sentiram que havia algo estranho atrás disso?

O SR. RICHARD KLIEN — Exª, o que gostaria de afirmar é que não há nos registros da empresa, documentos relativos ao pagamento do navio ou registros relativos ao passivo em relação a esse navio.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — A presidência gostaria de pedir vênia ao eminente Senador José Paulo Bisol e aos demais Srs. Senadores, para estranhar o fato de que o depoente desconheça questões que ele realmente deveria conhecer. Não se faz indagação, não se manifesta, inclusive, estranheza quanto ao desconhecimento que ele possa ter de questões de natureza processual e jurídica. O que se estranha é o fato dele ignorar questões de fato, que deveria saber, de natureza administrativa da sua empresa que, afinal, ele revela não conhecer. Parece-me que não podemos continuar o depoimento sem qualquer registro na assentada dos trabalhos, desse auxílio absolutamente permitido e conveniente, mas no qual o depoente passa a ter uma atividade de ventríloquo: o advogado fala por ele sobre questões de fato.

Em matéria de natureza jurídica é perfeitamente cabível, possível e aconselhável que ele se oriente com o seu advogado. Mas em matéria de fato, assuntos que ele deveria saber, não. Parece-me que o que deveríamos era indagar, e se ele não tem resposta, ficar consignado que ele não sabe. O que não se pode é continuar uma parte enorme do depoimento com o auxílio de alguém que não está sob juramento. Inclusive porque o depoente, no futuro, pode perfeitamente se esquivar do ônus de haver dito alguma coisa que não tenha procedência e não se sintonize com outras provas. Aqui não está se consignando a presença do seu advogado. Este poderia, com anotações, auxiliar o depoente. O advogado poderia auxiliá-lo, mas eventualmente e não da maneira como está sendo feita. Assim, parece-me que devemos prosseguir o depoimento, deixando consignado que o depoente não sabe, não sabe e não sabe nada acerca dos fatos que lhe forem perguntados. O Senador José Paulo Bisol continua com a palavra.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Gostaria de saber do depoente se ele, no mínimo através dos jornais, senão pelos registros na firma, ficou sabendo que o preço desse navio era particamente o dobro do que valia no mercado?

O SR. RICHARD KLIEN — O preço de construção do navio foi de tal ordem que nós, na época, não nos interessamos em adquiri-lo na Inglaterra. Quanto ao preço real do navio na época, não sou competente para atribuí-lo. Perdoe-me V. Exª, mas acredito que outros órgãos competentes devem tê-lo avaliado, como por exemplo, o IRB, porque o navio é segurado e ressegurado naquele Instituto. Sugeriria, então, que o IRB fosse oficiado para se pronunciar sobre o valor do navio, porque realmente minha atividade não é avaliar o preço do navio. Eu sabia que o preço era tal que não era viável sua operação.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Esse navio foi pago com dinheiro público?

O SR. RICHARD KLIEN — Perdoe-me Exª, mas não giro dinheiro público. Imagino que foi, mas realmente eu não....

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Por que, então, acionar a União? É porque a sua firma sabe que foi pago com dinheiro público e está acionando a União, talvez através de uma ação declaratória para saber, afinal de contas, qual é a parte que toca para vocês, qual é parte que toca para a União. Ou a União pagou tudo, em virtude da operação casada para obter empréstimos que amanhã saberá?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — V. Exª me permite apenas um esclarecimento?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Pois não.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Estou achando da maior importância que se proceda a juntada da cópia desta petição, dessa ação que foi ajuizada na Justiça, para tomarmos conhecimento do que se trata. Está de acordo? (Pausa.) Era isso o que eu gostaria de lembrar.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Por que, então, acionar a União? V. Exª tem idéia disso?

O SR. RICHARD KLIEN — Porque achávamos que a empresa Kommar devia pagar o navio que ela tem registrado em seu nome.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — A sua auditoria não revelou que está pago?

O SR. RICHARD KLIEN — Não, ela não revelou que está pago. A auditoria revelou, primeiro, que não havia sido feito nenhum pagamento do navio e, segundo, que não constavam débitos na contabilidade da empresa. A auditoria revelou estas duas coisas.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — E essa ação, então, é para que a Justiça declare que a Kommar não deve nada?

O SR. RICHARD KLIEN — Não, absolutamente. Através da ação procuramos estabelecer o valor que devemos pagar do navio.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Agora fico mais surpreso, fico em total perplexidade. Pois se está na contabilidade que a Kommar não tem mais nada a ver com o assunto, de repente V. Sª se dispõem a pagar uma parte?

O SR. RICHARD KLIEN — Não é isso, Exmº Senador. Como eu disse, o navio está registrado em nome da empresa, mas nós achamos que a Kommar é devedora do navio que está em seu nome, embora não esteja registrado. Como eu já disse, essa irregularidade absolutamente não foi executada por nós. Foi um problema herdado e um problema muito maior do que imaginávamos. Mas nós o enfrentamos de frente, como temos o hábito de fazer.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Então, desde a aquisição das ações da Kommar, V. Sª reconhecem que devem um preço total desse navio, com os reajustes e tudo?

O SR. RICHARD KLIEN — Reconhecemos que devemos pagar pelo navio.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — E quem vai dizer o preço? O preço está lá escrito. Não estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — A Presidência fará a ponderação, eminente Senador José Paulo Bisol e pede vênia a V. Exª e ao Plenário. A Presidência indefere esse auxílio que passa a ser de verdadeiro ventríloquo. Não é possível a continuidade do depoimento assim. Parece-me — se V. Exª não se opõe — que o que se deve fazer é simplesmente consignar que o depoente não sabe, a menos que S. Exª queira recorrer brevemente a algum apontamento que ele tenha em mãos, conforme o Código de Processo Penal defere — nem referência a esse tipo de auxílio o Código de Processo Penal faz. De maneira que a Presidência indefere, e doravante, qualquer resposta que o depoente tenha que dar será consignada na ata, porque os apanhamentos taquigráficos estão sendo feitos e simplesmente ele deverá se sabe ou não sabe.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, eu queria indagar do depoente qual é o representante legal da Transroll que tem condições de prestar um depoimento aqui, que saiba tudo o que aconteceu com relação à vida da Kommar e à vida da Transroll; se seria V. Sª mesmo, ou alguém que sabia desses detalhes. Essa é a informação que eu acho fundamental para nós estabelecermos os critérios que devemos seguir.

O SR. RICHARD KLIEN — Nós somos dois sócios na Kommar: o Comandante Washington Barbeito e eu. Nós dividimos as tarefas da empresa entre os dois, de maneira que se V. Exª necessitasse ouvir a totalidade da direção da empresa, digamos assim, seria necessária a presença do comandante Washington Barbeito.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — V. Sª acredita que ele tem mais elementos, conhece mais a vida da empresa, nesse aspecto, do que V. Sª?

O SR. RICHARD KLIEN — No aspecto administrativo, sim.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — O eminente Senador Paulo Bisol se encontrava com a palavra e a Presidência dará a palavra a V. Exª subseqüentemente, Senador Chagas Rodrigues.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Eu tenho uma informação Sr. Richard, de que dívidas internacionais relacionadas com negócios marítimos são duríssimas. Eu tenho uma informação de que se a Inglaterra tem um crédito, ela simplesmente arresta ou seqüestra o navio, e ele não sai mais de lá. Como é que esse anda por aí se essa dívida não tem um pagamento? Quem é que pagou? O Governo brasileiro pagou e, então, foi com dinheiro público que ele foi pago e até agora ficou por aí mesmo? Senão, ele não poderia andar por aí, pelo menos pelas informações que eu tenho. Como é que esse navio não é arrestado, seqüestrado, não sei qual é a palavra correta no caso?

O SR. RICHARD KLIEN — V. Exª me perdoe, mas eu acho que essa pergunta não sou eu que sou competente para responder; acho que seriam as pessoas do Governo.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — E também queria ter uma grande empresa como Kommar, o Governo assumindo todas as responsabilidades passivas e eu só ficar com as ativas.

Tudo bem, Sr. Presidente, por enquanto, era só isso.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Com a palavra o eminente Senador Chagas Rodrigues.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Eu só quero fazer um lembrete à Comissão: uma coisa que precisa ficar bem lembrada neste momento, é que o depoente, Dr. Richard Klein, aqui vem antes de uma intimação; por uma manifesta reivindicação, tornada pública até de uma maneira muito contundente, por meio de pedido nos grandes jornais do País, onde exigiu da Comissão ser ouvido para prestar esclarecimento sobre a matéria objeto de depoimento; isto é, referindo-se a um depoimento anteriormente tomado. Está aqui o ofício dirigido ao Senador José Ignácio Ferreira.

Richard Klein, tendo tomado conhecimento pelos jornais desta data, de depoimento prestado nesta CPI pelo Sr. Maurício Santana, envolvendo a empresa que dirige e levando aos membros da referida CPI uma visão distorcida da política de Marinha Mercante, requer a V. Exª que seja convocado perante a Comissão Parlamentar de Inquérito que V. Exª preside, para prestar esclarecimentos sobre a matéria objeto de depoimento. "Isto é, sobre aquele depoimento que aqui foi dado pelo Sr. Maurício Santana a que, inclusive, foi um depoimento que teve, num dos seus aspectos, a questão do navio Karisma, a questão da Kommar etc., e, "principalmente, sobre a posição de sua empresa no quadro do transporte marítimo internacional".

"Considerando tratar-se de meu direito comparecer a essa CPI, apresento a V. Exª protestos de elevada consideração."

Esse é o requerimento que originou a convocação. E é por isso, Sr. Presidente, que eu me coloco numa posição de absoluta surpresa, quando pela primeira vez perguntei sobre a questão judicial e começou a vir esse processo total de desconhecimento, de desinformação, de absoluta e total falta de um mínimo de condições de nos dizer sobre o essencial, é nesses termos que se torna muito mais surpreendente, porque o depoente está aqui por solicitação expressa do próprio, que insiste em vir aqui prestar esclarecimentos. E quem pede para vir aqui prestar esclarecimentos, não está a par do mínimo do que foi tratado no depoimento anterior.

Então, parece-me que realmente cabe o despacho inicial de V. Exª Acho que desde a primeira pergunta por nós furmulada sobre a questão desta ação e de tudo que dali decorreu, as perguntas dos Srs. Senadores, que foram todas elas respondidas, na verdade, pelo advogado da empresa, servindo o depoente de porta-voz, sobre a questão desta ação, de tudo aquiloque dali, decorreu, as perguntas dos Srs. Senadores que foram todas elas respondidas, na verdade, pelo advogado da empresa, servindo de depoente, porta-voz, eu acho que em todas elas tem que se deixar bem claro esta anotação, o depoente não sabia e repetiu uma informação que lhe foi prestada pelo advogado, a fim de que fique transcrito nos anais exatamente o que está acontecendo aqui para que, amanhã ou depois, ninguém fique surpreso com uma ou outra ilação, nem a própria empresa, nem nós, sabendo, daqui a dois meses, o que aconteceu nesta sala hoje — que ninguém aqui nega que isto esteja acontecendo. Quanto à análise e conseqüência disso é um outro capítulo.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Senador Alexandre Costa.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Sr. Presidente, pelo que eu vejo nós já entramos na fase de interrogatórios.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Não, Senador, nós entramos, apenas houve uma incursão ligeira do Senador Carlos Chiarelli. que motivou toda a seqüência posterior.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Eu sei, porque a vida da Kommar, ou a vida comercial se exige que o depoente saiba, neste momento. Todos nós sabemos que ela é imodificável, ela não se modifica num dia, nem dois, nem três, nem dez, nem vinte, ela poderá ser apresentada amanhã, depois de amanhã, já na fase interrogatória. Pretender ou exigir que ele saiba todos esses dados neste momento, me parece uma coisa meio absurda; é pretender dar pulo de altos e baixos. Porque V. Exª mes-

mo decidiu que hoje seria apenas a fase de apresentação e a fase de interrogatório seria depois, após a apresentação do seu relatório e ele não chegou a concluir o relatório. E os dados poderão ser entregues hoje, amanhã ou depois, porque não é questão de guarda de valor que poderá desaparecer de hoje para amanhã. São documentos imodificáveis, praticamente imodificáveis, tanto faz ser hoje, como amanhã, como depois, eles surgirão e a verdade virá à tona. Portanto peço a V. Exª, que é o dirigente dos trabalhos que dê a palavra ao depoente para que ele continue a sua exposição.

O SR. AUREO MELLO — Sr. Presidente, aparteando aqui o nosso nobre colega Alexandre Costa, eu gostaria, com todo respeito, de ponderar a V. Exª o seguinte: nem é uma coisa inusitada, nem insólita que um depoente venha devidamente assessorado, ou que deixe de ter o painel completo das informações, sobre determinadas empresas, determinadas instituições. Nós temos, inclusive, lembrança de um livro de Napoleão, em que ele conta a história de Henry Ford. Henry Ford nada sabia de Direito. Em certa ocasião, em situação semelhante a esta, ele, convocado a depor, foi inquinado de desconhecer qualquer princípio jurídico. Ele disse: "absolutamente, eu não preciso conhecer princípios jurídicos fundamentais, porque eu tenho este botão aqui, querem ver? "E apertou lá um botação — segundo conta o autor — e veio a maior autoridade jurídica que se poderia encontrar no país, que pertencia às suas empresas e através dele, deu todas as informações que seriam essenciais.

Quer me parecer, *data venia,* com todo o respeito a V. Exª, e à estima e à consideração que a comissão nos merece, que realmente, nesta fase relatorial, o depoente deveria talvez, ou melhor, ele trouxe o essencial que é o seu advogado, mas quando chegar à fase de interrogação propriamente dita ele não terá cometido nenhum pecado se trouxer um plantel de assessores que lhe permita dar as informações que forem solicitadas pelos doutos Senhores componentes da comissão que o interroga. Vejamos bem os exemplos dos Senhores próprios ministros, quando são convocados, trazem a sua equipe de assessores. Ele não pode saber de tudo, ele mesmo citou que a especialização dele é no próprio setor financeiro da empresa. Realmente seria uma exigência de uma capacidade quase de onisciência, para que o nobre depoente tivesse essa informação precisa e exata de todo o painel de informações que se faz necessário.

Em sua defesa, temos a justificar e a solicitar, realmente, a tolerância da douta comissão, com relação ao depoente, porque em linhas gerais quer me parecer salvo o juizo dos doutos e ele já deu uma idéia geral e não pode ser, assim, inquinado, com tanto rigor, de desconhecimento e de ingnorância total, deu informações em termos gerais.

Obrigado, Sr. Presdiente.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Sr. Presidente, a erudição é coisa muito importante e, lamentavelmente, não pertence a todos. De sorte que, eu não concebo, eu não vejo qual é a importância desses dados, neste momento; eu não vejo. Esses dados pode ser agora, amanhã, depois, daqui a 15 dias, porque perde-se quase uma hora, aqui, atrás de dados — quanto deve, quanto não deve — como se essa dívida pudesse ser modificada em qualquer banco, estamos perdendo tempo, exigindo o impossível! Portanto, peço a V. Exª que, ordenando os trabalhos, dê a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Exato.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Tem a palavra V. Exª

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, realmente, não estamos procedendo a pedidos de esclarecimentos, a não ser excepcionalmente, e eu mesmo só vou fazer um pedido.

O ilustre Dr. Richard sabe que, se é que existe política de marinha mercante, no Brasil, ela é essencialmente cartorária. Quando vou comprar um carro — se eu quero comprar um carro — ele está registrado e vou ver as multas que pesam sobre o mesmo. Se eu quiser comprar mais do que um carro, uma empresa, que é dona de um carro, vou, também, saber. Se eu quiser comprar um imóvel, antes, vou no registro para saber se existe uma hipoteca, ou se o imóvel responde por uma dívida. V. Sª é um dos dois diretores, e já o *Jornal do Brasil,* de 20-6-86, falava no Presidente da Transroll, Comandante Washington Barbeito — parece que a imprensa insiste nisso, desde então.

Mas muito bem! V. Sª já explicou que é um dos diretores e um comandante é o outro diretor. Mas se V. Sª vai comprar, não um navio, mas vai adquirir uma empresa que é proprietária de um navio, no nosso direito, quem adquire o controle acionário passa a responder pelas dívidas da empresa, como se V. Sª tivesse comprado só o navio, a sua empresa passaria a responder.

A minha pergunta é esta: os Senhores compraram um navio, que estava resgistrado; os Senhores não foram à Comissão de Marinha Mercante saber a situação desse navio? Qual a dívida em que a empresa era responsável por ela? Os Senhores não foram saber se esse navio estava sob sistema de hipoteca? E a Marinha Mercante permitiu que uma nova empresa adquirisse essa empresa devedora, sem que a nova empresa assumisse o ônus de pagar essa dívida? Isso é que me surpreeende. Primeiro, não diria desídia, nem irresponsabilidade, mas os senhors compram, adquirem o controle de uma empresa, que é responsável por um navio e por uma alta dívida, e o órgão, o cartório permite que esse navio seja tansferido, com toda a empresa, para uma nova entidade, uma nova pessoa jurídica, sem que os Senhores assumam, e até hoje a anterior não pagou, e até hoje os Senhores não pagaram. Quer dizer, houve isso, na nossa organização? Foi isso? Os Senhores compraram sem saber e conseguiram autorização para adquirir o controle, e hoje é como se tivessem comprado o navio? Mais do que isso, compraram a empresa, adquiriram o controle da empresa. Isso tudo se fez e até hoje não se pagou nada, nem os senhores pagaram, nem a anterior. E a anterior não, porque não existe mais, os senhores, hoje, são os responsáveis pela Kommar e a Kommar passou a pertencer aos Senhores, e se a Kommar devia, os senhores, que têm o controle, estão devendo.

O SR. RICHARD KLIEN — Exª, os acionistas da Kommar, atualmente, são o meu sócio, Comandante Barbieto, e eu. A Kommar realmente tem um navio e a Kommar acredita que deve pagar por esse navio e está tomando as providências que ela julga cabíveis para pagá-lo. Nós, justamente, estamos depondo aqui para dizer que nós queremos pagar o navio e que o não pagamento do navio não foi ato cometido por nós, foi ato cometido pela empresa, no passado.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Muito bem!

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sr. Presidente, acho que há uma coisa que precisa ficar elucidada, de maneira muito clara e cabal, o seguinte: um primeiro lugar, aqui temos um depoimento de alguém que exigiu ser ouvido; segundo, a questão pré-interrogatória, até dando maior espaço que já houve nesta Comissão a alguém para falar, a questão argüida não é fato novo no processo. Apenas pediu-se ao depoente, que diz que trabalhou pessoalmente na elaboração deste documento e que o distribuiu com uma série de anexos, e que está fazendo uma longa exposição sobre a história da sua empresa, que trouxe o assunto à Comissão e que veio à Comissão a pedido próprio — dois itens fundamentais — que pelo menos fizesse o seguinte: lesse para nós o que está escrito por ele, isto é, que ele explique o que ele escreveu. Ninguém está levantando argüição de fato novo e surpreendente, está se pedindo a quem aqui veio depor a pedido próprio, com documento escrito, que pelo menos escreva o que leu e diga o que quer dizer, a frase onde fala de idoneidade, ação judicial etc.; etc.; que são afirmativas muito fortes e que não têm nenhuma elucidação. Que ele interprete o que afirma. Porque, afinal das contas, se escreveu e não leu ou se lê e não elucida, a situação nossa é extremamente difícil. Essa é que é a situação. Ninguém inovou, pediu-se que explique o que escreveu. Então, não há nenhum intuito de criar nenhum tipo de tumulto; há a cobrança mínima que se deve cobrar de um depoente. É que se trouxe um depoimento por escrito, é uma vantagem de depoente, a regra geral é que não se traz depoimentos por escrito, mas que o faça se quiser, que pelo menos interprete o que escreveu, para que não seja mera repetição, que uma vez pedido esclarecimento, crie-se uma situação de absoluta incapacidade de aprofundar a elucidação.

É um fato que eu acho fundamental, sobretudo de um depoente que diz o seguinte: que cobra o direito de depor pelo jornal; que nos explica que foi quem conseguiu transportar a preço muito mais baixo da Argentina para cá uma fábrica, graças às suas gestões pessoais; que está transportando os carros da Fiat daqui para o exterior; que foi o homem que levou a posição da empresa ao Encontro Nacional dos Exportadores, conseguindo recomendações muito significativas, que, afinal, mostra-se no depoimento como a figura símbolo da empresa, um homem que, externamente, manifesta as posições da empresa. Tanto que manifesta, que foi para os jornais cobrar o direito de vir aqui fazer uma longa exposição e fazer uma palestra sobre a empresa. Então, parece-me absolutamente pertinente que perguntemos a ele, pelo menos, se ele sabe a situação do navio, que é o único que a empresa tem, uma das duas empresas de que ele é titular, só isso.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — A Presidência vai dar continuidade à sua exposição, Sr. Richard, esclarecendo, entretanto, que o seu depoimento está excepcionalmente sendo produzido em parte por escrito, ele está sendo lido. Embora estejamos autorizados a recorrer ao Código de Processo Penal não há nenhuma disposição do Código de Processo Penal que permita a leitura do seu depoimento. Pelo contrário, é expresso o Código de Processo Penal, quando diz que o depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha fazê-lo por escrito. De maneira que é uma situação excepcional, dado aqui o Código de Processo Penal auxilia nos trabalhos desta Comissão e o objetivo nosso é o de um amplo esclarecimento da verdade. Mas o que não faz sentido é V. Sª vir aqui apenas para ler um texto, sem nenhum esclarecimento adicional que lhe seja eventualmente solicitado. V. Sª continua com a palavra. E naturalmente, quando não souber assuntos de fato, V. Sª naturalmente o dirá, para que fique consignado no seu desconhecimento.

O SR. RICHARD KLIEN — Obrigado, Exª. Eu tenho alguns tópicos que eu gostaria de abordar agora. O primeiro deles é o tópico" navios estrangeiros *versus* navios brasileiros".

NAVIOS ESTRANGEIROS VS NAVIOS BRASILEIROS

O Sr. Santana, se diz contra o afretamento de navios estrangeiros.

Ao mesmo tempo o Sr. Santana, procura impedir a construção de navios brasileiros, lançando dúvidas injustificáveis sobre o excelente corpo técnico do BNDES, quando financiamentos são concedidos.

Também aconselha aos armadores brasileiros a construírem seus navios em estaleiros no exterior, por serem muito caros os estaleiros brasileiros, conforme se vê de seu depoimento perante V. Exª, ao responder a pergunta do Exmº Sr. Senador Jutahy Magalhães (1º vol — pág. 108). O que pretende o Sr. Santana? O desemprego dos metalúrgicos, tão brasileiros quanto os marítimos que o Sr. Santana diz representar?

A verdadeira razão, Exmºs Srs. Senadores, pelo emprego crescente de navios estrangeiros — direta e indiretamente — é a inadimplência da maioria dos armadores. Inadimplência essa que resulta, de acordo com as normas seguidas pelos técnicos e diretores do BNDES, na incapacidade de novas encomendas.

No momento, no setor de carga geral, somente duas empresas, jovens empresas, a Global e a Transroll estão construindo navios no Brasil. A maioria dos demais armadores estão inadimplentes, com o Fundo de Marinha Mercante, e por isso não estão aptos a encomendar navios.

(Carta do Estaleiro Caneco com cronograma de construção dos navios.)

Deixo com a Comissão uma visão gráfica da participação dos navios próprios, dos navios afretados e dos navios estrangeiros na divisão da carga geral. Isso aqui é navio estrangeiro, isso aqui é próprio e isso aqui é afretado brasileiro.

SOBRE OS AFRETAMENTOS

Esse é outro aspecto enfocado pelo Sr. Santana, e também mal enfocado, a questão dos afretamentos estrangeiros.

Tenho consciência de que os afretamentos implicam na saída de preciosa moeda estrangeira.

É indispensável, portanto que V. Exª compreendam o mecanismo de afretamento de navios, e tomem conhecimento da posição de nossa empresa a esse respeito.

A Transroll iniciou suas atividades com o navio Pioneiro, navio brasileiro, tripulado por brasileiros.

Ao expandir suas atividades — e a nossa empresa é e sempre foi pioneira no transporte ro-ro no Brasil como já descrevi anteriormente — necessitou de mais navios adicionais, que só poderiam ser obtidos de dois modos:

— pela sua aquisição, ou
— pelo seu afretamento.

A aquisição foi tentada em diversas ocasiões, como já expus, e somente agora se concretiza, aliás, sob suspeita do Sr. Santana. Para esse Sr. a Transroll é suspeita por contratar a construção de navios brasileiros que substituam tais afretamentos.

Sempre que possível, e até mesmo por imposição legal, e forçada com rigor pela Sunaman, a Transroll só afreta navios estrangeiros após ter consultado as empresas nacionais que operem navios semelhantes aos desejados.

Deve ser destacado que, nos tráfegos de longo curso, até o advento da Resolução nº 9.943, a Transroll só podia operar navios roll-on-roll-off. A frota brasileira de navios ro-ro de longo curso e composta por apenas seis unidades:

— Pioneiro, da Transroll;
— Comodal I, da Comodal;
— Autovia e Autoestrada, do Lloyd;
— Karisma, da Kommar; —Jacqueline, do FMM, e operado pelo LLoyd.

Como V. Exª podem verificar, o número de opções é extremamente limitado, e a exceção de nossos Pioneiro jumborizado, não inclui sequer um único navio do tipo "car carrier", especializado no transporte de automóveis.

Revolta-nos, Exmºs Srs. Senadores e Deputados, que o Sr. Santana, sabedor desses elementos, aponte como irregulares os afretamentos, feitos pela Transroll.

Pausa

O Sr. Santana deve certamente conhecer as operações de seu empregador, a empresa Aliança, e omite que essa empresa paralisou três dos seus navios brasileiros, o Alessandra, o Ana Luiza, e o Bianca, demitindo suas tripulações brasileiras.

Omite esses fatos e dá como perfeitamente natural e justo que, ao mesmo tempo, a Aliança afreta os navios estrangeiros Laplandia e Saxonia. O Sr. Santana afirma que por serem "ice classe", esses navios são insubstituíves por navios brasileiros.

Ora, apenas no auge do inverno europeu, essa característica pode vir a ser necessária, isto é, durante algumas poucas semanas do ano pode ocorrer uma conjunção de fatores em que navios que não são "ice classe" tenham que esperar alguns dias antes de entrar ou sair de alguns portos escandinavos...

A Aliança opera nesses tráfegos há mais de vinte anos e, portanto, os conhece bem. Se a característica "ice classe" é tão necessária, por que não construiu navios com esses particulares? Os estaleiros brasileiros não tiveram qualquer dificuldade em dotar os novos navios da Transroll, Intrépido e Independente, da característica "ice classe".

Quanto aos navios Laplândia e Saxônia, cujo afretamento pela Aliança, ele defende, o Sr. Santana, homem conhecedor da área de marinha mercante, não deve desconhecer o livro de registro de navios, o Lloyds Maritime, Directory. A edição de 1987 dessa publicação tem, na sua seção de bandeira alemã, a empresa Maritime Services Aleuropa, de Hamburgo. Essa empresa figura como administradora de quatro navios: Laplândia, Saxônia, Ouro do Brasil e Sol do Brasil, todos os quatro afretados há anos à Aliança.

O Sr. Santana, maquinista da empresa Aliança, como ele mesmo declara em seu depoimento, em suas viagens como tripulante, certamente teve contato com seus agentes na Europa que, conforme o Boletim "Informações aos Exportadores", página 20, da Sunamam, é a própria Maritime Services Aleuropa, a administradora desses 4 navios, que são afretados, há muito tempo, pela Aliança. Confirmado, aliás, pelo mesmo número de telefone, 339610, de Hamburgo.

Uma particularidade a mais, Srs., apenas. Apenas com os velhos navios Ouro do Brasil e Sol do Brasil, navios com dezoito anos de idade, a Aliança tem dispendido aproximadamente 17 milhões de dólares a cada ano.

Cabe ainda acrescentar que a Transroll e a Global foram as únicas empresas que garantiram seus financiamentos com bens pessoais de seus titulares, fato que demonstra seriedade de propósitos e confiança em seu trabalho.

Outro assunto é a desdolarização.

O Sr. Maurício Santana deu a entender que a nossa empresa e eu, pessoalmente, fomos beneficiários da recente desdolarização dos financiamentos, introduzida pelos Decretos-Leis nºs 2.404 e 2.414.

Nada mais falso. Com efeito, somente foram beneficiados pela de dolarização os navios construídos no Brasil. O Pioneiro, conforme já foi dito, já foi construído na Espanha.

O navio Karisma, igualmente, não é abrangido por essa medida, que se aplica apenas a financiamentos concedidos com recursos do Fundo de Marinha Mercante, o que não é o seu caso.

Esqueceu-se de dizer o Sr. Santana que a Aliança, ao contrário, é extremamente beneficiada por essa medida, já que é titular de diversos financiamentos abrangidos pela mesma, e inclusive consta estar inadimplente em alguns desses financiamentos.

Se eu olhasse de maneira particular apenas os interesses da Transroll, deveria certamente estar protestando contra a desdolarização, que somente nos prejudica. Os recursos disponíveis do Fundo de Marinha Mercante serão menores, e diversas empresas inadimplentes poderão regularizar sua situação, e voltar a encomendar navios.

Ao insinuar que a Transroll foi indevidamente — e a única beneficiária dessa desdolarização, quando ela sequer foi por ela alcançada, o Sr. Santana claramente prejudica a desdolarização, lançando suspeita sobre uma medida necessária e sadia, que gerará milhares de empregos para os marítimos brasileiros.

Ora, ao regularizarem sua situação perante o FMM, diversos armadores estarão em condições de encomendar navios, navios brasileiros com marítimos brasileiros.

Estranho representante teriam nomeado os marítimos...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Sr. Relator, V. Exª tem a palavra.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Gostaria de perguntar ao depoente apenas o seguinte: V. Sª é favorável ou contrário, entende adequada ou inadequada essa questão da desdolarização?

O SR. RICHARD KLIEN — Sou favorável.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª entende que ela foi útil a todas as empresas, beneficiou mais algumas? Qual é, nesse particular, a sua análise?

O SR. RICHARD KLIEN — A desdolarização é absolutamente necessária, na minha opinião, para o setor como um todo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Por quê

O SR. RICHARD KLIEN — Para regularizar a situação de diversos armadores que estão inadimplentes.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, o benefício da desdolarização, a razão da ocorrência da desdolarização é que ela é instrumento capaz de fazer com que os inadimplentes, graças a essa medida, paguem a inadimplência? Essa é a justificativa?

O SR. RICHARD KLIEN — Se V. Exª me permite, eu diria até que os tribunais já confirmaram a correção legal, o fato de que a desdolarização pretendida pelos armadores está sendo feita de acordo com a lei. Parece-me que os tribunais já confirmara isso, inclusive.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não estou pedindo uma informação jurisprudencial, nem sobre matéria jurídica. Parece-me que não é o seu forte a matéria jurídica, como vimos anteriormente. E quanto às decisões dos tribunais, elas ainda são incipientes, não há trânsito em julgado de decisão no Supremo. Estou perguntando sobre a sua opinião o por quê? Qual é a conseqüência? Qual é o volume dessa medida, que essa sim é a sua área, V. Sª é diretor financeiro de uma empresa, diz que é favorável à desorganização. Volto a dizer, que amplitude ela teve? Que consqüência ela teve? Que empresa abrangeu? Por que ela foi feita? Quem está, na verdade, respondendo pela desdolarização? De onde saem os recursos?

O SR. RICHARD KLIEN — A desdolarização ela abrange as empresas que construíram navios no Brasil e que estavam indexados em moeda estrangeira. Das cinco empresas que atuam no longo curso eu acredito que a desdolarização alcance a todas essas empresas, inclusive as empresas estatais: o Lloyd e a Docenave.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Qual é o volume dessa operação?

O SR. RICHARD KLIEN — V. Exª vai me perdoar, mas eu não sei.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não voltarei, depois, ao assunto.

O SR. RICHARD KLIEN — Sobre a destinação do adicional de frete de Marinha Mercante, estranhei sempre as declarações do Sr. Paulo Cotta, atual diretor Superintendente da Aliança. Enquanto trabalhava como secretário do Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante, uma de suas tarefas, sem dúvida, era de cobrar as dívidas dos armadores inadimplentes. Qual a minha surpresa, quando, após desligar-se do Conselho, o mesmo, subitamente, muda de posição e declara à imprensa que a dívida é indevida. Indevida sim é a resolução 1ª e única na sua gestão. Esclareço que o Fundo de Marinha Mercante não tinha, como prática, emitir resoluções diferentes da Sunamam, que já emitiu 10 mil resoluções durante a sua história. É a Resolução 00185 de 22 de fevereiro de 85. A lei brasileira, através do Decreto nº 88.420, então em vigor, determinava a reversão para o armador brasileiro, exclusivamente da parte do FRM, gerado por navios brasileiros, próprios ou afretados. Parece-me que não há nada mais justo. A Resolução nº 1 do Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante, autoriza essa reversão, em outros casos, o que me parece contrariar frontalmente o disposto em diploma legal que lhe é superior, que é o Decreto nº 80.420.

Os motivos que me levam a trazer esse fato a esta Comissão prende-se a que a maior beneficiária desse dispositivo, creio a única na época, era a Empresa Aliança, que precisamente nessa época, com diferença de apenas dois meses, o Sr. Cotta deixava a Secretaria do Conselho para assumir a superintendência daquela empresa. Temos um outro evento ainda.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Por obséquio, quem é o Sr. Cotta, quer dizer, qual é, na verdade, nós não temos tanta intimidade com as pessoas dirigentes e atuantes nessa área de Marinha Mercante, eu pediria que V. Sª a identificasse melhor.

O SR. RICHARD KLIEN — Ele é o Diretor Superintendente da Companhia de Navegação Aliança, na qual trabalha o Sr. Maurício Santana.

O SR. CARLOS CHIARELLI — Sr. Cotta, qual é o pré nome, enfim...

O SR. RICHARD KLIEN — Paulo Cotta.

O SR. CARLOS CHIARELLI — Mora onde?

O SR. RICHARD KLIEN — Não conheço seu endereço. Trabalha na Companhia Aliança, no Flamengo, no Rio de Janeiro.

Antes de subitamente e para surpresa geral do mercado se alçado a essa posição de Diretor Superintendente da Aliança, o Sr. Cotta, como já disse, era Secretário do Conselho do Fundo.

Menos de um ano depois dele tranferir-se para a Aliança registrou-se uma transação curiosa envolvendo as duas entidades. Trata-se da Resolução 2 do Fundo de Marinha Mercante. Essa Resolução 2 permitia a Aliança tranferir para uma pequena empresa de cabotagem três navios que não desejava, e, juntamente com os navios, livrar-se de dívidas com o Fundo de Marinha Mercante que totalizavam 16 milhões de dólares.

Essas dívidas foram transferidas, dispensando-se garantias correspondentes a 115% desse valor, exigidas pelas Normas Gerais do Fundo de Marinha Mercante. Segundo o Sr. Paulo Cotta, nessa mesma entrevista aqui, esses navios não valiam mais que 3 milhões de dólares. (Página 2 da mesma revista, revista *Navegação,* de março de 86). Desconhecemos a evolução desse caso, porém a mesma revista noticiava, em sua edição de 87, que o comprador tinha se tornado inadimplente quanto a esse financiamento.

O FMM tinha mais de US$ 16 milhões a receber de uma empresa sólida, parte de um grande grupo, que certamente tinha condições de pagar seus débitos.

A garantia que tinha o FMM nesses financiamentos era a solidez dessa empresa, pois a

própria devedora declarava que os navios não chegavam a valer US$ 3 milhões.

Surpreendentemente uma pequena empresa se dispõe a assumir essa dívida superior a US$ 16 milhões, e que oferece como única garantia navios que valem menos de US$ 3 milhões.

Nem os poucos meses que Aliança ainda garantia o pagamento das prestações foram suficientes para que a nova proprietária se capitalizasse para pagar os financiamentos.

E a garantia de 115% que é exigida pelo FMM?

Nunca gastei meu tempo em pesquisar a vida alheia. Prefiro sempre tratar dos nossos negócios, ou curtir os meus filhos.

Instigado que fui pelo Sr. Santana a relatar a verdade dos fatos sobre a minha empresa, e que fui me interessando em saber o que tanto conversavam o Sr. Santana com Sr. Cotta.

Finalmente, a última questão é sobre a Resolução nº 9.943/88, amplamente discutida aqui, nesta Casa, pelo Dr. Maurício Santana:

Pretende o Sr. Maurício Santana rotular de irregular a resolução 4.493/88, que admitiu a Transroll na Conferência Brasil-Europa-Brasil.

Sobre isso tenho a esclarecer, inicialmente, que a Política Nacional de Navegação e Marinha Mercante, e um documento resultante de amplo debate de todos os setores interessados na navegação, inclusive sindicatos de marítimos, usuários, empresas de navegação e Governo. Esse documento, em seu art. 3º, indica, entre os princípios básicos de sua estrutura, o seguinte:

> "II — igualdade de oportunidade no exercício das atividades da navegação mercante, mediante tratamento equitativo às empresas brasileiras de navegação;"

O art. 4º, por sua vez, relaciona os objetivos da Política, entre os quais;

> "II — redução de custos, contribuindo para a expansão das exportações brasileiras e para a diminuição dos preços finais dos bens no abastecimento interno;"

Temos um caso aqui, que são os perfilados da Rede.

> "III — aumento da competitividade da Navegação Mercante Brasileira do Transporte internacional;"

Temos aqui o caso da Fiat.

> IV — "incrementeo da participação das embarcações de registro brasileiro, operadas por empresas de navegação, nas receitas e fretes geradores pelas atividades de navegação mercante, no intercâmbio comercial internacional do país;"

Permito-me analisar, de início, a Resolução nº 9.943/88, no contexto dos dispositivos da Política Nacional de Navegação e Marinhas Mercantes do Brasil.

A Transroll, conforme já mencionado aqui, no tráfego de longo curso, durante anos, retornou da Europa com seu navio vazio.

Peço a V. Exª que notem o absurdo da situação. Uma das poucas empresas que não estavam inadimplentes, que pagava seus compromissos com o Fundo de marinha Mercante absolutamente em dia, era obrigada, por força das resoluções que autorizavam a operar, a viajar sempre da europa para o Brasil, com seu navio inteiramente vazio.

O resultado prático de tais resoluções, que passo às mãos de V. Exª, era o retorno em lastro.

Com efeito a Resolução/Sunamam nº 7.698/83 autorizou a Transroll a trafegar no longo curso transportando veículos sobre rodas sem carga somente no sistema Roll-On/Roll-Off, respeitadas as áreas dos Acordos Bilaterais e dentro do que estabelece a Resolução nº 7.275.

A Resolução nº 7.275/82, por sua vez, alterava à de nº 6.152/79, para alcançar com a exclusão do escopo das conferências. "Veículos sobre rodas, sem carga, em quantidades acima de 200 (duzentas) unidades, ou carregamentos completos, acrescidos do complemento contratual de peças de reposição imediata referentes aos citados veículos, até o limite máximo de 10% do valor FOB contratual desses veículos embarcados em um só navio tipo Roll-On/Roll-Off".

Assim, a Transroll somente podia transportar veículos sobre rodas sem carga.

Ora, como o Brasil não importa veículos, estava a empresa condenada a retornar em lastro.

Isso foi objeto de inúmeros protestos dos usuários, tanto importadores, quanto exportadores, pois os primeiros se viam sem o serviço de boa qualidade que prestamos, e os segundos tinham seus custos onerados pelo retorno vazio, a ser coberto pela pernada de ida.

Apesar disso, a Transroll conseguia competir, reduzindo seus fretes e ajudando a escoar nossa exportação. Uma das coisas foi a jumborização do navio que nós realizamos, a que já me referi. Mas a Política Nacional de Navegação e Marinha Mercante, apesar de ainda não sintetizada aí estava a exigir.

Art. 3º — II — igualdade de oportunidade, mediante tratamento equitativo às empresas brasileiras.

Assim, dentro desse espírito, foi baixada pela Sunamam a Resolução nº 9.101/86, que beneficiava a Kommar, a Comodal e a Transroll. Abra-se parênteses para informar que eu e Washington Barbeiro somente adquirimos as ações da Kommar mais de 1 (um) ano após a Resolução nº 9.101.

Repetindo, a resolução alcançava três empresas, entre as quais a Transroll.

O fato é que a Transroll, por ser a única empresa adimplente entre as alcançadas pela Resolução nº 9.101, iniciou, imediatamente e com pleno sucesso a operar.

A medida foi, na época, aplaudida pelos usuários que perceberam o óbvio: maior competição significava melhoria de serviços e redução de custos, via de conseqüência, de fretes.

A participação da Transroll foi mais um sucesso, limitado apenas pela restrição que lhe foi imposta, o limite de 5%.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Por obséquio. Essa frase: "posteriormente, em razão da medida judicial, a que me referi anteriormente, de nossa iniciativa, a Kommar entrou para esse rol dos adimplentes". A que V. Sª está se referindo aqui?

O SR. RICHARD KLIEN — Estou me referindo ao fato de que procurei uma solução para a dívida do Karisma, que nós já abordamos anteriormente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim, mas V. Sª agora volta a referir, por isso é que não é questão de insistência. V. Sª é que traz o assunto de novo.

O SR. RICHARD KLIEN — Eu justamente não li essa parte.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E ao trazer o assunto de novo exige um esclarecimento, inclusive dá uma conseqüência prática. V. Sª diz que pela medida judicial a que me referi, como se algo fosse já resolvido, esclarecido, liquidado, informado, de nossa iniciativa a Kommar entrou para o rol dos adimplentes. Então foi essa medida judicial que acertou uma empresa inadimplente, fazendo com que ela ficasse adimplente, e colocando-a no rol das beneficiárias da resolução. Então como é que é essa mecânica? Nós vamos ter que voltar ao assunto. V. Sª vai ter que explicar, porque V. Sª retomou o assunto. Ou V. Sª não sabe? E aí nós resolvemos a questão de pronto.

O SR. RICHARD KLIEN — Eu sei o que já falei.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não, não, mas aqui nós estamos num outro capítulo. V. Sª retomou, ou anteriormente V. Sª deu uma informação de que havia uma ação judicial. Perguntou-se que ação era, as conseqüências, contra quem, e V. Sª então chamou um assessor que o substituiu no depoimento, e V. Sª ficou como porta-voz, e V. Sª deu uma série de informações. Mas aqui V. Sª retoma o assunto, e o faz de uma maneira mais do que importante. V. Sª dá a solução administrativa, financeira, empresarial da questão, já dizendo que a empresa se beneficia de uma medida tomada, porque houve uma medida judicial a qual se referiu antes, e que conseguiu mudar a natureza da situação, a natureza financeira, de inadimplente a empresa passou a adimplente. Eu não estou discutindo qual foi a medida, qual o resultado. Eu quero que V. Sª nos explique o que é isso, porque milagre só Jesus Cristo.

V. Sª se limita ao que está escrito aqui?

O SR. RICHARD KLIEN — V. Exª me permita dizer o seguinte: considero, dentro do meu conhecimento jurídico, e aqui estou falando por mim, não pelo meu advogado, porque não o consultei, fui eu que escrevi esse pare-

cer, que ao estar a ação *sub judice*, eu fiz o que podia fazer para honrar o compromisso que julgo que a empresa tem. E por isso julgo que estpu agindo corretamente, e usei a palavra aqui adimplente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª entenda perfeitamente a pergunta: eu não estou discutindo idoneidade, seriedade, o seu juízo crítico de consciência, isso é um problema que não está em pauta, nem estou de maneira nenhuma questionando. Não se trata aqui de acusação, trata-se aqui de elucidação, depoente é para depor, depoimento é para informar, sobretudo quando traz escrito um texto, e já chega o texto com uma conseqüência de um fato anteriormente referido. Então, o que está se fazendo aqui não é um julgamento, se está pedindo e cobrando uma informação. É por sua livre recreação, por seu entendimento, digamos assim, V. Sª é advogado?

O SR. RICHARD KLIEN — Não Exª, eu sou economista.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então V. Sª faz essa afirmativa aqui, de que a empresa deixou de ser inadimplente e passa a integrar o rol dos adimplentes como uma manifestação sem, digamos, fortalecê-la com uma garantia jurídica, é o seu entendimento particular e espontâneo? Ou V. Sª diz isso porque disso decorreu alguma conseqüência empresarial, negocial ou financeira? Quer dizer, a ação fez a empresa sair da inadimplência para a adimplência e com isso está sob o amparo, sob o guarda-chuva da resolução? Esse fato aconteceu? A empresa foi entendida como adimplente?

O SR. RICHARD KLIEN — Esse julgamento de adimplente ou não para usufruir os benefícios da resolução, acho que deveria ser da Sunamam e ela não cancelou a resolução.

Eu gostaria de esclarecer o seguinte...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A pergunta é a seguinte: ela albergou, ela abrigou a empresa dentro daquelas por ela entendida como adimplentes, tiveram algum tratamento a respeito como tal? A Sunamam considerou a empresa como adimplente a partir dessa ação ou não? Ou é V. Sª que está considerando? É isso que eu...

O SR. RICHARD KLIEN — Eu que estou considerando e gostaria de esclarecer, gostaria de acrescentar a esse depoimento, embora não esteja escrito, porque isso aqui, realmente como V. Exª vêem, é o meu texto que preparei para ler aqui, gostaria que constasse do meu depoimento o seguinte:

> "Entrou para o rol dos adimplentes e está, portanto, tratando do assunto *sub judice*."

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Mas não é possível. V. Sª acaba de dizer aqui o seguinte: posteriormente, em razão da medida judicial a que me referi anteriormente, de nossa iniciativa, quer dizer, em função disso, em face dessa medida, a Kommar entrou para esse rol dos adimplentes. Quer dizer:

> "Kommar e Comodal não puderam se beneficiar da resolução por estarem inadimplentes. Posteriormente, em razão da medida judicial de V. Sª, a que V. Sª se referiu, de sua iniciativa, a Kommar entrou para o rol das adimplentes."

Quer dizer, V. Sª disse que ela era inadimplente em razão de um provimento de jurisdição que decorreu da medida judicial que V. Sª propôs ela passou a ser adimplente. Como é que foi isso?

Embora a referência seja sobre a matéria judicial, mas é uma questão de fato. V. Sª disse que ela era inadimplente e se tornou adimplente. Como é que foi isso?

Isso é importante porque não pode ficar um texto sacado do vazio, do nada, se V. Sª o redigiu, redigiu em face de um fato que V. Sª tem conhecimento.

Eu quero advertir V. Sª que V. Sª está sob juramento e está lendo um texto e não está protegido contra as incursões eventuais para esclarecimento desse texto partindo dos Srs. Senadores. E se V. Sª disse que redigiu o texto, não o redigiu sequer com o auxílio de advogado, redigiu pessoalmente, e não sabe explicá-lo, V. Sª roça a faixa do perjúrio porque afirmou que só diria a verdade e chega aqui fazendo uma afirmação que não tem sustentação.

Quer dizer, essa afirmação sem sustenação, se ela não encontra respaldo, V. Sª não pode esclarecê-la, V. Sª começa a tocar na área do perjúrio, do falso testemunho.

O SR. RICHARD KLEIN — Eu acredito, Exmº Senador, que a empresa tomou as ações necessárias para estar adimplente. Daqui para a frente cabe a decisão da Justiça determinar o seu julgamento.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Quer dizer que ela entrou em juízo objetivando estar adimplente. Então, ela não está adimplente, é isso? Porque se está, depois de ter tomado a medida judicial, houve um provimento de jurisdição, transitou em julgado, quer dizer, houve uma sentença, houve um acórdão. Transitou em julgado, ou seja, contra o qual não há mais recurso, e que finalmente produziu a situação de adimplência e V. Sª também sabe o que é.

Estou esclarecendo esses fatos porque V. Sª os está afirmando, então tenho que buscar de V. Sª um esclarecimento mais profundo acerca deles e V. Sª não está dando.

Então, em virtude da medida judicial, ela que não era adimplente, que era inadimplente, tornou-se adimplente, ou está em vias de se tornar adimplente. E V. Sª, então retifica o seu texto.

O SR. RICHARD KLIEN — Está em vias de se tornar adimplente. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Quer dizer, o que V. Sª disse, portanto, não é verdade. O que V. Sª disse não é verdade, ela não é adimplente, ela está em vias de ser adimplente.

É assim?

O SR. RICHARD KLIEN — Eu absolutamente não procurei fugir da verdade, mas acredito que os termos em que V. Sª está colocando a questão estão mais corretos e eu gostaria de substituir esse texto aqui, se V. Exª me permitisse e dizer que ela está tomando-se ou está, como disse V. Exª, em vias de se tornar adimplente. Eu julgo realmente que a empresa estava inadimplente.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — E continua inadimplente.

O SR. RICHARD KLIEN — E continua inadimplente.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Muito bem, então, o que V. Sª disse não é verdade. Tem a palavra o eminente Relator.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sr. Presidente, por essas e por outras, acredito que seria da mais absoluta necessidade, até — para evitar — porque o nosso propósito aqui não é perseguir nem intimidar quem quer que seja — falhas no depoimento, imprecisões, quem sabe lapsos de memória, coisas dessa natureza, que ademais da petição já feita pelo Senador José Paulo Bisol, em termos de que requisitássemos a inicial desse processo, acredito que teremos de ir da inicial à terminal, em termos de até onde está o processo — não sei, porque até agora não sabemos. Ele deve estar se desdobrando. Não sei em que momento processual está-se vivendo. Acho que é fundamental para que, ao invés de ficarmos nesta espécie de garimpagem, como dizia V. Exª, possamos ter esse documento, o que facilitaria muito a questão. Saber onde, perante que foro, parece-me que até consta aqui, perante o Juízo Federal, solicitarmos, providenciarmos, porque não, a cópia autenticada para termos aqui a documentação.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — A Presidência determina à Secretaria as providências no sentido da formalização desse pedido com vistas à obtenção desses elementos de informação.

V. Sª continua com a palavra.

O SR. RICHARD KLIEN — A Resolução nº 9.101, no entanto, era provisória. A Sunamam agia com prudência. Apesar de saber que a política nacional de navegação em marinha mercante modernizava o nosso meio naval, preparando-o para o salto em direção ao futuro que se seguiria, a Sunamam implantava com sabedoria.

A Resolução nº 9.101 demonstrou o seu acerto, resultando, desde logo, em melhoras de preços e redução de custos. Era necessário, no entanto, ampliá-la. A política a que me já me referi já havia sido sintetizada. Seus objetivos teriam de ser perseguidos, o tratamento equitativo entre empresas teria de ser implementado, a redução de custos, o aumento de competitividade e o aumento de embarcações brasileiras nos tráfegos tinham de ser providos.

Ora, quem estava, efetivamente, usando a Resolução nº 9.101? Quem estava sendo dis-

criminada? Quem estava reduzindo os custos? Quem tinha possibilidades de aumentar o número de embarcações brasileiras nos tráfegos? A Transroll. A Transroll valeu-se imediatamente da resolução nº 9.101. A Transroll que estava sendo inicialmente obrigada a retornar seu navio vazio da Europa e depois da 9.101 estava limitada a participar em 5% dos fretes da Conferência. A transroll que já havia reduzido o frete unitário de veículos da Europa de 560 para 180 dólares. A Transroll que era a empresa que mais construía navios no Brasil.

Assim, no contexto da política nacional de marinha mercante, as resoluções nºs 9.942/88 e 9.943/88 eram conseqüências lógicas da atuação da Transroll em face da Resolução nº 9.101. e todos do setor tinham conhecimento disso. Todos as esperavam. As resoluções incriminadas pela Aliança só surpreenderam a ela própria. É claro que todos os interesses prejudicados reagem. O cartel, como um todo, protesta, mas só a Aliança promoveria uma campanha milionária como a que vem desenvolvendo e tentaria jogar lama sobre tantas pessoas, empresas dignas e entidades dignos e competentes.

O que fizeram, na realidade, as Resoluções nºs 9.942 e 9.943? A primeira estendeu a todas as demais empresas os direitos que eram das empresas *ro/ro*, dando-lhes, a todas, a prerrogativa de transoportar veículos sobre rodas, de ir em qualquer porto, indiferente de linhas, sem retirar-lhes quaisquer outras vantagens. A segunda outorgou a Transroll o direito de filiar-se à Conferência BEB, negociando com as demais empresas conferenciadas Lloyd e Aliança a sua cota.

A Transroll e o Lloyd atenderam às determinações da Sunamam contidas nas resoluções e em ofícios que chegaram e chegaram a um acordo. A Aliança, porém, insurge-se contra a Sunamam, a quem compete, por força do Decreto nº 88.420, de 21-6-83:

> "Art. 6º .....
> XI — coordenar a participação das empresas nacionais de navegação nas conferências internacionais de frete e nos acordos de rateio de fretes e cargas.
> ....."

Em lugar de obedecer à lei investe tempo e dinheiro tentando desmoralizar a Transroll.

Examinei a Resolução nº 9.943/88 como resultado lógico da Política Nacional de Marinha e Navegação Mercantes.

Permito-me agora pedir a boa vontade de V. Exª para analisar alguns tópicos do depoimento do Sr. Maurício Santana sobre essa mesma Resolução nº 9.943.

Alega ele que a participação da Transroll na BEB vai significar a substituição de navios brasileiros que ali estão por outros afretados no exterior pela Transroll, com o conseqüente desemprego de marítimos.

Nada mais falso.

Tanto o Lloyd como a Aliança têm navios estrangeiros afretados. É facílimo remanejar um outro navio nacional do tráfego da BEB para aqueles tráfegos, cancelando os afretamentos.

Vejam V. Exªs que, com tal medida, e o Sr. Maurício Santana conhece bem o negócio naval para saber disso, o que vai ocorrer é, de início, a substituição de navios estrangeiros afretados por outros do mesmo tipo.

Posteriormente, à medida em que o Transroll receba os navios que tem construção, haverá a substituição dos navios estrangeiros por navios brasileiros, com tripulações brasileiras.

Vejam V. Exªs que, sob esse pretexto, a Aliança não poderá desativar novos navios. Terá que arranjar outras razões para desempregar marítimos brasileiras.

Um outro aspecto interessante é a ênfase que à Aliança dá ao fato de, na BEB, operarem, do lado estrangeiro, 22 empresas, em oposição a 2 brasileiros.

Os europeus, tanto governos como armadores, têm uma milenar experiência de navegação. Conhecem todos os segredos da atividade.

Parece pelo menos estranho que mantenham 22 empresas num tráfego, quando o rentável, segundo alega o Sr. Maurício Santana, seria a participação de duas.

Ou será que o estranho é manter apenas 2 empresas num tráfego que, para os europeus, comporta 22?

A explicação aparece no mesmo depoimento, quando o Sr. Maurício Santana insiste que as conferências são cartórios.

O que havia Exmºs Srs. Senadores, exatamente eram empresas privilegiadas por cartórios. Isso é o que o Sr. Santana defende. O privilégio cartorial que tinha o seu empregador.

Os europeus mantêm 22 empresas nesse tráfego para estimular a competição entre elas. Para evitar a fossilização de suas máquinas administrativas através de uma atividade cartorial. Não há privilégios. Há a boa administração, o navio bem especificado, o bom executivo, a boa tripulação e, finalmente, o bom preço e o bom serviço. Só assim suas riquezas escoam e invadem os mercados do resto do mundo.

Pela mesma razão a Aliança investe contra a participação do novo membro da BEB. Ela vem sistematicamente sendo beneficiária e vítima dos próprios privilégios. Beneficiária porque esses privilégios proporcionavam-lhe vantagens. Vítima porque os mesmos privilégios lhes retiram a agilidade, a capacidade de trabalhar e de perseguir a redução dos preços e de oferecer os melhores serviços.

Vítima de seus próprios privilégios, perde as licitações feitas com respeito à lei, conforme já mencionei anteriormente.

Vítima de seus próprios privilégios, quando os vê reduzidos e é obrigada a trabalhar para competir, não tem forças para fazê-lo e inicia campanhas, como a que dirige contra a Transroll.

E, além de campanhas, agindo à margem da lei, quando perde uma licitação, após o julgamento, ainda se permite apresentar propostas e a pressionar o órgão promotor, conforme ocorreu no caso da Rede Ferroviária Federal, mencionado em minha apresentação.

Sobre o parecer técnico do BNDES:

Sendo parte interessada a Transroll, eu não tenho conhecimento do relatório, razão por que estranho a violação do sigilo bancário, evidenciada pela posse pelo Sr. Santana, de tal documento.

Afirma o Sr. Maurício Santana (pág. 37, 1º volume) que o relatório, entre outros documentos, chegou-lhe às mãos, sem indicar a origem.

Peço a V. Exª que oficiem ao BNDES para apurar se foram entregues cópias desse documento a pessoas estranhas ao Banco e ao Sr. Maurício Santana, ou ao Sr. Paulo Cotta, atual diretor superintendente da Aliança e ex-secretário do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, para que declinem o nome da pessoa que lhes entregou o mesmo documento.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — A Presidência determina à Secretaria que fique atenta a esse detalhe do depoimento, para efeito das providências que a Presidência, desde logo, defere.

O SR. RICHARD KLIEN — Devo esclarecer, entretanto, que o primeiro projeto foi apresentado em 1984, quando a empresa tinha apenas 4 anos de operação. O relatório, segundo suponho, deve ter tomado por base os elementos de 80/83, que, obviamente, não apresentavam os resultados de uma empresa madura como a Transroll é atualmente.

A empresa vinha, entretanto, em uma evolução natural de organização administrada de forma ágil e moderna, razão pela qual melhorava sua performance.

Os questionamentos, as exigências feitas pelo Banco, ao longo do processamento do projeto, contribuíram para essa melhoria, pois provocaram correções de rota. Ao mesmo tempo os resultados positivos da empresa davam-lhe as condições econômicas necessárias para aprimorar seu quadro executivo, o que provocava novos e rápidos avanços.

Devo acrescentar ainda que, posteriormente ao projeto de 1984, a empresa obteve novos contratos, sendo o mais expressivo, aquele assinado com a Ford visando o transporte de caminhões para os Estados Unidos. Diluiu-se, com isso, o risco relativo à existência de apenas um grande cliente principal.

Assim nos anos posteriores a 1986 modificou-se:

— o perfil de geração de receita;

— a capacidade de avaliação de resultados operacionais;

— a capacidade adminstrativo-organizacional;

— a capacidade técnica para acompanhar projetos necessários à expansão da empresa.

A jumborização do Pioneiro, feita com recursos próprios em estaleiros brasileiros, supervisionada por quadros da empresa, é mais um capítulo na história da Transroll. Essa obra aumentou a capacidade do Pioneiro, de 1.197 veículos para 2.146 veículos. Reduziu o frete unitário em torno de 30%, possibilitando à

Transroll repassar a seu cliente 26% de redução no frete.

Ela, a jumborização, demonstra que a Transroll do projeto de 1986 não continuava a ser a mesma do projeto de 1984.

É importante esclarecer que essa talvez seja a única obra feita com recursos próprios na história da Marinha Mercante Brasileira, essa jumborização do navio Pioneiro.

É preciso notar ainda que o navio do projeto de 1984 estava vinculado ao tráfego para a Argentina, que, durante o estudo chegou a uma quase paralisação. Daí a retomada pelo Governo da política econômica do Cone sul, que originou acordos que, atualmente, estão sendo assinados.

Talvez, por essa razão, as conclusões de que a empresa gerava recursos negativos e de que o navio era inviável economicamente. Mas, como já disse, não tenho conhecimento do relatório.

A Transroll, no entanto, pagava o preço do Pioneiro e mantinha em dia seus compromissos. Sendo, como é, uma empresa que tem crescido somente com a incorporação de seus próprios lucros, se gerasse efetivamente recursos negativos teria simplesmente falido, o que, é fácil de ver, não ocorreu.

Quanto ao segundo projeto, o de 1986, a Transroll, além de maior experiência, já tinha novos perfis técnicos e econômicos financeiro e uma nova relação de clientes.

Já, por outro lado, havia aprendido também que um navio vinculado a um só tráfego pode inviabilizar-se por problemas conjunturais desse tráfego.

Os navios devem ter a possibilidade de remanejamento.

O projeto de 1986, em conseqüência, apresentava uma operação integrada para diversos tráfegos, o que justificou plenamente a concessão de financiamento para dois navios de 12.400 TPB, cada um.

A prova do acerto da decisão do Banco é que, já em 1986, a Transroll utilizava nos tráfegos das Américas três navios somando 26.800 TPB e hoje opera, nos mesmos tráfegos, quatro navios que, juntos, alcançam a 36.100 TPB.

Ante tais números, não vejo como lançar suspeitas contra um corpo técnico reconhecidamente íntegro e competente como o do BNDES.

Finalmente, quero agradecer a V. Exªs terem atendido ao meu pedido para prestar este depoimento, através do qual, respondo às perguntas que me forem feitas e prestando os esclareciemtnos adicionais que, eventualmente, se façam necessários, pretendo apresentar-me e os informar, da empresa de que faço parte, e espero ter demonstrado, através de fatos, documentos e argumentos que:

— acreditamos nos marítimos e nos estaleiros brasileiros;

— que a Tansroll é a empresa de navegação que mais constrói navios neste País;

Transroll é a empresa que, privada no setor de carga geral, mais constrói navios neste País. Estou retificando o que está escrito.

— que somos contra o afretamento de navios estangeiros e só os afretamos em face da inexistência de disponibilidade de embarcação RO-RO brasileiras para afretamento;

— que quando há disponibilidade, afretamos navios nacionais, como comprovam os afretamentos dos navios Autovia e Autoestrada, do Lloyd Brasileiro e do Graciela Ferraz, carregando, hoje, os perfilados na Polônia a que me referi anteriormente;

— que, quando acionistas menores da Transroll adquiriram o controle acionário da Kommar, a primeira, imediatamente, concedeu o afretamento de um navio estrangeiro que mantinha na linha Chile-Peru, substituindo-o pelo nacional Karisma, tomando em afretamento à 2ª empresa;

— que, por tais razões, o relacionamento da Transroll com os marítimos é de tal ordem que, quando da greve da categoria, em março de 1987, o Pioneiro foi dos poucos, talvez o único, navio não palaralisado pelos grevistas;

— que o universo da navegação é pequeno, razão pela qual conheço todos os seus membros, sejam funcionários do Governo, sejam das empresas privadas se conhecem e, em decorrência do que tratamos diretamente com os funcionários do Governo, sem necessidade de intermediários;

— que, a nosso ver, o que existe é uma tentantiva de escândalo provocada por parte da empresa Aliança, para evitar a sadia competição no seio da Conferência Brasil-Europea-Brasil, afastando a nossa empresa desse tráfego;

— que, para isso, a referida empresa se utiliza de um seu funcionário, o Sr. Maurício Santana, o qual foi repudiado pela sua própria categoria, o Sindicato Nacional dos Oficiais de Máquinas da Marinha Mercante;

— que, ainda com o mesmo objetivo, a Aliança lança mão dos préstimos do Sr. Paulo Cotta, que assumiu uma de suas diretorias, imediatamente após deixar a Secretaria Executiva do Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante, cargo que veio favorecer a citada empresa com a Resolução nº 1/85, que contraria a legislação;

— que, chega ao atrevimento de tentar utilizar essa digna Comissão como instrumento para a consecução de seus objetivos;

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — V. Exª tem a palavra.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sr. Presidente, é que, aqui, entre o parágrafo anterior e o que começa a ser lido agora, há um parágrafo de 3 linhas que eu gostaria de elucidar bem; está escrito nitidamente legível e com traços por cima, no qual há uma acusação extremamente contundente com relação à pessoa, que é acusada de promover suborno e de agir contra o Lloyd Brasileiro, etc. A questão que me preocupa sobremaneira é a seguinte: isto foi escrito aqui e apenas parcialmente grifado, como se fosse anulado, mas deixando claramente, para que se pudesse ler, como uma maneira de fazer uma crítica pela qual não se responde, ou o depoente retira expressamente e nega o que está escrito aqui; porque se confirma... Aqui está uma acusação violentíssima; estou lendo e qualquer um lê.

Consulto V. Exª, Sr. Presidente; V. Exª tem o texto na mão? Não lê claramente o que está escrito aí?

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Perfeitamente, todos os Srs. Senadores têm.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, eu gostaria que o depoente, antes de mais nada, diga se confirma — porque também não é um engano escrever 4 linhas com uma acusação violenta a uma pessoa e depois fazer um tracejado, que não elide a leitura, ao contrário, fica perfeitamente claro — ele confirma o que está dizendo aqui ou, também nesse ponto, se retrata.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — V. Sª tem a palavra.

O SR. RICHARD KLIEN — Eu risquei o que está escrito aqui exatamente porque não gosto de levantar acusações que não posso provar. Agora, este fato é conhecido no mercado, mas eu não gostaria que constasse do meu depoimento, tanto é que está riscado.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Quer dizer que V. Sª suprime o texto do parágrafo que começa: "que o Sr. Paulo Cotta... (até)...empresa"?

O SR. RICHARD KLIEN — Eu não li, está riscado e eu não depus isso.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não, Sr. Presidente, volto a dizer. Está no texto, é absolutamente legível, tranqüilamente legível; ou retira e nega — porque essa história de que é conhecido no mercado não me interessa, está, aqui, uma acusação contra a honra de uma pessoa que vai ficar nos Anais, porque a maneira de excluir não borra o fato; está escrito aqui, qualquer pessoa lerá — então, ou retira expressamente, porque dizer que não encampa porque não tem provas mas ao mesmo tempo deixa escrito para que todos leiam... quer dizer, que diabo!

O SR. RICHARD KLIEN — Eu retiro o que está escrito.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Perfeitamente.

Tem a palavra o eminente Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu acho que V. Sª também terá que retirar o outro parágrafo, porque nesse caso também não podemos concordar "que chega ao atrevimento de tentar utilizar essa ldigna Comissão como instrumento para a consecução de seus objetivos"; isso, também, nós não aceitamos. V. Sª quer manter isso também que está escrito aqui? "que chega ao atrevimento de tentar utilizar essa digna Comissão como instrumento para a consecução de seus objetivos"? Com isso,

também, V. Sª está levantando sobre a Comissão uma suspeição que não é verdade!

O SR. RICHARD KLIEN — Não, não estou levantando nenhuma suspeição sobre a Comissão. Tanto é que fiz questão de vir aqui depor.

O SR. ITAMAR FRANCO — Por favor. Com relação a esse parágrafo se quer deixá-lo, é um direito que tem. Se quiser, pode deixá-lo.

O SR. RICHARD KLIEN — Se está dando esse entendimento, perdoem-me, porque não é esse o objetivo. Tanto é que pedi para vir prestar esclarecimentos a esta Comissão. Não estou levantando nenhuma suspeição sobre a Comissão. Portanto, gostaria de riscar esse parágrafo.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Perfeitamente.

O SR. RICHARD KLIEN — Conforme expliquei, fui convidado na quinta-feira. Trabalhei todo o final de semana, inclusive à noite por isso, peço para retificar esse mal-entendido.

— que a Transroll convive harmoniosamente com todas as suas co-irmãs nos tráfesgos Chile-Peru, EUA e Mediterrâneo, mas lamentavelmente tem que enfrentar esse tipo de procedimento quando se trata da Aliança;

— que, ao contrário da Transroll, a Aliança prefere as tripulações estrangeiras , afretando, de forma peculiar, os navios Laplandia e Gotlandia, construídos no exterior, ditos da propriedade de empresas liberianas e manipulados por uma subsidiária da referida Aliança na Europa, denominada Aleuropa;

— que afreta tais navios apesar de haver possibilidade de ampla oferta de navios dos mesmos tipos no mercado brasileiro;

— que a Resolução nº 9.943/88, pela qual a Transroll foi admitida na Conferência BEB obedece as linhas mestras do Plano amplamente debatido pelas empresas de navegação.

Constam, ainda, papéis que ficaram xerocopiadas por baixo, mas que deveriam vir por cima. Se V. Exª me permite, eu gostaria de terminar.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Parece-me: que V. Sª encerra, aqui, o seu depoimento, porque no último parágrafo diz:

> "Coloco-me, agora, à disposição dos ilustres Senadores, para responder às perguntas que forem formuladas, reiterando os agradecimentos pelo atendimento ao meu pedido para ser ouvido por esta digna Comissão."

O SR. RICHARD KLIEN — Estou justamente notando que esses papéis estavam por baixo, mas deveriam preceder o encerramento do meu depoimento. É uma questão de ordem. Dou-me por satisfeito, encerrando o meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Perfeitamente.

O SR. ITAMAR FRANCO — Gostaria de perguntar se V. Sª mantém essas três páginas que estão aqui?

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — V. Sª não leu, mas mantém as páginas de números dez, onze e doze no depoimento?

O SR. RICHARD KLIEN — São mantidas.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sem qualquer correção?

O SR. RICHARD KLIEN — Apenas na de nº 12, na última folha, consta um convite para almoço. Gostaria de deixar o telex ao qual ia me referir, porque é um telex do Dr. Karlos Richbieter convidando-me para um almoço. Pensei que seria um bom exemplo para trazer aos senhores de como lidamos com autoridades freqüentemente. Peço que seja anexado aos autos o telex a respeito de um convite para almoço do Dr. Carlos Richbieter, em que S. Exª demonstra ser normal almoçarmos.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — V. Sª terminou a sua exposição?

O SR. RICHARD KLIEN — Terminei, Exª e agradeço mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Em face do adiantado da hora e na iminência do momento de abertura dos trabalhos da Constituinte, a Presidência encerra a presente sessão, convocando uma outra, para amanhã, às 9 horas e 30 minutos, para dar continuidade ao depoimento de V. Sª A Presidência retifica. Ela não encerra a sessão, mas suspende os trabalhos da presente sessão, dando-lhe continuidade, amanhã, às 9 horas e 30 minutos com o prosseguimento do depoimento de V. Sª Agradeço a presença dos Srs. Senadores, e do depoente.

Está suspensa a presente sessão.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. RICHARD KLIEN EM SEU DEPOIMENTO:

Um outro tópico que a Aliança conhece bem e sobre o qual, através de seu funcionário, Sr. Maurício Santana, procurou iludir V. Exª é a suposta compra do navio Karisma pela Transroll, e a alegada ilicitude de sua operação.

É necessário que os ilustres Senadores tomem conhecimento de todos os fatos relativos ao Karisma e a Kommar, e ao comportamento adotado por seus novos acionistas.

A Kommar foi constituída, conforme V. Sªs podem constatar de seus atos constitutivos em 1980.

Contratou a construção do Karisma com o estaleiro inglês Smith Dock em 1982.

O navio foi entregue pelo estaleiro à Kommar em 1984 e navegou, para o Brasil, sendo legalmente internado e registrado no Tribunal Marítimo em nome da empresa sem qualquer gravame.

A partir desse momento a Kommar iniciou a operação do navio.

Detalhes sobre as transações ocorridas eu não conheço. Somente posso relatar a V. Exª o que conheço documentalmente.

O fato é que, em 30-6-87, adquiri, juntamente com meu sócio, Washington Barbeito de Vasconcellos, a totalidade das ações que formavam o capital da Kommar.

A empresa passava na época por sérias dificuldades financeiras, porém era detentora de bons contratos de transporte de veículos, uma área que meu sócio e eu conhecemos bastante.

Foi uma decisão difícil pois tínhamos conhecimento dos problemas da empresa, inclusive a complexa questão do navio Karisma, porém confiávamos que com trabalho e dedicação nós poderíamos soerguer a empresa.

Ao assumir a direção da empresa, verificamos que a situação desse navio era mais complexa do que imaginávamos, pois não havia nos livros da empresa qualquer contrato para financiamento do navio e seu título de propriedade dava-o como propriedade livre e desembaraçada da empresa.

Imediatamente iniciamos gestões por via administrativa para sanar essa situação, que não nos parecia correta, e nos propúnhamos a pagar um valor justo pelo navio, através da avaliação idônea e independente. Enquanto se processavam essas gestões, o navio foi para o estaleiro sofrer os reparos de que necessitava.

Essas gestões não tiveram receptividade, e assim quase que simultaneamente com o término dos reparos do navio, promovemos ação judicial para esclarecer definitivamente a matéria e livrar-nos, empresários sérios e corretos que somos, de qualquer dúvida quanto à probidade de nossas ações. O caso está atualmente *sub judice* na Justiça Federal do Rio de Janeiro.

O Poder Judiciário dirá se a Kommar tem razão em suas alegações. Nós acreditamos que sim e, por tal motivo, tomamos a iniciativa de levá-las à apreciação dos Tribunais.

É importante notar, porém, que os novos acionistas não agiram à sombra. Ao contrário, ao assumirem o controle acionário da Kommar, de imediato, comunicaram o fato à Sunamam e as demais autoridades competentes. Também, desde logo, tentaram um entendimento através de documentos escritos e assinados. Não sendo possível qualquer composição, seguiram o caminho que lhes restava. Submeterem seu pleito à Justiça do País.

Procederem, em conseqüência, de forma clara, de quem nada tem a esconder, inclusive prestando à imprensa declarações objetivas e verídicas sobre seu comportamento e suas intenções, quando solicitados.

Devo ratificar que a Transroll não tem qualquer ligação, aparente ou não, com a Kommar, salvo acionistas comuns.

Conforme já esclareci, eu e outro acionista da Kommar somos diretores da Transroll, mas não temos o controle, quer direto, quer indireto dessa última empresa.

Quando o Karisma teve condições de entrar em operação, a Transroll afretou-o, colocando-o no tráfego Chile-Peru, em substituição a um navio estrangeiro que mantinha naquele tráfego.

Essa é a empresa que é acusada de promover afretamentos de navios estrangeiros.

Realmente a Transroll afreta essas embarcações, mas somente quando não encontra outros tipos de que necessita, disponíveis no mercado, conforme lhe faculta a lei.

O Sr. Maurício Santana, em seu depoimento, afirma, também, que a Transroll teria se valido da intermediação do Sr. Michael Broad, cunhado do Dr. José Roberto, chefe de Gabinete do Exmº Sr. Ministro dos Transportes, Dr. José Reynaldo Tavares.

Não fosse o respeito que devo a V. Exªs e do dever que tenho como cidadão perante uma Comissão Parlamentar de Inquérito, sequer reponderia a essa acusação, tal a repugnância que ela me causa.

Atendendo porém à situação passo a tratar do assunto.

Conheço o Dr. José Roberto e tenho a honra de ser seu amigo. Assim, é pessoa a quem tenho no melhor conceito.

E, como a ele, conheço o Comandante Goulart, Chefe de Gabinete do Superintendente da Sunamam, conheço o próprio Comandante Murilo Habbema, conheço o Almirante Rutter, Diretor de Longo Curso da Sunamam, conheço o Dr. Mario Picanço, Secretário Executivo do Ministério dos Transportes, conheço o Dr. Luiz Carlos Moreira, conheço o Sr. Paulo Rui, conheço o Dr. Reginaldo Tsigger, conheço o Deputado Amaral de Souza, conheço o Dr. Marcio Fortes, conheço o Almirante Haroldo Rego, conheço o Ministro José Reynaldo Tavares, conheço o Ministro Saboya entre figuras de órgãos do Governo que se relacionam com o setor naval.

É estranho o ataque feito pela Aliança, principalmente porque o Dr. José Roberto é dos poucos funcionários que não trata de assuntos técnicos, não tendo, em conseqüência, que proferir pareceres ou opinar sobre pleitos processados por seu Ministério.

Quanto ao Sr. Micheal Broad, conheço-o como diretor da empresa Graninter. Como conheço também o Sr. Carlos Fischer, o Sr. Leal, o Sr. José Carlos Cardoso Pires, o Sr. Alvaro Camollas, o Sr. Salomão, o Sr. Lorentz, o Sr. Elmo Cerejo, o Sr. Lauritz Lachmann e, talvez uma centena de outros presidentes, diretores e executivos de empresas de navegação.

O universo naval é pequeno e, neles, todos se conhecem, como, suponho, ocorre também no Congresso.

O resto não passa de insinuação malévola do Sr. Maurício Santana.

Nada mais que isso.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Declaro reabertos os trabalhos da comissão que foram interrompidos no início da tarde de ontem, e convido o depoente, o Sr. Richard Klein, para tomar assento aqui à Mesa, para prosseguimento do seu depoimento.

A Presidência concede a palavra ao eminente Senador Carlos Chiarelli, para o início das inquirições.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Depoente, qual foi o faturamento da empresa, no ano de 1987, auferido em fretes, em função da linha Brasil-Europa-Brasil?

O SR. RICHARD KLIEN — Senador, eu não posso lhe dar essa resposta com precisão não, V. Exª me perdoe.

Eu posso lhe fornecer...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª não sabe?

O SR. RICHARD KLIEN — Não; eu não tenho aqui, a empresa sabe, está registrado na sua contabilidade.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª como diretor financeiro não tem esse dado?

O SR. RICHARD KLIEN — Aqui, não Exª

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, qual é o montante de imposto recolhidos pela empresa no Brasil e no exterior no mesmo exercício?

O SR. RICHARD KLIEN — Exª, nós recolhemos na Transroll os seguintes impostos: o INPS, o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, tudo de acordo com a lei, e nós recolhemos o Imposto de Renda, e nós também depositamos, como determina a lei, o valor adicional de frete, para renovação de Marinha Mercante que cobramos nos nossos fretes. Quanto aos valores exatos eu lhe poderia fornecer uma cópia do nosso balanço auditado, pela Press Walterhouse, e que contém todos esses dados; realmente, V. Exª me desculpe, mas eu não tenho esses dados de memória.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª também não tem essa informação?

O SR. RICHARD KLIEN — Eu estou tomando nota das suas perguntas e farei chegar a V. Exª esses dados.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Já que V. Sª não tem esses documentos, não se lembrou que poderia haver esse tipo de pergunta a um diretor financeiro, isto é, qual é o faturamento e qual é o imposto pago? E a Transroll é signatária da Conferência Brasil-Europa-Brasil?

O SR. RICHARD KLIEN — A Transroll foi indicada pela Sunamam a participar do tráfego Brasil-Europa-Brasil, através da Resolução nº 9.943. Essa resolução determina que a Transroll deveria se reunir com as demais empresas do tráfego, a Aliança e o Lloyd Brasileiro para negociar as cotas de participação das diversas empresas.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Essa resolução é específica para esse propósito?

O SR. RICHARD KLIEN — Sim, Exª, a resolução é específica.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Só para inclusão da Transroll na rota Brasil-Europa-Brasil?

O SR. RICHARD KLIEN — Correto. Essa resolução é antecedida por uma outra Resolução, de nº 9.942, determinando que todas as empresas brasileiras de cargas em geral, num longo curso, estão autorizadas a competir em igualdade de condições com a Transroll, no transporte de veículos.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª conhece ou tomou conhecimento de um documento que foi exibido nesta comissão pelo anterior depoente, pelo seu antecessor na listagem de depoimentos, o Sr. Maurício Santana, referente a um telex, atribuído ao Sr. Klutsh Haun, e dirigido a V. Sª? V. Sª tomou conhecimento desse documento? V. Sª sabe da existência, quer dizer, em primeiro lugar, o que V. Sª sabe da existência desse documento, se é que ele existe, e a nós foi entregue uma xerox do documento, sendo V. Sª o destinatário é provável que V. Sª o tenha recebido. Então, a primeira questão é esta: V. Sª recebeu um telex cuja cópia nos foi aqui exibida e sobre a qual foram feitas algumas considerações pelo depoente anterior?

O SR. RICHARD KLIEN — Sim, Exª, nós recebemos cópia desse telex através de um *broker*, que é o Sr. Kluhs Haun.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A data é rigorosamente correta, é março de 88?

O SR. RICHARD KLIEN — O documento está nos autos, e não conferi a data.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Eu sei; quero saber se V. Sª confirma o que está nos autos com o que V. Sª tem, porque é o destinatário.

O SR. RICHARD KLIEN — Eu peço mais uma vez perdão para lhe dizer que, de cabeça, aqui não conferi a data; eu imagino que o documento esteja com a data correta, eu não vejo nenhuma razão para que esteja com outra data...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — É deste ano?

O SR. RICHARD KLIEN — Sim Exª, é deste ano.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A que se refere? V. Sª recorda ou também não lembra disso?

O SR. RICHARD KLIEN — Eu me recordo de que é uma proposta apresentada pela C. Containers, que não foi por nós cogitada, porque não interessava. Gostaria também de esclarecer que o Sr. Klush Haun não tem procuração para receber nem para responder aquela proposta.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Aquele telex não era uma resposta dele a uma inciativa sua?

O SR. RICHARD KLIEN — Não era uma iniciativa nossa Exª

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª não teve nunca contato com esse senhor, no sentido de estabelecer negociações nessa faixa operacional?

O SR. RICHARD KLIEN — Exª, eu conheço o Presidente da companhia C. Containers, porque já fretamos um navio dele, o navio chama-se Tackler Arábia.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim; eu não estou perguntando se V. Sª conheci ou não, para me dar essa informação. Eu es-

tou perguntando se V. Sª teve qualquer tipo de gestão, fez qualquer contato, encaminhou algum expediente, enfim, atuou nessa faixa referente a discutir a possibilidade de que a Transroll encomendasse navios, de maneira que o financiamento ficasse mais barato, navios esses que depois seriam transferidos a uma empresa estrangeira? Em qualquer aspecto, gostaria de uma resposta muito firme de V. Sª, porque ulteriormente poderemos ter outros desdobramentos, com documentos, etc. Então, queremos saber se não há, nunca houve e se só houve essa inciativa assim extemporânea desse senhor, falando-lhe no assunto, ou se houve alguma troca de idéias sobre esse assunto, uma negociação entre as duas empresas?

O SR. RICHARD KLIEN — Nós recebemos essa proposta através da Karl Haun, do Sr. Klush Haun, como eu já disse, mas eu gostaria de deixar bem claro que o negócio é impensável em termos práticos; e, segundo, que a Transroll está empenhada em construir navios para os seus tráfegos. Para isso ela tem um projeto no BNDES, de dois navios que estão em fase final de análise, e ingressou no BNDES, recentemente, acredito que posterior a essa proposta, com o pedido de dois outros navios, que são navios para o transporte de automóveis e para *containers*, que são completamente diferentes desses navios constantes desse telex.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quanto aos planos da Transroll, nós já o sabemos, eu pergunto se essas alternativas negociais se limitam àquele telex, ou se houve outros contatos? A idéia de ceder os navios em afretamento ao custo de baixa rentabilidade, essa negociação foi estabelecida?

O SR. RICHARD KLIEN — Não por nós, Exª

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Nós, no caso a empresa, ou V. Sª pessoalmente?

O SR. RICARDO KLIEN — Nós a empresa, absolutamente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Qual é a situação da tripulação dos barcos de propriedade da Transroll, do barco de propriedade. É uma acusação quanto à desnacionalização do contingente de trabalhadores, como é que V. Sª explica e caracteriza isso, já que no seu depoimento isso é uma coisa referida assim um pouco teoricamente?

O SR. RICHARD KLIEN — Os nossos tripulantes são brasileiros, Exª

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Todos, exclusivamente?

O SR. RICHARD KLIEN — Ao meu pronunciamento, todos os tripulantes do nosso navio são brasileiros. Eu não lido diretamente com essa questão, quem lida é o nosso diretor de Frota, que é o Comandante Viana, mas ao meu conhecimento todos tripulantes são brasileiros; aliás não haveria outra razão para ter tripulantes estrangeiros, porque nós estamos muito satisfeitos com os tripulantes brasileiros.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Agora me explique o seguinte: no depoimento anterior, do Presidente do Sindicato, a Federação, ele nos informou, está aí nos autos, que o Superintendente da Sunamam lhe teria dito, evidentemente que nós poderemos e deveremos ir mais ao fundo nessa questão, de que teria assinada a resolução a que V. Sª se referiu, essa especificamente destinada a dar um tratamento peculiar só à Transroll, em razão de ter sofrido pressões fortíssimas, para assinar o documento, essa é a expressão. Junto a quem a Transroll se movimentou para que tivesse esse tipo de pressões fortíssimas sobre o Superintendente da Sunamam?

O SR. RICHARD KLIEN — Eu não conheço pressões fortíssimas sobre o Superintendente da Sunamam.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª nunca manteve contato, nunca vez gestões, nunca estimulou quem quer fosse a atuar nesse sentido?

O SR. RICHARD KLIEN — Não, Exª

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Isso surgiu como um ato expontâneo de geração própria da Sunamam de repente resolveram baixar essa resolução, seria isso?

O SR. RICHARD KLIEN — Eu não disse isso, Exª

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não, eu é que estou perguntando?

O SR. RICHARD KLIEN — Ah, sim. Eu posso lhe dizer que essa resolução foi baixada pela Sunamam, e nos contatos que eu tenho pessoalmente com o Comandante Habema ele sempre se manifestou totalmente favorável à resolução.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, ele disse que agiu espontaneamente, que ninguém o pressionou. Ou não lhe disse nada?

O SR. RICHARD KLIEN — Ele sempre me disse que era totalmente favorável à resolução, eu nunca lhe perguntei se agiu espontaneamente ou não.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E porque não foi essa resolução tomada antes, se havia tanta manifestação de convicção nesse sentido?

O SR. RICHARD KLIEN — Porque a reação era muito grande.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Há quantos anos existe a sua empresa?

O SR. RICHARD KLIEN — Como eu disse, a empresa foi fundada em 1977, ela recebeu o seu navio pioneiro no final de 1979.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A resolução é de?

O SR. RICHARD KLIEN — Essa resolução?

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — É?

O SR. RICHARD KLIEN — é recente, nós temos a data aqui.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Pois é.

O SR. RICHARD KLIEN — Com licença, eu lhe dou a data, V. Exª gostaria de saber a data, eu pego nas minhas anotações.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Ela é recente?

O SR. RICHARD KLIEN — É.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Porque há esse intervalo se há uma definição tão clara, tão espontânea de parte da Sunamam. Por que houve esse intervalo tão grande? V. Sª, que é um especialista no setor, a que atribuiria essa manutenção do *stato quo* anterior, se a Sunamam tinha essa firme convicção nesse sentido, e a ela caberia deliberar?

O SR. RICHARD KLIEN — Exª, isso eu acho que realmente não sei responder pela Sunamam, V. Exª me perdoa. Eu sei que solicitei, a Tansroll solicitou, a autorização para trafegar nesse tráfego, e a Sunamam concedeu.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quando que V. Exª solicitou?

O SR. RICHARD KLIEN — Solicitou inicialmente, quando nós iniciamos com a Resolução nº 9.101, que data, se não me engano, de 2 anos antes.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E de que data foi essa solicitação?

O SR. RICHARD KLIEN — Com licença. A Resolução nº 9.101 data de 12 de maio de 1986.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Em 1986. Até essé momento essa convicção clara, essa tendência de disposição em abrir para a Transroll, que já existia há tantos anos, não se manifestava na Sunamam?

O SR. RICHARD KLIEN — O Exmº Sr. Superintendente da Sunamam fez distribuir a todas as empresas de navegação uma correpondência delé, anterior a essa data, na qual ele dizia que iria autorizar as empresas *Roll-on, Roll-off* a trafegar no tráfego de retorno de carga geral, e pediu opinião a todos os interessados. Eu me lembro desse expediente, certamente eu poderia produzir esse expediente para V. Exª

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Aqui há expedientes que mostram que a Sunamam reagia a essa situação. Nós temos a informação cabal de que, portanto, havia uma linha, uma posição nesse sentido. Nós temos uma posição do BNDES, através de seu corpo técnico, negando uma solicitação de financiamento com 14 itens justificadores dessa posição. De repente, há uma mudança substancial disto, a partir de um determinado momento, segundo semestre de 86, início de 1987.

Afinal, como dizia Machado de Assis, quem mudou, mudou o Natal ou mudei eu? Que é que aconteceu nisso aí? Mudou a equipe técnica do BNDES, mudou a linha política da Sunamam, mudou a sua empresa, que continuou operando com um navio só, antes e depois? Por que essa alteração substancial?

Isso V. Sª tem que nos responder, não pode dizer nem que não sabe, nem que cabe à Sunamam deliberar. Quero saber por que é que mudam as coisas assim de repente. Se tiver uma explicação, ótimo.

O SR. RICHARD KLIEN — Não tenho conhecimento do relatório do BNDES, aliás não tenho conhecimento de nenhum relatório do BNDES, devido ao sigilo bancário. Devo esclarecer que o primeiro projeto foi apresentado em 1984, quando a empresa tinha apenas 4 anos de operação. O relatório, segundo suponho, deve ter tomado por base os elementos de 1980 a 1983, que obviamente não apresentavam os resultados de uma empresa madura, como a Transroll é atualmente.

Os questionamentos, as exigências feitas pelo Banco, ao longo do processamento do projeto, contribuíram para a melhoria, pois provocaram correções de rota; ao mesmo tempo, os resultados positivos da empresa davam-lhe condições econômicas necessárias para aprimorar seu quadro executivo.

É preciso notar ainda, que o navio do projeto de 1984 estava vinculado ao tráfego para a Argentina, que durante o estudo chegou a uma quase paralisação.

V. Exª se recorda dos acordos que foram firmados, posteriormente, entre o Governo brasileiro e o governo argentino. Acredito que a redução da carga, nesse período, foi da ordem de 50% do comércio entre Brasil e Argentina.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª não está querendo dizer que as justificativas para aceitar o projeto foram os protocolos pré-preliminares de integração do Cone Sul? Que isso aí realmente, até para mim como gaúcho, é uma desconsideração querer dizer que mudou a relação econômica Brasil/Argentina a partir dessas negociações, com conseqüências no mercado internacional ou no comércio externo. É isso que V. Sª está querendo dizer? Porque estou entendendo V. Sª dizer que agora mudou o relacionamento comercial entre o Brasil e Argentina, em função dos acordos ocorridos. Quero saber que acordos são esses?

O SR. RICHARD KLIEN — Não Exª, não fui claro.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, V. Sª que está citando, diga exatamente o que é que mudou? Qual foi o volume comercial que alterou? Qual é o vetor de exportações de lá para cá e daqui para lá, que cresceu substancialmente? Quais foram os produtos que tiveram essa alternação? Porque parece que este é o fundamento.

O SR. RICHARD KLIEN — Exª, a Sunamam mantém registros rigorosos da tonelagem transportada.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª não transfira a resposta a quem no caso não está prestando informação, V. Sª é que fez esta afirmativa, se fez a afirmativa deve ter fundamento para fazê-la, dê o complemento necessário, diz que aumentou, onde é que aumentou, quando aumentou, em que produtos aumentou.

O SR. RICHARD KLIEN — O que posso dizer que o tráfego com a Argentina aumentou, eu sei que a carga aumentou, porque nós participamos desse tráfego regularmente, o tráfego aumentou aproximadamente 50% no transporte marítimo, os números exatos eu não tenho, eu não controlo, tenho os números da minha empresa, eu também posso lhe fazer chegar os números da minha empresa, das tonelagens transportadas pela minha empresa.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sr. Presidente, nós temos novamente uma fastástica situação aqui; isso aqui é um espetáculo lonesco, em matéria teatral, do absurdo. Nós temos um depoente que, desde ontem, a qualquer pergunta, onde se aprofunde a necessidade do conhecimento sobre matéria específica da sua área, e mais, da sua empresa, e do setor financeiro da empresa da qual ele é diretor, ele, simplesmente, diz que não sabe, e depois vai mandar as informações. Nós estamos, aqui, perante uma situação na qual seria muito melhor fazer um depoimento via postal. Quer dizer, mandar uma carta para a pessoa, e ela responderia. Porque, na verdade, não sei qual é a utilidade prática, porque primeiro, trouxe um depoimento escrito. As perguntas feitas sobre o que está escrito, não foram respondidas. Todos nós verificamos isso, ontem. Esclarecer o que foi escrito pelo próprio, não sabia. Agora, na medida em que se faz perguntas sobre matéria específica do setor, as respostas são: que a Sunamam tem nos registros, que depois vai verificar nos balanços, para respodner. Não sabe o faturamento da empresa, não sabe quanto pagou de impostos, não sabe o volume específico aumentado nas relações com a Argentina, que segundo o próprio seria um dos motivos para autorizar um reestudo de financiamento pelo BNDES; não conhece o documento do BNDES, que rejeitou o pedido de financiamento, quer dizer, quando, aqui, na comissão há um xerox, e nós não somos da empresa, o xerox chegou aqui, entregue. Então, a própria empresa não conhece o documento que elidiu o seu pedido, dentro do BNDES. É estranho como uma empresa, que opera internacionalmente, não tenha tido o cudiado e o interesse de pedir ao BNDES, de conseguir, junto ao BNDES, os motivos que os levaram a negar o seu pedido de financiamento, que estão aqui, no xerox, que a Federação dos Trabalhadores tem, e entregou na comissão.

Então, Sr. Presidente, eu, realmente, sinto-me em certos aspectos, absolutamente desestimulado a este interrogatório, porque o interrogatório não leva a nada. Para que cada pergunta seja desviada e feita uma leitura do que foi dito, ontem, sem nenhum resultado, e à continuidade do "não sei, não sei, então, ou é alertado o depoente de que o problema de perjúrio é algo muito sério, precisa ser examinado, inclusive, porque já ontem, houve contradição entre o texto e o que foi dito aqui, ou então nós estamos perdendo tempo, rigorosamente. Ou ele muda a sistemática de informação. Eu não vou constrager ninguém a dizer o que não sabe. Agora, se não sabe nada, o que me surpreende é que seja diretor de uma empresa.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — A Presidência, inicialmente, indaga de V. Sª o que tem a dizer a respeito disso. Porque parece até que V. Exª fez menção de falar, de pedir a palavra.

O SR. RICHARD KLIEN — V. Exª me perdoe, mas eu sou um economista, eu sou empresário desde 1972, eu trabalho muito, trabalho 10, 12, 15 horas por dia, eu tenho uma equipe de bons diretores, bons administradores, mas é inviável, absolutamente impossível ter todos estes dados que V. Exª me solicita, de memória. Eu desafio quem tenha todos estes dados de memória, qualquer concorrente meu que venha aqui e lhe responda a estas perguntas que V. Exª está fazendo para mim. Estes dados, só se eu soubesse as perguntas que V. Exª está me dirigindo, eu poderia me preparar e lhe mandaria essas informações. Como estou anotando aqui, faço questão de lhe enviar. V. Exª me perdoe, eu não estou me esquivando a nenhuma pergunta. Eu estou respondendo a todas as perguntas. Eu posso responder perguntas de ordem técnica, política, comercial. Agora, números exatos, só consultando, para lhe dar o número exato. Eu fiz um juramento de responder com a verdade, e para mim a verdade é o número exato.

O SR. PRESIDENTE — (José Ignácio Ferreira) — Eminente Senador Carlos Chiarelli, a Presidência só pode, a esta altura, advertir, "tresdizer" ao depoente que o mesmo está sob juramento. Há passagens, no seu depoimento, que não poderiam ficar sem explicação, quando lhe é solicitado. V. Sª, ontem, leu uma peça, quer dizer, naturalmente, trouxe escrito, nem, necessáriamente, preparado por V. Sª terá sido, e quando indagado acerca de trechos sobre o que V. Sª falou, não foi possível prestar esclarecimentos à esta comissão. Pensava-se que hoje seria possível. Há fatos que, posteriormente, a Presidência vai enfocar, depois das indagações do depoente, que são muito estranhos, em seu depoimento. E V. Sª está tocando muito na linha do perjúrio, que é extremanente sério, tendo em vista o fato de que V. Sª prestou um juramento, e esta comissão não hesitará em tomar providências judiciais contra V. Sª V. Sª imagina que este fato passará em brancas nuvens, não pense que assim irá ocorrer.

V. Exª tem a palavra, eminente Senador Carlos Chiarelli.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Eu só quero salientar que o mesmo sistema de interrogatório que aqui se procede com relação ao atual depoente, se usou com relação àquele que o antecedeu; quero que fique bem claro isso ao próprio depoente. A mesma exigência foi feita ao presidente da Federação dos Marítimos, e vai ser feita a quem quer que seja que aqui venha. Agora, V. Sª tem uma vantagem sobre todos os demais. V. Sª

leu um depoimento que V. Sª disse que foi o autor. Foi V. Sª quem disse: trabalhei até às 3 da manhã — V. Sª insiste muito na sua capacidade de trabalho — para fazer pessoalmente esse texto, e perguntado sobre o texto disse que não sabia, isso que é fantástico. V. Sª tem uma segunda vantagem: o depoimento — não por culpa sua, é preciso ficar bem claro — foi interrompido. Então teve 24 horas de intervalo, o que é uma visível vantagem de qualquer depoente, em qualquer circunstância, para poder, à luz do que ocorrera ontem, estar em condições de aprofundar-se sobre as matérias centrais do seu texto e dos assuntos de interesse da empresa, que nem só estão sendo discutidos aqui, os jornais estão cheios de discussão sobre a matéria.

Então, é elementar que a certas informações, como saber o faturamento da própria empresa sendo diretor financeiro, há que se ter essa informação se não me parece uma falta de interesse pela empresa fantástica. Isso é evidente, ninguém está lhe pedindo que dê o número dos telefones constantes do catálogo do Rio de Janeiro, está-se pedindo o faturamento da empresa da qual V. Sª é diretor financeiro. Então vamos deixar as coisas bem claras e colocar que a sua condição inclusive é de privilégio nesse momento; é um depoente privilegiado, não que tenha requerido para tal, mas está numa situação de privilégio.

Eu gostaria que V. Sª me informasse...

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — O depoente parece que solicita a oportunidade de falar, se V. Exª não se opuser.

O SR. RICHARD KLIEN — Eu vou procurar responder às perguntas de V. Sª com números aproximados sempre que eu souber, deixando bem claro que eu mando os dados posteriormente, porque, como eu já disse, não posso lhe dizer que foi de tantos cruzados. Eu posso lhe dar uma idéia de quanto foi o nosso faturamento em dólares no ano passado.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Mas, então o que eu queria lhe dizer é que, se V. Sª tem um número aproximado, dê-nos o número aproximado, e faça a ressalva de que pode haver uma oscilação, 10% para cima ou para baixo. Ninguém está lhe pedindo que diga assim: foi 37 milhões, 153 mil e vinte centavos. Não é isso que nós estamos lhe pedindo, mas que V. Sª dê uma idéia por estimativa aproximada que é lógico que deve ser do seu conhecimento.

O SR. RICHARD KLIEN — Certo, isso eu posso dar.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E diga que ressalva a exatidão para eu apresentar um documento. Não há nenhuma intenção aqui de armar um cilada, para que diga o número e amanhã dizer: não, tinha 100 mil cruzados de diferença. Não é esse e propósito. O propósito é que nós possamos trabalhar com informações que possam sofrer um ajustamento à luz do documento que se traga *a posteriori*. Agora dizer que não tem idéia, que não tem conhecimento do faturamento, V. Sª mesmo a esta altura deve estar reconhecendo que é uma resposta que não faz jus à posição que V. Sª tem na empresa.

O SR. RICHAR KLIEN — Se V. Exª me permite, eu diria: a pergunta foi específica sobre os impostos, os impostos realmente eu não tenho idéia precisa. Agora, sobre o faturamento...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Só um momento, foram duas hipóteses: os impostos e o faturamento V. Sª diga o que souber.

O SR. RICHARD KLIEN — Certo. Sobre o faturamento é claro que eu posso dar uma idéia. A empresa faturou no ano passado aproximadamente 40 milhões de dólares. Eu vou encaminhar, mesmo assim, a cópia do balanço auditado, porque lá constam os dados precisos. Eu sinceramente julguei que estaria atendida a resposta de V. Exª ao encaminhar esse balanço, pois que amanhã V. Exª teria esse dado aqui com precisão.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — É que a informação preliminar, essa informação que V. Sª está dando ajuda no decurso desta nossa reunião, para podermos formular a pergunta. Esta é a questão. Porque se tudo ficasse postergado para entrar nos documentos, nós... Dos tributos V. Sª não tem essa informação. Exato?

O SR. RICHARD KLIEN — Não tenho, perdoe-me, mas não tenho. Sei que recolhemos muito tributo, porque é muito dinheiro que se paga de imposto.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A situação tributária, com relação às empresas, qual é a diferença de situação entre uma empresa, por exemplo, quando V. Sª opera com navio próprio ou opera com navio no sistema de conveniência? Há alguma alteração, alguma vantagem, algum privilégio, algum tratamento diferenciado?

O SR. RICHARD KLIEN — Acredito que o Imposto de Renda é devido sobre o resultado da empresa como um todo. Ocorre que o navio brasileiro, tripulado por tripulantes brasileiros, recolhe os impostos inerentes à atividade do empregador, ou seja, o INPS, o FGTS e aqueles outros recolhimentos.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) Então, em lhe perguntaria o seguinte: a empresa tem, no contexto da sua propriedade — estou falando da Transroll — um navio, hoje. Correto?

O SR. RICHARD KLIEN — A empresa tem um navio em operação e dois em construção.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Digamos, em termos de navio que produza receita e que opere no setor, tem um navio.

O SR. RICHARD KLIEN — Tem um navio em operação.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Perfeito. A empresa opera na linha Brasil/Chile/Peru?

O SR. RICHARD KLIEN — Opera. Isso faz parte da minha exposição.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Estou querendo que V. Sª me dê a confirmação para chegarmos a um ponto. A Transroll opera para a Itália, sendo ou tendo sido a transportadora, inclusive, com carros daqui?

O SR. RICHARD KLIEN — Ela opera para a Itália.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Ela opera para a Venezuela, e estaria gestionando contrato com a Ford, para transportar carros para os Estados Unidos?

O RICHARD KLIEN — A empresa não opera para a Venezuela, e sim para os Estados Unidos, transportando os caminhões que são exportados do Brasil para os Estados Unidos, pela Ford.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Perfeito. Não opera para a Venezuela, e sim para os Estados Unidos. Essa é a informação correta de V. Sª

O SR. RICHARD KLIEN — Exatamente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A empresa opera na linha Brasil/Chile/Peru/Itália e Estados Unidos.

O SR. RICHARD KLIEN — E Argentina.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E Argentina, que já fora referida antes. A empresa opera também na rota Brasil/Europa/Brasil?

O SR. RICHARD KLIEN — Sim. Ela opera na rota Brasil/Europa/Brasil, desde a Resolução nº 9.101, a que me referi.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Que já foi referida e que está em vigência, e por estar em vigência a empresa está atuando. Correto?

O SR. RICHARD KLIEN — Não, Exª a Resolução nº 9.101 foi cancelada pela resolução recente, a de nº 9.943.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E pela resolução nº 9.943?

O SR. RICHARD KLIEN — Por essa Resolução, a empresa opera na Europa, em igualdade de condições com as demais empresas.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, a empresa está operando na rota Brasil/Europa/Brasil?

O SR. RICHARD KLIEN — Exatamente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Nessa rota Brasil/Europa/Brasil é onde existe aquela repartição de espaço de carga, onde 50% corresponde a 22 empresas estrangeiras, e 50% corresponde a empresas nacionais, entre as quais estão o Lloyd, a Aliança e a Transroll.

O SR. RICHARD KLIEN — Correto.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Como V. Sª esclareceria, informaria — penso que se trata de uma pergunta que qualquer um dos integrantes ou não integrantes da comissão gostaria de saber — se a rota Brasil/Argentina, Brasil/Chile/Peru, Brasil/Itália, Brasil/Estados Unidos, Brasil/Europa/Brasil, a empresa opera em todas essas áreas, e ela tem

apenas um navio. Gostaria que V. Sª, como especialista no setor, nos explicasse como se consegue fazer onipresença desse navio, ou, na inviabilidade dessa onipresena, como se usa — digamos — a estrutura da empresa com outros navios? Quais são esses navios? De onde vêm? Como se faz o contrato desses navios? Enfim, trata-se de uma questão fundamental que gostaria que V. Sª tivesse o tempo necessário, dez minutos para explicar exatamente como funciona essa mecânica.

O SR. RICHARD KLIEN — Eu o farei com todo prazer, Exª

Em primeiro lugar, a lei brasileira determina que o armador que tem o navio em construção tem o direito de afretar navios semelhantes, de igual tonelagem, durante o período de construção.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — De outros países?

O SR. RICHARD KLIEN — Exatamente. Para afretar existe um procedimento rigoroso da Sunaman, próprio, que todos os armadores seguem, que é o seguinte: antes de afretar um navio de bandeira estrangeira, pergunta-se a todos os armadores brasileiros se existe um navio brasileiro disponível, com capacidade para aquele tipo de carga. São procedimentos particulares para afretamento, praticados por todas as empresas e controlados pela Sunaman. Então, para efeito da pergunta que V. Exª...

O SR. ALEXANDRE COSTA — Sobre preferência por navio brasileiro, há uma preferência de afretamento?

O SR. RICHARD KLIEN — Obrigatória, e cada um...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A preferência é no afretamento?

O SR. RICHARD KLIEN — É. Qualquer empresa brasileira.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quando tem que afretar, primeiro tenta afretar navio brasileiro, não é isso?

O SR. RICHARD KLIEN — Exato.

O SR. ALEXANDRE COSTA — A preferência para companhias brasileiras é obrigatória.

O SR. RICHARD KLIEN — Exato. É obrigatório. Todas as empresas fazem isso: se eu preciso afretar um navio, eu pergunto para todas as empresas daquele tipo, se é um navio *roll-on, roll-off,* eu pergunto a todas as empresas *roll-on, roll-off,* se é um navio de carga geral, eu pergunto a todas as empresas de carga geral. Se existir um navio disponível com aquelas características, um navio brasileiro, ele tem preferência e ele tem que ser empregado. Lição de procedimento...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Uma informação: como é que faz essa consulta? Como é que funciona esse mecanismo que V. Sª disse que tem que se perguntar a todos, como é que se faz isso? É uma carta-consulta? Publica no jornal e dá um prazo de dez dias?

O SR. RICHARD KLIEN — Não, Exª Existe uma Resolução da Sunaman, se me recordo, corretamente, o número é 4.474, e essa Resolução determina a maneira como deve ser feita essa consulta. Resumindo, aqui, para V. Exª, o que acontece é que se passa um telex para todas as empresas, e as empresas têm um prazo de seis horas, para responder se têm o navio e quais as condições desse navio. Isso é cumprido rigorosamente por todas as empresas brasileiras, quando fazem o afretamento. Funciona muito bem.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Em primeiro lugar, eu vou lhe solicitar, e este não é o caso nem de requerer, que faça juntar, se tiver até em mãos, aí, que possa enviar para a Comissão, a cópia desse telex, para nós tomarmos conhecimento da mecânica, dessa espécie de notificação com seis horas de prazo, etc.

O SR. RICHARD KLIEN — Não, aqui não tenho, mas lhe enviarei. Estou tomando nota de tudo.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Senador Carlos Chiarelli, gostaria de perguntar ao depoente se o preço dado à empresa brasileira, à embarcação brasileira, é o mesmo que é oferecido para afretamento de barcos estrangeiros?

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Eu indago de V. Sª o seguinte: V. Sª na página seis do seu depoimento diz o seguinte: "Iniciamos a operação no tráfego Brasil — Argentina, tráfego que até hoje já servimos e onde..." Depois vem: "Efetuamos atualmente uma significativa parcela dos transportes sob bandeira brasileira". Quer dizer, no tráfego Brasil — Argentina, V. Sª disse que efetua a sua empresa, atualmente, uma significativa parcela dos transportes sob bandeira brasileira. Eu queria que V. Sª esclarecesse o que significa, o que quer significar com a expressão "bandeira brasileira"?

O SR. RICHARD KLIEN — Bandeira brasileira, de acordo com a lei, são os navios brasileiros, de registro brasileiro, e os navios estrangeiros, afretados por armadores brasileiros, na inexistência de navios próprios, de bandeira brasileira.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Perfeitamente. Então, significa que a empresa de V. Sª poderá ter utilizado navios estrangeiros como sendo essa parcela de transporte sob bandeira brasileira, porque a bandeira brasileira, na realidade, pode estar com qualquer navio de bandeira estrangeira, pode ser qualquer navio de bandeira estrangeira, afretado à empresa de navegação brasileira, que passa a gozar dos privilégios de bandeira brasileira, não é isso? Então, a pergunta é a seguinte: os navios que foram empregados pela Transroll, quer dizer, a Transroll só empregou o seu navio nesse tráfego Brasil — Argentina, ou se utilizou de navios afretados, que passaram a ser de bandeira brasileira?

O SR. RICHARD KLIEN — A Transroll se utilizou dos dois tipos de navios: utilizou-se de navio próprio, que é o Pioneiro, e se utilizou de navios afretados.

E aqui, eu gostaria de chamar a atenção de V. Exª, que essa não é uma situação peculiar da Transroll. Nesse gráfico que eu fiz ontem anexar ao meu depoimento, V. Exª pode ver: aqui estão os anos, aqui estão os dólares de frete, aqui está a participação da bandeira brasileira com navios próprios, e aqui está a participação da bandeira brasileira com navios afretados. Isso aqui, como V. Exª vê, os navios afretados em 1987 tiveram uma participação maior do que os navios próprios de bandeira brasileira. Isso é de um setor como um todo. Do setor de carga geral como um todo e essas estatísticas são retiradas do Anuário de 1986 e do Boletim Estatístico da Sunaman de 1987. Eu tenho uma outra cópia. Essa é a situação que enfrenta a nossa Marinha Mercante atualmente.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Quantos navios a sua empresa afretou e que foram usados como sendo de bandeira brasileira, além do da sua empresa, que é o único? Quantos navios nesse tráfego Brasil — Argentina?

O SR. RICHARD KLIEN — Somente um navio.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Quer dizer, então, o seu?

O SR. RICHARD KLIEN — Não, o nosso navio não está trafegando no tráfego Brasil — Argentina.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Então, só utilizou navios de bandeira estrangeira, quer dizer, como sendo bandeira brasileira.

O SR. RICHARD KLIEN — Não, Senador, esse transporte da General Mortors a que eu fiz menção ontem, e que apresentei o telex, aquele transporte, por exemplo, foi feito com o nosso navio Pioneiro, que é navio próprio, de registro e de bandeira brasileira.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Não estou entendendo a expressão. Então, se utilizou o seu próprio, que é esse onipresente navio, esse único que tem, o Pioneiro, só esse — evidentemente que se utilizou esse uma vez ou outra. Mas havia a utilização de mais um que era também tido como sendo de bandeira brasileira, em função da legislação brasileira.

O SR. RICHARD KLIEN — Atualmente nós utilizamos navio afretado nesse tráfego.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Então, atualmente, V. Sª só utiliza no tráfego Brasil — Argentina um navio, que é afretado e passa a ser tido como de bandeira brasileira, mas é navio estrangeiro. Certo?

O SR. RICHARD KLIEN — Correto.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Muito bem. Então, por que V. Sª diz aqui: "Iniciamos a operação no tráfego Brasil — Argentina, tráfego que até hoje servimos e onde"... Depois, "Efetuamos atualmente uma

significativa parcela do transporte sob bandeira brasileira". Então, V. Sª quis dizer bandeira brasileira como sendo navios afretados, sendo navios estrangeiros que são tidos como sendo de bandeira brasileira, não navios brasileiros. Porque o que está aqui, e V. Sª coloca de maneira a que possa induzir os que lêem à convicção de que são navios nacionais; porque inclusive dá ênfase a isso: "Efetuamos atualmente uma significativa parcela do transporte sob bandeira brasileira". Isto aqui é quase que uma manifestação sob impasse, quer dizer, assim nós fazemos e com isso nós temos uma satisfação muito grande, porque utilizamos navios nacionais. É essa a inferência que se faz. Agora, V. Sª está dizendo aqui que utilizou uma vez o seu navio Pioneiro e um outro navio, se é que é só um. É navio estrangeiro considerado como sendo de bandeira brasileira, não é isso? Quer dizer, o navio que se utiliza no tráfego Brasil — Argentina é um navio estrangeiro, tido como sendo navio de bandeira brasileira. É isso?

O SR. RICHARD KLIEN — Exª, quando a Suanama se refere à participação da bandeira brasileira, ela está falando da parte que cabe à bandeira brasileira. No tráfego da Argentina, tal como no tráfego do norte da Europa, a que o Exmº Senador Carlos Chiarelli se referiu, existe uma divisão de tráfego. Existe uma parte da bandeira brasileira, que é a metade, e existe a parte que é a bandeira estrangeira, que é a Argentina, que é a outra metade. O que eu disse aí é que nós efetuávamos significativa parcela dos transportes Brasil — Argentina, sob bandeira brasileira, quer dizer, dentro da bandeira brasileira, nós somos o armador que tem a maior atuação dentro desse tráfego. Isso pode ser confirmado através das estatísticas. Eu não disse com navios brasileiros, de registro brasileiro.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Eu queria, Sr. Presidente, fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — V. Exª tem a palavra.

O SR. ALEXANDRE COSTA — É privilégio da empresa de V. Sª o afretamento?

O SR. RICHARD KLIEN — Absolutamente, Senador, como eu disse, todas as outras empresas afretam.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Todas as outras empresas também afretam nos mesmos moldes?

O SR. RICHARD KLIEN — Nos mesmos moldes.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Era só isso o que eu queria saber.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Queria saber se o preço oferecido ao barco nacional é o mesmo oferecido aos barcos estrangeiros para o afretamento.

O SR. RICHARD KLIEN — A circularização é feita e o armador, que julga que tem o navio em posição, ele informa ao armador que está precisando do navio, o navio que está em posição e a taxa, a qual ele estaria disposto a ceder esse navio, em afretamento. Aí, por imposição legal, se dá uma negociação onde os dois armadores, como seria o armador brasileiro com o estrangeiro, os dois armadores negociam para chegar a um acordo. E a Sunaman, o papel dela é dizer: "Os Srs. se entendam". Assunto privado entre empresas é um assunto que as empresas resolvem, mas ela não permite o afretamento de um navio estrangeiro quando tem um navio brasileiro.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — V. Sª poderia citar para nós, aqui, qual o percentual de barcos de bandeira nacional e barcos de bandeira estrangeira?

O SR. RICHARD KLIEN — A Transroll, atualmente, ela tem um navio pequeno, no tráfego da Argentina, que é o Tackler Arábia, tem um navio para o transporte de automóveis no tráfego do Chile e Peru; ela freta o Karisma para esse percurso Chile e Peru, tendo retirado de lá um navio de bandeira estrangeira; ela tem o Pioneiro no norte da Europa, que é brasileiro; ela tem hoje o Graziela Ferraz carregando aqueles perfilados também brasileiros a que eu me referi no tráfego do norte da Europa, tem um ou dois navios nos quais afreta espaços para o transporte de automóveis da Fiat para o Mediterrâneo, e tem através de *joint venture* um navio que transporta os caminhões para os Estados Unidos que é de bandeira sueca.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Portanto, tem mais nacionais do que estrangeiros?

O SR. RICHARD KLIEN — Não, ela tem o Karisma, o Pioneiro e o Graziela Ferraz, três brasileiros.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Mas pertence a...

O SR. RICHARD KLIEN — Navios em operação, perdoe-me. Ela tem o Jackler Arábia, tem o Triguer que está indo para o Chile e Peru, tem o Mercandia Admiral II que está indo para os Estados Unidos, e ela tem o República Di Venezia que faz regularmente a viagem para a Itália.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — São dois nacionais e o resto pertence à bandeira estrangeira, porque o Pioneiro não se considera afretado.

O SR. RICHARD KLIEN — Afretado. Correto. Agora caberia esclarecer o seguinte: esses navios estrangeiros que são afretados, como eu disse aqui ontem, são navios que transportam automóveis. Vou lhe dar caso por caso, um por um. O Triguer, por exemplo, é um navio que transporta aproximadamente 3 mil carros, e não existe nenhum navio brasileiro que transporte 3 mil carros.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Eu queria interromper V. Exª para perguntar: o navio Pioneiro, que pertence à empresa de V. Sª, quantos carros ele transporta daqui para a Europa, em cada viagem?

O SR. RICHARD KLIEN — O navio Pioneiro transporta automóveis e *containers*, então, ele transporta 1.800 automóveis mais uns 50 a 100 *containers*.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Em cada viagem?

O SR. RICHARD KLIEN — Em cada viagem. E o total de automóveis exportados ano passado para a Itália foi da ordem de 100 mil automóveis, e V. Exª tem a idéia do que são mais de 50 viagens do Pioneiro, que consegue fazer aproximadamente 7 a 8 viagens por ano. Então V. Exª vê que o Brasil teria que afretar navios ou construí-los, e o que nós estamos justamente é pedindo para construir navios, inclusive estes navios que estão atualmente em trânsito no BNDES, com processos tramitando são navios que combinam grande quantidade de automóveis e *containers*.

O SR. ALEXANDRE COSTA — E quantos navios têm que transportam 2 mil carros daqui?

O SR. RICHARD KLIEN — Dois mil carros, não tem nenhum.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Só o Pioneiro?

O SR. RICHARD KLIEN — Só o Pioneiro. Porque, como eu esclareci ontem, o Pioneiro foi jumborizado por aquela obra que nós fizemos para aumentar a capacidade dele, e o navio gêmeo do Pioneiro, que é o Comodal, foi entregue um mês antes do Pioneiro, mas não foi jumborizado, ele só transporta sob coberta, aproximadamente, 1.000 unidades.

O SR. ALEXANDRE COSTA — No convés?

O SR. RICHARD KLIEN — Não, sob coberta, debaixo, fechado, não no convés. No convés as fábricas não permitem porque pega maresia e com mil unidades o Comodal é economicamente inviável, e esta é a razão pela qual nos antecedemos em fazer a jumborização do navio com recursos próprios, porque nós não conseguimos a aprovação do projeto de financiamento no BNDES.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Correa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Eu queria saber, em face desse afretamento a barcos internacionais, o que ocasiona em termos da ociosidade, nos navios do Lloyd brasileiro, por exemplo?

O SR. RICHARD KLIEN — Nenhuma, Exª absolutamente nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Tem a palavra o Sr. Relator Carlos Chiarelli.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O Lloyd brasileiro trabalha com afretamentos de navios estrangeiros, também?

O SR. RICHARD KLIEN — Trabalhar, e muitos.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª poderia dar-nos uma informação de qual é a relação entre navios próprios e navios afretados, no caso do Lloyd?

O SR. RICHARD KLIEN — Eu posso lhe dar o valor dispendido pelo Lloyd, no ano passado, com afretamentos. Foi da ordem de sessenta e um milhões, quatrocentos e um mil, quatrocento e quarenta e um dólares.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quanto?

O SR. RICHARD KLIEN — Foi da ordem de 61 milhões e 400 mil dólares, aproximadamente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A pergunta que quero lhe fazer é a seguinte: qual a relação entre navios próprios e afretados das três organizações, digamos assim, que operam em transporte marítimo internacional, como o Lloyd, a Aliança e a Transroll. Quantos navios próprios cada um tem operando, e quantos navios afretados, e entre os afretados, quantos são brasileiros e quantos são estrangeiros? Qual é esta relação?

O SR. RICHARD KLIEN — Vou passar a V. Exª as informações que eu tenho, aqui, inclusive, com nomes de navios.

O Lloyd Brasileiro afretou em 1987, 61 milhões e 400 mil dólares de afretamento. A Aliança afretou, em 1987, 36 milhões e 212 dólares de afretamento. Estou aproximando, aqui, os últimos milhares. E a Transroll afretou, em 1987, 31 milhões e 360 mil dólares de afretamento.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E qual é a receita? V. Sª está nos dando o volume dos recuros dispensados, em afretamento, de cada um deles. Vê-se que, praticamente, o valor do Lloyd é o dobro, quer da Transroll, quer da Aliança, em números redondos?

O SR. RICHARD KLIEN — A Aliança afreta 20% a mais do que a Transroll.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim, então, um é 35, 30 ou 36, e o outro é 31?

O SR. RICHARD KLIEN — Certo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Gostaria de saber o seguinte: qual é o volme de cada um, com os navios próprios? Nós já vimos qual a correlação a nível de afretamento. Nós já vimos que a Transroll tem, nesta área de afretamento, de 30 a 31 milhões de dólares, a Aliança 36 ou 37, e o Lloyd sessenta e poucos milhões. Agora, eu quero saber com os navios próprios.

O SR. RICHARD KLIEN — Eu não posso declinar a V. Exª os nomes dos navios, próprios das empresas, mas posso declinar a V. Exª os nomes dos navios afretados pela Aliança e pelo Lloyd.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não, eu quero saber o seguinte: qual é o montante efetivo? Então, eu pergunto, qual é o resultado do Pioneiro, que é o único navio não afretado, que é o único navio próprio da Transroll?

O SR. RICHARD KLIEN — O que V. Exª quer dizer com, resultado, faturamento?

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Exatamente. Quando V. Sª fala em gastos com afretamento, V. Sª está-se referindo a gastos com afretamento ou no resultado da operação obtida com o navio afretado? O que V. Sª está querendo dizer, com esta informação?

O SR. RICHARD KLIEN — Não, eu estou falando o seguinte: conforme o boletim estatístico da Sunamam, que divulga o montante gasto em dólares, pelas diversas empresas, com afretamento, esses números que eu lhe dei são os gastos com afretamentos pelo Lloyd, pela Aliança e pela Transroll.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, isso aí, digamos assim, é o valor, é o custo locativo?

O SR. RICHARD KLIEN — Correto.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O *leasing* custou isso. Eu lhe pergunto o seguinte: V. Sª tem o montante da receita produzida por estes navios que foram afretados? A sua empresa deve ter. V. Sª sabe que pagou 31 milhões de dólares para ter o afretamento. E quanto é que renderam esses navios? Quanto é que a empresa obteve em decorrência desse tipo de dispêndio?

O SR. RICHARD KLIEN — Rende muito pouco, Exª O que rende mesmo é o Pioneiro. O navio mais rentável que nós temos, o navio que fez a empresa sobreviver até o dia de hoje foi o Pioneiro. Essa é a razão pela qual nós estamos nos empenhando em construir.

Se V. Exª me permite, eu gostaria de ler, aqui, a relação...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Ah, agora V. Sª deu uma informação que cria uma dificuldade de entendimento, pelo menos para mim, pelo meu QI não muito elevado. É o seguinte:...

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Não apoiado.

O SR. RICHARD KLIEN — Que é isso, Exª?

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não; não é não. Eu quero saber o seguinte: V. Sª diz que a empresa tem o seu grande índice de lucratividade, com navio próprio.

O SR. RICHARD KLIEN — Correto, Exª Foi o Pioneiro que...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então o que rende mesmo é o navio próprio, este é que dá resultado. Aliás, eu não tenho nenhuma razão para discordar de V. Sª Evidentemente, quem deve saber como é que as coisas acontecem é o empresário.

Agora, eu pergunto o seguinte, porque uma coisa é evidente: V. Sª ainda não nos disse, mas é óbvio, em toda essa informação, que a relação entre o número de navios de propriedade da empresa e o número de navios afretados, da sua empresa, a relação é muito maior do que a do Lloyd, do que a da Aliança, porque o número de navios próprios dos outros dois é maior. Evidentemente, no caso da Transroll, trabalha-se sobre um, então, o resultado dessa divisão sempre será maior. Se o fator determinante de lucro é o navio próprio, qual é a vantagem desse enorme risco de afretamento, com um volume tão grande de dispêndio, quando o retorno é tão baixo?

Porque V. Sª nos disse ontem — deixe-me só completar o raciocínio — que a sua empresa era capaz, e por isso a chave do seu êxito estaria nos seus preços baixos, a eficácia da empresa etc. V. Sª fez um comercial da sua empresa aqui, com toda a razão não irá fazer da de outros. Tudo bem. Então, V. Sª mostrou que a sua empresa é capaz de oferecer um serviço por um mihão e novecentos mil, enquanto outras empresas ofereceram o mesmo serviço por dois milhões e cem mil dólares.

O SR. RICHARD KLIEN — Com navio brasileiro...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, V. Sª mostrou que sua emprwsa é boa, bonita e barata, quer dizer, a empresa cobra menos, faz em menos tempo, o cliente ainda manda um telex agradecendo, esse tipo de coisa sensacional.

O SR. RICHARD KLIEN — Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª fez assim, o seu papel; até aí não há problema algum.

Agora, eu pergunto o seguinte: como é que a sua empresa consegue competir privilegiadamente — privilegiadamente no sentido concorrencial — como é que ela consegue ganhar, oferecendo preços menores, com relação a outras empresas, se a sua empresa tem um navio só de propriedade, e quem dá a faixa de lucro maior é o navio próprio? Quer dizer, a faixa de elasticidade para jogar no preço é onde se tem a maior amrgem de lucro, porque se pode encurtá-la. Se a empresa tem um navio só, como é que ela consegue ter essa maleabilidade de ter preços mais baixos do que as outras, que têm muito mais navios próprios e que como V. Sª está dizendo, o navio próprio é que dá o espaço necessário para se atuar com maior lucratividade?

Não sei se me faço claro. Quer dizer, pelo seu raciocínio de hoje quem dá lucro é o navio próprio. A sua empresa tem um navio próprio. Agora, pelo seu raciocínio de ontem, a sua empresa, e pelas informações que deu, cobra mais barato do que as outras. Onde é que está a mágica? É só isso que eu quero saber. Como é que se consegue, não tendo o instrumento mais habilitado, o objetivo, do que os outros que têm o instrumento e não o conseguem?

V. Sª vai ter que nos dizer aqui como é que isso é feito. Alguém está mal nessa estória; ou os outros estão ganhando muito, numa exorbitância fantástica — está havendo aí um sobrepreço enorme e por isso têm muito lucro — mas mesmo assim não conseguem concorrer com V. Sª que tem um navio só. V. Sª está operando em vermelho ou tem alguns benefícios extras que não estão aqui. O que é mais estranho é como V. Sª consegue com um navio só, ter capacidade geográfica de abranger todo o mundo: Estados Unidos, Itália, Brasil-Europa-Brasil, Chile, Argentina etc.

Como é que V. Sª corre esse risco fantástico, e tendo um navio só, entra nesses outros mercados, onde não atende com navio próprio

que é o que dá lucro? V. Sª é um marujo arriscado, porque vai operar num espaço que não é com o navio que dá lucro. É isso que quero entender, são essas as duas questões fundamentais aqui, para nós.

O SR. RICHARD KLIEN — V. Exª me permite? V. Exª falou em comercial, então farei mais um.

V. Exª me permite contestar essa afirmação de que a empresa só tem um navio. Realmente, há um ano a empresa só tinha um navio; hoje a empresa tem três navios, quando tem dois navios em construção, isso quer dizer que a empresa tem três navios; não há mais volta, Exª O navio foi contratado demos o aval pessoal no contrato de financiamento do BNDES, esse navio...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Só um detalhe. Meu caro depoente, vamos deixar bem claras as coisas aqui. Aquela estória do espanhol *valiente nom quite el cortez*. Estamos sendo cortezes, o que não quer dizer "que não há mais voltas, temos três navios". Ninguém aqui quer que a sua empresa não tenha vinte ou trinta navios, e ninguém está negando o seu direito de se expandir. Nosso problema é estabelecer critérios quanto à fiscalização da regularidade e a absoluta legalidade de procedimento. Tomara que todas as empresas brasileiras cresçam muito e, se possível, tenham todo o direito ao transporte marítimo, todas, que cumpram seus deveres sociais e que tenham lucros.

O problema não é que "aqui não tem mais volta", quero que fique muito claro aqui que não vamos alterar ingredientes um pouco inadequados à realidade dos fatos para fins do que estamos discutindo, que são navios em operação, e quem gera a receita é navio em operação. Projeto, fase de construção gera despesa, que eu saiba. O que estamos discutindo não são os seus planos, os seus projetos, as suas aspirações, que as respeitamos. O que estamos discutindo é, efetivamente, a capacidade de atendimento de um lado e capacidade operacional de outro, índice de lucratividade, condições de competição, relação entre o ganho efetivo de uma empresa que tem um só navio, que é o instrumento de lucro, e outras que têm vários que seriam instrumentos de lucro e que competem em condição, segundo depoimento de V. Sª, concorrencialmente inferior com a sua.

Nesse caso, senhor depoente, a sua empresa tem um navio em operação; se ela tem 2, 3, 5, se ela irá encomendar mais isto é uma informação que V. Sª poderia dar e já deu de maneira reiterada, desde ontem e já o anotamos. O que estamos discutindo é quantos são os navios em operação e, nesse particular é um só. Por isso faço questão de fazer esse aparte e V. Sª diz: não tem mais volta, são 3. Não! Primeiro ninguém está querendo impedir que a empresa tenha 3, 5 ou 10 navios. Segundo, quero deixar bem claro, que para fins do que se está discutindo tem só um, em operação?

O SR. RICHARD KLIEN — A empresa tem um navio próprio, dois brasileiros afretados em operação.

Para responder à sua pergunta, objetivamente, sobre porque a empresa tem tanto resultado com navio próprio e mantém tantos navios afretados faria dois comentários. Primeiro, porque este é o caminho para qualquer empresa jovem começar. Porque qualquer armador no mundo — isto nos ensinam os maiores armadores do mundo — só começa uma operação de contratação e de construção de um navio quando ele se sente muito seguro nos seus contratos de transporte. Porque construir um navio que custa 18, 20 e, como os nossos novos, 38 milhões de dólares sem ter um contrato de transporte que irá garantir o pagamento daquele navio — e perdoe-me Exª — dar o aval pessoal na contratação do navio, é uma loucura. A nossa empresa é jovem, está começando — como começou a Aliança, com todo o respeito, há vinte anos atrás — iniciando-se pequena, afretando muitos navios e construindo para substituir esses afretamentos.

O navio brasileiro especificado e construído corretamente, — e aqui volto a nossa discussão do Karisma — contratado pelo preço justo, como foi o Pioneiro, honrando seus compromissos com o Fundo de Marinha Mercante dá para ter muito lucro com navio brasileiro.

Quanto ao fato das outras empresas cobrarem preços muito elevados, como vimos ontem no caso da concorrência da Rede Ferroviária Federal, estranho tanto quanto V. Exª e atribuo a este fato a grande campanha que a nossa empresa sofre pela concorrência.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Concedo a palavra ao Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES — Sr. Richard, sempre houve um conflito grande de interesses entre a indústria naval e os armadores. E mais recentemente está ocorrendo no mundo um fenômeno curioso. É que, como todos os países exportam os seus produtos industrializados, em seus navios, sem impostos e dando incentivos, apareceu uma caricatura. Os armadores de um país estariam com enormes dificuldades em comprarem navios do seu próprio país. Com isso passou a haver uma roda da fortuna e cada um exporta para os outros, imaginando que liberado de impostos e dando subsídios, não há custos sociais. De uma certa maneira é essa coisa que se fala da internacionalização da economia que acaba prejudicando o País à medida em que essas importações são liberadas. O exemplo mais caricato é o que ocorreu, recentemente, no acordo com a Argentina: o Brasil vende 50 mil automóveis para a Argentina e a Argentina vende 50 mil automóveis para o Brasil. Os dois deixam de cobrar impostos, os dois subsidiam e somente as empresas montadoras é que irão ganhar uma enorme diferença de preço. Esse fenômeno é universalizado na indústria naval, quer dizer, um armador tem uma enorme dificuldade para comprar navios do seu próprio país.

A minha pergunta é: se V. Sª está encomendando 2 navios em estaleiros nacionais, como é possível comprar navio de estaleiros nacionais, em preços competitivos para poder operar razoavelmente a navegação, que tipo de incentivo estaria, vamos dizer, dando o próprio Governo, para que seja possível a um armador nacional comprar um navio de um estaleiro nacional?

O SR. RICHARD KLIEN — Eu gostaria de, primeiro, dar um exemplo — gosto muito de exemplos.

O navio que estamos construindo, intrépido e independente, que são os primeiros navios — V. Exª tem a maquete, aí, no folheto — esses navios custam, atualmente, — falando em ordem de grandeza — aproximadamente, 18 milhões de dólares para ser construído no Brasil; esses navios têm capacidade para transportar caminhões, containers, carga de projeto; eles têm duas rampas, têm guindastes; e esses navios, se transportarem só containers conduzem 1.150 unidades.

Vou dar, agora, outro exemplo a V. Exª — não estou querendo, aqui, criar mais polêmica com a Companhia Aliança, porque já defendi a minha tese, mas, infelizmente, tenho que citar o exemplo — 2 navios que foram comprados pela Companhia Navegação Aliança, que é o Copacabana e o Flamengo, que foram comprados na Alemanha por um valor que, hoje, deve estar na ordem de 50 milhões de dólares — 50 milhões de dólares contra 18 milhões de dólares, esses 50 milhões de dólares de navio, transportam, talvez, 20% mais do que os nossos navios brasileiros.

Então, realmente, isso é uma questão do armador. Cada armador tem as suas preferências aonde encomendar navios. No caso da Aliança, como no caso da Kommar, ao que tenho conhecimento, as empresas foram, realmente, — não vou dizer compelidas — empurradas para comprar navio no exterior, porque, na época, o Fundo de Marinha Mercante não tinha recursos suficientes para financiar esses navios aqui. E, aí, ocorreu uma coisa curiosa e exdrúxula: o Brasil, pela lei anterior — parece-me que é o Decreto nº 1.801, não tenho de cabeça — dava para os navios especializados um subsídio à construção de um navio especializado e que o Brasil não tivesse, ainda, tecnologia desenvolvida — como é o caso dos navios Roll-on e Roll-off; esse subsídio, de acordo com a lei anterior, variava, mas chegava a um máximo, se não me engano, também de 40%. Quando um navio é comprado na Alemanha, para o Brasil a Alemanha não deu incentivo; o Brasil não pôde aplicar o incentivo que é facultado às construções no Brasil. Então, a Aliança ficou com esse navio, extremamente caro, e imagino que seja um navio que terá muita dificuldade para competir com os nossos novos navios, porque V. Exª vê, se o custo de capital do nosso vai ser aproximadamente a metade, e o custo de capital é mais ou menos 50% do custo total de operação, o preço do navio é uma coisa fundamental. Então, digo que isso depende de caso por caso, e acho que

a nossa construção naval está totalmente voltada, nesse momento, a construir navio para armadores brasileiros, e acredito que essas estatísticas a que me refiro demonstram que existe, antes de mais nada, um enorme mercado para a construção de navios aqui no Brasil, porque estamos afretando mais do que estamos usando os navios brasileiros.

O SR. SEVERO GOMES — Agora, essa possibilidade de aquisição de navios brasileiros em estaleiros nacionais está diretamente ligada ao subsídio que seja concedido, como V. Sª se referiu.

O SR. RICHARD KLIEN — É, ao financiamento do Fundo de Marinha Mercante, que foi regulamentado recentemente através de dois decretos, que são o 2404 e o 2414.

O SR. SEVERO GOMES — No caso de navios com tecnologia ainda não dominada, o subsídio...

O SR. RICHARD KLIEN — Ele não dá mais esse subsídio. Nesses Decretos nºs 2404 e 2414 foi retirado esse subsídio...

O SR. SEVERO GOMES — Esses 40% de subsídio dizem respeito a quê, então?

O SR. RICHARD KLIEN — Dizem respeito ao decreto anterior que vigia, na época em que foram comprados esses navios, porque quando foram comprados esses navios na Alemanha, e também o Karisma, na Inglaterra, havia um subsídio para a construção naval, no Brasil, a fundo perdido. Ao que me consta, nesses novos Decretos nºs 2404 e 2414 — V. Exª me perdoe, estou procurando ser sempre muito exato — não existem mais esses subsídios.

O SR. SEVERO GOMES — Há a incidência de impostos internos, ICM e IPI, ou não?

O SR. RICHARD KLIEN — Acho que a construção de navios, aqui, tem pouquíssimos impostos para o armador brasileiro.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª disse que foram impelidos a adquirir ou a contratar esses navios do exterior. Impelidos por quem?

O SR. RICHARD KLIEN — Eu corrigi a minha afirmação e disse empurrados; eu me corrigi e disse de impelidos para empurrados, porque é difícil "impelidos". Eu tenho que provar isso e não tenho como provar. Eu vou dar novamente um exemplo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A substituição foi de impelidos para empurrados?

O SR. RICHARD KLIEN — Vou lhe dar novamente um exemplo. A Kommar...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli)— Vou lhe perguntar à luz da sua retificação: quem é que empurrou, então?

O SR. RICHARD KLIEN — Vou lhe citar fatos. A Kommar, quando foi autorizada a funcionar, na sua resolução da Sunamam, que determinava que ela iniciasse a sua operação, determinava que, dentro de seis meses, tinha a obrigação de colocar a construção de um navio próprio em estaleiro nacional. Isso faz parte da resolução da constituição da Kommar. Quando a Kommar — repito, a Kommar dos antigos sócios, eu não tenho nada a ver com isso — procurou financiamento em estaleiro nacional, o Fundo de Marinha Mercante não dispunha de recursos, e a empresa foi, entre aspas, "empurrada" para comprar um navio na Inglaterra, que é esse abacaxi, esse Karisma de que tratamos aqui ontem. Esse é um exemplo clássico, por causa das operações casadas, por causa dos empréstimos concedidos ao Brasil, desde que o Brasil adquirisse navios no exterior.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, o empurrão foi governamental?

O SR. RICHARD KLIEN — Foi governamental.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Isso ocorreu em que época?

O SR. RICHARD KLIEN — A Kommar foi autorizada a funcionar em 81 e isso ocorreu em 82.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Há uma informação nos Anais da CPI de que essa operação teria sido realizada — e V. Sª usou agora a expressão também — como uma operação casada, naquele sentido de que cobrava fora para facilitar a entrada de recursos aqui. Esse empurrão foi referente à época em que era Minsitro da área econômica o Sr. Delfim Netto?

O SR. RICHARD KLIEN — Acho que sim, Exª Realmente eu não sou tão técnico em calendário, mas eu acho que era sim.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Em termos da real situação desse navio referido, o Karisma, que na época a sua encomenda foi feita apela Kommar, e na época a Kommar não lhe dizia respeito, não é verdade?

O SR. RICHARD KLIEN — Exatamente. Concorríamos ferozmente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, foi feita a encomenda por uma concorrente?

O SR. RICHARD KLIEN — Exatamente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — É correta a informação de que a situação desse navio, no que pertine à sua compra, amortização do débito e pagamento, envolvia um sobrepreço, um *overprice* nessa aquisição?

O SR. RICHARD KLIEN — Eu não tenho conhecimento, Exª

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não tem idéia? Nem depois que assumiu a Kommar, não pôde constatar esse fato?

O SR. RICHARD KLIEN — Não há nenhum registro nos livros da empresa, posso lhe assegurar.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E o preço foi normal?

O SR. RICHARD KLIEN — Não, o preço foi muito elevado, em função dessa contrapartida dos empréstimos. V. Exª lembra que, nessa época, o Brasil tinha muita dificuldade de obter recursos no exterior. Essa foi uma fórmula encontrada: compre o navio aqui nesse estaleiro. E só podia ser naquele estaleiro, e só podia ser aquele navio, e a empresa tinha que pagar o preço que o estaleiro pedisse. O preço era muito elevado.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O preço era muito elevado com relação ao mercado da época e a característica do navio, certo?

O SR. RICHARD KLIEN — Absolutamente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, não chamemos de...

O SR. RICHARD KLIEN — De *overprice.*

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — De *overprice.* Digamos que era um preço excedente ao valor normal de mercado, por um navio com aquelas características.

O SR. RICHARD KLIEN — Vou lhe dar novamente um exemplo. O Karisma é um navio que, em termos de capacidade de automóvel, transporta 1.600 automóveis. O Pioneiro, quando foi contratado por 16.5 milihões de dólares, transportava mil e poucos automóveis, sob coberta, e agora transporta 2 mil e tantos automóveis sob coberta.

De maneira que, o Pioneiro jumborizado que custou mais ou menos 1 milhão de dólares, quer dizer, 1,65 mais 1, dando 17,5 que é um peço referencial; enquanto o Karisma custou muito mais do que isso, o Karisma custou — eu não tive esse dado ontem e faço questão de passá-lo hoje — 20 milhões e 300 mil libras o que dá um valor da ordem de 30 milhões de dólares. Como V. Exª pode ver é um preço muito mais elevado do que os 17 milhões e meio do preço original do Pioneiro mais a jumborização, e não é um navio melhor, o nosso navio é melhor do que o Karisma. As receitas atestam isso, o nosso navio gera mais receita do que o Karisma.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E a compra desse navio que custou quase o dobro do dispêndio com um navio similar ocorreu por força dessa indução, V. Sª chamou primeiro de empurrão, da autoridade governamental?

O SR. RICHARD KLIEN — É contra o que estabeleceu a própria resolução. A resolução estabelecia que a Kommar deveria colocar em estaleiro nacional a encomenda de navio no prazo de 6 meses.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sª sabe que houve essa indução governamental, esse empurrão, etc., para a compra desse navio com um preço duas vezes maior do que o recomendado pelo valor real de mercado. Haveria uma ação do ex-Ministro Delfim Netto, na época ministro, nessa operação dentro da estratégia de política econômica que o País desenvolvia àquele momento?

O SR. RICHARD KLIEN — Absolutamente, não é do meu conhecimento. O que acredito

que tenha acontecido é que a Sunamam queria que a Kommar tivesse um navio porque existe uma resolução da Sunamam que determina que o armador novo tem que encomendar um navio rapidamente e se ele não o fizer a licença é cassada. Então, se V. Exª me perdoa, foi num coloquial aqui do meu sócio "ou dá ou desce".

Ela tinha que comprar um navio; então ela comprou. Foi um navio que pintou pela frente, porque aqui não tinha como comprar navio e não havia recursos disponíveis para financiá-lo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, na linguagem coloquial de "ou dá ou desce", a origem desse empurrão, dessa gestão foi a nível governamental da Sunamam?

O SR. RICHARD KLIEN — Eu acredito que a Kommar tinha que encomendar um navio, se ela não encomendasse um navio ela perdia a sua resolução de autorização de funcionamento.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim, mas a pergunta que eu lhe faço em decorrência dessas suas informações — e V. Sª, inclusive, além de nos dar informações de que o preço estava acima do mercado, portanto, empresarialmente não me parece que tenha sido um bom negócio — e V. Sª ainda disse: Daí veio esse navio que é um abacaxi."

O SR. RICHARD KLIEN — Exatamente, um abacaxi.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Esse abacaxi apareceu no seu depoimento. Esse abacaxi é pelo preço ou porque, além do preço, esse navio era inadequado, digamos, para os objetivos comerciais da empresa? Ele só é abacaxi porque foi comprado por um preço excedente ou além do mau preço ele não é o melhor instrumento a nível de uma empresa de navegação pelas suas características técnicas, operacionais ou coisa que o valha?

O SR. RICHARD KLIEN — Não; o navio é como um terno sob medida, cada um gosta do terno de uma certa maneira. Então, o navio, em princípio, deve ser especificado pelo armador.

O navio, como ele foi especificado, eu não o teria feito. Ele tem um motor de alta rotação que dá muito problema de manutenção e ele não tem uma capacidade de carga tão grande como o Pioneiro, sob coberta. E a indústria automobilística gosta muito de transportar as suas cargas sob coberta, ela não aceita transportar as cargas no convés desabrigado. Então, eu o teria especificado de maneira diferente. Mas o navio é apto; o grande problema é justamente o preço do navio.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Qual é a diferença de idade entre o Karisma e o Pioneiro?

O SR. RICHARD KLIEN — O Pioneiro foi entregue em 1979, se não me engano em dezembro de 79; e o Karisma em julho de 1984. Quer dizer, o Karisma é um navio 5 anos mais novo que o Pioneiro. E quando o navio é mais novo ele tem uma performance melhor, ele requer menos manutenção. Essa é uma vantagem do Karisma.

O SR. ALEXANDRE COSTA — V. Sª atribui a uma má encomenda do armador?

O SR. RICHARD KLIEN — Acredito que foi uma encomenda errada.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, temos dois casos aí. Quem escalou mal o produto foi o armador — mal a seu critério, por certas características técnicas, o que aqui, no caso, não é problema nosso; ele ter comprado bem ou mal o produto é uma questão a ele referente.

Então, volto à questão inicial do preço, que seria: quem respondeu, que, digamos assim, avalizou — em linguagem mais objetiva — essa operação: foi o Governo brasileiro, o Tesouro Nacional?

O SR. RICHARD KLIEN — É; a operação foi feita por interesse do Governo brasileiro. Exatamente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Verificamos que não houve pagamento da empresa, das prestações ou das parcelas referentes à aquisição, mas o vendedor, o estaleiro, foi pago, certo?

O SR. RICHARD KLIEN — Correto.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O estaleiro inglês recebeu os 15 ou 16 milhões de libras que cobrou pelo navio Karisma.

O SR. RICHARD KLIEN — Ele deduziu desse empréstimo. Acho que o que aconteceu foi isso.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim, cobrou por dedução.

O SR. RICHARD KLIEN — Cobrou por dedução. Exatamente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então cobrou-se.

O SR. RICHARD KLIEN — Exatamente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E quem pagou foi a União, o governo brasileiro?

O SR. RICHARD KLIEN — Não tenho esses dados, suponho isso. O navio está pago, está livre e desembaraçado.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Certo. Está desembaraçado; o avalista era o Governo brasileiro, que estimulou a compra, e o estaleiro se quitou na ocasião em que houve o financiamento de recursos para o País.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Em quanto tempo foi entregue o Karisma?

O SR. RICHARD KLIEN — o Karisma foi encomendado em 82 e entregue em 84. Isso é normal. Dois anos de construção. É o tempo que vão demorar os nossos navios, também.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Dois anos. A questão que coloco é a seguinte: na verdade, hoje, essa compra, cujo aspecto técnico de que o carro não é trasnportado sob coberta, é transportado no convés, e que o cliente prefere que seja sob coberta, etc., esses aspectos operacionais e concorrenciais descartamos, evidentemente.

Tomamos nota, asprendemos isso, mas no momento não temos nenhum navio aí para oferecer para os industriais. Não é o nosso caso. Agora, com relação ao preço específico, que já se mostrou que foi praticamente o dobro, o que está evidenciado aqui é que o país pagou a diferença. Quer dizer, um navio que valia, poderia valer, ou deveria valer 16 ou 17 milhões de dólares, custou 30 milhões de dólares. E quem pagou isso foi o Governo Federal, até o presente momento.

O SR. — (inaudível)

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não, pagou os 30. A informação decorrente — é nisso que volto à questão — é de que esse navio, num mercado correto, adequado, era o navio custar 17; custou 32 e o avalista foi o Governo brasileiro e o armador cobrou na operação de desconto do financiamento.

O SR. RICHARD KLIEN — O estaleiro.

O SR. RELATOR (Carlos chiarelli) — Perdão, o estaleiro, exatamente. o estaleiro inglês. É inglês, não é?

O SR. RICHARD KLIEN — Exatamente, inglês.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, na verdade, que temos aí, além de outros problemas é o aumento do déficit público em decorrência de uma operação a nível privado, estimulado pelo Poder Público, à época dentro da operação da Dívida Externa. É esse o quadro que se apresenta. V. Sª poderá dizer o que sabe disso aí, não vou exigir que seja conhecedor de todos os detalhes.

Vossa Senhoria, hoje, já nos disse que o preço é superior ao do mercado, deu-nos a data, disse-nos que havia, até numa expressão bem objetiva, "dá ou desce", da Sunamam, e a Sunamam é órgão governamental; que a estratégia era da operação casada. Então, acho que os dados, o contorno, estão aí. Gostaria de saber se V. Sª teria algum dado a mais sobre essa operação, que me parece extremamente significativa neste momento histórico, para que caracterizemos uma determinada situação, com relação a esse quadro da Marinha Mercante, que estamos investigando aqui.

O SR. RICHARD KLIEN — Eu diria que sim, Exª, que todos nós, contribuintes brasileiros, estamos pagando por esse erro. Também estou pagando. Todos nós estamos pagando, concordo plenamente. Agora, enquanto à situação da KOMMAR, gostaria de respetir mais uma vez que a KOMMAR tinha obrigação de encomendar um navio. Conforme a Resolução que a autorizou a funcionar, esse navio deveria ser encomendado num estaleiro nacional; como o Fundo de Marinha Mercante não dispunha de recursos disponíveis para a encomenda desse navio aqui no Brasil, a KOMMAR encomendou esse navio na Inglaterra.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não é um problema que lhe diga respeito, mas lhe diz respeito agora por que o navio passou a integrar uma empresa da qual V. Sª passou a ser um dos titulares. Mas na verdade, o que aconteceu é um caso absolutamente claro; ela deveria ter um navio próprio; para ter um navio próprio deveria fazer uma encomenda; para ter essa encomenda preferencialmente deveria ser um estaleiro brasileiro, mas, para fazer no estaleiro brasileiro seria conveniente se tivesse os estímulos e benefícios do Fundo de Marinha Mercante. Como estes não lhe eram oferecidos, o que aconteceu, acho que parece mais do que evidente é que ela acabou tendo os mesmos estímulos e benefícios de maneira total encomendando no estaleiro inglês, porque no momento em que foi feito a operação casada, ela não apenas teve o estímulo de 20 ou 30 ou 40% mas, ela passou a ter o aval do próprio governo brasileiro na compra do navio no exterior, e como ela não pagou nada, o governo tudo. O estímulo foi de 100% só que comprou o navio muito mais caro, comprou-se o navio pelo dobro do preço e custou ao erário, que é público evidentemente, muito mais do que se tivesse financiado 100% numa indústria nacional — não estou dizendo que isto fosse irregular, talvez fosse ilegal. Agora, essa outra forma que contornou a lei, pelo que se está evidenciando, é muito mais danosa, inclusive à sociedade brasileira e ao contribuinte brasileiro do que a fórmula anterior, que também seria ilegal, talvez prejudicial. Apenas este comentário que faço.

O SR. RICHARD KLIEN — Se V. Exª me permite, tenho uma resposta a dar sobre isso.

Permito-me ler um trecho do Aviso 059, datado de 1.3.84, do então Ministro dos Transportes ao Ministro da Fazenda:

> "Sr. Ministro, a Superintendência Nacional de Marinha Mercante, no ano de 81, assinou protocolos financeiros com bancos ingleses visando a importação de navios e equipamentos. Paralelamente, foi oferecido à Sunamam um crédito financeiro em moeda equivalente a 1.12 dólares por dólar de navio equipamento importado pelo Brasil."

Esse é um trecho deste aviso. Diz aqui ainda no mesmo aviso:

> "Dos vários navios previstos no protocolo, dois roll-on roll off viabilizados foram adquiridos, um pela Intermodal Transportes e Navegação Ltda, e outro pela KOMMAR. Essa importação permitiu um saque de 110 milhões de dólares em moeda para a Sunamam."

Permito-me, ainda, ler um trecho de outro aviso, o Aviso 266/611, de 7 de maio de 86, do então Ministro dos Transportes.

> A opção por esta alternativa não visava basicamente aos interesses da Marinha Mercante e da construção naval, mas, atendia às necessidades momentâneas do governo para a captação dos recursos destinados aos seus compromissos financeiros.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — De quem é esse expediente?

O SR. RICHARD KLIEN — Isso é o Aviso nº 266, do Ministro dos Transportes, datado de 7 de maio de 86. Com isso, acredito que estou provando essas minhas afirmações de maneira correta.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Eu perguntaria ao depoente quantas ações da Kommar foram compradas por ele e seu sócio e a que preço total?

O SR. RICHARD KLIEN — Nós compramos a totalidade das ações.

Agora eu me permito, V. Exª não me leve a mal, mas, acho que o preço da compra da empresa é um assunto que gostaria de tratar sobre reserva. Foi um preço muito baixo, posso lhe falar assim.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Não acredito, Sr. Presidente, que ele tenha direito a essa reserva.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Vou deixar bem enfático a V. Exª que isso não é assunto reservado, é assunto de uma compra, certamente estará em registro. O que pode ter havido é algum sobrepreço por fora, alguma coisa que certamente V. Exª nem terá condições de fazer afirmações aqui, mas o que consta V. Sª terá que dizer.

O SR. RICHARD KLIEN — Eu pediria a V. Exª fazer esta declaração sob reserva, não é um número público, é um número comercial da empresa, é um direito que me assiste comprar uma coisa pelo preço que julga adequado.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Pergunto a V. Exª se deseja insistir nessa pergunta.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Considero essa pergunta fundamental para a definição e o diagnóstico da licitude ou da ilicitude do negócio.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Insisto com V. Sª de que V. Sª não pode calar à verdade diante um fato que, afinal, na órbita de direito privado, mas é uma compra feita com registro certamente em algum lugar. Então, não há por que. Isso tem um registro público, V. Sª compra um terreno de um particular, se eu, cidadão, comprar de outro cidadão, naturalmente o preço fica consignado em algum texto de documento e vai ser levado a um registro público. A mesma coisa no documento de compra de sua empresa, os seus concorrentes, certamente têm acesso a isso.

O SR. RICHARD KLIEN — Eles não têm acesso. V. Exª me perdoe, Senador, agora eu gostaria de dizer aos Exmºs Senadores que me coloco à disposição a revelar esse número a V. Exª privadamente, eu não tenho nada a esconder. Mas, não há nescessidade. Ninguém diz a que preço comprou as coisas, todo mundo compra e vende o que bem entender, declara, o preço foi declarado corretamente. Está tudo absolutamnte correto, Senador. Também não estou me negando a fornecer essa informação a V. Exª Agora, o que eu não gostaria de fazer é tornar esse número público. Eu acho que não tem nada demais nisso. Não me nego a prestar qualquer informação a V. Exª

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Eu insisto, Sr. Presidente, ele está comentendo ilícito penal.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Mas, não há dúvida. Eu quero deixar claro isso, porque não vejo como possa ser feita um compra sem haver o registo em algum lugar. Não pode haver isso. Quer dizer, o registro desse quantitativo tem que estar num documento.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Foi comprado na Bolsa, Sr. Presidente?

O SR. RICHARD KLIEN — Não Exelência. Os acionistas da Kommar nos venderam as ações, que não eram transacionadas e não são transacionadas em bolsa. Foi uma operação privada.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Não houve nenhuma escritura e nem contrato?

O SR. RICHARD KLIEN — Houve um contrato...

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Sim, mas todo contrato tem que ter o objeto, o preço e as condições. E, se há um contrato, esse contrato foi inclusive registrado em algum lugar. Quero lhe dizer que sou um advogado, evidentemente não milito nessa área, mas V. Sª tem o seu advogado, aqui, sabe disso, é impossível não estar esse contrato celebrado, formalizado em algum instrumento e esse instrumento levado a registro em algum lugar. Quer dizer, não é matéria do âmbito das minhas atividades profissionais, mas lhe digo que é impossível isso. Houve um instrumento de pactuação que formalizou essa operação e, posteriormente, esse instrumento foi levado a algum registro público. Não vejo como.

O SR. RICHARD KLIEN — V. Exª me permite, então, consultar meu advogado? V. Exª me dá essa liberdade?

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Eu lhe permito...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Sr. Presidente, é só acréscimo, um adendo pequeno.

Esse contrato é suscetível de algum registro para valer contra terceiros?

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Claro.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Ele é público. Ele é público por definição, entre as partes ele é um ato particular privado. Mas, na medida em que ele é registrado, ele é público.

O SR. RICHARD KLIEN — Ok. O meu advogado está me informando o que eu devo dizer. Agora, realmente, eu gostaria de expressar o seguinte: ninguém faz isso de chegar aqui e revelar os seus negócios particulares.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Mas, como, mas isso não é...

O SR. RICHARD KLIEN — Mas, vou revelar porque estou procurando ajudar e contribuir nos trabalhos da comissão...

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Mas, por favor, eu quero lhe dizer o seguinte: ninguém vai lhe perguntar, evidentemente, qual o restaurante em que V. Sª vai almoçar quando sair daqui. Mas, se for necessário, para a elucidação de um fato, V. Sª vai dizer. Esse fato é um assunto de natureza particular, mas que interessa, por alguma maneira, ao encaminhamento das investigações que se fazem aqui. De maneira que não há esse aspecto. É evidente que há assuntos de absoluto foro íntimo. O que queremos aqui não é o que V. Sª pensa, qual é a sua opinião, são fatos. Então, a compra e a venda são fatos e, fatos que, naturalmente, estão sendo objetos de apuração, e nessa órbita V. Sª tem que dizer.

O SR. RICHARD KLIEN — O preço da compra das ações foi de, aproximadamente, 32 milhões de cruzados.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Ações ao portador, nominativas ou ambas?

O SR. RICHARD KLIEN — As ações de empresa de navegação têm que ser nominativas porque é obrigatório em lei que a comprovação do cidadão brasileiro para poder exercer a atividade de navegação.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — É o preço do navio então, o preço do Karisma. Quer dizer que a Kommar não tinha mais nada?

O SR. RICHARD KLIEN — A Kommar tinha, ao contrário, várias dívidas.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Tinha maus negócios, não tinha contratos de frete, não tinha nada?

O SR. RICHARD KLIEN — Não, a Kommar tinha esse problema do navio a resolver, que, inclusive, os antigos sócios não conseguiram resolver e, obviamente, tinha uma operação. Ela operava concorrendo com outros.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Só queria perguntar uma coisa aqui para ajudar. Quem foram os sócios majoritários da Kommar que fizeram essa venda?

O SR. RICHARD KLIEN — A Kommar pertencia a duas pessoas basicamente, inclusive através de empresas deles, se não me engano. Um deles é o Dr. José Carlos Franco de Abreu e o outro é o Dr. José Carlos Kalil. Ao que consta, foram sempre os proprietários da empresa. Isso está tudo registrado na Sunamam, porque a Sunamam controla o registro dos acionistas das empresas de navegação.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O Dr. José Carlos Franco de Abreu é o Comandante Franco de Abreu?

O SR. RICHARD KLIEN — É o Comandante Franco de Abreu.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Então, os Srs. compraram um navio, o Karisma, nada mais, sob um nome de Kommar, sob o título de empresa. Mas, na verdade, compraram o Karisma, sabendo que não estava pago.

O SR. RICHARD KLIEN — As pessoas físicas Richard Klien e Washington Barbrito compraram as ações da Kommar. A Kommar tinha esse problema do navio.

Se V. Exª me permitisse, faria agora, aqui, uma breve apresentação sobre os problemas do Karisma, do ponto de vista que nós o enfocamos.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Não, o quero dizer é que, ainda que estivesse lá a quitação, V. Sª e o seu sócio sabiam que o navio não estava pago pela Kommar. Sabiam ou não sabiam?

O SR. RICHARD KLIEN — Sabíamos que o navio não estava pago pela Kommar.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — V. Sª e o seu sócio têm advogados supremamente habilitados. Sabiam conseqüentemente, que esse negócio do navio pode ser, a qualquer momento, anulado por ilicitude. E até pela nova Constituição, a partir de sua promulgação, muitas pessoas do povo e entidades poderão ajuizar essa ação.

Então, os Srs. terão de pagar, porque assumiram, porque há um consentimento tácito nisso, terão de pagar os 32 milhões do Karisma.

Além disso, os Srs. contrataram 4 navios. Não foram 2, não é?

O SR. RICHARD KLIEN — Temos 2 navios que estão em construção. Existem duas fases: a fase da aprovação da prioridade, pela Sunamam, para a construção do navio, ou seja, a Sunamam diz "O Brasil precisa desse tipo de navio".

Depois existe a comprovação da viabilidade técnica da encomenda desse navio no BNDES. E, após, existe a construção, quando o BNDES confirma o financiamento.

Temos dois navios que estão em construção no Estaleiro Caneco, que são esses dois a que me referi, o Intrépido e o Independente.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Os negócios...

O SR. RICHARD KLIEN — E dois navios — perdoem-me que estão em fase final de análise no BNDES, que levarão a sua contratação de financiamento e a sua construção, esperamos nós, ainda este ano.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Os negócios são tão lucrativos que permitirão à Transroll e à Kommar pagar, no caso, o Karisma com preço atualizado, não sei quantos milhões de dólares, e mais esses dois navios que já estão em construção?

O SR. RICHARD KLIEN — O Karisma, V. Exª me perdoe...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — E quantos milhões de dólares, aproximadamente, montaria isso aí?

O SR. RICHARD KLIEN — Esses dois navios que estamos atualmente analisando a viabilidade técnica deles no BNDES, Betel Gate e Belatrix — fazem parte do folheto também — são navios muito grandes e custam, aproximadamente, 38 milhões de dólares cada um. Serão os melhores e maiores navios de carga geral do Brasil.

Essa é a nossa grande ambição.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Melhores e maiores, quantas mil toneladas?

O SR. RICHARD KLIEN — Aproximadamente 22 mil toneladas. Estão no folheto.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Quer dizer que há condições para pagar todos esses dólares, inclusive o Karisma?

O SR. RICHARD KLIEN — Gostaria de separar as duas questões. A Transroll é uma empresa que, desde o primeiro dia, é adimplente. Contratou um navio na Espanha pelo valor que podia pagar, paga esse navio em dia, rigorosamente em dia, inclusive nas épocas mais difíceis, quando o navio voltava vazio da Europa, fazendo um enorme sacrifício. A Transroll é uma empresa adimplente que trabalha, que não deve nada a ninguém, está encomendando esses dois navios em construção e que tem esses dois navios em fase de análise no BNDES.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Os sócios proprietários são os mesmos?

O SR. RICHARD KLIEN — Os sócios proprietários da Transroll são a Fink, que é, como falei no início da minha exposição, uma empresa que foi fundada pelo meu avô em 1924 e a Transtermar, uma empresa da qual participa o comandante Washington Barbeito e a pessoa física do comandante Washington Barbeito na Transroll e na Kommar os acionistas são o comandante Barbeito e eu, pessoas físicas.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — O comandante Barbeito e V. Sª têm condições de suportar esse pagamento pessoalmente?

O SR. RICHARD KLIEN — Tivemos condições de suportar a compra da empresa.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Pergunto se, desfeito o negócio por ilicitude e isso me parece flagrante, pois o Governo pagou o navio aqui — há ilicitude — e, essa ilicitude gera nulidade do negócio jurídico. Se isso for anulado, os senhores terão de pagar o navio ou entregá-lo.

O SR. RICHARD KLIEN — Se V. Exª me permite, o assunto está tramitando em juízo. Dessa maneira que teremos uma decisão judicial sobre esse assunto.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Por que e a que título?

O SR. RICHARD KLIEN — Eu estava pedindo para dar um esclarecimento sobre como

foi a nossa relação e *vis-à-viso* o Karisma e a Kommar. Isso é que eu gostaria de explicar a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Se V. Exª não se opõe, creio que seria conveniente fazer uma exposição sobre o assunto, desde que seja breve.

O SR. RICHARD KLIEN — É de duas páginas e meia.

Como eu já disse, adquirimos as ações da Kommar, como informei em meu depoimento anterior, em 30 de junho de 1987.

Tão logo tomamos conhecimento de que ocorria na empresa, através do exame da documentação, ou seja, 40 dias após a transação da compra das ações e 7 dias após termos sido empossados como diretores da empresa, endereçar os ao Ministério dos Transportes carta datada de 10 de agosto, apresentando a situação estranha que encontramos, informando que entendíamos que a Kommar tinha o dever ético de pagar pelo navio. Fiz uma breve apresentação disso ontem, mas achei importante dar essa cronologia.

Em 11 de setembro do ano passado, a Kommar reiterou ao BNDES o pedido realizado ao Ministério dos Transportes. Diante do entendimento de que a Kommar tem o dever ético de pagar a alguém o valor do navio de que ela é proprietária e de que não foi encontrada uma solução pela via administrativa, a Kommar em 19 de abril, ingressou em juízo com uma medida cautelar, logo em seguida, em 3 de maio, por uma ação ordinária, apresentando os fatos e documentos a que teve acesso com o objetivo de estabelecer o valor real a cujo pagamento estaria obrigada.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Quem é a outra parte?

O SR. RICHARD KLIEN — A União, como eu disse ontem.

Depositou, após autorização do Juiz, o valor do preço original do navio, em Cz$ 5.514.840,00 solicitando ao Judiciário para que decida o valor de sua dívida. Esse é processo que mandei vir do Rio de Janeiro, pois eu não o tinha ontem e que faço questão de entregar à Mesa, pois acho que esclarece absolutamente, onde consta, inclusive, essas informações sobre os avisos e todas essas informações que fazem parte do processo.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Trouxe agora? Eu gostaria de vê-los.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — A Kommar pretende pagar o preço real do navio e o depósito é 3 ou 4 vezes inferior.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Eu gostaria de um esclarecimento quanto a esse ponto. V. Sª diz que a Kommar fez um depósito judicial de 5 milhões 540 mil cruzados. O que entendi foi que o navio custou 32 milhões de dólares, ao câmbio oficial são 5 bilhões de cruzados. Há uma diferença de 3 zeros, apenas. V. Sª nos informa que a kommar está depositando em juízo 5 milhões de cruzados. E a informação que recebemos de V. Sª é que esse navio teve um preço original de 16 milhões de libras. Feita a conversão...

O SR. RICHARD KLIEN — Vinte milhões e trezentos mil libras, Exª

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Feita uma conversão razoável, seriam 30 milhões de dólares, que, ao câmbio oficial, são 5 bilhões de cruzados. Então, essa questão é que, para início de conversa, me parece um pouco estranha, há três zeros aí fundamentais nesse processo.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Então, se posso ultimar essa pergunta, ele poderia, na resposta, acrescentar se faria um negício, ha hipótese de pagar 32 milhões de dólares.

O SR. RICHARD KLIEN — Nós estamos aguardando a decisão da Justiça, Exª, para saber qual o valor que é devido para o pagamento do navio.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Mas eu insisto em saber se V. Exª faria o negócio se tivesse que pagar 32 milhões de dólares?

O SR. RICHARD KLIEN — Excelência, nós demoramos bastante para tomar a decisão de comprar a empresa no estado em que ela estava. Nós acreditamos que vamos encontrar uma solução através da Justiça. V. Exª poderá examinar, através do processo, que a situação da compra desse navio é realmente uma história muito comprida, e da mesma maneira que nós demoramos bastante tempo para chegarmos a comprar ação à empresa nas condições que nós compramos, eu não tenho condição de lhe responder de boa-fé, aqui agora, se nós iríamos ou não iríamos tomar uma decisão que envolve a compra de um bem de 20 milhões de libras. Nós sabíamos que a empresa tinha um navio, que a empresa tinha problemas em regularizar a situação desse navio, nós acreditávamos que poderíamos, trabalhando, pagar esse navio. É isso que estamos fazendo, estamos trabalhando e muito, pretendemos pgar o valor que for argüido pela justiça.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Então, V. Sª me responde de outra forma: V. Sª podendo comprar um navio novo por vinte, paga um navio usado por 32? — O que eu quero dizer, clara e explicitamente, é que é estranho esse negócio e que V. Sª tem uma dificuldade em esclarecê-lo.

O SR. RICHARD KLIEN — V. Exª me desculpe, mas eu não acho estranho.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Mas, então, me responda isso. Podendo comprar um por vinte, um navio em iguais ou melhores condições, correr o risco de pagar 32, eu acho um absurdo.

O SR. RICHARD KLIEN — Mas não compramos só um navio compramos uma empresa.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Mas a empresa só tinha dívidas de bom mesmo só o navio.

O SR. RICHARD KLIEN — Eu não sei, de ruim talvez o navio, porque o navio justamente é o abacaxi.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Mas V. Sª mesmo acabou de dizer que a empresa tinha dívidas.

O SR. RICHARD KLIEN — Pois é, a empresa tinha dívidas.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Então, comprou o navio.

O SR. RICHARD KLIEN — Mas a empresa estava em funcionamento, ela estava operando, ela estava transportando, ela estava fazendo competição a nós. Como eu já disse antes, nós gostamos muito de operar com navios brasileiros, nós somos bem mais ágeis operando um navio nosso do que um navio afretado, nós estamos nos empenhando para construir e nós não podíamos fazer outra coisa. V. Exª, primeiro nós nos dirigimos, com 40 dias depois da compra da empresa, ao Ministério, propondo encontrar uma solução, por via administrativa, para esse problema que nós encontramos. Depois, fomos ao BNDES, porque o Ministério nos informou que o problema estava com o BNDES. Fomos ao BNDES e reiteramos uma nova correspondência ao BNDES, que nós gostaríamos de resolver o problema.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Eu sei, estão querendo pagar 5 milhões quando o navio custou 32, assumir um risco com alguma garantia e eu não sei qual é.

O SR. RICHARD KLIEN — Não, Exª, nós estamos querendo pagar o navio pelo preço que a Justiça determinar.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Não, V. Sª pede expressamente aqui a condenação da União a receber o valor, e o seu pedido, naturalmente, não vai ser alterado, é óbvio então, no seu pedido, na ação principal, está aqui:

> "A condenação da ré, a União, a receber o valor de construção do navio Karisma, acrescido, simplesmente dos juros legais de 6% ao ano, sem correção monetária e sem correção cambial."

Então, esse cálculo, está referido aqui — o legalmente devido seria, no entendimento de V. Sª, o principal é o equivalente em cruzados ao preço da época em 30-4-88, o equivalente em cruzados àquela época, muito bem. Sem correção cambial, sem correção monetária e acrescido apenas os juros legais de 6% ao ano. É isso que se pede na ação principal.

O SR. RICHARD KLIEN — V. Exª me permite ler, parte da ação, na página 29.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Não, o que interessa é o pedido.

O SR. RICHARD KLIEN — É o capítulo do pedido. "Pelo exposto, indicando desde já que virá a juízo discutir o possível *quantum debetur*, que, em latim, quer dizer, segundo sou informado, o que deve, com base no contrato de construção do karisma, a autora requer a V. Sª que determine liminarmente a expedição de via de depósito do valor de constru-

ção." Repito: "pelo exposto, indicando, desde já, que virá a juízo discutir o possível *quantum debetur* e vou ler outro trecho na página 24.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — V. Sª está dizendo que o que disse choca com o que estou dizendo. Estou lendo o pedido da petição inicial de V. Sª. A sua petição inicial tem uma parte expositiva e depois tem um sentido. Sou advogado. Estou lendo para V. Sª uma coisa que não pode ser alterada. E é com base no pedido e não na exposição que se dá o provimento de jurisdição. O Senador Maurício Correa está aqui para concordar comigo seguramente.

O cálculo está aqui. O que se quer, realmente, e pagar apenas o principal, calculado em cruzado a época, em 1982, sem correção cambial, monetária e acrescidos os juros de 6% ao ano.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma interferência que me parece extremamente útil neste instante. A sua firma entrou — havia solicitado permissão ao Senador José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (*José Ignácio Ferreira*) — O Senador Alexandre Costa estava numa posição prioritária, mas...

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Perfeitamente, S. Exª pode, então, fazer uso da palavra.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Sr. Presidente, está havendo uma grande confusão. Pelo valor da compra da Kommar, observa-se que o cidadão não comprou o navio, e sim a empresa. Eram trinta milhões de cruzados.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — A empresa só tinha dívidas.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Quem disse a V. Exª que a empresa só tinha dívidas?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — O depoente.

O SR. RICHARD KLIEN — A empresa não tinha só dívidas. Ela tinha dívidas.

O SR. ALEXANDRE COSTA — A dívida pode ser de 1 cruzado, cinco, dez cruzados. Estamos apenas adiantando. V. Exª disse até sobre ilicitude no futuro, sem poder afirmar se há ilícitude ou não na compra do navio. Comprou uma empresa. Isso é coisa mais normal neste País. Trata-se de transporte. Compram-se linhas aéreas. Não vai ver se o motor do avião está ruim, de que ano é o avião. Compram-se as linhas aéreas. A companhia possuidora de linhas com licenças para poder transportar para o exterior. Logo, trinta milhões de cruzados é um preço irrisório, baixíssimo para um cidadão adquirir uma empresa como essa. Amanhã, ele poderá perder o navio, mas a empresa não. O que está em discussão na Justiça é a respeito do navio. O navio é quem vai responder pela dívida — o Karisma. Não sou nenhum advogado, mas sei perfeitamente que quem vai responder é o Karisma. Tudo já se disse, até que o navio foi adquirido sob ilicitude sem saber como foi adquirido. Pergunta-se ao depoente como o foi, como se o depoente soubesse da vida da Kommar anteriormente — acredito que não o sabe, ou se sabe que o diga.

O SR. RICHARD KLIEN — Está tudo relatado aqui. O que sei é o que apurei nos documentos, quando compramos a empresa e fizemos a auditoria. Está relatado nesse processo, porque justamente não conseguíamos chegar a um acordo para uma solução de impasse por via administrativa. Gostaria de esclarecer, mais uma vez, que na página 24...

O SR. ALEXANDRE COSTA — V. Exª me permite? Vou terminar a minha ponderação. Pleitear Justiça, não pagar juros e correção monetária por parte de empresa é a coisa mais normal do mundo. Isso é comuníssimo na Justiça do Brasil. É comuníssimo entre os empresários. O fato de a Justiça dar ou não, é outra coisa. O que ele pleiteia pode ser permitido ou negado pela Justiça. Nesse caso, ele terá que pagar o justo preço que é arbitrado pela Sunamam. Essa que é a realidade. Não vamos fazer essa confusão, porque estão armando uma confusão aqui, já é de um ato ilícito acontecido no passado; não vamos fazer isso. Que confusão é essa? Por que se diz que é ilícito? Poderá até se apurar, no futuro, da ilicitude da Kommar ao adquirir o Karisma, mas precisa ser provado; o Senador Bisol não pode dizer agora que é ilícito. Então, aqui tudo é ilícito.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Mais claro que eu posso dizer, eu estou fazendo uma inquirição, Sr. Presidente. Na inquirição a testemunha está dizendo que existe uma quitação...

O SR. ALEXANDRE COSTA — Claro que V. Exª pode dizer e eu posso dizer que V. Exª está de má-fé.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — E a testemunha está dizendo que esse navio não foi pago, isso aí não é uma ilicitude.

O SR. ALEXANDRE COSTA — V. Exª está dizendo e eu posso dizer que não concordo.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — É a testemunha que está dizendo.

O SR. ALEXANDRE COSTA — V. Exª é um Juiz de Direito e não pode prejulgar um ato...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — V. Exª é que vem aqui julgar os seus Colegas. Eu estou fazendo uma inquirição e tenho o direito de fazê-la.

O SR. ALEXANDRE COSTA — V. Exª é que está julgando, eu não estou julgando nada. V. Exª é que está julgando a honra dos outros, sem os elementos necessários para fazê-lo.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, o Senador Bisol havia...

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Tem a palavra o Senador Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Eu concedo aqui para o nobre Senador Maurício Correa e também autorizo...

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, eu gostaria de indagar ao depoente. Porque V. Exª citou, ainda há pouco, que ingressou com uma ação cautelar inominada. Eu gostaria de saber se é de seu conhecimento se a União Federal entrou com alguma ação, com algum procedimento contra a Kommar, se houve algum ajuizamento de ação contra a Kommar?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Nem houve mento não.

O SR. MAURÍCIO CORREA — Nem houve reconvenção? O advogado pode esclarecer se houve, V. Sª sabe o que é reconvenção?

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Não foi sequer contestado essa ação? Ainda não?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — V. Sª ajuízou essa ação quando?

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Três de maio de 88, foi a data do ajuizamento.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sei.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Quer dizer essa ação foi ajuizada há menos de um mês.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — O que está me parecendo aqui estranho é que a Procuradoria da República, que defende os interesses ou não, não tenha tomado uma providência até agora. Isso é estremamente estranho, senhor presidente. Eu acredito que V. Exª deverá anotar isso com cautela necessária e se não tiver aí as peças integrais dessa ação, requisitar...

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Estranhei que não tinha aqui contestação, mas agora eu verifiquei a data...

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Nós temos que nos informar profundamente para sabermos qual é a razão, por que a União não entrou com nenhum procedimento até agora, na medida em que milhões são envolvidos nessa questão. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Eu estou procurando um esclarecimento importante, sobretudo para os Senadores Chiarelli, Bisol e Maurício, eu me refiro a eles porque são advogados e estão entendendo, e o Senador Chagas Rodrigues. Com relação ao fato que liminarmente foi pedido uma expedição de uma guia de depósito no valor de construção do navio Karisma, e isso tem conotação com o que se pretende no pedido na inicial. Então, se pediu que se recebesse como depósito 5 milhões 514 mil 840 cruzados, equivalentes ao preço de construção equivalente em cruzados a 20 milhões 566 mil e 600 libras ao câmbio de 30 de abril de 82.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Excelência, qual foi a data da compra da Kommar, dessa transação?

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Foi em 30 de abril de 82, foi a data do pagamento dessa quantia, é ao câmbio de 30 de abril de 82.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — É a operação registro no Tribunal Marítimo ou, não sei como é que chama o...

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — O fato é que isso correspondiam na época, 5 milhões 514 mil 800 cruzados e isso foi depositado, aliás foi o preço, a quantia em libras o equivalente em cruzados a quantia em libras de 30 de abril de 82, acréscido apenas do juros legais de 6% ao ano.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Mas a ação desse mês agora deste ano?

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Deste ano, três de maio de 88.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Quer dizer que de 82 até hoje...

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Bom, ao que parece, aí é informação do sr. advogado, é que não houve ainda nem contestação e não houve medida anterior alguma da União Federal, certo? É a informação que eu recolho lateralmente mas, que fica constando da assentada.

Tem a palavra o eminente Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, eu ia justamente ferir o assunto que acaba de ser focalizado pelo Senador Maurício Corrêa.

Sr. Presidente, não se compreende que a Comissão de Marinha Mercante não tenha feito a cobrança.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — A Presidência solicita a V. Exª e aos demais presentes para colocar o fato de que nós estamos começando a votação da matéria eleitoral da maior relevância no plenário do Senado e a Presidência pede vênia para suspender momentaneamente os trabalhos da presente reunião.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — A Presidência reabre por breves instantes o trabalho da presente reunião e rememora o fato de que esta Comissão é toda condicionada aos trabalhos da Constituinte, que são absolutamente incontrastáveis e prioritários; condicionada, em segundo lugar, aos trabalhos do Senado Federal que, quando a Constituinte não ocupa o espaço de tempo, costuma usar esses pedaços de tempo. E, finalmente, o que lhe sobra são pedaços de tempo sempre muito exíguos, geralmente às segundas, terças e quartas-feiras, pela manhã.

A Presidência tem, junto à Comissão toda, agido com a maior intensidade, com maior dinamismo e, infelizmente, agora, nos vemos diante de uma situação de fato, nós temos a Constituinte agora, hoje à tarde.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Só um detalhe porque é exatamente sobre a matéria que V. Exª está encaminhando e deliberando, é que estava verificando com o pessoal da Mesa, inclusive agora, da Constituinte, nesse momento que ainda restou lá, e há um dispositivo regimental que estabelece que ao final de título e capítulo para início do subseqüente, há pelo menos um intervalo de duas horas exigido. Então, votadas as matérias referentes ao Capítulo dos Índios, que seriam apenas duas votações a geral e uma fusão de emendas, mesmo que haja uma decisão do plenário em votar as Disposições Transitórias, sei que é uma questão aleatória e política, haverá um provável e quase certo intervalo de duas horas na Constituinte hoje à tarde. Teremos uma sessão, haverá duas votações, se nós continuarmos, e para continuar tem o intervalo de duas horas ou encerra, e aí, talvez, teremos uma oportunidade de, ainda hoje, no fim da tarde, dar continuidade à tomada do depoimento.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Eu digo que há duas alternativas: ou prosseguiremos por uma hora ou duas, ou encerraremos depoimento e reinquiriremos depois.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A minha sugestão é que se fosse possível, nós, num horário civilizado, ainda hoje até o fim da tarde, 6 horas se a Constituinte parar, mesmo que ela vá retomar às 8 ou 9 horas da noite, se pudéssemos concluir pelo menos uma etapa dessa argüição por mais uma hora e uma hora e meia, e se o depoente que está a disposição puder ficar até hoje à noite, acho que mais 1 hora e meia nós teremos de espaço hoje, para podermos dar um avanço.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — De qualquer maneira a sugestão de V. Exª é absolutamente importante, a sua solicitação pesa. Nós temos que convir...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Eu não quero, inclusive, obstaculizar porque eu sei que o depoente está aí desde domingo e vai viajar.

O SR. RICHARD KLIEN — Não, eu vou viajar na sexta-feira.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Desculpe, Sr. Presidente, mas quando é que haveria a inconveniência. Seria muito inconveniente para V. Sª permanecer hoje à noite aqui em Brasília?

O SR. RICHARD KLIEN — Eu estou à disposição. Só não posso ficar até amanhã.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — É por isso que eu estava interessado em podermos adiantar alguns pontos e eu acho que, com uma hora e meia, duas horas de depoimento, realmente o tempo que teríamos, e nós poderíamos liberá-lo por um período para que ele possa ter a sua atividade para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) — Perfeitamente. Então, a Presidência decide suspender a reunião e atrasar o seu prosseguimento para logo após o término da votação do Capítulo dos Índios da Constituinte. Então, naturalmente V. Sxª dará o seu telefone do local onde poderíamos localizá-lo e, 30 minutos depois, reabriríamos os nossos trabalhos e, seguramente, encerraremos o seu depoimento, para a tomada de uma reinquirição em tempo oportuno após a sua viagem, provavelmente na semana seguinte ou próxima.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Estão reabertos os nossos trabalhos.

Srs. Senadores, o Presidente Ulysses Guimarães, baseado no Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, resolveu convocar a Assembléia para os nossos trabalhos às 18 horas e 30 minutos, e evidentemente teríamos poucos minutos para reiniciar os trabalhos desta Comissão. A Presidência, então, sugere, e espero o acatamento de V. Exªs, que encerremos o depoimento hoje, no dia 13, segunda-feira, requeriremos normalmente o depoente. Evidentemente que também não só, se os Srs. Senadores concordarem, e pedindo também escuças a V. Sª, já que nós não esperávamos que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte fosse convocar os trabalhos para agora às 18 horas e 30 minutos, foi uma surpresa à qual não podemos fugir face importância da matéria que irá entrar em debate. (Pausa)

V. Exª com a palavra, nobre Senador Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Apenas por economia processual, Sr. Presidente, eu levantaria a indagação da oportunidade do seguinte procedimento. Eu tomei conhecimento de que há um segundo navio gêmeo do Karisma, ligado a uma outra empresa, são dois navios em que o procedimento foi o mesmo e que a empresa não pagou. Então, para abreviarmos, ele já poderia informar qual é essa outra empresa, que por sinal ela estaria quebrada, já falida, e nós no mesmo dia ouvíríamos alguém dessa empresa, para esclarecer esse segundo caso que tem a mesma relevância daquele que nós estamos tratando.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — A sugestão de V. Exª é acatada e eu pediria ao Dr. Augusto que fizesse as devidas anotações e, à Drª Sara também.

Os Srs. Senadores, então, estão de acordo com essa sugestão da Presidência? (Pausa)

Então, eu vou declarar o depoimento de V. Sª encerrado nesta oportunidade, e V. Sª, por favor, já fica convocado para o dia 13. E, mais uma vez, a Presidência lhe pede desculpas e agradece.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Eu só gostaria que ele deixasse registrado o nome do navio e o da empresa.

O SR. RICHARD KLIEN — O nome da empresa que comprou o outro navio na Inglaterra é a Hpermordal e o nome do navio é Jacqueline. O navio está sendo operado pelo Lloyd brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Maurício Corrêa mais alguma coisa? Senador Canale, Senador Chagas Rodrigues tudo bem? (Pausa)

O SR. RICHARD KLIEN — Gostaria apenas de dar uma pequena palavrinha.

Agradecer a Presidência, aos Srs. Senadores, e dizer que eu, realmente, aprendi muito nesse meu depoimento; para mim foi uma experiência da maior validade e eu quero agradecer a compreensão pela minha falta de experiência e darei o melhor de mim no dia 13, para esclarecer as dúvidas que ainda restam.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Alexandre Costa desculpe-me, acostumado, infelizmente, a só olhar para a direita não olhei para a esquerda. V. Exª também está de acordo ou quer fazer alguma observação?

O SR. ALEXANDRE COSTA — Inteiramente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — De acordo. Então podemos encerrar os nossos trabalhos. Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17horas e 40 minutos.)

República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — Nº 045 QUARTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 1989 BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 44ª SESSÃO, EM 25 DE ABRIL DE 1989

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

— Nº 85/89 (nº 161/89, na origem), restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR MÁRIO MAIA — Dia do Contabilista.

SENADOR AFONSO SANCHO — Projeto de lei sobre Juntas de Conciliação e Julgamento.

SENADOR RONAN TITO — Transição democrática.

SENADOR JOSÉ FOGAÇA — Regulamentação da Constituição.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — Uso de mercúrio nos garimpos.

1.2.3 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 90/89, de autoria do Senador Afonso Sancho, que estabelece normas para a criação e o funcionamento de Juntas de Conciliação e Julgamento.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Requerimento

— Nº 205/89, de inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item 1 seja apreciada em segundo lugar. *Aprovado*, após usarem da palavra os Srs. Senadores João Menezes e Chagas Rodrigues, havendo o Sr. Presidente prestado os esclarecimentos necessários.

1.3.2 — Ordem do Dia (continuação)

— Projeto de Lei da Câmara nº 2/89 (nº 1.516/89, na origem), que dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário. *Votação adiada*, após usarem da palavra os Senadores Itamar Franco e João Menezes.

— Veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5/88, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e Membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal. *Votação adiada*, após usar da palavra o Senador Jutahy Magalhães.

1.3.3 — Comunicações da Presidência

— Entrega ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte dos Anais da referida Assembléia.

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 45ª SESSÃO, EM 25 DE ABRIL DE 1989

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR JOÃO MENEZES — A escolha de candidatos a Presidente da República pelos partidos políticos. Encaminha a Mesa projeto de lei sobre prazos de desincompatibilização.

SENADOR RAIMUNDO LIRA — Crise econômica brasileira.

SENADOR MÁRIO MAIA — O PDT em rede nacional de televisão.

2.2.2 — Requerimentos

— Nº 206/89, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 28/87, que define o crime de tortura e dá outras providências.

— Nº 207/89, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 5/89, que dispõe sobre o Plano Nacional de Informática e Automação — Planin, e confirma incentivos fiscais.

2.2.3 — Comunicação da Presidência

Inclusão de matéria na Ordem do Dia da presente sessão.

2.3 — ORDEM DO DIA

Mensagem nº 77, de 1989 (nº 144/89, na origem), de 5 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Desembargador Luiz Carlos Fontes de Alencar, do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, a fim de ser nomeado para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o item II do Parágrafo 2º do artigo 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Aprovada* nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Mensagem nº 78, de 1989 (nº 145/89, na origem), de 5 de abril do corrente ano,

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral ..... NCz$ 9,32
Exemplar Avulso ..... NCz$ 0,06
Tiragem: 2.200 exemplares.

pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Desembargador Luiz Vicente Cernicchiaro, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, a fim de ser nomeado para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o item II do parágrafo 2º do artigo 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Aprovada* nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Mensagem nº 80, de 1989 (nº 147/89, na origem), de 5 de abril de 1989, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Desembargador Sálvio de Figueiredo Teixeira, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, a fim de ser nomeado para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o item II do parágrafo 2º do artigo 27 do Ato das Disposições Constitucionais transitórias. *Aprovada* nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo usado da palavra o Senhor Ronan Tito.

Mensagem nº 81, de 1989 (nº 148/89, na origem), de 5 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do desembargador Waldemar Zveiter, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a fim de ser nomeado para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o item II do parágrafo 2º do artigo 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Aprovada* nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Mensagem nº 75, de 1989 (nº 142/89, na origem), de 5 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Desembargador Athos Gusmão Carneiro, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de ser nomeado para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o item II do parágrafo 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Aprovada* nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo usado da palavra o Senhor Leite Chaves.

Mensagem nº 76, de 1989 (nº 143/89, na origem), de 5 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Desembargador Francisco Cláudio de Almeida Santos, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a fim de ser nomeado para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o item II do parágrafo 2º do artigo 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Aprovada* nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Mensagem nº 79, de 1989 (nº 146/89, na origem), de 5 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Desembargador Raphael de Barros Monteiro Filho, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a fim de ser nomeado para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o item II do parágrafo 2º do artigo 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Aprovada* nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2.3.1 — Matéria apreciada após a Ordem do Dia

— Projeto de Lei da Câmara nº 5/89, em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 207/89, lido no Expediente. *Discussão encerrada,* sendo a matéria retirada da pauta, após parecer proferido pelo Senador Severo Gomes, tendo usado da palavra os Senadores Roberto Campos, Ronan Tito, Jamil Haddad, Chagas Rodrigues, Cid Sabóia de Carvalho e Jutahy Magalhães.

2.3.2 — Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR NELSON WEDEKIN — Greve dos bancários no País.

2.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Senador Roberto Campos, pronunciado na sessão de 20-4-89
— Do Senador Lourival Baptista, pronunciado na sessão de 18-4-89 (republicação).

4 — REPUBLICAÇÃO DE TRECHO DE ATA

— Ata da 33ª sessão, realizada em 7-4-89

5 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Nºs 107/89 (republicação) e 118 a 120/89

6 — DIRETORIA GERAL DO SENADO FEDERAL

— Extrato de contrato nº 30/89

7 — ATAS DE COMISSÕES

8 — MESA DIRETORA

9 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

10 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 44ª Sessão, em 25 de abril de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs Senadores Nelson Carneiro, Iram Saraiva e Pompeu de Sousa.

ÀS 14 HORAS E MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — João Menezes — Moisés Abrão — Antonio Luiz Maya — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — Chagas Rodrigues — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Lavoisier Maia — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — Divaldo Suruagy — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Ronan Tito — Fernando Henrique Cardoso — Iran Saraiva — Irapuam Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Correa — Meira Filho — Louremberg Nunes Rocha — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 46 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

Mensagem

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 85/89 (nº 161/89, na origem), de 20 do corrente, referente ao projeto de lei da Câmara nº 105, de 1985 (nº 2.569/76, na Casa de origem), que fixa a capital da República como sede do Conselho Nacional de Desportos.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.755, de 20 de abril de 1989.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Pronuncia mo seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, sirvo-me desta oportunidade para registrar que hoje é o Dia do Contabilista, que tem como patrono o ex-Senador João Lyra Tavares, que há muitos anos, por volta dos idos de 1924 ou 1925, com outros companheiros, instituiu este dia para homenagear essa valorosa classe.

A Contabilidade, como V. Exª Sr. Presidente, e os nobres pares sabem, não sendo objeto da nossa profissão nem da nossa especialidade, tem grande importância para o andamento dos empreendimentos e da economia dos povos. O contador é aquela figura que administra, com sabedoria e discrição, as empresas, as entidades que tratam do comércio e da indústria nas suas atividades cotidianas, concorrendo para a grandeza e o bem-estar dos povos.

Sr. Presidente, ao congratular-me com essa classe laboriosa, indispensável ao progresso de nosso País, aproveito esta oportunidade para pedir ao Sr. Ministro da Fazenda que informe à classe qual a solução que S. Exª deu às solicitações feitas pelos vários Conselhos Regionais de Contabilidade, que pleitearam a revogação da Portaria MS-249/83, que extinguiu a apresentação de certificados de identificação profissional no ato da apresentação da declaração de renda das pessoas jurídicas.

Essa reparação à revogação desse decreto viria fortalecer, grandemente, a atividade desses profissionais, evitando que leigos interfiram na área, concorrendo, às vezes, de maneira desleal com as atividades desses profissionais.

Assim, pela guarda dos documentos, pela lisura com que esses profissionais serão registrados no Conselho, estarão eles sujeitos a uma fiscalização estabelecida pela lei e poderão apresentar, de maneira correta, autêntica e com a credibilidade necessária, os documentos que manipulam das entidades que têm sob sua responsabilidade, fazendo assim o registro da contabilidade dos seus negócios.

Quero, Sr. Presidente, nesta ocasião, registrar, também, brevemente trarei ao conhecimento da Casa o teor de um relatório da visita que fizemos ao vizinho Estado de Rondônia, onde participamos de um simpósio dobre a preservação da natureza, sob o título "Alternativas ao Desmatamento da Amazônia".

A convite da Presidente da Funatura, Drª Maria Tereza Jorge Pádua, lá compareci como pessoa interessada nos problemas relacionados com a preservação da natureza amazônica e com as alternativas que podem ser oferecidas para que haja uma exploração racional, através de um conhecimento científico e o estabelecimento de uma metodologia com tecnologia adequada para o seu manejo e a sua conservação, além da preservação.

Oficialmente designado pela Comissão Parlamentar de Inquérito que cuida desse problema no Senado da República, seu Presidente, o nobre Senador Leopoldo Peres, autorizou-me a, naquele Simpósio, representar a Comissão e, por extensão, o Senado da República. Lá estive, e participei, durante três dias, dos debates e das exposições, discutindo, indagando, argüindo e questionando os vários problemas colocados à discussão nas reuniões plenárias.

Quero, portanto, neste momento, como uma comunicação prévia do que pretendo fazer, de uma maneira mais minuciosa, comunicar, Sr. Presidente, que aquele encontro para onde ocorreram cientistas de vários recantos do Brasil para discutirem, naquele estado ocidental do País, os problemas da natureza amazônica e, por extensão, os problemas da natureza brasileira, neste momento em que a polêmica se torna cada vez mais acirrada em torno dessa momentosa projeção da Amazônia no cenário nacional e internacional, a partir da morte trágica do seringueiro Chico Mendes, no Município de Xapuri, no meu estado, quero, repito, nesta oportunidade dessa notícia prévia, congratular-me com a Drª Maria Tereza Jorge Pádua, Presidente da Funatura, órgão que cuida da preservação da natureza, sem fins lucrativos de espécie alguma, e que foi a pessoa que tomou a iniciativa desse encontro, levando àquelas paragens, nos adentrados da Amazônia, a problemática que tanto nos preocupa neste momento.

Portanto, aqui fica registrada esta nossa comunicação parabenizando não só a Drª Maria Tereza, como todos os cientistas e técnocos que lá compareceram representando os estados de Mato Grosso, Rondônia, Acre, Goiás, Amazonas, enfim, de todas as unidades da Federação que compreende a grande região Norte.

Era o que eu desejava dizer.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Afonso Sancho.

O SR. AFONSO SANCHO (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ninguém desconhece em nosso País a deficiência no atendimento às reclamações trabalhistas pelas juntas de conciliação e julgamento como também pelos tribunais existentes.

A despeito da boa vontade que o Presidente da República vem demonstrando para com a Justiça do Trabalho, tendo na sua gestão duplicado o número de juntas de conciliação de julgamento, bem como de alguns tribunais trabalhistas, as medidas tomadas ainda estão muito aquém das reais necessidades daquela corte.

Em vista disso, pretendo, pelo projeto de lei que ora encaminho, que o Congresso Nacional atenda aos anseios da sociedade no que tange aos julgamentos das reclamações trabalhistas, cuja demora causa transtorno tanto ao reclamante como ao reclamado. O primeiro por ficar longo tempo na expectativa

de direito e o segundo pôr ter que, quando condenado, efetuar o pagamento indenizatório corrigido monetariamente, o que causa, muitas vezes, dificuldades para as empresas e particularmente para as microempresas.

O projeto autoriza o poder central a criar uma junta para cada 300 mil habitantes nas capitais; e no interior, em cada 200 mil habitantes de um município ou em blocos de municípios, corrigindo, portanto, as lacunas existentes, hoje tão desanimadoras para o reclamante e aflitivas para o reclamado.

Esta, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a minha modesta contribuição, objetivando proporcionar à Justiça trabalhista de todo o País condições de atender às reclamações com a agilidade tão desejada pelas classes trabalhadoras e empresariais.

Faço um apelo, neste momento, para que os congressistas do Senado Federal aprovem, depois de aperfeiçoá-lo ainda mais com suas sábias emendas, enviando-o à Câmara, onde pretendemos percutir junto a nossos colegas deputados, para que acatem o projeto que tanta valia representa para o empregado e o empregador.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito, como Líder do PMDB.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, vivemos um momento difícil, Sr. Presidente, e desculpem-me os Srs. Senadores se inicialmente eu discorrer sobre o óbvio, mas dizem, também, que só os gênios enxergam o óbvio, e o trágico do óbvio é não ser praticado.

Todos os Países durante a fase de transição dos regimes fortes para a democracia, passam por problemas enormes. Assim foi na Espanha, assim foi na Grécia, assim está sendo no Uruguai e, principalmente, na Argentina. E se daqui analisamos à distância o Governo Alfonsín, por mais exigentes que sejamos, vamos dar nota 10. Porque o patriota Presidente Alfonsín está tentanto tudo que pode, dentro das suas forças.

No Brasil, não está sendo diferente, porém a crise, aqui, mostra-se de uma outra maneira. Lembro-me bem, e também tenho certeza de que o Sr. Presidente desta sessão também se lembra, daqueles períodos duros, do tumulto calado, do AI-5, da "noite sem estrelas", sem perspectivas muitas vezes de amanhecer em que nós corríamos de um lado para outro para tirar fulano da prisão, ou para saber onde estava. Sumiu... E eu ficava sonhando, Sr. Presidente: e o dia em que vier a democracia? E o dia em que conquistarmos a democracia?

Lembro-me também de um belo dia, na PUC de Belo Horizonte, as palavras do Sr. Senador Fernando Henrique Cardoso, e aí já estávamos às vésperas de uma eleição, ainda que indireta, para Presidente da República, mas significava, naquele momento, era o fim do regime militar e o início do poder civil, pelo menos assim pensávamos. Começou, então, o nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, brilhante sociólogo, intelectual de escol, a nos prevenir das dificuldades que teríamos na transição democrática, e nos prevenia, também:

> "Se hoje — dizia S. Exª — eu tenho que sair de pedras atrás dos direitistas, para que haja a abertura democrática, amanhã, é possível tenhamos que ir de pedradas em cima, também, dos esquerdistas, porque podem atrapalhar a transição democrática."

Frase profética. Nós vemos, hoje, que muitas pessoas já se sentem em chão firme, pois pensam que a democracia já está pronta, como se a democracia fosse obra acabada. Democracia é uma busca incessante da perfeição, da justiça social, do relacionamento fraterno entre os concidadãos, e não estamos sequer no meio da ponte da transição. Estamos, neste momento, no início da pinguela. Sim, Sr. Presidente, não é uma ponte que nos está ligando ao regime democrático, é uma pinguela escorregadia e que muitos dos nossos, e, às vezes até os melhores, com os seus atos de heroísmo, acham, pensam que estão dando passos em direção à democracia, quando, na realidade, estão colocando pedras no caminho.

Lembro-me bem de quando o extraordinário Octávio Mangabeira disse que a democracia era uma "plantinha tenra" e muitos, naquele momento — eu me lembro bem — disseram: "Olha aí — quem diria! — Octávio Mangabeira..." Naquele momento, ele foi acusado, no mínimo, de cauteloso, de tíbio, porque o momento era de avançar, e a sua voz ainda ecoava aos nossos ouvidos, quando começaram os movimentos para a desestabilização da democracia.

Este País, desgraçadamente, Sr. Presidente, não tem nenhuma tradição de vida democrática, vivemos lapsos de democracia. Por isso, não temos uma cultura de democracia. Por outro lado, Sr. Presidente, sabemos muito bem quem paga a conta da ditadura, dos regimes fortes.

Fui Secretário do Trabalho, tive a honra de sê-lo, do Governo Tancredo Neves, em Minas Gerais, naquele tempo eu tinha, por dever de ofício, a obrigação de estudar o poder de compra dos salários, relacionar bem como estavam andando o poder de compra, a massa salarial, o emprego, o desemprego etc. E um belo dia fiquei estarrecido quando verifiquei que, de 1960 a 1980, o País havia crescido; o seu PIB — Produto Interno Bruto — havia crescido 396%, e que isso era crescimento para dar inveja a japonês. Quando fui verificar o crescimento do poder de compra dos trabalhadores, da massa salarial, aí fiquei estarrecido, porque no sistema de livre mercado ou no sistema capitalista, quando há crescimento, normalmente, incorpora-se parte do crescimento ao capital, para fazer poupança, para trazer novo crescimento e parte incorporada ao trabalho. E por que incorporada ao trabalho? Com a produção de novos bens de consumo, o trabalho tem que adquirir possibilidade de comprar as maravilhas produzidas pela nova sociedade. E fiquei estarrecido, Sr. Presidente, depois de verificar, em dados oficiais, que o crescimento do País havia sido de 396%, o poder de compra do salário havia caído de 40,1%, e não contive, naquele momento, um comentário: "Esse é o maior furto que conheço na História da humanidade: o furto do capital ao trabalho!" Até brinquei e perguntei: Qual foi o maior furto que a História registrou até hoje? Responderam-me: Foi o roubo do Trem Pagador. Falei: isso é brincadeira de trombadinha perto desse furto que se faz à classe trabalhadora brasileira, nesse crescimento.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, hoje devo dizer que o decréscimo do poder de compra do salário foi robustecido, cresceu — numa linguagem de enconomês — para baixo, cresceu como rabo de cavalo, decresceu ainda mais o poder de compra. E esse é o maior complicador que temos para a transição democrática, porque, das heranças malditas que recebemos do sistema autoritário — que são muitas — talvez essa seja a maior herança: o desacerto social.

Em estudos comparativos, verificamos, muitas vezes, que, em países desenvolvidos, a relação do poder de compra entre o maior e menor salário da massa salarial varia, no máximo, de 1 para 12. Nos países mais desenvolvidos, é de 1 para 9, 1 para 6. No Brasil, hoje, temos relação de 1 para 1.000, dentro de uma só empresa, onde o contínuo ganha um salário mínimo e o diretor do banco ganha 1000 salários mínimos. Ora, não existe estopim maior, para revolta, do que isso, e a prova disso são as greves que estão aí pipocando por todo lado, algumas justíssimas, e muitas vezes as empresas sem condições de atender. Por outro lado, como é que o empregado vai viver com 60, 70, 100 cruzados novos? Há outras que entram na esteira — é aí que eu queria chegar — das greves justas; entram algumas para complicar um pouco, que não são tão justas assim e que poderiam ser contidas neste momento, principalmente para que tenhamos essa contribuição para a construção da transição democrática.

Poderão dizer alguns dos trabalhadores em greve que é muito fácil com o salário que ganha um Senador pedir que se contenha, neste momento, e não faça a greve. Devo dizer, no entanto, que sempre lutei pelo direito de greve. Quando todos escolhemos comissões que dariam uma grande publicidade eu escolhi a Subcomissão da Ordem Social. E aqueles que participaram comigo da Subcomissão da Ordem Social poderão dar o testemunho, e temos os Anais da Constituição — que hoje deveremos entregar o exemplar pronto ao Presidente Ulysses Guimarães, ao Presidente da Constituinte, ao Presidente da transição — está lá registrada a minha luta por duas coisas: liberdade sindical e direito de greve. Eu entendo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que quando o trabalhador tem o direito de organizar-se

em sindicatos e tem o direito de fazer greve, o problema salarial, aí, já fica com eles. Eles vão conseguir. Claro que vão conseguir, tenho certeza disto. No entanto, neste momento, eu temo que esse açodamento por conseguir, e acho difícil até as colocações que posso fazer nesse momento, para recuperar a busca, não do tempo perdido, mas do dinheiro perdido, possa nos levar a um beco sem saída. E eu sei quem paga o preço da ditadura, nós todos sabemos!

Enquanto o capital cresceu 39%, o poder de compra do salário caiu 40.1%. Quem pagou? Quem pagou tudo?

Mas, sinceramente, Sr. Presidente, eu não saberia dizer a nenhum sindicato de trabalhadores: "Não faça greve agora". Não saberia me dirigir a nenhum presidente de sindicato e dizer: "Contenha o ímpeto dos seus trabalhadores".

Mas, de maneira generalizada, gostaria, apenas, de fazer um apelo. Eu, que sempre tive um relacionamento, graças a Deus, excepcional com a classe trabalhadora, com os sindicatos, gostaria de fazer um apelo para que nós nos contivéssemos no limite, não só do possível, nesse momento, mas também em greves que eu diria civilizadas, até que venha a proposta do Presidente José Sarney sobre o direito de greve.

Concordo plenamente com o livre direito à greve, mas não posso concordar com a ocupação de fábrica de encapuçados. Não posso. Se o trabalhador tem o direito total de fazer a greve, ele pode fazer a greve, por que se encapuçar?

Por outro lado, também ameaçar de estourar aciarias como ocorreu, isso me parece muito grave. Houve até quem dissesse que, nesse momento, um determinado partido precisa de um cadáver, e se o cadáver vier da classe dos trabalhadores isso pode decidir as eleições presidenciais em favor desse determinado partido. E é de se ter isso como certo, porque quem pronunciou essa frase, embora esteja num partido aparentemente democrático, pertence a uma corrente que prega uma revolução permanente. Lá em Belo Horizonte isso foi exercitado. Tentaram de todas as maneiras, todas as provocações: a Polícia foi provocada, a Justiça foi provocada, à exaustão.

De maneira, Sr. Presidente, que este pronunciamento que faço, neste momento, é um apelo aos amantes da democracia, àqueles que, realmente, querem construir a democracia.

O Sr. Afonso Sancho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. RONAN TITO — Pois não, Senador Afonso Sancho, com muito prazer.

O Sr. Afonso Sancho — O pronunciamento de V. Exª, nesse momento, é muito importante porque, embora V. Exª diga que é favorável às greves, entendo que todo bom brasileiro deve reconhecer o direito do operário reivindicar aquilo que ele considera justo. Colega Ronan Tito, parece-me que o assunto greve está sendo tratado diferentemente, está havendo abuso em cadeia.

Semana passada, o Deputado Adolfo Oliveira fez um pronunciamento na Câmara dos Deputados, onde S. Exª disse que se sentia um ensaio de revolução. Hoje, não sei se a revolução já está nas ruas. Não se pode entender que se provoque greve no Banco do Brasil, onde, diga-se de passagem, os funcionários ganham relativamente bem. No Banco Central, no Banco do Nordeste, na Caixa Econômica Federal, nos bancos privados, no Porto de Santos, nas siderúrgicas "n" greves se espalham neste Brasil afora, levando-nos a crer que se trata de uma coisa planejada. Hoje, tem que fechar ali, amanhã, tem que fechar acolá, para ir fechando o círculo. Então, entendo, Senador Ronan Tito, que a situação é muito séria. Como V. Exª disse, dentro dessas dificuldades, poderemos descambar para um regime ditatorial que não desejamos. Acredito que nem o Governo e nem as Forças Armadas vão permitir a baderna que se está generalizando. Está difícil tomar conta do País. Tem-se uma reserva na Caixa Econômica e não se pode tirar. Quer-se pagar o Imposto de Renda e não se consegue. Vai-se a um banco para fechar a operação de uma exportação, não se pode fazê-lo. Quer-se aplicar o dinheiro nos fundos da rede privada, este mês, tiveram, além da restituição, mais 15% de adiantamento. Os funcionários do Banco do Brasil, segundo seu presidente, estão sendo pagos dentro da normalidade, com todas as regalias. Finalmente, como eu ainda há pouco ouvi, o Porto de Santos, o maior porto do Brasil, parado, com prejuízo enorme, e se pedindo 180% de restituição. Isso teria que se jogar em cima da mercadoria, como V. Exª bem disse. Às vezes, o empresário não tem condição de transferir isso. Então, nobre Senador Ronan Tito, eu também me preocupo muito, e eu me preocupo mais porque eu já estou sentindo as nossas forças auxiliares cansando. Desde ontem, no Rio de Janeiro, existe uma greve da Polícia Civil, policiais bancando o papel de bademeiros, o que é profundamente triste. Então se isso se estende e as forças auxiliares regulares também esmorecem olhe, senador, está muito parecido com 1700, na Rússia, quem leu a História vai encontrar isso, vai encontrar uma coisa muito parecida. De forma que eu me sinto muito satisfeito em ver V. Exª, como líder do maior partido, levantar o assunto com muita cautela, dentro das suas normas. Porém, o assunto é seriíssimo. Ainda hoje, li uma declaração do Ministro da Justiça, onde ele dizia que o Presidente era muito contemplativo, que ele não aceitaria aquilo, porque realmente está havendo excessos. Reivindicar não é aquilo, é negociar. E vou me referir ao sistema financeiro particular: deu 15%, então vamos aceitar esses 15%, e no mês que entra vamos tratar disso novamente. Mas isso é um plano, ninguém esqueça, é um plano porque o pior na greve é que deve ser ressaltado que é feita por uma minoria. As resoluções são feitas por uma minoria, o que é triste, porque se fosse pela maioria absoluta, seria mais aceitável. Lá no meu estado, por exemplo, existem três bancos em greve, e o restante está aberto. Então, uma minoria apenas agindo, pois não está havendo necessidade de um policiamento mais ativo. Este, senador, é o meu aparte ao seu brilhante pronunciamento, que tem muita significação neste momento.

O SR. RONAN TITO — Agradeço a V. Exª, Senador Afonso Sancho, mas gostaria de lembrar não só a V. Exª mas a toda a Casa que no início do meu discurso fiz questão de ressaltar que o apoucamento do poder de compra do salário, de uma maneira geral, é uma das razões, talvez a principal.

Disse, e quero repetir: para mim é muito difícil solicitar, instalar, pedir a alguém que não faça greve, se o poder de comprar do seu salário não pode, e muitas vezes não pode, suprir a sua casa das mínimas necessidades; por outro lado, tem V. Exª toda razão quando diz que há outras classes que estão ganhando razoavelmente bem e que se empenham em uma greve de maneira que neste momento nos parece inexplicável. Devo confessar a V. Exª, ao Presidente e aos Srs. Senadores, que estou fazendo este pronunciamento principalmente por causa de alguns problemas que aconteceram no meu estado, aos quais acabei de me referir: ocupação de fábrica, ameaça de estourar altos-fornos, operários encapuzados...

O Sr. José Fogaça — Não operários...

O SR. RONAN TITO — Não sei se são operários, porque estão encapuzados. Eles têm o direito de fazer greve, por que estariam encapuzados?

O Sr. José Fogaça — Operários não fariam isso.

O SR. RONAN TITO — Tenho certeza de que o trabalhador, brioso, brasileiro e corajoso, não se esconderia através de uma máscara. Está-me parecendo muito que o que se quer é aquilo que disse um líder da Cidade Industrial de Belo Horizonte: — Estamos precisando de um cadáver.

Pelo amor de Deus, chega de cadáveres!

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite V. Exª um aparte?

O SR. RONAN TITO — Pois não, nobre senador.

O Sr. Marcondes Gadelha — Nobre Senador Ronan Tito, quero cumprimentá-lo pela oportunidade do seu discurso, pela coragem de abrir o debate sobre este grevismo paroxístico que tomou conta do País. De alguma forma, V. Exª tenta lançar um pouco de luz sobre este assunto, que até aqui tem se apresentado quase como uma espécie de tabu que agrilhoa o raciocínio das pessoas. As coisas se passam como se a lógica interna da greve fosse sempre necessariamente irretocável, como se tudo que ela arrasta, que faz aumentar suas labaredas fosse intrinsicamente bom. Acho que chegou a hora de colocar também o ponto de vista do restante da sociedade. Uma greve envolve os interesses e os direitos de todo mundo. Não se vai negar a importância, a necessidade, o caráter de conquista social, a força reivindicatória que uma

greve tem, nobre Senador Ronan Tito. Mas V. Exª já apontou uma série de abusos, em que esse direito por vezes é desvirtuado, é malbaratado, é mal usado e acaba se conflitando com outros direitos de pessoas e da coletividade. Invadir fábricas, encapuzados, armados de barra de ferro é uma forma de ocupação da propriedade privada, fazer "operação arrastão", retirar quem está no trabalho pacificamente, é uma outra forma de agredir o direito de trabalhar e produzir. Promover piquetes é uma forma também de coibir o direito elementar e constitucional de ir e vir. Poderíamos enumerar uma série de fatores, para mostrar de que forma este direito, que é lídimo, que é legítimo, em certo sentido está sendo desvirtuado, está sendo conduzido por formas abusivas e algumas vezes até com o interesse não necessariamente reivindicatório ou de caráter social mas, às vezes, também de caráter político. Há que lembrar que, neste momento, a sociedade brasileira, o Congresso Nacional, o Poder Executivo, os trabalhadores, as empresas estão interessados em disciplinar esse direito de greve, em apresentar uma proposta que venha a regulamentar, com urgência. Creio que esse seu discurso deva ser uma invocação a mais, no sentido de que nós nos apliquemos a este tema, nos apliquemos a esta questão, com a urgência que se requer. Precisamos definir, rapidamente, por exemplo, o que sejam atividades essenciais. E dizer, com clareza, que certas atividades não podem ser suscetíveis de greve. V. Exª lembra do espetáculo de horror que vimos na televisão, esta semana, com um automóvel incendiado, num campeonato de Fórmula I, na Itália. Imagine, V. Exª, se naquele momento os bombeiros estivessem em greve. Imagine, V. Exª, se os médicos e se as ambulâncias estivessem em greve, também. É um exemplo isolado, nobre senador, mas que pode ser perfeitamente exidades como o fornecimento de água, de energia elétrica, outras atividades sem as quais a sociedade padece ou entra em colapso ou corre o risco de uma convulsão social muito mais ampla. As pessoas que ingressam nessas atividades devem saber, previamente, que lhes são negados certos direitos, inclusive este de protestar por meios mais violentos ou mais coercitivos, e assumirem conscientemente os seus deveres, as suas obrigações, as suas responsabilidades, sabemos que são da limitação do seu poder de reivindicação. A lei não estará enganando ninguém, se disciplinarmos previamente o que sejam atividades essenciais. Creio que há em tudo um ponto positivo que devemos enxergar. Toda essa onda de greve, toda essa violenta manifestação da sociedade, além do estado de penúria em que vivem os trabalhadores, serve para alertar também que o tempo está maduro para introduzirmos uma reivindicação constante, um pleito permanente da classe trabalhadora, presente como item primeiro na pauta, na agenda de qualquer conclave trabalhista, de qualquer reunião de entidade sindical que é a livre negociação. Acho que a sociedade brasileira está madura para que posssamos introduzir o processo de livre negociação. Por fim, nobre senador, o caráter falacioso de certas objeções à tese da livre negociação, quando se diz que os trabalhadores não têm poder de barganha para enfrentar os patrões numa negociação, lembro-me de fatos como estes que V. Exª citou. Se os trabalhadores têm poder de ocupar uma fábrica, e dela só saírem quando bem entenderem, se os trabalhadores têm condição de paralisar o País, de repente, ao gesto de um dedo de um dos seus chefões, se os trabalhadores têm condições de eleger um presidente da República livremente, creio, nobre senador, que não lhe faltará força para uma negociação singela com a sua contrapartida patronal. Acho que está na hora de mudarmos completamente toda a legislação trabalhista deste País, tirar o caráter tutelar que o Estado exerce sobre essas questões e deixar que a sociedade se organize e que cada um assuma a sua quota de responsabilidade, inclusive o Congresso Nacional como agência maior e representante da sociedade brasileira. Meus parabéns a V. Exª por ter iniciado o debate, em momento tão oportuno, sobre um tema tão delicado e, no entanto, tão urgente.

O SR. RONAN TITO — Agradeço ao nobre Senador Marcondes Gadelha pela contribuição que dá ao debate.

Encerrando, Sr. Presidente, gostaria de narrar um episódio que aconteceu hoje. Telefonou-me o presidente da Companhia Acesita — Cia Aços Especiais Itabira — contando que foi deflagrado um movimento de greve pelos trabalhadores. Perguntei ao Dr. Maurício Hasenclever Borges se lá acontecera a mesma coisa que havia acontecido anteriormente nas outras siderúrgicas, se havia ocupação da fábrica de encapuzados e de homens armados. Ele me disse: — Não, aqui são trabalhadores, aqui são homens e operários que dignificam com a sua postura, não só o trabalho que exercem, mas a sua categoria. Por isso mesmo aqui a greve está sendo feita de uma maneira correta e séria. Por isso, peço ao nobre Senador que intermedie, junto à direção do Banco do Brasil, para ver se podemos atender aos trabalhadores da Acesita.

Fica aqui os meus cumprimentos aos trabalhadores da Acesita. O que se pede não é que não se faça greve; o que se fala, neste instante, não é proibindo que alguém possa fazer greve. Esse é um direito que nós, na Assembléia Nacional Constituinte, asseguramos e, mais do que isso, juramos obedecer. No entanto, o que estou prevenindo, neste momento, é para que usemos esse instituto extraordinário que é a greve, de maneira conveniente para que ele não fique desacreditado.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A presidência lamenta informar a V. Exª que o seu tempo já está encerrado e, portanto, não deve conceder mais apartes.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, permita apenas uma interferência rápida para um apelo ao líder do meu partido. (Assentimento da Presidência.) — O Senador Ronan Tito, como líder do meu partido, está tratando de um assunto que é da maior urgência e significação para o País. Acredito, Sr. Senador, que nós, do Senado, nós do Congresso, como um todo, estamos pecando por não termos aprovado ainda a Lei de Greve, por não termos estabelecido as normas para criar as condições, por exemplo, dos serviços essenciais e quais são. Estamos vendo o próprio Executivo anunciar a necessidade, ao Legislativo, de uma proposta de Lei de Greve, e os que já a examinaram, verificam que não é a proposta ideal. Então peço a V. Exª, que tão bem conhece o problema, que já exerceu a Secretaria do Trabalho, lá em Minas, e com o brilhantismo que todos reconhecem e aplaudem, que V. Exª chame à liderança do partido, chame à bancada do partido essa responsabilidade de, imediatamente, apresentar uma sugestão como proposta do legislativo, para fixarmos as normas determinadas pela nova Constituição.

O SR. RONAN TITO — Acolho com prazer a sugestão do nobre Senador Jutahy Magalhães, Vice-líder da bancada, para que nós, senadores do PMDB, nos reunamos para elaborar uma Lei de Greve, embora em tese, normalmente, eu não seja tão açodado para criar as leis ordinárias e complementares.

Os Estados Unidos da América, há duzentos anos, fizeram uma Constituição de sete itens, e o Judiciário vem regulamentando. Aqui o Judiciário não regulamenta, infelizmente, fica esperando que façamos os regulamentos. Então, se cabe a nós fazer, vamos fazê-lo o mais urgente possível.

Aproveito essa sugestão para convocar os companheiros de bancada para uma reunião amanhã, quarta-feira, às 10 horas da manhã, para podermos discutir este assunto e, quem sabe, já sair com uma lei de greve mais ou menos rascunhada, para ser discutida aqui em plenário.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, pela tolerância. (Muito bem!)

(Durante o discurso do Sr. Senador Ronan Tito, o Sr. Senador Pompeu de Sousa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Senador Iram Saraiva, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça. Lamentavelmente, V. Exª disporá de apenas dez minutos, porque já está aqui o Senador Nelson Carneiro, ávido por entrar na Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há dúvida nenhuma de que a exigüidade do tempo impedirá que venhamos a fazer o pronunciamento que pretendíamos. De qualquer forma, inicio esta intervenção saudando com ênfase e regozijo a iniciativa do Presidente desta Casa, Senador Nelson Carneiro, no sentido de convocar os parlamentares, Srs. Senadores, representantes dos estados com assento nesta Casa, suas assessorias, a Assessoria

do Senado, para este longo, árduo, difícil, mas produtivo trabalho de elaboração das leis ordinárias e complementares exigidas pela nova Constituição.

Os jornais de hoje informam que o 1º Secretário, Senador Mendes Canale, após uma decisão do Presidente da Casa, começa a estabelecer as bases para um trabalho de pesquisa amplo, profícuo, para que possamos, através do Senado, encaminhar as leis que a nova Constituição está a exigir.

O Senador Ronan Tito trouxe a esta Casa um debate da maior importância. A leitura que é preciso fazer da nova Constituição não pode ser a interpretação sem limites, a interpretação sem critérios. A nova Constituição do Brasil alargou como nunca, como em nenhum momento da história republicana, os horizontes de liberdade política, de garantias e de direitos individuais. Mas esta liberdade, nos níveis em que ela, hoje, está assegurada à sociedade brasileira, tem correspondentemente, na mesma proporção e na mesma dimensão, a exigência de uma conduta responsável.

Esta liberdade está intrinsicamente associada à idéia da responsabilidade para exercê-la, sob pena de, juntamente com a Constituição, o estado democrático de direito que ela erigiu e assegura, venha, também, a sucumbir. Infelizmente, essa questão ainda não está perfeitamente apreendida pela sociedade brasileira. É uma questão cultural, é uma questão política e que só a vivência desses tempos que vamos, agora, viver e experimentar, seguramente nos dará liberdade como nunca, porém, responsabilidade, também, como nunca esse País soube mostrar.

O direito de greve inserido na nova Constituição é ilimitado. Não há registro, em nenhuma Constituição moderna, em nenhuma Constituição sul-americana ou européia, de que o direito de greve tenha a proporção e a dimensão que tem no Brasil. Aos trabalhadores brasileiros é dado o direito não só de determinar o momento de exercer esse direito, mas o âmbito no qual ele pode ser exercido, isto é, os objetivos para os quais ele pode ser utilizado, isto é, de plena autonomia, de livre arbítrio e decisão dos trabalhadores. No entanto, esta dádiva, este ganho, esta conquista, este avanço, este passo adiante dado pelas instituições contém, no seu bojo, tem, nele, embutidos necessários e correspondentes gestos de equivalentes responsabilidades. E, aí, Srs. Senadores, não há texto constitucional, não há lei, não há norma estabelecida que possa exigir comportamento responsável. Em nenhuma Constituição poderá estar escrito: "Todos devem ser responsáveis. Todos devem agir no sentido de valorizar os direitos e não de desmoralizá-los". Isso, infelizmente, não pode estar escrito numa Constituição.

É importante lembrar, aqui, como foi vivido o processo de transição na Espanha, quando o Partido Socialista Operário Espanhol, de Felipe González, ocupando o espaço político da oposição, soube, Sr. Presidente, agir com inteira responsabilidade e as lideranças sindicais mais maduras ao invés de ocuparem de forma oportunista o espaço de liberdade, fizeram-no com extrema responsabilidade, com extrema seriedade, com extrema maturidade, de modo a sedimentar as instituições democráticas, de modo a tornarem-nas duradouras, perenes, inquebrantáveis. Creio que a sociedade brasileira vai ter que viver um longo ciclo de aculturação, de adaptação não só política, mas de adaptação cultural à nova Constituição. É de se perguntar: a cultura comportamental, a visão extremamente fracionada que a sociedade brasileira construiu ao longo desses anos estará preparada para a vivência plena da nova Constituição? Esta é uma pergunta a fazer.

Quando se analisa o direito de greve, em tese, e quando as forças progressistas, quando as forças populares, mesmo aquelas localizadas no Parlamento ombreiam ao lado dos trabalhadores em defesa do direito de greve, isto não significa defender todas as greves, todas as situações de greve, porque há greves corretas e necessárias e há greves equivocadas. Não sou eu que vou, neste momento, dizer aos trabalhadores, de forma paternalista, se estão ou se não estão equivocados se estão certos ou se estão errados. O que digo apenas é que cada decisão coletiva em assembléia ou cada decisão individual não é uma decisão isolada, individualizada. Não se recorta silhuetas num processo social crítico e difícil, como é o processo social brasileiro. Portanto, essas decisões não estão isoladas das conseqüências que elas supõem e que elas têm. Daí por que cada decisão, em cada momento, deve supor, deve imaginar, deve prever todos os desdobramentos que por si só tiverem. E se algumas vezes, as atitudes tomadas alimentam o discurso reacionário, vêm dar suporte às teses mais conservadoras, essa é uma prática danosa, inclusive aos interesses dos trabalhadores.

A greve, quando inoportuna, quando utilizada fora de um contexto social abrangente, de uma perspectiva que possa envolver o interesse conjunto da classe trabalhadora, pode significar, isto sim, uma visão estreita, corporativista, anti-social e, acima de tudo, sustentadora do discurso mais reacionário, mais antiquado, mais conservador, mais retrocessivo.

É de se perguntar: quando se decide por uma greve no setor financeiro, para repartir com os banqueiros a mais-valia que os banqueiros vêm tendo em cima do setor produtivo será que há consciência de que essa greve pode ser geradora de uma transferência de recursos do operário, da fábrica para o trabalhador do setor bancário? Esta é uma pergunta que as lideranças sindicais têm que se fazer. Porque esta greve não pode ser examinada forado contexto de que há uma mais-valia real do setor financeiro em cima do setor produtivo. E muito mais do que valer-se oportunisticamente desses ganhos, que hoje o setor financeiro tem em cima do setor produtivo, incumbe aos trabalhadores fazer derrotar esta política econômica, anti-social e contra o interesse conjunto da classe trabalhadora.

Mas, infelizmente, a cultura corporativista que marcou a sociedade brasileira, debaixo do regime autoritário — e sempre os regimes autoritários geram uma cultura corporativista — faz com que as próprias lideranças sindicais, e não os trabalhadores, percam de vista a questão do interesse conjunto da classe trabalhadora. E aqui não vai o exame específico, nem mesmo o exame detalhado de cada caso, de cada situação e de cada greve. Vai aqui, isto sim, o alerta para o fato de que cada procedimento, cada ação isolada, cada vez que alguns supõem que estão realizando conquistas dentro da sua corporação, dentro da sua categoria talvez esteja levando para a derrocada, para o atraso, para o retrocesso de 15 ou 20 anos de escuridão o conjunto da classe trabalhadora.

Esta visão histórica as lideranças sindicais operárias da Espanha deram ao resto do mundo como lição. Quando foi assinado o pacto social e o pacto econômico de Moncloa, tratou-se de assegurar a estabilidade democrática, a estabilidade das instituições para que no futuro a democracia fosse plena e intocável.

Líderes como Felipe González, na oposição, ao invés de alimentar a isntabilidade e a insegurança do sistema, trataram de ter um comportamento impecável. Oposição, sim, mas oposição responsável. Oposição no sentido de assinar um pacto e depois cobrar a sua execução. Apoiar e cobrar, cobrar e apoiar para que o processo democrático pudesse avançar.

O resultado disso foi que Felipe González, terminado o processo de transição, emergiu para a sociedade espanhola como um homem de plena confiança, dada a maturidade e o comportamento impecável que teve ao longo do processo de transição.

Eu me pergunto: quais são as lideranças de oposição que estão hoje merecendo da sociedade brasileira igual grau de confiabilidade? As pesquisas estão mostrando: as forças de oposição não têm confiança da sociedade brasileira. Figuras até desconhecidas e sem tradição emergem como muito mais destacadas, muito mais fortes, do que velhos líderes de oposição, de oposição sistemática, reiterada e contundente. Alguém vai dizer: o roto está falando do esfarrapado, ou seja, o representante de um partido que não aparece bem nas pesquisas está criticando outros que também estão mal nas pesquisas.

Reconheço que o meu partido está muito mal nas pesquisas atuais, mas o meu partido está pagando a imagem e o custo político da crise. Atribui-se ao PMDB a crise econômica. E o PFL paga, também, o custo da crise; paga a imagem da situação atual. Mas pergunto: será que outros Partidos estão pagando o custo da crise? Será que sobre eles também recai a pena e a responsabilidade de tudo que está acontecendo? Mas, se eles não têm essa responsabilidade, se sobre eles não recai esse custo, se deles não é cobrado o pagamento político da crise econômica, por que estão tão mal? Por que estão em níveis tão baixos nas pesquisas eleitorais?

Aí, volto a lembrar o exemplo dignificante de Felipe González, na Espanha. Quando era preciso, González estava ao lado de Adolfo González Suares para sustentar o processo democrático; e quando era preciso, coloca-

va-se na posição de cobrar, de exigir que o processo avançasse política, social e economicamente. Isso se deu num tal modelo de responsabilidade, deu-se num tal modelo de comportamento sério, maduro, que a sociedade espanhola disse: "Eis um homem que merece a nossa confiança." "Eis um líder que não é oportunista, que não quer tirar proveito do caos, mas que quer ver o bem conjunto da sociedade em nosso país."

Façamos uma breve reflexão de qual dos líderes da oposição pode a sociedade brasileira dizer isso: "Eis um homem que não quer tirar proveito do caos." "Eis um homem que não se quer valer oportunisticamente do desastre." Esta é a pergunta que faço. Pois esta pergunta, que tem resutantes políticas tão notórias, vale também para as lideranças sindicais do nosso País.

Daqui a algum tempo, quando as forças conservadoras se unificarem em torno de uma lei de greve altamente restritiva, que não venham condenar o Congresso, que não venham condenar os representantes da sociedade brasileira por terem gerado esta unidade reacionária contra o direito de greve, na verdade, esta responsabilidade tem que ser remetida para aqueles que fazem o jogo do oportunismo e que se valem do desespero material, econômico em que se encontram os trabalhadores brasileiros.

Sr. Presidente, toda vez que um presidente de uma central se nega a se ssentar em torno de uma mesa, toda vez que um líder empresarial se nega a se sentar em torno de uma mesa, está colocando lenha na fogueira do atraso, do retrocesso e da crise, está alimentando o que há de pior em termos de proposta de lei de greve, leis restritivas à liberdade dos trabalhadores. Para isso, chamamos a atenção neste momento para o fato de que é da responsabilidade das lideranças políticas, é responsabaillidade das lideranças sociais e sindicais esta nova atitude para que uma Constituição, como a nossa, se mantenha duradoura, perene, permanente, para que a liberdade seja um bem precioso e intocável. Vamos vivê-la cultural e politicamente com responsabilidade,pensando no todo, no interesse público e não no interesse corporativista, o que leva sempre às portas do fascismo, do atraso e do retrocesso. Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE *(Iram Saraiva)* — Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, traz-me à tribuna, no dia de hoje, a moção de apoio por mim recebida, por parte da Fiemg — Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais — quanto à proibição do uso do mercúrio nos processos de aglutinação e amalgação do ouro, bem como em outros processos industriais ou artesAnais que provoquem poluição ambiental de qualquer forma. Referida proibição corporifica o Projeto de Lei nº 37/88, de minha autoria, já em trâmite junto à Comissão de Constituição e Justiça.

Pedindo que se registrem, nos Anais desta Casa, os termos e as razões que justificam esta manifestação de solidariedade, por parte da Divisão de Estudos Legislativos da Fiemg, fato que alenta e subsidia os propósitos do projeto de lei de minha autoria, devo, Srs. Senadores, levar à consideração dos senhores que a manipulação desordenada do mercúrio — 16º elemento mais raro encontrado na superfície da terra — traz conseqüências das mais funestas, contaminando os mananciais, a fauna, a flora, enfim, todo o meio ambiente, e, assim, provocando sérios riscos para a saúde do homem.

A maior tragédia de que se tem notícia na história mundial, causada pelo mercúrio, ocorreu no Japão, em 1953, na Baía de Minamata. A tragédia foi tão dantesca que a medicina passou a denominar, a partir desta data, a contaminação por mercúrio de "mal de Minamata", uma triste homenagem à cidade japonesa onde a poluição por mercúrio causou mais vítimas. Neste desastre, 6 mil pessoas foram contaminadas e 400 delas - que viviam numa aldeia de pescadores às margens da baía — morreram em períodos que variavam de 20 dias a 4 anos depois da contaminação. A imprensa japonesa classificou como "legumes humanos" ou "mortos vivos" as pessoas contaminadas. Uma fábrica de material plástico da região lançava habitualmente seus despejos na Baía de Minamata. Tais despejos continham mercúrio, que era usado como catalisador nos seus processos industriais. Através de um procedimento lento de ingestão de peixes, os moradores foram contaminados. Desde 1950, Srs. Senadores, fatos incomuns começaram a ocorrer nestas águas: peixes flutuando na superfície do mar, assim como moluscos e vegetais marinhos aparecendo mortos. Dois anos depois, tomou-se comum ali pássaros caírem no mar em pleno vôo. Já em 53, constatou-se que gatos, porcos e cães começaram a enlouquecer e a morrer. Até que anomalias passaram também a ser constatadas em seres humanos, tendo a medicina concluído que se tratava de um tipo de envenenamento por algum metal pesado — o mercúrio — causado pela ingestão de peixes e moluscos da região.

Efetivamente, Srs. Senadores, a oportunidade da proibição do uso do mercúrio, que a Fiemg corrobora como imprescindível e que se impõe como medida de preservação ecológica, e, por conseguinte, da própria vida humana, permite reporta-me à rotina de um dos mais caractensticos *modus vivendi* brasileiro: o garimpo. Nos garimpos de ouro de aluvião (em rios), responsáveis por 80% da produção brasileira deste metal, o mercúrio é usado indiscriminadamente. Na maior parte dos garimpos, espalhados principalmente pelos Estados do Amazonas, Rondônia, Pará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, chegando até o Paraná, o mercúrio é usado em proporções que chegam ao dobro da quantidade de ouro retirada. O produto é normalmente queimado a céu aberto, sem qualquer proteção dos garimpeiros e seus familiares.

A estimativa de utilização de mercúrio, na área do vale do rio Tapajós, entre 1983 e 1988, é de 250 a 300 toneladas. Diante desta cifra, técnico da União Protetora do Ambiente Natural assegura que "Minamata é aperitivo diante do que vem ocorrendo na região do Tapajós".

É forçoso reconhecer, Srs. Senadores, que, diante da trágica constatação de que o uso indiscriminado do mercúrio na garimpagem do ouro está causando uma verdadeira catástrofe ecológica nas principais bacias auríferas do País, impõe-se que o Poder Legislativo tome a iniciativa de proibir, como efetivamente o faz agora, através do meu projeto de lei, o uso indiscriminado do mercúrio, nos casos que especifica. As seqüelas do mercúrio no organismo humano são as mais diversas: lesões do sistema nervoso central, distúrbios gastro-intestinais, perda da coordenação motora e do tato, diminuição da capacidade visual e tremores no corpo. Intoxicação dos rins, fígado, alterações psicomotoras, problemas genéticos e impotência sexual também podem surgir.

Dados estatísticos nos informam que o mercúrio é por nós importado da Espanha (que é o seu maior produtor mundial), dos EUA e de alguns países asiáticos, e o seu volume de consumo no Brasil (incluso o destinado ao uso industrial) registra uma média de 156 toneladas/ano, embora em 1986 tenha chegado a 222 toneladas. Na região amazônica, o mercúrio é vendido livremente nos armazéns da região. Os ecologistas demonstram-nos facilmente que a poluição por mercúrio já contaminou algumas partes do ecossistema do Amazonas e os altos níveis de mercúrio, encontrados nos peixes usados na alimentação, representam uma ameaça à saúde humana. O limite para o mercúrio é 0,5 partes por milhão. No tambaqui, um peixe típico da Amazônia, os cientistas já encontraram 1,01 partes. O DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) concluiu que os garimpeiros da Amazônia usam até 2 quilos de mercúrio por quilo de ouro produzido. Como a produção anual desta região é de aproximadamente 70 toneladas, conclui-se que de 120 a 140 toneladas de mercúrio estão sendo jogadas nos rios desta região todos os anos.

Srs. Senadores, corroborando as preocupações que vieram ensejar o Projeto de Lei nº 37/88, um grupo de pesquisa integrado por técnicos da UnB e do DNPM empenhou-se em determinar o grau de contaminação ambiental por mercúrio, em regiões de garimpo, e a sua conclusão simplesmente recomenda que "o País entre em estado de alerta".

A acrescentar, Srs. Senadores, a falta de consciência do perigo, por parte de nossos garimpeiros, que não tomam nenhuma medida para prevenir a contanimação, por ignorância, é óbvio. Pelo contrário, eles jogam o mercúrio diretamente no meio ambiente e são atingidos inalando o metal durante a queima para apurar o ouro, ou consumindo peixe e água contaminada. É preciso acentuar que os efeitos do mercúrio, no organismo e no meio ambiente, são absolutamente irreversíveis. Não existem meios de descontaminação,

quando são ultrapassados os limites da tolerância. O mercúrio pode inclusive ser responsável por uma descendência anormal. Entre os casos de garimpeiros contaminados, o mais grave encontrado entre nós foi o de um garoto de 16 anos. Trabalhando em um garimpo de Poconé, cidade pantaneira a 100 km de Cuiabá, *há apenas dois meses*, o seu exame de urina já apresentava 333 microgramas de mercúrio por litro, enquanto o máximo suportável é de 50 gramas por litro. Em 100 gramas do seu sangue forma encontrados 12 microgramas de mercúrio. O limite é de 0,1 micrograma por 100 gramas de sangue.

Sem dúvida, Senhores, para a maioria dos garimpeiros, o mercúrio é apenas um inofensivo instrumento de trabalho. Queimam o metal em qualquer lugar e sem a mínima proteção. Há casos em que a própria cozinha é utilizada para apurar o ouro dentro de panelas e até mesmo chegam a usar os fornos onde eles preparam o pão. Seguramente, segundo técnicos, o maior despejo de mercúrio de que se tem notícia no mundo acontece na Bacia Amazônica. Para eles, "catástrofes como as que ocorreram no Japão, onde morreram milhares de pessoas, são acidentes localizados". Aqui, o mercúrio vem sendo acumulado todos os dias no meio ambiente, há muitos anos. "São toneladas anuais", acrescentam.

Outra situação grave encontrada pelos estudiosos do assunto, foi em Peixoto de Azevedo, uma cidade localizada a cerca de 850 km de Cuiabá. Esta cidadezinha originou-se em 1980 de uma primeira corrida ao ouro. Tinha então aproximadamente oitenta barracos. Oito anos depois do garimpo ali instalado, o rio do mesmo nome, segundo os pesquisadores, não possui mais nenhum ponto de captação de água potável para abastecer a cidade.

Srs. Senadores, não há como permanecer omisso à constatação de que a livre comercialização do mercúrio, assim como a falta de um controle rígido sobre o seu uso são os principais fatores que contribuem para a sua má utilização.

Para terminar, Srs. Senadores, ainda há de se referir à exposição do mercúrio na odontologia. Tal exposição tem sido considerada um perigo silencioso, pois a absorção e depósito do mercúrio ocorre de forma lenta, durante muitos anos de atividade profissional. Como é do conhecimento de todos, os cirurgiões-dentistas utilizam o mercúrio elementar no preparo de amálgamas. Portanto, o problema da contaminação ambiental por mercúrio nos consultórios odontológicos merece também a maior atenção, pelo grande número de profissionais envolvidos.

Penso, destarte, Srs. Senadores, não podendo ser omisso em assunto de tão alta relevância para o País, e que motivou o apoio deveras gratificante da Fiemg, ter conseguido alinhavar as razões que dão subsistência ao Projeto de Lei nº 37/88 que, creio e confio, merecerá a aprovação da Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Senhores Senadores.

Muito Obrigado. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG EM SEU DISCURSO:

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

14 de março de 1989
DIPTE/DIR. SEC. — Of. 068

Excelentíssimo Senhor
Doutor Nelson Carneiro
Digníssimo Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes
70160 — Brasília — DF

Senhor Presidente,

O Projeto de Lei nº 37/88, de autoria do nobre Senador Francisco Rollemberg, em curso no Senado Federal, que proíbe o emprego de mercúrio e seus compostos não-degradáveis em processos de aglutinação e amalgamação do ouro e em outros processos industriais e artesanais, que provoquem poluição na atmosfera, no solo, nas coleções de água doce e no mar territorial, estabelece penalidades e dá outras providências, mereceu detida análise desta federação, através de sua Divisão de Estudos Legislativos, consoante parecer pela aprovação da iniciativa de lei, do Conselheiro Luiz Terra, aprovado à unanimidade.

Encaminhamos, em anexo, os fundamentos lançados naquele pronunciamento, para a elevada apreciação dessa digna presidência, esperando sejam levados ao conhecimento de seus ilustres pares, como forma de colaboração para o mais amplo exame da matéria a ser legislada.

Atenciosos cumprimentos, *Ildeu da Silveira e Silva*, Diretor Secretário.

14 de março de 1989
DIPTE/DIR. SEC. — Of. 069
Excelentíssimo Senhor
Senador Francisco Rollemberg
Senado Federal
Praça dos Três Poderes
70160 — Brasília — DF

Senhor Senador,

A divisão de Estudos Legislativos desta entidade teve oportunidade de analisar o Projeto de Lei nº 37/88, de sua autoria, em curso no Senado Federal.

O Conselheiro Luiz Terra, em sua manifestação, ressaltou os elevados propósitos da iniciativa de lei, bem como os efetivos benefícios que advirão quando de sua conversão em norma legislativa, nos termos do pronunciamento em anexo.

Ao ensejo, enviamos ofício ao presidente do Senado Federal, conforme cópia que juntamos a este, externando nosso melhor apoio à proposição de Vossa Excelência, e formulando votos no sentido de sua plena aprovação pelo Congresso Nacional.

Com as expressões de nosso apreço e consideração, — *Ildeu da Silveira e Silva*, Diretor Secretário.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37/88

(Do Sr. Francisco Rollemberg)

Proíbe o emprego de mercúrio e seus compostos não-degradáveis em processos de aglutinação e amalgamação do ouro e em outros processos industriais e artesanais, que provoquem poluição na atmosfera, no solo, nas coleções de água doce e no mar territorial, estabelece penalidades e dá outras providências.

Relatório

Pretende o Projeto de Lei em exame instituir proibição abrangente quanto ao uso indiscriminado de mercúrio nos processos de aglutinação e amalgamação do ouro, bem como em outros processos industriais ou artesanais que provoquem poluição ambiental de qualquer forma.

Estabelece ainda que qualquer transgressão da proibição constituirá crime punível, se doloso, com reclusão de 2 a 5 anos, e se culposo com detenção de 2 meses a 1 anos, tudo sem prejuízo das penalidades previstas no art. 14 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1931.

Motivação e Voto

É do conhecimento público que a garimpagem de ouro, especialmente nas proximidades dos cursos d'água ou nos seus próprios leitos vem sendo feita com o uso abusivo e indiscriminado do mercúrio, elemento químico altamente poluente. Aplica-se o mercúrio para a aglutinação do pó de ouro e de sua amalgamação, calculando-se que essa atividade consome 18% ou 222 T, do total de mercúrio consumido no Brasil.

Os efeitos danosos do mercúrio nos seres vivos já estão comprovados. A mortandade de peixes nos rios brasileiros é fato público e notório. Os efeitos diretos e indiretos nos seres humanos, altamente danosos, também já foram comprovados.

Do uso abusivo da substância tóxica resulta a morte, ataques ao sistema nervoso humano e outras seqüelas.

Logo, há necessidade imperiosa de se proibir terminantemente o uso do mercúrio em determinadas atividades onde a substância pode ser substituída com o uso de outros processos que levarão ao mesmo resultado, sem as conseqüências funestas que todos nós estamos testemunhando.

Desta forma aplaudimos a iniciativa parlamentar e somos de parecer que o projeto de lei sob exame merece aprovação do Congresso Nacional.

É o nosso voto sob censura.

Belo Horizonte, 8 de março de 1989. — Luiz Terra, Relator.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Almir Gabriel — Hugo Napoleão — Marcondes Gadelha — João Lyra — Teotonio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Ro-

llemberg — Alfredo Campos — Severo Gomes — Roberto Campos — Márcio Lacerda — José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 1989

Estabelece normas para a criação e o funcionamento de Juntas de Conciliação e Julgamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Será criada, nas capitais dos estados, uma Junta de Conciliação e Julgamento para cada grupo de 300.000 (trezentos mil) habitantes.

Art. 2º A criação de Junta de Conciliação e Julgamento, no interior de Estado, está condicionada à existência, na base territorial prevista para sua jurisdição, de mais de 200.000 (duzentos mil) habitantes, ou ao ajuizamento, no último triênio, de média igual ou superior a 240 (duzentos e quarenta) reclamações trabalhistas anuais.

§ 1º A jurisdição de uma Junta de Conciliação e Julgamento só poderá se estendida a municípios situados em um raio de 100 (cem) quilômetros da sede e desde que existam facilidades de acesso e meios de condução regulares.

§ 2º Para cobrir área territorial situada entre duas ou mais jurisdições, que não comporte a instalação de Junta, poderá o Tribunal Regional do Trabalho propor a inclusão de área em qualquer das jurisdições limítrofes, ainda que fora do raio de 100 (cem) quilômetros, respeitados os requisitos finais do parágrafo anterior.

§ 3º Para conveniência da distribuição da Justiça, em jurisdições de grandes distâncias a percorrer, o Tribunal Regional do Trabalho poderá determinar o deslocamento de Junta, com recursos próprios, para o recebimento de reclamações trabalhistas e a realização de audiências fora de sua sede normal.

Art. 3º Para efeito do que dispõem os artigos 1º e 2º desta lei, as Secretarias dos Tribunais Regionais do Trabalho deverão enviar ao Órgão de Estatística e Estudos Econômicos do Tribunal Superior do Trabalho, mês a mês, boletim estatístico, segundo modelo aprovado por este tribunal, do movimento das ações das Juntas de Conciliação e Julgamento da região e, semestralmente, dos Juízos de Direito encarregados da administração da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. Os órgãos responsáveis pelos serviços estatísticos, no País, fornecerão ao Tribunal Superior do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, sempre que solicitados, os dados necessários à instrução das propostas de criação ou de modificação de jurisdição de Juntas.

Art. 4º A apreciação de propostas para a criação de novas Juntas de Conciliação e Julgamento no País, pelo Tribunal Superior do Trabalho, encaminhadas pelos respectivos Tribunais Regionais do Trabalho, será feita anualmente, a contar da vigência desta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se a Lei nº 6.947, de 17 de setembro de 1981, e demais disposições em contrário.

Justificação

Com a ampliação da competência da Justiça do Trabalho, prevista pelo art. 114, *caput*, da Constituição da República, houve considerável aumento do número de ações submetidas a esse ramo especializado do Poder Judiciário. Em conseqüência, existe sério risco de estrangulamento do fluxo processual nas Juntas de Conciliação e Julgamento, com graves prejuízos para a administração da Justiça.

2. Regulada, até então, pela Lei nº 6.947, de 17 de setembro de 1981, a criação de novas Juntas de Conciliação e Julgamento leva em conta, apenas, a ultrapassagem de determinado número de ações ajuizadas na área de sua futura jurisdição, de acordo com a média anual verificada no último triênio. E as propostas somente são examinadas de dois em dois anos.

3. A necessidade de agilização e de melhor estruturação do Poder Judiciário recomenda a adoção de novas regras, para a ampliação de seus serviços, que redundará, em última análise, na melhor e mais equânime distribuição de Justiça.

4. Estas são as razões pelas quais submetemos, aos ilustres membros desta Casa, o presente projeto de lei. Estas são as razões pelas quais acreditamos irá merecer, este projeto, a aprovação plena do Congresso Nacional, como um todo, e do Senado Federal, em particular.

Sala das Sessões, 25 de abril de 1989. — Senador *Afonso Sancho.*

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.947,
DE 17 DE SETEMBRO DE 1981

Estabelece normas para criação e funcionamento de Juntas de Conciliação e Julgamento, e dá outras providências.

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos municípios, do Distrito Federal, dos estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas.

§ 1º Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação ou à arbitragem, é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo, podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

(O Sr. Senador Iram Saraiva, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Senador Nelson Carneiro, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O projeto lido será publicado e enviado à comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 205, DE 1989

Nos termos do art. 198, alínea "d", do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 1 seja submetida ao plenário em 2º lugar.

Sala das Sessões, 25 de abril de 1989. — Senador Edison Lobão

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação o requerimento.

O Sr. Itamar Franco — Peço a palavra, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra V. Exª

O SR. ITAMAR FRANCO (— MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente eu gostaria de saber qual a matéria a ser votada, porque não ouvi a fala de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Foi lido o requerimento de inversão da Ordem do Dia.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vamos submeter a votos o requerimento, que não está sujeito à discussão, aprova-se ou rejeita-se.

O Sr. João Menezes — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª vai suscitar alguma questão de ordem, antes da apreciação desse requerimento?

O SR. JOÃO MENEZES — Vou, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a inversão?

O SR. JOÃO MENEZES — Sim, Sr. Presidente, sobre a inversão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com que fundamento regimental?

O SR. JOÃO MENEZES — Eu me baseio no art. 64 da Constituição. O que está em discussão é o chamado Projeto do Ouro. Mas, o art. 64 diz o seguinte:

> Art. 64. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.
>
> § 1º O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

No caso, o Presidente pediu urgência neste Projeto do Ouro.

Parágrafo segundo, aí é que está a questão de ordem, Sr. Presidente:

> § 2º Se, no caso do parágrafo anterior, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, cada qual, sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobre a proposição, será esta incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

Ora, Sr. Presidente, este Projeto do Ouro já ultrapassou os quarenta e cinco dias. Então, de acordo com que determina aqui a Constituição, ele é preferencial. Nenhum projeto pode passar à frente dele. Parece-me, então que este requerimento de inversão de pauta não tem cabimento. Não tem cabimento porque, automaticamente, e de acordo com a lei, ele é desnecessário. E, de acordo com o que manda a Constituição, é automática a discussão, em primeiro lugar na Ordem do Dia deste projeto, cujo prazo já foi ultrapassado em 45 dias. Assim, Sr. Presidente, parece-me que está prejudicado este requerimento, que pede inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O número 1 da pauta é a apreciação de um veto parcial, aposto no projeto de lei do Governador do Distrito Federal. Evidentemente, vou ler o que diz respeito aos projetos do Distrito Federal.

> "O Governador poderá solicitar ugência para apreciação de projetos, com tramitação prevista no Regimento Interno do Senado, vedado o seu adiamento, a sua inversão na pauta, ficando sobrestada a tramitação das demais matérias, até que se ultime a sua apreciação."

Este é o texto da lei vigente, no que diz respeito às matérias relativas ao Distrito Federal. Esse projeto está em pauta há muitos dias, tendo sido adiado pelas razões que todos conhecem. O que V. Exª quer é que a Mesa faça a inversão automaticamente. Mas o que se está pedindo agora é que o Plenário faça ou não esta inversão. O Plenário é convocado para interpretar o texto constitucional, juntamente com a Mesa, não há nenhum prejuízo para que se vote o requerimento. Se o requerimento for aprovado, então passará a ser a primeira matéria a ser discutida, se não for aprovada, terá que ser cumprida a Ordem do Dia.

V. Exª suscita a questão de que esta matéria será incluída na Ordem do Dia sobre a instância e deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

São dois projetos com a mesma disposição regulamentar: um, o do Distrito Federal, está há mais tempo na Ordem do Dia. Evidentemente, temos que escolher entre um e outro, aquele que deve ter a preferência. Escolhemos aquele que há mais tempo está na Ordem do Dia, na forma da lei.

Agora, substituir esse mais antigo por um mais novo, quando os dois têm a mesma prioridade para apreciação, acho que não é tão claro quanto V. Exª pensa, porque a disposição que atinge a um atinge a outro, igualmente.

Acho que o requerimento pode ser apreciado e se o Plenário aprovar ele entrará, imediatamente, em exame. Se não se aprovar, então, votaremos em primeiro lugar o projeto do item 1. Aliás, essa é uma questão que nem merecia ser suscitada, porque todos nós sabemos que a primeira matéria por deliberação diária, permanente e ininterrupta do Plenário do Senado têm sido adiada sistematicamente; têm sido postas para uma apreciação posterior, enquanto se decide soluções idênticas, no Congresso Nacional. Não haverá, portanto, nenhum prejuízo para a deliberação desta Casa.

Creio mesmo que o pedido de inversão será desnecessário, porque o Senado como tem feito sempre, todos os dias, inalteradamente, pedirá o adiamento dessa matéria e todos nós reconhecemos que tem um fundamento legal e, principalmente, um fundamento ético: não podemos impor aos funcionários do Distrito Federal uma sanção que não foi ainda examinada, relativamente a outros órgãos do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

Acho, portanto, que só um preciosismo, se V. Exª me permite, só um preciosismo justifica a intervenção de V. Exª Creio que, com a devida vênia, já que não há nenhum prejuízo, vou submeter a votos o requerimento.

O SR. JOÃO MENEZES — Sr. Presidente, Permita-me. Absolutamente não quero dialogar com a Mesa, sobretudo com V. Exª que é um grande jurista de quem recebo as lições e estou pronto a ouvi-las e acatá-las. Mas o fato é novo. Esse projeto que dispõe sobre o ouro só venceu o seu prazo na sexta-feira. Então, ele não existia, quando ainda se estava votando o outro. Agora não, de acordo com o dispositivo constitucional, ele tem preferência. O outro é uma lei, é um regulamento do Distrito Federal, que não pode se sobrepor ao que está na Constituição. Esse era o meu cuidado. Não é pelo fato ocorrido agora. Estou levantando essa questão para o futuro, para o que vier adiante, porque tanto faz tirar, aprovar e entrar outro no mesmo momento. É apenas para que se firme uma doutrina de que, realmente, esse projeto tem preferência sobre os outros. Pode acontecer de termos aqui quatro, cinco, seis, dez sessões discutindo um projeto e, de repente, chegue um que alcançou os 45 dias. Ele, pela Constituição tem preferência. É apenas essa preferência que estou lembrando. O que quero é apenas que se cumpra a Constituição, e não um regulamento ou um regimento do Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado!

O Sr. Chagas Rodrigues — Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI. Para esclarecimento.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: para que a matéria fique devidamente esclarecida, invocou-se aqui o art. 64 da Constituição que diz o seguinte:

> "A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.
>
> § 1º O presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa."

E só então vem a matéria do § 2º, que diz o seguinte:

> "§ 2º Se, no caso do parágrafo anterior, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, cada qual, sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação."

Portanto, Sr. Presidente, este regime, previsto no § 2º, está condicionado ao § 1º, vale dizer está condicionado a que o senhor presidente da República solicite urgência.

É esse o pedido de esclarecimento. Pergunto a V. Exª se S. Exªs o senhor presidente da República, solicitou urgência para apreciação de projeto de sua iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Informo a V. Exª que o presidente da República solicitou urgência.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Srs. Senadores, vai-se proceder à votação do requerimento para inversão da Ordem do Dia.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Item 2:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 2, DE 1989

(Art. 64, § 2º da Constituição e art. 195, II, A, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989 (nº 1.516/89, na origem), de iniciativa do senhor presidente da República, que dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário, tendo

PARECERES proferidos em plenário, favorável ao projeto e contrário às Emendas de nºs 1 a 8.

A discussão da matéria foi encerrada em sessão ordinária anterior.

Passa-se à votação.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

O Sr. Itamar Franco — Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, para encaminhar a votação.

O SR. ITAMAR FRANCO (MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou retirar a Emenda nº 3, de minha autoria, que diz o seguinte:

"Dê-se ao parágrafo único do art. 4º a seguinte redação:

"Parágrafo único. A alíquota deste imposto será de 10%, assegurada a transferência do montante arrecadado, nos termos do art. 153, § 5º, I e II, da Constituição."

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª retira a emenda?

O SR. ITAMAR FRANCO — Só quero justificar, Sr. Presidente. Se V. Exª me permite, estou encaminhando e quero aproveitar para justificar.

Fui procurado, hoje, pelos garimpeiros. Entendo que esta emenda seria benéfica ao Governo e ao País e não seria prejudicial aos garimpeiros. Todavia, como havia dúvida por parte deles de que essa alíquota poderia lhes ser dolosa, acabei me convencendo de que deveria retirar a emenda.

Assumi este compromisso, hoje, pela manhã, durante a exposição do Deputado Afif Domingos na Comissão Especial destinada a examinar a questão da dívida externa brasileira. Assim, peço a retirada desta emenda.

Agora, faço uma indagação a V. Exª: ontem apresentei um requerimento de informações, em face de uma fala do Senador Edison Lobão, quando relator desta matéria. Esse requerimento de informações, segundo V. Exª, deveria ser apreciado hoje. Então, a primeira indagação que faço a V. Exª é se o meu requerimento de informações será ou não apreciado por V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Posso informar a V. Exª que a Mesa esteve reunida esta manhã e aprovou a remessa do pedido de informações de V. Exª à autoridade competente.

O SR. ITAMAR FRANCO — Então, permita-me V. Exª a seguinte indagação: nós estamos com o Regimento novo, e V. Exª o conhece melhor do que eu, pois ainda estou estudando o Regimento, não o conheço e gostaria até de não conhecê-lo, porque acho que esse Regimento traz um prejuízo terrível a nós, parlamentares. Mas, de qualquer forma, foi aprovado, não cabe aqui eu estar me lamuriando. Mas creio, Sr. Presidente — e aí vai uma questão de ordem a V. Exª que deferido o Requerimento de Informação...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Qual é o artigo?

O SR. ITAMAR FRANCO — O artigo, Sr. Presidente, salvo melhor juízo aqui, é o art. 239, item IV. E creio que a questão de ordem que levanto a V. Exª interessa, inclusive, ao próprio Líder do PMDB, Senador Ronan Tito, a quem peço atenção também.

Mas veja V. Exª, Sr. Presidente, o art. 239 do Regimento novo diz:

"Art. 239. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

.....

IV — Se deferidos, serão solicitadas, ao ministro de Estado competente, as informações requeridas, — ...V. Exª acaba de me dizer que foi deferido — "... ficando interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer."

Então, a questão de ordem que levanto a V. Exª é a seguinte: há um entendimento que está se processando no plenário — e chamo a atenção do nobre Senador Jutahy Magalhães, com todo o respeito para verificarmos a aprovação desta matéria, não com o art. 5º que é, evidentemente, inconstitucional sob a ética político-econômica, é prejudicial aos interesses do País, esse artigo não poderia nem pode merecer a aprovação do Senado da República. Mas, evidentemente, a liderança do nobre Senador Ronan Tito está examinando esse aspecto e tudo indica que não vamos votar, hoje, esta matéria, razão pela qual — e, aí, vai a primeira questão de ordem sob o novo Regimento — tendo V. Exª deferido o meu requerimento — e o fez muito bem, aplaudo sua atitude, se V. Exª me permite —, a matéria terá que estar paralisada até que o ministro competente da área, responsável pela Companhia Vale do Rio Doce, já que se trata de matéria atinente ao outro, dita aqui pelo nobre relator Edison Lobão — e essa matéria tem que ficar suspensa até a aprovação, aliás, já foi aprovada — até que o ministro preste as informações.

É a questão de ordem que encaminho a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vou responder a V. Exª

Nobre Senador Itamar Franco, V. Exª suscita, realmente, uma questão interessante, mas veja V. Exª Há dois textos que se conflitam: há o texto do Regimento, que é uma lei interna e há o texto da Constituição. O texto da Constituição diz, e foi lido pelo nobre Senador João Menezes, no caso do parágrafo anterior, no caso de urgência pedida pelo senhor presidente da República, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, se não se manifestarem, cada qual, sucessivamente, em 45 dias, sobre a proposição, será esta incluída na Ordem do Dia, substantes à liberação quanto aos demais assuntos para que se ultime a votação. Entre esse texto da Constituição e o texto do Regimento, evidentemente, que há de prevalecer o texto da Constituição, sob pena de nós, agora, pararmos todos os processos do Senado, se quisermos, através de um pedido de informação, ou, então, obrigar a Mesa a rejeitar todos os pedidos de informação que digam respeito a projetos que estejam em andamento. Evidentemente, havendo colisão de dois textos, há de prevalecer o texto Constitucional.

O SR. ITAMAR FRANCO — Estamos de acordo com V. Exª, Sr. Presidente, e entendemos, exatamente, que o Regimento já vai ter que ser modificado, daqui a 90 dias, nesse aspecto. É isso que eu quero lembrar a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Entre as Disposições Transitórias há um artigo que autoriza essa revisão do próprio Regimento com a colaboração dos Srs. Senadores. Agradeço a colaboração de V. Exª, porque suscita um problema, realmente, da maior relevância para o andamento dos trabalhos do Senado Federal.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sou eu quem agradece a V. Exª, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, em face do impedimento que se percebe, de votarmos hoje esse projeto, e insisto nesse aspecto, já retirei aquilo que me foi pedido pelos garimpeiros e já disse, aqui, que não traria prejuízo a eles, mas se assim não entendem, tudo bem!

Quanto ao art. 5º, Sr. Presidente, o Senado deve meditar, não pode ser aprovado. Eu, inclusive, poderia invocar outro artigo desse novo Regimento, mas não quero fazê-lo neste instante. Até caberia a V. Exª impugnar essa proposição, já que esse artigo é inconstitucional. Mas foi comunicado, Sr. Presidente, que vão tentar um entendimento em relação ao art. 5º.

Vou encerrar a minha fala nesta tarde, na expectativa de que esse Projeto não venha a ser aprovado com esta redação, pelo menos o art. 5º

Acho que, futuramente, as liderança do Senado deveriam reunir-se e fazer um projeto que interessasse ao País, interessasse aos garimpeiros e ao próprio Legislativo. Como está, ele não pode ser aprovado.

Se insistirem na aprovação do art. 5º, Sr. Presidente, vamos tentar impedir a votação.

O Sr. João Menezes — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes, para encaminhar a votação.

O SR. JOÃO MENEZES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Todos acompanhamos as razões que acabam de ser expedidas pelo nobre Senador João Menezes, e com a insuspeição de quem aqui representa o Governo que enviou o projeto em exame.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A matéria é retirada da pauta para ser incluída na Ordem do Dia de amanhã, em atendimento à solicitação das lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Passamos, então, ao exame da segunda matéria.

Item 1:

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e Membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parte vetada: art. 4º

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais uma vez, volto a esta tribuna para solicitar a V. Exª o adiamento dessa matéria pelas razões já expostas em diversas sessões anteriores, razões essas que são do conhecimento da Casa e sempre têm sido aceitas até esperarmos um entendimento a respeito desse veto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — os Srs. Senadores que estão de acordo com o pedido formulado pelo Senador Jutahy Magalhães permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa pede a atenção dos Srs. Senadores.

Amanhã, às 11 horas, no Gabinete da Presidência, serão entregues ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte os 16 volumes dos Anais da Assembléia encerrada no dia 5 de outubro de 1988, graças aos esforços do Cegraf, que dá uma contribuição valiosa, e que serão enviados também a todas as Assembléias Legislativas, como contribuição para o trabalho que essas Assembléias realizam hoje, de atualização dos seus textos constitucionais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa tem várias Mensagens relativas a Juízes e Embaixadores para serem votadas.

Não tem contado com o número expressivo que hoje se encontra nesta Casa. Acho que se os Srs. Senadores quiserem colaborar, poderemos fazer, depois desta, uma sessão extraordinária para votar essas Mensagens e, então, liberaríamos tantos pedidos, inclusive os que aí estão atrasando.

Poderia entrar também o requerimento do Senador Ronan Tito — não há prejuízo do Planin — mas, ao mesmo tempo, não faríamos apenas uma sessão para votar um único projeto; aproveitaríamos a sessão para submetermos à consideração do Plenário várias Mensagens relativas à aprovação de Juízes, inclusive do Tribunal Federal de Justiça, que estão impedidos de trabalhar a plena força, visto que há dez Juízes dependendo do exame desta Casa. Como há número, acho que com esforço poderemos realizar isso, logo depois de concluída esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Há dois oradores inscritos. A Mesa tem muito prazer em ouvir sempre os oradores que estão inscritos; estão inscritos os nobres Senadores João Menezes e Raimundo Lira. A necessidade da realização, em seguida, de uma sessão extraordinária justifica que a Mesa faça um apelo a esses dois ilustres Senadores, que, se não houver uma razão de urgência que justifique, desistam da palavra, para encerrarmos esta sessão. Passaríamos, então, à sessão extraordinária para apreciação da matéria de urgência e também o exame das indicações do Poder Judiciário. (Pausa.)

O nobre Senador João Menezes já concordou. Eu queria ouvir o Senador Raimundo Lira.

Senador Raimundo Lira, V. Exª está de acordo? (Assentimento do Senador Raimundo Lira.)

Com a concordância dos nobres Senadores João Menezes e Raimundo Lira, a Mesa encerra esta sessão e convoca outra para 16 horas e 30 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 77, de 1989 (nº 144/89, na origem), de 5 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do desembargador Luiz Carlos Fontes de Alencar, do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, a fim de ser nomeado para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o item II do parágrafo 2º do artigo 27 do ato das disposições constitucionais transitórias.

— 2 —

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 78, de 1989 (nº 145/89, na origem), de 5 de abril do corrente ano, pela qual o senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do desembargador Luiz Vicente Cernicchiaro, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, a fim de ser nomeado para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o item II do parágrafo 2º do artigo 27 do ato das disposições constitucionais transitórias.

— 3 —

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 80, de 1989 (nº 147/89, na origem), de 5 de abril de 1989, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do desembargador Sálvio de Figueiredo Teixeira, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, a fim de ser nomeado para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o item II do parágrafo 2º do artigo 27 do ato das disposições constitucionais transitórias.

— 4 —

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 81, de 1989 (nº 148/89, na origem), de 5 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do desembargador Waldemar Zveiter, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a fim de ser nomeado para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o item II do parágrafo 2º do artigo 27 do ato das disposições constitucionais transitórias.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 28 minutos.)

Ata da 45ª Sessão, em 25 de abril de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência do Sr. Nelson Carneiro

Às 16 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mário Maia — Carlos D'Carli — Áureo Mello — Ronaldo Aragão — João Menezes — Almir Gabriel — Moisés Abrão Antonio Luiz Maya — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — João Lyra — Divaldo Suruagy — Teotônio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Iram Saraiva — Irapuan Costa Junior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Louremberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A lista de presença acusa o comparecimento de 59 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O projeto será lido e despachado oportunamente.

Com a palavra o nobre Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, numa entrevista publicada em *Veja* desta semana, o Presidente da Venezuela, Carlos Andrés Perez, diz que a explosão dos protestos em Caracas foi o prelúdio e um pesadelo pronto a se repetir na América Latina. Textualmente, ele diz: "A dívida externa pode se tornar a sepultura das instituições democráticas na América Latina".

Todos economistas são unânimes em dizer que o maior problema econômico dos países latino-americanos é exatamente a dívida externa e que o único fato que ameniza os seus efeitos nefastos é o crescimento econômico. Só o crescimento econômico, gerado através de novos investimentos, da criação de novos empregos e da dinamização das exportações, é que pode amenizar parcialmente os efeitos negativos da dívida externa na sociedade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos extremamente preocupados, porque, se temos a maior dívida externa do mundo, para que os seus efeitos sejam amenizados, precisamos ter, em contrapartida, os efeitos e os resultados positivos do crescimento econômico. O que está acontecendo? Tenho um gráfico aqui que mostra que desde 1985 só tivemos queda no nosso Produto Interno Bruto. Em 1985, crescemos 8,3%; em 1986, caímos para 7,6%; em 1987, para 3,6%; em 1988, para 0,3%, que, somandos ao crescimento da nossa população, de aproximadamente 2,7%, dão um crescimento negativo de aproximadamente 3%. E agora, em 1989, estamos verificando que a recessão econômica está próxima. Temos todos os indicativos de que estamos saindo de uma crise econômica para entrar em uma recessão econômica cujos efeitos são muito mais negativos e muito mais dramáticos do que a própria crise econômica. Por quê? Porque já temos indicativos econômicos nessa direção. No mês de fevereiro, o produto industrial brasileiro, que tem a maior participação na composição do PIB, teve uma queda de 9%. E agora, nos meses de março e de abril, a queda deverá ser muito maior provocada pela generalização das greves que hoje se verificam em todo o território nacional.

Estivemos em São Paulo, nos últimos dias da semana passada, e verificamos que a greve dos metalúrgicos não tem a menor possibilidade de ser encerrada a curto prazo. Estão envolvidos nessa queda-de-braço o Governo, os empresários e os trabalhadores. O Governo quer, a todo custo, conter a expansão salarial como forma de conter a inflação e salvar o Plano Verão. Os empresários só querem dar aumentos à altura do que os trabalhadores querem, se repassarem os seus custos para os preços, e os trabalhadores, com uma reivindicação justa, querem a sua reposição salarial.

Dentro deste quadro, não existe nenhum indicativo de uma solução próxima. E considerando que o setor metalúrgico do País representa quase 20% do Produto Interno Bruto, só a indústria automobilística representa 8,7% do Produto Interno Bruto. Temos aí mais um indicativo real de que a recessão econômica no nosso País está muito próxima.

O que podemos fazer para reverter esse quadro? Venho aqui, neste momento, para sugerir que o Senado Federal, o Congresso Nacional se envolva de uma forma mais objetiva, mais prática e mais eficiente, porque fomos nós, os Congressistas, os Constituintes, que ampliar os todas as prerrogativas e todos os direitos, inclusive a Lei de Greve, e até o momento não tivemos a preocupação de regulamentar essa lei de greve para que os trabalhadores, os sindicatos, saibam de uma forma clara e cristalina, os limites jurídicos para as suas reivindicações.

Temos certeza de que está havendo abuso no uso desse direito de greve, temos certeza de que está existindo interferência política nas greves que ora se desenrolam no País. Mas não podemos definir isso com clareza, porque a regulamentação do direito de greve no Brasil ainda não foi feita. E a responsabilidade é do Congresso Nacional!

Portanto, não podemos deixar o Governo, representado pelo Executivo, os empresários e os trabalhadores, ficarem nessa queda-de-braço, quando nós temos uma responsabilidade real e verdadeira nos fatos que hora se desenrolam no País.

Já temos o exemplo histórico de que após uma grande recessão econômica, se não controlada, o País se desorganiza economicamente, entre em caos, e quem primeiro paga o preço de um caos econômico são as instituições políticas do País. No momento em que um País entra em crise profunda na sua economia, não existe instituição política que se segure sem o respaldo da tranqüilidade e da estabilidade econômica e social de sua população e de todas as classes sociais envolvidas nessa crise e nessa recessão.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu faço neste instante, mais uma vez, um alerta para que nós Congressistas, Senadores e Deputados, procuremos ter uma participação compatível com a responsabilidade que tivemos quando aprovamos a Lei de Greve e, até o momento, não a regulamentamos.

Tenhamos, portanto, participação na responsabilidade à altura do envolvimento que tivemos na promulgação da nova Constituição.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Pronuncia o seguinte discurso sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no últi-

mo dia 19, o nosso partido, o PDT, compareceu perante à Justiça Eleitoral para se dirigir à Nação brasileira, no horário que a lei lhe faculta.

Seríamos suspeitos para fazer uma apreciação do programa de nosso Partido. Por isto, nesta oportunidade, nos valemos de um jornal do Nordeste, *A Tribuna do Ceará*, que em editorial faz um comentário sobre o programa do PDT, especificamente ao pronunciamento do Líder, presidente do nosso partido, o engenheiro Leonel de Moura Brizola.

Sob o título de "Objetivo pronunciamento de Leonel Brizola", *A Tribuna do Ceará* faz o seguinte comentário sobre o programa do nosso Partido:

OBJETIVO PRONUNCIAMENTO
DE LEONEL BRIZOLA

O País parou para ouvir o programa do PDT, como aliás pára sempre que um partido anuncia a sua apresentação no vídeo, com o objetivo de falar do seu programa e dizer o que faria se chegasse à curul presidencial um dos seus líderes que mais destaque tiver dentro da agremiação responsável pelo horário autorizado na Legislação Eleitoral.

Quinta-feira passada, foi a vez do ex-governador Leonel Brizola fazer o seu pronunciamento e proselitismo sobre como executaria o mandato governamental, se eleito fosse presidente da República. E diga-se de passagem, saiu-se dentro de uma performance que deve ter agradado a maioria dos telespectadores e ouvintes de rádios, maneira pela prática, objetiva e simples como se posicionou.

Falou, mesmo com tempo exíguo, de todos os problemas que afligem a Nação: educação, saúde, reforma agrária, dívida externa, capital estrangeiro, habitação, autoridade e greve. Foi, sem sombra de dúvida, uma grande explanação, gostem ou não gostem do ex-governador do Rio de Janeiro.

Abordando educação, deu um **show** de como deve ser desenvolvido o ensino da criança, do jovem, desde o seu nascimento até a idade de independência. Sobre saúde, também teve a oportunidade de afirmar qual seria o caminho mais apropriado. Quanto ao problema agrário, apontou a solução mais correta e viável, a fim de se chegar à propalada reforma, sem invasões e nem a tomada de propriedade de quem já a possui.

Continuando a sua exposição, Brizola manifestou o seu pensamento sobre o capital estrangeiro, dentro daqueles ditames hoje executados nos países de governos socialistas ocidentais, como a França, Portugal e Espanha, o que é bem aceito pelo capitalismo internacional. Referindo-se à dívida externa, saiu-se airosamente, quando firmou-se no ponto de vista de que o País não pretende ser caloteiro, mas necessita de um acordo com os seus credores, que lhes proporcionem *um fôlego bem longo e juros prefixados.*

Ainda no desempenho do seu raciocínio e fazendo alusão ao sistema financeiro nacional, acrescentou que não pensa em estatização, mas, sim, em intervenções oportunas e saudáveis para que não hajam distorções dentro do mesmo, evitando-se que venha a contribuir com a espiral inflacionária. A propósito de greve, Brizola definiu corretamente essa coqueluche hoje no Brasil e com a autoridade que tem de um homem socialista, condenou as invasões de fábricas e ressaltou a necessidade de lideranças classistas fortes, objetivando a discussão de reivindicações com os empresários.

Concluindo esse ligeiro comentário sobre o pronunciamento do candidato do PDT, engenheiro Leonel Brizola, devemos dizer que é digno de ser subscrito por qualquer outro candidato bem intencionado, que não seja da esquerda radical ou que esteja forrado apenas na demagogia batida que tanto tem cansado o povo brasileiro.

Assim sendo, dúvida não há de que Brizola marcou um tento naquela sua fala, muito embora esteja sujeita às determinações do Tribunal Eleitoral e, conseqüentemente, ainda não pode ser tida como a fala de um candidato à presidência da República porque a Lei não permite. Mas, mesmo assim, digamos aqui, sem medo de errar, que o engenheiro postulante obteve grau oito na sua aparição ao nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 206, DE 1989

Requeremos, na forma do art. 371, *c*, do Regimento Interno, *urgência* para o Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1987, que define o crime de tortura e dá outras providências.

Sala das Sessões, 18 de abril de 1989. — *Jamil Haddad — Mário Maia — Marcondes Gadelha — Ney Maranhão — Chagas Rodrigues — Itamar Franco.*

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — De acordo com o disposto no art. 375 item III do Regimento Interno, este requerimento figurará na Ordem do Dia da sessão seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 207, DE 1989

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea *b*, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1989.

Sala das Sessões, 25 de abril de 1989. — *Ronan Tito — Fernando Henrique Cardoso — Edison Lobão.*

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O requerimento que acaba de ser lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do art. 375, item II do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — As matérias constantes da Ordem do Dia, de acordo com o disposto no art. 402, alíneas *h* e *i*, do Regimento Interno, alterado pela Resolução nº 18.989, devem ser apreciadas em sessão pública, sendo a votação procedida por escrutínio secreto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Estando em condições de figurar na Ordem do Dia as Mensagens nºs 75, 76 e 79, de 1989, relativas a escolha dos Ministros Athos Gusmão Carneiro, Francisco Cláudio de Almeida Santos e Raphael de Barros Monteiro Filho, para exercerem cargos de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a Presidência, não havendo objeção do Plenário, submeterá essas matérias à apreciação, ao final da Ordem do Dia

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Mensagem nº 77, de 1989, de 5 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Desembargador Luiz Carlos Fontes de Alencar, do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, a fim de ser nomeado para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o item II, § 2º, do art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dependendo de Parecer.)

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PARECER Nº 6, DE 1989

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião secreta realizada a 13-4-89, apreciando o Relatório apresentado pelo Senhor Senador Lourival Baptista sobre a Mensagem nº 77, de 1989, do Senhor Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do Senhor Desembargador Luiz Carlos Fontes de Alencar, do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Sala das Comissões, 13 de abril de 1989. — *Cid Sabóia de Carvalho*, Presidente — *Lourival Baptista*, Relator — *Jutahy Magalhães — Ney Maranhão — Chagas Rodrigues — José Paulo Bisol — Maurício Corrêa — Marco Maciel — Leite Chaves — Mauro Benevides — João Menezes* (com restrições).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação será feita por escrutínio secreto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os Srs. Senadores devem ocupar lugares diversos daqueles que ocupam normalmente.

O Sr. João Menezes — Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa compreende os escrúpulos do nobre Senador João Menezes, que se vai abster nas votações.

A presença de V. Exª será contada para *quorum*, já que V. Exª tem escrúpulos de ordem constitucional, que a Mesa não pode vencer, embora não esteja convecida pelas razões expostas.

Vamos passar à votação.

O Sr. José Paulo Bisol — Sr. Presidente, peço a palavra apenas para deixar consignado que há alegação de inconstitucionalidade de matéria que passou pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. JOSÉ PAULO BISOL (PSDB — RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é substanciosa a alegação do nobre Senador João Menezes. S. Exª alega que há um pressuposto constitucional exigindo que para cada nomeação seja elaborada uma lista tríplice. No caso, como são diversas as vagas, ao invés de se elaborar uma lista tríplice, elaborou-se uma com 9 nomes, a pretexto de que sempre haverá uma escolha entre 3 nomes.

A tese do nobre Senador João Menezes é no sentido de que deveria ser 21 nomes. Esta tese, sim, seria rigorosamente inconstitucional porque, então, teríamos, em cada escolha, um número muito superior a 3. No caso da primeira escolha, o número de possibilidades seria 21, no caso da segunda, seria 20, no caso da terceira, 19, e, assim por diante. Inconstitucional por exuberância, **ex abundantia**, a tese do nobre Senador João Menezes, mas, ela é substanciosa, no sentido de que, se eu remeter 9 nomes para 7 vagas, o Presidente tem, para a primeira vaga, 9 possibilidades e não 3; para a segunda vaga, 8 possibilidades e não 3; para a terceira, 7 possibilidades e somente será constitucional a última escolha, que incidirá sobre os três últimos nomes restantes.

Então, formalmente, seja consignado e registrado que a tese do nobre Senador João Menezes é correta. Há uma inconstitucionalidade formal mas, acontece, Sr. Presidente, que a remessa de 9 nomes está fundada num dispositivo da Lei Orgânica da Magistratura. Se não me falha a memória, o art. 88, que estipula a possibilidade de uma escolha de 3 nomes para cada vaga, quando a vacância for plúrima.

Tribunais como o do Rio de Janeiro, por exemplo, sempre fizeram listas dessa maneira e assim se consagrou o princípio. Pergunta-se agora: é inconstitucional? Afirmamos que é, formalmente, inconstitucional. O resultado da remessa de diversas listas tríplices não seria diferente do que se alcança, tal como foi feito. Vou explicar melhor: para ser formalmente correto, o Tribunal deveria ter enviado as seguintes listas: *a, b,* e *c*. Primeira lista tríplice, para a primeira vaga; os remanescentes dessa lista, digamos, *b* e *c* mais *e*. Então, ele faria listas colocando em cada uma delas, exceto a primeira, os remanescentes da anterior mais um nome. Então, ele teria uma lista tríplice em cada caso, onde o Presidente seria obrigado a escolher, obedecendo-se ao pressuposto constitucional. Mas o Tribunal não fez assim; remeteu cumulativamente os 9 nomes, o que significa, como já foi dito, que o Presidente só vai escolher em cima de três nomes, em última hipótese.

Mas se fizéssemos de outra maneira, isto é, remetendo lista tríplice por lista tríplice, o resultado seria o mesmo. Teremos o que eu vou chamar um pouco divertidamente, mas substancialmente é sério de uma inconstitucionalidade inocente, porque não opera resultado nenhum, porque não produz conseqüência alguma. E como a alegação de inconstitucionalidade é, em tese, em cima do texto do art. 88, da Lei Orgânica da Magistratura, tem-se que adotar o princípio, segundo o qual, nunca se declara uma inconstitucionalidade enquanto ela não for agressivamente evidente e não produzir efeitos contrários à organização da sociedade, à organização da ordem jurídica.

Temos aí, realmente, uma hipótese estranha, complexa, rara até, de uma inconstitucionalidade inocente, isto é, não produz nenhum prejuízo a ninguém. Se a lista houvesse sido elaborada como deveria, de três em três, a primeira com três nomes, a segunda com os remanescentes da primeira, mais um nome, a terceira com os remanescentes da segunda, mais um nome e assim por diante, a inconstitucionalidade teria desaparecido. Mas o resultado, com a acumulação dos 9 nomes, é o mesmo, e conseqüentemente não há porque alegar a inconstitucionalidade.

Neste sentido, a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania entendeu que essa inconstitucionalidade não era de ser declarada e o procedimento deveria ter a sua tramitação normal.

Era o que eu pretendia esclarecer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado a V. Exª

Em votação.

Peço a todos os Srs. Senadores que votem em lugares que não sejam os seus, porque a votação é secreta. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votaram "sim" 40 Senadores e "não" 2.

Houve 3 abstenções.

Total: 45 votos.

Aprovado.

A Presidência comunicará ao Senhor Presidente da República o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — **Item 2:**

> Mensagem nº 78, de 1989 (nº 145/89, na origem), de 5 de abril do corrente ano, pela qual o senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Desembargador Luiz Vicente Cernicchiaro, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, a fim de ser nomeado para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o item II do § 2º do art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dependendo de parecer.)

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PARECER Nº 7, DE 1989

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião secreta realizada a 13-4-89, apreciando o Relatório apresentado pelo Senhor Senador Chagas Rodrigues, sobre a Mensagem nº 78, de 1989, do Senhor Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do Senhor Desembargador Luiz Vicente Cernichiaro, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Sala das Comissões, 13 de abril de 1989. — *Cid Sabóia de Carvalho* — Presidente, *Chagas Rodrigues* — Relator, *Lourival Baptista* — *Jutahy Magalhães* — *Ney Maranhão* — *José Paulo Bisol* — *Maurício Corrêa* — *Marco Maciel* — *Leite Chaves* — *Mauro Benevides* — *João Menezes*, (com restrições).

O Sr. João Menezes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, vou ser rápido e nos outros processos prometo não usar da palavra.

O Senador José Paulo Bisol fez uma conta de que nove é igual a vinte e um.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não vamos discutir a matemática.

O SR. JOÃO MENEZES — Sr. Presidente, deixe-me concluir.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Pois não!

O SR. JOÃO MENEZES — S. Exª o Senador José Paulo Bisol, disse que nove é igual a vinte e um. E digo que não é. A Constituição quis que o Tribunal escolhesse vinte e um nomes. Por quê? Porque poderia colocar um cidadão do Acre, do Amazonas, do Rio Grande do Sul, da Bahia, da Paraíba e teria mais chance. Com nove a chance não é igual a de vinte e um.

Esta conta de que nove vai dar o mesmo resultado que vinte e um, não está correta.

Sr. Presidente, a Constituição quis popularizar a escolha e com isso fixou a existência de lista tríplice para cada nome. Daí a razão de estarmos sempre usando a palavra nessa questão que espero que amanhã ou depois seja tida como verdadeira porque é aquilo que a Constituição expressa. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votaram "sim" 43 Senadores e "não" 2. Houve 4 abstenções.

Total: 49 votos.

Aprovado.

A Presidência comunicará ao Senhor Presidente da República o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — **Item 3:**

Mensagem nº 80, de 1989 (nº 147/89, na origem), de 5 de abril de 1989, pela qual o senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Desembargador Sálvio de Figueiredo Teixeira, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, a fim de ser nomeado para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o item II do parágrafo 2º do artigo 27 do ato das disposições constitucionais transitórias. (Dependendo de parecer.)

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PARECER Nº 8, DE 1989

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião secreta realizada a 19-4-89, apreciando o Relatório apresentado pelo Senhor Senador Wilson Martins, sobre a Mensagem nº 080, de 1989, do Senhor Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do Senhor Desembargador Sálvio de Figueiredo Teixeira, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Sala das Comissões, 19 de abril de 1989. — *Cid Sabóia de Carvalho,* Presidente — *Wilson Martins,* Relator — *Jutahy Magalhães — Roberto Campos — Ney Maranhão — Marco Maciel — Chagas Rodrigues — Leopoldo Peres — Lourival Baptista.*

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em discussão o parecer.

O Sr. Ronan Tito — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Para discutir. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, determinaram os Srs. Senadores Alfredo Campos e Itamar Franco que falasse também em seus nomes, porque o Desembargador Sálvio de Figueiredo Teixeira é um jurista, um magistrado da maior competência e muito estimado em Minas Gerais. Ele instituiu em Minas Gerais o Juizado de Pequenas Causas, que esvaziou e facilitou bastante o trabalho das varas. O Desembargador prolatou também uma sentença que muitos a usam como jurisprudência, hoje, sobre filhos adotivos.

Dessa forma, solicito ao Plenário que vote no Desembargador Sálvio por unanimidade. É o prêmio por um homem correto, sério e de setenças que hoje fazem parte da Revista Forense de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Solicito aos Srs. Senadores que ocupem seus lugares para procedermos à votação.

Em votação. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votaram "sim" 41 Senadores e "não" 6. Houve 2 abstenções.

Total: 49 votos

Aprovado.

A Presidência comunicará ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — **Item 4:**

Mensagem nº 81, de 1989 (nº 148/89, na origem), de 5 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Desembargador Waldemar Zvelter, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a fim de ser nomeado para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o item II do parágrafo 2º do artigo 27 do ato das disposições constitucionais transitórias. (Dependendo de parecer.)

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PARECER Nº 9, DE 1989

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião secreta realizada a 13-4-89, apreciando o Relatório apresentado pelo Senhor Senador Lourival Baptista, sobre a Mensagem nº 081, de 1989, do Senhor Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do Senhor Desembargador Waldemar Zveiter, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Sala das Comissões, 13 de abril de 1989. — *Cid Sabóia de Carvalho,* Presidente — *Lourival Baptista,* Relator — *Jutahy Magalhães — Ney Maranhão — Chagas Rodrigues — José Paulo Bisol — Maurício Correa — Marco Maciel — Leite Chaves — Mauro Benevides — João Menezes* (com restrições).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votaram "sim" 38 Senadores e "não" 4 Senadores.

Houve 2 abstenções.

Total: 44 votos.

Aprovado.

A Presidência comunicará ao Senhor Presidente da República o resultado da votação.

O Sr. Leite Chaves — Sr. Presidente, peço a palavra, para justificar meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O voto é secreto. V. Exª não pode justificar o voto. V. Exª só pode justificar não ter votado, se por um acaso não votou. Mas se votou, não quero saber o voto de V. Exª

O Sr. Leite Chaves — Houve omissão. V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não, mas se é para justificar o voto secreto, não pode. Não posso dar a palavra a V. Exª

O Sr. Leite Chaves — V. Exª continuará com a votação dos outros três ministros?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — **Item 5:**

Mensagem nº 75, de 1989 (nº 142/89, na origem), de 5 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Desembargador Athos Gusmão Carneiro, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de ser nomeado para exercer o cargo de Mi-

nistro do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o item II do parágrafo 2º do artigo 27 do ato das disposições constitucionais transitórias. (Dependendo do parecer.)

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PARECER Nº 10, DE 1989

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião secreta realizada a 19-4-89, apreciando o Relatório apresentado pelo Senhor Senador Wilson Martins, sobre a Mensagem nº 075, de 1989, do Senhor Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do Senhor Desembargador Athos Gusmão Carneiro, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Sala das Comissões, 19 de abril de 1989. — *Cid Sabóia de Carvalho,* Presidente — *Wilson Martins,* Relator — *Ney Maranhão* — *Marco Maciel* — *Roberto Campos* — *Jutahy Magalhães* — *Chagas Rodrigues* — *Leopoldo Peres* — *Lourival Baptista.*

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em discussão o parecer. (Pausa.)

O Sr. Leite Chaves — Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB — PR. Para discutir) — Sr. Presidente, não tomarei muito tempo, mas não posso deixar de registrar este instante histórico da Casa. É a primeira vez que se vota aqui o nome de Ministros para integrar o Tribunal Superior de Justiça. Criação da nova Constituição é a primeira vez que apreciamos nomes para integrarem aquela Corte. Os quatro ora examinados são desembargadores de reconhecida competência técnica e indiscutível reputação. Esses quatro iniciais, pois três outros estão por vir serão instantes altos no novo Tribunal cuja atuação, doravante, passará a ser objeto da constante atenção do Senado.

Criamos aquele Tribunal depois de longas discussões e estamos preocupados em só mandar para lá homens que estejam realmente à altura dos novos cometimentos que a Constituição reservou àquela egrégia Corte. Creio que, se continuarmos com este mesmo rigor, e o Tribunal continuar a mandar para cá homens com esta mesma envergadura, neste particular, a Constituição terá alcançado seu desiderato.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado a V. Exª

Peço aos Srs. Senadores que não se afastem do plenário.

Em votação. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votaram "sim" 41 senadores e "não" 6.

Houve 2 abstenções.

Total: 49 votos.

Aprovado.

A Presidência comunicará ao Senhor Presidente da República o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — **Item 6**

Mensagem nº 76, de 1989 (nº 143/89, na origem), de 5 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete a deliberação do Senado Federal a escolha do Desembargador Francisco Cláudio de Almeida Santos, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a fim de ser nomeado para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o item II do parágrafo 2º do artigo 27 do ato das disposições constitucionais transitórias. (Dependendo de Parecer.)

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PARECER Nº 11, DE 1989

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião secreta realizada a 13-4-89, apreciando o Relatório apresentado pelo Senhor Senador Mauro Benevides sobre a Mensagem nº 76 de 1989, do Senhor Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do Senhor Desembargador Francisco Cláudio de Almeida Santos, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Sala das Comissões, 13 de abril de 1989. — *Cid Sabóia de Carvalho* — Presidente. *Mauro Benevides* — Relator. *Lourival Baptista* — *Jutahy Magalhães* — *Ney Maranhão* — *Chagas Rodrigues* — *José Paulo Bisol* — *Maurício Corrêa* — *Marco Maciel* — *Leite Chaves* — *João Menezes (com restrições).*

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Solicito aos Srs. senadores que ocupem os seus lugares para procedermos à votação.

Em votação. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votaram "sim" 41 senadores e "não" 2.

Houve 2 abstenções.

Total: 45.

O parecer foi aprovado.

A Presidência comunicará ao Senhor Presidente da República o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — **Item 7**

Mensagem nº 79, de 1989 (nº 146/89, na origem), de 5 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete a deliberação do Senado Federal a escolha do Desembargador Raphael de Barros Monteiro Filho, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a fim de ser nomeado para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o item II parágrafo 2º do artigo 27 do Ato da Disposições Constitucionais Transitórias. (Dependendo de parecer).

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte.

PARECER Nº 12, DE 1989

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião secreta realizada a 19-4-89, apreciando o Relatório apresentado pelo Senhor Senador Wilson Martins sobre a Mensagem nº 79 de 1989, do Senhor Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do Senhor Desembargador Raphael de Barros Monteiro Filho, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Sala das Comissões, 19 de abril de 1989. — *Cid Sabóia de Carvalho,* — Presidente — *Wilson Martins,* Relator — *Roberto Campos* — *Ney Maranhão* — *Jutahy Magalhães* — *Marco Maciel* — *Chagas Rodrigues* — *Leopoldo Peres* — *Lourival Baptista.*

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem deseje fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votaram "sim" 43 Srs. Senadores e "não" 6.

Não houve abstenções.

Aprovado.

A Presidência comunicará ao Senhor Presidente da República o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 207, lido no Expediente, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1989.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

Discussão em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1989, que dispõe sobre o Plano Nacional de Informática e Automação — Planin, e confirma incentivos fiscais. Dependendo de parecer.

Solicito ao nobre Senador Severo Gomes o parecer sobre a matéria.

O SR. SEVERO GOMES (PMDB — SP. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, de autoria do Deputado Luiz Henrique, o projeto em exame objetiva prorrogar por 6 (seis) meses a vigência do I Planin — Plano Nacional de Informática e Automação, e confirma incentivos fiscais.

A Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, que dispõe sobre a Política Nacional de Informática, estabeleceu uma série de incentivos fiscais e estão condicionados às classes de bens e serviços estabelecidos em critérios, limites e faixas de aplicação expressamente previstos no Plano Nacional de Informática e Automação — Planin, tanto assim que, em 17 de abril de 1986, este congresso aprovou a Lei nº 7.646, dispondo sobre o 1º Plano Nacional de Informática e Automação para vigorar por 3 (três) anos, com prazo previsto, assim, para o próximo dia 17 de abril. Findo tal prazo e sem a aprovação de um novo Planin, ficarão as indústrias brasileiras de informática, impossibilitadas de poderem gozar dos incentivos fiscais que lhes são destinados pela Lei de Informática (artigos 13, 14 e 15).

De outra parte, a Constituição Federal, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (art. 41) estabelece que serão revogados os incentivos fiscais, após dois anos, a partir da data da Constituição, que forem confirmados *por lei.*

Todos nós sabemos que o antigo Ministério da Ciência e Tecnologia passou por uma fase de profunda indefinição administrativa, gerada no Poder Executivo. Em curto prazo, chegou a ser extinto; passou para a área de competência do antigo Ministério da Indústria e do Comércio e, finalmente, transformou-se em Secretaria Especial, vinculada à Presidência da República.

Vemos, assim, que há necessidade, não só da confirmação dos incentivos fiscais previstos na Lei nº 7.232/84, como, também, a prorrogação do prazo de execução do I Planin, até que o Conselho Nacional de Informática e Automação — Conin, proponha ao Senhor Presidente da Repúbalica, para posterior envio ao Congresso Nacional, o II Planin — Plano Nacional de Informática e Automação.

O projeto em exame, portanto, pretende evitar que aconteça um hiato da Lei nº 7.646, de 17 de abril de 1986, que tem prazo limite até o próximo dia 17 do mês de abril em curso, o que carrearia enormes prejuízos a um extenso segmento da indústria de informática brasileira.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação da matéria.

O Sr. Roberto Campos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, abrimos uma exceção ao disposto no art. 64 da Constituição, concordamos em votar matéria não contraversa, a saber, a designação de membros do Tribunal Superior de Justiça. Trata-se agora, no tocante ao Planin, de uma matéria extremamente controversa, que deve ser cuidadosamente estudada. Por isso, solicito a V. Exª a aplicação do disposto no art. 64. Esta matéria tem que ser sobrestada até que se considere o item relativo ao ouro, cuja votação foi postergada para amanhã.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Para contraditar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs Senadores, nós pedimos realmente o adiantamento da matéria que tributa o ouro para amanhã, para tentar o entendimento entre Lideranças no que tange ao art. 5º

No entanto, neste momento, não podemos deixar de votar esse projeto, porquei foi pedida urgência urgentíssima e aprovada em Plenário. Como estamos na Ordem do Dia, temos que votar a matéria. Não podemos adiar a votação da matéria.

O Sr. Roberto Campos — Não existe na Constituição a hipótese de se violar o art. 64 por um requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O art. 64, § 2º, diz textualmente:

> "Se, no caso do parágrafo anterior, pedido de urgência formulado pelo Presidente da República a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, cada qual, sucessivamente, em quarenta e sete dias, sobre a proposição, será esta incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação."

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito, pela ordem.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exª deve decidir. Trata-se de uma sessão extraordinária convocada para este fim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Realmente a situação não é tão clara quanto parece ao nobre Senador Ronan Tito. O texto Constitucional é peremptório, não se pode votar matéria alguma antes da votação daquela que, pelo art. 64, está submetida à apreciação do Senado.

Dir-se-á, no entanto e esse argumento é valioso — que esta matéria não figura na Ordem do Dia da sessão extraordinária de hoje. Ninguém requereu a inclusão dessa matéria na Ordem do Dia, apenas é levantada uma questão de ordem. A Mesa faz a Ordem do Dia e vota as matérias constantes nela. Se alguma culpa cabe, cabe à Mesa que não incluiu a matéria nesta sessão. Mas, não tendo incluído nesta sessão, evidentemente não se pode agora incluí-la, quando já estamos no fim da votação da Ordem do Dia.

O Sr. Jamil Haddad — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, V. Exª colocou em votação um requerimento de urgência para a matéria que já foi aprovada pelo Plenário. Já há deliberação do Plenário favorável à matéria. Parece-me que aí a decisão soberana é do Plenário, que já decidiu sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Se tivesse sido incluída na Ordem do Dia a matéria referente ao projeto relativo ao ouro, acho que a questão de ordem do nobre Senador Roberto Campos teria procedência. Mas, não tendo sido incluída na Ordem do Dia, por erro da Mesa, esta matéria, não pode ser incluída agora, depois de aprovada a urgência pelo Plenário, sem nenhuma divergência. De modo que a Mesa vai pôr a votos o projeto.

O Sr. Roberto Campos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não me consta que tenha sido aprovado em plenário, acho que houve um requerimento assinado por líderes, mas não houve afirmação formal, em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Já houve aprovação, V. Exª não ouviu, mas já foi aprovado e não houve divergência. V. Exª podia ter pedido verificação ou tomado qualquer providência para evitar, mas isso não ocorreu.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Só lamento Sr. Presidente, que uma matéria de tamanha importância, a avaliação que deve caber ao Congresso do comportamento da indústria de informática e da execução da Lei de Informática seja passada com tanta frivolidade. Eu aqui nem me apercebi se estavam votando um requerimento de urgência. Perguntei à Secretária e a indicação era de que ainda não tinha sido sequer assinado o requerimento de urgência, muito menos sido submetido ao Plenário. É simplesmente incrível que nós renunciemos ao nosso poder de análise e verificação, votando frivolamente incentivos fiscais e, indiretamente, aprovando o que considero um desastroso comportamento das autoridades de ciência e tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa fez ler, pelo Sr. 1º Secretário, o requerimento de urgência que foi apresentado no início desta sessão extraordinária e que depois foi submetido ao voto do Plenário. Não houve nenhuma divergência. Foi aprovado e, só depois de aprovado, foi que se passou à discussão do projeto e se deu a palavra ao relator, que acaba de dar o seu parecer.

Aberta a discussão, o nobre Senador Roberto Campos levanta uma questão de ordem.

Agora, não há como interromper a votação.

Não havendo quem queira discutir a matéria, passa-se à votação em turno único do projeto.

O Sr. Roberto Campos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exª está violando claramente o art. 64 da Constituição. "Nenhuma matéria pode ser votada antes que se passe à votação do projeto de outro, sobrestada a votação". Não se diz "sobrestada a votação em sessão ordinária". Diz-se, simplesmente, "sobrestada a votação".

Não há requerimento de urgência, ainda que aprovado pelo Prenário, que se possa sobrepor ao dispositivo constitucional. Insisto, Sr. Presidente, não importa que a sessão seja ordinária ou extraordinária. Matéria alguma pode ser votada antes que aquela que já permaneceu no Congresso por 45 dias seja finalmente decidida.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Pelo argumento do nobre Senador, não poderiam ser votadas as matérias que votamos.

O SR. RONAN TITO — Aí, Sr. Presidente, teríamos que anular tudo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Todas as decisões que acabamos de proferir seriam irrgulares, e não houve nenhuma divergência, nem do nobre Senador, quanto a este procedimento.

A Mesa convocou uma sessão extraordinária para votar as mensagens do Senhor Presidente da República e não houve nenhuma impugnação. Essas mensagens foram apreciadas e surgiu requerimento de urgência para determinada matéria.

Esse requerimento foi submetido a voto, regularmente, e não houve divergência até agora.

De modo que, com o pesar de não atender à questão de ordem do nobre Senador Roberto Campos, a Mesa vai pôr a votos, em turno único, o Projeto de Lei da Câmara, nº 3, de 1989.

O Sr. Roberto Campos — A votação pressupõe, pelo menos, a distribuição de avulsos e tempo necessário para lê-los. Não houve distribuição de avulsos.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra para falar como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra, ao nobre Senador Ronan Tito, que falaria como Líder.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Como Líder, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente: temos o avulso aqui, ele foi distribuído. Acho que o Senador Roberto Campos tem todo o direito à obstrução. Convocamos uma sessão extraordinária, constava da pauta, foram distribuídos os avulsos. Agora, acho que não podemos mais retardar a votação, temos que passar à votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Feita a prova de que houve a distribuição dos avulsos e já estando um, aliás, nas mãos do nobre Senador Roberto Campos, concedo a palavra ao nobre Senador Chagas Rodrigues, para discutir a matéria.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI. Para encaminhar à votação.) Sr. Presidente, esta matéria comporta duas considerações: uma sobre a preliminar e outra, sobre o mérito.

Quanto à preliminar, Sr. Presidente, que chamo de preliminar e que poderia ser uma questão de ordem, refere-se à inclusão do projeto na Ordem do Dia. Realmente, o art. 64 da Constituição esclarece o assunto e diz que os projetos de iniciativa do Senhor Presidente da República, desde que Sua Excelência solicite urgência para eles, têm preferência.

Mas acontece que na hipótese, Sr. Presidente, esta questão de ordem deveria ter sido levantada no início da sessão, ou seja, com referência à Ordem do Dia. O momento exato era aquele e não, agora, quando V. Exª, em virtude de aprovação de um requerimento, já submeteu a matéria à votação.

Agora, no que tange ao mérito, permita-me dizer, Sr. Presidente, que nós não estamos votando nenhuma lei nova, nós estamos apenas invocando o art. 41 das Disposições Constitucionais Transitórias, fazendo o que o Senhor Presidente da República já conseguiu com relação a outros assuntos.

A matéria é importante e deverá ser examinada oportunamente. Esse projeto de lei da Câmara, Sr. Presidente, no art. 1º, prorroga por apenas 6 meses a vigência do Primeiro Plano Nacional de Informática e Automação, o Planin. De modo que essa prorrogação por 6 meses significa que o Congresso e, no momento, o Senado, não vota matéria nova, nem vota projeto em caráter definitivo, para vigorar por prazo indeterminado.

Era, para este aspecto, que gostaria de pedir a atenção dos nobres senadores.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Continua em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-lo, passa-se à votação.

O Sr. Roberto Campos — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, criou-se uma situação extremamente bizarra. A prevalecer a doutrina aqui defendida e, infelizmente, esposada por V. Exª, um simples cochilo ou omissão da citação de um artigo constitucional na hora oportuna permite a violação da Constituição. Há, na Constituição, a figura da inconstitucionalidade por omissão; agora, nós temos uma nova figura, é a constitucionalidade por omissão. Basta omitir-se em tempo oportuno a menção ao dispositivo constitucional, e a violação da Constituição fica automaticamente legitimada.

Sr. Presidente, trata-se de um patente absurdo. E acredito que V. Exª, com o seu habitual discernimento e seu grande respeito à letra constitucional, reconhecerá a validade da minha argumentação. No tocante à substância, já disse bem, é inconcebível passar-se em poucos minutos uma opinião sobre a execução do Plano Nacional de Informática, e aplicação dos incentivos fiscais daí decorrentes. Tínhamos que, pelo menos, saber qual o montante dos incentivos fiscais, como eles foram distribuídos, qual a relação custo/benefício e isso só poderia ser feito mediante a transferência do assunto, à comissão técnica encarregada disso. Parece-me que será, segundo o novo Regimento, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Peço a palavra, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O equívoco foi da Mesa. A Mesa teria que incluir, necessariamente, na Ordem do Dia dessa sessão extraordinária, que é sempre uma sessão do Senado, a matéria referente ao projeto de ouro. Não o fez. O nobre Senador Roberto Campos suscitou o problema. E, agora, o nobre Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania apóia a postulação de S. Exª Como esta é a primeira vez em que esse dispositivo é argüido, bom será que nenhuma decisão fique sujeita a qualquer eiva de inconstitucionalidade. Razão por que, a Mesa adia a votação incluindo-a na sessão ordinária de amanhã.

O Sr. Jamil Haddad — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra V. Exª, pela ordem.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a decisão de V. Exª, no nosso entendimento, anula as 7 votações em que aprovamos os ministros para o Superior Tribunal de Justiça, porque, de acordo com o entendimento, esta matéria não poderia ter sido votada antes da matéria relativa ao projeto ouro. Mas parece-me que, se nós formos acolher essa tese, as votações relativas à aprovação dos nomes dos Srs. ministros terão que ser anuladas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa já decidiu que incluirá, na Ordem do Dia de amanhã, o projeto de lei do Planin nº 5, de 1989. Será votado após a votação do projeto relativo ao ouro.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra V. Exª

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu perguntaria a V. Exª se também não teremos que atender à questão do veto, incluir o veto na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O veto ficará na Ordem do Dia.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Então, teria também que ser atendida a preferência para o veto, para o ouro, e só depois incluir qualquer matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Se V. Exª não requerer o adiamento da votação do veto, o Senado o examinará.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Não, mas é só a decisão da questão do veto. Eu também estava preocupado com a decisão de V. Exª, para não anular todas as votações dos desembargadores votados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores; assiste o País à eclosão de mais um surto de greves, envolvendo diversas categorias profissionais e, nesse contexto, assume especial relevância a que atinge o setor bancário, que hoje entra em seu quarto dia.

Afetando 80% da rede bancária particular, além do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, o movimento assume proporções inusitadas com a adesão dos funcionários do Banco Central do Brasil, em decisão dos funcionários do Banco Central do Brasil, em decisão tomada ontem à noite, em Assembléia da categoria, à qual compareceram cerca de 1.500 dos 2.730 funcionários que compõem o quadro do Banco Central.

A reivindicação básica do setor prende-se a obter reajuste de 81,39% em abril, a título de reposição de perdas salariais entre setembro e março, segundo cálculos do Dieese, além da incorporação aos vencimentos dos 31,1 referentes à perda salarial decorrente do "Plano Bresser" e ao índice de produtividade. Demonstram as lideranças sindicais, em tabelas salariais publicadas hoje na imprensa, os aviltantes salários da massa de trabalhadores da rede bancária, ressaltando a enorme margem de lucro obtida pelas grandes instituições bancárias do País.

Paralelamente, os principais organizadores da greve nacional intensificaram, a partir de ontem, contatos já mantidos há vários dias com diretores de bancos de médio porte, com o objetivo de conseguir da Fenaban — Federação Nacional dos Bancos — a formulação de uma proposta concreta de reposição salarial para a categoria antes do final da paralisação. Mesmo diante de posições assumidas como a do Bradesco, por exemplo, que concedeu reajuste e promoveu uma reestruturação de cargos antes da greve, a Fenaban não adota postura favorável à negociação. A categoria, afirmam seus líderes, deseja obter, sobretudo e principalmente, garantias ao atendimento de suas reivindicações, saber qual o número que os bancos vão oferecer antes de voltar ao trabalho. As lideranças sindicais protestam também contra o tratamento repressivo que tem caracterizado a intervenção do Estado às manifestações dos grevistas.

A par de se constituir numa atitude antidemocrática, negando-se ao diálogo, à obtenção de acordo, a Fenaban assume, perante o País, grave posição, em face dos imensos prejuízos já causados à economia nacional e à população, agora enormemente agravados pela adesão do Banco Central. Basta lembrar que o Banco Central movimenta por dia, entre aplicações e resgates, em média, 700 milhões de dólares. O Sistema Financeiro, todos sabem, não resiste mais que 48 horas para entrar em colapso.

Urge, portanto, sejam adotadas posturas dignas de um país moderno e democrata, que possui amadurecimento suficiente para negociar, conversar e propor, em bases dignas e justas, o atendimento das reivindicações dos bancários. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Lembro aos Srs. Parlamentares que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, às dezoito horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do projeto de resolução nº 1, de 1989-CN, que estabelece normas para o exame e votação das medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte.

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 2, DE 1989

(Art. 64, § 2º, da Constituição, e art. 195, II, *d*, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989 (nº 1.516/89, na origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário, tendo

PARECERES, proferidos em plenário, favorável ao projeto e contrário às Emendas de nºs 1 a 8.

2

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e Membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parte vetada: art. 4º

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 5, DE 1989

(Em regime de urgência, art. 371, *b*, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1989 (nº 1.771/79, na Casa de origem), que dispõe sobre o Plano Nacional de Informática e automação — Planin e confirma incentivos fiscais, tendo

PARECER favorável, proferido em Plenário.

4

Votação, em turno único, do Requerimento nº 206, de 1989, de autoria dos Líderes Jamil Haddad, Mário Maia, Marcondes Gadelha, Ney Maranhão e Chagas Rodrigues e do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos do art. 371, alínea *c*, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1987, do Senador Jamil Haddad, que define o crime de tortura e dá outas providências.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 184, de 1988, de autoria da Comissão Diretora, que dispõe sobre o funcionamento do Pecúlio do Senado Federal e da outras providências. (Dependendo de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 4 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ROBERTO CAMPOS NA SESSÃO DE 20-4-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT. Para discutir.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Considero de extrema importância a aprovação urgente desse projeto.

No mercado de ouro abriu-se um buraco negro. Nem é um estado de suspensão animada. É de suspensão desanimada. As incertezas do mercado financeiro do Brasil já são grandes demais; não convém agravá-la pela nossa indecisão e procrastinação legislativa.

Há quarenta e cinco dias o Senado tem este projeto sob exame. Quarenta e cinco dias são uma eternidade nos mercados financeiros nesta era informatizada em que milhões de transações financeiras se concluem, a cada hora e a cada minuto, no mercado internacional. E o ouro é uma importante mercadoria internacional, uma mercadoria de tipo todo especial. É por isso que exerce também a dupla função de lastro monetário e ativo financeiro.

Consideremos, Sr. Presidente, a recente história do mercado de ouro. Até outubro de 1987, o regime de tributação encorajava o descaminho; em outubro deste ano, num ato singular e, quiçá, raro, de bom senso, a Receita Federal baixou a Instrução Normativa nº 110,

que esclareceu o regime tributário e suavizou a carga fiscal através das seguintes medidas:

1º) Isenção para o ouro — ativo financeiro — do PIS e do Pasep;

2º) Redução da alíquota de 2,25% para 1%, no caso do IUM — Imposto Único sobre Minerais.

Os resultados favoráveis não se fizeram esperar. A partir de então, o registro de ouro subiu para 60% do valor estimado da produção, o descaminho baixou para 40%; estava em franco e acelerado declínio. Disso é exemplo o fato de que o Uruguai, que exportava 35 toneladas de ouro, obviamente contrabandeadas do Brasil, pois não tem jazidas conhecidas, passou a exportar apenas 2% desse montante. Esses dados são de estatísticas americanas que espelham melhor que as nossas o movimento internacional do ouro.

Sr. Presidente, a nova Constituição, no art. 153, § 5º, reconheceu o ouro, quando definido em lei — sublinho a expressão "lei", e não "lei complementar" — como ativo financeiro ou instrumento cambial, ficando, então, sujeito à alíquota de 1%, assegurada a transferência de 30% da receita para os estados e 70% para os municípios.

O objetivo do projeto, tal como nos veio da Câmara, é propiciar esta definição legal, a fim de esclarecer definitivamente o regime fiscal do ouro, permitindo a operação normal do mercado.

Não tendo sido passada a lei a que se refere o art. 153 da Constituição, criou-se, depois da entrada em vigor, em 1º de março último, do novo regime tributário que criou o ICMS, uma zona de penumbra e de dúvida. A não ser que prontamente regulamentemos o dispositivo constitucional pertinente ao ouro como ativo monetário e cambial, abre-se aos estados a possibilidade de aplicarem a tributação geral do ICMS. Isso significaria pluralidade de preços entre os estados, inviabilizando o mercado de ouro.

A gravidade dessa situação é documentada pelo fato de que a Bolsa Mercantil de Futuros, que negociava, por dia uma e meia tonelada, vem negociando depois de 1º de março, apenas 200 quilos. O mesmo sucede com o ouro negociado no balcão pela Andima.

A permanecer, Sr. Presidente, esse estado de indefinição, o mercado perderá credibilidade perante o investidor, porque o Banco do Brasil e outros bancos hesitariam em dar liquidez às transações. Isso criaria uma situação esdrúxula: um ativo que tem liquidez internacional e não teria liquidez interna. O resultado seria, inevitavelmente, um maciço descaminho do ouro; o Brasil perderia divisas; o mercado geraria menos empregos, e o Banco Central perderia a oportunidade de aumentar reservas pela compra de ouro quando lhe aprouvesse.

Ressalte-se, Sr. Presidente, que este projeto, no texto que nos veio da Câmara, é um dos raríssimos casos em que há unanimidade entre toso os grupos interessados, que endossam o projeto da Câmara em sua redação atual: o Banco Central, o Banco do Brasil, a Receita Federal, todos que freqüentemente divergem por ciumeira burocrática, mas também o Sindicato e Cooperativa dos Garimpeiros, a Anoro — Associação Nacional de Ouro, a Andima — Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições do Mercado Aberto, e a Abramo — Associação Brasileira dos Mineradores de Ouro, a Bolsa Mercantil de Futuros, assim como as bolsas de mercadorias de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Passemos aos aspectos administrativos mencionados em algumas das emendas. Centralizar a operação do mercado de ouro no Banco Central e na Caixa Econômica é outro lamentável passo na direção do estatismo. O que interessa ao mercado e, inclusive, aos garimpeiros, é a flexibilidade e rapidez propiciadas pela pluralidade de agências financeiras, sob a regulação do Banco Central.

Passemos aos aspectos jurídicos. Falo em matéria jurídica, Sr. Presidente, do alto da minha ignorância especializada. as impugnações jurídicas não me parecem impressionantes. Em texto jurídico do mesmo nível pode haver normas gerais e normas específicas. Quando coexistem, primam estas sobre aquelas - as normas específicas sobre as gerais - porque se torna evidente que o legislador indicou que deseja minudenciar a regulação da matéria.

A regulação por lei complementar, a que se refere o art. 192, diz respeito genericamente ao mercado financeiro. Já o art. 153 reporta-se, não ao sistema financeiro, e sim especificamente a *um* ativo financeiro, o ouro, que deve ser definido e regulado por lei, sem a exigência da lei complementar.

Não havendo, no art. 153, referência explícita à lei complementar, não se pode estabelecer interpretação restritiva. Não se inovam restrições por simples hermenêutica. Ainda me lembro de um dos princípios fundamentais do Direito Romano: *Restrictio quae non est in lege non praesumitur*, não se pode presumir uma restrição que não exista na lei.

Compreendo perfeitamento as inquietações do nobre Senador João Menezes quanto à situação dos garimpeiros e a conveniência de se lhes dar assistência social e proteção financeira. Não é este, entretanto, o texto oportuno para se tratar de assistência social. Parece-me urgente a aprovação do projeto e é reclamada pelos próprios garimpeiros.

Fui visitado pelo Presidente do Sindicato de Garimpeiros para significar que sua preocupação prioritária não era a redefinição das condições sociais e econômicas do garimpo e, sim, no caso, escapar de uma situação de clandestinidade, legalmente perigosa e moralmente constrangedora.

Os senadores receberam um apelo de várias associações para que o projeto fosse aprovado imediatamente, dadas as pertubações que se instalaram no mercado financeiro. Esse apelo é assinado pelo Sr. Ivo Londrina de Castro, Presidente da União do Sindicato dos Garimpeiros da Amazônia Legal. São, portanto, os próprios garimpeiros que no dia-a-dia têm de transacionar ouro que querem fazê-lo legalmente e solicitam a rápida aprovação do projeto. Se eles assim sentem, os que protegem devem estar também satisfeitos, ou então seriam mais realistas que o rei.

Muito obrigado!

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR LOURIVAL BAPTISTA NA SESSÃO DE 18 DE ABRIL DE 1989, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES E OMISSÃO, NO DCN *(SEÇÃO II) DE 19 DE ABRIL DE 1989, PÁGINAS 1279 E 1280:*

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Para uma breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, por ocasião da última reunião do Conselho de Curadores da Fundação Hilton Rocha, no dia 12 de abril passado, em Belo Horizonte, devo ressaltar a minha satisfação, como um dos integrantes do referido Conselho, pela feliz circunstância da inauguração, na mesma data, da nova sede da Fundação, com instalações definitivas e adequadas ao seu eficiente funcionamento.

Esse auspicioso acontecimento, cuja indiscutível importância ressalto, nos limites deste conciso pronunciamento, resultou dos extraordinários e pacientes esforços do insigne professor Hilton Rocha, fundador e Presidente de Honra dessa benemérita instituição, e de sua excepcional equipe de colaboradores, dentre os quais destaco entre outros, o doutor Chistiano Barsante, atual Presidente.

A inauguração da sede própria da Fundação Hilto Rocha (FHR) foi prestigiada pelo Presidente José Sarney, que se fez representar, na solenidade, pelo Ministro de Estado da Saúde, Doutor Seigo Tsuzuki, havendo também comparecido a professora Tereza Costa D'Amaral, da Coordenadoria do Deficiente de Brasília.

O Ministro da Saúde participou, ainda, do lançamento do primeiro exemplar da Constituição Federal de 1988 impressa em Braille.

Coincidindo com a inauguração da sua sede (em prédio anexo ao Hospital do Instituto Hilton Rocha), a Fundação realizou o seu I Congresso sobre a "Prevenção da Cegueira" e a "Integração do Deficiente Visual", dos dias 13 a 15 de abril.

Paralelamente I Congresso da FHR, realizou-se, também no Minascentro, o V Congresso da Associação Médica do Instituto Hilton Rocha — AMHR, em comemoração aos dez anos desse Instituto, inaugurado em 5 de março de 1979, que versou sobre os tema "Cirurgia da Catarata e Correção da Afasia".

Os dois congressos abordaram temas científicos e técnicos da maior importância e atualidade, com a participação de eminentes especialistas de outros Estados, inclusive de países estrangeiros.

Simultaneamente, os mencionados congressos abordaram problemas vinculados às perspectivas e avanços da imprensa Braille, a evolução da informática e importância do lazer e dos esportes para os deficientes.

A solenidade da inauguração da sede própria da Fundação Hilton Rocha reuniu os ex-Governadores Aureliano Chaves de Mendonça e Francelino Pereira, ex-Governador e Senador Lomanto Júnior, ex-Prefeito de Belo Hori-

zonte, Celso Mello de Azevedo, hoje Presidente da Cemig ex-Secretário de Estado e Presidente do Banco Real, Marcio Garcia Villela, o ex-Deputado Federal Guilherme Machado, representantes do Governador e do Tribunal de Justiça; autoridades civis, militares e eclesiásticas; representantes de Associações Médicas e Científicas, não só de Minas Gerais como de outros Estados; em síntese, representantes de todos os segmentos da sociedade mineira.

Convém assinalar que a sede recém-inaugurada tem uma área construída de cinco mil metros quadrados e se destina a abrigar centros de pesquisa, ensino e assistência oftamológica à população mais carente.

O custo das obras de construção da Fundação Hilton Rocha, sem contar os equipamentos, ficou em torno de um milhão de dólares.

Segundo o Presidente da Fundação, sua capacidade é de prestar 150 atendiment os diários, e entre as suas áreas de atuação encontram-se a assistência oftalmológica de caráter social, desenvolvimento de pesquisas e levantamentos estatísticos, prevenção, recuperação e reabilitação de cegos, especialização de professores primários visando a educação de deficientes visuais e formação de pessoal paramédico especializado.

Ao ensejo da reunião do Conselho de Curadores foi proposta a criação da Associação dos Amigos de Hilton Rocha, iniciativa aplaudida e aprovada por unanimidade.

O discurso proferido pelo ilustre Ministro da Saúde, Doutor Seigo Tsuzuki, representando o Presidente José Sarney, delineou e enalteceu a trajetória da Fundação Hilton Rocha, considerada como um dos centros oftalmológicos mais avançados e completos da América Latina, internacionalmente conhecido

Requeiro, portanto, a sua incorporação ao texto deste meu pronunciamento, como um documento digno de registro especial.

Ao regressar a Brasília, depois de particular da inauguração da nova sede da FHR, não seria lícito omitir-me, razão pela qual, ao assinalar com este registro sumário o significado e a importância desse magno evento, felicito o Professor Hilton Rocha, o Doutor Christiano Barsante e a insigne equipe integrada pelos médicos, técnicos e servidores da Fundação Hilton Rocha, ao mesmo tempo em que me congratulo com o povo de Minas Gerais pelos magnos resultados, benefícios e perspectivas decorrentes do funcionamento dessa modelar instituição, que atingiu níveis de projeção internacional. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

Sinto-me extremamente honrado em representar neste ato solene, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Este é um momento de especial importância, porque o setor saúde caminha para uma completa reestruturação, objetivou-se assim, garantir à população, o acesso aos serviços de saúde em todos os níveis, do mais simples ao mais complexo.

A simplicidade do atendimento não deve estar relacionada com a pobreza mas, sim, com a possibilidade de resolver os problemas mais comus do povo brasileiro.

Sendo a visão importante veículo de integração entre o indivíduo e o meio ambiente, a sua perda prejudica o natural desenvolvimento das aptidões intelectuais, escolares, profissionais e sociais, constituindo-se num elevado ônus social, já que interfere na integração e participação comunitária das pessoas afetadas e representa, também, uma limitação da produtividade e capacidade de trabalho.

Estudos feitos pela Organização Mundial de Saúde indicam que cerca de 75% dos casos de cegueira poderiam ter sido evitados, aplicando-se os conhecimentos e técnicas já existentes, e, hoje encontradas no Instituto Hilton Rocha, que desde 1973, começou uma luta histórica para a construção do instituto de olhos.

Liderados pelo Professor Hilton Rocha, um grupo de oculistas, concebeu a realização, de um centro de assistência oftalmológica de alto padrão, que pudesse proporcionar um atendimento acessível a todos os níveis sociais, contribuísse para o desenvolvimento da pesquisa e estruturasse atividades docentes na área da saúde ocular.

Com o apoio do Governo do Estado, que em momentos difíceis e decisivos não mediu esforços para dar prosseguimento à obra de tal magnitude, e até certo ponto ambiciosa, vejo hoje realizado este desafio.

O Instituto Hilton Rocha antecipou-se ao seu objetivo maior que era a criação da Fundação Hilton Rocha, tornando-se conhecido internacionalmente e destacando-se como um dos centros oftalmológicos mais avançado e completo da América Latina.

O processo altamente participativo, democrático e representativo que permeou esta longa caminhada, culminou em 1977, quando esta entidade foi declarada de utilidade pública.

O Ministério da Saúde, através do Programa Nacional de Saúde Ocular e Prevenção da Cegueira, tendo entre seus participantes esta instituição, vem desenvolvendo um extenso programa de debates, onde estão sendo discutidas formas para promover, proteger e recuperar a saúde ocular do povo brasileiro, nos seus diferentes níveis, prevenir a cegueira, desde o recém-nascido até o idoso, propondo a integração das entidades participantes deste trabalho.

Acompanhando ativamente todo o processo, o Ministro da Saúde assinou portaria que cria o dia 7 de maio, como o "Dia Nacional da Saúde Ocular", quando entre outros eventos, será lançado o "Manual de Informações Básicas", destinado aos técnicos da área de oftalmologia.

Desejo consolidar a integração do Ministério da Saúde a essa entidade filantrópica, cujos objetivos são a pesquisa, ensino e assistência, para permitir o acesso das classes menos favorecidas e engrandecer o setor saúde.

Formulo neste momento, em nome do Presidente da República, uma homenagem ao Doutor Hilton Rocha, professor, cientista, mas acima de tudo, grande benemérito, com o mais profundo reconhecimento, respeito e admiração.

A aqueles que compreenderam o alcance desta iniciativa e a ela dedicaram todo o seu entusiasmo e apoio, nossos parabéns.

Muito obrigado.

TRECHO DA ATA DA 33ª SESSÃO, REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 1989, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÃO NO DCN (SEÇÃO II) DE 8 DE ABRIL DE 1989, PÁGINAS 1025 a 1033:

(*) PARECER Nº 2, DE 1989

Da Comissão do Distrito Federal, sobre o Projeto de Lei do Distrito Federal nº 3, de 1989, que "autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de NCz$ 380.789.457,00 (trezentos e oitenta milhões, setecentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e cinqüenta e sete cruzados novos) e dá outras providências".

Relator: Senador Meira Filho

Com fundamento no artigo 3º, inciso II, da Resolução nº 157, de 1-11-88, o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal submete à deliberação do Senado Federal Projeto de Lei do DF nº 3, de 1989, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos até o limite de NCz$ 380.789.457,00 (trezentos e oitenta milhões, setecentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e cinqüenta e sete cruzados novos) e dá outras providências.

Da Exposição de Motivos do Sr. Secretário do Governo-DF, destacamos os seguintes tópicos:

"A Lei Orçamentária do corrente exercício foi elaborada num contexto econômico-institucional bem diverso do que atualmente vive o nosso País e particularmente o Distrito Federal.

A estimativa da receita adotou como metodologia, a exemplo do que fez a União, os preços de junho de 1988 para base de referência de parte das suas rubricas e não incorporou adequadamente, devido à carência tempestiva de base de dados, valores mais consistentes para os tributos criados pela Constituição de 1988."

Adiante, esclarece:

"A retomada, pelo Governo do Distrito Federal, do processo de planejamento está a indicar a necessidade de ajustamento orçamentário a um quadro integrado de ações em consonância com o Plano de Governo para o exercício de 1989, encaminhado a apreciação do Senado Federal, refletindo as prioridades e objetivos do Governo para o corrente exercício.

(*) Refeito por incorreções no avulso anterior.

Com esse procedimento, o Orçamento deixará de ser uma proposta empírica, uma relação de títulos e valores, e o Plano descerá da prateleira dos documentos intelectuais e inócuos, para se consolidarem em instrumentos integrados da ação do Governo."

O § 2º do artigo 6º, da Resolução nº 157, de 1988, dispõe que:

"§ 2º A comissão exercerá, ainda, no âmbito do Distrito Federal, no que couber, as atribuições conferidas à Comissão Mista Permanente, instituída pelo § 1º do art. 166 da Constituição Federal."

Dentre as atribuições, consta a apreciação referente aos créditos adicionais, os quais não serão concedidos sem prévia autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes.

Tal dispositivo está regulado conforme o artigo 43, § 1º, inciso II e § 3º, da Lei nº 4.320, de 1964, que estabelecem ser a abertura de tais créditos dependente de recursos disponíveis, e que se pode considerar, para tal fim, os provenientes de excesso de arrecadação.

Vale esclarecer que da programação orçamentária do Distrito Federal alterada pelo presente projeto de lei destaca-se, por seu valor (NCz$ 103.394.900,00), o projeto "Subscrição de Capital", na Secretaria de Serviços Públicos. Trata-se de recursos que serão alocados à Caesb para prosseguimento das obras relativas ao sistema de abastecimento de água do Rio Descoberto, segundo fomos informados por Dr. Celsius Loder, Secretário de Governo do Distrito Federal. Estas despesas, segundo nos foi comunicado por esta autoridade, somente se concretizarão depois de aprovação de receitas oriundas de operações de crédito a serem contratadas, após autorização específica do Senado Federal, com o BID e a CEF.

Ressalta-se ainda que houvemos por bem incorporar ao substitutivo, que como rRelator apresentamos, recursos para a Fundação Educacional do Distrito Federal relativos ao sSalário eEducação (Quota Estadual) que, conforme orientação da Administração do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do MEC, foi atualizado monetariamente, em mais NCz$ 8.284.475,00 que se somarão aos NCz$ 2.382.525,00 já inscritos na Lei de Meios do Distrito Federal, vigente. Tais recursos terão a seguinte aplicação:

– Construção, reparo e adaptação de prédios escolares de primeiro grau	1.930.000
– Coordenação e manutenção do ensino de primeiro grau	6.312.425
– Programa do livro didático	2.050
– Distribuição da merenda escolar	40.000
	8.284.475

Os quadros I a V apensos a este parecer mostram as alterações propostas e a posição final do orçamento do Distrito Federal.

Ao projeto em questão foram apresentadas emendas pelo ilustre Senador Maurício Corrêa com o objetivo de tornar o Orçamento do Distrito Federal, com as alterações nele incluídas pela proposição que estamos apresentando, mais transparente e não permitir que fosse alterado o espírito dos dispositivos da Lei de Meios aprovada pelo Senado Federal. Com esse mesmo sentido apresentamos substitutivo que engloba as proposições do nobre Senador por Brasília e permite a normalidade da gestão administrativa do Estado.

Por obedecer aos parâmetros constitucionais e legais pertinentes, nosso parecer é pela aprovação do projeto e das emendas apresentadas, nos termos do substitutivo que apresentamos como relator.

Sala das Comissões 6 de abril de 1989. — *Mauro Benevides*, Presidente — *Meira Filho*, Relator — *Aluízio Bezerra* — *Áureo Mello* — *Hugo Napoleão* — *Odacir Soares* — *Raimundo Lyra* — *Wilson Martins* — *Saldanha Derzi* — *João Lobo* — *Francisco Rollemberg*.

QUADRO I

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
RECEITA DO TESOURO - EXERCICIO DE 1989

NCz$ 1,00

ESPECIFICACAO	ORCAMENTO (A)	REESTIMATIVA (B)	DIFERENCA ABSOLUTA (B-A)	DIFERENCA RELATIVA (B/A)
IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	5.000.000	17.265.000	12.265.000	245,30
IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSAO DE BENS	4.405.000	6.639.000	2.234.000	50,72
ADICIONAL DO IMPOSTO DE RENDA	178.000	178.000	0	-
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	3.360.000	8.961.000	5.601.000	166,70
IMPOSTO SOBRE OPERACOES RELATIVAS A CIRCULACAO DE MERCADORIAS E SOBRE A PRESTACAO DE SERVICOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICACAO	85.995.000	122.000.000	36.005.000	41,87
ICM SOBRE O TRIGO IMPORTADO	50.000	40.000.000	39.950.000	-
IMPOSTO SOBRE A VENDA A VAREJO DE COMBUSTIVEIS LIQUIDOS E GASOSOS	800.000	3.412.000	2.612.000	326,50
IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	16.325.879	25.778.000	9.452.121	57,90
TAXAS	1.497.854	4.664.000	3.166.146	211,35
RECEITA PATRIMONIAL	1.122.823	19.701.653	18.579.000	1.655,00
PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	17.407.397	25.775.901	8.368.504	48,07
OUTRAS CONTRIBUICOES DA UNIAO	497.447,86	497.447.864	0	-
RECEITA DE CONVENIOS		153.734.561	153.734.553	-
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	-4	116.917.641	116.917.037	-
OUTRAS RECEITAS	2.904.478	3.009.486	105.008	3,62
T O T A L	636.493.537	11.039.402.806	402.909.269	63,31

Quadro II

NCz$ 1,00

RECURSOS DO TESOURO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FONTES DE RECURSOS, CONFORME AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

CODIGO	ESPECIFICACAO	CORRENTES	CAPITAL	(*) TOTAL
000	ORDINARIO NAO VINCULADO	181.794.839	60.655.152	242.449.991
001	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS ESTADOS, E DO DISTRITO FEDERAL	8.038.637		8.038.637
002	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS	3.516.691		3.516.691
003	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	10.667.000		10.667.000
004	COTA-PARTE DO IMPOSTO UNICO SOBRE LUBRIFICANTES E COMBUSTIVEIS LIQUIDOS E GASOSOS	115.000		115.000
005	COTA-PARTE DO IMPOSTO UNICO SOBRE ENERGIA ELETRICA		156.746	156.746
006	COTA-PARTE DO IMPOSTO UNICO SOBRE MINERAIS	39.972		39.972
009	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	496.830.875	616.989	497.447.864
012	COTA-PARTE DO IMPOSTO SÔBRE TRANSPORTES	121.929		121.929
023	CONVENIOS COM OUTROS ORGAOS (NAO INTEGRANTES DO OOF)	101.736.491	51.998.070	153.734.561
025	OPERACOES DE CREDITO COM OUTROS AGENTES FINANCEIROS		110.917.041	110.917.041
028	COTA-PARTE DO ADICIONAL DO IMPOSTO UNICO SOBRE LUBRIFICANTES E COMBUSTIVEIS LIQUIDOS E GASOSOS	29.000		29.000
029	TRANSFERENCIA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE	3.067.178		3.067.178
030	TRANSFERENCIA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	23.648		23.648
	RESERVA DE CONTINGENCIA			9.157.548
	TOTAL ==>	805.981.260	224.343.998	1.039.482.806

(*) INCLUSIVE RESERVA DE CONTINGENCIA

Quadro IV

NCz$ 1,00

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DO GDF NA MANUTENCAO
E NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
EXERCICIO DE 1989

PROGRAMA DE TRABALHO				ESPECIFICACAO	VALOR
FUR	PRG	SBPRG	PJ/AT		
08	07	021	2.036	COORDENACAO DO PLANEJAMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL	3.159.062
08	07	021	2.038	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA FUNDACAO EDUCACIONAL	44.267.594
08	07	024	2.968	PROCESSAMENTO DE DADOS	50.000
08	10	054	1.894	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS	1.264
08	42	188	1.874	CONSTRUCAO, REPARO E ADAPTACAO DE PREDIOS ESCOLARES DE PRIMEIRO GRAU	5.494.585
08	42	188	2.039	COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU	78.285.977
08	43	188	2.040	COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU	36.616.224
08	43	199	1.879	CONSTRUCAO E ADAPTACAO DE PREDIOS ESCOLARES DE SEGUNDO GRAU	54.640
08	46	223	1.828	COLONIA DE FERIAS	31.326
08	47	236	1.881	PROGRAMA DO LIVRO DIDATICO	2.658
08	48	247	2.138	ATIVIDADE DE DISSEMINACAO CULTURAL E EDUCACIONAL	614
08	75	427	1.882	DISTRIBUICAO DA MERENDA ESCOLAR	152.000
08	75	428	1.834	PROGRAMA INTEGRADO DE SAUDE ESCOLAR	13.712
07	09	031	1.068	FINANCIAMENTO A PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO (EXECUCAO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE EDUCACAO E CULTURA)	16.000.000
				TOTAL GERAL	184.129.646

Quadro III

NCz$ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO DO FUNDEFE - 1989

ESPECIFICACAO	VALOR
PROGRAMACAO DE INVESTIMENTO	
01 - EXECUCAO DE OBRAS DE URBANIZACAO	3.094.354
02 - CONSTRUCAO DE PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS	120.967
03 - IMPLANTACAO DE GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS	401.609
04 - EXECUCAO DE OBRAS DE AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA	362.900
05 - CONSTRUCAO DE PARQUES E SERVICOS ADMINISTRATIVOS	169.353
06 - EXECUCAO DE OBRAS DE MELHORAMENTOS NO PLANO PILOTO E CIDADES SATELITES	1.901.595
07 - EXECUCAO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE TRANSPORTE	1.606.437
08 - CONSTRUCAO DE ESTRADAS VICINAIS, INCLUSIVE NA REGIAO GEO-ECONOMICA DE BRASILIA	241.933
09 - EXECUCAO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE SANEAMENTO BASICO, INCLUSIVE TRATAMENTO DE LIXO	1.204.828
10 - EXECUCAO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE SAUDE	1.606.437
11 - EXECUCAO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE ASSISTENCIA COMUNITARIA	237.095
12 - EXECUCAO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE APOIO AS ATIVIDADES PRODUTIVAS, INCLUSIVE NA REGIAO GEO-ECONOMICA DE BRASILIA	1.374.181
13 - EXECUCAO DE OBRAS E REEQUIPAMENTO DE ORGAOS DO GDF	12.000.000
14 - EXECUCAO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE SEGURANCA PUBLICA	1.204.028
15 - EXECUCAO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE EDUCACAO E CULTURA	16.000.000
16 - ASSENTAMENTO POPULACIONAL DE EMERGENCIA, INCLUSIVE NA REGIAO GEO-ECONOMICA DE BRASILIA	45.967
17 - CONSTRUCAO DE AGROVILAS, INCLUSIVE NA REGIAO GEO-ECONOMICA DE BRASILIA	19.355
18 - DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	479.028
19 - AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	199.967
20 - GARANTIAS	7.258
SUBTOTAL	43.277.292
APOIO AO SETOR PRODUTIVO	
01 - FINANCIAMENTO A CARGO DO FUNDEFE ATRAVES DO BRB - BANCO DE BRASILIA S.A. INCLUSIVE NA REGIAO GEO-ECONOMICA DE BRASILIA	4.735.033
TOTAL GERAL	48.012.325

Quadro V

NCz$ 1,00

ORÇAMENTO GERAL DO DISTRITO FEDERAL - 1989 — RECURSOS DO TESOURO
LIMITES DE DESPESA POR GRUPO E ÓRGÃO

ANEXO AO PROJETO DE LEI NR, DE DE DE 1989

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	TOTAL
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	9.000.000		501.085	9.501.085
GABINETE DO GOVERNADOR	4.000.000		1.438.815	5.438.815
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FISICA, ESPORTES E RECREAÇÃO	1.100.000		308.576	1.408.576
INSTITUTO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA	120.000		333.416	453.416
PROCURADORIA GERAL	4.300.000		264.721	4.564.721
SECRETARIA DO GOVERNO	5.560.000		4.215.520	9.775.520
ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATELITE DO NUCLEO BANDEIRANTE	450.000		310.645	760.645
REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA	950.000		331.397	1.281.397
REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA	1.400.000		574.253	1.974.253
REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLANDIA	400.000		139.021	539.021
REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO	610.000		235.571	845.571
RFGIÃO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA	600.000		254.558	854.558
.. .INISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL INDUSTRIA E ABASTECIMENTO	630.000		308.613	938.613
ADMINISTRAÇÃO DE CEILANDIA	600.000		489.695	1.089.695
ADMINISTRAÇÃO DO CRUZEIRO	300.000		134.000	434.000
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	34.000.000		10.186.780	44.186.780
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	1.000.000		279.263	1.279.263
SECRETARIA DE FINANÇAS	10.600.000	19.610.362	56.982.508	87.192.870
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	154.059.083		14.069.949	168.129.032
SECRETARIA DE SAUDE	157.637.618		102.668.940	260.306.558
INSTITUTO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	2.400.000		1.197.146	3.597.146
SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS	14.400.000		40.633.026	55.033.026
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	13.630.157	283.600	4.363.550	18.276.707
SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS	2.000.000		113.649.964	115.649.964
ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIARIA DE BRASILIA	350.000		157.546	507.546
SERVIÇO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA	9.000.000		3.329.856	12.329.856
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO	8.300.000		1.126.942	9.426.942
SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA	63.218.773		12.193.642	75.412.415
POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	77.159.212		6.496.717	83.655.929
CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	38.893.819		3.276.057	42.169.876
SECRETARIA DA CULTURA	5.300.000		873.339	6.173.339
.ARQUIVO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL	280.000		215.787	495.787
SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	500.000		256.206	756.206
DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL	950.000		1.242.167	2.192.167
SECRETARIA DO TRABALHO	500.000		626.982	1.126.982
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	600.000		1.966.981	2.566.981
RESERVA DE CONTINGENCIA				9.157.548
TOTAL	624.798.662	19.893.962	385.633.234	1.039.482.806

(Substitutivo do Relator)

PROJETO DE LEI Nº

Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de NCz$ 402.989.269,00 (quatocentos e dois milhões, novecentos e oitenta e nove mil, duzentos e sessenta e nove cruzados novos) e dá outras providências.

O Governador do Distrito Federal,

Faço saber que o Senado Federal Decreta e eu Sanciono a seguinte lei

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I — abrir créditos suplementares, conforme discriminado no Anexo I, ao Orçamento do Distrito Federal — Lei nº 3, de 21 de dezembro de 1988 — até o limite de NCz$ 398.989,269,00 (trezentos e noventa e oito milhões, novecentos e oitenta e nove mil, duzentos e sessenta e nove cruzados novos), utilizando os recursos oriundos do excesso de arrecadação das receitas, a teor do art. 43, §§ 1º, incisos I e II, 2º e 3º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e recursos decorrentes de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo III desta Lei e no montante especificado, sendo:

NCz$ 1,00

- Pessoal e Encargos Social 59.455.364,00
- Amortização e Encargos de Financiamento .....
- Outras Despesas Correntes e de Capital, inclusive o Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal 325.987.605,00

II — abrir créditos especiais ao Orçamento do Distrito Federal — Lei nº 3, de 21 de dezembro de 1988 — até o limite de NCz$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzados novos), utilizando os recursos do excesso de arrecadação das receitas, a teor do art. 43, 1º, inciso II e 3º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para atender aos programas de trabalho constantes do anexo II.

Parágrafo único. Os créditos adicionais abertos na forma dos incisos I e II deste artigo incorporam-se ao Orçamento do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1989 e somam-se ao valor de cada projeto e atividade para efeito da aplicação do limite a que se refere o inciso I do art. 8º da Lei nº 3, de 21 de dezembro de 1988.

Art. 2º O inciso III do art. 8º da Lei nº 3, de 21 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

Art. 8º III — Incorporar ao Orçamento do Distrito Federal os créditos suplementares concedidos pela União, respeitados os valores e a destinação programática, bem como os recursos oriundos de convênios e operações de crédito que tenham tido o respectivo programa de trabalho aprovado pelo Poder Legislativo, durante o exercício financeiro, sendo que estas incorporações não se incluem no limite fixado no inciso I deste artigo e não se somam aos valores específicos de cada projeto ou atividade, fixados no Orçamento, para fins de elevar o limite a que está o Poder executivo autorizado a suplementar.

.....

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, de de 1989; 101º da República e 29º de Brasília

NCz$ 1,00

ANEXO I		
CREDITO SUPLEMENTAR		
APLICACAO SEGUNDO OS PROGRAMAS DE TRABALHO		
ANEXO AO PROJETO DE LEI No. DE DE DE 1989		
CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
01000	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	
01001	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	
01001.01020022.001	FISCALIZACAO E CONTROLE DA ARRECADACAO E APLICACAO DOS RECURSOS PUBLICOS	4.027.265
01001.01024952.002	ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	972.459
11000	GABINETE DO GOVERNADOR	
11001	GABINETE DO GOVERNADOR	
11001.03078202.003	ASSESSORAMENTO SUPERIOR	2.338.613
11001.03078202.099	ASSESSORAMENTO MILITAR	198.000
11001.03078202.148	COORDENACAO DO PROGRAMA PARA ASSUNTOS ECONOMICOS E REFORMA ADMINISTRATIVA	346.500
11001.03100572.156	COORDENACAO DOS ASSUNTOS DE CIENCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE	13.484
11001.03100572.158	APOIO AOS PROGRAMAS DE ENGENHARIA AMBIENTAL, CIENCIA E TECNOLOGIA	250.000
11002	DEPARTAMENTO DE EDUCACAO FISICA, ESPORTE E RECREACAO	
11003.05440212.006	PLANEJAMENTO, PROMOCAO E COORDENACAO DA POLITICA DE EDUCACAO FISICA, DESPORTOS E RECREACAO	468.253
11004	INSTITUTO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA	
11004.03100562.135	DISSEMINACAO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROCESSOS ALTERNATIVOS	374.793
12000	PROCURADORIA GERAL	
12001	PROCURADORIA GERAL	
12001.03078142.009	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO	2.483.451
13000	SECRETARIA DO GOVERNO	
13001	SECRETARIA DO GOVERNO	
13001.03078211.005	ENCARGOS DE REGIONALIZACAO	60.000
13001.03078212.010	COORDENACAO DAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E MODERNIZACAO DA ACAO GOVERNAMENTAL	1.396.142
13001.03078212.112	MANUTENCAO DAS FUNCOES DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR	200.000
13001.03078401.013	ATUALIZACAO DO SISTEMA CARTOGRAFICO DO DISTRITO FEDERAL	1.297.000
13001.03078401.114	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL	935.000
13001.03078402.126	MANUTENCAO DO PROCESSAMENTO DE DADOS DO SISTEMA DE ORCAMENTO	760.000

NCz$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR
APLICACAO SEGUNDO OS PROGRAMAS DE TRABALHO
ANEXO AO PROJETO DE LEI No. DE DE DE 1989

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
13002	SECRETARIA DO GOVERNO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
13002.03090452.827	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ACAO GOVERNAMENTAL	2.550.000
13003	ADMINISTRACAO DA CIDADE SATELITE DO NUCLEO BANDEIRANTE	
13003.03070212.012	ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL NO NUCLEO BANDEIRANTE	253.780
13003.03070212.064	PATRULHA MOTOMECANIZADA DA CIDADE SATELITE DO NUCLEO BANDEIRANTE	30.000
13003.03070252.065	CONSERVACAO DE EDIFICIOS E LOGRADOUROS PUBLICOS DA CIDADE SATELITE DO NUCLEO BANDEIRANTE	25.000
13003.10585752.066	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DA CIDADE SATELITE DO NUCLEO BANDEIRANTE	55.000
13003.10603272.013	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DA CIDADE SATELITE DO NUCLEO BANDEIRANTE	50.000
13004	REGIAO ADMINISTRATIVA II - GAMA	
13004.03070212.014	ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL NO GAMA	514.051
13004.03070212.067	PATRULHA MOTOMECANIZADA DO GAMA	8.000
13004.03070212.120	CONSERVACAO E MANUTENCAO DO PARQUE RECREATIVO DO GAMA	20.000
13004.03070252.068	CONSERVACAO DE EDIFICIOS E LOGRADOUROS PUBLICOS DO GAMA	15.000
13004.10585752.067	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DO GAMA	60.000
13004.10603272.015	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DO GAMA	40.000
13005	REGIAO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA	
13005.03070212.016	ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL EM TAGUATINGA	727.066
13005.03070212.070	PATRULHA MOTOMECANIZADA DE TAGUATINGA	15.000
13005.03070252.071	CONSERVACAO DE EDIFICIOS E LOGRADOUROS PUBLICOS DE TAGUATINGA	33.000
13005.10585752.072	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DE TAGUATINGA	132.000
13006	REGIAO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLANDIA	
13006.03070212.019	ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL EM BRAZLANDIA	288.522
13006.03070212.073	PATRULHA MOTOMECANIZADA DE BRAZLANDIA	13.000
13006.03070252.074	CONSERVACAO DE EDIFICIOS E LOGRADOUROS PUBLICOS DE BRAZLANDIA	8.000
13006.10585752.075	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DE BRAZLANDIA	32.500
13006.10603272.020	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DE BRAZLANDIA	31.500
13007	REGIAO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO	
13007.03070212.021	ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL EM SOBRADINHO	298.887
13007.03070212.076	PATRULHA MOTOMECANIZADA DE SOBRADINHO	15.000
13007.03070252.077	CONSERVACAO DE EDIFICIOS E LOGRADOUROS PUBLICOS DE SOBRADINHO	12.000

NCz$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR
APLICACAO SEGUNDO OS PROGRAMAS DE TRABALHO
ANEXO AO PROJETO DE LEI No. DE DE DE 1989

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
14001.03070212.029	ENCARGOS COM MANUTENCAO DE TRANSPORTES INTERNOS	2.990.000
14001.03070212.032	ENCARGOS COM ADMINISTRACAO DE MATERIAL	165.400
14001.03070212.033	ENCARGOS COM A MANUTENCAO DE PROPRIOS DO GOVERNO DO DF	4.207.900
14001.03070242.171	PROCESSAMENTO DE DADOS	587.000
14001.03070252.087	CONSERVACAO DE PREDIOS E PROPRIOS DO PODER PUBLICO	600.000
14001.15824952.030	ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	12.717.993
14002	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
14002.03070212.034	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	603.890
15000	SECRETARIA DE FINANCAS	
15001	SECRETARIA DE FINANCAS	
15001.03080212.035	ADMINISTRACAO E CONTROLE FAZENDARIO	4.889.615
15001.03080212.151	DESPESAS COM EXERCICIOS ANTERIORES	665.800
15001.03080302.057	PROMOCAO DE CAMPANHAS DE INCENTIVO A ARRECADACAO	200.000
15001.03080302.086	CADASTRO E CONTROLE DA ARRECADACAO	2.600.000
15001.03080332.127	JUROS E AMORTIZACAO DA DIVIDA PUBLICA CONTRATADA	12.763.300
15001.07090311.068	FINANCIAMENTO A PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO	22.301.400
15001.16573161.069	FINANCIAMENTO A PROGRAMA DE HABITACAO POPULAR	268.500
15001.15844942.031	PROGRAMA DE FORMACAO DE PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	3.863.196
16000	SECRETARIA DE EDUCACAO	
16002	SECRETARIA DE EDUCACAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
16002.08421881.874	CONSTRUCAO, REPARO E ADAPTACAO DE PREDIOS ESCOLARES DE PRIMEIRO GRAU	2.200.000
16002.08070212.838	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA FUNDACAO EDUCACIONAL	661.481
16002.08421882.837	COORDENACAO E MANUTENCAODO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU	6.642.425
16002.08472361.881	PROGRAMA DO LIVRO DIDATICO	2.050
16002.08754271.882	DISTRIBUICAO DA MERENDA ESCOLARR	40.000
17000	SECRETARIA DE SAUDE	
17001	SECRETARIA DE SAUDE	
17001.13750212.043	COORDENACAO DAS ACOES DE SAUDE	6.360.000
17002	SECRETARIA DE SAUDE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
17002.13754281.950	REFORMA E REAPARELHAMENTO DO HOSPITAL DE BASE DE BRASILIA	95.596.456
17002.13754282.844	ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR REGIONAL DE BRASILIA	577.266

NCz$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR
APLICACAO SEGUNDO OS PROGRAMAS DE TRABALHO
ANEXO AO PROJETO DE LEI No. DE DE DE 1989

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
13007.10585752.078	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DE SOBRADINHO	48.000
13007.10603272.022	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DE SOBRADINHO	30.000
13008	REGIAO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA	
13008.03070212.023	ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL EM PLANALTINA	346.633
13008.03070212.079	PATRULHA MOTOMECANIZADA DE PLANALTINA	45.000
13008.03070252.080	CONSERVACAO DE EDIFICIOS E LOGRADOUROS PUBLICOS DE PLANALTINA	25.000
13008.10585752.081	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DE PLANALTINA	25.000
13008.10603272.024	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DE PLANALTINA	30.000
13009	ADMINISTRACAO DO SETOR RESIDENCIAL INDUSTRIA E ABASTECIMENTO	
13009.03070212.025	ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL NO SETOR RESIDENCIAL INDUSTRIA E ABASTECIMENTO	285.891
13009.03070212.082	PATRULHA MOTOMECANIZADA DO SETOR RESIDENCIAL INDUSTRIA E ABASTECIMENTO	25.000
13009.03070252.083	CONSERVACAO DE EDIFICIOS E LOGRADOUROS PUBLICOS DO SETOR RESIDENCIAL INDUSTRIA E ABASTECIMENTO	15.000
13009.10585752.084	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DO SETOR RESIDENCIAL INDUSTRIA E ABASTECIMENTO	35.000
13009.10603272.026	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DO SETOR RESIDENCIAL INDUSTRIA E ABASTECIMENTO	75.000
13010	ADMINISTRACAO DE CEILANDIA	
13010.03070212.017	ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL EM CEILANDIA	330.229
13010.03070212.164	PATRULHA MOTOMECANIZADA DE CEILANDIA	27.000
13010.03070252.097	CONSERVACAO DE EDIFICIOS E LOGRADOUROS PUBLICOS DE CEILANDIA	25.000
13010.10585752.116	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DE CEILANDIA	90.000
13010.10603272.091	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DE CEILANDIA	78.000
13011	ADMINISTRACAO DO CRUZEIRO	
13011.03070212.161	ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL NO CRUZEIRO	282.503
13011.03070212.164	PATRULHA MOTOMECANIZADA DO CRUZEIRO	3.000
13011.03070252.165	CONSERVACAO DE EDIFICIOS E LOGRADOUROS PUBLICOS DO CRUZEIRO	11.200
13011.10585752.163	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DO CRUZEIRO	33.300
13011.10603272.162	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DO CRUZEIRO	13.900
14000	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
14001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
14001.03070212.028	DIRECAO E COORDENACAO DOS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS	2.425.300

NCz$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR
APLICACAO SEGUNDO OS PROGRAMAS DE TRABALHO
ANEXO AO PROJETO DE LEI No. DE DE DE 1989

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
26000	SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL	
26001	SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL	
26001.03070232.113	DIVULGACAO E PUBLICIDADE	1.602.000
26001.03070232.136	PLANEJAMENTO E COORDENACAO DAS ATIVIDADES DE COMUNICACAO SOCIAL	548.209
	T O T A L	400.000.911

NCz$ 1,00

CREDITO ESPECIAL — ANEXO II — SUPLEMENTACAO
PROGRAMA DE TRABALHO DE 1989

ANEXO AO PROJETO DE LEI No. DE DE DE 1989

CODIGO	ESPECIFICACAO	TOTAL
18000	SECRETARIA DE SERVICOS SOCIAIS	
18002	SECRETARIA DE SERVICOS SOCIAIS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
18002.15814862.976	ASSENTAMENTO DA POPULACAO DE BAIXA RENDA	2.000.000
20000	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	
20001	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	
20001.03070212.134	SUBSIDIO AO TRANSPORTE COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL	2.000.000
	T O T A L	4.000.000

NCz$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR
APLICACAO SEGUNDO OS PROGRAMAS DE TRABALHO
ANEXO AO PROJETO DE LEI No. DE DE DE 1989

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
22004	CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	
22004.06301782.861	SERVICOS DO CORPO DE BOMBEIROS	161.503
23000	SECRETARIA DA CULTURA	
23001	SECRETARIA DA CULTURA	
23001.08480212.137	ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO, EXECUCAO E CONTROLE DO SISTEMA CULTURAL	578.179
23001.08482461.011	CONSTRUCAO, AMPLIACAO, ADAPTACAO, REFORMA E EQUIPAMENTO DE UNIDADES MUSEOLOGICAS DO DISTRITO FEDERAL	1.500
23001.08482462.139	ATIVIDADE DE MANUTENCAO E PRESERVACAO DO PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO DO DISTRITO FEDERAL	50.600
23002	SECRETARIA DA CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
23002.08070212.841	EXECUCAO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRACAO DO SISTEMA CULTURAL	2.994.630
23003	ARQUIVO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL	
23003.08482462.128	ATIVIDADE DE RECOLHIMENTO, PRESERVACAO E DIVULGACAO DA DOCUMENTACAO HISTORICA DO GDF	335.711
24000	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	
24001	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	
24001.11070212.132	COORDENACAO E APOIO A IND TRIA, COMERCIO E TURISMO	531.265
24002	DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL	
24002.11650212.004	PLANEJAMENTO E COORDENACAO DAS ATIVIDADES DE SUPORTE AO TURISMO	857.529
24002.11653632.005	PROMOCOES E DIVULGACOES TURISTICAS DO DF	450.000
25000	SECRETARIA DO TRABALHO	
25001	SECRETARIA DO TRABALHO	
25001.14070212.133	PLANEJAMENTO, COORDENACAO E EXECUCAO DA POLITICA DO TRABALHO	641.985

NCz$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR
APLICACAO SEGUNDO OS PROGRAMAS DE TRABALHO
ANEXO AO PROJETO DE LEI No. DE DE DE 1989

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
20003	ADMINISTRACAO DA ESTACAO RODOVIARIA DE BRASILIA	
20003.16885322.053	ATENDIMENTO AOS USUARIOS DE TRANSPORTES URBANOS E INTERESTADUAIS DO PLANO PILOTO	212.144
20004	SERVICO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA	
20004.10680212.054	EXECUCAO DAS ATIVIDADES DE COLETA DE LIXO E LIMPEZA DE VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS	4.840.676
21000	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUCAO	
21001	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUCAO	
21001.04070212.055	PLANEJAMENTO, COORDENACAO E APOIO DE EXECUCAO DA POLITICA AGROPECUARIA	445.364
21002	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUCAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
21002.04070212.056	EXECUCAO DE PROGRAMAS DE FOMENTO AGROPECUARIO E PRESERVACAO DOS RECURSOS NATURAIS	2.953.507
21002.04140801.924	PRODUCAO DE SEMENTES E MUDAS MELHORADAS	9.000
21002.04150801.999	PROMOCAO E DIVULGACAO AGROPECUARIA	15.000
21002.04108212.894	DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER	292.239
21002.04161121.806	PROGRAMA DE PROMOCAO ECONOMICO-SOCIAL PARA O PRODUTOR DE BAIXA RENDA	9.200
21002.04885342.900	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE ESTRADAS VICINAIS	70.000
22000	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA	
22001	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA	
22001.06301742.058	POLICIAMENTO DE NATUREZA CIVIL	11.663.864
22002	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
22002.16915732.863	COORDENACAO DAS ATIVIDADES DE PESSOAL, ORCAMENTO, CONTABILIDADE E SERVICOS GERAIS DO DETRAN-DF	954.208
22003	POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	
22003.06301772.060	POLICIAMENTO OSTENSIVO E FARDADO	1.614.514

NCz$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR
APLICACAO SEGUNDO OS PROGRAMAS DE TRABALHO
ANEXO AO PROJETO DE LEI No. DE DE DE 1989

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
17003	INSTITUTO DE SAUDE DE DISTRITO FEDERAL	
17003.13750212.095	EXECUCAO DAS ATIVIDADES DE BIOLOGIA MEDICA E COMBATE AS ENDEMIAS	2.322.198
18000	SECRETARIA DE SERVICOS SOCIAIS	
18001	SECRETARIA DE SERVICOS SOCIAIS	
18001.15810212.045	PLANEJAMENTO E COORDENACAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	250.636
18002	SECRETARIA DE SERVICOS SOCIAIS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
18002.15810212.047	EXECUCAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	12.449.722
18002.15814832.910	MANUTENCAO DE MENORES DECRETADA PELO PODER JUDICIARIO	357.980
18002.15814832.915	INICIACAO PROFISSIONAL DE MENORES	2.150.000
18002.15814832.918	PROMOCAO DO ATENDIMENTO A MENORES CARENTES	8.634.000
18002.15814832.944	PROMOCAO DO ATENDIMENTO AO MENOR INFRATOR	10.174.000
18002.15814872.919	PROMOCAO DA ACAO COMUNITARIA	10.170.000
19000	SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS	
19001	SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS	
19001.10070212.948	DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES VIARIAS, IMOBILIARIAS, DE ARQUITETURA E URBANISMO E DE EDIFICACOES	1.145.302
19001.10070251.107	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE PREDIOS E PROPRIOS DO PODER PUBLICO	10.000
19001.16915751.101	IMPLANTACAO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZACAO NO DF	2.721.800
19002	SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
19002.10070212.850	EXECUCAO DE OBRAS E SERVICOS DE URBANIZACAO	283.000
19002.16880212.849	COORDENACAO DAS ATIVIDADES DE CONSTRUCAO E MANUTENCAO DAS RODOVIAS DO SISTEMA RODOVIARIO DO DF	1.864.066
19002.16885311.907	RECUPERACAO, CONSERVACAO E MELHORAMENTO DAS RODOVIAS DO SISTEMA RODOVIARIO DO DF	134.423
20000	SECRETARIA DE SEVICOS PUBLICOS	
20001	SECRETARIA DE SEVICOS PUBLICOS	
20001.03070212.051	COORDENACAO DAS ATIVIDADES DE TRANSPORTES COLETIVOS, CONTROLE E ADMINISTRACAO DE SERVICOS PUBLICOS	1.462.972
20001.03070212.150	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CAIXA UNICO E INFORMACOES DE TRANSPORTES URBANOS	700.000
20001.03080351.109	SUBSCRICAO DE CAPITAL	103.394.900
20001.13764481.198	AMPLIACAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA E TRATAMENTO SANITARIO DO DISTRITO FEDERAL	4.300.000

NCz$ 1,00

ANULACAO PARCIAL

ANEXO III
PROGRAMA DE TRABALHO DE 1989

ANEXO AO PROJETO DE LEI No. DE DE DE 1989

CODIGO	ESPECIFICACAO	TOTAL
25000	SECRETARIA DO TRABALHO	
25001	SECRETARIA DO TRABALHO	
25001.14804782.146	ASSISTENCIA FINANCEIRA AO CLUBE DO TRABALHADOR	11.730
39000	RESERVA DE CONTINGENCIA	
39000.99999999.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.007.912
	TOTAL	1.019.642

(*) ATO DO PRESIDENTE
Nº 107, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Requerimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973,

Resolve exonerar TADEU IZIDRO PATROCÍNIO DE MORAES, Engenheiro, Classe Especial, Referência NS-25, do Quadro de Pessoal CLT do Senado Federal, do cargo em comissão de Diretor da Subsecretaria de Engenharia, código SF-DAS-101.4, do Quadro Permanente do Senado Federal.

Senado Federal, 14 de abril de 1989. — Senador *Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal.*

ATO DO PRESIDENTE
Nº 118, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004.876/89-0,

Resolve aposentar, voluntariamente, AYRTON JOSÉ ABRITTA, Arquiteto, Classe Especial, Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, ocupante do cargo em comissão de Assessor Legislativo, código SF-DAS-102.3, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 433, 414, § 4º, e 416, inciso II, da Resolução SF nº 58, de 1972; artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985, artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, artigo 5º da Resolução SF nº 155, de 1988, e artigo 2º, § 2º, da Lei nº 6.323, de 14 de abril de 1976, alterada pelo Decreto-Lei nº 2.270, de 1985, aplicada no Senado Federal pela Resolução SF nº 21, de 1980, e modificada pelas Resoluções SF nº 7 e 15, de 1987, e 198, de 1988, com proventos proporcionais, correspondentes ao vencimento do cargo efetivo, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 25 de abril de 1989. — Senador *Nelson Carneiro*, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE
Nº 119, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004.387/89-9,

Resolve aposentar, por invalidez, BRÁS ELIAS DE ARAÚJO, Agente de Transporte Legislativo, Classe Especial, Referência NM-35, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 4º, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 428, inciso III, § 2º, 429, inciso III, e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972; artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985, artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, artigo 5º da Resolução nº 155, de 1988, e artigo 1º da Lei nº 1.050, de 1950, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 25 de abril de 1989. — Senador *Nelson Carneiro*, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE
Nº 120, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação

(*) Republicado por haver saído com incorreção no *DCN*, Seção II, de 15-4-89.

de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta dos Processos nºs 000.726/89-3 e 004.037/89-8,

Resolve rescindir, a pedido, o contrato de trabalho do servidor VENÍCIO ARTUR DE LIMA, Técnico em Legislação e Orçamento, Classe Especial, Referência NS-25, do Quadro de Pessoal CLT, a partir de 1º de abril de 1989.

Senado Federal, 25 de abril de 1989. — Senador *Nelson Carneiro*, Presidente.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 030/89

Contratada: Dimas de Melo Pimenta S/A (Dimep).

Contratante: Senado Federal.

Objeto: Prestação de serviços de conservação, assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva em 70 (setenta) relógios, marca exclusiva Dimep, e 01 (uma) Central Horária Dupla Quartzo, de propriedade do Senado Federal, durante o exercício de 1989.

Licitação: Convite nº 346/88

Crédito pelo qual correrá a despesa: À conta do Programa de Trabalho 0101021.2205/781, Natureza da Despesa 3132-0106/3.

Empenho: Foi emitida a Nota de Empenho nº *00060/4*, de 23.1.89.

Valor Contratual: Estimado em NCz$ 10.000,00 (dez mil cruzados novos).

Vigência: 1º.1.89 a 31.12.89.

Signatários: Pelo Senado Federal: Dr. José Passos Pôrto. Pela Contratada: Luiz Gonzaga Trajano. — *Amaury Gonçalves Martins*, Diretor da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO ESPECIAL

Regula a competência privativa do Senado disposta no art. 52, V, VII, VIII e IX da Constituição.

1ª Reunião (Instalação), realizada em 6 de abril de 1989

Aos seis dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dez horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Cib Sabóia de Carvalho, Jutahy Magalhães, Alexandre Costa, Louremberg Nunes Rocha e Mansueto de Lavor, reúne-se a Comissão Especial, criada pelo Requerimento nº 23, de 1989, que "regula a competência privativa do Senado disposta no art. 52, V, VII, VIII e IX da Constituição.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Paulo Bisol e João Castelo.

De acordo com o preceito regimental, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Cid Sabóia de Carvalho, que declara instalada a comissão.

Em seguida, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do presidente e do vice-presidente da comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Cid Sabóia de Carvalho convida o Senhor Senador Jutahy Magalhães para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Louremberg Nunes Rocha ..... 04 votos

Em branco ..... 01 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Alexandre Costa ..... 04 votos

Em branco ..... 01 voto

—São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Louremberg Nunes Rocha e Alexandre Costa.

Assumido a Presidência o Senhor Senador Louremberg Nunes Rocha agradece, em nome do Senhor Senador Alexandre Costa e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Mansueto de Lavor para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Ismard Accauhy Sarres dos Santos, Assistentes da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação. — Senador Louremberg Nunes Rocha, Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de abril de 1989

Às nove horas e trinta minutos do dia doze de abril de mil novecentos e oitenta e nove, na Sala da Comissão, sob a presidência do Sr. Senador Cid Sabóia de Carvalho, Presidente, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça com a presença dos Srs. Senadores Leite Chaves, Odacir Soares, Chagas Rodrigues, Wilson Martins, Ney Maranhão, Mauro Benevides, Marco Maciel, José Paulo Bisol, Nelson Wedekin, João Menezes e Márcio Lacerda. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Ronaldo Aragão, Jutahy Magalhães, Aluízio Bezerra, Alfredo Campos, Leopoldo Peres, Fernando Henrique Cardoso, Roberto Campos e Maurício Corrêa. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presidência convida para tomar assento à mesa o Sr. Hélio de Souza Regato de Andrade, para submeter-se à sabatina pública e concede a palavra ao Sr. Senador Ney Maranhão, para relatar o item 1 da pauta: Mensagem nº 055, de 1989 (Mensagem nº 093, de 7.3.89, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Dr. Hélio de Souza Regato de Andrade, escolhido para recondução ao cargo de Ministro Classista, representante dos empregados, devendo atuar durante o triênio de 1989 a 1992, no Egrégio Tribunal Superior do Trabalho. O Sr. Senador José Paulo Bisol em questão de ordem, solicita da presidência esclarecimento se haveria discussão no critério do processo de escolha dos sindicatos ou se o plenário passaria de imediato à fase da sabatina. A Presidência decide submeter a votos a questão de ordem, oportunidade em que tecem considerações sobre o assunto os Srs. Senadores Ney Maranhão, José Paulo Bisol, Chagas Rodrigues, Maurício Corrêa, Leite Chaves e João Menezes, tendo o plenário após deliberar, decidido pela sabatina de imediato e em conjunto de todos os indicados constantes da pauta. Diante da manifestação do plenário o Sr. Presidente convida os Srs. Norberto Silveira de Souza, Miguel Abrão Neto e Gercino Evaristo, para tomarem assento à mesa a fim de submeterem-se à sabatina pública, oportunidade em que passa a Presidência ao Senador Odacir Soares, para que profira o parecer do item nº 2 da pauta. Item 2 — Mensagem nº 056, de 1989 (Mensagem nº 094, de 7.3.89, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Dr. Norberto Silveira de Souza, escolhido para recondução ao cargo de Ministro Classista, representante dos empregados, devendo atuar durante o triênio de 1989 a 1992, no Egrégio Tribunal Superior do Trabalho. Terminada a leitura do parecer, o Sr. Senador Cid Sabóia de Carvalho assume novamente a direção dos trablahos passando a palavra ao Senador José Paulo Bisol para relatar o item 3 da pauta. Item 3 — Mensagem nº 057 (Mensagem nº 095, de 7.3.89, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Dr. Miguel Abrão Neto, indicado como Suplente de Ministro Classista, representante dos empregados, devendo atuar durante o triênio de 1989 a 1992, no Egrégio Tribunal Superior do Trabalho. — Relator: Senador José Paulo Bisol. — Item 4 — Mensagem nº 058, de 1989 (Mensagem nº 096, de 7-3-89, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Dr. Gerlente de Ministro Classista, representante dos empregados, devendo atuar durante o triênio de 1989 a 1992, no Egrégio Tribunal Superior do Trabalho. Relator: Senador Leite Chaves. Concluída a leitura do parecer do último item da pauta, a presidência deixa livre a palavra para que a fase de interpalação, não havendo, entretanto, nenhum Sr. Senador desejando fazer uso da mesma. Prosseguindo, o Sr. Presidente torna a reunião secreta para que seja iniciado o processo de votação. Reabertos os trabalhos, por decisão do Plenário a presidência proclama o resultado, obtendo o Sr. Hélio de Souza Regato de Andrade 08 (oito) votos favoráveis; o Sr. Norberto Silveira de Souza 08 (oito) votos favoráveis; o Sr. Miguel Abrão Neto 08 (oito) votos favoráveis; e o Sr. Gercino Evaristo 08 (oito) votos favoráveis. O Sr. Senador José Paulo Bisol solicita a palavra para constar em ata, os motivos de natureza constitucional que levaram S. Exª a votar com ressalva. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião agradecendo a presença dos Senhores Senadores, lavrando eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Assistente da Comissão, a presente ata que será assinada pelo Sr. Presidente.

República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — Nº 046 QUINTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 1989 BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 46ª SESSÃO, EM 26 DE ABRIL DE 1989

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Projeto recebido da Câmara dos Deputados

— Projeto de Lei da Câmara nº 7/89 (nº 1.201/88, na Cada de origem), que dispõe sobre a eleição para Presidente e Vice-Presidente da República.

1.2.2 — Pareceres

— Nº 13/89, da Comissão do Distrito Federal, sobre o Projeto de Lei do Distrito Federal nº 9/89, que institui a Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Trânsito no Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

— Nº 14/89, da Comissão do Distrito Federal, sobre o Projeto de Lei do Distrito Federal nº 11/89 — Mensagem nº 24, de 1989 (nº 14/89-GAG, na origem), que estende, aos integrantes da Categoria Funcional de Agente de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, disposições do Decreto-Lei nº 2.387, de 1987.

1.2.3 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 91/89-Complementar, de autoria do Senador João Menezes e outros senadores, que estabelece, nos termos do § 9º do art. 14, da Constituição, de outubro de 1988, prazo para desincompatibilização de Ministros de Estado.

1.2.4 — Comunicação

— Do Senador Nelson Carneiro, que se ausentará dos trabalhos da Casa, nos dias 27 e 28 do corrente mês.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

— Solicitando às Lideranças da Casa, o envio à Secretaria Geral da Mesa, dos nomes dos integrantes das Bancadas que irão compor os órgãos técnicos.

1.2.6 — Discursos do expediente

— *SENADOR LEITE CHAVES* — Greve dos bancários.

— *SENADOR JAMIL HADDAD* — Greve no País. Realinhamento de preços. Aumento de doenças infecto-contagiosas no País.

1.2.7 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 92/89-Complementar, de autoria do Senador João Menezes, que regula o direito de greve e dá outras providências.

— Projeto de Lei do Senado nº 93/89, de autoria do Senador Jamil Haddad, que veda destinação de recursos e auxílios públicos que especifica.

1.2.8 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessões solenes do Congresso Nacional a realizarem-se no dia 27 do corrente, às 10 horas, destinada a comemorar o Dia Universal da Classe Trabalhadora; e no dia 10 de maio próximo, às 15 horas, destinada a comemorar o Bicentenário da Inconfidência Mineira.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989 (nº 1.516/89, na origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário, *Aprovado*, após usarem da palavra os Senadores Edison Lobão, Dirceu Carneiro, Cid Sabóia de Carvalho, João Menezes, Jutahy Magalhães, Itamar Franco, Ronan Tito e Mário Maia. À sanção.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e Membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal. *Votação adiada*, em atendimento a solicitação do Senador Jutahy Magalhães.

Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1989 (nº 1.771/79, na Casa de origem), que dispõe sobre o Plano Nacional de Informática e Automação — Planin, e confirma incentivos fiscais, *Aprovado* após usarem da palavra os Senadores Roberto Campos, Cid Sabóia de Carvalho e Ronan Tito. A sanção.

Requerimento nº 206, de 1989, de autoria dos Líderes Jamil Haddad, Mário Maia, Marcondes Gadelha, Ney Maranhão e Chagas Rodrigues e do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos do art. 371, alínea *c* do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1987, do Senador Jamil Haddad, que define o crime de tortura e dá outras providências. *Aprovado.*

Projeto de Resolução nº 184, de 1988, de autoria da Comissão Diretora, que dispõe sobre o funcionamento do Pecúlio do Senado Federal e dá outras providências *Retirado da pauta* pela Presidência.

1.3.1 — Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR MÁRIO MAIA — Baixos salários dos professores

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral ..... NCz$ 9,32
Exemplar Avulso ..... NCz$ 0,06
Tiragem: 2.200-exemplares.

SENADOR RONAN TITO — Solicita à Mesa convocação de sessão extraordinária do Senado para apreciação de matérias urgentes.

SR. PRESIDENTE — Impossibilidade do atendimento da solicitação do Senador Ronan Tito.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Desrespeito aos direitos individuais dos cidadãos. Situação do País.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Enchentes nos municípios de São Cristovão e Laranjeiras — SE.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Crise da agricultura cearense.

SENADOR NELSON WEDEKIN — Crise financeira da Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Senador Aureo Mello, proferido na sessão de 24-4-89.

— Do Senador João Menezes, proferidos nas sessões de 20-4-89.

3 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Nº 110/89 (republicação) e nºs 121 a 124, de 1989.

4 — ATAS DE COMISSÃO

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 46ª Sessão, em 26 de abril de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nelson Carneiro, Pompeu de Sousa e Nabor Júnior

Às 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Nabor Júnior — Aureo Mello — Ronaldo Aragão — João Menezes — Almir Gabriel — Carlos Patrocínio — Antonio Luiz Maya — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — João Lyra — Divaldo Suruagy — Teotonio Vilela Filho — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Louremberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A lista de presença acusa o comparecimento de 58 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE
Ofício

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado Federal autógrafo do seguinte projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 1989 (Nº 1.201/88, na Casa de origem)

Dispõe sobre a eleição para Presidente e Vice-Presidente da República.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A eleição para Presidente e Vice-Presidente da República para o mandato a iniciar-se no dia 15 de março de 1990, nos termos do § 1º do art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 5 de

outubro de 1988, será realizada, simultaneamente, no dia 15 de novembro de 1989.

Parágrafo único. Na mesma data serão realizadas eleições para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores nos municípios criados até 15 de junho de 1989, aplicando-se no que couber, na forma das instruções a serem baixadas pela Justiça Eleitoral, as disposições da Lei nº 7.664, de 29 de junho de 1988.

Art. 2º Será considerado eleito Presidente o candidato que obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

§ 1º Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 2º Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato a Presidente, convocar-se-á, dentre os remanescentes o de maior votação.

§ 3º Se remanescer em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.

§ 4º A data da eleição na hipótese do § 1º deste artigo será fixada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 3º A eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado.

Art. 4º Poderão registrar candidatos e participar das eleições previstas nesta lei:

I — os partidos políticos com registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral;

II — os partidos políticos com registro provisório e representação eleita ao Congresso Nacional ou obtida até seis meses após a promulgação da Constituição Federal.

Art. 5º Dois ou mais partidos políticos, nas condições do artigo anterior, poderão coligar-se para registro de candidatos comuns.

§ 1º A Coligação terá denominação própria, que poderá ser a junção de todas as siglas que a integram, sendo a ela assegurados os direitos conferidos aos partidos políticos, no que se refere ao processo eleitoral.

§ 2º os partidos políticos ou coligações deverão, necessariamente, identificar sua legenda em todo o material de propaganda utilizado na campanha.

§ 3º cada partido deverá usar sua própria legenda, sob a denominação da Coligação.

Art. 6º As coligações dependerão de proposta do órgão executivo de direção nacional ou de 25% (vinte e cinco por cento) de convencionais, e de aprovação pela maioria absoluta dos membros da Convenção Nacional, em voto direto e secreto.

Art. 7º Na formação de coligações serão observadas as seguintes normas:

I — a Coligação poderá inscrever candidatos filiados a quaisquer partidos políticos dela integrantes;

II — o pedido de registro dos candidatos será subscrito pelos Presidentes ou representantes legais dos partidos políticos coligados ou pela maioria dos membros do órgão executivo de direção nacional;

III — a Coligação será representada perante a Justiça Eleitoral por delegados indicados pelos partidos que a compõem.

Art. 8º Para as eleições previstas nesta lei, o candidato deverá estar filiado ao partido político até o dia 15 de maio de 1989.

Parágrafo único. Nenhum candidato poderá concorrer em mais de uma convenção, em partidos diferentes e não coligados, destinada à escolha de candidatos para a mesma eleição.

Art. 9º As Convenções Nacionais Partidárias destinadas a deliberar sobre coligações e escolha de candidatos serão realizadas até 15 de julho de 1989, e o requerimento de registro dos candidatos escolhidos deverá ser apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral até às 18 (dezoito) horas do dia 17 de agosto de 1989.

Parágrafo único. A Convenção Nacional será constituída na forma estabelecida nos estatutos do partido político.

Art. 10. A inscrição de candidatos às eleições de que trata esta lei, para decisão da Convenção, poderá ser feita por órgão executivo de direção nacional, regional ou por grupo de 30 (trinta) convencionais.

§ 1º Nenhum convencional poderá subscrever mais de uma chapa, ficando anuladas as assinaturas em dobro.

§ 2º A inscrição de candidato só será válida mediante seu expresso consentimento.

Art. 11. Os presidentes dos órgãos executivos de direção nacional solicitarão à Justiça Eleitoral o registro dos candidatos indicados na Convenção.

§ 1º No caso de coligação, o pedido de registro dar-se-á na conformidade do disposto no inciso II do art. 7º desta lei.

§ 2º Na hipótese de os partidos ou coligações não requererem o registro de seus candidatos, estes poderão fazê-lo perante a Justiça Eleitoral nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes ao encerramento do prazo previsto no artigo 9º.

§ 3º Em casos de morte, renúncia ou indeferimento de registro de candidato, o partido ou coligação, deverá providenciar a sua substituição no prazo de até 10 (dez) dias, por decisão da maioria absoluta do órgão executivo de direção nacional do partido a que pertenceu o substituído.

§ 4º Se o partido ou coligação, no prazo do parágrafo anterior, não fizer a substituição de candidato a Vice-Presidente, o candidato a Presidente poderá fazê-lo em 48 (quarenta e oito) horas, indicando membro filiado, no prazo legal, ao mesmo partido político do substituído.

Art. 12. A Justiça Eleitoral regulará a identificação dos partidos e seus candidatos.

§ 1º Aos partidos fica assegurado o direito de manter os números atribuídos à sua legenda na eleição anterior.

§ 2º No caso de Coligação, esta optará, para representar seus candidatos, entre os números designativos dos partidos que a integram.

Art. 13. As cédulas oficiais para as eleições regulamentadas por esta lei serão confeccionadas segundo modelo aprovado pela Justiça Eleitoral, que as imprimirá, com exclusividade, para distribuição às Mesas receptoras. A impressão será feita em papel branco e opaco, com tipos uniformes de letras, devendo as cédulas ter os nomes e números dos candidatos, bem como, no caso de cédula especial destinada ao eleitor analfabeto, a fotografia dos candidatos de modo a permitir identificar e assinalar aquele de sua preferência.

Parágrafo único. Os candidatos, identificados por nomes, números ou fotografias, deverão figurar na ordem determinada por sorteio.

Art. 14. O candidato poderá ser registrado sem o prenome ou com o nome abreviado, apelido ou nome pelo qual é mais conhecido, desde que não se estabeleça dúvida quanto a sua identidade, não atente contra o pudor, não seja ridículo ou irreverente.

Art. 15. São vedados e considerados nulos de pleno direito, não gerando obrigações de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada e nenhum direito para o beneficiário, os atos que, no período compreendido entre o trigésimo dia da publicação desta lei e o término do mandato do Presidente da República, importarem em nomear, admitir ou contratar ou exonerar *ex officio*, demitir, dispensar, transferir ou suprimir vantagens de qualquer espécie de servidor público, estatutário ou não, da administração pública direta ou indireta e fundações instituídas e mantidas pelo poder público da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo.

I — nomeação de aprovados em concurso público ou de ascenção funcional;

II — nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de função de confiança;

III — nomeação para cargos da Magistratura, do Ministério Público, de Procuradores do Estado e dos Tribunais de Contas.

§ 2º Os atos editados com base no § 1º deste artigo deverão ser fundamentados e publicados dentro de 48 (quarenta e oito) horas após a sua edição, no respectivo órgão oficial.

§ 3º O atraso da publicação no *Diário Oficial* relativo aos 15 (quinze) dias que antecedem os prazos iniciais a que se refere este artigo implica a nulidade automática dos atos relativos a pessoal nele inseridos.

Art. 16. A propaganda eleitoral no rádio e televisão, para as eleições de 15 de novembro de 1989, restringir-se-á, unicamente, a horário gratuito disciplinado pela Justiça Eleitoral, para o período de 15 de setembro a 12 de novembro, com geração de Brasília, em cadeia nacional, com expressa proibição de qualquer propaganda paga.

Art. 17. A distribuição dos horários diários entre os partidos políticos e coligações que

tenham candidatos registrados, observará os seguintes critérios:

a) 30 (trinta) segundos a cada partido político sem representação no Congresso Nacional;

b) aos partidos políticos e coligações, com representação no Congresso Nacional, será concedido tempo, de acordo com o seguinte:

1 — até 20 (vinte) congressistas; 5 (cinco) minutos;

2 — de 21 (vinte e um) a 60 (sessenta) congressistas; 10 (dez) minutos;

3 — de 61 (sessenta e um) a 120 (cento e vinte) congressistas; 13 (treze) minutos;

4 — de 121 (cento e vinte e um) a 200 (duzentos) congressistas; 16 (dezesseis) minutos;

5 — acima de 200 (duzentos) congressistas; 22 (vinte e dois) minutos.

§ 1º Aos partidos políticos a que se refere a alínea *a* do *caput* deste artigo facultar-se-á a soma desses tempos, mediante programação comum, homologada ou determinada pela Justiça Eleitoral, para utilização cumulativa até o limite de 2 (dois) minutos.

§ 2º Para os efeitos de concessão do tempo a que se refere a alínea *b* do *caput* deste artigo, será considerada a representação do partido político no Congresso Nacional existente no dia 5 de abril de 1989; serão, entretanto, consideradas as adesões ou coligações realizadas posteriormente a esta data, até o encerramento do prazo de registro das candidaturas, desde que impliquem transferência de faixa da mesma alínea.

§ 3º Compete aos partidos políticos ou coligações, por meio de comissão especialmente designada para esse fim pelo órgão executivo de direção nacional, distribuir os horários que lhes couberem, inclusive delegando essa competência aos órgãos executivos de direção regional para utilização de seu tempo em rede local.

§ 4º Desde que haja concordância entre todos os partidos interessados, em cada parte do horário gratuito poderá ser adotado critério de distribuição diferente do fixado pela Justiça Eleitoral, à qual caberá homologar.

Art. 18. A Justiça Eleitoral, encerrado o prazo de registro de candidaturas, requisitará às emissoras do País os horários que considerar necessários para a propaganda, sendo metade à noite, com início às 20h30min (vinte horas e trinta minutos) nas emissoras de televisão, e, com início às 20h (vinte horas) nas emissoras de rádio, hora de Brasília.

§ 1º A propaganda de uma será iniciada às 7h (sete horas), nas emissoras de rádio, e às 13h (treze horas), nas de televisão, hora de Brasília.

§ 2º As emissoras de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar, gratuitamente, comunicados ou instruções da Justiça Eleitoral, até o máximo de 15 (quinze) minutos diários, consecutivos ou não, nos 30 (trinta) dias anteriores ao pleito.

Art. 19. Independentemente do horário gratuito de propaganda eleitoral, fica facultada a transmissão, pelo rádio e pela televisão, de debates entre os candidatos registrados pelos Partidos Políticos e Coligações, assegurada a participação de todos os candidatos, em conjunto ou divididos em grupos e dias distintos; nesta última hipótese, os debates deverão fazer parte de programação previamente estabelecida, e a organização dos grupos far-se-á mediante sorteio, salvo acordo entre os Partidos interessados.

Art. 20. Da propaganda eleitoral gratuita poderão participar, além dos candidatos registrados, pessoas devidamente autorizadas pelos Partidos ou Coligações.

§ 1º Enquanto durar a propaganda eleitoral gratuita, fica assegurado o direito de resposta ao candidato atingido por atos ou afirmações difamatórias, injuriosas ou caluniosas, praticados nos horários destinados às programações normais das emissoras de rádio ou televisão.

§ 2º O ofendido ou seu representante legal poderá formular pedido para o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral, dentro de 24 horas da ciência do fato, devendo a decisão ser prolatada no prazo máximo de 48 horas da formulação do pedido.

§ 3º Deferido o pedido, o exercício do direito de resposta dar-se-á em até 72 horas após a decisão.

§ 4º O tempo destinado à resposta será fixado pela Justiça Eleitoral, na própria decisão deferitória, de modo a possibilitar a reparação do dano.

Art. 21. Ocorrendo a hipótese da eleição em segundo turno, a distribuição do tempo será igualitária entre os Partidos Políticos ou Coligações dos candidatos concorrentes.

§ 1º Na hipótese prevista neste artigo, o tempo reservado para a propaganda eleitoral gratuita será de 40 (quarenta) minutos diários, sendo a metade à noite; os programas serão iniciados nos horários estabelecidos no art. 18 desta lei.

§ 2º A propaganda eleitoral gratuita, no segundo turno, realizar-se-á do dia seguinte à proclamação oficial do resultado do primeiro turno até 48 (quarenta e oito) horas antes da data fixada para o segundo turno.

Art. 22. Será permitida, na imprensa escrita, a divulgação paga de propaganda, no espaço máximo a ser utilizado, por edição, para cada candidato, de 1/8 (um oitavo) de página de jornal padrão e de 1/4 (um quarto) de página de revista ou tablóide.

Art. 23. Fica livre, em bens particulares, a fixação de propaganda eleitoral com a permissão do detentor de sua posse; nos bens que dependam de concessão do Poder Público ou que a ele pertençam, bem como nos de uso comum, fica proibida a propaganda, inclusive por meio de faixas ou cartazes afixados em quadros ou painéis, salvo em locais indicados pelas Prefeituras, para uso gratuito, com igualdade de condições, ouvidos os Partidos Políticos.

Art. 24. Constitui crime eleitoral, punível com a pena de detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e cassação do registro, se o responsável for candidato, a divulgação de qualquer espécie de propaganda política na data da eleição, mediante publicações, faixas, cartazes, dísticos em vestuários, postos de distribuição ou entrega de material ou qualquer forma de aliciamento, coação ou manifestação tendente a influir coercitivamente, na vontade do eleitor, junto às seções eleitorais ou vias públicas de acesso às mesmas.

Art. 25. Os candidatos, após o registro, ficam impedidos de apresentar ou participar de quaisquer programas em emissoras de rádio e televisão, ressalvado o horário de propaganda eleitoral gratuita, os debates organizados de acordo com esta lei e os noticiários jornalísticos regulares.

Parágrafo único. O desrespeito às normas deste artigo, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei acarretará a suspensão por até 10 (dez) dias da emissora infringente, determinada pela Justiça Eleitoral, mediante denúncia de Partido Político ou do Ministério Público.

Art. 26. As entidades ou empresas que realizarem prévias, pesquisas ou testes pré-eleitorais ficam obrigadas a colocar à disposição de todos os Partidos Políticos, com candidatos registrados para o pleito, os resultado obtidos, bem como informações sobre métodos utilizados e fonte financiadora dos respectivos trabalhos.

§ 1º Fica vedada, nos 30 (trinta) dias anteriores à data da eleição em primeiro turno e nos 10 (dez) dias anteriores à do segundo turno, a divulgação de quaisquer pesquisas, prévias ou testes pré-eleitorais, relativamente à eleição presidencial de que trata esta lei.

§ 2º Ficam proibidos, no dia do pleito, até às 19 (dezenove) horas, quaisquer noticiários de televisão e radiodifusão referentes a candidatos e ao comportamento de eleitores.

§ 3º A infração ao parágrafo anterior será considerada crime eleitoral, com as penas cominadas do art. 352 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.

Art. 27. O Poder Executivo, a seu critério, editará normas sobre o modo e a forma de ressarcimento fiscal às emissoras de rádio e de televisão, pelos espaços dedicados ao horário de propaganda eleitoral gratuita.

Art. 28. Os prazos previstos na anínea c do parágrafo único do art. 118 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, alterado pela Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976, serão reduzidos para os 120 (cento e vinte) dias que antecedem as eleições e até 30 (trinta) depois do pleito, desde que o Partido Político requisitante do horário tenha representação no Congresso Nacional e ainda não tenha feito divulgação de seu programa no ano em curso.

Parágrafo único. No caso de coincidência de datas requisitadas, terá preferência na escolha o Partido de maior representação no Congresso Nacional.

Art. 29. O eleitor que se encontrar fora de seu domicílio eleitoral poderá exercer o direito de voto, na forma regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 30. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções para o fiel cumprimento desta lei, assegurando-se aos Partidos Políticos o direito de recurso contra qualquer de suas decisões.

Art. 31. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32. Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 4º O mandato do atual Presidente da República terminará em 15 de março de 1990.

§ 1º A primeira eleição para Presidente da República, após a promulgação da Constituição, será realizada no dia 15 de novembro de 1989, não se lhe aplicando o disposto no art. 16 da Constituição.

Art. 6º Nos seis meses posteriores à promulgação da Constituição, parlamentares federais, reunidos em número não inferior a trinta, poderão requerer ao Tribunal Superior Eleitoral o registro de novo partido político, juntando ao requerimento o manifesto, o estatuto e o programa devidamente assinados pelos requerentes.

§ 1º O registro provisório, que será concedido de plano pelo Tribunal Superior Eleitoral, nos termos deste artigo, defere ao novo partido todos os direitos, deveres e prerrogativas dos atuais, entre eles o de participar, sob legenda própria, das eleições que vierem a ser realizadas nos doze meses seguintes a sua formação.

§ 2º O novo partido perderá automaticamente seu registro provisório se, no prazo de vinte e quatro meses, contados de sua formação, não obtiver registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral, na forma que a lei dispuser.

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO IV

Dos Direitos Políticos

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante:

I — plebiscito;

II — referendo;

III — iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I — obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II — facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I — a nacionalidade brasileira;

II — o pleno exercício dos direitos políticos;

III — o alistamento eleitoral;

IV — o domicílio eleitoral na circunscrição;

V — a filiação partidária;

VI — a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governadores de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO II
Do Poder Executivo

SEÇÃO I

Do Presidente e do Vice-Presidente da República

Art. 77. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, noventa dias antes do término do mandato presidencial vigente.

§ 1º A eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado.

§ 2º Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

§ 3º Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

LEI Nº 4.737,
DE 15 DE JULHO DE 1965
(Texto consolidado)
Institui o Código Eleitoral

PARTE QUARTA

Das Eleições

TÍTULO V
Da Apuração

CAPÍTULO VII
Do Voto no Exterior

Art. 225. Nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, poderá votar o eleitor que se encontrar no exterior.

§ 1º Para esse fim, serão organizadas Seções Eleitorais, nas sedes das embaixadas e consulados gerais.

§ 2º Sendo necessário instalar duas ou mais Seções, poderá ser utilizado local em que funcione serviço do Governo brasileiro.

Art. 226. Para que se organize uma Seção Eleitoral no exterior, é necessário que na Circunscrição sob a jurisdição da missão diplomática ou do consulado geral haja um mínimo de 30 (trinta) eleitores inscritos.

Parágrafo único. Quando o número de eleitores não atingir o mínimo previsto no parágrafo anterior, os eleitores poderão votar na Mesa Receptora mais próxima desde que localizada no mesmo país, de acordo com a comunicação que lhes for feita.

Art. 227. As Mesas Receptoras serão organizadas pelo Tribunal Regional do Distrito Federal mediante proposta dos chefes de missão e cônsules-gerais, que ficarão investidos, no que for aplicável, das funções administrativas de Juiz Eleitoral.

Parágrafo único. Será aplicável às Mesas Receptoras o processo de composição e fiscalização partidária vigente para as que funcionam no território nacional.

Art. 228. Até 30 (trinta) dias antes da realização da eleição, todos os brasileiros eleitores, residentes no estrangeiro, comunicarão, à sede da missão diplomática ou ao consulado geral, em carta, telegrama ou qualquer outra via, a sua condição de eleitor e sua residência.

§ 1º Com a relação dessas comunicações e com os dados do registro consular serão organizadas as folhas de votação, e notificados os eleitores da hora e local da votação.

§ 2º No dia da eleição, só serão admitidos a votar os que constem da folha de votação e os passageiros e tripulantes de navios e aviões de guerra e mercantes que, no dia, estejam na sede das Seções Eleitorais.

Art. 229. Encerrada a votação, as urnas serão enviadas pelos cônsules-gerais às sedes das missões diplomáticas. Estas as remeterão, pela mala diplomática, ao Ministério das Relações Exteriores, que delas fará entrega ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, a quem competirá a apuração dos votos e julgamento das dúvidas e recursos que hajam sido interpostos.

Parágrafo único. Todo o serviço de transporte do material eleitoral será feito por via aérea.

Art. 230. Todos os eleitores que votarem no exterior terão os seus títulos apreendidos pela Mesa Receptora.

Parágrafo único. A todo eleitor que votar no exterior será concedido comprovante para a comunicação legal ao Juiz Eleitoral de sua Zona.

Art. 231. Todo aquele que, estando obrigado a votar, não o fizer, fica sujeito, além das penalidades previstas para o eleitor que não vota no território nacional, à proibição de requerer qualquer documento perante a repartição diplomática a que estiver subordinado, enquanto não se justificar.

Art. 232. Todo o processo eleitoral realizado no estrangeiro fica diretamente subordinado ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

Art. 233. O Tribunal Superior Eleitoral e o Ministério das Relações Exteriores baixarão as instruções necessárias e adotarão as medidas adequadas para o voto no exterior.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Pareceres

PARECE Nº 13, DE 1989

Da Comissão do Distrito Federal, sobre o Projeto de Lei do Distrito Federal nº 09, de 1989, que "Institui a Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Trânsito no Departamento de Trânsito do Distrito Federal".

Relator: Senador Meira Filho

Vem a exame desta Comissão Projeto de Lei do Distrito Federal instituindo a Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Trânsito no Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

A Proposição, de iniciativa do ilustre Governador do Distrito Federal, se faz acompanhar de Exposição de Motivos, esclarecendo que a matéria, em sua elaboração, tomou por paradigna o Decreto-Lei nº 2.257, de 1985, que instituiu a Gratificação pelo Desempenho de Atividades Rodoviárias, concedida aos servidores do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, e que agora se pretende estender ao pessoal do Departamento de Trânsito, também do Distrito Federal.

A Gratificação de Desempenho de Atividades de Trânsito corresponderá aos percentuais de 40% (quarenta por cento) a 100 (cem por cento), incidentes sobre o salário, não podendo ser considerada para o efeito de cálculo de qualquer vantagem ou indenização.

Farão jus à referida gratificação somente os servidores no efetivo exercício dos empregos ou funções.

Estabeleceu o Projeto os casos considerados de efetivo exercício.

Considerando a Proposição tem respaldo jurídico-constitucional e se encontra redigida conforme as normas da boa técnica legislativa, somos, no âmbito desta Comissão, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 25 de abril de 1989. — *Mauro Benevides* Presidente — Meira Filho — Relator — *Chagas Rodrigues* — *Ronaldo Aragão* — *Carlos De'Carli* — *Aureo Mello* — *Lourival Baptista* — *Saldanha Derzi* — *Maurício Corrêa* — *Wilson Martins* — *Ney Maranhão*

PARECER Nº 14, DE 1989

Da Comissão do Distrito Federal, sobre o Projeto de Lei do Distrito Federal nº 11, de 1989 — Mensagem nº 24, de 1989 (nº 14/89-GAG, na origem), que "estende, aos integrantes da Categoria Funcional de Agente de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, disposições do Decreto-Lei nº 2.387, de 18 de dezembro de 1987".

Relator: Senador Meira Filho.

Originário do Governo do Distrito Federal, vem a exame desta Comissão o presente Projeto de Lei, que tem a finalidade de incorporar integralmente ao vencimento e aos proventos de aposentadoria o valor da Gratificação por Operações Especiais, instituída pelo Decreto-Lei nº 1.727, de 1979, aos integrantes da Categoria de Agente de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Essa Gratificação foi estendida aos Agentes de Trânsito pela Lei nº 7.455, de 31 de março de 1986 e posteriormente reestruturada pela Lei nº 6.847, de 12 de novembro de 1980.

O Decreto-Lei nº 2.387, de 18 de dezembro de 1987 o incorporou integralmente ao vencimento e aos proventos de aposentadoria, a partir de 1º de outubro de 1987, alcançando apenas os funcionários pertencentes à Carreira Policial Civil do Distrito Federal.

O que pretende o Governador com esta Proposição é fazer justiça aos verdadeiros policiais que disciplinam o trânsito no DF.

Diante do exposto, somos, no âmbito desta Comissão, pela aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 25 de abril de 1989. — *Mauro Benevides* — Presidente — *Meira Filho* — Relator — *Ney Maranhão* — *Wilson Martins* — *Maurício Corrêa* — *Saldanha Derzi* — *Lourival Baptista* — *Áureo Mello* — *Carlos De'Carli* — *Ronaldo Aragão* — *Chagas Rodrigues.*

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 1989 Complementar

Estabelece, nos termos do § 9º, do art. 14, da Constituição, de outubro de 1988, prazo para desincompatibilização de Ministros de Estado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os Ministros de Estado poderão se candidatar a Presidente da República até 3 (três) meses antes do pleito, desde que se afastem definitivamente de suas funções.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Deflui de um exame, ainda que perfunctório, do complexo legal que rege as inelegibilidades e os prazos para desincompatibilização que os Ministros de Estados, pela gama de poder à sua disposição sempre estiveram incluídas entre as autoridades que teriam, imperativamente, que se afastar, das respectivas funções, para se candidatarem a cargos eletivos.

O prazo exigido é que variou, ao longo do tempo, de nove meses, 6 meses, 4 meses tendo, se fixado, finalmente, através de lei complementar nº 5, de 29 de abril de 1970, que o mesmo deveria ser de três meses. Dito diploma, apesar de alterado superficialmente, pela Lei Complementar nº 18, de 10 de maio de 1974 e pelo Decreto-lei nº 1.542, de 14 de abril de 1977, (considerando insconstitucional pelo Tribunal Superior Eleitoral), continua no nosso entender, em vigor até hoje, uma vez qua a atual Carta não o revogou expressamente, carece, entretanto, de atualização, como aliás quase toda a legislação adjetiva pátria.

Merece realce que ao apresentarmos a presente proposição fazêmo-lo, apenas, por uma questão de coerência com a Constituição, a qual determina no § 6º do Art. 14, que para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado, do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

Vale referir, nesse passo, que o texto constitucional omitiu os Ministros de Estado daquela exigência, abandonando antiga tradição. Acontece, todavia, que acompanhando as Constituições de diversos países como a Alemanha, a Inglaterra, os Estados Unidos, a França dentre outros, verifica-se que em nenhuma deles existe qualquer tipo de óbice à recondução dos titulares de qualquer dos cargos referidos.

Esta seria a tese mais consentânea com nossos foros de nação civilizada e foi amplamente defendida na ocasião dos debates que procederam a edição da Constituição de 1988. Tendo, todavia, prevalecida a opinião daqueles que queriam manter a exigênciada de inelegibilidade, (§ 5º) e da descompatibilização, (§ 6º), resolvi apresentar o presente projeto estipulando para os Ministros um afastamento de três meses, prazo que parece, mais do que suficiente.

Por congruência e em atenção ao princípio da isonomia de tratamento para com as outras autoridades, apresentarei dentro em breve, emenda constitucional diminuindo de seis, para três meses a exigência do afastamento do Presidente, Governadores e Prefeitos.

A proposição em tela visa, assim, em atendimento às prescrições do § 9º, do citado Art. 14, da Constituição, estabelecer prazo, também, para os Ministros de Estado, evitando,

possíveis dúvidas de exegese, no tocante, a tão relevante problema. vale aduzir que espero merecer o respaldo e os valiosos subsídios de meus eminentes pares para essa delicada questão na qual estão interessados, inclusive, eminentes próceres políticos brasileiros, possíveis candidatos, a cargos eletivos, no próximo pleito tais como, os Governadores Waldir Pires, Orestes Quércia, Miguel Arraes, Newton Cardoso e o ministro Íris Rrezende, além de outros.

Sala das Sessões, 26 de abril de 1989. — Senador *João Menezes*, Senador *Antonio Luiz Maya* Senador *Carlos Patrocínio*

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Comunicação

Senhor Primeiro Vice-Presidente,

Comunico a V. Exª que estarei ausente dos trabalhos da Casa, nos dias 27 e 28 do corrente mês, valendo-me do disposto no art. 14 do Regimento Interno. (Resolução nº 18/89)

Sala das Sessões, 26 de abril de 1989. — **Nelson Carneiro.**

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A Comunicação lida vai à publicação.

Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leite chaves.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Em obediência ao disposto no art. 85 do Regimento Interno os senhores líderes deveriam encaminhar à mesa, nas quarenta e oito horas seguintes à fixação da proporcionalidade partidária, os nomes dos titulares e suplentes que devem integrar as comissões permanentes da Casa. A proporcionalidade partidária foi fixada logo após a publicação da Resolução nº 18, de 1989, e até o presente momento esta presidência não recebeu das lideranças as indicações para que possa fazer a designação das Comissões, de acordo com o disposto no parágrafo único do mencionado dispositivo regimental.

Em face da necessidade da imediata instalação das comissões para que se possa desenvolver normalmente a atividade legislativa do Senado, encareço às lideranças que enviem, à Secretaria Geral da Mesa, até amanhã, às quatorze horas, os nomes dos integrantes de suas bancadas que irão compor os órgãos técnicos da Casa.

O SR. LEITE CHAVES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Durante o discurso do Sr. Sen. Leite Chaves o Sr. Nabor Júnior deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Pompeu de Sousa.)

(Durante o discurso do Sr. Sen. Leite Chaves o Sr. Pompeu de Sousa deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Nelson Carneiro.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Para que esta Casa continue a receber os funcionários do Banco do Brasil, estes devem respeitá-la. A Casa não aceita nem palmas nem vaias. Aqui se ouve e cada um faz o seu comentário, mas sem interferir nos trabalhos.

Agradeço a todos a presença, mas lamento as palmas, às quais eu juntaria as minhas, mas não são da tradição da Casa.

O próximo orador é o Senador Jamil Haddad, a quem dou a palavra.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o nobre Senador Leite Chaves tocou num assunto que preocupa a toda a Nação neste momento, ou seja, os salários defasados da classe trabalhadora brasileira.

S. Exª cita, especificamente, o funcionalismo do Banco do Brasil, que merece, de nossa parte, todo o respeito e consideração. E, nos causa espécie, que o Presidente do Banco Central seja sempre alguém relacionado com os bancos privados e nunca alguém do Banco do Brasil, que é um organismo estatal que, na realidade, trata dos interesses do nosso País.

Mas, Sr. Presidente, a colocação que quero fazer é genérica. Lemos hoje, nos jornais, que Sua Excelência o Senhor Presidente da República convocaria os Ministros Militares para debater o problema das greves em nosso País. Não tenho dúvidas de que há um plano em marcha, mantendo congelados os salários, desde fevereiro, com o salário mínimo avaliado no valor aproximado de sessenta cruzados, para que a classe trabalhadora, num direito legítimo, reivindique melhores salários. E o seu instrumento de luta é a greve. Não tenho dúvidas também de declarações publicadas há poucos dias de que existiam elementos das Forças Armadas infiltrados nos movimentos grevistas, o que me faz lembrar, Sr. Presidente, um filme que vi em 1964.

Aqueles mais antigos na política se recordam das infiltrações que ocorreram nos movimentos reivindicatórios de 1964 e que tiveram, em razão da acoplagem da classe média e do bater palmas da igreja, o Movimento de 1964.

Sr. Presidente, o salário mínimo no nosso País hoje é mais baixo que o salário mínimo da Nicarágua, é um dos mais baixos salários mínimos do mundo. E, no entanto, Sr. Presidente, quando se reivindica melhoria de salários são acusados aqueles que reivindicam, como se a greve não estivesse dentro da nossa Constituição, são acusados de elementos subversivos e interessados na destruição do regime democrático.

Sr. Presidente, vi, de um General de Brigada, amigo de infância, o seu contracheque. Ele recebe bruto dois mil e poucos cruzados novos ou dois milhões e poucos cruzados antigos.

Sr. Presidente, sabemos que nas Forças Armadas inclusive há ações na Justiça requerendo a isonomia de salários com o Poder Judiciário. Essa é a prova, Sr. Presidente, de que ninguém, neste País, tem condições de sobreviver às expensas de seus salários, à expensa do seu trabalho digno e honrado, com os vencimentos que essas classes trabalhadoras recebem.

É claro, Sr. Presidente, que quando um trabalhador que recebe salário mínimo, que sai de casa, de uma cidade-dormitório, como Nova Iguaçu, no meu Estado do Rio de Janeiro, vai trabalhar naquela Cidade, retorna altas horas à sua casa, não vê o seu filho, porque está dormindo, e na madrugada seguinte retorna ao trabalho, ganhando um mísero salário mínimo de 60 e poucos cruzados, é natural que esse elemento não tenha condições psicológicas de tranqüilidade para, na hora de uma palavra de algum agitador não reagir com violência às vezes causando depredações.

Sr. Presidente, espero que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, hoje, na conversa com os Srs. Militares, tenha chegado à conclusão que há de ser tomada uma providência para se acabar com as greves neste País, qual seja: realinhando — porque a palavra não é mais reajustar salários, e os preços dos gêneros alimentícios já estão sendo realinhados e não reajustados — os salários, fazendo com que haja um reajuste real dos salários da classe trabalhadora deste País. Aí Sua Excelência poderá ter a certeza de que as greves cessarão. Agora, querer obrigar a classe trabalhadora a se manter tranqüila, não reivindicando, com os salários atuais, é uma provocação!

Vimos S. Exª, o Sr. Ministro da Fazenda, aqui declarar que 92% do orçamento está empenhado para pagamento de pessoal, Fundo de Garantia, dívida interna, dívida externa etc., e que apenas 8% sobram para o lado social. No entanto, o lema do Governo é "Tudo pelo Social". É uma farsa, um engodo, uma mistificação. Cada vez aumentam mais as taxas das doenças infecto-contagiosas no nosso País. Somos vice-campeões mundiais de lepra — e devem estar contrariados por não sermos campeões. Cerca de 10% da população são chagásicos — sofrem da doença de Chagas. Os índices de tuberculose têm aumentado assustadoramente. A malária agora está nas capitais: em Curitiba, Manaus, etc.

Sr. Presidente, é esse o Brasil ideal, a sétima economia do mundo, tão decantada pelas autoridades governamentais. No entanto, não dizem que é a 68ª em termos sociais.

Sr. Presidente, o momento que atravessamos é grave. A classe média brasileira, que se deixou enredar em 64 e apoiou aquele Mo-

vimento, hoje faz a *mea culpa* e sabe que deixou de existir. Hoje, temos duas categorias sociais no Brasil: os ricos e os pobres. Esta é a realidade. A classe média, hoje, pagando aluguéis elevadíssimos, com salários congelados, é uma classe que deixou de existir. Ela se proletarizou.

Quando digo que a classe média está subindo, não é na escala econômica; no Rio de Janeiro, ela está subindo o morro, para residir em morros, porque não pode pagar aluguéis na cidade.

O Sr. João Menezes — O morro está com os aluguéis mais caros do que a cidade.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — O nobre Senador Iram Saraiva declara que em Goiás não há os morros. Há a favela horizontal. As megalópolis de hoje, São Paulo, têm aqueles pardieiros horizontais; o Rio de Janeiro tem 478 favelas, abrigando 2 milhões de favelados. Em Porto Alegre e em Fortaleza vemos a mesma coisa, em Pernanbuco, também, terras do meu querido Senador Ney Maranhão, que me solicita um aparte que concedo com toda a satisfação.

O Sr. Ney Maranhão — Nobre Senador Jamil Haddad, o que V. Exª está trazendo à tribuna, o problema referente às greves, todos sabemos que é um direito assegurado na Constituição, principalmente na situação em que se encontra o País: ingovernável. Disse muito bem V. Exª: o governo diz. Faça o que eu digo, não faça o que eu faço. Sabemos muito bem que a classe média está espremida. É o mesmo caso, nobre Senador, da pequena e da média empresa, que, sabemos muito bem, são a espinha dorsal do desenvolvimento econômico do País; também estão quebradas, sem exceção. O pequeno e médio empresário neste País, ou vive de teimoso que é, ou pelo beneplácito das grandes empresas. A estas o Governo até hoje deu todas as condições. E no meu entender, se amanhã tirarmos o guarda-chuva delas, não quebrarão, poderão levar só o sereno. O de que precisamos, neste País, é dar o apoio e ter uma seriedade do Governo para o povo acreditar naquilo que os seus governantes proclamam que farão. Em Pernambuco, por exemplo, nobre Senador, temos no Governador todo o Brasil sabe um homem que, acima de tudo, luta pelo social, que provou em todos esses anos, quando teve o seu mandato cassado, quando foi deportado e voltou pelos braços do povo. Como bem disse V. Exª, nós temos que alertar os trabalhadores. Ninguém mais do que nós, que fomos cassados e perseguidos, sabemos o que é uma ditadura. Em Pernambuco também houve casos dessa natureza, de pessoas infiltradas, numa greve da Secretaria de Educação, que sabotaram os equipamentos dos hospitais, tendo inclusive ocorrido a morte de três pessoas. Está aqui o exemplo do Sr. Governador Miguel Arraes, hoje, no **Jornal do Brasil**, recebendo 80 mil camponeses na porta do Palácio. Está aqui a fotografia de S. Exª, no meio dos 80 mil camponeses. É uma greve em ordem, uma greve com reivindicações justas, com os líderes comandando a greve. Devemos ter cuidado de que uma parte desses líderes não seja embuída politicamente por uma fração, o que pode ser muito ruim para a democracia. Está aqui o Sr. Governador Miguel Arraes, no meio dos camponeses de Pernambuco, onde há uma exploração, dizendo que os funcionários não podem chegar em Palácio para o Governador atender, justamente porque os cabos Anselmo da vida estão infiltrados. Nós temos que alertar os trabalhadores para que isso não aconteça, para que as suas reivindicações sejam atendias. E nós estamos aqui, Senador, para apoiá-las, porque são justas.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador Ney Maranhão, V. Exª coloca, com muita propriedade, o assunto. Mas eu não tenho dúvida de que, hoje, as lideranças sindicais deste País já têm uma certa consciência da infiltração de pessoas estranhas nos seus movimentos e hão de retirar esses elementos para que não haja argumentação para aqueles que não querem um regime democrático, para aqueles que não sabem conviver num regime democrático e que querem permanecer em regimes de exceção, a fim de que possam continuar usufruindo das benesses do Governo Federal.

Quero dizer que, dentro deste País psicodélico em que vivemos, vemos, no Rio de Janeiro, por exemplo, neste momento, fechar-se um hospital, pura e simplesmente, que prestava serviço médico a uma grande área da Central e da Zona Norte do Rio de Janeiro. O Hospital Gama Filho é fechado. Inaugurado em 1977 com 200 leitos, atendeu cerca de 40000 consultas por mês, realizou 600 internações nas mais diversas especialidades, está o hospital sendo fechado.

A Faculdade Gama Filho abandonou o hospital, mas os médicos e funcionários continuaram lutando lá dentro e o Inamps entrou, subvencionando aquele hospital, mas colocou como administrador um notório estelionatário, o Dr. Raimundo José Leite, que tem apenas, quanto à sua passagem por 11 anos no Posto de Assistência Médica de Jacarepaguá, 23 inquéritos administrativos do Inamps estando indiciado num processo na Delegacia da Polícia Fazendária pelo próprio Inamps. Foi o próprio Inamps que o nomeou para ser o administrador do hospital.

É essa a situação atual do nosso País. É um País psicodélico! E a população de Piedade, Cascadura e toda aquela região da Zona Norte suburbana está deixando de ser atendida, porque se fecha um hospital, porque não há interesse no social. O interesse é pagar o juro da dívida e ficar bem com os banqueiros internacionais. Este é o interesse único do atual Governo, nesse capitalismo. Nem se diz mais capitalismo selvagem, porque não há nem expressão para dizer o que causa esse capitalismo desenfreado que ocorre em nosso País.

O Sr. João Menezes — Permite-me V. Exª um parte?

O SR. JAMIL HADDAD — Ouço V. Exª, Senador João Menezes, com muita satisfação.

O Sr. João Menezes — Eminente Senador Jamil Haddad, tenho muita admiração pelo trabalho e pela persistência de V. Exª Como sabe, anteontem apresentei um projeto de lei, regulamentando a greve dos serviços essenciais. Hoje, estou apresentando outro projeto de lei, regulamentando a greve nos serviços gerais. E quero dizer a V. Exª, com a responsabilidade de Senador, que estou profundamente preocupado com a situação do País, porque atravessamos uma situação caótica, que pode nos levar a não sei onde. E essa situação caótica é originária de vários fatores. Por exemplo: hoje, os líderes das classes produtoras não têm mais o comando das suas bases. Há poucos dias falou-se em dar 8 a 15% de aumento nos salários sem que fossem repassados aos preços. Na semana seguinte, estava tudo reposto nos preços dos supermercados, para o consumidor. A classe política, atravessa uma situação caótica, não tem liderança. Não conseguimos nem sequer conversar, para escolher um caminho que se possa normalmente chegar à eleição de novembro. A classe trabalhadora também está em situação difícil. Os líderes sindicais, os líderes operários não têm mais lideranças. Eles têm que atender aquilo que as bases querem, o que as bases desejam, porque, senão, perdem a liderança. Eles não têm mais condições de levar uma proposta para as suas bases, porque serão derrotados. Isso tudo nos leva à situação difícil porque o País atravessa, acrescida da greve que vai nos corroendo em todos os pontos, que todo mundo defende e acha que está bem, que está certo. E o País se desorganiza. É essa greve revolucionária que está procurando desestabilizar o País. É preciso que se tenha um pouco de coragem até para dizer isto nesta hora, mas o fato existe e não pode ser escondido. Eu não posso aceitar que um homem do Banco do Brasil, que ganha tão pouco, como disse o Senador Leite Chaves, saia da sua atividade e vá jogar uma bomba no Banco Bradesco de Recife. Por quê? Que greve é está? Que situação é esta? Não posso aceitar que os sindicatos de segurança invadam os apartamentos, invadam os edifícios para arrancar aqueles que querem trabalhar, sob a ameaça de pancadarias. Eu não posso aceitar, Sr. Senador, que não se respeitem os órgãos públicos. Não posso aceitar que se arrebentem os postes, como aconteceu com a Cemig, em Minas Gerais. Enquanto isso tudo acontece, as greves vão aumentando. V. Exª está falando, no Senado e no seu Estado, os estivadores estão entrando em greve. A Acesita entrou em greve, enquanto o Senador Ronan Tito e outros grupos de trabalho também estão entrando em greve. Para onde nós vamos, Sr. Senador? Qual o caminho que vamos tomar, Sr. Senador, se não estabelecermos a ordem e a lei? A nossa Constituição garante o direito de greve, mas não garante a anarquia, não garante a violência, não garante a desordem, não garante nenhum desses fatos que vêm violentando a vida do País. Perdoe-me

a veemência, talvez, deste aparte, mas é porque, como brasileiro, estou sentindo o que está acontecendo no Brasil, e me dá pena de ver um país como o nosso vivendo na desordem. Medidas são necessárias, inclusive medidas oficiais, medidas do Governo, que não pode continuar a aceitar tudo isso que está acontecendo em todos os quadrantes do País. É preciso que haja uma medida, é preciso que haja uma providência. Ou se toma providência, ou então não sei qual o caminho que iremos seguir. Perdoem-me o longo aparte, mas sei que V. Exª é bondoso e sabe o quanto o admiro e respeito pelas idéias que defende. Muito obrigado.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador João Menezes, concordo com V. Exª quando diz que a situação é caótica. Mas quem levou o País a esta situação caótica? Foi a classe trabalhadora ou foi este Governo incompetente que largou a classe trabalhadora numa situação de miserabilidade e não lhe dá condições de sobreviver?

O Sr. João Menezes — Nós todos somos Governo, Senador V. Exª é Governo, eu sou Governo. A classe trabalhadora e nós somos todos responsáveis pelo que está acontecendo.

O SR. JAMIL HADDAD — A situação é caótica e V. Exª pode ter certeza de que não parte da classe trabalhadora. Eu concordo com V. Exª quando diz que a bomba que jogaram e não sei se jogaram, se era trabalhador... Mas sei também que iam jogar uma bomba no Rio centro, que estourou no colo de um sargento que morreu, e um oficial foi promovido; o coronel que presidiu o inquérito recebeu uma medalha há pouco tempo. Não é este o País que nós queremos. Queremos tranqüilidade bilateral. Queremos, sim, que a classe trabalhadora tenha o reconhecimento pelo que ela representa, neste País. Não há dúvida de que os empresários entram com o dinheiro, muitas vezes subsidiado na exportação... mas a mão-de-obra que impulsiona este País é da classe trabalhadora, que vive com salários aviltantes. Esta é uma realidade.

Infeliz do pobre trabalhador que chega em sua casa, vê o filho doente e não tem dinheiro para comprar medicamento porque ganha Ncz$ 60,00, salário mínimo.

O Sr. João Menezes — (Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. JAMIL HADDAD — Vai tirar dinheiro do banco? Trabalhador pode tirar dinheiro do banco? Acho que a pessoa tira quando tem, quando não tem não pode tirar, nobre Senador João Menezes. Tirar de onde? Trabalhador não entra em banco, trabalhador passa em frente ao banco com medo — esta que é a verdade.

Quero dizer, Sr. Presidente, voltando ao tema... Vamos lançar aqui a semente do banco da classe trabalhadora.

O Sr. João Menezes — Hoje em dia todo mundo tem a sua poupançazinha, graças a Deus.

(Conversa paralela)

O SR. JAMIL HADDAD — Vamos lançar o banco do trabalhador, no Brasil, para levantar fundos para empréstimos quando ele estiver em dificuldades. V. Exª disse que retira empréstimo de banco. Cadê as garantias para tirar dinheiro de banco?

O Sr. João Menezes — Não falei empréstimos, falei tirar do que está guardado.

O SR. JAMIL HADDAD — Ah, do que está guardado. Trabalhador tem dinheiro guardado?

O Sr. João Menezes — Tem sim. Hoje, os funcionários daqui são empregados, são trabalhadores e estão todos sem poder tirar seu dinheirinho do banco, porque este está fechado. Senador, eu estou com 22 cruzados no bolso e o Senador Wilson Martins só tem dezoito cruzados novos.

O SR. JAMIL HADDAD — V. Exª vê o processo por uma ótica e eu o vejo por outra.

O Sr. João Menezes — A nossa ótica, num certo sentido, é a mesma, a versão é que é diferente.

O SR. JAMIL HADDAD — V. Exª reconhece que falaram que ia ter aumento, os donos dos estabelecimentos já repassaram para os preços e os salários continuam congelados.

O Sr. João Menezes — Não tem dúvida que estão repassados.

O SR. JAMIL HADDAD — E no final querem dar 7%, 8%. Querem dar um reajuste... (o Sr. Presidente faz soar a campainha)

O Sr. João Menezes — Está errado, Senador.

O SR. JAMIL HADDAD — Essa que é a realidade.

O Sr. João Menezes — Não é olhar só de um lado, não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — (Fazendo soar a campainha) — Solicito ao Senador João Menezes que só interrompa quando o orador lhe der o aparte.

O SR. JAMIL HADDAD — Concordo quando V. Exª diz que o momento é grave. Estamos num momento político grave em nosso País. Agora, há necessidade de que haja uma consciência social neste País.

Vimos na Venezuela um presidente que merecia o respeito, reeleito naquele País por mais de uma vez, Andrés Perez; porque aumentou os preços logo após às eleições, vimos que mais de 300 pessoas morreram. Não queremos isso. Não queremos essa greve revolucionária, esse estado revolucionário, que V. Exª diz. Queremos, sim, que haja justiça social, que a classe trabalhadora possa viver dignamente, e aí V. Exª pode ter a certeza, não haverão mais greves neste País. Mas, com esse clima, com toda a carga em cima da classe trabalhadora, repercutindo em cima do empresariado, pois hoje o empresário não vende porque não há poder aquisitivo da população. Cerca de 40% não participa da riqueza nacional e os outros participam minguadamente, porque nada lhes sobra. E estamos vendo... (o Sr. Presidente faz soar a campanhia) Vou encerrar, Sr. Presidente, mas, estamos vendo que em São Paulo se declara que estamos atingindo, lá 10,3% de desemprego neste momento. É uma taxa elevadíssima. É sinal de recessão, por falta de poder aquisitivo para compra.

Ou se tem noção do que está ocorrendo ou todos nós estaremos contribuindo para o que não queremos: uma guerra sangrenta neste País, colocando irmãos contra irmãos.

Sr. Presidente, eram estas as palavras que eu queria deixar, neste momento, consignadas nos Anais da Casa. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, DE 1989
Complementar

Regula o direito de greve e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O direito de greve, assegurado pelo artigo 9º da Constituição federal, será exercitado nos termos da presente lei.

Parágrafo único. Cabe aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e os interesses a serem defendidos pela greve, sendo vedada aquelas de natureza política ou ideológica.

Art. 2º Considera-se legítimo exercício do direito de greve a suspensão coletiva, temporária e pacífica da prestão de serviços a empregador com o objetivo de defender seus interesses.

Art. 3º Constituiem violação do direito de greve, autorizando a suspensão das negociações e a imediata instauração do dissídio coletivo:

I — ocupação do local de trabalho e apreensão de bens pertencentes à entidade afetada com o fim de evitar o funcionamento desta por meios que não sejam a simples paralisação dos trabalhos pelos grevistas;

II — danos materiais aos imóveis, equipamentos e demais bens pertencentes:

a) à correspondente categoria empregadora;

b) a trabalhadores que não aderirem à greve;

c) a pessoas não envolvidas no movimento grevista;

III — lesões corporais em:

a) dirigentes da correspondente categoria empregadora e seus prepostos;

b) trabalhadores não participantes da greve;

c) pessoas não envolvidas no movimento grevista;

IV — violação de qualquer direito garantido pelo art. 5º da Constituição Federal.

Art. 4º É vedado aos grevistas o bloqueio ou interrupção de acesso ao local de trabalho aos trabalhadores não participantes do movimento.

Art. 5º Consideram-se essenciais, para os efeitos desta lei, as atividades estritamente indispensáveis ao atendimento da população, em suas necessidades básicas, relativas aos serviços de:

I — distribuição de gás;

II — coleta de lixo doméstico ou industrial;

III — serviços funerários;

IV — compensação bancária;

V — transportes urbanos e suburbanos de passageiros;

VI — transporte e distribuição de combustíveis, de produtos perigosos, perecíveis, inflamáveis e explosivos;

VII — hospitais, ambulatórios, maternidades e pronto-socorros;

VIII — atividades de carga e descarga em portos, aeroportos, estações ferroviárias e terminais rodoviários.

§ 1º Nos serviços e atividades essenciais, cabe aos sindicatos e trabalhadores, ao optar pela suspensão do trabalho, comunicar, por escrito e com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, ao empregador, as razões que os levaram à decisão de deflagrar a greve, os pontos divergentes nas negociações, e, ainda, a data a partir da qual ocorrerá a paralisação do trabalho.

§ 2º Os sindicatos e os trabalhadores ficam obrigados a garantir, no decorrer da paralisação, a prestação de serviços mínimos indispensáveis ao atendimento das necessidades da comunidade.

Art. 6º A violação nos casos constantes no art. 3º importará na:

I — indenização dos danos materiais e pessoais pelo sindicato promotor da greve;

II — demissão, por justa causa, dos empregados infratores.

Parágrafo único. As penas previstas neste artigo não excluem, quando for o caso, aquelas previstas no Código Penal.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Tem-se a impressão, às vezes, que a greve seja vista pelos sindicatos dos trabalhadores como um meio normal para obter o reconhecimento de suas reivindicações. Ainda que tal afirmação possa parecer exagerada, é preciso reconhecer que o número de greves vem aumentando a passos largos.

Devemos reconhecer que um conflito do gênero é e deveria permanecer como algo extraordinário. A greve é um sintoma do fato que existem tensões graves, com conseqüente dano para a convivência humana. No início da era da industrialização, quando os empregadores tratavam de uma maneira claramente injusta e exploravam os trabalhadores, estes, freqüentemente, não tinham outra solução que recorrer à greve. Sem esta não teriam podido melhorar sua situação. Uma vez, porém, obtido o reconhecimento de suas justas exigências, a greve deveria se tornar algo de excepcional.

A greve, como meio para a solução de tensões econômicas-sociais pode ser lícita, porém, somente como última saída, quando todas as outras tentativas de solução fracassaram.

A greve justifica-se quando visa a atingir importantes direitos dos trabalhadores relativos ao contrato de trabalho que não poderia ser obtido de maneira diferente.

Desse modo, já que pela greve nos encontramos diante de um conflito econômico-social, a greve política, isto é, aquela com finalidades políticas, é fundamentalmente ilícita.

As circunstâncias podem também tornar injusta uma greve que tenha uma reivindicação de cunho econômico-social justo. Isto se verifica quando não existe proporção entre o fim que se quer alcançar e os graves danos provocados pela obstrução ao trabalho, ou mesmo quando as conseqüências desta greve deverão ser suportadas por aqueles que nada têm a ver com ela. Como as iniciativas bélicas que ferem um grande número de pessoas civis são imorais, analogamente é imoral uma greve que provoca graves inconvenientes a muitas pessoas estranhas ao movimento grevista.

Uma greve, em si justa, pode tornar-se imoral também quando os grevistas recorrem a meios ilícitos. Ilícitas são a destruição e danificação das instalações dos estabelecimentos, sua ocupação, os atos de violência contra aqueles trabalhadores que não quiseram optar pela greve e desejam trabalhar, o cerceamento e a falácia, mediante falsas afirmações, daqueles trabalhadores ou da opinião pública.

A nova Constituição assegurou aos trabalhadores o direito de greve. A situação presente está a exigir, porém, sua regulamentação para o bom andamento das relações trabalhistas e da própria sociedade.

Desse modo, acreditamos que o nosso projeto deverá contribuir decisivamente para o encaminhamento de soluções capazes de assegurar a verdadeira defesa dos direitos da classe trabalhadora, em busca de melhores condições de vida.

Sala das Sessões, 26 de abril de 1989. — Senador *João Menezes.*

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 1989

Veda destinação de recursos e auxílios públicos que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica vedada, na área da saúde, a destinação de recursos públicos para auxílios, subvenções, subsídios, bem como a concessão de prazos ou juros privilegiados às instituições privadas com finalidade lucrativa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O § 2º do art. 134 da Constituição estabeleceu a proibição de serem destinados os recursos públicos para auxílios ou subvenções às autoridades privadas com fins lucrativos.

O projeto que ofereço à consideração do Senado permanece dentro dessa linha de orientação superior. Pretende, ainda, impedir favor de outra natureza, qual seja a concessão de prazos ou juros privilegiados. É sabido que, na prática, organizações poderosas obtêm empréstimos sob condições favoráveis. E isso deve ser obstaculado.

A Constituição não esgotou o elenco de vedações. A lei ordinária pode estatuir outras que se harmonizem com o espírito daquela. Entender o contrário seria o absurdo de considerar que a Constituição pudesse ficar estratificada, inerme, ante variadas formas de contorná-la.

A saúde é um direito de todo o cidadão e o Estado deve cercá-la de todas as garantias.

Sala das sessões, 26 de abril de 1989. — Senador *Jamil Haddad*

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A presidência convoca as seguintes sessões solenes, a se realizarem no Plenário da Câmara dos Deputados, nos dias:

— 27 do corrente, às dez horas, destinada a comemorar o dia universal da classe trabalhadora, a ser celebrado no dia 1º de maio próximo.

Usarão da palavra, na oportunidade, os Srs. Senador Nelson Wedekin e Deputado Carlos Alberto Caó; e

— 10 de maio próximo, às quinze horas, destinada a comemorar o bicentenário da Inconfidência Mineira e da morte heróica de seu mártir Joaquim José da Silva Xavier — "O Tiradentes".

Usarão da palavra os Srs. Senadores Alfredo Campos e Afonso Arinos e os Srs. Deputados Octávio Elísio e Oscar Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às dezoito horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do Projeto de Resolução nº 1, de 1989-CN, que estabelece normas para o exame e votação de medidas provisórias.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Carlos De'Carli — Hugo Napoleão — Raimundo Lira — Albano Franco — Roberto Campos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989 (nº

1.516/89, na origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário, tendo

PARECERES, proferidos em plenário, favorável ao projeto e contrário às Emendas de nºs 1 a 8.

A discussão da matéria foi encerrada em sessão ordinária anterior.

Passa-se à votação da matéria.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

O Sr. Edison Lobão — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, este projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República, com base no art. 64, § 2º, da Constituição federal. Na Câmara dos Deputados, recebeu algumas emendas e teve como Relator o Deputado Francisco Dornelles. Enviado ao Senado aqui se encontra, sendo examinado por esta Casa já há alguns dias. Diversas emendas foram apresentadas pelos eminentes Srs. Senadores, todas no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento do projeto.

Como Relator, designado por V. Exª, dei parecer contrário a todas essas emendas, pelas razões que expliquei em relação a cada uma delas.

Chegamos, agora, Sr. Presidente, penso eu, a uma conclusão, a um acordo entre os Srs. Senadores; acordo este que foi promovido pelo Líder do PMDB com a compreensão patriótica, com que sempre se comporta, do eminente Senador Itamar Franco, do Senador Jutahy Magalhães, do Senador João Menezes, do Senador Cid Sabóia de Carvalho. O acordo é no sentido de que o projeto seja, tal qual está, aprovado pelo Senado Federal, com o compromisso do Presidente da República de vetar o art. 5º, que foi aqui considerado inconstitucional — assim considerado contra o meu voto, pois penso que o art. 5º é constitucional, serve aos interesses da Vale do Rio Doce, do Banco do Brasil e de instituições legítimas, que existem no País.

Todavia, o próprio Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Cid Sabóia de Carvalho, entende que é inconstitucional. O Senador João Menezes fez algumas emendas, entre as quais uma que promove a retirada do art. 5º.

Falei pessoalmente com o Presidente da República, que assumiu o compromisso de vetar o art. 5º do projeto. Portanto, ele será ou seria aqui aprovado para que o País tenha esta lei, considerada urgente, com a compreensão patriótica, repito, de todos os eminentes senadores, entre os quais o Senador Jutahy Magalhães e o Senador Itamar Franco, que foi o madrugador no exame desse projeto com o Senador João Menezes e os demais senadores.

Em seguida, Sr. Presidente, ficou acertado também que elaboraríamos um outro projeto de lei, procurando melhorar aquilo que se está fazendo agora: equacionar as dificuldades que porventura ainda subexistem, em relação à Companhia Vale do Rio Doce e ao Banco Central, se for o caso.

Agora, por oportuno, devo dizer que o Senador Itamar Franco encaminmhou à Mesa do Senado um requerimento de informações que se dirige à Companhia Vale do Rio Doce e ao Banco Central. Eu julgo da maior importância a resposta a esse requerimento de informações, porque ali se contém diversas indagações que, de fato, precisam ser, suficientemente, esclarecidas. Acredito que a resposta urgente a este requerimento contribuirá, significativamente, para que se possa elaborar outro projeto, aí, sim, com base em todo o conhecimento, o conhecimento panorâmico, da situação que ora tratamos.

Portanto, Sr. Presidente, reitera aqui o meu parecer no sentido da aprovação integral do projeto, tal qual veio da Câmara, com este compromisso, assumido pelo Presidente, de vetar o art. 5º.

Muito obrigado a V. Exª

O Sr. Dirceu Carneiro — Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Carneiro, para encaminhar a votação.

O SR. DIRCEU CARNEIRO (PSDB — SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a minha preocupação, quanto a este projeto da transformação do ouro em ativo financeiro é a mesma que também tem tomado conta de algumas figuras, que julgo importantes no cenário brasileiro, especialmente do ponto de vista de que os bancos do nosso País vão assumir um poder maior de emitir moeda. Se o ouro for transformado em ativo financeiro, sem as limitações que lhes são pertinentes, em nosso entender, os donos de minas de ouro vão ser verdadeiros emissores de moedas; porque vão converter este produto, assim retirado do subsolo brasileiro, em moeda corrente em nosso País. De modo que o sistema financeiro nacional, que é o mais desenvolvido da América Latina — e acho, por isso, de boa qualidade nós, brasileiros, termos um setor financeiro desenvolvido, embora, por outra ótica, profundamente distorcido quando exorbita das suas verdadeiras finalidade, já que esse setor é de intermediação e não um fim em si — mas no Brasil o setor financeiro se transformou num fim, quando ele é o objetivo maior inclusive da aplicação de recursos especulativos, que deveriam estar no setor produtivo e não no setor especulativo, o que perverte o sentido da economia. Acho que conferir ainda mais o poder de emitir moeda, é dar um poder acima daquilo que deve ter o sistema financeiro de nosso País.

Esta preocupação deve ser motivo de um aprofundamento maior desta matéria.

Temos ouvido aqui manifestações de um lado e de outro, relativas a este projeto. Considero, portanto, que o projeto deve realmente ser aperfeiçoado, para que não se confunda um poder que é o de emitir moeda, que é de exclusividade do Estado através do Executivo, para um setor que já tem bastante poder neste País, em condições de influenciar o processo inflacionário, o déficit público, o endividamento externo e interno, e com toda essa dimensão ficaria enormemente acrescido.

Além das distorções de bancos nacionais, que competem com os organismos do setor financeiro do Executivo ou do Governo brasileiro, acho que é uma distorção termos essas casas de dimensão nacional. Outros países, não talvez tão selvagemente capitalistas como o Brasil, mas capitalistas, têm tido este cuidado. O melhor exemplo deles são os próprios Estados Unidos, onde o banco sempre tem uma dimensão regional e não toma conta do território nacional com uma rede de agências, formando um verdadeiro esquema de poder.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, estas preocupações eram apenas para registrar, para aprofundar mais esta questão e ter o cuidado de não conferir o poder de emitir moeda para um setor que deve ser meio e não fim, como o setor financeiro do nosso País. Obrigado!

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Na forma do Regimento, só pode falar um orador por Partido. Já falou pelo PMDB o nobre Senador Dirceu Carneiro.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Acho que é um engano de V. Exª O Senador Dirceu Carneiro já não é do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Eu não tinha conhecimento deste fato. De modo que o engano é meu, o que mostra que a Presidência não sabe de tudo, não teve ainda conhecimento deste fato.

Tem V. Exª a palavra

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. João Menezes — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao Senador João Menezes, pelo PFL.

O SR. JOÃO MENEZES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Juta-

hy Magalhães, que falará como Líder do PMDB.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em poucas palavras, eu quero apenas fazer um registro.

O PMDB, sob a Liderança do nobre Senador Ronan Tito, vem, há muito tempo, lutando para aprovação deste projeto. E em entendimentos com representantes da Bancada que faziam certas restrições, principalmente a esse art. 5º, o nobre Líder Ronan Tito teve a preocupação de que se criasse a possibilidade da aprovação desta Mensagem, porque há uma necessidade absoluta de nós transformarmos em lei alguma coisa. O nobre Líder Ronan Tito entrou em contato com o Presidente da República e obteve esse entendimento, para que houvesse um compromisso público de Sua Excelência o Senhor Presidente da República vetar o art. 5º.

Este é o compromisso que está assumindo, com o aval dos nobres Líderes Ronan Tito e Edison Lobão, e temos que concordar e aceitar esse compromisso, porque não podemos duvidar da palavra do Senhor Presidente da República.

Então, o Sr. Presidente, nós todos, do PMDB, aprovando esses entendimentos, votaremos a favor da aprovação dessa matéria com esse compromisso de vetar o art. 5º

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador **Itamar Franco**, pelos "sem Partido" na Casa.

O SR. ITAMAR FRANCO (MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu já disse a V. Exª que eu represento aqui a maioria do povo que não tem Partido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Por isso mesmo, dei a palavra a V. Exª como representante dos "sem partido", que eu já integrei em outros tempos.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, durante vários dias tentamos chamar a atenção do Senado, respeitosamente, para este projeto do Chefe do Executivo, relativamente ao ouro. Continuamos entendendo, Sr. Presidente, que é um projeto falho sob o ponto de vista dos interesses nacionais. Um projeto que, evidentemente, vai trazer mais lucros às empresas multinacionais. Mas havia, sobretudo, Sr. Presidente, um artigo, que é o 5º, nós, inclusive, apresentamos uma emenda nesse sentido, suprimindo este art. 5º, e dizíamos, na ocasião, que era absolutamente inadmissível, quer do ponto de vista ético, político, quer do ponto de vista constitucional, pretender-se formular norma jurídica com efeitos retroativos, notadamente quando esta visa dar nova qualificação legal a fatos pretéritos. Ademais, o artigo cuja supressão defendíamos confere ao Banco Central do Brasil o poder absolutamente arbitrário de considerar como operações financeiras sujeitas ao regime do projeto aqueles negócios ou atos que assim entender devam ser. Era um artigo, Sr. Presidente, difícil, e o Senado não poderia, realmente, aprová-lo.

Eis que, assumindo, hoje, a tribuna, o Senador Edison Lobão, bem como no entendimento que fiz, também, com o nobre Líder Senador Ronan Tito — já, agora, confirmado pela Liderança do Senador Jutahy Magalhães — Sua Excelência o Senhor Presidente da República assume um compromisso — e nós, aqui, não vamos duvidar da palavra do Senhor Presidente da República — mas o Presidente Sarney assume o compromisso — Senador Jutahy, quando V. Exª vira o rosto e dá um sorriso, eu já começo a lembrar que V. Exª, um dia, acreditou e não foi correspondido; eu me preocupo, mas, de qualquer forma, é a hora, Sr. Presidente, de nós não duvidarmos, neste momento, da palavra de Sua Excelência o Senhor Presidente da República. O Presidente José Sarney, dizem as Lideranças desta Casa, aqueles que o apóiam, através da palavra do Senador Edison Lobão, que vai vetar o art. 5º Evidentemente, já não duvidaríamos da palavra do Presidente da República e muito menos de V. Exª, Senador Edison Lobão, que passa a assumir, neste momento, com a responsabilidade de Senador da República, o aval, diríamos assim, da palavra de Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

V. Exª foi mais além no seu pronunciamento, quando lembrou o requerimento de informações que fizemos com relação à Companhia Vale do Rio Doce. Essa companhia, que deveria ser muito cara a nós, de Minas Gerais, mas que infelizmente, às vezes, se esquece dos problemas mineiros, era uma companhia que deveria ter, inclusive, a sua sede no Rio de Janeiro. Eu gostaria, até, de lembrar, Senador Edison Lobão, apenas para efeito de divagação, neste momento em que encaminho esta matéria, Sr. Presidente, uma lira itabirana muito famosa, de Carlos Drummond de Andrade, quando se refere à Companhia Vale do Rio Doce dizia:

> "Oh! rio, é doce, ah! Vale, amarga. Aí, antes fosse mais leve a carga. Quantas toneladas exportamos de ferro, quantas lágrimas disfarçamos sem berro!"

Essa lira de Carlos Drummond de Andrade, Senador Edison Lobão, nos permite exatamente que, neste requerimento de informações, venha a Companhia Vale do Rio Doce prestar ao Senado da República aquilo que o Senado precisa saber. E através desse requerimento de informações estamos certos que V. Exª poderá elaborar um projeto mais adequado aos interesses nacionais, aos próprios interesses da Companhia Vale do Rio Doce.

Portanto, Sr. Presidente Nelson Carneiro, em respeito aos nobres Líderes Edison Lobão, Ronan Tito, Jutahy Magalhães e, certo de que Sua Excelência o Senhor Presidente da República vai vetar esse projeto e teremos oportunidade, na resposta do pedido de informações, de melhorar e apresentar novo projeto de interesse nacional, peço a V. Exª a retirada das emendas que apresentei, na expectativa, portanto, de que Sua Excelência o Senhor Presidente da República possa cumprir aquilo que assumiu com as Lideranças desta Casa, de vetar o art. nº 5.

Muito obrigado a V. Exª

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, verdadeiramente, recebemos uma comunicação do Palácio de que já estão preparando as razões do veto ao art. 5º, e por isso, fizemos o acordo para a votação do projeto do ouro, que está obstruindo a pauta há muito tempo.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, para pedir a V. Exª que fizesse soar as campainhas, para que os Srs. Senadores que estão nos gabinetes viessem aqui não só para votarmos o projeto ouro, mas, também, para que votássemos, hoje, a indicação do Ministro Sepúlveda Pertence, homem muito querido desta Casa. Se os Senadores acorrerem ao plenário, teremos **quorum** e poderemos fazer essa votação, hoje. De maneira que quero solicitar a V. Exª — desculpe a imprudência — fizesse soar as campainhas e convidar os Senadores para que viessem ao plenário. Agradeço a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O apelo de V. Exª será atendido.

O Sr. Mário Maia — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador **Mário** Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o meu Partido, o PDT, também participando dos entendimentos sobre o projeto, votará a favor do mesmo, como está, rejeitadas as emendas, como está sendo proposto pelas várias Lideranças. Havia uma preocupação de uma parte considerável dos Partidos políticos nesta Casa, mormente dos pequenos Partidos, quanto à aprovação do projeto com a significância expressa do art. 5º.

Entretanto, em decorrência dos entendimentos, esse artigo será aprovado, mas já com o entendimento da Casa de que será vetado pelo Presidente da República para, em seguida, ou a Casa tomar providências ou o Executivo tomar iniciativas de proposições que venham a aperfeiçoar essa matéria.

A alegação é a de que o País está completamente órfão de uma legislação que possa se adequar à movimentação e à exploração do ouro, que se estende por várias partes do Terri-

tório Nacional, nos garimpos que estão sendo explorados e descobertos a cada dia, quer em terra firme, quer no leito do rio, como acabamos de testemunhar agora, o número quase que incontável de balsas que estão se construindo para a exploração do ouro da aluvião no leito do rio Madeira. Informaram-nos que atualmente existem cerca de 3.500 balsas explorando o leito daquele rio aurífero, e que para este verão estão já em construção quase que outro tanto chegando a 5 ou 6 mil o número de balsas. Nós ficamos preocupados, inicialmente, com essa movimentação da extração do ouro de aluvião dos leitos dos rios, uma vez que a metodologia ainda primitiva da extração desse minério precioso é feito empregando-se uma quantidade substancial de mercúrio, e que esta substância, ao ser separada do ouro, por métodos convencionais primitivos, é jogado na natureza e levado pelas chuvas, pelas torrentes dos riachos, ou dos rios para o leito dos rios principais indo se depositar no fundo destes cursos d'águas. E que este acúmulo de mercúrio, ao fim de algum tempo, vai afetar a população de maneira indireta, Principalmente aqueles que se alimentam de peixes que têm o hábito de habitar as profundidades dos rios, que são os peixes chamados de couro, onde o mercúrio está depositado.

De modo que nessa legislação também, futuramente, têm-se que incluir os cuidados e as tecnologias adequadas para que a natureza seja preservada, no sentido de que produtos provenientes da tecnologia de exploração do ouro não sejam despejados na natureza, servindo de elemento tóxico.

Mas, para o nosso conforto, conversando com vários garimpeiros em nosso gabinete, ontem, eles nos informaram que a tecnologia nesse sentido já está bastante aperfeiçoada, de modo que o dejeto decorrente da purificação do ouro, após ser amalgamado com mercúrio, deixa um resíduo apenas de 5% ainda, que é jogado *in natura*, porém se aperfeiçoarmos os métodos de exploração, numa usina central, ficará praticamente isento da agressão da natureza, pelo mercúrio.

De modo que, na legislação futura, devemos também introduzir esses cuidados.

De resto queremos dizer que estamos solidários com o projeto e o PDT vai aprovar nos termos em que está sendo posto pelo acordo das Lideranças.

Era essa a comunicação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado, Senador.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º - Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 208, DE 1989

Requeiro, nos termos do art. 280 do Regimento Interno, a retirada da Emenda nº 2, de minha autoria, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989.

Sala das Sessões, 26 de abril de 1989. *Itamar Franco.*

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Aprovado o requerimento, fica retirada a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 209, DE 1989

Requeiro, nos termos do art. 280 do Regimento Interno, a retirada da Emenda nº 3, de minha autoria, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989.

Sala das Sessões, 26 de abril de 1989. *Itamar Franco.*

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Aprovado o requerimento, fica retirada a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 210, DE 1989

Requeiro, nos termos do art. 280 do Regimento Interno, a retirada da Emenda nº 4, de minha autoria, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989.

Sala das Sessões, 26 de abril de 1989. *Itamar Franco.*

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Aprovado o requerimento, fica retirada a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 211, DE 1989

Requeiro, nos termos do art. 280 do Regimento Interno, a retirada da Emenda nº 6, de minha autoria, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989.

Sala das Sessões, 26 de abril de 1989. — *Itamar Franco.*

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Aprovado o requerimento, fica retirada a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está em votação a matéria.

A votação se fará sem prejuízo das emendas restantes, contra o voto do Senador João Menezes.

Os Srs. que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 1989
(Nº 1.516/89, na Casa de origem)

De iniciativa do Senhor Presidente da República

Dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O ouro em qualquer estado de pureza, em bruto ou refinado, quando destinado ao mercado financeiro ou à execução da política cambial do País, em operações realizadas com a interveniência de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, na forma e condições autorizadas pelo Banco Central do Brasil, será, desde a extração, inclusive, considerado ativo financeiro ou instrumento cambial.

§ 1º Enquadra-se na definição deste artigo:

I — o ouro envolvido em operações de tratamento, refino, transporte, depósito ou custódia, desde que formalizado compromisso de destiná-lo ao Banco Central do Brasil ou a instituição por ele autorizada;

II — as operações praticadas nas regiões de garimpo onde o ouro é extraído, desde que o ouro na saída do município tenha o mesmo destino a que se refere o inciso I deste parágrafo.

§ 2º As negociações com o ouro, ativo financeiro, de que trata este artigo, efetuadas nos pregões das bolsas de valores, de mercadorias, de futuros ou assemelhadas, ou no mercado de balcão com a interveniência de instituição financeira autorizada, serão consideradas operações financeiras.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, as cooperativas ou associações de garimpeiros, desde que regularmente constituídas, serão autorizadas pelo Banco Central do Brasil a operarem com ouro.

Parágrafo único. As operações com ouro, facultadas às cooperativas ou associações de garimpeiros, restringem-se, exclusivamente, à sua compra na origem e à venda ao Banco Central do Brasil, ou à instituição por ele autorizada.

Art. 3º A destinação e as operações a que se referem os arts. 1º e 2º desta lei serão comprovadas mediante notas fiscais ou documentos que identifiquem tais operações.

§ 1º O transporte do ouro, ativo financeiro, para qualquer parte do território nacional, será acobertado exclusivamente por nota fiscal integrante da documentação fiscal mencionada.

§ 2º O ouro acompanhado por documentação fiscal irregular será objeto de apreensão pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 4º O ouro destinado ao mercado financeiro sujeita-se, desde sua extração inclusive, exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

Parágrafo único. A alíquota desse imposto será de 1% (um por cento), assegurada a transferência do montante arrecadado, nos termos do art. 153, § 5º, incisos I e II, da Constituição Federal.

Art. 5º É o Banco Central do Brasil competente para considerar como operações financeiras sujeitas única e exclusivamente ao imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, as operações com ouro, praticadas até a vigência desta lei, vedada qualquer tipo de restituição.

Art. 6º Tratando-se de ouro oriundo do exterior, considera-se Município e Estado de origem o de ingresso do ouro no País.

Art. 7º A pessoa jurídica adquirente fará constar, da nota fiscal de aquisição, o Estado, o Distrito Federal, ou o Território e o Município de origem do ouro.

Art. 8º O fato gerador do imposto é a primeira aquisição do ouro, ativo financeiro, efetuada por instituição autorizada, integrante do Sistema Financeiro Nacional.

Parágrafo único. Tratando-se de ouro físico oriundo do exterior, ingressado no País, o fato gerador é o seu desembaraço aduaneiro.

Art. 9º A base de cálculo do imposto é o preço de aquisição do ouro, desde que dentro dos limites de variação da cotação vigente no mercado doméstico, no dia da operação.

Parágrafo único. Tratando-se de ouro físico oriundo do exterior, o preço de aquisição, em moeda nacional, será determinado com base no valor de mercado doméstico na data do desembaraço aduaneiro.

Art. 10. Contribuinte do imposto é a instituição autorizada que efetuar a primeira aquisição do ouro, ativo financeiro.

Art. 11. O imposto será pago até o último dia útil da primeira quinzena do mês subseqüente ao da ocorrência do fato gerador.

Parágrafo único. A entidade arrecadadora repassará ao Estado, Distrito Federal ou Município, conforme a origem do ouro, o produto da arrecadação, na proporção do estabelecido no § 5º do art. 153 da Constituição Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhando uma cópia dos documentos de arrecadação ao Departamento Nacional de Produção Mineral.

Art. 12. O recolhimento do imposto será efetuado no município produtor ou no município em que estiver localizado o estabelecimento-matriz do contribuinte, devendo ser indicado, no documento de arrecadação, o Estado, o Território ou o Distrito Federal e o Município, conforme a origem do ouro.

Art. 13. Os rendimentos e ganhos de capital decorrentes de operações com ouro, ativo financeiro, sujeitam-se às mesmas normas de incidência do Imposto de Renda aplicáveis aos demais rendimentos e ganhos de capital resultantes de operações no mercado financeiro.

Parágrafo único. O ganho de capital em operações com ouro não considerado ativo financeiro será determinado segundo o disposto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa, requerimentos de destaque que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 212, DE 1989

Nos termos do art. 347, alínea **b**, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da emenda nº 1 ao Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 1989.

Sala das sessões, 26 de abril de 1989. — Sen. *João Menezes.*

REQUERIMENTO Nº 213, DE 1989

Nos termos do art. 347, alínea **b**, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da emenda nº 5 ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989.

Sala das Sessões, 26 de abril de 1989. — Sen. *João Menezes.*

REQUERIMENTO Nº 214, DE 1989

Nos termos do art. 347, alínea **b**, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da emenda nº 7 ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989.

Sala das Sessões, 26 de abril de 1989. — Sen. *João Menezes.*

REQUERIMENTO Nº 215, DE 1989

Nos termos do art. 347, alínea **b**, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da emenda nº 8 ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989.

Sala das Sessões, 26 de abril de 1989. — Sen. *João Menezes.*

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Passa-se à votação do Requerimento nº 212 destaque para a Emenda nº 1, de autoria do nobre Senador João Menezes.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação o Requerimento nº 213, destaque para a Emenda nº 5, de autoria do nobre Senador João Menezes.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Passa-se à apreciação do requerimento de destaque para a votação, em separado, da Emenda de nº 7.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) Passa-se à apreciação do Requerimento nº 215, de destaque para a Emenda de nº 8, de autoria do nobre Senador João Menezes.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Passe-se à votação em globo das emendas de parecer contrário.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes, para encaminhar.

O SR. JOÃO MENEZES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Senado ouve sempre V. Exª com o maior interesse.

Passe-se à votação em globo das emendas.

Os Srs. Senadores que as aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

São as seguintes as emendas rejeitadas:

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989, que "dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário", a seguinte redação:

"Art. 1º O ouro em qualquer estado de pureza, em bruto ou refinado, será desde a extração, considerado ativo financeiro ou instrumento cambial, quando destinado ao mercado financeiro ou à execução da política cambial do País, em operações realizadas exclusivamente com a interveniência do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, na forma e condições autotrizadas pelo Banco Central do Brasil."

EMENDA Nº 4

Suprima-se o art. 5º, renumerando-se os subseqüentes.

EMENDA Nº 7

Dê-se a seguinte redação ao art. 14 do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989, que "dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário":

"Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, cabendo ao Poder Executivo regulamentá-la no prazo de 30 dias."

EMENDA Nº 8

Acrescente, onde couber, ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989, que "dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário".

"Artigo — As instituições financeiras adquirentes de ouro de garimpo são obrigadas a participar, juntamente com as cooperativas ou associações de garimpos regularmente constituídas, de programas de assistência aos garimpos e da recuperação do meio ambiente, na forma a ser estabelecida em regulamento.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da participação de que trata este artigo são consideradas operacionais, para fins da legislação do Imposto de Renda, nos limites e condições a serem fixados em regulamento."

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Rejeitadas as emendas, a matéria vai á sanção do Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - **Item 2:**

> Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e Membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parte vetada: art. 4º

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente. Queria mais uma vez solicitar à Mesa e à Casa para que permitisse o adiamento dessa matéria porque os entendimentos ainda estão em prosseguimento e não chegaremos a uma conclusão.

Peço a V. Exª que consulte a Casa para ver se concordam com o adiamento da votação.

O PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o adiamento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — **Item 3:**

> Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1989 (nº 1.771/79, na Casa de origem), que dispõe sobre o Plano Nacional de Informática e Automação — Planin e confirma incentivos fiscais, tendo
>
> PARECER favorável, proferido em Plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão extraordinária anterior.

Passa-se à votação do Projeto, em turno único.

O Sr. Roberto Campos — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador Roberto Campos, para encaminhar a votação.

O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, os economistas são gente ousada. Dizem que eles se especializam em explicar hoje porque as teorias que não deram certo ontem darão certo amanhã.

Com a ousadia de que são capazes os economistas, proponho-me a analisar o Projeto de Lei da Câmara nº 5, não sob o aspecto econômico, mas sob o aspecto processual e constitucional.

Meus pontos de vista sobre as conseqüências econômicas da política de informática são bem conhecidos. É um desastre ecológico que retardou a participação do Brasil na corrida mundial da tecnologia.

Mas passemos à consideração do Projeto em si. Ele consta de dois artigos. No art. 1º se propõe que fique prorrogada por seis meses a vigência do Primeiro Plano Nacional de Informática e Automação.

Sr. Presidente, é impossível votar esse artigo sem que a comissão técnica adequada do Senado no caso a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, seja chamada a examinar o Planin e avaliar as peripécias de sua execução.

Em particular, entendo que deviam ser convocados ao Senado o Secretário da Ciência e Tecnologia e o Secretário Executivo da SEI para explicarem as seguintes matérias. Primeiro, qual o montante dos subsídios concedidos no ano passado? Segundo, qual o impacto estimado sobre a evolução da produção? Terceiro, qual a relação entre os incentivos e o déficit público, fator gerador da inflação? Quarto, quais as principais empresas beneficiárias dos incentivos? Quinto, que esclarecimentos teria a SEI a prestar no tocante a duas alegadas irregularidades na concessão de incentivos? Uma alegação é que algumas empresas que se beneficiam dos incentivos ainda não satisfizeram aos requisitos de empresa nacional, conforme o disposto no art. 12, da Lei nº 7.232; a outra seria a alegação de que algumas empresas estão se beneficiando dos incentivos à microeletrônica, não pela produção local, mas pela revenda de produtos microeletrônicos importados. Importação que a SEI concedeu a caráter exclusivo a determinadas firmas em detrimento da vedação constitucional de criação de obstáculos à concorrência.

Não estamos, portanto, Sr. Presidente, em condição de votar o art. 1º do Projeto de Lei nº 5. Seria inconcebível frivolidade fazê-lo.

Entretanto, Sr. Presidente, minhas objeções mais sérias são ao art. 2º. Este é patentemente inconstitucional. Depreco a atenção dos constitucionalistas da Casa, sobretudo, do nobre Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, que é, por assim dizer, nosso guardião da constitucionalidade, para o art. 171, § 1º, da Constituição Federal. Este artigo, assim reza, Sr. Presidente:

Art. 171., § 1º, item I:

> "Conceder proteção e benefícios especiais *temporários*, para desenvolver atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional, ou imprescindíveis ao desenvolvimento do País;"

Sublinhe-se, Sr. Presidente, a expressão *benefícios especiais temporários*. É meridiano e espero que assim o reconheça o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, — que ficam assim revogados quaisquer benefícios especiais do tipo permanente.

A Lei de Informática, como qualquer outra lei, não pode deixar de se adaptar ao novo mandato constitucional. No momento, essa Lei nº 7.232, prevê dois tipos de incentivos. O primeiro, são os incentivos temporários do art. 21, que consistem da dedução, nos exercícios financeiros de 1986 a 1995, do Imposto de Renda devido pelas pessoas jurídicas, desde que apliquem, diretamente, igual importância em ações novas.

Sr. Presidente, esse dispositivo é claramente constitucional, pois que o benefício é temporário. Durará apenas até 1995. Já o segundo tipo de incentivos, são os de caráter permanente, listados no art. 13, da mesma lei, a saber: isenção do Imposto de Importação, isenção do Imposto de Exportação, isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, isenção de Imposto sobre Operações Financeiras, deduções para pesquisa, depreciação acelerada dos bens destinados ao ativo fixo. Esses incentivos são incompatíveis com a Constituição atual. A Lei nº 7.232 tem que ser revista para especificar o limite temporal para quaisquer incentivos.

Dessa forma, Sr. Presidente, o art. 2º que confirma indiscriminadamente os incentivos fiscais, padece de gritante inconstitucionalidade. Só poderiam ser confirmados os benefícios temporários e os não permanentes, a saber: os do art. 21 e não os do art. 13. Sei que vários dos eminentes colegas têm muito mais entusiasmo pelo texto constitucional do que eu próprio. Apelo para que sejam coerentes na observância desse texto.

Espero, Sr. Presidente, que esta argüição de inconstitucionalidade, apesar de proveniente de um economista, seja válida e racional. Se desrespeitarmos, nesse caso, o texto constitucional, estaremos compactuando com sua demolição e justificando o dichote cínico de Getúlio Vargas: "As Constituições, como as mulheres, só são férteis quando violadas".

Muito obrigado. (Muito bem!)

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito, como Líder do PMDB.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Como Líder. Para encaminhar a votação sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas para dizer: se a prorrogação é por seis meses, a extensão do incentivo é por tempo determinado, portanto, não fere a Constituição.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O Sr. Roberto Campos — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria apenas de ponderar que a prorrogação de seis meses se refere ao Planin, não se refere aos incentivos fiscais. No texto atual, esses incentivos fiscais seriam prorrogados *sine die*, agravando, portanto, a definição de inconstitucionalidade proferida pelo ilustre Senador Cid Sabóia de Carvalho. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não havendo mais quem deseje encaminhar, em votação.

Os Srs. senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os Srs. Senadores Aureo Mello, Irapuan Costa Júnior, Carlos De'Carli, Roberto Campos pediram verificação de *quorum*.

Quatro Srs. Senadores pediram verificação de *quorum*.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito, pela ordem.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pela Ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é usual, nesta Casa, toda vez que se pede verificação de *quorum*, fazer soarem as campainhas para que os Srs. senadores acorram ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Se não houver número. Em havendo número, não há necessidade.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, solicito a V. Exª que me informe quais foram os quatro Srs. senadores que solicitaram a verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Foram os Senadores Aurelo Mello, Carlos De'Carli, Irapuan Costa Júnior e Roberto Campos.

O Sr. Jutahy Magalhães — Eu gostaria que ficasse registrado na mesa os nomes dos quatro Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sim, os quatro estão anotados. Na verdade, são cinco, pois também o Senador Jorge Bornhausen acompanha.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vai-se proceder à verificação de votação requerida.

Peço aos Srs. senadores que ocupem os seus lugares.

Como vota o Líder do PMDB?

O SR. RONAN TITO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PFL? (Pausa)

S. Exª não está presente.

Como vota o Líder do PSDB?

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PDS? (Pausa)

S. Exª não está presente.

Como vota o Líder do PTB?

O SR. AFFONSO CAMARGO — Questão aberta.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PDC? (Pausa)

S. Exª não está presente.

Como vota o nobre Líder do PDT?

O SR. MÁRIO MAIA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PSB?

O SR. JAMIL HADDAD — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PMB?

O SR. NEY MARANHÃO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa)

(Procede-se à votação.)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo
Chagas Rodrigues
Dirceu Carneiro
Divaldo Suruagy
Fernando Cardoso
Hugo Napoleão
Iram Saraiva
Itamar Franco
Jamil Haddad
José Agripino
Jutahy Magalhães
Lavoisier Maia
Leite Chaves
Márcio Lacerda
Mário maia
Maurício Corrêa
Mauro Benevides
Mauro Borges
Ney Maranhão
Pompeu de Sousa
Ronan Tito
Severo Gomes
Teotonio Vilela Filho
Wilson Martins.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Cid Sabóia de Carvalho
Irapuan Costa Júnior
Jorge Bornhausen
Mansueto de Lavor
Roberto Campos
Ronaldo Aragão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vai ser feita a apuração. (Pausa)

Votam SIM 24 Srs. Senadores e NÃO 6.

Não houve abstenções.

Total: 30 votos.

Não houve *quorum*.

Vou declarar suspensa a sessão por 10 minutos e mandarei tocar as campainhas.

O Sr. Mansueto de Lavor — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mansueto de Lavor.

O SR. MANSUETO DE LAVOR (PMDB — PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Quero retificar o meu voto que saiu "não" e eu queria votar "sim".

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu peço a V. Exª que mantenha aceso o painel.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, dos quatro Srs. Senadores que pediram verificação de *quorum* , apenas dois permaneceram aqui.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Não estou vendo aqui o Senador Aureo Mello; não estou vendo também o nobre Senador Carlos De'Carli e não estou vendo o Senador Rachid Saldanha Derzi. Dos cinco, três já desistiram. Então, peço a V. Exª que faça, de acordo com o Regimento, constar que caiu o pedido de verificação de *quorum* e está mantida a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Diz o Regimento:

> "Artigo 327 — VIII. Se, ao processar-se a verificação, o requerente não estiver presente ou deixar de votar, considerar-se-á como tendo dela desistido."

Somente votaram os Srs. Senadores Irapuan Costa Júnior e Jorge Bornhausen e o nobre Senador Aureo Mello não votou. Sendo apenas dois votos, o mínimo exigido de três, não há o que apurar.

Está aprovado.

O projeto vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Passa-se à votação em turno único do requerimento...

O Sr. Roberto Campos — Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu gostaria de saber o que se passou, pois V. Exª já havia suspendido a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O que se passou foi a ausência de V. Exª.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, a sessão já havia sido suspensa e, só por isso, o Senador Irapuan Costa Júnior, por exemplo, entre outros, não estava no plenário. V. Exª já havia declarado o resultado da votação e suspendido a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É verdade!

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o que foi levantado não foi por ausência em plenário. O que levantamos é que os Senadores que pediram verificação de *quorum* não votaram e seus nomes não ficaram registrados no painel. E diz o Regimento que quem pede verificação de *quorum* e não vota, perde o direito à verificação. O Regimento é claro.

O Sr. Irapuan Costa Júnior — Houve engano do meu Líder. Pedi verificação de *quorum* e meu nome se encontrava lá.

O Sr. Roberto Campos — Sr. Presidente, eu votei também.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa vai ler outra vez o texto do Regimento.

O texto do art. 327, VIII, diz o seguinte:

> "Se, ao processar-se a verificação, — ou se processou a verificação — o requerente não estiver presente ou deixar de votar, considerar-se-á como tendo dela desistido."

A listagem dos que votaram: Irapuan Costa Júnior, Jorge Bornhausen, Roberto Campos. V. Exª votou?

O Sr. Carlos De'Carli — Votei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Estavam presentes e não votaram...

O Sr. Carlos De'Carli — Sr. Presidente, mas são só três, não seis.

O Sr. Aureo Mello — Pelo a palavra para contestar, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos De'Carli — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador Carlos De' Carli.

O SR. CARLOS DE'ARLI (PTB — AM. Sem revisão do orador.) São necessários somente três Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A dúvida surgiu por que o nobre Senador Jutahy Magalhães não havia contado o voto do Senador Roberto Campos. Aqui, realmente, votaram três Srs. Senadores, que foram: Irapuam Costa Júnior, Jorge Borhausen e Roberto Campos. Portanto, houve o número regimental para a verificação.

O Sr. Áureo Mello — Perfeitamente. Sr. Presidente! Além disso o regimento declara "o requerente".

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)— Não o requerente, porque, hoje, os requerentes são três. O mínimo são três.

Vamos proceder à verificação.

Vou suspender a sessão por 10 minutos, fazendo soar as campainhas.

(Suspensa às 17 horas, a sessão é reaberta às 17 horas e 6 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está reaberta a sessão.

Peço aos Srs. Senadores que ocupem seus lugares.

O Sr. Mário Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Agora, nós vamos votar.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, só para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE(Nelson Carneiro) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG, pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores é só para um esclarecimento, Sr. Presidente, sobre a questão do pedido de verificação de *quorum*. Estamos com um regimento novo; um pede e três apóiam? O que é que reza o novo Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — "O requerimento de verificação de votação só será admissível se apoiado por três senadores". De modo que, a meu ver, se fosse dito "o requerente", seria diferente, mas aí é o requerimento. Se vier um requerimento subscrito por 3 Senadores, está suficiente, a meu ver.

O SR. RONAN TITO — Agradeço a V. Exª

O Sr. Mário Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC, pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, sobre a mesma matéria, em decorrência do inciso IV, que diz:

> "O requerimento de verificação de votação, como V. Exª leu, só será admissível se apoiado por três senadores".
>
> Fica estabelecido que o "apoiado" aqui significa subscrito pelos três? Um pede e os dois que apoiaram é como se tevessem subscrito também?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Se há um requerimento dizendo que o requerente será apoiado por três senadores...

O SR. MÁRIO MAIA — Subentende-se que está subscrito pelos três.

Agora, o inciso X diz o seguinte:

> Se, ao processar-se a verificação, o requerente não estiver presente ou deixar de votar, considerar-se-á como tendo dela destinado.

Então, nós queríamos que ficasse também estabelecida a conceituação da combinação do inciso X com o IV, uma vez que aqui fala no singular "o requerente" e, lá em cima, diz que os subscritores, que são três.

Então, aqui seria "os requerentes". O requerente passa para o plural, porque...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª pode ter duas interpretações diferentes: se V. Exª admite que três bastam para pedir a verificação, não pode querer que um somente esteja presente na hora em que essa verificação se realize. É preciso que, no mínimo, três dos subscritores estejam presentes na hora da votação do requerimento de verificação de votação.

O SR. MÁRIO MAIA — Então, Sr. Presidente, sugiro à Mesa que mande fazer uma verificação de correção de redação, colocando os requerentes. Fazer uma correção, colocar uma errata para compatibilizar o artigo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Veja V. Exª o art. 327, item II:

> "O voto dos líderes representará o dos seus liderados presentes..."

Basta o voto do líder, permitindo a declaração de voto em documento escrito a ser encaminhado à Mesa para publicação.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, ainda sobre essa questão, gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — De modo que aí já está dito. E o requerente pode ser um líder, desde que represente mais que três.

O SR. MÁRIO MAIA — Sim, mas, quando não for o líder...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Quando não for o Líder, a regra geral é que os três que podem estar presentes na hora da verificação.

O SR. MÁRIO MAIA — Para compatibilizar a redação, deveria estar no plural aqui, os requerentes.

O Sr. Áureo Mello — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não haverá prejuízo algum.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr.Presidente, parece-me, não tenho de cabeça, não tenho o número, mas me parece que existe no regimento um artigo que fala que os requerentes são todos os signatários de um requerimento.

Então, se para a verificação de*quorum* exige-se o requerimento de três, a expressão "o requerente" compreende os três, que têm que estar presentes. Não há nem a necessidade de se fazer modificação na concordância.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É. Isto é de autoria do regimento, não há dúvida alguma.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o nobre Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PSDB — SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queria manifestar o meu ponto de vista de que, na verdade, o Senador Mário Maia tem razão. Aqui se diz "o requerente" e ao apoio de mais três senadores, e a presença requerida é do requerente. Pode ser que isso seja uma incorreção nossa mas a presença requerida é a do requerente, os outros são apenas para encaminhar e apoiar. É a minha opinião. Mas, como V. Exª entende muito mais do Regimento eu só queria anotar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa foi autorizada a fazer as correções e as fará nesse sentido, para que estejam presentes, no mínimo, três senadores que tiverem requerido a verificação.

O Sr. Aureo Mello — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o nobre Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A vingar a tese do nobre Senador Aureo Mello, voltaríamos ao passado, antes da reforma do Regimento; bastaria um senador pedir a verificação desde que dois apoiassem. Então, se diria que era o requerente que seria apoiado. E, o que se diz, aqui, é que o requerimento é apoiado; o requerimento é apoiado por três senadores.

Portanto, quem apresenta o requerimento são os três senadores. Ele, sozinho não pode, nenhum sozinho pode comparecer à verificação e validar essa verificação. Acho que a Mesa interpreta o Regimento, porque nenhum texto pode ser interpretado isoladamente; toda lei é interpretada em conjunto, um dispositivo em harmonia com os outros. A intenção do legislador, o que nós votamos foi exatamente para evitar que um só senador paralisasse o Senado através de verificação. Desde que três peçam a verificação e os três estejam presentes, esses três têm direito. Se não estiverem presentes, a verificação cai.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, podemos votar?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Podemos votar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vamos proceder à verificação de votação solicitada.

Srs. Senadores, queiram ocupar os seus lugares.

A votação já foi feita e o projeto, aprovado. Houve um pedido de verificação e vamos agora votar se ratificamos ou não a decisão anterior.

O Sr. Carlos De'Carli — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador Carlos De' Carli, para uma questão de ordem.

O SR. CARLOS DE'CARLI (PTB — AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, somos três que estamos pedindo verificação de *quorum*. Então, é o Senador Roberto Campos, o Senador Irapuan Costa Júnior e eu, porque o Senador Bornhausen retirou-se do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Estamos conferindo; o Senador Aureo Mello está presente, então são quatro, e não só três.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa)

(Procede-se à votação.

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Alfredo Campos
Chagas Rodrigues
Dirceu Carneiro
Divaldo Suruagy
Fernando Henrique Cardoso
Hugo Napoleão
Iram Saraiva
Itamar Franco
Jamil Haddad
José Agripino
José Fogaça
Jutahy Magalhães
Lavoisier Maia
Leite Chaves
Louremberg Nunes Rocha
Mansueto de Lavor
Mário Maia
Mauro Borges
Nabor Júnior
Nelson Wedekin
Pompeu de Sousa
Ronaldo Aragão
Ronan Tito
Ruy Bacelar
Severo Gomes
Teotônio Vilela Filho
Wilson Martins.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Cid Sabóia de Carvalho
Irapuan Costa Júnior
João Calmon
João Lobo
João Lyra
Lourival Baptista
Roberto Campos.

ABSTÊM-SE DE VOTAR OS SRS. SENADORES:

Carlos de'Carli
Francisco Rollemberg.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA) — Vamos verificar quem não votou: o Senador Aureo Mello está presente; conta para o *quorum*. Com o Senador Aureo Mello presente e V. Exª, o número é 38. Deu *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Há *quorum* na Casa, há 39 Srs. Senadores. O Projeto foi aprovado.

O projeto vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, de 1989

(Nº 1.771/89, na Casa de origem)

Dispõe sobre o Plano Nacional de Informática e Automação — Planin, e confirma incentivos fiscais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica prorrogada, por 6 (seis) meses, a vigência do I Plano Nacional de Informática e Automação — Planin.

Art. 2º Para os efeitos do previsto no § 1º do art. 41, das Disposições Constitucionais Transitórias, ficam confirmados os incentivos fiscais contidos na Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984 e Lei nº 7.646, de 18 de dezembro de 1987.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O Sr. Irapuan Costa Junior — Peço a palavra, Sr. Presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra, para uma declaração de voto, ao nobre Senador Irapuan Costa Junior.

O SR. IRAPUAN COSTA JUNIOR (PMDB — GO. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de deixar registrado aqui, que a responsabilidade desta Casa é muito grande, na concessão de benefícios que, fatalmente virão a ocorrer com o dinheiro da Nação, para algumas poucas empresas, e o que é pior, de maneira flagrantemente inconstitucional. E quem diz isso não sou eu, é uma pessoa muito mais qualificada para fazê-lo, que é o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania desta Casa. Essa é a declaração de voto que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — **Item 4:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 206, de 1989, de autoria dos Líderes Jamil Haddad, Mário Maia, Marcondes Gadelha, Ney Maranhão e Chagas Rodrigues e do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos do art. 371, alínea

c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1987, do Senador Jamil Haddad, que define o crime de tortura e dá outras providências.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, o Projeto de Lei do Senado, nº 28, será incluído em Ordem do Dia na 4ª sessão ordinária subseqüente, nos termos do art. 380, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — **Item 5:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 184, de 1988, de autoria da Comissão Diretora, que dispõe sobre o funcionamento do Pecúlio do Senado Federal e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

A matéria constou da Ordem do Dia, de 11 corrente, tendo a discussão adiada a requerimento do Senador Maurício Corrêa, para a presente sessão. Até essa data, algumas proposições foram incluídas em Ordem do Dia, pendentes de parecer porque se aguardava aprovação do Projeto de Resolução que adaptava o Regimento Interno às novas disposições constitucionais, e a definição das atribuições das Comissões permanentes já previstas pelo citado projeto.

Com a promulgação, em 19 deste mês, da Resolução nº 18, de 1989, e estando em pleno funcionamento a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, à qual foi a matéria despachada, a Presidência encaminhará o Projeto de Resolução nº 184, de 1988, ao seu exame, retirando-o, em conseqüência, da pauta dos trabalhos, devendo aquela Comissão examiná-la à vista das disposições contidas no art. 95-B do novo Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Encerrada a matéria constante da Ordem do Dia, voltamos à lista de oradores. Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, como tem sido dito por numerosos e dedicados educadores, a educação é entendida nos países desenvolvidos como uma ampla e arborizada avenida. Numa das margens desta avenida é o reinado da cultura. Na outra margem impera a economia. E é assim que a educação atua em todos os países que superaram a barreira do subdesenvolvimento: de um lado, as tradições, os hábitos, os costumes, as artes, a língua, a cultura de um povo; de outro lado, a produção econômica. Estes são os balizamentos da educação. Aí estão os fatores determinantes que a política educacional obedece em todos os países do primeiro e do segundo mundo.

Ainda há pouco foi divulgada uma pesquisa internacional, promovida pela União dos Bancos Suíços, que indica o padrão da remuneração de professores primários no mundo. No Canadá, na Alemanha, nos Estados Unidos, na Suíça e no Japão o professor primário recebe salário anual que varia, em dólares, de 32 mil em Chicago a 57 mil em Genebra. No Brasil, o salário anual do professor está ao redor de 1.600 dólares - no Estado do Rio de Janeiro - isto é: de 20 a 35 vezes menor que o do colega do Hemisfério Norte.

Em nosso País a educação nunca foi levada a sério. Nunca obedeceu a esses balizamentos da cultura e da economia. Sempre foi atrelada a interesses multinacionais. Quando não era o interesse da Igreja, através dos jesuítas, logo depois do descobrimento do Brasil, era o interesse da Corte de Portugal. E assim foi por toda a vida, até culminar, recentemente, com interesses econômicos e culturais dos países desenvolvidos, em detrimento de nossos próprios interesses, a exemplo do Acordo MEC/USAID.

Hoje, a educação brasileira está ao abandono. É certo que a nossa já ultrapassou os limites do conjuntural e nos encontramos à deriva no maremoto da crise estrutural. Nossos grandes problemas, portanto, não são exclusivos da educação. No entanto, o mais amplo, rápido e certeiro caminho para a superação da crise brasileira é por certo da educação. Sabe-se que este é o caminho de maior rentabilidade e no mais curto prazo.

É preciso não ter dúvidas a esse respeito. Todos os países do mundo desenvolvido, sem uma única exceção, atingiram a esses patamares de riqueza através da educação de seus povos. Na década de cinqüenta, a renda *per capita* japonesa era idêntica à brasileira. Por que, então, os desníveis hoje verificados? A diferença da renda *per capita* entre o Brasil e o Japão é de 14 vezes! Por quê? A resposta está na educação. Não se desenvolve tecnologia e tampouco ciência sem educação. Na verdade, sem educação não se consegue nem mesmo copiar tecnologias.

A educação no Brasil é, talvez, a maior vítima do desânimo e da descrença que se abateram sobre o País. Além de sua completa dissociação de nossa realidade cultural e econômica, a Política Educacional brasileira, há séculos, humilha o mestre-escola, o professor, o auxiliar de ensino com salários incompatíveis com a dignidade da pessoa humana.

Por outro lado, esses quadros, esses recursos humanos respeitáveis são submetidos a conjunturas circunstanciais, a crenças e teorias econômicas de autoridades passageiras nos cargos que ocupam, mas perenes nos malefícios que causam à educação, à juventude e ao próprio País.

Cada ano que passa nesta desordem educacional representa décadas de atraso.

É preciso valorizar a educação no País. De imediato, o ponto mais fraco dessa cadeia de carências é o professor. Alguma coisa tem que ser feita. E alguma coisa tem que ser preservada neste Governo. O fracasso governamental não pode ser uma linha horizontal sem fim. É preciso interromper e imediatamente esta linha de mediocridade administrativa, caso contrário, o preço que a nação pagará no futuro será infinitamente superior aos elevados custos sociais que o povo brasileiro vem pagando há muito. É preciso que alguma coisa seja preservada. No aspecto da educação, pelo menos os professores devem ser preservados. Que não sejam desagregados, que seja feito um mínimo para retê-los com honra, com respeito. A educação não pode ser o leito, onde desaguam todas as frustrações e incapacidade do Governo.

Por tudo isto, Sr. Presidente e Srs. Senadores lanço o meu apelo daqui:

— Mais verbas para a educação!

— Melhores salários para os professores!

Muito obrigado. (Muito bem!)

(Durante o discurso do Sr. Mário Maia O Sr. Nelson Carneiro deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Pompeu de Sousa.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Com a palavra o nobre Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero fazer um apelo à Mesa para que se marque uma sessão extraordinária para amanhã, se possível no período da manhã, para que possamos votar a legislação eleitoral que foi aprovada na Câmara dos Deputados, por acordo de Lideranças.

Todos os Partidos com assento naquela Casa, na Câmara dos Deputados, aprovaram o projeto julgando-o bom.

Dessa forma, quero fazer este apelo ao Presidente, no sentido de que marcássemos essa sessão extraordinária para amanhã. Comprometo-me a colher a anuência dos outros Líderes, devido à urgência.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Presidência esclarece ao nobre Líder do PMDB de que isso já foi objeto, inclusive, de um informe da Mesa de uma comunicação da Presidência, hoje, na parte inicial desta sessão, de que amanhã, dia 27 do corrente, às 10 horas, haverá sessão conjunta do Congresso Nacional, destinada a comemorar o dia universal da classe trabalhadora, a ser celebrado no dia 1º de maio próximo. De modo que isso impossibilita uma sessão extradordinária. Incluiremos a matéria na pauta da sessão ordinária, na parte da tarde. E a Mesa faz um apelo a V. Exª, como Líder do Partido majoritário, que mobilize a sua tropa para dar número:

O SR. RONAN TITO — Agradeço a V. Exª convido os companheiros e encareço aos Senadores que estão nos seus gabinetes que não deixem de estar presentes amanhã, na sessão do Congresso Nacional, quando o Senador Mansueto de Lavor fará um pronunciamento a respeito do Dia do Trabalho. Tenho certeza de que a Casa será brindada com excepcional discurso e, por isso mesmo, convido a todos os Srs. Senadores que não percam

a sessão amanhã. A classe obreira do Brasil bem a merece, pois é muito sacrificada. Por isso mesmo, amanhã teremos a comemoração, por antecipação, do "Dia do Trabalho".

O apelo fica aos Srs. Senadores que estão nos gabinetes e aqui neste plenário, para que estejam presentes amanhã, na sessão extraordinária, a fim de que possamos apreciar a indicação do Ministro Sepúlveda Pertence que, sei, será com a unanimidade da Casa e, por isso mesmo, estamos precisando apenas de *quorum* para que votemos amanhã...

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Exª um aparte, nobre Líder?

O SR. RONAN TITO — Pois não!

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Líder, apenas para assegurar à V. Exª que, amanhã, aqui estaremos para participar dessa sessão magna, com a qual o Congresso Nacional antecipa a comemoração do Dia do Trabalho, rendendo a homenagem de apreço àqueles que, diuturnamente, com a sua labuta, constroem a grandeza do País. Eu, como liderado de V. Exª, atendendo ao seu apelo e à convocação da Mesa, terei imenso prazer de participar desse acontecimento que vai assinalar, sobretudo, a identificação do Senado da República, do Congresso Nacional, com uma data para a qual convergirão no dia 1º — e nós vamos comemorar com antecipação — as atenções e, mais do que as atenções, as esperanças e o reconhecimento de toda a comunidade brasileira.

O SR. RONAN TITO *— Agradeço penhoradamente a V. Exª e convido os outros companheiros a estarem todos presentes amanhã para essas duas sessões, a do Congresso e à tarde, a do Senado Federal, a fim de que possamos aprovar o nome de Sepúlveda Pertence para Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O apelo de V. Exª, é subscrito pela Mesa que faz um apelo a todos os Srs. Senadores, para que aqui estejam presentes, não só para votar a matéria da eleição presidencial, que é capital, como votar a indicação do novo Ministro do Supremo Tribunal Federal. Devo dizer ao nobre Líder do PMDB que este eventual Presidente usou a expressão: "V. Exª mobilize a sua tropa", em sentido jocoso, V. Exª não é comandante, é Líder; a sua Bancada não é de praça de pré"...

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, nos meus 30 anos de vida pública; tive ocasião de acompanhar, às vezes apenas como assistente, outras influindo, e outras, mesmo, protagonizando, diversos acontecimentos políticos e sociais de meu tempo.

Foram muitas alegrias, e, também numerosas decepções. Muitas surpresas: algumas agradáveis, outras não. Jamais, entretanto, fui praticante do pessimismo mau-agourento, nem tampouco do otimismo ufanista, ambos, cada qual a seu modo, propriciadores da inércia, da falácia e da inação. Pelo contrário, com um pé no sonho e outro na realidade, sempre procurei agir realisticamente, na esperança de contribuir, com meu trabalho, para o atingimento das soluções dos difíceis problemas enfrentados por nosso povo, seja meu sofrido povo baiano, seja meu sofrido povo nordestino, seja meu sofrido povo brasileiro.

Sei que não sou o único homem digno que procura trabalhar, em sua área, a seu modo, para a construção de um Brasil melhor. Sei que somos muitos. Mas como é dura nossa luta! Os gigantes que temos pela frente, a nos desafiar, não são moinhos de vento.

Há um ideal que nos guia, os que pensamos desta forma: é a busca da Justiça, tanto a justiça para o indivíduo, quanto a justiça em sua realização social, duas faces inseparáveis, as quais, isoladamente, jamais poderão concretizar o ideal que perseguimos.

Como já disse, não sou pessimista. Acredito na capacidade do homem brasileiro em superar-se a si mesmo na busca de solução para seus graves problemas, de forma digna, honesta e equilibrada. Mas como tenho me surpreendido, ultimamente...

É de assombrar a constância com que o desrespeito à lei e aos direitos individuais dos cidadãos vem vicejando e crescendo em nosso País.

É de espantar a tolerância com que a maioria dos cidadãos, mesmo aqueles investidos de autoridade, do poder dever de lutar para que essa situação seja modificada, tomam contato com ela e a aceitam.

Temos problemas sociais seríssimos. Temos problemas econômicos de gravidade. Temos uma crise política em marcha, agudizada pela interminável continuidade do chamado período de transição, que não acaba nunca. Mas temos, como suporte, alimentador e agravante de todos esses problemas, uma insuportável degenerescência moral, uma inconsciência, uma ausência de solidariedade, um salve-se-quem-puder, um individualismo exacerbado, um descaso com a lei, uma falta de visão integrada dos problemas que atingem nosso País, exigindo resposta.

Um exemplo desse clima de iniqüidade pude ver, há poucos dias estarrecido, na televisão. O noticiário mostrou um trecho da rodovia Belém-Brasília, destruído pelas chuvas, formando um buraco cheio d'água, interrompendo a passagem pela pista. Vários passageiros de ônibus, sem condições de ficarem retidos vários dias, aguardando o conserto da rodovia, arriscaram-se a passar para o outro lado. Para tanto, passam por dentro d'água, arricando a vida, agarrados a uma corda presa de cada lado do buraco. Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o indivíduo que era o dono da corda e colocou para permitir a travessia, cobrou de cada usuário a módica quantia de cinco cruzados novos! Cinco cruzados novos, Srs. Senadores, para ficar encharcado e arriscar a vida. Sem tocar no problema mais sério dessa situação toda, que é a ausência de conservação das estradas, e a omissão da Polícia Rodoviária, que deveria estar presente para auxiliar essas pessoas, eu pergunto apenas: aonde foi parar a solidariedade? Como podemos assistir calados à exploração desumana do desespero alheio?

Não é à-toa que muitos entendem que o problema de nosso País, hoje, é, acima de tudo, moral. Diz-se mesmo que, antes do pacto social, pre samos é de um pacto moral, pois não há nfiança, não há sinceridade, não há respeito, não há altruísmo, não há desprendimento.

Há, também, quem diga que a falta de justiça em nosso País é a origem da corrupção que grassa em todo o território nacional, pois ninguém é punido.

De fato, se há um remédio que pode fazer com que reencontremos, ainda que paulatinamente, nosso caminho, esse remédio é, sem dúvida, o da educação, o do respeito à lei, o da aplicação incondicional da justiça.

Mas a administração desses remédios é, também, um processo acidentado e difícil. Ainda há pouco tempo, quando da argüição pública do Procurador-Geral da República, em Comissão desta Casa, indaguei de S. Exª as providências que a Procuradoria estaria tomando a propósito de representação em ação penal que dirigi àquele órgão, solicitando a promoção de ação de injúria, junto ao Supremo Tribunal Federal, contra o Ministro de Estado das Comunicações, que me enviou telex com graves ofensas à minha pessoa.

Fui informado, então, que o assunto ainda estava sendo examinado pela Procuradoria o que me levou a protestar, indignado, pois tal demora consumiu o prazo legal de seis meses que o Código Penal fixa para a formulação de queixas nas ações penais privadas. Ou seja, se o Procurador-Geral vier a entender que não cabe contra o Ministro a ação pública, terei sido vilipendiado em meu direito, pois já não há prazo para o ingresso de uma ação privada.

Esse meu protesto, feito em um plenário composto, em sua quase totalidade, por cultores do direito e da justiça, passou praticamente despercebido, numa prova de como já aceitamos pacificamente o desrespeito aos mais comezinhos direitos de cada cidadão.

Há poucos dias, em meu Estado, participei de programa (Video-Clip"), sobre a administração do Governador Waldir Pires, que seria transmitido por todas as emissoras locais. Qual não foi minha supresa ao ver que a TV Bahia, devido à minha participação, censurou totalmente o programa, deixando de levá-lo ao ar sem explicação nenhuma.

Vejam, Sr. Presidente e Srs. Senadores, fizemos uma Constituição amplamente democrática, que procurou dar a máxima abrangência ao direito de expressão, proibindo todo o tipo de censura ideológica ou artística sobre os meios de comunicação, para sermos vítimas de alguns dos proprietários desses mesmos meios, que censuram-nos por nossas posições políticas, violando frontalmente o direito de informação da população!

Essa é uma situação que não pode, não deve e não vai continuar!O Congresso Nacio-

nal, e especialmente o Senado Federal, a cujos membros me dirijo, não pode compactuar com essa situação de abuso, desrespeito e ignomínia.

Nós temos várias formas para agir. Em primeiro lugar devemos trabalhar arduamente para confeccionar as leis que vão disciplinar nosso novo ordenamento constitucional, buscando ordenar de forma mais democrática e justa possível nossa sociedade.

Em segundo lugar, cabe a nós, com nosso trabalho desinteressado, voltando ao bem-estar social e à garantia dos direitos fundamentais do cidadão, darmos o exemplo de que a Nação tanto carece e mesmo exige de nossas autoridades, neste momento.

E, finalmente, com a coragem dos que nada têm a temer, por que falam em nome de seus eleitores, de seu povo, cabe-nos denunciar desta tribuna, e em todas que estiverem disponíveis, todas as violações aos direitos individuais, aos direitos sociais, ao nosso ideal de justiça! Repetidamente, incansavelmente, indignadamente. Indignadamente, repito, e não com a tolerância e aceitação passiva que vem marcando a atuação de tantos que tinham de agir de modo diferente. E que seja esse meu compromisso. Porque, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o dia em que eu perder a capacidade de me indignar, não terei mais papel a cumprir nesta Casa.

Era o que tinha a dizer. Obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: as chuvas que estão assolando grande número de municípios no Ceará, na Paraíba e em Pernambuco atingiram também, com a mesma intensidade, o Estado de Sergipe, provocando grandes inundações.

Em São Cristovão, o rio Paramopama transbordou, havendo 25 casas danificadas com 75 famílias e cerca de 270 pessoas desabrigadas. O Prefeito Lauro Rocha tomou providências no sentido de socorrer essas pessoas em prédios da Prefeitura, fornecendo-lhes alimentação e remédios.

Em Laranjeiras, a enchente do rio Cotinguiba invadiu grande trecho da cidade, danificando casas e monumentos históricos, além de desalojar 375 pessoas.

Também o Prefeito Antonio Carlos Leite Franco, no limite das escassas possibilidades da Prefeitura, alojou as famílias desabrigadas em prédios do Estado e da municipalidade.

O Governador Antonio Carlos Valadares, acompanhado do Secretário Luis Eduardo Costa, João Machado Rolemberg, José Sizino da Rocha e Léo Filho, visitou as duas cidades.

Ocorre, no entanto, que os prejuízos e danos provocados pelas enchentes são de grande vulto, ultrapassando a limitada capacidade daquelas prefeituras e do próprio Governo Estadual no sentido de socorrer as famílias desabrigadas.

Por esse motivo, torna-se indispensável a imediata atuação dos Ministérios do Interior, da Saúde, da LBA e outros órgãos governamentais, visando a atenuar os efeitos da calamidade que desabou sobre São Cristovão e Laranjeiras, encaminhando para esses municípios recursos suficentes para aquisição de medicamentos, alimentação e assistência médica, além dos auxílios para reconstrução das casas e monumentos danificados.

São estas as razões pelas quais dirijo aos ilustres Ministros João Alves Filho e Seigo Tsuzuki um veemente apelo no sentido de que os órgãos especializados dos respectivos ministérios acudam os habitantes e as prefeituras daquelas cidades sergipanas, proporcionando-lhes os recursos que já foram solicitados pelas autoridades estaduais e municipais.

Era esta a sucinta comunicação que desejava fazer nesta oportunidade. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a avicultura cearense atravessa, na presente conjuntura, crise das mais dramáticas, para cuja superação está sendo reclamada a ação imediata do Governo federal, através do Ministério da Agricultura.

A inexistência de abastecimento do principal insumo da ração avícola, no caso o milho, tem sido fator de angustiante inquietação, sem que as autoridades competentes hajam adotado, até agora, medidas saneadoras, capazes de corresponder à demanda do produto.

Sobre o assunto, aliás, recebi longo telex do vice-Governador Francisco Castelo de Castro, com minucioso relato das dificuldades experimentadas pelos avicultores do nosso Estado.

Eis a íntegra do referido telex:

"Retransmito Vossa Excelência telex enviado nesta data ao Excelentíssimo Senhor Ministro Iris Rezende:

Cumprimentando-o, trago à consideração necessária e judiciosa de Vossa Excelência assunto que respeita ao momento de extrema gravidade por que atravessa a avicultura de nosso Estado. Permito-me, destarte, alinhar, abaixo, os seguintes itens:

a) inexiste abastecimento do principal insumo da ração avícola — milho — cuja participação é da ordem de 65 por cento;

b) os produtores vem adquirindo o produto na região Centro-Oeste que, pelo valor da saca de 60Kg, mais frete e imposto, chega a este Estado por NCZ$ 12,50 (doze cruzados novos e cinqüenta centavos);

c) os produtos avícolas foram tabelados nos mesmos níveis da região acima referida, onde uma saca é comercializada a NCz$ 7,00 (sete cruzados novos), o que representa uma diferença acentuada entre as regiões produtoras, e um tratamento inexplicavelmente discriminado;

d) a população nordestina tem como maior alternativa ou melhor opção para suprimento de suas necessidades protéicas os produtos avícolas — frangos e ovos — mais acessíveis ao seu já exaurido poder aquisitivo;

e) portaria assinada por Vossa Excelência determinada um preço de intervenção na base de NCz$ 9,08 (nove cruzados novos e oito centavos) por saca de 60Kg;

f) necessidade imprescindível à segurança do abastecimento do produto em lide com a região Nordeste, para que este segmento, vital e importante de nossa economia, emerja da crise atual.

Em face do exposto, venho encarecer a Vossa Excelência que seja determinada a necessária e pronta renovação de estoques de milho da CFP para o Nordeste ou a alteração nas tabelas de preço na proporção dos custos que foram elevados.

Certo da acolhida ao solicitado, renovo a Vossa Excelência meus sentimentos de elevada estima e distinguido apreço. Atenciosamente, *Francisco Castelo de Castro* — Governador do Estado do Ceará, em exercício."

Sr. Presidente, trazendo a questão ao conhecimento do Senado Federal, desejo que o Ministro da Agricultura consiga deslindá-la com a maior urgência, suprindo o mercado, com a renovação dos estoques da CFP.

É o apelo que transmito ao Dr. Iris Rezende, secundando a manifestação dos avicultores cearenses.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: o estado que se arroga o direito de fazer de tudo um pouco, acaba por não fazer coisa alguma. Na pretenção de abarcar todos os setores da atividade humana, o Estado brasileiro mergulhou na crise que aí está e não consegue atender a áreas essenciais que seriam de sua competência original e a razão mesma de sua existência como Estado. Tudo anda mal neste País. Mas, sobretudo, andam mal a saúde, a segurança e a educação.

Sr. Presidente, em virtude dos cortes orçamentários efetuados na esfera do Ministério da Educação, nosso ensino público de nível superior acaba de chegar ao fundo do poço. Aqui, a falência é geral e a crise já compromete, não só a qualidade do ensino, mas a própria continuidade das instituições educacionais.

Exemplo gritante desse estado de coisas é a universidade Federal de Santa Catarina. A crise financeira que vive aquela instituição é de tal gravidade, que já estão faltando ali o álcool e o papel para mimeógrafo, o giz e a ração para as cobaias do Biotério Central.

Professores já estão tirando dinheiro do próprio bolso para comprar material didático e a reitoria foi obrigada a desviar dinheiro de outro setor para a compra de ração balanceada, impedindo assim que as seis mil cobaias do biotério morressem de fome.

Depois de ter solicitado NCz$ 21.815,00 para aquisição de material de consumo durante o ano de 1989, o biotério obteve a liberação de NCz$8.500,00. Com a contenção de 50% em Outros Custeios de Capital, ainda em vigor, essa importância transformou-se em 12 mensalidades de NCz$ 708,00. Ora, só com os 4.210 quilos de ração consumidos a cada 30 dias, são gastos, em média, NCz$ 2.100,00. Além da redução drástica de recursos, o Governo ainda pratica a contenção e o parcelamento. É o sistema conta-gotas, Sr. Presidente, verdadeira tortura financeira, que vai matando lentamente as instituições oficiais de ensino.

O Conselho Universitário da UFSC considera este o pior momento já vivido pela instituição, desde que foi criada em 1963. No limiar do século XXI, a universidade vive uma crise sem precedentes, em decorrência da política econômica que reduziu drasticamente o OCC dessa instituição. Destinado à manutenção e à compra de material, o OCC representava, há alguns anos, cerca de 30% do Orçamento Geral das universidades. Mas, em virtude dessa malfadada política econômica, a relação Outros Custeios de Capital/Orçamento Geral caiu para 7% em 1987, baixou para menos de 5% em 1988 e desceu para 2,39% no Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional. Despencou, finalmente, para 1,17%, após o enxugamento de 50% feito pelo Presidente da República! Isso quer dizer que, enquanto a folha de pagamento de pessoal da UFSC absorverá NCz$ 119.375.000,00 em 1989, as verbas para suas demais necessidades ficam estabelecidas em NCz$ 1.431.000,00. Essa importância torna inviáveis, entre outras coisas, a assinatura de jornais científicos, a recuperação e manutenção do acervo, o pagamento de correio, energia elétrica e telefone e o funcionamento do núcleo de processamento de dados, sem falar do restaurante universitário.

O OCC, Sr. Presidente, é o combustível da máquina universitária, é o oxigênio do organismo acadêmico. Com esses cortes orçamentários a UFSC está sendo violentamente sufocada em suas atividades educacionais, num evidente atentado à sua autonomia administrativa, garantida pela nova Constituição. E mesmo que fosse revista pelo Congresso Nacional a contenção de 50% em Outros Custeios de Capital, a UFSC somente teria recursos para funcionar até o mês de julho próximo, segundo levantamentos do Conselho Universitário.

Esta, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a situação da Universidade Federal do meu querido Estado de Santa Catarina. Um exemplo entre muitos, do estado de penúria a que chegaram as instituições federais de ensino superior deste País. Oitava economia do mundo, o Brasil ocupa o 80º lugar em volume de recursos destinados à educação. Por isso mesmo, ostenta sete milhões de crianças fora da escola, trinta milhões de analfabetos e 85% de seus habitantes não concluem o ensino fundamental.

Existem dificuldades? Sim. O País está em crise? Há escassez de recursos? Não negamos. Mas vale aqui também o que se diz para as pessoas muito ocupadas, que nunca têm tempo para nada: "tempo é uma questão de preferência" e sempre se arranja algum para aquilo que se julga importante. Em meio a tantos problemas, o Governo tem as suas prioridades para as quais não faltam recursos. A Ferrovia Norte—Sul acaba de inaugurar o seu primeiro trecho, que custou a bagatela de 150 milhões de dólares. A liquidação extrajudicial do BRDE custou ao Tesouro Nacional a importância de 750 milhões de cruzados novos!

Recursos, Sr. Presidente, é uma questão de preferência, apesar de tudo. E é por isso que lanço aqui e agora o meu protesto e faço o meu apelo: é preciso reverter neste País a ordem de prioridades na gestão da coisa pública. É preciso que se atenda, em primeiro lugar, àquilo que é a razão de ser do Estado e, portanto, de todo governo democrático: as necessidades básicas da população. É imperioso salvar a educação nacional, se queremos salvar o Brasil!

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 5, DE 1988
(Art. 4º, *in fine*,
da Resolução nº 157, de 1989)

Votação, em turno único do veto parcial aposto ao Projeto de lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e Membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parte vetada art. 4º

— 2 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 19, DE 1985

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1985 (nº 2.789/83, na casa de origem), que dá o nome de "Guarulhos" ao Aeroporto em construção no município paulista do mesmo nome e determina outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 403, de 1985, da Comissão — *de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.*

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 35 minutos).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. AUREO MELLO NA SESSÃO DE 24-4-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. AUREO MELLO (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, há 40 anos, em Manaus, um jovem estudante idealista, pobre, corajoso, aluno do Colégio Salesiano, Colégio Dom Bosco, iniciava-se nas lides da imprensa tendo ao seu lado Ubiratan de Lemos e este modesto representante que aqui lhes fala e fundava um jornal cujo nome-inspirado, se não me engano, por Ramaiana de Chevalier, intelectual amazonense que pontificou nas áreas do Rio de Janeiro e autor de renome nacional, além de médico de nomeada é *A Crítica.*

A Crítica é um jornal que, pouco a pouco, foi se tornando um motivo de admiração e uma segunda natureza de toda a população do meu Estado. O jovem a quem me referi, Umberto Calderaro Filho, seu diretor e fundador, era e é um desses vocacionais para a imprensa. Desde criança, nos educandários que perlustrou, ele já fazia aqueles famosos "jornais de truma", jornais de sala, e foi sempre, por assim dizer, uma revelação. Desde cedo, ele aflorou na conquista dos espaços do hoje chamado Quarto Poder. Pouco a pouco o seu jornal alcançou patamares que, no crescimento conseqüente do trabalho de Calderaro, da sua capacidade, chegou ao ponto de ser um órgão de imprensa que detém, pelo menos, 80% da circulação jornalística na Capital e em todo o Estado do Amazonas.

Depois disso, evidentemente, veio se juntar a esse jornal o elenco de outros veículos de comunicação, apareceu a TV A CRÍTICA, outrora pertencente aos Diários Associados, e duas emissoras de rádio. *A Crítica* sempre esteve unida espiritualmente ao grande jornal paraense *O Liberal* e em franca e favorável coabitação com o jornal dos *Diários Associados do Amazonas,* que era o tradicional *Jornal do Commércio,* do qual tive a honra de ser, antes o redator-secretário, dirigido, ao tempo, pela figura austera e competente de João Calmon. E assim *a Crítica* conseguiu se tornar um verdadeiro paradigma de órgão de imprensa: moderno, admirável é motivo de orgulho para o nosso Estado, com um plantel de jornalistas dos mais capacitados e um poderio gráfico realmente invejável.

Agora, no ensejo da comemoração dos 40 anos de fundação de *A Crítica,* em Manaus, houve uma festa invulgar, que não poderia deixar de ser assinalada, aqui, pelo representante daquela população, que admira, sincera e calorosamente, aquele jornalismo que ali se faz, em que o homem de imprensa é, antes de tudo, um verdadeiro magistrado, procu-

rando colocar os interesses pessoas abaixo dos interesses coletivos e a justiça acima de qualquer conveniência, de qualquer motivação subalterna que desfigure ou enfeie a nobre profissão de jornalista.

O Sr. João Calmon — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Aureo Mello?

O SR. AUREO MELLO — Tenho muita honra em conceder o aparte ao nobre Senador e Jornalista João de Medeiros Calmon.

O Sr. João Calmon — Nobre Senador Aureo Mello, desejo solidarizar-me com a justa homenagem que V. Exª presta, nesta sessão, a Umberto Calderaro, um notável jornalista e empresário que, hoje, detém a liderança incontestável da área de comunicação social do Amazonas através de *A Crítica* e de duas estações de rádio, AM e FM, e de uma estação de televisão, a TV Baré. Umberto Calderaro é realmente um realizador extraordinário. O seu jornal exerce uma quase inexcedível influência na sociedade Baré. Ele é digno da admiração e do respeito de todos os seus conterrâneos. Neste momento, desejo unir a minha voz ao pronunciamento de V. Exª que tanto honrou a imprensa amazonense, inclusive, como já recordou, como redator e secretário do *Jornal do Commércio*, então matutino dos Diários Associados. Desejo aproveitar, também, esta oportunidade para evocar a memória do Senador Fábio Lucena, que foi um dos principais redatores e editorialistas de *A Crítica*. Lembro-me bem de que quando, com clássica generosidade, o Estado do Amazonas me concedeu o título de cidadão benemérito, não cidadão honorário, mas cidadão benemérito do Estado do Amazonas, Fábio Lucena escreveu um antológico editorial que foi publicado na primeira página de *A Crítica*, solidarizando-se com esta homenagem prestada e a este representante do Estado do Espírito Santo. V. Exª tem um lugar de extraordinário, de singular relevo na imprensa do Amazonas e, hoje, honra aquele Estado com uma atuação realmente notável aqui, no Senado Federal. Parabéns pelo seu magnífico pronunciamento, através do qual desejo enviar as minhas mais entusiásticas felicitações a Umberto Calderaro Filho e a toda a família de *A Crítica*, de Manaus. Muito obrigado.

O SR. AUREO MELLO— Obrigado digo eu, Senador João Calmon, porquanto o aparte de V. Exª é uma peça adamantina que se engasta no meu modesto pronunciamento.

Agradeço as boas palavras de V. Exª e recordo com saudade o nosso bom tempo do *Jornal do Comércio* em que, batalhando sob o fragor daquelas estruturas que se renovavam, também tudo fazíamos para que o poderoso órgão dos Diários Associados crescesse cada vez mais e se impusesse na sociedade amazonense com aquelas desenvoltura e autenticidade que V. Exª lhe soube imprimir.

Recordo, com saudade, a presença de Aluísio Girão Barroso, nosso querido redator-secretário que, nos temros da orientação "associada", deu-me a oportunidade de redigir e paginar de acordo com a técnica "associada". Recordo figuras extraordinárias como Ubiratan de Lemos, Geraldo Pinheiro, Mansueto Queiroz, eventualmente de Paulo Cabral, que por lá passava e de toda aquela equipe associada, antes de mais nada, uma grande família sob a batuta poderosa de V. Exª, que dirigia aqueles órgãos todos, desde o Ceará até o extremo contraforte de Rondônia, impondo-se pela bondade de coração e pela grandeza de espírito. E recordo também nosso saudoso companheiro Avelino Pereira, que vem de falecer há meses atrás.

De tudo isto nasceu, sem dúvida, aquele entusiasmo que depois nos impulsionou na direção de *A Crítica*, que pouco a pouco foi aglutinando a sua popularidade e, finalmente com o afastamento do *Jornal do Comércio* dos Diários Associados, embora continue sendo um grande e valente órgão de imprensa se impôs como, inegavelmente, o jornal de maior circulação.

É especial assinalar que, no Amazonas, o meio jornalístico é dos mais ativos e dos mais eficientes, com grandes jornais como o *Diário do Amazonas, Amazonas em Tempo, A Notícia, O jornal do Povo, o Jornal do Comércio* e outros. Não quero me furtar de ouvir o aparte desse grande jornalista cearense, desse *Condottiere* de imprensa que é o Senador Afonso Sancho.

O Sr. Afonso Sancho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AUREO MELLO — Com o maior prazer ouço o aparte de V. Exª Antes, porém, quero dizer que, através do seu jornal, no Estado do Ceará, realiza uma obra tão grandiosa quanto aquela que tem sido realizada no Amazonas. É com muita honra que concedo o aparte ao nobre Senador Afonso Sancho.

O Sr. Afonso Sancho — Solidarizo-me também com *A Crítica*, com o seu proprietário e com a sua família, porque 40 anos de um jornal, pode-se dizer sem dúvida alguma, é muito mais do que 40 anos de qualquer empresa. O jornal é um lugar onde existe alegria. Há até um provérbio que diz que não se ganha nada mais é muito alegre, é muito divertido. Um jornal como *A Crítica*, em Manaus, ao completar 40 anos — sabe-se que jornal não é uma empresa tão lucrativa, mas uma empresa de altos e baixos, como temos exemplos em todo o Brasil, onde grandes jornais fecharam e outros se abriram — tem uma posição muito definida. Seu Presidente, Umberto Calderaro, é um homem estimado em toda aquela região. Todas as vezes que passo por aquela cidade vou visitá-lo. Além de ser um batalhador incansável, quase morando dentro do jornal, também tem o dom de não ser uma pessoa antipatizada, mas uma pessoa que mantém grandes amizades. Ditas essas modestas palavras, em face do nosso querido Senador João Calmon já ter feito uma longa explanação sobre *A Crítica*, peço que junte a minha solidariedade às palavras de V. Exª, como empresário de jornal, como amigo do Calderaro e como admirador do seu trabalho na Região Amazônica.

O SR. AUREO MELLO — Muito obrigado, Senador Afonso Sancho. Também sou leitor assíduo do jornal de V. Exª, onde inclusive o nosso Senador Cid Sabóia de Carvalho me mimoseou com uma fotografia enfocando o meu paletó zebrado, do qual ele morre de inveja mas que jamais lhe passará às mãos. Embora diga que é uma peça de museu, eu o considero um dos ternos mais elegantes usados neste plenário.

Na realidade, o jornal de V. Exª proporcionou-me aquela alegria comensurável de ter encontrado o poeta Kideniro Flaviano Teixeira, que havia desaparecido no mistério do sertão cearense. Mediante um simples lembrete, um simples recado desse jurista severo e austero, neste plenário, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Cid Sabóia de Carvalho e, ao mesmo tempo, jornalista trêfego, terrível, saltitante e brincalhão, na sua coluna no Jornal *Tribuna do Ceará*, de V. Exª, foi o poeta imediatamente por mim descoberto no interior, na cidade de Santa Quitéria. Mediante um simples recado na Coluna de Cid Carvalho, Kideniro Flaviano Teixeira escreveu uma carta memorável e piramidal, típica daquele poeta talentoso que um dia surgiu no Amazonas para fazer o curso de Direito junto com a minha turma, da qual também fizeram parte Plínio Coelho e outras figuras exponenciais da política amazonense. Casando-se com uma moça da nossa terra, desapareceu ele e nunca mais voltou para a Capital amazonense. O poeta Kideniro Teixeira me deu notícias de que havia editado um novo livro, *Mandacarus*, que havia sido Promotor e estava recolhido àquela distância, à solidão daquela cidade perdida no Sertão, afastado das maldades dos grandes centros, do bulício das grandes cidades, com os crimes, com as amarguras, com os problemas, vivendo a sua vida de eterno e extraordinário poeta. Senador Afonso Sancho, eu, pela primeira vez, tive a coragem de oferecer uma passagem, a expensas do meu magro bolso, para que aquele poeta viesse até Brasília, conhecer esta cidade ímpar.

A verdade é que o jornal de V. Exª é também um jornal modelar. A vida de jornal, a vida de imprensa, para todos nós que a vivemos — posso dizer que praticamente nasci ao estridor das máquinas de linotipia e à tintura daquela negritude das tintas de jornal — é uma vida singular.

Foi no Amazonas que nasceu Ubiratan de Lemos, o Pedro Lemos, chamado assim nas áreas amazonenses. Saiu ele para o Rio de Janeiro, ao lado de Arnilde Pedrosa, o APPE, e, em pouco tempo, ambos se impuseram no País, como outros jornalistas amazonenses, entre os quais Almino Afonso e Fábio Lucena que era, sem dúvida, o panfletário de maior mérito da área do jornal *a Crítica*. Pouco a pouco expandiram o seu esforço e a sua capacidade. Ubiratan dizia, como V. Exª acentuou, que trabalharia até a de graça no jornal somente pelo prazer daquela alegria, daquela convivência amistosa, em que espíritos realmente privilegiados, voltados para a arte e ao mesmo tempo para a consciência do seu de-

ver, formavam e formam ainda hoje um convívio aprazível, extraordinário e admirável.

Foi assim que surgiu lá no Amazonas o nosso velho Calderaro, a quem presto esta homenagem bastante singular, nesta Casa, talvez diferente, ligeiramente bem humorada. Ao lado daquele esforço formidando — e o Calderaro como empresário não é de brincadeira, V. Exª sabe que o patrimônio financeiro dele já está bastante agigantado — ao mesmo tempo, ele é um eterno estudante, um eterno brincalhão.

Certa feita, indo a Belém e encontrando o jornalista Milton Trindade, diretor da *Província do Pará* que o foi também suplente do Senador Jarbas Passarinho, ele me perguntou — Sr. Presidente, noto a sua advertência e lamento que o tempo já esteja avançando e não possa contar mais coisas de jornal, mas usarei a generosidade de V. Exª para concluir — ele me perguntou: "É verdade que quando chegam as 18 horas o Calderaro, a quem não tenho o prazer de conhecer pessoalmente, encerra todo o tipo de negóclo, por mais vantajoso que seja e tira de uma prateleira um jogo de dominó, rodeado de diversos indivíduos mal-encarados, transfere toda e qualquer transação para o dia seguinte e inicia um joguinho, sem ser a dinheiro, que se prolonga, pelo menos, até às 20 horas?" Eu respondi: "Acho que é verdade, mestre Milton, inclusive porque um dos "mal-encarados" que sempre está por lá é este seu velho amigo, além de todos aqueles companheiros antigos de fundação de *A Crítica* que, depois das 18 horas, tratamos de porfiar e adestrar a nossa rivalidade postiça e acentuar a nossa intimidade, nos transformando naqueles meninos brincalhões que outrora fundavam jornais "de brincadeira".

Hoje não há mais tempo para o joguinho de dominó. *A Crítica* é mais exigente, realmente um jornal muito bem aparelhado, modernissimo, que não permite mais aquela folga de outrora.

Concluindo, Sr. Presidente, digo a V. Exª que ali se mantém aquilo que se está fazendo imprescindível cada vez mais, a consciência do poder da comunicação, a consciência de que um jornal é um órgão de tremenda responsabilidade; não pode veicular leviandades, não pode veicular mentiras, não pode veicular falsidades, não pode veicular interesses pessoais e briguinhas de campanário como às vezes temos verificado em setores da atual imprensa. Ainda ontem um jornal informava, aqui em Brasília, que um jacaré havia comido um dedo do meu pé, (risos) veiculando sem exame uma declaração que, sem dúvida, foi mandada para lá por uma pessoa que não toma sal de fruta e se meteu no nosso trabalho da Comissão de Inquérito da Amazônia.

Realmente, é preciso haver muito cuidado no exercício da profissão de Jornalista. Como eu não posso tirar o sapato aqui, informo que em lugar apropriado qualquer pessoa poderá verificar que os meus dez artelhos estão firmes e integrais. Há tempos atrás, um outro jornal de grande nomeada nacional noticiava que havíamos enfiado o dedo na cara de uma mulher, porque ela estava fazendo umas pesquisas aqui e havia descoberto que a minha esposa era minha Secretária Parlamentar. Acontece que a minha esposa é uma grande taquígrafa, fala inglês correntemente e escreve muito bem — foi até Chefe da Redação da Secretaria Geral do Ministério do Trabalho; é uma pessoa sobretudo que me serve também de enfermeira, pois sou um pouco vagotônico, (risos) e gosta de trabalhar.

Sobre essas informações, Sr. Presidente, de que eu havia enfiado o dedo na cara da mulher e de que havia nomeado minha esposa, esclareço que eu nem sabia da existência de tal criatura, nem sei até hoje se ela existe.

A imprensa é um nobre templo, uma das instituições mais graves e sérias que temos em nosso País. É inegavelmente, o Quarto Poder. Temos, porém, que analisar o jornalista como um magistrado. O jornalista é um indivíduo que tem de estar — principalmente no julgamento daqueles que exercem um poder como o nosso, que é o segundo Poder com a maior isenção espiritual.

Por outro lado, sempre pregueio bom humor. A vida já é muito carrancuda na nossa direção. Então, devemos ser alegres, joviais e positivos o máximo que pudermos. Por que não vamos aceitar um momento de bom humor, um momento de jocosidade, como o que foi tão bem aceito pelo Senador Jarbas Passarinho, Relator na Comissão Parlamentar de Inquérito da Amazônia, quando relatei em sessão que um endiabrado jacaré estava, de fato, balançando a minha canoa quando eu tinha apenas 7 anos de idade e só não me deu uma rabanada, depois me abocanhando e mergulhando comigo nas águas negras do rio Guaporé, porque umas providênciais lianas ali estavam? O jacaré, não sei se os Srs. sabem, é um animal que não tem língua, ele bate com a cauda, que é muito forte e, depois, "traça" no dente, mergulha e mata por asfixia. Realmente, não sou simpatizante de jacaré e, pelo meu gosto, todos esses bichos deveriam dormir jacarés e "acordar" transformados em bolsas, pastas e outros objetos. Mas é uma matéria a ser estudada pelo Professor Schubert e por outros líderes dos mais proficientes da área amazônica.

Vou terminar, Srs. Senadores, este discurso leve, que poderia ser uma simples crônica, uma crônica firmada por mim, firmada pelo Presidente Nelson Carneiro, firmada pelo Senador Afonso Sancho, firmada pelo Senador João Calmon, pelos Senadores Humberto Lucena, Edison Lobão e por quantos aqui, (que são todos, na sua maioria, jornalistas, como o Senador Divaldo Suruagy e o nosso querido pontífice das Minas Gerais, o nobre Senador Itamar Franco) porque é, realmente, uma crônica. É a homenagem que presto, neste ensejo, a Umberto Calderaro Filho, pedindo àqueles que não o conhecem que fixem, estereotipem, daguerreotipem na memória essa figura porque é uma figura notável, espetacular. Se tiverem alguma dúvida sobre o seu talento e sobre a sua pessoa excepcional e singular me procurem depois porque eu sou mestre na caricatura dele. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOÃO MENEZES, NA SESSÃO DE 20-4-89, E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desde o nosso primeiro pronunciamento, nesta Casa, manifestamos a nossa preocupação quanto à situação econômica, à situação financeira e à situação social do País. E, seguidamente, temos trazido a esta tribuna um assunto que, parece-nos, vem conturbando a vida do País e, muito especialmente, depois da nova Constituição. Queremos referir-nos ao direito de greve.

Ainda ontem, quando estava, aqui, usando a tribuna o Sr. Ministro da Fazenda, tivemos a oportunidade de trazer um quadro demonstrativo do volume quase absurdo dos homens/dias parados neste País nos anos de 86, 87 e 88.

Quando falamos que há uma greve aqui e outra acolá, não fazemos idéia do que isso está influindo no País. Mas nós já trouxemos, aqui, esses dados positivos, que são arrasadores, que nos deixam demasiadamente preocupados com a nossa situação. Ontem, repetimos, aqui, os dias/homens parados, repetimos o número de greves em cada período e, por isso, hoje não vamos repetir, porque os Srs. Senadores já ontem o escutaram. Mas há um exagero no suposto uso desse direito de greve por causa do dispositivo da Constituição que lá dá esse direito de fazer greve. Então, através dessa cobertura da Constituição, estamos com o País parado. Hoje estão fechados os bancos, está fechada a Caixa Econômica, amanhã é feriado — se não é feriado se faz também feriado — então, este País está parado! Este País não está andando. E a par disso nós queremos o quê? Melhores salários, queremos maiores produções, queremos um mercado mais cheio de produtos. Como, se o País está parado?

Este é um assunto da maior profundidade e da maior gravidade.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite-me um aparte, nobre Senador João Menezes?

O SR. JOÃO MENEZES — Com muita honra, nobre Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho — Peço permissão a V. Exª para discordar um pouco desta colocação preliminar. Não é o texto da Constituição que dá direito ao que se está fazendo; o texto da Constituição garante a greve, mas no próprio texto se fala em abusos e também na necessidade de caracterizar as atividades essenciais. Estou de pleno acordo quando V. Exª profliga o que se está passando aí. Por esta razão, apresentei projeto de lei, ao qual, ainda há pouco, se referiu o nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, para regulamentar essa restrição, que é nítida e está no texto constitucional, em relação aos abusos. Veja V. Exª que tipos de abusos: considero, por exemplo, o piquete agressivo, o piquete ativo que impede a presença do trabalhador que

quer trabalhar uma violência contra o direito do trabalho. Da mesma maneira como garantimos o direito do grevista, devemos garantir o direito daquele que não quer participar da greve. E o que V. Exª vê, e ainda hoje deve ter visto na televisão, nessa multiplicidade estonteante de greve no Brasil, é que isso virou moda, o piquete agressivo, o chamado "arrastão". De onde vem essa palavra? Vem exatamente das lideranças sindicais que fazem os piquetes agressivos e vão buscar dentro das usinas, dentro das fábricas, dentro dos estabelecimentos de trabalho, aqueles que estão trabalhando, para arrastá-los para fora. Daí a expressão "arrastão". Isso é uma violência!

Agora mesmo, vimos na televisão, no horário do almoço, piquetes colocados na frente dos Bancos, impedindo os que queriam chegar como funcionários e impedindo, inclusive, os clientes.

É nosso dever, nobre Senador João Menezes — e estamos falhos nisso, porque desde o dia 5 de outubro foi promulgada a Constituição — é nosso dever regulamentar isso com a maior rapidez possível. Não se trata, agora, de limitar o direito que a Constituição dá, mas, sim, de assegurar, na própria Constituição, a caracterização dos abusos e a necessidade de se manterem as atividades que são essenciais funcionando, para a sociedade não ser punida por isso. Agradeço a V. Exª por ter me ouvido.

O SR. JOÃO MENEZES — Eminentes Senador Jarbas Passarinho, o aparte de V. Exª dá mais ênfase ao nosso pronunciamento.

O que quisemos exprimir é que em face do que a Constituição disse que garante esse dieito de greve, tem-se usado e abusado desse direito. Depois da Constituição as greves aumentaram e aumentaram em violência e em virulência, porque se diz que a Constituição garante a greve. Mas ninguém diz que a Constituição garante a greve em determinadas condições e que deveria ser de acordo com a lei complementar que se fizesse.

O Sr. Jarbas Passarinho — Aí é que, V. Exª me permite, interrompo V. Exª, me desculpe, mas é exatamente aí, por exemplo, a área do funcionalismo público da União. O direito é garantido, mas condicionado a uma lei complementar que deve regulamentar esse direito. E o fazem as autoridades? O que vemos aí são Ministros entrando pelo fundo dos Ministérios com medo, inclusive, dos piquetes que lá se encontravam. Eu mesmo participei de um cerimônia de posse de um Secretário-Geral e passei a ser objeto de constrangimento na hora de entrar no Ministério, a ser ofendido pela CUT, que estava lá dentro comandando nas duas entradas do mesmo Ministério. Nada se faz. Pergunto a V. Exª: Não há o quê? A imposição da autoridade. Não precisa haver autoritarismo nem violência, mas imposição da autoridade. Como Ministérios podem ser ocupados? Como o foram? Ainda ontem V. Exª viu e, hoje, inclusive, o pessoal encapuzado. Por que um grevista tem que pôr capuz e dar a aparência de que se trata de um movimento de guerrilha? Desculpe-me, Senador, mas acho que não é a Constituição, mas o próprio Governo, a própria ação da autoridade nos Estados, inclusive, que está falhando.

O SR. JOÃO MENEZES — Muito obrigado, eminente Senador Jarbas Passarinho.

No nosso ponto de vista, depois da promulgação da nova Constituição, essas greves aumentaram e foram feitas com mais técnica.

Aliás, viemos defendendo aqui, até com certo ardor, que há uma programação, em todo o País, de desmoralização da autoridade, de desmoralização do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, que já também entra em confluência com uma greve revolucionária que se espalha na vista de todo o mundo, e nenhuma providência é tomada.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Logo que concluir o meu raciocínio, darei o aparte a V. Exª.

Então, o que queremos dizer é que, depois de promulgada a Constituição, falou-se em todo este País na tal greve real, irrestrita, livre, e de todo jeito elas aumentaram. E as autoridades ficaram meio condicionadas a esse princípio.

Hoje, por exemplo, não se pode prender mais nenhum ladrão, a não ser que seja preso na ocasião, em flagrante delito. Se ele é preso na ocasião em que está assaltando, pode ser preso. Mas se ele rouba agora e estiver depois naquele salão verde, não pode mais ser preso. Tudo isso em função desta Constituição. Estamos sofrendo as conseqüências pelas mudanças que ela está dando, que podem ser melhores ou piores. O fato é que as conseqüências estão aí, as conseqüências existem.

Os fatos são graves. V. Exª citou um Ministério. Vou citar as residências dos Senadores. Os guardas estão em greve e piquetes estão acontecendo, impedindo que outras pessoas se dirijam ao trabalho. E que providência o Senado tomou? No dia 12 deste mês foi enviado um ofício ao Sr. Diretor-Geral sobre o assunto e, pelo que vejo, até agora não houve nada. Pelo contrário. À noite já foram lá os piqueteiros para ver quem estava trabalhando. Se tiver alguém fardado, lá, vão ser tirados.

Daqui a pouquinho cada um de nós vai ter que andar com o seu trabuco na cinta. Para mim vai ser muito difícil, porque não sei atirar. Mas vou acabar tendo que ter um também, porque o negócio está ficando neste pé.

É sobre este assunto que queremos falar, é este assunto que queremos trazer aqui para o conhecimento da Casa e da Nação. Não se pode, sob a bandeira, sob a égide da Constituição, dizer que as greves são reais e irrestritas, que se pode fazer à vontade, como se quer entender, que se pode invadir, quebrar, arrebentar, dar prejuízos, paralisar a Nação, porque a Constituição diz e ainda não foi regulamentada.

Sr. Presidente, isso tem que parar. Ou pára ou vamos mergulhar no caos, caos esse que há muito tempo viemos denunciando desta tribuna. Não é de hoje nem de ontem, mas há muito tempo viemos trazendo este assunto que, às vezes, fica até um pouco enfadonho. Só não fica enfadonho quando trazemos e mostramos o número, mostramos que está acontecendo, a barbaridade que está acontecendo neste País.

Ouço o aparte do nobre Senador Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues — Nobre Senador João Menezes, é natural que V. Exª esteja apreensivo. Todos nós estamos apreensivos. Se V. Exª me permite, direi que a greve é apenas um reflexo, é uma conseqüência; temos que ir à raiz da situação. V. Exª ligou esse surto de greve e o Presidente da República, na sua palestra semanal, já falou em grevismo e em assembleísmo à população da Constituição vigente. As greves estão se desenvolvendo porque nunca houve uma inflação tão alta no País como atualmente, a partir de algum tempo. Não têm nada a ver com a Constituição. O direito de greve existe em todas as nações cultas e civilizadas. Agora, até mesmo em alguns países considerados fechados, podemos ver pela televisão que o povo já se manifesta, protesta, faz greves, etc. Nossa Constituição não está concorrendo para coisa alguma. O que está concorrendo para esse movimento de greve é a política econômico-financeira do Governo, se é que o Governo tem alguma política econômico-financeira, especialmente na área salarial. Desde 1º de fevereiro o salário-mínimo é de NCz$ 63,90. Como é possível isto? Tivemos fevereiro, março, estamos terminando abril, o Governo já permitiu reajustes e mais reajustes de preços! Leio, nos jornais, que alguns bancos, e permito-me citar um deles, o do Rio de Janeiro, que, segundo os jornais, as publicações oficiais, vinha em uma situação deficitária está, agora, em uma situação fabulosa. Se V. Exª procurar qualquer banco, o juro mensal é de 25%. Se o Governo assegura e permite isso, que o dinheiro tenha essa remuneração, se o Governo reconhece que está havendo mensalmente essa desvalorização, por que o Governo não vem, em primeiro lugar, atender esse problema salarial? De modo que os trabalhadores estão fazendo greve porque nunca o País enfrentou um surto de inflação e de desemprego tão grande. A produção industrial do País, em fevereiro, foi negativa. Há todo esse quadro. Temos que examinar a raiz do problema, porque greve é simplesmente conseqüência, é reflexo. Se o Governo puser em prática uma política uma política salarial justa, não teremos greves. Greve é um direito, esteja ou não assegurado em qualquer lei. O que não é possível é o abuso direito. Assim como o Parlamentar não pode abusar das suas prerrogativas, assim como o servidor civil ou militar não pode abusar de seus direitos, assim também o trabalhador não pode. Cada um deve exercer o seu direito corretamente. Não temos mais escravos neste País. Se o cidadão ganha mal e não pode atender a sua família, ele tem o direito de cruzar os braços. Permita-me V. Exª essa observação.

O SR. JOÃO MENEZES — Muito grato a V. Exª pelo aparte, eminente amigo e Senador do Piauí.

O que acho interessante é que eu já trouxe uma estatística, mostrando que a greve se verifica, no Brasil, justamente nos setores mais bem pagos dentro da nossa conjuntura: Os serventuários públicos e os bancários. São as duas classes mais bem pagas neste País. Não digo que eles recebam bem ou recebam mal.

Digo é que, dentro da conjuntura atual, são os que mais recebem, os serventuários públicos e os bancários. E são os chefes das greves. Ninguém nega o direito de greve. Nós todos achamos que a greve tem a sua razão de ser. Somos contra a baderna e a anarquia. Contra essas, nós somos contra. Se este País for entregue à baderna e à anarquia, não sei aonde vamos parar.

O Sr. Jarbas Passarinho — Eu sei.

O SR. JOÃO MENEZES — E V. Exª, como bom militar, deve saber mais do que eu. Acho que V. Exª tem toda razão.

O Sr. Jarbas Passarinho — Eu não aparteei, apenas sussurrei.

O SR. JOÃO MENEZES — Seus pensamentos são positivos.

Eu também quero dizer, nesta oportunidade, que não tenho receio de coisa alguma. Sou um político e estou pronto para o que der e vier. Cabe-me, no entanto, a responsabilidade de expressar pelo menos a minha opinião sobre o que está ocorrendo neste País; essa ninguém me impede de dizer, essa não tem piquete que impeça. É por isso que me tenho sustentado neste plenário.

O que dizemos, e sustentamos, é que a Constituição tem sido a válvula para que tudo aconteça em um crescendo, porque esta Constituição estabeleceu quase só direito, esquecendo-se de colocar uma meia dúzia de artigos dando obrigações. Existem de 70 a 80 dispositivos dando direitos. Eu pergunto: quantos dispositivos tem dando obrigações? A Constituição assegura o direito da greve, mas não assegura o direito da baderna, da destruição, da desordem. Isso está sendo feito sob a guarda da Constituição, porque são direitos humanos. O cidadão se encapuça, como já foi dito aqui e se vê na televisão, coloca a camisa por cima do rosto. Por que ele se esconde? Porque está fazendo um ato que lhe envergonha e que está fora da lei. Se ele tivesse dentro da lei não precisava se esconder, vinha de peito aberto e dizia: estou em greve! Mas ele se mete num capuz por quê? Porque os operários, os trabalhadores, as classes sociais deste País estão sofrendo um impacto, que vem ordenado. O País precisava procurar saber quem está promovendo tudo isso. Os operários, os trabalhadores, os comerciantes, os industriais, todos estão sendo vítimas de uma trama que se exerce e se lança em todo o País.

O Sr. Edison Lobão — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Com a permissão da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Mesa adverte V. Exª de que seu tempo está esgotando-se. Portanto, pode conceder o aparte desde que seja breve e que V. Exª, logo em seguida, conclua o seu discurso.

O SR. JOÃO MENEZES — V. Exª tem o aparte.

O Sr. Edison Lobão — Acho que V. Exª procede bem quando faz a análise desse problema que nos atormenta neste instante, como agiu bem o Senador Cid Sabóia de Carvalho. Penso, Senador João Menezes, que a força de trabalho do Brasil hoje está dividida em duas categorias: uma maior, que é a que faz greves, e uma parte menor que, atemorizada, acaba também não podendo trabalhar. Então, estamos caminhando para o caos econômico neste País. O eminente Senador Chagas Rodrigues diz que a greve é conseqüência das dificuldades econômicas. Somos testemunhas de que na Itália e na Inglaterra, até bem pouco tempo, as greves eclodiam a cada instante, a cada minuto. Era o grevismo institucionalizado e não havia dificuldades econômicas. Os italianos e os ingleses encontraram solução para esse grave problema. O Senador Chagas Rodrigues lembra ainda que as greves, de algum modo, são conseqüência dos juros altos e da remuneração elevadíssima da poupança. Há dois dias tivemos aqui o Ministro da Fazenda falando, precisamente, sobre essas questões, dando explicações amplas sobre o assunto, que a meu ver convenceram o Senador Chagas Rodrigues, na medida em que não ouvi nenhuma contestação de S. Exª, nenhuma indagação colocada em sentido contrário. Então, as greves estão acontecendo pelas razões que V. Exª expõe, pelas razões aqui trazidas pelo Senador Jarbas Passarinho, pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho e por tantos outros eminentes homens públicos. A greve é permitida, é um direito reconhecido universalmente, mas o que não pode ser tolerado é o abuso, que agora V. Exª condena.

O SR. JOÃO MENEZES — Agradeço a V. Exª o aparte, que foi muito claro. Eu quero lembrar duas coisas. Outro dia, na Cemig, serraram os postes para fazer greve. Para fazer greve precisa serrar o poste de luz? Em Natal, morreu gente no hospital, porque os piquetes não deixavam os médicos entrarem para operar pessoas que estavam morrendo. Isso não pode continuar acontecendo no nosso País.

O que queremos neste momento está aqui na Constituição. É o art. 37, mencionado pelo eminente Líder Jarbas Passarinho, que diz:

> "Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte: ...
>
> VII — o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar;"

Portanto, precisa estar dentro da lei, não pode ser contra determinada pessoa e contra a moral.

A lei existe, mas como é antiga, é antes da Constituição, ninguém quer aplicar porque, se aplicar, vão dizer que é violência.

Por essa razão, modestamente, estamos passando às mãos de V. Exª, para que se junte a outros trabalhos, que por acaso os tenha, como colaboração, um projeto de lei que regula o direito de greve dos servidores públicos civis e dá outras providências.

Estabelecemos em nove artigos as disposições que achamos necessárias para que este País possa pelo menos suspirar e trabalhar. Amanhã teremos um feriado e em breve teremos outro; cada dia o trabalho diminui e as greves aumentam. Esse é o quadro que existe e que ninguém de boa fé pode negar.

Então, estamos dando essa pequena colaboração quanto aos servidores públicos. Na próxima semana voltaremos, com a permissão e a bondade de V. Exª, Sr. Presidente, a esta tribuna, para trazer também outro projeto de lei regulando a greve no sentido geral, regulando a greve para todo o mundo, pois essa é só para os servidores públicos nos termos do que diz o art. 37. Na próxima semana traremos outro trabalho regulando a greve para todo mundo, porque se não regularmos essa greve, se não colocarmos a cabeça no lugar, a começar até pela segurança dos nossos prédios — não sei se V. Exª mora lá também — vamos para que caminho? Para onde vamos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se não tomarmos uma providência?

Convoco todos, daqui para diante, cada um com seu trabuquinho quando virem para o Senado e quando chegarem em casa também, devem portá-lo, para ficarem mais tranqüilos. Agora, para quem não souber atirar, como eu, vai ser ruim demais, mas faremos força para andar também.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é esta pequena colaboração que queremos dar ao País, à Nação e ao Senado, a fim de contribuirmos, pelo menos com um grão de mostarda para evitar esse caminho ao caos que ninguém quer, que ninguém deseja.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOÃO MENEZES NA SESSÃO DE 20-4-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA. Para discutir) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, este projeto tem umas coisas esquisitas, bastante esquisitas. Quando foi enviada a Mensagem para cá, foi pedida a aplicação do § 1º do art. 164 da Constituição.

O que é que diz o § 1º do art. 164? É aquele que V. Exª leu: "Que o Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação do

projeto de sua iniciativa". Quer dizer, desde que esse projeto entrou aqui, no Senado, ele estava em urgência. Então, devia ter corrido os trâmites necessários: ir à Comissão de Constituição e Justiça, com prazo curto, os prazos de discussão, os prazos para votação, todos de acordo com o que manda a Constituição. Mas, o que se viu nesse projeto? Há qualquer coisa esquisita. É que existem três requerimentos de pedido de urgência: um, no dia 14 de março; outro, no dia 8 de março; outro, no dia 9 de março. Quer dizer, um exame de pedidos de requerimento e todos eles foram rejeitados aqui, pelo Congresso, quando normalmente, esse projeto deveria ter entrado, ter seguido seus trâmites normais, ter ido à Comissão de Constituição e Justiça, e ter recebido parecer e ter recebido votos a favor ou contra. Examinei esse projeto e fiquei muito preocupado com o *lobby* que se fez em torno dele.

Eu recebi em meu gabinerite mais de 100 pessoas para tratar desse assunto, e disse a todos que o argumento deles de que vai dar prejuízo, que o ouro vai ser roubado, que está indo para o Peru, para a China, não sei para onde, a mim não comove. E foi uma moça lá com quatro ou cinco pessoas e eu disse para ela: "Você sabe o que é esse diploma aqui? É do tempo em que eu era Deputado. Eu já fui Deputado e agora sou Senador. Então isso não me comove absolutamente. Olhe minha Sra. — Sra. ou senhorita, eu não sei bem o que era — eu não sei bem se a Sra. entende disso. Olhe, eu já tive terçã maligna, já tive terçã benigna, já tive amebíase, já tive rubéola, já tive pira, que a Sra. não sabe nem o que é, tive impinge. Então essa sua explicação aqui não me comove porque a Sra. discute esse assunto apenas com o aspecto financeiro. A Sra. se senta atrás de uma mesa e quer saber quanto vai dar de resultado. Isso eu não aceito. A mim é o aspecto social. O que interessa é o homem que está produzindo o ouro, esse é que me interessa. Para esse é que eu quero a proteção, para esse é que eu quero que os Srs. encontrem uma forma de proteger. Não um projeto para muita gente enriquecer. Enriquecer por quê? Porque por esse projeto aqui, agora, sendo o ouro transformado em ativo financeiro, o que acontece? Podem os bancos que quiserem abrir agências lá perto das minas de ouro, podem as sociedades mobiliárias abrir agência lá, podem as sociedades corretoras abrir agências lá, e o pobre do lavrador, aquele que tira o ouro, continua lá na miséria. É para esse que eu peço, que eu quero, que eu exijo, que eu me debato, para que se dê uma proteção. É essa a única razão. E eles chegaram a me propor de fazer um Código de Mineração para que encontrasse uma proteção para o homem que extrai o ouro.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Darei o aparte já.

Eu disse a eles: não, não quero, porque esse projeto vai demorar dez anos, porque aí não tinha o **lobby** de vocês, e vocês vão sumir. Vocês vão sumir daqui, não aparecem e o projeto não vai andar mais. De maneira que, se os Srs. quiserem aprovar esse projeto, vão derrotem-me e ganhem, e está muito bem, é da luta democrática. Agora, ou os Srs. fazem um negócio que dê proteção ao homem que tira o ouro lá, ao pobre, ao miserável, desgraçado, que enriquece muita gente, que é estrangeiro, que não é do lugar, mora fora do lugar, não sabe nem onde é a mina, ou os Srs. não terão o meu voto.

Então, o que se quer com isso aqui? É criar todos esses instrumentos para ali ganhar dinheiro. E eu perguntei ao rapaz que era corretor: quanto é que você vai ganhar de comissão só para fazer corretagem? Ele disse: "Ah, não sei". Eu digo: "Mas eu sei".

Perguntei ao outro: "E o Sr. que quer pôr uma agência do Banco lá, quanto o Sr. vai ganhar de comissão?" "Ah, não sei". Mas eu sei. E quanto vai ganhar quem extrai o ouro lá? Nada! Não vai ganhar nada! Vai continuar morrendo lá, sofrendo o desgraçado e um bando de gente enriquecendo. É contra isso que luto. E por esta razão fiz a primeira emenda, que foi a emenda para acabar com essa história de outros irem explorar o ouro, que ficasse exclusivamente com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Aí o Senador me disse que o Banco do Brasil não tem condições. Imagine se o Banco do Brasil, que é essa pontência que tem aí, não tem condições, que condição terá uma sociedade imobiliária que vai se fazer, que vai se formar para explorar o ouro? São essas coisas, em que nós posicionamos, assumimos a responsabilidade porque é em defesa do pária, é em defesa do homem que não tira nada com isso e continua vivendo miseravelmente.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Senador, permite V. Exª um aparte?

O Sr. João Menenzes — Tem o aparte V. Exª

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Senador, já por várias vezes, eu pessoalmente, e aqui faço uma diferenciação no exercício eventual da Liderança do PMDB com a ação do Senador, eu, pessoalmente, como Senador sou contra certas normas que são estabelecidas nesse projeto. Apenas discordo do posicionamento de alguns Srs. Senadores, inclusive V. Exª, porque acreditava que nós deveríamos ter votado já qualquer proposta, com ou sem emenda, e propus que se fizesse um entendimento para se chegar a isso. Hoje, eu gostaria de propor, se nós não conseguíssemos aprovar essa matéria, que V. Exª, o Senador Itamar Franco, eu, o Senador Cid Sabóia, reuníssemo-nos com as lideranças aqui da Casa, para na terça-feira apresentarmos uma sugestão de substitutivo. Se não for aceita a sugestão, então que as lideranças se comprometam de trazer os Senadores para plenário, para obter a maioria, o *quorum* necessário para votar. Temos que tomar uma decisão, não podemos ficar protelando essa matéria indefinidamente. Temos que aceitar ou não o substitutivo. Agora, se não o aceitarmos, que se vote para atender a vontade da maioria. Agora, vamos obter essa maioria para estabelecermos, democraticamente, qual é a vontade do Senado.

O SR. JOÃO MENEZES — V. Exª me faz uma pequena injustiça natural, porque conversei com V. Exª e também aceitava a idéia de que se fosse discutir isso na Comissão de Constituição e Justiça para encontrarmos uma solução para o caso.

Esse projeto deveria ter sido para a Comissão de Constituição e Justiça e não foi, não ser por que. Está há dois meses, aqui. Dois meses, aqui. E de repente, vai ser votado. E o que eu disse às pessoas interessadas, ao *lobby*, é que elas encontrassem outra forma, porque eu não poderia aceitar isso, como aqui está.

Esse é o meu posicionamento. Por exemplo, eu tenho uma emenda ao art. 5º dizendo o seguinte:

> Suprima-se o art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989, que "dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário".

Sabe por que, Senador? Porque o art. 5º diz o seguinte:

> "É o Banco Central do Brasil competente para considerar como operação financeira, sujeita, exclusivamente, ao Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativos à títulos ou valores e objetos, as operações com outro praticadas até a vigência desta lei."

Isto é, apenas o imposto ia ser cobrado sobre isso. As operações feitas anteriormente não vão pagar o IM, que é o Imposto sobre o Minério; não vão pagar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias; não vão pagar nada, e isso importa um montante de dinheiro da maior quantidade, Srs. Senadores. Importa em muito dinheiro. É com esse pequeno artigo, aqui, que está colocado ingenuamente, nesse projeto. Só aqui há um grande lançamento, e por isto fiz a emenda, propondo a retirada desse art. 5º, porque é inconstitucional. Ele não pode, com uma lei que não existe, viger sobre operações que foram feitas anteriormente, que já foram transacionadas e acabadas. E a lei ainda nem está aprovada. E por quê? Para pagar apenas o Isof, que é um pequenino imposto cobrado pelos bancos, e os outros impostos não pagaram coisa alguma.

Vejam V. Exªs que a razão da nossa luta é apenas esta. Não é a primeira vez que ocupamos a tribuna deste Senado em defesa do garimpeiro. Não é a primeira vez, nem será a última. Enquanto pudermos, continuaremos nesta defesa.

Além do mais, apresentamos outra emenda, que diz no art. 14:

> "Art. 14. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, cabendo ao Poder Executivo regulamentá-la no prazo de 30 dias."

Por quê? Ninguém sabe como proceder, como operar. Cada um vai fazê-lo à sua vonta-

de. Que lei orienta essa operação? Nenhuma. Este é um projeto voador. É preciso regulamentá-lo.

Por isto, apresentei esta emenda, para que o Poder Executivo regulamente essa lei, estabelecendo como operar, quem vai comprar, quanto e o que pagar, para não ficar cada um escolhendo o que vai fazer, apenas pagando o Isof e deixando todo o resto de lado.

Apresentei outra emenda, Sr. Presidente:

> "Acrescente, onde couber, ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989, que "dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário". As instituições financeiras adquirentes de ouro de garimpo são obrigadas a participar, juntamente com as cooperativas ou associações de garimpeiros regularmente constituídas, de programas de assistência aos garimpeiros e de recuperação do meio ambiente, na forma a ser estabelecida em regulamento.
>
> Parágrafo único. As despesas decorrentes da participação de que trata este artigo são consideradas operacionais para fins da legislação do Imposto de Renda, nos limites e condições a serem fixados em regulamento."

Ora, com isso quero obrigar alguma proteção ao cidadão que produz a riqueza. Não é possível que o cidadão que produz a riqueza viva na miséria, viva abandonado, viva desgraçado como um pária, vivendo fora do mundo, e meia-dúzia de instituições, meia-dúzia de pessoas enriqueçam da noite para o dia à custa desse trabalho.

É este o nosso posicionamento. É por isto que desejo a regulamentação da lei, é por isto que apresento essa emenda.

Não tenho nada contra o ouro ser transformado em moeda. Não, mas o que não quero é que se faça mais uma exploração do homem que trabalha com o ouro, aquele que trabalha na mineração, e também o estrago, a depredação onde se tira o ouro, por que isso é feito sem nenhuma regra, sem nenhuma norma, e se esbandalha, se arrebenta tudo e se estragam os rios, se poluem os rios, destróem-se a mata. Enfim, tudo acontece à custa do ouro, porque o ouro brilha e o ouro vale tanto quanto pesa.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, peço até a sua compreensão. Desejo que a lei seja feita, mas que se estabeleçam normas para não enriquecer meia-dúzia e aumentar a miséria de milhões de brasileiros que trabalham na exploração do ouro. É esse o meu posicionamento. E já tenho uma experiência porque quando se tratou aqui de Serra Pelada o que fizemos aqui? Brigamos, lutamos, com essa galeria cheia, e o que aconteceu? Serra Pelada está acabando, o ouro está sendo tirado de lá por todo mundo, vai para todo lugar, todos ganham e o desgraçado está morrendo lá nas terras de Tucuruí, de Marabá.

Por isso, Sr. Presidente, porque o meu ponto de vista é social, não me importa se vão ganhar muito dinheiro com isso. O Brasil precisa que todos ganhem muito dinheiro, porque só se vai melhorar de vida se houver melhores condições financeiras, e essa é uma forma de enriquecimento. Que se enriqueça para que os outros possam também melhorar, mas não se enriqueça à custa da miséria e da desgraça do garimpeiro brasileiro.

São essas, Sr. Presidente, as minhas palavras e o meu posicionamento diante desse projeto de lei que aqui está. (Muito bem!)

(*)ATO DO PRESIDENTE Nº 110, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004.117/89-1,

Resolve aposentar, por invalidez ANTONINO DIAS ROSA, Agente de Transporte Legislativo, Classe "D", Referência NM-33, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 428, inciso III, § 2º, 429, inciso III, e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972; artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985; artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987; artigo 5º da Resolução SF nº 155, de 1988, e artigo 1º da Lei nº 1.050, de 1950, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 14 de abril de 1989.

Senador *Nelson Carneiro*, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no **DCN**, Seção II, de 15-04-89

ATO DO PRESIDENTE Nº 121, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973,

Resolve, nomear MANUEL PESSOA MENDES, Auxiliar Legislativo, CLT, para exercer o cargo em comissão de Diretor da Subsecretaria de Relações Públicas, Código SF-DAS-101.3, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 26 de abril de 1989.

— Senador *Nelson Carneiro*, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 122, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.027/39-6,

Resolve aposentar, voluntariamente, ALMIR HYPÓLITO DE OLIVEIRA, Adjunto Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-19, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos IV e V e 414, § 4º da Resolução SF nº 58, de 1972; artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985; artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, e artigo 5º da Resolução SF nº 155, de 1988, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 26 de abril de 1989.

— Senador *Nelson Carneiro*, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 123, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.177/89-8,

Resolve rescindir, a pedido, o contrato de trabalho do servidor GILBERTO JOSÉ DE SOUZA, Agente de Segurança Legislativa, Classe "C", Referência NM-26, do Quadro de Pessoal CLT do Senado Federal, a partir de 12 de abril de 1989.

Senado Federal, 26 de abril de 1989.

— Senador *Nelson Carneiro*, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 124, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.121/89-2,

Resolve aposentar, voluntariamente, OLGA TEIXEIRA, Adjunto Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-19, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos IV e V e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972; artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985; artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, e artigo 5º da Resolução SF nº 155, de 1988, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 26 de abril de 1989.

— Senador *Nelson Carneiro*, Presidente.

ATAS DE COMISSÃO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 10, DE 1989, DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS SOBRE A DEVASTAÇÃO DA HILÉIA AMAZÔNICA E A PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NESSAS DENÚNCIAS

2ª Reunião, realizada em 14 de março de 1989

Aos quatorze dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dezessete horas e vinte e cinco minutos, na Sala da Comissão de Finanças, presentes os Senhores Senadores Leopoldo Peres (Presidente), Jarbas Passarinho (Relator), Nabor Júnior, Chagas Rodrigues, Mário Maia, Ronaldo Aragão, Aluízio Bezerra e Áureo Mello, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as denúncias sobre a devastação da hiléia amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Odacir Soares, Edison Lobão e Teotônio Vilela Filho.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão e solicita que seja dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada.

A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Relator, para apresentação do esboço prelir nar do roteiro das atividades da Comissão. Prosseguindo, é franqueada a palavra aos Senhores Membros para que apresentem sugestões. Usam da palavra, pela ordem, os Senhores Senadores Ronaldo Aragão, Mário Maia e Chagas Rodrigues.

Com a palavra o Senhor Senador Jarbas Passarinho, propõe que sejam ouvidos preliminarmente, os Presidentes do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e Fundação do Acre. A sugestão é aprovada.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convoca os Senhores Senadores para uma reunião informal a realizar-se no próximo dia vinte e um, às dezessete horas e, para constar, eu, José Augusto Panissete Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 10, DE 1989, DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS SOBRE A DEVASTAÇÃO DA HILÉIA AMAZÔNICA E A PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NESSAS DENÚNCIAS, DESTINADA A ELABORAR O ROTEIRO DOS TRABALHOS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador **Leopoldo Peres**
Relator: Senador **Jarbas Passarinho**

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Havendo número legal, está aberta a reunião.

Convido o Senador Jarbas Passarinho, designado na reunião preparatória, como relator, a tomar assento à Mesa. (Pausa.)

Srs. Senadores, no momento em que se instala esta Comissão de Inquérito, na qual tantas esperanças deposita o povo da Amazônia e a opinião pública nacional, quero fazer um apelo aos meus colegas do Senado da República, membros deste órgão, que dêem a ela não só a sua freqüência — que sei ocorrerá — mas, sobretudo, o melhor do seu patriotismo e da sua dedicação à causa pública.

Com a palavra o Senador Jarbas Passarinho, que vai fazer uma exposição sobre o roteiro dos nossos trabalhos.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na reunião informal de instalação da Comissão, foi por nós aprovado um roteiro que eu tive a oportunidade de apresentar ao Presidente Leopoldo Peres, que pode ser traduzido em três ou quatro fases, particularmente em três, que eu sugeriria que fizéssemos, logrou aprovação naquele primeiro encontro.

Na primeira fase, nós teríamos que dar um tratamento tipicamente científico à pesquisa que vamos fazer, para caracterizar o que de real existe da área desmatada da hiléia Amazônica.

Não seria, evidentemente, falar em Amazônia Legal. Na hora em que falássemos em Amazônia Legal, estaríamos incluindo áreas de revestimento florístico, de cerrado, de vegetação, de transição, que são, normalmente, objeto de destruição pelo fogo para o plantio a cada ano.

Então, o objetivo seria caracterizar com precisão aceitável qual a área da floresta equatorial úmida, chamada hiléia Amazônica, até aqui derrubada, seja para a humanização da área, no sentido de construção de cidades, vilas, estradas, seja para proporcionar uma tentativa de ocupação que se fez, através de uma estratégia, que tomou vulgarmente o nome de "ocupação pela pata do boi", isto é, a destruição da mata para ser substituída por campos de pecuária e para esse fim.

Há dias tive oportunidade de participar de um programa de televisão, no qual também era convidado o governador do Acre, e S. Exª deu um número que me pareceu bastante interessante quando falou que o Acre, hoje, que é uma das áreas mais visadas pelas denúncias de desmatamento indiscriminado, tem apenas 7% do total da sua superfície desmatado, e que esses 7% coincidem com as cidades, os rios, as construções industriais, comerciais, e assim por diante, e também as áreas de pecuária. Na oportunidade referiu-se ao que o nobre Senador Nabor Júnior havia falado na nossa reunião anterior, referindo-se àquela empresa Funtac.

É uma fundação que, no Acre, acredita S. Exª, hoje tem os melhores números a respeito desse problema. Quer dizer, estaria mais capacitada para fazer a avaliação através de censoriamento remoto, com alta precisão, e trabalhar, se não estou equivocado, com o satélite Landsat, que é mais preciso, para este fim, do que o satélite Noah.

Então, com isso, eu guardei logo a impressão de que já poderíamos ter algum caminho inicial para testar esses números com números do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e com os números do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o INPA. Só aí teremos três referenciais para este problema.

Por que, então, tentar primeiro localizar com precisão aceitável, como eu disse, a área desmatada? Porque, logo em seguida, se a área desmatada for, como diz o Presidente Sarney, apenas de 3,5% da Amazônia legal, é claro que será menos de 2% da hiléia amazônica.

Se chegarmos a este número, nós podemos ter desde logo a idéia concreta a respeito da validade ou não do tipo de acusações que tendem a ser um certo alarmismo a respeito da Amazônia.

Bom, e a parte ainda ligada à preferência de depoimento de cientistas seria caracterizar a Amazônia, através daquilo que muitos admitem que são mitos. Por exemplo, a Amazônia é o pulmão do mundo. Tenho um documento que me foi dado por um botânico de alta relevância, Sr. Paulo de Tarso Alvin, quando era presidente da Ceplac, e que fez uma conferência onde sustentava — José Cândido, que foi presidente dos agrônomos brasileiros, já sustentava antes — que o oxigênio produzido durante o dia é consumido durante a noite pela produção do CO2 e que esse oxigênio é produzido em maior quantidade com as plantas mais novas. A proporção que elas são mais novas e crescem, elas produzem mais oxigênio do que produzem CO2. Mas a mata amazônica já é uma mata de maturação conhecida e com isso haveria um equilíbrio em 24 horas sem nenhum saldo de oxigênio para os americanos, para os europeus os japoneses e o mundo inteiro.

Então, eu sugeriria que isso fosse um dos pontos imediatos para discutirmos, poque em grande parte na Europa, discute-se a questão se é justo ou não derrubar a mata, para com isso causar a rarefação na atmosfera lá fora.

O outro ponto seria quanto o desmatamento da hiléia amazônica poderia influir no chamado efeito estufa.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Pois não.

O SR. RONALDO ARAGÃO — (Inaudível. Fora do microfone)... cobre esse oxigênio que, com essas considerações feitas por organismos internacionais, eles estão respirando o oxigênio da Amazônia gratuitamente, o que não é justo. É preciso que o Brasil também estabeleça uma taxa para esse consumo de oxigênio produzido pela Mata Amazônica.

O SR. JARBAS PASSARINHO — esse seria um objetivo realmente de cobrar *royalt*. Mas, na verdade, se nós não exportamos esse oxigênio para o resto do mundo não temos o que cobrar. Seria uma questão a discutir.

Quanto ao "efeito estufa", eu até dei uma entrevista recente ao jornal *O Globo* — pediria que houvesse uma retificação nesse aspecto, o que foi muito fiel à reprodução, mas não nesse ponto — mas demonstrava que o maior interesse seria realmente nós, desta Comissão, e dos brasileiros em geral, sabermos se as queimadas da Amazônia estão provocando modificação da temperatura no globo, porque se isso levasse a uma liquefação de calota polar nós seríamos objeto de inundação das nossas cidades litorâneas, todas aquelas que

estão ao nível do mar e até aquelas que estão mais adentradas. Belém do Pará, por exemplo, também está a nível do mar, bastava a Baía de Guajará aumentar 1 metro e nós teríamos toda aquela civilização inundada. Aí, infelizmente, no jornal saiu 20 metros. 20 metros é demais, só com um novo Noé, um novo Dilúvio. Mas de qualquer maneira, eu falava em 2 metros; entre 1 e 3 metros se admitiria essa hipótese.

Por outro lado, é interessante convocar pessoas que possam nos falar, por exemplo, sobre esse efeito estufa sobre o qual tanto se fala, se discute hoje.

Se essa modificação já tivesse ocorrido aquilo que nós aprendemos na Física elementar, nem era Física superior, de qual é a pressão atmosférica ao nível do mar e qual é a pressão atmosférica a cada 100m de diferença de altitude. Se eu não estou equivocado, até hoje ao nível do mar, ela representa 762 milímetros. Então, isso não se modificou desde o momento em que esses dados foram obtidos cientificamente há séculos. Ora, se não houve modificação da pressão atmosférica até hoje é porque, certamente, essa diferença não é palpável, não é sensível. Mas todos falamos como políticos e como Senadores, numa CPI dessa natureza, somos obrigados a ter um certo ecletismo, na medida de levantar idéias e depois pedir que as pessoas qualificadas, pelo seu *métier,* pela sua profissão, possam concluir.

Então, nessa primeira etapa, discutiríamos as dimensões exatas da superfície atingida, os mitos sobre a Amazônia como pulmão do mundo, ou como agravamento do efeito, estufa daí compararíamos com as denúncias estrangeiras, que têm evoluído. Entre a nossa instalação e o dia de hoje, por exemplo, fiquei verdadeiramente chocado em verificar um homem que é presidente de uma das grandes nações do mundo e é a segunda vez que chega a um setenato na França, que é François Mitterrand, levantando uma idéia agora em Haia, da chamada soberania relativa. Nunca pude entender o que isso significava; até na cadeira de direito Internacional que cursei na Escola Militar e depois na Escola do Estado, Maior nunca ninguém me falou de soberania relativa. É verdade que no Brasil já se falou de democracia relativa, é outra coisa, mas soberania, relativa, até aqui eu não tinha ouvido falar. Ou tem ou não tem.

De modo que quando o presidente da França propôs e felizmente foi vencido — os jornais deram isso — na tua tese, ele queria exatamente uma espécie de fórum internacional, uma corte internacional que decidisse as questões ecológicas, e por isso então as soberanias seriam relativas.

Ora, a única forma que eu entenderia de soberania relativa no campo do Direito Internacional é quando se faz, ou o fideicomisso) ou então um tipo de protetora, em que se guarda uma soberania interna, mas se transfere para o exterior a soberania externa, e isso, talvez, fosse exatamente o que o Presidente da França pretendia. Acho que S. Exª poderia também se deter um pouco mais na legenda francesa que todos nós aprendemos a admirar. No século XVIII, apareceu *liberté, egalité, fraternité,* que era a grande bandeira da Revolução Francesa, e já se vão dois séculos e o *fraternité* não existe, o *e galité* muito menos e a *liberté* até sofre sérios arranhões ou até síncopes relativas.

De modo que temos uma postura, creio nesta, CPI, de não termos nenhum tipo de arrogância, de pesporrência, que é desagradável, e nenhum tipo de submissão, e aí estudaríamos isso com quem fosse necessário, para discutir essas acusações.

O apelo final seria respondermos àquilo que falhamos até agora; não temos uma política florestal para o Brasil, e o que eu sugeri foi aprovado pelos companheiros, uma política florestal com ênfase na hiléia amazônica. Temos também o problema da Mata Atlântica e podíamos extrapolar um pouco para discutir uma política, diretrizes para uma política florestal e se daí resultasse depois um projeto de lei, ou o Executivo tomasse a si essa responsabilidade, tanto melhor.

Então eram essas as quatro fases: na primeira fase eu sugeri ao presidente e aos ilustres colegas da CPI que esgotássemos a questão sem introdução de natureza política, ela seria apenas de testemunho científico e eu me proporia a apresentar ao presidente e aos colegas, dentro de 48 horas, um rol de pessoas ou órgãos que devêssemos convocar para depor aqui, o que naturalmente, como disse o presidente Leopoldo Peres, não implica negar que qualquer componente da Comissão possa, por seu turno, apresentar também o que seria desejável.

Quando falo colegas da Comissão, Sr. Presidente, estou me recusando a aderir um pouco à voga atual; acabei de ouvir no Supremo Tribunal Federal até um ministro se referir aos outros ministros como companheiros. Na Revolução Francesa, o tratamento era cidadão, na Revolução Bolchevista, era camarada; na constituinte brasileira de 1987/1988, era companheiro. Eu escolho os meus companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Há uma outra entidade, cujo nome não posso declinar, cujo membros se tratam também de companheiros. Mas essa é reservada.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Eu sempre ouvi muito o tratamento camarada, embora eu nunca pertencesse a qualquer célula comunista, que, depois, passou a se chamar organização de base. Isso é porque comecei a minha vida militar, como aluno em Porto Alegre, ouvindo: meus jovens camaradas: Era o Coronel falando para nós e. E nós tanto fomos camaradas que os comunistas se envergonharam e passaram a ser companheiros. Com isso, eu peço desculpas por não tratar os membros da Comissão por companheiros.

Finalmente, gostaria, se o presidente me permite, de encerrar esta primeira parte de fala despretensiosa do relator com uma exortação.

Iniciamos um trabalho que começa a ser efetivo a partir de hoje debaixo de certas críticas, que são genéricas e não específicas, que levem a admitir que as Comissões Parlamentares de Inquérito são verdadeiramente desnecessárias ou, de acordo com um adjetivo que os juristas usam muito e que sempre me arranhou o ouvido, despiciendas. Não gostaria que isso se desse, até porque acho que é injusto. Já no plenário do Senado, eu sustentei uma tese de que talvez nós devêssemos ter corrigido isso na Constituição. Em vez de se chamar Comissão Parlamentar de Inquérito, poderia se chamar Comissão Parlamentar, ou Comissão Parlamentar de Análise, ou Comissão Parlamentar de Investigação, porque a palavra inquérito sugere, de logo, uma conotação policial, dá a impressão que nós estamos querendo saber alguma coisa com o objetivo de aplicar punições. Eu, como ministro do Trabalho e como ministro da Educação, me beneficiei, na minha administração, de Comissões Parlamentares de Inquérito, inclusive sobre o inquérito realizado aqui no Congresso sobre o ensino superior. Naquela época, foi muito importante para mim. No entanto, o que se diz normalmente é que as Comissões de Inquérito não levam a resultados positivos.

Eu fui relator da Comissão do Acordo Nuclear numa hora difícil, numa hora em que o Presidente Geisel publicava um livro branco, onde, baseado, por seu turno, nos dados da Eletrobrás, Sua Excelência admitia que era absolutamente imprescindível fazer a construção de 8 usinas nucleoelétricas até os anos 90, para impedir que houvesse contenções de demanda, ou seja, racionamento até na produção de energia primária na área mais dinâmica da economia nacional, que era o Sudeste.

Naquela altura, trabalhava-se com duas hipóteses: a de crescimento anual de 8% do consumo de energia ou a de 10%. O Presidente foi até mas modesto. Não se levava em consideração, naturalmente, o que aconteceu depois do choque do petróleo, não se considerava a diminuição do crescimento industrial, a estagnação que houve, o que fez com que esses números caíssem. Mas, se não tivessem caído, evidentemente hoje, nos faria falta a suplementação de energia a partir da construção das usinas chamadas atômicas. E nós conseguimos aqui o que parecia um absurdo naquela altura. Primeiro, o regime ainda não era de grandes liberdades e os membros da Oposição que se encontravam lá, Dirceu Cardoso, Franco Montoro, Roberto Saturnino e outros, trabalharam conosco em amplo entendimento. A Presidência da Comissão coube ao Senador Itamar Franco. O resultado disso é que se abalou a decisão tomada no livro banco, porque o livro branco dizia que não havia outra alternativa e que era absolutamente imprescindível construírem-se as 8 usinas. Não se conhecia, por exemplo, o acordo de acionistas. Foi obtido através de nós, como documentos secretos do Governo, em entendimento com o governo alemão. Eu deixei a relatoria porque passei a líder de governo, mas continuou o trabalho da Comissão, trabalho este que levou à reformulação do plano, que hoje ficou apenas em Angra II, no máximo à construção de Angra III.

Então, penso que a CPI pode perfeitamente chegar a uma conclusão que seja válida até em termos internacionais. Vamos provar que temos o maior interesse pelo nosso País; esse patrimônio, como a Constituição colocou, é um patrimônio nacional a Floresta Amazônica; e nós poderemos chegar a um resultado definitivo.

Era a exortação que eu faria, Sr. Presidente, encerrando as palavras como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Muito obrigado.

Em discussão a sugestão do Sr. Relator.

Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Para voltar um pouco mais às considerações feitas pelo Senador Jarbas Passarinho, quando fala no "efeito estufa".

Está sendo tributado ao Brasil, em campanha internacional, a única responsabilidade por esse buraco da camada de ozônio na atmosfera, o que não é verdade. É uma campanha dirigida, até de desmoralização,com relação ao Brasil, porque não somos responsáveis por testes nucleares feitos pelos países mais desenvolvidos; não somos responsáveis por gases de foguetes lançados na atmosfera; não somos responsáveis pelo desastre de Chernobill, que toda a humanidade presenciou, e de que, até hoje, sofre-se as conseqüências, não somos resposáveis pela descoberta dos **sprays.**

Temos também aquele desastre daquela usina, lá na Itália, é uma usina americana, a Three Miles Island. Então, se formos repassar quem são os responsáveis pelo desequilíbrio na atmosfera, veremos que não é o Brasil. Não é o Brasil o responsável por esse desequilíbrio que está aí. O que temos é uma campanha, segundo o Presidente da República, muito enfático, quando diz que não negociamos a Amazônia. Existe até, se não me engano, aqui, uma sugestão feita por Hermann Kahn, a do Lago Amazônico. Desde aí, já vem a cobiça da internacionalização da Amazônia. E agora esta campanha — e dou testemunho, porque estive em um congresso na Costa Rica, onde deputado do Partido Verde, da Itália, com acusações ao Brasil, a que tivemos oportunidade de rebater, dizendo justamente isto: que não somos responsáveis por tudo que a está; que foi a Europa, foram os Estados Unidos, que também acabaram com os índios, etc., e tudo aquilo. Hoje, o que se faz nos Estados Unidos, é que se paga, até, para ver, porque há um chefe de tribo indígena que cobra para mostrar os seus índios, e nós não o fazemos aqui; se é que existe índios também, nos Estados Unidos.

Entendo que isto é uma campanha dirigida de desmoralização do Brasil. E não podemos aceitar isso. Entendo que esta Comissão tem a responsabilidade de mostrar isto ao mundo, também; de mostrar que não temos medo de dizer que não somos os responsáveis pelo buraco da camada de ozônio; pela questão do desequilíbrio ecológico, enfim, por nada disso; nós que conhecemos a Amazônia sabemos que o percentual que foi desmatado é ínfimo em relação ao que foi feito na Europa.

Parece-me que não há interesse no desenvolvimento na capacidade de desenvolvimento do Brasil porque temos, hoje, a região Amazônica como região rica em minérios, em madeira, e é isso que os países adiantados não querem; que o Brasil saia do subdsenvolvimento. E não podemos permitir isso; não podemos aceitar essas acusações que se fazem, quando um presidente americano chega a uma conferência, no Japão, e intercede para que não se tenha o desenvolvimento da saída para o Pacífico. Não podemos aceitar isso. Temos que dizer, alto e bom som, que o Brasil é um País independente, e a política, quem a estabelece somos nós, não são os americanos, não são os japoneses, não são so franceses, porque essa política do desenvolvimento nacional depende da nossa capacidade. Então, fica aqui, só para acrescentar ao que disse, com muita propriedade e com a inteligência que lhe é peculiar, o Senador Jarbas Passarinho, sobre esse efeito estufa, pelo qual não somos responsáveis.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Com a palavra o Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA — Eu queria, só à guisa de sugestão, levar à Mesa a lembrança de que no princípio do mês, dias 7 e 8, ocorreu em Manaus uma reunião de governadores onde, juntamente com o Ministro do Gabinente Militar da Presidência da República, discutiu-se o problema da Amazônia. Naquela ocasião, tivemos conhecimento, por intermédio dos órgãos de divulgação, que o governo, através do seu ministro, estava apresentado um programa "Nossa Natureza". Essa reunião estava sendo promovida sob os auspícios do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia, recém — fundada. Foram convidados para participar dessa reunião vários cientistas e autoridades principalmente governadores dos estados envolvidos pela grande região Norte. Nós, através da imprensa, tomamos conhecimento da manifestação de várias pessoas, de autoridades, algumas até, em termos de debate, contraditando o pensamento de outros.

Como o assunto, o objeto principal, o fulcro da nossa Comissão é a Amazônia e o seu relacionamento com o meio ambiente todo, regional e nacional, seria interessante que estudássemos os resultados dos debates dessa reunião para ver se seria interessante, entre as autoridades e as pessoas convidadas para falar sobre o assunto, incluir aquelas que se envolveram nessa recente reunião. Isso porque lemos dados interessantes da reunião, inclusive o trabalho apresentado pelo Professor Samuel Benchimol, com dados detalhados, os quais o Senador Ronaldo Aragão apresenta e que foram publicados recentemente pela revista "Time", fazendo um estudo comparativo da produção não só do gás carbônico como do óxido de enxofre e outros gases tóxicos, que são produzidos muito mais no Hemisfério Norte. E dá também uma relação das entidades, dos continentes e dos países produtores dessas substâncias. Além do que, chamam também a atenção estudos feitos recentemente por cientistas, que foram solicitados juntamente com jornalistas para fazerem um apanhado da situação atual. Eles fizeram um estudo baseado em dados que devem ser estudados para serem aprofundados, porque o assunto está vindo à baila, como eu falei outro dia, aqui, a partir da morte do Chico Mendes. É o marco. Aliás, amanhã, vamos ter uma homenagem a ele, aqui no Senado. Esse estudo faz referência ao aumento da quantidade de gás carbônico na atmosfera, que vinha mais ou menos equilibrado mas que se intensificou a partir da industrialização. E os países, quanto mais industrializados, mais produzem gás carbônico de uma maneira permanente, enquanto nós, que estamos sendo acusados agora de contribuição do gás carbônico para o efeito estufa — e isso é muito discutível — como resultado da queima das florestas, e fazemos intermitentemente ainda, por causa do ciclo das queimadas.

Seria interessante, então, convidar essas pessoas para colocarem aqui a Amazônia, logo de saída, pessoas essas que têm conhecimento, que são de destaque, como o Sr. Benchimol, o Sr. Luiz Carlos, do Instituto de Ciências Especiais de São José dos Campos, especialista do clima mundial, principalmente da Amazônia. O Sr. Enéas Salati, também, é um estudioso da climatologia da Amazônia, das precipitações hidrográficas, pluviais.

O Sr. Luiz Carlos, na referência do Benchimol, faz uma colocação muito interessante com referência à polêmica do gás carbônico, se está aumentando ou diminuindo a temperatura. Há duas teorias contraditórias: uma, que estaria aquecendo demais a atmosfera; a outra, que o fenômeno é oposto, esfriando. Poderíamos estar num final de glaciação ou entrando numa associação. A teoria seria que, com a destruição da Floresta Amazônica, do metabolismo da floresta atual, seria rompido o equilíbrio e a quantidade de energia liberada por toda a biótica da Amazônia diminuiria essa energia que, elaborada, subiria aos trópicos, aquecendo as zonas temperadas. Com a destruição, diminuiria o aquecimento dessas áreas e aderiria a uma nova glaciação, aumentando o gelo polar.

Por outro lado, há uma teoria oposta, ou seja, que tantas toneladas de gás carbônico daria tantos graus atmosféricos e, com o tempo, derreteria os gelos polares, aumentando, conforme a percentagem, e chegando até a uma altura de 130 m do nível do mar. O mar baixaria ou se elevaria.

Tudo isto está sendo discutido e é contraditório. Penso que essas pessoas deveriam ser colocadas na relação inicial de convidados para esclarecimento deste assunto, principalmente os da área científica como o Benchimol, o Enéas Salati e o Luiz Carlos, que não têm partido; são cientistas. Esta é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Muito obrigado, Senador Mário Maia. Devo dizer que aceito a sua sugestão. Vou oficiar a idéia e pedir as notas desta reunião e o Senador Jarbas Passarinho relacionará os cientistas citados por V. Exª

Concedo a palavra ao Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, Sr. Relator, Colegas, é desnecessário dizer que o problema da Amazônia ganhou importância bem maior do que aquela que a questão exibia anteriormente. E houve reflexo internacional. E claro que iremos tratar deste assunto, e rejubilo-me por ver em funcionamento a Comissão, dentro dos princípios estabelecidos pela nossa Constituição. Não há nenhuma novidade nisso.

Esta Comissão, por outro lado, está de parabéns por ter na Presidência V. Exª e, como Relator-Geral, o nobre Senador Jarbas Passarinho. Estou certo de que ela produzirá um trabalho à altura dos desejos de todos nós e daquilo que espera de nós a opinião pública brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) —Com a presença e as luzes de V. Exª não tenho dúvidas.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Muito obrigado. É necessário aprofundar estudos científicos e aceitar esse roteiro sugerido pelo nobre Relator.

A nossa Constituição é que vai balizar.

> "Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Direito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento:
>
> I — a soberania;"

Fomos uma Nação soberana, continuamos uma Nação soberana e não admitimos que esta soberania seja ferida.

Quero ainda chamar a atenção para o fato de que:

> "Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
>
> I — construir uma sociedade livre, justa e solidárias;
>
> .....
>
> III — erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;"

É lutando para reduzir essas desigualdades que temos também que enfrentar o problema amazônico, porque, de um modo geral, a Amazônia e o Nordeste são regiões que não estão acompanhando o desenvolvimento econômico e social de outras regiões do País.

É evidente que o problema amazônico não é só um problema brasileiro. Ninguém nos precisa ensinar isso, mesmo porque não há Amazônia só no Brasil.

E eu pediria também atenção para o parágrafo único do art. 4º da Constituição, que diz:

> "Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações."

Vamos cumprir os nossos deveres com relação à Amazônica, mas, tanto quanto possível, dentro desse espírito de comunidade com as outras nações amazônicas, os outros países amazônicos, nossos irmãos e vizinhos.

Finalmente, a nossa Constituição aí está, com o Capítulo VI do Título VIII, Do Meio Ambiente, Capítulo talvez que não encontre paralelo em nenhuma Constituição do mundo, dando referência especial à Floresta Amazônica brasileira, à Mata Atlântica, à Serra do Mar, ao Pantanal Mato-Grossense e à Zona Costeira, que são patrimônio nacional. Isso tem uma dupla significação. Isso não é patrimônio de famílias, não é patrimônio de municípios, não é patrimônio de Estado. Isso é patrimônio nacional e vale também no sentido de que é patrimônio de nossa Nação, repelindo, conseqüentemente, qualquer arranhão à nossa soberania e à política que deveremos soberanamente adotar.

Diz o § 4º, art. 225:

> "...são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais."

De modo que nós mesmos já estabelecemos as naturias limitações, tendo em vista o desenvolvimento do País. O problema da Amazônia é um problema de ocupação e de aproveitamento. Ocupação racional.

De modo que é dentro dessas diretrizes que vamos aprofundar o estudo e sugerir aquilo que, no momento, mais se recomenda para levarmos a efeito uma política de ocupação racional e de integração, vale dizer, de união da nossa costa marítima do leste com o oeste. Essa integração, é necessária. As estradas estão abertas. Vamos pavimentá-las, vamos realizar uma política de integração na área de transportes, na área de energia, na área de educação e de saúde.

Congratulo-me com todos os companheiros e aqui, modestamente, dentro dessas diretrizes, estou disposto a dar a minha colaboração para encaminharmos racionalmente um dos grandes problemas que desafiam sobretudo a nossa geração.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Muito obrigado, Senador Chagas Rodrigues.

Está franqueada a palavra a quem dela queira fazer uso. (Pausa.)

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Com a palavra o nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão. Disse eu, ainda há pouco, na abertura dos nossos trabalhos, que em 48 horas podíamos já ter uma relação, um elenco, ainda que limitado, de pessoas que deveríamos ouvir. Penso propor, ao lado do que o Senador Mário Maia lembrou, para as pessoas que já participaram dessa reunião de Manaus, perguntar ao Senador Ronaldo Aragão a respeito dos partícipes da reunião de Costa Rica, se algum nome poderia ser lembrado também por S. Exª, para essa primeira fase da avaliação da extensão real do desmatamento.

Pensaria, desde logo, em fazer contato com o Inpi, com o Inpa e com a Fundação do Acre, a Fundac.

Então, se pudéssemos ter uma reunião, ainda que informal, dentro de 48 horas, poderíamos aprovar, se fosse o caso, ou pelo menos apreciar as indicações feitas, para começar a fazer a chamada dos depoentes. E o primeiro depoimento já poderia ser feito ainda antes de haver a rarefação demográfica do Plenário do Senado com a Semana Santa. Podíamos fazer, talvez, ainda na terça-feira da Semana Santa.

É uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Formalmente convoco os Srs. Senadores para a próxima reunião, no dia 21, terça-feira, às 5 horas da tarde; e, informalmente, convido V. Exª — convido — e qualquer dos Senadores que tenham sugestão, para um encontro com esta Presidência na próxima quinta-feira, às 17:00 horas.

Está encerrada a reunião.

3ª Reunião, realizada em 21 de março de 1989

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, presentes os Senhores Senadores, Leopoldo Peres (Presidente), Jarbas Passarinho (Relator), Nabor Júnior, Mário Maia e Áureo Mello, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as denúncias sobre a devastação da hiléia amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias.

Presentes, ainda, os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Ney Maranhão, Carlos Patrocínio, Francisco Rollemberg, os Senhores Deputados Chagas Duarte, Fernando Santana e Senhora Deputada Sadie Hauache. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Edison Lobão, Odacir Soares, Teotônio Vilela Filho, Ronaldo Aragão e Aluizio Bezerra.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão e solicita seja dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada.

Com a palavra o Senhor Senador Jarbas Passarinho, apresenta o roteiro dos trabalhos da CPI e propõe que, no dia 14 de abril, seja ouvido o Professor Samuel Benchimol.

O Senhor Presidente submete à votação o roteiro apresentado pelo Senhor Relator que, em seguida, é aprovado.

A seguir, convida o Dr. Hebert Roger Schubart, Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, para tomar assento à Mesa. Com a palavra, o Dr. Schubart inicia seu depoimento abordando os trabalhos do INPA e passa às mãos do Senhor Presidente um

exemplar da revista *Ciência Hoje"*, em sua edição de Jan/Fev/84, na qual publica matéria sobre a Amazônia. Em seguida, focaliza o valor ecológico da Amazônia; o efeito estufa; o aumento considerável de gás carbônico na atmosfera; a taxa de desmatamento; as hidroelétricas e o extrativismo. Finalizando, enfatiza o valor ecológico da floresta amazônica, pela importância na economia regional e nacional.

Prosseguindo, passa-se a fase interpelatória, quando usam da palavra, pela ordem, os Senhores Senadores Nabor Júnior, Mária Maia, o Senhor Deputado Fernando Santana, os Senhores Senadores Áureo Mello, Carlos Patrocínio, Deputado Chagas Duarte, a Senhora Deputada Sadie Hauache e o Senhor Senador Jarbas Passarinho.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença do depoente e convoca os Senhores Senadores para a próxima reunião a realizar-se dia vinte e oito, às nove horas e trinta minutos e encerra os trabalhos da Comissão às vinte horas e, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 10, DE 1989, DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS SOBRE A DEVASTAÇÃO DA HILÉIA AMAZÔNICA E A PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NESSAS DENÚNCIAS, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO DR. HEBERT ROGER SCHUBART, PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador **Leopoldo Peres**
Relator: Senador **Jarbas Passarinho**

Início da fala do Presidente, (fora do microfone). Leitura do roteiro dos trabalhos da CPI:

Março, terça-feira, dia 21, às 16horas, depoimento do Presidente do Inpa; terça-feira, dia 28, às 9h e 30 minutos, depoimento do Dr. Paulo de Tarso Alvim, Presidente da Ceplac; sexta-feira, dia 31, às 9:30 horas, depoimento do Presidente da Funtac.

Abril, terça-feira, dia 4, Projeto Radam; sexta-feira, dia 7, Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Inpe; terça-feira, dia 11, convite ao Exmº Sr. Ministro do Interior e; sexta-feira, dia 14, reunião para primeira avaliação dos depoimentos e traçar novas diretrizes.

Antes de submeter a votos, quero apresentar um adendo à proposição do Senador Jarbas Passarinho: é que no dia 14, às 9h 30 minutos, a Comissão se reunirá para ouvir o Prof. Samuel Bechebol, que muito terá a dizer, estou certo, a esta Comissão.

Dia 14. Esta é a proposição do Senador Jarbas Passarinho, com o adendo da Presidência.

(Intervenção fora do microfone.)

A reunião seria na terça-feira imediata.

O SR. AUREO MELLO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Com a palavra o Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO — Aqui diz Projeto Radam — está é uma inquirição a quem? É o depoimento de quem, a respeito do Projeto Radam?

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Com a palavra o relator.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — A idéia é exatamente trazer quem, no Projeto Radam, está habilitado a responder às perguntas do campo científico que estamos colocando na primeira fase..

O SR. AURELO MELLO — Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — ....que conheça o projeto muito bem ou os assessores que ele queira trazer.

O SR. AUREO MELLO — Perfeitamente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Mais alguém deseja fazer uso da palavra? Vou submeter a votos. Quem estiver de acordo, queira permanecer como está. (Pausa.)

Aprovado.

Srs. Senadores, dá-nos a honra hoje de comparecer a esta Comissão, o Diretor-Presidente do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, INPA Professor Herbert Schubart.

Não me cabe aqui fazer o estudo biográfico do Profº Schubart, primeiro, porque seria longo e, segundo, eu não seria a pessoa capaz para biografá-lo. Mas, quero dizer que se trata de um cientista apaixonado pela Amazônia. Mas esta paixão não o leva, de modo algum, a perder o senso crítico e a afastar-se da verdade científica. Portanto, com os Srs. passo a palavra ao Prof. Schubart.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Exmº Senador Leopoldo Peres, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Amazônia, Exmº Senador Jarbas Passarinho, Srs. Senadores aqui presentes, minhas Srªs e meus Srs:

É, para mim, e também para o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, os seus pesquisadores, que lá, com muita dedicação e, às vezes, com muita dificuldade, desenvolvem esse trabalho de pesquisa, uma grande honra estar aqui como primeiro convidado para esclarecer essa questão tão importante, que afeta aquela região tão promissora do nosso País.

Eu vou me basear num escrito que fiz, ainda no final do ano passado, para o Simpósio Anual da Academia de Ciência do Estado de São Paulo, que me pediu um relato sobre a questão da pesquisa e da preservação dos ecossistemas, no caso da Amazônia. Esta questão amazônica é antiga.

O Senador Jarbas Passarinho tem lembrado muito bem, que tem havido ciclos críticos de pressões maiores, pressões menores, sempre com reações bastante pertinentes da sociedade brasileira, visando preservar a soberania dessa região.

O assunto que vou aqui tratar não é novo; essas questões vêm sendo estudadas há bastante tempo. O INPA, por exemplo, foi criado há 35 anos e vem trabalhando sobre essas questões; o Museu Goeldi, em Belém, é a mais antiga instituição de pesquisa da Amazônia, criado em 1886, e hoje é um importante instituto do CNPq; há os centros de pesquisa agropecuária da Embrapa, as universidades. Então, o Governo brasileiro, o Brasil tem investido bastante no estudo e na pesquisa da Amazônia, e essas questões, para os pesquisadores, não são novas.

Eu, inclusive, gostaria de passar às mãos do Presidente um número da revista *Ciênci Hoje*, que foi dedicado à Amazônia, e que contém alguns artigos abordando a questão, por exemplo, do desmatamento na Amazônia.

Ainda há pouco, o Senador Leopoldo Peres me fazia uma pergunta: que há discrepâncias na avaliação da área da Hiléia brasileira — Clara Pandulfo indicando 260 milhões de hectares; Mursa Pires e Wiliam Rodrigues, 350 milhões de hectares; o IBGE indicando mais de 500 milhões de hectares. Eu suponho que, no caso desse número maior do IBGE, trata-se da Hiléia geográfica, como um todo, abrangendo a sua extensão em todos os países amazônicos, não só no Brasil. De fato, a Hiléia biológica tem cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados, ou 500 milhões de hectares. No Brasil, cerca de 60% dessa área estão incluídas, ou seja, em torno de 300 milhões de hectares, 3 milhões de quilômetros quadrados. É aproximadamente isto, é um número que se pode usar. Alguns falam em 280, 260, mas isso depende da classificação que se faz da floresta. A floresta não é um todo contínuo; uma extensão enorme dessas, continental, não poderia ser completamente homogênea, e não é, longe disso. Então, as diferentes classificações da vegetação levam a essas discrepâncias.

No Brasil, nós temos uma entidade chamada Amazônia Legal, que é uma divisão administrativa, para fins de incentivos e que abrange quase 60% do território brasileiro, também com, aproximadamente, 5 milhões de quilômetros quadrados, pouco mais ou menos. Então, nessas extensões, se nós nos dermos o trabalho de colocar o mapa da Europa sobre o mapa da América do Sul — mapas da mesma escala — nós veremos que grande parte da Europa pode ser abrangida ali por essa área que nós estamos tratando.

O trabalho que aqui vou discutir ou o enfoque que vou dar para esta minha exposição, é claro que está preocupando, sobretudo, aqui, a questão do desmatamento — qual a real dimensão desse desmatamento — mas eu vou dar um enfoque mais abrangente porque eu acho que nós temos que procurar soluções globais e não apenas identificar os problemas e deixá-los, assim, sem uma solução maior. Então, eu parto de algumas teses, que eu passo a citar rapidamente.

Eu considero que os objetivos de preservação da natureza e a conservação de recursos

naturais, potencialmente renováveis, dificilmente serão atingidos sem desenvolvimento.

Em segundo lugar, eu considero que o desenvolvimento deve ser entendido como um processo objetivamente racional, que vise a manutenção ou o aumento da qualidade de vida da sociedade humana, devendo ser, portanto, econômica e socialmente sustentável, o que, no caso da utilização dos recursos naturais, implica na manutenção das condições ecológicas da produção. Considero, também, que ciência e tecnologia são imprescindíveis para a geração do desenvolvimento. Porém, considero, também, que a geração do desenvolvimento não depende apenas de ciência e tecnologia. São precisos muitos outros fatores — políticos, sociais e econômicos, e, também, de planejamento — para que a ciência e a tecnologia possam, com proveito, serem apropriadas no processo de desenvolvimento.

Passemos, agora, ao conhecimento científico da Amazônia. Um dos mitos sobre a Amazônia é de que, nesta vasta região, pouco se sabe, pouco se conhece cientificamente, porque quase tudo está por ser feito. É verdade que existe muita coisa para ser feita, mas já se sabe muito. Existe um acervo de conhecimentos científicos muito grande; tanto na Amazônia como também em outras regiões tropicais úmidas da África, da Ásia; existem muitos conhecimentos que, com a devida cautela, poderão ser transferidos para a Amazônia.

Lembro, por exemplo, os levantamentos de recursos naturais realizados pelo Projeto Radam Brasil, que constitui uma verdadeira preciosidade e realmente tem permitido ao País ter conhecimento de suas potencialidades minerais, energéticas, recursos florestais, de solos e outros.

Diante dessa situação, e vem causando, há algum tempo, muita preocupação, e no passado, particularmente, quando o IBDF divulgou — já extinto, hoje já não existe mais IBDF — divulgou um relatório do INPE, Instituto de Pesquisas Espaciais, que através de um convênio com o IBDF realizou um estudo para fazer um acompanhamento das queimadas, as áreas que estavam pegando fogo de fato, no que se chama a Amazônia legal, abrangendo o restante do Estado de Goiás e o restante do Estado do Maranhão, porém não incluindo Roraima e Amapá, por razões técnicas do satélite que estava sendo usado. Eles acharam um número assustador, que seriam 20 milhões e 400 mil hectares de queimadas nessa imensa área da Amazônia legal. Agora, logo verificaram que grande parte disso eram pastagens já formadas, que o pecuarista queima todo ano, e cerrados que também queimam com freqüência, porém 40% dessas áreas seriam florestas recém-derrubadas na Amazônia, portanto, cerca de 80 mil quilômetros ou 8 milhões de hectares teriam sido derrubados e queimados. Esse número é muito grande; seria um terço quase do Estado de São Paulo.

No INPA, no Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, um pesquisador nosso, dr. Phillip Fernsay, que é um cidadão americano mas que está radicado na Amazônia e no INPA há cerca de 14 anos e vem estudando a questão da colonização e do desmatamento durante todo esse tempo, fez uma reavaliação, usando outros dados, e chegou à seguinte conclusão: o estudo feito pelo INPE superestima a área queimada; por quê? Porque a metodologia usada tinha o objetivo de identificar o fogo, a área que estava pegando fogo, o censor usado detectava a área que estava queimando, detectava a radiação de infravermelho gerada pelo fogo. Ora, o que acontece é que, às vezes, uma fogueira pequena, porém de elevada temperatura, fazia com que todo o setor, um setor mínimo que se chama de "picsel", que é uma espécie de quadradinho que forma uma imagem seria preenchido como se estivesse queimando. Então, com uma sucessão dessas superestimações chegaram a esse número elevado, embora tenham feito correções para isso também. O Dr. Phillip Fernsay, no INPA, usou imagens do **Landsat**, usando a imagem da área de fato desmatada e queimada e não o fogo, e também usou informações obtidas por um outro pesquisador, o exterior, usando o mesmo satélite Noaa com dois sensores diferentes, chegando à conclusão de que esse número estava, realmente, muito elevado.

Só para resumir, eu teria até aqui uma tabela com todos os números, e ele chega à conclusão que, no ano de 1987, deve ter queimado em torno de 35 mil quilômetros quadrados ou 3,5 milhões de hectares na Amazônia legal, e que até àquela data, até 1988, melhor dizendo, 8% dessa área foi queimada. Naturalmente que essas derrubadas e queimadas se concentram muito mais na borda sul da Amazônia. Eu tenho aqui, inclusive, um mosaico de imagens do **Landsat**, mostrando essas áreas mais afetadas, sobretudo Rondônia, que é a área mais crítica, um pouco no Acre, o norte de Mato Grosso, que não aparece, o sul do Pará, muito atingido, ao longo da Belém—Brasília também muito atingido, muito pouca coisa em Roraima, um pouquinho na Transamazônica. Então, podemos dizer que a Hiléia, propriamente diata, ainda foi pouco atingida.

Agora, eu queria deixar bem claro que isso não deve, necessariamente, nos levar a otimismos, assim a um otimismo fácil ou a simplesmente a rechaçar críticas que sejam feitas, porque há uma preocupação nossa, muito grande, e do Dr. Phillip Fernsay também, não é com o que já foi desmatado, que ainda é pequeno. Certamente nós poderemos desmatar mais na Amazônia e implantar muitos projetos, não é esse o problema, mas é a velocidade com que esse desmatamento vem ocorrendo e, em alguns Estados como Rondônia, sul do Pará e Acre tem ocorrido um aumento exponencial dessa velocidade do desmatamento, e também a forma desordenada como essa ocupação vem ocorrendo, quer dizer, não há um esforço maior no sentido de controlar a ocupação da região por processos que passam pela devastação da floresta.

A pergunta que se pode fazer seria: Por que a floresta está sendo destruída? Poderíamos comparar os valores econômicos imediatos dos diferentes usos da terra. Então, a curto prazo, a floresta para o dono da terra, para o fazendeiro, para o colono tem um valor pequeno comparado com os outros usos da terra; como a agricultura, a pecuária. Quer dizer, a curto prazo, é mais lucrativo para o dono da terra derrubar a floresta, porque os recursos da floresta, que são enormes, e imaginamos o volume de madeira que é derrubado, queimado e uma série de espécies de plantas e animais que poderiam ser usados para diversos fins, no momento não há um mercado para isso e não há conhecimento não há tecnologia, não há cultura para se fazer esse aproveitamento. Então, aparentemente, esta é uma das razões. Essa diferença — até observo aqui — é, inclusive, artificialmente aumentada de valor por mecanismos fiscais mantidos pelo Governo, a exemplo do Imposto Territorial Rural, que é maior para as áreas florestadas. A derrubada é considerada uma benfeitoria. Quem quiser garantir a posse da terra tem que mostar que fez alguma coisa, derrubou um pouco da mata. Aquilo era uma maneira do Incra ou do Mirad reconhecerem a posse da terra; são estímulos para o desmatamento. Também os incentivos fiscais concedidos pela Sudam para projetos de agropecuária, que conduziram a grandes áreas de pastagens, sobretudo no Sul do Pará e Norte do Mato Grosso, com retorno econômico duvidoso. Há muitas dúvidas com relação ao retorno desses incentivos, retorno econômico.

Então, chego à conclusão que temos que valorizar a floresta e analisar os valores da floresta para que ela seja enfocada sob a ótica de um aproveitamento global que não passe pela sua destruição e devastação. A floresta hoje é considerada mais um obstáculo ao desenvolvimento, ou, no máximo uma jazida de recursos madeireiros a serem irreversivelmente minerados.

O estágio atual do conhecimento científico sobre a Amazônia e as florestas tropicais úmidas, em geral, já permite estabelecer um sistema de valores para a floresta, capaz de orientar uma política de ocupação da região em bases conservacionistas.

Em primeiro lugar, a floresta tem um valor ecológico e social inestimável. Em segundo lugar, a floresta tem um valor econômico quer como fonte direta de matérias-primas, quer como fonte de informações tecnologicamente importantes.

Com relação ao valor ecológico e social passo a destacar alguns pontos: a floresta tropical úmida tem funções imprescindíveis para a manutenção das condições ecológicas da produção agrícola, da pesca e, até mesmo, da geração de hidroeletricidade. Além disso, ela constitui uma fonte de subsistência para populações humanas, indígenas e caboclas, e para comunidades surgidas durante a fase extrativista da economia regional, como é o caso dos seringueiros. Temos aqui dois seringueiros, dois nobres Senadores do Acre e a questão das reservas extrativistas, que acho que é uma maneira de enfocar esse problema e de valorizar a floresta.

Entre as funções ecológicas devem ser consideradas: primeiro, a manutenção da diversi-

dade biológica. As florestas tropicais, de um modo geral, são caracterizadas por uma diversidade de espécies de plantas, animais e insetos incrível. A Ciência hoje estima que quase metade, praticamente metade de todas as espécies que existem na terra ocorram nas florestas tropicais, as quais ocupam apenas 7% da superfície dos continentes. Então, nessas áreas há uma concentração espantosa, de espécies, de variedades. Em grande parte, muitas dessas espécies ainda não foram sequer descritas pela Ciência. As expedições botânicas do Inpa, digamos, a cada três dias de expedição — foi uma estatística feita — descobre-se uma nova espécie. A cada 100 plantas coletadas uma é nova; e vai por aí. Então, há uma diversidade muito grande.

Só para ter uma idéia, na área de madeiras, o Inpa tem catalogado cerca de 3 mil espécies de madeiras. Muito mais importante do que o número das espécies, são as múltiplas interações ecológicas, evoluídas entre as plantas, os animais e microorganismos. Há exemplos de processos, como a polinização, a predação, o parasitismo, a dispersão de sementes, a fixação biológica do nitrogênio do ar através de bactérias nas raízes, as micorrizas, que são fungos associados a raízes de árvores, a degradação bioquímica de substâncias recalcitrantes no solo, os antibióticos, etc. Todos são exemplos, inclusive, são conhecimentos usados na tecnologia moderna, na medicina, nos fármacos, que derivam do conhecimento dessas inter-relações ecológicas que precisam ser preservadas para serem conhecidas e utilizadas.

Outro ponto importante nas funções ecológicas da floresta é a regulação local e regional do ciclo hidrológico, garantindo melhor distribuição de chuvas e maior estabilidade no regime dos rios. O rio Amazonas lança no oceano Atlântico quase um quinto de toda a água doce da Terra, em torno de 18 a 20%. É sabido, sob essas condições ainda naturais — isso vem sendo medido desde o início do século. Lá, no porto de Manaus, existe uma régua hidrométrica com medições diárias — que a oscilação do nível dos rios Amazonas e Negro, na área perto de Manaus, é, em média, 10 metros, podendo as máximas e mínimas diferirem de 15 metros. Isso em condições absolutamente naturais. Então, temos imensas áreas que são alagadas naturalmente por enchentes naturais e adaptadas, inclusive, às matas de várzeas, os igapós com espécies de plantas, adaptadas para sobreviverem durante 3, 4, 6 meses, sob a água. Temos peixes, como o tambaqui, piranhas e outros, que se alimentam de frutas. Durante as enchentes eles entram na floresta, alimentam-se delas, engordam e, durante a vazante, sobrevivem nos lagos e alimentam-se, às vezes, de plânctons e de outras coisas. Mas, fundamentalmente, dependem dessas florestas alagadas que não devem ser desmatadas, essas florestas marginais devem ser protegidas por causa da sobrevivência desse pescado, fazendo também a dispersão das sementes dessas árvores e palmeiras.

Por que essa floresta é importante para esse ciclo hidrológico? Sabemos que a metade das chuvas, que se originam na Amazônia, que caem sobre ela, resultam da transpiração das árvores. A outra metade do vapor d'"água vem do Oceano Atlântico trazido pelos ventos alísios. Então, a floresta transpira intensamente e assim recicla a água dentro do sistema. A floresta também é muito importante porque, através de suas raízes, de uma intensa atividade biológica que ocorre naquela manta de folhas mortas sobre o solo da floresta, com centenas de microorganismos, insetos e pequenos animais, mantém uma estrutura porosa do solo. Então, as chuvas que caem na região são absorvidas pelos solo e não escorrem, como acontece quando se tira a floresta. O que acontece, de modo geral, quando se tira a floresta, quando se faz uma pastagem? Há um compactação da camada superficial do solo, uma desagragação da estrutura da argila, uma obliteração dos poros. Então, a chuva que cai não consegue penetrar com tanta facilidade e escorre, causando erosão, enchentes e entulhamento dos igarapés e dos rios, levando a fenômenos assim. Tenho muita preocupação, no caso específico do Rio Acre, porque acho que aquele rio depende muito da manutenção da floresta e tenho ouvido relatos que cada vez ele está ficando com menas água na seca e de vez em quando, ocorrem aquelas enchentes catastróficas. Isso pode ser já um resultado de desmantamentos excessivos em algumas áreas. Aquele rio é importantíssimo para o abastecimento de água de uma cidade tão relevante como Rio Branco. Daí a necessidade da floresta nessa reciclagem da água na região.

Existem depois as influências climáticas da floresta que se processam por duas vias principais. Esse é um assunto extremamente complexo, onde existem ainda muitas incertezas. Eu queria deixar bem claro aqui, que nesse campo existem incertezas, existem controvérsias. Porquê? Por que o clima da terra é um sistema muito complexo, o estudo do clima, a previsão dos processos climáticos estão sendo feitos hoje, através de modelos, modelos de matemáticos, de simulação em computador dos mais complexos que existem hoje. E é um assunto muito controverso. Mas é sério, eu não quero minimizar aqui a importância da questão, apenas quero dizer que ainda há muita controvérsia. Uma das principais funções, influências climáticas da floresta é devido aquela intensa transpiração, que eu mencionei ainda há pouco. A região da terra sobre o Equador recebe a maior intesidade de radiação solar. Os pólos recebem menos, porque já estão numa posição inclinada em relação à incidência dos raios solares, então chega muito menos radiação. Por isso os pólos são frios, o Equadro é quente. Essa quantidade de energia, é absorvida, em grande parte, pelo processo de vaporização da água, transpiração, evaporação da água. então, esse é um processo que faz a água mudar de estado, passa do estado líquido para o gasoso, sem que haja um aumento substancial de temperatura, a energia fica armazenada no vapor de água sobre a forma de calor latente, um calor que não se sente.

Aquela radiação do solo, aquela insolação que incide sobre o solo, sobre o asfalto, sobre areia, onde não tem água, ela aquece, aquela superfície passando a ser radiada sobre a forma de calor sensível, aquele calor que sentimos.

Então, com a transpiração, como eu ia dizendo, uma grande quantidade de calor latente é transferida da superfície para a alta atmosfera. E, na medida em que essa massa de ar vai ascendendo, a pressão vai diminuindo, esse gás se expande, há um resfriamentos, as nuvens se condenam, formam-se nuvens, cai a chuva. E nesse processo o calor é liberado lá em cima. Esse calor pode ser conduzido para outras regiões temperadas, esse calor vai energizar o processo de circulação geral da atmosfera, que é um mecanismo importante de controle do clima da terra.

Essa é uma razão física para a importância das florestas tropicais no controle do clima.

A nível local, estamos seguros de que uma modificação externa da floresta poderá modificar o ciclo hidrográfico e, portanto, afetar também o clima. A nível global, como eu disse, existem algumas incertezas resultantes da complexidade dos modelos e de muitas outras variáveis que são importantes, também, para o controle do clima.

Não sou climatologista, não sou metereologista e não me sinto nem com competência para me aprofundar nessa questão.

Existem um outro aspecto da importância da floresta para o clima globa, que é o famoso efeito estufa. O efeito estufa, creio que todos já tenham uma idéia do que seja, é mais ou menos o seguinte: em um país frio, como na Holanda, como é que eles produzem tulipas e alface durante o inverno? Fazem aquelas casas de vidro e a radiação do sol atravessa o vidro, aquece a superfície dos vasos, das plantas etc., e a radiação, o calor resultante, a radiação infra vermelho que resulta daí não atravessa o vidro. O vidro é opaco à radiação infra vermelho. Então esse calor fica preso ali e há um aumento da temperatura. É como um carro que nós deixamos ao sol com os vidros fechados fica aquele calor tremendo lá dentro, esse é o efeito-estufa.

O efeito-estufa, a nível do planeta, deve-se a certos gases que constituem a atmosfera, em níveis muito baixo de concentração. O mais importante deles é o gás carbônico, o C^{O}_{2}, o metano também é importante, o próprio vapor da água é importante, mas esse varia muito, o ozônio é importante, existem outros também. Mas o gás carbônico é o mais abundante desses aí e é o que tem concentrado mais atenção. Por quê? Porque se verificou que a concentração de gás carbônico da atmosfera vem aumentando desde o início da revolução industrial, desde o final do século passado meados do século passado e vem aumentando a uma taxa até crescente. Ele estava em épocas pré-industriais, em torno de 290 partes por milhão na atmosfera. Hoje ele já está com cerca de 340 partes por milhão na atmosfera. Então, ele está aumentando. É

como se o vidro da estufa fosse mais espesso, como se não tivesse deixando sair o excesso de radiação. Então, a concentração de gás carbônico contribui efetivamente para aquecer a atmosfera da Terra, o que tem mantido a vida no Planeta, porque se não houvesse esse efeito ele seria muito frio. Toda a radiação se dissiparia e talvez a Terra fosse gelada. Então, a quantidade de gás carbônico e outros que existem naturalmente na atmosfera, ajuda a manter a vida sobre a Terra. Agora, está aumentanto em uma taxa muito alta, em tempos históricos. Em tempos de duas ou três gerações humanas está havendo um aumento que não se observou em milhões de anos para trás, o que está preocupando.

Mas quem está produzindo isto? Existe uma preocupação muito grande com as queimadas das florestas e particularmente nós, aqui, com a Floresta Amazônica, talvez estejamos contribuindo significativamente para esse processo.

O próprio Dr. Phillip Fernsay tem um trabalho muito abrangente sobre isso, e eu usei uns números dele para fazer alguns cálculos. Para terem uma idéia, hoje, na atmosfera da Terra, existem 720 bilhões de toneladas de carbono, do elemento químico carbono, sob a forma de gás carbônico. Este é o número. É o que existe na atmosfera. Os países desenvolvidos — toda a indústria, todos os transportes que usam petróleo e carvão mineral — usam gás, contribuem atualmente com 5 bilhões de toneladas de carbono. O Dr. Phillip fez umas contas para estimar quanto carbono estocado há na Amazônia Legal brasileira. Este é um raciocínio em tese; ninguém está dizendo que isso vai acontecer, pois isso é impossível. Mas ele diz que, caso toda a área amazônica fosse transformada em pastagens, de florestas, cerrados, florestas de transição, para cerrados, para pastagem e seriam liberados para a atmosfera 50 bilhões de toneladas de carbono. Então, podemos dizer que os países desenvolvidos estão queimando uma amazônia de 10 em 10 anos. Com a taxa de desmatamento que ele determinou, de 35.000km^2 por ano — vamos admitir esse número que ele adotou — existem um total de 50 bilhões de toneladas de carbono, e o Brasil estaria contribuindo, com estas queimadas, com 350 milhões de toneladas, ou seja, 0,35 bilhões de toneladas de carbono para a atmosfera, o que representa 7% do que os países industrializados, enfim, toda a indústria, não só dos países industrializados, todo mundo que se concentra lá, não é? E que estão lançando através da queima de petróleo.

Então, não somos assim tão responsáveis; estamos todos diante de um mesmo problema, que afeta a humanidade como um todo, mas penso que não podemos arcar com a responsabilidade sozinhos. Claro que para um país que tem florestas, que tem um potencial florestal, porque acredito e vamos ainda chegar a esse ponto, pois a vocação amazônica é uma vocação florestal, não é uma vocação pecuária, não é uma vocação que passa pelo grande desmatamento.

Portanto, temos condições de até numa nova ordem econômica mundial cooperar. Mas não podemos é ser postos no banco dos réus, como às vezes parece que estão fazendo conosco. Isso com relação a esse aspecto da influência climática da floresta com relação ao efeito estufa.

Outra coisa muito importante, que não se deve esquecer, com relação à importância ecológica da floresta, é o problema dos nutrientes minerais, dos elementos nutritivos necessários à vida das plantas. A maioria dos solos da Amazônia com, digamos, 90% dos solos de terra firme da Amazônia, são solos profundamente intemperizados, lixiviados; claro, sob um clima quente e úmido, durante milhares e milhares de anos, os processos químicos de degradação dos minerais vão até o fim, então, há uma perda, uma lavagem dos minerais. E a floresta se mantém graças a processos de reciclagem. Então, a floresta tem mecanismos de armazenar esses nutrientes, na sua própria biomassa, e reciclar reutilizando esses minerais com perdas mínimas.

De fato, quando se analisa quimicamente a água do rio Negro, por exemplo, que é um rio que drena toda aquela bacia, aquelas terras baixas ali do norte da Amazônia brasileira, são águas quase que destiladas do ponto de vista de teores minerais. Isso mostra que a floresta está segurando tudo, não está deixando nada se perder.

O rio Amazonas, o Madeira, os rios de água branca que vêm dos Andes são diferentes, porque eles estão com as suas cabeceiras nos Andes, que são geologicamente mais recentes, estão sofrendo um processo de erosão, então, está havendo liberação de nutrientes. Então, as várzeas nessas terras de aluvião dos rios Amazonas, Madeira, Juruá, e outros, são ricos, são várzeas férteis e sistemas muito produtivos, biologicamente, devido a esses nutrientes.

A importância da floresta é muito grande no sentido de proteger o solo, sobretudo de não se deixar perder os nutrientes. Do contrário, vai acontecer o que tem acontecido, as pastagens na Amazônia, depois de dez, quinze anos, estão completamente exauridas e degradadas e precisam ser mantidas com adubações, sobretudo de fosfato e outros adubos químicos.

Com relação ao valor econômico da floresta, eu enfatizei muito aqui o valor ecológico, porque nessa nossa ótica que herdamos, às vezes o mundo desenvolvido vem agora dizer que estamos fazendo isso ou aquilo, mas na verdade, a nossa herança é uma herança ocidental. Então, o nosso modelo de desenvolvimento é o mesmo deles; eles fizeram a mesma coisa que nós queremos fazer aqui; portanto, estamos todos nesse mesmo modelo. Hoje há uma reflexão quando se pensa no que o Professor Samuel Benchimol muito bem chama de "planetarização da Amazônia", quando se coloca a Amazônia e outras grandes regiões naturais, que são as últimas grandes regiões naturais ainda intactas, e portanto passaram a ser um bem escasso, na medida em que essas áreas começam a diminuir, então, há uma preocupação a nível global com a manutenção dos processos de regeneração da biosfera, regeneração do ar, das águas e tudo mais. Então, essa preocupação existe.

Agora, eu queira enfatizar que tudo isso que eu disse do valor ecológico da floresta é muito importante, em primeira linha, para nossa própria economia regional e nacional também. Só queria lembrar, no caso das hidrelétricas: discute-se muito a questão das hidrelétricas. Se analisarmos o Plano nº 2.010, da Eletrobrás, veremos que se todas as represas planejadas até 2.010 fossem construídas na Amazônia — e eles admitem que não serão, por várias razões — mas esses seriam inundados cem mil quilômetros quadrados, ou seja, 2% da Amazônia legal. Isso estamos queimando em três anos.

Portanto, o problema do ponto de vista de inundação de floresta, por essa via, é pequeno. É claro que existem problemas muito sérios, com relação à mudança da própria ecologia do rio; transforma-se um rio num lago ou num setor importante; há a questão indígena, a questão social das populações. Agora mesmo, lá em Balbina, estamos com problemas, porque isso foi previsto, foi dito para a Eletronorte: a água vai estragar, durante alguns anos a água não vai ser boa, e está afetando às populações à jusante, porque a água que sai da turbina é uma água com deficiência de oxigênio, com excesso de gás sulfídrico, metano e outras coisas, que tem péssima qualidade.

Então, começaram a morrer os peixes; há denúncias de mortandade de peixes, populações ribeirinhas que não estão conseguindo mais pescar, não estão conseguindo encontrar água boa e estão com problemas inclusive de doenças. Estamos até querendo fazer uma expedição lá, para verificar isso, *in loco*.

No caso das hidrelétricas, a vida útil dessas hidrelétricas, a sua viabilidade, depende da existência da floresta, porque o regime dos rios, o regime hidrológico depende da existência da floresta. Então, o Governo, ao mesmo tempo que tem um programa de geração de energia elétrica de importância nacional, um programa estratégico, ao mesmo tempo ele incentiva, estimula ou não controla os processos de desmatamento nas cabeceiras desses rios, podendo afetar a qualidade da água desses rios, aumentando o assoreamento dessas represas e aumentando os desníveis de enchente, de seca desses rios. Esse é um ponto a ser considerado.

Com relação ao valor econômico, já mencionei a questão das madeiras; lembro que a questão do extrativismo é muito importante, porque imagino — esse cálculo ainda não vi feito — um hectare de castanhal numa região como Marabá e outras, onde há muita castanha, possivelmente, deve render, produzir mais proteína e mais divisas em dólares até de exportação por hectare, por ano, do que aquele mesmo hectare derrubado com um boi, isso em condições ideais, porque, normalmente, precisa-se de três hectares para um boi, em média, na Amazônia. Então, penso que esse cálculo poderia ser feito.

Agora, vou partir para algumas diretrizes para um desenvolvimento conservacionista da

Amazônia. Chamei a atenção para alguns problemas, agora, vamos propor algumas soluções.

A diretriz básica é a adoção de um planejamento econômico regional, que passa pelo ordenamento territorial. Temos que ter uma espacialização das políticas públicas do Governo na região, quer dizer, tem que passar pelo planejamento do uso da terra, pelo zoneamento ambiental. Aqui, cito uma série de critérios de como isso poderia ser feito, e lembro, inclusive, que o Poder Executivo está concluindo e deverá lançar, dentro em breve, as conclusões do programa "Nossa Natureza". Sinto-me à vontade para falar, porque fui e, aliás, sou membro ainda da comissão executiva que produziu este programa. Então, um dos componentes importantes, uma das propostas importante, é o início desse processo de ordenação do território que está previsto, inclusive, na nova Constituição promulgada em 5 de outubro do ano passado.

Portanto, prefiro, neste momento, agradecer a atenção e me colocar à disposição dos Srs. Senadores para questionamentos, e esclarecer qualquer outra coisa, porque a Amazônia é muito extensa e nós, facilmente, nela nos perdemos. Muito obrigado. (Palmas.)

Estou à disposição, estou em boa forma, fico no aguardo dos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srªs e Srs., vamos passar à fase de debates. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Senador Nabor Júnior, para fazer a primeira interpelação.

O SR. NABOR JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, ilustre conferencista creio que esta Comissão teve a iniciativa feliz de convidar V. Sª para prestar esclarecimentos, aqui, a respeito desse tema tão atual, tão empolgante, que é a preservação da ecologia amazônica, porque V. Sª nos brindou, realmente, com excelente exposição e veio trazer, inclusive, esclarecimentos sobre matérias que estão sendo muito questionadas, interna e externamente no nosso País.

Eu queria dizer apenas, isto, porque no decorrer da exposição de V. Sª, pareceu-me muito oportuna a observação que V. Sª fez a respeito dessa diversidade de política que existe no País quanto à ocupação, à exploração da Amazônia e, também à cobrança do Imposto Territorial, em função da benfeitoria da terra. Sempre considerei isso uma contradição. Enquanto o antigo Incra taxava o ITR — Imposto Territorial Rural — em função da benfeitoria que existia na terra, quanto mais benfeitoria, menor era o imposto, e quanto menos benfeitoria, maior era o imposto, o IBDF fazia exatamente o contrário cobrava o imposto pelo desmatamento, quer dizer, ocupante da terra se via nessa dicotomia entre dois órgãos do Governo Federal que tinham políticas totalmente opostas. O IBDF nunca exerceu com a eficiência que seria desejada a fiscalização para evitar o desmatamento indiscriminado que existe na região, sobretudo nas cabeceiras dos rios e às margens dos cursos dágua dos rios, dos igarapés, dos córregos, etc. De acordo com o Código Florestal o Incra cobrava um imposto excessivo quando o ocupante da terra não desmatava.

Isso vem evidenciar, na verdade, que há necessidade de reformulação dessa política florestal brasileira. Creio que, agora, com a extinção do IBDF, da Sudhevea, da Sema, de outros órgãos, e a fusão de todos esses órgãos no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, vai possibilitar a instrumentalização de uma nova política de ocupação espacial da Amazônia.

Quero parabenizar-lhe pela sugestão que deu ao propor o zoneamento ambiental. Creio que essa é a grande questão sobre a qual nós nos devemos voltar. É a ocupação ambiental da região. Definir onde é apropriado para a agricultura, onde é apropriado para a pecuária, onde é apropriado para reservas florestais, etc.

Quando fui Governador do Acre, tive a oportunidade de sugerir ao Incra — na época não existia ainda o Ministério da Reforma Agrária, o Mirad — que essas regiões de alto rio fossem consideradas reservas florestais, para evitar o desmatamento dessas áreas e principalmente das margens dos rios que têm influência tanto no regime de água quanto no clima. V. Sª se reportou muito bem a esse problema. Na ocasião em que aqui, na Câmara dos Deputados, havia uma Comissão Parlamentar de Inquérito também estudando essa questão da ocupação da Amazônia, o Professor Samuel Benchimol compareceu como um dos conferencistas e ofereceu uma sugestão que me pareceu muito apropriada para a região. Gostaria de ouvir a sua opinião a esse respeito, que é o aproveitamento das várzeas dos rios da Amazônia. Ele calculou que fosse uma área muito expressiva que se poderia, ao invés de desmatar a zona de floresta densa, aproveitar para a agricultura, evidentemente uma agricultura temporária, com grande êxito, com grande sucesso. Gostaria de saber se V. Sª tem conhecimento dessa tese do professor Samuel Benchimol e se é perfeitamente válido para o aproveitamento econômico dessas áreas que são consideradas várzeas dos rios amazônicos.

O SR. — Com essa questão das várzeas também me preocupo e tenho chamado a atenção para a complexidade desse problema. Não conhecia em detalhes a proposta do Porfessor Samuel Benchimol; sei que ele é um homem que conhece muito bem a Amazônia e tem muitas propostas de grande qualidade. Mas, do meu ponto de vista, as várzeas são extremamente importantes. Por quê? São áreas que trazem, que recebem nutrientes, fertilidade dos Andes. O processo de erosão dos Andes traz sedimentos que formam ali os solos de aluvião que são muito férteis; não apenas os solos, mas os lagos também.

Olhando-se uma fotografia aérea, uma imagem de satélite ou um mapa da Amazônia, vê-se como são complexas o que chamamos e várzeas, um sistema de paranás, furos e lagos com aquelas nesgas de terra. Ali, então, faz-se tradicionalmente a pequena agricultura de vazante, a cultura da juta, do arroz, do milho, da mandioca. Há também muitos projetos de gado em pequena escala.

Pouca gente se lembra disto: das várzeas e das beiras de rios têm saído praticamente toda a madeira serrada nas serrarias da região. Existem por volta de duas mil serrarias espalhadas por toda a área, que utilizam madeira das árvores da beira dos rios. Por quê? Porque é fácil de retirar e de transportar. Tirar madeira da terra firme é oneroso e difícil.

Em conseqüência disto, essas matas de várzea já estão se exaurindo, porque esse extrativismo de madeira está sendo feito sem preocupação com a reposição, estão apenas retirando, retirando...

Uma vez, alertei os pesquisadores do Departamento de Silvicultura do Inpe para pensarem em alguns projetos de silvicultura ou manejo florestal nessas florestas de várzea.

O que chamo de sistema de várzea é um trinômio. Temos ali a parte agrícola — grande fertilidade do solo; a pesca — 90% do pescado desembarcado em Manaus vêm dos rios de água branca, das várzeas; hoje há barcos de pesca que vão a 400 Km de Manaus ou mais, para encontrar tambaqui, por exemplo, no tamanho permitido pela legislação; e madeira. Então é um trinônio.

Como eu disse, a alimentação do peixe depende, em parte, da floresta. Quando o rio enche, quando a várzea alaga, muitos peixes o tambaqui é um deles — se alimentam de frutos produzidos por palmeiras e árvores dessa floresta.

Se eliminarmos essas florestas, vamos prejudicar o pescado também. Nesse trinômio, o pescado tem prioridade, porque é proteína direto, não precisa botar boi na Amazônia. Depois, vem a agricultura. A parte da silvicultura seria um sistema mais de proteção das próprias várzeas que, se manejadas, poderiam até render, produzindo madeira de forma eficiente, desde que fosse planejado e controlado.

O SR. NABOR JÚNIOR — O Inpa já tem algum estudo que possa orientar aquelas pessoas que se dedicam a essa atividade agrícola, mostrando-lhes a região apropriada para agricultura, por exemplo?

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Temos um projeto muito bom na área de cooperação internacional. O Inpa e o Instituto Max Planck de Limnologia, da Alemanha, vêm trabalhando juntos desde a década de 1960. Nesses últimos anos, estamos desenvolvendo um projeto de ecologia de várzeas próximo a Manaus, na Ilha da Marchantaria, com resultados muito bons, inclusive com capacidade para orientar a ocupação dessas várzeas na região.

Não nos devemos esquecer de que existem várzeas e várzeas. O sistema do Rio Madeira já é completamente diferente do Solimões e assim por diante. Então, na região do Solimões e médio Amazonas, já temos muitas informações que podem orientar a ocupação. A Embrapa também tem, na parte estritamente agrícola, muita informação. Temos também muita informação sobre pesca.

Existe na Amazônia, de um modo geral, e eu como pesquisador sinto essa dificuldade,

o estamento governamental da região tem ainda uma certa dificuldade em se apropriar da tecnologia, do conhecimento científico. É um processo — estou sentindo isso nos últimos anos — que está evoluindo muito; está havendo um diálogo cada vez maior e está-se dando cada vez mais importância à ciência e à tecnologia. Mas durante muito tempo, ainda em passado recente, todo esse incentivo à pecuária feito em área de mata, foi feito praticamente à revelia do que se conhecia da ecologia amazônica. Então, isso que estamos sofrendo hoje, todas essas acusações resultam de um processo que de fato não tinha um fundamento científico que já existia na época e que poderia ter sido utilizado e não foi.

O SR. NABOR JÚNIOR — Uma última pergunta seria: O Inpa já pode precisar em termos próximos, não digo exatos, mas com uma proximidade muito chegada à realidade, quanto é que foi desmatado até hoje da Amazônia? V. Sª e já tem esses dados para fornecer à Comissão?

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Apresentei alguns números aqui, V. Exª ainda não havia chegado, chegou um pouco depois, mas repito com o máximo de prazer. De acordo com a estimativa que temos no Inpa, feita considerando todos os dados disponíveis, na Amazônia legal, portanto em 5 milhões de quilômetros quadrados, calcula-se que 400 mil quilômetros quadrados tenham sido já desmatados; isso inclui também o cerrado; 8% da Amazônia legal estariam atingidos. Mas isso varia de Estado para Estado. No Acre está aumentando; Rondônia é um dos Estados mais afetados, o Pará...

O SR. NABOR JÚNIOR — No Acre deve estar em torno de 6% a 7%?

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Exatamente, é por aí. Eu chamei a atenção dos Srs. e repito que a preocupação dos pesquisadores não é com a quantidade desmatada, que é pequena mas com a velocidade com que o desmatamento vem ocorrendo, às vezes em ritmo exponencial, como é o caso de Rondônia, está diminuindo agora, está começando a diminuir, mas em Rondônia, no Pará e no próprio Acre vem aumentando o ritmo de desmatamento numa velocidade exponencial, quer dizer, é como o processo inflacionário, não se acredita, pensa-se que não é grande, mas em pouco tempo acaba. E a forma desordenada, a falta do ordenamento territorial, a falta de um planejamento do uso do solo, de um disciplinamento, de uma espacialização das políticas públicas e compatibilização dessas políticas.

O SR. NABOR JÚNIOR — Muito obrigado.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Agradeço o seu interesse.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. e Srs. participantes deste debate em torno do depoimento do prof. Schubart; queremos inicialmente saudar a feliz idéia da comissão em convidar como primeiro depoente desta comissão um entendedor profundo, estudioso, um pesquisador dos problemas da Amazônia em todos os seus aspectos geográficos, econômicos, sociais, climáticos, e que acaba de fazer um arrazoado geral, mesmo porque numa reunião como esta não se pode fazer um estudo profundo.

Como o conferencista tocou em vários pontos sobre a Amazônia, e a Amazônia é um tratado e não pode ser discutida em uma simples reunião como esta, queríamos apenas enfocar certos pontos e fazer algumas perguntas sobre o que o Inpa vem fazendo no sentido da nossa curiosidade.

Quando V. Sª se referiu ao clima, fez menção ao relacionamento íntimo do clima com a Amazônia, com a floresta, com a estabilidade da floresta e também com o solo. Temos informações de pesquisadores, seus colegas, da Amazônia, no sentido de que a metade das águas que são responsáveis pelas chuvas sobre a Amazônia não vêm propriamente do Oceano Atlântico, mas trazidas pelo que chamam de ventos gerais, que sopram do Oriente para o Ocidente, e que seriam resultantes da evapotranspiração, como V. Sª fez referência. E que a intensividade e a velocidade, como é posta em evidência por V. Sª, do desmatamento da parte oriental da Amazônia, mormente no leste do Pará e no sudeste paraense — que foi onde ocorreu nesta última década, em virtude das programações dos pólo-amazônicos que se implantaram ao longo da Transamazônica — com a rapidez em que se estava processando o desmatamento que, embora, como acentuou V. Sª, ainda seja pequeno, chegaríamos, rapidamente, a uma devastação muito ampla. Tem-se a impressão de que a Amazônia é infindável, interminável, mas, como falou V. Sª ainda agora, como a inflação, gastando perdulariamente, ela pode se acabar muito rápido.

Com o continuar desordenado da destruição das matas haveria, dentro de pouco tempo, modificações profundas do clima, no que se refere às precipitações pluviais, e que essas chuvas, na parte centro-ocidental da Amazônia, sobre Manaus, sobre o Acre, sobre Rondônia, e mesmo já se estendendo para os países vizinhos, Peru e Venezuela, são ocasionadas por esse fenômeno da evapotranspiração da Amazônia oriental, que, levada pelos ventos gerais, iriam fazer as precipitações nessa área.

Com o desmatamento, talvez dentro de um século, 50% das chuvas deixariam de cair nessa região, causando transtornos profundos.

Então, o que o Inpa tem sobre isto? Seria uma primeira pergunta. Se há estudos sobre isto, sobre a realidade, se tem detalhes, se já está, através dos estudos climatológicos, assentado e se tem no fundamento científico o que está colocado.

Outro aspecto que desejamos abordar, e que V. Sª o fez de maneira genérica, é o da necessidade de um zoneamento da Amazônia.

Consideramos, grosso modo, e o pessoal do Sul, que às vezes nunca viu a Amazônia, mas dela tem conhecimento, através dos bancos escolares, mas nós que lá nascemos, vivemos e percorremos algumas de suas áreas, e vemos que a curiosidade humana se detém um pouco, quando, ao subir de um rio, observamos que a Amazônia parece homogênea no seu todo, mas é muito heterogênea, e as espécies vegetais ocorrem, às vezes, em determinadas áreas e não ocorre em outras.

Então, temos várias amazônias dentro de uma Amazônia gigantesca.

Ocorre-nos, aqui, até pelo regime dos rios e a formação da bacia hidrográfica da Amazônia que teríamos, grosso modo, uma Amazônia das nascentes, uma Amazônia do médio fluvial e uma Amazônia do estuário, onde as características são diferentes, as ocorrências da fauna e da flora também divergem de acordo com esses regimes da parte mais longe do Oceano e a mais próxima dos Andes. Por exemplo, no Pará ocorrem em algumas áreas manchas consideráveis da ocorrência de castanheiras, dos castanhais — parece-me que na parte sul do estuário do Amazonas, perto de Marabá — mas já em outras paragens da Amazônia não têm absolutamente castanhais.

No meu Estado — tenho dado esse exemplo, com freqüência — ocorrem os castanhais entre o Madeira e o rio Purus; do rio Purus para a área ocidental, já buscando o vale do Juruá — e o nobre Senador Nabor Júnior, que já foi Governador do Acre, mas é nascido nessa área do Juruá, lá no rio Taruacá, e já foi gerente de seringal lá, sabe que lá ocorrem só seringais — que quase não tem castanheira; é uma raridade.

Então, numa extensão linear de cerca de 850 metros — vai de leste a oeste do Acre — ocorre uma mancha enorme de castanhais e *hevea brasiliensis* entre o Purus e o Rio Madeira. Já do Purus para o oeste praticamente não existe madeira.

Então, a economia aí também já se modifica, porque o extrativismo no vale do Purus caracteriza-se pelo extrativismo da borracha na época da estiada e a coleta da castanha na época das chuvas, que coincide com o amadurecimento dos ouriços. Mas, lá no vale do Juruá já não ocorre esse interstício, quer dizer, quando vêm as chuvas os seringueiros têm que parar de extrair.

Então, se o Inpa está fazendo subzoneamentos, em função do extrativismo das madeiras, do extrativismo das espécies vegetais e também no que diz respeito ao seu aproveitamento, não só da natureza existente, como também da implantação alienígena de outras espécies, como é que está se fazendo agora, tentando forçar a Amazônia para uma vocação pecuarista, o que consideramos que não é um absurdo, pode ser estudado nesse sentido, mas através do zoneamento, porque ocorrem campos naturais na Amazônia que podem ser destinados para a criação de gado, como os campos naturais do Território de Roraima, como os chamados campos naturais do Humaitá entre o Madeira e o Purus.

Mas destruir, como nós estamos fazendo agora, a mata que V. Sª conhece e já andou por lá algumas vezes pesquisando, destruir as matas indiscriminadamente, de uma maneira predatória, inconseqüente, com interes-

se imediatista, e transformar a floresta primitiva em campo de pastagem, acho uma insensatez.

Estamos derrubando uma riqueza enorme, incomensurável, cujo valor não temos ainda, o que só podemos saber depois de um inventário sistematizado. Sequer foram classificadas as espécies vegetais, como V. Sª informou ainda há pouco, que de três em três dias se descobre uma espécie nova. Quantas espécies, talvez, para a cura de doenças incuráveis atualmente, estamos tocando fogo, destruindo em poucas horas o que a natureza levou séculos e milênios para construir, inconseqüentemente?

Então, acho que o zoneamento é uma coisa necessária. O que o Inpa está fazendo nesse sentido? Que recursos e incentivos do Poder Central ele tem recebido?

E outra, por fim, é se V. Sª concorda com a nossa preocupação de se colocar um *stop*, uma parada, agora, no que se está fazendo, para pensar um pouco na Amazônia. O que foi derrubado, não tem jeito; mas, de agora por diante vamos parar de derrubar o tocar fogo lá. Vamos estudar; vamos classificar; vamos inventariar e vamos, então, dar um destino, fazer uma avaliação do poder econômico, social, medicinal, farmacodinâmico desta riqueza. Depois vamos recomeçar a usá-la dentro de um manejo através das informações científicas e tecnológicas que possam beneficar e perenizar a natureza. Ao invés de destruí-la, enriquecê-la, como os ingleses — aliás, V. Sª sabe, eu li um trabalho, do qual V. Sª parece ter sido colaborador — fizeram na Birmânia, a partir do século passado, em 1856, quando eles estavam destruindo os nativos, estimulados pelos madereiros e também para a lavoura rotativa de sustentação, estavam destruindo as matas da Birmânia, principalmente o pau-teca, e a Coroa então contratou o Prof. Dietrich Brants, que é o fundador da silvicultura, para fazer um estudo. E ele, dentro de meio século, transformou a mata que ia ser dizimada em dez ou vinte vezes mais densa do que era antes da intervenção do homem que soube manejar, cientificamente, a natureza, na sua heterogeneidade.

Então, o que o Inpa está fazendo, no sentido de selecionar as sementes, fazer bancos de espécies para distribuir para esses zoneamentos ao passo que se extraem as madeiras nobres como o mogno, maru-ferro, maru-decheiro, itaúba, macaranduba, toda a madeira que o Inpa já fez um arrazoado, e colocar nessas áreas a substituição e com adensamento? Se se tiram 10, tem-se que colocar 50 no lugar.

E, por final, se V. Sª concordar conosco, que a vocação da Amazônia não é pecuária, a não ser nos campos naturais de pastagem. Fora disso, eu acho que é um crime. Para não ser muito enfático e dizer que é crime, podemos dizer que é insensato o que se está fazendo: destruir as florestas para transformá-las em campos de pastagem.

Nós achamos que a vocação da Amazônia seria agro — nas várzeas —, pisci e silvicultural, incluindo no pisci, pois são animais que vivem no regime da água, o peixe-boi e os quelônios. Quer dizer, fazer fazendas de criatórios de tartarugas e tracajás, fazendas e criatórios de peixe-boi, e V. Sª sabe do estudo sobre o peixe-boi — não sei se a espécie amazônica chega a esse tamanho — que chega a 2 toneladas. Só de gordura, às vezes, um peixe-boi dá 250 quilos de gordura, que serve de alimento e servia até de combustível antes, e com a qual se faz a mixira. Não sei se V. Sª conhece a mixira.

O peixe-boi, e a criação de peixes das espécies que já são conhecidas, lá, que são verdadeiros bois d'água. Como V. Sª citou várias vezes aqui, lá existem o tambaqui, que é um peixe que chega a 16 e 18 quilos; o pirarucu, que chega a 50, 60 e até 90 quilos; os outros peixes de couro, o filhote, o dourado, como também, além dos peixes menores, de alta qualidade, como o tucunaré.

A extensão da terra é muito grande, mas a extensão de água é um mar doce, como rios todos sabemos, é o *mar dulce*.

Então, vamos aproveitar e antes de derrubar a floresta, vamos estudá-la; vamos classificar as espécies, o que levará anos. Até o presente — só para completar um estudo — V. Sa. sabe que foram 60 anos, que Ricsel e outros levaram para não sei quantos botânicos estudarem, mas assim um estudo isoladamente, ou para curiosidade científica ou para as suas entidades científicas ou para os países que se interessem aqui. Então, vamos fazer uma sistemática, um estudo nacional sobre isso, e antes, enquanto se estuda e classifica as espécies vegetais desconhecidas, vamos cultivar as espécies animais que são conhecidas e que foram celeiro de proteínas, até agora, para as populações de lá; o indígena e o caboclo, que se alimentaram e exportaram o bacalhau da Amazônia, que é o pirarucu. Nós, lá, nos altos rios, nos alimentávamos do pirarucu que era seco ao sol e semelhante ao bacalhau que, hoje, são espécies...

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Senador Mário Maia, perdoe interrompê-lo, mas gostaria que V. Exª concluísse a pergunta...

O SR. MÁRIO MAIA — Vou encerrar, agora. É que a Amazônia é grande e as perguntas têm que ser do tamanho da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Tanto quanto a compreensão de V. Exª

O SR. MÁRIO MAIA — Já vou encerrar. Então são nossas e o INPA também está fazendo estudos enfáticos, no sentido de incentivar os criatórios — que eu não diria a piscicultura mas a aqüicultura na Amazônia — e instalar a aqüicultura cna Amazônia, antes da pecuária.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Perfeito.

V. Exª na verdade, deu uma grande aula; grande conhecedor da Amazônia que é, inclusive respondeu grande parte das perguntas que fez e, isso, vai então permitir que eu abrevie a resposta.

Com relação à hidrologia, o clima, a importância da floresta, parte dos estudos foram feitos pelo Dr. Salati que foi, inclusive, Diretor do INPA durante um certo tempo e colaborou muito tempo com o instituto. Então, isso resulta de uma pesquisa abrangente que envolveu não só o INPA mas, também, o CENA — Centro de Energia Nuclear na Agricultura — a Universidade do Rio de Janeiro; a Universidade do Pará e outras. Então, de fato, o relato, aquela descrição que V. Exª fez, tem fundamento científico.

Com relação ao ordenamento territorial e de zoneamento, V. Exª também demonstrou perfeita compreensão da importância desse mecanismo e, apenas eu diria, o INPA não atua nessa área, quer dizer, nós fornecemos subsídios, conhecimentos sobre a flora e a fauna. E eu citaria, por exemplo, que existem espécies de aves e outros animais, também, insetos, que ocorrem, às vezes, na margem de um rio e não ocorre na outra. Quer dizer, o rio funciona como uma barreira geográfica e, isso tudo precisa ser conhecido, também, na hora de se pensar em preservar a flora e a fauna.

A questão dos bancos genéticos, da preservação, isso é importantíssimo e o INPA tem uma atuação muito importante, inclusive lá no Acre. O nosso pequeno núcleo lá do Acre, que mantemos até com bastante dificuldade, tem atuado nesta área, e no passado já fizemos um levantamento das fruteiras do Acre, listamos em torno de 100 espécies nativas de frutas comestíveis do Acre. Inclusive, algumas, eram espécies novas para a botânica, ainda não descritas. E temos, lá, numa área junto com a universidade um banco genético de algumas dessas espécies. E no INPA, em Manaus, também, nós temos um banco genético muito importante de pupunha, com variedades vindas de toda a Amazônia inclusive a Amazônia colombiana, a peruana, que é uma planta de valor econômico muito grande e eu creio que terá ainda um grande futuro na economia da região.

Quanto aos criatórios, da mesma forma, nós temos pesquisas em piscicultura e, agora estamos começando com os quelônios, jacaré e também peixe-boi. Pessoalmente, não acredito que o peixe-boi venha a ser importante como fonte direta de alimento do homem, porque a taxa de reprodução deste espécime é muita baixa e não poderia ser usado para exploração direta. Mas ele tem uma importância ecológica muito grande, inclusive estimulando a produtividade pesqueira dos lagos de várzea. As pesquisas que temos feito no INPA demonstram isso. O peixe-boi é muito importante, como um estimulador da produtividade biológica do lago. Ele come as canaranas e aduba a água através dos seus excrementos e as algas e os fictoplanços se multiplicam e os peixes têm mais alimento e aumentam. Ele tem uma importância indireta muito grande.

Realmente, V. Exª demonstrou um conhecimento, o que não é novidade para mim, e praticamente deu uma aula do que precisa ser feito para melhor conduzir o desenvolvimento da Amazônia.

O SR. MÁRIO MAIA — Agradeço a exposição de V. Sa. e me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Manda o Regimento que se dê a palavra, para inquirir o depoente, primeiro aos membros da Comissão, segundo aos Senadores e, em terceiro, aos Deputados presentes. Mas gostaria de solicitar ao próximo indagador, que é o Senador Aureo Mello, uma indulgência em favor de um grande companheiro nosso, de um Congressista talvez o mais antigo aqui presente, senão, acredito que não seja o mais velho, que é o Deputado Fernando Santana, que me pediu antecipasse a sua indagação, tendo em vista possuir outro compromisso.

O SR. AUREO MELLO — Tem a minha indulgência não plenária, mas de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Tem a palavra o nobre Deputado Fernando Santana.

O SR FERNANDO SANTANA — Nordestino não conhece a Amazônia. Somos da Bahia. Houve algumas declarações do Professor Herbert Schubart que nos deixou preocupado. A primeira de que certas regiões desmatadas, após sete ou oito anos, estarão precisando de adubo. O que revela que a terra é muito pobre.

Na Bahia, por exemplo, o Recôncavo é explorado há mais de 300 ou talvez 400 anos, — o chamado Massapê — e não há necessidade nenhuma de adubo.

Inicialmente, gostaria de fazer uma pergunta: V. Sa. disse que à juantes das hidrelétricas há uma deterioração das águas, causando moléstias e até mortes. Perguntaria a V. Sa. se isso não resulta da falta de desmatamento na área onde se irá formar o lago. Como por exemplo, em Tucuruí, segundo nos consta, mais de 2/3 da floresta não foi retirados. Naturalmente, o apodrecimento de tanta árvore, a nosso ver, é o que pode explicar — não sei, V. Sª é que irá dizer — essa deterioração da água.

Quanto ao problema do desmatamento V. Sa. disse que lá já existem duas mil serrarias. Devem ser do Espírito Santo e da Bahia, porque se transportaram todas para lá. Já destruíram totalmente a Mata Atlântica e agora estão destruindo a Amazônia.

Indagaria o seguinte: uma árvore é um ser vivo que cresce, desenvolve-se e morre como qualquer ser humano. Nesse zoneamento que se pretende fazer para o aproveitamento econômico da Amazônia não seria o caso de transformar a Amazônia, pela sua riqueza, no maior pólo madeireiro do mundo? Não para exportar tábua nem tora, para exportar já mobílias e outros artefatos que podem surgir da madeira. E também grandes fábricas de celulose, porque nem toda espécie dá para fazer tábua mas dá para fazer celulose.

Agora, isso, a nosso ver, deveria ser feito com um controle rigoroso. Primeiro, um estudo dos botânicos para saber que árvores poderíamos tirar, e em, seguida, uma fiscalização rigorosa na plantação ou no replantio de todas as árvores que fossem retiradas, porque há florestas na Europa, como V. Sª sabe, que hoje são maiores do que eram, tanto na Finlândia como na Suécia, apesar de estarem sendo exploradas há mais de 200 anos.

Seria o caso de nos tornarmos grandes fornecedores, não de madeira, mas de móveis. Por exmplo: temos bons desenhistas. Mandaríamos desenhistas para a Alemanha, para a França, para a Inglaterra, para os Estados Unidos, para toda parte. Qual é o gosto da classe média? Qual é o gosto do executivo? Que tipo de mobília agrada àquela gente? E já que eles querem o oxigênio da Amazônia, pelo menos que abram as suas alfêndegas para que nossa indústria entre sem pagar nenhum gravame. Seria uma contrapartida muito modesta, aliás, que outra não poderíamos pedir. Essa é a segunda indagação.

A terceira é a seguinte: também fomos somente uma vez ao sul da Bahia e nunca mais pretendemos voltar lá, porque a destruição da Mata Atlântica nos causou um impacto tão traumático que quase ao chegar à fronteira do Espírito Santo voltamos e nunca mais pretendemos ir ao sul da Bahia, porque havia regiões mais alcantiladas, descíamos do carro e íamos ver o toro. Estava ainda firme, podia ser cerrado. Mas a terra estava tão degradada que não produzia mais nada. Nem mais capim, porque houve um desmatamento completo, ninguém respeitou nada. Quando foram desflorestadas aquelas áreas mais alcantiladas, evidentemente a riqueza da terra foi rapidamente erodida pela chuva.

Chegamos a um local que se chama Teixeira de Freitas e tem um Clube do Jacarandá. Nessa oportunidade fizemos uma homenagem ao jacarandá dizendo que ali só restava o nome do clube, porque não havia mais nenhuma árvore de jacarandá.

Então, a nossa preocupação também é muito grande e queremos parabenizar, primeiro, o Senador Jarbas Passarinho, pela iniciativa que teve de instituir esta Comissão sobre a questão da Amazônia, num momento muito importante, quando forças internacionais estão pressionando de todo modo um país endividado, para tirar maiores vantagens ainda do que se tem tirado.

Em segundo lugar, também gostaria de parabenizar o Senado pela escolha de V. Sª, como primeiro depoente nesta Comissão. São as duas questões que gostaria de formular e saber se elas estão dentro daquilo que se pode chamar, digamos assim, projetos para a Amazônia. Porque da Amazônia mesmo, só conhecemos o seguinte: voamos para o Pará uma vez, para fazer a campanha do General Lott, e de lá voamos para Manaus, também por cima da floresta. Era uma beleza, uma maravilha, aqueles rios, aquelas matas, mas é o que conhecemos da Amazônia. E não nos preocupamos em declarar aqui a nossa ignorância. Vimos aqui aprender alguma coisa sobre a Amazônia. Infelizmente, não temos os conhecimentos do Senador Mário Maia, que deu aqui uma aula sobre a Amazônia. E nós fomos brindados com essa aula e tomei algumas notas do que ele disse também.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Muito obrigado. Quero me congratular com V. Exª pela perspicácia dos pontos que colocou. Agora, pela ordem, a questão dos solos é assim mesmo. É fato. Aquela área do Recôncavo Baiano, mesmo o Nordeste, onde se fixou a cana-de-açúcar, são os solos chamados de massapê, altamente férteis, e vem resistindo, produzindo, há centenas de anos.

Na Amazônia a situação é diferente. Existem solos melhores. A própria Rondônia tem áreas de solos de boa fertilidade, mas a grande maioria dos solos são de regiões tropicais úmidas, com muita chuva, e também com origem geológica a partir de material de baixo teor de sais. Então, são solos muito pobres, de fato. Assim, mantenho essa afirmação.

Com relação à deterioração das águas das hidroelétricas, é um assunto muito discutido. Deveria ser limpado o reservatório. Essa é a primeira aproximação. Deve ser limpo. Depois se verificou que a limpeza não necessariamente diminui o impacto, porque fica muito material no próprio solo, tais como muito humos, muita raiz.

Depois o que se verificou é que, na prática, é uma operação quase que impossível, porque essas hidrelétricas são muito grandes - Tucuruí tem 2 mil e 400 quilômetros quadrados, Albina tem 2 mil 460. Então, seria uma operação gigantesca para limpar isso e a própria vegetação rebrota. Antes que se acabe de limpar já está rebrotando. Então, essa é a dificuldade.

O SR. FERNANDO SANTANA — Eu poderia dizer a V. Exª que aí não. Temos empresas de engenharia altamente especializadas em desmatamentos, grandes, e que poderiam desmatar tudo isso em menos de 1 ano ou dois. Muito antes de que as represas fossem fechadas.

Por exemplo, Sobradinho não tem nem o mínimo da mata que tem qualquer área da Amazônia, mas as águas a jusantes de Sobradinho, que é um dos maiores lagos que nós temos no Brasil, não sofreu nenhuma deterioração, porque a bacia foi realmente limpa.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Isso é possível. Não estou dizendo que seja impossível, mas é difícil, é custoso. Então, não tem sido feito.

Lembro-me também que isso depende muito do fluxo da água. Por exemplo, o rio Tocantins tem um fluxo de água muito grande. A água no reservatório se renova com bastante rapidez. Em questão de poucos meses, dois, três meses há uma renovação. Já no caso de Balbina, que é onde estão ocorrendo esses problemas, a vazão do rio é muito pequena e o tamanho do reservatório é quase o mesmo. Então, essa água fica estagnada muito tempo. Assim, o problema se agrava.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Dr. Schubart, permite-me uma interrupção?

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Pois não.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Como Relator, gostaria de ter uma idéia se estamos

falando a mesma linguagem, o Deputado Fernando Santana e V. Sª. A mim me parece que o Deputado fala é limpar a área antes de haver a bacia de decantação, antes de haver a acumulação da água decorrente da barragem. Estou entendendo que um pouco da sua resposta está ligada à limpeza permanente da água depois da barragem feita. E daí a expressão de V. Sª, ao dizer que a renovação da água de Tucuruí, sendo muito mais volumosa e permanente, não levaria a necessidade dessa limpeza. Esse foi realmente um dos pontos míticos levantados na barragem de Tucuruí.

Então, talvez, a pergunta do Deputado Fernando Santana, se entendi bem, seria no sentido de se evitar o erro de Tucuruí, que deixou alagar a floresta, porque não teve capacidade de tirá-la antes.

O SR. FERNANDO SANTANA — E perder aquela madeira toda foi uma estupidez.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eles dizem que a madeira não está perdida e que ainda seria possível aproveitá-la, porque ela não se deteriora com a água. O que é duvidoso.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — O Senador Jarbas Passarinho lembrou muito bem. São coisas diferentes. No caso de um rio com grande vazão de água, o problema é menos grave. E, eventualmente, pode até passar sem a necessidade de uma limpeza total, eventualmente.

No caso de Balbina, acho que ela não poderia ter sido feita, é um erro. Ela é uma usina extremamente cara, o seu custo financeiro é muito elevado, o custo ecológico é agora social também está se fazendo ver bastante elevado, mas, foi uma decisão tomada e um erro que foi cometido. Acho que devemos aprender não repetindo esse tipo de erro.

Com relação às serrarias e à madeira, eu concordo plenamente. A vocação amazônica é florestal.

Eu esqueci de abordar um ponto, mas a vocação da Amazônia é mineral também. A questão mineral, que não abordei, é importante inclusive, a curto prazo, acho que é o que existe na Amazônia em termos econômicos de gerar divisas e economia para a região, ou seja, o desenvolvimento minerário da região desde que feito de acordo com os interesses da região.

A questão madeireira é importante e isto já tem sido feito com a ajuda do levantamento Radam-Brasil, a própria Sudam já fez propostas de florestas nacionais que seriam grandes reservatórios de madeiras, florestas com elevado potencial madeireiro que seriam, então, exploradas conforme sistemas de exploração sustentável que possam se renovar no tempo de modo que a floresta não se destrua.

A migração das serrarias do Sul do País para lá está ocorrendo. Isso é um fato. As serrarias estão se deslocando para a Amazônia. Na verdade, o Brasil destruiu uma imensa floresta que foi a mata Atlântica e hoje resta uns 5%, no máximo, dessa floresta e está seriamente ameaçada. Acho que esses remanescentes de florestas deviam ser transformados em parques nacionais, em áreas de proteção.

Toda a mata de araucária, do Paraná que é uma madeira excelente, é como as coníferas lá do hemisfério norte que os europeus produzem de maneira sustentada e nós poderíamos produzir araucária também.

O SR. —Só que nós tínhamos uma vantagem: aqui o sujeito planta e colhe; lá o sujeito planta e só o neto colhe.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — É, exatamente. Lembro, também, é um assunto que não toquei, mas que me preocupa muito nesta questão da madeira é o seu uso como redutor para fazer o carvão vegetal para fazer o ferro-gusa.

Há uma ameaça muito grande, algumas usinas de ferro guza já estão implantadas, sete já foram autorizadas e algumas já foram implantadas e elas vão usar carvão vegetal da floresta amazônica e as áreas não são pequenas, e vão repetir — se nós aqui deixarmos — vão repetir o que fizeram em Minas Gerais, onde acabaram com toda a Zona da Mata e só ficou o nome, porque mata mesmo não tem mais. Vão acabar com grandes áreas de floresta.

Este é um problema sério que precisa ser considerado.

Com relação ao sul da Bahia, concordo plenamente, já disse. Acho que esses remanescentes de mata deveriam ser transformados em parques.

Gostaria de lembrar, já que V. Exª tocou na questão internacional e na importância desta CPI, que endosso plenamente e sinto-me muito honrado em estar aqui fazendo este depoimento, que estamos sendo visitados por senadores americanos.

Agora mesmo, depois da Semana Santa, chega a segunda comissão. Queria, então, formular este convite para a Comissão da Amazônia fazer uma visita às instituições, não só ao INCRA, mas existem outras instituições, e também conhecer *in loco* o que está sendo feito.

Também, no ano passado, três comissões Parlamentares do Parlamento alemão estiveram no Brasil, inclusive visitando o Inpa.

O SR. LEOPOLDO PERES — E o Fernando Santana só fez sobrevoar a Amazônia.

O SR. FERNANDO SANTANA — Quero agradecer ao professor Hebert Roger Schubart e sugerir, se for o caso, à Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado sobre a Amazônia que indague do Itamaraty se esse pessoal está sendo autorizado devidamente, se há alguma consulta ao Governo brasileiro para que eles venham aqui e se o Itamaraty ou o Governo vai permitir que isso continue acontecendo, como se nada disso estivesse acontecendo. Eles chegam aqui, entram, saem, dão palpites, fazem o que querem. Acho que é o caso de a comissão fazer um ofício consultando o Itamaraty sobre essas questões que estão ocorrendo na Amazônia com essa visita de Comissões Parlamentares Americanas e se isso está sendo autorizado pelo Governo brasileiro, se ele tem alguma participação nisso.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — A sugestão de V. Exª será considerada.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Apenas acrescentando, devo relatar que não recebi até agora nenhum aviso do Itamaraty ou de qualquer outra instância do Governo brasileiro com relação e essa visita e que procedimento devo tomar ou não. Simplesmente estou sendo informado mais pela Embaixada do próprio Estados Unidos de que passará por lá uma missão.

O SR. FERNANDO SANTANA — Sr. Presidente, eu queria fazer uma outra sugestão: oficiar à Cia Vale do Rio Doce, que é a mais interessada nessas instalações de fábrica de ferro-gusa, para que as áreas que eles necessitem para produção de carvão vegetal sejam reflorestadas cientificamente também, para que não se cause tanto dano para fazer ferro-gusa.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Se o deputado me permite, Sr. Presidente, os projetos da Vale do Rio Doce são rigorosamente cautelares em relação ao problema do meio ambiente. Carajás hoje é um exemplo, e o ferro-gusa e liga estão previstos e já autorizados na área do sul do Pará. No projeto exige-se da Vale do Rio Doce o reflorestamento permanente. A questão está como observava ainda há pouco o nosso presidente, aqui, que há países em que a lei é cumprida e há países em que a lei não pega, essa é a diferença. Se realmente não cumprirmos o reflorestamento daquela área dentro de pouco tempo, o sul do Pará estará como a velha estrada de ferro entre Belém e Bragança.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Só como uma informação adicional, Sr. Deputado. Quando se iniciou a indústria siderúrgica na Inglaterra, a área de florestas cresceu e não diminuiu, porque houve o reflorestamento sistemático.

O SR. — Muito obrigado, Sr. Presidente, isso é um exemplo para nós.

O SR. AUREO MELLO — Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Sr. Schubart: as perguntas que eu gostaria de formular em sua maioria já foram mais ou menos respondidas, principalmente após as inquirições dos Senadores Mário Maia, Nabor Júnior e do Deputado Fernando Santana. De qualquer maneira, eu gostaria apenas de formular algumas outras perguntas que considero mais fundamentais, até porque venho, desde antes mesmo dessa campanha intensiva que tem sido feita com relação à Amazônia, abordando os nossos problemas locais da tribuna do Senado. Inicialmente, eu gostaria, para esclarecimento, porque isso é que tem causado assim um desassossego mundial, de perguntar o seguinte, com a sua autoridade de técnico, sobre esse caso da oxigenação, é verdade que a floresta consome de dia o oxigênio que expele de noite, porque o pessoal está com medo de morrer asfixiado. Então, eu gostaria que isso fosse

esclarecido. Segundo, a informação que tenho é que a grande oxigenação do mundo é efetuada pelas algas marinhas e não pela Floresta Amazônica. Inicialmente, gostaria de receber logo a resposta a esta pergunta.

O SR. FERNANDO SANTANA — Sr. Presidente, peço desculpas, mas tenho necessidade de sair. Infelizmente, não posso continuar ouvindo.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Obrigado pela presença. Permita-me uma palavra antes que V. Exª saia, não quero deixar para o final que se propussese à comissão uma decisão sobre o ofício, e eu procurei que se fizesse um adendo que houvesse uma delegação presidida pelo Deputado Fernando Santana ir aos Estados Unidos verificar o reflorestamento da região dos Estados Unidos o Oregon que está sendo destruída rapidamente.

O SR. FERNANDO SANTANA — Aceito.

O SR. AUREO MELLO — Eu prefiro fazer as perguntas e ter as respostas em seguida.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Respondendo à sua primeira pergunta, de fato, durante muito tempo, falou-se na Floresta Amazônica como sendo o pulmão do mundo, da humanidade, e isso trouxe muita confusão, porque se pensava que a floresta contribuísse para a geração do oxigênio da atmosfera que respiramos. Na verdade, não, porque a floresta é um sistema em equilíbrio. Ela não está crescendo nem diminuindo. Então, não está acumulando matéria, nem perdendo, está em equilíbrio. Durante o dia, com a presença da luz, ocorre a fotossíntese, quando as plantas sintetizam a matéria orgânica. Nesse processo, elas absorvem o gás carbônico e liberam oxigênio. Durante o dia e à noite, as plantas também respiram, assim como os animais e os microorganismos do solo. Então, há uma grande intensidade de respiração, que é justamente a obtenção da energia armazenada quimicamente na matéria orgânica, com liberação de gás carbônico e consumo de oxigênio. É o inverso da fotossíntese. Esses dois processos, numa floresta que está em equilíbrio, se compensam, de modo que não há uma contribuição. De fato, o oxigênio da atmosfera advém, primeiro, de processo do passado, que formou um estoque muito grande, e depois de processos do presente, também, onde algas marinhas podem ter papel preponderante, e também formas de vegetação em crescimento, não vegetação já em fase de equilíbrio. As algas marinhas produzem como? Fixam carbono, proliferam-se, aumentam; quando morrem, vão para o fundo e lá não se decompõem. Então não há consumo de oxigênio. Elas absorvem uma parte do gás carbônico, exalam oxigênio e depois essa matéria orgânica vai para o fundo do oceano e custa a se decompor às vezes, não se decompõe. Então, esse processo gera oxigênio.

O SR. — Muito obrigado. Gostaria de perguntar a V. Sª o seguinte: qual a relação do (Inpa) com os governos estaduais? Qual é a contribuição que o (Inpa) tem atribuído a esses governos e o nível de solicitação que tem sido feito em relação ao (Inpa) por esses governos da Amazônia?

O SR. HEBERT ROGER SCHUBART — Ela é muito boa. A nossa experiência tem sido muito gratificante. Como eu disse, essa solicitação, esse questionamento do (Inpa) vem aumentando. E não é só o Governo do Amazonas, porque o (Inpa) é da Amazônia — Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. Então, preocupamo-nos em atuar em todos os estados. Tanto assim que mantemos, como já disse, um pequeno núcleo, no Acre. Temos um núcleo em Roraima e que agora, inclusive, obteve e vem obtendo muito apoio, tanto do Governador passado, como agora do governador Romero Jucá, no sentido de fazer convênios com o Estado. Então, estamos fazendo pesquisas até encomendadas pelo próprio Governo para resolver alguns problemas de interesse do governo do estado.

- Rondônia tem um interesse muito grande. Devido aos problemas que há em Rondônia, acho que temos condições de iniciar um pequeno núcleo de pesquisa. O grande problema que estamos nos defrontando é a dificuldade, com que as instituições de pesquisa vêm se defrontando nos últimos anos. Desde o início dos anos de 1980, as condições se deterioram a tal ponto que o (Inpa) passou por uma fase muito difícil de 1984 a 1985. Muitos pesquisadores foram embora por questões salariais. Conseguimos, depois da criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, uma autonomia para o (Inpa), porque ele era ligado ao CNPq, passou a ser um instituto autônomo, vinculado ao ministério. Nesse período tivemos melhorias reais em termos de salário, orçamento e tudo, mas tudo isto está se degradando agora rapidamente.

Acho que é da maior importância para o desenvolvimento da Amazônia, termos uma política definida para a formação e fixação de recursos humanos na Amazônia. Não é possível atrair pesquisadores qualificados e mesmo os formados lá — temos curso de pós-graduação. Esses jovens quando adquirem a competência, passam a ser solicitados por outras universidade do Sul, até do estrangeiro, e dificilmente vão ser retidos lá se não oferecermos condições. Nós todos conhecemos o custo de vida e as dificuldades que se tem para viver na Amazônia.

O SR. — Qual é a situação jurídica do (Inpa)? Atualmente ele está subordinado a que órgão?

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Ele agora está subordinado a recém-criada Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia, pelo menos pela medida provisória consta que todos os órgãos que eram subordinados ao MCT passam a ficar vinculados a essa secretaria.

De modo que para a comunidade científica essa notícia foi boa. Agora estamos aguardando a decisão e a apreciação dessas medidas pelo Congresso e vemos como é que isso vai ser encaminhado.

O SR. — Poderia V. Sª me informar quais as providências que o (Inpa) detectou até agora em relação a essa questão da exploração mineral da Amazônia? Quais as iniciativas que estão havendo que possam realmente significar a recuperação e a integração econômica da Amazônia, no sentido de colaborar para a emancipação do Brasil e pelo enriquecimento do seu povo?

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — O INPA, atualmente, praticamente não tem linhas de pesquisa na área mineral propriamente dita, já teve no passado. Tivemos um projeto até de iniciar uma linha de pesquisa dessas nos laboratórios de tecnologia mineral, não o iniciamos por falta de condições materiais, mas contribuímos muito e participamos de projetos, por exemplo, fazendo a parte de proteção ambiental em projetos de mineração. O Senador Jarbas Passarinho mencionou, com muita propriedade, que o projeto da Companhia Vale do Rio Doce, mormente o Ferro-Carajás, é um exemplo de harmonização entre exploração mineral e proteção ambiental. Muitas coligadas da Companhia do Vale do Rio Doce com a Mineração do Rio Norte também vêm atuando muito na área de proteção ambiental, inclusive o INPA vem fazendo pesquisas e dando assessoria na área de recuperação da vegetação após a extração da bauxita. Na área do Pitinga, trata-se de outro grupo, no Estado do Amazonas, em mineração de cassiterita, também estamos dando assessoria na área de proteção ambiental de piscicultura e outras... Então, temos uma preocupação muito grande. E não devemos esquecer também o petróleo da Bacia do Urucum. No ano passado, firmamos um convênio com a Petrobrás também para realizar pesquisas, visando a orientar a empresa com relação a questões do meio ambiente, da flora e da fauna.

O SR. AUREO MELLO — V. Sª recomenda a criação das fazendas aquáticas? E V. Sª saberia informar se há iniciativa neste sentido, em relação à Amazônia para os criatórios, principalmente de tambaqui, proteínas e quelônios?

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Sim. Na área de piscicultura, sobretudo, há muitas iniciativas, inclusive a nível de pequenos produtores. Na própria região de Manaus há muitos pequenos e médios produtores, com pequenas fazendas, que fazem seus açudes, suas barragens, de um ou dois hectares; e temos, a título de pesquisa, demonstrado que é possível produzir, por exemplo, tambaqui ainda não, mas a matrinchã, que é um peixe muito consumido em uma determinada época do ano.

O SR. AUREO MELLO — Muito gostoso este peixe, por sinal.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Sim, ele é muito gostoso. Vendemos na Semana Santa do ano retrasado, produto de um projeto desses: o matrinchã vivo com quase um quilo de peso, vendemos pelo mesmo preço do congelado. Naturalmente acabou na hora.

O SR. AUREO MELLO — O que V. Sª acha da mecanização da Amazônia? Estamos na-

quela fase de tentativa de privatização da Siderama, que seria uma empresa que já estaria praticamente preparada para ser sucateada. Sendo uma empresa estatal, esta parte de consumo da utilização de carvão tem afetado a economia e a ecologia, pelo menos do Amazonas?

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Não. A Siderama, tanto quanto eu conheço — aí já foge um pouco da minha área — pelo menos através da imprensa, na verdade, iniciou um projeto de beneficiar o minério de ferro, se não me engano, vindo do rio Jatapu, usando carvão plantado. Eles tinham um projeto interessante de plantação de eucalipto na costa do Arara, subindo um pouco o rio Negro e iriam produzir o carvão... Esse beneficiamento de minério nunca chegou a ser feito, nunca chegou a deslanchar, de modo que eles trabalham, hoje, processando ferro-gusa, vindo de outras áreas, fazendo vergalhões, perfis, etc...

O SR. AUREO MELLO — Aqui foi dito que a pecorização da Amazônia é inoportuna, principalmente com relação às enchentes periódicas, que geram a inadequação. Sabemos que o gado perde os cascos e que é necessária, às vezes, a construção de marombas. O gado, realmente, não é a verdadeira vocação amazônica. Porém, gostaria de saber o que V. Sª acha da criação de búfalos, do aproveitamento dos bubalinos na área amazônica, porque, segundo estou informado, o casco do búfalo resiste perfeitamente à imersão na água. Ele até precisa, devido ao excesso de calor do seu próprio corpo, de ser mantido dentro d'água. O que V. Sª acha do incentivo à criação das fazendas de búfalos, que ficam à margem, nas várzeas, sem prejuízo, evidentemente, do aproveitamento mineralógico da região amazônica?

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — V. Exª fez uma excelente pergunta, porque me trouxe à memória um estudo feito também pelo INPA, em cooperação com esse Instituto de Minerologia da Alemanha, que mencionei. Nessa área de várzeas, estudamos o rendimento de um pequeno rebanho de búfalos e realmente os resultados são fantásticos, porque a capacidade de engorda do búfalo é grande, se se colocasse um boi, lá, ele morreria de fome, porque é tudo mato. O búfalo, entretanto, come tudo, come uma porção de coisas que o boi normalmente não come. Então, com um mínimo de insumos é possível obter uma produção de búfalo nessa área de várzeas. É muito interessante.

O SR. AUREO MELLO — Isso se faz, inclusive, em Marajó, com aquela vegetação maremática, aquelas inundações terríveis de Marajó. Eu vi, em Soure, os búfalos servindo inclusive de veículo de carga, o búfalo castrado, o boi-búfalo, puxando charrete, sendo montado. Eu não tive coragem de montar, porque sou um pouco volumoso e poderia arrebentar a espinha dorsal do búfalo, mas muitos montaram em búfalos, passearam. Eu tomei leite de búfalo e notei que ele é muito mais consistente do que o leite de gado. Em Marajó é uma experiência extraordinária, o búfalo.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Essa experiência foi feita em pequena escala, próximo a Manaus, com resultados muito interessantes. Pretendemos, agora, fazer um estudo comparativo, entre a produção bovina em terra firme e o búfalo de várzea, e mesmo o bovino em várzea. Temos quase certeza de que o rendimento é muito maior.

O SR. AUREO MELLO — Quanto a jacaré, sempre tive raiva de jacaré, porque quando eu era garoto um deles andou ameaçando de acabar com a minha preciosa existência. Eu morava numa região em Santa Fé, no rio Guaporé, onde jacaré era um elemento da paisagem. Negrejava de jacaré. As pessoas saíam dando remada em cabeça de jacaré. Era terrível! Mas apareceu uma lenda de que o jacaré come a piranha e, com isso, ajuda a manter o equilíbrio. Gostaria de perguntar o que V. Sª pensa do jacaré, porque tenho uma birra pessoal com ele.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Eu diria o seguinte: tudo em seu lugar. É claro que, onde tem gente e tem população, não vamos caçar jacaré; onde tem as áreas de preservação, vamos deixar o jacaré viver, inclusive até para explorá-lo.

O SR. AUREO MELLO — Por mim virava tudo bolsa.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Mas pode virar bolsa permanentemente, sem destruir a espécie. É possível manejar racionalmente, obter inclusive a carne — há muita gente que não come, mas os paraenses por exemplo, comem.

O SR. AUREO MELLO — É um assunto muito melindroso, é melhor V. Sª não falar em jarati nem em jacaré senão vai haver uma guerra aí entre o Senador Leopoldo Peres e o Senador Jarbas Passarinho.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — No momento, a legislação inclusive proíbe e protege, porque houve um abuso da caça. Agora as populações estão se recuperando. É nosso interesse — e estamos realizando pesquisas nesse sentido — encontrar formas de manejo das populações selvagens, do jacaré, de modo que ele possa ser explorado normalmente, sem extinção, sem depredação dos estoques.

O SR. AUREO MELLO — Aqui encerro as minhas perguntas, que seriam muitas, porque o tempo não nos permite, sem dúvida, levar a bom termo tantas inquirições, devido ao adiantado da hora. Apenas quero destacar que inferi, das declarações de V. Sª, que elas podem situar-se em três itens, em que V. Sª preconiza a preservação da natureza com desenvolvimento — o que não tem sido feito, mas apenas uma preservação decorativa. É aquela idéia do santuário, com a preservação da natureza através de um desenvolvimento racional, em que se faça não somente a exploração destrutiva dos produtos amazônicos, principalmente da seringueira, que é quase o nosso monoextrativismo, mas se faça um planejamento racional, agora com a criação, inclusive, das grandes usinas hidrelétricas que, sem dúvida, irão potencializar a nossa capacidade de trabalho, já que somos demograficamente uma região muito pobre e muito abandonada. Além disso, a ciência e a tecnologia, imprescindíveis ao desenvolvimento, devem caminhar ao lado da recuperação da Amazônia e da integração da Amazônia, para o enriquecimento não somente do povo brasileiro, como até do mundo inteiro. O objetivo seria, de todos nós, acabar com a pobreza.

Felicito V. Sª por isto e concito a continuar na sua messiânica atuação em relação à Amazônia, não esquecendo de que estamos aqui para colaborar no sentido do afluxo das verbas maiores e mais adequadas para a racionalização da nossa ciência e da atividade política administrativa da Amazônia.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Sinto-me muito honrado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Com a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Gostaria apenas de associar-me àqueles que já se manifestaram, tão satisfeitos e alegres com essa feliz iniciativa desta Comissão da Amazônia, de ter trazido para esta primeira palestra, esta primeira conferência, uma pessoa da expressão do Professor Hebert Schubart, cujo depoimento, cuja explanação é dotada de alto teor científico, dirimindo várias dúvidas nossas com respeito à Amazônia.

Quero dizer também do nosso regozijo em saber que até agora tão-somente 8% da Floresta Amazônica foi devastado. Assim estamos estudando essa problemática em tempo perfeitamente hábil. Está na hora mesmo de pararmos por aí. Nós, do Estado do Tocantins, o caçula da Federação que foi citado aqui por V. Sª como fazendo parte do Estado de Goiás gostaríamos de dizer que, no Estado do Tocantins, que representa o sul do Amazonas, certamente essas cifras não correspondem à realidade, porque quando lá chegamos, há cerca de 20 anos, convivemos com a densa floresta tropical e hoje praticamente não temos mais nada. Quero dizer que essa redivisão territorial — existe uma Comissão encarregada de estudar esse assunto — deve colocar em conta o problema da imigração que sempre acarreta, com a criação de novos estados. Certamente, com isso, há mais desmatamento e devastação da Floresta Amazônica. Quero salvar o Estado de Tocantins, porque não é o caso, pois quando o Estado foi criado a Floresta já estava quase que completamente devastada. Uma das primeiras preocupações do nosso Governador Siqueira Campos foi estabelecer uma diretriz de progresso, mas principalmente tendo em vista o sistema ecológico da nossa região.

Quero dizer que, há poucos dias, estive na região onde nasci, no norte de Minas Gerais, e vi a desolação por que passa aquela gente, com uma seca que vem se processando há cerca de 6 anos, talvez, a mais angustiante. Só se vêem, os pecuaristas vendendo as propriedades por preço até mais barato, procurando novos rumos, e o destino não é outro senão a Amazônia.

De forma que gostaria de falar da satisfação de saber qual ainda temos tempo de cuidar da preservação do nosso meio ambiental.

Gostaria de fazer algumas perguntas, mas praticamente todas já foram feitas. Gostaria de dizer também que me sinto até satisfeito com a extinção do IBDF, dado as incongruências que existem entre as leis do IBDF e as do Incra e outros órgãos subsidiários do Incra, como Interpa, Getat. O IBDF preconizava que só se podia derrubar 50% da mata do proprietário. Em contrapartida, o Incra e os outros órgãos expediam títulos definitivos de posse da terra, baseado no número de benfeitorias. Quanto mais o cidadão derrubava mais direito a terras teria. De forma que acho que o Incra não estava observando, efetivamente, o problema das matas ciliares, das derrubadas nas nascentes, servindo quase que só para emitir alvará de extração de madeira e cobrar impostos.

Gostaria de perguntar sobre o metabolismo, por assim dizer, da Amazônia. Existe um oxigênio residual? Esta pergunta já foi feita pelo Senador Áureo Mello. Gostaria também de saber de V. Sª se o Inpa cuida tão-somente da Amazônia brasileira ou se existe uma relação, um intercâmbio entre os diversos países que compõem toda a Amazônia. De maneira geral, era o que gostaríamos de saber e dizer da nossa preocupação.

A nosso ver, devemos desenvolver e dar condições de vida àquele povo residente na Amazônia, mas devemos deter processos migratórios, até que tenhamos que necessitar efetivamente da Amazônia, para que ela se insira no contexto e progresso da nossa Nação. Creio, porém, que isso aconteceria nos meados do século XXI ou nos primórdios do século XXII. Por enquanto, não temos tanta necessidade de extrair desordenadamente as riquezas da Amazônia.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Eu me congratulo com o depoimento de V. Exª que muito me impressionou e fico também satisfeito com as suas interpretações no sentido das diretrizes que o Estado do Tocantins está procurando seguir. Não as mencionei naquela minha afirmação, porque o estudo era de 1987 e no relatório citado não havia ainda o Estado do Tocantins. Endosso inteiramente as preocupações de V. Exª e espero que o Inpa possa, de alguma forma, colaborar. Ele tem essa função de fazer pesquisas em benefício da Amazônia como um todo.

Com relação à pergunta específica sobre o oxigênio, creio que já a respondi. V. Exª lembrou muito bem o aspecto do Tratado de Cooperação Amazônica. Em boa hora, o Governo brasileiro, há aluns anos juntamente com os governos dos outros países amazônicos, acordaram de assinar um Tratado de Cooperação Amazônica. As ações de ciência e tecnologia começam a se desenvolver. Já temos cooperação com o Peru que criou em Quito capital do Equador, um Instituto de Investigação da Amazônia Peruana mais ou menos à semelhança do Inpa. Com isso, temos tido alguma colaboração com eles. Há um interesse muito grande da Colômbia e da Bolívia. No passado, tivemos alguma colaboração da Venezuela e temos ainda muito interesse nesse intercâmbio.

A grande dificuldade que sentimos — pelo menos, eu percebo assim — é a de que sendo esses países pobres e sempre em dificuldade com as suas dívidas externas, nós não temos recursos para tornar mais eficaz, efetivas essas ações de cooperação, de intercâmbio, de realização de projetos conjuntos. Hoje é muito mais fácil cooperar-se com países desenvolvidos que vêm com recursos, às vezes, com interesse — temos até que procurar controlar e orientar os nossos interesses. Essa semente existe e eu tenho muita esperança, pois ela será da maior importância para o desenvolvimento harmônico dessa Amazônia que pertence a vários países.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Com a palavra o Deputado Chagas Duarte.

O SR. CHAGAS DUARTE — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Herbert Roger, Srs. Deputados, na verdade, seremos breves, porque fomos advertidos, até pelo Sr. Presidente, ao pé do ouvido, que o Dr. Herbert Roger Schubart está com certa pressa e também porque já ouvimos, em parte, as perguntas formuladas pelo meu amigo e Senador Áureo Mello, não a respeito da história do jacaré, que nada temos com isso, mas sobre o pulmão da Amazônia.

Antes, gostaria de parabenizar o Senador Jarbas Passarinho por essa oportunidade que dá a todos nós com a Comissão Parlamentar de Inquérito, inclusive para conhecermos um pouco sobre a Amazônia, embora sendo de lá, e parabenizar o Dr. Herbert Roger Schubart pela palestra científica que nos revela muita coisa sobre a Amazônia.

Parece-me que foi Euclides da Cunha quem disse que "o homem na Amazônia é um intruso". Talvez ele tenha feito esta afirmativa, diante da grandeza da floresta amazônica, mas hoje esta afirmativa nunca foi tão válida diante da devastação que está acontecendo naquela região. Sabemos que o Governo, preocupado com a ocupação da Amazônia, divulgou o **slogan** "Integrar a Amazônia para não entregá-la", e permitiu a implantação embora hoje consideremos um grande erro — de projetos agropecuários, o que levou ao desmatamento irracional, como acabou de revelar V. Sª, num estudo mais profundo e científico, e o prejuízo que está causando e que vai causar à região a hidrelétrica de Balbina. Inclusive tomamos conhecimento de estudos condenando a construção daquela usina, mas o brasileiro, teimosamente, terminou constuindo-a, e aí está um problema para o futuro daquela região.

Há também, o problema de garimpagem das riquezas minerais do Amazônas. Hoje aí está de testemunha a Serra Pelada, onde me parece, com a devida permissão do Senador Jarbas Passarinho, só ficaram ruínas, pois, riquezas se foram.

Hoje, no meu Estado está se repetindo isso: está sendo feita de maneira desordenada, irracional e depredatória a garimpagem de ouro lá em terras dos índios **lanomamis**. Há lá um problema dos mais **sérios**.

Então eu diria, Sr. Expositor, diante dessa desordenação toda que aí está, e nós já o afirmamos várias vezes, que o futuro deste País estava na Amazônia, considerada como a grande reserva mineral do mundo. Eu já não falo, nesta afirmativa, em santuário ecológico da humanidade, etc. mas, se é verdade que o futuro deste País está na Amazônia, considero que o Brasil está sem futuro, dada a irracionalidade da extração da riqueza mineral, vegetal e animal e a essa depredação, devastação que está acontecendo na Amazônia.

O Governo, preocupado, diante dessa pressão externa e interna, agora nos apresenta o programa "Nossa Natureza".

Mas, de uma maneira secreta, ouvi de homens da imprensa, de homens de responsabilidade, de instituições no Amazonas o comentário de que não estão sendo ouvidos a respeito desse programa. E aí, vai uma sugestão para esta Comissão: levem o assunto ao debate, pelo menos das instituições existentes no Amazônas e no Pará, que, sabemos, há muito tempo de dedicam ao estudo da Amazônia para que elas também possam auxiliar na formação desse programa "Nossa Natureza".

Diante do que ouvimos, de que, na verdade, as pastagens artificiais existentes na Amazônia, não vingaram, acredito mesmo, Dr. Herbert Roger Schubart, que com menos de 10 anos elas já estão num estágio de degradação, não é possível propor a criação extensiva, onde o boi pisoteia e pasta, pois sabemos que com o solo como é o da Amazônia, de pouca fertilidade, dado o acentuado índice pluviométrico, há lixiviação muito acentuada. Eu diria até que a pergunta do nosso Senador — parece-me que foi o Senador Aureo Mello — sobre a mecanização da agropecuária na Amazônia é desaconselhável, pelo que já ouvi falar.

Então essas pastagens, na verdade, esses projetos, na sua maioria, senão 50%, desapareceram, não vingaram, não foram à frente de vez que é impossível fazer-se represa, e também diante da afirmativa de V. Exª de que a vocação do homem da Amazônia é florestal, nunca agropecuária.

Senador, diante de tudo que já assistimos, tendo pleno conhecimento desses projetos agropecuários da Amazônia, nossa sugestão — se possível isso — não sei aonde e quando, se agora no bojo desse programa Nossa Natureza ou mais adiante, é de que os projetos agropecuários sejam feitos nos campos naturais existentes na Amazônia, como é em Roraíma, onde, de 230 mil Km², temos aproximadamente 20% ou 30% de campos naturais até hoje improdutivos, como também ocorre na Ilha do Marajó, em campos naturais extensos, e no baixo Amazonas onde existem esses campos de várzea.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Entre os vales do Purus e do Madeira.

O SR. CHAGAS DUARTE — Não podemos permitir que continuem esses erros de se fazerem projetos agropecuários em áreas florestais, tendo-se áreas de campos naturais.

Esta é a nossa sugestão. Gostaria de analisar um pouco mais outros problemas, mas infelizmente o tempo está exíguo e não me permite.

Muito obrigado.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Muito obrigado, nobre Deputado, V. Exª abordou uma série de pontos que eu não havia tocado, um deles é a garimpagem. De fato é um problema que vem preocupando sobretudo pelo uso...

O SR. CHAGAS DUARTE — Permita-me só incluir nessa devastação da Amazônia a falta de demarcação das terras indígenas.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Exato. O uso inadequado de mercúrio, por exemplo, com grande desperdício, que acaba se perdendo no ambiente, nos rios, isso é um problema potencialmente muito sério.

A questão indígena foi muito bem lembrada. Na verdade discordaria um pouco quando V. Exª disse que o homem parece ser um intruso da Amazônia.

O SR. — (Fora do microfone)

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Queira me desculpar. Discordaria dessa citação. Quando o europeu chegou à Amazônia, o homem já estava lá, e não era um intruso, pois existe uma população com conhecimento da floresta, que tem muito a nos ensinar. Às vezes, a gente salva até fisicamente o indígena, protege-o, leva daqui para lá, mas a cultura não é preservada — o que mais lamento é isso — e o maior valor de uma população é a sua cultura o que significa, no caso, um conhecimento aprofundado dos recursos da floresta, e que a gente até poderia tirar proveito disso, em benefício do desenvolvimento da Amazônia.

Com relação ao programa "Nossa Natureza", lembro que o programa foi debatido publicamente no ISEA — Instituto Superior de Estudos Amazônicos — por um convite do Governador Amazonino Mendes, com a presença de vários governadores, inclusive o Governador Romero Jucá, que esteve lá presente. O programa foi debatido durante dois dias, com a participação de muitas pessoas, e será agora discutido em Belém, provavelmente no próximo dia 28, onde os governadores irão apresentar seus posicionamentos com relação ao que ouviram em Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Depois de ouvirmos tantas vozes masculinas, tenho o imenso prazer de anunciar a Deputada Sadie Hauache.

A SRA. SADIE HAUACHE — Não falarei em jacaré, jamais aqui, perto do nosso nobre colega Senador. É impossível.

Exmº Sr. Presidente, nosso querido Senador amazonense Leopoldo Peres, Srs. Senadores, Srs. Deputados, no momento quero parabenizar, em especial, o Senador Jarbas Passarinho, pela feliz idéia de trazer aqui o nosso querido Herbert Roger Schubart para dar esses esclarecimentos preciosos. Isso vem contribuir muito.

Ontem, fizemos um pronunciamento que foi voltado inteiramente ao homem da Amazônia, aos produtos regionais, extrativismo, como o homem vive etc.

Dr. Herbert Roger Schubart, vou ser breve, porque já adiantada é a hora e nós todos estamos assim precisando agilizar as nossas perguntas.

Visando a preservação da natureza, gostaria de perguntar como devemos proceder para democratizar o conhecimento gerado pelo Inpa, para que o conhecimento chegue a todos. O Inpa poderia ter um departamento de fomento à produção, a exemplo do CTA? Não seria interessante para a Amazônia reservas extrativistas com tecnologia aplicada, para que o nosso homem do interior não só produzisse as matérias-primas, mas também soubesse o que fazer com elas? Teríamos produtos finais produzidos na Amazônia, com um valor agregado muito superior aos valores de exportação de hoje, a exemplo da copaíba, resinas vegetais. Por exemplo, a bola de golfe que é produzida nos Estados Unidos, a melhor goma vai do Amazonas. Tenho provas disso, porque já participei da exportação dessa matéria-prima, como o cumaru, o pau-rosa. Quanto à extinção do pau-rosa, como poderíamos replantá-lo? Porque — há aqui alguns que desconhecem — para retirar o óleo de pau-rosa, é necessário cortar o arbusto.

Então, gostaria de saber quais são os conhecimentos de vocês a esse respeito.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Fico muito honrado com essa pergunta muito pertinente de V. Exª, porque me permite aprofundar um pouco mais a minha explanação.

De fato, há uma dificuldade que detecto também há algum tempo, que é essa questão da democratização do conhecimento gerado pelo Inpa. Mencionei isso aqui na minha exposição, de que há uma dificuldade de apropriação desse conhecimento, mas que felizmente essa situação vem, nos últimos anos, de maneira muito rápida, modificando-se.

Na nova estrutura do Inpa, inclusive, temos uma coordenação chamada de Tecnologia e Extensão. É um grupo novo, um grupo pequeno, a eterna dificuldade de se conseguir recursos humanos, fixar recursos humanos, sobretudo numa instituição pública tolhida pelas proibições de contratação, quer dizer, o Inpa no momento em que foi transformado em órgão autônomo, inclusive com um quadro de empregos que permitia aumentar o seu contingente de pesquisadores e de técnicos de maior nível, logo em seguida veio aquela sucessão de decretos proibindo as contratações e hoje, pelo contrário, nós tivemos até ameaça de ter que demitir os que tinham menos de 5 anos. Felizmente, isso já foi superado.

Mas, como eu dizia, essa coordenação de tecnologia e extensão foi criada com esse espírito, identificar na comunidade oportunidades, problemas, para os quais o Inpa possa contribuir e, também, já que o Inpa tem conhecimento técnico disponível, levar, mostrar e divulgar esse projeto que está começando a se desenvolver agora. Não devemos nos esquecer também que no Inpa já há alguma tradição na área de tecnologia de produtos também.

O laboratório de química de produtos naturais já é bastante antigo e, vem estudando todas essas substâncias, o óleo da copaíba, o minalol e outras essências, alcalóides e vitaminas de vegetais. Mas temos, além disso, outros setores que trabalham com a produção oriunda da silvicultura. Temos e tivemos já projetos estudando copaíba, como ela se desenvolve na floresta, fazendo o seu estudo ecológico. Sabemos hoje que, se na extração do pau-rosa, o extrativista cortasse a árvore a um metro e meio de altura do solo ela rebrotaria e depois de alguns anos estaria lá de novo, mas, infelizmente, quando uma árvore pau-rosa é encontrada eles tiram até a raiz, tiram tudo, não fica nada.

Então, hoje, em extensas áreas nos arredores dos principais centros o pau-rosa é considerado extinto, pelo menos economicamente.

A SRA. SADIE HAUACHE — Por faver, Dr. Schubart, a título de informação para os que não conhecem o pau-rosa; ele serve como fixador de perfumes, e eu gostaria que o senhor falasse sobre isso.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Exatamente é o linalol, um óleo essencial, aromático, importando pela França. O País o exporta a bom preço para a França, como fixador de perfumes. Lembro que mais recentemente, além de departamentos de ciência aplicada, como já mencionei aqui, piscicultura, ciências agronômicas, tecnologia de alimentos, temos já algumas coisas feitas em tecnologia de pescado e agora começamos com frutas regionais.

Lembro que o INPA tem o maior laboratório de tecnologia de madeiras do Brasil, em termos de equipamentos e infra-estrutra, e em termos de pessoal também. Temos um pouco de dificuldade, mandando pessoal, inclusive, para o exterior para se formar, e esse pessoal está voltando, mas é um dos laboratórios maiores, atualmente, existentes no país. Além desse, temos aqui em Brasília um laboratório do IBDF, o IPT, em São Paulo, e um menor no Acre, a Funtac, que vem se desenvolvendo muito nesssa área, inclusive o INPA auxiliou tecnicamente nos primeiros passos da Funtac, nós temos até hoje um convênio, pois estamos trabalhando juntos naquele projeto da ITTO, e a Sudam também tem em Santarém, um laboratório.

Estamos atacando esses problemas, temos conhecimentos gerados, há muita consulta, às vezes as pessoas não percebem, mas há muita consulta, muitos empresários vão ao INPA para se informarem tecnicamente ou levar problemas; às vezes precisam fazer um teste, uma análise, e nós fazemos muito isso.

O nosso pecado tem sido falta de *marketing*, ao contrário de muitas instituições que gastam muito com propaganda, e nós vivemos sempre com carência de recursos. Então, dos poucos recursos que se tem, a gente fica brigando ali para não deixar morrer um animal, não deixar parar uma pesquisa. Mas creio que este ano vamos começar a superar este

problema e vamos começar a divulgar através de folhetos acessíveis ao usuário informações específicas sobre diversos produtos e diversas oportunidades. Realmente, falhamos muito no *marketing*.

A SRA. SADIE HAUACHE — Gostaria de propor à comissão que convidasse o INPA para fazer uma exposição aqui em Brasília de tudo que ele faz. No momento, quero agradecer ao Dr. Schubart e dizer que ao longo da existência do INPA estivemos sempre juntos, acompanhando, e sei do trabalho de grande valor que tem prestado ao nosso estado e à Amazônia de um modo geral.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Muito obrigado, também, fico muito honrado.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Quero agradecer aos senadores e deputados que questionaram o nosso depoente, e passo a palavra ao nobre Relator, Senador Jarbas Passarinho.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Dr. Schubart, a primeira fase desta CPI, depois de aprovada pela Comissão é centrada mais na questão de estabelecer comparações entre os números que são conflitantes, que pretendem responder pela área, realmente, atingida pelo desmatamento e pelas queimadas da hiléia amazônica. V. Sª afirmou, baseado nos trabalhos do pesquisador que até 1988, apenas 8% da Amazônia Legal, isto é, seriam 400 mil km quadrados, estariam desmatados, incluindo cerrados e a vegetação de transição no Estado de Goiás e no Estado de Tocantins.

A primeira pergunta é relativa ao número que V. Exª deu, e aquele que o presidente da República, pela televisão, comunicou à Nação, quando ele disse que em vez dos 8% que são referidos na conferência de hoje, eram apenas 3,5% da Amazônia Legal. Teremos que distinguir a Amazônia Legal de floresta amazônica, de hiléia amazônica, porque justamente esta área, como vimos, do senador Carlos Patrocínio, se em 25 anos o revestimento florístico do Tocantins foi eliminado, temos hoje a partir deste período de 1/4 de século uma sucessão de queimadas para o problema da agricultura. Então não seria exatamente a devastação atual da hiléia amazônica. A primeira pergunta seria se pode haver alguma compatibilização entre o seu dado e o que o presidente da República expôs. Não quero criar nenhum constrangimento.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Desconheço a fonte utilizada pelo Excelentíssimo Presidente da República, mas imagino que talvez ele tenha feito referência à área da hiléia.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Vi na televisão, e ele falu em Amazônia legal. Pode ter sido um lapso, dele ou meu.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Talvez possa ter sido a área da hiléia.

O SR. ÁUREO MELLO — A área do úmido.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Sim, a área do úmido.

O SR. ÁUREO MELLO — O semi-úmido é justamente esta área periférica da Amazônia Legal que, a rigor, não seria a Amazônia, propriamente.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Não posso responder plenamente porque desconheço a fonte de onde ele chegou a esse número. Agora uma possibilidade seria esta.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Fiz esta pergunta porque, naturalmente, não cabe a esta Comissão convocar o presidente da República para vir aqui e outras comissões, talvez até tenham tentado. Acontece que se esse número estivesse relacionado, como o Dr. Schubart está lembrando, com a hiléia amazônica, apenas com a floresta equatorial úmida que conhecemos, seria possível compatibilizar os números.

V. Sª, Sr. Hebert R. Schubart, conhece os dados recentes da fotografia feita pelos astronautas americanos na *Discovery* que *O Estado de S. Paulo* publica hoje?

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Vi rapidamente em uma banca de jornal, mas não tive tempo de me inteirar do conteúdo.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu me permito proporcionar-lhe dois minutos para que V. Sª a veja para depois responder-me sobre esses números.

Os astronautas da *Discovery* forografaram uma região que pega o Estado de Rondônia, do Acre e uma pequena parcela do Estado do Amazonas. O que me surpreende é que, no Estado do Amazonas, a referência sobre desmatamento e queimada para esse fim é muito pequena. E mostra uma cobertura de dois e meio milhões de quilômetros quadrados de fumaça e compara com uma outra fotografia de há 16 anos, quando aquela mesma região era perfeitamente identificável da órbita em que estivesse a astronave navegando e mostrando o contorno da floresta.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Eu creio, Sr. Senador, que eles estão confundindo essa fumaça. Deve ser nevoeiro, porque não é época de queimada na Amazônia agora. A época de queimada é agosto e setembro.

O SR. NABOR JÚNIOR — A fotografia foi de setembro.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Diz que foi tirada agora durante essa última viagem da *Discovery*, há questão de uma semana. Deve ser a do ano passado, porque a época de queimada é agosto e setembro.

O SR. — Se fosse campanha eleitoral presidencial, eu entenderia tanta fumaça por aí. Podia até cobrir mais do que dois milhões e meio de quilômetros quadrados.

O SR. JARBAS PASSARINHO — O curioso é que eles caracterizam como fumaça. Devem ter condições de caracterizar o que é nevoeiro, o que á área nublada e o que é fumaça.

Aí mostra que, na África, não existe o desmatamento. Está escrito setembro, então, época de queimada.

A confusão que pode ser feita — eu gostaria de perguntar ao Dr. Schubart — é se pode admitir que a região coberta por fumaça significa toda ela queimada?

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Para isso tenho resposta. Essa área é a coberta pela fumaça. Quer dizer, um fogo relativamente pequeno, solta uma pluma de fumaça que se espalha.

O SR. JARBAS PASSARINHO — São aqueles ventos alísios que o Senador Mário Maia definiu ainda agora com precisão científica. Antigamente nós os chamávamos de ventos alísios de Nordeste. Vinham trocando umidade por calor, por isso Belém é menos quente que Manaus e o centro da bacia Amazônica é muito quente. Porque quando ele chega em Santarém já trocou toda a umidade por calor.

Como acabei de ver a *Discovery* pousando, pensei que a fotografia fosse de agora.

Há uma pergunta que lhe faço relacionada com esse cavalheiro. V. Sª conhece o Sr. Albert Harris (?). A afirmativa de S. Sª também conflita com a sua de algum modo. Na sua conferência, o dado de V. Sª era de que 720 bilhões de toneladas de gás carbônico, de carbono CO_2 na atmosfera, produzidos pela indústria em geral, por causa da queima de petróleo, carvão mineral, gás, possivelmente também combustíveis líquidos e 5 bilhões de toneladas por ano é a carga que os países industrializados jogam na atmosfera. Esses são dados seus, se eu bem peguei. O carbono na Amazônia Legal, caso toda a floresta virasse pastagem, liberaria para a atmosfera 50 bilhões de CO_2. No momento em que esse cavalheiro fala que num só ano há 10% de agravamento da presença de gás carbônico na atmosfera, seria possível pesquisar esse dado com alguém?

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Tenho uma resposta para isso, acho que se resolve aqui mesmo, mas podemos pesquisar. Conheci, quando esteve aqui aquela missão da NASA, na Amazônia, um projeto conjunto entre o INPA e a NASA, o INPA teve uma participação pequena, demos mais apoio logístico. Inclusive eles trouxeram um avião todo equipado, eu fiquei curioso e fiz um vôo; passamos 12 horas voando em torno de uma nuvem.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Dr. Schubart fez o que o Senador Áureo Mello se recusa a fazer em qualquer hipótese.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Fiz por curiosidade, era um vôo, Senador Áureo Mello, muito interessante porque havia uma imensa nuvem, e o avião saía voando acerca de 300 metros sobre a floresta, e quando chegava no fim ele subia, fazendo uma espiral até 3 mil metros e aí voltava. Esse avião era todo equipado, com raio laser e fazia análises. Esse pesquisador é pessoa séria e tenho certeza que ele não disse isso aqui. O que ele deve ter dito e que a fonte que o jornal usou aqui não captou bem, e que as queimadas, no mundo todo, e não só na Amazônia, são responsáveis por 10% da contribuição anual das emissões de carbono, o restante,

os 90% são os combustíveis fósseis, os industrializados. É isso que ele está dizendo. Conhecendo o pesquisador, como conheço, sei que ele não diria isso; ele é uma pessoa séria e competente.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu o agradeço e peço-lhe que tenha a bondade de me devolver o que lhe emprestei.

Há alguma avaliação recente feita pelo IBGE, a que o Dr. Schubart se referiu no início da palestra? Porque parece que os números divergem muito.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Foi uma questão levantada pelo Senador Leopoldo Peres, antes do início do depoimento e a explicação que encontro é de que se trata de um número muito discrepante, é de que o IBGE esteja se referindo à hiléia como um todo, abrangendo todos os outros países amazônicos.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Qual a instrumentalização que o IBGE tem para isso? Ele trabalha também com sensoreamento remoto?

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Não. Mas a distribuição das florestas pode ser conhecida por outros métodos. Sempre se fez, muito antes dos satélites já se faziam mapas fitageográficas, mapas feitos através de levantamentos regionais nos diversos países. Cada país tem os seus levantamentos. Então, pode-se estimar geograficamente, com métodos específicos, essas áreas com alguma precisão. É claro que o sensoreamento permite uma precisão muito maior e, sobretudo, o acompanhamento no tempo, tipo mês a mês praticamente, do que está acontecendo em termos de modificações, derrubadas, queimadas etc... Essa é uma ferramenta que...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Eu tenho minhas dúvidas. Inclusive, no tempo em que sobrevoava a Amazônia constantemente, como oficial do Estado-Maior, sabíamos que, ali, só dispunhamos de um mapeamento feito ao tempo da II Guerra Mundial, pelos americanos, no Sistema Trimetron, e às vezes dava o afluente da direita estando na esquerda e vice-versa. Então, era um dado precário com o qual a Aeronáutica trabalhava, e sabemos que até hoje o Brasil não teve o mapeamento completo da sua superfície. Portanto, talvez a Comissão, Presidente Leopoldo Peres, pudesse incluir entre os depoentes alguém do IBGE que pudesse nos dar uma opinião a respeito dessa discrepância que é muito grande.

O SR. — (Fora do microfone) ...aqueles agentes que eles nomeiam fazem esse levantamento na zona rural também. Parece-me que esses são os dados...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Isso seria precário, não é? Mas talvez seja o que se pudesse fazer.

O SR. — Ele não tem, realmente, equipe especializada para esse tipo de levantamento, a não ser as informações dos proprietários rurais, a área que foi desmatada etc...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Creio ter compreendido também nas suas explicações, Dr. Schubart, que houve uma diferença grande entre o Inpa e o Inpe, não apenas de letra como de metodologia de trabalho. O Inpe teria apresentado um número maior, na medida em que trabalhou com o Noaa mas com sensores diferentes daqueles com que trabalhou o pesquisador Phillip Fernsay. E isso me levou a perguntar se o IBGE teria também trabalhado com sensores para terem uma explicação igual.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Eu creio que não.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Mas, então, ficamos com isso em dúvida. Quanto à floresta amazônica, posteriormente, foi muito bom que ouvíssemos aqui não apenas o Dr. Schubart como também vários representantes da Amazônia, no Congresso, a respeito do que nos falta. Temos essa dívida para com o Brasil, ou o Brasil tem essa dívida para com a Amazônia. Houve um tempo em que nós, na Amazônia, dizíamos assim: "O Brasil, o país amigo mais próximo da Amazônia..." e dizíamos isso porque nos considerávamos meio abandonados. E houve até, em determinados momentos, nos meus estudos do Estado-Maior, a preocupação, o receio que tive de uma formação de um certo sentimento, não diria separatista mas de ressentimento nativista como diz o Presidente Leopoldo Peres.

Então, discutir-se a questão sobre a vocação real da Amazônia, lembrada inicialmente pelo Senador Mário Maia e depois pelos deputados e senadores que falaram, é a nossa pretensão final, o que provavelmente vai submeter V. Sª ao suplício de vir mais uma vez a Brasília conversar conosco sobre isso no momento oportuno.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Será um prazer.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Apenas pergunto a V. Sª se conhece o zoneamento proposto, em inglês, pelo ecólogo Paulo Nogueira Neto, publicado, se não me engano, na revista *News Week*. Ele propunha que a Amazônia fosse dividida em três partes, três terços, portanto. Um terço ficaria obrigatoriamente para grandes parques nacionais, onde poderia ser praticada a silvicultura; num outro terço seria proibida qualquer comercialização da humanização da floresta, que ficaria reservada para um imensa banco de genes, de pesquisas, algumas das quais o Dr. Schubart se referiu ainda há pouco, mais um terço da Amazônia — ponha alguns milhões de quilômetros quadrados —, e apenas o terço final seria distribuído entre agricultura e pecuária; e nem se falou em piscicultura à época, mas o Senador Mário Maia falou. Pergunto se o Dr. Schubart teve alguma oportunidade de ler esse trabalho, se já tem alguma idéia a respeito.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Li, rapidamente, essa proposta, mas pareceu-me uma proposta isolada, pessoal. É uma manifestação assinada, ele assina embaixo.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Eu desconfiei muito dessa repartição, tão certinha. Um texto para isso, um texto para aquilo, um texto para aquilo outro.

Mas ele é um homem de muito respeito. Então sugeriria que, no momento oportuno, fosse também por nós ouvido.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Claro, claro. Isso, sem a menor dúvida.

O SR. — De quem é a proposta, por favor?

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — É do Sr. Paulo Nogueira Neto. Ele foi secretário do Meio Ambiente, acho que, agora, está sendo substituído pelo ex-governador de Fernando de Noronha, que os Constituintes resolveram transformar em Município de além-mar de Pernambuco.

O SR. — Para alegria de Pernambuco.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Não sei se tristeza dos habitantes da ilha. Você imagina a dificuldade que Pernambuco já tem. Bom, não vamos debater essa matéria, porque, senão, teríamos que fazer outra CPI. Por isso que falei um tanto ferinamente "município de além-mar," não é nem município.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — Mas, essa proposta de ordenamento territorial, é muito mais abrangente, mais complexa, não será resolvida em dois meses. É um trabalho, uma atividade permanente, diria que essa é uma atividade do Governo, permanente, é uma coisa que vai se construindo.

E o tanto que eu sei do que está sendo proposto no programa "Nossa Natureza", que tem um componente que abrange o ordenamento territorial, metodologicamente, está se dividindo a Amazônia Legal em 23 módulos, módulos esses naturais, respeitando as bacias hidrográficas, porque as bacias são as unidades naturais, ecológicas. Então, muitas vezes, um módulo pode abranger dois ou três Estados. Isso não tem nada a ver com a administração e, em cima desses módulos, vão se analisar prioridades que deverão contar até com a participação dos interessados, dos governos estaduais.

Prioridades baseadas em quê? Em potencialidades econômicas evidentes; problemas emergenciais, de migração, devastação intensa, e a necessidade de compatibilizar isso e as prioridades políticas, também.

Selecionando-se essas prioridades, pode-se atacar esses módulos com mais cuidado, com mais atenção, considerando todos os aspectos, como já disse aqui: o aspecto energético, mineral, a necessidade de preservar também o aspecto florestal, a área para a agricultura.

Por exemplo, essa questão da pecuária, quando dizem que não pode criar boi na Amazônia. Acho que toda cidade, toda grande cidade, ou mesmo média cidade deve ter o seu cinturão de abastecimento, com áreas para

a criação de gado intensivo, para abastecimento da cidade. Porque hoje, a pecuária da Amazônia é extensiva, de corte, para exportação. Em Manaus, comemos carne que vem do Acre, vem de longe.

O SR. — Vai até de avião.

O SR. HERBERT ROGER SCHUBART — É, vem até de avião. Carne congelada.

O SR. RELATOR (*Jarbas Passarinho*) — Ouve uma referência aqui, naturalmente a essa política de ocupação, parece que a parte final do nosso trabalho, que se nada mais nós fizéssemos e chegássemos a esclarecer exatamente a realidade do desmatamento ou desflorestamento da hiléia amazônica, já seria um grande passo que a CPI daria em favor dos problemas que a Amazônia, hoje, está vinculada com o mundo, com a planetarização da frase do Professor Benchimol.

Mas, insistiria que no final, por exemplo, tivéssemos pelos menos diretrizes sobre políticas de ocupação. Temos dito políticas de ocupação diversas, desde o problema colonial, quando empurramos — hoje, pela manhã, eu falava aqui na CPI da Dívida Externa sobre isso — a Linha de Tordesilhas, que passava por Belém e saía em Laguna, nós fomos até o Jaguari, fomos até o Napa, até Quito, chegou Pedro Teixeira mas, naquela altura, o sistema de colonização portuguesa era muito interessante, porque na foz do Amazonas — e Belém ainda pode ser considerada perto da foz — sofremos o efeito das marés. Os rios que conheci na minha infância, no Acre, corriam somente num sentido; mas, os rios que vim conhecer próximo de Belém enchem e vazam durante 6 horas num sentido e no outro, inclusive o Tocantins até Cametá, e a ação da maré se faz sentir levemente, mas se faz sentir até Santarém.

Então, o Oceano Atlântico empurra o Amazonas. Parece-me que o Dr. Schubart fez uma referência, se não estou equivocado, no último dado que eu tinha. Mas, despejo fluvial do Amazonas é de tal ordem no período de enchente que ele vaza 300 mil metros cúbicos de sedimento por segundo no Oceano Atlântico, e empurra o Oceano Atlântico 300 milhas, depois vem o contrário.

O SR. (Fora do microfone)

O SR. JARBAS PASSARINHO — E no México também, e as más línguas dizem que por causa disso há petróleo no México e não haveria petróleo no Brasil. Mas isso já é outro problema.

Nós também fizemos um acordo com a Venezuela. A Venezuela tem petróleo, então, para lá não passamos e para o lado de cá ela não passa, e não tem hévea brasiliensis. É o acordo que fizemos na fronteira.

Agora, pergunto: houve um novo levantamento da FAO, porque a floresta amazônica é inteiramente fascinante por este aspecto, a nossa pobreza decorre da riqueza. A riqueza de espécies, que o Dr. Schubart se referiu aqui. E eu aprendi que tinha sido em cada hectare da floresta amazônica, só as árvores que tinham determinado diâmetro, só essas eram computadas, davam, num hectare, 120 espécies diferentes. Toda a floresta do Congo Belga tinha 100 espécies diferentes.

Então daí a dificuldade do madeireiro; nós temos dificuldades de exploração racional e acaba havendo a depredação da área.

Eu conheci um levantamento da FAO em 1961, que mostrava que a heterogeneidade da floresta era homogênea, não é um jogo de palavras. Era preciso percorrer muitos quilômetros ao longo da Belém — Brasília, porque eles fizeram um levantamento de Imperatriz até Guama, no Pará, para começar a ver diferença naquela compactação. Então, descobriram uma floresta de mogno, que é riquíssimo como matéria-prima para movelaria, muito disputada na Europa, especialmente na Alemanha, uma floresta que chamo pedantemente de "Mesopotâmia paraense", entre o Tocantins e o Araguaia, até o Acre. Eu vi um certo nacionalismo equivocado nosso, e tenho medo das pessaos que desmoralizam o nacionalismo, obrigando a sair da área do Pará uma firma alemã chamada ..... na década de sessenta, e essa firma trabalhava mogno e se obrigava a reflorestar. Aí, apareceu uma campanha em Goiás — e o nosso Senador Mauro Borges poderia explicar muito o que aconteceu, durante o seu governo, em relação a isso — deu repercussão no Pará e botaram a ..... para fora. Pouco depois eu chegava, por circunstâncias notórias, ao governo do Estado do Pará e juntava pedaços de oficinas, serrarias, etc. da ..... mas, o nacionalismo tinha sido vitorioso. Visitei, então, a área do Tocantins onde isso aconteceu, e vi o nosso caboclo queimando mogno para plantar mandioca; mas, o nacionalismo estava satisfeito. Então, queimava-se o mogno, quando o mogno com certa altura dava, por metro cúbico FOB-Belém, 120 dólares. É outra pergunta que se faz da vocação madeireira a que o Dr. Schubart se referiu. Mas isso naturalmente, será objeto de nossas preocupações futuras e fico com a alegria de ver a resposta que V. Sª deu ao nobre Senador Aureo Mello, não sobre jacaré, mas sobre o pulmão. Parece que o Senador Aureo Mello tem um birra especial por jacaré, mas parece que o jacaré gosta muito dele, tanto que andou se aproximando de S. Exª em certo momento.

Mas, a resposta sua, que certamente no meu entender será confirmada pelo conferencista próximo, que é o Dr. Paulo de Tarso, porque eu conheço um trabalho dele de há mais de 10 anos em que ele afirma a mesma coisa que o Dr. Schubart afirmou: quer dizer, há um ciclo em 24 horas em que o consumo se faz. E, precisamente, como disse o Sr. Schubart, a floresta amazônica é uma floresta que chegou à sua maturidade. Então, quando a floresta é mais nova ela produz muito mais oxigênio, libera muito mais oxigênio durante o dia. Mas, quando ela está madura é uma coisa pela outra, a neutralização se faz.

No entanto, a Europa vive preocupada, como disse o Senador Aureo Mello, que alguém possa morrer de asfixia à noite, quando ela produz CO.

Como Relator, Sr. Presidente, eu me dou por muito satisfeito pela conferência feita pelo Dr. Schubart, pela resposta que nos deu. Elas já começam a fazer luz sobre alguns mitos que estamos enfrentando.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Dr. Schubart, em nome desta Comissão do Senado Federal quero agradecer a V. Sª a presença, os esclarecimentos que nos trouxe e peço transmita aos seus pesquisadores a manifestação de respeito dos Senadores do Brasil.

Antes de encerrar esta reunião, convoco outra para terça-feira, dia 28 de março, às 9 horas e 30 minutos.

Está encerrada a reunião.

República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — Nº 047 SEXTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 1989 BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 47ª SESSÃO, EM 27 DE ABRIL DE 1989

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 8/89 (nº 1.877/89, na Casa de origem), que altera o artigo 1º da Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985, que "dispõe sobre antecipação de comemoração de feriados e dá outras providências.

1.2.2 — Mensagem do Governador do Distrito Federal

Nº 26/89-DF (nº 17/89-GAG, na origem) submetendo a deliberação do Senado Federal o Projeto de Lei do DF nº 13, de 1989, que faculta o direito de opção pela aposentadoria à conta do Distrito Federal a ex-servidores do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal, e dá outras providências.

1.2.3 — Parecer

Nº 15/89, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1987, que "define o crime de tortura e dá outras providências".

1.2.4 — Expediente recebido

— Lista nº 1 de 1989.

1.2.5 — Leitura do Projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 94/89, de autoria do Senador Ronan Tito, que dispõe sobre a privatização das empresas estatais e dá outras providências.

— Projeto de Lei do Senado nº 95/89, de autoria do Senador Lavoisier Maia, que assegura aos técnicos agrícolas de nível médio e aos agrônomos e veterinários acesso aos Projetos de Reforma Agrária e Irrigação, e dá outras providências.

1.2.6 — Requerimento

Nº 216/89, de autoria do Senador Meira Filho, solicitando licença médica no período de sete dias, a partir do dia 11 do mês em curso. *Aprovado.*

1.2.7 — Comunicação da Presidência

— Recebimento das Mensagens nºs 86 e 87/89 (nºs 173 e 174/89, na origem), pelas quais o Senhor Presidente da República solicita autorização do Senado Federal a fim de que a União, através do Ministério da Educação e o Governo do Estado de Minas Gerais, possam contratar operações de créditos externos nos valores que mencionam para os fins que especificam.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR MÁRIO MAIA — Defesa da consolidação da estrada Porto Velho-Rio Branco-Cruzeiro do Sul à fronteira do Peru.

SENADOR NEY MARANHÃO — Realizações do Governo Miguel Arraes.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e Membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal. *Votação adiada* por solicitação feita pelo Senador Jutahy Magalhães e acolhida pela Presidência.

Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1985 (nº 2.789/83, na Casa de origem), que dá o nome de "Guarulhos" ao Aeroporto em construção no município paulista do mesmo nome e determina outras providências. *Rejeitado.* Ao arquivo.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ANTÔNIO LUIZ MAYA — Situação da filiação do Sr. Ronaldo Caiado ao PDC.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Falecimento do professor José Valdivino de Carvalho.

SENADOR EDISON LOBÃO — Demora na assistência aos desabrigados das chuvas no Maranhão.

SENADOR LEITE CHAVES — Substitutivo de sua autoria aos projetos de lei do Senado que regulam as greves.

SENADOR JOSÉ PAULO BISOL, explicação pessoal — substituição de S. Exª como relator de projeto de lei relacionado com o direito de greve.

O PRESIDENTE POMPEU DE SOUSA — Esclarecimentos ao Senador José Paulo Bisol sobre a tramitação do projeto de lei sobre greve.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Lei de greve. Sucessão Presidencial.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Homenagens que serão prestadas ao "Homem do Ano/1989".

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral ..... NCz$ 9,32
Exemplar Avulso ..... NCz$ 0,06

Tiragem: 2.200-exemplares.

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO — Reivindicações dos produtores rurais.

SENADOR ALFREDO CAMPOS — Rejeição, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei que propunha a realização de plebiscito nos Municípios do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba, visando à criação de um novo Estado.

SENADOR OLAVO PIRES — Administração do Governo do Estado de Rondônia.

1.3.2 — Designação ao da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Senador João Menezes, proferidos na sessão de 25-4-89.
— Do Sr. Senador Leite Chaves, proferio na sessão de 26-4-89.
— Do Sr. Senador João Menezes, proferido na sessão de 26-4-89.

3 — ATAS DE COMISSÕES

4 — ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 47ª Sessão, em 27 de abril de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Iram Saraiva e Pompeu de Sousa

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Nabor Júnior — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel — Carlos Patrocínio — Antonio Luiz Maya — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — João Lyra — Divaldo Suruagy — Teotonio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Iran Saraiva — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Louremberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — José Richa — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A lista de presença acusa o comparecimento de 53 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

Ofício

Do 1º Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando à revisão do Senado Federal autógrafo do seguinte projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 1989
(Nº 1.877/89 na Casa de Origem)

Altera o art. 1º da Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985, que dispõe sobre antecipação de comemoração de feriados e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Serão comemorados por antecipação, nas segundas-feiras, os feriados que caírem nos demais dias da semana, com exceção dos que ocorrerem nos sábados e domingos e dos dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), 7 de setembro (Independência), 25 de dezembro (Natal), Sexta-Feira Santa e Corpus Christi."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA
LEI Nº 7.320,
DE 11 DE JUNHO DE 1985

Dispõe sobre antecipação de comemoração de feriados e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Serão comemorados por antecipação, nas segundas-feiras, os feriados que caírem nos demais dias da semana, com exceção dos que ocorrerem nos sábados e domingos e dos dias 1º de janeiro (Confraternização

Universal), 7 de setembro (Independência), 25 de dezembro (Natal) e Sexta-Feira Santa.

LEI Nº 7.466,
DE 23 DE ABRIL DE 1986

Dispõe sobre a comemoração do feriado de 1º de Maio — Dia do Trabalho.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O feriado de 1º de maio, consagrado como Dia do Trabalho, será comemorado na própria data, não se lhe aplicando a antecipação prevista na Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1986; 165º da Independência e 98º da República. — *JOSÉ SARNEY — Paulo Brossard.*

(À Comissão de Educação)

MENSAGEM Nº 26, DE 1989-DF
(Nº 17/89-GAG, na origem)

Brasília, 26 de abril de 1989

Excelentíssimo Senhor
Senador Nelson Carneiro
Digníssimo Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo anteprojeto de lei que faculta o direito de opção pela aposentadoria à conta do Distrito Federal a ex-ocupantes de cargos de Professor de Ensino Elementar e de Professor de Ensino Médio, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal, que, nos termos da Lei nº 6.162, de 6 de dezembro de 1974, optaram pelo regime da legislação trabalhista e integração nas tabelas de pessoal dos órgãos relativamente autônomos, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, e que se aposentaram pelo regime da Previdência Social Urbana.

Prevê, ainda, o aludido anteprojeto que os antigos ocupantes de cargos de Professor, dos quadros acima referidos, que optaram pela inclusão em outras categorias funcionais do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, e que vieram a se aposentar, poderão optar pela revisão dos proventos com base no vencimento correspondente ao cargo de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, do Grupo Magistério, em que seriam incluídos, por transposição, se em atividade estivessem.

Há de se ressaltar que quando da implantação do Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Distrito Federal de que trata a Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, não se cogitava da criação do Grupo Magistério, abrangendo atividades a serem executadas no âmbito da Administração Centralizada, por não ser de seu interesse e, ainda, por existir uma entidade, integrante da Administração Indireta, especializada nesta área, a que estavam cometidas essas atribuições, ou seja, a Fundação Educacional.

Diante da inexistência de expectativa de se vir a constituír tal Grupo, os servidores que ocupavam cargos de Professor de Ensino Elementar e de Professor de Ensino Médio, dos Quadros de Pessoal do Distrito Federal, optaram pela integração em tabelas de pessoal de outros órgãos e entidades, nos termos da Lei nº 6.162, de 6 de dezembro de 1974, acarretando, em decorrência, mudança no regime jurídico, passando de estatutário para celetista.

Outros servidores optaram pelo ingresso em diferentes categorias funcionais, integrantes de Grupos do Plano de Classificação de Cargos, nos termos da legislação pertinente.

Posteriormente, em 15 de outubro de 1979, a Administração do Distrito Federal reviu seu posicionamento anterior e decidiu pela criação do Grupo Magistério, instituído pelo Decreto nº 4.859, de 1979.

A partir daí, muitos dos servidores já mencionados se sentiram inconformados com a situação e iniciaram os requerimentos no sentido de se restabelecer *o status quo ante*. Tais reivindicações estrapolam a esfera administrativa e, ainda hoje, o Distrito Federal discute a matéria em questão no âmbito judicial.

Objetivando solucionar o problema foi editada a Lei nº 7.598, de 11 de maio de 1987, dispondo sobre o reingresso dos referidos servidores no Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

No entanto, a aludida Lei não contempla os ex-servidores que optaram na forma da supramencionada Lei nº 6.162/74, e, posteriormente, se aposentaram pelo regime da Previdência Social Urbana.

Assim, mister se faz editar outra lei permitindo que esses ex-servidores optem pela aposentadoria à conta do Distrito Federal, na forma prevista no anteprojeto de lei em anexo, que ora submeto à consideração de Vossa Excelência.

Entendo que tal medida se toma necessária à vista do consagrado princípio da isonomia, vez que aqueles ex-servidores detinham, à época da integração de que trata a Lei nº 6.162/74, a mesma situação funcional, direitos e deveres dos que foram beneficiados pela aludida Lei nº 7.598/87.

Quanto àqueles que haviam ingressado em categorias funcionais diversas permitiu-se ascensão funcional ao cargo de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus. Todavia, essa medida não alcançou os aposentados, por entender que a matéria constitui objeto de lei.

Dessa forma, encareço-lhe seja dado o encaminhamento pertinente ao anteprojeto em tela.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos do meu mais elevado respeito. — *Joaquim Domingos Roriz*, Governador do Distrito Federal.

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 13, DE 1989

Faculta o direito de opção pela aposentadoria à conta do Distrito Federal a ex-servidores do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Senado Federal decreta:

Art. 1º Os ex-ocupantes de cargos de professor de ensino elementar e de professor de ensino médio, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal, que, nos termos da Lei nº 6.162, de 6 de dezembro de 1974, optaram pelo regime da legislaçãp trabalhista e integração nas tabelas de pessoal dos órgãos relativamente autônomos, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, e que se aposentaram pelo regime da Previdência Social Urbana, poderão optar pela aposentadoria à conta do Distrito Federal.

§ 1º A Secretaria de Administração do Distrito Federal encaminhará ao Instituto Nacional de Previdência Social — INPS, a relação dos optantes na forma deste artigo, a fim de que sejam canceladas as respectivas aposentadorias previdenciárias.

§ 2º Serão criados, automaticamente, tantos cargos de professor de ensino de 1º e 2º graus quantos forem os servidores que se utilizarem da faculdade contida neste artigo.

Art. 2º Os beneficiários de pensões vitalícias e temporárias cujo instituidor, servidor de que trata esta lei, haja falecido em decorrência de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença especificada em lei, poderão requerer pensão especial, nos termos do art. 242 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e da Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980, bem como a viúva que preencha as condições previstas na Lei nº 3.738, de 4 de abril de 1960.

Art. 3º Os antigos ocupantes de cargos de professor de ensino elementar e professor de ensino médio, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal, que optaram pela inclusão em outras categorias funcionais, integrantes de grupos do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, e que vieram a se aposentar, poderão optar pela revisão dos proventos com base no vencimento correspondente ao cargo de professor de ensino de 1º e 2º graus, do Grupo Magistério, em que seriam incluídos, por transposição, se em atividade estivessem.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica aos beneficiários de pensões previstas nas Leis nºs 1.711, de 1952, 3.738, de 1960 e 6.782, de 1980, alterada pelo Decreto-Lei nº 2.345, de 1987.

Art. 4º O Governo do Distrito Federal baixará os atos necessários à regulamentação desta lei.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento do Distrito Federal.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, de de 1989. 168º da Independência e 101º da República.

(À Comissão do Distrito Federal, onde poderá receber emendas, após publicado e distribuído em avulsos, pelo prazo de 5 dias úteis.)

PARECER Nº 15 DE 1989

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1987, que "define o crime de tortura e dá outras providências".

Relator: *Senador Ronaldo Aragão*

A proposição em tela, de autoria do ilustre Senador Jamil Haddad, tem por escopo acrescentar à Parte Especial do Código Penal, Título I, Capítulo VI, que trata dos crimes contra a liberdade individual, dispositivo que define o delito de tortura, cominando as respectivas sanções em decorrência de situações agravantes.

Em sua bem elaborada Justificação, além de trazer à colaboração o abalizado ensinamento do clássico Beccaria em sua notável obra "Dos Delitos e das Penas", faz longas referências à Convenção aprovada pela Organização das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1984 e firmada pelo Governo brasileiro, contra a tortura e outros tratamentos ou castigos cruéis, desumanos ou degradantes.

A providência em tela vem a bom tempo, pois o novo texto constitucional, de forma expressa refere-se à prática de tortura, para considerá-la como delito inafiançável (art. 5º, item XLIII).

Não obstante o projeto tenha sido apresentado anteriormente à promulgação da Constituição Federal em vigor, a sua oportunidade, como já se frisou, é incontestável.

Visando, entretanto, ao aperfeiçoamento da proposição, em face da necessidade de se adaptá-la ao que preceitua o mencionado item XLIII, do art. 5º, da Lei Maior, o qual estabelece que a prática de tortura, dentre outros crimes, é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, institutos esses definidos nos arts. 734 e 742, do Código de Processo Penal, propomos, nesta oportunidade, a inclusão de dispositivo com essa finalidade.

Tendo em vista, por outro lado, que as medidas sugeridas constituem mecanismos inibidores da prática de atos que atentam contra os direitos humanos, um dos apanágios do estado Democrático que se acha relacionado no art. 4º da Constituição Federal de 1988, a sua transformação em lei se impõe.

Diante do que se expôs, concluimos pela aprovação do projeto em exame, com a seguinte emenda aditiva:

EMENDA Nº 1 — CCJ

Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1987, o seguinte art. 2º, renumerando-se os demais:

Art. 2º O crime a que se refere o artigo anterior é inafiançável e insuscetível da graça e da anistia, previstas nos arts. 734 e seguintes do Código de Processo Penal.

Sala das Comissões, 27 de abril de 1989. — *Cid Sabóia de Carvalho*, Presidente — *Ronaldo Aragão*, Relator — *Jutahy Magalhães, Maurício Correa — Leite Chaves — Wilson Martins — Alfredo Campos — Márcio Lacerda — Ney Maranhão — Chagas Rodrigues.*

LISTA Nº 1 DE 1989

Em 25 de abril de 1989

Comunicação posse nova mesa diretora:

— Da Câmara Municipal de Manuel Urbano — AC;

— Da Câmara Municipal de Tarauacá — AC;

— Da Câmara Municipal de Boca da Mata — AL;

— Da Câmara Municipal de Cacimbinhas — AL;

— Da Câmara Municipal de Capela — AL;

— Da Câmara Municipal de Carneiros — AL;

— Da Câmara Municipal de Chã Preta — AL;

— Da Câmara Municipal de Colônia Leopoldina — AL;

— Da Câmara Municipal de Igaci — AL;

— Da Câmara Municipal de Inhapi — AL;

— Da Câmara Municipal de Ouro Branco — AL;

— Da Câmara Municipal de Passo de Camaragibe — AL;

— Da Câmara Municipal de Santana do Mundaú — AL;

— Da Câmara Municipal de São Miguel dos Campos — AL;

— Da Câmara Municipal de Tanque D'Arca — AL;

— Da Câmara Municipal de Ipixuna — AM;

— Da Câmara Municipal de Presidente Figueiredo — AM;

— Da Câmara Municipal de São Paulo de Olivença — AM;

— Da Câmara Municipal de Aurelino Leal — BA;

— Da Câmara Municipal de Barra — BA;

— Da Câmara Municipal de Boninal — BA;

— Da Câmara Municipal de Campo Alegre de Lourdes — BA;

— Da Câmara Municipal de Cotegipe — BA;

— Da Câmara Municipal de Glória — BA;

— Da Câmara Municipal de Itamari — BA;

— Da Câmara Municipal de Jaguarari — BA;

— Da Câmara Municipal de Jitaúna — BA;

— Da Câmara Municipal de Juazeiro — BA;

— Da Câmara Municipal de Jussara — BA;

— Da Câmara Municipal de Monte Santo — BA;

— Da Câmara Municipal de Nova Soure — BA;

— Da Câmara Municipal de Paratinga — BA;

— Da Câmara Municipal de Paulo Afonso — BA;

— Da Câmara Municipal de Piritiba — BA;

— Da Câmara Municipal de Queimadas — BA;

— Da Câmara Municipal de Riachão da Neves — BA;

— Da Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória — BA;

— Da Câmara Municipal de Una — BA;

— Da Câmara Municipal de Vera Cruz — BA;

— Da Câmara Municipal de Xique-Xique — BA;

— Da Câmara Municipal de Meruoca — CE;

— Da Câmara Municipal de Penaforte — CE;

— Da Câmara Municipal de Água Doce do Norte — ES;

— Da Câmara Municipal de Boa Esperança — ES;

— Da Câmara Municipal de Mantenópolis — ES;

— Da Câmara Municipal de Pinheiros — ES;

— Da Câmara Municipal de Santa Leopoldina — ES;

— Da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha — ES;

— Da Câmara Municipal de Araguacema — GO;

— Da Câmara Municipal de Cristianópolis — GO;

— Da Câmara Municipal de Guapó — GO;

— Da Câmara Municipal de Santa Helena de Goiás — GO;

— Da Câmara Municipal de Anapurus — MA;

— Da Câmara Municipal de Carolina — MA;

— Da Câmara Municipal de Governador Eugenio Barros — MA;

— Da Câmara Municipal de Grajaú — MA;

— Da Câmara Municipal de João Lisboa — MA;

— Da Câmara Municipal de Luís Domingues — MA;

— Da Câmara Municipal de Montes Altos — MA;

— Da Câmara Municipal de Parnarama — MA;

— Da Câmara Municipal de Presidente Dutra — MA;

— Da Câmara Municipal de Rosário — MA;

— Da Câmara Municipal de São Benedito do Rio Preto — MA;

— Da Câmara Municipal de São Vicente Ferrer — MA;

— Da Câmara Municipal de Timbiras — MA;

— Da Câmara Municipal de Timon — MA;

— Da Câmara Municipal de Turiaçú — MA;

— Da Câmara Municipal de Bela Vistas de Minas — MG;

— Da Câmara Municipal de Belo Horizonte — MG;

— Da Câmara Municipal de Capinópolis — MG;

— Da Câmara Municipal de Campina Verde — MG;

— Da Câmara Municipal de Conc. do Rio Verde — MG;

— Da Câmara Municipal de Felício dos Santos — MG;
— Da Câmara Municipal de Itabira — MG;
— Da Câmara Municipal de Itapagipe — MG;
— Da Câmara Municipal de Liberdade — MG;
— Da Câmara Municipal de Monte Carmelo — MG;
— Da Câmara Municipal de Sacramento — MG;
— Da Câmara Municipal de Três Pontas — MG;
— Da Câmara Municipal de Bandeirantes — MS;
— Da Câmara Municipal de Douradina — MS;
— Da Câmara Municipal de Fátima do Sul — MS;
— Da Câmara Municipal de Inocência — MS;
— Da Câmara Municipal de Sidrolândia — MS;
— Da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste — MT;
— Da Câmara Municipal de Poconé — MT;
— Da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda — MT;
— Da Câmara Municipal de Porto Esperidião — MT;
— Da Câmara Municipal de Tangará da Serra — MT;
— Da Câmara Municipal de Almeirim — PA;
— Da Câmara Municipal de Baião — PA;
— Da Câmara Municipal de Capanema — PA;
— Da Câmara Municipal de Igarapé-Açu — PA;
— Da Câmara Municipal de Jacundá — PA;
— Da Câmara Municipal de Limoeiro do Ajurú — PA;
— Da Câmara Municipal de Mocajuba — PA;
— Da Câmara Municipal de Monte Alegre — PA;
— Da Câmara Municipal de Oriximiná — PA;
— Da Câmara Municipal de São Domingos do Capim — PA;
— Da Câmara Municipal de Senador José Porfírio — PA;
— Da Câmara Municipal de Água Branca — PB;
— Da Câmara Municipal de Aguiar — PB;
— Da Câmara Municipal de Arara — PB;
— Da Câmara Municipal de Araruna — PB;
— Da Câmara Municipal de Cabedelo — PB;
— Da Câmara Municipal de Campina Grande — PB;
— Da Câmara Municipal de Condado — PB;
— Da Câmara Municipal de Emas — PB;
— Da Câmara Municipal de Guarabira — PB;
— Da Câmara Municipal de Gurjão — PB;
— Da Câmara Municipal de Itatuba — PB;
— Da Câmara Municipal de João Pessoa — PB;
— Da Câmara Municipal de Juazeirinho — PB;
— Da Câmara Municipal de Mamanguape — PB;
— Da Câmara Municipal de Monteiro — PB;
— Da Câmara Municipal de Nazarezinho — PB;
— Da Câmara Municipal de Patos — PB;
— Da Câmara Municipal de Puxinanã — PB;
— Da Câmara Municipal de Rio Tinto — PB;
— Da Câmara Municipal de Santa Cruz — PB;
— Da Câmara Municipal de Sumé — PB;
— Da Câmara Municipal de Arcoverde — PE;
— Da Câmara Municipal de Bom Conselho — PE;
— Da Câmara Municipal de Cabo — PE;
— Da Câmara Municipal das Correntes — PE;
— Da Câmara Municipal da Gameleira — PE;
— Da Câmara Municipal da Jurema — PE;
— Da Câmara Municipal de Machados — PE;
— Da Câmara Municipal de Maraial — PE;
— Da Câmara Municipal de Orobó — PE;
— Da Câmara Municipal de Palmeirina — PE;
— Da Câmara Municipal do Ribeirão — PE;
— Da Câmara Municipal de São Julião — PI;
— Da Câmara Municipal de Antonina — PR;
— Da Câmara Municipal de Santo Antônio da Platina — PR;
— Da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand — PR;
— Da Câmara Municipal de Barracão — PR;
— Da Câmara Municipal de Itaúna do Sul — PR;
— Da Câmara Municipal de Mandaguaçu — PR;
— Da Câmara Municipal de Mandaguari — PR;
— Da Câmara Municipal de Rio Negro — PR;
— Da Câmara Municipal de Sertanópolis — PR;
— Da Câmara Municipal de Angra dos Reis — RJ;
— Da Câmara Municipal de Barra do Piraí — RJ;
— Da Câmara Municipal de Laje do Muriaé — RJ;
— Da Câmara Municipal de Miguel Pereira — RJ;
— Da Câmara Municipal de Santa Maria Madalena — RJ;
— Da Câmara Municipal de Vassouras — RJ;
— Da Câmara Municipal de Cruzêta — RN;
— Da Câmara Municipal de Florania — RN;
— Da Câmara Municipal de Olho D'água do Borges — RN;
— Da Câmara Municipal de Butiá — RS;
— Da Câmara Municipal de Crissiumal — RS;
— Da Câmara Municipal de Santiago — RS;
— Da Câmara Municipal de Braço do Norte — SC;
— Da Câmara Municipal de Concórdia — SC;
— Da Câmara Municipal de Dionísio Cerqueira — SC;
— Da Câmara Municipal de Içara — SC;
— Da Câmara Municipal de Itajaí — SC;
— Da Câmara Municipal de Massaranduba — SC;
— Da Câmara Municipal de Quilombo — SC;
— Da Câmara Municipal de Sombrio — SC;
— Da Câmara Municipal de Carmópolis — SE;
— Da Câmara Municipal de Itabaiana — SE;
— Da Câmara Municipal de Araraquara — SP;
— Da Câmara Municipal de Batatais — SP;
— Da Câmara Municipal de Boituva — SP;
— Da Câmara Municipal de Brodwski — SP;
— Da Câmara Municipal de Cachoeira Paulista — SP;
— Da Câmara Municipal de Colina — SP;
— Da Câmara Municipal de Dumont — SP;
— Da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista — SP;
— Da Câmara Municipal de Guararapes — SP;
— Da Câmara Municipal de Guaratinguetá — SP;
— Da Câmara Municipal de Guarujá — SP;
— Da Câmara Municipal de Irapuã — SP;
— Da Câmara Municipal de Mairinque — SP;
— Da Câmara Municipal de Pereira Barreto — SP;
— Da Câmara Municipal de Pirangi — SP;
— Da Câmara Municipal de Pongaí — SP;
— Da Câmara Municipal de Presidente Prudente — SP;
— Da Câmara Municipal de Salto — SP;
— Da Câmara Municipal de Santa Rosa de Viterbo — SP;
— Da Câmara Municipal São José dos Campos — SP;
— Da Câmara Municipal de Taubaté — SP;
— Da Câmara Municipal de Três Fronteiras — SP;
— Associação Profissional dos Economistas — RJ;
— Da Câmara Municipal de Camutanga;

Comunicação posse prefeito e vice-prefeito:

— Da Prefeitura Municipal de Barcelos — AM;
— Da Prefeitura Municipal de Coari — AM;
— Da Prefeitura Municipal de Aiquara — BA;
— Da Prefeitura Municipal de América Dourada — BA;
— Da Prefeitura Municipal de Camacã — BA;
— Da Prefeitura Municipal de Capim Grosso — BA;
— Da Prefeitura Municipal de Cócos — BA;
— Da Prefeitura Municipal de Itaetê — BA;
— Da Prefeitura Municipal de Planalto — BA;
— Da Prefeitura Municipal de Jacobina — BA;
— Da Prefeitura Municipal de Mairi — BA;
— Da Prefeitura Municipal de Nova Soure — BA:

— Da Prefeitura Municipal de Planaltino — BA;
— Da Prefeitura Municipal de Prado — BA;
— Da Prefeitura Municipal de Santa Luzia — BA;
— Da Prefeitura Municipal de São Desidério — BA;
— Da Prefeitura Municipal de Sento-Sé — BA;
— Da Prefeitura Municipal de Tabocas do Brejo Velho — BA;
— Da Prefeitura Municipal de Groairas — CE;
— Da Prefeitura Municipal de Meruoca — CE;
— Da Prefeitura Municipal de Água Doce do Norte — ES;
— Da Prefeitura Municipal de Cristianóplis — GO;
— Da Prefeitura Municipal de Sítio D'Abadia — GO;
— Da Prefeitura Municipal de Araioses — MA;
— Da Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias — MA;
— Da Prefeitura Municipal de São Domingos — MA;
— Da Prefeitura Municipal de Santo Antonio dos Lopes — MA;
— Da Prefeitura Municipal de Timon — MA;
— Da Prefeitura Municipal de Vitória do Mearim — MA;
— Da Prefeitura Municipal de Vitorino Freire — MA;
— Da Prefeitura Municipal de Caratinga — MG;
— Da Prefeitura Municipal de Centralina — MG;
— Da Prefeitura Municipal de Faria Lemos — MG;
— Da Prefeitura Municipal de Jequitiba — MG;
— Da Prefeitura Municipal de Juscimeira — MT;
— Da Prefeitura Municipal de Curionópolis — PA;
— Da Prefeitura Municipal de Bananeiras — PB;
— Da Prefeitura Municipal de Bom Jesus — PB;
— Da Prefeitura Municipal de Curral Velho — PB;
— Da Prefeitura Municipal de Duas Estradas — PB;
— Da Prefeitura Municipal de Gurjão — PB;
— Da Prefeitura Municipal de Itabaiana — PB;
— Da Prefeitura Municipal de Itatuba — PB;
— Da Prefeitura Municipal de Olho D'Água — PB;
— Da Prefeitura Municipal de São João do Cariri — PB;
— Da Prefeitura Municipal de São José de Piranhas — PB;
— Da Prefeitura Municipal de Juru — PB;
— Da Prefeitura Municipal de São Mamede — PB;
— Da Prefeitura Municipal de Uiraúna — PB;
— Da Prefeitura Municipal de Tabira — PE;
— Da Prefeitura Municipal de Timbaúba — PE;
— Da Prefeitura Municipal de São Julião — PI;
— Da Prefeitura Municipal de São João da Serra — PI;
— Da Prefeitura Municipal de Ribeiro Gonçalves — PI;
— Da Prefeitura Municipal de Campo Mourão — PR;
— Da Prefeitura Municipal de Equador — RN;
— Da Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado — RN;
— Da Prefeitura Municipal de Timbaúba dos Batistas — RN;
— Da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul — SC;
— Da Prefeitura Municipal de Urussanga — SC;
— Da Prefeitura Municipal de Augustinópolis — TO.

Congratulações pela posse Presidência do Senado Federal:

— Da Câmara Municipal de Belo Horizonte — MG;
— Da Câmara Municipal de Sete Lagoas — MG;
— Da Câmara Municipal de Bom Jardim — RJ;
— Da Câmara Municipal de Miguel Pereira — RJ;
— Da Câmara Municipal de Santa Maria Madalena — RJ;
— Da Câmara Municipal de Garça — SP;
— Da Câmara Municipal de São José dos Campos — SP.

Diversos:

da Assembléia Legislativa de Goiânia — GO, reivindicando da defesa da extensão rural, a criação de um órgão de coordenação nacional, com repasse dos recursos financeiros, bem como a manutenção dos orçamentos das Emateres para 1989.

— da Câmara Municipal de Pedro Canário — ES, encaminhando moção 2/89, expressando votos de louvor e de apoio ao Programa Nacional do Álcool.

— da Câmara municipal de Ariquemes — RO, solicitando a imediata intervenção federal na Secretaria de Saúde do Estado de Rondônia, por falta de recursos médicos.

— da Câmara Municipal de Jales — SP, solicitando apresentação de Projeto modificando a Lei Federal nº 7.729/89.

— Da Câmara Municipal de Presidente Venceslau — SP, solicitando contribuição para a manutenção e crescimento do Programa Nacional do Álcool.

— da Câmara Municipal de Piedade — SP, reivindicando empenho dos congressistas no sentido de alterar o inciso V do art. 18 da Lei Federal nº 6.766, de 19-12-1979.

— da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes — SP, reivindicando das autoridades federais a isenção de pagamento da quota patronal incidente sobre salários de empregados de instituições assistenciais, filantrópicas e afins.

— da Câmara Municipal de Mogi Mirim — SP, solicitando que o teto de renda de meio salário mínimo seja aumentado para cerca de três salários mínimos; manutenção dos benefícios previdenciários previstos na atual Constituição e reivindicando a aposentadoria para dona de casa.

— da Câmara Municipal de São José dos Campos — SP, manifestando solidariedade ao povo latino-americano da Venezuela, em sua luta por mudanças na política econômica governamental.

— da Câmara Municipal de São Paulo — SP, solicitando ao Congresso Nacional urgência na elaboração dos projetos referentes a estabilidade da economia brasileira.

— da Confederação Nacional da Indústria — RJ, encaminhando moção contrária à aprovação do Decreto-Lei nº 2.462, de 30-8-88, recentemente encaminhado ao Congresso Nacional.

— da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais — DF, solicitando apoio à criação do estado palestino.

— da Coordenção Nacional dos Geólogos — GO, solicitando ao DNPM a presença de técnicos profissionais autorizados nas vistorias da Mina Caraíba, em Jaguarari.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, DE 1989

Dispõe sobre a privatização das empresas estatais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A privatização das empresas estatais observará as disposições e procedimentos constantes desta lei.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, são consideradas empresas estatais, aquelas constituídas de acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 3º A privatização das empresas estatais fica sujeita à aprovação do Congresso Nacional.

Art. 4º As propostas de privatização serão encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, individualmente, e se farão acompanhar de reavaliação dos ativos reais, de parecer de auditoria externa, dos três últimos balanços patrimoniais e respectivos relatórios de diretorias.

Art. 5º As ações das empresas a serem privatizadas serão colocadas à venda, num primeiro momento, no Mercado de Balcão, a fim de viabilizar o aumento de capital necessário à quitação de encargos financeiros contraídos junto a terceiros.

Art. 6º Terão preferência na compra das ações:

I — Os empregados das empresas;
II — Clientes e fornecedores.

§ 1º A venda das ações no Mercado de Balcão dar-se-á primeiramente no Estado onde a sede da empresa estiver localizada.

§ 2º Os empregados poderão sacar o PIS/PASEP e o FGTS para a aquisição das ações.

Art. 7º Encerrados os procedimentos de oferta no Mercado de Balcão, as ações não

negociadas serão vendidas nas Bolsas de Valores, observados os seguintes limites:

I — até 67% (sessenta e sete por cento) do capital representado por ações ordinárias;

II — até 100% (cem por cento) da capital representado por ações preferenciais.

Art. 8º Atingido o saneamento econômico e financeiro das empresas, serão vendidas as ações ordinárias correspondentes aos restantes 33% do capital com direito a voto, da seguinte forma:

I — 16% (dezesseis por cento) do capital votante em Bolsas de Valores;

II — 17% (dezessete por cento) finais a empresas de comprovada eficiência no relacionamento capital/trabalho, reconhecida como contribuinte exemplar e que goze de boa reputação no mercado internacional.

Art. 9º Os recursos oriundos da privatização das empresas estatais serão destinados especificamente para financiamento de:

I — programas de irrigação na Região Nordeste;

II — programas de educação de massa para crianças de seis a quatorze anos, visando a erradicação do analfabetismo nesta faixa etária;

III — programas de saúde coletiva e alimentação básica;

IV — programas de reforma urbana visando à eliminação do déficit habitacional;

V — recursos necessários à Previdência Social para a manutenção dos direitos dos aposentados.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A questão da privatização das empresas estatais deve ser abordada dentro de uma perspectiva macroeconômica, uma vez que as inter-relações decorrentes da sua atuação no setor produtivo nacional extrapolam em muito o nível de competência puramente microeconômica, no tocante às conseqüências do processo decisório e entendidas no contexto de uma sociedade onde se transformações se fizerem, em grande parte, mediante a intervenção do estado no domínio econômico.

Desse modo, qualquer tratamento sério da questão deve respeitar a amplitude e a profundidade dessa atuação, tendo em vista o fato do desempenho global da economia estar intrinsecamente vinculado à performance da maioria dessas empresas.

Conceitual e politicamente as empresas estatais precisam ser encaradas como uma poupança interna considerável, já que representam algo em torno de US$ 60 bilhões. Sua reorientação gerencial e administrativa deve ser conduzida de maneira exclusivamente comprometida com as necessidades financeiras da retomada do desenvolvimento, entendido como a elevação do padrão de bem-estar de todos os segmentos sociais, segundo uma ordem de prioridades onde o poder de alavancagem e a maximização da relação custo/benefício sejam as principais hipóteses de trabalho.

É consensual entre as principais autoridades econômicas do País que o tripé formado pelo capital estatal, capital nacional e capital estrangeiro que deu sustentação ao modelo de desenvolvimento praticado nas décadas de sessenta e setenta encontra-se esgotado.

A crise da dívida, resultando num deságio de até 65% nos títulos brasileiros oferecidos no mercado internacional, inviabilizam a captação da poupança estrangeira a mesmo tempo em que inviabilizava uma das bases de sustentação do modelo — aquela que consistia na importação de capital. Por outro lado, exauriu-se a capacidade de financiamento representada pelo setor governamental enquanto que o setor privado conseguiu consolidar, via especulação no mercado financeiro, uma elevada massa de disponibilidades capaz de responder a propostas atraentes em termos de investimento.

É, portanto, a partir deste marco de interpretação que deve ser compreendido e conduzido o processo de privatização.

Do mesmo modo, é imprescindível assegurar a real utilização dessa poupança interna no reaquecimento da economia, dentro de um modelo voltado à desejável elevação da qualidade de vida da grande parcela de brasileiros historicamente alijada do processo de modernização do País. Nesse sentido, o Projeto que ora submeto à apreciação dos Senhores inova e avança, na medida em que propõe a vinculação dos recursos obtidos com a transferência do controle acionário de empresas estatais à execução de projetos específicos, de interesse nacional.

Sala das sessões, 27 de abril de 1989. —*Ronan Tito.*

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, DE 1989

Assegura aos Técnicos Agrícolas de nível médio e aos Agrônomos e veterinários acesso aos Projetos de Reforma Agrária e Irrigação, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os projetos de irrigação e de reforma agrária dos Governos Federal, Estadual e Municipal ficam obrigados a conceder, em cada grupo de vinte famílias assentadas, 01 (um) lote de terra aos diplomados em agronomia e veterinária e aos técnicos agrícolas de nível médio.

Art. 2º Os profissionais compreendidos no art. 1º, que não tiverem acesso aos projetos de irrigação e reforma agrária, terão o direito de pleitear, junto ao Banco do Brasil, empréstimo para adquirirem áreas de, no mínimo, 30 (trinta) hectares e, no máximo, 100 (cem) hectares, localizados num raio de até 50 (cinqüenta) quilômetros de distância dos centros urbanos com população igual ou superior a 30.000 (trinta mil) habitantes.

Art. 3º Os empréstimos contraídos para aquisição de imóveis rurais especificados no art. 2º serão pagos no prazo de 10 (dez) anos, com dois anos de carência.

Art. 4º Os imóveis rurais, objeto deste projeto, serão utilizados exclusivamente para a produção de vegetais, animais e aves destinados ao abastecimento do mercado interno.

Art. 5º Perderão o direito sobre os imóveis rurais, definidos nos artigos 1º e 2º, os adquirentes que não os explorarem até o final do segundo ano de aquisição.

Art. 6º Os imóveis rurais, definidos nos artigos 1º e 2º, ficarão subordinados, nos demais aspectos, à legislação agrária vigente.

Art. 7º Ficam excluídos do benefício desta Lei os profissionais que já são possuidores de imóveis rurais.

Art. 8º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O Governo brasileiro, a partir de 1967, desenvolveu uma política de modernização agrícola, consubstanciada inicialmente no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Governo Costa e Silva.

Consciente de que esta política de modernização estava prioritariamente voltada para a agricultura de exportação, em detrimento do mercado interno, o Governo Figueiredo lançou o pacote agrícola de maio de 1979. Esta nova política estabeleceu três metas básicas para a agricultura brasileira:

1. expansão da produção de alimentos;
2. manutenção do impulso às exportações de alimentos;
3. produção do álcool para reduzir as importações de petróleo.

Para atingir a primeira meta, realizou-se uma admirável expansão do crédito rural para os pequenos produtores. Para se ter uma idéia basta lembrar, que, em 1977, mais de 75% dos 3,5 milhões de hectares incorporados à produção agrícola foram destinados à produção de alimentos básicos.

Mas, esta alegria durou muito pouco. A partir de 1981, pressionado pela crise econômica internacional, o governo reduziu o crédito agrícola e priorizou a agricultura de exportação e o programa do Proálcool.

A elevação dos preços de produtos alimentícios e ociosidade da indústria de insumos agrícolas foram algumas das conseqüências verificadas.

Atualmente, o governo da União procura implementar uma nova política de modernização agrícola, não mais baseada apenas na expansão do crédito rural, mas, sobretudo, no reordenamento da estrutura fundiária. Daí os projetos de reforma agrária e de irrigação.

Sabemos, no entanto, que um dos fatores que mais dificulta o sucesso destes projetos é a falta de mão-de-obra qualificada.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Senadores, o Brasil possui uma razoável rede de escolas agrícolas de nível médio e superior.

Em 1988, o nosso país contava com 258 estabelecimentos de ensino agrícola de segundo grau, onde estudavam cerca de 12.702 alunos.

Por sua vez, os estabelecimentos de ensino superior de veterinária, agronomia, zootecnia e outros totalizavam, em 1987, 227 unidades com matrícula aproximada de 40 mil universitários. Somando estes aos estudantes de 2º grau, são mais de 50 mil jovens adquirindo importantíssimos conhecimentos para o desenvolvimento da nossa agropecuária.

Observa-se, no entanto, que grande parte destes profissionais é originária de famílias pobres. São, muitas vezes, filhos de pequenos e médios proprietários rurais. Trazem, no sangue e no coração, o amor à terra transmitido pelos seus ancestrais.

Mas, uma vez diplomados, quase todos ingressam na burocracia governamental. Na prática, o serviço público é quase a única alternativa de emprego que lhes resta. Nos Estados do Nordeste, esta situação é de uma clareza meridiana.

Por outro lado, nas nossas viagens pelo interior do Nordeste, constatamos que só estão ficando na agropecuária os velhos à espera de uma aposentadoria pelo Funrural. Os jovens imigram para as grandes cidades à procura de melhores condições de vida.

O que fazer para modificar este quadro? Como aumentar a produtividade agrícola sem mão-de-obra qualificada?

Queremos mudar um pouco esta situação, criando uma alternativa de trabalho para aqueles que quiserem dedicar-se à iniciativa privada.

A incorporação de portadores de diploma (médio ou superior) do setor agropecuário na iniciativa privada, tenho certeza, resultará no avanço da difusão e efetiva aplicação de novas técnicas de produção. O efeito-demonstração será inevitável. Contribuirá para a erradicação de preconceitos e barreiras sociais à introdução de novas tecnologias no setor primário.

Além de se criar uma alternativa de trabalho no campo para estes profissionais, investe-se no incremento da oferta de alimentos básicos para as populações dos grandes centros urbanos.

Esta é a razão de ser do nosso projeto de lei.

Sala das Sessões, 27 de abril de 1989. — Senador *Lavoisier Maia.*

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 216, DE 1989

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

João Assis Meira Filho, Senador representante do Distrito Federal nesta Casa legislativa, registrado sob o nº 70, vem requerer a Vossa Excelência, com base no art. 47, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, deferimento ao pleito de licença médica no período de sete dias, a partir do dia 11 de mês em curso.

Nestes termos

pede deferimento.

Brasília, 24 de abril de 1989. — Senador *Meira Filho.*

Obs: Atestado médico em anexo.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A presidência recebeu a Mensagem nº 86, de 1989 (nº 173/89, na origem), de 26 do corrente, pela qual o senhor Presidente da República, nos termos do artigo 52, item V, da Constituição, solicita autorização para que a União, através do Ministério da Educação, possa contratar operação de crédito externo no valor de US$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos), para os fins que especifica.

Nos termos da Resolução nº 18, de 1989, o expediente será despachado à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A presidência recebeu a Mensagem nº 87, de 1989 (nº 174/89, na origem), de 26 do corrente, pela qual o senhor Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição, solicita autorização para que o governo do estado de Minas Gerais possa contratar operação de crédito externo no valor de US$ 120,000,000.00 (cento e vinte milhões de dólares norte-americanos).

Nos termos da Resolução nº 18/89, o expediente será despachado à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no último ano do Governo de Juscelino Kubitschek, o Governador do então Território do Acre, aquela época interventor, porque a autoridade máxima daquela Federação era nomeado pelo Presidente da República, assim como o Secretário-Geral, como sói acontecer ainda com os territórios, era um velho pioneiro cearense que foi para o Acre ainda jovem; lá, constituiu família e ficou habitando aquelas terras até o fim de sua vida.

Os meios de comunicação do Acre, até há duas ou três décadas eram muito mais difíceis do que os de hoje.

Naquela época, o Governador do Território do Acre teve uma audiência com o então Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e, para ilustrar o grau de dificuldades por que passava o nosso território, o isolamento do resto do Brasil, contou-lhe uma pequena estória: "o Governo do estado comprou uma lâmina para uma máquina de terraplanagem e embarcou essa peça no Rio de Janeiro com destino à capital do estado, Rio Branco; houve qualquer atrapalhado no endereçamento, de forma que a lâmina, que era uma peça bastante pesada, depois de quatro ou cinco meses, chegou à cidade de Cruzeiro do Sul, que é a cidade mais ocidental do Brasil. Depois de percorrer todo o Oceano Atlântico, a metade mais ou menos do rio Amazonas, e subir quase todo o rio Juruá, chegou a Cruzeiro do Sul ainda com o endereço errado. A lâmina do trator teve que ser embarcada de Cruzeiro do Sul, descer todo o rio Juruá, subir quase todo o rio Purus, subir o rio Acre para chegar a Rio Branco. Decorreu mais de um ano até que a peça chegasse, e quando chegou a Rio Branco, o trator já estava com outras peças avariadas, de modo que o prejuízo se tornou ainda maior". Isto para ilustrar a dificuldade.

Juscelino perguntou o que se podia fazer. Ele respondeu: — Nós, acreanos, pleiteamos que se comunique o território com o resto do Brasil através de uma estrada, pois, atualmente, essa comunicação só é feita ou através do espaço aéreo — por avião, mas o transporte de carga é muito limitado —, ou por via fluvial, como V. Exª acaba de ver, com todos esses acidentes de percurso, além de depender do regime das chuvas e das cheias e vazantes dos rios, pois deve esperar-se o tempo propício para as embarcações de calado médio se locomoverem ao longo do curso d'água.

Então, Juscelino respondeu ao então Coronel Manoel Fontenele de Castro, Interventor do Território do Acre na época: "pois vou construir a estada ligando o Território do Acre ao resto do Brasil; vou construir a estrada BR-29, ligando Brasília à Capital do seu território, Rio Branco. Volte e diga ao povo acreano que até o fim do meu Governo, Rio Branco estará ligada por uma estrada ao resto do Brasil".

E assim aconteceu, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Ao final da gestão profícua de Juscelino Kubtschek a estrada estava aberta até Rio Branco. Naturalmente que não era uma estrada, mas uma picada, uma abertura no seio da mata, em parte no cerrado de Mato Grosso e, depois, na intimidade da floresta amazônica, até chegar em Rio Branco.

Essa estrada, aos poucos, foi sendo consolidada. Lembro-me de que um dos que inauguraram o seu primeiro trajeto foi um irmão meu que havia comprado um forno metálico para o fabrico de pão e o transportou num caminhão da empresa Quatro Rodas. Foram gastos trinta dias para se fazer esse transporte, de São Paulo a Rio Branco, por essa estrada precária, que era um caminho de serviço.

Os parlamentares do estado do Acre — já Estado, de 1960 para cá — apelaram, apelam e continuam apelando às autoridades para consolidar esta comunicação, esse meio de transporte que definitivamente integrará, via comunicação e transporte, o nosso estado ao resto dos irmãos da Federação.

Assim, os governos federais que se seguiram, indiferentes, outros atendendo um apelo daqui e dali, foram aos poucos construindo ou consolidando essa estrada, até que no Governo Figueiredo — o trecho Cuiabá—Porto Velho, restando o trajeto Porto Velho—Rio

Branco—Cruzeiro do Sul e Cruzeiro do Sul à fronteira do Peru para ser consolidada a terraplenagem complementar e o asfalto definitivo.

O Sr. Nabor Júnior — V. Exª me permite um aparte?

O SR. MÁRIO MAIA — Daqui a instantes, nobre Senador.

Agora neste momento em que se levanta a polêmica discussão da integridade da Amazônia, da devastação de sua floresta, novos especilhos se colocam à consolidação dessa estrada.

Senhor Presidente, Srs. Senadores, todos aqui são testemunhas das nossas manifestações, das preocupações que temos com a integridade e com a integração da Amazônia, com a integridade da floresta amazônica, com os cuidados técnicos e científicos para preservá-la e conservá-la, usando-a de uma maneira racional a bem do povo brasileiro e a bem do povo acreano.

É por isso que nós, agora, estamos entre aqueles que sempre estiveram a favor da realização e da consolidação definitiva dessa estrada, chegando o asfalto não só até a Capital do meu Estado, o Acre, mas prolongando-se até Cruzeiro do Sul, para integrar aquelas cidades situadas ao longo dos rios da bacia do Perus e do Juruá, numa linha reta transversal de leste para oeste, mas que em relação aos meios de comunicação dos rios se faz numa via perpendicular, de modo que ao se usar o leito dos rios praticar-se-á um verdadeiro ziguezague, levando prolongados dias para se chegar às cidades, ao passo que, consolidada a estrada, essas cidades, já em número de 12, estarão em comunicação dentro de poucas horas, facilitando, naturalmente, a comunicação daquelas populações que integram e são as verdadeiras guardiães da nossa fronteira ocidental.

Não somos ecologistas mas, como amantes da ecologia, e preocupados com a preservação da natureza, defendemos a tese de que a consolidação da estrada, o asfaltamento virá em socorro dessas nossas preocupações, por que poderemos, usando-a, tomar maiores cuidados de fiscalização e providências para, através de um zoneamento adequado e racional, dividir as várias áreas destinadas à ocupação do homem naquela parte da Amazônia.

O Sr. Nabor Júnior — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MÁRIO MAIA — Ouço V. Exª com todo prazer.

O Sr. Nabor Júnior — Nobre Senador Mário Maia, V. Exª tem toda razão, quando traz ao conhecimento do Senado Federal a importância que a BR-364 representa para a integração do Acre ao contexto nacional e, também, para a integração dos municípios do interior do Acre à nossa Capital, que é Rio Branco. Esteve, recentemente, em Rio Branco, uma equipe da TV-Globo, sob a direção da repórter Glória Maria, que está fazendo um trabalho de levantamento de toda a rodovia a partir de Rio Branco até o Peru e a partir de Pucallpa até Lima, para dar conhecimento ao povo brasileiro do traçado da BR-364 e a sua conexão com o sistema peruano, afim de permitir a saída para o Pacífico. Creio que, a partir desse trabalho, que será exibido ao povo brasileiro através do Programa "Fantástico", dentro de mais algumas semanas, todos vão se conscientizar de que essa rodovia representa a emancipação econômica não só do Estado do Acre, mas de toda a Região Amazônica, porque vai permitir que toda a produção agrícola excedente do Mato Grosso, mesmo de Goiás, Rondônia e do Acre sejam escoadas pelo Oceano Pacífico para outros países da Ásia, da própria costa dos Estados Unidos e da Europa. De modo que parabenizo V. Exª por trazer hoje, aqui, ao conhecimento desta Casa, um assunto da maior importância para a nossa Região e, sobretudo, para o nosso Estado, que é a conclusão da pavimentação da BR-364 até Rio Branco e o seu prosseguimento de Rio Branco até Cruzeiro do Sul e de lá até a fronteira com o Peru.

O SR. MÁRIO MAIA — Agradeço o aparte de V. Exª que, como acreano do vale do Juruá e como Governador que foi do Estado, sabe e conhece profundamente a necessidade que temos dos meios de transporte através de uma estrada leste-oeste, integrando o nosso Estado e a Capital com os nossos municípios.

Dentro deste propósto, dentro desta tese da integração, com V. Exª acaba de falar, não apenas do Estado do Acre, mas de toda a Amazônia Ocidental ao resto do Brasil através dessa estrada, estaremos abrindo um porto no Oceano Pacífico, por intermédio, naturalmente, de convênios que haveremos de fazer com o nosso vizinho, a República do Peru, que tem grande interesse na sua consolidação. E, assim, teremos porto do Atlântico ao Pacífico, podendo, portanto, escoar os produtos que serão beneficiados com uma exploração racional, adequada daquelas paragens ricas em minérios, madeiras e com grande potencial agropastoril, desde que sejam manejados de modo racional e não predatório. Poderemos, então demandar os portos do Pacífico, Ásia e da costa Ocidental dos Estados Unidos, por intermédio desta grande via da Comunicação.

Entendemos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que esta estrada tem uma importância muito grande não só na integração física e política das nossas cidades, como também um significado de defesa nacional, porque, em épocas anteriores, quando fomos deputado federal, defendíamos a tese de essa estrada ser tão ou mais importante do que a Belém-Brasília, uma vez que ela seria a orla ocidental do Brasil, como um elemento lindeiro entre os países vizinhos, com os quais mantemos as melhores relações diplomáticas, podendo, inclusive, este relacionamento ser estreitado.

Do ponto de vista do desenvolvimento social e econômico, que agora está no banco das discussões, com relação à ecologia — como acentuei ainda há pouco — ela é importante como meio de comunicação, de penetração para o assentamento de campos avançados de pesquisas para a identificação e classificação das espécies vegetais e animais da Amazônia que, em grande parte, quanto à flora, há cerca de 2/3 das espécies vegetais que não foram ainda sequer taxionomiadas, quer dizer, não foram classificadas ainda, não foram nominadas dentro da sistemática universal das espécies botânicas.

Portanto, será uma necessidade em todos os aspectos, inclusive neste que diz respeito à discussão atual e palpitante da conservação da natureza, que haveremos de fazer dentro de um sistema racional de exploração. E para que isso aconteça, e não sirva de pretexto à ocupação, ao longo de suas margens, do homem ganancioso, ao anseio imediatista de enriquecimento à custa do uso predatório da natureza, o Congresso Nacional ou o Presidente da República, através de lei terá que determinar, como fizera João Goulart, já no passado, a desapropriação das estradas. Então, seria, desde já, a preocupação do Governo determinar a desapropriação de um número adequado de quilômetros, a partir de margem do leito da estrada para os adentrados da floresta à direita, à esquerda, para que então, através de ações bem estudadas, bem planejadas possa fazer-se a colonização ao longo desta rodovia, de modo a ter um alto significado, não apenas econômico, mas social e preservador da natureza.

Assim, Sr. Presidente, nesta intervenção que faço, neste ligeiro improviso, registro com ardor a nossa preocupação em nome do povo acreano, de todas as camadas sociais e apelo e de todas as tendências políticas e científicas, que neste particular somos unânimes em reconhecer a necessidade da consolidação desta estrada, com a complementação imediata dos poucos quilômetros que faltam para o asfalto chegar a Rio Branco, e a continuidade desse tratamento, desse asfaltamento, até Cruzeiro do Sul e a fronteira com o Peru, para que o Brasil fique integrado em toda a sua plenitude, consolidando, assim, a Federação brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves. (Pausa.)

S. Exª não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PMB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Como é sabido de todos, Pernambuco é um estado pobre, cercado de necessidades por todos os lados. Para governá-lo, pois, é preciso muita maestria, pulso forte e uma visão total das urgências do Estado e, entre elas, escolher algumas que não podem ficar para depois. Escolher, dentre as necessidades, as necessidades, está aí a sabedoria política e o tino maior de um administrador das coisas públicas.

No dia 15 de março próximo passado, o Governador Miguel Arraes completou dois

anos à frente do Governo de Pernambuco. Dois anos de uma fecunda administração. Com a eficácia desses dois anos, podemos dizer que o Governo de Miguel Arraes é um Governo de ação e voltado para a maioria do povo pernambucano. O Governo Arraes tem uma visão global das necessidades do Estado e dos homens, seus habitantes. E essa visão global o fez voltar para as opções urgentes e voltou-se para o cidadão, para o trabalhador, para as crianças, para o campo, para as cidades e para as empresas. Eis aí uma visão total para lhe dar uma melhor solução.

O cidadão é o povo. O povo é a razão de ser de qualquer governo dentro das democracias. E foi esse povo que mereceu as melhores atenções do Governo Arraes em seus dois anos de Governo. Não é novidade nenhuma se saber e constatar que o povo, o cidadão, vive momentos difíceis para sobreviver. Os produtos de primeira necessidade e como adquiri-los, é a preocupação primeira de qualquer cidadão brasileiro, graças às dificuldades imensas por que passa o País. E em Pernambuco adquirir esses produtos de primeira necessidade é um imperativo moral e, conseqüentemente, a primeira preocupação do Governo. Para enfrentar esse problema cruciante o Governo Arraes criou o "Cestão do Povo", garantindo a cesta básica à população mais necessitada. São 181 postos espalhados por todo o Estado. São três milhões de pessoas atendidas por mês, representando 40% da população de Pernambuco.

Além da alimentação, a moradia é outro problema cruciante do cidadão que não tem onde morar. São 500 mil famílias que não têm onde morar. Para enfrentar tão grave problema, o Governo criou o "Banco da Construção", que já beneficiou 42 mil famílias e estimula sempre o trabalho de associação. Quando a casa fica pronta é que o trabalhador começa a pagá-la com 10% do salário mínimo, durante 25 anos. E para quem não tem renda alguma o Governo criou "O programa de lotes urbanizados", com água, luz e saneamento básico.

A saúde é outra grande necessidade do cidadão, quando se sabe que o País é um grande hospital, com 40% de sua população sofrendo de qualquer doença, principalmente a endêmica. Através da Lafepe o Governo aumentou em 220% a fabricação de medicamentos populares, isto é, aumentou de oito milhões, trezentos e sessenta mil unidades, para vinte e seis milhões e setecentos e quarenta mil unidades por mês o laboratório de Pernambuco. São intensificados em sua oferta os antitérmicos, antiparasitários, antidiabéticos, antianêmicos, tubercolostáticos, além de estimular as hortas comunitárias para o cultivo de ervas e plantas medicinas.

O atendimento ao paciente é feito pela rede hospitalar pública. É gratuito, através do SUDS — Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde. Não exige do paciente nenhum documento. O importante é atendê-lo e curá-lo. Para isso, 268 postos de saúde foram recuperados ou ampliados, e equipados, tanto na capital como no interior.

A justiça em Pernambuco não é só para os ricos. Os pobres também têm vez através da assistência jurídica gratuita. Cento e trinta desses núcleos foram criados em todo o estado, e nesses dois anos 270 mil pessoas foram atendidas e 44 fóruns na capital e no interior foram reformados e equipados.

A violência é o mal que aflige o mundo e a sociedade brasileira. Até parece que os bandidos se encheram de uma coragem invulgar, não acreditando — e fazendo mofa mesmo — das leis e das forças de segurança. Mas o problema é enfrentá-los com determinação e vigor e dentro da lei. A sociedade pernambucana não está imune à violência que hoje se alastra como peste, mas também sofre tremendamente com ela. Então, o Governo democrático tem que se voltar para ela e dar-lhe uma solução. O Governo Arraes não fugiu à resposta que a violência está a exigir. Ao chegar ao Governo do Estado, Arraes encontrou em Recife só duas delegacias de plantão, em Santo Amaro e em Boa Viagem. Agora são sete. As duas anteriores e mais a de Olinda, Prazeres, Casa Amarela, Cordeiro, Abreu e Lima. Recuperou oito Delegacias Especializadas, reformou e recuperou nove Delegacias Distritais e sete Metropolitanas. Foram implantados 22 postos policiais em pontos estratégicos e novas delegacias de plantão no interior. A frota de veículos de policiamento ampliou-se em 73 carros e 20 motos.

Nas negociações coletivas, entre as duas formas vivas e dinâmicas da sociedade, que são patrões e empregados, o Governo esteve sempre presente em mais de 70 negociações, através da Secretaria do Trabalho e Ação Social.

O Transporte Urbano é a dor de cabeça de qualquer Governo. E seu preço é caro demais diante do salário do trabalhador urbano. Enfrentando tal realidade, o Governo de Pernambuco foi o primeiro a implantar no estado o vale — transporte. São 300 mil trabalhadores que gastam menos por mês com passagem. O Governo intermediou o financiamento de 215 novos ônibus, e novas linhas, para lugares que nunca as tiveram, foram criadas.

Um grande corredor de transporte urbano será aberto entre a estrada PE-15 e o eixo de nucleação norte, beneficiando Recife, Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu e Itamaracá. Com a inauguração da primeira etapa da PE-15 será também inaugurada uma linha de ônibus elétrico, ligando Recife a Paulista.

Diante de tudo isso, dá para sentir que o Governo Arraes é um Governo profundamente sério. E porque sério nele não existe pistolão. Qualquer pessoa, sem apadrinhamento, pode entrar no serviço público, desde que seja através de concurso. Houve concurso para doze mil professores. Sete mil candidatos se inscreveram para a Polícia Militar. Cem Agentes de Polícia, Escrivães e Delegados foram nomeados. Quinhentos médicos foram classificados para Hospitais e Postos de Saúde em várias regiões.

A lavoura de cana-de-açúcar só apresenta trabalho em tempo de safra. Terminando esta, são milhares de homens de braços cruzados por falta do que fazer. E com isso vem o problema social que se torna enormemente grave. O Governo então criou uma alternativa de trabalho para mais de 12 mil trabalhadores, limpando valetas, capinando acostamentos e conservando estradas. Ganham salário mínimo, com todos os direitos trabalhistas e uma cesta básica a cada quinze dias.

Aproveito, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para pedir a transcrição, neste meu pronunciamento, de uma reportagem do *Jornal do Brasil*, em que o Governador Miguel Arraes recebe, nas escadarias do Palácio do Governo, três mil trabalhadores que representam 80 mil agricultores que estão nesse programa de benefícios quando param as usinas.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Ney Maranhão?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Ney Maranhão, desejo levar a V. Exª a expressão da minha solidariedade a esse enaltecimento que é feito da tribuna do Senado Federal ao Governador Miguel Arraes e, de forma particular, à administração fecunda e profícua que realiza no Estado de Pernambuco. Com a experiência de tantos anos de atuação política e administrativa, já tendo ocupado o Governo daquela grande unidade federativa que tem em V. Exª um dos mais brilhantes representantes nesta Casa, digo que o Governador Miguel Arraes reúne todas as condições de experiência, tirocínio e espírito público para levar a efeito um governo direcionado especificamente para os interesses da comunidade. Fazemos votos para que nos dois anos restantes, o Governador Miguel Arraes continue a atuar com o mesmo tirocínio, com a mesma coerência, com a mesma clarividência e com o mesmo decortino, servindo a Pernambuco, ao Nordeste e ao País.

O SR. NEY MARANHÃO — Agradeço o aparte de V. Exª, nobre Senador Mauro Benevides, que reconhece o tirocínio do Governador Miguel Arraes, pois S. Exª tem um passado de luta em defesa dos trabalhadores do Nordeste, e V. Exª, neste instante, está fazendo justiça ao nosso Governador. Muito obrigado pelo aparte de V. Exª

As crianças são preocupação constante e carinhosa do governo. Devem ser educadas para o dia e o País de amanhã. Nelas pensando, o Governo criou o "Programa recriança", Que orienta ao adolescente para o trabalho, para o esporte e para o lazer, com uma complementação alimentar. O programa que foi criado para 15 mil crianças, atende hoje 43 mil em 39 municípios, empregando 644 professores e monitores. A vacinação estadual contra o sarampo, a anti-rábica e a poliomielite é um sucesso de quase 100% em todas as campanhas.

O número de vagas na rede escolar pública aumentou consideravelmente para 900 mil alunos; 492 escolas foram totalmente recuperadas, 19 construídas e 600 outras receberam

90 mil equipamentos novos ou restaurados. Entre 1987 e 1988, os investimentos do Estado na área do ensino cresceram em 224%, comprovando com isto a prioridade da educação no Governo Arraes.

O menor abandonado recebeu também atenção do governo. Criou-se o "Grupo contra a violência ao menor", que está centrado no trabalho de prevenção e profissionalização.

O campo é também meta do governo Arraes. No campo está o sertão e no sertão os pequenos, médios e grandes açudes. Em 272 deles o governo realizou seu peixamento, oferecendo um outro tipo de alimentação às populações mais pobres em 70 municípios. Era o peixe que faltava nos açudes de Pernambuco.

Já nas regiões dos canaviais, como em Luz, roças e hortas comunitárias foram feitas. As famílias inscritas (110) no "Programa de revitalização econômica de núcleos urbanos da zona da mata" colhem da terra os frutos que semearam. Há 16 outras áreas abarcadas por este programa, distribuídas em 1.600 hectares, terras liberadas pelas usinas que aderiram ao programa do Governo. É a Zona da Mata produzindo também alimentos.

Essas terras, Sr. Presidente e Srs. Senadores, foram doadas por dezesseis usineiros. Dezesseis usinas que viram nesse trabalho do Governador Miguel Arraes a seriedade, e aí está o elo do capital e o trabalho, a colaboração dos industriais do açúcar de Pernambuco, doando essas terras ao Governo de Pernambuco, que estão sendo ocupadas para a alimentação daquela mesma gente que trabalha naquelas usinas. É a seriedade de um Governo que se impõe.

Para que a safra dos pequenos produtores seja escoada, 300 quilômetros de estradas foram abertas em 47 municípios, além dos 131 quilômetros já existentes, com a drenagem e as obras complementares em mais de 90 estradas chegando a lugares até então esquecidos. Mais da metade das estradas foram parcial ou totalmente recuperadas ao longo de 1.600 quilômetros.

O Banepe, nesses dois anos de Governo Arraes, tem sido o sustentáculo dos pequenos produtores rurais, para sua produção no campo. E 33.500 operações de crédito foram efetivadas, superando tudo o que foi feito em quatro anos do Governo passado. Para este ano recursos estão alocados para 100 mil operações para o plantio do milho e feijão. Em 1988 o Governo do Estado comercializou 1.250 toneladas de semente em 110 municípios e distribuiu 460 toneladas de mandivas, reforçando a cultura da mandioca.

Graças a essas providências todas, a produção de alimentos no Estado está aumentando. Foram eletrificadas, em dois anos, 11.175 propriedades rurais e 50 povoados. Mas a meta de eletrificação, até o final do Governo, é de vinte mil propriedades rurais. As propriedades de até 10 hectares têm prioridade para a energia elétrica, pois são elas as maiores responsáveis pela maior produção de alimentos de Pernambuco.

As cidades são pensadas através do "Serviço de Emergência em Vias Públicas" com ambulâncias. Este serviço está à Disposição das delegacias de plantão na Região Metropolitana, com uma equipe de motorista e dois auxiliares de enfermagem, para remover vítimas de acidentes. Este programa faz diminuir o índice de vítimas fatais em acidentes.

A poluição mata os rios, o ar e a vida humana. O vinhoto das usinas polui nossos rios. Elas são fiscalizadas e já estão equipadas para dar outro destino ao vinhoto poluidor. As estações depuradoras de Peixinhos e Cabanga estão diminuindo a poluição dos rios Capibaribe e Beberibe.

A luta pela terra é antiga e chegou à Região Metropolitana de Recife. Para minorar essa luta, o Governo muda a situação nos altos, nos córregos e alagados, já que os "latifundiários urbanos" cobram aluguel do chão das favelas. E 18 mil famílias, em Casa Amarela, estão legalizando suas posses e quatro mil já receberam seus títulos. No alto José do Pinho, duas mil famílias assim também estão procedendo. O Programa do Governo vai atender a 5.300 famílias em Brasília Formosa, a três mil famílias de Asa Branca, de Monsenhor Fabrício e do Sítio das Palmeiras.

Com eficiência o Governo está resolvendo o problema da água. Um milhão de pessoas passaram a ter água em suas casas. 700 quilômetros de canos foram estendidos e recuperadas 77 estações de tratamento em todo o Estado. A água, em Pernambuco, deixou de ser privilégio de alguns para ser o direito de todos.

Quando o Governador Miguel Arraes tomou posse do Governo de Pernambuco sua meta era fazer o Estado desenvolver-se e crescer. Há dez anos que Pernambuco tinha perdido a liderança em projetos aprovados pela Sudene. Agora reassumiu a liderança batendo o Ceará em volume de investimentos e superando a Bahia em número de empresas em implantação.

Por isso, peço que sejam transcritos, também, neste meu pronunciamento, dados da Sudene com respeito a esses investimentos.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, nobre senador.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Exª está fazendo uma análise da situação em relação ao Estado de Pernambuco, Estado que V. Exª tão bem representa aqui nesta Casa, e citou que na Sudene, por exemplo, Pernambuco retomou um lugar que vinha sendo da Bahia e, por coincidência, num momento em que um baiano está à frente da Sudene, mas um baiano que segue uma orientação que não tem nenhuma ligação política com o Governo do Estado da Bahia. Veja as coincidências: V. Exª falou do grande trabalho que o Governo Miguel Arraes vem realizando no setor de abastecimento. Basta que se faça um levantamento do que Pernambuco tem recebido em termos de OTN para a área de saneamento básico, o que é devido ao Estado de Pernambuco, para se ver o pronto atendimento às necessidades da sociedade pernambucana. Aproveitamos o pronunciamento de V. Exª para fazer, mais uma vez, o protesto contra o fato de que, no Governo Sarney, ao Governo do Sr. Waldir Pires, até o momento, não foi dado um centavo sequer para serviços de saneamento básico, não se deu um centavo sequer para a construção de apartamentos ou casas populares por parte da Praurbes, que é o nosso setor de construção de casas populares na Bahia. Parabenizo Pernambuco por estar ocupando o lugar a que tem direito — sempre foi um Estado proeminente em nossa região Nordeste. Aproveito a bondade e a liberalidade de V. Exª para, por meio de seu pronunciamento, apresentar o protesto da Bahia à maneira discricionária com que vem sendo tratada por parte do Governo federal. Muito obrigado.

O SR. NEY MARANHÃO — Tem razão V. Exª quando diz que o Estado da Bahia é um dos estados que mais o Governo federal prejudica. Aliás, além da Bahia, são também os Estados do Rio Grande do Sul e de Pernambuco. Nós, pernambucanos, Senador Jutahy Magalhães, estamos praticamente cozendo com nossas próprias linhas.

Quando V. Exª fala em protesto, em tudo que se relaciona com o Governo federal em relação à Bahia, o problema da Sudene é muito grave. Nos anos de 86 para trás, o Estado da Bahia tinha uma liderança nesse investimento e, coincidentemente, no Governo do Sr. Waldir Pires, é uma prova evidente das perseguições do Governo federal ao seu estado, caem os investimentos no Estado da Bahia nos anos de 87/88, de acordo com os dados da Sudene, que tenho em mãos.

Apóio e me solidarizo também com V. Exª no que tange às perseguições do Governo ao Estado da Bahia. Muito obrigado, Sr. Senador Jutahy Magalhães.

Prosseguindo, Sr. Presidente, o "Programa de Expansão e Diversificação da Indústria" já envolve investimento de 1 bilhão de dólares. Empresas (seis) estão sendo implantadas no distrito industrial portuário de Suape e o desenvolvimento do estado está se interiorizando com incentivos às indústrias de Garanhuns, Carpina, Petrolina, Araripina e Caruaru. Com o programa "Projetos Estruturados", que tem convênios com organismos nacionais e internacionais, tenta-se modificar o perfil econômico de Pernambuco.

Critica-se, principalmente nos arraiais da oposição, que o Governador Arraes não tem obra nenhuma de vulto a apresentar, como tiveram os governos que o antecederam. Nos governos anteriores, grandes obras como o início do porto de Suape, grande sonho da gente pernambucana, a barragem de Botafogo que levou o abastecimento de água para muitos municípios, e a irrigação do sertão. Realmente grandes obras, obras de vulto, obras que permanecem.

Mas temos uma resposta para os que criticam o Governo Arraes por não ter realizado

qualquer obra de vulto. Nos governos anteriores ao de Arraes, o Brasil vivia numa ditadura, que durou pouco mais de vinte anos. Era bem menor a inflação daquele tempo. Havia dinheiro sobrando para investir, dinheiro este muito responsável pela nossa impagável dívida externa. Os governos anteriores foram aquinhoados com muitas verbas que o governo Central lhes enviava. Assim, puderam eles realizar obras de vulto. Mas foram obras voltadas para a classe média e a classe rica.

No Governo Arraes tudo está sendo diferente. Não há dinheiro sobrando, a inflação é galopante e o Governo Central não envia para Pernambuco as verbas federais a que Pernambuco tem direito. É a perseguição mesquinha contra um governo do PMDB, essencialmente popular e democrático.

Se, sem contar com as verbas federais a que tem direito, o Governo Arraes é tão eficiente, o que não realizaria este Governo com o dinheiro farto que os governos anteriores tiveram do governo central?

Na impossibilidade de contar com grandes somas para administrar, o Governo Arraes administra como pode, com o dinheiro que tem. Como é um governo eminentemente popular, para o povo e os mais necessitados se voltou ele. E para esse povo tem realizado enormemente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, "Pernambuco é um estado pobre, atingido em profundidade pela crise econômica e social presente em todas as regiões do País".

Sem ajuda dos poderes maiores, o Governador Arraes nesses dois anos, cortando todo o gasto supérfluo, administrou sua pobreza e suas carências e faz de Pernambuco um estado governado, administrado, com obras essenciais espalhadas por todos os cantos, dando maior atenção às prioridades de um povo sofrido. Faz uma grande administração que serve de exemplo para governantes de outros estados.

Pernambuco, hoje, está em franco progresso. Imaginemos nós o que não seria de Pernambuco, se o governo do estado recebesse as ajudas federais a que tem direito.

Daqui, nossos parabéns ao grande Governador Arraes. Seu governo é a certeza de que, apesar de todas as dificuldades, incompreensões e crises, a esperança existe e está de pé e, o Brasil é possível e ainda tem vez.

O Sr. Ronan Tito — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Ney Maranhão?

O SR. NEY MARANHÃO — Ouço V. Exª, nobre Senador Ronan Tito.

O Sr. Ronan Tito — Caro Senador, tive a oportunidade, neste início de ano, de visitar o Estado de Pernambuco por duas vezes e gostei imensamente. Visitar Pernambuco, principalmente passando por Recife e Olinda, é bom para aquecermos a brasilidade, o patriotismo e o civismo. Também gostei de estar como político em Pernambuco, Sr. Senador Ney Maranhão, para ver que lá há um Governo competente e sério que ordenou bem o Estado e que a economia lá está funcionando graças, principalmente, a competência do Sr. Governador Miguel Arraes. Além de perceber o desenvolvimento daquele Estado e fazer uma bela viagem, através das estradas dali, quando tive a oportunidade de ir a Nova Jerusalém assistir àquele espetáculo extraordinário da encenação da Paixão de Cristo — e aquilo é uma coisa de que o Brasil se orgulha, eu não sabia que era daquela grandiosidade.

O SR. NEY MARANHÃO — Não existe no mundo espetáculo como aquele.

O Sr. Ronan Tito — E é uma beleza de técnica e de arte. De maneira que voltei de Pernambuco como sempre volto de lá: robustecido no meu patriotismo e na crença deste País. Pernambuco é o berço da história deste País. Quantas coisas nasceram ali, mas voltei principalmente satisfeito por ver que os nossos líderes, principalmente aquele extraordinário líder pernambucano, o Sr. Miguel Arraes, está, como sempre esteve, firme à frente do Estado, dando, ali, um diapasão de seriedade, de honestidade, de probidade e, principalmente, de competência administrativa. Parabenizo V. Exª pelo discurso que faz e, principalmente, pelos assuntos que enfoca. V. Exª enfocou, também, a dívida externa. Este País está como um homem esquálido, no chão, com uma pedra de meia tonelada no peito sem poder levanta-se — essa meia tonelada é a dívida externa somos prisioneiros da dívida externa, por ela. Somos governados, embora alguns representantes do capital estrangeiro, que existem até no Congresso Nacional, argumentem que não. Alguns porque foram os responsáveis, se é que podemos chamá-los de responsáveis por essa dívida desmedida. Essa dívida que teve a irresponsabilidade e a leviandade de ter sido assumida, inclusive, com taxas de juros flexíveis para ficar ao talante do credor determinar qual seria o percentual. Com isso, repito, estamos prisioneiros. Mas estamos vendo governadores, como Miguel Arraes, que estão mostrando ser possível governar o Estado, mesmo com a opressão dessa dívida. Parabenizo V. Exª, que, como sempre, nobre Senador Ney Maranhão, vem à tribuna para trazer assuntos da maior importância. Agradecido pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Senador Ney Maranhão, em primeiro lugar, a Presidência comunica a V. Exª de que seu tempo está encerrado há dez minutos. Portanto, peço que conclua o seu pronunciamento.

O SR. NEY MARANHÃO — Irei concluí-lo o mais rapidamente possível, mas permita V. Exª que eu dê uma resposta ao nobre líder do PMDB a este aparte tão importante sobre o Governo de Miguel Arraes de Alencar.

Nobre Senador Ronan Tito, V. Exª, quando fala na dívida externa, tem toda razão. V. Exª está vendo o exemplo do Governador Arraes, no que concerne ao financiamento do pequeno e médio produtor. É o caso das pequenas e médias empresas neste País que estão quebradas. Elas vivem de teimosa que são e da ajuda, do beneplácito das grandes empresas. Temos o exemplo de Formosa, um país que é a metade de Pernambuco, com 36 mil Km², tem a terceira reserva cambial do mundo. A primeira, a Alemanha; a segunda, o Japão, com 86 bilhões de dólares; a terceira, a República de Formosa, com 81 bilhões de dólares, mas com uma diferença: o Japão tem 130 milhões de habitantes, e Formosa, 20 milhões. O segredo é a pequena e a média empresas. Elas são o sustentáculo, a espinha dorsal da economia desta Nação. E nós, aqui, estamos reconhecendo que as pequenas e médias empresas estão quebradas, mantidas apenas as grandes. Estamos vendo, no Estado de Pernambuco, o financiamento do Bandepe ao pequeno e médio empresário. São eles que estão dando sustentação à alimentação no Estado de Pernambuco.

Muito obrigado pelo aparte de V. Exª, neste instante, provando como V. Exª, líder do maior Partido, neste Plenário, atesta a seriedade do Governo de Miguel Arraes. Muito obrigado!

Concluindo, Sr. Presidente, nossos parabéns ao grande Governador Miguel Arraes. O Governo de S. Exª é a certeza de que, apesar de todas as dificuldades, incompreensões e crises, a esperança existe, está de pé e que no Brasil ainda é possível ter vez.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. NEY MARANHÃO EM SEU DISCURSO:

"Recife — Depois de percorrerem as principais ruas do centro de Recife, aos gritos de "queremos reforma agrária" e "chega de fome e de miséria", cerca de três mil trabalhadores rurais entregaram ao governador Miguel Arraes um documento reivindicando a abertura de frentes de trabalho, cestas de alimentos e terras para os 80 mil agricultores que estão desempregados por conta do período da entressafra, na área canavieira de Pernambuco.

"Vocês sabem que as portas do governo estão sempre abertas para os trabalhadores que reivindicam ordeiramente e de forma construtiva", disse Arraes, garantindo que apoiará a luta dos trabalhadores, "pois ela foi sempre travada com sensatez e realismo". Aproveitou para agradecer aos canavieiros — a Zona da Mata é um forte reduto eleitoral do governador — o apoio recebido em 62, 82 e 86. "Garanto que vocês não serão traídos", disse.

Reivindicações — Informado sobre a passeata dos trabalhadores rurais, o governador comunicou aos seus secretários que receberia uma comissão e falaria com os manifestantes da sacada do palácio do Campo das Princesas. Por isso, logo pela manhã, foi providenciado um potente sistema de som, e colocado na calçada do palácio, enquanto três microfones foram ligados na varanda do primeiro andar. Mas, assim que os trabalhadores chegaram à Praça da República, todo o esquema foi modificado: Arraes resolveu receber uma comissão formada por representantes de 47 sindicatos rurais e ouviu do vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, as reivindicações dos agricultores desempre-

gados. No documento entregue a Arraes, os líderes dos canavieiros informaram que a situação é muito difícil por conta da entressafra, e lembraram que, com o alto desemprego, "usineiros e fornecedores de cana aproveitam para pagar salários abaixo do que é permitido por lei, além de instituírem a semana de cinco dias, dispensa em massa e o descumprimento total da lei do sítio".

Além das frentes de trabalho e cestas básicas de alimentos, os agricultores pediram ao governador que faça gestões junto à classe patronal para estancar o fluxo de dispensas de trabalhadores e também junto à Delegacia do Trabalho para que fiscalize o cumprimento da convenção coletiva de trabalho em vigor. Depois de ouvir os integrantes da comissão, Arraes desceu para falar com os trabalhadores e dispensou até a segurança pessoal. No final, disse que não mudou sua tática com relação aos manifestantes: "Quando eles vêm ordeiramente e trazem sugestões, nós recebemos." Ressaltou que o caso dos trabalhadores rurais é diferente de algumas manifestações mais exaltadas: "Não podemos deixar que 80 mil trabalhadores passem fome."

PROJETOS APROVADOS PELA SUDENE NO SISTEMA

(1987 e 1988)

	Natureza do Projeto	1987 Número de Projetos	1987 Investimento Total (NCz$ 1.000,00 preços de Jan./89)	1988 Número de Projetos	1988 Investimento Total NCz$ 1.000,00 (preços de Jan./89)
Bahia	Implantação	11	423.514,6	17	298.169,4
	Ampliação ou Modernização	3	114.131,3	6	788.184,9
Ceará	Implantação	24	227.805,4	13	130.595,4
	Ampliação ou Modernização	1	5.223,7	1	95.102,4
Pernambuco	Implantação	7	139.022,3	33	242.307,6
	Ampliação ou Modernização	2	56.063,6	4	63.672,1

FONTE: Relatório IFIN 729-A, emitido em 28-3-89 - Sudene/DAI

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Áureo Melo — Jarbas Passarinho — João Castelo — José Agripino — Mauro Borges — Irapuan Costa Júnior — Roberto Campos — Jorge Bornhausen — José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está findo o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 5, DE 1988

(Art. 4º *in fine*, da Resolução nº 157, de 1989)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e Membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parte vetada: art. 4º.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária anterior.

Em votação.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães, pela ordem.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, creio que V. Exª e toda a Casa já sabem a razão pela qual mais uma vez me levanto para solicitar adiamento desta matéria, porque os entendimentos ainda não foram concluídos. Assim, peço a V. Exª que, ouvindo o Plenário, adie a votação desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência atende ao pedido de V. Exª Fica adiada a apreciação da matéria.

Item 2:

Discussão em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1985 (nº 2.789/83, na Casa de origem), que dá o nome de "Guarulhos" ao aeroporto em construção no município paulista do mesmo nome e determina outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 403, de 1985, da Comissão

— de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão ordinária do dia 28 de março último, tendo a discussão adiada a requerimento do Sr. Senador Leopoldo Peres.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

A matéria irá ao arquivo, feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto rejeitado.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 1985

(Nº 2.789/83, na Casa de Origem)

Dá o nome de "Guarulhos" ao aeroporto em construção no Município paulista do mesmo nome e determina outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É dado o nome de "Guarulhos" ao aeroporto em construção no Município paulista do mesmo nome.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Luiz Maya.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA (PDC — TO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há fatos que fazem realmente história e, por isso merecem ser registrados.

Hoje, na qualidade de Senador do Partido Democrata Cristão, cumpre-me fazer uso desta tribuna, que é das mais conceituadas deste País, para anunciar e registrar nos Anais do Senado Federal, dois fatos que nas datas de ontem e de antes-de-ontem, fizeram história nos umbrais do PDC.

Os órgãos da imprensa falada, escrita e televisada divulgaram quarta-feira passada a decisão firme da Executiva Nacional do Partido que, em reunião conjunta com as bancadas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, em face da pretensa filiação do Presidente da UDR, Dr. Ronaldo Caiado, no Partido, através do Diretório Regional de Goiás, determina a imediata sustação da proposta de filiação e, se necessária, impugná-la juridicamente.

A decisão foi tomada com base no que determinou a pré-convenção partidária, realizada em 23 de fevereiro de 1989, segundo a qual um dos requisitos fundamentais da Carta de Brasília, consiste em possuir o postulante à filiação partidária no PDC "história política, que demonstre efetiva militância na defesa das causas sociais e seu compromisso com a transformação da sociedade, na busca de mais justiça, sem prescindir da liberdade".

A Executiva Nacional do PDC, ao analisar o pedido de filiação do Presidente da UDR, julgou que o mesmo não preenche as exigências do programa da Democracia Cristã, tampouco satisfaz tal requisito.

Este posicionamento decisivo da Executiva Nacional repercutiu positivamente na opinião pública, como reafirmação de seus princípios básicos de justiça social e de solidariedade humana e cristã, em bases sólidas de liberdade.

O fato fez o PDC se consolidar perante a opinião *pública brasileira.*

É, pois, um fato que merece registro, sobretuo nesta Casa do Congresso Nacional.

O segundo fato ocorreu ontem na Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão. Certamente os órgãos da imprensa nacional estão fazendo hoje o seu registro como de importância e relevância.

Este mesmo fato gostaria de registrar, hoje, nos Anais do Senado Federal.

Para gaúcho do Partido e de sus integrantes, a Executiva Nacional se reuniu na tarde — noite de ontem, no Palácio dos Leões, naquela Capital, para receber a filiação do eminente Governador do Estado, Epitácio Cafeteira, que assinou as fichas sob os aplausos gerais de seu secretariado e de importantes segmentos da sociedade local.

Conjuntamente com o Sr. Governador Cafeteira assinaram as fichas de filiação no PDC 7 Deputados Estaduais, Vereadores e líderes políticos do Estado do Maranhão, inclusives Prefeitos. São cerca de 20 novos membros.

O fato é relevante em seu significado político, que fez crescer em quantidade e qualidade o Partido Democrático Cristão.

Para prestigiar o ato solene de filiação estiveram presentes os Governadores dos Estados do Tocantins, Siqueira Campos; do Amazonas, Amazonino Mendes; os 3 Senadores do Estado do Tocantins; 6 Deputados Federais do Partido; um representante da Assembléia Legislativa do Amazonas, além dos membros da Executiva Nacional.

O Partido Democrata Cristão continua, assim, sua trajetória de consolidação, de expansão e de afirmação perante a opinião pública, fato, pois, que merece destaque especial e registro nos Anais desta Casa.

Era o registro que queria fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Olavo Pires. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Ceará perdeu, ontem, um de seus mais ilustres filhos, o Professor José Valdivino de Carvalho, intelectual de méritos comprovados, com assinalados serviços prestados à comunidade.

Desde jovem, formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela tradicional Faculdade de Direito de Fortaleza, o extinto ingressou no magistério, dedicando-se, com brilho e proficiência, ao ensino de 2º grau, lente que era dos mais renomados da Língua Portuguesa.

Sucessivas gerações, no Colégio Cearense e no Instituto de Educação Justiniano de Serpa, entre outros estabelecimentos oficiais e privados, tiveram o privilégio de haurir os ensinamentos do insigne mestre, que pontificava na cátedra, pela erudição de seus conhecimentos e pelos métodos didáticos atualizados de que se utilizava, sendo, por isso, uma das expressões maiores da categoria a que pertenceu durante quase quatro décadas.

Líder católico de projeção, integrou durande dilatado espaço de tempo a conceituada União de Moços Católicos, de cuja diretoria fez parte, em inúmeras reeleições, como orador oficial da referida entidade.

Ali, eu o conheci de perto, aconselhando-me com ele nos momentos de grandes decisões e ouvindo sempre orientação lúcida e sábia, que procurava seguir, na convicção de que palmilharia a trilha da correção e da dignidade.

Afeito às atividades culturais, pertencia José Valdivino à Academia Cearense de Letras, ocupando a cadeira nº 11, que tem como patrono a inolvidável figura de Barão de Studart, bem como à Academia Cearense de Língua Portuguesa, ao lado de outros destacados vultos dos nossos círculos literários.

Como autor de vários livros, entre eles *Coração, Tardes de Sol, O Perigo da Coeducação* e *A Poética do Padre Antônio Tomás,* aquele inesquecível amigo cultivava a poesia parnasiana, com a preocupação formal e a linguagem nobre, escrevendo sobre temas perenes e circunstanciais, sempre ao influxo de uma superior visão do mundo e de sua comprovada fé, que jamais desprezou nos momentos mais difíceis da vida.

Não foi um escritor que disputasse as glórias e as altanarias da literatura. Isso se deve, em grande parte, à humildade natural de seu espírito, voltado permanentemente para as preocupações mais eternas e menos mundanas.

De sua saudosa e inseparável esposa, Adamir Leitão de Carvalho, recebia a inspiração para toda a sua incessante atuação como homem de pensamento, jornalista primoroso que era, escrevendo nas páginas de *O Nordeste* — órgão da Arquidiocese — artigos e crônicas sobre temas palpitantes, reunindo apreciável número de leitores assíduos.

José Valdivino de Carvalho, o cidadão honrado, o professor brilhante, o intelectual qualificado e competente, o jornalista de estilo fascinante, o líder que irradiva contagiante bondade, o amigo leal e didicado que enobreceu o nosso Estado, constituiu-se em exemplo para os contemporâneos e os porvindouros.

À sua memória imperecível rendo, neste instante, o tributo comovido da minha profunda admiração e saudade.

(Durante o discurso do Sr. Sen. Mauro Benevides o Sr. Sen. Áureo Mello deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Sen. Pompeu de Sousa.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Souza) — Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Volto a esta Tribuna, Sr. Presidente, para reiterar o apelo que fiz há dias ao Ministro da Previdência, às autoridades federais e ao Governo do meu Estado, no sentido de que promovam uma assistência bem maior do que vem sendo dada aos municípios maranhenses, hoje submetidos a intensa dificuldades, em razão das chuvas que ali caíram.

O Município de Bacabal está com mais de seis mil desabrigados. A Cruz Vermelha já se encontra no local, dando uma razoável assistência aos maranhenses infelicitados por este acidente que, no momento, acossa aquela região do Estado do Maranhão.

O Município de Pedreiras é outro, já com mais seis mil desabrigados. Até a assitência médica começa a escassear, em razão, também, das dificuldades das internações que não são autorizadas pela Previdência.

Portanto, deixo aqui o meu apelo ao Ministro da Previdência e ao Governo do Maranhã, para que toda esta assistência seja levada com rispidez, tanto a Bacabal quanto a Pedreiras, no meu Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES PRONUNCIA O SEGUINTE DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Paulo Bisol, para uma explicação pessoal.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL (PSDB — RS. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores.

com a maior brevidade possível eu quero fazer um registro que deixa considerada a minha estranheza com relação ao andamento do projeto relacionado com a greve. Porque tanto era do meu conhecimento, eu era relator da matéria correspondente ao projeto de lei do Senador Jarbas Passarinho, e estou com o relatório pronto, no meu gabinete, já há algumas semanas. Até solicitei ao Presidente da Comissão que designasse o dia. E, ainda ontem, em conversa com S. Exª sobre a data eu disse-lhe que no dia escolhido não seria possível o meu comparecimento porque já houvera assumido um compromisso para o dia designado. Evidentemente houve um ganho para o Senado, porque resultou na escolha do Senador Leite Chaves, que é uma pessoa muito mais competente, muito mais inteligente, muito mais lúcida, muito melhor preparada do que eu para a matéria. Entretanto, eu não posso deixar de fazer o registro. Fui designado relator da matéria e não sei porque trâmites, em que condições, não conheço muito essa burocracia do Senado, mas de repente sou surpreendido com a notícia. EStou perplexo com o encaminhamento! Estou com o relatório, perdi meu tempo, não vejo razão para isso. Se alguém houvesse conversado comigo, explicado, mas isto não ocorreu, tudo foi feito à minha revelia, só porque eu não compareci a uma sessão. E eu me considero — não sei se estou equivocado, quem sabe vamos fazer a verificação disso — eu me considero um dos senadores mais assíduos, tanto aqui no plenário, quanto nas comissões. Fiz esse registro para que não passasse, em brancas nuvens, um desvio burocrárico que não me parece correto.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Mesa gostaria de se comunicar com o nobre Senador Paulo Bisol, sobre o assunto.

A Secretaria da Mesa está me dando a informação que este eventual ocupante da Presidência ingnorava e que está apurando, exatamente, em qual sessão, se ontem ou anteontem, foi aprovado requerimento pedindo a tramitação conjunta, e se esse requerimento foi subscrito, inclusive, pelo Senador Jarbas Passarinho. Esta é a informação que me está sendo fornecida pela Secretaria da Mesa. E o Presidente Cid Sabóia de Carvalho participou, justamente, desta articulação, para a tramitação comjunta.

Com a palavra o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje, o *Correio Braziliense* publica esta nota:

> "Queda da Medida Provisória 43 pressiona Líderes atrás do acordo.

Ora, Sr. Presidente, veja como as colsas correm aqui no Congresso. Essa Medida Provisória trata da prorrogação daquelas questões relacionadas com os Ministérios militares.

Nós, aqui, no Senado, votamos um projeto de autoria do Senador João Menezes, com um substitutivo deste senador na condição de relator, transcrevendo, *ipsis litteris*, o que consta da Medida Provisória nº 43, concedendo tudo o que o Governo tinha pedido. Esse projeto já está na Câmara dos Deputados para votação, já foi aprovado no Senado Federal. Fala-se que está num corre-corre para atender às medidas provisórias, a questão de como deve ser feita a tramitação as mesmas para podermos votar essa Medida nº 43, para não perder o prazo amanhã, como se isso fosse uma situação de difícil solução. Mas não! Há um projeto aprovado pelo Senado Federal, que está na Câmara dos Deputados, e a Câmara pode votá-lo, no momento em que quiser, e levá-lo à sanção presidencial. Aprovar tudo aquilo que foi pedido pelo Governo.

O problema que vejo, Sr. Presidente, é que infelizmente nós próprios desconhecemos o que acontece dentro do Congresso Nacional. Pouca gente se preocupa em ouvir; todos desejam ser ouvidos, mas poucos procuram ouvir o que se passa com outros.

Mas, Sr. Presidente, já houve essa tramitação. E como esta, agora, vemos o quê? O Governo federal pretender mandar outra medida provisória para tratar do assunto lei de greve. E aqui o Senador Marcondes Gadelha a mostrar que o Governo federal estava pacientemente aguardando uma manifestação do Legislativo.

Realmente, o Legislativo deveria ter até se antecipado, por um tempo maior, para resolver essa questão da lei de greve. Concordo com isso. Acredito que, no regime democrático em que estamos atravessando, existe sempre no nosso Congresso Nacional ou no Parlamento uma ação de lideranças de governo.

E, aqui, o que temos visto no cenário nacional? É que estamos sem lideranças de governo, sem termos com quem conversar, sem termos com quem nos interessar para solucionar as questões, que possam falar em nome do Governo. Porque essas propostas também poderiam surgir de uma negociação incluindo os elementos do Governo para proporem, em nome do Legislativo, as medidas que se fizessem necessárias e isso não tem ocorrido. É uma omissão total por parte daqueles que por ventura venham a representar o Governo no Legislativo.

Nós vimos vários vetos serem derrubados e eu ouvi, lá no Congresso, no Plenário do Congresso Nacional, que faltava interlocutor do Governo para se evitar aquela derrubada maciça dos vetos presidenciais. E faltava, realmente tem faltado.

Mas, Sr. Presidente, vimos aqui a discussão sobre o problema da lei de greve. Penso, Sr. Presidente, que temos, realmente, a obrigação de apressar o estudo dessa matéria.

Lamento o que houve — conforme foi dito aqui pelo Senador José Paulo Bisol — porque S. Exª merece de todos nós apenas a consideração e o respeito, mas a admiração pelos seus conhecimentos jurídicos e a certeza de que com as suas preocupações sociais teríamos, também, uma proposta aperfeiçoada que traria, talvez, maiores ou melhores benefícios para a solução dessa questão da lei de greve.

Mas ocorreu isso, e talvez pela preocupação do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania de apressar, em vista dessa notícia de que o Governo iria baixar uma nova medida provisória para começar a ter vigência a partir da data de sua publicação, então a preocupação do Legislativo, através do Senado, era a de apresentar uma proposta de solução para esta questão, que é das mais graves que estamos atravessando.

Hoje foi dito, escutei um final de discussão na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, e a grande preocupação qual é? Em primeiro lugar, respeitar o que está escrito na Constituição. Bem ou mal foi o que votamos; foi o aprovado pela grande maioria do Congresso Nacional, quando no seu papel de constituinte. Em segundo lugar, estabelecer as exceções que a própria Constituição determina.

Aí é um papel no qual devemos ter o maior cuidado para não transformarmos as exceções numa forma de derrogar aquilo que foi votado, de tirar não as dúvidas, mas de fazer com que não prevaleça o que foi votado pela Constituição. As exceções serão amplas e tirarão o direito amplo de greve dado pela Constituinte.

É preciso haver um cuidado muito grande para se saber até onde chegar com as exceções, que são necessárias e são, também, constitucionais. Por isso é que precisamos não apenas do trabalho daqueles que estão envolvidos mais diretamente na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Precisamos do trabalho de todo o Senado, com todas as suas sugestões, a fim de chegarmos na próxima semana, na próxima quarta-feira, com essas sugestões já todas encaminhadas para podermos votar na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania a proposta a ser enviada ao plenário para uma deliberação posterior.

Então, era essa a preocupação que eu tinha ao encaminhar este pronunciamento de final de tarde.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Antes de encerrar, concedo o aparte ao meu nobre colega e Líder do PFL, Senador Marcondes Gadelha.

O Sr. Marcondes Gadelha — Nobre Senador, eu só queria repor alguns pontos de seu pronunciamento quando V. Exª diz que não há liderança do Governo na Casa, não há diálogo possível, não há interlocotor. Quero lembrar que existe liderança do Governo na Câmara e no Senado. Essas lideranças têm nome. O Líder do Governo aqui é o Senador Rachid Saldanha Derzi, e na Câmara dos Deputados, o Deputado Luiz Roberto Ponte. O fato de terem sido derrubados alguns vetos do Presidente da República encaramos como um fato rigorosamente democrático, uma faculdade do Congresso Nacional de rejeitar vetos. Agora, não se pode, nunca, dizer que esses

vetos foram rejeitados por desconhecimento do pensamento do Governo, por falta de interlocutor. Não, o pensamento do Governo estava explicitado nitidamente no próprio veto. Se o Senhor Presidente veta uma matéria é porque Sua Excelência claramente se opõe àquela matéria; se o Congresso resolve derrubar o veto, não pode responsabilizar a outra parte que foi vítima da derrubada por omissão ou coisa que valha, porque a vontade estava expressa nitidamente no próprio ato de vetar. O conhecimento do pensamento do Governo não poderia ser sonegado a ninguém, uma vez que estava bem explicitado no voto. No mais, acho que o Congresso derrubou certos vetos em muitas circunstâncias, numa tentativa de agradar a maioria e, de certa forma, pensando muito mais em manter essa máquina estatal ampliada como se encontra, manter o *status quo*, do que aceitar qualquer tentativa de modernização, de enxugamento da máquina. Esse é um dos nossos vícios que mais adiante seguramente vamos corrigir. À medida em que o Congresso vai assumindo a consciência do seu poder, da sua capacidade de decisão, de que ele pode mover as coisas e modificar a vida no País, o Congresso vai-se sentindo cada vez mais responsável e tenderá cada vez mais a decidir dentro da lógica, da racionalidade e da economicidade. São alguns tropeços da retomada de poderes do Congresso, mas que, com o tempo, teremos a natural correção de rota, e ninguém vai se sentir acanhado ou intimidado de votar contra posições demagógicas, posições que aparentemente interessam à maioria, mas que, na evam a um solapamento da consciência da economia do Estado. No mais, nobre Senador, estamos de pleno acordo. Solidarizo-me também com V. Exª quando ressalta o papel do Senador José Paulo Bisol. Confesso que também não compreendi até o momento a explicação que a Mesa deu para esta situação bizarra que se criou, mas espero que também isto seja esclarecido depois, e nós não tenhamos nenhuma seqüela deste episódio. V. Exª há de convir, só como última palavra com relação ao papel do Governo neste caudal de greves que estamos assistindo, insisto, em que o Governo foi parcimonioso, tolerante com a greve e paciente com iniciativas da sociedade, basicamente da sua agência maior, que é o Congresso Nacional, no sentido de regulamentar a lei de greve. E já agora quando as greves atingiram o nível de paradoxismo insuportável, V. Exª há de concordar comigo, não só a freqüência, mas a intensidade dos métodos, dos processos utilizados nesta greve, a estranheza dos desvios, dos abusos, só quando chegou a um nível insuportável é que o Governo resolveu tomar uma iniciativa que em nenhum momento conflita com o papel do Congresso. Mais cedo ou mais tarde, encontraremos uma convergência de posições e de ações regulamentadoras e ao final o País é que sairá ganhando. Porque a harmonia social, a coesão interna deste País se reforçará pelo trabalho conjunto, pelo trabalho concorrente das duas agências, Congresso e Poder Executivo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a colaboração de V. Exª ao meu pronunciamento para tentarmos elucidar esta questão. Agora, acho estranho, Sr. Presidente e Sr. Senador Marcondes Gadelha, o que se falou nas questões dos vetos. Estou repetindo o que ouvi no Congresso.

Mas na questão dos vetos, assisti — porque tenho o hábito de ser freqüentador assíduo das sessões em que há decisões e votações a efetuar — verifiquei que o Líder do Partido do Senador Marcondes Gadelha, na Câmara, ao orientar o voto de sua bancada, contra o veto, disse que estava acatando a palavra do Ministro da Justiça, que lhe tinha pedido para votar contra o veto.

O Dr. Sepúlveda Pertence, futuro Ministro do Supremo Tribunal, também esteve aqui no Congresso, na sua qualidade ainda de Procurador-Geral da República, homem da confiança do Executivo, para mostrar as razões por que os vetos deveriam ser derrubados.

Então, como é que o pensamento do Governo estava claro, se o Ministro da Justiça defende a derrubada do veto, se o Procurador-Geral da República defende a derrubada do veto? Qual é o pensamento do Governo?

Perguntaria — não estou dizendo que aqui não há um Líder do Governo, não é isso, há um Líder do Governo, eu o conheço, é o meu amigo, meu colega Senador Rachid Saldanha Derzi. Mas pergunto, nesse caso específico, inclusive, da questão da lei de greve, aponte-me qual o trabalho das Lideranças do Governo na Câmara e no Senado para apresentar como proposta para a solução desses problemas? Ou uma proposta sequer para isso? Não há.

Então, não há esse trabalho que considero que é próprio das democracias, de um trabalho conjunto, de Governo e Oposição, para encontrarmos uma solução em termos de um interesse nacional. Mas aqui se faz o trabalho do Legislativo e depois o Executivo se queixa do trabalho do Legislativo e fica como fica o Consultor-Geral da República a fazer gozações a respeito daquilo que é decidido no Congresso. Eu só lastimo que, às vezes, ele até tenha razão em algumas coisas, mas normalmente não tem.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com muito prazer.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Nobre Senador, nós estivemos hoje de manhã, na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania e V. Exª viu que essa matéria teve a sua discussão iniciada e na próxima semana deveremos concluir esse trabalho. Portanto, não quero aqui tratar deste assunto. Mais uma vez, entretanto, chamo a atenção para o seguinte, a Constituição no art. 7º diz que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros, que visem à melhoria de sua condição social, os ali relacionados. O direito de greve é tão importante que a Constituição lhe destinou um artigo específico, o art. 9º. Neste artigo nós lemos que é assegurado o direito de greve. A greve não é só uma faculdade, a greve não é só permitida, a greve é um direito assegurado.

Art. 9º :

"É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender".

§. 1º :

"A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade."

Do § 1º, duas conclusões já podemos tirar. A primeira é que a matéria, e isto é indispensável ao tratar do direito de greve: "A lei definirá serviços ou atividades essenciais". Isto significa, nobre Senador Jutahy Magalhães, que esta matéria não pode ser objeto de medida provisória. Se Sua Excelência o Senhor Presidente da República servir-se de medida provisória, ele que nunca esteve impedido de enviar um projeto de lei sobre o assunto, estará, mais uma vez, ferindo, não só o espírito, mas a letra expressa da nossa Constituição. De modo que esta matéria tem que ser tratada através de lei. Não pode a mesma ser disciplinada mediante medida provisória, que não é lei, nos termos da Constituição. Era isto que eu queria dizer a V. Exª E também chamar a atenção para o seguinte, a nossa Constituição assegura o direito de greve e em nenhum dispositivo ela proíbe greves em atividades essenciais; ela apenas diz que a lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Esse atendimento, que está no § 1º, deve obediência ao *caput* do art. 9º onde é assegurado o direito de greve. Nada, portanto, pode ferir o direito de greve. Apenas, no § 2º, os abusos são condenados. Os crimes capitulados no Código Penal são sempre punidos. Isto nada tem a ver com greve. Com greve, ou sem greve, se alguém pratica homicídio, está praticando crime. Isto nada tem a ver com greve. A lei pune os excessos, a lei pune os abusos, os crimes. Entretanto — para terminar, porque V. Exª está sendo generoso — se Sua Excelência o Senhor Presidente da República, que não tem primado pelo respeito à Constituição da República, entender de adotar uma medida provisória para disciplinar o direito de greve, eu sugiro a Sua Excelência que aproveite a oportunidade e mande também uma medida provisória para disciplinar o previsto no art. 7º, inciso XI, da Constituição, onde figura o seguinte direito dos trabalhadores.

"Art. 7º .....

XI — participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei."

É o aparte. Agradeço a V. Exª, ilustre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Eu não estava, Sr. Senador Chagas Rodrigues, sendo

liberal, nem generoso com V. Exª Estava, antes, sendo egoísta e interesseiro, porque, com o aparte de V. Exª, meu discurso toma um relevo maior e vai ter atenção maior por parte dos nossos colegas que estão discutindo essa questão.

Considero, como já disse, que o problema maior é nós fazermos o limite exato do que determina a Constituição. O direito de greve é praticamente absoluto, dado pela Constituinte. E a lei vai dizer quais as atividades essenciais que terão que ser atendidas na forma da Constituição. Vejam que, às vezes, existe a preocupação de derrogar um direito de greve, através das exceções. Alguns querem estender tanto as exceções que acabam não tendo nenhum direito a ser preservado. E, aí, é o nosso papel aqui, papel que nós temos que ter, para estabelecermos esse limite. Quando V. Exª fala sobre problemas de participação de lucros, desde 1946, está se esperando isso, que haja alguma lei que venha estabelecer a forma de participação dos empregados nos lucros da empresa. Eu mesmo já fui autor de leis, uma espécie de co-gestão das empresas públicas, apresentei um projeto de lei. Infelizmente, não foi aprovado. Era uma idéia até tímida, que atendia apenas às empresas públicas e estabelecia um limite da participação do trabalhador dessas empresas públicas, na administração e no Conselho Fiscal, com apenas um membro em cada um desses setores. Mas também não foi aprovado.

Então, veja V. Exª que nós temos que lutar muito para que essas leis venham a surgir dentro daquilo que a Constituinte votou, dentro do pensamento, especialmente, daqueles que examinaram esta matéria na área das questões sociais. Aqui, temos também um que se preocupa sempre com essas questões, tanto que é um, dos poucos da nossa bancada, que pediu para participar da comissão que vai tratar dos problemas sociais, Senador Almir Gabriel. São preocupações que estão na cabeça de alguns companheiros, e teremos que exercer um trabalho muito grande de influências, de catequese, para ver se conseguiremos impedir que passemos mais 43 anos, 44 anos para estabelecermos as normas legais, para a distribuição dos lucros da empresa ao trabalhador.

Agradeço a V. Exª que me honrou com seu aparte e contribuiu para tornar este pronunciamento mais consistente, mais substancioso.

O Sr. Edison Lobão — V. Exª permite uma interrupção?

O SR. JUTHAY MAGALHÃES — Com prazer.

O Sr. Edison Lobão — Pedi a V. Exª que me permitisse interromper o seu brilhante pronunciamento para retornar àquele problema da ausência de liderança do Governo no Congresso Nacional. Mas, de fato, o Governo não está representado no Congresso Nacional por lideranças legitimamente estabelecidas. Recorda-se V. Exª que o primeiro líder indicado, Senador Fernando Henrique Cardoso, exerceu seu papel brilhantemente, por algum tempo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Exª desculpe-me interromper..

O Sr. Edison Lobão — V. Exª vai apartear o meu aparte.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — É o contra-aparte. Há o contragolpe, contra-revolução e o contra-aparte, também. Então, veja V. Exª que o Senador Fernando Henrique Cardoso já disse que, como líder do Governo, não funcionou, não tinha as condições regimentais, legais para poder funcionar nessa condição.

O Sr. Edison Lobão — Em verdade, as condições regimentais não eram exatas. S. Exª, teve que funcionar como líder da Maioria e não líder do Governo. Foi a solução que se encontrou, recorda-se V. Exª Na Câmara dos Deputados, o Governo tinha também o seu líder, que era o Carlos Sant'Anna. Agora, acaba de nomear um outro representante do PMDB, por conincidência, sempre do PMDB. Aqui, no Senado, o que aconteceu com o Senador Saldanha Derzi, indicado líder? Sabe V. Exª que houve aqui uma questão de ordem, com cuja decisão do Presidente do Senado de então, não concordei, mas foi uma decisão tomada. Por uma simples questão de ordem, demitiu-se o líder do Governo aqui, no Senado da República. Quer dizer, dava-se até a impressão de que não era desejada a presença de um líder do Governo para representar o pensamento do Governo. Agora, incluiu-se, no Regimento, um dispositivo, mantendo o líder do Governo apenas durante o final deste Governo, ou seja, terminado o mandato do Presidente José Sarney, desaparece a figura do líder do Governo. Quero dizer também a V. Exª que o líder tem tido a sua presença. Ainda ontem, eu que não sou líder, sou vice-líder, mas exercendo o papel de líder, fiz aqui um acordo, em nome do Presidente da República, e V. Exª participou, ajudando-nos a fazer esse acordo na votação do Projeto do Ouro. Portanto, o líder do Governo existe e funciona. Mas há uma parte dos debates que aqui se estabeleceram muito interessante, que é quando o Senador, meu amigo, Chagas Rodrigues, sugere que o Presidente da República envie também a mensagem sobre a participação do trabalhador nos lucros da empresa. Isso me dá a chance de dizer que sou um dos autores desse dispositivo da Constituição, que repete a Constituição de 1946, como lembra V. Exª que estabelece a participação do trabalhador nos lucros da empresa. E quero tranqüilizar o meu amigo Chagas Rodrigues, dizendo que óprio estou terminando de redigir um projeto de lei, regulamentando esse dispositivo constitucional. Penso que é por aí, de fato, que vamos atender ao trabalhador, fazendo com que ele participe dos lucros da empresa e trabalhe cada vez mais para que esses lucros aumentem. Não acredito em divisão do bolo que encolhe cada vez mais. A greve, para mim, não significa riqueza, mas evasão de riqueza. Então, acredito que, na medida em que, de fato, o trabalhador participe do lucro da empresa, em lugar de trabalhar três ou quatro horas, irá trabalhar seis, oito, dez, doze, porque quanto maior for o lucro da empresa à qual ele está ligado, maior será a sua participação. Aí, sim, acredito na justiça social. Muito obrigado a V. Exª

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Exª e vejo como é curioso o debate parlamentar. A preocupação que o líder Marcondes Gadelha e o Vice-líder Edison Lobão estão tendo de incluir, no meu pronunciamento, uma manifestação a respeito dessa questão de liderança dentro do Governo, para ser líder no futuro. Mas não por nós. Nós conhecemos um pouco mais a estória do que aqueles que vão ler, no futuro, o que se está dizendo aqui.

O que explica S. Exª? O Deputado Pontes foi nomeado líder do Governo na Câmara dos Deputados, após os episódios referidos por mim, exatamente por isto, porque não tinha liderança do Governo naquelas decisões.

Aqui fala-se que o Senador Saldanha Derzi foi cassado no seu direito de líder, mas não se diz que foi o Senado que, juntamente com todas as Lideranças e todos os Senadores, criou a figura do líder do Governo, que não existia no Regimento Interno; foi criado por nós exatamente para atender a uma figura que era esdrúxula, em termos regimentais, de líder do Governo, que não existia. Então, fomos nós quem criamos e demos as condições para que o Senador Saldanha Derzi pudesse aqui representar o Governo, e tivemos a preocupação, na reforma do Regimento, casuisticamente, declarando no Regimento que continuaria a exercer a Liderança até o final desse Governo. Foi um casuísmo, mas foi para atender exatamente a essa figura de Liderança do Governo.

Em qualquer setor, em qualquer parlamento existe o líder da maioria e o líder da minoria. Normalmente, às vezes existem as exceções, mas normalmente o líder da maioria representa também o governo.

Existem as exceções de governo minoritário. Mas é no exercício da liderança da maioria e da minoria que vem o pensamento do governo e nós, aqui, estabelecemos essa figura dessas lideranças.

O meu argumento foi apenas esse.

O que queria trazer aqui eram dois problemas principais: primeiro, se o Congresso quiser pode votar essa questão que está dentro da Medida Provisória nº 43, sem ficar preocupado que o prazo amanhã termine; a Câmara pode votar o que foi aprovado pelo Senado. Então, aprova exatamente o que está constando na Medida Provisória nº 43. Os senhores líderes da Câmara que tomem conhecimento desse fato e se quiserem podem votar lá, até em caráter de urgência, as medidas, sem preocupação de número, ou seja o que for, para se aprovar a toque de caixa essas discussões que estão ocorrendo sobre a tramitação das medidas provisórias.

E, em segundo lugar, foi declarar, aqui, textualmente, que o Governo não se antecipou nos entendimentos daqui do Congresso para estabelecer normas a respeito da Lei de Greve. Não houve nenhum trabalho por parte do Governo para fazer com que surgissem aqui essas normas que se fazem necessárias.

Isso foi dito e, no meu entendimento, não foi contestado na prática, com demonstrações de uma realidade.

Outro assunto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho, certamente, como todos os homens públicos de sã consciência, algumas virtudes e muitos defeitos. E espero, sinceramente, recolher um dia a generosidade de meus coetâneos na avaliação positiva de minhas atitudes.

Sei, por exemplo, o que representou minha obstinada oposição ao Governo do Presidente Sarney, às vezes incompreendida por companheiros do PMDB. Move-me porém, a convicção de que não se constrói a democracia senão com nitidez de posições e compromisso com as idéias que sustento.

Tenho até agora, na minha ação política e parlamentar, o Programa do PMDB como paradigma, não tenho feito senão manter-me fiel às propostas aí contidas. Quem delas vem se afastando cada vez mais é o Governo do Presidente Sarney. Tivesse este Governo acertado no combate à dívida social, à dívida pública e à dívida moral, reconstruindo uma nação de nossos filhos e eu, certamente, ter-me-ia dobrado aos fatos sublinhando, junto com a grande maioria dos brasileiros, a credibilidade deste Governo.

Lamentavelmente, não para mim ou minha família, mas para a sociedade brasileira, isto não vem ocorrendo e por isto mesmo falseiam os supostos de legitimidade do Governo. O Estado, enfim, não é apenas o resultado de uma complexa rede de formalizações institucionais mais ou menos abertas ao consenso. O Estado é o princípio e o fim, aquilo que se constitui originariamente com o objetivo de alcançar o bem comum. Se este é alcançado, pelo menos num instante da percepção popular, o ritual sagrado da participação cede lugar à legitimação em processo e o Estado se redefine social e politicamente. Breve exigirá, como em todas as rupturas modernas, uma nova moldura de obrigações e direitos menos "tiranas" que os movimentos que lhe deram origem.

Atenho-me a estas divagações para dizer que o Governo Sarney perdeu a credibilidade e a legitimação não porque tenha tido ungido por um espúrio processo de escolha, mas porque não soube interpretar os anseios populares, encaminhando as mudanças exigidas pelo povo brasileiro e que se inscreviam como imperativas no Programa do Partido que lhe deu a honra de presidir na esperança de que desse a honra de cumpri-lo. Nada disto ocorreu e hoje encontramo-nos à deriva da história, contaminando no descrédito não só o Governo Sarney, mas o conjunto das instituições do Estado e particularmente o PMDB. Sem rumo definido, nem comando. As únicas referências são a imensa tripulação que faz desta nau o caso Brasil e sua determinação em eleger, a 15 de novembro, pelo voto direto, o novo Presidente da República.

Eleições diretas para Presidente! Voltamos a esta consigna como último refúgio da esperança depois de quase cinco anos da derrota da Emenda Dante de Oliveira, por não haver conseguido os 2/3 da Câmara dos Deputados para sua aprovação.

Perdemos todo este tempo. Perdemos, também, a oportunidade de haver resgatado parte deste tempo político, quando a Constituinte entregou cinco e não quatro anos para o Presidente Sarney. Mas, felizmente, nem todos se perderam neste processo. Muitos procuraram advertir para a insensatez de se negar ao povo brasileiro sua imediata intervenção no processo. Orgulho-me, eu próprio, até com modéstia, porque não consegui convencer meus correligionários de então, de ter visto surgir no meu Gabinete, no Senado, o Movimento do PDS por eleições diretas em 1983. E de ter o registro do voto do meu filho, Deputado Jutahy Júnior, a favor da Emenda Dante de Oliveira, que não chegou a ser apreciada pelo Senado. Como me orgulho de cedo haver rompido com o Governo Sarney, por não vê-lo comprometido com as legítimas aspirações populares. Em todas estas ocasiões tenho procurado, apenas, ser um homem público a serviço dos interesses públicos, sempre preocupado em promover aquilo que os romanos fizeram desde cedo: separar o público do privado, o Estado dos interesses desta ou daquela classe, deste ou daquele grupo.

Vejo, neste sentido, com redobrada ansiedade, a conjuntura que atravessamos. Em primeiro lugar, a chama das "Diretas", sendo a única saída para tempos melhores, já não recolhe nas ruas o entusiasmo das "Diretas Já", da Emenda Dante de Oliveira. Subtraída de sua participação no processo, a cidadania enclausurou-se enigmaticamente. Deseja a democracia, mas desconfia dos políticos; crê em dias melhores, mas não sabe muito bem como construí-los.

Há um clima de perplexidade envolvendo a nação brasileira.

Diante desta envolvente esfinge que é o próprio futuro do País, não nos resta outra alternativa senão a do reforço dos princípios da vida social organizada: consagração e respeito aos direitos e às instituições, reconhecimento da extensão da cidadania ao nível coletivo, sacralização do espaço público, defesa intransigente do Estado como instrumento de legitimação e progresso material, hegemonicamente instaurado para soldar a coesão social.

Muitos homens públicos, independentemente de suas opções ideológicas, estarão pensando, também, desta maneira. São, todos, fundamentais à travessia da crise. Situações similares vividas por outros povos, deram até denominações a tais compromissos pluripartidários. Quem não se lembra da periclitante situação vivida pela Itália no pós-guerra, quando suas elites, afogadas na catástrofe do fascismo e ameaçadas externamente pela derrota na guerra e, internamente, pela emergência armada do Partido Comunista italiano? Primeiro viveu a Itália uma fase de eclipse da razão social, projetando nas urnas o vulto difuso de um partido anódino *homo qualunque*; depois, reencontrou-se sob a hegemonia da democracia cristã e selou o "compromisso histórico" que sustentou a "reforma do Estado" naquele país e colocou, pela primeira vez, a carne na mesa dos trabalhadores daquele país. Hoje, a Itália vive um clima de grande prosperidade e garantias de liberdade.

E nós?

Falta-nos, talvez, o piso ideológico de uma ideologia ou uma liderança capaz de sustentar um programa de rupturas pactuadas. Nem revolução nem muito menos conciliação com *status quo*. Mudanças! Mudanças nos marços institucionais do compromisso com a liberdade, no qual a ninguém, a não ser aos cidadãos individual e coletivamente em suas organizações de base, se confere o poder de decisão sobre a história.

O PMDB ocupou este significativo espaço durante algum tempo. Tem a seu favor sua própria história de lutas e martírios para retomá-lo.

Jamais foi o MDB (ou PMDB mais tarde) um partido de classes, com ação conspirativa de grupos para a realização de certos ideais. Pelo contrário, foi sempre o PMDB um verdadeiro estuário de lutas sociais, políticas e ideológicas, magistralmente comandada pelo Doutor Ulysses Guimarães. Mas do que um partido,transformou-se o PMDB em verdadeiro libelo libertário contra os cânones repressivos da modernização. O então líder Fernando Henrique Cardosso, entusiasmando-se tanto com o novo formato cunhado na luta contra o autoritarismo no Brasil que chegava a afirmar que o PMDB era o novo modelo — contemporâneo — de partido político. Este novo partido, construído sem truismos ou ressentimentos, abrigava, todos os brasileiros comprometidos na tentativa de reorientar a modernização do País para um destino menos mesquinho e estreito como o que tecnocratas e militares nos proporcionaram.

O PMDB não foi é nem é uma improvisação, mas o produto de diversas percepções e tendências ideológicas no sentido de construir um instrumento verdadeiramente democrático para a mudança do regime político e reorientação do modelo econômico, ambos promotores de índices mais elevados de participação do povo trabalhador no processso de modernização do País.

Então, toda esta criação, responsável pela superação da tutela autoritária e abertura do País ao regime constitucional, embarga-se e se convulsiona diante de novos desafios.

Por quê?

Porque o esbulho de sua história, de sua sigla, de seus líderes pelo Governo Sarney o coloca em delicada situação perante a opinião pública.

Mas que outro movimento, partido ou líder neste País tem maior direito à credibilidade que o PMDB? Que outro partido será capaz de selar um pacto libertário de modernidade, reunido a seu redor amplo espectro social e ideológico? Que outro partido será capaz de confirmar a opção democrática do País, em razão da solidez de suas bases e alianças? É verdade que o PMDB tem problemas. Paga o preço de sua vacilação, fartamente aproveitado por alguns oportunistas sempre prontos a servir os interesses próprios e de alguns grupos privilegiados?

Esta vacilação ficou patenteada na última convenção do partido. Mais uma vez a dubiedade se sobrepôs à determinação do partido rumo às mudanças propostas pela Chapa Compromisso. A proporção das chapas deixou dúvidas quanto à verdadeira face de Juno e corroeu ainda mais nossa credibilidade junto à opinião pública. Lamentavelmente, o PMDB deixou de tomar decisões políticas que remarcassem claramente seu posicionamento político, tal como deixou escapar a chance de empurrar a transição logo após o término da Constituinte. O fisiologismo, ainda que não majoritário, encrustou-se no PMDB e roubou-lhe a nitidez. De amplo movimento libertário, o PMDB reduziu-se a mero partido de poder a proclamar lições cada vez menos escutadas pelos eleitores. Conseqüência: no vácuo desta retirada inglória, cresceram sobre o espaço do PMDB outras propostas partidárias e outras lideranças, nem todas acreditadas pela sua coerência histórica no passado remoto ou recente. Pior que isto: sobre as cinzas do PMDB não florescem alternativas de igual caráter libertário. No meu entendimento, a última chance de o PMDB resgatar seu passado acontecerá neste proximo fim de semana, quando irá escolher o seu candidato à presidência da República.

Vários candidatos já estão lançados por outros partidos: o Engenheiro Brizola, pelo PDT, o líder sindical Lula, pelo PT, o Collor, do Nordeste, o Caiado, pela UDR, e também o empresário Afif Domingos, pelo PL. É claro que, há poucos meses do pleito, o PMDB também apresente seu candidato. Mas, aqui, o PMDB também vem claudicando, demonstrando fraqueza e falta de coragem histórica. Ulysses sempre foi a expressão do PMDB. Um homem do equilíbrio que ajusta, à sua volta, algo muito superior ao partido que preside, mas um verdadeiro movimento libertário: o próprio País ansioso de maior participação na coisa pública e nos frutos do progresso. Por ironia da história, porém, o homem que encarnou as Diretas, presidu a Constituinte e comandou todo este processo de liberalização do País, o Doutor Ulysses é a principal vítima de sua criação: os eleitores resistem à sua candidatura. Há muitos fatores a explicar este fato. O principal deles, talvez resultante da contradição, um movimento que transformou o PMDB num bode expiatório da Nova República. Todos "malham" o PMDB. O Presidente Sarney; o PFL; os partidos de esquerda e de direita; os líderes sindicais. Um verdadeiro drama marca a etapa atual do PMDB, refletindo, exatamente, as dificuldades estruturais para se fixar as bases sociais de um compromisso de modernidade. O PMDB não é o campo feudal, não é o sem-terra, não é o complexo multinacional, não é a banca, não é o ABC nem o DEF. O PMDB sempre foi o povo brasileiro em seu afã de conquistar parcelas maiores de liberdades, progresso material e consciência transformadora. Subitamente, porém, o risco democrático incentiva cada um e todos estes agentes em torno de suas demandas, diluindo o povo em classes, frações e subfrações ávidas de justo poder. Aqui, então, fenece o todo pelo crescimento das partes e o Dr. Ulysses paga a conta. Mais do que uma pena, uma injustiça. Mais do que uma injustiça, um desafio.

Temos que buscar a nitidez partidária com outro candidato, digno do vulto de Ulysses, ou, o que é inadmissível, abandonamos o navio à insensatez do fisiologismo que nada fará senão entregá-lo ao repasto do radicalismo ideológico da direita.

Creio que temos que lutar pela primeira opção.

O partido tem, ainda, uma chance de retomar bandeiras esquecidas; de recuperar a credibilidade e sua imagem perante o eleitorado, se tiver um candidato que represente o perfil do Partido. Que fale ao coração dos milhões de militantes desiludidos, revoltados. Que leve aos peemedebistas novas esperanças. Que dê ao povo a certeza de que ser político não é sinônimo de tudo que de nós se diz. O político sério e competente é quem deve dirigir este País.

Não há dúvidas de que o Governador Waldir Pires reúne todos estes predicados, com a chance concreta de levar o PMDB à vitória.

Waldir tem uma longa dedicação à vida pública, sempre pautada pela honestidade, pelo caráter firme e pela fidelidade aos princípios da liberdade e justiça social. Waldir representa, hoje, o que Teotônio Vilela representou simbolicamente há dez anos: o enlace dos princípios com o realimo político sem concessões ao oportunismo. A conjuntura nacional inclina-se para a promoção de rupturas sociais e econômnicas. Temos, então, que apresentar ao eleitorado um candidato com perfil progressista, capaz de comandar estas mudanças sob o império da lei, com o respaldo da grande maioria da sociedade. Muitos poderão fazer estas mudanças na base da lei ou na marra, o que não é nenhuma vantagem. Poucos, talvez, consigam fazê-las dentro da lei e da ordem. E um ou outro, certamente de um grande partido popular, com tradição evocativa de heroísmo e militância de base como o PMDB as farão com grande respaldo popular a salvo dos sobressaltos golpistas. Waldir é um destes poucos. A firmeza histórica de suas atitudes lhe dá a confiabilidade que necessitamos para ressuscitar a esperança popular em dias melhores. Waldir tem o que Vargas, em 30, disse de Prestes, eleogiando-o: "a eloqüência da convicção"F que se espalha em cadeia de simpatias e confiança do povo: Waldir Pires tem o poder de catalizar emoções, despertar consciências, engajar a todos em suas palavras pausadas de pensador e homem de ações ponderadas e justas. Ele falará, com sua eloqüência e desassombro, aos menores de 18 anos, libertários por natureza. Falará às mulheres. Falará aos trabalhadores. Falará aos profissionais. Falará aos intelectuais e artistas. E a todos inundará com sua bondade de homem simples, profundamente humana. Não tem a vaidade, a mesquinhez, a prepotência e a imaturidade que tanto marcam outros candidatos. Sobressair-se-á sobre todos como um poeta do povo que conhece todas as suas obras na linguagem de homem simples. "Pão e Liberdade", na boca de Waldir, não soa como um "slogan" de guerra na sanha do poder, mas como um apelo à razão histórica de um povo inteiro em busca de um destino de integridade territorial, paz e desenvolvimento. Tem, pois, o PMDB, pela sua frente, a imensa tarefa histórica de consolidar um caminho democrático de mudanças, em consonância com a alma brasileira, distante de opções desaguadoras de violências ainda maiores e piores. Os partidos de classe representam os segmentos sociais. Os partidos populares, como o PMDB, expressam, apenas, anseios nacionais amplos e universais. Têm maiores responsabilidades. Mas só alcançam este nível de comunicação com seu povo ao longo de anos de sofrimento e dor. O PMDB conseguiu. É mais que um partido. Tem história. Tem líderes. Tem consciência de suas responsabilidades. Pode voltar-se à reconquista da credibilidade popular a fim de dizer o que é e o que pretende. Basta que se defina. Cumpra as tarefas, doces e amargas que tem pela frente e que se apresenta com o que sempre foi: um movimento progressista nacionalmente organizado com o objetivo de redefinir o caráter autoritário da modernização brasileira. E que escolha como seu candidato um brasileiro digno desta missão, capaz de empolgar a sociedade brasileira em torno de seu nome: Waldir Pires.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, à semelhança do que vem ocorrendo desde 1970, a Brazilian-American Chamber of Comerce, Inc., está promovendo a realização do 20º jantar durante o qual essa instituição deverá homenagear o Man of the Year, de 1989, no Waldorf Astoria, em New York.

Desta vez, no decorrer desse tradicional evento, a Câmara Brasileiro-Norte-Americana de Comércio selecionou dois eminentes empresários, o brasileiro Paulo Fontainha Geyer (Presidente da Unipar-União de Indústria Petroquímicas S/A. e de um complexo de outras importantes empresas, além de membros do Conselho de Administração e da diretoria de vários bancos), e o norte-americano Richard J. Mahoney (Presidente e Diretor-Executivo da Monsanto Company, um dos mais poderosos conglomerados industriais dos Estados Unidos da América do Norte) para serem agraciados com o título de Homem do Ano/1989 com a finalidade de enaltecer o excepcional desempenho de duas notáveis personalidades que vêm contribuindo decisivamente, com invulgar talento empresarial, competência e eficiência, para ampliar e fortalecer o intercâmbio econômico-comercial entre o Brasil e os Estados Unidos.

Tendo participado, em diversas oportunidades, das homenagens e do jantar comemorativo do "Man of the Year" que a Câmara Brasileiro-Norte-Americana de Comércio pro-

move, anualmente, visando aprimorar o relacionamento político-econômico-social, e a consolidação da amizade entre as duas maiores nações do hemisférico, parece-me oportuno enumerar os nomes dos brasileiros distinguidos com aquela homenagem especial, desde 1970. — Antonio Delfin Netto, Mario Gibson Barboza, Horacio Sabino Coimbra, Caio Alcântara Machado, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, João Paulo dos Reis Veloso, José Papa Jr., Jorge Wolney Atalla, Hélio Beltrão, Paulo D. Vilares, Roberto Marinho, Leonidio Ribeiro Filho, Luiz Eduardo Campelo, Ernane Galvêas, Mário Garnero, Ângelo Calmon de Sá, Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho, Osiris Silva, e, por fim em 1988, José Luiz Cutrale.

Gostaria de aduzir que, no decorrer desses 20 anos, a Câmara Brasileira-Norte-Americana de Comércio vem sendo dinamizada pela capacidade de trabalho e dedicação de José Roberto de Azevedo, seu atual presidente, Vicente Bonnard, Lino Otho Bohn e Sérgio Pereira.

O simples enunciado do insigne elenco dos brasileiros que receberam o diploma de Man of the Year, é suficiente para evidenciar as dimensões e o significado dessa inciativa da Câmara Brasileiro-Norte-Americana de Comércio, simultaneamente com a decisiva importância dessa benemérita instituição, sobre a qual, aliás, já formulei diversos pronunciamentos a respeito das suas atividades, tanto no Brasil, como nos Estados Unidos.

Eram estas as considerações que desejava fazer sobre as homenagens aos dois ilustres Man of the Year/89. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PDC — TO. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, com a 1ª abertura oficial da colheita da soja no Estado do Tocantins, no último dia 15, na Fazenda São Leopoldo, em Brejinho do Nazareh, foi possível perceber as potencialidades da nova unidade da Federação para a produção de soja. Na oportunidade, mais de 200 pessoas, entre agricultores, técnicos e pesquisadores de sementes assistiram ao trabalho de duas colheitadeiras, com capacidade para armazenar até 45 sacos de sementes.

Explicando o objetivo da solenidade, o chefe do Departamento de Irrigação da Secretaria de Economia, Fernando Pasquali, afirmou que o Tocantins tem a vantagem de poder chegar à produtividade da Argentina, que atualmente é de 60 a 70 sacas por hectare, bastando para isso investir em tecnologia. No estado se produz até 45 sacos por hectare.

O Tocantins tem ainda a vantagem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de produzir, em um ano agrícola, duas safras, que só podem ser conseguidas nos 800 mil hectares de várzeas que o estado possui. A primeira safra deve ser de uma gramínea, arroz ou milho, e a segunda de leguminosa, a soja num processo que complementa as necessidades do solo, pois enquanto a primeira exige muito nitrogênio do solo, a segunda o fornece. Mesmo a desvantagem do estado em relação a outras áreas do País, de possuir um solo ácido, pode ser corrigida com a produção de calcário do próprio estado, sem contar a ajuda do clima favorável e de um sistema de armazenamento compatível com o crescimento da safra.

No entanto, a par das potencialidades agrícolas do meu estado, devo destacar a esta Casa as imensas dificuldades por que vêm passando os produtores rurais, não só no Tocantins, mas em todo o País. Quero neste momento me solidarizar aos produtores, federações, associações, sindicatos, cooperativas, e autoridades do estado, que, através de telex me relataram "o clima de perplexidade e abandono" com o qual se defrontam para levar adiante o trabalho de produzir para o País.

Quero fazer minhas, as palavras do produtor rural Rubem Ritter, que na abertura oficial da colheita da soja desabafou que "o Plano Verão foi o único grande problema que veio para atrapalhar o crescimento da produtividade da soja." Esse absurdo se explica pelo fato de que, no dia 15 de janeiro, a saca da soja custava NCz$ 15,00 e que com 15 sacas o produtor pagava o empréstimo bancário de um hectare. Em março, devido ao congelamento do produto e a cobrança de juros pela poupança ouro, que chegou a ter um juro de 28 por cento, o produtor necessitava de 30 sacas, o dobro, para pagar um hectare. Depois, a Resolução nº 46 do Ministério da Fazenda trocou os juros da poupança para a variação do IPC — índice que mede a inflação.

Entretanto, o IPC de fevereiro foi de 3,6 por cento, o de março de 6,09 por cento e o de abril de 7,0 por cento que, capitalizados chegam a uma defasagem de 38 por cento, levando-se em conta que o produto ficou congelado durante esses 60 dias. Neste sentido, os produtores, como Ritter, levantam a seguinte questão: Quem tem valor neste País, o homem que produz alimentos ou o que investe no Over e outras especulações que não geram riquezas?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que os produtores estão pedindo às autoridades municipais e estaduais e a nós, parlamentares deste Congresso Nacional, é a ajuda na sua luta para conseguirem a proporcionalidade entre o valor do produto colhido e o dos juros cobrados nos empréstimos bancários. No Estado do Tocantins isto se faz necessário, justo agora que foi retomada a plantação de soja nesta safra, motivada pelos incentivos do mercado internacional e do próprio mercado interno, uma vez que o primeiro está com carência do produto e no segundo há uma concorrência para a compra da soja.

Há pessoas neste País, insistindo em produzir, em trabalhar, enfrentando a adversidade, as dificuldades. Mas a boa-vontade e tolerância dos agricultores têm um limite e muitos vão esgotando suas forças diante da insistência do governo em continuar punindo quem produz, em detrimento da própria economia do País. Não podemos deixar que esta situação absurda se mantenha por mais tempo, pois os prejuízos futuros podem ser irreversíveis.

Leio, para que conste dos Anais, telex a mim enviado por diversas entidades representativas da área rural, para que a situação possa ser sentida nas próprias palavras dos agricultores:

Gurupi — Tocantins, 6-4-89 TLX Nº 733

Cansados do impasse e da perplexidade co que vivemos, e que não significa vida como agricultores do novo Estado do Tocantins; estando sobremaneira prejudicados, em termos de custo e abandono sentimos chegada a hora de tomar posição referente ao que nos diz respeito, significando a viabilidade ou não, daquilo que para nós é a mais nobre das atividades.

Cansados de ouvir tecnocratas de gabinete, enquanto nos descapitalizamos, perdemos em capacidade produtiva, começando a inviabilizar a única atividade viável a curto prazo para o desenvolvimento do novo Estado do Tocantins, apresentamos nosso apoio ao que se vem pleiteando através da Frente Ampla da Agricultura, que pede:

"Que sejam os custos financeiros do crédito rural (custeio, e investimentos) corrigidos, a partir do dia 15-1-89, pelos índices do IPC, assim como também sejam corrigidos em mesmo índice os preços dos produtos agrícolas, e mais, que seja feito reajuste cambial, visando melhorar os preços internos para produtos de exportação."

Mas conhecendo as intenções do Governo federal em manter congelados os preços dos produtos agrícolas, e tomando posição coerente de que, caso venham a se efetivar resoluções neste sentido, também sejam congelados os custos financeiros da agricultura (custeios e investimentos), assim como o foram os produtos agrícolas a partir de 15-1-89. Resolvem também a Assembléia dos Produtores Agrícolas e entidades representativas do Estado do Tocantins, que, caso não sejam aceitas e efetivadas medidas descritivas anteriormente, tomarão as seguintes providências:

a — tomarão como base de pagamento dos custeios e investimentos. Saldo devedor do dia 15-1-89, data da decretação do Plano Verão para as culturas de milho, arroz de serqueiro e, arroz irrigado, dividindo-se este saldo pelo valor do preço mínimo, chegando a quantidade de produto a ser depositado para liquidação destes financiamentos, e que para a cultura da soja, far-se-á indexação pela produtividade projetada, por ocasião dos projetos técnicos dos custeios, em valores de preço mínimo, recolhendo à agência financiadora o numerário conseqüente;

b — encaminharão esta proposta à reunião da Frente da Ampla Agricultura Brasileira a realizar-se em São Paulo dia 13-4-89 posteriormente, seguirão documentos, relatando as reais condições, dis-

crepâncias, engodos e dificuldades da situação agrícola do Estado do Tocantins, bem como reivindicações cabíveis.

subscrevem:

216 produtores do Estado do Tocantins reunidos em Assembléia, dias 2 e 4-89.
Federação da Agricultura do Estado do Tocantins.
Associação Comercial e Industrial de Gurupi.
Sindicatos Rurais de Gurupi, Cristalândia, Alvorada e Formoso do Araguaia.
Cooperativas:
Agro-Pecuária Fronteira da Amazônia Ltda.
Agro-Pecuária Portuense Ltda., Eletrificação Rural de Alvorada Ltda.
Prefeito de Peixe.
Prefeito de Figueirópolis.
Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Tocantins.
Associação dos Veterinários do Estado do Tocantins.
Deputado Estadual Joaquim Machado Filho.
UDR Regional Tocantins Araguaia.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alfredo Campos.

O SR. ALFREDO CAMPOS (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, congratulo-me com a sábia decisão do plenário da Egrégia Câmara dos Deputados, que rejeitou, ontem à noite, projeto de lei que propunha a realização de plebiscito nos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, visando à criação de um novo estado e a conseqüente mutilação de Minas Gerais.

Permito-me, lembrar-lhes, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que, já em 1987, eu lançava a Carta ao Povo de Minas, alertando para a ameaça do movimento separatista e os danos que causaria a Minas Gerais.

Durante a Assembléia Nacional Constituinte, trabalhei insistentemente contra a divisão de meu estado.

Em pronunciamento feito naquela época, advertia que "a retalhação proposta somente alimenta vontades pessoais inconfessáveis, em detrimento dos reais interesses não só do estado, mas do Brasil, pois, rompido o contrapeso que Minas mantém como força política e econômica a balancear os desequilíbrios regionais, nada mais restará senão curvarem-se todas as unidades da Federação a um único referencial hegemônico.

Minas é indivisível, pois tem conservada a peculiaridade de neutralizar manobras antifederativas e hegemônicas, além de se constituir em um ponto de equilíbrio entre o Norte e o Sul do País".

Considero a decisão histórica da Câmara dos Deputados uma vitória de Minas e do Brasil, graças a um trabalho persistente dos parlamentares da bancada federal mineira e à lucidez dos deputados de outros estados.

Espero, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que esta infeliz iniciativa esteja definitivamente sepultada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Olavo Pires.

O SR. OLAVO PIRES (PTB — RO. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, lanço através deste pronunciamento um SOS a Rondônia e, em oportunidades subseqüentes, trarei ao conhecimento desta augusta Casa a triste realidade da verdadeira desgraça que se abateu sobre o meu Estado de Rondônia, após a posse do atual Governador Jerônimo Santana.

A corrupta administração do Governo de Rondônia, verdadeiro festival de embustes e de falcatruas, cujo exemplo mais recente foi a condenação da 1ª dama do Estado, que teve suas contas rejeitadas em sentença prolatada pelo Exmº Sr. Juiz Federal Dr. Antônio Lippman Júnior e que, além da rejeição, determinou a remessa do processo à Polícia Federal, "em face da prática de infração penal, seja com relação à emissão de documento falso encartado, seja em relação à malversação de dinheiro público e eventual apropriação indébita" (SIC) e falsidade ideológica.

É sob esse clima de patifaria, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que se está perpetrando mais uma bandalheira contra o patrimônio do povo e do Estado de Rondônia. Quero referir-me às manobras subreptícias, desonestas, espúrias e corruptas, visando a privatizar as Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), num autêntico jogo de cartas marcadas, entregando a um grupo empresarial do Sul do País, de mão beijada, um acervo avaliado em US$ 400.000.000 de dólares pela bagatela de US$ 34.000.000.

Consta, por todo Estado de Rondônia, que propinas estão sendo distribuídas por atacado e a varejo, pela malfadada corrupção, a figuras proeminentes do Governo, que freqüentam com total intimidade o Gabinete do Governador, de onde se lança a pergunta: o governador é incompetente e não enxerga, ou é conivente e participa?

E observem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que se pretende negociar a venda da Ceron agora que está iminente o funcionamento da Hidrelétrica de Samuel que distribuirá pelas linhas da companhia não a energia fóssil, vendida a preço elevado, mais a energia de fonte hidrelétrica, renovável, de preço mais baixo, resultando em maior economicidade e gerando maiores lucros, para os compradores.

O povo rondoniense, em sua sabedoria, põe uma pá de cal na sem-vergonhice ao afirmar: se o negócio não fosse bom, não haveria compradores... O que se quer não é privatização mas uma empresa administradora com honradez, honestidade e competência; o que se quer é moralização Srs. Senadores, Sr. Presidente.

Se a situação da Ceron, comandada por alguns dirigentes corruptos inidôneos, não é mais auspiciosa, tudo se deve ao descalabro administrativo que tem sido uma constante em sua administração. Exemplo convincente está no fato de que nos últimos 4 (quatro) anos a empresa já teve 6 (seis) diretorias, quase todas compostas por pessoas leigas no assunto e sem capacitação técnica ou profissional, verdadeiras sinecuras para acomodar interesses da politicalha.

A ameaça de lesão ao patrimônio estadual, é séria e grave. Se medidas enérgicas e permanentes de vigilância e fiscalização não forem adotadas, com vigor, a velhacaria se consumará, e é por isso que apelo para o patriotismo e descortino do Exmº Sr. Ministro Vicente Fialho no sentido de impedir a concretização daquela bandalheira pois a transação não é inspirada no interesse público, na conveniência ou necessidade, mas pela força da propina, da gorjeta e do suborno, moedas com que se compra a consciência de dirigentes ímprobos e políticos venais, e governantes desonestos e incompetentes.

O repúdio à transação criminosa não se restringe aos consumidores, porém, a toda a comunidade reagindo contra o provável escândalo, mas aos próprios servidores da companhia, bem como aos sindicalistas, cujo porta-voz, Sr. Inácio Azevedo, presidente do Sindicato dos Urbanitários de Rondônia, declara que a solução está em moralizar a Ceron permitindo à sociedade fiscalizar a empresa, garantindo a participação de seus funcionários nas decisões importantes, exigindo uma administração democrática, transparente, honesta e competente".

No recente Congresso do PMDB, realizado nos dias 15 e 16 do corrente, no Município de Cacoal, os participantes, por unanimidade, divulgaram uma moção contra a privatização da empresa. Seu presidente, ex-Deputado e suplente de Senador, Dr. Antônio Morimoto, em numerosas entrevistas à imprensa e por meio de um documento intitulado" Considerações sobre o relatório da CEPE" posiciona-se radicalmente contra a privatização; assegura que a Ceron é viável e que a situação caótica atual é decorrente dos desmandos e irregularidades praticadas pela direção a partir de 1984, agravando-se com os escândalos administrativos do ano de 1988, fatos estes objeto de sindicância já enviada ao Ministério Público.

Rendo aqui o meu preito de homenagem à atitude patriótica e corajosa do presente Antônio Morimoto em defesa do interesse público e das pequenas comunidades interioranas que seriam as mais prejudicadas com a privatização.

Comenta-se que representantes da provável compradora e serviçais do Governo estão prometendo a deputados comprar seus votos por atraentes somas no sentido que a negociata seja aprovada, medida paliativa, pois sei da integridade, probidade e honradez de nossos parlamentares que, não somente repudiarão a indecência, mas estarão mobilizando a opinião pública contra a safadeza.

Se o governador tiver a leviandade e sem-vergonhice de remeter mensagem à assem-

bléia propondo a privatização da Ceron, não tenho dúvida de que a mesma será rejeitada por expressiva maioria.

Concito, então, deputados estaduais, vereadores, prefeitos e todas autoridades de Rondônia a se engajarem nessa campanha que não é só minha, mas de todo o povo que nos elegeu e confia em nossa atuação saneadora em defesa da moralidade pública, difícil de ser encontrada no desgoverno do Sr. Jerônimo Santana.

É pública e notória a maneira irregular como a Ceron vinha procedendo com relação às concorrências para a realização de obras, serviços ou aquisição de materiais e equipamentos; tudo se processava como num jogo de cartas marcadas, com algumas empresas conhecendo de antemão as regras do jogo, comparecendo às licitações com a vitória assegurada, não obstante tivessem que pagar um custo absurdo pela barganha; pagavam o principal e uma taxa extorsiva, mas era o preço sórdido da corrupção.

O escândalo da compra dos geradores, mesmo abafado pela imprensa, não deixou de alcançar a opinião pública, que renegou a negociata.

É por esta e outras razões, meus ilustres pares, que estou rotulando meus pronunciamentos sobre os escândalos de Rondônia, como SOS Rondônia.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, como conclusão, solicito à Mesa Diretora a remessa de cópia deste pronunciamento do Sr. Ministro Vicente Fialho, Sr. Ministro Ronaldo Costa Couto e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Muito grato. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 5, de 1988
(Art. 4º *in fine*, da Resolução nº 157, de 1989)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e Membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parte vetada: art. 4º

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 12 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOÃO MENEZES NA SESSÃO DE 25-4-89

E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, parece que começamos a encontrar um caminho para solucionar o problema do ouro. O art. 5º, evidentemente, está gravemente enfermo, porque subverte toda a ordem em torno desse assuto quando diz: "É o Banco Central do Brasil competente para considerar operações financeiras sujeitas, única e exclusivamente, ao Imposto sobre Operações Financeiras, ou seja o IOF. A lei ainda foi aprovada e deseja-se que todas as negociações feitas anteriormente passem a ser sujeitas somente ao pagamento do IOF. Isso é inconstitucional, é uma burla que não pode ficar assim. Parece-me que já há uma conversa, um entendimento no sentido de melhorar e retirar o art. 5º

Por outro lado, estamos ainda insistindo com os Srs. Senadores, para que haja uma regulamentação dessa lei. Vou explicar porque.

Fui procurado por inúmeros garimpeiros, por representantes de associações de garimpeiros; garimpeiros, propriamente, não, porque não foi aquele do garimpo que veio, mas vieram associações de garimpeiros e estiveram, em grande número, no meu gabinete, hoje de manhã. Então, expliquei a eles que a questão é proteger o homem do garimpo. A minha luta é a proteção do homem do garimpo, daquele que trabalha no garimpo, e constatei que a maior preocupação se concentrava no pagamento do imposto, uma vez que a Constituição determina 1%. A Constituição não manda 1%, a Constituição diz no mínimo de 1%, podendo ser até 20%. Mas, como havia essa emenda do nobre Senador de Minas Gerais, fixando um imposto de 10%, se não me falha a memória, então, eles ficaram muito espantados com esses 10%, quando, na realidade, a regulamentação pode vir e pode dar 20%. A Constituição não diz que é 1% diz que é um mínimo de 1%. Ou seja, esse é outro ponto que precisa ser examinado e regulamentado.

Veja mais V. Exª: enquanto no art. 1º se declara que:

> "O ouro em qualquer estado de pureza, bruta ou refinado, quando destinado ao mercado financeiro ou execução da política cambial do País, em operações realizadas com interveniência de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional."

Quer dizer, todas as instituições, os bancos do Governo, os bancos estatais, os bancos particulares, as sociedades mobiliárias, as sociedades corretoras, todos os que estiverem legalizados vão funcionar no ouro. Vai ser a corrida ao direito de ganhar comissão na venda do ouro por essas instituições. Já na parte que diz respeito aos garimpeiros, às associações de garimpeiros, o art. 2º do projeto diz:

> "Para os efeitos desta lei, as cooperativas e as associações de garimpeiros, desde que regularmente constituídas, serão autorizadas pelo Banco Central do Brasil."

Quer dizer, as associações de garimpeiros, que não estejam autorizadas como estão as mobiliárias, como estão as corretoras, como estão os bancos, não podem comercializar; elas têm de vir pedir autorização para o Banco Central para ver se estão regularizadas e para ver se podem ou não negociar com o ouro. Daí a razão de estarmos lutando para que se inclua nesta lei, também, essa nossa emenda que reza no art. 14:

> "Essa lei entra em vigor na data da sua publicação, cabendo ao Poder Executivo regulamentá-la no prazo de 30 dias."

Isto por quê? Porque este projeto que se discute não regula nem como vai executar a comercialização. Não explica, não dá norma, não diz como é, em que razões isso vai ser orientado. Vai ser uma guerra de cada um com a vitória daquele que puder mais, aquele que tiver maior poder econômico é que vai se beneficiar. Então, essa lei precisa ser regulamentada.

Verifico que já temos a idéia de, talvez, retirar esse art. 5º e incluir o art. 14 para regulamentação do projeto de lei e, assim, estabelecermos algumas normas que vão proteger, realmente, aqueles que trabalham no garimpo.

Essa é nossa intenção. Eu sei que seria muito mais fácil ter aprovado, de saída, esse projeto. Já derrubamos aqui três pedidos de urgência, agora estamos conversando e o bom senso vai chegando. Talvez façamos uma lei, não muito boa, porque esse projeto, mesmo remendado, não vai ser bom, mas melhora um pouco. Vamos botar uns remendos aqui e ali para ver se ele se ajeita.

Sugiro que esse assunto fique para a sessão de amanhã e que se possa tirar esse art. 5º como, também, já foi retirada a emenda do brilhante Senador de Minas Gerais, Itamar Franco, porque S. Exª falava em taxação do produto dos garimpeiros. Eles não sabem que pode ser 20%, no lugar de 10%, de acordo com a atual Constituição. Pode ser até que possamos remendar nos termos do que vem sendo conversado.

Eram as explicações que queríamos dar em razão da nossa luta em torno desse assunto, porque como homem que conhece a situação desses trabalhadores, nós não podemos votar uma lei se ela não vier com um mínimo de proteção e um mínimo de igualdade, que também se evite essa corrida desenfreada daqueles que podem mais contra os que podem menos.

Muito obrigado.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOÃO MENEZES NA SESSÃO DE 25-4-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, toda a população brasileira está acompanhando, com a maior preocupação, a situação em que se encontra a discussão entre os partidos políticos, para a escolha de candidatos à Presidência da República.

Realmente, esse fato de falta de liderança nas organizações político-partidárias está levando, conseqüentemente, a uma descrença do povo na votação da eleição de 15 de novembro.

Não podemos tomar essa eleição apenas como um ato de protesto, porque é, talvez, o ato mais importante e mais sério, nestas últimas décadas, que iremos ter: a eleição para presidente da República.

Temos defendido que, enquanto houver esse princípio de se escolher candidato, porque ele foi isso, ou aquilo outro, ou porque ele é dessa ou daquela forma, não conseguiremos interessar o eleitorado para a votação de novembro.

Temos defendido que é necessário, imprescindível, a radicalização democrática, porque, sem esta não teremos o interesse do povo para votar. Temos que dividir esses princípios e escolher quem fica de um lado e quem fica do outro, e temos que obrigar a todos que estão em cima do muro a descer.

É fato, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, até o momento, os partidos políticos não conseguiram se fixar em um candidato. E é por esta razão que temos afirmado e assumido a responsabilidade pessoal — Pessoal, porque não esta mos autorizados por ninguém de dizer que poderá , ainda, para defender a livre iniciativa, para defender a segurança, para defender a ordem neste País, poderá surgir, como elemento catalizador de toda essa situação, a figura do cidadão Leônidas Pires Gonçalves.

Não é à-toa, nem por preferência, que temos dito isso; é porque, como político, achamos que é necessário, que é indispensável que encontremos uma pessoa que venha, na realidade, impôr respeito e segurança, e garantir, sobretudo, a execução da vida democrática do País.

A democracia precisa existir. Não podemos perder essa grande oportunidade. E, para que essa democracia exista, necessário se torna a segurança, o respeito e, sobretudo, torna-se indispensável que cada um saiba ate aonde vai o seu direito e até aonde vai o direito de outro cidadão.

E por esta razão, Sr. Presidente, além de outras, queremos corrigir um texto constitucional. O texto constitucional, no seu art. 14, diz o seguinte:

> "Art. 14: A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante."

E diz o § 6º:

> "Para concorrerem a outros cargos, o presidente da República, os governadores de Estado e do Distrito Federal e os prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito."

Parece-me que, o que a Constituição quis foi estabelecer que os ministros de Estado não precisam de prazo, estão livres de qualquer desincompatibilização, segundo o texto da Constituição, porque esta, se quisesse, teria feito incluir, no texto, também, a expressão ministros de Estado. Entretanto, não o fez. Na verdade, como está omisso, e existem várias disposições e leis anteriores que estabelecem prazos para que os ministros possam se candidatar a presidente da República, como, por exemplo, é o caso da Lei Complementar nº 5, ou do Decreto-lei nº 1.542; um do ano de 1970, e outro do ano de 1977, que estabelecem prazos de três meses para que o ministro de Estado possa ser candidato à Presidência da República.

Para acabar com esta discussão, para se fixar este princípio, estamos, neste momento, passando às mãos de V. Exª e da Mesa, projeto de lei de nossa autoria, o qual diz o seguinte.

> "Estabelece, nos termos do § 9º, do art. 14 da Constituição de outubro de 88, prazo para desincompatibilização de Ministro de Estado."

O Congresso Nacional decreta:

> "Os Ministros de Estado poderão se candidatar à Presidência da República até três meses antes do pleito, desde que se afastem definitivamente de suas funções."

Art. 2º:

> "Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação; revogam-se as disposições em contrário."

Acompanha uma longa justificativa e o projeto de nossa autoria teve a honra de receber a assinatura dos Srs. Senadores Antônio Luiz Maia e Carlos Patrocínio. É este projeto de lei que passo, neste momento, às mãos de V. Exª e da Mesa, para os trâmites legais.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOÃO MENEZES NA SESSÃO DE 25-4-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA. Para um esclarecimento.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando esta lista foi apresentada na reunião da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania do Senado, tivemos a oportunidade de apresentar uma questão de ordem, demonstrando que o Tribunal não estava cumprindo aquilo que diz a Constituição, isto é, está obrigado a enviar, para a nomeação de cada desembargador, uma lista tríplice e não a enviou.

Então, não cumpriu o que dispõe aqui o art. 104 da Constituição, que diz:

> "O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros.
>
> Parágrafo único. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação elibada, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo:
>
> I — um terço dentre Juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal."

Ora, Sr. Presidente, o Tribunal de Justiça, deveria ser o primeiro órgão a cumprir o que está escrito na Constituição e não o fez. Para a nomeação de sete membros, enviou o nome de nove membros, quando teria que enviar 21 nomes. Por quê? Porque a nova, a atual Constituição teve esse espírito de alargamento e popularização, sobretudo, de aumentar a disputa, para fazer com que pessoas de lugares mais distantes tivessem oportunidade de concorrer aos cargos postos a escolher.

Anteriormente, a Lei Orgânica da Magistratura, se não me engano a de 75, permitia isso, mas essa lei, declara época de ditadura, não pode ultrapassar o que está na Constituição. O próprio regimento do Tribunal também fala em lista tríplice e foi essa a razão de termos levantado essa questão de ordem à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, porém não obtivemos resultado satisfatório.

Desta forma, não votaremos favoravelmente a essas indicações, porque achamos que não foram cumpridos os dispositivos constitucionais.

Queremos declarar e esclarecer aqui como o fizemos na Comissão: nada temos contra os candidatos que tiveram seus nomes indicados para serem votados e aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, o que pretendemos é o cumprimento da Constituição, que está sendo violada. Nestas condições, não podemos dar o nosso voto neste e nos outros processos que se seguirem, de vez que o próprio Tribunal desrespeita a Constituição.

Era esta a explicação que queríamos dar. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEITE CHAVES NA SESSÃO DE 26-4-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, grande percentual da classe trabalhadora do País está nas ruas no regular exercício constitucional do direito de greve.

Acham muitos, inclusive alguns órgãos da imprensa, que está havendo abuso nesse comportamento, e que as greves estão sendo deflagradas por um mero princípio de emulação, em que buscam os trabalhadores outros objetivos que não sejam as reposições salariais a que se referem os seus manifestos.

Hoje, o direito de greve está inscrito na Constituição. Ele é mais do que uma prerrogativa: é um direito inafastável, um direito inescusável. E a Casa, nem esta nem a outra, poderá argüir qualquer restrição a esse comportamento, porque, a despeito dos nossos esforços, não foi possível até agora regulamentarmos o direito de greve.

Três projetos há em andamento no Senado, e a Comissão de Constituição e Justiça me cometeu o encargo de organizá-los e refundi-los para que, em caráter de urgência, tenhamos condições de apresentar ao País uma lei que satisfaça aos propósitos constitucionais.

Sr. Presidente, estamos hoje aqui, nesta Casa, com a presença de uma expressiva comissão de bancários do Banco do Brasil. São os mais altos dirigentes da classe que estão no Senado. Eles integram órgãos sindicais, integram, também, a sua mais alta cúpula que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, a Contec. Posso citar dentre outros, os seguintes bancários. os seguintes líderes desta respeitável classe de funcionários do Banco do Brasil: Antônio da Costa Gadelha Neto, da Contec; Sebastião Felismino da Silva, do Paraná; José Carlos Longo, de Campo Grande; Fernando Amaral Baptista Filho, da Contec do Rio de Janeiro; Antônio Augusto Pessoa de Almeida, do Banco do Brasil, Mário Nogueira e Romildo Teixeira de Azevedo. São pessoas com as quais podem os Srs. Senadores dialogar e ouvir, inclusive, acerca das suas reivindicações.

Há poucos instantes, V. Exª, que está presidindo a Casa, informou-me que pessoa não identificada, teria recebido telefonema de um funcionário do Banco do Brasil, dizendo que ganhava cinco mil cruzados novos, mas que mesmo assim estava nessa greve para que os seus vencimentos não fossem reduzidos nem restringidos. Veja V. Exª, Sr. Presidente, como a maldade está grassando de todas as formas, até anonimamente, para que se desgaste a natureza de um movimento serissímo como este.

Tenho em mão um documento que leio para conhecimento do Banco e para que fique registrado nos Anais da Casa. Este documento tem toda a seriedade porque foi formulado, inclusive, com dados do próprio Banco do Brasil. Diz o documento:

> "Reivindicações dos funcionários do Banco do Brasil: Reposição Salarial.
>
> "Para recompor o poder aquisitivo dos salários de setembro de 1988". O quadro abaixo mostra a evolução dos salários dos funcionários do Banco do Brasil no período de setembro de 1988 a março de 1989,..."

Passarei esses dados na íntegra, depois, à Taquigrafia, pois dessa forma não será preciso citá-los, o que ficaria muito difícil, devido às vírgulas e aos muitos zeros que existem.

Mas, continua:

> "... com os reajustes concedidos pela URP..."

E compara esta evolução com a inflação medida pelo índice do custo de vida, ICV do Dieese. Vejam V. Exªs a comparação:

> "Setembro: para um salário de 100, o reajuste do ICV, já em setembro, teria que ser do valor de 122,99 cruzados novos para reposição integral. Em outubro, o índice de desgaste foi de 27,56; em novembro, de 26,20; em dezembro, de 25,38; em janeiro, de 33,78; em fevereiro, de 18,41; em março, de 8."

Então, Sr. Presidente, somando todos esses índices, encontraremos o índice de 81,39%. É isso que os bancários, os funcionários do Banco do Brasil estão pleiteando, através desse movimento legal e organizado. Eles não estão pedindo aumento, eles estão pedindo reposição salarial! Com base na aplicação desses dados nos salários, nós teremos o seguinte: os salários do banco podem ser considerados nos seguintes pontos: índices: B1, B3, B5, B7, B9, S1, S3, S5, S7 e S9. Então, um funcionário com um salário de índice B1, que percebesse, em setembro de 1988, 628 cruzados novos, ele, em março, estará — como está de fato — com 373 cruzados novos. Isso em todos os índices. O maior ordenado do banco, em setembro de 1988, era 3.062. Com essa desvalorização, reduziu-se o seu poder aquisitivo para 1.164 cruzados novos. Esses dados são do Banco do Brasil. E, aqui, Sr. Presidente, eu pediria transcrição nos Anais, para que todos possam tomar conhecimento do que está ocorrendo no banco. Com esses reajustes últimos, o maior ordenado a que chega alguém a ter no Banco do Brasil é este 1.164,00 cruzados novos; o menor salário do Banco do Brasil é de 466,25 cruzados novos; o maior salário com qüinqüênio e comissões, é de 4.029,00 cruzados novos. O único que no Banco do Brasil ganha 4.029,00 cruzados novos de ordenado é o Sr. Mailson da Nóbrega, Ministro da Fazenda. Aquele que recentemente, para dar convencimento ao seu posicionamento sistemático contra a Casa, chegou a dizer que não ganhava sequer 700 cruzados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Nobre Senador Leite Chaves, permita-me uma pequena interrupção. A Mesa cumpre o seu dever, por menos simpática que seja, de pedir à galeria que não se manifeste nem por aplauso, nem por apupo. Particularmente, estamos solidários. Todos sabem disso, mas pedimos a compreensão dos presentes para que os trabalhos transcorram de acordo com o Regimento.

Muito obrigado!

O SR. LEITE CHAVES — E nem se diga, Sr. Presidente, que há precipitação na greve. O Banco do Brasil, nesses instantes, é o último a tomar tal posição. E a prova disso é que muitos bancos privados já fizeram concessão de aumento. Entre eles, podemos citar: bancos privados, deram de 56 a 97,5%; Banco de Santa Catarina deu 51%; Banco do Rio Grande do Norte deu 32,5%; Banco de Pernambuco, 40%; Banco de Mato Grosso, 81,3%. O Banco do Brasil não está pedindo qualquer aumento. Os funcionários querem apenas que os salários sejam repostos, em nível de aquisição, aos níveis em que se encontravam no mês de setembro do ano passado.

Todos têm conhecimento de que, dessa vez, asseguramos, sob aplausos gerais, o direito de greve. Antes, greve era um protesto; hoje, a greve é um direito inscrito na Constituição. A nós, cabe a regulamentação. E somos um dos que estamos empenhados nessa tarefa, para que tenhamos uma regulamentação do direito de greve onde se exija o mais sério dos deveres, para que a greve jamais seja, neste País, um abuso.

Pensa-se, Sr. Presidente e Srs. Senadores, e diz-se por aí que o direito de greve, com essa ilimitação, existe apenas no Brasil. Mas, pelo contrário; somos dos países civilizados do mundo o último a inscrever a greve na Constituição, sem as limitações odientas que existiam no passado. Greve, antes, era um capítulo do Direito Penal Brasileiro; hoje, é da Constituição.

Mas, quero me referir a um país muito mais civilizado do que o nosso, pelo menos em tempo de permanência na civilização, que é Portugal. Não quis nem trazer a Constituição de outros países. A Constituição portuguesa, no seu art. 21, assegura o direito de resistência. Diz o seguinte:

> "Todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias; de repelir, pela força, qualquer agressão, quando não seja possível recorrer à autoridade pública."

Então, esse direito de resistência é um capítulo maior em que se insere o direito de greve. Quando o homem viu desvestir-se o seu salário, em razão de uma inflação que não lhe pertence, ele tem o direito de resistência. Então, a legitimidade da greve primeiro se inscreve e se funda nesse princípio. É uma resistência legítima.

Portugal, a exemplo do que fizemos aqui, permite a greve, que é um direito; nega-se o locaute, que é um abuso.

Então, na asseguração do direito de greve, o que diz a Constituição portuguesa?

> "Compete aos trabalhadores definir o âmbito de interesses a defender através da greve, não podendo a lei limitar esse âmbito."

Aqui, Sr. Presidente, vamos estabelecer oportunas limitações; limitações legítimas. Mas em Portugal não, se concedeu amplo e ilimitado direito.

São os interessados, a autoridade última, a estabelecer quais os limites do seu movimento...

Chega a mais o Direito português, na defesa do interesse do trabalhador e na asseguração do direito de greve. Diz o art. 85:

> "O Estado pode intervir transitoriamente na gestão das empresas privadas, para assegurar o interesse geral e os direitos dos trabalhadores, em termos a definir pela lei."

Vejam V. Exªs, a interferência na empresa que não estiver dignamente cumprindo os direitos com relação aos trabalhadores. Aqui no Brasil, por exemplo, com a comprovação deste percentual de injustiça, o próprio Governo poderia interferir, determinar a intervenção em um órgão qualquer, inclusive no Banco do Brasil, que embora seja uma sociedade de economia mista, é empresa particular, para que esses índices não chegassem a ser aviltados por tal forma.

O Sr. Ronan Tito — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LEITE CHAVES — Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. Ronan Tito — Nobre Senador Leite Chaves, V. Exª presta relevante serviço não só aos trabalhadores como também ao Senado Federal neste momento que esclarece e mostra muito bem a história do lado do funcionário do Banco do Brasil. Por que a história que assistimos ontem, principalmente, pela televisão é um pouco diversa dessa. O que nos mostrou a televisão e os jornais é que os funcionários do Banco do Brasil têm o seu menor salário de 669 cruzados novos e que o maior salário chega a 5 mil e 600 cruzados novos com as gratificações de costume, porque normalmente quando falamos em salário no Brasil nós esquecemos dos soldos e dos paralelepípedos. E também outra história que ele conta é de um funcionário que perdeu os dedos, pois tinha uma bomba na mão. É que ela explodiu antes da hora. Outra história que contam é de alguns bancários jogando amônia dentro dos bancos e foram presos em flagrante. É claro que lá na hora também essa justiça temos que fazê-la. A televisão ficou mostrando, e bem estigmatizado, que é de uma determinada organização: estavam lá com o distintivo da CUT, jogando amônia, como foi dito pelo delegado foram presos em flagrante. De maneira que V. Exª presta um relevante serviço no momento em que conta a história também do lado do trabalhador, porque a história é contada de uma outra maneira e é bom que todos saibam. Tenho uma força moral muito grande para falar um pouco de greve porque, primeiro fui Secretário do Tabalho no meu Estado, no Governo de Tancredo Neves, por dois anos. Enfrentei todo os tipos de greve, e nunca, nunca, Senador, nem por uma vez alguém, durante um período de greve, encostou em um trabalhador, durante o tempo em que fui Secretário do Trabalho. E declarei no ue a Secretaria do Trabalho iria tratar do trabalho, e por isso, assim, vamos dizer, tivemos uma gestão, que julgo dizer feliz, porque quando terminei o meu mandato tive um jantar oferecido por todos os sindicatos de Belo Horizonte e do interior de Minas Gerais. Mas V. Exª fere uma corda mais funda aí, que é a questão do Direito Comparado quanto à greve nos outros países e a greve no Brasil. E hoje numa reunião que tivemos da Bancada — vou relevar aqui para todos — determinei que um grupo de Senadores — e V. Exª está no grupo, primeiro, pelo interesse pelo assunto; segundo, pelos conhecimentos jurídicos que V. Exª possui e que é público neste País — para que fizessem a regulamentação da lei de greve. Estive na Alemanha, por determinação do Dr. Tancredo Neves, estive na França, na Espanha e Portugal, fazendo também um estudo para haver na abertura democrática, quando o Dr. Tancredo deveria tomar posse, que tipo de relação de capital e trabalho deveríamos ter neste País depois de 23 anos de ditadura. E vou contar um episódio curtinho da Alemanha: quando eu discutia com os dois Ministros — aliás, lá, são Secretários do Trabalho — lá, pelo sistema parlamentarista tem um Ministro burocrata e o Ministro político — e perguntava a eles: Mas agora vamos ter que regulamentar a greve no Brasil. Como devemos regulamentá-la? Ele me disse: "A greve é um direito". Não falou em regulamentação. Andei pelo Ministério do Trabalho e fiquei impressionado como é que eles criam normas para a relação entre capital e trabalho. E aí, então, comecei a bombardeá-lo e disse: Bom, e se algum partido político infiltar-se no meio dos trabalhadores e começar a usar os sindicatos, precisa fazer o papel de advogado do diabo para tirar os elementos que eu precisava para criar as normas para o nosso País? E lá pelas tantas disse-me o Ministro, eu era Secretário do Trabalho — lá eles me chamam de Ministro, Herr Minister: "o direito de greve é um direito líquido e certo. O Sr. está querendo saber se os trabalhadores resolverem ficar em greve um ano, dois anos, fechar uma fábrica, dentro da relação do capitalismo, eles têm o direito de fechar a fábrica se ela não cumpre as suas funções sociais". Contou-me um caso interessante: Helmut Kohl havia tomado posse naqueles dias e havia dito que aquela greve era uma greve inopinada. O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Alemanha fê-lo vir à televisão pedir desculpas ao sindicato, porque a greve é um direito dele e o Chanceler não tinha o direito de opinar. No entanto, caro Senador, fiz um depoimento aqui, ontem, que no meu Estado, Minas Gerais, todos viram pela televisão, o direito de greve pelo qual lutei desesperadamente na Comissão da Ordem Social, quando muitos quiseram ir para a Comissão da Ordem Econômica, para outras ordens, eu fiquei na Comissão da Ordem Social, porque queria garantir duas coisas ao trabalhador brasileiro: o direito de organização e o direito de greve. Vi, com tristeza, estourar uma torre da Cemig que vai abastecer o centro-sul de energia elétrica. Ora, pelo amor de Deus, aí não é greve mais, não é. Isso daí podem colocar o nome que quiserem, não vou colocar nenhum, mas não é greve. Segundo, trabalhadores encapuzados. Para que o trabalhador vai se encapuzar? Ele tem o direito. Garantimos pela Constituição que ele tem o direito de fazer greve; quem assegura esse direito é a Constituição. Os trabalhadores estavam encapuzados dentro da fábrica, com barras de ferro e ameaçando estorá-la. Então, veja, Sr. Senador, infeliz e desgraçadamente, aqui no Brasil vamos ter que regulamentar a greve. Porque não me consta que o preceito constitucional dê garantia ao trabalhador de estourar as reservas de oxigênio de uma aciaria ou rebentar um forno. Não me consta também que seja direito entrar nas fábricas encapuzados. Por que encapuzados? Não acredito, Senador, que aqueles moços sejam operários daquela fábrica. Não posso crer, porque se fossem não deveriam estar encapuzados. Por esses abusos, por causa de uma bomba que explodiu e cortou a mão de um determinado indivíduo e por terem jogado amônia dentro de um estabelecimento, que prejudica o exercício respiratório do pessoal, é que temos de criar normas para que a greve no Brasil resguarde o direito do trabalhador. Agradeço a V. Exª a breve intervenção e parabenizo-o por estar colocando da tribuna do Senado Federal o lado dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) (Fazendo soar a campainha) — A Mesa cumpre o dever regimental, nobre Senador Leite Chaves — malgrado dela própria estar acompanhando com o maior interesse o discurso de V. Exª — de alertá-lo que o seu tempo já foi ultrapassado em dois minutos.

Dessa forma, a Mesa gostaria de solicitar a V. Exª que não concedesse mais apartes, porque há outros oradores inscritos.

O SR. LEITE CHAVES — Com todo o prazer, Sr. Presidente.

O aparte de V. Exª, nobre Senador Ronan Tito, é muito importante. Primeiro, V. Exª é o líder do meu partido, o líder da maior Bancada com assento no Senado Federal, e, segundo, é um empresário, de forma que está dando um depoimento insuspeito. Na hora em que temos que regulamentar o direito de greve, a sua influência será de grande importância, a fim de que alcancemos uma lei que seja justa e jurídica. No que diz respeito a essas interferências, posso dizer a V. Exª que podem existir outros "Cabos Anselmos", sempre houve no País, e há o mais célebre deles; há pessoas interessadas em transtornar a direção dessas greves. V. Exª sabe, e aqui estão os funcionários do Banco do Brasil, que é uma Casa muito séria e que ninguém quebra o prato em que come. Posso dizer a V. Exª que eu tenho testemunhos vívidos de que há homens que são capazes mais de amar aquela Casa do que às vezes o próprio lar em que eles vivem.

O Sr. Ronan Tito — Sou testemunho disso, nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES — A disciplina e a responsabilidade levam-nos, por anos seguidos, a esse comportamento. Então, Sr. Presidente, como disse, greve é um direito hoje, greve não é um protesto. Mas quando é que os funcionários do Banco do Brasil entraram em greve? Quando seus salários já tinham sido alcançados erodidos em mais de 80%. Esclarecendo V. Exª, aqui estão os dados do Banco do Brasil: os maiores ordenados hoje, incluindo comissões, e poucos são os funcionários que contam com comissão hoje, ou melhor, o menor salário do Banco do Brasil é NCz$ 466,25; o maior salário do Banco do Brasil é NCz$ 4.209,00; o salário médio do Banco é NCz$ 831,45, quer dizer média ponderada de salários, com quinze anuênios mais a gratificação. Esse salário maior é desfrutado por muito poucas pessoas no Banco, entre os quais o Ministro da Fazenda, que é visceralmente contra o Banco, que se tomou de ódio terrível contra o Banco, que hoje se considera banqueiro, mas não banqueiro nacional, banqueiro internacional e que chega ao desplante de dizer que seu ordenado no ano passado era de 700 cruzados novos, para dar credibilidade a uma entrevista que então concedia aos jornais. Iso falsamente. Por um lado, para se parecer modesto e simpático; por outro,

para desestimular reivindicações salariais do País.

Mas, Sr. Presidente, o nosso líder disse que ouviu pela televisão uma versão, mas S. Exª ouviu realmente uma versão unilateral. O próprio Banco do Brasil hoje colocou anúncio nos jornais, custou 800 mil cruzados, em todos os jornais, só em um deles. Os bancários não o conseguem nem os jornais colocam notíciais dos bancários ou dos grevistas e, se o fazem, é de forma mutilada. E por quê? Eu já disse aqui muitas vezes; é porque os bancos, hoje, também estão ligados aos bancos internacionais e a todos os agrupamentos econômicos maiores. Tenho aqui um dado que mostra a ligação muito grande dos bancos internos com os bancos internacionais. E, recentemente, num pronunciamento meu, eu repetia isso. Por exemplo, o Bradesco é um banco associado ao Sanva Bank, do Japão. Então, este banco jamais chega a defender posições como a nossa, de sustação, ainda que temporária, do pagamento da dívida externa, porque ele está ligado aos bancos internacionais.

Fiz um projeto aqui na Casa estabelecendo a moratória legal por dez anos.

Os grandes jornais do País pouca notícia ou nenhuma deram, e quando deram, era sob o aspecto mais irrelevante. Eu disse até que os jornais, como o *O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo,* são capazes de divulgar nas suas colunas qual a cor da roupa íntima de nossas funcionárias, mas não divulgam para o País que o Senado tem em tramitação um projeto que suspende por dez anos, e estabelece mais dez para o pagamento da dívida externa. Como falei, eles dependem de anúncios, e o banco quer vir a notícia não anuncia nesse jornal, e os bancos internos estão ligados aos bancos externos.

O Unibanco está ligado ao Kangyo Bank, o Crefisul, ao Citybank; o BCN, ao Barclays Bank, inglês, e o Nordeste ao Chemical Bank. Então há uma ligação horrenda, nacional e internacional, contra os interesses nacionais.

Sr. Presidente, eu já estou terminando, mas acho que V. Exª deve checar o tempo, porque comecei a falar não faz 20 minutos, e nós estamos tratando de assunto mais relevante. Esta Casa, Sr. Presidente, tem sido tolerante em situações de menos importância. Agora, mesmo estando preocupado com a greve, me constrange quando eu estou falando sobre ela, o assunto mais importante do País, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa compreende a gravidade do assunto que V. Exª está abordando, mas não pode criar exceções. O prazo é de 20 minutos, e V. Exª já o esgotou em vários minutos.

Peço a V. Exª compreensão para concluir o discurso, porque há outros oradores inscritos para falar na hora do expediente.

O SR. LEITE CHAVES — Concluo, Sr. Presidente.

O Senador Ronan Tito invocou determinados fatos que viu nas televisões, vejam a versão daqueles que têm interesses econômicos e políticos contra a greve.

Os grevistas, ainda que no exercício regular de um direito constitucional, não têm acesso, e quando têm, Sr. Presidente uma oportunidade de divulgação, são boletins pequenos e modestos que distribuem de porta em porta, o que eles mesmos fazem.

Pois eu quero dizer à casa o seguinte: em portugal se assegurou aos grevistas ou a qualquer classe econômica que entre em greve o direito de antena, isto é, o direito gratuito à televisão, a exemplo do que ocorre com os Partidos políticos. Diz o art. 40 da Constituição portuguesa:

> "Os partidos e as organizações sindicais e profissionais têm direito de antena na rádio e na televisão de acordo com a sua representatividade e segundo critérios a serem definidos em lei."

Acho que uma grande oportunidade nessa regulamentação de direito de greve é assegurar às classes assalariadas que estejam em greve legítima o acesso aos meios de divulgação para que a sociedade tome conhecimento das causas que determinaram a greve e não sejam informadas unilateralmente, criando para a sociedade estado de dúvida e de perplexidade que podem redundar em sentimentos menores.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não tenho tempo de continuar este discurso. Registro a presença dos funcionários do Banco do Brasil nesta Casa, pela primeira vez, os seus líderes, os colegas mais novos e mais velhos, funcionários que honram este País.

Se existe, como já disse algumas vezes, uma coisa séria no País é o Banco do Brasil. E aqui, quando se condenam firmas escusas e comprometidas, nós não podíamos deixar de ter uma palavra de elogio e respeito a esses que são responsáveis pela organização mais importante do País, no que diz respeito à disciplina, à seriedade e à honradez. O Banco exerceu a função de Banco Central, esse organismo altamente comprometido em sua atuação, e jamais teve comprometimento algum, desde 1808, quando sua função era exercida pelo Banco do Brasil.

Termino com um apelo à Casa: o Banco do Brasil pertence à Nação, é a Nação que se exercita financeiramente. Ele existe primeiro pela qualidade funcional dos serviços que presta. Estamos carecendo de trinta e cinco mil funcionários, e não estão sendo feitos concursos. Sabem V. Exªs que é sobre os ombros, a qualificação e disciplina desses funcionários que repousa os alicerces do banco. Quando há tarefas enormes aqui, que não se quer cometer a quem não tenha confiança, o Senado comete ao Banco do Brasil, mas com a falta desses funcionários está havendo queda nessa qualidade. O atual Presidente, que não é da Casa, não é sensível a isso, está contratando funcionários de empresas particulares como essas que varrem o Senado — para prestarem serviços transitórios, sem qualificação. Saem do banco e revelam nossos segredos e sigilos, e o Banco está a risco. É preciso que os nossos funcionários sejam remunerados condignamente, ao nível em que sempre foram. Que esse concurso seja feito com urgência, sob pena de não termos um padrão de honra e respeitabilidade a nível nacional, como é o banco. Bem o contrário ocorre com essas organizações comprometidas cujos nomes estão sempre nas nossas comissões de inquérito. O nome do Banco do Brasil jamais chegou a figurar em comissões dessas, como entidade suspeita, passível de investigação.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, peço a V. Exªs, respeitáveis homens, públicos do país, uma atenção para os funcionários do Banco do Brasil, em greve justa, porque seus salários estão alcançados em mais de 81% do seu valor aquisitivo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

(Muito bem! Palmas prolongadas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO:

"CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DO CRÉDITO CONTEC
REIVINDICAÇÕES DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

Reposição Salarial
(Para recompor o poder aquisitivo dos salários de setembro/88)

O quadro abaixo mostra a evolução dos salários dos funcionários do Banco do Brasil no período de setembro/88 a março/89, com os reajustes concedidos pelas URP, e compara essa evolução com a evolução da inflação medida pelo índice de Custo de Vida — ICV do DIEESE.

Mês	REAJUSTE PELA URP		REAJUSTE PELO ICV		REAJUSTE
	Índice	Salário	Índice	Salário	Necessário
Setembro	–	100,00	22,99	122,99	22,99%
Outubro	21,39	121,39	27,56	156,89	29,24%
Novembro	21,39	147,36	26,20	197,99	34,36%
Dezembro	26,05	185,74	25,38	248,24	33,65%
Janeiro	26,05	234,13	33,78	332,10	41,84%
Fevereiro	–	234,13	18,41	393,23	67,95%
Março	–	234,13	8,00*	424,69*	81,39%*
			10,22**	433,42**	85,12%**

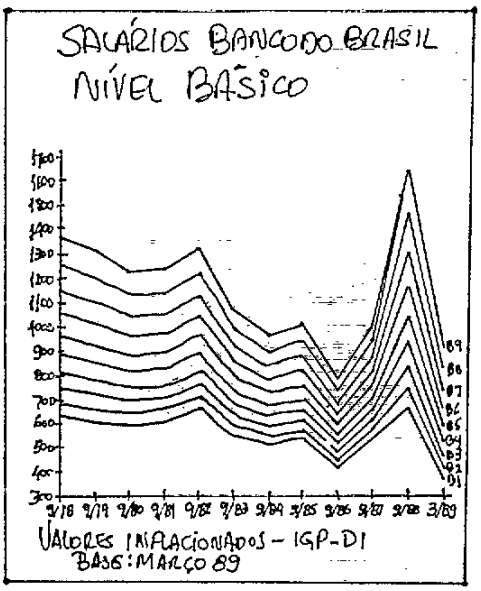
* — estimativa preliminar de inflação para março.
** — cálculo definitivo da inflação de março.

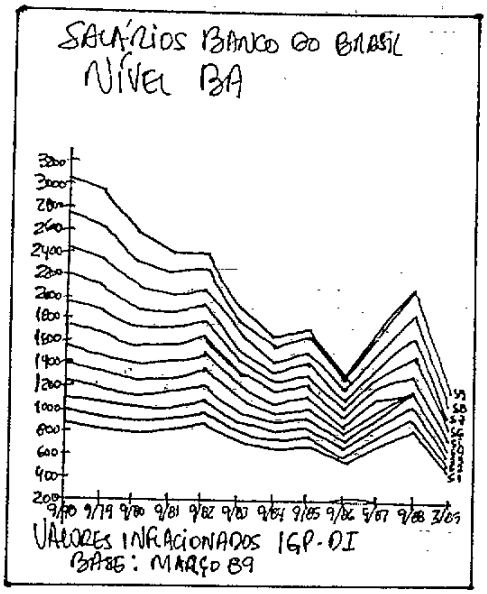
Como podemos verificar, a reivindicação de 81% se baseava na expectativa de uma inflação de 8% para o mês de março, que na realidade foi de 10,22%, elevando o índice necessário para recompor os salários para 85,12%.

O próprio Banco do Brasil elaborou estudo para apurar possíveis perdas salariais e verificou que, o reajuste necessário para recompor os salários aos níveis de setembro de 1988, seria de 78%, conforme quadro a seguir. Demonstra-se ainda nos gráficos subseqüentes que os salários atingiram, em março/89, níveis mais baixos que setembro/86, que havia sido o momento mais crítico dos salários dos bancários do Banco do Brasil.

Mês	B.1	B.3	B.5	B.7	B.9	S.1	S.3	S.5	S.7	S.9
set/78	628	747	887	1054	1365	877	1104	1737	2179	3062
set/82	664	770	895	1044	1323	886	1089	1637	1914	2402
set/86	417	479	552	638	787	547	663	945	1086	1324
set/88	663	833	1046	1313	1649	833	1046	1313	1649	2071
mar/89	373	468	588*	738	927	468*	588	788	927	1164

* Valores inflacionados - IGP - DI - MARÇO/89





Equiparação com o Bacen

Essa equiparação foi conquistada com o movimento grevista de março/87 via ato administrativo da direção do Banco. Posteriormente foi homologada em Acordo Coletivo pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) em setembro/87, e ratificada pelo mesmo Tribunal em abril/88 e, novamente, em setembro/88.

O Banco continua se recusando a cumprir, obrigando os sindicatos a ingressarem com centenas de ações de cumprimento nas Juntas de Conciliação e Julgamento de todo o País.

O Banco já tem o valor correspondente a esses 40% provisionados e já reconheceu a dívida quando em julho/88 adiantou 2 (dois) vencimentos básicos para cada funcionário por conta dessa dívida.

Incorporação dos 31,1% (Plano Bresser e Produtividade)

Essa foi uma conquista do funcionalismo do BB no dissídio em 1988, já tendo o TST publicado sentença do julgamento e o Banco só paga parte dessa conquista sob a forma de adiantamento.

Dias Parados

Durante o movimento grevista de outubro/88 o Banco do Brasil além de descontar os dias parados, cassou o direito de 15 dias, de licença-prêmio, 6 dias de férias e atraso nas promoções.

Uma vez que a Constituição consagra o direito de greve, os trabalhadores não podem ser punidos por exercer esse direito, muito menos se, como no caso, as reivindicações foram consideradas justas e concedidas pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Concurso Público

O Banco do Brasil tem hoje mais de 40.000 vagas, fruto de um longo período sem concursos, ou com seleções regionais insuficientes. Esta carência limita a expansão dos serviços do Banco e submete seus 130.000 funcionários ao acúmulo de serviços e excesso de trabalho, em todo o País. Ao mesmo tempo, como forma de suprir parte dessa mão-de-obra, o Banco recorre ao artifício do estágio (que nada mais é uma fraude trabalhista) e a contratação de temporários. São mais de 15.000 estagiários em todo o País, sendo que, em algumas regiões esta forma de contratação está vinculada ao nepotismo, e ao apadrinhamento.

Defendemos o concurso público como forma de acesso democrático aos quadros do Banco. Exigimos a imediata realização de um concurso público nacional para preencher as vagas existentes. Cumpre ressaltar, ainda, que o Banco tem, hoje, centenas de agências a espera de inauguração, totalmente equipadas, mas sem funcionários para operá-las.

Outras Informações

Menor salário no Banco do Brasil: NCz$ 466,25 (salário + gratificação)

Maior salário no BB: NCz$ 4.029,00 (maior salário + maior comissão + 30 anuênios + gratificação)

Salário médio no BB: NCz$ 831,45 (média ponderada de salário + 15 anuênios + gratificação)

Participação das despesas de pessoal nas receitas totais do Banco: 1987 = 26,1% 1988 = 16,8%

Lucro bruto do Banco do Brasil em 1988: NCz$ 2.692.500,00

Crescimento real do lucro bruto do BB: 88/87 = 105,3%

Reposições já concedidas
Por outros Bancos

Bancos privados:	de 56,28% a 97,5%
Banco de Santa Catarina:	51%
Banco do Rio Grande do Norte:	32,5%
Banco de Pernambuco:	40%
Banco de Mato Grosso:	81,3% parcelados

Outras Estatais

Petrobrás e Vale do Rio Doce: índices diversos com reposição variando de 34% a 69%.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 46

Quando o Governo Federal remeteu ao Congresso as Medidas Provisórias que instituíram o Plano Verão, passou despercebida pelos membros da Câmara e do Senado uma pequena particularidade. No bojo dessas medidas havia a determinação de que os empréstimos ao setor agrícola fossem corrigidos pela variação do IPC (art. 15 e 17 da Lei nº 7.730, de 31-1-89).

Recentemente o Governo Federal também decidiu que os financiamentos à área rural fossem concedidos pelos estabelecimentos de crédito detentores das chamadas Cadernetas Verdes, ou Poupança Rural, ou ainda, mas especificamente no caso do Banco do Brasil, pela Poupança Ouro.

Essas captações são feitas livremente no mercado financeiro pelos estabelecimentos de crédito da rede oficial (BB, Basa, BNB, e BNCC) e se destinam ao financiamento da política agrícola. Acontece aqui um fator interessante (ou preocupante?): o Banco do Brasil responde por aproximadamente 75 a 80% dos financiamentos à agricultura e pecuária.

O que ocorreu a partir da implementação do Plano Verão foi simplesmente um enorme prejuízo ao Banco do Brasil, que hoje está rondando na casa dos 2,5 bilhões de cruzados novos. Isto mesmo: de Cruzados Novos. Mas de onde provém esse prejuízo que a grande imprensa rotula de "rombo"?. Ele vem exatamente da diferença entre a taxa de captação (poupança) e da taxa de aplicação (IPC). É conta fácil de fazer: quem capta a mais ou menos 21% e é obrigado pelo Governo a emprestar a mais ou menos 7% não está, de maneira nenhuma, fazendo um bom negócio e o resultado só pode ser a falência.

O Governo remeteu novamente ao Congresso Nacional uma Medida Provisória, a de nº 46, tentando sanar esse problema e cobrir o prejuízo. A Medida prevê que os estabelecimentos creditícios compensem com o Imposto de Renda a pagar, até o ano de 1994, essa diferença-monstro ocasionada pelo Plano Verão.

Nós, funcionários do Banco do Brasil de Mato Grosso do Sul, em vários encontros estaduais da classe, decidimos que de maneira alguma o Banco pode arcar com esse prejuízo nem aceitar a sua reposição em cinco longos anos, pelos seguintes motivos:

1) O prejuízo não é proveniente de incompetência, má administração ou fraude do Banco;

2) Quem causou o prejuízo foi o próprio Governo Federal, acionista majoritário do Banco;

3) O Banco poderá ter comprometido seriamente nos próximos anos o seu fluxo de caixa e a sua rentabilidade e, conseqüentemente, não terá como bancar novos financiamentos à área rural, ficando prejudicado futuramente a produção de alimentos para o povo brasileiro;

4) Os produtores rurais também não podem ser penalizados enquanto perdurar o congelamento dos preços mínimos de seus produtos.

Diante disso chegamos à seguinte conclusão: quem deve arcar com o prejuízo é aquele que o causou, ou seja, o próprio Governo Federal. Afinal, "quem pariu Mateus que o embale".

Se essa medida for aprovada pelo Congresso Nacional, corremos o sério risco de perder o Banco do Brasil. Nenhuma instituição, por mais forte, por mais competente, por mais retável que seja, agüenta uma investida dessa envergadura. Está na hora, aliás, já passou da hora em que a sociedade brasileira deve se engajar firmemente na luta para defender o que é seu.

O Banco do Brasil não é somente de seus acionistas ou de seus funcionários, mas um patrimônio de todos nós. Uma Instituição de 180 anos, responsável direta e quase única pelo nosso progresso não pode desaparecer pelo raio de uma hora para outra por incompetência do Governo.

Convocamos portanto toda a sociedade sul-mato-grossense e brasileira, incluindo trabalhadores, entidades de classe e produtores rurais para cerrar fileiras conosco, para defender o que é nosso. Vamos cobrar dos Deputados Federais e Senadores uma postura firme e coerente na hora da votação dessa Medida. Ganhariam o nosso voto e com isso ganharam eleições. Este é o momento de saber se estão a favor ou contra o povo brasileiro.

Junte-se a nós nessa grande luta. — *Comissão Estadual dos Funcionários do Banco do Brasil no MS."*

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOÃO MENEZES NA SESSÃO DE 26-4-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA. Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu poderia ter seguido o exemplo conciliador do eminente Senador Itamar Franco, mas não quis fazer para que fique constando dos trabalhos do Senado as emendas que nós apresentamos. Quero que para o futuro fique registrado o teor das emendas que apresentamos.

Por exemplo, essa Emenda nº 1 é da maior importância porque o que queremos é o seguinte:

> "O ouro, em qualquer estado de pureza, em bruto ou refinado, será, desde a extração, considerado ativo financeiro ou instrumento cambial quando destinado a mercado financeiro ou à execução da política cambial do País, em operações realizadas, exclusivamente, com a interveniência do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, nas formas e condições autorizadas pelo Banco Central do Brasil."

O que fizemos foi impedir o enxame de empresas que vão aparecer para negociar com o ouro. Então, como não consigo essa aprovação, quero que, pelo menos, fique constando dos Anais do Senado.

A outra emenda, a Emenda diz o seguinte:

> "Dê-se a seguinte redação ao art. 14 do Projeto de Lei da Câmara, nº 2, de 1989, que dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre o seu tratamento tributário:
>
> Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, cabendo ao Poder Executivo regulamentá-la no prazo de trinta dias."

Este objetivo é que desejamos alcançar, e para que fique gravado, nos Anais do Senado Federal o meu posicionamento em relação a esse projeto. Todos estão de acordo com o projeto mas não posso aceitar, em sã consciência, que se dê às empresas, mesmo aquelas que estão na eminência de falir a se recuperarem para ir negociar com o ouro e explorar mais uma vez os que com ele trabalham.

O que quero com esta emenda é que fique com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, somente. Para que entrarem os outros bancos? Será que os bancos já não têm demais instrumentos para ganhar, para negociar? Têm. Será que as sociedades mobiliárias que estão quebrando, agora podem se juntar e ir lá trabalhar e negociar com ouro? Podem, com este projeto, este fato inusitado pode ser realidade. Será que as corretoras vão também, se instalar nas minas para negociar o ouro na bolsa e ganhar comissões? Também, pode. Fica registrado o meu posicionamento.

E quando peço, em uma outra emenda, que esse projeto seja regulamentado é porque ninguém sabe nem como é, nem como se comprará, nem qual a maneira, nem qual é a forma, nem o que haverá nesse projeto de lei. É um projeto completamente falho. Daí, o meu posicionamento em defesa, principalmente, do Governo, que tenho a responsabilidade de defender, nesta Casa.

Agradeço a V. Exª a oportunidade porque eu já estava preocupado que não me fosse dada a palavra e, então, teria que pedir verificação. Assim não, corre tudo pacificamente contra o meu pensamento que ficará expresso nos Anais do Senado da República, na defesa dos que necessitam e contra a exploração dos mais fortes.

COMISSÃO ESPECIAL,

Regula a competência privativa do Senado disposta no art. 52, V, VII, VIII e IX da Constituição.

ATA DA 2ª REUNIÃO
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 1989.

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dez horas e quinze minutos, na Sala da Comissão de Economia, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Louremberg Nunes Rocha, Mansueto de Lavor, Alexandre Costa e Jutahy Magalhães, reúne-se a Comissão Especial que "regula a competência privativa do Senado disposta no art. 52, V, VII, VIII e IX da Constituição".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Cid Sabóia de Carvalho, José Paulo Bisol e João Castelo.

Havendo número regimental são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Senador Louremberg Nunes Rocha, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente comunica o recebimento do Ofício nº GG-09-017/89, do Senhor Governador do Estado de São Paulo, solicitando autorização do Senado Federal para contratar uma operação de crédito externa no valor de dois bilhões de dólares norte-americanos, junto a um consórcio de bancos, liderados pelo Libra Bank Plc, designando o Senhor Senador Alexandre Costa para relatar a matéria.

Usando da palavra, o Senhor Alexandre Costa opina pela tramitação normal da matéria, nos termos requeridos.

Em discussão e votação é o parecer aprovado.

Em seguida, o Senhor Presidente sugere ser estabelecido um roteiro de trabalhos para a Comissão, ocasião em que, após alguns debates, fica decidido sejam ouvidos representantes da Secretaria do Tesouro Nacional; do Conselho de Política Fazendária (Confaz); do Banco Central; da Associação Brasileira de Municípios (ABM) e da Secretaria de Planejamento.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação. — *Louremberg Nunes Rocha*, Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ATA DA 9ª REUNIÃO
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 1989

Às nove horas e trinta minutos do dia dezenove de abril de mil novecentos e oitenta e nove, na Sala da Comissão, sob a presidência do Sr. Senador Cid Sabóia de Carvalho, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Srs. Senadores Wilson Martins, Lourival Baptista, Roberto Campos, Marco Maciel, Maurício Corrêa, Ney Maranhão, Jutahy Magalhães, Leopoldo Peres e Chagas Rodrigues. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Ronaldo Aragão, Aluízio Bezerra, Alfredo Campos, Odacir Soares e João Menezes. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à apreciação das matérias constantes da pauta. — Item 1 — Mensagem nº 75, de 1989 (Mensagem nº 142, de 5-4-89, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Desembargador Athos Gusmão Carneiro, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. — Item 2 — Mensagem nº 79, de 1989 (Mensagem nº 146, de 5-4-89, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Desembargador Raphael de Barros Monteiro Filho, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. — Item 3 — Mensagem nº 80, de 1989 (Mensagem nº 147, de 5-4-89, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Desembargador Sálvio de Figueiredo Teixeira, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Relator: Senador Wilson Martins. A Presidência convida para tomarem assento à mesa, os Srs. Desembargadores Gusmão Carneiro, Raphael de Barros Monteiro Filho e Sálvio de Figueiredo Teixeira, para submeterem-se à sabatina pública. A seguir, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senador Wilson Martins para emitir o parecer da Comissão, sobre os indicadores, tendo S. Exª concluído favoravelmente. Concluída a leitura dos pareceres, a presidência deixa livre a palavra para a fase de interpelação, oportunidade em que fazem uso da mesma os seguintes Srs. Senadores: Wilson Martins e Ney Maranhão. Prossecreta a fim de que seja iniciado o processo de votação. Reabertos os trabalhos, a Presidência proclama o resultado da votação, obtendo os Senhores Desembargadores Athos Gusmão Carneiro, Raphael de Barros Monteiro Filho e Sálvio de Figueiredo Teixeira, nove votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, agradecendo a presença dos Srs. Senadores, lavrando eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, assistente da Comissão, a presente ata que será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através da Resolução nº 59 de 1987, destinada a apurar as irregularidades e seus responsáveis pelas importações de alimentos por órgãos governamentais.

ATA DA 17ª REUNIÃO,
REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 1989

Aos quatro dias do mês de abril de mil novecentos e oitenta e nove, às dez horas e vinte e cinco minutos, na Sala da Comissão de Relações Exteriores, presentes os Senhores Senadores Dirceu Carneiro, Mauro Borges, Lourival Baptista e Irapuan Costa Jr. reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as irregularidades e seus responsáveis pelas importações de alimentos por órgãos governamentais.

O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, convocando o Sr. Armando Guedes Coelho — Ex-Presidente da Interbrás, para prestar o juramento de praxe.

Em seguida, o Senhor Presidente passou à fase interpelatória concedendo a palavra ao Senhor Relator Senador Mauro Borges, que questionou o depoente a respeito de sua formação profissional, desde quando ingressou na Petrobrás, cargos que ocupou na empresa, quais as atribuições definidas no Estatuto da Interbrás, que competem ao Presidente, de como a Interbrás foi informada de que realizaria importações para o Governo Federal, que providências foram adotadas, como ocorreu a operação, avaliação desde a escolha dos exportadores até a contratação de serviços no País, a cargo da Interbrás.

Satisfeitas as suas indagações, o Senhor Senador Mauro Borges agradeceu a presença do depoente.

Finalizando, o Senhor Presidente questionou o depoente sobre alguns pontos que ficaram obscuros e pede que o depoente faça a leitura do documento que cita a indicação da empresa Sogeviandes para a compra da carne européia. O depoente não encontrou este documento, além de outros citados no decorrer de seu depoimento, e se comprometeu a enviá-los à Secretaria da Comissão. Nesta ocasião, o depoente passou às mãos do Senhor Presidente um dossiê que instruiu suas afirmações.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e, para constar eu Cleide Maria Ferreira da Cruz — Assistente da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação juntamente com os apanhamentos taquigráficos.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Declaramos abertos os trabalhos de mais uma reunião da CPI de Importação de Alimentos. Hoje ouviremos o depoimento do Dr. Armando Guedes Coelho, ex-Presidente da Interbrás.

Neste momento, convidamos o depoente para fazer o juramento regimental de praxe.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Juro, como dever e consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as irregularidades e seus responsáveis pela importação de alimentos por órgãos governamentais.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Convidamos o depoente para tomar assento a fim de podermos iniciar os trabalhos.

De pronto, passamos a palavra ao Senador Mauro Borges, Relator desta Comissão, para os procedimentos.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Dr. Armando Guedes Coelho, vamos iniciar agora o interrogatório. V. Sª poderá consultar os documentos de que precisar, ler textos, etc; não haverá a necessidade de uma leitura extensa, porque presumimos que todos os assuntos estarão aqui.

Entretanto, se faltar algo para um melhor esclarecimento, V. Sª tem toda a liberdade de aduzir, de acrescentar aquilo que for necessário ao bom entendimento da matéria em curso e aos nossos objetivos de averiguações.

E se alguma coisa que possa ocorrer e que V. Sª não tenha condições de responder na hora, apesar de ter um dossiê muito bem preparado, fica, como se diz, devendo. V. Sª mandará, à Comissão dentro do prazo mais curto possível, informações complementares que V. Sª, muito justamente, por memória, não poderia fazer de momento, sobretudo dados numéricos, e etc...

Então, o que é essencial é esclarecer exatamente a verdade, deixar tudo transparente. Se nossas perguntas não forem suficientes, V. Sª tem toda a liberdade de alongar as suas explicações no sentido de esclarecer.

Há muitas coisas aqui que são formais, perguntamos para todos que aqui vêm — data e local em que V. Sª nasceu?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Nasci na cidade de Goiás, antiga capital do Estado de Goiás, em 23 de agosto de 1939.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Qual a sua formação profissional?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Sou engenheiro químico e químico industrial de origem, com especialização na área de processamento de petróleo, refinação de petróleo na Petrobrás.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Na Petrobrás?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — O curso de especialização é na Petrobrás; o curso de formação foi feito na antiga Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Bem desde quando é funcionário da Petrobrás?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Completei 25 anos de empregado da Petrobrás no último dia 18 de janeiro.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Como V. Sª ingressou na Petrobras?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Ingressei na Petrobrás por concurso público, realizado imediatamente após a minha formatura na universidade. Fiz um curso de refinação — como disse — e processamento de petróleo na Petrobrás no ano de 1964 e, a partir daí, então, evidentemente, tive uma carreira na empresa — se for o caso, posso entrar em algum detalhe —, mas entrei para os quadros da companhia percorrendo os canais normais da empresa, nos seus vários trabalhos.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Que cargos V. Sª ocupou, resumidamente, nesta empresa ao longo de sua carreira funcional?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Eu, imediatamente após a complementação do curso de Processamento e Refinação, passei dois anos como professor desse curso, fui professor da cadeira de Operações Unitárias desse curso de Refinação, posteriormente trabalhei um ano na refinaria, na Bahia, como engenheiro da refinaria, depois fui para o Rio de Janeiro, trabalhei na área de avaliação de petróleo, durante algum tempo também, e depois fui para a área comercial da Petrobrás, onde passei cerca de 14 horas.

Na área comercial, fui chefe de algumas áreas. Fui chefe da área de suprimento, responsável por todo o abastecimento, no Brasil, de derivados de petróleo, depois fui chefe da Divisão de Combustíveis, também, com outras atividades de responsabilidades; posteriormente, fui Superintendente do Departamento Comercial da Petrobrás como adjunto e como titular por 10 anos. Nessa ocasião fui responsável por importação de petróleo e derivados para o Brasil. Durante esses períodos de crises que o Brasil atravessou, de 1973 a 1978, eu era o responsável pela área de abastecimento do País de petróleo e derivados, e, em 1981, fui indicado diretor da Petrobrás, tendo exercido 3 mandatos até 1987, 1988, quando então fui indicado para presidente da Petrobrás o ano passado.

Também por decorrência natural da função de diretor da companhia, fui presidente de várias subsidiárias. Fui presidente da Petrobrás Química SA, Petroquisa, fui presidente da Interbrás nesse período que está aí mencionado, fui presidente da Petrobrás Distribuidora também.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — De que forma ocorreu a sua indicação para presidir a Interbrás e qual o motivo do seu afastamento?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Eu era, na época, presidente da Petrobrás Química SA, Petroquisa, quando o Presidente Hélio Beltrão assumiu a Petrobrás, logo no início do Governo do Presidente Sarney. Quando ele assumiu a Petrobrás, ele resolveu fazer um rearranjo, porque as subsidiárias, formalmente, estatutariamente, são presididas pelo presidente da Petrobrás. Estatutariamente, o presidente da Petrobrás é o presidente de todas as subsidiárias. Mas, também estatutariamente, ele tem autoridade para delegar, vamos dizer assim, a presidência de alguma subsidiária para algum diretor da Petrobrás que faça parte do colegiado da Petrobrás, e ele, então, em função da sobrecarga das tarefas de presidente, normalmente, nomeia cada diretor para um subsidiária.

Há uma certa distribuição, segundo as subsidiárias, para os vários diretores. Eu, na época, era presidente da Petroquisa, quando o Presidente Hélio Beltrão resolveu fazer uma modificação de áreas e então me delegou a presidência da Interbrás.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quando isso?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Isso foi em 1986. Foi logo depois dele assumir a presidência da Petrobrás.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Antes do Plano Cruzado?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Foi antes do Plano Cruzado. E, evidentemente, um comentário que eu teria a fazer, a propósito desse assunto, é no sentido de que a presidência da Interbrás seria um órgão muito mais vinculado à área de comércio, porque é a área-atividade dela. A responsabilidade dela é a parte de *trading*.

Então, fiz esse comentário, na época, ao Presidente Hélio Beltrão. O porquê de minha indicação, porque ele entendia conveniente ser eu o presidente da Interbrás, talvez porque eu achava que é uma área muito mais vinculada à área de comércio, então devia estar muito mais voltada à atividade comercial da Petrobrás.

É evidente, eu tinha uma experiência comercial muito grande, porque fui, como eu disse, Superintendente do Decom por quase 15 anos, e ele entendeu que eu, tendo tido essa experiência, e também dizendo ele que eu era um homem de confiança dele, que ele gostaria de ter na empresa uma pessoa em quem ele pudesse confiar, e, pela minha tradição de experiência na área comercial, eu teria condições, vamos dizer assim, de pelo menos supervisionar de uma maneira adequada, ou ser o portador, porque, no fundo, no fundo, o presidente ou os presidentes das subsidiárias são mais um canal de acesso da subsidiária à *holding*, no caso a empresa-mãe, a Petrobrás em si.

Porque as subsidiárias têm diretorias executivas, vice-presidente e diretorias executivas, que têm o encargo de conduzir os trabalhos da empresa em si.

Então, o canal de acesso da subsidiária à empresa-mãe, no caso a Petrobrás, é feito através de um diretor de contato ou o Presidente, como é chamado.

Entendia — foi a observação que ele fez — que, sendo eu um homem com experiência na área comercial, haveria, vamos dizer assim, uma melhor condução dos trabalhos na empresa. Essa foi a razão básica que me foi informada na época, porque entendia, como disse, que não era uma conexão adequada. A conexão mais adequada seria vincular a área comercial da Petrobrás.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quer dizer que a Interbrás era considerada uma subsidiária da Petrobrás?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Ela é uma subsidiária da Petrobrás, como é a Petroquisa, a Petrofértil, a Petrobrás Distribuidora etc.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Certo. Qual a sua situação funcional presente?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Hoje, sou Consultor do Presidente da Petrobrás.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quais as atribuições definidas no Estatuto da Interbrás que competem ao Presidente? Quais as atribuições do Presidente?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Trouxe aqui, neste dossiê, os Estatutos da Interbrás e, evidentemente, podemos ver qual é a posição do Presidente da Companhia.

Entre os vários aspectos, estou deixando algumas pastas aqui com a Comissão, com o Senador Dirceu Carneiro, e também para os outros Senadores. Mas aqui tem, no item Estatutos da Interbrás, na página 5, da Administração:

"A Companhia será dirigida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e uma diretoria."

A Diretoria, mais à frente.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Uma Diretoria deliberativa?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Uma Diretoria Executiva.

"A Diretoria será composta de 8 membros, acionistas ou não, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e até 6 diretores."

É o art. 19, dos Estatutos da Companhia, na página 7.

Depois, diz... Perdão! Ainda há um fato importante aqui, que eu gostaria de mencionar, pela seguinte ordem:

"Art. 19, § 1º: O Presidente será o Presidente da Petróleo Brasileiro S/A, Petrobrás, ou membro da Diretoria Executiva da mesma companhia, por ele indicado ao Conselho de Administração, e sua investidura no cargo far-se-á mediante registro em livro de Ata da Diretoria."

Conforme mencionei, o Presidente da Petrobrás tem o poder de delegar a um Diretor da empresa para substituí-lo.

"§ 2º O membro da Diretoria Executiva da Petróleo Brasileira S/A — Petrobrás — eleito para Presidente da companhia, só poderá permanecer no cargo enquanto mantiver a qualidade acima referida."

Ou seja, enquanto for Diretor da companhia. Perdendo a posição de Diretor, automaticamente também perde a posição de Presidente de qualquer subsidiária.

Em seguida, diz:

"Art. 22. O Vice-Presidente e os Diretores terão mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos. A investidura, no cargo de Vice-Presidente e de Diretor, far-se-á mediante termo de posse, lavrado no Livro de Ata da Diretoria, subscrito pelo Presidente.

Quer dizer, o Vice-Presidente é um cargo a nível de decisão do Conselho de Administração da Interbrás, cujo Presidente é o próprio Presidente da Petrobrás também, ou seja, a *holding* tem um Conselho de Administração — Petrobrás — que é o mesmo Conselho de Administração de todas as subsidiárias. Então, isso dá a uniformidade que a companhia entende a nível de política.

Art. 24. diz o seguinte:

"Cabe à Diretoria decidir sobre os seguintes assuntos:

— designação e proposição do Vice-Presidente, dos titulares, para as funções de chefia, previstos no Plano Base de Organização;

— designação dos representantes da Companhia;

— atos de renúncia etc."

Caracterizando, realmente, que o Vice-Presidente da companhia é o homem efetivamente operativo, que propõe à Diretoria da companhia todas as...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O Vice-Presidente?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — O Vice-Preisidente, no caso da subsidiária, da Interbrás, propõe normas, propõe estudos, propõe tudo, criação de manuais, etc.

Logo, em seguida, na página 10, tem "Das Responsabilidades", o que cabe ao Presidente.

"Art. 29. Ao Presidente compete a direção geral dos trabalhos da companhia, especialmente:

a) representar a companhia em juízo ou fora dela e nomear Procuradores e prepostos;

b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria e presidir as assembléias gerais.

c) designar, dentre os demais Diretores, aquele que responderá pelos encargos dos eventualmente impedidos.

d) propor à diretoria, dentre os demais Diretores, a designação do substituto interino do Vice-Presidente ou o Diretor, no caso de vacância, até que o Conselho de Administração designe novo titular.

e) fazer publicar o relatório anual das atividades da empresa, à companhia.

f) enviar ao Tribunal de Contas da União, dentro do prazo legal, através do Ministério das Minas e Energia, as contas gerais da companhia, relativas ao exercício anterior.

O Presidente tem poder de veto sobre as decisões da Diretoria — essa é uma característica de todo grupo da Petrobrás. O próprio Presidente da Petrobrás tem poder de veto sobre a decisão não só da Diretoria, como do próprio Conselho de Administração, assim como Presidente das subsidiárias também."

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O Presidente da Petrobrás ou ...

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Aqui, no caso, é o Presidente da subsidiária ou seja, esse é um poder que emana ... Todos os Presidente das subsidiárias têm poder de veto sobre decisões da Diretoria.

E outro ponto, que acho também importante trazer à Comissão, é o da responsabilidade do Vice-Presidente e Diretores. É o art. 31, pág. 11.

Observadas as regras legais estatutárias e as diretrizes e normas fixadas pelo Conselho de Administração da companhia, compete ao Vice-Presidente, entre outros encargos:

a) superintender e coordenar os trabalhos da companhia.

b) convocar e presidir as reuniões de Diretoria e presidir as assembléias gerais nas ausências e impedimentos do Presidente.

c) propor à Diretoria, que submeterá ao Conselho de Administração, o Plano-Base de Organização sobre alterações e distribuição entre os demais Diretores das áreas de atividades definidas no Plano-Base.

d) propor à Diretoria o preenchimento das funções de chefia, previstas no Plano-Base de Organização.

e) movimentar os dinheiros da companhia, sempre em conjunto com outro Diretor, podendo delegar essa faculdade aos demais Diretores, empregados ou procuradores.

f) admitir, promover, punir, transferir e dispensar empregados de qualquer categoria, podendo delegar tais poderes aos demais Diretores ou titulares de órgãos da companhia.

g) autorizar despesas, compras e contratações dentro dos limites fixados pela Diretoria."

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Um momento, Dr. Guedes. Essa delegação é formal, mandada por escrito ou ela é verbal?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — É estatutária, a delegação do Vice-Presidente.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas como ela se procede? Como o Diretor e seus subordinados saberiam se estavam ou não delegados, com é que ele agiria realmente em seu nome, é uma delegação verbal, para cada momento ou ela é permanente?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Ela é permanente. Veja, essa é uma idéia geral, na minha maneira de ver, inclusive, como Presidente da companhia, devo perceber nitidamente isso, é vital para a companhia esse tipo de delegação. As subsidiárias têm uma autonomia extremamente ampla. No fundo, a obrigação delas, em relação à *holding*, é de prestar contas, vamos dizer assim, mensalmente das atividades da empresa, através de relatórios, que são apresentados ao Conselho de Administração, por intermédio do Presidente ou Diretor de contato, relatórios esses que dizem mais ou menos como é que a companhia funcionou durante aquele período.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Estou querendo saber exatamente se eles tomam *Sponte Sua*, por sua própria inciativa, a decisão de assumir essa delegação em assuntos que são da competência do Presidente. E se

o Presidente, por exemplo, não quiser, ele veta? Diz que eles não entram nessa faixa, isso é que quero entender.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — O Presidente tem poder de veto. Quando o Diretor ou o próprio Vice-Presidente apresentam as matérias à Diretoria e, evetualmente, se o Presidente entender que aquelas matérias não são adequadas, ele pode vetar. Mas esse é um fato que acho que nunca se passou dentro dos grupos Petrobrás ou em qualquer que seja a subsidiária.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A delegação é automática, toda vez que o Diretor acha que precisa agir em nome do Presidente ele age.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Apesar de que aqui nos Estatutos, o Sr. observa que a posição do Presidente, no caso das subsidiárias, é um pouco, vamos dizer assim, desculpem-me a imagem, meio de Rainha da Inglaterra, ele funciona mais como um representante da empresa junto ao órgão máximo da companhia, que é o Conselho de Administração, quer dizer, o Presidente da Companhia não tem nenhuma ação executiva dentro dela, agora, ele tem se quiser.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Ele tem poder de veto, que é o mais importante.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Mas, funcionalmente e tradicionalmente, a companhia funciona através das suas Vice-Presidências e das suas Diretorias ou seja, o Vice-Presidente é chamado Vice-Presidente Executivo, ele é, realmente, o verdadeiro executivo da Companhia.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. Sª conhece algum caso na Interbrás, ou mesmo fora, nas outras subsidiárias, de veto?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não, não conheco.

Então, por aqui, podemos observar, desculpe-me Senador, só complementando o que eu vinha dizendo, que pelos estatutos da empresa, a parte operativa da empresa fica a cargo da Diretoria e do Vice-Presidente, que é o executivo.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O Vice-Presidente ocupa também o cargo de diretor?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não, ele é Vice-Presidente, é o executivo, e tem evidentemente uma Diretoria.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. Sª por acaso pode dizer quem era o executivo no seu tempo?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — O Vice-Presidente era o Josemar Nascimento e tinha uma Diretoria formada de alguns Diretores, inclusive alguns deles vieram aqui; o Gorbelini esteve aqui, o Paulo Lima Câmara; o Milanez Neto.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Insistindo, ainda, quando V. Sª saiu da Interbrás

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — V. Exª já me perguntou por que saí e eu não disse. Se me permite, eu gostaria de dizer o porquê.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — E para nós seria interessante saber.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — A certa altura, isso já na administração do Presidente Ozires. O Presidente Beltrão já havia saído e era o Ozires o Presidente da Petrobrás. Comecei a observar um fato que já era da minha avaliação, que é aquele comentário que fiz, achando que a área da Interbrás era muito mais voltada à área comercial da Petrobrás. A finalidade, a razão por que a Interbrás foi criada — e eu participei do processo de criação, sendo inclusive membro primeiro do conselho fiscal da companhia na ocasião e tinha discutido muito isso — é que achávamos que o grupo Petrobrás precisava de uma empresa que fosse o braço direito dela e do País, para promover contrapartidas de importação de petróleo.

Enfrentamos algumas crises de petróleo muito sérias. Eu, pessoalmente, como Superintendente do Departamento Comercial da Petrobrás, fui líder desse negócio, percebi quão dependente o Brasil era de importação de petróleo e a quantidade de divisas que gastávamos nessa área e fazíamos muito pouco uso de uma barganha que, teoricamente, o País devia ter ao comprar petróleo para poder vender alguns produtos. A empresa não tinha um instrumento para isso. Quando discutíamos internamente o assunto, achávamos que ela tinha espaço para criar uma companhia que tivesse esse papel. Essa companhia velo a ser a Interbrás.

A ação da Interbrás tinha que ser muito vinculada à ação comercial da Petrobrás na compra de petróleo, principalmente nos países do Oriente Médio, onde comprávamos uma grande quantidade de petróleo e onde o Brasil não tinha praticamente exportação alguma. Chegamos a comprar um bilhão e meio de dólares da Arábia Saudita e exportar 10 milhões de dólares. Não havia praticamente nenhuma contrapartida, nenhuma compensação, por isso achávamos que se devia ter um instrumento forte. A Interbrás foi criada dentro dessa concepção.

Há que se pressupor que, dentro desse princípio, o ideal seria ela marchar junto, como eu disse, para a área comercial. Comecei a perceber nitidamente, como Presidente da Companhia, que esse fato não estava se passando, porque eu não era o diretor de contato da companhia na área comercial da Petrobrás. O diretor de contato da companhia na área comercial da Petrobrás era o Carlos Sant'Anna, na época. Ele é que supervisionava toda a parcela de importação de petróleo e derivados na companhia e fazia todas a transações no Oriente Médio. Por mais que ele estivesse integrado — ele já tinha sido Presidente da Interbrás no passado — à operação em si da companhia, é diferente de ele ouvir e de ele fazer. Comecei a observar que estávamos perdendo algumas oportunidades comerciais importantes no Oriente Médio, porque conhecia muito o Oriente Médio, tinha passado 14 anos lidando naquela área e achava que a empresa não estava usufruindo em toda a potencialidade que isso acontecia. Eu já tinha feito alguns comentários a propósito desse assunto no Conselho de Administração, quando discutimos essa questão. A essa altura, procurei o Presidente Ozires e lhe disse que achava que, infelizmente, eu não estava conseguindo fazer o que pensava ser possível na Interbrás, porque eu não tinha o comando das importações de petróleo da companhia e, nesse mister, eu achava que era importante, essa conexão, como eu tinha dito no primeiro dia ao Presidente Beltrão.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Eu supunha que as importações eram feitas pela Interbrás.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não. As importações de petróleo, não. Inclusive por lei elas não podiam ser feitas, porque o monópolio de importação de petróleo é da Petrobrás. A Petrobrás não pode delegá-lo a uma subsidiária. A Petrobrás tem um órgão, Departamento Comercial, do qual fui Superintendente durante quase doze anos, responsável por essas importações. O Departamento Comercial também tem um diretor de contato, que não era eu, mas o Sr. Carlos Sant'Anna. Dentro dessa linha, procurei o Presidente Ozires, na época, e lhe disse: "Olha, Presidente, eu acho que para os negócios da companhia e o objetivo para o qual ela foi criada e que o País persegue é extremamente importante, para não dizer essencial, que a área da Interbrás seja a mesma do contato de petróleo.

Sugeri-lhe que ao invés de trazer, criar um problema político dentro da companhia..., quem é que detinha o controle da importação de petróleo? Eu sabia que se pleiteasse a área de petróleo para a minha função, é claro que geraria problemas internos. A meu ver, nessa circunstância, é melhor que a Interbrás seja presidida pelo diretor e seja ele o responsável pela importação de petróleo. Sugeri-lhe que fosse passada a Interbrás para a área de ação do Carlos Sant'Anna, à época, Presidente da Petrobrás Distribuidora. Fizemos uma troca: passei a ser o Presidente da Petrobrás Distribuidora, dentro daquele rodízio que caberia à Petrobrás fazer; e o Carlos Sant'Anna passou a Presidente da Interbrás, conectando então a área comercial da Petrobrás com a área da Interbrás.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Ele era o encarregado das importações?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Exatamente. Fazia sentido.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Continua assim atualmente?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Continua assim. Ele é o Presidente da Interbrás.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Apenas para ampliar o conhecimento da matéria. Esse diretor comercial da Petrobrás que faz as im-

portações e que, portanto, vai também vender coisas, das quais a Interbrás está encarregada, deve ter uma conexão com o Ministério da Indústria e Comércio muito grande para saber o que temos a exportar.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Com o Itamaraty também.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Com o setor comercial do Itamaraty.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Para que V. Exª tenha uma idéia, eu gostaria de complementar com um dado que, a meu ver, julgo importante. Hoje, talvez 60% do petróleo que o Brasil importa tem contrapartidas de exportações.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Isso é muito importante.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Principalmente numa área complicada como a do Oriente Médio. A única coisa que ele exporta é o petróleo. Portanto, a única maneira de conexão é via petróleo.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O papel de mandatária comercial, assumido pela Interbrás, na importação de alimentos, é suficiente para eximi-la de toda e qualquer imputação de responsabilidade? Ela se diz mandatária e fica nessa condição?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Trata-se de um negócio complicado. Na época, ela foi levada a tomar essas ações porque, conforme eu disse, a concepção básica da empresa Interbrás foi para exportar. Essa foi a filosofia básica da companhia.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mais para exportar do que para importar.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Eu diria que ela não foi criada para importar.

Recordo-me que ela fez algumas importações esporádicas. Por exemplo, para o sistema, a certa altura, começou a importar ou trabalhava na importação de amônia, que era um produto necessário o à outra subsidiária da Petrobrás, a Petroquisa; depois para a Petrofértil. Na época, a amônia era tratada pela Petroquisa e depois pela Petrofértil. A certa altura a Petrofértil, inicialmente a Petroquisa, entendeu que a Interbrás poderia eventualmente importar. Mas a concepção básica, toda a estrutura da companhia, a sua maneira de se portar foi no sentido de dentro para fora. Ela se organizou para esse aspecto. Naquela época, quando foi mencionada a conveniência, a hipótese da Interbrás vir a ser uma empresa que o Governo elegeria para ser responsável pelas importações, nós nos questionamos muito internamente, na Interbrás, da conveniência de que isso pudesse ser feito. Entendíamos que a companhia concepcionalmente não tinha sido formada para esse fim e, mais do que isso, não estava preparada para fazer esse tipo de atividade.

Pessoalmente, questionei muito com o próprio Ministro à época, porque eu via alguns riscos envolvidos nesse particular, e não era da nossa tradição fazer tal tipo de coisa. Porém, a situação que existia na ocasião foi de tal ordem, acho que é do conhecimento de todos, principalmente dos Srs. Senadores, a situação no País era de tal ordem que a empresa não teve como fugir a essa responsabilidade. O Governo, a certa altura, disse: "Você é o nosso importador de produtos."

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Ela não tinha feito ainda grandes importações?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — A primeira grande aventura da companhia na área de importação foi nessa ocasião. Sendo que no caso da carne, especificamente, nós achamos uma loucura sermos responsáveis pela introdução da carne no mercado brasileiro. Nós achávamos que, num rasgo de coragem, poderíamos funcionar como agente comprador no mercado externo, em função de termos uma rede de escritórios bem distribuída no mundo e saber que possuíamos pessoas adequadamente preparadas para avaliar se as compras eram bem ou mal feitas etc. Mas, dentro do mecanismo operacional, achamos que podíamos trazer a carne e colocá-la nos portos brasileiros; agora, introduzir a carne no mercado brasileiro e destribuí-la, nós achávamos isso uma loucura. Agora, tivemos que fazer porque, à certa altura, chegamos a ter 12 navios nos portos parados, o que a Cobal e os outros órgãos responsáveis não conseguiam fazer.

Então, era uma sobreestadia que custava a brincadeira de 10 a 12 mil dólares por dia. Navios parados há 15, 20 dias sem conseguir descarregar, e isso foi levando principalmente as áreas de Governo ao desespero, por dois motivos: primeiro, por causa da carne que era um assunto muito polêmico na época, muito crítico na época; segundo, faltava carne, e havia carne importada nos portos e os navios não conseguiam descarregar. Então, eles fizeram um apelo dramático e nós tivemos que entrar no circuito.

Da outra vez, houve toda essa processualística de discussão interna dentro da expectativa que nós achávamos que seria um transtorno. Depois, os fatos vieram mostrar que nós não tínhamos nenhum preparo para fazer isso. Mas, outra vez, não houve escolha. A certa altura, foi quase uma determinação tácita, sob pena de haver um caos completo em função do produto que estava nos portos; os navios terem que ir embora e haver deterioração do produto sem que ele pudesse chegar ao destino. Então, a Interbrás acabou assumindo esse tipo de posicionamento a contragosto, mas teve que assumir. Vamos dizer assim, ela foi uma delegada do Governo por determinação específica do Conselho Interministerial, na época, a Sunab, que estabeleceu que ela precisava fazer.

Há um outro detalhe interessante, que vale a pena mencionar: recordo-me bem, outra vez em relação à carne, que as várias empresas privadas autorizadas a fazer a importação na época também escolheram a Interbrás para fazer a importação para elas. O que significa dizer isso? Significa dizer que eles identificavam a Interbrás, na minha maneira de ver, evidentemente, como um instrumento adequado a nível de agente comprador, quer dizer, ela demonstrou realmente que era capaz de fazer, porque as compas foram bem feitas — isso é um detalhe — a nível externo. Parece-me na minha avaliação hoje, que a operação foi bem executada.

Agora, internamente, foi um caos completo, em função da falta de estrutura, da falta de preparo do País para funcionar como importador. Vejam, não foi só a Interbrás que estava despreparada, o próprio País estava despreparado. O Brasil não é um importador de carne, o Brasil é um tradicional exportador de carne. Então, todas as nossas...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Não só carne, mas outros gêneros alimentícios.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Então, na hora você inverte; o País, de repente, vira um grande importador de grãos, de alimentos, de uma maneira geral, e de carne; era de se prever que isso fosse trazer um tumulto muito grande na hora da internação desse produto aqui dentro.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — É muito oportuno o seu esclarecimento franco sobre a questão.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Então, veja Senador, só complementando, eu disse que era complexo porque ela não pode se eximir, vamos dizer assim, ... Mas acho que ela se desincumbiu da melhor forma possível, de acordo com as circunstâncias que se apresentavam na época.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A concentração de ordens de compra em nome da Interbrás expôs as investidas brasileiras no mercado externo de um modo geral, de forma a excitar os preços em nosso desfavor, quer dizer, o anúncio de compras amplas no exterior não provocou naturalmente uma excitação no mercado, uma tendência de elevação de preço.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Veja senador, essa colocação interessante que V. Exª faz, porque eu fui, como disse, Superintendente do Departamento Comercial da (Petrobrás), há muitos anos — e essa é uma característica básica do comércio.

Recordo-me que tive uma experiência muito interessante nesse particular, e na vida a gente aprende muito, mais errando do que acertando. Recordo-me, nitidamente, que na (Petrobrás), certa ocasião, como Superintendente do Departamento Comercial, tive que importar, por necessidade de abastecimento, umas três cargas de óleo combustível e busquei umas três ou quatro companhias — estou contando este fato para depois responder a sua pergunta, pois acho que ele é ilustrativo para o que V. Exª está colocando, inclusive a sua colocação é perfeita — mas três ou quatro companhias que achava tinham condições de atender à nossa necessidade. O interessante é que essas empresas também foram buscar umas três ou quatro outras empresas

e o processo entrou num crescendo, e nós queríamos importar na ocasião umas cem mil toneladas de óleo combustível, apareceu no mercado como sendo a (Petrobrás). Daí o Brasil importou mais de um milhão de toneladas de combustível, porque as empresas, cada uma, pediram o mesmo equivalente e o destino era o mesmo. Então, aqueles números começaram a se somar. E, evidentemente, houve uma excitação gigantesca, os preços subiram e tivemos que cancelar esse pedido de importação.

O que quero dizer com isso é que uma regra às vezes é falsa; e idéia de que quando se faz uma tomada ampla de preços se tem o melhor resultado, porque, dependendo da forma como ela é feita, pode levar a uma excitação no mercado e puxar os preços para cima.

É muito importante que quem vai comprar tenha a consciência de como o mercado está, para que ele possa entrar de uma forma adequada, não provocando esse tipo de excitação.

Então, a resposta que eu daria a V. Exª é a seguinte: se realmente uma concentração for feita de forma inadequada, ela pode excitar os preços e puxá-los para cima, mas se ela for bem exercitada, dará um poder global positivo para quem vai comprar.

Na minha avaliação, dos anos todos que vivi na área comercial, eu levaria, vamos dizer assim, desde que bem executada por pessoas competentes, a centralizar compras ao invés de pulverizar compras, porque acho que quem compra numa escala maior tem condições de executar essas compras, usando dos instrumentos normais que a área comercial dá, com um poder tal, que ele consegue negociar melhor do que quem compra menos. Isso me parece uma regra geral, que existe na área de comércio, e acho positivo.

De forma que uma empresa bem posicionada, bem capacitada, bem instrumentada, não vejo mal em centralizar, em dar grande escala de poder de compra, porque o resultado deve ser positivo. Esta é a resposta que eu daria em relação à sua pergunta.

E, nesse particular, no que tange às compras efetuadas pela Interbrás, de uma maneira geral, evidentemente algum caso específico pode ser melhor discutido, mas me parece que as compras foram bem feitas.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Havia interesse da Interbrás fazer as compras de uma forma que interessasse mais ao País no seu conjunto, com preços mais baixos, ou ela teria algum interesse comercial voltado para a própria Interbrás?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não. A resposta à sua pergunta, eu daria com toda clareza e com toda tranqüilidade. Este é um princípio do grupo Petrobrás, que acho extremamente salutar.

O princípio que o grupo Petrobrás usa e, especificamente, no caso da Interbrás também, e por ordem clara e expressa do seu Conselho de Administração é que o interresse do País sempre prevaleça sobre o interesse da Interbrás. Isso é óbvio e eu diria, sem qualquer dúvida, sem nenhum medo de errar, que esse fato é verdadeiro.

Agora, necessariamente, vamos dizer assim, o interesse não está especificamente, por exemplo, numa operação de carne ou numa operação de arroz. Não é necessário que se esteja fazendo a melhor compra de arroz; quer dizer, ela está dentro de um contexto em que o País estaria levando eventualmente a maior vantagem. O que quero dizer com isso? É que V. Exª pode estar tendo alguma contrapartida que, especificamente, não esteja naquela área em que V. Exª esteja efetuando a compra em si. V. Exª pode estar tendo alguma vantagem em outra área, mas que, a nível de País, ela traduz um resultado positivo no seu cômputo global. Mas diria — insisto, sem medo de errar — que o interesse do País sempre prevalece.

Nesse caso específico das importações, as margens da Interbrás são muito pequenas, qualquer coisa entre 1,5 e 2% em relação ao valor da compra, que em qualquer operação de *trade* eu diria, é extremamente baixo no valor da compra e que varia de compra para compra. Não lembro exatamente, mas é nessa ordem de grandeza.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quer dizer, jamais o interesse de ganhar mais pela Interbrás poderia justificar um preço mais que compatível.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Além disso, quero dizer a V. Exª o seguinte: essas margens foram decididas muito depois de as compras terem sido efetuadas. Foi no final das operações, que essas margens foram decididas porque não discutimos esta questão antes. Quer dizer, temos mais o objetivo de atender ao País, sem entrar no mérito do que a empresa acertaria com ele, e depois de as operações efetuadas, através de discussões com o Cinab — Conselho Interministerial de Abastecimento — na época, foi decidido qual a parcela que a Interbrás ficaria, basicamente essa parcela era para cobrir razoavelmente o custo de uma empresa. V. Exª pega uma empresa de *trade*, em qualquer lugar do mundo, sejam as *trades* japonesas, que são as mais eficientes que operam no mundo, as margens que elas operam é nessa faixa de 2%. Qualquer *trade* que opera com faixa abaixo de 2%, trabalha em prejuízo para cobrir os custos, que são muito grandes, de manutenção desses escritórios no exterior etc...

Diria que basicamente a Interbrás, neste particular, quando colocou essas margens para o Governo, na época, o fez fundamentalmente com a filosofia de cobrir custos.

O RELATOR (Mauro Borges) — Por que a Interbrás não participou em igualdade de condições, concorrendo com similares do segmento privado?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — A resposta que dou a V. Exª é relativamente simples. Primeiro, ela não tinha impedimento algum em fazê-lo. O Governo é que determinou o que ela faria monopoliticamente as importações; não fomos nós que pleiteamos. Inclusive, no caso específico de carne, o Governo permitiu que outras empresas brasileiras fizessem a importação e essas empresas não quiseram fazer e pediram que a Interbrás fizesse.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas houve uma oportunidade em que empresas manifestaram interesse e, se não me engano, houve uma manifestação contrária de ocmpra naquele momento, que iria prejudicar as negociações da Petrobrás. Parece que houve uma dificuldade de incentivar o Governo deixar que fizessem importações.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Veja, Senador, é aquilo que disse inicialmente a V. Exª. Em princípio, vamos admitir, por hipótese, que o Governo pagasse a Interbrás e dissesse que ela é agente de compra mas que juntamente com ela fosse operar 7 ou 8 empresas. Vai acontecer aquele fenômeno que V. Exª mencionou de 7 empresas entrando no mercado. É claro que vai aquecer o mercado porque, evidentemente, vai faltar unidade de comando ou unidade de decisão em relação ao que se busca em termos globais.

Acho que desde que haja uma definição, ela deve ser dada num determinado sentido e não deve pulverizar, porque pode prejudicar o objetivo maior. O que quero dizer com isso é que a Interbrás em nenhum momento pleiteou do Governo, *a priori*, que ela deveria ser a empresa importadora. Ela recebeu ordens.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — É verdade que a situação financeira da Interbrás, em 85 e 86, não era muito satisfatória e que a empresa viu sua participação no programa de importações uma oportunidade para melhorar sua própria situação, um desejo?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Posso falar com toda clareza, sem nenhum problema sobre isso!

Uma empresa que opera na área de *trade* — isso eu diria que é regra geral, depois, evidentemente, a gente pode até especificar o problema da área Interbrás em si —, as margens, como eu disse, são extremamente baixas. Então, V. Exª pega, por exemplo, um gigante no mundo em *trade*, uma Mitsubishi ou qualquer desses gigantes japoneses, eles manuseiam, operam, vendem 20 bilhões de dólares por ano e lucram 50, 60 milhões de dólares. Quer dizer, as margens de lucro desse trabalho são extremamente apertadas. Então, qualquer desvio, vamos dizer assim, desvio no sentido de que qualquer operação malfeita que a companhia faça, comercialmente com mal resultado, tira ela da faixa do azul para o vermelho. Quero dizer com isso que a característica da operação de uma empresa de *trading* é movimentar grandes volumes com poucas margens, com baixas margens. Então, ela precisa operar em grande escala.

A Interbrás é uma empresa que tem um custo fixo relativamente alto. A Interbrás tem um custo fixo, não sei hoje a quantas anda, mas ela tem um custo fixo que deve ser qualquer coisa em torno dos 50, 60 milhões de dólares por ano.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — E não há, realmente, conveniência para ela, nesse caso, de importar mais para poder justamente equilibrar a sua situação?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — É claro que se ela tiver mais volume isso traz resultado positivo. Mas deixa eu completar o raciocínio que posso até responder essa sua pergunta.

Então, veja, uma empresa que opera com um custo fixo. Por que o custo fixo dela é muito alto?

Primeiro, porque ela tem escritórios espalhados pelo mundo inteiro e é caro manter um escritório no exterio, é um custo caro. V. Exª não tem nenhum escritório em lugar nenhum do mundo que custe aí, sei lá, 200, 300 400 mil dólares, dependendo do lugar, onde o escritório esteja instalado.

Como eu disse, como a empresa opera com uma margem na faixa de 2%, se V. Exª pegar um custo de 60 milhões de dólares por ano, um custo fixo, se a empresa vender menos de 2 bilhões de dólares — seria aproximadamente umas 50 vezes, 2 bilhões e meio de dólares —, ela vai para a faixa do vermelho, ou seja, para pagar os custos dela.

Respondendo a sua primeira pergunta, que é saber a situação da Interbrás, eu diria que a Interbrás está sempre na situação do cinzento, ou ela dá lucro ou um pequeno prejuízo. Além disso, o balanço dela é básico, é em dólar.

E, evidentemente, aqui dentro do mercado brasileiro, ou seja, dentro das condições oficiais da companhia, ela tem que apresentar os seus balanços em cruzados. Se o câmbio não é adequado — e muitas vezes o Governo brasileiro por motivos vários segura o câmbio —, ela tem balanços extremamente apertados e opera muitas vezes com prejuízos.

O forte da Interbrás, que faz com que ela não trabalhe constantemente no prejuízo, é que ela opera uma boa parcela do volume que exporta, ela opera na área de derivados de petróleo porque ela tem um suporte, como disse para V. Exª, uma área comercial da Petrobrás que é o grande agente exportador.

Então, das exportações que o Brasil faz, hoje não sei exatamente qual é esse número, das exportações que o Brasil faz e, note-se, o Brasil é um grande exportador de derivados de petróleo, uma boa parcela dessas exportações é feita via Interbrás, ao invés de usar uma *trading* qualquer o que permite que ela tenha, digamos assim, um certo suporte, um certo pulmão para que não dê prejuízo.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Essa gasolina excedente que o Brasil vende é feita pela Interbrás?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Uma boa parcela dela é feita pela Interbrás.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Por que não toda?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Porque as vezes o comprador não aceita uma empresa no meio, ele quer comprar diretamente. E, evidentemente, quem define as condições de compra é quem quer comprar.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — E quando ela compra diretamente, ela compra de quem?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Compra da própria Petrobrás.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Do Departamento Comercial?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — O Departamento Comercial pode vender diretamente. Quer dizer, nós não temos um monopólio de exportação. Então, quem define a maneira de comprar é o comprador.

Sempre que a empresa pode, sempre que é conveniente ela faz exportações via Interbrás. Então, eu diria, respondendo a sua pergunta, que é uma constante que o balanço da Interbrás está na faixa cinzenta. É claro que houve anos, por exemplo, em que ela exportou 3 bilhões e meio de dólares. Teve um ano na minha gestão que ela exportou 3 bilhões de dólares, teve um resultado muito bom porque aí 2% sobre 3 bilhões de dólares vai para 70 milhões de dólares, num custo fixo de 50, ela tem margem de 20 milhões de dólares. Mas ela, a Interbrás, trabalha numa faixa extremamente, eu não diria perigosa, mas uma faixa entre o vermelho e o cinzento que não é fácil e ela não tem grande espaço para dar grandes lucros.

V. Exª fez uma observação aí perguntando: então é interessante ela dimportar? É claro que se, digamos assim, ela importar e isso agregar volume a ela, é positivo; mas ela filosoficamente não pensa em importação, ela pensa em exportação. Então, ela faz importação quando pedem a ela, porque ela não é estruturada para fazer isso. Exportação sim, qualquer exportação ela briga para fazer porque essa é uma razão de ser da empresa.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Qual a receita unitária total da Interbrás nessa delegação que teve de importação de alimentos?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Olhe, infelizmente não tenho esse dado hoje, mas posso providenciar.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Seria interessante que nós tivéssesmos.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Quer dizer, receita...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Arroz, milho...

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Receita total que ele obteve, não é?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Exato. Até março de 1987.

Sim. Agora, vamos falar mais na importação.

De que maneira a Interbrás foi informada de que realizaria importação para o Governo federal, especialmente de carne bovina. Quanto "Quer dizer, formalmente. Deve ter havido alguma comunicação escrita. Como se deu isto".

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — No meu relato que está aqui, faço uma colocação sobre isto, em que — evidentemente tratase de assunto conhecido de todos —, quando a situação do Plano Cruzado chegou a querer criar aqueles problemas sérios de focos generalizados de uma porção de produtos e que o Governo verificou que seria impraticável controlar a situação como produção interna — no caso da carne houve até captura, confisco de rebanho no pasto —, ele chegou à conclusão, a certa altura, de que não havia condições de, através do mercado interno, conseguir equilibrar a oferta. Assim, ele decidiu fazer importação. Quando ele decidiu isto, houve uma fase em que eles discutiram muito a nível governamental sobre como seria feita a importação, quem seria o agente. Em certa altura, houve uma decisão do Governo no sentido de nominar a Interbrás como sendo o seu...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Eu gostaria de saber como V. Sª recebeu esta incumbência.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Infelizmente, creio que não tenho este documento aqui...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Nós podemos ficar com ele para termos um acesso pormenorizado?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Exato, mas existe uma troca de correspondência entre a Interbrás e o Cinab, em que este delega, nomeia, vamos dizer assim, como seu agente...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Não consta aí?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Infelizmente creio que este documento original não consta. Aqui consta, vamos dizer assim, de cada uma das importações. Aqui há vários telex que constam especificamente. De modo geral, creio que não. Não tenho este documento aqui. Vou verificar se existe um documento em que nominava a Interbrás como um agente para todas as importações do Governo. Aqui há as nominações para cada caso específico.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Especialmente para a carne bovina.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Da carne bovina tem? Há telex trocados aqui autorizando a Interbrás a proceder esta...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Contas deste dossiê que nos foi entregue a cópia.

Que providências foram, então, adotadas pela empresa, dado o volume dessas importações, logo que comunicada sobre a efetivação da decisão. Quais as providências que a empresa se apressou em tomar?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Veja, Senador, eu dividiria essa resposta a V. Exª sobre dois ângulos; eu separaria a carne dos demais produtos. Em relação aos demais produtos, milho, manteiga e outros, que a In-

terbrás procedeu à importação, o Cinab informava à Interbrás de onde é que ela devia importar e que condições que devia proceder, época em que ela gostaria de receber etc., e a Interbrás funcionava fundamentalmente como agente contra toda esta mercadoria deste produto que o Governo estava pleiteando. É claro que nessas operações havia, digamos, muita troca, muito diálogo, porque, como disse, a Interbrás tem escritórios espalhados pelo mundo todo e ela tinha condições de dar algum suporte ao Cinab, dizendo: Olha, arroz é melhor importar da Tailândia, da Índia, fica mais ofertado, por conta disto ou por conta daquilo, ou o leite está ofertado em todo lugar... "Enfim, ela tinha, em função dos escritórios espalhados por aí, uma série de informações que ajudavam a definir qual seria o local mais conveniente, não só em função da disponibilidade, mas eventualmente também em função de alguma contrapartida que o País julgasse conveniente obter a nível dessas importações.

Definidas as necessidades que esse órgão, que a administração do Governo indicava, ela procurava alocar naqueles países onde ela entendia como sendo possível, evidentemente, atendendo a essas determinações do Cinab e, é claro, despachava para esses países todos o seu pessoal que entendia como necessário, para poder fazer, ou seja, providenciar a mecânica, vamos dizer assim, da implementação da importação. E isso tem, realmente, um corpo bastante ágil, porque, é um pessoal capacitado e ela não teve muita dificuldade de se mobilizar para fazer esse tipo de coisa, mas mais na base operacional dela implementar aquelas recomendações.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Tem uma pergunta agora mais específica.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Pois não! Depois eu gostaria de falar sobre a carne especificamente.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Pois é, exatamente.

Sabendo que a partir de fevereiro de 1986 todas as decisões sobre importações de alimentos emanaram do Conselho Interministerial de Abastecimento, Cinab, pelo menos deveriam emanar. Com base em que documentos a Interbrás agia? Com base nos votos do Cinab? Ou com votos em telex do Secretário Executivo do Cinab?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — O documento hábil para nós era de duas naturezas. O primeiro documento era a ordem específica, emanada de um telex do Coordenador do Cinab. Vamos dizer, esse era o poder que tinha condições de autorizar que as operações fossem concretizadas. E, evidentemente, o voto que também acontecia, que era do Conselho Monetário Nacional aprovando aquela operação em si.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. Sª tinha a ombridade de checar as ordens da Secretaria Executiva do Cinab, ou algumas vezes da Seap e Cinab com as autorizações do Conselho Monetário? Tinha o cuidado de checar ou bastava o telex?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Eu infelizmente não tenho condições de responder para V. Exª, com precisão, se isso deveria ser feito. Mas, evidentemente, deveria ser feito.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — De qualquer forma o telex que chegava era o suficiente para desencadear as operações?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Era.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. Sª tem esse documento do caso da carne?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Aqui tem esse documento de instruções.

Mas o Cinab fazia essa informação, esse telex autorizando. Eu não me recordo exatamente, porque já tem algum tempo, mas isso pode ser verificado, que em todas as operações havia também, vamos dizer assim, uma autorização vasta do Conselho Monetário Nacional para que a operação fosse concretizada, que ela fosse implementada em si.

Mas no caso da carne, eu gostaria de fazer um comentário, porque isso talvez tenha sido um produto que gerou muita polêmica e que houve, vamos dizer assim, uma participação um pouco mais, eu diria, efetiva da Interbrás, em si, do que em relação aos produtos. Praticamente nós cumprimos ordens aí, e não entramos no mérito, porque a carne envolvia uma operação de vulto muito grande na ocasião. Os volumes que se pensavam em importar de carne, num prazo relativamente curto, três ou quatro meses, era qualquer coisa da ordem de 300 mil toneladas. E a avaliação que se fazia é que isso seria extremamente complexo, não só nas origens, mas principalmente no destino, de que como o Senador Mauro Borges m ncionou, que entrar no mercado e comprar 00 mil toneladas de carne é claro que isso torna o mercado extremamente nervoso. Então houve, eu diria, uma discussão bastante ampla. E nesse particular eu tive — talvez de todas as importações — eu tive uma participação um pouco mais intensiva, porque eu tinha a consciência do que eles traduziam, não só em relação ao montante, mas em relação aos riscos de que isso poderia excitar o mercado, e poderia, seguramente, trazer conseqüências danosas a nível de cada divisa. Então, em relação à carne eu acompanhei muito mais de perto. Como disse, as outras importaçõs elas foram muito mais cumprimento, vamos dizer assim, de deteres emanadas aqui do Cinab. Mas, na época o que seria razoável em termos de carne? Definimos algumas áreas de atuação. Por exemplo, sabíamos nitidamente que parceiros tradicionais do Brasil na área de carne ram Uruguai e Argentina conhecidos com upridores das nossas eventuais necessidade . A outra área identificada pelo tamanho do mercado foi a americana que seguramente era uma possibilidade que identificamos como viável de conseguirmos uma quantidade expressiva de carne. E, evidentemente, a grande parcela tínhamos consciência que teria que vir da Comunidade, porque sabíamos como ela agia, as operações realizadas em passado recente, nível de comunidade. Já havíamos vendido uma grande quantidade de carne para a União Soviética e sabíamos os estoques que a comunidade possuía, enfim, numa evolução.

Identificamos essas três áreas e achávamos que seria interessante que houvesse uma pulverização de colocação, de tal forma que diminuísse o impacto específico em cada área para não fazer com que os preços fossem puxados.

Mas também procuramos fazer uma avaliação do que seria razoável considerar em cada área dessas. As primeiras informações de que se dispunha, em termos de Uruguai e Argentina, é que a disponibilidade dessas comunidades não eram muito expressivas na ocasião. E para aquele número que estávamos pensando se contasse com mais 30 ou 40 mil toneladas da Argentina era qualquer coisa despropositada, principalmente no prazo que se queria. Porque o tempo era extremamente importante em função da situação interna. Pensando em 200 ou 300 mil toneladas total, a Argentina ou o Uruguai poderiam contar com 10% e fatalmente ficaríamos concentrados para o atendimento da área sul do Brasil e dificilmente teríamos condições de pensar em outra área.

Fez-se uma sondagem junto ao mercado americano e o governo americano na época dispôs-se a informar o povo e empresas nos Estados Unidos e eles achavam que poderiam se responsabilizar por qualquer coisa na faixa de 90 a 100 mil toneladas de carne. Restava realmente uma grande parcela que teria de ser suprida via comunidade. A grande preocupação foi a negociação em si com a Comunidade, de forma tal que isso pudesse atender aos nossos objetivos. No mercado americano foi fechado rapidamente um certo volume de carne, na época 90 mil toneladas, no número da ordem de 650 dólares, que foi o que se pagou pela carne americana. O grande trabalho foi junto à comunidade.

Quando foi realizado esse negócio junto à Comunidade foram considerados alguns aspectos que achamos importante. Porque a Comunidade — não sei se aqui já foi explicado, parece-me que sim, mas vale a pena mencionar — tem alguns trâmites que são, digamos assim...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Iremos perguntar sobre essa parte mais especificamente em cada caso. V. Sª irá dizer, muitas vezes, se temos dificuldade, se perguntamos ou não a matéria. Mas o que o Sr. falou tem toda a importância para nós.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Gostaria de complementar com o seguinte: definiu-se na época o volume máximo que a Argentina e o Uruguai poderiam suprir à área sul do Brasil, cerca de 90 mil toneladas do mercado americano e o complemento viria da Comunidade; o grande problema foi a negociação com a comunidade em si. Se V. Exª quiser poderemos entrar em detalhes.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Como explica V. Sª o cumprimento de inúmeras operações de compras da Interbrás, exemplo dos lácteos com base em telex da Seap ou do Cinab? Os órgãos ficaram juntos, ou não, nos votos? Os Srs. realmente agiram na base dos telex e isso ficou bem claro. Nem sempre havia uma checagem — isso eu queria saber — do telex com os votos do Cinab?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Veja, Senador, não tenho conhecimento de que nenhuma ordem que tinha sido emenda do Cinab não tenha tido aprovação, não sei se na mesma época ou posteriormente, do Conselho Monetário Nacional ou, eventuamente, do Seap. Esses órgãos operavam muito conjugados e, evidentemente, na época, também ^ do conhecimento de todos, o problema que existia e a força que o Ministério da Fazenda tinha dentro dessa estrutura a nível que as ordens fossem rigorosamente cumpridas, e a parte deles. Então, é claro, pode ser até que tenha acontecido algum caso em que o voto do Conselho Monetário Nacional tenha havido, posteriormente, vamos dizer assim, implementação da importação em si, mas não tenho conhecimento que tenha havido falta.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O Seap, de certa forma, representava mais o Ministério da Fazenda; era um órgão pesado, já preexistente e que, naturalmente, vigiava as determinações do Ministro da Fazenda. O Cinab era mais voltado para o Ministério da Agricultura. Havia uma junção dos dois, da Seap e do Cinab, entretanto, muitas vezes, havia uma decisão da qual o Seap necessariamente não assinava, não é isso?

V. Sª recebeu todos esses telex assinados pelo Seap/Cinab ou só pelo Cinab?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não, tem vários telex evidentemente. Veja Senador, nem esses telex passavam pela minha não, à época. Mas, quando observamos, a maioria dos telex era assinada pelo Cinab. Não me recordo que tenha telex aqui assinado pelo pessoal da Seap, pode ter um ou outro, mas, efetivamente, o órgão do qual recebíamos as instruções para efeito de proceder às importações era do Cinab.

Estou vendo aqui, inclusive, um telex que é assinado pelo Seap, mas ele entrava mais num aspecto financeiro da operação em si do que no aspecto de autorização de importação, etc. Mas no aspecto de *cleaning*, de linhas de crédito, etc, que era mais voltado à área da Fazenda em si, ou seja, que demandava alguma gestão por parte do Ministério da Fazenda e em relação às autorizações para efeito de importação dos produtos, era o Cinab e não a Seap que nós atendíamos.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Que participação houve de sua parte nas negociações para escolha da empresa que, em nome da Interbrás, executariam essas importações de carne bovina?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Eu diria a V. Exª que não participei de nenhuma negociação em si. Eu presidi algumas reuniões da Diretoria da Interbrás em que esse assunto foi levado à consideração da Diretoria. Então, nessas reuniões a minha participação foi no sentido de avaliar se as colocações que estavam sendo feitas eram colocações que eu, como Presidente da Companhia e, mais do que como Presidente, com a experiência que julgava ter e que julgo ter, da vivência que tive na área comercial, se elas estavam adequadas no seu cômputo global, no sentido de que o País estava realmente fazendo boas operações e que a coisa atendia às nossas necessidades. Então, vamos dizer assim, a minha participação era de avaliação das informações trazidas, se elas estavam adequadas ou não.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Foi a Interbrás realmente que escolheu a Socopar?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Foi e teve o meu voto.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — E a entrada da Sogeviandes?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Essa foi uma recomendação do Cinab.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Escrita?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Houve um telex do Cinab pedindo que considerássemos também a Sogeviandes como participando do *pool* de empresas que viessem a fazer a importação. A tese nossa é que devíamos ficar restritos a uma companhia.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Esse telex consta dos documentos?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Consta.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. Sª teve conhecimento do interesse de outras empresas nacionais e estrangeiras que demonstraram querer participar também dessas importações?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Tive sim.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Foi procurado ou recebeu de algumas dessas empresas comunicação a respeito desse interesse? Comunicação escrita?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Recordo-me ter recebido dois ou três telex de empresas que se manifestavam interessadas. Eu pessoalmente recebi como Presidente da Companhia, se não me engano, qualquer coisa de dois telex de empresas que se manifestavam interessadas, e o que eu recomendei, na época, à empresa foi que transmitisse esse telex para a Cinab, para que fizesse alguma avaliação, alguma consideração a respeito da conveniência ou não de introduzir outras empresas, mas dentro de um princípio que eu entendia que não devíamos pulverizar muito a compra...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — E o Cinab concordou?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não, a colocação da Socopar, quando a Interbrás levou, ela levou com uma argumentação que o Cinab aprovou integralmente, inclusive tem um telex. Quer dizer, fizemos uma avaliação da situação e recomendamos ao Cinab que devia ser escolhida a Socopar, por uma série de razões, se quiserem, eu posso colocar, aqui, o que víamos como conveniente, e o Cinab concordou e autorizou que fosse feito. Posteriormente achou por bem introduzir também a Sogeviandes, também como uma empresa que participasse disso.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A Socopar S.A e a Indufarmag dirigiram a V. Sª telex transmitido do Corbeline para a Seap e o Cinab, em 30 de maio de 86, pelo qual era feita a oferta de carne bovina congelada a preço de 624 dólares a tonelada. É fato, não é?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não me recordo, exatamente, mas se se dirigiram a mim, deve ser fato, não é?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A Socopar e a Sogeviandes tinham um mandado formal, dado em 19 de maio de 86 e somente a 6 de junho de 86 foi assinado o contrato, o preço, nesse, era de 635 dólares, onze a mais do que a oferta suíça. Qual foi o fato que gerou, então, a rejeição desse preço mais barato?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Senador, isso também é um outro princípio comercial que existe muito, eu já vi, não é fato novo para mim. Depois que o senhor faz uma operação ou depois que o senhor escolhe, aparece muita gente fazendo ofertas e muitas vezes, as ofertas são eventualmente até mais baixas do que aquela que o senhor está disposto a pagar. O que é importante, nesse particular, e essa foi a avaliação que fizemos, é que a importação em si, da carne, no volume que estava sendo considerado, no caso, aí, da Socopar e da Sogeviandes de 100 mil toneladas é que havia um conjunto de fatores que achávamos que a empresa que atendia a isso devia satisfazer, sob pena de acharmos que a empresa não tinha condições de, efetivamente, cumprir o prometido. Eu menciono apenas uma delas, que foi fator determinante, para nós, da escolha, por exemplo, da Socopar, que é da seguinte natureza: não sei se faria parte das suas perguntas, mas eu vou dizer, "de cara", porque isso traduz uma posição extremamente forte do por que escolhemos uma empresa do tipo da Socopar para fazê-lo. A comunidade, quando vai vender carne, ela estabelece um preço de referência para vender essa carne. E esse preço de referência não tem nada a ver com o preço de venda, em si. Ele está muito mais associado ao custo de armazenagem que a comunidade tem. Por exemplo, na época, eu me recordo que esse preço de referência da comunidade era qualquer coisa da ordem de 1.600 dólares por tonelada. O que significa isso? A empresa que vai comprar — se ela vai comprar, por exem-

plo 100 mil toneladas de carne, uma empresa escolhida, a Socopar ou qualquer outra que seja escolhida, ela tem de chegar na comunidade e depositar um montante correspondente a 1.600 dólares, que é o preço de referência vezes a quantidade de carne importada. Então, por exemplo, se vamos comprar 100 mil toneladas de carne, essa empresa teria de depositar cerca de 160 milhões de dólares na comunidade, como o que se chama de *dawn payment*, antes de fazer a operação para ter acesso à carne. Depois ela vende para o destino, por exemplo, no caso do Brasil foi 635, como está mencionado, ali, não é? Ela recebe 100 mil vezes 635, ou seja, recebe aproximadamente 60 e poucos milhões de dólares do Brasil e depois vai à comunidade demonstrando que entregou a carne ao destino e recebe da comunidade a diferença correspondente ao valor que ela depositou. E aí está exatamente o subsídio que a comunidade dá às exportações de carne.

Então, o que caracteriza isso? Caracteriza que a empresa que fosse fazer essa operação tinha que ter um porte financeiro grande, por que não é qualquer empresa que levanta cento e sessenta milhões de dólares em pouco prazo, como nós queríamos, para poder atender a essa exigência. Então, fizemos algumas avaliações de alguns grupos de empresas para sentir quem teria condições, realmente, de atender essas exigências e outras que colocamos em contrapartida, etc, cota Hilton, que nós discutimos, na ocasião, também, e verificamos, dentro da nossa avaliação, que achávamos que a Socopar era a empresa que conseguia atender a esse objetivo, e essa foi a colocação que nós levamos ao Cinab. Claro, que depois aparece uma porção de gente, dizendo, eu posso fazer isso, eu posso fazer aquilo, mas na nossa avaliação nós achávamos que eles não teriam condições de atender as nossas exigências, de forma tal que tivéssemos certeza que aquilo que fosse ajustado fosse cumprido. Então,o fato de aparecer uma empresa lá, oferecendo 620 dólares, 600 ou 500 dólares, para nós era irrelevante, e o Cinab não sofreu interferência alguma, aceitou perfeitamente a avaliação que nós fizemos e isso para nós era muito importante. Tínhamos a necessidade de atender à exigência e de trazer a carne para o Brasil numa determinada circunstância. Então, poderia aparecer uma empresa qualquer, de terceira categoria lá, e oferecer um preço, que eventualmente fosse muito conveniente, mas não conseguiria cumprir as etapas que teriam que ser cumpridas para fazer face às nossas necessidades. Então, na nossa avaliação, quando escolhemos essa empresa, ela atendeu a esses objetivos que tínhamos colocado. Não sei se foi satisfatória a resposta.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Está bem, está claro o seu pensamento.

As informações disponíveis dão conta do caráter colegiado das decisões da diretoria da Interbrás, por que no caso da compra de carne da CEE, a diretoria deu carta branca ao diretor Corbelini? V. Sª aprovou integralmente as gestões do diretor Corbelini?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Aprovei, sim. Eu diria o seguinte: não demos carta branca a ele porque era o diretor da área. Vamos dizer assim, na distribuição de tarefas, como cada diretoria tinha uma área, a área de carne estava vinculada à atividade do diretor Corbelini, então a processualística na companhia é que o Diretor da área desenvolva o trabalho, mande os seus especialistas, no caso lá, para a CEE, para conversação, enfim, de negociação em si, na hora em que a negociação avança ele coloca na diretoria, como diretor de contato daquela área, a posição do negócio em si, e a diretoria aprecia e aprova ou não. No caso específico ela aprovou por unanimidade essas colocações em relação ao problema carne.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Ele disse que tinha alguns problemas, dificuldades, não?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Nobre Senador, em toda a operação comercial sempre existe dificuldades, mas não apareceu nenhuma dificuldade que a diretoria entendeu como sendo suficiente para poder fazer alguma observação de qualquer natureza. Até onde eu me recordo, a aprovação de diretoria, inclusive, com a minha concordância, foi que o negócio apresentado atendia perfeitamente às nossas conveniências.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Como V. Sª interpreta o fechamento do contrato entre a Interbrás, Socopar, Sogeviandes, antes do leilão da CEE para a primeira compra de carne, quando na segunda compra o contrato foi assinado após o leilão? Isso é normal? Por que ocorreu?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Veja senador, eu me recordo, nessa ocasião, de uma situação extremamente interessante, que vale a pena narrar e que acho que responde um pouco à sua pergunta, é que a CEE não aprovou, de imediato, a proposta que as duas empresas, a Sogeviandes e a Socopar fizeram. Isso trouxe uma angústia enorme para o Governo brasileiro, a ponto de termos que fazer gestões diplomáticas. Na época o Brasil estava sem embaixador na Comunidade e o encarregado dos nossos negócios, foi acionado pelo Itamaraty, para agir junto à Comunidade, para que esta apressasse a aprovação da proposta, de forma tal que a carne pudesse ser realmente embarcada para o Brasil. De forma que eu diria que houve uma recomendação tácita para que a coisa fosse feita o mais rápido possível, porque o Brasil precisava, imediatamente disso.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Houve algum inconveniente nisso?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não, pelo contrário, eu acho que, de todas as operações, essa foi a melhor efetuada. Não sei se é de conhecimento aqui da Comissão, mas de todas as carnes compradas, essa foi a operação em que a carne foi comprada mais barata, inclusive, uns dois meses depois foi feita uma segunda compra de outras cem mil toneladas da Comunidade e que ao invés de se comprar de uma ou duas companhias foi comprada de um conjunto de empresas, e a carne foi importada cem dólares mais cara do que essa. Quer dizer, de todas as operações de carne que o Brasil efetuou essa foi a operação mais barata que o Brasil fez, além das outras contrapartidas que teve. Acho que também é do conhecimento da Comissão, os jornais todos na época publicaram muita coisa, os jornais europeus, os próprios jornais brasileiros publicaram as críticas que houve na Comunidade, pelo fato de a Comunidade ter concordado em exportar essa carne ao Brasil aos preços que exportou. Quer dizer, não há, na história da Comunidade, uma venda de carne aos preços que foram efetuados.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — É preciso uma ressalva. Não houve a exigência de carne nova ou com um ano de abate.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Concordo com V. Exª, senador, mas a carne que compramos dos Estados Unidos, que era nova, era da pior qualidade e mais cara do que essa que foi trazida da Comunidade, praticamente na mesma época.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. Sª esteve na reunião da diretoria da Interbrás que aprovou os termos da nota técnica preparada por Jorge Rodrigues e submetida à diretoria na reunião de oito de maio de 1986?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não posso confirmar a V. Exª precisamente, mas posso checar se estive presente ou não a essa reunião. É possível que sim porque, na época, em relação a essas reuniões, participei de quase todas as reuniões. Mas V. Exª me diz a data por favor, senador, e posso depois informar a V. Exª

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Reunião de 8 de maio de 1986.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Que aprovou a nota técnica...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Preparada por Jorge Rodrigues.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO —... e encaminhada pelo Diretor Corbelini?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Não sei. Foi preparada por Jorge Rodrigues.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Porque só poderia chegar na Diretoria encaminhada por algum Diretor.

V. Exª tem a nota técnica aí ou não?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A Nota técnica de Jorge Rodrigues data de 7 de maio de 1986, mas já em 3 de abril de 1986 a Socopar se dirigia à Jorge Rodrigues, oferecendo carne congelada, origem CEE.

Quer dizer, um mês seria tempo suficiente para realizar um processo de escolha?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Esse problema de prazo para questão de escolha é muito relativo. A minha avaliação, na época — e este é o testemunho que dou —

é que, com os elementos de que dispúnhamos, achávamos que essa operação era uma operação extremamente interessante para o Brasil. Por que digo isto? Esta foi a avaliação que disse a V. Exª que fiz, como Presidente da Companhia, participando da reunião que decidiu recomendar ao Cinab a escolha e a compra nessas condições, porque os elementos que me chegaram — e eu como um homem que teve uma vivência comercial relativamente grande — eram da seguinte natureza. Vou raciocinar junto com V. Exª para rememorar os fatos da época.

Compramos carne do Uruguai e da Argentina a preços substancialmente mais altos do que esse. Tínhamos comprado carne dos Estados Unidos a 650 dólares a tonelada, de qualidade inferior, pouco tempo antes. A Comunidade tinha vendido carne para a União Soviética, na mesma época, a 680 dólares a tonelada. Tínhamos conseguido da Comunidade, na ocasião, contrapartida — não da Comunidade, mas das empresas que representavam, no caso, as operadoras, a Sogeviandes e a Socopar — de que a compra fosse compensada com importações de produtos brasileiros. Tínhamos conseguido que recomendassem e a Comunidade aprovasse, na época, cota Hilton para o Brasil, que é um negócio que o Brasil pleiteava há muito tempo e não tinha conseguido preço de carne substancialmente mais alto.

Então, a nossa avaliação, na ocasião, era que as condições oferecidas eram de tal ordem vantajosas que não devíamos esperar nada, devíamos fazer rapidamente, fechar o negócio rapidamente. E os fatos, depois, vieram mostrar que estávamos corretos.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Foi mesmo.

O Relatório da Comissão de Sindicância da Petrobrás, de 21 de setembro de 1987, encaminhado ao antecessor de V. Sª na Presidência da Petrobrás, Osires Silva, conclui que a consulta deveria ter sido mais ampla, "o que não deixaria dúvidas quanto à transparência e a lisura da operação, com vantagens possíveis de preços." V. Sª tem conhecimento disto?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Tenho conhecimento, sim.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas mantém a sua opinião?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Mantenho. Inclusive, esse comentário fiz no Conselho, porque conheço esse relatório. Esse foi até um motivo de muita discussão dentro da Companhia e, pessoalmente, não concordo, em absoluto, com as conclusões desse relatório. Fiz inclusive uma crítica interna à Companhia, ao Conselho de Administração da Companhia, na época em que fui, não Presidente da Interbrás, mas participante, porque era Diretor. E fiz um relato ao Conselho de Administração a respeito dessas operações, dizendo que, quem havia escrito esse relatório não entendia coisa alguma de área comercial, nunca tinha vivido a área comercial, não tinha a menor experiência, na gente sentada em gabinete, que nunca havia feito coisa alguma e simplesmente emitia opiniões baseadas em posições que os fatos não confirmavam. Essa foi a minha colocação em relação a esse relatório, ou seja, não concordei com as conclusões que o relatório continha.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Muito bem. Perfeitamente!

V. Sª já afirmou que a inclusão da Sogeviandes foi imposição, por um telex, do Cinab. O senhor achou que foi — opinião pessoal — benéfica ou inconveniente essa introdução da Sogeviandes?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Na época, achei maléfica. É um detalhe que vale a pena, é um problema ético.

Quando fizemos a avaliação, essa avaliação levou-nos a recomendar uma única empresa. Se fosse para recomendar mais de uma empresa, talvez fosse o caso de abrir mais o leque para permitir — vamos dizer assim — igualdade de participação. É um problema ético, à minha maneira de ver. Nós fizemos uma avaliação. Se é uma empresa, então, é uma empresa e não vamos abrir para mais ninguém. Escolhi vinte e tantas empresas para poder julgar a melhor. Na hora em que admitimos uma segunda empresa, deveria abrir mais para que houvesse um pouco de justiça. Mas nós recebemos uma instrução. Não foi nem uma pergunta; foi uma instrução. Então, não houve discussão. Mas a avaliação pessoal nossa, na época...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Houve um aumento de preços, não é?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não. Ela concordou com as mesmas condições da outra, na época. Mas, posteriormente, verificou-se que isso não trouxe — vamos dizer assim — um prejuízo à operação em si, porque a empresa que entrou em segundo estágio concordou integralmente com todas as condições anteriores. De forma que eu diria que a introdução da segunda empresa, no que tange — vamos dizer assim — à operação em si, de importação, não trouxe prejuízo.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — E trouxe alguma vantagem?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Também não. É bem diferente da operação de importação.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Houvera, antes dessa decisão de incluir a Sogeviande, algum contrato entre V. Sª e a referida empresa?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Eu, pessoalmente, não, mas a área da Interbrás especifica, no caso, por exemplo, a área do Diretor Corbeline, que foi mencionada aqui, sim, porque eles fizeram uma análise bastante ampla da situação. E, seguramente, essa empresa deve ter sido uma das empresas também consideradas. Então, deve ter havido contato entre eles.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas não V. Sª?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Eu, não!

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Alguma vez o Sr. Cristopher Holf, o procurou na qualidade de representante no Brasil do Grupo Sucré-Danrés, do qual é parte a Sogeviande?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — A mim, não. Ele pode ter até procurado, mas eu não recebia esse pessoal que eu conduzia diretamente às áreas próprias da Companhia.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Certo. V. Sª concorda que a Socopar e a Sogeviande não são as únicas empresas fortes e confiáveis que operam junto à CEE na compra da carne. Ou o Sr. considera que somente essas duas empresas, num universo bem mais amplo, mereciam ser escolhidas?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Concordo que são as únicas, mas concordo que a Socopar é a maior, disparadamente, empresa do setor de carne, e que apresentava as melhores condições de atender as nossas necessidades.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quer dizer que, no caso, a Sogeviande era desnecessária, já que a Socopar tinha tanta credencial?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Tranqüilamente a Socopar daria conta.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Então, não havia necessidade?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não. Pelo menos na minha avaliação, certamente não.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Já que ao Presidente da Interbrás competia a direção geral dos trabalhos da Companhia, de que maneira V. Sª acompanhou as gestões do ex-Diretor Aristides Corbeline, encarregado pela empresa de manter contatos com o consórcio?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Eu acompanhei as gestões do Corbeline através das reuniões da Diretoria da Interbrás, de que eu participava, em que ele relatava as providências que estava tomando em relação a essas áreas.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Muito bem. Quer dizer que V. Sª participava, acompanhava?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Participava na medida em que ele relatava.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Muito bem. Chegou ao seu conhecimento que o Mercado Comum Europeu oferecia, na época, carne bovina congelada na faixa de 600 dólares a tonelada, com prazo de dois anos de pagamento?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O Vice-Presidente da Interbrás, José Amaral Ferreira

do Nascimento, informou isso a João Bosco Ribeiro, do Cinab. Deve ter sido diretamente?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Eu não tenho conhecimento disso.

O RELATOR (Mauro Borges) — Então, se houve isso não foi por seu intermédio? Foi uma ação direta junto ao Cinab?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Gostaria de dizer que nunca tive nenhum entendimento direto com o CINAB. Todos os entendimentos foram feitos pelo Sr. Josemar ou pelo Diretor da área competente. Jamais entrei em contato. Nunca falei com João Bosco, na minha vida.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Foi matéria de imprensa e de vários jornais brasileiros que o Brasil tinha feito um "negócio da China", ao comprar a carne da CEE por 635 dólares a tonelada. Várias pessoas da Interbrás repetiram esse julgamento em depoimentos prestados à Comissão Especial da Casa Civil da Presidência da República e à CPI do Senado. V. Sª sabe que tal preço foi possível, porque havia uma cláusula explícita no Regulamento nº 1812/86, que determinava com prioridade a venda de carnes mais velhas, como já falamos. Quando houve aumento, no caso da União Soviética que comprou as 650 toneladas, estipula no máximo um ano da produção da carne. Foi V. Sª quem sugeriu que o Ministério da Fazenda aceitasse a compra da carne européia a 635 dólares a tonelada? Quem decidiu esse assunto no âmbito do Ministério da Fazenda?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Eu, pessoalmente, não sugeri nada. Quem sugeriu foi a interbrás, a partir de uma reunião da sua Diretoria, que apreciou os dados apresentados, as informações disponíveis na ocasião, gerando uma decisão da Diretoria, que recomendava ao Conselho Interministerial de Abastecimento que efetuasse, que concordasse com a compra.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Que atuação esperava a Interbrás da Socopar no tocante à Cota Hilton? Sabe-se que a obtenção dessa, num volume apreciado e de forma definitiva, envolvia muito mais do que uma simples importação de 100 mil toneladas de carne bovina que, embora elevada, é episódica, dado que o Brasil, na verdade, é exportador do produto.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — A nossa expectativa, Senador, e creio que este foi um dos pontos importantes para efeito da escolha da Socopar, na época, conforme as informações que me chegaram, era a de que ela teria realmente condições, pelo seu porte e por circunstâncias de que um dos principais executivos da Socopar teria sido ou foi, durante muito tempo, o coordenador da Comunidade, na definição das Cotas Hilton. Uma das condições que a empresa colocou na época é que ela teria condições de gestionar, junto à Comunidade, de forma tal que a Comunidade viesse alocar para o Brasil uma boa parcela da Cota Hilton. O pleito e a análise que fizemos na ocasião foi pleitear 10 mil toneladas de Cota Hilton. A minha avaliação foi no sentido de que, se a cota Hilton tivesse os valores que imaginávamos na faixa de 650 dólares a tonelada, praticamente pagaríamos a importação de carne que o Brasil estava fazendo. Cem mil toneladas a 600 dólares daria praticamente igual a 10 mil toneladas vezes 6 mil dólares.

Quando tivemos esse tipo de proposta, achamos que seria um forte argumento para que a Socopar fosse escolhida. Além disso, as informações de que dispúnhamos, dentro da Comunidade, era a de que, efetivamente, esse vice-Presidente da Socopar era um homem muito influente dentro da Comunidade, e que seguramente teria condições de fazer com que a Comunidade viesse a alocar a Cota Hilton para o Brasil.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Chegou ao seu conhecimento uma posição do consórcio Socopar Sogeviande, no sentido de dissuadir a Administração brasileira, de permitir aos frigoríficos importar entre 30 e 40 mil toneladas de carne bovina da CEE? É um assunto já conversado. Chegou ao seu conhecimento a posição do consórcio Socopar Sogeviande, no sentido de dissuadir a administração brasileira a permitir que frigoríficos privados importassem de 30 a 40 mil toneladas de carne?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Pelo que sei, não chegou a isso, não. Eu não fui informado sobre esse caso. Ao meu conhecimento chegou, na época, que alguns interesses do Brasil teriam ido à Comunidade tentando dificultar que essa operação fosse concretizada.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O registro de 12 de junho diz que o Sr. R. A. Adria, pela Sogeviande, dirigiu um telex a Corbeline e Jorge Rodrigues, manifestando oposição formal do consórcio a essa operação.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — O interesse dele, evidentemente, era monopolizar a operação.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Ao falhar a primeira adjudicação, não tendo as empresas confirmado os termos da nomeação de navios pela Interbrás, evidenciando, assim, estarem tecnicamente inadimplentes, que providências a Presidência da Interbrás adotou a respeito?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Sr. Senador, esse é um fato do qual não tenho hoje a lembrança exata, mas tínhamos combinado com a Socopar Sogeviande, na ocasião, um esquema de nomeação de navios que antecedeu a aprovação da CEE, primeiro pela premência do tempo que tínhamos internamente e, segundo, porque pensávamos que não haveria problema, por parte da CEE, na aprovação em si da matéria, no seu Conselho, quando fosse julgada. Quando a CEE não aprovou, na primeira reunião, a operação, é claro que toda a programação de importar, toda a programação de embarque teve de ser revista.

Então, se me recordo bem, o atraso principal que ocorreu foi em decorrência do fato em si de que o embarque não poderia ser efetuado conforme originalmente combinado, em função do Conselho da CEE não ter aprovado, na primeira reunião, a operação. Nós tivemos que reajustar.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Qual foi a solução?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Tivemos que postergar os carregamentos, porque nenhuma empresa teria condições de embarcar a carne sem a aprovação prévia da CEE para a operação em si. Nesse particular, não entendemos como tendo sido uma inadimplência das companhias, porque a condição prévia do embarque é a aprovação da operação pela CEE.

Na nossa avaliação, após a aprovação em si da CEE, os embarques ocorreram . O problema aconteceu muito mais aqui do que lá, em termos de operação.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Por que, estando em inadimplência a empresa Socopar Sogeviande, o Diretor Aristides Corbeline viajou à Europa para reforçar, o que não lhe cabia, a ação do consórcio? A Interbrás tinha um contrato comercial, no sentido de a autoridade da CEE aceitar uma venda antecipada, sob a condição de ratificação oficial, quando, sabidamente, tal venda seria recusada pela Comunidade?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Sr. Senador, em nenhum momento, pelo menos até onde me lembro, nós consideramos a Socopar-Sogeviande inadimplente, porque, como eu disse, a oferta que tínhamos dessas empresas, de 635 dólares, tinha uma conição *sine qua non,* a de que tais empresas fossem aprovadas pelo Conselho da CEE. Em não sendo aprovada, a oferta não era firme a ponto de a tomarmos como negócio fechado, ou seja, todas as operações eram condicionadas a uma aprovação tácita do Conselho, e só depois de ocorrida é que a operação poderia ser implementada. Então, não entendemos, na nossa avaliação da época — e isso é o que me lembro, hoje — que ela tenha sido inadimplente.

A viagem que o Sr. Corbeline fez à Europa, na ocasião, foi dentro daquele contexto que mencionei inicialmente de que nós, quando a Conselho se reuniu pela primeira vez e não aprovou a operação em si, assustamos-nos muito e fizemos um apcto forte, a nível diplomático, de o Brasil agir junto à CEE e, aprovar. Além disso, nós a nível operacional dentro da companhia, verificamos o que poderíamos agilizar para que a CEE viesse a aprovar. Então, o Coberline foi, na época, para a Europa, com esse objetivo de verificar se havia alguma coisa que pudéssemos fazer, que não tivesse sido feita, de forma tal que garantíssemos que numa reunião, e o mais cedo possível que a CEE pudesse se reunir, a operação fosse aprovada.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas foi inútil, não é? Não logrou êxito.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não, ela acabou aprovando, não sei se em decorrência de alguma gestão. Acho que, diplomaticamente, me recordo, na época, não tive contato diretamente com o nosso encarregado, mas as informações que nos chegaram através do Corbeline eram de que as ações do nosso encarregado de negócios do Brasil, lá, foi bastante intensa; elé procurou verificar todos os países da Comunidade, todos os conselheiros, de forma tal que eles se pronunciassem o mais rápido possível.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O comitê de gestão tinha posição contrária, e alguns países europeus também, da venda antecipada...

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — É verdade. V. Exª sabe que, na época, o que correu é que vários países manifestaram preocupação, não só quanto ao preço, mas quanto à forma, também. Então, esse problema foi extremamente complicado, àquela época, de gerenciamento, porque a nossa preocupação era a de que não fosse aprovada a operação. Aí, nós ficaríamos numa situação extremamente delicada, principalmente em relação ao mercado interno.

Mas o comitê de gestão teve que ser trabalhado, senão haveria o risco. Eu me recordo de que nós não tínhamos certeza, no dia da segunda reunião em que foi aprovada, havia dúvidas de que pudesse ser aprovada.

Não sei se também foi mencionado aqui, havia uma dúvida muito grande em relação aos preços que eles estavam pagando à Comunidade e que estavam recebendo do Brasil. Então, houve uma discussão muito grande, dentro da comunidade, para saber o que eles estavam cobrando do FOB estivado, para o que eles chamam de exfrigor, ou seja, que a carne posta no frigorífico, quanto é que se gastava? Quanto é que se gastaria para se levar do frigorífico até o posto de embarque? Então, eles tiveram que fazer uma série de demonstrativos, tentando mostrar que os preços que eles estavam cobrando pela operação de levar dos frigoríficos para os portos era um preço adequado.

Porque a Comunidade dizia: vocês venderam a 665 dólares, por que estão nos pagando 300 e poucos dólares? Mais ou menos dentro deste contexto é que foi feita a discussão entre eles.

Mas isso é uma parte que não nos envolvia diretamente. Era um problema deles. O que queríamos é que fosse aprovada a operação.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. Sª sabia ou teve conhecimento de que a Interbrás ia comprar carne velha, porque isso foi parte do regulamento; essa carne foi comprada da Itália. É do seu conhecimento, não?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Senador, para lhe ser sincero, como tenho sido, eu sabia que a carne não era uma carne nova; mas qual a idade que ela tinha, de que país estava vindo, confesso que não sabia.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Não houve limitação da idade, quer dizer, da velhice da carne?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não, não houve, porque, veja Senador, esse era um problema que não cabia à Interbrás fixar; quem nos fixou as condições de importação foi o Cinab; a Cinab dizia: quero carne de um ano, comprávamos carne de um ano; quero carne de 10 anos, compravamos carne de 10 anos. Nós não entramos nesse detalhe da qualidade do produto que iríamos importar. Éramos agentes compradores aí, no caso.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Houve, no caso da Itália, uma situação mais grave. É que havia surto de aftose na Itália, e comprar carne com osso, o vírus da aftose estaria dentro do osso. E, afinal de contas, isso era uma das razões para antecipar a compra da carne; quer dizer, comprar uma carne mais velha, que seria anterior ao surto de aftose. Esse foi um dos motivos que deram.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Confesso que não estou a par desse detalhe. Mas, como digo a V. Exª e insisto, nesse episódio todo, em nenhum momento a Interbrás entrou no mérito da qualidade dos produtos. Não foi só com relação à carne. Qualquer que seja o produto que importamos, foi fixada para nós pelo órgão técnico.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Veterinário. Comissão de veterinária.

V. Sª poderia demonstrar a esta CPI o efetivo cumprimento da contrapartida prometida pelo Consórcio Socopar-Sogeviandes, em adquirir 10 milhões de dólares de produtos industrializados brasileiros?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Posso mandar verificar para V. Exª Hoje não tenho condições, mas posso verificar qual foi a contrapartida efetiva, não é?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Há uma referência aqui à correspondência do Sr. R. A. Adria à Interbrás, em 15 de maio de 86.

E a quota Hilton realmente se efetivou?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não tenho certeza. Posso mandar verificar para V. Exª o que se passou depois, porque imediatamente eu larguei a Interbrás e, evidentemente, a esses assuntos não tive acesso ou pelo menos informações. Posso mandar verificar. Quer dizer, a efetiva contrapartida, o consórcio Socopar — Sogeviantes, de 10 milhões de dólares?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — De 10 milhões de dólares.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Tomou V. Sª conhecimento do afastamento do Sr. Antônio Bueno, chefe de escritório da Interdan. Por que ele foi removido do cargo antes do tempo convencionado?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não sei, porque este é assunto que não chegava a nível da Presidência, era assunto da gestão interna da Companhia, de vice-presidentes e diretores, e confesso que não participei.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Não participou.

Ficou V. Sª informado da notícia de que ele havia sido removido por ter divergido do Corbeline nas negociações?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não, Exª Não sei. Quanto a isto, não tenho informação de qual o motivo.

O SR. RELATOR (Mauro Boges) — Como foi resolvido o contencioso Interbrás — CCC — Comandity Credity Corporation, em respeito à carne americana? Como foi resolvido?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não sei como foi resolvido. A informação que tenho é a de que até hoje não foi resolvido. É a informação que tenho, mas não estou a par de qual foi o resultado final. Mas sei que tem um contencioso, e, por acaso, outro dia, tomei conhecimento de que o assunto ainda não teria tido uma solução, que estavam ainda gestionando.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Há notícias de que uma missão da Interbrás voltou, em agosto de 1988, dos Estados Unidos, com uma versão final sobre o assunto.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Sim; mas sei que o fato ainda está sendo discutido.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Poderia V. Sª fornecer os números finais dos acertos sobre perdas, no caso da compra do arroz, quais foram as perdas, os reembolsos e as parcelas não acertadas?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Também vou tomar nota, porque não tenho esse dado.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Acertos sobre as perdas nas compras de arroz, reembolsos e as parcelas não acertadas.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — E parcelas não acertadas.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Por que a Interbrás assinou contrato com a Marcherique, para aquisição de milho argentino, com preços fixos, quando se sabia, à época, que o preço estava cadente?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Veja, Senador, isso aí também foi uma determinação do Cinab, à época, que não competiu discussão.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Não? O Cinab determinou.

Como V. Sª avalia o *wash out* do milho argentino, 87 mil toneladas, e 3,2 milhões adquiridos pela Interbrás de Marcherique?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Senador, confesso que nas outras áreas de importação minha participação foi extremamente reduzida, e mais, a participação foi no sentido dos documentos que foram trazidos à Diretoria, ou seja, para aprovação ou para homologação, mas não tive qualquer participação. De forma que não tenho condições de fazer avaliação adequada.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas ficou a par do assunto de que houve o *wash out?*

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não; não fiquei. Confesso que não fiquei a par.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Seria muito interessante para a CPI que V. Sª nos informasse de quem foi a responsabilidade e de quem foi a responsabilidade, quem pagou a Interbrás...

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Quem pagou a importação de milho?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quem pagou a devolução.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — A Argentina?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Sim. A Argentina.

Como V. Sª avalia o *wash out* do milho americano, de 50 mil toneladas, comprado pela Interbrás?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Também é a mesma resposta a V. Exª, não tenho uma avaliação a respeito.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Agora, relativamente à contratação de serviços: qual a sua participação na formulação da estratégia de contratação dos serviços necessários ao processo de internação da carne bovina então importada?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — A minha participação é, praticamente, nenhuma. A única observação que fiz, a respeito, à época, diz respeito à colocação inicial que fiz, de que achava que a Interbrás não devia ter participação nesse episódio, porque, seguramente, *eu tinha convicção de que o País* estava despreparado e de que a Companhia também estava despreparada para fazer isto e daria problema. Mas, depois do fato decidido, ou seja, de que o Governo estabeleceu que a Interbrás teria que ter uma participação, fiz uma recomendação, de caráter geral, a nível da diretoria, de que as providências deveriam ser assumidas tomando alguns fatores em consideração, e o principal deles é no sentido de que precisávamos executar, ou seja, ela foi chamada para atender a um problema que não se estava conseguindo resolver, que era a questão de colocar os produtos em seus destinos em tempo hábil. Então, que ela devia se preocupar muito em buscar os meios necessários e convenientes, para fazer com que os produtos chegassem, ou seja, o tempo, para nós, passava a ser fundamental. Tudo o que pudéssemos fazer para reduzir o tempo entre a chegada do produto e o destino deveria ser feito.

Esta foi a recomendação básica que hávia.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas o Executivo da Interbrás ou o Colegiado não discutiu, em termos gerais, uma estratégia?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não. Esta é uma contratação que é feita a nível, no máximo, de diretor, quero dizer, as empresas, qual o critério, isto é feito, digamos assim, a nível de gerentes e, eventualmente, a nível máximo de diretor.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A Interbrás dispunha, à época em que V. Sª ocupava a Presidência da empresa, de alguma norma escrita que balizasse as contratações de serviços?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Vou prestar uma informação a V. Exª isto emana da *holding*, de que as empresas tenham critérios de contratação, e esse critério é geral. Mas, outra vez, como Presidente da Companhia, esse é um detalhe que não caberia a mim. Mas ela deveria ter normas internas, porque todas as outras empresas têm. E as normas são aquelas de buscar o máximo possível de competição, critérios de crédito das empresas, porte das empresas, seriedade da companhia. Enfim, há lá umas certas regras que são gerais para o grupo.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Sim. As normas gerais de ação; geral para o grupo, não é?

Por que a diretoria da Interbrás determinou que os serviços de desestiva, supervisão e inspeção, transporte terrestre da carne bovina importada fossem contratados sem passar por qualquer processo de concorrência? Por que a Diretoria da Interbrás...

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não; não deve ter sido uma decisão de diretoria; deve ter sido uma decisão de diretor, no máximo. E, provavelmente, aí faço uma observação de natureza geral, como eu disse, que o diretor que eventualmente tenha tomado essa decisão, deve tê-la tomado dentro do espírito de procurar expeditar a questão em função do tempo, que, para nós, era vital, em face dos aspectos que mencionei, de navios no porto, sobre a estadia, etc., e a grita geral, aí, da falta do produto interno, ou seja, tudo aquilo que fosse feito para andar mais rápido.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Houve, de certa forma, concordância de Paulo César Ferreira Morreira, chefe da área de contratações da gerência, com Agnaldo Libório. Concordaram num ponto: no que a diretoria da empresa mandara dispensar a concorrência.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — É possível que o diretor tenha autorizado isto, em função das conveniências e necessidades do momento.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Libório disse que o Vice-Presidente Josemar telefonou dizendo para não fazer concorrência, indicando-se empresas de confiança, para desestiva.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — É possível. Isto é possível, sim.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Já Paulo César atribui a Libório ter-lhe passado determinação da diretoria da empresa de contratação de serviços em que se realizasse qualquer concorrência.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Veja, Senador, minha avaliação sobre a operação interna, de maneira geral, é que ela não foi bem contida, como os fatos, depois, vieram a demonstrar isto. Há causas, digamos assim, de natureza geral e há causas específicas, a ponto de, no relatório da Interbrás, eu disse a V. Exª, esse relatório foi submetido ao conselho de administração e tive oportunidade de participar dessa reunião e de discutir essa questão.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — É um volume muito grande...

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Sim. O que quero dizer com isto é o seguinte: divido muito bem a área de gestão da Interbrás... A área externa, para mim, foi feita de maneira adequada, acho que atingiu os objetivos e conseguimos fazer o negócio que esperávamos. A área interna acho que foi toda tumultuada, cheia de confusão, por despreparo da Companhia, por despreparo do País, a ponto de que a Interbrás, na sua comissão, chegou à conclusão de que alguns gerentes e alguns funcionários procederam de maneira inadequada, e esse pessoal foi demitido, foi punido, dentro das normas da Companhia, ou seja, na medida em que a Companhia identificou que a coisa não foi bem conduzida, procurou tomar as providências de forma tal a sanar a questão.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Há uma série de irregularidades praticadas na contratação de serviços pela Interbrás, para a desestiva, inspeção e transporte da carne importada. Entre elas, destacam-se: o chefe da Arcop, o Sr. Paulo César Moreira que solicitou a homologação de procedimentos no caso da contratação da Serviport, em 24 de setembro de 86, quando a mesma vinha prestando serviço desde 8 de agosto de 1986, ou seja, a homologação só veio a ser solicitada 48 dias após o início dos serviços. Não houve homologação. O negócio estava correndo sem homologar, a despeito de a empresa Jockman apresentar preços inferiores aos da empresa Serviport para a desestiva no Porto de Salvador, esta última executou 50% dos serviços. A Jockman apresentava preços bem inferiores. A Seryiport teve o preço de seus serviços reajustado em 22,27% durante a vigência do Decreto-Lei nº 22/84, que tinha congelado todos os preços, contrariando o decreto. Como Presidente da Interbrás, chegou ao seu conhecimento que, por intermédio desses métodos pouco ortodoxos, à Serviport coube mais de 50% do total de desestiva de toda a carne importada, compreendendo os portos do Rio de Janeiro, Santos e Vitória?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Senador, o Presidente da Interbrás nunca tomou conhecimento, nunca teve acesso a nenhuma informação no que diz respeito à operação interna, não só da carne como dos demais produtos importados.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas parece que houve uma sindicância, qualquer

coisa. Não lhe pareceu estranha essa liberalidade quanto à escolha?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — A sindicância foi *a posteriori*. Essa sindicância não foi durante... Quando foi apurado e eu já não era mais presidente a essa altura os fatos de que tomei conhecimento ao saber do relatório, participei da decisão de que foram fatos não adequados, ou seja, que haveria necessidade de se tomar providências, para que tal coisa não se repetisse. Em relação à punição desses empregados que não procederam adequadamente, elas contaram com a minha aprovação.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Relatório da Auditoria Interna da Interbrás revelou que 23% (quase 1/4) dos relatórios da Superinspect eram inconsistentes e incompletos. V. Sª tomou alguma providência ou não?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não, porque não tomei conhecimento, como diz V. Exª Veja, Senador, outro detalhe importante é o seguinte: os relatórios de auditoria de qualquer subsidiária não vão para o Presidente, mas para o Vice-Presidente, que é o executivo da companhia.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quer dizer que, nesse caso, essas falhas seriam da responsabilidade do diretor executivo?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Os relatórios, ou seja, atividade operacional da companhia é conduzida a nível da diretoria, não a nível de conhecimento do presidente. Eu diria que nem a nível da diretoria, porque esta não toma conhecimento. É do diretor eventualmente.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Não havia uma fiscalização na Interbrás, uma espécie de inspetoria?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Há auditagem.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — E não falaram nada?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Para alguém devem ter falado, a ponto de haver relatórios que foram conduzidos ou foram remetidos ao vice-Presidente, que eventualmente não tomou conhecimento.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas não falaram até para chegar ao seu conhecimento, para tomar uma providência?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não, porque aí, talvez, é preciso conhecer o mecanismo da companhia. A Petrobrás é uma empresa muito grande. Os presidentes têm encargos na *holding*. Veja o meu caso: na época, eu era diretor da área industrial da Petrobrás, tomava conta de 11 refinarias. Essa minha supervisão direta, a ponto de conhecer em detalhes não só os superintendentes das refinarias e mais os chefes, mas também tomava conta de toda a área de perfuração da Petrobrás, que emprega hoje mais de 12 mil empregados, com mais de 100 equipamentos operando no Brasil inteiro, é o responsável pelo Centro de Pesquisa da Petrobrás. Com isso, é o seguinte: o tempo do diretor da Petrobrás é ocupado com uma *holding* em si. Então, na atividade das subsidiárias, ele é, como mencionei, um canal de contato. Eu, porque era um camarada muito interessado, eventualmente entrava um pouco mais a nível de saber esses detalhes. Mas, normalmente, um presidente de uma subsidiária não toma conhecimento da operação em si da mesma, não tem como, em função do tempo de que dispõe para fazer isso. Nesses casos, não tenho condição de fazer nenhuma avaliação, porque esse era um assunto que não chegava. Para isso, ela tem uma diretoria executiva, que tem a responsabilidade de ver auditagem, de proceder, enfim, tomar conta da companhia em si.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A Super Expert é subsidiária da empresa griffith?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não tenho condições de informar isso a V. Exª porque não sei.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Por que um contrato Interbrás/Griffith teve que ser desfeito para ser refeito entre a Interbrás e a Super Experct?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Também não sei.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Seria interessante também se V. Exª pudesse nos responder.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Por quê?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Por que um contrato entre a Interbrás/Griffith teve que ser refeito entre a Interbrás e a Super.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Teve que ser desfeito... Interbrás e super expect.

Esse primeito nome, nobre Senador, como é mesmo que se escreve?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Griffith.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Está certo.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. Sª tem conhecimento ou tinha conhecimento de que o ex-Vice-Presidente Josemar Ferreira do Nascimento indicou a Serv Port para ser contratada pela Interbrás quando ocupava o cargo de diretor de operações em 82, quando houve exportação de ferro-gusa para Índia?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não, Excelência.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Isso consta de relatórios de auditorias da Interbrás.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Mas não tenho conhecimento do fato, não.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A Interbrás pagou à Serv Port o equivalente a 18 milhões de dólares para a prestação dos serviços de estiva e desestiva.

As auditorias internas da Interbrás e Petrobrás e do Tribunal de Contas da União identificaram uma série de irregularidades nas relações contratuais entre a Interbrás e a Cobal. Como exemplo, cita-se o caso de, em julho de 86, ter repassado 200 mil toneladas de arroz à Cobal sem nenhuma cobertura contratual, gerada pelo fato de as notas de compra, apresentadas pela Interbrás declararem como sendo o arroz de tipo 2, quando a Cobal o classificava como sendo do tipo 3. Sobre esse problema, V. Sª está a par?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Também não.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. Sª recebeu alguma orientação do Cinab ou da Seap sobre isso?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Também não.

O Sr. RELATOR (Mauro Borges) — Entendia necessário receber orientação desses órgãos?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Acho que não para mim, efetivamente, mas para a área operacional da companhia, sem dúvida. Para a diretoria executiva era essencial receber essa informação.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Porque ninguém entrega 200 mil toneladas sem uma formalização de documentos, não é?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — A companhia tinha que estar informada, no seu escalão próprio, sobre essa questão.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quer dizer que não chegou ao conhecimento de V. Sª esse problema?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Chegou ao seu conhecimento as observações expendidas pelo Relatório nº 11, de 19 de maio de 87, do auditor Fausto Mazi(?), em que estão levantados os falsos argumentos colocados pelo então diretor da Interbrás, Paulo Lima Câmara, para aprovar os serviços de desestivas contratados pela empresa?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Veja, nobre Senador, eu não diria. Não me recordo exatamente desse relatório. Mas as irregularidades acontecidas vieram ao meu conhecimento por ocasião da comissão em que a Petrobrás determinou para examinar essas operações na Interbrás. Mas isso tudo aconteceu a posteriori, digamos assim, sei lá, um ano depois de eu ter largado a presidência da companhia e quando o assunto foi à consideração do Conselho de Administração da companhia, do qual faço parte, e aí tomei conhecimento através das discussões havidas no conselho, e eu tive que conhecer os relatórios que estavam sendo apreciandos.

Assim, o meu conhecimento foi *a posteriori* em função das averiguações que a ilegível mandou fazer na subsidiária.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A Comissão de Sindicância da Petrobrás, em 21 de setembro de 1987, conclui o seguinte:

> "Contribuir em parte para que ocorressem as falhas, distorções e irregularidades apuradas por esta Comissão, a ação, em alguns casos, e a omissão, em outros, do Vice-Presidente Josemar Ferreira Nascimento, e dos Diretores da Interbrás; Corbelini, Paulo Pessoa Lima Câmara (este em menor grau), aos quais estavam afetas, respectivamente, as operações para a compra da carne junto à CEE e as contratações, no País, dos serviços necessários ao recebimento e distribuição dos alimentos importados."

Como presidente da Petrobrás chegou ao seu conhecimento essa conclusão?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Chegou. Esse foi o relatório que disse que foi submetido ao Conselho de Administração da companhia.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Que providências foram tomadas pelo Conselho de Administração da Petrobrás, à vista do expediente a ele encaminhado pela Comissão de Sindicância da empresa, para apreciação do desempenho dos seus empregados, que durante o Plano Cruzado exerciam função de confiança na Diretoria da Interbrás — Josemar Ferreira Nascimento, Corbelini e Paulo Pessoa de Lima Câmara?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — O Conselho de Administração decidiu afastar alguns desses diretores e, posteriormente, não me lembro bem, mas uns três ou quatro meses depois, o próprio Josemar.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Só o afastamento, sem outra responsabilidade?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Sim. Veja, nobre Senador, essa foi uma questão muito discutida no Conselho de Administração, e aí caberia algumas considerações a respeito. Por exemplo, conheço bem essas pessoas todas. Tenho uma convivência boa nesses 25 anos na companhia; conheço bem, por exemplo, o Paulo Pessoa Lima Câmara — talvez não com a mesma profundidade, o Josemar, porque ele tem muito tempo de companhia, mas pelas atividades que exerceu na companhia ele não tem, ou não tinha uma área de atuação muito próxima a mim. E então, não tenho um conhecimento tão profundo dele quanto teria do Paulo Lima Câmara.

Conheço muito pouco o Corbelini, porque ele não era um homem do sistema, era um homem que foi para a companhia exercer uma função na Interbrás. O Paulo Pessoa e o Josemar eram homens do sistema Petrobrás.

Então, a minha avaliação dessas pessoas, principalmente em relação ao Paulo Pessoa Lima Câmara, é discordante do ponto de vista da Comissão. Em relação ao Corbelini, eu não teria condições de fazer uma avaliação mais profunda, porque eu não teria conhecimento suficiente dele para poder assim fazer uma avaliação moral a respeito da pessoa com essa profundidade.

Mas, em relação aos outros dois, o meu ponto de vista em relação à comissão é que eu achava que era injusta a posição colocada, porque ela era muito mais decorrente de uma série de circunstâncias do que da ação das pessoas em si.

Eu fazia algumas considerações a respeito disso, porque eu mencionava o clima em que essas coisas se passaram na época: a tensão em que a empresa foi envolvida, as responsabilidades que ela teve que assumir, muito além daquilo de que era capaz, quer dizer, as improvisações que tinham sido feitas, a pressão de governo para que as coisas fossem feitas muito mais depressa do que seria desejável, e que isso tudo tinha que ser considerado por ocasião do julgamento dessas pessoas.

Porque se estava julgando pessoas, por exemplo, o Paulo Pessoa Lima Câmara é um camarada que tem mais de 30 anos de companhia e que conheço há mais de 20 anos. E acompanho a vida dele e sei da seriedade, da preocupação, da honestidade e do trabalho que esse homem efetuou. Ele não pode nem deve ser julgado num clima de justiça simplesmente por circunstâncias que fugiram ao controle dele e que ele, seguramente, deve ter procurado fazer de si o melhor.

Nobre Senador, na minha avaliação, a empresa tomou algumas medidas — por exemplo, o Paulo Pessoa Lima Câmara, posteriormente a isso, foi diretor da Petroquisa por muito tempo, até recentemente. O que significa dizer que o sistema confia nessa pessoa, porque a nomeou para uma função igual ou mais importante do que essa que ele vinha exercendo.

Essa questão de julgamento é muito em função da maneira como a pessoa é julgada. Fui julgado em outras épocas de uma maneira inadequada. Eu, de uma certa forma, também reputo que tenha acontecido um pouco disso.

Acho que aconteceram falhas, principalmente nas operações internas, falhas essas perfeitamente explicáveis em função das circunstâncias. Por exemplo, há um relatório da Polícia Federal. A Polícia Federal examinou — acho que a Comissão tem conhecimento desse relatório — ouviu dezenas, centenas de pessoas, examinou todos os documentos e concluiu que não houve ilícito de natureza criminal ou penal, que as falhas que aconteceram foram decorrentes da forma ou das circunstâncias em que as operações foram executadas e que jamais poderia ser imputada às pessoas a intenção de que essas coisas se passassem.

Então, tenho esse tipo de julgamento também. Eu seria, não diria benevolente, mas indulgente com os diretores, porque conhecendo, como alguns viram que mencionei aqui, há tantos anos, sou levado a crer que eles agiram muito mais em função do objetivo de procurar resolver um problema que era gritante, que era sufocante, não só para a empresa, mas para o próprio País, e que a intenção deles era a melhor possível.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Numa empresa gigantesca, como a Petrobrás, com atividades tão diversas, é natural que algumas coisas possam escapar aos desejos dos dirigentes. Mas é necessário que haja realmente uma permanente fiscalização, investigação.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Sem dúvida. E veja V. Exª que na *holding*, onde temos ação direta, constantemente esse fato é feito. Quer dizer, estamos quase que demitindo diariamente uma porção de gente, porque uma empresa que tem 60 mil empregados normalmente a coisa é mal conduzida, há roubo, há furtos. O importante é ter uma presença atuante, para que essas coisas, quando diagnosticadas, sejam sanadas e evitadas.

E a nível da subsidiária é a mesma coisa, ou seja, no fundo, realmente, somos levados a concluir que, no caso específico, essa foi uma lição amarga que a companhia aprendeu de que, quando é levada a tomar algumas ações e não está preparada ou não tem um conjunto de normas preestaelecidas...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Tradição, às vezes.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — ... tradição, acontece isso.

Agora, veja V. Exª como o mundo é ingrato. Está sendo chamada outra vez agora, no Plano Verão, a fazer uma série de importações de leite, manteiga, etc. e não está preparada para fazê-lo.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Pelo menos tem mais experiência.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Vamos ver se, agora, consegue fazer com menos erro do que fez a vez passada.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Muito obrigado, Dr. Guedes, pelo seu depoimento.

Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Gostaríamos de levantar mais alguns questionamentos.

Nessa operação que a Interbrás procedeu junto ao Mercado Comum, antes dos procedimentos do Mercado Comum, assinou um contrato com essas operadores européias. O Mercado também, nos seus regulamentos, tem endereço certo: a carne é para o Brasil, e quem vai ter a condição interna aqui de liberar as cauções é a Interbrás.

Isso significa que não houve realmente nenhum leilão. Esse é um nome impróprio para esta operação.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Leilão em que sentido, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — No da oferta da carne européia. Não houve concorrência nenhuma, em outras palavras.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Nós, quando tomamos a decisão, fiz emo-la conscientes de que estávamos alocando uma determinada empresa a fazer uma oferta para nós, que seria submetida à CEE e que, no nosso julgamento, essa oferta atendia a nos-

sos objetivos. Estávamos conscientes desse fato. Não escolhemos, desconhecendo que estávamos escolhendo uma empresa só, ou seja, estávamos conscientes de que não estávamos fazendo concorrência. Concluímos que a seleção dessa empresa atendia aos nossos objetivos, principalmente considerando o fator tempo que achávamos que atendia a essa condição básica nossa.

Foi uma operação consciente. Não houve nenhuma dúvida nossa. Discutimos com o Cinab, e o Cinab também entendeu como sendo razoável, ou seja, que era conveniente fazer a operação nas circunstâncias em que foi apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sobre uma outra questão, a das punições...

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Gostaria, nobre Senador, a propósito disso, é uma preocupação que tenho sentido não só aqui, mas em outros lugares, quanto à questão de concorrência. Não sei se V. Exªs sabem, mas a PETROBRÁS importa qualquer coisa da ordem de 100 a 200 milhões de barris de petróleo por ano, e não faz concorrência para comprar 200 milhões de barris de petróleo por ano. E ela faz isso há mais de 10 anos. Simplesmente, faz uma avaliação — fui, por exemplo, responsável pelo Departamento Comercial da PETROBRÁS durante quase 15 anos — e verifica onde é que acha que é adequado fazer essa compra.

O que quero dizer com isso é que o processo de concorrência é importante, mas desde que leve ao objetivo final, que é fazer um bom negócio. Se, em alguns casos, verificamos que as informações de que dispomos são suficientes para nos dar a convicção de que o negócio é bom, a concorrência, para nós, deixa de ser um fator preponderante.

Isso tudo, evidentemente, está lastreado dentro de uma fundamentação de que a operação é séria, que quem está executando é gente que efetivamente tem condições e suficientemente séria para quando executar está executando aquilo que acha que é melhor. Isso não significa dizer que ele vai acertar sempre, mas pelo menos que ele tenha a intenção de fazê-lo e que está fazendo no bom sentido. Gostaria de fazer esse tipo de colocação, porque no sistema PETROBRÁS necessariamente não fazemos concorrência de todas as coisas de que compramos. Fazemos uma avaliação da conveniência de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em relação às punições, às quais foram feitas referências inclusive no seu depoimento anterior a esse momento, V.Sª poderia citar os diretores especificamente que foram punidos.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — No primeiro estágio foi afastada toda a diretoria da companhia, e foi mantido o Vice-Presidente da companhia, por proposição do Presidente, na ocasião já o Diretor Carlos Santana. S. Exª numa certa altura, em relação dos relatórios feitos, propôs o afastamento da diretoria da companhia e o Conselho de Administração, na época discutindo a questão, analisou da conveniência de afastar inclusive o Vice-Presidente também. Por própria recomendação do Diretor Carlos Santana, na época, Presidente, S. Exª entendeu que não deveria ser afastado o Vice-Presidente, afastou-se a diretoria.

Faço uma observação aqui para efeito da verdade que o Paulim Macama, que foi um dos citados, antes desse fato, já tinha sido transferido, ou seja, foi dispensado, por conveniência da companhia de diretor da Interbrás, e nomeado diretor da Petroquisa. Então, ele não fez parte desse processo de afastamento da diretoria, porque já não estava mais na empresa. Assim, foi afastada no início a diretoria, e não me recordo exatamente quando, mas alguns meses depois, uns dois ou três meses depois, foi afastado também o Vice-Presidente da companhia, o Dr. Josemar. O Dr. Josemar nem o Dr. Corbelini não pertencem mais aos quadros da companhia, estão de licença sem ônus para a companhia, por dois anos, e estão em atividade privada.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — V. Sª também, na parte anterior a este momento, fez referência a um documento que a CINAB e a OEAP credenciava ou indicava a participação da SOGEVIACES. V. Sª poderia fazer a leitura deste documento?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Acho que tenho este documento aqui.

Srs. Senadores, não estou com este documento, mas vou mandar para V. Exª esse telex específico da CINAB determinando a Interbrás que considerasse também a Sogevianes como participante. Pensei que estivesse aqui, mas não está no meu acervo aqui, não.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Quando indagamos ou solicitamos documentos aos depoentes, fica registrado na Secretaria da Comissão. Nós ficaremos no aguardo.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Perfeito, é o documento específico da CINAB determinando a participação da SOGEVIANES na operação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — É inclusão.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Também não está aqui nos meus documentos, mas vou providenciar para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Solicitaríamos que fosse o mais breve possível, dado que queremos nos encaminhar para o encerramento dos trabalhos desta CPI.

Por outro lado, como uma última indagação, gostaríamos de perguntar, perante a sua responsabilidade como cidadão e como compromisso que inclusive assumiu perante a CPI, se tem mais algum fato relevante, algum dado importante para o esclarecimento da verdade, relativo àquilo que foi aqui levantado ou indagado que V. Sª não tivesse ainda declarado e fosse oportuno fazê-lo agora.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Acho, nobre Senador, que o que eu disse já cobriu bem tudo aquilo que a questão merece. Só faria uma observação final: não podemos nem devemos julgar, considerando o quadro de hoje. Podemos voltar ao quadro da época para que tenhamos pelo menos uma isenção no que tange às circunstâncias que levaram os fatos que se passaram e que pode explicar muitas das coisas. Digo isso mais em respeito a atuação da empresa Interbrás. Tenho consciência, pois vivi a situação um pouco mais de perto, do esforço que foi feito para que esse objetivo fosse alcançado, ou seja, a dificuldade que o País atravessava na época, um *frenesi* interno enorme, a companhia se sentindo despreparada para fazer, mas procurando cobrir uma área que o País não tinha muita opção, enfim a dificuldade toda presente. E ela fez um esforço gigantesco. As pessoas, pelo menos aquelas que conheço — tem muitas que eu não as conheço e que evidentemente não posso falar por elas — trabalhavam com dedicação cumprindo o dever que foi cometido a elas. Conhecendo as pessoas como as conheço hoje, algumas delas se sentem ofendidas por ver o seu nome colocado de uma forma inadequada em que o aspecto moral, às vezes, é considerado, e essas pessoas e as suas famílias se sentem um pouco tocadas por isso.

Então, acho que se procurarmos nos reportar à circunstância da época, seremos capazes de entender muitas das coisas que se passaram e talvez sejamos indulgentes com aquilo que não foi feito de forma adequada ou 100% adequada. Quer dizer, a intenção foi a melhor possível, V. Exªs que irão julgar, devem procurar ser justos, e pensar que as circunstâncias eram muito difíceis para serem efetuadas as operações, e essas pessoas procuraram se desincumbir da melhor maneira possível.

Essa é uma observação final minha em relação a isso. Acho que no mais tudo aquilo que eu conhecia sobre o assunto já o disse. E dentro das minhas condições, irei procurar atender os quesitos solicitados por V. Exªs

Muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Agradecemos a V. Sª o depoimento e a todos a participação aqui nesta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 10 minutos.)

ATA DA COMISSÃO

COMISSÃO DIRETORA

10ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de abril de 1989

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de abril de hum mil novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões da Presidência, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Senadores Nelson Carneiro, Presidente, Iram Saraiva, Primeiro-Vice-Presidente, Alexandre Costa, Segundo-Vice-Presidente, Mendes Canale, Primeiro-Secretário, Divaldo Suruagy, Segundo-Secretário, Pompeu de Sousa, Terceiro-Secretário, Lou-

remberg Nunes Rocha, Quarto-Secretário, e Antônio Luiz Maia, Suplente.

O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da reunião e submete aos presentes os seguintes assuntos:

a) Orçamento do Cegraf, solicitado pela Comissão Diretora em sua reunião de 19-4-89, para material destinado ao Seminário "Perspectiva de Integração da América Latina: Problemas e Soluções", para cuja confecção o Presidente do Parlamento Latino-Americano — Grupo Brasileiro solicitou autorização.

A matéria é debatida e concedida a autorização solicitada, com ônus para o Senado.

b) Requerimento da servidora Márcia Maria de Azevedo Carvalho, com quadro solicitações, relacionado a tratamento, nos Estados Unidos, de seu filho menor, Luiz Vieira de Carvalho Neto.

Os presentes discutem o pedido e resolvem atender as reivindicações, na seguinte forma: integralmente os itens 1 — licença especial, na forma do art. 384, e §§, do Regulamento Administrativo; 3 — autorização para campanha publicitária no Senado Federal, Cegraf e Prodasen para angariar fundos; 4 — autorização para impressão, pelo Cegraf, do material necessário à campanha; e parcialmente o item 2.

c) Requerimento nº 204, de 1989, apresentado pelo Senador Itamar Franco, nos termos dos arts. 64, § 1º, e 153, § 5º, da Constituição, solicitando ao Poder Executivo (Ministérios da Fazenda e das Minas e Energia) informações sobre o Banco Central e Companhia Vale do Rio Doce.

Após examinada pelos presentes, a matéria é aprovada e encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

d) Proposta de Ato da Comissão Diretora sobre a "concessão de horário especial ao servidor estudante, previsto no Regulamento Administrativo do Senado Federal, em face das normas estabelecidas pela Resolução nº 9, de 1989".

A matéria é examinada, debatida e aprovada, assinando os presentes o respectivo Ato, que vai à publicação.

e) Expediente da Liga de Defesa Nacional sobre evento comemorativo do Centenário da Proclamação da República.

Após examinada, a matéria é encaminhada à Comissão designada para coordenar as festividades comemorativas do Centenário da Proclamação da República.

f) Requerimento do servidor aposentado Décio Braga de Carvalho solicitando reconsideração da decisão da Comissão Diretora nos Processos nºs 7.135/77, 1.196/78 e 2.911/83, de seu interesse.

É designado o Senhor Quarto-Secretário para relatar a matéria.

g) Proposta no sentido de que a publicação do trabalho intitulado "J.J. Seabra — Sua Vida, Suas Obras", constante de convênio a ser assinado entre o Senado Federal e a Fundação Pedro Calmon — Centro de Memória da Bahia, autorizada pela Comissão Diretora, em reunião de 21-3-89, seja feita com ônus total para esta Casa.

A proposta é debatida e aprovada pelos presentes.

A seguir, o Senhor Presidente comunica que irá a Salvador para assinar, pessoalmente, o convênio referido no item *g*, acima.

O Senhor Presidente convida os presentes para a solenidade, no dia 26-4-89, às 11 horas, de entrega ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, do primeiro exemplar dos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, impresso pelo Cegraf.

Em seqüência, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Primeiro-Vice-Presidente que apresenta parecer favorável à assinatura de Convênio entre o Senado Federal e o Ipea — Instituto de Planejamento Econômico Social, para impressão, pelo Cegraf, de publicações daquele Instituto.

Os presentes, após debaterem o assunto, rejeitam o parecer e a proposta.

Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Primeiro Secretário que submete aos presentes os seguintes assuntos:

a) Requerimento da servidora Maria do Amaral Faviero no sentido de ser autorizada "a liberação de verba para o custeio de seu tratamento reparador cirúrgico e protético", em Clínica Odontológica Especializada, conforme orçamento.

O pedido é examinado e indeferido.

b) Proposta de Ato da Comissão Diretora que "dispõe sobre o retorno, ao exercício das atribuições de seus cargos ou empregos, de servidores desviados de função e dá outras providências".

A proposta é discutida e aprovada, assinando os presentes o respectivo Ato, que vai à publicação, ficando o Senhor Primeiro Secretário autorizado a decidir caso por caso de desvio de função.

c) Voto em separado ao Parecer do Quarto Secretário aos Processos nºs 20231/87-3 e 001208/89-6, de interesse do servidor Aldo Assumpção Zagonel dos Santos, do qual havia pedido visto na reunião de 14-3-89.

O voto em separado e o parecer são distribuídos aos Membros da Comissão Diretora para exame e posterior decisão.

Concedida, em continuação, a palavra ao Senhor Segundo Secretário, este propõe a transferência das reuniões ordinárias da Comissão Diretora das terças-feiras para as quintas-feiras, alegando razões de natureza política e parlamentar.

A proposta é debatida e aprovada.

O Senhor Presidente concede, então, a palavra ao Diretor-Geral que traz ao exame a deliberação da Comissão Diretora os seguintes assuntos:

a) Processo nº 002504/89-8, em que o Senhor Márcio Lacerda solicita ressarcimento de despesas de hospedagem em Brasília.

Os presentes debatem a matéria e autorizam o ressarcimento nos valores constantes dos pareceres.

b) Processo nº 003077/89-6, de interesse do Senador Louremberg Nunes Rocha.

Antes de ser debatida a matéria, o processo é devolvido ao interessado, a pedido.

c) Processo nº 013684/88-4, em que Euros José Costa Santos e outros pedem reexame do Processo nº 019723/87-3 (anexo o Processo nº 015800/87-3).

A matéria é distribuída ao Senhor Primeiro-Vice-Presidente para relatar.

d) Prestação de Contas do Senado Federal relativa ao quarto trimestre de 1988 (Processo nº 001056/89-1).

A matéria é distribuída ao Senhor Quarto Secretário para relatar.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, às treze horas, pelo que eu, José Passos Pôrto, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão, Diretora, 25 de abril de 1989. — Senador *Nelson Carneiro*, Presidente.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº, 6 DE 1989

Dispõe sobre o retorno, ao exercício das atribuições de seus cargos ou empregos, de servidores desviados de função e dá outras providências

A Comissão Diretora resolve:

Art. 1º Os servidores do Senado Federal que, contrariando o disposto no art. 545 do Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972, estejam exercendo atribuições diferentes das legalmente estabelecidas para seus cargos ou empregos permanentes retornarão imediatamente ao efetivo exercício das atribuições dos respectivos cargos ou empregos de que sejam titulares, ainda que o desvio de função haja sido autorizado por necessidade de serviço.

Art. 2º Incumbirá ao Primeiro Secretário da Comissão Diretora do Senado Federal dar execução ao disposto neste Ato, determinando, quando for o caso, a relotação do servidor em órgão próprio ao exercício das atribuições de seu cargo ou emprego.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Ato do Primeiro Secretário nº 08, de 1987.

Sala da Comissão Diretora em 25 de abril de 1989. — *Nelson Carneiro — Iram Saraiva — Alexandre Costa — Mendes Canale — Pompeu de Sousa — Lourenberg Nunes Rocha — Antonio Luiz Maia.*

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 7, DE 1989

Dispõe sobre a concessão de horário especial ao servidor estudante, previsto no art. 420 do Regulamento Administrativo do Senado Federal em face das normas estabelecidas pela Resolução nº 09, de 1989.

Art. 1º Ao servidor estudante em estabelecimento de ensino superior ou de 2º grau,

oficial ou reconhecido, bem assim em curso supletivo ou pré-vestibular, poderá ser deferido horário especial de trabalho.

§ 1º A concessão de horário especial será precedida pelo exame de cada caso, mediante requerimento ao Diretor-Geral, instruído com:

a) comprovante de matrícula e freqüência no curso, fornecido pelo órgão competente da instituição de ensino;

b) concordância do Diretor do órgão de lotação do servidor, com declaração expressa de que a concessão do horário especial não prejudica a boa execução dos serviços que lhe são afetos.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica ao servidor que tenha jornada diária de trabalho inferior a oito horas.

Art. 2º A entrada tardia ou saída antecipada diária do servidor estudante poderá ser autorizada até o limite de duas horas.

§ 1º Quando se tratar de servidor regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, o horário especial deverá atender aos limites fixados pela norma específica, sem quaisquer ônus para o Senado.

§ 2º A chefia imediata, considerado o interesse do serviço, comunicará à Subsecretaria de Administração de Pessoal a hora de entrada e saída do servidor estudante, beneficiado com horário especial.

Art. 3º Se se verificar que a situação do servidor estudante não corresponde aos comprovantes apresentados, será cancelado o horário especial, sem prejuízo das medidas disciplinares cabíveis.

Art. 4º O servidor estudante deverá requerer o cancelamento do horário especial, quando deixar de freqüentar o respectivo curso.

Art. 5º A renovação de horário especial deverá ser requerida no início de cada semestre letivo, instruída com documento que comprove a freqüência regular no semestre anterior.

Art. 6º É vedada, em qualquer hipótese, a convocação de servidor beneficiado com horário especial para prestação de serviço extraordinário.

Art. 7º Na hipótese do artigo 420, *caput*, do Regulamento Administrativo, o pedido de justificação de faltas deverá ser instruído com documento comprobatório da realização das provas e formulado até quinze dias após o cometimento das faltas.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão Diretora, em 25 de abril de 1989. — *Nelson Carneiro — Mendes Canale — Divaldo Suruagy — Pompeu de Sousa — Louremberg Nunes Rocha — Antônio Luiz Maia.*

República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — Nº 48 SÁBADO, 29 DE ABRIL DE 1989 BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 48ª SESSÃO, EM 28 DE ABRIL DE 1989.

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Governador do Distrito Federal

— Nº 27/89-DF (nº 18/89-GAG, na origem), submetendo a deliberação do Senado Federal o Projeto de Lei do Distrito Federal nº 14/89, que suspende a aplicação da Lei nº 8, de 29 de dezembro de 1988.

1.2.2 — Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

— Nº 8/89, comunicando a aprovação, sem emendas, do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1989 (nº 1.917/89, naquela Casa).

1.2.3 — Leitura de Projeto

Projeto de Lei do Senado nº 96/89, de autoria do Senador Leite Chaves, que dispõe sobre o resgate de títulos da dívida agrária mediante compensação com pagamentos de tributos federais e dá outras providências.

1.2.4 — Requerimento

— Nº 217/89, de autoria do Senador Cid Sabóia de Carvalho, solicitando a tramitação conjunta dos seguintes projetos: PLS nº 102/88, PLS nº 27/89, PLS nº 88/89 e PLS nº 92/89-Complementar.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

Recebimento de ofício do Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, expondo sua preocupação com o excesso de trâmites burocráticos exigidos para a incorporação de recursos ao orçamento das fundações.

1.2.6 — Ofício

— Nº 36/89, do Senador João Calmon, de que se ausentará do País, a partir do dia 30-4-89.

1.2.7 — Discursos do Expediente

SENADOR DIRCEU CARNEIRO — O desempenho da EMBRAPA no aumento da produção agrícola.

SENADOR MAURO BORGES — Problemas da agricultura.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e Membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal. *Votação adiada* por falta de *quorum*.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR NEY MARANHÃO — Corte no orçamento do FINOR. Desespero dos produtores de açúcar do Nordeste.

SENADOR WILSON MARTINS — Estrada de ferro Noroeste do Brasil. Navegação na bacia do Prata.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Aprovação pela Câmara dos Deputados de Projeto de Lei que disciplina o artigo 159 da Constituição Federal.

SENADOR LEITE CHAVES — Projeto de Lei de sua autoria sobre o resgate de títulos da dívida agrária.

SENADOR MENDES CANALE — Eleições para a Assembléia Nacional da República do Iraque.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Falta de política energética.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Leite Chaves, proferido na sessão de 27-4-89.

3 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

— Nºs 125 a 128, de 1989.

4 — DIRETORIA GERAL DO SENADO FEDERAL

— Extrato de contrato.

5 — CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

— Atas de reuniões.

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral ..... NCz$ 9,32
Exemplar Avulso ..... NCz$ 0,06
Tiragem: 2.200-exemplares.

Ata da 48ª Sessão, em 28 de abril de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Iram Saraiva e Pompeu de Sousa

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluízio Bezzerra — Nabor Júnior — Leopodo Peres — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Carlos Patrocínio — Antonio Luiz Maya — João Castelo — Alexandre Costa — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — Divaldo Suruagy — Teotônio Vilela Filho — Albano Franco — Lourival Baptista — Luiz Viana — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Afonso Arinos — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Iran Saraiva — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Louremberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 9 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

MENSAGEM Nº 27, DE 1989-DF
(Nº 18/89-GAG, na origem)

Brasília, 27 de abril de 1989

Excelentíssimo Senhor
Doutor Nelson Carneiro
Digníssimo Presidente do Senado Federal
Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Com base no artigo 3º, inciso II, da Resolução nº 157/88 do Senado Federal, tenho a honra de submeter à superior apreciação dessa Casa o projeto de lei anexo, que suspende a aplicação da lei nº 8, de 29 de dezembro de 1988, solicitando a sua apreciação em regime de urgência, conforme autoriza o artigo 4º da resolução referida.

A Lei nº 8, de 29 de dezembro de 1988, à vista de autorização contida no artigo 156, III, da Constituição Federal, instituiu no Distrito Federal o Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos-IVVC.

Referido diploma legal dispôs, em seu artigo 13, que o imposto alcançaria os fatos geradores ocorridos a partir do primeiro dia do segundo mês subseqüente ao de sua publicação.

Dessa forma, a incidência do tributo passou a ocorrer a partir do dia 1º de fevereiro de 1989.

Todavia, em 15 de janeiro do corrente ano foi editada a Medida Provisória nº 32, convertida na Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, instituindo o cruzado novo e determinando o congelamento de preços, além de outras providências, todas com o objetivo de conter o processo inflacionário e reordenar a economia brasileira.

Constitui obrigação indeclinável de todos os brasileiros e, principalmente, dos governantes em todos os níveis respaldar, cumprir e fazer cumprir as medidas propostas, uma vez que elas encerram uma estratégia de salvação nacional.

O Governo do Distrito Federal assumiu, desde o primeiro momento, postura de integral e irrestrito apoio ao Plano de Estabilização Econômica do Governo Federal, oferecendo sua estrutura e seu pessoal para o que se fizesse necessário e, mais do que isso, dispondo-se a cumprir rigorosamente as regras estabelecidas.

Por isso mesmo, determinou, em ato próprio, que o lançamento e a cobrança do IVVC só se processassem depois de expedido o regulamento da lei que instituiu o tributo. Em seguida, está propondo a essa Casa a aprovação do anexo projeto de lei, como forma de viabilizar a não exigência de tributo no período nele considerado.

Com isto, visa o Governo do Distrito Federal, além de colaborar com o Governo Federal, não permitir que, na esfera de sua competência, seja posta em prática qualquer medida que, mesmo legal, implique em aumento de preços e conseqüente violação do congelamento. Esta é a conveniência que o presente projeto de lei leva em conta.

Assim, propõe-se a suspensão da exigibilidade do mencionado tributo até 30 de abril do corrente ano, em respeito à política de congelamento de preços, uma vez que a sua incidência implicaria em majoração de três por cento nos preços dos combustíveis líquidos e gasosos vendidos a varejo.

Em face do alcance da matéria, que não apenas beneficia os consumidores brasilienses, mas serve aos mais altos interesses nacio-

nais, na medida em que prestigia a ação do Governo Federal na louvável tentativa de refrear a inflação e ordenar a economia, rogo aos ilustres integrantes dessa Casa que ofereçam aprovação ao projeto de lei proposto. — *Joaquim Domingos Roriz*, Governador do Distrito Federal.

PROJETO DE LEI DO DISTRITO FEDERAL Nº 14, DE 1989

Suspende a aplicação da Lei nº 8, de 29 de dezembro de 1988.

O Senado Federal decreta:

Art. 1º Fica suspensa a aplicação da Lei nº 8, de 29 de dezembro de 1988, que instituiu o Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos — IVVC, no período de 4 de fevereiro a 30 de abril de 1989.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

(À Comissão do Distrito Federal.)

Ofício

DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 8/89, de 27 do corrente, comunicando a aprovação, sem emendas, do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1989 (nº 1.917/89, naquela Casa), que prorroga o prazo de dispositivos legais que menciona, com base no art. 25 das Disposições Constitucionais Transitórias.

(Projeto enviado à Sanção em 27-4-89.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Do Expediente lido consta o Projeto de Lei do Distrito Federal nº 14, de 1989, que nos termos da Resolução nº 157, de 1988, a matéria será despachada à Comissão do Distrito Federal, onde poderá receber emendas, após sua publicação e distribuição em avulsos, pelo prazo de 5 dias úteis.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 1989

Dispõe sobre o resgate de títulos da dívida agrária mediante compensação com pagamentos de tributos federais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os títulos da dívida agrária utilizados para desapropriação, por interesse social, de imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social poderão ser resgatados mediante compensação com pagamentos de tributos federais, além de negociáveis pelos seus detentores.

Art. 2º O disposto no artigo anterior aplica-se, igualmente, aos débitos inscritos, para cobrança, na dívida ativa da União, bem assim àqueles já ajuizados e dependentes de decisão judicial.

Art. 3º Efetuado o resgate, nos termos desta lei, o órgão fazendário cancelará o respectivo débito e, quando for o caso, fará, do fato, a devida comunicação à autoridade judiciária competente.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contado de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

É inadmissível que a União emita títulos valorizados apenas para uma destinação, tanto mais quanto, no caso do art. 184 da Constituição, eles configuram uma indenização paga ao desapropriado, devendo ter a mesma utilidade que a moeda e não servir de uma espécie de "vale", semelhante àqueles emitidos por pessoas naturais.

Seria absolutamente iníquo se tais títulos não servissem para pagamento de obrigações tributárias, justíssima tal compensação.

Vamos mais longe e propomos que esses títulos sejam livremente negociáveis pelos seus detentores.

Sala das Sessões, 28 de abril de 1989. — Senador *Leite Chaves.*

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

CAPÍTULO III

Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

.....

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 217, DE 1989

Requeremos, nos termos do art. 282 do RI, a tramitação conjunta dos seguintes projetos: PLS nº 102/88, PLS nº 027/89, PLS nº 088/89 e PLS nº 092/89 — Complementar.

Sala das Sessões, de abril de 1989. — *Cid Sabóia de Carvalho.*

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O requerimento lido será publicado e incluído em Ordem do Dia, nos termos do disposto no art. 279, II, *c*, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Presidência recebeu, do Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ofício expondo sua preocupação com o excesso de trâmites burocráticos exigidos para a incorporação de recursos ao orçamento das fundações e o conseqüente descompasso entre a previsão de despesas dessas instituições e a liberação dos recursos a elas destinados, com prejuízos graves à ação de preservação ao acervo cultural do País.

A Presidência despachará o expediente recebido à Comissão Mista constituída para exame e parecer do Orçamento da União.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Of. GSJC Nº 36/89

Brasília, 26 de abril de 1989

Exmº Senhor
Senador Nelson Carneiro
DD. Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª, de acordo com o disposto no artigo 43, alínea *a*, do Regimento Interno, que me ausentarei do País, a partir do dia 30-4-89, para participar do "Seminário sobre a melhoria da qualidade da educação primária em países em desenvolvimento", promovido pelo Banco Mundial, em Annápolis, Maryland, nos Estados Unidos, conforme convite anexo a este expediente.

Agradecendo a atenção dispensada ao presente, aproveito a oportunidade para reiterar os protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador *João Calmon.*

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O OFÍCIO DO SENADOR JOÃO CALMON:

"Para Senador João Calmon
Senado Federal
Brasília - DF
Edital
Ref: Edits
FP. George Papadopoulos
Resident Representative
World Banc Office
Brasília, Brazil
PT
Washigton, D.C. April 25, 1989
Copy to President Representative

The econoficdevelopment institute (EDI) of the world banc is pleased to invite you to participate in a senior policy seminar ou improving the quality of primary education in developing countries, which bill de held abril 30 — may 2, 1989 in Annapolis, Mapyland.

The purpose of this seminar is to help participants by raising their awareness of the problems of educational quality as the possibile solutions. Specifically, the seminar is inteuted to provide feedrack on tehe central recommentations of a policy paper drafter by the human besources department, before it is submittd to the president and executiv diretors of the wold bank for approval. The seminar is intended to draw on opinions of people with wide experience with educacional as well as other reforms and listen to their views on the nature of the problems and the feasibility of the suggested actions.

Participants such as yourself wall include senior officials selected worlduide from education, finance, planning, the legislature, or private business. They are not expected to represent their countries in official capacity, but rather to speck as experienced individuals and professionals. The seminar meetings begin ou april 30 at approximately 4:00 P.M. and end may 2 in the evening.

Edi will pay for your roundtrip in business class betueen Brasília Brazil and Washington, D.C. and will provide you with an allowance for travel and miscellaneous expenses, in addition to hotel accomodation in Annapolis.

He appociate your respouse by telex (440088 ITT 08 248423 RCA) or fax (202 676 0858).

We look forward to hearing from you. *Christopher Willoughby,* Director, EDI, intrafrab."

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O ofício lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Carneiro.

O SR. DIRCEU CARNEIRO (PSDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaríamos de trazer à tribuna do Senado, hoje, uma reflexão rápida sobre um instituição que considero das mais importantes para o desenvolvimento do nosso País, ligada ao setor agropecuário, a Embrapa.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária tem tido um papel da maior relevância para o desenvolvimento agrícola e pastorial do Brasil pela sua capacidade técnica, pelos trabalhos que tem produzido ao longo desses anos e que melhoraram sensivelmente a produtividade do nosso País e introduziram tecnologias novas que garantiram, ao longo destes últimos anos, o crescimento da nossa produção agrícola até atingirmos, este ano, cerca de setenta milhões de toneladas. Isto, diga-se de passagem, com as dificuldades próprias da diversidade climática do nosso País, que tem desde o clima tropical até o clima temperado.

Estamos acompanhando o trabalho dessa empresa, que tem enfrentado desafios muito sérios, especialmente quando estamos numa situação de dificuldades econômicas onde, muitas vezes, os governos vão fazer as suas economias ou as suas correções em cima de setores que não são muito perceptíveis de pronto pela sociedade como um todo; vão em cima das verbas para pesquisas, dos setores que estão mais atrás da fachada das instituições. Nesse aspecto, sempre o setor de pesquisa paga um tributo muito alto. Esse setor não dá resultados imediatos. É muito conhecido o nosso perfil imediatista; começamos exatamente a cortar em cima daquilo que não dá o reflexo imediato. E, depois, pagamos muito caro por essas medias que foram tomadas de modo impróprio.

Neste momento em que refletimos sobre uma das instituições mais interessantes do ponto de vista da pesquisa, e que tem um reflexo imenso na economia brasileira, já que 40% do nosso Produto Interno Bruto têm a ver com a agricultura, com o setor produtivo e o setor transformador agroindustrial, é da maior importância a atuação da pesquisa no reflexo de todo esse universo de pelo menos 40% da elaboração do Produto Interno Bruto do nosso País.

Diga-se também que o nosso País, desde a década de 1950, tem-se orientado na busca de um modelo urbano-industrial. Nesse período todo, investiu intensamente nas estruturas e infra-estruturas de um projeto industrial urbano. Esses investimentos concentrados acabaram determinando o deslocamento de enorme massa humana, que hoje se amontoa nas cidades brasileiras; cerca de 72% do povo brasileiro habita um território de 3,5%, que é o território urbano do nosso País.

Esse deslocamento desequilibra, na nossa geografia humana, enormemente, a realidade de distribuição da população no território; enquanto mais da metade do território não tem dois habitantes por quilômetro quadrado, 3% têm mais de 250 habitantes por quilômetro quadrado.

É fundamental que se preste atenção ao setor agropastorial, para que se façam nos investimentos necessários nesse setor, que tem um custo, para gerar uma unidade de emprego, muito menor do que no setor urbano. Por dólar investido, o setor rural responde com muito mais eficácia e eficiência e, quantitativamente, por um maior número de empregos. Portanto, poderíamos ter uma imensa massa humana que ainda habita o setor rural empregada ou poduzindo com menor custo de investimento por unidade de emprego gerado e, também, por um investimento global menor.

Ressalto, neste momento, o papel que representa a evolução de tecnologia no setor agrícola do nosso País. Nessé aspecto, a Embrapa tem sido um dos instrumentos mais eficazes, porque a pesquisa por ela produzida reflete-se num grande número de produtos agrícolas com os quais ela tem-se ocupado e tem gerado ganhos de produtividade muito grandes. Não é apenas o caso da soja, talvez o mais conhecido e o mais popular dos produtos, em que a Embrapa conseguiu, através da introdução de novas tecnologias e novas variedades, ganhar uma produtividade nesses últimos anos, mas, também, novas variedades que conseguiu adaptar desde o Equador até o Sul do nosso País, de clima temperado.

O Sr. Mauro Borges — Permite V. Exª um aparte?

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Com todo o prazer, ouço a intervenção do Senador *Mauro Borges.*

O Sr. Mauro Borges — Senador Dirceu Carneiro, congratulo-me com V. Exª por essa justiça explícita que V. Exª faz à Embrapa, quando nós vemos a todo momento o ministro da Agricultura aparecer, talvez em propaganda eleitoral, em rede nacional de televisão, num programa promovido pela EBN, avocando a si todas as glórias do aumento da produção agrícola brasileira. V. Exª se antecipa até ao meu desejo que tinha de fazer menção a esse aspecto, colocando as coisas nos seus lugares. Nós devemos realmente esse grande aumento da safra, que tem sido sucessivo nos últimos tempos, não à ação do Senhor ministro ou do Governo da República, ao contrário, as medidas adotadas nos últimos tempos são todas desestimuladoras, todas elas restritivas, todas elas até impeditivas. Mas um órgão trabalhou em silêncio e fez grandes progressos na tecnologia, sobretudo da soja, fazendo as sementes tropicais, quando antigamente se dizia que países de baixa latitude não produziriam soja, porque era uma leguminosa que tinha um fototropismo acentuado e precisaria de grandes latitudes e que o nosso futuro não seria de leguminosas, sobretudo de soja. Entretanto, esse trabalho extraordinário da Embrapa, com essa variedade de sementes tropicais, permite que hoje possa se plantar soja debaixo da Linha do Equador. Vimos esse resultado extraordinário na expansão da cultura da soja exatamente associado ao aproveitamento do cerrado. Já tive até oportunidade de fazer um pequeno opúsculo aqui de um discurso meu no Senado, acentuando a importância do cerrado no futuro imediato do Brasil. Vai ser a grande região agrícola do País, a grande região sobretudo produtora de grão, porque, graças à sua topografia, à riqueza de água, embora seja razoável que se acentue que as terras de cerrado não são férteis, mas

a fertilidade é a parte mais fácil de ser agregado quando temos grandes recursos de fosfato na região e temos, também, a coisa que é essencial, o calcário, necessário para corrigir a acidez do solo e o alto teor de alumínio. Assim, o cerrado, associado às pesquisas da Embrapa, será o futuro imediato da grande expansão agrícola do Brasil; ainda associado a seu clima seco, que restringe muito o uso de agrotóxicos para a expansão da lavoura. V. Exª aborda um assunto da maior importância para o presente e o futuro do Brasil.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Agradeço a intervenção do Senador Mauro Borges, que inclusive já situa algumas questões que gostaria de levantar e enfatizar no sentido de tributar a essa instituição de pesquisa em nosso País uma grande parte dos méritos desse crescimento da produção agrícola brasileira e, particularmente, da sua produtividade. É notório a verificação que nós podemos constatar que, ao longo dos anos em que atuou esta Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, os ganhos de produtividade foram perceptíveis em quase todos os setores da agricultura do nosso País, particularmente da soja, do arroz, do feijão, do milho, e assim por diante. Não só novas variedades, mas os ganhos por unidade de área, que foram muito importantes. E ainda temos pela frente uma enorme possibilidade de, com a mesma área, quem sabe, praticamente dobrar, ainda, a produtividade. É imenso o potencial que nós temos, ainda, pela frente, a ser aproveitado.

E, justamente, diante dessa perspectiva de futuro que nós podemos visualizar, é que nós gostaríamos de trazer aqui, a esta Câmara Alta do Parlamento brasileiro, a preocupação em relação à situação da pesquisa em nosso País, particularmente desse setor agrícola que estamos abordando agora. O que ocorre é que os cortes de verbas e os salários dos pesquisadores têm caído muito. Hoje, se compararmos, talvez, com 1972, por exemplo, os cientistas e os pesquisadores da Embrapa estão recebendo em torno de 1/3 do salário que recebiam em 1972. Isto é muito grave, porque o Governo investe, em grande escala, na formação de técnicos, de cientistas. Isto pode ser medido em dólares, e as estatísticas estão aí: mais de 15o mil dólares se gasta para formar um técnico a nível interno, no nosso País; e se ele for estudar no exterior, for preparado no exterior, fazendo seus cursos de pós-graduação e outros, os custos com a formação de um técnico ultrapassam os 200 mil dólares.

Desse modo, são investimentos reais que custam à sociedade brasileira muito e bem sabemos nós quanto isso significa para o povo brasileiro. Se a instituição estatal não cuidar dos salários dos seus técnicos, ela vai acabar perdendo, como está perdendo agora, neste momento, para a iniciativa privada, que acaba usufruindo, de graça praticamente, dos conhecimentos, que custaram tanto à sociedade brasileira, desses cientistas que, desestimulados pelo salário que não lhes confere o estímulo necessário nem a vida que desejam ter e têm o direito de alcançar, acabam bucando outra alternativa e, muitas vezes, o que é pior, fora do nosso País. Quando ainda acontece dentro do País, de algum modo, a sociedade recebe este retorno, mas o pior é quando vão para fora do País, e há muito estímulo externo para que brasileiros da melhor qualidade e do melhor preparo sejam requisitados para projetos no exterior e com salários muito atraentes.

O Sr. Wilson Matins — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Com todo o prazer, Senador Wilson Martins.

O Sr. Wilson Martins — V. Exª focaliza a Embrapa, no discurso desta manhã, com muita propriedade, aliás. O discurso de V. Exª já mereceu o testemunho do ilustre Senador Mauro Borges, e eu não poderia também deixar de trazer aqui o testemunho que tenho a respeito dessa empresa, na minha região, no meu Estado, onde há três núcleos: um núcleo da Embrapa, fazendo experimentos na área agropecuária, com grande sucesso, em Campo Grande; outro núcleo em Dourados, fazendo experimentos na área agrícola e voltado, sobretudo, para a soja, onde se verifica hoje um crescimento acentuado da produtividade; e um terceiro núcleo, instalado mais recentemente, na área do Pantanal, região de grande dimensão, pouco estudada, e que, agora, passa a ser examinada pelos técnicos dessa empresa, para mim uma das mais sérias e uma das melhores aparelhadas do Ministério da Agricultura. Foi focalizado também, agora, por V. Exª, o problema dos salários. É isso, realmente, o que ocorre em relação ao pessoal que trabalha nessas empresas: são mal — remunerados. Quando há um reajuste, em face da desordem financeira existente, os salários são logo achatados, e sobrevém essa terrível onda de greves no País. Ainda ontem, S. Exª o Senhor Presidente da República apresentou, um cadeia de televisão, para todo o País, o número expressivo de greves eclodidas ao longo dos quatro anos, colocando isso em destaque. Na verdade, não é possível que seja diferente, uma vez que nenhuma família pode subsistir com os ganhos que são achatados a cada dia com a diminuição do poder de compra dos salários. Então, o problema das greves não se resolve unicamente com o agravamento das medidas de contenção dos movimentos trabalhistas — justos, aliás — das greves, que são admitidas expressamente pela nossa Constituição. Evidentemente, devemos fazer a regulamentação. O Senado Federal já está, pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, com um projeto que foi discutido, aqui, ontem, tratando desse assunto, e o Senhor Presidente da República já toma a iniciativa de enviar para o Congresso uma medida provisória, contendo as providências destinadas a combater o surto e o desenvolvimento dessas mesmas greves. Mas, não podemos, a esse respeito, ter muitas ilusões. O problema social não se resolve através da compreensão. Isto aí são efeitos de uma causa que não está combatida. A grande causa dos males do País, da falta de pagamento de salários adequados, como é o caso da Embrapa, focalizado no brilhante discurso de V. Exª, a falta de recursos para pesquisa a um organismo dessa dimensão, dessa importância, tudo isso constitui uma causa que, essa sim, é preciso ser devidamente apreciada, avaliada, que é a questão da inflação. Ela precisa ser combatida com todas as forças da sociedade brasileira, do Governo brasileiro, do povo brasileiro. Enquanto não atalharmos, enquanto não contivermos, enquanto não pudermos, realmente, refrear esta inflação, não podemos imaginar, supor que, com o anúncio de medidas, como foi feito ontem pelo Presidente da República, possamos ter a solução dos problemas sociais do País. E concordo perfeitamente também com o aparte do ilustre Senador Mauro Borges, de que a safra de 70 milhões de toneladas não é obra miraculosa de alguns meses ou de algum tempo de Governo, de nenhum Ministro. Isto é obra do trabalho dos empresários, dos trabalhadores agrícolas, daqueles todos que estão lá na lavoura, que estão amainando a terra, lançando a semente, esperando a chuva, trazendo calcário, fertilizantes, empregando o seu capital, enfim, fazendo uma obra de risco, de empresários. Esta, sim, é a razão do desenvolvimento do País. Não há motivos, portanto, para que ninguém festeje com foguetes ou com noticiário na televisão o aumento da safra brasileira, unicamente porque ocupe um cargo público mas, na verdade, para que esta safra tenha aumentado nestas proporções. Meus cumprimentos pelo discurso oportuno e brilhante de V. Exª

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Agradeço ao Senador Wilson Martins a intervenção. S. Exª abre o livro em relação à questão maior do nosso País. Eu estava abordando uma questão muito localizada, muito setorial, e V. Exª coloca agora o panorama como um todo. Acho esta intervenção muito interessante, porque nos coloca diante da realidade do nosso País como uma dimensão maior, que é a questão das políticas econômicas que têm sido praticadas pelos Governos, particularmente aquelas que dizem respeito à questão do salário, da inflação, das causas e das conseqüências. E é lamentável que um país, que é conhecido pela criatividade de seu povo, diante de problemas que poderiam muito bem ser equacionados, segundo a criatividade do povo brasileiro, venha sendo atacado por conceitos ortodoxos estabelecidos por outras nações que têm outra natureza de etnia, de clima e de circunstâncias inclusive. Estamos aplicando aquilo que é convencional, que o Fundo Monetário Internacional propõe, isto é, para uma determinada desordem financeira, para um certo desequilíbrio econômico, que é o arrocho salarial e a recessão, como dois elementos capitais para combater o mal.

Só que pagamos um preço muito alto como Nação, como povo, e com esta dificuldade que temos aqui, indo ao subconsumo, vital muitas vezes para a saúde e a qualidade de vida da sociedade, vamos acrescer ganhos para outros países. De modo que somos exportadores do bem-estar, em prejuízo do nosso pró-

prio. Isto é lamentável, porque bem que poderíamos tomar outro caminho, o caminho do consumo interno, do desenvolvimento do mercado interno. Isto é possível, apenas o que é preciso é que se some força para que seja viabilizado. É bem verdade que há setores muito fortes no País que manipulam essa questão, e que quanto maior for a nossa dívida externa melhor para eles, porque estão usufruindo com essa dificuldade que temos, estão acumulando capital, estão concentrando renda em prejuízo da nacionalidade.

De modo que achei muito oportuno o aparte de V. Exª exatamente para colocar a questão num nível mais amplo, como ela deve ser colocada. Não podemos nos ater às análises localizadas da questão. A visão mais ampla é fundamental para que possamos realmente compreender essas questões, que são complexas, mas que precisam ser entendidas, inclusive na questão das políticas. A política agrícola deveria ser a grande responsabilidade do Governo, muito mais do que capitalizar as safras que estão acontecendo aí. Isto não aconteceu! À medida que o tempo passa, estou convencido de que o Governo, pelo lado do Executivo, não tem condições de realmente fazer valer uma política duradoura. Talvez esta Casa, o Parlamento brasileiro seja a única instituição do Poder Público capaz de manter uma política a longo prazo, que é o que tanto necessitamos. Estamos sempre na circunstância, sempre na reação dos problemas que ocorrem a cada ano, e o setor agrícola brasileiro é um setor que não está, do ponto de vista da política, equacionado. O setor agrícola tem riscos incontroláveis, que são os riscos decorrentes da natureza, do clima. Uma outra agravante é que não está coberto por seguros, isto é, diferencia-se totalmente de outras atividades. Portanto, tinha que ter um trato diferenciado, quer na questão dos juros, quer na questão dos créditos, como nos demais componentes dessa política. Isto não aconteceu. Bem que isto poderia ser um argumento positivo para o Ministro da Agricultura utilizar nesse momento em que S. Exª procura tantos argumentos.

O Sr. Nabor Júnior — Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Ouço o nobre Senador Nabor Júnior.

O Sr. Nabor Júnior — Nobre Senador Dirceu Carneiro, é da maior oportunidade o pronunciamento que V. Exª faz na manhã de hoje, aqui no Senado Federal, ressaltando a importância do trabalho desenvolvido pela Embrapa na melhoria e no aumento da nossa produção agrícola. Devo dizer que o próprio Ministério da Agricultura, através do seu titular, o Ministro Íris Rezende, tem conhecido a importância do papel que a Embrapa vem desenvolvendo para aumentar a produtividade no campo e também não tem deixado de reconhecer que, nesse aumento da produção de grãos verificado nos últimos anos, a Embrapa tem tido realmente uma importância capital.

Eu tomei a iniciativa de formular este aparte a V. Exª, exatamente para desfazer essa impressão de que apenas o Ministério da Agricultura tenha avocado a si esse papel, essa importância que a agricultura tem alcançado em nosso País nos últimos tempos. Pelo contrário. O Ministro sempre tem realçado, enfaticamente, que a pesquisa é a principal responsável pelo aumento da produtividade agrícola, e não tem procurado tirar proveito político, não tem sido alardeada essa produção agrícola. Acho que todos nós temos que nos empenhar e dar um crédito de confiança ao Governo, para melhorar ainda mais o desempenho da nossa agricultura. Há pouco tempo o Brasil produzia cerca de 50 milhões de toneladas de grãos e já chegamos a 70 milhões de toneladas. Tenho a impressão de que, com o esforço de todos os brasileiros, principalmente daqueles que ocupam o campo, daqueles que dedicam à sua atividade nessa área econômica, na área agrícola, poderemos chegar, dentro de breve tempo, a 80, a 100, até a 200 milhões de toneladas, aproveitando inclusive a grande potencialidade do cerrado brasileiro. De modo que eu gostaria de fazer esse reparo, como uma justiça ao Ministro da Agricultura, que tem ressaltado, nos seus pronunciamentos, o papel que a pesquisa está desenvolvendo para o aumento da nossa produção agrícola.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Agradeço ao Senador Nabor Júnior, o aparte.

O Sr. Jutahy Magalhães — Depois, eu gostaria de apartear V. Exª

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Em seguida, Senador Jutahy Magalhães.

Mas peço vênia para discordar da observação de que o atual Ministro não está capitalizando politicamente esta supersafra, assim denominada, de 70 milhões de toneladas. E faço isso como uma constatação. Não quero emitir nenhum juízo; quero apenas constatar. Quando se vê, na televisão, os anúncios que capitalizam a supersafra para o Ministério — e, é claro, neste caso, a Embrapa também está envolvida, porque é um órgão do Ministério e, portanto, também tem a sua parte — o Ministro associa a supersafra com aqueles esquerminhas do feijãozinho colorido nas diversas colunas de barras, nas diversas barras para fixar a estatística crescente da produção de grãos com a sua candidatura à Presidência da República. Esta é uma constatação. E é nesse aspecto que queria fazer esta observação.

Agradeço a V. Exª o aparte. Quero realmente acreditar que o Ministro tenha consciência de que não foi a eventualidade da presença de S. Exª no Ministério da Agricultura, sem mudar nenhuma política agrícola brasileira, que veio produzir essa supersafra, pois as estruturas já estavam aí.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Nobre Senador Dirceu Carneiro, a Mesa lamenta profundamente, profundamente mesmo, informar a V. Exª que ela própria ficou tão envolvida pela importância do assunto e pela competência com que V. Exª o trata que nem percebeu a passagem do tempo. O tempo de V. Exª já se esgotou há muito tempo — vá lá o pleonasmo. De forma que a Mesa solicita a V. Exª que não conceda mais apartes e procure terminar o seu brilhante discurso.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Sr. Presidente, agradeço a V. Exª a intervenção. Quero ser disciplinado, mas lamento já ter concordado em dar um aparte ao nobre Senador Jutahy Magalhães, a quem gostaria de ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — S. Exª pode fazer um pronunciamento da tribuna.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, serei muito breve no aparte. É apenas para dar uma informação. Gostaria até de dar um aparte até mais longo, mas não o farei. Quero apenas dar uma informação. Como a Constituição determina que nós, no Congresso, façamos a política agrícola, estabeleçamos então uma norma para isso. Já mandei fazer um levantamento de projetos em andamento no Congresso a respeito dessa questão. Chegamos a 174. Solicitaria à Mesa, e a V. Exª, o Senador Mauro Borges, o Senador Wilson Martins e o Senador Nabor Júnior têm interesse no assunto, que juntassem todos esses projetos e os enviassem à comissão encarregada de discutir os problemas agrícolas no Senado Federal, para que seja preparada uma proposta de política agrícola para o País. V. Exª diz muito bem: nós não temos política agrícola no País. Temos um aumento de produção por uma produção extensiva, e esse aumento de produção, infelizmente, de 50 milhões de toneladas para 70 milhões de toneladas, não chegou à mesa do povo brasileiro. Sabemos que os custos da alimentação para o brasileiro ainda são altos e essa produção não tem significado algum na diminuição desse aumento de custo. Mas isso seria aumentar o aparte, e eu tenho que atender ao meu presidente. Então, só quero falar sobre a questão da política agrícola e do papel que podemos representar, que devemos fazer aqui, estabelecendo a política agrícola do País.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — V. Exª, Senador Jutahy Magalhães, levantou uma outra face, desta questão, que é da maior importância: a da legislação. Nós acreditamos realmente que o Legislativo tem que estabelecer a política agrícola e não ficar esperando a iniciativa do Executivo, que sempre está envolvido com as circunstâncias da safra, com os problemas de armazenamento, com os problemas pertinentes à safra. Em outros países do mundo que têm as suas leis agrícolas, foi o parlamento quem as fez.

Penso que há todo um conjunto de iniciativas dentro do parlamento. Eu mesmo tenho procurado fazer um levantamento em todos os organismos que tratam da agricultura no País, solicitando que enviem o material que possuem, para começarmos, aqui também, a elaborar essa lei, que já tem tantas iniciativas. Inclusive estou solicitando leis de países estrangeiros que já as têm.

De modo que foi realmente muito oportuna a sua lembrança. Acho que realmente é o momento de reassumirmos a responsabilidade de elaborar, com o menor espaço de tempo possível, esta lei, que é absolutamente necessária para a segurança dos produtores agrícolas do nosso País.

A outra questão levantada por V. Exª foi a coisa mais importante que devemos ter bem presente. Toda a evolução desse ganho de produtividade e desse aumento de safra não é para o povo brasileiro; é para um modelo exportador, amarrado a uma dívida externa impagável e que tem no setor agrícola uma das suas formas de ir jogando para a frente com esse enorme volume de dívida. O crescimento que a agricultura teve foi basicamente no setor exportador, naquilo que não cai na mesa do povo brasileiro. Essa constatação de V. Exª foi muito oportuna.

Agradeço a V. Exª os apartes e também à Mesa pela tolerância. Ainda não pude abordar, nesta questão, coisas importantíssimas, como o Centro Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos e Biotecnológicos, o Cenagen, um dos cinco órgãos que existem no planeta e que está ao nível tecnológico dos demais, quer estejam nos Estados Unidos, Europa ou em qualquer outro lugar. Este setor tem sido pioneiro em tecnologias de ponta, como seja abissecção de embriões. Esta micromanipulação de embrião, feita por cientista brasileiro. Por sinal, um conterrâneo de Santa Catarina, que inclusive serviu na Empasc de Lajes, da minha cidade, que está desenvolvendo essa tecnologia produzindo já gêmeos idênticos, isto tanto na área bovina como na eqüina.

Mas há outras áreas também de muita importância, como a do armazenamento de germoplasma, que são sementes que ficam guardadas por uma, duas, três ou mais décadas, inclusive há pesquisa dos parentes primitivos dessas variedades que hoje já estão distanciadas da sua origem, mas que têm, no Brasil, uma riqueza genética muito grande e que na busca do parente primitivo se consegue o fortalecimento de certas características da planta, indispensáveis às vezes à sua defesa, às vezes à defesa contra a praga ou contra as intempéries ou coisa desse gênero.

De modo que este avanço da tecnologia também é digno de nota e precisa ser apoiado neste Parlamento, especialmente pelo Governo, que não pode deixar perder estes ganhos que atingimos até agora.

Lamento que o tempo tenha sido curto. Pretendo voltar em outra oportunidade para discutir, para fazer com que estes dados e estas informações alcancem o maior número de brasileiros, para que todos nós tenhamos consciência da importância da pesquisa no setor agrícola e dos riscos que ela corre, se não cuidada pelo Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Borges.

O SR. MAURO BORGES (PDC — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, apesar de sermos vizinhos, de trabalharmos perto, foi mera coincidência uma abordagem simultânea do discurso de S. Exª, Senador Dirceu Carneiro, e do meu sobre o problema da agricultura.

Farei um esforço para focalizar ângulos não repassados por S. Exª, não tanto pela sua omissão, é claro, mas pelo tempo que não lhe foi possível, para abordar todos esses aspectos interessantes da agricultura. Aliás, é um tema dos mais importantes, mais amplos e que este País merece tratar sempre, sobretudo neste momento.

O Congresso Nacional, na atual legislatura, tem-se defrontado com forças advindas de outro poder, cujo resultado deixará, tenho certeza, um marco destacável ao longo de toda a história do Parlamento brasileiro.

Primeiro, as pressões descabidas no processo constituinte; em seguida, texto concluído, a projeção de dúvidas na ousada tentativa de desvalorização do conteúdo; e, por último, a interpretação enviesada a justificar o mau uso do que podemos afirmar, sem ultraje à modéstia, como sendo da mais relevante conquista do povo brasileiro nos últimos tempos: a lei, a Carta Constitucional, a Constituição da República.

Mas, prezados senhores, não venho hoje falar-lhes do tema de tamanha importância. Mesmo porque, o comportamento dos congressistas nessas ocasiões tem sido exemplar. Soubemos rechaçar toda e qualquer intromissão a tempo e a hora.

Venho sim, Srs. Senadores, tratar de coisa simples. Simples, mas não sem importância, a meu ver, de assunto da maior relevância neste momento da vida nacional.

Falarei da agricultura, de nossa agricultura.

Falar de agricultura hoje é falar da irresponsabilidade deste Governo que aí está. Mas como cobrar responsabilidade, de quem tem sido tão criticado, de quem tem tido a cada passo, a cada mês uma queda na sua confiabilidade? Sem ter ainda recebido aprovação no concurso de legitimidade, concorreu celeremente para o estilhaçamento da credibilidade popular. Como exigir conseqüência a quem falta o essencial?

No entanto, em que pese os descaminhos do Executivo, o Parlamento jamais faltou às responsabilidades, nessas horas. Fomos até condescendentes, permitam-me a afirmação, em muitas oportunidades. Aceitamos o emprego abusivo das medidas provisórias, contornamos os impasses na aprovação do Orçamento, tudo porque a gravidade do momento assim exigia.

E agora, onde entra a ação governamental?

O meu Estado, Srs. Senadores, acolheu sempre o chamamento nacional na consecução das metas alocadas ao setor agrícola.

Estivemos sempre na vanguarda da produção agrícola, como na pecuária de corte, na produção de arroz, algodão e da soja, e agora do milho.

O caso do milho é sobremaneira auspicioso, vez que não se trata da simples expansão da fronteira agrícola, mas da conquista de nível expressivo de produtividade. Goiás é hoje, em termos qualitativos e de produtividade, o grande, o maior produtor de milho deste País. É um fato para o qual muitos não têm sua atenção voltada. Quer dizer, no Planalto Central se desenvolve uma agricultura moderna, de alta qualidade e produtividade. Maior porque somos o único Estado capaz de oferecer mais de um milhão de toneladas deste cereal tão estratégico — o verdadeiro cereal dos brasileiros — embora, ao longo dos anos desse malfadado subsídio do trigo, o povo tenha se esquecido dos hábitos tradicionais da participação do milho na sua mesa, substituindo aquilo que era autenticamente nosso e tradicional pelas coisas do trigo importado com favor. Goiás oferece essa quantidade expressiva, além de assegurar o mais alto padrão de qualidade a todo e qualquer consumidor das mais distantes localidades do País.

Itumbiara, Goiatuba, Pontalina, Santa Helena, Rio Verde, todos, no País, que são ligados ao ramo da indústria alimentar reconhecem o valor que se origina dessas localidades goianas.

Aliás, devo dizer, com muito orgulho, que sou filho de Rio Verde, hoje o maior município produtor de soja de nosso País e, talvez, também de milho.

Mas em que contribui o Governo atual para a melhoria da agricultura? O Ministro da Agricultura, como já tive oportunidade de falar em recente aparte, vem freqüentemente à televisão, em horários especiais e em cadeias, manifestar o seu orgulho por essa alta produção, por essa supersafra, avocando quase sempre a si o sucesso. Não tive a satisfação de vê-lo dividir a glória com nenhum órgão subordinado à sua Pasta.

Na verdade, como ressaltou o Senador Dirceu Carneiro, essa ampliação da safra agrícola deve-se mais à produção de soja, que é exportada; é realmente o único grão, o único cereal que, neste momento, dá condições ao agricultor de plantar com sucesso financeiro certo. A soja tem sido o cereal de eleição nessa expansão.

O Sr. Edison Lobão — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MAURO BORGES — Pois não, Senador Edison Lobão, com muito prazer.

O Sr. Edison Lobão — Senador Mauro Borges, ouço o discurso de V. Exª, como ouvi, ainda há pouco, o do eminente Senador Dirceu Carneiro. Quanto à produção de grãos no País, como brasileiro, orgulho-me dela, assim como faz V. Exª e, certamente, todos os Srs. Senadores. É certo, e estou de acordo, que essa produção não se deve ao Ministro da Agricultura, e eu diria nem ao Governo; mas também o Ministro não tem declarado, pelo que tenho visto na televisão e na imprensa, que é o responsável por aquilo. S. Exª apenas apresenta os fatos, no que faz muito bem, pois é o Ministro da Agricultura. S. Exª não

é o Ministro da Ciência e Tecnologia, é o Ministro da Agricultura. Agora, também não podemos desconhecer que o Governo Federal, por intermédio do seu Ministério da Agricultura, portanto, do Ministro Íris Rezende, tem contribuído para um bom gerenciamento de tudo quanto se realiza neste setor. Se o Ministro não é o responsável, e não é, pelas 70 milhões de toneladas, certamente é responsável pelo bom equacionamento da agricultura no País nesse momento. Temos de reconhecer — eu, pelo menos, reconheço — que S. Exª tem sido um bom Ministro da Agricultura, tem sido atento, ativo e defensor intransigente dos interesses da sua Pasta da Agricultura. Portanto tem méritos, embora não seja, é fato, o responsável pela produção de 70 milhões de grãos. Muito obrigado a V. Exª

O SR. MAURO BORGES — Agradeço o aparte de V. Exª

Eu poderia entrar nesse assunto mais a fundo. Mas não entrarei, porque não é meu objetivo, realmente, discutir a ação política do Ministro da Agricultura. Mas devo dizer que as omissões têm sido muito maiores do que as ações. É o caso, por exemplo, da falta de crédito agrícola.

Sabemos que houve redução geral; devido as questões da inflação brasileira houve uma redução geral. Mas a redução agrícola é drástica! É realmente difícil de compreender como os agricultores têm coragem de se lançar uma atividade tão incerta e com resultados tão duvidosos. Na hora em que se pode ganhar algum dinheiro é caso, por exemplo, deste ano, da safra de milho — vem o Governo e anuncia importações, repetindo o grave erro que praticou na famosa importação de alimentos do Plano Cruzado, vem novamente e anuncia importação de carne. O que vai desestimular completamente a pecuária nacional, quando todos sabem que no ano passado, por exemplo, o setor de engorda com confinamento não teve o lucro desejado, praticamente empatou, porque houve dificuldades.

Acredito que se o Ministério lutar por essa importação vai haver uma repetição, um desestímulo, um desestímulo, quando o confinamento representa hoje um avanço muito grande neste País, pois os rebanhos perdiam grande parte de seu peso durante o período de falta de chuva ou de inverno, como é o caso do Sul, onde o inverno é chuvoso. Entretanto, é preciso que se acentue, se o Governo não tomar medidas negativas, não é tão importante que tome positivas, pelo menos não prejudicará o homem do campo.

Restrições de comercialização, todo mundo sabe que a agricultura está descapitalizada; de um modo geral, os agricultores não têm dinheiro para reter sua mercadoria até a espera de um preço relativo. É preciso que o Governo realmente libere os AGF e facilite a comercialização do produto agrícola. O que se vê agora? Restrições, dificuldades absolutas nesse sentido.

Temos que, realmente, parabenizar os agricultores por terem resistido a tamanha falta de proteção.

A questão da armazenagem. Ainda agora recebi um telegrama dos agricultores de Quirinópolis, uma cidade do sudoeste do meu Estado, uma grande produtora, com terras ricas, e os agricultores estão completamente desanimados defido às dificuldades de estocagem, estão com 350 mil sacas de milho ao relento.

Sabemos que houve uma expansão da Cibrazém na parte de armanzenagem, entretanto , podia ter sido muito maior. Por que não foi? É que os custos de armazenagem feitos pela Cibrazém são os mais altos, são quase o dobro dos preços ordinários em outros países, além dos altos preços que foram construídos esses armazéns. Eu poderei, em outra oportunidade, trazer dados precisos e específicos sobre isso.

Quanto ao assunto abordado pelo nobre Senador Dirceu Carneiro, a respeito do desapreço à Embrapa, à Emater e à Embrater e, por extensa, às Emater, não adianta apenas fazer pesquisa. É preciso fazer pesquisa e divulgá-la, levá-la até ao nível dos plantadores e dos agricultores. Ao contrário, o desapreço à Embrater é total. O Governo quis extingui-la e não o fez graças à energia com que o Congresso defendeu essa benéfica organização e, mais uma vez, de modo geral, essa questão de importações de grãos, carne e leite. Talvez, o que se gasta, num ano, na importação de centenas de toneladas de leite em pó, seria o suficiente para que o Governo implantasse, definitivamente, uma estrutura agroindustrial, produtora de leite. Mas o que se vê — confirmando o que disse o nobre Senador Dirceu Carneiro — é que não há uma política agrícola. Isso é levado atropeladamente.

O Sr. Carlos Patrocínio — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAURO BORGES — Pois não, ouço, com prazer, o aparte do nobre Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio — Eu gostaria de congratular-me com a brilhante e oportuna exposição do Senador Mauro Borges, nesta hora em que o Brasil se prepara para colher a sua safra recorde da história. O que eu gostaria mesmo de dizer é que não tenho visto estímulo, por parte do Governo, na produção desta safra. Temos recebido correspondência do nosso Estado, Tocantins, cuja emergente agricultura está ultrapassando as melhores expectativas em que todos os agricultores reclamam dos saldos de pagamento que serão, agora, corrigidos pelo IPC e que seriam, anteriormente, antes de 15 de janeiro, quando foi instituído o Plano Verão, corrigidos pelos valores da caderneta de poupança. Então, alegam aqueles agricultores que com a produção de 15 sacas de soja daria para se pagar as despesas de custeio de 1 hectares de terra. Hoje, eles precisariam de 30 sacas para pagar ao Governo aquilo que produziu 1 hectare de terra. Então, pedem urgentes e ingentes esforços do Congresso Nacional, no sentido de viabilizar a venda com lucros dessa produção de soja e de outros grãos. Também a frente ampla da agricultura brasileira, reunida em São Paulo, no dia 13 deste mês, fez um veemente protesto contra essas taxas de juros, porque o preço dos produtos dos grãos está congelado se postaram veementemente contra a importação de carne, de leite, visto que esses produtos, principalmente o leite, frango e ovos, não têm tido o apoio necessário dos órgãos governamentais. Portanto, eu gostaria de, cumprimentando V. Exª pelo orgulho com que louva esta safra recorde e o esforço do agricultor do seu Estado, enaltecer e louvar o grande produtor brasileiro, o agricultor, que, para mim, tem uma das atividades mais dignas e mais abençoadas do nosso País. E dizer mesmo que, com Ministro ou sem Ministro, embora isso não seja especificamente para o Ministro Íris Rezende, que tem pelo menos conseguido conciliar e coordenar as coisas, já que sabemos que o Ministério da Agricultura é um cemitério de Ministros, vamos dizer assim, S. Exª tem conseguido, pelo menos, coordenar eficientemente essa política e tem-se saído bem. Mas eu gostaria de dizer que com ou sem Ministro da Agricultura haveremos de ter safras sempre superiores a esta e sempre teremos safras cada vez mais expressivas, apenas dos Ministros da Agricultura.

Muito obrigado, Senador Mauro Borges.

O SR. MAURO BORGES — Agradeço ao Senador Carlos Patrocínio, do Estado de Tocantins, esse aparte tão expressivo, que mostra sua vinculação ao seu povo, ao seu Estado produtor, que é o jovem Estado de Tocantins. Muito obrigado, Senador.

Para concluir, queria apenas me reportar à sugestão do Senador Jutahy Magalhães, a respeito da elaboração de uma política agrícola, pela Comissão de Agricultura do Senado Federal. Acredito que seja uma boa idéia. Apenas complementaria, dizendo que a Comissão de Agricultura do Senado deveria consultar órgãos tradicionais, como associações brasileiras de agricultura, de produtores, enfim, várias organizações que há anos labutam nesse campo. Seria muito importante termos as sugestões delas para o trabalho da Comissão de Agricultura do Senado.

Realmente, não há política agrícola. Esse é um dos maiores obstáculos. Quando vemos esse aumento expressivo da produção de soja, é por uma questão financeira. Ninguém planta soja por amor à soja; é porque oferece condições de mais lucro. E ao mesmo tempo vê-se restringir a produção de produtos básicos da mesa do brasileiros: a mandioca, o milho, que agora vai ter uma boa safra, o arroz e outras coisas mais. Realmente, isso não pode acontecer.

Há que existir um estímulo especial à agricultura — digamos assim — para a mesa do brasileiro. Isso é da maior importância! a o caso do álcool, por exemplo. Surgiu o alcoolmotor numa ocasião de crise de combustível para o nosso País, uma crise desesperada. Agora, E tão pensando em eliminar o álcool, o apoio à indústria alcoolmotora. Isto é um absurdos!

O álcool, hoje, é uma patrimônio não só tecnológico, científico, mas de riqueza do povo brasileiro. O que falta é a política agrícola. Não se justifica que o Estado de São Paulo, tendo ali grandes terminais petrolíferos, grandes refinarias, plante cana para fazer alcoolmotor. Isto deveria ser reservado ao Mato Grosso do Sul e do norte e a outros Estados, ao nosso Estado, ao Estado do Tocantins. Devia haver um disciplinamento, pois não tem cabimento fazer indústrias alcooleiras, plantações de cana, à beira dos terminais petrolíferos. Isto faz parte da política geral de economia do nosso País.

Portanto, a política agrícola é coisa absolutamente necessária que se faça para que haja economicidade nas atividades do nosso Brasil.

O Sr. Leite Chaves — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAURO BORGES — Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Nobre Senador Mauro Borges, agora, a Mesa mais atenta pela experiência anterior, cumpre o dever de alertar V. Exª de que o seu tempo já está esgotado. Portanto, faço um apelo para que V. Exª não dê mais apartes — talvez um — e procurasse concluir o seu pronunciamento.

O SR. MAURO BORGES — Perfeitamente, Sr. Presidente. Mas esse eu já havia concedido.

O Sr. Leite Chaves — O discurso de V. Exª é muito oportuno. A situação do Paraná, que é um Estado agrícola, também é de grande desassossego. No setor do algodão, veja V. Exª, os lavradores estão deixando de colhê-lo, porque o preço é de cinco mil cruzados e não atende, sequer, às necessidades de custo e apanho. O AGF está atrasado, os armazéns são caros e há uma intranqüilidade muito grande com possível conseqüência para a safra que vem. A agricultura, como V. Exª sabem, não é subsídio, é preço, é preço justo. Foi aquilo que há muito tempo houve nos Estados Unidos, no último Governo de Roosevelt, quando ele teve como Secretário o Sr. Wallace, um homem muito inteligente, e ele viu que anualmente havia esse problema de excesso de produção num ano e de decesso no outro, viu ele que os Estados Unidos podiam passar sem muitos itens, menos sem os itens agrícolas, que eram vitais. Foi quando estabeleceu o *target price*, o preço objetivo. Aqui, no Brasil, diversas vezes tentamos solucionar alguma coisa através da lei, tanto é que temos um projeto que assegura o pagamento do débito agrícola com a entrega do produto ao preço mínimo, porque, às vezes, nem pelo preço mínimo consegue o lavrador vender o seu produto. Há um erro, também no Ministério da Agricultura. O Ministério é responsável pela produção, mas não o é pelo preço. Então, quando há excesso de produção, cai o preço, o Ministro da Agricultura é criticado.

O SR. MAURO BORGES — V. Exª tem toda razão.

O Sr. Leite Chaves — E é acusado. Quando há decesso e os preços se elevam, também há condenação. Produção e preço deveriam ser da responsabilidade única e exclusiva do Ministério da Agricultura, e o próprio Ministro, seja ele o atual ou qualquer outro, não ficaria exposto a críticas as mais constantes. Congratulo-me com V. Exª e posso adiantar que o Ministro Íris Rezende tem sido muito vigilante nessa luta. Mas, como eu disse a S. Exª certa vez, ele jamais será objeto de elogios, de aplausos generalizados por essa razão mesma, de descorrelação entre preço e produção.

O SR. MAURO BORGES — Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu já havia concedido um aparte e pediria a V. Exª que concedesse o último aparte ao Senador Dirceu Carneiro. (Assentimento do Presidente)

O Sr. Dirceu Carneiro — Senador Mauro Borges, dentro das colocações que V. Exª tem feito, há a necessidade de esta Casa do Parlamento brasileiro traçar as bases da lei agrícola do nosso País. Temos buscado informações nessa área e achamos absolutamente essencial que fique assegurado, para a garantia do nosso crescimento de produção agrícola, coisas como o crédito, que seja realmente um crédito e que nisto provavelmente contenha o subsídio. É que nenhum País do mundo, nem o Japão, nem os Estados Unidos, nem a Europa como um todo produzem agricultura sem subsídio, nenhum país. E quem diz que não produz não conta a verdade. Outra questão é o seguro. Seguro agrícola é uma das questões fundamentais para a garantia dos agricultores, porque temos visto o fracasso e a perda de propriedades, até por questões incontroláveis e que o seguro não cobre. O preço dos produtos agrícolas, como bem falou o Senador Leite Chaves, é um desafio, porque os governos de todo mundo controlam o preço por ser coisas de primeira necessidade e, portanto, são sempre controlados. Outros setores podem praticar preços livres e na economia de mercado, que normalmente tem mais liberdade, os preços agrícolas sempre são controlados e, portanto, sofrem oscilações conforme os apertos do Governo. A questão tecnológica é importante e uma outra questão é o armazenamento. Os governos de modo geral são aliados dos intermediários. Os créditos para armazenamento nunca são para a propriedade, para o produtor, mas são para os intermediários. E isto constitui um mecanismo de acumulação para um setor que muitas vezes nem merece tanto, por não ter sido o que correu maior risco e, por outro lado, serve à especulação. Produtor normalmente não especula em parte alguma do mundo. Normalmente são outros setores que praticam a especulação. Depois, claro, a transformação industrial e a distribuição dos produtos seriam outras coisas importantes. Gostaria de cumprimentá-lo, também, por essas colocações, e dizer que a consciência, creio, deste parlamento e da sociedade brasileira, vão nos ajudar muito a fazer com que esta lei agrícola seja uma lei ampla que responda à expectativa da sociedade brasileira e dos produtores do nosso País.

O SR. MAURO BORGES — Muito obrigado, nobre Senador Dirceu Carneiro pelo seu aparte.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Senador Mauro Borges o Sr. Senador Pompeu de Sousa deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Senador Antonio Luiz Maya.

Durante o Discurso do Sr. Senador Mauro Borges o Sr. Senador Antonio Luiz Maya deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Senador Pompeu de Sousa.

Durante o discurso do Sr. Senador Mauro Borges o Sr. Senador Pompeu de Sousa deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Iram Saraiva.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Esgotada a matéria constante do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

A matéria constante da Ordem do Dia fica com a votação adiada em virtude da falta de *quorum*.

É a seguinte a matéria adiada:

PROJETO DE LEI DO DF Nº 5, DE 1988
(Art. 4º, *in fine*, da Resolução nº 157, de 1989)

Votação, em turno único, do veto parcial oposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e Membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parte vetada. art. 4º

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, recebi do meu Estado um telex do Presidente da Federação das Indústrias, que passo a ler:

Exmo. Sr.
Senador Ney de Albuquerque Maranhão
Senado Federal
Brasília — DF

Cumpre-nos solicitar do nobre representante seu valioso empenho junto à Presidência da República e, em particular junto aos Ministros da Fazenda e do Planejamento no sentido de impedir que seja efetuado um corte no orçamento do Finor, para o exercício de 1989.

Convém esclarecer que o total orçado para o Finor é da ordem de NCz$ 1.400.000.000,00. A Secretaria do Tesouro Nacional está sinalizando liberações para o exercício de 1989 na ordem de

400 milhões, havendo um corte de cerca de 1 bilhão de cruzados.

Os 400 milhões seriam aplicados da seguinte forma: sessenta por cento, ou seja, 240 milhões em cerca de 1.000/1.200 projetos; quarenta por cento, no artigo 18.

Relembrando os gravíssimos e urgentes problemas que o sistema produtivo da nossa região vem enfrentando, nos últimos tempos, necessário se faz contarmos com os nossos representantes, no Congresso Nacional, para que seja sustada a inexplicável medida governamental. Com os nossos antecipados agradecimentos, o abraço cordial. — *Gustavo Perez Queiroz.* Presidente da Federação das Indústrias Estado Pernambuco.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, isto significa um desastre, principalmente para os pequenos e médios produtores do Nordeste.

Ontem mesmo, tive a ocasião de falar, desta tribuna, sobre o desespero em que se encontram os camponeses que labutam na safra do açúcar, no Nordeste. Nesta época param as usinas e eles não têm o que fazer. Ontem mesmo, o Governador Miguel Arraes recebeu mais de 4 mil camponeses, no Palácio das Princesas, exigindo para os seus companheiros trabalho na área de Pernambuco — há mais de 300 mil trabalhadores.

O Governo do estado está fazendo o possível para abrir frentes de trabalho neste período da entressafra. E com esse corte do Finor, as empresas que já têm projeto, já investiram; outras que contam com este financiamento já tomaram até dinheiro emprestado aos bancos a curto prazo, porque ninguém agüenta juros tão altos em função de investimentos em projetos agrícolas. O resultado, com este corte de praticamente, 60%, vai inviabilizar muita gente. E esses projetos que estão na Sudene, esperando a liberação, ocasionarão um desastre muito sério para o Nordeste.

Faço um apelo, neste instante, principalmente ao Senhor Presidente da República, que é nordestino e conhece muito bem o problema da Sudene — órgão de importância vital e fundamental para o desenvolvimento da Região, principalmente para os micro e pequenos produtores. Ao mesmo tempo, faço um apelo à pessoa do Ministro do Interior, Ministro João Alves, que é nordestino, a quem conheço muito bem e tenho certeza, fará o possível para que este corte não aconteça.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Wilson Martins.

O SR. WILSON MARTINS (PMDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Plano Verão trouxe no seu bojo, além da contenção de preços e salários, providências outras entre as quais a da privatização das empresas públicas. Uma campanha orquestrada, organizada, procurou, ao longo dos dias em que se preparava o Plano Verão, desmoralizar essas empresas, que já vinham pagando salários irrisórios a seus trabalhadores, e pondo sempre críticas sobre as realizações de seus serviços.

Entre outras empresas, cuja privatização foi pedida ao Congresso pelo Governo, se encontram a Rede Ferroviária Federal S/A e o Serviço Nacional de Navegação da Bacia do Prata, ambas prestando relevantes serviços a várias regiões do País.

Entre o grupo que compõe a Rede Ferroviária Federal, incluo a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, construída no início do século, ainda quando o País não contava com a maquinaria de hoje, quando não havia caminhões, não havia tratores e a estrada se fazia com picaretas, com enxadas, com carroças e com tração animal. Foi um trabalho enorme realizado no final do século passado e concluído no primeiro quartel do presente século. Era uma estrada estratégica que se seguiu em decorrência do término da Guerra do Paraguai.

Essa estrada Noroeste do Brasil, Sr. Presidente, Srs. Senadores, prestou serviços assinalados ao Estado de São Paulo e ao Estado de Mato Grosso do Sul. Ela hoje, com mais de 2 mil km, visa a atingir o Pacífico, pois os seus trilhos terminam em Corumbá e, também, atingem, por outro lado, o Paraguai, numa variante que vai até Ponta Porã.

Os serviços prestados pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil a essa região do País são de excepcional importância ao longo do tempo, não apenas o transporte de cargas como o transporte de passageiros. Mas, Sr. Presidente, há mais de 30 anos que essa estrada não recebe novos investimentos. Ela vem se deteriorando ao longo de todo esse período. Os salários defasados de seus empregados, um material rodante todo deteriorado... Numa das últimas viagens que fiz de Corumbá a Campo Grande, há alguns anos, cheguei molhado na minha cidade, porque o vagão dormitório não podia conter a chuva que caía sobre o nosso percurso.

É uma estrada que apresenta superávit. Nada obstante, o Governo Federal pensa em arrendar a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, unicamente porque se trata de uma empresa pública e o Governo está com a sua vontade voltada na direção da privatização.

Não vamos discutir ideologicamente essa matéria. Que as empresas públicas que dêem sistemáticos prejuízos ao País e que não tenham grande expressão, grande importância econômica e social se privatizem, tudo bem. Mas aquelas outras empresas, como a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, cuja a história já narrei, e que continua sendo útil apesar de estar sem investimentos, de estar já desaparelhada, devem continuar sendo de propriedade da União e administrada pela União, como a Noroeste do Brasil, ou melhor, de propriedade, hoje, de uma sociedade anônima sob a supervisão do ministério correspondente. Todo o serviço de transporte, o maior serviço de transporte das cargas mais pesadas, ainda é feito pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Ao lado também dessas providências do Governo, podíamos dizer a V. Exª e aos Exmºs Srs. Senadores que isso causou uma profunda revolta na opinião pública do Estado de Mato Grosso do Sul. Ninguém se conforma com a orientação tomada pelo Governo a respeito da sua estrada de ferro, inaugurada em 1914.

Movimentos têm sido feitos, protestos têm sido encaminhados ao Governo Federal, visitas têm sido feitas aos ministérios próprios e, recentemente, uma comissão de deputados estaduais, acompanhada de representantes do Congresso Nacional, esteve em visita ao Ministério dos Transportes e foi atendida pelo Sr. Ministro, que não atendeu às ponderações feitas pela comissão, arrematando por dizer que a estrada realmente seria arrendada a particulares.

Entrementes, não se conhece, Sr. Presidente, em que termos será feito o arrendamento. Não se conhecem as cláusulas do contrato de arrendamento. Os dirigentes da estrada não têm conhecimento das cláusulas desse pretendido contrato. A opinião pública está desinformada a esse respeito e o Governo realmente pretende fazer o arrendamento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Foi instalada, nesta semana, uma comissão na cidade de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, constituída por ferroviários e representantes de várias categorias sociais, com o objetivo de pugnar pelo prosseguimento dos trabalhos, dos serviços da Rede Ferroviária Federal do meu estado, antiga Noroeste do Brasil.

É de se mencionar que os trens de passageiros, que antes eram diários, saíam de Bauru e iam até Corumbá, na barranca do rio Paraguai, foram limitados, agora, a apenas duas viagens semanais. Fala-se inclusive na eliminação de trens de passageiros, permanecendo apenas o transporte de mercadorias, sob a alegação de que há déficit no transporte de passageiros, que é perfeitamente coberto pelo superávit dos trens de cargas dessa ferrovia.

Não bastasse a desejada privatização da Rede Ferroviária, a Noroeste do Brasil, o Governo Federal, na proposta que enviou ao Congresso pedindo a privatização do *Lloyd* Brasileiro, também pretendia a privatização do serviço de navegação da Bacia do Prata.

O serviço de navegação da Bacia do Prata presta serviços da maior relevância e é, realmente, o único transporte fluvial de médio porte do Estado do Mato Grosso do Sul, operando na Bacia do rio Paraguai e na Bacia do rio Paraná. Faz transporte de soja, de madeira, de minérios de ferro de Corumbá, de gado dos fazendeiros do Pantanal e de passageiros.

Assim como ocorre em relação à Noroeste do Brasil, o serviço de navegação da Bacia do Prata não recebe melhorias nem investimentos há muitos anos. Está em más condições, com um pequeno número de barcos, de rebocadores; os serviços de dragagem do rio Paraguai são pequenos; o assoreamento do rio Taquari e de outros afluentes da margem esquerda do rio Paraguai e do próprio

rio Paraguai não vem sendo feito metodicamente; e não tem havido a apropriação de recursos necessários a essa navegação, indispensáveis à melhoria desses serviços, de tal maneira que o Governo tem faltado também e, de maneira acentuada, com a navegação da Bacia do rio Paraguai, uma das melhores bacias de navegação do Brasil. Trata-se de uma região de planície, própria para a navegação.

O rio Paraguai tem mais de 2.000 quilômetros e pode fazer a ligação desde a cidade de Cuiabá, através do rio Cuiabá, atravessando o Oceano Atlântico, depois de passar por Assunção.

O Sr. Mauro Borges — Permite V. Exª um aparte?

O SR. WILSON MARTINS — Com prazer ouço V. Exª

O Sr. Mauro Borges — V. Exª está tratando de um assunto da mais alta importância nacional. Aliás, nos anos da época moderna que vive o Brasil, nos tempos de hoje, está sendo muito esquecida essa questão da navegação, sobretudo na Bacia do Prata. V. Exª, como bom mato-grossense e estudioso das nossas coisas, sabe que, durante o Império, era uma questão fechada de toda a política imperial, sobretudo quando se tratava de política interna nacional, a livre navegação da Bacia do Prata, porque não tínhamos, como temos hoje, os acessos do litoral ao rio Paraguai, e muito menos até Cuiabá. V. Exª se lembra da deflagração da Guerra do Paraguai, quando o Presidente da Província do Mato Grosso foi preso, em Assunção, pois não tinha meios de chegar a Cuiabá, não fora a utilização dos rios da Bacia do Prata, comprovando a sua imensa importância. Ficamos estarrecidos quando vemos um caminhão cheio de grãos sair daqui de Goiás para o porto de Paranaguá, porque o Porto de Santos está congestionado, aumentando em milhares de quilômetros a distância, sacrificando e tirando a competitividade que possa ter o nosso produto por falta de portos adequados. Talvez fosse melhor — é claro que não seria uma solução ótima, mas seria uma solução pelo menos para minorar esse absurdo — que a soja, produzida no Sul do Mato Grosso, pelo menos por algum tempo, pudesse sair pelo Porto de Buenos Aires, porque seria muito mais barato do que sair daqui de caminhão até os portos do Sul. V. Exª aborda, portanto, um problema que faz parte da transição do Brasil, que é a preocupação não só com a livre navegação mas com a eficácia da navegação na Bacia do Prata. Muito obrigado.

O SR. WILSON MARTINS — Agradeço o aparte que V. Exª faz ao meu discurso, V. Exª que é um estudioso da questão e que a tem examinado várias vezes neste Senado, sobretudo no que diz respeito à navegação do rio Araguaia e do Tocantins, rios que banham o estado de V. Exª

Sr. Presidente, a questão dos transportes em Mato Grosso do Sul fica extremamente em choque com as providências e com as medidas que o Governo Federal procura tomar em relação à Noroeste do Brasil e ao serviço de navegação da Bacia do Prata. Quando há pouco tempo foi enviado a este Congresso o projeto que pretendia a privatização do Lloyd Brasileiro tive oportunidade de emendá-lo, para que fosse excluída também da privatização a Empresa de Navegação da Bacia do Prata.

O projeto do nobre Senador Maurício Correa, o decreto legislativo que procurava tornar ineficaz a privatização do Lloyd Brasileiro, é que me permitiu apresentar esta emenda a que me referi há pouco. Este Senado, tomando consciência e sensibilizado pelos argumentos expendidos aqui, aprovou tanto o decreto legislativo do Senador Maurício Correa, como a emenda a que me refiro, além de outras que foram apresentadas por colegas da região Norte.

Quando se constrói, Sr. Presidente, no sistema de transporte nacional, uma nova ferrovia como a Norte-Sul, contra a qual nunca me coloquei, entendendo que toda ferrovia, todo novo sistema de transporte que se implante no País é útil e necessário para nosso crescimento e desenvolvimento econômico, quando se inaugura o primeiro trecho, sob festas, com a presença do Senhor Presidente da República, da Ferrovia Norte-Sul, que gastou milhões de dólares e continua, evidentemente, fazendo investimentos de outros milhões de dólares para o seu prosseguimento, não tem qualquer explicação que as ferrovias do País, as já construídas em governos anteriores, que vêm, de muito tempo, prestando muitos serviços à Nação, sejam desativadas; que o seu material rodante seja desgastado e não seja substituído; que os seus trilhos não sejam substituídos; que as nossas velhas estradas não sejam recuperadas, ao contrário, sejam deterioradas e desmoralizadas, inclusive com os maus vencimentos pagos aos seus servidores.

No caso da Noroeste, já mencionei e reitero, ela não é uma estrada deficitária, mas superavitária. Não há por que arrendá-la. Antes de se pensar no arrendamento, que se discuta com a Direção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil este problema; que se discuta com a sociedade; que este assunto tenha clareza, que venha à luz do dia, não fique nos conciliábulos dos Ministérios, em discussão com os interessados nesses arrendamentos.

O que digo em relação à Noroeste poderia também voltar a dizer em relação à navegação da Bacia do Prata. Não há qualquer proposta consistente com o objetivo de fazer o arrendamento da Bacia do Prata. Nenhum particular, neste momento, está aparelhado, no meu estado, para tomar a navegação da Bacia do Prata, que existe desde 1910 e que, desde esse período, presta serviços ao nosso estado. Não existe nenhum grupo organizado, interessado, desejando adquirir o serviço de navegação da Bacia do Prata. Enquanto isso o Governo põe à licitação esta empresa e ameaça extingui-la. A extinção significa o quê? A sua paralisação, a sua não prestação de serviços, significa a paralisação das suas barcas, das suas dragas, das suas oficinas que prestam serviço não só à própria navegação da Bacia do Prata, mas presta serviços, também, à própria base da Marinha sediada em Ladário, da flotilha existente em Ladário, que é assistida pelas oficinas do serviço de navegação da Bacia do Prata.

Vê-se por aí, Sr. Presidente, que o Plano Verão não está somente furado naquilo que diz respeito à contenção de preços e salários. Mas está furado, também, quando pretende fazer a transferência para particulares ou fazer o arrendamento de ferrovias e de companhias de navegação que vêm prestando aos estados deste País enormes serviços.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. WILSON MARTINS — Ouço V. Exª

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Ouvindo as palavras de V. Exª, nós recordamos aquela luta que foi desenvolvida no Senado para a aprovação de decreto legislativo evitando uma privatização inconseqüente. O Senado Federal como a Câmara, o Congresso Nacional, todo o setor legislativo tem sido alvo de uma campanha sórdida, exatamente e principalmente quando nós aqui cuidamos de exercer as aptidões constitucionais que foram devolvidas ao Poder Legislativo brasileiro. É evidente, Senador Wilson Martins, que estamos diante de uma privatização onde a análise mais profunda não foi feita. Pensou-se apenas no aspecto financeiro, não se verificou a necessidade do serviço público, não se verificou o ponto de vista social, que não podia ser esquecido e nem mesmo à filosofia de Estado, uma filosofia desenvolvida ao longo da História do Estado brasileiro, da prestação de serviços essenciais com mais responsabilidade. V. Exª mesmo, aqui no Senado, acompanhou a aflição dos representantes do Estado do Amazonas, aquelas emendas que foram apresentadas visando a salvaguardar o transporte fluvial, o transporte realizado no rio Amazonas. Emendas que foram aqui aprovadas ao projeto de decreto-legislativo, mas que terminaram prejudicadas diante do fato de o próprio Poder Executivo haver revogado o decreto pelo qual extinguia o Lloyd; pelo menos naquela parte do Lloyd houve um novo decreto que revogava o anterior e com isso prejudicou-se o mérito do que fora resolvido aqui no Senado. V. Exª aborda com muita clareza esse assunto. Ninguém é favorável à estatização nem à privatização sem o estudo profundo, tanto pode haver estatização necessária como privatização necessária. O absolutismo não pode predominar num País em crise. Há de se examinar cada uma das conveniências para saber se o caminho é privatizar, se o caminho é manter a estatização ou se o caminho é estatizar. Louvo V. Exª pelo preparo que demonstra na abordagem desse assunto perante o Senado Federal.

O SR. WILSON MARTINS — Agradeço a V. Exª, meu caro Senador Cid Sabóia de

Carvalho, pelo aparte clarividente de V. Exª Realmente, não estamos abordando a questão da ideologia, se devemos privatizar ou se devemos manter a empresa pública por um princípio ideológico. O que nós queremos, realmente, é que o País funcione, Sr. Presidente, é que os Estados tenham o transporte como vêm tendo desde o início do século.

O Serviço de Navegação da Bacia do Prata desenvolve os seus serviços desde 1910 e a Noroeste do Brasil, desde 1914. Sempre trabalharam, sempre receberam melhorias, sempre prestaram serviços de natureza econômica e social àquele Estado da nossa Federação. Não teria cabimento que, justamente agora, quase um século depois, se dissesse que a Nação está empobrecida, que a Nação chegou ao cúmulo de não poder manter serviços básicos de transporte para poder continuar a prestar esses serviços aos usuários do Estado do Mato Grosso do Sul.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Exª um aparte?

O SR. WILSON MARTINS — Pois não. Ouço o aparte de V. Exª, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Agradeço a oportunidade que V. Exª me concede, porque V. Exª como sempre, é oportuno nos seus pronunciamentos e trata de um assunto que já foi abordado aqui, a respeito da questão de estatização/privatização. V. Exª está mostrando, bem claramente, os problemas da região de V. Exª que são os mesmos. Por exemplo, no São Francisco com a Franave, V. Exª vê que o Governo determinou a venda ou a privatização daquela empresa sem nós termos qualquer noção do que vem depois, porque não é apenas a questão econômica, há, também, o problema social. E um governo que se diz voltado para o social, tem que ter essa grande preocupação. Não se pode extinguir uma companhia como a Franave, como a Companhia do Prata, como V. Exª falou, e como aquela do Sul, sem que se estabeleça o que vai substituir essa companhia. E, no entanto, nós não sabemos, ninguém sabe o que vai ser feito, pode até ser simplesmente extinto, porque há um prazo, foi dado aquele prazo por parte do Executivo. Eu procurei apresentar um projeto de lei, que vou solicitar, inclusive, que seja incluído na Ordem do Dia, estabelecendo normas para a privatização das empresas públicas e de economia mista e que diz no seu art. 2º, que dependerão de autorização do Congresso Nacional os projetos de privatização das empresas públicas e de economia msita. Porque nós não somos contra a privatização, mas queremos que cada caso passe por esta Casa, para que nós possamos exercer o nosso papel e termos consciência daquilo que está sendo feito no âmbito nacional e verificar se é do interesse nacional ou não aquela medida proposta pelo Executivo. Nós, *a priori*, não somos a favor nem contra tudo o que vier para cá, mas queremos examinar cada caso, porque temos que, além do problema econômico, como já disse, examinar essa questão social. Parabenizo V. Exª por chamar a atenção para essa questão, porque não podemos aceitar tranqüilamente. Permita apenas conceder mais essa informação; quando estávamos ainda naquela CPI da Corrupção, o Ministro dos Transportes foi chamado aqui para tratar de problemas da Sunamam e, no meio da informação, provocada até por uma pergunta minha, disse simplesmente que gostaria de privatizar, na área ferroviária, o miolo do transporte nacional, que é aquele setor mais rentável. Então, perguntei a S. Exª: "Então V. Exª acha que devemos privatizar o *filt mignon* e ficarmos com o osso?" E S. Exª disse que sim; simplemsente disse sim. Isso é interessante, é como se V. Exª tivesse uma fazenda, metade produtiva, metade improdutiva, e V. Exª dividisse ao meio a fazenda, vendesse a parte produtiva e ficasse com a improdutiva. Para quê? Então, é isso que não queremos que seja feito. Agradeço a oportunidade e dou os parabéns a V. Exª pelo pronunciamento que vem fazendo.

O SR. WILSON MARTINS — Muito grato, nobre Colega Jutahy Magalhães, pelas palavras que V. Exª acrescenta ao meu discurso, inclusive mencionando um projeto de V. Exª que traz normas para que se examinem, dentro do Congresso Nacional, as empresas cuja privatização o Governo Federal deseja fazer, com o objetivo de fiscalizar essa mesma privatização.

Em si mesma, a privatização não é um mal, desde que a empresa seja inviável, sob o ponto de vista de empresa pública. O que precisa é que haja realmente a prestação de serviços de transportes, no caso das populações ribeirinhas, dos fazendeiros que têm que transportar gado. Vêm as enchentes e não há como utilizar, no rio Paraguai, na região do Pantanal, ou o transporte por terra. Ou se tira o gado através de navios, de barcas, ou todo ele perece. Ele não pode ser tirado de avião, não pode ser tirado por terra, tem que ser tirado através do leito do rio e, segundo a licitçaão proposta pelo Governo federal, se não houver — e certamente não haverá — grupos interessados na continuação da exploração dos serviços, essas barcas, esse serviço todo será desativado e os fazendeiros, aqueles que têm mercadorias a transportar, na região, ficarão inteiramente sem um instrumento próprio para isso.

O Sr. Ronaldo Aragão — Permite V. Exª um aparte?

O SR. WILSON MARTINS — Ouço, com prazer, o aparte de V. Exª

O Sr. Ronaldo Aragão — Senador Wilson Martins, V. Exª traz a esta Casa, no dia de hoje, um assunto da mais alta relevância para o País e para o Estado do Mato Grosso do Sul, tão bem representado por V. Exª nesta Casa. O que não dá para entender, Senador Wilson Martins, é a atitude do Governo, que fala e faz propaganda falando pelo social, quando a ação deste mesmo Governo com relação à Estrada Noroeste do Brasil e com relação à navegação da Bacia do Prata é contra o social. Então, não dá para entender, quando se gasta milhões em propagandas na televisão, dizendo que o Governo que aí está tudo faz pelo social e esse mesmo Governo toma atitudes diferentes do seu programa! Senador Wilson Martins, nós não estamos aqui discutindo — e disse muito bem V. Exª — a ideologia da privatização, da estatização. E disse também o Senador Cid Sabóia de Carvalho que o Governo não tem que olhar só o problema financeiro; tem que olhar — repito aqui — o problema social. O que estamos vendo é que a preocupação maior do Governo é em socializar o prejuízo e privatizar o lucro. Nós não podemos aceitar, esta Casa não pode aceitar com a responsabilidade que tem, até a responsabilidade constitucional, esse tipo de ação do Governo federal. Portanto, Senador Wilson Martins, fica aqui a minha solidariedade a V. Exª nesta luta do povo de Mato Grosso do Sul, para que possamos dar a esses cidadãos, a essa gente que se beneficia da navegação na Bacia do Prata, como também da Ferrovia Noroeste do Brasil. Não é possível mais continuar com essa ação que o Governo federal quer fazer em todas essas empresas. Fica aqui a minha solidariedade, Senador Wilson Martins, por esta sua luta, que não deve só ser a luta de V. Exª, mas a luta deste Senado. Muito obrigado.

O SR. WILSON MARTINS — Obrigado, meu nobre Colega. O ilustre Senador Ronaldo Aragão focaliza a questão social, de imensa importância no equacionamento de toda esta questão, Sr. Presidente. Quando se fala sobre a questão social, não se pensa somente no transporte mais barato daqueles que vivem à margem das rodovias, das cidades ali existentes, das populações que só se transportam por essa via.

E ainda ontem, como exemplo, eu recebia, no meu gabinete, a visita de velhas índias terenas, residentes em Taunay, à margem da Ferrovia Noroeste do Brasil, que coletam o jatobá, a guavira, a manga, frutas e produtos outros para vendê-los na feira de Campo Grande, pagam uma tarifa baixa e ali fazem o seu comércio. Elas vieram protestar e pedir a mim que lutasse pela permanência da ferrovia e pelo transporte diário de passageiros.

E quando se questiona o problema social, como fez, com propriedade, o meu nobre colega Ronaldo Aragão, lembramo-nos também dos funcionários dessas empresas. Como ficam esses funcionários numa eventual privatização? Como se fará a indenização a esses velhos funcionários que lutaram dezenas de anos pelo desenvolvimento dessas empresas? Isto para não voltarmos a insistir na questão econômica, suficientemente focalizada neste pronunciamento.

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador Wilson Martins?

O SR. WILSON MARTINS — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Wilson Martins, V. Exª já recebeu, acredito, dos Senadores presentes uma manifestação de solidariedade a este seu pronunciamento, defendendo a preservação da Ferrovia No-

roeste do Brasil. Dizia a V. Exª que quando desempenhei, de 1975 a 1983, o primeiro mandato senatorial nesta Casa, por delegação da maioria do povo cearense, cheguei a convocar o então Ministro dos Transportes, Dr. Dirceu Nogueira, por fatos assemelhados que atingiriam o meu Estado. Naquela época não era a privatização, era a desativação de ramais ferroviários, que tinham importância transcendental no nosso desenvolvimento sócio-econômico. Veja V. Exª que um ramal ferroviário, de mais de meio século, ligando a cidade de Sobral ao Porto de Camocim, foi, inexplicavelmente, desativado, naquela época, por iniciativa do Ministério dos Transportes. O Ministro Dirceu Nogueira debateu exaustivamente conosco, — na estrutura do Senado Federal existia a Comissão dos Transportes — e não chegou, em nenhum momento, a convencer-nos, a nós Senadores, da necessidade daquela proposta do Governo. Agora, com outra conotação, V. Exª traz um problema relacionado com o seu Estado, com a sua região, que V. Exª discute com absoluta clareza, sensibilizando a todos nós, levando-nos a emprestar-lhe de uma forma mais precisa e mais autêntica a nossa solidariedade, para que V. Exª, defendendo esta ferrovia, permita que ela continue a funcionar favorecendo o desenvolvimento de uma das mais importantes regiões do País.

O SR. WILSON MARTINS — Muito grato fico ao nobre colega e a todos os demais que se solidarizaram com este pronunciamento, na verdade, solicitado, esperado e, emotivamente, aguardado pela população de meu Estado, que se serve, há quase um século, de ambas as vias de transporte: a fluvial, a serviço da navegação da Bacia do Prata, e a única existente a Ferrovia Noroeste do Brasil.

Sr. Presidente, quando, a todo momento, se fala em transparência neste País, que a Administração está escancarada ao público, aos Parlamentares e aos políticos, para que tudo seja examinado, não podemos aceitar que se soneguem ao exame desta Casa, ao exame da Imprensa, portanto, ao exame do povo, as razões que levam o Governo a tomar medidas ou ameaçar o meu Estado, a região a que pertenço, com providências dessa ordem.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permita-me V. Exª um aparte, nobre Senador Wilson Martins?

O SR. WILSON MARTINS — Ouço, com prazer, o aparte do nobre Senador Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues — Nobre Senador Wilson Martins, V. Exª trata, como sempre, de um assunto da maior importância: o problema dos transportes. Lembro-me do velho lema tão defendido neste País — refiro-me à primeira Antiga República, até 1929, anterior à Revolução de 1930: "Governar é abrir estradas."

O SR. WILSON MARTINS — A frase é de Washington Luís.

O Sr. Chagas Rodrigues — Perfeito. Depois tivemos o binômio lançado por Juscelino Kubitscheck: "Energia e transportes". De modo que, o problema da energia e o problema dos transportes, para todos os administradores, sempre foram da maior importância. Não pode haver progresso econômico, não pode haver desenvolvimento social sem essa infra-estrutura. V. Exª tem a nossa solidariedade. V. Exª defende um assunto da maior importância para o seu Estado, o que insere em toda uma política nacional. Se V. Exª me permite, digo que tive a honra de ser colega de V. Exª também na Câmara dos Deputados, nos velhos tempos, quando a Câmara funcionava no Rio de Janeiro. Consegui então, em vários orçamentos, a inclusão de dotações para o prosseguimento da Estrada de Ferro Central do Piauí. Esta estrada do litoral piauiense, de Luís Correia, chegou até Altos, onde houve um entroncamento com a ferrovia que vem de Fortaleza e vai a São Luís. Consegui, através de dotações orçamentárias, que se construísse a Estação de Atalaia, no litoral, no Município de Luís Correia. Consegui verbas sucessivas para limpeza e conservação do rio Parnaíba, como consegui as primeiras dotações orçamentárias no Piauí para que rodovias do plano nacional fossem construídas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, porque somente o Dnocs, até então, construía rodovias no Estado. Pois o que V. Exª disse, esta situação deplorável, que se encontra em Mato Grosso, se V. Exª me permite, ela está presente em quase todos os Estados da Federação. A Estrada de Ferro Central do Piauí está desativada. Praticamente, só há um trem por semana. A navegação do rio Parnaíba, desaparecem, porque o rio inteiramente abandonado, a grande aquavia, pois o rio Paranîba é, propriamente, o maior rio do Nordeste, já que o nosso São Francisco não nasce e não morre rigorosamente em terras nordestinas; serve o Nordeste como o maior rio, mas não é um rio somente nordestino, como o é o Paranaíba. Pois bem, sem estradas de ferro, sem navegação fluvial e sem porto marítimo, porque, apesar de o Senhor Presidente da República ser do vizinho Estado do Maranhão, as obras portuárias foram paralisadas e o Piauí é hoje o único Estado marítimo da Federação sem porto no litoral. De modo que é uma situação igualmente lamentável e censurável, e o que é pior: é que no lugar de restaurarmos as nossas ferrovias, melhorarmos essas ferrovias, o governo as abandona para iniciar a construção de novas ferrovias. Isto é simplesmente uma contradição, um absurdo, que não encontra aceitação em nenhuma teoria científica de administração. Assim, V. Exª tem a nossa solidariedade, porque está fazendo uma reclamação justa, razoável e patriótica. E aqui devemos denunciar esses erros e, se V. Exª me permite, este festival de irresponsabilidades continuará enquanto não implantarmos neste País o parlamentarismo, para que Ministros venham aqui explicar a sua política, e não apenas Ministros mas também o Chefe do Governo. E se for necessário, que o gabinete seja afastado democraticamente, constitucionalmente, através do voto de censura da Câmara dos Srs. Deputados.

O SR. WILSON MARTINS — Sr. Presidente, o aparte do nobre colega Senador Chagas Rodrigues é um protesto dentro de outro protesto. A situação contra a qual S. Exª clama no seu estado é a situação existente no meu estado e é a situação existente na Federação brasileira.

O remédio, diz S. Exª, é o parlamentarismo, pelo qual também votei na Assembléia Nacional Constituinte, e que tudo fazia crer que prosperasse e que, infelizmente, chegou a ser barrado pelo presidencialismo.

Sr. Presidente, parece-me que os ocupantes de cargos públicos, sobretudo aqueles em posições mais elevadas, não podem ser simplesmente políticos comuns, mas realmente têm que revestir-se daquele tom dourado que unge a fonte dos estadistas. Os políticos que fazem a política pela política querem construir obras suas, querem construir obras pessoais, relegando ao abandono as já existentes ou não retomando a construção daquelas que encontraram ao assumir o seu cargo. É o que vemos hoje, no País.

As ferrovias existentes em todos os pontos da Federação estão comprometidas; o transporte pela aquavia é um transporte precaríssimo que está em colapso, não só na Bacia do Paraná, mas, também, na Bacia dos rios do nordeste, dos rios do meio-norte, como testemunhou o nosso nobre colega Chagas Rodrigues.

Os portos que tinham sido iniciados estão abandonados. Outros nem foram iniciados, embora programados e o rio Paraguai não tem portos. É realmente um sacrifício fazer-se o embarque e o desembarque porque nós não temos portos aparelhados no rio Paraguai, que é o melhor rio de navegação deste País Sr. Presidente, porque como disse é um rio de planície, um rio que rola por mais de 2 mil km, banhando desde o Estado do Mato Grosso, passando por Mato Grosso do Sul, pela Bolívia, pelo Paraguai e formando depois a Bacia do Prata.

O Sr. Francisco Rollemberg — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. WILSON MARTINS —Concedo o aparte ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O Sr. Francisco Rollemberg — Eminente Senador Wilson Martins, estou ouvindo com muito cuidado e com muita atenção o magnífico pronunciamento que V. Exª produz e oferece à Nação nesta manhã, neste instante, nesta sessão do Senado. Nobre Senador, vivemos há pouco tempo um verdadeiro furor rodoviário. Decidiu-se, sem mais nem menos, desativar e eliminar uma série de ferrovias pelo Brasil afora. Nós, nordestinos de Sergipe, vimos, a leste brasileiro, a mais pujante ferrovia da região, ser desativada parcialmente e se não o foi totalmente isso se deveu à descoberta de petróleo no meu estado e ao pólo petroquímico da Bahia, tornando-se essa ferrovia praticamente um meio de transporte daquele pólo petroquímico e dos poços de petróleo de Sergipe e Alagoas. Diziam os rodovia-

ristas, à epoca, que as ferrovias deveriam acabar porque o transporte rodoviário eram mais práticos, era um transporte de porta a porta, que os transportes ferroviários, embora pudessem transportar maiores cargas, se tornavam antieconômicos, o que não é verdade. Eu poderia dizer agora, a V. Exª, que os mesmos argumentos que V. Exª pode usar neste instante para defender essa ferrovia do seu estado, ferrovia que leva o desenvolvimento ao seu estado, mas que tem uma ação muito mais importante, porque, ao lado desse desenvolvimento, ela integra o seu estado ao restante do País. Um estado como o Mato Grosso não pode abrir mão de uma ferrovia; um estado como o Mato Grosso não pode ver privatizado os seus meios de transporte hidroviário. Há sim que o estado neles investir para que o seu estado possa usar o rio Paraguai, usar a Bacia do Prata, possa adentrar para o Brasil e vir ao centro, vir ao Leste, vir ao litoral, através da sua ferrovia; ferrovia de cunho eminentemente social, de cunho eminentemente integracionista. Felicito-o pelo pronunciamento desta manhã. Muito obrigado pelo aparte que me concedeu.

O SR. WILSON MARTINS — Muito obrigado, nobre Senador Francisco Rollemberg, V. Exª sintetizou bem o argumento que deve constituir o norte do procedimento dos nobres parlamentares a este respeito.

O rio Paraguai é um rio internacional, que liga o Brasil ao Paraguai, ao Uruguai, ao Oceano Atlântico. A Ferrovia Noroeste do Brasil é uma ferrovia não apenas de integração nacional — como não é de integração nacional apenas o rio Paraguai — mas é de integração internacional, porque a Ferrovia Noroeste do Brasil liga o Atlântico ao Pacífico. Ela liga o Estado de São Paulo, portanto, Santos, o Oceano Atlântico, ao rio Paraguai, que é o caminho do Oceano Pacífico, através da Bolívia e do Peru.

Então, são aspirações e realidades que neste instante o Governo da Nação, realmente, quer estancar. São esperanças que o povo de Mato Grosso do Sul não admite que se desfaçam com a paralisação da Bacia do Prata, com o arrendamento sem maior motivação, sem explicação suficiente para a sociedade sul-mato-grossense, mato-grossense, para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Nobre Senador Wilson Martins, é um constrangimento para esta Mesa, que acompanha com tanto interesse o discurso de V. Exª, cumprir o dever de alertá-lo que seu tempo já se esgotou há 5 minutos. Peço que abrevie seu discurso, pois ainda temos dois oradores inscritos.

O SR. WILSON MARTINS — Agradeço ao nobre Presidente a ponderação que me faz, ela será obedecida prontamente, e a dilatação por 5 minutos, deste pronunciamento enriquecido com a colaboração dos colegas que aqui se encontram e que trouxeram subsídios da maior importância para a sua avaliação.

Esperemos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que isto aqui não seja um protesto; que não seja uma queixa, mas o início de uma providência; que funcione a Noroeste do Brasil; que a Noroeste do Brasil, ao invés de ser a estrada minguada de hoje, desaparelhada, envelhecida e enferrujada, que a navegação da Bacia do Prata seja uma empresa em vias de paralisar, sejam ambas empresas remanescentes, que possam continuar a prestar aos estados da minha região, a toda Nação brasileira e ao seu povo os relevantes serviços que prestou no passado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Sen. Wilson Martins o Sr. Sen. Iram Saraiva deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Sen. Antonio Luiz Maya.

Durante o discurso do Sr. Sen. Wilson Martins o Sr. Sen. Antonio Luiz Maya deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Sen. Pompeu de Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, numa articulação político-parlamentar das mais louváveis, quando na Assembléia Nacional Constituinte, as bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, totalizando 292 deputados e senadores, empenharam-se para corrigir as gritantes disparidades regionais que distaciam aquelas áreas geográficas de outras faixas territoriais do País. Os demais Constituintes, sensíveis à oportuna iniciativa, acolheram-na após ampla discussão, ensejando a que a mesma fosse inserta no texto definitivo de nossa Lei Maior, com a seguinte redação!

Art. 159. A União entregará:

I — do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma.

Alínea *c)* — e desejo-me reportar, Sr. Presidente, especificamente à alínea *c*.

"*c*) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer."

Na última quarta-feira, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei disciplinando, afinal, essa importante norma, dando-lhe, assim, a indispensável eficácia para a sua aplicabilidade, através das instituições financeiras oficiais, sediadas naquela região, especialmente o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco da Amazônia e um estabelecimento assemelhado a ser criado na região Centro-Oeste.

No âmbito do Senado, idêntica proposição foi apresentada pelo Senador Divaldo Suruagy, com a mesma finalidade, encontrando-se, ainda, pedente de deliberação, por parte desta Casa Legislativa.

Tendo em vista a inquestionável irrelevância da matéria, entendi de solicitar às lideranças partidárias que privilegiem com o rito regimental da urgência o projeto oriundo da Câmara dos Deputados, hoje enviado ao Senado Federal, a ele se apensando a proposta do ilustre representante de Alagoas.

Há, em razão disso, nas três regiões, uma expectativa quanto à decisão do Congresso, uma vez que parte dos recursos já se acha repassada, tanto ao BNB como ao Basa, faltando, dessa forma, uma disciplinação que atenda aos anseios dos parlamentares, complementando o disposto no art. 159 da Lei Fundamental em vigor.

A Federação das Indústrias do Ceará, por seu Presidente, enviou, aliás, à bancada do nosso Estado, um Telex com algumas sugestões para nosso exame.

Eis a íntegra da mensagem assinada pelo dirigente máximo daquela conceituada entidade sindical de grau superior, Dr. Luiz Esteves Neto, que me permito ler, Sr. Presidente, para que integre o pronunciamento que faço neste instante na tribuna do Senado.

O telex diz o seguinte:

A Federação das Insdústrias do Estado do Ceará — Fiec — objetivando melhor adequar o projeto de lei sobre a operacionalidade dos fundos constitucionais para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, às necessidades da economia nordestina, vem à presença Vossa Excelência propor as seguintes modificações referido projeto de lei:

A) No art. 30: Inclusão do inciso IX, com a seguinte redação:

"IX — Concessão de empréstimos às indústrias constituídas sob a forma de sociedade anônima com garantia de debêntures conversíveis ou não, em ação."

B) No art. 40: Introduzir o parágrafo único com a seguinte redação:

"Parágrafo único:

Fica expressamente proibida a utilização dos recursos do FNO, FNE e FCO para empréstimo ao setor público (AD. direta e indireta) e às Empresas Públicas."

C) No art. 60: Inclusão dos seguintes parágrafos:

"Parágrafo 20 — Os recursos dos Fundos não poderão ser aplicados via linhas de créditos já existentes nos bancos administradores ou repassadores, os quais criarão linha de crédito próprias para aplicação dos recursos do Fundo."

"Parágrafo 30 — Caso haja necessidade para preservação do valor real dos recursos dos Fundos, de aplicação no Mercado Financeiro de parte desses recursos, os retornos dessas aplicações constituem-se patrimônio dos Fundos."

D) No art. 110: Dar a seguinte redação ao parágrafo primeiro:

"Parágrafo 1° — O Conselho Superior de cada um dos Fundos será integrado pelos seguintes Membros:

Segue, Sr. Presidente, a composição sugerida pela Federação das Indústrias.

Acredito que, muitas dessas sugestões, que chegaram também ao conhecimento dos representantes nordestinos, especialmente aqueles que integram a bancada cearense, já passaram a integrar a proposta aprovada na outra Casa do Congresso e que foi remetida na manhã de hoje à Secretaria Geral do Senado Federal. Naturalmente que se a Câmara aprovou algumas dessas proposições, ao Senado será deferida a prerrogativa de examinar as restantes para compatibilizá-las com o espírito do Constituinte ao propor a redação que, afinal, prevaleceu e que consta do art. 159, da Lei Maior brasileira.

Ora, Sr. Presidente, fazendo pois esse registro, desejo apelar para as lideranças partidárias, e alguns líderes se encontram ainda no plenário neste instante, a começar pelo líder em exercício de nosso Partido, Senador Jutahy Magalhães, para que, juntamente com as demais lideranças partidárias, num requerimento conjunto, privilegiem com o rito regimental da urgência, essa matéria, que é de transcendental importância para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O Sr. Afonso Sancho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Com prazer.

O Sr. Afonso Sancho — Desejo, nesta oportunidade, eminente Senador Mauro Benevides, juntar as minhas palavras às suas significativas observações sobre a aprovação desse projeto de lei. Realmente temos dois projetos: um elaborado, aqui no Senado, pelo Senador Divaldo Suruagy e outros Parlamentares, e outro vem da Câmara, pelo Deputado Firmo de Castro. O projeto do Deputado Firmo de Castro está realmente mais alentado, parece-me que já atendendo parte dessas considerações feitas pela Federação das Indústrias do Ceará, através do seu eminente Presidente Luiz Esteves. Juntamente com o ilustre Colega, vamos fazer um trabalho agigantado, para podermos aprovar este projeto o mais breve possível. Esse Fundo, conforme preceitua a Constituição, tem grande necessidade de ser aplicado no Nordeste, especialmente neste ano, que tem sido atípico, com pouca chuva no começo e muita chuva no meio do período. Até agora, o que foi liberado — e o foi por boa vontade do Ministro da Fazenda — não atendeu à necessidade da região. O meu desejo é o do eminente Colega. Vamos fazer um esforço total para que o projeto seja aprovado o mais breve possível. Muito obrigado.

O SR. MAURO BENEVIDES — Agradeço a V. Exª, nobre Senador Afonso Sancho, que traz assim o seu apoio e, espero, o da liderança da sua própria bancada, para que obtenhamos, do Plenário do Senado Federal, a urgência indispensável à apreciação desse projeto, que, originário da Câmara dos Deputados, aqui terá também a ele apensado a proposição da lavra do nosso eminente Colega Divaldo Suruagy.

Acredito que a apresentação simultânea na Câmara dos Deputados e no Senado Federal situou-se numa linha elogiável de estratégia parlamentar, a fim de permitir que, numa conjugação de esforços, consigamos no menor espaço de tempo possível, a regulamentação desse Fundo Constitucional, permitindo que o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco da Amazônia e o Banco Regional, a ser criado no Centro-Oeste, — essas três instituições financeiras — tenham corretas diretrizes para orientar a aplicação desses recursos que decorreram de um trabalho muito bem articulado na Assembléia Nacional Constituinte. Lembraria, nesse instante em que menciono o art. 159, a sua alínea "C", a figura daquele a quem V. Exª sucede nesta Casa, representando o povo cearense, o Senador Virgílio Távora, que foi um dos articuladores na formação desse bloco parlamentar, reunindo as Bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de que resultou a inserção no texto da nossa Lei Magna desse dispositivo que agora se busca regulamentar.

V. Exª, quando assumiu a cadeira de Senador na vaga de Virgílio Távora, empenhou-se, de todas as formas, no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte para que viabilizássemos aquela iniciativa que somente se positivará, através do projeto de lei apreciado pela Câmara, acrescido com possíveis sugestões que ainda possam vir a ocorrer no âmbito do Senado Federal.

O Sr. João Lobo — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Com todo o prazer, nobre Senador João Lobo.

O Sr. João Lobo — Senador Mauro Benevides, V. Exª está sempre atento para problemas que interessam de perto à nossa região e meu aparte neste momento era apenas para me solidarizar com o esforço que V. Exª desenvolve no sentido de que seja dado um tratamento de urgência a esse projeto que está aqui, do Senador Divaldo Suruagy, e vamos ver se eles se encontram para um substitutivo com o do Deputado Firmo de Castro e de outros. É indispensável que esse esforço, que essa junção de forças da bancada nordestina atue, funcione para conseguirmos viabilizar aquela região, porque está acontecendo uma coisa verdadeiramente lamentável, e V. Exª tem acompanhado como as coisas estão andando em todo o Nordeste brasileiro. Basta dizer a V. Exª que até este momento, fim de abril, a Sudene ainda não tem orçamento, o Finor ainda não definiu um orçamento para o ano de 1989, e todas aquelas empresas que vivem do Finor, que trabalham, que funcionam, que investiram esperando a cota-parte do Finor para a realização de seus projetos estão em situação verdadeiramente vexatória, porque o dinheiro se desfaz, se desgasta com essa inflação que está acontecendo e os recursos da Sudene, como V. Exª bem sabe, não são corrigidos, são pagos pelo valor nominal da ocasião. De forma que todo o empresariado nordestino, e eu digo todo, V. Exª bem sabe que não deixa de ser uma verdade isso, que vive subsidiado ou subvencionado pela Sudene, que trabalha com o Finor, está numa situação quase de calamidade, parado, sem saber o que vai acontecer no ano de 1989, vez que, em abril, já findo o primeiro trimestre deste ano, não se tinha a definição do orçamento em torno do qual a Sudene tenta trabalhar. Então, nós queremos juntar o nosso apoio às palavras de V. Exª e convocar toda a bancada nordestina e nortista deste Senado e desta Câmara para que prestemos mais atenção ao que está ocorrendo neste País em momento tão grave da vida nacional, como o que atravessamos. Era este o aparte que queria dar a V. Exª

O SR. MAURO BENEVIDES — Expresso a V. Exª, nobre Senador João Lobo, o meu reconhecimento pelo apoio que V. Exª empresta a esta minha sugestão submetida ao exame das lideranças partidárias. V. Exª, atuando no âmbito da sua Bancada, o Sr. Senador Afonso Sancho, também, o fazendo em relação ao PDS, o nobre Líder do PMDB, Senador Jutahy Magalhães, com a sensibilidade de homem público e de nordestino, que é dos mais destacados nesta Casa e os outros Partidos que aqui se representam, todos, numa ação uniforme, decidida, solidária, quem sabe, poderemos, já, na próxima terça-feira votar a urgência e, conseqüentemente, o próprio projeto originário da Câmara dos Deputados, com o acoplamento da proposta de autoria do nobre Senador Divaldo Suruagy, que guarda semelhança legislativa com o projeto concebido, inicialmente, na Câmara dos Deputados e ali alterado em decorrência de uma longa negociação com as várias lideranças que têm assento naquela outra Casa do Congresso Nacional.

O Sr. Mário Maia — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Ouço V. Exª com muito prazer, nobre Senador Mário Maia.

O Sr. Mário Maia — Meu aparte é apenas para dizer a V. Exª que pode contar com a solidariedade expressa da Liderança do PDT.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato ao nobre Líder Mário Maia, que traz, assim, antecipadamente, com muita firmeza e muita decisão, a adesão da Bancada do PDT a esse regime de urgência que nós sugerimos, neste momento, às Lideranças das várias bancadas com assento nesta Casa.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permita V. Exª um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. Chagas Rodrigues — Quero dizer a V. Exª, nobre Senador Mauro Benevides, que o projeto que está chegando ao Senado é de importância vital para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste e o que afirmei, ontem, em meu gabinete, a um ilustre diretor da Sudene, Dr. Leônidas Alves da Silva Filho, eu, com satisfação, quero repetir, aqui, a V. Exª. No momento, eu me encontro no exercício da Liderança do PSDB, de modo que, como nordestino, como brasileiro e em nome da Bancada do meu Partido, digo, aqui, que os Srs. Senadores do PSDB também farão o que for necessário para que este projeto, em regime de urgência, seja aprovado com a maior brevidade possível.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato a V. Exª, nobre Senador Chagas Rodrigues. Vejo que, na sua manifestação como nordestino, e agora na condição de Líder da sua Bancada, o PSDB, V. Exª junta a sua voz e o seu apoio à manifestação do Senador Afonso Sancho, do PDS; do Senador João Lobo, do PFL; do Senador Mário Maia, do PDT. Todos subscreverão, em nome das respectivas bancadas essa iniciativa. Isso tranqüiliza a todos nós, e, sobretudo, ao Líder da minha bancada em exercício, o nobre Senador Jutahy Magalhães, que pessoalmente já me tinha expressado a sua solidariedade a essa proposta. S. Exª, que é, sem dúvida, uma das presenças mais assíduas no Plenário do Senado e do Congresso, cumpridor exemplar dos seus encargos parlamentares, já havia garantido a mim que tudo faria para sensibilizar os demais líderes de bancada, a fim de que, na semana entrante, pudéssemos aprovar a regulamentação dos fundos constitucionais, favorecendo ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O Sr. Jutahy Magalhães — O seu desejo, nobre Senador Mauro Benevides, é reafirmar o que já foi dito por V. Exª. A Bancada do PMDB não precisaria nem que outro assinasse, V. Exª mesmo, também, como Vice-Líder, poderia assinar, mas, se V. Exª desejar a minha assinatura, já estará dada.

O SR. MAURO BENEVIDES — Era indispensável, nobre Senador Jutahy Magalhães, primeiro pela condição de nordestino de V. Exª, de Líder da maior bancada nesta Casa e, no elenco das atribuições de nossa representação. V. Exª tem também a incumbência de examinar, detidamente, aquelas propostas que deverão ser inseridas na Ordem do Dia, neste caso, numa combinação com as outras forças parlamentares que se representam no Senado da República. Estou convicto, Sr. Presidente Pompeu de Sousa, que V. Exª, como membro da Mesa, presidindo neste instante os nossos trabalhos, nordestino, que o é, representando, com a maior dignidade, Brasília, e, servindo ao País, V. Exª estimulará essa articulação das Lideranças, permitindo que, dentro do rito regimental da urgência, votemos, já na próxima semana, o projeto originário da Câmara dos Deputados que disciplina o art. 159, alínea "c", da Carta Magna em vigor.

É o apelo veemente que deixo consignado em nossos Anais!

É o meu apelo, agora reiterado, às lideranças partidárias e aos demais Senadores com assento nesta Casa Legislativa. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Nobre Senador Mauro Benevides, como V. Exª e todos os demais companheiros aqui presentes vêem, a proposta de V. Exª promoveu a união nacional em torno do Nordeste e a união interpartidária em torno do Nordeste. E este Presidente eventual sente-se profundamente solidário com esta posição, evidentemente, fica até engasgado de não poder, daqui, apartear para dizer mais uma vez o que sempre tem dito: basta de soluções assistencialistas no Nordeste! É preciso soluções na base do investimento e não do assistencialismo! Basta de soluções circunstanciais e não substanciais! Basta de soluções conjunturais e não estruturais!

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, nesta sessão matinal, encaminhei à Mesa, o qual já foi lido, um projeto que dispõe sobre o resgate de títulos da dívida agrária, mediante compensação, com o pagamento de tributos federais e dá outras providências.

Os títulos emitidos pelo Governo, que o foram com tanto alarde, de que seriam resgatados prontamente e de que não sofreriam desgate, já não têm nenhuma expressão de valor no mercado, a ponto de os bancos não os descontarem, e se o fazem é por valor irrisório — com deságio, é o que me informa o Senador João Lobo, de 60%. Então, Sr. Presidente, isto é desmoralizante para o Governo.

Uma das causas que levaram a haver um retrocesso na Constituição foi exatamente essa de desapropriações. O Governo efetuava a desapropriação, depositava um valor irreal, como percentual do pagamento, e nunca o concretizava totalmente, a ponto de a própria sociedade do setor rural levantar-se e conseguir um retrocesso. Então, aquilo que era tranqüilo no Diretório Administrativo do Brasil, e fora do País, de que a desapropriação não ensejava discussão, cabendo ao desapropriando apenas discutir o preço, passou a ser até motivo de questões e de resistências. Tanto o é que, sendo produtiva a propriedade, não pode, sequer, hoje, haver a desapropriação. Resultado: o interesse particular passou a preterir o interesse social. Ora, se não tomarmos alguma providência, de sorte a que os títulos passem a ter certo valor de mercado, então a desmoralização do Estado será total.

O projeto é sintético e está redigido nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº
DE DE DE 1989

Dispõe sobre o resgate de títulos da dívida agrária mediante compensação com pagamentos de tributos federais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os títulos da dívida agrária utilizados para desapropriação, por interesse social, de imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social poderão ser resgatados mediante compensação com pagamentos de tributos federais, além de negociáveis pelos seus detentores.

Art. 2º O disposto no artigo anterior aplica-se, igualmente, aos débitos inscritos, para cobrança, na dívida ativa da União, bem assim àqueles já ajuizados e dependentes de decisão judicial.

Art. 3º Efetuado o resgate, nos termos desta lei, o órgão fazendário cancelará o respectivo débito e, quando for o caso, fará, do fato, a devida comunicação à autoridade judiciária competente.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contado de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

É inadmissível que a União emita títulos valorizados apenas para uma destinação, tanto mais quanto, no caso do art. 184 da Constituição, eles configuram uma indenização paga ao desapropriado, devendo ter a mesma utilidade que a moeda e não servir de uma espécie de "vale", semelhante àqueles emitidos por pessoas naturais.

Seria absolutamente iníquo se tais títulos não servissem para pagamento de obrigações tributárias, justíssima tal compensação.

Vamos mais longe e propomos que esses títulos sejam livremente negociáveis pelos seus detentores.

Sala das Sessões, 28 de abril de 1989. — *Leite Chaves.*

Sr. Presidente, o projeto tem este alcance e esta finalidade. Os títulos estão erodidos. Há pessoas que, em razão de desapropriação de valiosos imóveis, receberam aqueles títulos com a promessa legal e enfática do Governo de que eles teriam valor e expressão, e os títulos nada valem. Sequer os juros estão sendo pagos. Acho que essa luta, é oportuna, e a Casa será muito sensível ao projeto. Espero que, em razão dos seus fundamentos, breve ele haverá de se tornar lei. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mendes Canale.

O SR. MENDES CANALE — (PMDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, honrado pela designação de V. Exª e devidamente autorizado pelo

Senado Federal, atendi ao convite dirigido a essa Presidência pela Embaixada da República do Iraque (doc. 01) e estive naquele país entre os dias 29 de março e 3 de abril, para assistir às eleições para a Assembléia Nacional, realizadas no dia 1º de abril.

Encontravam-se no Iraque, segundo o jornal *The Baghdad Observer*, editado em inglês, cerca de 400 convidados, entre parlamentares, políticos, ex-Ministros de Estado e pessoas de destaque de quase todo o mundo, além de mais de uma centena de jornalistas. Os partidos políticos brasileiros — PMDB e o PDT estavam representados, respectivamente, pelo Deputado Darcy Deitos, do PMDB do Pará, e pelo Prof. Bayard Boiteux, da Seção Regional do PDT do Rio.

No dia 29 de abril, pela manhã, os convidados estrangeiros assistiram a uma conferência do Sr. Izzat Ibrahim, Vice-Presidente do Comando da Revolução e Presidente da Comissão Suprema das Eleições para a Assembléia Nacional. Ele deu explicações sobre o sentido e o mecanismo das eleições.

Pela terceira vez, desde a queda da monarquia em 1958 — seguida de um período de conturbação política que se estendeu até 1968 — os iraquianos estavam sendo chamados a eleger o seu Parlamento. A primeira foi em 1980, quando começava a guerra com o Irã, a segunda em 1984, em plena guerra, e agora, outra vez, meses depois da cessação das hostilidades.

As eleições de 1989 revestiam-se, porém, de caráter especial, razão pela qual foi convidado apreciável número de observadores estrangeiros.

O Iraque, como assinalou o Sr. Izzat Ibrahim, está empenhado num processo de abertura política. Ao novo Parlamento caberá "ratificar" a nova Constituição, em elaboração no Ministério da Justiça. Ela instituirá no país um sistema multipartidário e aumentará os poderes do Parlamento, que poderá votar "moção de desconfiança" em relação a qualquer Ministro e até em relação a todo o Gabinete. "Num outro estágio — disse o Sr. Izzat Ibrahim — O Presidente da República será eleito diretamente e responderá perante o povo e não mais perante o partido ou o Conselho de Revolução, que será dissolvido."

Aquele país não possui, ainda, uma estrutura de regime democrático, como conhecemos no Ocidente. Depois de um período de grande instabilidade política, que foi de 1958 até 1968, assumiu o poder um Comando Revolucionário do Partido Socialista Árabe — Baath, o qual tinha nominalmente à frente o Gen. Ahmed Hassan Al-Bakr, mas era de fato liderado por Saddam Hussein, Presidente da República desde 1979. O Parlamento, embora funcionando desde 1980, era constituído quase que apenas pelo Partido Socialista Árabe — Baath —, umas poucas cadeiras eram ocupadas pelo Partido Comunista e por partidos representantes dos curdos, habitantes do norte do país, tendo poderes reduzidos.

O novo Parlamento deixou de ser expressão desse tipo de organização partidária. Os candidatos não foram indicados por partidos políticos. Qualquer pessoa, segundo o *The Baghdad Observer*, podeia candidatar-se, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

1 — ter mais de 25 anos de idade;

2 — saber ler e escrever;

3 — ter contribuído para o esforço de guerra, como combatente, doador de dinheiro ou ouro, ou autor de obras intelectuais relacionadas com a guerra.

O sistema de eleição é distrital. As 250 cadeiras do Parlamento, unicameral, foram distribuídas por 59 distritos nas 18 províncias iraquianas. Para o pleito eleitoral se inscreveram 952 candidatos, dentre os quais 62 mulheres. Em cada distrito, os eleitores podiam votar em quatro ou cinco candidatos — dependendo do número de cadeiras — a serem escolhidos dentro de uma lista que variava de 11 a 25 nomes. Os candidatos foram proibidos de gastar dinheiro próprio com a campanha eleitoral. Esta foi toda custeada pelo Estado e consistiu na impressão e distribuição de alguns poucos cartazes e na divulgação, pela imprensa, rádio e televisão, de fotografias dos candidatos acompanhadas de sucintas biografias. Tudo, segundo o Presidente da Comissão Suprema das Eleições, para assegurar a isonomia na propaganda.

No dia da eleição, os convidados estrangeiros, divididos em grupos, foram levados a várias seções eleitorais, na Capital, Bagdá, e nas principais cidades do norte e do sul do país, como Mossul e Basra. Os eleitores apresentavam-se diante de um mesário (documento nº 02), que conferia seu nome numa listagem de computador e entregava-lhe uma cédula oficial (doc. 03) com os nomes dos candidatos para ele marcar com um "xis" os de sua preferência. Haviam cabinas indevassáveis, porém, nem sempre utilizadas pelo eleitor, para o fim de votar. O eleitor, freqüentemente, fazia suas escolhas recebendo sugestões de amigos e de pessoas da família (doc. nº 04).

Um fato que chamou a atenção dos estrangeiros foi a quantidade de mulheres exercendo o direito de voto, muitas delas com aqueles trajes negros próprios de quem professa o islamismo, religião de 95% dos iraquianos. Esse é certamente um reflexo do esforço de modernização visivelmente empreendido pelo Governo do Iraque. Embora se veja poucas mulheres andando pelas ruas, como em outros países de população mulçumana, a mulher tem tido crescente grau de participação na vida do país. São vistas dirigindo automóveis ou exercendo as mais variadas profissões. São médicas, enfermeiras, repórteres, apresentadoras de televisão ou empregadas em recepções dos luxuosos hotéis de Bagdá ou em agências de aviação. Das 62 candidatas ao Parlamento, nada menos que 27 foram eleitas.

É difícil prever como evoluirá esse processo de democratização do Iraque. Mas, o fato de terem sido convidados tantos observadores estrangeiros e jornalistas de quase todo o mundo para presenciar as eleições do dia 1º de abril, parece indicar firme propósito do Governo de levá-lo adiante. Fica criado certo compromisso internacional.

Por sinal, o Iraque está promovendo uma reforma, também, no plano econômico. Depois de ter avançado muito no setor de estatização, a partir de 1968, O Governo tem agora procurado incentivar a iniciativa privada, em busca de maior eficiência.

O país, apesar da guerra de oito anos com o Irã, parece bem. Não há dados disponíveis, nem nos meios diplomáticos, mas a aparência é de tranqüilidade na população e a cidade de Bagdá, onde não se vê sinais de guerra — a não ser pela presença de artilharia antiaérea em cima de alguns prédios e o reforço da segurança em áreas militares — surpreende por muitas construções novas e modernas, inclusive seu aeroporto internacional.

O Brasil, como se sabe, tem estreitas relações com o Iraque. Algumas obras expressivas, a cargo de empresas brasileiras, tiveram de ser interrompidas devido à guerra, mas as informações são que estão para ser retomadas.

A Embaixada brasileira, no Iraque, tem estado sempre atenta aos interesses do Brasil. A propósito, devo ressaltar a atenção que nos foi dispensada pelo Sr. Embaixador Mauro Couto e pelos demais funcionários da Representação diplomática brasileira naquele país.

Era o relatório que entendi caber-me fazer, dessa nossa missão que desempenhei, como representante do Senado Federal, por ocasião da realização das eleições para a Assembléia Nacional do Iraque.

Documentos a que se refere o Sr. Mendes Canale em seu discurso:

EMBAIXADA DA
REPÚBLICA DO IRAQUE
BRASÍLIA BRASIL

NG — 26-3-89

Ao
Exmo. Sr.
Senador Nelson Carneiro
MD Presdiente do Congresso Nacional.
Brasília — DF

Excelência,

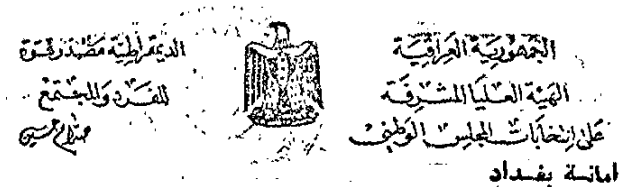
Cumprimentando atenciosamente Vossa Excelência, e partindo das relações de amizade e cooperação que unem nossos dois países e povos, tenho a honra de transmitir-lhe convite formulado pelo Sr. Izzat Ibrahim, Vice-Presidente do Conselho do Comando da Revolução e Presidente da Comissão Suprema das Eleições da Assembléia Nacional do Iraque, para que V. Exª pessoalmente, ou um representante do Congresso Nacional da República Federativa do Brasil, visite o Iraque para conhecer, *in loco*, o processo das eleições da Assembléia Nacional (Parlamento) do Iraque, que se realizarão em primeiro de abril de 1989.

O período do convite, incluindo a chegada e a partida, é de 29 de março a 3 de abril de 1989, ao tempo em que solicitamos um pronunciamento de V. Exª sobre o convite numa data não posterior a 18 de março de 1989.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para expressar a V. Exª os protesto de minha elevada estima e consideração.

Atenciosamente — *Qais Tawfiq Al-Mukhtar,* Embaixador.

Brasília, de março de 1989



	١- أحمد ضرار اسماعيل حسن
	٢- جابر عبدالرضا حسين البياتي
	٣- حسام حميد طاهر ياسين ابو رغيف
	٤- حسن عبد حسن التميمي
	٥- حسيب معروف رشيد العمري
	٦- خضير عبدالجبار خضير الجوراني
	٧- داود سليمان داود خضر
✓	٨- صالح حسين علي
	٩- علي محمد فيصل الدليمي
	١٠- الدكتور عماد عبدالسلام رؤوف عبدالله
	١١- غانم عزيز خدوري
	١٢- مجيد رشيد مصطفى الجباري

Cédula contendo os nomes dos candidatos. Nesta cédula, o eleitor marcará, ao lado, 5 nomes.

THE BAGHDAD OBSERVER

Saturday, April 1, 1989 Nº 6841 Price: 100 fils

Editor-in-Chief: Naji al-Hadithi

OBSERVER

Eight million Iraqis go to polls today

Baghdad, March 31
By staff reporter

More than eight million Iraqis go to the polls on Saturday to elect a new 250 member National Assembly (Parliament).

The poll, the third since 1980 and the first since the August 20 ceasefire in the Iraq- Iran war, is being held in an atmosphere of peace which came after Iraq emerged victorious in the war that lasted nearly eight years.

The poll is also being held amid new measures to further promote democracy in the country. The Iraqi Leadership has recently decided to allow the formation of new political parties as a permanent constitution is being drafted.

A referendum will be held to vote on the new constitution.

Last week, the Revolution Command Council abolished a number of decrees which were issued during wartime as part of measures to lift restrictions to individual freedoms.

More freedom of the press is also envisaged in the new democratic measures.

In Saturday's poll, more than 900 candidates will contest the 250 seats of the National Assembly in 59 constituencies in the 18 provinces of the country.

The government has invited more than 400 dignitaries from all over the world to observe the polls. The visitors include prominent figures, former ministers and senior parliamentarians in many countries of the world. *(See also p. 2.)*

The Programme

Arrival 29-3 — 30-3-1989
—10 A.M. Meeting with Mr. Izzat Ibrahim the Head of the High Committee Supervising the Elections of the National Assembly.
—4 P.M. A tour in Baghdad, and visiting:
1 — Saddam's Centre For Arts.
2 — The Museum.
—8 P.M. Dinner party given by the Minister of Foreign Affairs.

31-3-1989

Leaving to the Governorates

— Basra (city of the cities), Niniva, Altaa' meem.

1°-4-1989

Leaving to the Governorates

— Karbala, Al-Najaf, Sulaimania, Arbil, Duhok... them returning at night.

Witnessing the course of the e'ections

2-4-1989

Returning from the Governorates

Basra (City of the cities), Niniva, Altaa'meem
—7 P.M. Fashion Show at the Iraqi Fashion House.

3-4-1989

Departure

البرنـــامج

الوصول يوم ٢٩/ ـ ١٩٨٩/٣/٣٠

١٠ صباحا ـ لقاء مع رئيس اللجنة العليا المشرفة على انتخابات المجلس الوطني السيد عـزت ابراهيم

٤بعد الظهر ـ جولة في بغداد للاطـلاع على معالمها الحضاريـــة

١ ـ مركز صـــدام للفنـــون

٢ ـ المتحف

٨ مساء ـ دعوة عشاء يقيمها السيد وزير الخارجية

١٩٨٩/٣/٣١

المغادرة الـى المحافظـــات

ـ البصرة (مدينة المـدن) ، نينوى ، التاميـم

١٩٨٩/٤/١

المغادرة الـى المحافظـــات :

ـ كربـلاء ، النجف ، سليمانية ، اربيـل ، دهـوك والعـودة مســـاء .

ـ الاطلاع على سـير الانتخابـات

١٩٨٩/٤/٢

العـودة مـن المحافظـــات

البصرة (مدينة المـدن) ، نينوى ، التاميـم .

٧ مساء حفلة عرض الازياء في دار الازياء العراقية

١٩٨٩/٤/٣

المغـــادرة

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, sente-se no País um falta de direção! Ninguém sabe que rumos o Brasil vai tomar. Esta falta de orientação é particularmente sentida em relação ao setor energético. O cidadão se sente inseguro; e enquanto consumidor, confuso na hora de tomar decisões. E um dos exemplos mais patentes é a incerteza reinante no setor de combustíveis líquidos: não se tem idéia de como vão evoluir os preços do diesel, da gasolina e do álcool e o consumidor não sabe como escolher seu automóvel, desconfiando das promessas feitas pelas autoridades.

O Brasil carece, em primeiro lugar, de um política integrada e permanente para todos os energéticos. Surgem com alguma regularidade planos de longo prazo para o setor, indicando o papel das diversas fontes, de como se inter-relacionam, os investimentos necessários etc... Entretanto, não passam de planos. Na realidade, a política para o setor é, principalmente, movida por estrangulamentos de curto prazo e dificuldades externas ao setor.

No segundo choque do petróleo, em 1979, por exemplo, a Comissão Nacional de Energia estabeleceu para si 3 principais objetivos:

1 — incrementar a produção de petróleo nacional;

2 — fixar diretrizes visando à racionalização do consumo — conservação de energia;

3 — substituir os derivados de petróleo por outras fontes de energia.

Fica bem claro que a grande preocupação era contornar a crise provocada pela escassez e os altos preços do petróleo. Não se tratava de uma política propriamente dita, e sim de uma reação à crise. E assim tem sido sempre. Há seguidas alterações nos preços relativos, ora incentivando uma fonte, ora apoiando outra, ao sabor das situações conjunturais. Por isso falta clareza, equilíbrio, firmeza e continuidade nas diretrizes.

Por outro lado, as grandes estatais do setor têm visto sua rentabilidade prejudicada, ou até mesmo comprometida, por políticas míopes de curto prazo: mantém-se baixo o preço do óleo diesel e do GLP sob o pretexto de não sobrecarregar as famílias de renda mais baixa; as tarifas de energia elétrica não são reajustadas, em termos reais, sob a alegação de que realimentariam a inflação.

As autoridades também erram pelo fato de não procurarem se libertar dos padrões internacionais de consumo energético. O planejador da política econômica e energética praticamente não questiona a previsão de se manter constante ou até mesmo elevar o consumo *per capita* de energia, até atingir os patamares de consumo dos países desenvolvidos. Mas este não é um parâmetro imutável, que deva ser aceito passivamente e atendido a qualquer preço, sem considerar a realidade específica do nosso país.

O êxodo rural tem transformado anualmente centenas de milhares de famílias brasileiras, que praticamente não consumiam energia, em consumidores de energia elétrica e, sobretudo, em usuários de combustíveis líquidos de padrões urbanos. Se o êxodo rural fosse contido, o Brasil poderia conter a expansão da demanda energética convencional, pois há muitas alternativas para se elevar o padrão de vida no meio rural mediante o uso racional de fontes alternativas de energia, tais como: aproveitamento de pequenas quedas de água para geração de energia elétrica; utilização da energia solar para aquecimento de água; processamento de rejeitos agrícolas para produção de gás de cozinha etc.

O Brasil carece, também, de um maior esforço para se libertar dos modelos energéticos dos países desenvolvidos. As iniciativas no campo da energia solar e da biomassa são ainda tímidas. Não se pode continuar concentrando os escassos recursos de investimentos para o setor energético de modo incompatível com a dotação de recursos naturais do País. É preciso igualmente dar mais ênfase à pesquisa referente às fontes de que dispomos ao invés de manter o desenvolvimento tecnológico atrelado ao dos países industrializados, que têm outros recursos e outras prioridades.

O setor energético hoje, no Brasil, ressente-se de quase total falta de orientação. E isso é muito grave porque os investimentos nesse setor são sempre de longa maturação. Se não háinvestimento feitos hoje, por causa da incerteza reinante, dentro em pouco estaremos sofrendo racionamentos que não poderão ser contornados sem aguardar o prazo de naturação dos investimentos. Na crise que resultará, as autoridades provavelmente criarão novos planos emergenciais, que não resolverão o problema de fundo e ainda agravarão o clima de incerteza.

Em conseqüência de tantos anos sem firmes diretrizes, os setores petrolífero e elétrico, só para citar os de maior peso, praticam hoje preços incompatíveis com a realidade setorial

resultando incerteza nos investimentos futuros, e prejuízo da rentabilidade.

O setor de combustíveis líquidos, principal foco da crise energética que o Brasil tem atravessado nos últimos anos, está altamente desequilibrado. A gasolina vinha tendo seu consumo desincentivado para viabilizar o álcool, enquanto o óleo diesel e o GLP eram subsidiados, levando ao uso antieconômico.

O resultado é que, apesar da expansão dos limites técnicos da estrutura de refino do petróleo já haver atingido o máximo, mantém-se alta a necessidade de importar petróleo para atender a demanda de diesel e GLP, enquanto que o excedente de gasolina é exportado com dificuldades.

Numa perspectiva de longo prazo, o problema é igualmente sério. O setor está dividido entre aqueles que querem substituir o petróleo o mais rapidamente possível e os que querem explorar o petróleo o mais intensamente possível. O primeiro grupo acredita que o petróleo é um recursos que logo se esgotará, no Brasil e no mundo, e por isso substitutos devem ser buscados rapidamente. O outro grupo considera que o fantasma da exaustão do petróleo não passa de pessimismo e que o País deve investir maciçamente na exploração de suas reservas, e atribuir importância apenas secundária à substituição por fontes renováveis. Na meida em que Governo não se posiciona claramente, não define com firmeza o futuro papel do petróleo nacional, como pode se esperar que o setor se desenvolva com tranqüilidade?

O setor elétrico, ainda que fundamentado na hidroeletricidade, recurso de que o País detém um dos maiores potenciais economicamente exploráveis do mundo, enfrenta graves dificuldades e um enorme desafio: o de afastar o espectro do racionamento.

Para atender uma demanda crescente, cuja expansão foi estimada pelo Plano 2010, da Eletrobrás, na faixa de 7,2% a.a. em 1990, 6,3% em 1995, 5,4% em 2000, 5,0% em 2005 e 4,3% em 2010, foi apresentado um ambicioso programa de investimentos, de cerca de 14 bilhões de dólares (a preços de 1986) para o período de 1987 a 1996. A médio prazo, prevê-se a instalação de 399 grupos hidrogeradores, perfazendo cerca de 59.000 MW. Com relação às obras de geração, diferentemente do que ocorria no passado, quando era construído um pequeno número de grandes usinas, o Programa prevê 30 a 40 novas obras para cada um dos próximos qüinqüênios, em sua maioria usinas de médio porte.

Ocorre que a capacidade de investimento do setor está duplamente enfraquecida. As tarifas defasadas diminuem progressivamente as condições de autofinanciamento. E o Governo, a cada ano, corta-lhe os recursos em função de políticas de contenção de despesas. Além disso, o ônus do serviço da dívida do setor elétrico é tamanho que compromete seriamente os investimentos em expansão. Trinta por cento dos recursos totais são dissipados no serviço da dívida.

Em 1988, por exemplo, a Eletrobrás pretendia investir US$ 5,5 bilhões mas o total não deve ter ultrapassado US$ 4,5 bilhões. Conseqüentemente, 7 obras de geração tiveram seus inícios cancelados e 10 outras tiveram que atrasar ainda mais seus cronogramas. Os prejuízos para o País são vultosos, pois além de protelar a entrada de receitas e implicar o pagamento de mais juros, representam uma ameaça de estrangulação do processo de desenvolvimento econômico. O próprio Presidente da Eletrobrás, Mario Bhering, admitiu que o racionamento será inevitável dentro dos próximos 4 a 5 anos. O risco de déficit em 1993 deverá ser de 7% a 8% em todas as regiões do País, enquanto o limite considerado aceitável, ainda que perigoso, não poderia ultrapassar 5%.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o País já não admite a permanência desse clima de indefinição. Toda a população — consumidores e empresários — reclama diretrizes firmes e o respeito aos programas estabelecidos.

O Governo precisa definir logo qual será ou quais serão os combustíveis líquidos que sucederão ao petróleo, mesmo que a sua exaustão demore ainda um pouco e a substituição possa ser feita gradualmente.

Às vezes se dá tanta ênfase à energia hidroelétrica que se tem a impressão de que ela poderá resolver grande parte dos estrangulamentos energéticos do Brasil. É importante lembrar, no entanto, que à luz da tecnologia disponível hoje, o limite de substituição de outras formas de energia pela energia elétrica, mesmo nos países desenvolvidos, situa-se próximo de 30%. E quando o potencial hidroelétrico competitivo se esgotar, por volta de 2015? Deverá então a eletricidade ser gerada em termoelétricas, como propõe o Plano 2010?

Há que se exigir do Governo Federal diretrizes sobre a composição do balanço energético nacional a médio e longo prazos. Há que se exigir definições a respeito do nível e da orientação das pesquisas sobre geração e aproveitamento energético. E é igualmente imprescindível que o Governo passe a respeitar os programas de investimento do setor, sob pena de provocar graves racionamentos futuros. Têm que ser obedecidos os orçamentos anuais e os planos de médio e longo prazos de investimento. No caso das hidroelétricas, tem que se cumprir o cronograma não só para construção de novas usinas mas, também, para as obras de transmissão e distribuição de energia.

Tampouco se pode admitir que os preços no setor permaneçam tão desequilibrados e defasados. Não é com o subsídio ao gás de cozinha ou à eletricidade que se vão aliviar os efeitos da pobreza ou assegurar a competitividade das indústrias de produção de alumínio no Brasil. Tudo que se conseguirá é prejudicar ainda mais a produção dessas importantes fontes energéticas.

E como ficam os programas de conservação? O Programa de Conservação de Energia Elétrica (Procel), criado em fins de 1985, representa apenas um passo ainda muito tímido. Os US$ 20 milhões gastos com o Programa certamente não produzirão o impacto requerido com a urgência necessária. Desde 1979, pelo menos, a Comissão Nacional de Energia colocou a conservação como elemento prioritário da política energética. Até hoje, entretanto, pouco se tem feito para conter o crescente desperdício.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, precisamos, unidos, reclamar insistentemente do Governo Federal apoio e políticas claras para o setor energético. Ele já é tão castigado pelas incertezas econômicas e políticas internacionais. Procuremos pelo menos garantir-lhe um mínimo de estabilidade interna, pois sem uma orientação segura, a incerteza só aumentará e o setor não conseguirá cumprir seu papel de viabilizar o desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O Sr. Senador Jutahy Magalhães enviou à Mesa projeto, cuja tramitação, de acordo com o disposto no art. 259, III, a, III do Regimento Interno, deve ter início na hora do Expediente.

A proposição será anunciada na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Lembro aos Srs. Senadores que na próxima segunda-feira, dia 1º de maio, não haverá sessão do Senado nem expediente de sua Secretaria, por ser aquele dia feriado comemorativo do Dia do Trabalho.

O Senado voltará a se reunir em sessão ordinária na próxima terça-feira, dia 2 de maio.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluízio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Áureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Carlos Patrocínio — Antonio Luiz Maya — João Castelo — Alexandre Costa — João Lobo — Chagas Rodrigues — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Raimundo Lira — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — Albano Franco — Lourival Baptista — Ruy Bacelar — Gerson Camata — João Calmon — Itamar Franco — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Iram Saraiva — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Presidência designa para a Ordem do Dia da Sessão Ordinária de terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte matéria:

1

Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF Nº 5, DE 1988

(Art. 4º, *in fine*, da Resolução nº 157, de 1989)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988,

que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e Membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parte vetada: art. 4º

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 48 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEITE CHAVES NA SESSÃO DE 27-4-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem, no final da tarde, em caráter de urgência, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Cid Sabóia de Carvalho, cometeu-me a tarefa de relatar três projetos em andamento naquela Comissão a respeito da regulamentação do direito de greve.

Um desses projetos é de autoria do Senador Jarbas Passarinho, outro é do próprio Senador Cid Sabóia de Carvalho e o outro do Senador João Menezes.

Hoje pela manhã, apresentei à Comissão o meu parecer. Ao invés de fundi-los, porque seria muito difícil conseguir unidade harmônica em processos tão díspares, optei por um substitutivo, mas que não fosse da minha autoria e sim da própria Comissão, a Comissão tomaria a iniciativa de apresentar esse projeto de lei ao Senado, porque sendo dela teria mais autoridade e rapidez de trâmite não só no Senado como na Câmara.

E se justifica isso, Sr. Presidente, porque o próprio Presidente da República, ontem, convocou Ministros dos setores econômicos e de segurança para tratar do problema da greve. Ontem mesmo eu fiz um discurso, com a presença de centenas de funcionários aqui, sobre a greve do Banco do Brasil. Nos mesmos, no Congresso, não podemos acoimar de excesso qualquer setor ou segmento social que ultrapasse os limites da greve que a Constituição hoje assegura como direito, porque nós tínhamos o direito e o dever de sua regulamentação.

Acho que satisfaz plenamente e o Congresso se antecipará ao próprio Presidente da República nessa responsabilidade que é nossa e o caso é de inafastável urgência. Digo de antemão que os projetos que me vieram ao conhecimento e à relatoria são projetos bons, muito bons. Isoladamente, todos poderiam regulamentar a matéria, sendo que o do Senador João Menezes nós não consideramos, porque trata da greve no setor público e, como se sabe, a greve dos funcionários públicos é tratada por lei complementar e não por lei ordinária, como os dois outros.

Esse projeto seguramente chegará a plenário e para ele peço a atenção da Casa. O Senado não pode ficar omisso, porque tivemos grande empenho, do qual sou testemunha, no sentido de assegurar na Constituição a greve, em toda a plenitude, mas sem que houvesse a cessação ou a eliminação das responsabilidades que devem adotar os grevistas.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LEITE CHAVES — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Jarbas Passarinho — Eu fico rejubilado de ouvir a notícia que V. Exª nos está dando, porque tão pronto começaram os nossos trabalhos, neste ano legislativo, apresentei esse projeto. Claro que eu não tinha a intenção de fazer um projeto perfeito, acabado, que não tivesse possibilidade de receber qualquer tipo de emenda que o aperfeiçoasse. Infelizmente, o nosso Regimento Interno demorou muito a ser aprovado, mas ainda assim o aprovamos antes do da Câmara e com isso, as comissões não sendo constituídas, o projeto ficou aí, hibernado. Tenho a impressão que me cabe dizer que de algum modo eu teria autoridade para apresentar um projeto dessa natureza, porque os nobres pares hão de estar lembrados que, como Constituinte, fui à tribuna defender exatamente esse direito que hoje se contêm no texto constitucional. Mas, justamente neste texto, nós ressalvamos o problema dos abusos e, levando o direito de greve às atividades essenciais, caracterizávamos também, por seu turno, a obrigação dessas necessidades serem mantidas funcionando, até sob a responsabilidade dos sindicatos, para evitar que houvesse o colapso de luz, de água e de outras atividades essenciais. O projeto, portanto, não poderia ter a pretensão, que seria absolutamente inadequada e descabida, de limitar aquilo que o texto constitucional já assegura; ao contrário, seria de extrema importância que se caracterizasse o que é o abuso. No projeto que apresentava, eu salientava, por exemplo, como abuso o problema do piquete agressivo. Estamos vendo os jornais publicarem sistematicamente o "arrastão", que significa tudo, basta pensar na palavra: são as pessoas que, estando comandando greve, entram nas fábricas, oficinas e locais de trabalho para arrastar lá de dentro aqueles que estão trabalhando. Isso é uma violência contra o direito do trabalho, não tem sentido. Por outro lado, a ocupação do imóvel, da fábrica, do local de trabalho, como tivemos oportunidade de ver na televisão, pessoas até encapuzadas para fazer isso, evidentemente não fortalece a garantia do direito de greve. Sei, inclusive, que quando fiz essa defesa na tribuna da Constituinte fui mal interpretado por áreas patronais brasileiras, a ponto de ter tido a alegria de verificar que, de zero a dez, eles me deram grau dois, exatamente porque tinha defendido o direito de greve, o que me parece uma falta de sensibilidade muito grande. Talvez nem tão grande, porque o direito de greve no Brasil só entrou na Constituição de 1946, quando, pela primeira vez, admitiu-se esse direito. Então, quando V. Exª, como jurista, teve a oportunidade, para nós muito grata, de consolidar esses projetos, venho ao encontro da opinião de V. Exª, no sentido de dizer exatamente que nós deviamos nos antecipar, porque o Governo já pensa em mandar uma medida provisória a mais nesse sentido. Se nós pudéssemos nos antecipar, seria interessante cumprirmos o nosso dever, porque o Governo, no momento em que manda uma medida provisória dessa natureza, está denunciando claramente a ausência, a ineficiência e a falta de zelo do Parlamento, que deve ter obrigação de fazer isso. De maneira que agradeço a V. Exª a presteza. Naturalmente, um trabalho de autoria de V. Exª está marcado pelo talento, e nós poderemos aproveitá-lo aqui, com alguma rapidez, para depois enviar o resultado do nosso trabalho à Câmara dos Deputados.

O SR. LEITE CHAVES — Exatamente, Senador. Os projetos foram bem concebidos. Pelo menos nesse nosso projeto, que a Comissão hoje informalmente aceitou quase por unanimidade, ela dará seqüência e condições de asseguração do princípio constitucional. Mas ela não afasta de maneira nenhuma a responsabilidade das categorias que entraram em greve. Prevalecerá não só a responsabilidade individual como, sobretudo, a responsabilidade coletiva e a responsabilidade daqueles que liderem o movimento e sejam os seus líderes não só na arregimentação como na sua decretação.

O Sr. Albano Franco — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador Leite Chaves?

O SR. LEITE CHAVES — Com prazer, ouço V. Exª, Senador Albano Franco.

O Sr. Albano Franco — Ouço com a devida atenção as palavras de V. Exª Quero, neste momento, congratular-me com o trabalho de V. Exª preocupando-se em dar, imediatamente, o seu parecer e, mais do que isso, procurando conciliar, através de projetos que estavam na referida Comissão, inclusive o projeto do Senador Jarbas Passarinho, porque há hoje, no País, uma grande preocupação acerca não das greves, mas do grevismo. Como também não poderia o Congresso Nacional deixar de colaborar para, imediatamente, regularmentarmos os dois itens que são realmente fundamentais no direito de greve, que todos, inclusive nós empresários brasileiros, consideramos um instrumento, um direito, que dizem respeito aos serviços essenciais e ao abuso da grave. Tenho certeza que com esse seu parecer, baseado nos projetos do Senadcor Jarbas Passarinho e de outros que estavam na Comissão, o Congresso Nacional terá oportunidade de agilizar, para solucionar essa questão. Hoje, nada mais preocupa a sociedade brasileira do que o grevismo, principalmente tendo em vista o grau de intransigência de algumas lideranças sindicais. Todos nós reconhecemos as dificuldades, as perdas salariais, mas tudo isso temos que procurar resolver dentro dos moldes legais e esses moldes o com a aprovação do referido projeto pelo Congresso Nacional.

O SR. LEITE CHAVES — É de toda pertinência o seu aparte, Senador Albano Franco, e a sua interferência, no caso, é bem oportuna|

porque V. Exª é um dos homens que mais tem lutado nesse setor. Notamos que até, muitas vezes, atividades suas aqui no Senado nem sempre são atendidas com presteza porque V. Exª está atendendo a situações muito mais urgente mais importantes para o País que essa, do setor da greve. Há preocupação nacional a respeito disso. Mas, já me permito, pois está aqui nas mãos, depois de discutido na Comissão de Constituição e Justiça, adiantar alguns pontos, porque isso irá facilitar o próprio Senado na aprovação desse estudo.

Houve discussões de ordem doutrinária e aprofundada entre o direito do exercício constitucional da greve e, em contrapartida, o dever de se respeitarem valores inalienáveis da pessoa humana e da sociedade. O Senador Chagas Rodrigues expendeu considerações constitucionais muito interessantes, como no caso da greve dos setores essenciais. Do jeito que está na Constituição, poderia dizer o seguinte: eles têm que avisar que vão entrar em greve e o Governo que cuide dos serviços. Mas não, a classe, para entrar em greve, terá que designar uma Comissão, que indicará elementos que serão responsáveis por aquele setor, enquanto a greve se operar ou se realizar.

Então, lerei, sucintamente, alguns trechos, porque serão objeto de reflexão não só no Senado, neste final de semana, como no próprio Poder Executivo, que, em face deste texto, poderá mesmo deixar de mandar um outro projeto e aguardar que o Congresso, na sua função legislativa, regulamente o princípio constitucional.

Assim está redigido o substitutivo que fiz para que seja encampado pela Comissão de Justiça.

Art. 1º Considera-se o exercício do direito de greve a paralisação coletiva temporária, total ou parcial, dos trabalhadores de uma empresa ou várias da mesma atividade econômica, em razão de impasse nas negociações, que tenham por objetivo, a defesa dos interesses profissionais da categoria quanto às suas relações de trabalho.

Art. 2º A oportunidade da greve e a natureza dos interesses, que por meio dela possam ser defendidos, serão defendidos, serão definidas pelos próprios trabalhadores em Assembléia Geral da entidade sindical que representar a categoria profissional, especialmente convocada através de edital, divulgado pela Imprensa local, com 48 horas de antecedência.

Parágrafo único. A Assembléisa Geral que deliberar sobre a greve poderá adotar, entre outras, as seguintes modalidades no exercício desse direito:

a) estado de greve com os trabalhadores em atividade normal; — é uma novidade;

b) paralisações parciais por setor;

c) greve por prazo indeterminado.

Art. 3º A Assembléia Geral deliberará, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos trabalhadores sindicalizados e, em segunda convocação, com a presença de um terço, por processo estabelecido no Estatuto do Sindicato.

§ 1º Entre a primeira e a segunda convocação haverá um interregno mínimo de 24 horas

§ 2º A Assembléia Geral poderá ser instalada na sede do Sindicato da Federação com da Confederação, ou, excepcionalmente, em local para esse fim designado pela Diretoria do Sindicato.

§ 3º Deliberado pela Assembléia Geral o estado de greve, o Sindicato deverá comunicar, imediatamente, por escrito, ou através de edital, aos trabalhadores, as razões da greve e a data da deflagração do movimento que só poderá ocorrer, no mínimo, 48 após aquela deliberação.

Isto para evitar que se saia logo de uma assembléia estabanadamente para uma situação de violência eventual.

"§ 4º A falta de cumprimento das disposições previstas neste artigo e seus parágrafos poderá determinar a decretação da ilegalidade da greve pela Justiça do Trabalho.

Art. 4º No prazo a que se refere o § 3% do artigo anterior, o sindicato deverá eleger comissão para conduzir as negociações com os representantes indicados pelos empregadores.

Art. 5º Nas atividades e serviços essenciais definidos nesta lei, o sindicato deverá também divulgar, em comunicados através da imprensa, do rádio e da televisão ou por quaisquer outros meio de comunicação, as razões e a data da paralisação desses serviços. Nesta hipótese, será de 8 dias o prazo a que se refere o art. 3º § 3º"

Quando houver greve, o sindicato terá que avisar com 48 horas de antecedência. Se a greve se ferir em serviço essencial, esse prazo será elastecido para 8 dias, o que é compreensível.

"Parágrafo único. Os comunicados a que se refere esta lei serão gratuitos quando divulgados através de empresas de comunicações, concessionárias ou permissionárias do serviço público"

Art. 6º A entidade sindical a que pertencerem os trabalhadores em greve poderá constituir comissões de greve para obter a adesão ao movimento, através de meios pacíficos, sendo punível, na forma da legislação penal, a grave ameaça, a violência física ou qualquer outra forma de ação ilícita que impeça o direito de acesso ao trabalho daqueles que não aderirem ao movimento.

Art. 7º Os sindicatos e os trabalhadores ficam obrigados a prestar os serviços necessários à segurança e à manutenção dos equipamentos, instalações e patrimônio dos estabelecimentos onde ocorrer a paralisação, visando à retomada das respectivas atividades por ocasião da cessação da greve.

Parágrafo único. Os abusos cometidos durante o movimento grevista sujeitam os responsáveis às sanções da legislação civil e penal, assim considerados, entre outros, os atos de violência, a ocupação, o apossamento ou dano a bens ou instalações que, por sua natureza, não podem sofrer solução de continuidade no seu funcionamento.

Art. 8º São essenciais as atividades e serviços:

a) de abastecimento de água, energia elétrica, gás e combustíveis;

b) de assistência médica e hospitalar;

c) de distribuição e comercialização de medicamentos;

d) funerários;

e) de segurança pública e de bombeiros;

f) penitenciários;

g) de transportes coletivos e de alimentos;

h) de coleta de lixo urbano;

i) serviço de compensação de cheques e pagamento de cheques salariais, bem como de aposentadorias e pensões. Sugestão essa hoje da Comissão de Constituição e Justiça.

"Art. 9º Nas atividades e serviços essenciais ficam os sindicatos e os trabalhadores, individualmente, obrigados a garantir o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, cuja falta resulte em perigo iminente à sua sobrevivência, saúde e segurança.

§ 1º Incumbe a comissão referida no art. 4º a designação, em comum acordo com o empregador, dos trabalhadores que devem prestar os serviços a que se refere este artigo." Isto é, aqueles serviços essenciais, como hospitais.

"§ 2º A inobservância das disposições deste artigo sujeitará a decretação, pela Justiça do Trabalho, da ilegalidae da greve."

Não teria sentido à Constituição assegurar greve, inclusive, em situação essencial e os trabalhadores fazerem, de tal sorte, a que deixem pacientes morrendo, serviços essenciais em situação de dúvida e de dificuldade de vida e a sociedade em perigo.

"Art. 10. Os empregadores não podem, durante a greve ou em razão dela, dipensar ou substituir trabalhadores grevistas, salvo na hipótese do não cumprimento pelo sindicato ou pela comissão a que se refere o art. 4º, das exigências previstas no artigo anterior."

"Art. 11. A greve suspende o julgamento de processo de dissídio coletivo que tenha sido ou venha a ser instaurado, salvo quando requerido o julgamento pelos trabalhadores. Nesta hipótese, a decisão judicial será terminativa do movimento grevista que, se prosseguir, será declarada ilegal."

Explica-se: muitas vezes, é deflagrado o movimento grevista, mas os próprios grevistas vêem que é uma greve extremamente difícil, de déficit finalização e arriscado resultado. O que eles podem fazer? Recorrer à Justiça: só os empregados, os empregadores, não; eles recorrem à Justiça, mas se eles recorrem, há

uma condição: suspender, imediatamente, a greve e aguardar o resultado da Justiça, porque se eles se mantiverem em greve depois desse recurso à Justiça, ela será declarada ilegal. Então, uma vez ingressando na Justiça, eles terão que aguardar o seu resultado e, com ele, conformar-se.

Art.12:

"A greve realizada com inobservância do disposto na presente lei, ou a que for declarada ilegal pela Justiça do Trabalho, facultará aos empregadores considerar o período da paralisação como falta injustificada ao serviço."

Art. 13:

"Os trabalhadores que participarem dos atos de negociação, preparação ou deflagração da greve, não poderão sofrer qualquer constrangimento ou coação por parte dos empregadores ou das autoridades públicas."

E não poderia ser diferente, já que o direito de greve está escrito na Constituição.

Art. 15:

"A greve cessará:

a) por conciliação das partes.

b) por decisão da categoria, dos trabalhadores ou do sindicato, sendo vedada a interferência de autoridade pública, força policial ou de terceiros não envolvidos no movimento grevista.

c) pela decisão da Justiça do Trabalho, na forma do art. 11. Art. 16.

"Nas hipóteses das letras "a" e "c" do artigo anterior, serão assegurados aos trabalhadores grevistas o recebimento dos salários e o cômputo do tempo de paralisação como de efetiva prestação de serviço.

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Por que essa parte?"

"Na hipótese das letras A e C: "São assegurados aos trabalhadores grevistas o direito ao salário mesmo que a greve se deflagre."

Porque, na primeira parte, termina a greve por conciliação. Se houver conciliação é porque o próprio empregador transigiu e reconheceu a legitimidade do movimento.

No item c pela decisão da Justiça. Então, a Justiça reconheceu a legitimidade da greve. Mas se for por decisão da própria categoria, digamos, não há razão para o empregador pagar as diárias, porque, evidentemente, ao transigir dessa forma, os trabalhadores reconheceram, em princípio que a greve não era totalmente legítima.

Sr. Presidente, acho que com esse projeto temos condições de ter uma boa lei no País. E pouparíamos inclusive o Executivo de mandar uma medida emergencial para cá, mesmo porque, se o Executivo o fizer, estará agindo sob o efeito emocional das greves que se deflagaram no País, e de forma constitucional. Se houve algum excesso, é porque faltou uma providência dessas, que o Senado agora tranqüilamente está fazendo.

E com base em projetos vários que foram feitos refletidamente, inclusive o de autoria do Senador Cid Sabóia de Carvalho, que foi feito por inspiração e participação da Ordem dos Advogados do Brasil.

Então, acho que é um instante sob o qual o Senado pode refletir, e se antecipo essas linhas é porque, digamos, ao invés de ser relator, gostaria que o projeto viesse como sendo de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Porque virá com autoridade maior, inclusive em relação à própria sociedade a que esta lei se destinará.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LEITE CHAVES — Ouço, com prazer, o aparte de V. Exª.

O Sr. Marcondes Gadelha — Quero congratular-me com V. Exª pela sua diligência, pelo zelo, pela aplicação com que se dedicou a esse trabalho que agora vem à lume, com muito senso de oportunidade. O País estava, realmente, precisando de uma lei de greve, e V. Exª conseguiu produzir um bom trabalho, com uma arquitetura muito bem definida para o tratamento dessa questão difícil, que é a regulamentação da greve. Gostaria de ponderar a V. Exª, não obstante a importância e oportunidade, alguns aspectos. Primeiro, creio que o Governo não está agindo de forma emocional ou irrefletida, quando encaminha uma medida provisória tentando regulamentar a Lei de Greve. O Governo esperou pacientemente por uma iniciativa do Congresso Nacional, e estamos já com cerca de 600 greves nesse último mês. O Governo vinha trabalhando o seu próprio projeto enquanto aguardava uma iniciativa desse tipo. Mas, aguardou que concretamente se chegasse a um indício de que a tramitação estava no fim, de que nós estivéssemos já nos preparando para apresentar e votar a matéria. O Governo seria desidioso, o Governo seria mesmo irresponsável se não fizesse nada ou se tivesse que apelar, necessariamente, para meios coercitivos ou violentos à falta de uma lei, à falta de uma disciplina. Por não termos uma regulamentação, a própria Justiça fica sem saber o que fazer; os grevistas também, e as empresas, por suposto, também. Todos nós ficamos sem saber quais são os limites dos direitos de cada um. Onde está o abuso? Onde está o excesso? A Constituição foi muito generosa, muito aberta, muito concessiva no seu texto e isso deu margem a essas situações difíceis que V. Exª tem visto por aí: pessoas encapuzadas, armadas com barras de ferro; impedindo o acesso de trabalhadores aos seus ambientes de trabalho; bombas sendo jogadas no recinto de bancos; substâncias químicas, como amônia operação arrastão, enfim, toda a forma de agressão, de violência, toda a forma de pisoteamento do direito alheio e de alguns direitos coletivos. Mas, evidentemente, o Governo não podia ficar impassível dentro dessa situação. Não sabíamos qual seria o próximo passo, até onde iria a audácia depois que esses atos não surtissem os efeitos que porventura esperassem, se não partiriam para outras formas ainda mais temerárias de ativismo e de ação contra os direitos de outrem. Assim, creio que o Governo agiu com prudência, agiu com moderação, tem agido com temperança até aqui, com excessivo comedimento; o Governo tem sido tolerante, e na undécima hora apresenta uma medida provisória, porque simplesmente não poderia deixar este estado de anomia completa em um tema delicado como é esse da regulamentação do direito de greve. Agora, o trabalho de V. Exª é um trabalho de primeira qualidade, é um trabalho de primeira água, é um trabalho de reflexão, é um trabalho maduro, e eu louvo V. Exª. Creio que nós poderíamos votar tranqüilamente na linha do que V. Exª projetou a regulamentação da lei de greve. Alguns pontos eu acho que ainda precisam ser um pouco mais explicitados, nobre Senador Leite Chaves. Eu não sei se ouvi mal ou se deixei de ouvir alguma coisa sobre o processo de votação para a decisão da greve pelas assembléias. Eu não sei se V. Exª estabeleceu que a votação deve ser secreta, porque V. Exª sabe como são viciosas essas decisões pelo braço erguido ou por falsa unanimidade, que são apresentadas em ambientes de muita tensão e de muita pressão. É preciso que seja respeitado o direito de discordar, é preciso que seja respeitado o direito de dissentir e que aquele que discorda não passe a ser ultrajado nem humilhado pelos seus companheiros por não concordar com a deliberação a ser tomada. A esse respeito eu acho que é fundamental um mecanismo qualquer de resguardar esse direito, que é legítimo, porque, afinal de contas, nobre Senador, ainda que alguém seja vencido num processo de votação, ele tem que ter a sua liberdade de pensar. Democracia não é só a vontade da maioria, é, sobretudo, o direito das minorias, também. E essas têm que ser preservadas. Se porventura uma maioria delibera, devemos esperar que isto represente efetivamente um consenso. Quando V. Exª estabeleceu que, em primeira convocação, deve ser maioria absoluta, V. Exª foi muito feliz nessa decisão. Há que refletir um pouco sobre a idéia de baixar o *quorum* em segunda convocação. Nada impede que a assembléia geral se realize com um terço, mas creio que o processo de deliberação — de alguma forma deve-se encontrar meio de colher opiniões, de colher votos, de colher deliberação — venha a se constituir um consenso respeitável, porque se isso acontecer, vai facilitar, inclusive, o trabalho dos grevistas. Se V. Exª tiver uma decisão de entrar em greve por maioria absoluta da categoria, por exemplo, ninguém vai precisar fazer piquete, ninguém vai precisar agredir, ninguém vai precisar de qualquer método coercitivo, uma vez que é uma decisão da maioria: todos respeitarão, todos acatarão, e teremos tranqüilidade dentro e fora daquele universo formado pelos trabalhadores. Então, esse é um ponto, entendo, sobre o qual é preciso, talvez, refletir ainda um pouco mais. O outro é no que diz

respeito ao atendimento das necessidades essenciais da sociedade. Aquelas atividades que V. Exª catalogou com muita precisão, com muita acuidade, essas atividades ditas essenciais, elas têm um limiar, elas têm um patamar mínimo de satisfação da sociedade, que eu não sei, extamente, como situar nem o texto de V. Exª diz. Diz apenas que os sindicatos e os trabalhadores são responsáveis, pelo atendimento das necessidades básicas, mas não sei qual é o parâmetro; não sei qual é o referencial; não sei quem vai dizer de que forma esses serviços estão sendo atendidos de maneira satisfatória ou de maneira adequada, porque esse é um conceito subjetivo, e é difícil darmos alguma objetividade a esse ensuração das coisas é feita por meios estatísticos; numa sociedade tantos por cento estão satisfeitos. Não sei como V. Exª trataria essa matéria, mas creio que é preciso tentar alguma forma de objetivar, como se afere esse grau de atendimento mínimo, o que chamamos de atendimento mínimo a essas necessidades básicas. O sindicato pode dizer que está atendendo, os trabalhadores grevistas pode dizer que naquele dia no pronto-socorro foram feitas tantas cirurgias de urgência; V. Exª poderá dizer que os bombeiros, ao invés de chegar com meia hora, chegaram com dez minutos. É difícil estabelecer esse referencial, porque há outros mecanismos também de criar problemas à sociedade, de excitar os ânimos, como a chamada "operação tartaruga", que V. Exª conhece muito bem, ou dos trabalhodores, em greve, fingem que estão, de alguma forma, desenvolvendo aquela atividade e, efetivamente, não acontece.

É freqüente essa situação, por exemplo, no caso dos aeroviários. V. Exª encontra situações em que os aviões ficam manobrando na cabeceira da pista e levam horas para decolar. Como vamos saber se esse atendimento mínimo está sendo feito de forma satisfatória? Enfim, há uma série de pontos que ainda são suscetíveis de enfoques mais objetivos. No entanto, isso em nenhum momento tira o mérito nem tira o brilho do trabalho de V. Exª. Acho que podemos seguir por aí e chegaremos a bom termo. Acho também que esse trabalho não conflita, necessariamente, com alguma proposta que o Governo porventura esteja elaborando. O Poder Legislativo, o Poder Executivo, todas as agências da sociedade, empresários, trabalhadores mesmo, todos podem colaborar e participar da montagem dessa legislação de greve, que não tem que ser necessariamente a definitiva e poderá ser aperfeiçoada à medida que os eventos vão nos trazendo novos ensinamentos e novas formas de comportamento. De modo que acho um sinal de evolução muito importante. Tenha V. Exª o nosso aplauso, a nossa admiraçãoe o nosso respeito.

O SR. LEITE CHAVES — Muito obrigado a V. Exª

Demos a esse projeto tratamento jurídico, de sorte que os próprios grevistas são obrigados a seguir um ritual sob pena de ficarem comprometidos e penalizados em suas práticas grevistas. Primeiro, decretada a greve, ela só se deflagrará 48 horas depois. Quando se tratar de serviços essenciais, o prazo é de 8 dias. Há ainda um caso nos serviços essenciais: para que haja a decretação da greve, os grevistas terão que comprovar antes, ou seja, a comissão terá que comprovar antes que ela designou pessoas para responder pela essencialidade daquele serviço. Terá ainda de nominá-las. Então, no caso específico, digo a V. Exª, de uma casa de saúde, a UTI, por exemplo que são serviços essenciais terá de haver designação prévia das pessoas que ali permanecerão em serviço. E aquelas pessoas não poderão sabotar, porque, digamos, o seu trabalho é de uma comissão existencial para que a greve exista, quer dizer, trabalhando, ele está participando dela. E mais, se isto não for feito, se não for comprovado, a greve não será considerada legítima. E mesmo que se ela for deflagrada e se comprovar que aquilo não foi feito há o art. 2º do § 9º, que diz o seguinte: "Na inobservância das disposições deste artigo, sujeitará a decretação, pela Justiça do Trabalho, da ilegalidade da greve". Então, há uma série de responsabilidade, quer dizer, o direito constitucional é quase que amplamente assegurado, mas as restrições são muito grandes; porque entre o direito da greve e o direito da sociedade tem que prevalecer os desta. É por isso que não conseguimos fugir da responsabilidade de assegurar à Justiça do Trabalho essas interferências.

Na parte inicial do aparte de V. Exª, a preocupação com o número, realmente para haver decretação tem que haver uma convocação da Assembléia, ela só poderá deliberar sobre a greve, em primeira convocação, se houver maioria absoluta. Ora, fala-se em maioria absoluta tem que haver a comprovação do número de presentes. Porque a Justiça do Trabalho poderá reclamar esses dados para considerar legítimo o movimento.

Então, para se haja maioria absoluta tem que haver a comprovação; para haver comprovação, tem que haver o livro de presença; todo os associados têm que assinar o livro, inclusive apurado o número de matrícula, quando houver. Só assim a Assembléia poderá evitar a decretação de ilegalidade. Agora, é compreensível. Por quê? Se alguém pertence a uma categoria, houve a primeira convocação e ele não foi e não participou; houve a segunda, e ele não apareceu, é porque implicitamente ele está dando um tácito "de acordo". Então, não poderíamos repetir que só por 1/3, ou só por maioria absoluta, a greve se deglagrasse, porque assim passaríamos a cercear um determinado direito de maioria.

O Sr. Marcondes Gadelha — O sistema de votação?

O SR. LEITE CHAVES — Os sindicatos haverão de adaptar os estatutos, porque se a lei exige isso...

O Sr. Marcondes Gadelha – Eu já ouvi dizer que a votação é secreta. Porque, digamos, a nós, nobre Senador, eu não quero ser impertinente, mas eu acho que o sistema de votação, de deliberação, deveria ser voto secreto e o mais universal possível, e isso é fundamental. Deliberamos sobre essas coisas, por voto secreto, em coisas mais simples, em coisas mais elementares. Eu tenho a impressão que o voto secreto é uma conquista da civilização que deve ser estendida a todos os ambientes onde V. Exª tem alguma deliberação conflitiva a ser tomada. Tenho a impressão que se V. Exª acrescentasse esse dispositivo, V. Exª elevaria em muito o grau de legitimidade da decisão de entrar em greve.

O SR. LEITE CHAVES — Não, eu não me oponho, V. Exª poderá até emendar. O meu receio é que isso poderia parecer uma forma de cerceamento. Quer dizer, as deliberações de vontade circunstanciais têm que ser feitas de maneira informal. Aqui, mesmo, nós deliberamos — digamos — por votação secreta, às vezes, nominalmente, e às vezes por manifestação de liderança, sem que haja necessidade de comprovação de número.

Então, que razões, que motivação levaria a isso? Seria que alguém pudesse coagir uma assembléia? Mas eu acho que V. Exª, nesse caso, não está impedido de fazer uma emenda. Aliás é um assunto a ser discutido. Agora, veja V. Exª o seguinte: estamos fazendo a regulamentação de um princípio constitucional, quer dizer, direito já assegurado. Estamos assegurando o direito aos trabalhadores mas, lhes estamos impondo grandes responsabilidades. Porque, se a lei ficar muito cerceativa, ela não funciona e ninguém a respeita.

Então, na medida em que V. Exª mesmo, outros Líderes e o próprio Senador Roberto Campos, diversos Senadores do nosso Partido, começarem a aceitar até com certa satisfação este projeto de lei, é porque, ele tornando-se lei, tem condições de funcionar, ele tem condições de exeqüibilidade. Se nós começarmos a colocar, aqui, disposições que devem ser dos estatutos , dos programas dos sindicatos, aí começará a haver dificuldades. E nós não conseguiremos remediar, com rapidez, os males que que estão decorrendo, já dessa situação por falta exatamente de lei. Mas eu acho que isso é um assunto a ser discutido e V. Exª poderá fazer uma emenda. Eu não teria condição porque eu não encontraria uma justificação jurídica para isso, já que as assembléias populares decidem assim por maioria. Agora, lá, nós temos condições de constatar a maioria, porque se não houver a maioria de associados no livro de presença... E outra coisa, eles têm interesse que sejam associados mesmo, porque se forem pessoas que assinem anonimamente, pode haver até problema para a decretação.

Aceito a sugestão mas, seria interessante que V. Exª, pudesse apresentar uma emenda de plenário, e é compreensível essa posição.

O Sr. Edison Lobão — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LEITE CHAVES — Ouço V. Exª

O Sr. Edison Lobão — Eu não ouvi a leitura integral do substitutivo de V. Exª, ouvi uma parte, mas achei bastante interessante o que ouvi. Apenas, gostaria de acrescentar

que não conheço país mais democrático, hoje, no mundo, do que a Inglaterra. Pois bem, na Inglaterra há uma lei razoavelmente recente, que estabelece rigorosamente os procedimentos para decretação de greve. E a lei diz ser necessário que a mairia dos associados se manifeste a favor de decretação da greve. E como é ovida essa maioria? Por votação secreta, com cédulas na sede do sindicato ou das confederações, ou, ainda, consulta ao associado na sua residência, através de correspondência paga pelo governo. O sindicato não gasta nada, ele põe no correio a correspondência, consultando o associado, o associado responde e o sindicato apura a maioria a favor. Não basta que se reúna a maioria dos associados e dela se capte a maioria a favor. Com isso, as greves da Inglaterra se reduziram a menos di metade, porque todos os associados passaram a se manifestar na tranqüilidade da votação secreta, e não na emoção do assembleísmo, e de minorias eventuais. Muitos associados passaram a se manifestar na mesa do café, com a sua família, raciocinando, meditando sobre aquilo que o resultado está lá. As greves se reduziram, a produção aumentou a economia melhorou, o nível de emprego também aumentou, os salários melhoraram. Eu trago, portanto, essa contribuição a V. Exª, elogiando o seu trabalho desde logo.

O SR. LEITE CHAVES — Agradeço, porque o fato é verdadeiro. Mas a Inglaterra é diferente. Aliás, é estranho até que o Inglês, com aquela disciplina, entre em greve. O operário inglês toma chá, e, numa hora dessa ele não recebe nem sequer a intimação do sindicato.

O Sr. Edison Lobão — Mas sabe V. Exª., que o povo inglês era quem mais fazia greve no mundo, até recentemete.

O SR. LEITE CHAVES — Na Inglaterra, não pode haver greves explosivas, porque, digamos, há limitação entre o maior e o menor salário. Na Inglaterra, entre o maior e o menor salário não há sequer diferença de 15 vezes, é proibido por lei. Aqui no Brasil, entre um salário menor de um empregado, e o diretor da empresa chega até a mil vezes.

Outra coisa, o inglês é secularmente, milenarmente disciplinado. A Inglaterra dominou a Índia por muito tempo, e V. Exª não tem conhecimento de um desmando de inglês. O inglês, naquele sol tropical, usava *smoking*, usava *summer Jack*. Os ingleses estiveram em Londrina, a minha cidade, a cidade de Londrina foi povoada e colonizada por ingleses. Aliás uma colonização exemplar. Veja V. Exª que, como advogado, eu tive milhares de ações na minha vida, mas nunca tive ação de conflito no direito de visinhança, porque eles mediam as terras com tanta precisão, que até os decímetros eram assegurados. Pois os ingleses viveram em Londrina por mais de 20 anos, e não se conhece um filho de inglês com brasileiro, com preto, com branco, com japonês, com ninguém, eles não deixaram filho algum. Veja V. Exª que se trata de um povo de comportamento completamente diferente do brasileiro e do português. Veja V. Exª que miscelânia criamos neste País. Acredito que daqui a muito anos, com a disciplina que eu vi agora no Oriente, nós posssamos ter greve com obediência aos parâmetros a que V. Exª se referiu.

O Sr. Edison Lobão — V. Exª ajuda o meu argumento. O povo inglês é tudo isto que V. Exª está dizendo, disciplinado, etc. A despeito disto, o povo estava destruindo a economia nacional com o grevismo. Foi necessário instituir este sistema exatamente para combater o motivo da destruição da economia.

O SR. LEITE CHAVES — Mas V. Exª viu ontem, quando falávamos, inclusive aqui, sobre a greve do Banco Brasil. Estiveram aqui centenas de funcionários, quase mil funcionários. E nós aqui monstramos, com dados do Banco do Brasil, que de setembro para cá os salários foram defasados em 81%. E eles não buscavam aumento, eles buscavam apenas uma reposição salarial.

Mas, Sr. Presidente, não quero tomar mais tempo. Se me antecipei em dar conhecimento à Casa desse projeto é para que o Governo, e o próprio Congresso dele tomem conhecimento, e nesse fim-de-semana possamos atuar de tal forma, que possamos ter uma lei de greve, que satisfaça ao cumprimento dos ditames da Constituição que acabamos de promulgar.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas)

ATO DO PRESIDENTE
Nº 125, DE 1989

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003.220/89-3, resolve aposentar, voluntariamente, JOÃO MENANDRO DA SILVA FILHO, Técnico Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 433, e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972; artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985 artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, e artigo 5º da Resolução SF nº 155, de 1988, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 28 de abril de 1989. — *Nelson Carneiro, Presidente.*

ATO DO PRESIDENTE
Nº 126, DE 1989

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 006.151/89-2, resolve aposentar, voluntariamente, PAULO RUBENS PINHEIRO GUIMARÃES, Técnico Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, ocupante do cargo em comissão de Assessor Legislativo. Código SF-DAS-102.3, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 433, e 414, § 4º, e 416 da Resolução SF nº 58, de 1972; artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985; artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987; artigo 5º da Resolução SF nº 155, de 1988; e artigo 2º, § 2º, da Lei nº 6.323, de 14 de abril de 1976, alterada pelo Decreto-Lei nº 2.270, de 1985, e 2.365, de 1987, aplicada no Senado Federal pela Resolução SF nº 21, de 1980, e modificada pelas Resoluções SF nº 7 e 15 de 1987, e 198, de 1988, com proventos proporcionais, correspondentes ao vencimento do cargo efetivo, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 28 de abril de 1989. — Nelson Carneiro, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE
Nº 127, DE 1989

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.977/89-4, resolve aposentar, voluntariamente, NEWTON ARAÚJO SILVA; Técnico Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, ocupante do cargo em comissão de Assessor Legislativo, codigo SF-DAS-102.3, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 414, § 4º, e 416, incisos I e II, da Resolução SF nº 58, de 1972; artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985; artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987; artigo 5º da Resolução SF nº 155, de 1988; artigo 3º do Decreto-Lei nº 2.204, de 1984, combinado com a Lei nº 7.338, de 1985, artigo 2º., § 2º, da Lei nº 6.323, de 14 de abril de 1976, alterada pelo Decreto-Lei nº 2.270, de 1985, e 2.365, de 1987, aplicada no Senado Federal pela Resolução SF nº 21, de 1980, e modificada pelas Resoluções SF nº 7 e 15, de 1987, e 198, de 1988, com

proventos integrais, correspondentes ao vencimento do cargo efetivo, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 28 de abril de 1989. — *Nelson Carneiro,* Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 128, DE 1989

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.567/89-0, Resolve aposentar, voluntariamente, JOSÉ LUIZ DEL BOSCO, Adjunto Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-19, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 433 e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972; artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985; artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, e artigo 5º da Resolução SF nº 155, de 1988, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 28 de abril de 1989. — *Nelson Carneiro* Presidente.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 031/89

Contratada: Laboratório Santa Paula Ltda

Contratante: Senado Federal

Objeto: Prestação de serviços, compreendendo exames médicos complementares de diagnóstico e tratamento no âmbito das especializações da Contratada, a Senadores, servidores do Senado e seus dependentes.

Licitação: Credenciamento com base no Ato nº 40/88, da Comissão Diretora.

Crédito pelo qual correrá a despesa: À conta do Programa de Trabalho 0101428.2004/761. Natureza da Despesa 3132-0109/2.

Empenho: Foi emitida a Nota de Empenho nº 00670/0, de 13-4-89.

Valor Contratual: Estimado em NCz$ 9.000,00 (nove mil cruzados novos).

Vigência: 13-4-89 a 31-12-89.

Signatários: Pelo Senado Federal: Dr. José Passos Pôrto. Pela Constratada: Mariana Dukur Cassab Danna. — *Amaury Gonçalves Martins,* Diretor da Subscretaria de Administração de Material e Patrimônio.

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CENTRO GRÁFICO

Ata da 150ª Reunião

Às dezessete horas do dia vinte e três do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e oito, na sala de reunião da Primeira Secretaria do Senado Federal sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Senador Jutahy Magalhães, digníssimo Primeiro Secretário do Senado Federal e Presidente do Conselho de Supervisão do Cegraf, presentes os Membros José Passos Pôrto, Rubem Patú Trezena, José de Ribamar Duarte Mourão, Guido Faria de Carvalho e Agaciel da Silva Maia, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Centro Gráfico do Senado Federal, em sua centésima qüinquagésima reunião. Abertos os trabalhos o Senhor Presidente Senador Jutahy Magalhães — concedeu a palavra ao Conselheiro Rubem Patú Trezena que apresentou parecer sobre o Processo nº 1.030/88.4-Cegraf, referente à Prestação de Contas do Centro Gráfico, relativo ao 4º trimestre de 1988, contendo balancetes mensais, demonstrativos contábeis, conciliação bancária, relatório da Seção de Contabilidade e pareceres da Auditoria do Cegraf e Senado. Após a apresentação do parecer, o mesmo foi colocado em discussão e não havendo quem opinasse contrariamente a matéria foi colocada em votação, recebendo ao final, aprovação por unanimidade de votos. Passando-se ao segundo item da pauta o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro José de Ribamar Duarte Mourão que apresentou parecer homologatório sobre a proposta de aquisição de equipamentos e materiais destinados à implantação de um sistema de ar condicionado, a ser instalado nas dependências do Cegraf, conforme documentação constante do Processo nº 1.080/88.1-Cegraf. Em seu parecer o Conselheiro acata as conclusões da Comissão Técnica do Cegraf que decidiu julgar como vencedoras as Firmas Sarkis Refrigeração (item 02, 03, 05 e 06), MEC-TROW Engenharia e Comércio Ltda., (itens 01 e 08), Cetest S/A, Ar Condicionado (item 09) e Cadin Comércio e Representação Ltda., (item 04), totalizando em Cz$ 2.512.637,70 (Dois milhões, quinhentos e doze mil, seiscentos e trinta e sete cruzados e setenta centavos) a presente licitação. Após a conclusão do parecer o mesmo foi colocado em discussão, sendo amplamente apreciado por todos, sendo aprovado por unanimidade. Logo após, passando-se ao terceiro item da pauta, a palavra foi concedida novamente ao Conselheiro José de Ribamar Duarte Mourão que apresentou parecer sobre o Processo nº 1.366/88.2-Cegraf, que trata da Tomada de Preços nº 07/88 para aquisição e instalação de um equipamento para tratamento de materiais por perdas dielétricas, uma prensa de douração e uma máquina perfuradora e colocadora de garras espirais. Em seu parecer o Conselheiro concorda com os termos do processo formalizados pela Comissão de Licitação, onde ficou evidenciado que para o item ento, de Materiais por perdas dielétricas destinados e soldas em lâminas PVC com duas mesas de trabalho, não houve cotação, sendo cancelado, para o item 4.2 — Prensa para Douração, devendo ser desclassificado por não atender, em nenhuma das propostas, às especificações do Edital e, que o item 4.3 — Máquinas perfuradora e colocadora de garras espirais deveria ser considerada como vencedora a firma Ortemaq — Organização Técnica de Máquinas Ltda., por ser a única a ter cotado o referido equipamento, importando a aquisição no valor total de Cz$ 2.468.590,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, quinhentos e noventa cruzados). Após a apresentação do parecer a matéria foi colocada em votação e a seguir aprovada por unanimidade. Passando-se ao último item da pauta o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Diretor Executivo do Cegraf, Dr. Agaciel da Silva Maia que comunicou aos demais Conselheiros a assinatura de Convênio com a Caixa Econômica Federal para financiamento de moradia para os servidores do Cegraf. Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos e para constar, Eu, Maurício Silva, Secretário deste Conselho de Supervisão, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos os membros.

Brasília, 3 de outubro de 1988. — Senador *Jutahy Magalhães,* Presidente — *Dr. José Passos Pôrto,* Vice-Presidente — *Dr. José de Ribamar D. Mourão,* Membro — *Dr. Guido Faria de Carvalho,* Membro — *Rubem Patú Trezena,* Membro.

Ata da 151ª Reunião

Às quinze horas do dia doze de outubro do ano de um mil novecentos e oitenta e oito, na sala de reuniões da Primeira Secretaria do Senado Federal, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Senador Jutahy Magalhães, digníssimo Primeiro-Secretário do Senado Federal e Presidente do Conselho de Supervisão do Cegraf, presentes os membros José de Passos Porto, Rubem Patu Trezena, José de Ribamar Duarte Mourão, Guido Faria de Carvalho e Agaciel da Silva Maia, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Centro Gráfico do Senado Federal, em sua centéssima, quinquagéssima primeira reunião. Abertos os trabalhos o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro José de Ribamar Duarte Mourão que apresentou parecer favorável sobre a proposta de alienação de Bens e Materiais Ociosos, Inservíveis e Anti econômicos existentes no Cegraf, constante do Processo número 0896/88.8-Cegraf. Após a exposição do parecer a matéria foi colocada em discussão, sendo apreciada por todos e ao final aprovada por unanimidade de votos, devendo a Administração do Cegraf ultimar contatos com a Administração do Senado para as providências necessárias. Passando-se ao segundo item da pauta o Senhor Presidente Senador Jutahy Magalhães concedeu a palavra ao Conselheiro Guido Faria de Carvalho que apresentou aos demais membros deste Conselho parecer sobre o Processo nº 01782/88-Cegraf referente a proposta encaminhada pela Administração do Cegraf, originária de solicitação de servidores para concessão de "Vantagem de que trata os artigos 416 e 418 do Regulamento Administrativo do Senado Federal". Em seu parecer o Conselheiro conclui dizendo que "Diante do exposto, e sob a égide do princípio da isonomia, somos de parecer que a solicitação deve ser atendida, de maneira

análoga à estabelecida na Lei nº 6.732/79, para que o servidor do Cegraf possa perceber o benefício após o sexto ano completo, consecutivo ou não, de exercício em função de confiança, como vantagem pessoal, até a incorporação total da vantagem, quando completados dez anos de exercício do cargo comissionado." Logo após, o Senhor Presidente colocou a matéria em discussão e, após amplo debate o conselheiro e Vice-Presidente deste Conseo, pediu *vista* do referido processo, solicitação aceita pelo Senhor Presidente, devendo referido processo ser colocado na pauta da próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos o Senhor Presidente Senador Jutahy Magalhães declarou encerrada a reunião e para constar, eu, Maurício Silva, Secretário deste Conselho lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos os membros.

Brasília, 18 de outubro de 1988. — Senador *Jutahy Magalhães,* Presidente — *José Passos Porto,* Vice-Presidente — *José de Ribamar Duarte Mourão,* Membro — *Rubem Patu Trezena, Membro* — *Guido Faria de Carvalho, Membro.*